ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 66

Brasília - DF, sexta-feira, 6 de abril de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário ... 1
Atos do Poder Executivo ... 1
Presidência da República ... 14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 17
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 105
Ministério da Cultura ... 107
Ministério da Defesa ... 111
Ministério da Educação ... 113
Ministério da Fazenda ... 123
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 146
Ministério da Integração Nacional ... 147
Ministério da Justiça ... 150
Ministério da Saúde ... 152
Ministério das Cidades ... 155
Ministério das Relações Exteriores ... 156
Ministério de Minas e Energia ... 156
Ministério do Desenvolvimento Social ... 170
Ministério do Meio Ambiente ... 172
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 176
Ministério do Trabalho ... 178
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 185
Ministério Extraordinário da Segurança Pública ... 224
Ministério Público da União ... 226
Tribunal de Contas da União ... 227
Defensoria Pública da União ... 266
Poder Legislativo ... 266
Poder Judiciário ... 267
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 275

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.394 **(1)**

ORIGEM : ADI - 5394 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR (16275/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : SENADO FEDERAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), julgando procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "sem individualização dos doadores", constante da parte final do § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97, acrescentada pela Lei 13.165/2015, no que foi acompanhado pelos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, o Dr. Marcus Vinícius Furtado Coelho; e, pela Procuradoria-Geral da República - PGR, a Drª. Raquel Elias Ferreira Dodge, Procuradora-Geral da República. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 21.3.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "sem individualização dos doadores", constante da parte final do § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97, acrescentada pela Lei 13.165/2015. Em votos ora reajustados, restaram vencidos o Ministro Marco Aurélio, em parte, no que entendeu que a expressão "sem individualização dos doadores" não se refere ao repasse feito pelo partido ao candidato, mas exclusivamente à prestação de contas do partido, e, em maior extensão, o Ministro Edson Fachin, no que julga procedente a ação para declarar inconstitucional todo o § 12 do art. 28 da Lei 9.504/97. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 22.3.2018.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.330, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Transfere a Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República para a Secretaria-Geral da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e altera o Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Presidência da República fica transferida para a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Parágrafo único. O Anexo VI ao Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I a este Decreto.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo II, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e Funções Gratificadas - FG:

I - da estrutura da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, constante do Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 101.6;

b) três DAS 101.5;

c) cinco DAS 101.4;

d) trinta e seis DAS 101.3;

e) sessenta e sete DAS 101.2;

f) dez DAS 101.1;

g) um DAS 102.2;

h) sete DAS 102.1;

i) uma FCPE 101.3;

j) uma FCPE 101.2;

k) quatorze FCPE 101.1;

l) uma FCPE 102.4;

m) uma FCPE 102.3;

n) uma FCPE 102.2;

o) onze FG-1;

p) treze FG-2; e

q) três FG-3; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Secretaria-Geral da Presidência da República:

a) um DAS 101.6;

b) três DAS 101.5;

c) oito DAS 101.4;

d) trinta e nove DAS 101.3;

e) cinquenta e dois DAS 101.2;

f) treze DAS 101.1;

g) um DAS 102.3;

h) dois DAS 102.2;

i) oito DAS 102.1;

j) uma FCPE 101.3;

k) três FCPE 101.2;

l) oito FCPE 101.1;

m) uma FCPE 102.4;

n) uma FCPE 102.3;

o) uma FCPE 102.2;

p) doze FG-1;

q) treze FG-2; e

r) três FG-3.

Art. 3º Ficam extintos dois cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo III, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere o **caput** ficam substituídos por duas FCPE 101.2, observado o disposto no art. 2º da Lei nº 13.346, de 2016, e conforme demonstrado no Anexo III.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança não transferidos para a Estrutura Regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações na Estrutura Regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se refere o Anexo I, que indicará, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 6º O Anexo V ao Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

XVIII - na implementação de políticas e ações voltadas à ampliação das oportunidades de investimento e emprego e da infraestrutura pública;

XIX - na coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e no apoio às ações setoriais necessárias à sua execução; e

XX - no exercício das competências relativas às atividades aquícola e pesqueira." (NR)

"Art. 2º .....
.....

II - .....
.....

f) Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca:

1. Gabinete;

2. Coordenação-Geral de Gestão de Processos Internos;

3. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração;

4. Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura;

5. Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca;

6. Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca;

7. Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca; e

8. Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - Conape; e
....." (NR)

"Art. 44-A. À Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional pesqueira e aquícola, abrangidos a pesquisa, a produção, o transporte, o beneficiamento, a transformação, a comercialização, o abastecimento e a armazenagem;

II - fomento da produção aquícola e pesqueira;

III - implantação e manutenção de infraestrutura de apoio à pesquisa, ao controle de sanidade aquícola e pesqueira e à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e à aquicultura;

IV - organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;

V - elaboração de análise de risco de importação referente a autorizações para importações de produtos pesqueiros vivos, resfriados, congelados e derivados;

VI - normatização da atividade pesqueira;

VII - fiscalização das atividades de aquicultura e de pesca no âmbito de suas atribuições e competências;

VIII - concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendidos as águas continentais e interiores e o mar territorial da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, as áreas adjacentes e as águas internacionais, excluídas as unidades de conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:

a) pesca comercial, incluídas as categorias industrial e artesanal;

b) pesca de espécimes ornamentais;

c) pesca de subsistência; e

d) pesca amadora ou desportiva;

IX - autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade;

X - operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997; e

XI - pesquisa aquícola e pesqueira.

§ 1º A competência de que trata o inciso VII do **caput** não exclui o exercício do poder de polícia ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

§ 2º Cabe à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca e ao Ministério do Meio Ambiente, em conjunto e sob a coordenação da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros:

I - fixar as normas, os critérios, os padrões e as medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, com base nos melhores dados científicos existentes, na forma de regulamento; e

II - subsidiar, assessorar e participar, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos ou obrigações e a interferência em assuntos de interesse nacional sobre a aquicultura e a pesca.

§ 3º Cabe à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca repassar ao Ibama cinquenta por cento das receitas das taxas arrecadadas, destinadas ao custeio das atividades de fiscalização da aquicultura e da pesca." (NR)

"Art. 44-B. Ao Gabinete da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca compete:

I - assistir o Secretário da Aquicultura e da Pesca em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar a tramitação dos projetos de interesse da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca no Congresso Nacional, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca;

V - articular e apoiar a participação do Secretário da Aquicultura e da Pesca em órgãos colegiados;

VI - elaborar e acompanhar os atos relacionados com a gestão dos fundos financeiros voltados para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca;

VII - prestar apoio técnico e administrativo para o funcionamento do Conape; e

VIII - assessorar o Secretário da Aquicultura e da Pesca na articulação com organismos internacionais, inclusive na representação da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria-Geral da Presidência da República em eventos do seu interesse." (NR)

"Art. 44-C. À Coordenação-Geral de Gestão de Processos Internos compete:

I - assessorar e prestar orientação técnica nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

II - acompanhar os trabalhos das unidades da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca nos assuntos relacionados a ética, ouvidoria e correição; e

III - fazer a interface com os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado." (NR)

"Art. 44-D. À Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração compete executar e controlar as atividades relacionadas com os Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal e de Gestão de Documentos de Arquivo, em articulação com a Secretaria de Administração." (NR)

"Art. 44-E. Ao Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura compete:

I - promover o planejamento da aquicultura e identificar cenários promissores para a aquicultura, com base nas políticas e diretrizes governamentais;

II - efetivar a cessão de uso de águas públicas de domínio da União para fins de aquicultura;

III - propor normas relativas às atividades de aquicultura em águas da União, em estabelecimentos rurais e urbanos;

IV - formular, supervisionar e avaliar políticas, programas e ações para o setor da aquicultura;

V - acompanhar o desdobramento das diretrizes em metas e o estabelecimento de indicadores de desempenho para a aquicultura;

VI - estabelecer critérios, normas e padrões técnicos para acesso aos programas de sua área de competência;

VII - implementar as ações decorrentes de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros e organismos nacionais e internacionais relativos aos assuntos de sua competência, em articulação com os demais órgãos da administração pública federal;

VIII - coordenar, orientar e executar a instalação de áreas e parques aquícolas, projetos produtivos e demonstrativos de aquicultura e de pesquisa em aquicultura em águas da União;

IX - propor, desenvolver e coordenar estudos relativos ao desenvolvimento sustentável da aquicultura; e

X - propor políticas e fomentar a atividade de aquicultura, por meio de ações como assistência técnica, extensão rural e comercialização." (NR)

"Art. 44-F. Ao Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca compete:

I - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento sustentável da pesca;

II - propor medidas e critérios de ordenamento das atividades de pesca:

a) industrial;

b) artesanal;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) ornamental;

d) de subsistência; e

e) amadora ou desportiva;

III - buscar o envolvimento institucional interno e externo relacionado com o ordenamento da atividade pesqueira, incluída a participação nos comitês de gestão relativos aos recursos pesqueiros, à concessão do benefício do seguro-desemprego e à aposentadoria do pescador profissional;

IV - identificar cenários favoráveis para a pesca, com base nas políticas e diretrizes governamentais;

V - acompanhar o desdobramento das diretrizes em metas e o estabelecimento de indicadores de desempenho para a pesca;

VI - promover estudos, diagnósticos e avaliações sobre os temas de sua competência;

VII - propor as condições operacionais para o pagamento e o controle da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 1997, e operacionalizá-los, direta ou indiretamente;

VIII - analisar os pedidos de autorização:

a) de arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca; e

b) para operação de embarcações estrangeiras de pesca, nas hipóteses previstas em acordos internacionais de pesca firmados pelo País;

IX - promover e coordenar sistema de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros; e

X - propor políticas e fomentar a atividade de pesca, por meio de ações como assistência técnica, extensão rural e comercialização." (NR)

"Art. 44-G. Ao Departamento de Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca compete:

I - formular as políticas de registro, monitoramento, controle e fiscalização das atividades de aquicultura e de pesca;

II - coordenar, organizar e manter o Registro Geral da Atividade Pesqueira;

III - apoiar a normatização inerente ao exercício da aquicultura e da pesca;

IV - coordenar, supervisionar e orientar os procedimentos para a concessão dos pedidos de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca;

V - emitir autorização para a operação de embarcações estrangeiras de pesca, nas hipóteses previstas em acordos internacionais de pesca firmados pelo País;

VI - efetivar o controle das licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca no território nacional, compreendidos as águas continentais e interiores e o mar territorial da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, as áreas adjacentes e as águas internacionais;

VII - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a operacionalização do Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e Aquicultura e de seus instrumentos, com vistas a dar suporte à política de fomento e desenvolvimento dos setores aquícola e pesqueiro;

VIII - coordenar o sistema de coleta e sistematização de dados sobre aquicultura e pesca;

IX - preparar, para fornecer aos órgãos da administração pública federal, os dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para o exercício da aquicultura e da pesca, para fins de registro automático dos beneficiários no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

X - apoiar e participar dos procedimentos para o repasse ao Ibama da parcela proveniente das receitas das taxas ou dos serviços cobrados em decorrência das atividades relacionadas ao Registro Geral da Atividade Pesqueira;

XI - executar as ações relacionadas ao monitoramento e à avaliação de risco na sanidade aquícola e pesqueira e à elaboração de análises de risco de importação de produtos pesqueiros vivos, resfriados, congelados e derivados; e

XII - monitorar a sanidade nos cultivos, em fazendas ou tanques redes, incluídas as autorizações para as importações ou usos de produtos profiláticos para uso preventivo ou profilático na produção aquícola." (NR)

"Art. 44-H. Aos Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca, unidades descentralizadas diretamente subordinadas à Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, compete executar ações:

I - de fomento e desenvolvimento da aquicultura e da pesca;

II - de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado;

III - de pesquisa e difusão de informações científicas e tecnológicas relativas à aquicultura e à pesca;

IV - relacionadas à infraestrutura aquícola e pesqueira e ao cooperativismo e ao associativismo de aquicultores e de pescadores;

V - relativas à organização, à operacionalização e à manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;

VI - de articulação com os órgãos estaduais e distritais na realização dos procedimentos, dos programas e das ações político-administrativas de apoio à aquicultura e à pesca;

VII - de acompanhamento e fiscalização de convênios e contratos; e

VIII - de gestão de suas atividades, inclusive quanto ao planejamento estratégico e operacional, à qualidade e à produtividade dos serviços prestados, à comunicação, a pessoal e a serviços gerais.

Parágrafo único. O escopo de atuação dos Escritórios Federais da Aquicultura e da Pesca poderá ser definido em regimento interno, a ser editado pelo Secretário da Aquicultura e da Pesca." (NR)

"Art. 44-I. Ao Conape cabe exercer as competências estabelecidas no § 3º do art. 2º da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.

Parágrafo único. O Secretário da Aquicultura e da Pesca exercerá o encargo de Presidente do Conape." (NR)

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 27 de abril de 2018.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Marcos Jorge
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

(Anexo VI ao Decreto nº Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017)

"a) .....
.....

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Coordenação-Geral de Planejamento e Governança	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Auditoria Contínua	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Auditoria Operacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Corregedoria	1	Corregedor	FCPE 101.4
	1	Corregedor Adjunto	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.4
SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E DA PESCA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	FCPE 102.4
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PROCESSOS INTERNOS	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	7	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA AQUICULTURA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DA PESCA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Planejamento e Ordenamento da Pesca	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Serviço	6	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE REGISTRO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA AQUICULTURA E DA PESCA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Registro da Aquicultura e da Pesca	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Monitoramento e Controle da Aquicultura e da Pesca	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Análise de Risco	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
ESCRITÓRIOS FEDERAIS DA AQUICULTURA E DA PESCA	27	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	27	Chefe	DAS 101.2
	12		FG-1
	13		FG-2
	3		FG-3

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	4	25,64	4	25,64
SUBTOTAL 1		4	25,64	4	25,64
DAS 101.6	6,27	15	94,05	16	100,32
DAS 101.5	5,04	35	176,40	38	191,52
DAS 101.4	3,84	62	238,08	70	268,80
DAS 101.3	2,10	40	84,00	79	165,90
DAS 101.2	1,27	33	41,91	85	107,95
DAS 101.1	1,00	9	9,00	22	22,00
DAS 102.6	6,27	2	12,54	2	12,54
DAS 102.5	5,04	24	120,96	24	120,96
DAS 102.4	3,84	47	180,48	47	180,48
DAS 102.3	2,10	52	109,20	53	111,30
DAS 102.2	1,27	53	67,31	55	69,85
DAS 102.1	1,00	53	53,00	61	61,00
SUBTOTAL 2		425	1.186,93	552	1.412,62
FCPE 101.4	2,30	6	13,80	6	13,80
FCPE 101.3	1,26	10	12,60	11	13,86
FCPE 101.2	0,76	13	9,88	16	12,16
FCPE 101.1	0,60	8	4,80	16	9,60
FCPE 102.4	2,30	1	2,30	2	4,60
FCPE 102.3	1,26	2	2,52	3	3,78
FCPE 102.2	0,76	3	2,28	4	3,04
FCPE 102.1	0,60	3	1,80	3	1,80
SUBTOTAL 3		46	49,98	61	62,64
FG-1	0,20	-	-	12	2,40
FG-2	0,15	-	-	13	1,95
FG-3	0,12	-	-	3	0,36
SUBTOTAL 4		-	-	28	4,71
TOTAL		475	1.262,55	645	1.505,61

" (NR)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA ESTRUTURA DA SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA DO MDIC, CONSTANTE DO DECRETO Nº 8.917, DE 2016, PARA A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP PARA A SG/PR (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27	1	6,27
DAS 101.5	5,04	3	15,12	3	15,12
DAS 101.4	3,84	5	19,20	8	30,72
DAS 101.3	2,10	36	75,60	39	81,90
DAS 101.2	1,27	67	85,09	52	66,04
DAS 101.1	1,00	10	10,00	13	13,00
DAS 102.3	2,10	-	-	1	2,10
DAS 102.2	1,27	1	1,27	2	2,54
DAS 102.1	1,00	7	7,00	8	8,00
SUBTOTAL 1		130	219,55	127	225,69
FCPE 101.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 101.2	0,76	1	0,76	3	2,28
FCPE 101.1	0,60	14	8,40	8	4,80
FCPE 102.4	2,30	1	2,30	1	2,30
FCPE 102.3	1,26	1	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	1	0,76	1	0,76
SUBTOTAL 2		19	14,74	15	12,66
FG-1	0,20	11	2,20	12	2,40
FG-2	0,15	13	1,95	13	1,95
FG-3	0,12	3	0,36	3	0,36
SUBTOTAL 3		27	4,51	28	4,71
TOTAL		176	238,80	170	243,06
SALDO DO REMANEJAMENTO (c=b-a)				-6	4,26

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016, E SUBSTITUIÇÃO DE CARGOS DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIROES - DAS POR FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

a) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-2	1,27	2	2,54
TOTAL		2	2,54

b) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE EM SUBSTITUIÇÃO A CARGOS EM COMISSÃO:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA A SEAP/PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
FCPE 101.2	0,76	2	1,52
TOTAL		2	1,52

DECRETO Nº 9.331, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre o Prêmio Direitos Humanos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Prêmio Direitos Humanos será concedido bienalmente, em anos pares, pelo Governo federal, às pessoas físicas ou jurídicas cujos trabalhos ou cujas ações mereçam destaque especial nas áreas de promoção e de defesa dos direitos humanos no País.

Art. 2º Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos disciplinará a concessão do Prêmio Direitos Humanos.

Art. 3º Ficam revogados:

I - o Decreto de 8 de setembro de 1995, que institui o Prêmio "Direitos Humanos"; e

II - o Decreto de 15 de dezembro de 2016, que altera a periodicidade do Prêmio Direitos Humanos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Gustavo do Vale Rocha

DECRETO Nº 9.332, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Transforma cargos em comissão e remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República, destinados às ações da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam transformados, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, quatro cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível 2 em um de nível 5, na forma do Anexo.

Art. 2º Ficam remanejados, em caráter temporário, até 31 de dezembro de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República, os seguintes cargos em comissão:

I - um DAS 101.6;

II - um DAS 101.5; e

III - um DAS 101.4.

§ 1º Os cargos de que trata o **caput** destinam-se às ações da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, de que trata o Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

§ 2º Os cargos referidos no **caput** não integrarão a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, e seu caráter de transitoriedade constará dos atos de nomeação, por meio de remissão ao **caput.**

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido no **caput**, os cargos serão restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e os seus ocupantes ficarão automaticamente exonerados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS TRANSFORMADOS, NOS TERMOS DO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-5	5,04	-	-	1	5,04
DAS-2	1,27	4	5,08	-	-
SALDO DA TRANSFORMAÇÃO (c)= (b)-(a)				**-3**	**-0,04**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.333, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Cria a Reserva Extrativista Itapetininga, localizada no Município de Bequimão, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e nos art. 18 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o que consta do Processo nº 02070.004691/2010-01 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Itapetininga, localizada no Município de Bequimão, Estado do Maranhão, com os objetivos de:

I - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais extrativistas da região, com respeito e valorização de seu conhecimento e de sua cultura para promovê-las social e economicamente;

II - conservar os bens e os serviços ambientais costeiros prestados pelos manguezais e recursos hídricos associados; e

III - contribuir para a recuperação dos recursos biológicos, para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala e para o fomento ao ecoturismo de base comunitária.

Art. 2º A Reserva Extrativista Itapetininga, com aproximadamente 16.294 hectares, tem seus limites descritos a partir das cartas topográficas rasterizadas em escala 1:100.000, MI 0494 Guimarães (SA-23-Z-A-I), editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, em 1980, no **Datum** SAD69, projeção UTM, fuso 23, transformadas digitalmente para o **Datum** WGS1984, e das imagens **Rapideye** 2338016, de 15 de outubro de 2011, e 2337916, de 6 de outubro de 2012, disponibilizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, em coordenada projetada UTM 23sul, **Datum** WGS84, compatível com o **Datum** SIRGAS2000.

§ 1º Inicia-se a descrição do perímetro no ponto 1, de coordenadas planas aproximadas - c.p.a. N=526798 e E=9750007, localizado à margem direita do Rio Bizal na sua confluência com o Rio Pericumã; deste, segue em linha reta até o ponto 2, de c.p.a. N=527085 e E=9749993, localizado à margem esquerda do referido Rio; deste, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Pericumã até o ponto 3, de c.p.a. N=535356 e E=9748803, localizado à margem esquerda da Baía do Cumã; deste, segue em linha reta até o ponto 4, de c.p.a. N=540273 e E=9748655, localizado no Rio Itapetininga e acompanhando com o limite dos Municípios de Alcântara e Bequimão; deste, segue a montante pelo talvegue do referido Rio e acompanhando com o limite municipal até o ponto 5, de c.p.a. N=537077 e E=9740945, localizado no Rio Raimundo do Sul; deste, segue a montante pelo talvegue do referido Rio e acompanhando com o limite municipal até o ponto 6, de c.p.a. N=539172 e E=9737041; deste, segue em linha reta até o ponto 7, de c.p.a. N=538870 e E=9737014, localizado à margem direita de afluente sem denominação da margem esquerda do Rio Raimundo do Sul; deste, segue pela margem direita do referido afluente até o ponto 8, de c.p.a. N=537157 e E=9736148; deste, segue em linha reta até o ponto 9, de c.p.a. N=536383 e E=9736787; deste, segue em linha reta até o ponto 10, de c.p.a. N=535963 e E=9737056, localizado no limite de vegetação de mangue; deste, segue em linha reta acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 11, de c.p.a. N=535809 e E=9736988; pelo ponto 12, de c.p.a. N=535630 e E=9737019; pelo ponto 13, de c.p.a. N=535471 e E=9737168; pelo ponto 14, de c.p.a. N=535204 e E=9737261; pelo ponto 15, de c.p.a. N=535069 e E=9737261; pelo ponto 16, de c.p.a. N=535065 e E=9737098; pelo ponto 17, de c.p.a. N=534993 e E=9737154; pelo ponto 18, de c.p.a. N=534862 e E=9737154; pelo ponto 19, de c.p.a. N=534937 e E=9737013; pelo ponto 20, de c.p.a. N=534707 e E=9736772; pelo ponto 21, de c.p.a. N=534742 e E=9736540; pelo ponto 22, de c.p.a. N=535112 e E=9736251; pelo ponto 23, de c.p.a. N=535128 e E=9736101; pelo ponto 24, de c.p.a. N=535188 e E=9735960; pelo ponto 25, de c.p.a. N=535182 e E=9735836; pelo ponto 26, de c.p.a. N=534894 e E=9735203; pelo ponto 27, de c.p.a. N=534698 e E=9735214; pelo ponto 28, de c.p.a. N=534569 e E=9735304; pelo ponto 29, de c.p.a. N=534620 e E=9735560; pelo ponto 30, de c.p.a. N=534354 e E=9735792; pelo ponto 31, de c.p.a. N=533600 e E=9735178; pelo ponto 32, de c.p.a. N=533763 e E=9734733; pelo ponto 33, de c.p.a. N=533960 e E=9734550; pelo ponto 34, de c.p.a. N=534319 e E=9734460; pelo ponto 35, de c.p.a. N=534192 e E=9734145; pelo ponto 36, de c.p.a. N=533578 e E=9734179; pelo ponto 37, de c.p.a. N=533268 e E=9734371; pelo ponto 38, de c.p.a. N=533045 e E=9734263; pelo ponto 39, de c.p.a. N=532952 e E=9734111; pelo ponto 40, de c.p.a. N=532918 e E=9733990; pelo ponto 41, de c.p.a. N=533153 e E=9733809; pelo ponto 42, de c.p.a. N=533371 e E=9733803; pelo ponto 43, de c.p.a. N=533572 e E=9733673; pelo ponto 44, de c.p.a. N=533795 e E=9733674; pelo ponto 45, de c.p.a. N=533795 e E=9733545; pelo ponto 46, de c.p.a. N=533922 e E=9733372; pelo ponto 47, de c.p.a. N=533953 e E=9732867; pelo ponto 48, de c.p.a. N=533861 e E=9732614; pelo ponto 49, de c.p.a. N=533683 e E=9732598; pelo ponto 50, de c.p.a. N=533525 e E=9732709; pelo ponto 51, de c.p.a. N=533271 e E=9732717; pelo ponto 52, de c.p.a. N=533122 e E=9732659; pelo ponto 53, de c.p.a. N=532840 e E=9732699; pelo ponto 54, de c.p.a. N=532641 e E=9731951; e pelo ponto 55, de c.p.a. N=532778 e E=9731701; até o ponto 56, de c.p.a. N=532386 e E=9731352; deste, segue em linha reta, acompanhando o limite do Assentamento Federal Padre Paulo, passando pelo ponto 57, de c.p.a. N=532201 e E=9731416; pelo ponto 58, de c.p.a. N=531446 e E=9731142; pelo ponto 59, de c.p.a. N=531318 e E=9730887; pelo ponto 60, de c.p.a. N=530926 e E=9731248; pelo ponto 61, de c.p.a. N=530500 e E=9731187; pelo ponto 62, de c.p.a. N=530396 e E=9730837; pelo ponto 63, de c.p.a. N=529974 e E=9730320; pelo ponto 64, de c.p.a. N=529690 e E=9730336; pelo ponto 65, de c.p.a. N=529561 e E=9730712; pelo ponto 66, de c.p.a. N=529693 e E=9730852; pelo ponto 67, de c.p.a. N=529586 e E=9730987; pelo ponto 68, de c.p.a. N=529800 e E=9731051; pelo ponto 69, de c.p.a. N=529819 e E=9731332; pelo ponto 70, de c.p.a. N=529681 e E=9731789; pelo ponto 71, de c.p.a. N=528942 e E=9731594; pelo ponto 72, de c.p.a. N=528550 e E=9731051; pelo ponto 73, de c.p.a. N=528630 e E=9730842; pelo ponto 74, de c.p.a. N=528451 e E=9730823; pelo ponto 75, de c.p.a. N=528203 e E=9730930; pelo ponto 76, de c.p.a. N=527923 e E=9730911; pelo ponto 77, de c.p.a. N=527753 e E=9731089; pelo ponto 78, de c.p.a. N=527255 e E=9730744; pelo ponto 79, de c.p.a. N=527333 e E=9730526; pelo ponto 80, de c.p.a. N=527280 e E=9730404; pelo ponto 81, de c.p.a. N=526906 e E=9730566; pelo ponto 82, de c.p.a. N=526788 e E=9730314; pelo ponto 83, de c.p.a. N=526824 e E=9729989; pelo ponto 84, de c.p.a. N=526932 e E=9729914; pelo ponto 85, de c.p.a. N=526905 e E=9729610; pelo ponto 86, de c.p.a. N=527042 e E=9729446; pelo ponto 87, de c.p.a. N=526840 e E=9729363; pelo ponto 88, de c.p.a. N=526571 e E=9729244; pelo ponto 89, de c.p.a. N=526379 e E=9729364; pelo ponto 90, de c.p.a. N=526206 e E=9729822; pelo ponto 91, de c.p.a. N=525880 e E=9729597; pelo ponto 92, de c.p.a. N=525551 e E=9729586; pelo ponto 93, de c.p.a. N=525271 e E=9729279; e pelo ponto 94, de c.p.a. N=525021 e E=9729267; até o ponto 95, de c.p.a. N=524947 e E=9729206; deste, segue em linha reta passando pelo ponto 96, de c.p.a. N=524933 e E=9729173; pelo ponto 97, de c.p.a. N=524753 e E=9729127; pelo ponto 98, de c.p.a. N=524682 e E=9729132; pelo ponto 99, de c.p.a. N=524616 e E=9729169; pelo ponto 100, de c.p.a. N=524582 e E=9729212; pelo ponto 101, de c.p.a. N=524547 e E=9729223; pelo ponto 102, de c.p.a. N=524447 e E=9729105; pelo ponto 103, de c.p.a. N=524423 e E=9729123; pelo ponto 104, de c.p.a. N=524534 e E=9729282; e pelo ponto 105, de c.p.a. N=524621 e E=9729264; até o ponto 106, de c.p.a. N=524747 e E=9729646; deste, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Itapetininga até o ponto 107, de c.p.a. N=525808 e E=9730302; deste, segue em linha reta acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 108, de c.p.a. N=525789 e E=9730346; pelo ponto 109, de c.p.a. N=525879 e E=9730531; pelo ponto 110, de c.p.a. N=525728 e E=9730674; pelo ponto 111, de c.p.a. N=525657 e E=9730856; pelo ponto 112, de c.p.a. N=525522 e E=9730950; pelo ponto 113, de c.p.a. N=525514 e E=9731022; pelo ponto 114, de c.p.a. N=525319 e E=9731213; pelo ponto 115, de c.p.a. N=525321 e E=9731260; pelo ponto 116, de c.p.a. N=525267 e E=9731304; pelo ponto 117, de c.p.a. N=524993 e E=9731244; pelo ponto 118, de c.p.a. N=524952 e E=9731368; pelo ponto 119, de c.p.a. N=524973 e E=9731439; e pelo ponto 120, de c.p.a. N=525077 e E=9731509; até o ponto 121, de c.p.a. N=525310 e E=9731563; deste, segue em linha reta até o ponto 122, de c.p.a. N=525537 e E=9731920; deste, segue em linha reta acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 123, de c.p.a. N=525454 e E=9732015; pelo ponto 124, de c.p.a. N=525479 e E=9732114; pelo ponto 125, de c.p.a. N=525516 e E=9732144; pelo ponto 126, de c.p.a. N=525950 e E=9732299; pelo ponto 127, de c.p.a. N=525950 e E=9732457; pelo ponto 128, de c.p.a. N=525855 e E=9732615; pelo ponto 129, de c.p.a. N=525648 e E=9732772; pelo ponto 130, de c.p.a. N=525468 e E=9732851; pelo ponto 131, de c.p.a. N=525188 e E=9732851; pelo ponto 132, de c.p.a. N=525140 e E=9732993; pelo ponto 133, de c.p.a. N=525182 e E=9733044; e pelo ponto 134, de c.p.a. N=525311 e E=9733044; até o ponto 135, de c.p.a. N=525354 e E=9733088; deste, segue em linha reta passando pelo ponto 136, de c.p.a. N=525329 e E=9733319; ponto 137, de c.p.a. N=525961 e E=9733713; ponto 138, de c.p.a. N=526541 e E=9733766; pelo ponto 139, de c.p.a. N=527567 e E=9733750; pelo ponto 140, de c.p.a. N=527982 e E=9734415; pelo ponto 141, de c.p.a. N=528392 e E=9734426; pelo ponto 142, de c.p.a. N=528636 e E=9734261; pelo ponto 143, de c.p.a. N=529243 e E=9734612; pelo ponto 144, de c.p.a. N=529507 e E=9736980; pelo ponto 145, de c.p.a. N=531115 e E=9741139; pelo ponto 146, de c.p.a. N=531014 e E=9741721; pelo ponto 147, de c.p.a. N=530165 e E=9742451; e pelo ponto 148, de c.p.a. N=529447 e E=9742637; até o ponto 149, de c.p.a. N=525153 e E=9746719, localizado à margem direita do Rio Pericumã; deste, segue em linha reta atravessando o referido Rio até o ponto 150, de c.p.a. N=524823 e E=9747066, localizado à margem esquerda do referido Rio; deste, segue a jusante pela margem esquerda do referido Rio até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

§ 2º O subsolo da área descrita no § 1º integra os limites da Reserva Extrativista Itapetininga, exceto quanto à região marinha.

Art. 3º A zona de amortecimento da Reserva Extrativista Itapetininga será definida em ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes.

Parágrafo único. É vedada a subdelegação para a edição do ato a que se refere o **caput**.

Art. 4º Na área marítima da Reserva Extrativista Itapetininga, incluída a zona de amortecimento, ficam asseguradas a liberdade de navegação e de fundeio de embarcações e a execução das ações da Autoridade Marítima necessárias à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança do tráfego aquaviário e à prevenção contra a poluição do meio ambiente hídrico.

Parágrafo único. A imposição de restrição ao tráfego aquaviário deverá ser previamente anuída pela Autoridade Marítima.

Art. 5º Os exercícios programados pelas Forças Armadas para a manutenção da prontidão dos meios operativos e aqueles afetos à defesa da área abrangida pela Reserva Extrativista Itapetininga e de sua zona de amortecimento poderão ser realizados nos termos estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 6º Compete à Autoridade Marítima e ao Instituto Chico Mendes, no âmbito de suas competências, autorizar a realização de pesquisas e investigação científicas na plataforma continental e nas águas jurisdicionais brasileiras abrangidas pela Reserva Extrativista Itapetininga.

Art. 7º É permitida a implantação, a operação e a manutenção de infraestrutura de saneamento, transporte e energia para atendimento às comunidades residentes na Reserva Extrativista Itapetininga, desde que autorizadas pelo Instituto Chico Mendes.

Art. 8º Ficam declarados de utilidade pública, nos termos do disposto no art. 5º, **caput**, alínea "k", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis rurais privados existentes nos limites descritos no § 1º do art. 2º, para fins de desapropriação pelo Instituto Chico Mendes.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e a executar as desapropriações e, para efeitos de imissão na posse, pode alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 2º A Procuradoria Geral Federal, órgão da Advocacia Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover medidas administrativas e judiciais pertinentes, com vistas à declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e de registros imobiliários considerados irregulares incidentes na Reserva Extrativista Itapetininga.

Art. 9º Fica assegurado ao Ministério da Defesa e ao Comando da Marinha a participação no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Itapetininga.

Art. 10. O plano de manejo da Reserva Extrativista Itapetininga e suas atualizações serão submetidos à anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional.

Art. 11. A Reserva Extrativista Itapetininga será administrada pelo Instituto Chico Mendes, que adotará as medidas necessárias ao seu controle, à sua proteção e à sua implementação.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

DECRETO Nº 9.334, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Institui o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe, com a finalidade de:

I - integrar e adequar políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida e à conservação do meio ambiente das comunidades extrativistas e ribeirinhas; e

II - apoiar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais e Comunidades Tradicionais - PNPCT, instituída pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Parágrafo único. O Planafe observará os princípios e as diretrizes referentes ao fomento, ao extrativismo, às comunidades ribeirinhas, ao desenvolvimento sustentável e à exploração ambientalmente equilibrada de produtos da sociobiodiversidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O Planafe estrutura-se em quatro eixos de ação:

I - inclusão social;

II - fomento à produção sustentável;

III - infraestrutura; e

IV - gestão ambiental e territorial.

Art. 3º O Planafe tem como objetivos:

I - integrar, adequar, articular e propor ações de acesso às políticas de saúde, educação, infraestrutura, fomento à produção sustentável, geração de renda, acesso aos territórios e aos recursos naturais e gestão ambiental e territorial nas áreas de uso e ocupação tradicional por comunidades extrativistas e ribeirinhas;

II - assegurar os direitos básicos das comunidades extrativistas e ribeirinhas, com vistas à superação da pobreza e da extrema pobreza;

III - promover a participação social no planejamento, no monitoramento e na avaliação do Planafe;

IV - incentivar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade pelas comunidades extrativistas e ribeirinhas;

V - viabilizar a inclusão social e produtiva das comunidades extrativistas e ribeirinhas, principalmente das mulheres e dos jovens;

VI - proporcionar o aumento da produção e da produtividade, com vistas à elevação da renda da família extrativista e ribeirinha;

VII - desenvolver mecanismos de apoio à estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade;

VIII - desenvolver incentivos para pagamento de serviços ambientais e ecossistêmicos prestados pelas comunidades extrativistas e ribeirinhas;

IX - incentivar a regularização fundiária de interesse social dos espaços territoriais ocupados pelas comunidades extrativistas e ribeirinhas; e

X - buscar fontes de financiamento junto a organismos internacionais que possibilitem o incremento das ações previstas no Planafe.

Art. 4º Fica instituído o Comitê Gestor do Planafe, a quem compete:

I - de realizar consultas sobre as políticas, os programas e as ações; e

II - propor a fixação de metas e orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do referido Plano.

§ 1º O Comitê Gestor será composto por representantes, titular e suplente, do Poder Público e da sociedade civil, a seguir indicados:

I - um representante do Ministério do Meio Ambiente, que o coordenará;

II - um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - um representante do Ministério da Educação;

IV - um representante do Ministério do Desenvolvimento Social;

V - um representante do Ministério da Saúde;

VI - um representante do Ministério dos Direitos Humanos;

VII - um representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; e

VIII - sete representantes das comunidades extrativistas e ribeirinhas.

§ 2º Os representantes do Poder Público serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam.

§ 3º Os representantes da sociedade civil serão indicados pelos representantes das comunidades extrativistas e ribeirinhas que compõem o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT.

§ 4º Caberá à Secretaria-Executiva do CNPCT enviar ao Ministério do Meio Ambiente os nomes dos representantes das comunidades extrativistas e ribeirinhas indicados pelo CNPCT.

§ 5º Os membros do Comitê Gestor serão designados em ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 6º O Comitê Gestor poderá convidar representantes da sociedade civil e de outros órgãos e entidades públicas ou privadas para assistir suas reuniões.

§ 7º O Comitê Gestor poderá constituir grupos de trabalho temáticos destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre temas específicos.

§ 8º O apoio técnico e administrativo para o funcionamento do Comitê Gestor será prestado pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

§ 9º Observado o disposto no § 6º, serão convidados permanentes do Comitê Gestor, um representante dos seguintes órgãos e entidades, indicados pelos respectivos dirigentes máximos:

I - Ministério de Minas e Energia;

II - Ministério das Cidades;

III - Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria de Governo da Presidência da República;

IV - Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

V - Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente;

VI - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra;

VII - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;

VIII - Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; e

IX - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa.

Art. 5º A participação no Comitê Gestor do Planafe será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Parágrafo único. As despesas relativas à participação nas reuniões do Comitê Gestor serão custeadas:

I - pelos respectivos órgãos, no caso dos representantes do Poder Público; e

II - pelo Ministério do Meio Ambiente, no caso dos representantes das comunidades extrativistas e ribeirinhas.

Art. 6º Os órgãos envolvidos na implementação do Planafe deverão:

I - informar as políticas, os programas e as ações a serem implementados; e

II - assegurar as dotações orçamentárias e os resultados da execução em suas áreas de atuação.

Art. 7º Para a implementação do Planafe poderão ser firmados convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e com entidades privadas e organismos internacionais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
Osmar Terra
José Sarney Filho

DECRETO Nº 9.335, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com área de atuação localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37 ao art. 40 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com as seguintes competências:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados; e

VII - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, cujo rio principal é de domínio da União, é definida pelos limites geográficos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, cuja área de drenagem é de 325.834,80 Km2.

Art. 2º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será composto por representantes:

I - da União;

II - dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; e

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes, titulares e suplentes, e os critérios para sua escolha e indicação serão estabelecidos no regimento interno do Comitê, observado o disposto no art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e nas diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

§ 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.

§ 3º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será definido em regimento interno, nos termos do disposto na Lei nº 9.433, de 1997.

Parágrafo único. O regimento interno do Comitê será aprovado por seus membros e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 4º As reuniões do Comitê serão públicas e sua convocação amplamente divulgada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

DECRETO Nº 9.336, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Cria o Parque Nacional do Boqueirão da Onça, localizado nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e nos art. 11 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o que consta do Processo nº 02001.007934/2002-68 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Parque Nacional do Boqueirão da Onça, localizado nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho e Campo Formoso, Estado da Bahia, com os objetivos de:

I - proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, a flora e a fauna da caatinga, incluídas as transições altitudinais;

II - garantir a manutenção de populações viáveis de espécies ameaçadas de extinção, raras ou endêmicas que ocorrem na região, tais como a onça-pintada (**Panthera onca**), a arara-azul-de-lear (**Anodorhynchus leari**) e o tatu-bola (**Tolypeutes tricinctus**);

III - proteger as formações cársticas e os sítios paleontológicos e arqueológicos associados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - proteger e promover a recuperação das formações vegetacionais da área e preservar e valorizar as paisagens naturais e as belezas cênicas; e

V - proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico.

Art. 2º O Parque Nacional do Boqueirão da Onça, com aproximadamente 347.557 hectares, tem seus limites descritos a partir das ortofotos digitais na escala 1:25.000, **Datum** SIRGAS 2000, elaboradas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Governo do Estado da Bahia e que cobrem os Mis 1587-4, 1588-3, 1588-4, 1589-2, 1589-4, 1590-1, 1590-2, 1590-3, 1590-4, 1656-2, 1657-1, 1657-2, 1657-3, 1657-4, 1658-1, 1658-2, 1658-3, 1658-4, 1659-1, 1659-3, 1723-2 e 1723-4, além das cartas topográficas SC-24-V-C-VI (Campo dos Cavalos), SC-24-N-1 (Brejão da Caatinga), SC-24-Y-A-II (Delfino), SC-24-Y-A-I (Amaniú), SC-24-Y-A-IV (Camirim), SC-23-Z-B-III (Pilão Arcado), SC-24-V-C-IV (Tombador), e SC-24-V-C-V (Serra do Brejinho), na escala 1:100.000, digitalizadas e reprojetadas para o **Datum** SIRGAS 2000, produzidas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro e pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

§ 1º Inicia-se a descrição do perímetro no ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a. 40° 44' 25.77" W e 9° 42' 49.72" S, localizado no talvegue do Riacho Língua de Vaca; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2 de c.g.a. 40° 46' 24.32" W e 9° 44' 32.07" S, ponto 3 de c.g.a. 40° 49' 29.81" W e 9° 45' 43.17" S, ponto 4 de c.g.a. 40° 54' 37.91" W e 9° 46' 33.76" S, ponto 5 de c.g.a. 40° 54' 36.39" W e 9° 48' 8.49" S, ponto 6 de c.g.a. 40° 55' 31.17" W e 9° 48' 28.37" S, até atingir o ponto 7 de c.g.a. 40° 55' 25.09" W e 9° 49' 11.47" S, situado no talvegue do Riacho das Tocas; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 8 de c.g.a. 40° 55' 47.33" W e 9° 49' 34.85" S, ponto 9 de c.g.a. 40° 55' 58.68" W e 9° 49' 56.41" S, ponto 10 de c.g.a. 40° 56' 2.96" W e 9° 50' 16.43" S, ponto 11 de c.g.a. 40° 56' 7.17" W e 9° 50' 22.13" S, ponto 12 de c.g.a. 40° 56' 19.52" W e 9° 50' 26.28" S, ponto 13 de c.g.a. 40° 56' 33.13" W e 9° 50' 19.43" S, ponto 14 de c.g.a. 40° 57' 17.65" W e 9° 50' 9.64" S, ponto 15 de c.g.a. 40° 57' 24.97" W e 9° 50' 0.05" S, ponto 16 de c.g.a. 40° 57' 36.15" W e 9° 49' 52.35" S, ponto 17 de c.g.a. 40° 57' 48.01" W e 9° 49' 51.65" S, ponto 18 de c.g.a. 40° 58' 55.47" W e 9° 50' 18.11" S, até atingir o ponto 19 de c.g.a. 40° 59' 14.22" W e 9° 50' 29.78" S, situado no talvegue do Riacho Grande; deste, segue em linha reta subindo a Serra de São Francisco até o ponto 20 de c.g.a. 40° 57' 31.53" W e 9° 53' 45.64" S; deste, segue por linhas retas, acompanhando a Serra de São Francisco, passando pelos pontos: ponto 21 de c.g.a. 40° 58' 56.75" W e 9° 54' 14.86" S, ponto 22 de c.g.a. 41° 2' 2.70" W e 9° 56' 6.61" S, ponto 23 de c.g.a. 41° 7' 8.31" W e 9° 58' 6.18" S, até atingir o ponto 24 de c.g.a. 41° 8' 39.55" W e 9° 58' 40.29" S, situado em um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 25 de c.g.a. 41° 9' 48.95" W e 9° 58' 26.54" S, ponto 26 de c.g.a. 41° 11' 34.87" W e 9° 59' 14.60" S, ponto 27 de c.g.a. 41° 12' 26.78" W e 9° 59' 55.48" S, ponto 28 de c.g.a. 41° 12' 48.49" W e 10° 0' 25.95" S, ponto 29 de c.g.a. 41° 13' 43.20" W e 10° 1' 13.78" S, ponto 30 de c.g.a. 41° 15' 6.29" W e 10° 2' 12.88" S, ponto 31 de c.g.a. 41° 15' 13.38" W e 10° 1' 8.30" S, ponto 32 de c.g.a. 41° 15' 35.74" W e 10° 1' 6.08" S, ponto 33 de c.g.a. 41° 15' 43.61" W e 10° 0' 36.07" S, até atingir o ponto 34 de c.g.a. 41° 15' 44.71" W e 10° 0' 14.25" S, situado na cabeceira de um afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 35 de c.g.a. 41° 16' 39.91" W e 9° 59' 44.36" S, ponto 36 de c.g.a. 41° 16' 50.16" W e 9° 59' 20.07" S, ponto 37 de c.g.a. 41° 17' 16.37" W e 9° 58' 50.50" S, ponto 38 de c.g.a. 41° 17' 54.13" W e 9° 58' 51.46" S, ponto 39 de c.g.a. 41° 18' 50.39" W e 10° 0' 40.93" S, ponto 40 de c.g.a. 41° 19' 2.62" W e 10° 0' 46.70" S, até atingir o ponto 41 de c.g.a. 41° 19' 24.33" W e 10° 0' 41.99" S, situado na cabeceira de outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 42 de c.g.a. 41° 20' 34.82" W e 10° 1' 8.66" S, até atingir o ponto 43 de c.g.a. 41° 20' 38.11" W e 10° 1' 18.04" S, situado na cabeceira de outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Angelim; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente passando pelo ponto 44 de c.g.a. 41° 21' 3.09" W e 10° 1' 30.70" S, até atingir o ponto 45 de c.g.a. 41° 21' 8.66" W e 10° 1' 39.75" S; deste, segue em linha reta até o ponto 46 de c.g.a. 41° 20' 16.88" W e 10° 2' 38.81" S, situado no talvegue do Riacho do Angelim, nas proximidades da localidade do Limoeiro; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 47 de c.g.a. 41° 19' 48.20" W e 10° 2' 49.79" S, ponto 48 de c.g.a. 41° 19' 39.41" W e 10° 2' 40.56" S, ponto 49 de c.g.a. 41° 19' 27.71" W e 10° 2' 41.78" S, ponto 50 de c.g.a. 41° 18' 56.58" W e 10° 2' 33.03" S, até atingir o ponto 51 de c.g.a. 41° 18' 52.02" W e 10° 2' 39.86" S, situado na confluência do Riacho do Angelim com um afluente da margem esquerda sem denominação; deste, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até uma de suas cabeceiras no ponto 52 de c.g.a. 41° 18' 32.03" W e 10° 3' 31.72" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 53 de c.g.a. 41° 18' 41.20" W e 10° 3' 33.52" S, ponto 54 de c.g.a. 41° 19' 12.74" W e 10° 3' 23.88" S, ponto 55 de c.g.a. 41° 19' 26.11" W e 10° 3' 30.39" S, ponto 56 de c.g.a. 41° 19' 28.85" W e 10° 3' 49.92" S, ponto 57 de c.g.a. 41° 19' 11.62" W e 10° 4' 4.76" S, ponto 58 de c.g.a. 41° 19' 37.41" W e 10° 4' 38.29" S, ponto 59 de c.g.a. 41° 20' 5.31" W e 10° 4' 36.62" S, ponto 60 de c.g.a. 41° 20' 17.89" W e 10° 4' 27.81" S, ponto 61 de c.g.a. 41° 20' 28.71" W e 10° 4' 35.61" S, até atingir o ponto 62 de c.g.a. 41° 20' 51.38" W e 10° 4' 56.27" S, situado no talvegue da Grota do Oiti; deste, segue a jusante pelo talvegue da referida Grota até o ponto 63 de c.g.a. 41° 21' 12.08" W e 10° 4' 57.83" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 64 de c.g.a. 41° 21' 19.25" W e 10° 5' 3.46" S, ponto 65 de c.g.a. 41° 21' 50.44" W e 10° 5' 56.43" S, ponto 66 de c.g.a. 41° 21' 45.54" W e 10° 6' 32.28" S, até atingir o ponto 67 de c.g.a. 41° 22' 35.11" W e 10° 7' 28.40" S, situado na margem esquerda do Riacho Bazuá; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 68 de c.g.a. 41° 23' 0.18" W e 10° 6' 33.53" S, ponto 69 de c.g.a. 41° 22' 59.06" W e 10° 6' 3.72" S, ponto 70 de c.g.a. 41° 24' 44.35" W e 10° 4' 43.58" S, ponto 71 de c.g.a. 41° 25' 27.70" W e 10° 4' 34.85" S, ponto 72 de c.g.a. 41° 27' 40.56" W e 10° 3' 27.44" S, ponto 73 de c.g.a. 41° 28' 49.47" W e 10° 2' 25.88" S, ponto 74 de c.g.a. 41° 29' 40.45" W e 10° 1' 3.75" S, até atingir o ponto 75 de c.g.a. 41° 30' 22.81" W e 9° 59' 13.29" S, situado nas proximidades da localidade de Fazenda Lajes; deste, segue por linhas retas contornando a referida localidade passando pelos pontos: ponto 76 de c.g.a. 41° 31' 44.56" W e 9° 59' 4.11" S, ponto 77 de c.g.a. 41° 31' 48.98" W e 9° 58' 23.98" S, ponto 78 de c.g.a. 41° 31' 40.62" W e 9° 57' 54.86" S, ponto 79 de c.g.a. 41° 30' 49.25" W e 9° 57' 36.95" S, ponto 80 de c.g.a. 41° 30' 4.62" W e 9° 57' 42.42" S, ponto 81 de c.g.a. 41° 29' 57.62" W e 9° 58' 18.38" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 82 de c.g.a. 41° 29' 10.42" W e 9° 59' 31.11" S, ponto 83 de c.g.a. 41° 28' 55.53" W e 10° 0' 10.83" S, ponto 84 de c.g.a. 41° 28' 1.55" W e 10° 1' 8.06" S, ponto 85 de c.g.a. 41° 24' 28.01" W e 10° 2' 17.73" S, ponto 86 de c.g.a. 41° 24' 13.95" W e 10° 2' 33.81" S, ponto 87 de c.g.a. 41° 24' 5.05" W e 10° 2' 34.60" S, ponto 88 de c.g.a. 41° 23' 44.81" W e 10° 2' 26.63" S, ponto 89 de c.g.a. 41° 23' 39.48" W e 10° 2' 20.04" S, ponto 90 de c.g.a. 41° 23' 39.46" W e 10° 2' 15.28" S, ponto 91 de c.g.a. 41° 23' 30.04" W e 10° 2' 10.35" S, ponto 92 de c.g.a. 41° 22' 51.44" W e 10° 2' 20.20" S, ponto 93 de c.g.a. 41° 22' 31.09" W e 10° 2' 14.55" S, até atingir o ponto 94 de c.g.a. 41° 22' 22.05" W e 10° 2' 1.58" S, situado nas proximidades da localidade de Batateira; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 95 de c.g.a. 41° 22' 19.65" W e 10° 1' 48.90" S, ponto 96 de c.g.a. 41° 22' 23.63" W e 10° 1' 39.08" S, ponto 97 de c.g.a. 41° 23' 8.55" W e 10° 1' 22.30" S, ponto 98 de c.g.a. 41° 22' 50.99" W e 9° 59' 27.88" S, até atingir o ponto 99 de c.g.a. 41° 22' 41.18" W e 9° 59' 17.88" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Angelim; deste, segue em linha reta até o ponto 100 de c.g.a. 41° 21' 59.68" W e 9° 58' 55.85" S, situado no talvegue de outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Angelim; deste, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até uma de suas cabeceiras no ponto 101 de c.g.a. 41° 21' 42.00" W e 9° 57' 55.33" S; deste, segue por linhas retas contornando a localidade de Careta passando pelos pontos: ponto 102 de c.g.a. 41° 21' 45.11" W e 9° 57' 50.19" S, ponto 103 de c.g.a. 41° 22' 2.64" W e 9° 57' 42.04" S, ponto 104 de c.g.a. 41° 22' 13.52" W e 9° 57' 25.95" S, ponto 105 de c.g.a. 41° 22' 7.92" W e 9° 57' 14.85" S, ponto 106 de c.g.a. 41° 21' 44.77" W e 9° 57' 5.21" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 107 de c.g.a. 41° 21' 40.79" W e 9° 57' 0.34" S, ponto 108 de c.g.a. 41° 21' 40.02" W e 9° 56' 47.20" S, ponto 109 de c.g.a. 41° 21' 46.43" W e 9° 56' 28.86" S, ponto 110 de c.g.a. 41° 21' 48.95" W e 9° 55' 54.41" S, ponto 111 de c.g.a. 41° 21' 33.72" W e 9° 55' 51.41" S, ponto 112 de c.g.a. 41° 20' 55.84" W e 9° 55' 24.60" S, ponto 113 de c.g.a. 41° 20' 59.95" W e 9° 55' 10.21" S, ponto 114 de c.g.a. 41° 21' 15.37" W e 9° 55' 5.75" S, até atingir o ponto 115 de c.g.a. 41° 22' 6.34" W e 9° 55' 15.47" S, situado no talvegue do Riacho Galeno; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra da Batateira passando pelos pontos: ponto 116 de c.g.a. 41° 22' 57.75" W e 9° 54' 40.66" S, ponto 117 de c.g.a. 41° 23' 37.53" W e 9° 54' 25.44" S, ponto 118 de c.g.a. 41° 23' 46.01" W e 9° 54' 12.21" S, ponto 119 de c.g.a. 41° 23' 47.44" W e 9° 54' 0.69" S, ponto 120 de c.g.a. 41° 24' 8.95" W e 9° 53' 38.29" S, ponto 121 de c.g.a. 41° 25' 33.31" W e 9° 53' 51.92" S, até atingir o ponto 122 de c.g.a. 41° 27' 28.06" W e 9° 53' 48.97" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 123 de c.g.a. 41° 27' 35.56" W e 9° 53' 45.75" S, ponto 124 de c.g.a. 41° 27' 45.51" W e 9° 53' 25.75" S, ponto 125 de c.g.a. 41° 27' 45.15" W e 9° 53' 15.55" S, ponto 126 de c.g.a. 41° 27' 48.43" W e 9° 53' 8.26" S, até atingir o ponto 127 de c.g.a. 41° 28' 0.63" W e 9° 52' 59.27" S, situado em um afluente sem denominação da margem direita do Riacho Bazuá; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra do Brejinho passando pelos pontos: ponto 128 de c.g.a. 41° 27' 57.29" W e 9° 52' 40.52" S, ponto 129 de c.g.a. 41° 27' 38.02" W e 9° 52' 32.03" S, ponto 130 de c.g.a. 41° 27' 0.50" W e 9° 52' 36.40" S, ponto 131 de c.g.a. 41° 26' 50.34" W e 9° 52' 30.43" S, ponto 132 de c.g.a. 41° 26' 48.35" W e 9° 52' 4.86" S, ponto 133 de c.g.a. 41° 25' 57.99" W e 9° 51' 29.76" S, ponto 134 de c.g.a. 41° 25' 39.03" W e 9° 51' 28.30" S, ponto 135 de c.g.a. 41° 25' 35.44" W e 9° 51' 19.57" S, ponto 136 de c.g.a. 41° 25' 18.47" W e 9° 51' 11.34" S, até atingir o ponto 137 de c.g.a. 41° 25' 14.36" W e 9° 51' 3.63" S, situado no talvegue de um riacho intermitente sem denominação; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho passando pelo ponto 138 de c.g.a. 41° 25' 40.60" W e 9° 50' 37.21" S, até atingir o ponto 139 de c.g.a. 41° 25' 39.40" W e 9° 50' 19.20" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 140 de c.g.a. 41° 25' 55.84" W e 9° 49' 53.28" S, ponto 141 de c.g.a. 41° 31' 32.82" W e 9° 51' 21.37" S, ponto 142 de c.g.a. 41° 31' 32.82" W e 9° 52' 50.00" S, ponto 143 de c.g.a. 41° 32' 47.52" W e 9° 52' 48.50" S, ponto 144 de c.g.a. 41° 32' 47.44" W e 9° 51' 47.83" S, ponto 145 de c.g.a. 41° 33' 30.50" W e 9° 51' 54.10" S, até atingir o ponto 146 de c.g.a. 41° 33' 49.05" W e 9° 51' 47.02" S, situado em um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho Bazuá; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 147 de c.g.a. 41° 33' 55.77" W e 9° 50' 48.40" S, ponto 148 de c.g.a. 41° 37' 49.92" W e 9° 51' 13.48" S, ponto 149 de c.g.a. 41° 38' 56.78" W e 9° 50' 48.51" S, ponto 150 de c.g.a. 41° 40' 43.22" W e 9° 51' 28.76" S, ponto 151 de c.g.a. 41° 40' 37.36" W e 9° 51' 48.12" S, ponto 152 de c.g.a. 41° 40' 55.02" W e 9° 51' 56.42" S, ponto 153 de c.g.a. 41° 45' 26.15" W e 9° 52' 49.46" S, ponto 154 de c.g.a. 41° 41' 16.52" W e 9° 51' 41.36" S, ponto 155 de c.g.a. 41° 44' 5.49" W e 9° 52' 45.32" S, ponto 156 de c.g.a. 41° 45' 10.88" W e 9° 52' 51.29" S, ponto 157 de c.g.a. 41° 45' 42.08" W e 9° 52' 56.11" S, ponto 158 de c.g.a. 41° 46' 14.98" W e 9° 53' 5.53" S, ponto 159 de c.g.a. 41° 47' 2.30" W e 9° 53' 15.32" S, ponto 160 de c.g.a. 41° 48' 2.56" W e 9° 53' 4.61" S, ponto 161 de c.g.a. 41° 49' 29.20" W e 9° 54' 25.89" S, ponto 162 de c.g.a. 41° 49' 34.43" W e 9° 54' 47.32" S, ponto 163 de c.g.a. 41° 51' 26.07" W e 9° 54' 44.37" S, ponto 164 de c.g.a. 41° 52' 26.75" W e 9° 53' 51.16" S, ponto 165 de c.g.a. 41° 51' 56.05" W e 9° 53' 0.04" S, ponto 166 de c.g.a. 41° 52' 34.15" W e 9° 52' 23.47" S, até atingir o ponto 167 de c.g.a. 41° 52' 46.45" W e 9° 51' 59.43" S, situado no sopé da Serra da Ingrata; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra da Ingrata passando pelos pontos: ponto 168 de c.g.a. 41° 49' 35.58" W e 9° 51' 19.70" S, ponto 169 de c.g.a. 41° 49' 30.61" W e 9° 51' 17.98" S, ponto 170 de c.g.a. 41° 49' 28.90" W e 9° 51' 13.70" S, ponto 171 de c.g.a. 41° 49' 32.50" W e 9° 51' 10.44" S, ponto 172 de c.g.a. 41° 49' 38.67" W e 9° 51' 9.25" S, ponto 173 de c.g.a. 41° 50' 3.85" W e 9° 51' 9.59" S, ponto 174 de c.g.a. 41° 50' 5.02" W e 9° 51' 3.65" S, ponto 175 de c.g.a. 41° 49' 54.43" W e 9° 50' 56.74" S, ponto 176 de c.g.a. 41° 49' 40.55" W e 9° 50' 57.42" S, ponto 177 de c.g.a. 41° 49' 35.93" W e 9° 50' 55.54" S, ponto 178 de c.g.a. 41° 49' 34.90" W e 9° 50' 53.48" S, ponto 179 de c.g.a. 41° 49' 37.64" W e 9° 50' 50.57" S, ponto 180 de c.g.a. 41° 49' 48.60" W e 9° 50' 45.09" S, ponto 181 de c.g.a. 41° 50' 2.65" W e 9° 50' 43.55" S, ponto 182 de c.g.a. 41° 50' 19.10" W e 9° 50' 46.97" S, ponto 183 de c.g.a. 41° 50' 53.11" W e 9° 50' 57.98" S, ponto 184 de c.g.a. 41° 51' 25.22" W e 9° 50' 57.79" S, ponto 185 de c.g.a. 41° 51' 52.42" W e 9° 51' 4.22" S, ponto 186 de c.g.a. 41° 52' 12.95" W e 9° 51' 3.47" S, ponto 187 de c.g.a. 41° 52' 49.03" W e 9° 50' 48.96" S, ponto 188 de c.g.a. 41° 53' 10.47" W e 9° 50' 48.00" S, ponto 189 de c.g.a. 41° 53' 28.19" W e 9° 50' 55.57" S, ponto 190 de c.g.a. 41° 53' 51.62" W e 9° 50' 33.59" S, ponto 191 de c.g.a. 41° 54' 0.30" W e 9° 50' 33.46" S, ponto 192 de c.g.a. 41° 54' 38.65" W e 9° 51' 5.26" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 193 de c.g.a. 41° 57' 20.85" W e 9° 50' 55.35" S, ponto 194 de c.g.a. 41° 57' 44.46" W e 9° 51' 11.64" S, ponto 195 de c.g.a. 41° 58' 23.90" W e 9° 52' 35.01" S, ponto 196 de c.g.a. 41° 59' 24.12" W e 9° 53' 5.75" S, ponto 197 de c.g.a. 41° 59' 14.05" W e 9° 53' 19.27" S, ponto 198 de c.g.a. 42° 0' 15.85" W e 9° 53' 52.52" S, ponto 199 de c.g.a. 42° 0' 46.23" W e 9° 55' 39.08" S, ponto 200 de c.g.a. 42° 1' 34.06" W e 9° 56' 17.01" S, ponto 201 de c.g.a. 42° 2' 5.15" W e 9° 56' 55.28" S, ponto 202 de c.g.a. 42° 2' 33.25" W e 9° 57' 29.85" S, ponto 203 de c.g.a. 42° 3' 19.55" W e 9° 58' 26.82" S, ponto 204 de c.g.a. 42° 3' 19.69" W e 10° 0' 37.01" S, até atingir o ponto 205 de c.g.a. 42° 5' 12.63" W e 10° 0' 37.00" S, situado no sopé da Serra do Mocambo; deste, segue por linhas retas acompanhando o sopé da Serra da Esquina passando pelo ponto 206 de c.g.a. 42° 6' 17.19" W e 10° 1' 7.07" S, até atingir o ponto 207 de c.g.a. 42° 10' 35.31" W e 10° 0' 19.29" S; deste, segue em linha reta acompanhando o sopé da Serra do Tabuleiro Alto até o ponto 208 de c.g.a. 42° 12' 31.72" W e 10° 2' 30.61" S, situado nas proximidades da localidade do Cajuí; deste, segue por linhas retas acompanhando o sopé da Serra do Tabuleiro Alto passando pelos pontos: ponto 209 de c.g.a. 42° 13' 16.34" W e 10° 5' 43.67" S, ponto 210 de c.g.a. 42° 13' 14.51" W e 10° 5' 47.30" S, ponto 211 de c.g.a. 42° 13' 8.11" W e 10° 5' 50.46" S, até atingir o ponto 212 de c.g.a. 42° 12' 7.25" W e 10° 5' 53.56" S, situado nas proximidades da localidade de Nova Holanda; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 213 de c.g.a. 42° 11' 33.74" W e 10° 5' 40.32" S, ponto 214 de c.g.a. 42° 11' 28.73" W e 10° 5' 31.49" S, ponto 215 de c.g.a. 42° 9' 3.28" W e 10° 6' 2.03" S, ponto 216 de c.g.a. 42° 3' 14.07" W e 10° 3' 33.66" S, ponto 217 de c.g.a. 41° 59' 9.15" W e 10° 5' 27.91" S, ponto 218 de c.g.a. 41° 59' 27.78" W e 10° 8' 31.48" S, até atingir o ponto 219 de c.g.a. 41° 56' 31.09" W e 10° 10' 3.92" S, situado em afluente sem denominação da margem direita do Rio Jacaré ou da Vereda do Romão Gramacho; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 220 de c.g.a. 41° 55' 4.66" W e 10° 7' 36.02" S, ponto 221 de c.g.a. 41° 53' 31.77" W e 10° 8' 1.40" S, ponto 222 de c.g.a. 41° 51' 49.47" W e 10° 5' 50.11" S, até atingir o ponto 223 de c.g.a. 41° 49' 58.67" W e 10° 8' 12.54" S, situado em outro afluente sem denominação da margem direita do Rio Jacaré ou da Vereda do Romão Gramacho; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 224 de c.g.a. 41° 48' 12.79" W e 10° 8' 14.71" S, ponto 225 de c.g.a. 41° 48' 13.96" W e 10° 9' 55.89" S, até atingir o ponto 226 de c.g.a. 41° 46' 39.31" W e 10° 9' 56.68" S, situado em afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Mari; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 227 de c.g.a. 41° 45' 28.60" W e 10° 10' 59.23" S, até atingir o ponto 228 de c.g.a. 41° 43' 26.95" W e 10° 10' 32.89" S, situado em outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Mari; deste, segue em linha reta até o ponto 229 de c.g.a. 41° 40' 38.32" W e 10° 7' 34.56" S, situado em outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Mari; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 230 de c.g.a. 41° 40' 33.47" W e 10° 6' 16.46" S, ponto 231 de c.g.a. 41° 40' 18.24" W e 10° 5' 56.67" S, ponto 232 de c.g.a. 41° 40' 4.38" W e 10° 4' 45.67" S, ponto 233 de c.g.a. 41° 40' 31.72" W e 10° 4' 1.74" S, ponto 234 de c.g.a. 41° 40' 6.55" W e 10° 2' 17.01" S, ponto 235 de c.g.a. 41° 38' 52.10" W e 10° 2' 53.82" S, ponto 236 de c.g.a. 41° 37' 36.75" W e 10°

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1' 49.23" S, ponto 237 de c.g.a. 41° 37' 36.76" W e 10° 1' 49.22" S, ponto 238 de c.g.a. 41° 35' 51.01" W e 10° 1' 30.35" S, ponto 239 de c.g.a. 41° 33' 45.88" W e 10° 1' 39.64" S, até atingir o ponto 240 de c.g.a. 41° 32' 36.78" W e 10° 2' 35.03" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Coroatá; deste, segue em linha reta atravessando o Riacho do Mari ou a Vereda do Mari até o ponto 241 de c.g.a. 41° 32' 57.69" W e 10° 3' 35.05" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 242 de c.g.a. 41° 33' 31.00" W e 10° 3' 49.87" S, ponto 243 de c.g.a. 41° 34' 50.90" W e 10° 3' 32.26" S, ponto 244 de c.g.a. 41° 36' 9.34" W e 10° 3' 54.35" S, ponto 245 de c.g.a. 41° 37' 18.65" W e 10° 6' 8.01" S, ponto 246 de c.g.a. 41° 37' 49.63" W e 10° 10' 27.60" S, até atingir o ponto 247 de c.g.a. 41° 42' 15.50" W e 10° 15' 58.61" S, situado no talvegue do Riacho da Santana; deste, segue a jusante pelo talvegue do Riacho da Santana até o ponto 247B de c.g.a. 41° 43' 3.42" W e 10° 16' 34.57" S, localizado na confluência do Riacho do Santana com o Riacho Brejo das Minas; deste, segue a jusante pelo talvegue do Riacho Brejo das Minas até o ponto 248 de c.g.a. 41° 45' 7.99" W e 10° 18' 33.63" S, situado na confluência do Riacho Brejo das Minas com um afluente sem denominação de sua margem esquerda; destes, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 249 de c.g.a. 41° 43' 6.41" W e 10° 20' 22.78" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 250 de c.g.a. 41° 41' 40.66" W e 10° 19' 45.72" S, ponto 251 de c.g.a. 41° 41' 44.65" W e 10° 21' 50.26" S, ponto 252 de c.g.a. 41° 40' 19.42" W e 10° 22' 15.91" S, ponto 253 de c.g.a. 41° 40' 18.09" W e 10° 21' 25.52" S, ponto 254 de c.g.a. 41° 39' 38.30" W e 10° 20' 38.04" S, ponto 255 de c.g.a. 41° 38' 39.27" W e 10° 19' 19.76" S, ponto 256 de c.g.a. 41° 38' 15.97" W e 10° 19' 23.61" S, ponto 257 de c.g.a. 41° 37' 35.21" W e 10° 20' 29.93" S, até atingir o ponto 258 de c.g.a. 41° 36' 51.52" W e 10° 20' 31.53" S, localizado no talvegue do Riacho do Brejo das Minas; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 259 de c.g.a. 41° 37' 22.89" W e 10° 19' 31.77" S, até atingir o ponto 260 de c.g.a. 41° 36' 7.05" W e 10° 16' 48.76" S, localizado no talvegue do Riacho da Santana; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra do Grotão passando pelos pontos: ponto 261 de c.g.a. 41° 36' 28.88" W e 10° 16' 30.78" S, ponto 262 de c.g.a. 41° 36' 7.30" W e 10° 15' 41.24" S, até atingir o ponto 263 de c.g.a. 41° 28' 47.70" W e 10° 9' 8.02" S, localizado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Mari; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 264 de c.g.a. 41° 26' 57.13" W e 10° 8' 33.42" S, ponto 265 de c.g.a. 41° 24' 18.60" W e 10° 9' 37.13" S, ponto 266 de c.g.a. 41° 24' 13.18" W e 10° 9' 57.31" S, ponto 267 de c.g.a. 41° 24' 37.06" W e 10° 11' 51.54" S, ponto 268 de c.g.a. 41° 25' 3.32" W e 10° 12' 5.25" S, ponto 269 de c.g.a. 41° 27' 34.07" W e 10° 14' 18.33" S, ponto 271 de c.g.a. 41° 26' 51.24" W e 10° 15' 7.61" S, até atingir o ponto 272 de c.g.a. 41° 26' 33.38" W e 10° 14' 56.48" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda da Grota da Gangorra; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 273 de c.g.a. 41° 26' 5.49" W e 10° 14' 27.61" S, ponto 274 de c.g.a. 41° 26' 6.69" W e 10° 14' 13.25" S, ponto 275 de c.g.a. 41° 25' 49.36" W e 10° 13' 52.49" S, até atingir o ponto 276 de c.g.a. 41° 25' 27.94" W e 10° 13' 50.97" S, situado no talvegue de outro afluente sem denominação da margem esquerda da Grota da Gangorra, nas proximidades da localidade Fazenda Queimada de Cima; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 277 de c.g.a. 41° 25' 7.88" W e 10° 13' 30.47" S, ponto 278 de c.g.a. 41° 24' 31.71" W e 10° 13' 13.36" S, até atingir o ponto 279 de c.g.a. 41° 24' 15.96" W e 10° 13' 21.87" S, situado no talvegue da Grota do Cabaceiro, nas proximidades da localidade Fazenda Malhada da Onça; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 280 de c.g.a. 41° 23' 53.98" W e 10° 13' 19.79" S, ponto 281 de c.g.a. 41° 23' 45.39" W e 10° 13' 3.63" S, ponto 282 de c.g.a. 41° 23' 22.61" W e 10° 13' 5.48" S, ponto 283 de c.g.a. 41° 22' 42.95" W e 10° 14' 0.46" S, até atingir o ponto 284 de c.g.a. 41° 21' 53.80" W e 10° 16' 15.39" S, situado no Riacho das Almas; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 285 de c.g.a. 41° 21' 26.87" W e 10° 16' 8.61" S, situado na confluência com a Grota do Búzio; deste, segue a jusante pelo talvegue da referida Grota até o ponto 286 de c.g.a. 41° 21' 24.02" W e 10° 15' 44.77" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 287 de c.g.a. 41° 20' 43.41" W e 10° 15' 12.51" S, ponto 288 de c.g.a. 41° 21' 1.23" W e 10° 14' 34.03" S, ponto 289 de c.g.a. 41° 20' 44.36" W e 10° 14' 17.81" S, ponto 290 de c.g.a. 41° 20' 20.65" W e 10° 14' 54.44" S, até atingir o ponto 291 de c.g.a. 41° 14' 13.15" W e 10° 10' 20.90" S, situado no talvegue de afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Curral Feio; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 292 de c.g.a. 41° 13' 58.98" W e 10° 10' 36.08" S, situado na confluência com outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Curral Feio; deste, segue a montante pelo talvegue do último afluente até o ponto 293 de c.g.a. 41° 13' 28.37" W e 10° 9' 57.09" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 294 de c.g.a. 41° 13' 44.87" W e 10° 9' 41.99" S, ponto 295 de c.g.a. 41° 14' 19.86" W e 10° 9' 26.31" S, ponto 296 de c.g.a. 41° 15' 0.98" W e 10° 9' 20.40" S, ponto 297 de c.g.a. 41° 15' 18.97" W e 10° 9' 23.36" S, ponto 298 de c.g.a. 41° 15' 30.21" W e 10° 9' 27.98" S, ponto 299 de c.g.a. 41° 15' 46.12" W e 10° 9' 29.84" S, até atingir o ponto 300 de c.g.a. 41° 16' 3.91" W e 10° 9' 13.81" S, situado em uma das cabeceiras do Riacho das Antas; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 301 de c.g.a. 41° 16' 3.49" W e 10° 8' 47.01" S, ponto 302 de c.g.a. 41° 15' 46.82" W e 10° 8' 5.96" S, ponto 303 de c.g.a. 41° 15' 44.98" W e 10° 7' 46.11" S, ponto 304 de c.g.a. 41° 15' 18.53" W e 10° 7' 19.61" S, ponto 305 de c.g.a. 41° 15' 17.51" W e 10° 7' 14.77" S, ponto 306 de c.g.a. 41° 15' 23.35" W e 10° 7' 2.31" S, ponto 307 de c.g.a. 41° 15' 15.81" W e 10° 6' 44.11" S, ponto 308 de c.g.a. 41° 15' 19.89" W e 10° 6' 20.60" S, ponto 309 de c.g.a. 41° 15' 12.71" W e 10° 6' 17.18" S, ponto 310 de c.g.a. 41° 15' 10.28" W e 10° 5' 58.88" S, até atingir o ponto 311 de c.g.a. 41° 15' 11.86" W e 10° 5' 46.98" S, localizado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho Milagre; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 312 de c.g.a. 41° 15' 6.50" W e 10° 5' 46.23" S, ponto 313 de c.g.a. 41° 14' 59.60" W e 10° 5' 49.94" S, ponto 314 de c.g.a. 41° 14' 25.90" W e 10° 5' 50.67" S, ponto 315 de c.g.a. 41° 14' 15.38" W e 10° 5' 56.03" S, ponto 316 de c.g.a. 41° 14' 12.12" W e 10° 6' 2.24" S, ponto 317 de c.g.a. 41° 14' 12.51" W e 10° 6' 9.27" S, até atingir o ponto 318 de c.g.a. 41° 14' 21.00" W e 10° 6' 27.65" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 319 de c.g.a. 41° 14' 12.17" W e 10° 6' 25.41" S, ponto 320 de c.g.a. 41° 13' 46.55" W e 10° 6' 11.53" S, ponto 321 de c.g.a. 41° 13' 46.38" W e 10° 6' 0.75" S, ponto 322 de c.g.a. 41° 13' 39.37" W e 10° 5' 28.57" S, ponto 323 de c.g.a. 41° 13' 22.76" W e 10° 4' 51.50" S, ponto 324 de c.g.a. 41° 12' 39.21" W e 10° 4' 46.19" S, até atingir o ponto 325 de c.g.a. 41° 12' 23.36" W e 10° 4' 38.91" S, situado no talvegue do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 326 de c.g.a. 41° 12' 9.51" W e 10° 3' 45.50" S, ponto 327 de c.g.a. 41° 11' 56.22" W e 10° 3' 33.32" S, ponto 328 de c.g.a. 41° 11' 46.94" W e 10° 3' 28.20" S, ponto 329 de c.g.a. 41° 11' 35.35" W e 10° 3' 11.76" S, ponto 330 de c.g.a. 41° 11' 24.92" W e 10° 2' 47.52" S, ponto 331 de c.g.a. 41° 10' 14.78" W e 10° 1' 38.54" S, ponto 332 de c.g.a. 41° 9' 55.34" W e 10° 1' 31.77" S, ponto 333 de c.g.a. 41° 9' 3.90" W e 10° 3' 18.22" S, ponto 334 de c.g.a. 41° 8' 59.69" W e 10° 4' 10.47" S, ponto 335 de c.g.a. 41° 8' 54.81" W e 10° 4' 24.75" S, até atingir o ponto 336 de c.g.a. 41° 8' 48.91" W e 10° 4' 31.72" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 337 de c.g.a. 41° 8' 22.15" W e 10° 4' 36.13" S, ponto 338 de c.g.a. 41° 8' 9.02" W e 10° 4' 28.48" S, ponto 339 de c.g.a. 41° 8' 0.02" W e 10° 3' 36.29" S, ponto 340 de c.g.a. 41° 7' 44.00" W e 10° 3' 2.74" S, ponto 341 de c.g.a. 41° 7' 25.54" W e 10° 2' 41.59" S, ponto 342 de c.g.a. 41° 7' 4.16" W e 10° 2' 30.01" S, ponto 343 de c.g.a. 41° 6' 29.66" W e 10° 2' 19.30" S, ponto 344 de c.g.a. 41° 4' 56.39" W e 10° 2' 15.45" S ponto 345 de c.g.a. 41° 4' 35.83" W e 10° 2' 21.45" S, ponto 346 de c.g.a. 41° 3' 35.87" W e 10° 1' 52.32" S, até atingir o ponto 347 de c.g.a. 41° 1' 59.47" W e 10° 2' 14.82" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 348 de c.g.a. 41° 0' 25.80" W e 10° 0' 1.40" S, ponto 349 de c.g.a. 40° 57' 20.51" W e 10° 0' 57.70" S, até atingir o ponto 350 de c.g.a. 40° 56' 49.93" W e 10° 1' 1.05" S, situado no talvegue do Riacho da Embaúba; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra de São Francisco passando pelos pontos: ponto 351 de c.g.a. 40° 56' 15.34" W e 10° 0' 31.34" S, ponto 352 de c.g.a. 40° 56' 12.14" W e 9° 59' 46.05" S, ponto 353 de c.g.a. 40° 54' 6.39" W e 9° 58' 6.98" S, ponto 354 de c.g.a. 40° 53' 43.18" W e 9° 58' 6.92" S, ponto 355 de c.g.a. 40° 53' 10.49" W e 9° 57' 50.59" S, ponto 356 de c.g.a. 40° 52' 57.53" W e 9° 57' 48.73" S, ponto 357 de c.g.a. 40° 52' 45.71" W e 9° 57' 53.39" S, ponto 358 de c.g.a. 40° 52' 11.03" W e 9° 57' 39.85" S, ponto 359 de c.g.a. 40° 51' 43.52" W e 9° 57' 14.04" S, ponto 360 de c.g.a. 40° 51' 13.68" W e 9° 57' 7.59" S, ponto 361 de c.g.a. 40° 50' 48.42" W e 9° 57' 10.57" S, ponto 362 de c.g.a. 40° 49' 46.11" W e 9° 57' 29.00" S, ponto 363 de c.g.a. 40° 49' 32.39" W e 9° 57' 26.18" S, ponto 364 de c.g.a. 40° 48' 36.397" W e 9° 57' 42.582" S, ponto 365 de c.g.a. 40° 46' 36.32" W e 9° 55' 48.05" S, até atingir o ponto 366 de c.g.a. 40° 46' 41.16" W e 9° 55' 39.99" S, situado no talvegue do Riacho do Escurial; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 367 de c.g.a. 40° 47' 28.41" W e 9° 55' 32.05" S; deste, segue em linha reta até o ponto 368 de c.g.a. 40° 48' 30.05" W e 9° 55' 37.35" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 369 de c.g.a. 40° 48' 48.24" W e 9° 54' 26.71" S; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 370 de c.g.a. 40° 46' 18.82" W e 9° 54' 6.07" S, até atingir o ponto 371 de c.g.a. 40° 45' 44.23" W e 9° 52' 53.28" S, localizado no talvegue do Riacho do Jatobazinho; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 372 de c.g.a. 40° 46' 42.05" W e 9° 51' 48.38" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 373 de c.g.a. 40° 47' 14.98" W e 9° 51' 45.98" S, ponto 374 de c.g.a. 40° 47' 37.63" W e 9° 51' 55.01" S, ponto 375 de c.g.a. 40° 48' 13.18" W e 9° 52' 29.02" S, ponto 376 de c.g.a. 40° 48' 21.60" W e 9° 52' 42.07" S, ponto 377 de c.g.a. 40° 48' 34.65" W e 9° 53' 8.83" S, ponto 378 de c.g.a. 40° 48' 47.52" W e 9° 53' 16.73" S, ponto 379 de c.g.a. 40° 48' 59.52" W e 9° 53' 29.06" S, ponto 380 de c.g.a. 40° 49' 9.11" W e 9° 53' 33.52" S, ponto 381 de c.g.a. 40° 49' 23.50" W e 9° 53' 34.89" S, ponto 382 de c.g.a. 40° 49' 30.35" W e 9° 53' 30.09" S, ponto 383 de c.g.a. 40° 49' 33.78" W e 9° 53' 21.53" S, ponto 384 de c.g.a. 40° 49' 32.07" W e 9° 53' 13.65" S, ponto 385 de c.g.a. 40° 49' 32.75" W e 9° 53' 0.62" S, ponto 386 de c.g.a. 40° 49' 29.33" W e 9° 52' 45.55" S, até atingir o ponto 387 de c.g.a. 40° 49' 28.50" W e 9° 52' 31.38" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 388 de c.g.a. 40° 49' 57.01" W e 9° 52' 6.96" S, ponto 389 de c.g.a. 40° 50' 23.29" W e 9° 52' 50.69" S, ponto 390 de c.g.a. 40° 51' 21.87" W e 9° 53' 44.08" S, ponto 391 de c.g.a. 40° 51' 43.82" W e 9° 53' 54.51" S, ponto 392 de c.g.a. 40° 52' 30.45" W e 9° 54' 8.31" S, ponto 393 de c.g.a. 40° 52' 58.04" W e 9° 54' 59.16" S, ponto 394 de c.g.a. 40° 53' 12.27" W e 9° 55' 16.03" S, ponto 395 de c.g.a. 40° 53' 30.78" W e 9° 55' 25.64" S, ponto 396 de c.g.a. 40° 53' 41.56" W e 9° 54' 54.97" S, ponto 397 de c.g.a. 40° 52' 56.56" W e 9° 53' 31.98" S, ponto 398 de c.g.a. 40° 52' 21.86" W e 9° 53' 18.28" S, ponto 399 de c.g.a. 40° 51' 58.31" W e 9° 53' 14.85" S, ponto 400 de c.g.a. 40° 50' 55.78" W e 9° 52' 26.45" S, ponto 401 de c.g.a. 40° 50' 29.48" W e 9° 51' 32.54" S, ponto 402 de c.g.a. 40° 49' 49.40" W e 9° 50' 36.90" S, ponto 403 de c.g.a. 40° 49' 35.68" W e 9° 50' 5.97" S, ponto 404 de c.g.a. 40° 49' 29.69" W e 9° 49' 59.12" S, ponto 405 de c.g.a. 40° 49' 14.70" W e 9° 49' 56.98" S, ponto 406 de c.g.a. 40° 48' 58.42" W e 9° 50' 22.67" S, ponto 407 de c.g.a. 40° 48' 54.57" W e 9° 50' 45.37" S, ponto 408 de c.g.a. 40° 48' 59.28" W e 9° 51' 8.50" S, até atingir o ponto 409 de c.g.a. 40° 48' 56.50" W e 9° 51' 57.47" S, situado no talvegue do Riacho do Boi do Major; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra do Negro ou do Mulato passando pelos pontos: ponto 410 de c.g.a. 40° 48' 41.60" W e 9° 51' 52.84" S, ponto 411 de c.g.a. 40° 47' 55.85" W e 9° 51' 12.75" S, ponto 412 de c.g.a. 40° 47' 31.18" W e 9° 50' 58.88" S, ponto 413 de c.g.a. 40° 47' 11.14" W e 9° 50' 39.35" S, ponto 414 de c.g.a. 40° 46' 31.56" W e 9° 49' 43.84" S, ponto 415 de c.g.a. 40° 46' 15.12" W e 9° 49' 7.35" S, até atingir o ponto 416 de c.g.a. 40° 45' 23.34" W e 9° 47' 47.07" S, situado na cabeceira do Riacho da Língua de Vaca; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido Riacho até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

§ 2º Ficam excluídos dos limites descritos no **caput** deste artigo:

I - a faixa de domínio das Rodovias BA-210, BA- 144, BR- 122 e BR- 324;

II - a faixa de aproximadamente 300 metros de largura assim descrita: inicia-se no ponto 1B de c.g.a. 41° 12' 3.65" W e 9° 59' 37.27" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2B de c.g.a. 41° 10' 21.65" W e 10° 0' 33.82" S, ponto 3B de c.g.a. 41° 10' 12.02" W e 10° 1' 37.57" S, ponto 4B de c.g.a. 41° 10' 3.53" W e 10° 1' 34.62" S, ponto 5B de c.g.a. 41° 10' 12.53" W e 10° 0' 27.69" S, ponto 6B de c.g.a. 41° 11' 55.25" W e 9° 59' 30.65" S, até atingir o ponto 1B, início da descrição; e

III - o reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e suas variações de volume.

§ 3º O subsolo da área descrita no § 1º integra os limites do Parque Nacional do Boqueirão da Onça.

Art. 3º A zona de amortecimento do Parque Nacional do Boqueirão da Onça será definida em ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

§ 1º É vedada a subdelegação para a edição do ato a que se refere o **caput**.

§ 2º Ficam permitidas, na zona de amortecimento de que trata o **caput**, as atividades eólicas, as atividades de operação e manutenção da infraestrutura hidroviária do rio São Francisco e as atividades de logística de escoamento de produção devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, observadas as disposições do Plano de Manejo, quando houver.

Art. 4º Ficam declaradas de utilidade pública, nos termos dos art. 5º, **caput**, alínea "k", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis rurais privados existentes nos limites descritos no § 1º do art. 2º, para fins de desapropriação pelo Instituto Chico Mendes.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e executar as desapropriações e, para efeito de imissão de posse, pode alegar a urgência a que se refere o art. 15, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, com vistas à declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e de registros imobiliários considerados irregulares incidentes no Parque Nacional do Boqueirão da Onça.

Art. 5º O Parque Nacional do Boqueirão da Onça será administrado pelo Instituto Chico Mendes, que adotará as medidas necessárias ao seu controle, à sua proteção e à sua implementação.

Art. 6º As terras inseridas nos limites do Parque Nacional do Boqueirão da Onça poderão ser utilizadas para fins de compensação de reserva legal pelo órgão competente, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental, nos termos do art. 66, § 5º, inciso III, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.337, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Cria a Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, localizada nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu, Estado da Bahia.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e nos art. 15 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o que consta do Processo nº 02001.007934/2002-68 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, localizada nos Municípios de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu, Estado da Bahia, com os objetivos de:

I - proteger a diversidade biológica e os ambientes naturais, a flora e a fauna da caatinga, incluídas as transições altitudinais;

II - proteger as formações cársticas e os sítios paleontológicos e arqueológicos associados, com destaque para as Grutas Toca da Boa Vista e Toca da Barriguda;

III - proteger e promover a recuperação das formações vegetacionais da área; e

IV - conciliar as ações antrópicas com a proteção ao meio ambiente.

Art. 2º A Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, com aproximadamente 505.692 hectares, tem seus limites descritos a partir das ortofotos digitais na escala 1:25.000, **Datum** SIRGAS 2000, elaboradas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Governo do Estado da Bahia e que cobrem os Mis 1587-4, 1588-3, 1588-4, 1589-2, 1589-4, 1590-1, 1590-2, 1590-3, 1590-4, 1656-2, 1657-1, 1657-2, 1657-3, 1657-4, 1658-1, 1658-2, 1658-3, 1658-4, 1659-1, 1659-3, 1723-2 e 1723-4, além das cartas topográficas SC-24-V-C-VI (Campo dos Cavalos), SC-24-N-1 (Brejão da Caatinga), SC-24-Y-A-II (Delfino), SC-24-Y-A-I (Amaniú), SC-24-Y-A-IV (Camirim), SC-23-Z-B-III (Pilão Arcado), SC-24-V-C-IV (Tombador) e SC-24-V-C-V (Serra do Brejinho), na escala 1:100.000, digitalizadas e reprojetadas para o **Datum** SIRGAS 2000, produzidas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro e pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Parágrafo único. Inicia-se a descrição do perímetro no ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a. 40° 39' 12.79" W e 9° 38' 11.43" S, situado no talvegue do Riacho da Batateira; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto 2 de c.g.a. 40° 37' 37.15" W e 9° 45' 54.41" S; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 3 de c.g.a. 40° 39' 9.98" W e 9° 51' 14.81" S, até atingir o ponto 4 de c.g.a. 40° 38' 12.24" W e 9° 52' 26.13" S, situado no talvegue do Rio Salitre; deste, segue a montante pelo talvegue do referido rio até atingir o ponto 5 de c.g.a. 40° 41' 55.35" W e 10° 1' 4.50" S, situado da confluência do Rio Salitre com o Rio da Laje; deste, segue a montante pelo talvegue do Rio da Laje até atingir o ponto 6 de c.g.a. 40° 48' 40.26" W e 10° 6' 19.72" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 7 de c.g.a. 40° 48' 54.26" W e 10° 9' 4.29" S, ponto 8 de c.g.a. 40° 48' 2.91" W e 10° 11' 16.17" S, ponto 9 de c.g.a. 40° 49' 42.12" W e 10° 14' 55.58" S, ponto 10 de c.g.a. 40° 52' 44.18" W e 10° 16' 24.28" S, ponto 11 de c.g.a. 40° 53' 53.04" W e 10° 17' 42.48" S, ponto 12 de c.g.a. 40° 54' 59.77" W e 10° 19' 14.27" S, até atingir o ponto 13 de c.g.a. 41° 2' 26.36" W e 10° 18' 15.94" S, situado no talvegue do Rio Preto; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 14 de c.g.a. 41° 3' 24.74" W e 10° 19' 45.18" S, ponto 15 de c.g.a. 41° 3' 53.14" W e 10° 20' 5.82" S, ponto 16 de c.g.a. 41° 5' 7.37" W e 10° 20' 0.79" S, ponto 17 de c.g.a. 41° 5' 49.74" W e 10° 19' 35.93" S, até atingir o ponto 18 de c.g.a. 41° 6' 28.05" W e 10° 19' 31.39" S, situado no talvegue de afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho da Lagoa Bonita; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 19 de c.g.a. 41° 6' 41.66" W e 10° 19' 53.58" S, ponto 20 de c.g.a. 41° 6' 40.65" W e 10° 20' 15.76" S, ponto 21 de c.g.a. 41° 6' 57.95" W e 10° 20' 34.94" S, ponto 22 de c.g.a. 41° 6' 49.73" W e 10° 20' 56.09" S, até atingir o ponto 23 de c.g.a. 41° 7' 22.50" W e 10° 21' 20.29" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Riachão; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 24 de c.g.a. 41° 8' 52.06" W e 10° 22' 15.75" S, ponto 25 de c.g.a. 41° 9' 13.86" W e 10° 22' 18.00" S, ponto 26 de c.g.a. 41° 9' 28.47" W e 10° 22' 30.81" S, ponto 27 de c.g.a. 41° 9' 35.08" W e 10° 23' 16.24" S, ponto 28 de c.g.a. 41° 9' 56.47" W e 10° 23' 33.47" S, até atingir o ponto 29 de c.g.a. 41° 9' 49.97" W e 10° 23' 46.43" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Ponta d'Água; deste, segue em linha reta até o ponto 30 de c.g.a. 41° 9' 54.67" W e 10° 24' 4.10" S, situado no talvegue de afluente sem denominação da margem direita do Riacho Ponta d'Água; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 31 de c.g.a. 41° 10' 11.29" W e 10° 24' 15.84" S, ponto 32 de c.g.a. 41° 10' 51.85" W e 10° 24' 27.68" S, até atingir o ponto 33 de c.g.a. 41° 11' 29.52" W e 10° 24' 51.02" S, situado no talvegue de outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho Ponta d'Água; deste, segue por linhas retas contornando a Serra da Pintura passando pelos pontos: ponto 34 de c.g.a. 41° 13' 24.46" W e 10° 25' 20.68" S, ponto 35 de c.g.a. 41° 13' 56.66" W e 10° 25' 58.85" S, até atingir o ponto 36 de c.g.a. 41° 15' 36.79" W e 10° 26' 45.28" S, localizado no talvegue do Riacho Olho d'Água; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 37 de c.g.a. 41° 18' 21.54" W e 10° 30' 29.23" S, até atingir o ponto 38 de c.g.a. 41° 19' 5.81" W e 10° 30' 39.63" S, localizado no talvegue do Riacho da Serra Branca; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto 39 de c.g.a. 41° 18' 53.52" W e 10° 33' 32.37" S; deste, segue em linha reta até o talvegue de afluente sem denominação da margem esquerda do referido riacho ponto 40 de c.g.a. 41° 19' 41.13" W e 10° 34' 55.80" S; deste, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 41 de c.g.a. 41° 20' 2.58" W e 10° 35' 24.09" S; deste, segue em linha reta até o ponto 42 de c.g.a. 41° 21' 54.40" W e 10° 36' 39.78" S, localizado no talvegue de riacho intermitente; deste, segue por linhas retas cruzando a Serra do Pau da Colher passando pelos pontos: ponto 43 de c.g.a. 41° 25' 4.49" W e 10° 37' 0.43" S, ponto 44 de c.g.a. 41° 25' 7.93" W e 10° 35' 35.27" S, ponto 45 de c.g.a. 41° 25' 36.32" W e 10° 35' 25.81" S, até atingir o ponto 46 de c.g.a. 41° 27' 4.05" W e 10° 36' 4.52" S, localizado no sopé da Serra do Rodoleiro; deste, segue por linhas retas contornando a Serra do Rodoleiro passando pelos pontos: ponto 47 de c.g.a. 41° 27' 7.98" W e 10° 36' 6.37" S, ponto 48 de c.g.a. 41° 27' 51.49" W e 10° 37' 0.44" S, ponto 49 de c.g.a. 41° 28' 0.57" W e 10° 37' 47.71" S, ponto 50 de c.g.a. 41° 28' 32.11" W e 10° 38' 15.00" S, ponto 51 de c.g.a. 41° 28' 39.26" W e 10° 38' 39.05" S, ponto 52 de c.g.a. 41° 29' 14.18" W e 10° 38' 52.54" S, até atingir o ponto 53 de c.g.a. 41° 29' 48.45" W e 10° 39' 33.58" S; deste, segue por linhas retas contornando o Morro da Gruna passando pelos pontos: ponto 54 de c.g.a. 41° 30' 6.20" W e 10° 40' 16.47" S, ponto 55 de c.g.a. 41° 30' 36.91" W e 10° 40' 47.21" S, ponto 56 de c.g.a. 41° 30' 59.64" W e 10° 40' 59.94" S, ponto 57 de c.g.a. 41° 31' 30.17" W e 10° 41' 9.16" S, ponto 58 de c.g.a. 41° 31' 53.68" W e 10° 41' 10.69" S, até atingir o ponto 59 de c.g.a. 41° 32' 27.43" W e 10° 40' 48.04" S, localizado no vale do Riacho da Gruna ou São Lourenço; deste, segue por linhas retas atravessando o vale e acompanhando a Serra do São Lourenço passando pelo ponto 60 de c.g.a. 41° 32' 45.82" W e 10° 41' 1.66" S, até atingir o ponto 61 de c.g.a. 41° 33' 33.12" W e 10° 43' 12.80" S, localizado no talvegue do Riacho da Gruna ou São Lourenço; deste, segue por linhas retas contornando a Serra do Caboclo passando pelos pontos: ponto 62 de c.g.a. 41° 32' 58.30" W e 10° 43' 10.55" S, ponto 63 de c.g.a. 41° 32' 44.80" W e 10° 43' 13.93" S, ponto 64 de c.g.a. 41° 32' 35.61" W e 10° 43' 11.01" S, ponto 65 de c.g.a. 41° 32' 27.00" W e 10° 43' 10.80" S, ponto 66 de c.g.a. 41° 32' 20.59" W e 10° 43' 14.04" S, ponto 67 de c.g.a. 41° 32' 16.97" W e 10° 43' 21.74" S, ponto 68 de c.g.a. 41° 32' 19.40" W e 10° 43' 29.85" S, ponto 69 de c.g.a. 41° 32' 22.36" W e 10° 43' 33.01" S, ponto 70 de c.g.a. 41° 32' 0.35" W e 10° 43' 47.78" S, ponto 71 de c.g.a. 41° 31' 57.63" W e 10° 43' 57.20" S, até atingir o ponto 72 de c.g.a. 41° 33' 7.44" W e 10° 44' 34.94" S, situado no talvegue da Grota do Teles; deste, segue a montante pelo talvegue da Grota do Teles passando pelo ponto 73 de c.g.a. 41° 33' 27.72" W e 10° 44' 33.44" S, até atingir o ponto 74 de c.g.a. 41° 33' 39.39" W e 10° 44' 47.26" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 75 de c.g.a. 41° 33' 11.17" W e 10° 46' 20.09" S, ponto 76 de c.g.a. 41° 31' 59.12" W e 10° 47' 10.55" S, ponto 77 de c.g.a. 41° 32' 0.70" W e 10° 47' 49.28" S, até atingir o ponto 78 de c.g.a. 41° 32' 31.81" W e 10° 48' 1.55" S, localizado no talvegue do Riacho Olho d'Água do Ouricuri; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até atingir o ponto 79 de c.g.a. 41° 36' 20.64" W e 10° 48' 34.74" S, localizado na sua confluência com o Riacho São Lourenço; deste, segue a jusante pelo talvegue do Riacho da Gruna ou São Lourenço até o ponto 80 de c.g.a. 41° 41' 39.00" W e 10° 44' 24.79" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 81 de c.g.a. 41° 41' 28.78" W e 10° 42' 54.10" S, ponto 82 de c.g.a. 41° 42' 54.86" W e 10° 40' 51.83" S, até atingir o ponto 83 de c.g.a. 41° 42' 19.79" W e 10° 39' 38.03" S, localizado no talvegue do Riacho da Baixinha; deste, segue a jusante pelo talvegue do Riacho da Baixinha até atingir o ponto 84 de c.g.a. 41° 45' 20.75" W e 10° 37' 20.26" S, localizado na sua confluência com o Rio Jacaré ou Vereda do Romão Gramacho; deste, segue à jusante pelo talvegue do referido rio até o ponto 85 de c.g.a. 41° 52' 20.75" W e 10° 24' 34.52" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 86 de c.g.a. 41° 46' 45.68" W e 10° 22' 13.39" S, ponto 87 de c.g.a. 41° 46' 44.75" W e 10° 21' 48.82" S, até atingir o ponto 88 de c.g.a. 41° 43' 6.41" W e 10° 20' 22.78" S, localizado no talvegue de afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Brejo das Minas; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 89 de c.g.a. 41° 41' 40.66" W e 10° 19' 45.72" S, ponto 90 de c.g.a. 41° 41' 44.65" W e 10° 21' 50.26" S, ponto 91 de c.g.a. 41° 40' 19.42" W e 10° 22' 15.91" S, ponto 92 de c.g.a. 41° 40' 18.09" W e 10° 21' 25.52" S, ponto 93 de c.g.a. 41° 39' 38.30" W e 10° 20' 38.04" S, ponto 94 de c.g.a. 41° 39' 35.05" W e 10° 20' 18.96" S, ponto 95 de c.g.a. 41° 38' 39.27" W e 10° 19' 19.76" S, ponto 96 de c.g.a. 41° 38' 15.97" W e 10° 19' 23.61" S, ponto 97 de c.g.a. 41° 37' 35.21" W e 10° 20' 29.93" S, até atingir o ponto 98 de c.g.a. 41° 36' 51.52" W e 10° 20' 31.53" S, localizado no talvegue do Riacho do Brejo das Minas; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 99 de c.g.a. 41° 37' 22.89" W e 10° 19' 31.77" S, até atingir o ponto 100 de c.g.a. 41° 36' 7.05" W e 10° 16' 48.76" S, localizado no talvegue do Riacho da Santana; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra do Grotão passando pelos pontos: ponto 101 de c.g.a. 41° 36' 28.88" W e 10° 16' 30.78" S, ponto 102 de c.g.a. 41° 36' 7.30" W e 10° 15' 41.24" S, até atingir o ponto 103 de c.g.a. 41° 28' 47.70" W e 10° 9' 8.02" S, localizado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho Vereda do Mari; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 104 de c.g.a. 41° 26' 57.13" W e 10° 8' 33.42" S, ponto 105 de c.g.a. 41° 24' 18.60" W e 10° 9' 37.13" S, ponto 106 de c.g.a. 41° 24' 13.18" W e 10° 9' 57.31" S, ponto 107 de c.g.a. 41° 24' 37.06" W e 10° 11' 51.54" S, ponto 108 de c.g.a. 41° 25' 3.32" W e 10° 12' 5.25" S, ponto 109 de c.g.a. 41° 25' 28.25" W e 10° 11' 55.17" S, ponto 110 de c.g.a. 41° 27' 34.07" W e 10° 14' 18.33" S, ponto 111 de c.g.a. 41° 26' 51.24" W e 10° 15' 7.61" S, até atingir o ponto 112 de c.g.a. 41° 26' 33.38" W e 10° 14' 56.48" S, situado no talvegue de afluente sem denominação da margem esquerda da Grota da Gangorra; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 113 de c.g.a. 41° 26' 5.49" W e 10° 14' 27.61" S, ponto 114 de c.g.a. 41° 26' 6.69" W e 10° 14' 13.25" S, ponto 115 de c.g.a. 41° 25' 49.36" W e 10° 13' 52.49" S, até atingir o ponto 116 de c.g.a. 41° 25' 27.94" W e 10° 13' 50.97" S, situado no talvegue de outro afluente sem denominação da margem esquerda da Grota da Gangorra, nas proximidades da localidade Fazenda Queimada de Cima; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 117 de c.g.a. 41° 25' 7.88" W e 10° 13' 30.47" S, ponto 118 de c.g.a. 41° 24' 31.71" W e 10° 13' 13.36" S, até atingir o ponto 119 de c.g.a. 41° 24' 15.96" W e 10° 13' 21.87" S, situado no talvegue da Grota do Cabaceiro, nas proximidades da localidade Fazenda Malhada da Onça; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 120 de c.g.a. 41° 23' 53.98" W e 10° 13' 19.79" S, ponto 121 de c.g.a. 41° 23' 45.39" W e 10° 13' 3.63" S, ponto 122 de c.g.a. 41° 23' 22.61" W e 10° 13' 5.48" S, ponto 123 de c.g.a. 41° 22' 42.95" W e 10° 14' 0.46" S, até atingir o ponto 124 de c.g.a. 41° 21' 53.80" W e 10° 16' 15.39" S, situado no Riacho das Almas; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 125 de c.g.a. 41° 21' 26.87" W e 10° 16' 8.61" S, situado na sua confluência com a Grota do Buzio; deste, segue a jusante pelo talvegue da referida grota até o ponto 126 de c.g.a. 41° 21' 24.02" W e 10° 15' 44.78" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 127 de c.g.a. 41° 20' 43.41" W e 10° 15' 12.51" S, ponto 128 de c.g.a. 41° 21' 1.23" W e 10° 14' 34.03" S, ponto 129 de c.g.a. 41° 20' 44.36" W e 10° 14' 17.81" S, ponto 130 de c.g.a. 41° 20' 20.65" W e 10° 14' 54.44" S, até atingir o ponto 131 de c.g.a. 41° 14' 13.15" W e 10° 10' 20.90" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Curral Feio; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 132 de c.g.a. 41° 13' 58.98" W e 10° 10' 36.08" S, situado na sua confluência com outro afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Curral Feio; deste, segue a montante pelo talvegue do último afluente até o ponto 133 de c.g.a. 41° 13' 28.37" W e 10° 9' 57.09" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 134 de c.g.a. 41° 13' 44.87" W e 10° 9' 41.99" S, ponto 135 de c.g.a. 41° 14' 19.86" W e 10° 9' 26.31" S, ponto 136 de c.g.a. 41° 15' 0.98" W e 10° 9' 20.40" S, ponto 137 de c.g.a. 41° 15' 18.97" W e 10° 9' 23.36" S, ponto 138 de c.g.a. 41° 15' 30.21" W e 10° 9' 27.98" S, ponto 139 de c.g.a. 41° 15' 46.12" W e 10° 9' 29.84" S, até atingir o ponto 140 de c.g.a. 41° 16' 3.91" W e 10° 9' 13.81" S, situado em uma das cabeceiras do Riacho das Antas; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 141 de c.g.a. 41° 16' 3.49" W e 10° 8' 47.01" S, ponto 142 de c.g.a. 41° 15' 46.82" W e 10° 8' 5.96" S, ponto 143 de c.g.a. 41° 15' 44.98" W e 10° 7' 46.11" S, ponto 144 de c.g.a. 41° 15' 18.53" W e 10° 7' 19.61" S, ponto 145 de c.g.a. 41° 15' 17.51" W e 10° 7' 14.77" S, ponto 146 de c.g.a. 41° 15' 23.35" W e 10° 7' 2.31" S, ponto 147 de c.g.a. 41° 15' 15.81" W e 10° 6' 44.11" S, ponto 148 de c.g.a. 41° 15' 19.89" W e 10° 6' 20.60" S, ponto 149 de c.g.a. 41° 15' 12.71" W e 10° 6' 17.18" S, ponto 150 de c.g.a. 41° 15' 10.28" W e 10° 5' 58.88" S, até atingir o ponto 151 de c.g.a. 41° 15' 11.86" W e 10° 5' 46.98" S, localizado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho Milagre; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 152 de c.g.a. 41° 15' 6.50" W e 10° 5' 46.23" S, ponto 153 de c.g.a. 41° 14' 59.60" W e 10° 5' 49.94" S, ponto 154 de c.g.a. 41° 14' 25.90" W e 10° 5' 50.67" S, ponto 155 de c.g.a. 41° 14' 15.38" W e 10° 5' 56.03" S, ponto 156 de c.g.a. 41° 14' 12.12" W e 10° 6' 2.24" S, ponto 157 de c.g.a. 41° 14' 12.51" W e 10° 6' 9.27" S, até atingir o ponto 158 de c.g.a. 41° 14' 21.00" W e 10° 6' 27.65" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 159 de c.g.a. 41° 14' 12.17" W e 10° 6' 25.41" S, ponto 160 de c.g.a. 41° 13' 46.55" W e 10° 6' 11.53" S, ponto 161 de c.g.a. 41° 13' 46.38" W e 10° 6' 0.75" S, ponto 162 de c.g.a. 41° 13' 39.37" W e 10° 5' 28.57" S, ponto 163 de c.g.a. 41° 13' 22.76" W e 10° 4' 51.50" S, ponto 164 de c.g.a. 41° 12' 39.21" W e 10° 4' 46.19" S, até atingir o ponto 165 de c.g.a. 41° 12' 23.36" W e 10° 4' 38.91" S, situado no talvegue do Riacho do Angelim; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 166 de c.g.a. 41° 12' 9.51" W e 10° 3' 45.50" S, ponto 167 de c.g.a. 41° 11' 56.22" W e 10° 3' 33.32" S, ponto 168 de c.g.a. 41° 11' 46.94" W e 10° 3' 28.20" S, ponto 169 de c.g.a. 41° 11' 35.35" W e 10° 3' 11.76" S, ponto 170 de c.g.a. 41° 11' 24.92" W e 10° 2' 47.52" S, ponto 171 de c.g.a. 41° 10' 14.78" W e 10° 1' 38.54" S, ponto 172 de c.g.a. 41° 9' 55.34" W e 10° 1' 31.77" S, ponto 173 de c.g.a. 41° 9' 3.90" W e 10° 3' 18.22" S, ponto 174 de c.g.a. 41° 8' 59.69" W e 10° 4' 10.47" S, ponto 175 de c.g.a. 41° 8' 54.81" W e 10° 4' 24.75" S, até atingir o ponto 176 de c.g.a. 41° 8' 48.91" W e 10° 4' 31.72" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 177 de c.g.a. 41° 8' 22.15" W e 10° 4' 36.13" S, ponto 178 de c.g.a. 41° 8' 9.02" W e 10° 4' 28.48" S, ponto 179 de c.g.a. 41° 8' 0.02" W e 10° 3' 36.29" S, ponto 180 de c.g.a. 41° 7' 44.00" W e 10° 3' 2.74" S, ponto 181 de c.g.a. 41° 7' 25.54" W e 10° 2' 41.59" S, ponto 182 de c.g.a. 41° 7' 4.16" W e 10° 2' 30.01" S, ponto 183 de c.g.a. 41° 6' 29.66" W e 10° 2' 19.30" S, ponto 184 de c.g.a. 41° 4' 56.39" W e 10° 2' 15.45" S ponto 185 de c.g.a. 41° 4' 35.83" W e 10° 2' 21.45" S, ponto 186 de c.g.a. 41° 3' 35.87" W e 10° 1' 52.32" S, até atingir o ponto 187 de c.g.a. 41° 1' 59.47" W e 10° 2' 14.82" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem direita do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas

passando pelos pontos: ponto 188 de c.g.a. 41° 0' 25.80" W e 10° 0' 1.40" S, ponto 189 de c.g.a. 40° 57' 20.51" W e 10° 0' 57.70" S, até atingir o ponto 190 de c.g.a. 40° 56' 49.93" W e 10° 1' 1.05" S, situado no talvegue do Riacho da Embaúba; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra de São Francisco passando pelos pontos: ponto 191 de c.g.a. 40° 56' 15.34" W e 10° 0' 31.34" S, ponto 192 de c.g.a. 40° 56' 12.14" W e 9° 59' 46.05" S, ponto 193 de c.g.a. 40° 54' 6.39" W e 9° 58' 6.98" S, ponto 194 de c.g.a. 40° 53' 43.18" W e 9° 58' 6.92" S, ponto 195 de c.g.a. 40° 53' 10.49" W e 9° 57' 50.59" S, ponto 196 de c.g.a. 40° 52' 57.53" W e 9° 57' 48.73" S, ponto 197 de c.g.a. 40° 52' 45.71" W e 9° 57' 53.39" S, ponto 198 de c.g.a. 40° 52' 11.03" W e 9° 57' 39.85" S, ponto 199 de c.g.a. 40° 51' 43.52" W e 9° 57' 14.04" S, ponto 200 de c.g.a. 40° 51' 13.68" W e 9° 57' 7.59" S, ponto 201 de c.g.a. 40° 50' 48.42" W e 9° 57' 10.57" S, ponto 202 de c.g.a. 40° 49' 46.11" W e 9° 57' 29.00" S, ponto 203 de c.g.a. 40° 49' 32.39" W e 9° 57' 26.18" S, ponto 204 de c.g.a. 40° 48' 36.16" W e 9° 57' 43.94" S, ponto 205 de c.g.a. 40° 46' 36.32" W e 9° 55' 48.05" S, até atingir o ponto 206 de c.g.a. 40° 46' 41.16" W e 9° 55' 39.99" S, situado no talvegue do Riacho Escurial; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 207 de c.g.a. 40° 47' 28.41" W e 9° 55' 32.05" S; deste, segue em linha reta até o ponto 208 de c.g.a. 40° 48' 30.05" W e 9° 55' 37.35" S, situado no talvegue de afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue a montante pelo talvegue do referido afluente até o ponto 209 de c.g.a. 40° 48' 48.24" W e 9° 54' 26.71" S; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 210 de c.g.a. 40° 46' 18.82" W e 9° 54' 6.07" S, até atingir o ponto 211 de c.g.a. 40° 45' 44.23" W e 9° 52' 53.28" S, localizado no talvegue do Riacho do Jatobazinho; deste, segue a montante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 212 de c.g.a. 40° 46' 42.05" W e 9° 51' 48.38" S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 213 de c.g.a. 40° 47' 14.98" W e 9° 51' 45.98" S, ponto 214 de c.g.a. 40° 47' 37.63" W e 9° 51' 55.01" S, ponto 215 de c.g.a. 40° 48' 13.18" W e 9° 52' 29.02" S, ponto 216 de c.g.a. 40° 48' 21.60" W e 9° 52' 42.07" S, ponto 217 de c.g.a. 40° 48' 34.65" W e 9° 53' 8.83" S, ponto 218 de c.g.a. 40° 48' 47.52" W e 9° 53' 16.73" S, ponto 219 de c.g.a. 40° 48' 59.52" W e 9° 53' 29.06" S, ponto 220 de c.g.a. 40° 49' 9.11" W e 9° 53' 33.52" S, ponto 221 de c.g.a. 40° 49' 23.50" W e 9° 53' 34.89" S, ponto 222 de c.g.a. 40° 49' 30.35" W e 9° 53' 30.09" S, ponto 223 de c.g.a. 40° 49' 33.78" W e 9° 53' 21.53" S, ponto 224 de c.g.a. 40° 49' 32.07" W e 9° 53' 13.65" S, ponto 225 de c.g.a. 40° 49' 32.75" W e 9° 53' 0.62" S, ponto 226 de c.g.a. 40° 49' 29.33" W e 9° 52' 45.55" S, até atingir o ponto 227 de c.g.a. 40° 49' 28.49" W e 9° 52' 31.39" S, situado no talvegue de um afluente sem denominação da margem esquerda do Riacho do Escurial; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 228 de c.g.a. 40° 49' 57.01" W e 9° 52' 6.96" S, ponto 229 de c.g.a. 40° 50' 23.29" W e 9° 52' 50.69" S, ponto 230 de c.g.a. 40° 51' 21.87" W e 9° 53' 44.08" S, ponto 231 de c.g.a. 40° 51' 43.82" W e 9° 53' 54.51" S, ponto 232 de c.g.a. 40° 52' 30.45" W e 9° 54' 8.31" S, ponto 233 de c.g.a. 40° 52' 58.04" W e 9° 54' 59.16" S, ponto 234 de c.g.a. 40° 53' 12.27" W e 9° 55' 16.03" S, ponto 235 de c.g.a. 40° 53' 30.78" W e 9° 55' 25.64" S, ponto 236 de c.g.a. 40° 53' 41.56" W e 9° 54' 54.97" S, ponto 237 de c.g.a. 40° 52' 56.56" W e 9° 53' 31.98" S, ponto 238 de c.g.a. 40° 52' 21.86" W e 9° 53' 18.28" S, ponto 239 de c.g.a. 40° 51' 58.31" W e 9° 53' 14.85" S, ponto 240 de c.g.a. 40° 50' 55.78" W e 9° 52' 26.45" S, ponto 241 de c.g.a. 40° 50' 29.48" W e 9° 51' 32.54" S, ponto 242 de c.g.a. 40° 49' 49.40" W e 9° 50' 36.90" S, ponto 243 de c.g.a. 40° 49' 35.68" W e 9° 50' 5.97" S, ponto 244 de c.g.a. 40° 49' 29.69" W e 9° 49' 59.12" S, ponto 245 de c.g.a. 40° 49' 14.70" W e 9° 49' 56.98" S, ponto 246 de c.g.a. 40° 48' 58.42" W e 9° 50' 22.67" S, ponto 247 de c.g.a. 40° 48' 54.57" W e 9° 50' 45.37" S, ponto 248 de c.g.a. 40° 48' 59.28" W e 9° 51' 8.50" S, até atingir o ponto 249 de c.g.a. 40° 48' 56.50" W e 9° 51' 57.47" S, situado no talvegue do Riacho do Boi do Major; deste, segue por linhas retas acompanhando a Serra do Negro ou do Mulato passando pelos pontos: ponto 250 de c.g.a. 40° 48' 41.60" W e 9° 51' 52.84" S, ponto 251 de c.g.a. 40° 47' 55.85" W e 9° 51' 12.75" S, ponto 252 de c.g.a. 40° 47' 31.18" W e 9° 50' 58.88" S, ponto 253 de c.g.a. 40° 47' 11.14" W e 9° 50' 39.35" S, ponto 254 de c.g.a. 40° 46' 31.56" W e 9° 49' 43.84" S, ponto 255 de c.g.a. 40° 46' 15.12" W e 9° 49' 7.35" S, até atingir o ponto 256 de c.g.a. 40° 45' 23.34" W e 9° 47' 47.07" S, situado na cabeceira do Riacho da Língua de Vaca; deste, segue a jusante pelo talvegue do referido riacho até o ponto 257 de c.g.a. 40° 44' 25.77" W e 9° 42' 49.72" S; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 258 de c.g.a. 40° 43' 57.23" W e 9° 42' 25.07" S, até atingir o ponto 259 de c.g.a. 40° 41' 1.77" W e 9° 38' 14.03" S, situado no talvegue do Riacho Seco; deste, segue em linha reta até o ponto 1, início da descrição do perímetro.

Art. 3º Para fins de zoneamento da Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, fica estabelecida a Zona de Vida Silvestre - ZVS da Toca da Boa Vista, com área de 11.651 hectares, destinada prioritariamente a salvaguarda das áreas de interesse espeleológico e a conservação do habitat de espécies endêmicas, raras, em perigo ou ameaçadas de extinção, com a seguinte descrição.

§ 1º Inicia-se o perímetro no ponto 1A de coordenadas geográficas aproximadas - c.g.a. 40° 48' 48.03" W e 10° 0' 52.77" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Areias; deste, seque por linhas retas contornando a referida comunidade passando pelos pontos: ponto 2A de c.g.a. 40° 52' 10.36" W e 10° 1' 59.22" S, ponto 3A de c.g.a. 40° 52' 9.73" W e 10° 2' 0.46" S, ponto 4A de c.g.a. 40° 52' 15.34" W e 10° 2' 26.06" S, ponto 5A de c.g.a. 40° 52' 42.34" W e 10° 2' 35.36" S; deste, segue em linha reta até o ponto 6A de c.g.a. 40° 53' 3.75" W e 10° 2' 16.75" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda das Cacimbas; deste, segue em linha reta até o ponto 7A de c.g.a. 40° 53' 58.20" W e 10° 2' 39.55" S, situado na margem esquerda do Riacho do Queixo d'Anta; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 8A de c.g.a. 40° 54' 6.57" W e 10° 3' 38.19" S, ponto 9A de c.g.a. 40° 53' 55.87" W e 10° 4' 6.58" S, ponto 10A de c.g.a. 40° 53' 21.89" W e 10° 4' 14.96" S, ponto 11A de c.g.a. 40° 53' 9.35" W e 10° 5' 27.79" S, ponto 12A de c.g.a. 40° 52' 37.39" W e 10° 6' 4.40" S, ponto 13A de c.g.a. 40° 52' 27.45" W e 10° 6' 52.73" S, até atingir o ponto 14A de c.g.a. 40° 52' 45.04" W e 10° 7' 38.52" S, situado nas proximidades do Morro Alto da Palmatória; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 15A de c.g.a. 40° 52' 42.17" W e 10° 8' 55.03" S, ponto 16A de c.g.a. 40° 53' 34.92" W e 10° 10' 40.30" S, ponto 17A de c.g.a. 40° 54' 7.97" W e 10° 11' 1.25" S, ponto 18A de c.g.a. 40° 53' 54.93" W e 10° 11' 11.02" S, ponto 19A de c.g.a. 40° 53' 37.25" W e 10° 11' 11.49" S, até atingir o ponto 20A de c.g.a. 40° 53' 29.80" W e 10° 11' 10.09" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Pacui; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 21A de c.g.a. 40° 53' 16.31" W e 10° 11' 10.09" S, ponto 22A de c.g.a. 40° 53' 6.53" W e 10° 11' 10.09" S, ponto 23A de c.g.a. 40° 52' 52.57" W e 10° 11' 11.49" S, ponto 24A de c.g.a. 40° 52' 40.47" W e 10° 11' 8.23" S, ponto 25A de c.g.a. 40° 52' 27.44" W e 10° 11' 4.04" S, ponto 26A de c.g.a. 40° 52' 5.67" W e 10° 11' 8.71" S, ponto 27A de c.g.a. 40° 51' 55.41" W e 10° 11' 4.86" S, ponto 28A de c.g.a. 40° 51' 43.44" W e 10° 10' 59.30" S, até atingir o ponto 29A de c.g.a. 40° 51' 29.32" W e 10° 10' 56.31" S, situado no talvegue do Rio da Laje; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 30A de c.g.a. 40° 51' 18.20" W e 10° 10' 50.32" S, ponto 31A de c.g.a. 40° 51' 7.09" W e 10° 10' 43.05" S, ponto 32A de c.g.a. 40° 51' 2.38" W e 10° 10' 15.68" S, ponto 33A de c.g.a. 40° 51' 2.38" W e 10° 10' 2.85" S, ponto 34A de c.g.a. 40° 50' 47.14" W e 10° 9' 24.71" S, ponto 35A de c.g.a. 40° 50' 33.11" W e 10° 8' 58.35" S, ponto 36A de c.g.a. 40° 50' 25.26" W e 10° 8' 36.87" S, ponto 37A de c.g.a. 40° 50' 18.62" W e 10° 8' 15.46" S, ponto 38A de c.g.a. 40° 50' 9.88" W e 10° 7' 52.01" S, ponto 39A de c.g.a. 40° 49' 59.08" W e 10° 7' 32.17" S, ponto 40A de c.g.a. 40° 49' 46.93" W e 10° 7' 4.09" S, ponto 41A de c.g.a. 40° 50' 1.95" W e 10° 6' 46.44" S, ponto 42A de c.g.a. 40° 50' 26.68" W e 10° 6' 40.36" S, até atingir o ponto 43A de c.g.a. 40° 50' 28.55" W e 10° 6' 3.15" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda dos Patos; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 44A de c.g.a. 40° 49' 55.65" W e 10° 5' 59.93" S, ponto 45A de c.g.a. 40° 49' 38.30" W e 10° 5' 51.86" S, ponto 46A de c.g.a. 40° 49' 58.32" W e 10° 5' 18.11" S, ponto 47A de c.g.a. 40° 49' 32.87" W e 10° 4' 49.32" S, ponto 48A de c.g.a. 40° 49' 8.09" W e 10° 5' 11.21" S, ponto 49A de c.g.a. 40° 48' 29.51" W e 10° 4' 0.59" S, ponto 50A de c.g.a. 40° 47' 31.89" W e 10° 3' 10.27" S, ponto 51A de c.g.a. 40° 47' 33.34" W e 10° 2' 48.82" S, ponto 52A de c.g.a. 40° 47' 46.55" W e 10° 2' 34.28" S, ponto 53A de c.g.a. 40° 47' 40.15" W e 10° 2' 8.74" S, até atingir o ponto 54A de c.g.a. 40° 47' 25.03" W e 10° 2' 7.79" S, situado nas proximidades da localidade Fazenda Capoeira do Curral; deste, segue por linhas retas contornando a referida localidade passando pelos pontos: ponto 55A de c.g.a. 40° 47' 44.39" W e 10° 1' 7.42" S, ponto 56A de c.g.a. 40° 48' 29.63" W e 10° 1' 15.31" S, ponto 57A de c.g.a. 40° 48' 50.37" W e 10° 1' 8.29" S, ponto 58A de c.g.a. 40° 48' 48.76" W e 10° 1' 7.81" S; deste, segue em linha reta até o ponto 1A, início da descrição do perímetro.

§ 2º Na ZVS não será permitida:

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de águas;

II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, onde a biota será protegida com maior rigor;

III - o exercício de atividades capazes de provocar erosão das terras ou assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies raras da biota, o patrimônio espeleológico e arqueológico, as manchas de vegetação primitiva e as nascentes de cursos d'água existentes na região; e

V - o uso de biocidas, quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

§ 3º O plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça poderá prever outras situações em que atividades que coloquem em risco a proteção ambiental da zona de vida silvestre sejam também proibidas.

Art. 4º Ficam permitidas, na Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça, excluída a zona de vida silvestre, as atividades de mineração licenciadas pelo órgão ambiental competente, observadas as disposições do plano de manejo.

Art. 5º A Área de Proteção Ambiental do Boqueirão da Onça será administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que adotará as medidas necessárias ao seu controle, à sua proteção e à sua implementação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

DECRETO Nº 9.338, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Altera o Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Ordem Geral de Precedência, anexa ao Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Ordem Geral de Precedência

A ordem de precedência nas cerimônias oficiais de caráter federal na Capital federal será a seguinte:

.....

5 -

.....

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
Presidente do Tribunal de Contas da União
Ministros do Tribunal Superior Eleitoral

.....

6 -

.....

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho
Ministros do Tribunal de Contas da União
Vice-Almirantes

.....

Arcebispos católicos ou equivalentes de outras religiões
Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Presidente do Tribunal Marítimo

.....

Presidente do Banco do Brasil
Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Secretário da Receita Federal do Brasil
Juízes do Tribunal Superior do Trabalho

.....

A ordem de precedência, nas cerimônias oficiais, nos Estados da União, com a presença de autoridades federais, será a seguinte:

.....

5 -

.....

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
Presidente do Tribunal de Contas da União
Ministros do Tribunal Superior Eleitoral

.....

6 -

.....

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho
Ministros do Tribunal de Contas da União
Vice-Almirante

.....

Arcebispos católicos ou equivalentes de outras religiões
Presidente do Tribunal Marítimo

.....

Presidente do Banco do Brasil
Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Juízes do Tribunal Superior do Trabalho

....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.339, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Cria a Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, localizada nos Municípios de Carutapera e Luís Domingues, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, e nos art. 18 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o que consta do Processo nº 02070.004745/2017-04 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, localizada nos Municípios de Carutapera e Luís Domingues, Estado do Maranhão, com os objetivos de:

I - proteger os recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência, com respeito e valorização de seu conhecimento e de sua cultura para promovê-las social e economicamente;

II - proteger as espécies marinhas da fauna ameaçada de extinção, principalmente as áreas de reprodução, de alimentação e de abrigo do peixe-boi marinho, **Trichechus manatus**;

III - proteger os pontos de descanso, de alimentação e de reprodução de espécies de aves migratórias nas rotas neotropicais; e

IV - conservar os bens e os serviços ambientais costeiros prestados pelos manguezais, as praias, os campos de dunas e as lagunas da região.

Art. 2º A Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, com aproximadamente 186.908 hectares, tem seus limites descritos a partir da base cartográfica elaborada a partir das folhas SA-20-X-A, SA-20-X-B, SA-20-X-C e SA-20-X-D, na escala 1:250.000, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, fuso 23S, **Datum** SIRGAS-2000, conforme descrito a seguir.

§ 1º Inicia-se a descrição do perímetro no ponto 1, de coordenadas planas aproximadas - c.p.a. E: 427697 e N: 9913676, localizado no Oceano Atlântico; deste, segue em linha reta até o ponto 2 de c.p.a. E: 419935 e N: 9877208, localizado na Ilha Piracauá; deste, segue contornando a Ilha do Piracauá, passando pelo ponto 3 de c.p.a. E: 419393 e N: 9877269, pelo ponto 4 de c.p.a. E: 418413 e N: 9877137, pelo ponto 5 de c.p.a. E: 417712 e N: 9876835, pelo ponto 6 de c.p.a. E: 417386 e N: 9876453, pelo ponto 7 de c.p.a. E: 418366 e N: 9876256, pelo ponto 8 de c.p.a. E: 418657 e N: 9876007, pelo ponto 9 de c.p.a. E: 418657 e N: 9875323, pelo ponto 10 de c.p.a. E: 418101 e N: 9874639, pelo ponto 11 de c.p.a. E: 417559 e N: 9873942, pelo ponto 12 de c.p.a. E: 417519 e N: 9872995, pelo ponto 13 de c.p.a. E: 417202 e N: 9872521, pelo ponto 14 de c.p.a. E: 416646 e N: 9872139, pelo ponto 15 de c.p.a. E: 416659 e N: 9871508, pelo ponto 16 de c.p.a. E: 416421 e N: 9871101, pelo ponto 17 de c.p.a. E: 416541 e N: 9870404, pelo ponto 18 de c.p.a. E:416011 e N: 9869680, pelo ponto 19 de c.p.a. E: 415667 e N: 9869194, pelo ponto 20 de c.p.a. E: 415231 e N: 9868575, pelo ponto 21 de c.p.a. E: 415032 e N: 9867970, pelo ponto 22 de c.p.a. E: 414688 e N: 9867641, pelo ponto 23 de c.p.a. E: 414643 e N: 9867390, até atingir o ponto 24 de c.p.a. E: 413915 e N: 9867649, localizado à margem direita do Rio Tromaí; deste, segue pela margem direita do Rio Tromaí a montante até o ponto 25 de c.p.a. E: 405832 e N: 9858301, localizado à margem direita do Rio Tromaí; deste, segue atravessando o Rio Tromaí até o ponto 26 de c.p.a. E: 405611 e N: 9858227, localizado à margem esquerda do Rio Tromaí; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 27 de c.p.a. E:404738 e N: 9857414, pelo ponto 28 de c.p.a. E: 403014 e N: 9857414, pelo ponto 29 de c.p.a. E: 403012 e N: 9862055, até atingir o ponto 30 de c.p.a. E: 390311 e N: 9862051; deste, segue contornando a área de mangue, passando pelo ponto 31 de c.p.a. E: 390293 e N: 9862095, pelo ponto 32 de c.p.a. E: 390313 e N: 9862246, pelo ponto 33 de c.p.a. E: 390502 e N: 9862371, pelo ponto 34 de c.p.a. E: 390617 e N: 9862567, pelo ponto 35 de c.p.a. E: 390606 e N: 9863227, pelo ponto 36 de c.p.a E: 390659 e N: 9863619, pelo ponto 37 de c.p.a. E: 390846 e N: 9863909, pelo ponto 38 de c.p.a. E: 390528 e N: 9864260, pelo ponto 39 de c.p.a. E: 390210 e N: 9864846, pelo ponto 40 de c.p.a. E: 390355 e N: 9865253, pelo ponto 41 de c.p.a. E: 390684 e N: 9865628, pelo ponto 42 de c.p.a. E: 390706 e N: 9865894, pelo ponto 43 de c.p.a. E: 390680 e N: 9866180, pelo ponto 44 de c.p.a. E: 390588 e N: 9866374, pelo ponto 45 de c.p.a. E: 390491 e N: 9866437, pelo ponto 46 de c.p.a. E: 390342 e N: 9866469, pelo ponto 47 de c.p.a. E: 390228 e N: 9866455, pelo ponto 48 de c.p.a. E: 390089 e N: 9866380, pelo ponto 49 de c.p.a. E: 389651 e N: 9865966, pelo ponto 50 de c.p.a E: 389336 e N: 9865766, pelo ponto 51 de c.p.a. E: 389077 e N: 9865542, pelo ponto 52 de c.p.a. E: 388913 e N: 9865482, pelo ponto 53 de c.p.a. E: 388770 e N: 9865513, pelo ponto 54 de c.p.a. E: 388667 e N: 9865561, pelo ponto 55 de c.p.a. E: 388577 e N: 9865650, pelo ponto 56 de c.p.a. E: 388479 e N: 9865847, pelo ponto 57 de c.p.a. E: 388444 e N: 9865907, pelo ponto 58 de c.p.a. E: 388455 e N: 9866032, pelo ponto 59 de c.p.a. E: 388435 e N: 9866094, pelo ponto 60 de c.p.a. E: 388484 e N: 9866266, pelo ponto 61 de c.p.a. E: 388592 e N: 9866456, pelo ponto 62 de c.p.a. E: 388613 e N: 9866864, pelo ponto 63 de c.p.a. E: 388570 e N: 9867016, pelo ponto 64 de c.p.a. E: 388644 e N: 9867184, pelo ponto 65 de c.p.a. E: 389186 e N: 9867324, pelo ponto 66 de c.p.a. E: 389431 e N: 9867355, pelo ponto 67 de c.p.a. E: 389521 e N: 9867501, pelo ponto 68 de c.p.a. E: 389518 e N: 9867561, pelo ponto 69 de c.p.a. E: 389426 e N: 9867776, pelo ponto 70 de c.p.a. E: 389365 e N: 9867804, pelo ponto 71 de c.p.a. E: 389291 e N: 9867881, pelo ponto 72 de c.p.a. E: 389218 e N: 9868065, pelo ponto 73 de c.p.a. E: 389137 e N: 9868145, pelo ponto 74 de c.p.a. E: 389132 e N: 9868237, pelo ponto 75 de c.p.a. E: 389145 e N: 9868305, pelo ponto 76 de c.p.a. E: 389129 e N: 9868432 e pelo ponto 77 de c.p.a. E: 38957 e N: 9868520, localizado à margem direita de um canal da Baía do Iririmirim; deste, segue a montante pela margem direita do referido canal, até o ponto 78 de c.p.a. E: 387330 e N: 9868846, localizado na confluência do referido canal com o Rio Arapiranga; deste, segue em linha reta, atravessando o Rio Arapiranga, até o ponto 79 de c.p.a. E: 386843 e N: 9868919, localizado à margem esquerda do Rio Arapiranga; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Arapiranga até o ponto 80 de c.p.a. E: 385618 e N: 9867258; deste, segue atravessando o Rio Arapiranga até o ponto 81 de c.p.a. E: 385407 e N: 9867011, localizado à margem direita do Rio Arapiranga; deste, segue contornando as áreas de mangue, passando pelo ponto 82 de c.p.a. E: 385383 e N: 9866903, pelo ponto 83 de c.p.a. E: 385345 e N: 9866875, pelo ponto 84 de c.p.a. E: 385313 e N: 9866763, pelo ponto 85 de c.p.a. E: 385319 e N:9866686, pelo ponto 86 de c.p.a. E: 385354 e N: 9866651, pelo ponto 87 de c.p.a. E: 385362 e N: 9866.618, pelo ponto 88 de c.p.a. E: 385348 e N: 9866598, pelo ponto 89 de c.p.a. E: 385310 e N: 9866590, pelo ponto 90 de c.p.a. E: 384999 e N: 9866600, pelo ponto 91 de c.p.a. E: 384772 e N: 9866539, pelo ponto 92 de c.p.a. E: 384608 e N: 9866408, pelo ponto 93 de c.p.a. E: 384457 e N: 9866213, pelo ponto 94 de c.p.a. E: 384254 e N: 9866171, pelo ponto 95 de c.p.a. E: 384073 e N: 9866053, pelo ponto 96 de c.p.a. E: 383814 e N: 9865832, pelo ponto 97 de c.p.a. E: 383667 e N: 9865719 e pelo ponto 98 de c.p.a. E: 383300 e N: 9865697, localizado na margem esquerda de um canal de maré sem denominação; deste, segue pela margem esquerda do referido canal, a jusante, até o ponto 99 de c.p.a. E: 381806 e N: 9873650, localizado na confluência do referido canal de maré com a foz do Rio Gurupi no Oceano Atlântico; deste, segue por linha reta até o ponto 100 de c.p.a. E: 381560 e N: 9875435, localizado no talvegue da foz do Rio Gurupi; deste segue por linha reta até o ponto 101 de c.p.a. E: 390008 e N: 9913556, localizado no Oceano Atlântico; deste segue por linha reta até o Ponto 1, início da descrição do perímetro.

§ 2º O subsolo da área descrita no §1º integra os limites da Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, exceto quanto à região marinha.

Art. 3º A zona de amortecimento da Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí será definida em ato do Presidente do Instituto Chico Mendes.

§ 1º É vedada a subdelegação para a edição do ato a que se refere o **caput**.

§ 2º Ficam permitidos nos limites da Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí a passagem de dutos e instalações correlatas voltadas à logística de escoamento de hidrocarbonetos e as futuras faixas de servidão dos dutos, os seus ramais e as eventuais estradas, indispensáveis para o escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Art. 4º Na área marítima da Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí, incluída a zona de amortecimento, ficam asseguradas a liberdade de navegação e de fundeio de embarcações e a execução das ações da Autoridade Marítima necessárias à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança do tráfego aquaviário e à prevenção contra a poluição do meio ambiente hídrico.

Parágrafo único. A imposição de restrição ao tráfego aquaviário deverá ser previamente anuída pela Autoridade Marítima.

Art. 5º Compete à Autoridade Marítima e ao Instituto Chico Mendes, no âmbito de suas competências, autorizar a realização de pesquisas e investigação científicas na plataforma continental e nas águas jurisdicionais brasileiras abrangidas pela Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí.

Art. 6º Ficam declarados de utilidade pública, nos termos do art. 5º, **caput**, alínea "k", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis rurais privados existentes nos limites descritos no §1º do art. 2º, para fins de desapropriação pelo Instituto Chico Mendes.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e a executar as desapropriações, e, para efeitos de imissão de posse, pode alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover medidas administrativas e judiciais pertinentes, com vistas à declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e de registros imobiliários considerados irregulares incidentes na Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí.

Art. 7º A Reserva Extrativista Arapiranga-Tromaí será administrada pelo Instituto Chico Mendes, que adotará as medidas necessárias ao seu controle, à sua proteção e à sua implementação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

DECRETO Nº 9.340, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Cria a Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, localizada nos Municípios de Icatú e Humberto de Campos, Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição, nos art. 18 e art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e de acordo com o que consta do Processo nº 02000.003303/2018-47 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e do Processo nº 02000.200031/2017-41,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, localizada nos Municípios de Icatú e Humberto de Campos, Estado do Maranhão, com os objetivos de:

I - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais extrativistas da região, com respeito e valorização de seu conhecimento e de sua cultura para promovê-las social e economicamente;

II - conservar os bens e os serviços ambientais costeiros prestados pelos manguezais e recursos hídricos associados; e

III - contribuir para a recuperação dos recursos biológicos, para a sustentabilidade das atividades pesqueiras e extrativistas de subsistência e de pequena escala e para o fomento ao ecoturismo de base comunitária.

Art. 2º A Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, com 223.917 hectares, tem seus limites descritos a partir das cartas topográficas rasterizadas em escala 1:100.000, MI 0494 Guimarães (SA-23-Z-A-I), editadas pela Diretoria do Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, em 1980, no **Datum** SAD69, projeção UTM, fuso 23, transformadas digitalmente para o **Datum** WGS1984, e das as imagens **Rapideye** 2338016, de 15 de outubro de 2011, e 2337916, de 6 de outubro de 2012, disponibilizadas pelo Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, em coordenada projetada UTM 23sul, **Datum** WGS84, compatível com o **Datum** SIRGAS2000.

§ 1º Inicia-se a descrição do perímetro no ponto 1 de coordenadas planas aproximadas -c.p.a. E: 624390 e N: 9760655, situado no Oceano Atlântico; deste, segue por linha reta até o ponto 2 de c.p.a. E: 661675 e N: 9760540, situado no Oceano Atlântico; deste, segue por linha reta até o ponto 3 de c.p.a. E: 664161 e N: 9738083, situado na costa da Ilha Rosário; deste, segue acompanhando a costa da Ilha do Rosário em direção Oeste até o ponto 4 de c.p.a. E: 662712 e N: 9734005, situado na costa da Ilha Rosário; deste, segue em linha reta até o ponto 5 de c.p.a. E: 665347 e N: 9731879, situado na costa de Ilha Carnaubeiras; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 6 de c.p.a. E: 670218 e N: 9723543 e pelo ponto 7 de c.p.a. E: 671138 e N: 9722825, situado à margem esquerda do Rio Periá; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Periá, até o ponto 8 de c.p.a. E: 670968 e N: 9713943; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelos ponto 9 de c.p.a. E: 670938 e N: 9714211, pelo ponto 10 de c.p.a. E: 670866 e N: 9714401, pelo ponto 11 de c.p.a. E: 670792 e N: 9714469, pelo ponto 12 de c.p.a. E: 670691 e N: 9714494, pelo ponto 13 de c.p.a. E: 670659 e N: 9714608, pelo ponto 14 de c.p.a. E: 670768 e N: 9714859, pelo ponto 15 de c.p.a. E: 670872 e N: 9714931, pelo ponto 16 de c.p.a. E: 670874 e N: 9714932, pelo ponto 17 de c.p.a. E: 670782 e N: 9715192, pelo ponto 18 de c.p.a. E: 670589 e N: 9715322, pelo ponto 19 de c.p.a. E: 670379 e N: 9715349, pelo ponto 20 de c.p.a. E: 670268 e N: 9715452, pelo ponto 21 de c.p.a. E: 670268 e N: 9715625, pelo ponto 22 de c.p.a. E: 670325 e N: 9715712, pelo ponto 23 de c.p.a. E: 670541 e N: 9715737, pelo ponto 24 de c.p.a. E: 670523 e N: 9715854, pelo ponto 25 de c.p.a. E: 670475 e N: 9715878, pelo ponto 26 de cp.a. E: 670517 e N: 9716098, pelo ponto 27 de c.p.a. E: 670451 e N: 9716212, pelo ponto 28 de c.p.a. E: 670316 e N: 9716190, pelo ponto 29 de c.p.a. E: 670316 e N: 9716125, pelo ponto 30 de c.p.a. E: 670157 e N: 9715960, pelo ponto 31 de c.p.a. E: 670052 e N: 9715648, pelo ponto 32 de c.p.a. E: 669952 e N: 9715572, pelo ponto 33 de c.p.a. E: 670010 e N: 9715532, pelo ponto 34 de c.p.a. E: 670017 e N: 9715493, pelo ponto 35 de c.p.a. E: 670001 e N: 9715472, pelo ponto 36 de c.p.a. E: 669943 e N: 9715468, pelo ponto 37 de c.p.a. E: 669861 e N: 9715534, pelo ponto 38 de c.p.a. E: 669434 e N: 9715258, pelo ponto 39 de c.p.a. E: 669434 e N: 9715124, até atingir o ponto 40 de c.p.a. E: 669345 e N: 9714972, situado em afluente sem denominação da margem esquerda do Rio Carneiras; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 41 de c.p.a. E: 669243 e N: 9714854, pelo ponto 42 de c.p.a. E: 668942 e N: 9715093, pelo ponto 43 de c.p.a. E: 669117 e N: 9715323, pelo ponto 44 de c.p.a. E: 669234 e N: 9715397, pelo ponto 45 de c.p.a. E: 669245 e N: 9715648, pelo ponto 46 de c.p.a. E: 669196 e N: 9715724, pelo ponto 47 de c.p.a. E: 669069 e N: 9715740, pelo ponto 48 de c.p.a. E: 669385 e N: 9716050, pelo ponto 49 de c.p.a. E: 669156 e N: 9716284, pelo ponto 50 de c.p.a. E: 668987 e N: 9716305, pelo ponto 51 de c.p.a. E: 668682 e N: 9716227, pelo ponto 52 de c.p.a. E: 668637 e N: 9716106, pelo ponto 53 de c.p.a. E: 668479 e N: 9716092, pelo ponto 54 de c.p.a. E: 668424 e N: 9716224, pelo ponto 55 de c.p.a. E: 667945 e N: 9716096, pelo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ponto 56 de c.p.a. E: 667726 e N: 9716071, pelo ponto 57 de c.p.a. E: 667378 e N: 9715981, pelo ponto 58 de c.p.a. E: 667279 e N: 9715985, pelo ponto 59 de c.p.a. E: 667327 e N: 9716087, pelo ponto 60 de c.p.a. E: 667486 e N: 9716245, pelo ponto 61 de c.p.a. E: 667735 e N: 9716327, pelo ponto 62 de c.p.a. E: 667894 e N: 9716594, pelo ponto 63 de c.p.a. E: 667815 e N: 9716691, pelo ponto 64 de c.p.a. E: 667571 e N: 9716483, pelo ponto 65 de c.p.a. E: 667171 e N: 9716494, pelo ponto 66 de c.p.a. E: 667302 e N: 9716768, até atingir o ponto 67 de c.p.a. E: 667626 e N: 9716984, situado em afluente sem denominação da margem direita do Rio São Pedro; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 68 de c.p.a. E: 667732 e N: 9717397, pelo ponto 69 de c.p.a. E: 667700 e N: 9717519, pelo ponto 70 de c.p.a. E: 667464 e N: 9717370, pelo ponto 71 de c.p.a. E: 667164 e N: 9717225, pelo ponto 72 de c.p.a. E: 666927 e N: 9716921, pelo ponto 73 de c.p.a. E: 666806 e N: 9716951, pelo ponto 74 de c.p.a. E: 666722 e N: 9717021, pelo ponto 75 de c.p.a. E: 666625 e N: 9717004, pelo ponto 76 de c.p.a. E: 666462 e N: 9716831, pelo ponto 77 de c.p.a. E: 666194 e N: 9716880, pelo ponto 78 de c.p.a. E: 665909 e N: 9716804, pelo ponto 79 de c.p.a. E: 665655 e N: 9716536, pelo ponto 80 de c.p.a. E: 665532 e N: 9716509, pelo ponto 81 de c.p.a. E: 665390 e N: 9716720, pelo ponto 82 de c.p.a. E: 665190 e N: 9716603, pelo ponto 83 de c.p.a. E: 664515 e N: 9716699, pelo ponto 84 de c.p.a. E: 664376 e N: 9716817, pelo ponto 85 de c.p.a. E: 664243 e N: 9716772, pelo ponto 86 de c.p.a. E: 663979 e N: 9716499, até atingir o ponto 87 de c.p.a. E: 663425 e N: 9716292, situado no Rio São Pedro; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 88 de c.p.a. E: 663324 e N: 9716503, pelo ponto 89 de c.p.a. E: 663331 e N: 9716596, pelo ponto 90 de c.p.a. E: 663510 e N: 9716724, pelo ponto 91 de c.p.a. E: 663552 e N: 9716866, pelo ponto 92 de c.p.a. E: 663793 e N: 9716870, pelo ponto 93 de c.p.a. E: 663753 e N: 9717063, pelo ponto 94 de c.p.a. E: 665043 e N: 9717956, pelo ponto 95 de c.p.a. E: 665381 e N: 9718009, pelo ponto 96 de c.p.a. E: 665441 e N: 9717890, pelo ponto 97 de c.p.a. E: 665338 e N: 9717714, pelo ponto 98 de c.p.a. E: 665614 e N: 9717486, pelo ponto 99 de c.p.a. E: 665721 e N: 9717534, pelo ponto 100 de c.p.a. E: 665662 e N: 9717760, pelo ponto 101 de c.p.a. E: 665749 e N: 9718190, pelo ponto 102 de c.p.a. E: 666388 e N: 9718640, pelo ponto 103 de c.p.a. E: 666161 e N: 9719247, pelo ponto 104 de c.p.a. E: 666287 e N: 9719367, pelo ponto 105 de c.p.a. E: 666879 e N: 9719324, pelo ponto 106 de c.p.a. E: 666816 e N: 9719573, pelo ponto 107 de c.p.a. E: 667068 e N: 9719928, pelo ponto 108 de c.p.a. E: 666682 e N: 9720026, pelo ponto 109 de c.p.a. E: 666608 e N: 9720590, pelo ponto 110 de c.p.a. E: 665952 e N: 9720636, pelo ponto 111 de c.p.a. E: 665740 e N: 9720447, pelo ponto 112 de c.p.a. E: 665418 e N: 9720263, pelo ponto 113 de c.p.a. E: 665484 e N: 9720593, pelo ponto 114 de c.p.a. E: 665815 e N: 9721102, pelo ponto 115 de c.p.a. E: 665392 e N: 9721055, pelo ponto 116 de c.p.a. E: 665127 e N: 9720825, pelo ponto 117 de c.p.a. E: 665012 e N: 9720856, pelo ponto 118 de c.p.a. E: 665001 e N: 9720942, pelo ponto 119 de c.p.a. E: 665293 e N: 9721379, pelo ponto 120 de c.p.a. E: 665736 e N: 9721663, pelo ponto 121 de c.p.a. E: 666244 e N: 9721798, pelo ponto 122 de c.p.a. E: 666848 e N: 9722390, pelo ponto 123 de c.p.a. E: 666920 e N: 9722881, pelo ponto 124 de c.p.a. E: 666702 e N: 9723446, pelo ponto 125 de c.p.a. E: 666631 e N: 9723250, pelo ponto 126 de c.p.a. E: 666514 e N: 9723230, pelo ponto 127 de c.p.a. E: 666248 e N: 9723306, pelo ponto 128 de c.p.a. E: 665951 e N: 9723237, pelo ponto 129 de c.p.a. E: 665718 e N: 9723327, pelo ponto 130 de c.p.a. E: 665713 e N: 9723165, pelo ponto 131 de c.p.a. E: 665433 e N: 9723087, pelo ponto 132 de c.p.a. E: 664768 e N: 9722418, pelo ponto 133 de c.p.a. E: 663571 e N: 9722261, pelo ponto 134 de c.p.a. E: 663454 e N: 9721806, pelo ponto 135 de c.p.a. E: 663181 e N: 9721723, pelo ponto 136 de c.p.a. E: 662967 e N: 9721919, pelo ponto 137 de c.p.a. E: 662854 e N: 9721950, pelo ponto 138 de c.p.a. E: 662713 e N: 9721734, pelo ponto 139 de c.p.a. E: 662845 e N: 9721561, pelo ponto 140 de c.p.a. E: 662606 e N: 9721386, pelo ponto 141 de c.p.a. E: 662454 e N: 9721333, pelo ponto 142 de c.p.a. E: 662366 e N: 9721265, pelo ponto 143 de c.p.a. E: 662344 e N: 9720909, pelo ponto 144 de c.p.a. E: 661566 e N: 9720872, pelo ponto 145 de c.p.a. E: 661248 e N: 9720610, pelo ponto 146 de c.p.a. E: 661004 e N: 9720632, pelo ponto 147 de c.p.a. E: 660402 e N: 9719944, pelo ponto 148 de c.p.a. E: 660227 e N: 9719889, pelo ponto 149 de c.p.a. E: 660015 e N: 9720020, pelo ponto 150 de c.p.a. E: 659892 e N: 9719990, pelo ponto 151 de c.p.a. E: 659860 e N: 9719738, pelo ponto 152 de c.p.a. E: 659981 e N: 9719550, pelo ponto 153 de c.p.a. E: 660009 e N: 9719298, pelo ponto 154 de c.p.a. E: 660325 e N: 9718874, pelo ponto 155 de c.p.a. E: 660325 e N: 9718800, pelo ponto 156 de c.p.a. E: 659964 e N: 9718871, pelo ponto 157 de c.p.a. E: 659837 e N: 9719029, pelo ponto 158 de c.p.a. E: 659909 e N: 9719134, pelo ponto 159 de c.p.a. E: 659870 e N: 9719190, pelo ponto 160 de c.p.a. E: 659786 e N: 9719212, pelo ponto 161 de c.p.a. E: 659638 e N: 9719443, pelo ponto 162 de c.p.a. E: 659405 e N: 9719401, pelo ponto 163 de c.p.a. E: 659331 e N: 9719486, pelo ponto 164 de c.p.a. E: 659050 e N: 9719542, até atingir o ponto 165 de c.p.a. E: 659007 e N: 9719809, situado próximo a afluente sem denominação da margem esquerda do Rio do Cedro; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 166 de c.p.a. E: 658928 e N: 9719827, pelo ponto 167 de c.p.a. E: 658761 e N: 9719755, pelo ponto 168 de c.p.a. E: 658687 e N: 9719611, pelo ponto 169 de c.p.a. E: 658336 e N: 9719487, pelo ponto 170 de c.p.a. E: 658008 e N: 9719445, pelo ponto 171 de c.p.a. E: 657629 e N: 9719619, pelo ponto 172 de c.p.a. E: 657512 e N: 9719749, pelo ponto 173 de c.p.a. E: 657413 e N: 9719777, pelo ponto 174 de c.p.a. E: 657175 e N: 9719623, pelo ponto 175 de c.p.a. E: 657010 e N: 9719569, pelo ponto 176 de c.p.a. E: 656915 e N: 9719478, pelo ponto 177 de c.p.a. E: 656750 e N: 9719500, pelo ponto 178 de c.p.a. E: 656626 e N: 9719260, pelo ponto 179 de c.p.a. E: 656691 e N: 9719182, pelo ponto 180 de c.p.a. E: 656558 e N: 9718975, pelo ponto 181 de c.p.a. E: 656226 e N: 9719012, pelo ponto 182 de c.p.a. E: 656175 e N: 9719120, até atingir o ponto 183 de c.p.a. E: 656081 e N: 9719079, situado próximo ao lgarapé do Curralinho, que desemboca próximo a Ilha Grande; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 184 de c.p.a. E: 655900 e N: 9718909, pelo ponto 185 de c.p.a. E: 655864 e N: 9718603, pelo ponto 186 de c.p.a. E: 655889 e N: 9718461, pelo ponto 187 de c.p.a. E: 655999 e N: 9718392, pelo ponto 188 de c.p.a. E: 655992 e N: 9718260, pelo ponto 189 de c.p.a. E: 655885 e N: 9718286, pelo ponto 190 de c.p.a. E: 655696 e N: 9717682, pelo ponto 191 de c.p.a. E: 655865 e N: 9717486, pelo ponto 192 de c.p.a. E: 655979 e N: 9717214, pelo ponto 193 de c.p.a. E: 655978 e N: 9717069, pelo ponto 194 de c.p.a. E: 655919 e N: 9716852, pelo ponto 195 de c.p.a. E: 655805 e N: 9716756, pelo ponto 196 de c.p.a. E: 655439 e N: 9716905, pelo ponto 197 de c.p.a. E: 655433 e N: 9716144, pelo ponto 198 de c.p.a. E: 655715 e N: 9715988, pelo ponto 199 de c.p.a. E: 655717 e N: 9715725, pelo ponto 200 de c.p.a. E: 655484 e N: 9715365, pelo ponto 201 de c.p.a. E: 655389 e N: 9714860, pelo ponto 202 de c.p.a. E: 655176 e N: 9714460, pelo ponto 203 de c.p.a. E: 655376 e N: 9714472, pelo ponto 204 de c.p.a. E: 655521 e N: 9713813, pelo ponto 205 de c.p.a. E: 655329 e N: 9713384, pelo ponto 206 de c.p.a. E: 655318 e N: 9713184, pelo ponto 207 de c.p.a. E: 654853 e N: 9712575, pelo ponto 208 de c.p.a. E: 654971 e N: 9712417, pelo ponto 209 de c.p.a. E: 654962 e N: 9712111, pelo ponto 210 de c.p.a. E: 654592 e N: 9711547, pelo ponto 211 de c.p.a. E: 654671 e N: 9711240, pelo ponto 212 de c.p.a. E: 654866 e N: 9711053, pelo ponto 213 de c.p.a. E: 655259 e N: 9710964, pelo ponto 214 de c.p.a. E: 655435 e N: 9710834, pelo ponto 215 de c.p.a. E: 655606 e N: 9710847, pelo ponto 216 de c.p.a. E: 655827 e N: 9710603, pelo ponto 217 de c.p.a. E: 655778 e N: 9710321, pelo ponto 218 de c.p.a. E: 655513 e N: 9710045, até atingir o ponto 219 de c.p.a. E: 655813 e N: 9709039, situado no Riacho do Buriti, à margem direita do Rio Mapari; deste segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 220 de c.p.a. E: 655590 e N: 9708164, pelo ponto 221 de c.p.a. E: 655748 e N: 9707887, pelo ponto 222 de c.p.a. E: 655761 e N: 9707282, pelo ponto 223 de c.p.a. E: 655453 e N: 9706913, pelo ponto 224 de c.p.a. E: 655304 e N: 9706958, pelo ponto 225 de c.p.a. E: 655230 e N: 9706938, até atingir o ponto 226 de c.p.a. E: 654742 e N: 9706718, situado no Rio Mapari; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 227 de c.p.a. E: 654569 e N: 9706824, pelo ponto 228 de c.p.a. E: 654500 e N: 9707248, pelo ponto 229 de c.p.a. E: 654449 e N: 9707389, pelo ponto 230 de c.p.a. E: 654133 e N: 9707403, pelo ponto 231 de c.p.a. E: 654108 e N: 9707876 e pelo ponto 232 de c.p.a. E: 653738 e N: 9708231, situado no Igarapé São Bento, à margem esquerda do Rio Mapari; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 233 de c.p.a. E: 653738 e N: 9708337, pelo ponto 234 de c.p.a. E: 654082 e N: 9708534, pelo ponto 235 de c.p.a. E: 654096 e N: 970869], pelo ponto 236 de c.p.a. E: 654217 e N: 9708907, pelo ponto 237 de c.p.a. E: 654340 e N: 9709010, pelo ponto 238 de c.p.a. E: 654256 e N: 9709281, pelo ponto 239 de c.p.a. E: 653845 e N: 9709178, pelo ponto 240 de c.p.a. E: 653686 e N: 9709350, pelo ponto 241 de c.p.a. E: 653759 e N: 9709629, pelo ponto 242 de c.p.a. E: 653490 e N: 9710125, pelo ponto 243 de c.p.a. E: 652723 e N: 9711016, pelo ponto 244 de c.p.a. E: 652575 e N: 9711323, pelo ponto 245 de c.p.a. E: 652575 e N: 9711752, pelo ponto 246 de c.p.a. E: 652340 e N: 9712087, pelo ponto 247 de c.p.a. E: 652631 e N: 9712303, pelo ponto 248 de c.p.a. E: 652506 e N: 9713652, pelo ponto 249 de c.p.a. E: 652870 e N: 9713853, pelo ponto 250 de c.p.a. E: 652834 e N: 9714025, pelo ponto 251 de c.p.a. E: 652289 e N: 9714510, pelo ponto 252 de c.p.a. E: 652213 e N: 9714764, pelo ponto 253 de c.p.a. E: 651604 e N: 9714854, até atingir o ponto 254 de c.p.a. E: 651229 e N: 9714797, situado no Igarapé Boiador, à margem esquerda do Rio Mapari; deste, segue por linha reta, acompanhando o limite do mangue, até atingir o ponto 255 de c.p.a. E: 649930 e N: 9715716, situado próximo a nascente do Igarapé Maruim, que desemboca na Baía do Tubarão; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 256 de c.p.a. E: 649196 e N: 9716609, pelo ponto 257 de c.p.a. E: 649044 e N: 9717449, pelo ponto 258 de c.p.a. E: 649157 e N: 9718085, pelo ponto 259 de c.p.a. E: 648591 e N: 9718154, pelo ponto 260 de c.p.a. E: 646066 e N: 9717810, pelo ponto 261 de c.p.a. E: 645684 e N: 9718266, pelo ponto 262 de c.p.a. E: 645245 e N: 9718478, até atingir o ponto 263 de c.p.a. E: 645 126 e N: 9718449, situado à margem direita do Rio Axuí; deste, segue a montante pela margem direita do referido Rio, até o ponto 264 de c.p.a. E: 644392 e N: 9717141, situado na confluência do Rio do Meio com o Rio Axuí; deste, segue a montante pela margem direita do Rio do Meio, até o ponto 265 de c.p.a. E: 642241 e N: 9716663; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 266 de c.p.a. E: 641948 e N: 9716498, pelo ponto 267 de c.p.a. E: 639905 e N: 9716646, pelo ponto 268 de c.p.a. E: 638836 e N: 9716518, pelo ponto 269 de c.p.a. E: 638736 e N: 9716610, pelo ponto 270 de c.p.a. E: 638428 e N: 9716758, pelo ponto 271 de c.p.a. E: 638317 e N: 9716913, pelo ponto 272 de c.p.a. E: 638051 e N: 9717104, pelo ponto 273 de c.p.a. E: 638122 e N: 9717218, pelo ponto 274 de c.p.a. E: 637938 e N: 9717313, pelo ponto 275 de c.p.a. E: 637724 e N: 9717195, pelo ponto 276 de c.p.a. E: 637289 e N: 9717309, pelo ponto 277 de c.p.a. E: 636078 e N: 9717297, pelo ponto 278 de c.p.a. E: 636353 e N: 9718450, pelo ponto 279 de c.p.a. E: 636183 e N: 9718662, até atingir o ponto 280 de c.p.a. E: 635669 e N: 9718709, situado próximo à nascente do Rio Marapucaia; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 281 de c.p.a. E: 635184 e N: 9718106, pelo ponto 282 de c.p.a. E: 635360 e N: 9716933, pelo ponto 283 de c.p.a. E: 635558 e N: 9716615, pelo ponto 284 de c.p.a. E: 635223 e N: 9716415, pelo ponto 285 de c.p.a. E: 634924 e N: 9716934, pelo ponto 286 de c.p.a. E: 634502 e N: 9716757, pelo ponto 287 de c.p.a. E: 634369 e N: 9716885, pelo ponto 288 de c.p.a. E: 634423 e N: 9717020, pelo ponto 289 de c.p.a. E: 634039 e N: 9717253, pelo ponto 290 de c.p.a. E: 633703 e N: 9716852, pelo ponto 291 de c.p.a. E: 633571 e N: 9716967, pelo ponto 292 de c.p.a. E: 632815 e N: 9716568, pelo ponto 293 de c.p.a. E: 632737 e N: 9716414, pelo ponto 294 de c.p.a. E: 632445 e N: 9716183, pelo ponto 295 de c.p.a. E: 632115 e N: 9716019, pelo ponto 296 de c.p.a. E: 631794 e N: 9715671, pelo ponto 297 de c.p.a. E: 631547 e N: 9715668, pelo ponto 298 de c.p.a. E: 631286 e N: 9714880, pelo ponto 299 de c.p.a. E: 631327 e N: 9714521, pelo ponto 300 de c.p.a. E: 631019 e N: 9714412, até atingir o ponto 301 de c.p.a. E: 630471 e N: 9713908, situado próximo ao Igarapé do Retiro; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 302 de c.p.a. E: 629998 e N: 9713709, pelo ponto 303 de c.p.a. E: 629981 e N: 9713036, pelo ponto 304 de c.p.a. E: 630105 e N: 9712827, pelo ponto 305 de c.p.a. E: 630403 e N: 9712754, pelo ponto 306 de c.p.a. E: 630378 e N: 9712606, pelo ponto 307 de c.p.a. E: 630058 e N: 9712565, pelo ponto 308 de c.p.a. E: 629902 e N: 9712424, pelo ponto 309 de c.p.a. E: 629929 e N: 9712234, até atingir o ponto 310 de c.p.a. E: 630181 e N: 9711957, situado no Igarapé do Palmeira; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 311 de c.p.a. E: 630394 e N: 9711810, pelo ponto 312 de c.p.a. E: 630281 e N: 9711583, pelo ponto 313 de c.p.a. E: 630065 e N: 9711556, pelo ponto 314 de c.p.a. E: 629683 e N: 9711339, pelo ponto 315 de c.p.a. E: 629650 e N: 9711073, pelo ponto 316 de c.p.a. E: 629895 e N: 9710925, pelo ponto 317 de c.p.a. E: 630178 e N: 9710591, até atingir o ponto 318 de c.p.a. E: 630665 e N: 9710296, situado no Rio Grande; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 319 de c.p.a. E: 630472 e N: 9710087, pelo ponto 320 de c.p.a. E: 629996 e N: 9710087, pelo ponto 321 de c.p.a. E: 629528 e N: 9710363, pelo ponto 322 de c.p.a. E: 628846 e N: 9711027, pelo ponto 323 de c.p.a. E: 628513 e N: 9710996, pelo ponto 324 de c.p.a. E: 628402 e N: 9711375, pelo ponto 325 de c.p.a. E: 627910 e N: 9711422, pelo ponto 326 de c.p.a. E: 627561 e N: 9711352, pelo ponto 327 de c.p.a. E: 627195 e N: 9711183, pelo ponto 328 de c.p.a. E: 627226 e N: 9711078, pelo ponto 329 de c.p.a. E: 627121 e N: 9710983, pelo ponto 330 de c.p.a. E: 626949 e N: 9710918, pelo ponto 331 de c.p.a. E: 626473 e N: 9711109, pelo ponto 332 de c.p.a. E: 626196 e N: 9710995, pelo ponto 333 de c.p.a. E: 626073 e N: 9710889, pelo ponto 334 de c.p.a. E: 626321 e N: 9709664, pelo ponto 335 de c.p.a. E: 626240 e N: 9709111, pelo ponto 336 de c.p.a. E: 625947 e N: 9708798, até atingir o ponto 337 de c.p.a. E: 625931 e N: 9708646, situado à margem direita do Rio Anajatuba; deste, segue a montante pelo referido Rio até atingir o ponto 338 de c.p.a. E: 626047 e N: 9708230; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 339 de c.p.a. E: 626146 e N: 9708242, pelo ponto 340 de c.p.a. E: 626430 e N: 9708100, até atingir o ponto 341 de c.p.a. E: 626506 e N: 9707932; deste, segue por linhas retas passando pelo ponto 342 de c.p.a. E: 627045 e N: 9708074, pelo ponto 343 de c.p.a. E: 627070 e N: 9707985, até atingir o ponto 344 de c.p.a. E: 626526 e N: 9707811; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 345 de c.p.a. E: 626225 e N: 9707003, pelo ponto 346 de c.p.a. E: 626066 e N: 9706782, pelo ponto 347 de c.p.a. E: 625944 e N: 9706782, até atingir o ponto 348 de c.p.a. E: 625866 e N: 9706683, situado à margem direita do Rio Anajatuba; deste, segue a montante pelo referido Rio até atingir o ponto 349 de c.p.a. E: 626294 e N: 9704978; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 350 de c.p.a. E: 626911 e N: 9704702, pelo ponto 351 de c.p.a. E: 627156 e N: 9704941, pelo ponto 352 de c.p.a. E: 628545 e N: 9705236, pelo ponto 353 de c.p.a. E: 628727 e N: 9704999, pelo ponto 354 de c.p.a. E: 628237 e N: 9704579, pelo ponto 355 de c.p.a. E: 627979 e 9704533, pelo ponto 356 de c.p.a. E: 627978 e N: 9704310, até atingir o ponto 357 de c.p.a. E: 627870 e N: 9704112, situado no Rio Beira; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 358 de c.p.a. E: 627591 e N: 9704023, pelo ponto 359 de c.p.a. E: 627377 e N: 9703886, pelo ponto 360 de c.p.a. E: 627211 e N: 9703634, pelo ponto 361 de c.p.a. E: 627034 e N: 9703497, pelo ponto 362 de c.p.a. E: 626516 e N: 97033605, pelo ponto 363 de c.p.a. E: 626220 e N: 9703039, até atingir o ponto 364 de c.p.a. E: 626039 e N: 9703072, situado no Rio Anajatuba; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 365 de c.p.a. E: 625847 e N: 9703914, pelo ponto 366 de c.p.a. E: 625793 e N: 9704045, pelo ponto 367 de c.p.a. E: 625816 e N: 9704168, pelo ponto 368 de c.p.a. E: 625809 e N: 9704251, pelo ponto 369 de c.p.a. E: 625707 e N: 9704292, pelo ponto 370 de c.p.a. E: 625641 e N: 9704380, até atingir o ponto 371 de c.p.a. E: 625308 e N: 9704586, situado em afluente sem denominação da margem esquerda do Rio Anajatuba; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 372 de c.p.a. E: 625186 e N: 9704637, pelo ponto 373 de c.p.a. E: 624882 e N: 9705032, pelo ponto 374 de c.p.a. E: 624645 e N: 9705132, pelo ponto 375 de c.p.a. E: 624524 e N: 9705285, pelo ponto 376 de c.p.a. E: 624523 e N: 9705440, pelo ponto 377 de c.p.a. E: 624555 e N: 9705556, pelo ponto 378 de c.p.a. E: 624545 e N: 9705977, pelo ponto 379 de c.p.a. E: 624418 e N: 9706177, pelo ponto 380 de c.p.a. E: 624365 e N: 9706398, pelo ponto 381 de c.p.a. E: 624344 e N: 9706633, pelo ponto 382 de c.p.a. E: 624366 e N: 9706753, pelo ponto 383 de c.p.a. E: 624348 e N: 9707225, pelo ponto 384 de c.p.a. E: 624398

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e N: 9707492, até atingir o ponto 385 de c.p.a. E: 624146 e N: 9707968, situado em outro afluente sem denominação da margem esquerda do Rio Anajatuba; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 386 de c.p.a. E: 624093 e N: 9708396, pelo ponto 387 de c.p.a. E: 623772 e N: 9708815, pelo ponto 388 de c.p.a. E: 623563 e N: 9709412, pelo ponto 389 de c.p.a. E: 623065 e N: 9709308, pelo ponto 390 de c.p.a. E: 622630 e N: 9709418, até atingir o ponto 391 de c.p.a. E: 621573 e N: 9709329, situado no Igarapé do Sertão Grande; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 392 de c.p.a. E: 621582 e N: 9709779, pelo ponto 393 de c.p.a. E: 622531 e N: 9710010, pelo ponto 394 de c.p.a. E: 623205 e N: 9710555, pelo ponto 395 de c.p.a. E: 623495 e N: 9710839, pelo ponto 396 de c.p.a. E: 623496 e N: 9711017, pelo ponto 397 de c.p.a. E: 622965 e N: 9711618, pelo ponto 398 de c.p.a. E: 622768 e N: 9711599, pelo ponto 399 de c.p.a. E: 622253 e N: 97110675, pelo ponto 400 de c.p.a. E: 621342 e N: 9711479, pelo ponto 401 de c.p.a. E: 621414 e N: 9711960, pelo ponto 402 de c.p.a. E: 621394 e N: 9712163, pelo ponto 403 de c.p.a. E: 621048 e N: 9712060, pelo ponto 404 de c.p.a. E: 620886 e N: 9712302, pelo ponto 405 de c.p.a. E: 619976 e N: 9712486, pelo ponto 406 de c.p.a. E: 620061 e N: 9712751, pelo ponto 407 de c.p.a. E: 620818 e N: 9712914, pelo ponto 408 de c.p.a. E: 621356 e N: 9712920, pelo ponto 409 de c.p.a. E: 622221 e N: 9713034, pelo ponto 410 de c.p.a. E: 622342 e N: 9713639, pelo ponto 411 de c.p.a. E: 622258 e N: 9714060, pelo ponto 412 de c.p.a. E: 621747 e N: 9714567, pelo ponto 413 de c.p.a. E: 622016 e N: 9714872, pelo ponto 414 de c.p.a. E: 622109 e N: 9715493, pelo ponto 415 de c.p.a. E: 621962 e N: 9715628, pelo ponto 416 de c.p.a. E: 621796 e N: 9715643, pelo ponto 417 de c.p.a. E: 621538 e N: 9715447, pelo ponto 418 de c.p.a. E: 621303 e N: 9715357, pelo ponto 419 de c.p.a. E: 621000 e N: 9715450, pelo ponto 420 de c.p.a. E: 620534 e N: 9715271, pelo ponto 421 de c.p.a. E: 620137 e N: 9715192, pelo ponto 422 de c.p.a. E: 619468 e N: 9714529, pelo ponto 423 de c.p.a. E: 619401 e N: 9714252, pelo ponto 424 de c.p.a. E: 619507 e N: 9714031, pelo ponto 425 de c.p.a. E: 619496 e N: 9713789, pelo ponto 426 de c.p.a. E: 618199 e N: 9712043, pelo ponto 427 de c.p.a. E: 618282 e N: 9711271, pelo ponto 428 de c.p.a. E: 618519 e N: 9710842, pelo ponto 429 de c.p.a. E: 619659 e N: 9711438, pelo ponto 430 de c.p.a. E: 619943 e N: 9711259, até atingir o ponto 431 de c.p.a. E: 619868 e N: 9710937, situado próximo à nascente do Rio Manajuí; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 432 de c.p.a. E: 618890 e N: 9710323, pelo ponto 433 de c.p.a. E: 617768 e N: 9710086, pelo ponto 434 de c.p.a. E: 617379 e N: 9709937, pelo ponto 435 de c.p.a. E: 617235 e N: 9709666, pelo ponto 436 de c.p.a. E: 617595 e N: 9709350, pelo ponto 437 de c.p.a. E:618163 e N: 9709291, pelo ponto 438 de c.p.a. E: 618561 e N: 9709385, pelo ponto 439 de c.p.a. E: 618879 e N: 9709425, pelo ponto 440 de c.p.a. E: 618908 e N: 9709214, pelo ponto 441 de c.p.a. E: 618148 e N: 9708834, pelo ponto 442 de c.p.a. E: 617895 e N: 9708601, pelo ponto 443 de c.p.a. E: 618188 e N: 9708398, pelo ponto 444 de c.p.a. E: 618245 e N: 9708240, pelo ponto 445 de c.p.a. E: 618211 e N: 9708013, pelo ponto 446 de c.p.a. E: 618219 e N: 9707761, pelo ponto 447 de c.p.a. E: 619511 e N: 9707869, pelo ponto 448 de c.p.a. E: 619532 e N: 9707648, pelo ponto 449 de c.p.a. E: 619495 e N: 9707474, pelo ponto 450 de c.p.a. E: 618160 e N: 9707339, pelo ponto 451 de c.p.a. E: 618114 e N: 9706845, pelo ponto 452 de c.p.a. E: 617574 e N: 9706513, pelo ponto 453 de c.p.a. E: 617366 e N: 9705511, pelo ponto 454 de c.p.a. E: 617032 e N: 9705342, até atingir o ponto 455 de c.p.a. E: 616737 e N: 9704783, situado no Rio Itatuaba; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 456 de c.p.a. E: 616727 e N: 9704947, pelo ponto 457 de c.p.a. E: 616743 e N: 9705075, pelo ponto 458 de c.p.a. E: 616672 e N: 9705281, pelo ponto 459 de c.p.a. E: 616612 e N: 9705362, pelo ponto 460 de c.p.a. E: 616441 e N: 9705453, pelo ponto 461 de c.p.a. E: 616497 e N: 9706427, pelo ponto 462 de c.p.a. E: 616409 e N: 9706784, pelo ponto 463 de c.p.a. E: 616428 e N: 9707026, pelo ponto 464 de c.p.a. E: 616710 e N: 9707564, pelo ponto 465 de c.p.a. E: 616819 e N: 9707697, pelo ponto 466 de c.p.a. E: 615670 e N: 9708173, pelo ponto 467 de c.p.a. E: 615096 e N: 9708001, pelo ponto 468 de c.p.a. E: 615015 e N: 9707858, pelo ponto 469 de c.p.a. E: 614909 e N: 9707626, pelo ponto 470 de c.p.a. E: 614707 e N: 9707215, pelo ponto 471 de c.p.a. E: 614188 e N: 9706491, pelo ponto 472 de c.p.a. E: 613824 e N: 9705723, até atingir o ponto 473 de c.p.a. E: 613526 e N: 9705713, situado no Rio Igarapé Centro da Mata, que desemboca no Rio Ponta do Araça; deste, segue por linha reta, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 474 de c.p.a. E: 613512 e N: 9705892, até atingir o ponto 475 de c.p.a. E: 613746 e N: 9707173, situado próximo ao Igarapé Jacarai; deste, segue por linha reta, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 476 de c.p.a. E: 614099 e N: 9708317, pelo ponto 477 de c.p.a. E: 614626 e N: 9708814, pelo ponto 478 de c.p.a. E: 614564 e N: 9708939, pelo ponto 479 de c.p.a. E: 613467 e N: 9708730, pelo ponto 480 de c.p.a. E: 612524 e N: 9708277, pelo ponto 481 de c.p.a. E: 612649 e N: 9707734, pelo ponto 482 de c.p.a. E: 611524 e N: 9707374, pelo ponto 483 de c.p.a. E: 611322 e N: 9707485, pelo ponto 484 de c.p.a. E: 611135 e N: 9707875, pelo ponto 485 de c.p.a. E: 610821 e N: 9707914, pelo ponto 486 de c.p.a. E: 610573 e N: 9707723, pelo ponto 487 de c.p.a. E: 610508 e N: 9707345, pelo ponto 488 de c.p.a. E: 610533 e N: 9706781, pelo ponto 489 de c.p.a. E: 609507 e N: 9706347, pelo ponto 490 de c.p.a. E: 608749 e N: 9706232, pelo ponto 491 de c.p.a. E: 608597 e N: 9705736, pelo ponto 492 de c.p.a. E: 608739 e N: 9705537, pelo ponto 493 de c.p.a. E: 608936 e N: 9704945, pelo ponto 494 de c.p.a. E: 608692 e N: 9704686, pelo ponto 495 de c.p.a. E: 608763 e N: 9704486, pelo ponto 496 de c.p.a. E: 608540 e N: 9704219, pelo ponto 497 de c.p.a. E: 608212 e N: 9704210, pelo ponto 498 de c.p.a. E: 607953 e N: 9703893, pelo ponto 499 de c.p.a. E: 607401 e N: 9703594, pelo ponto 500 de c.p.a. E: 607182 e N: 9703384, pelo ponto 501 de c.p.a. E: 607154 e N: 9703105, pelo ponto 502 de c.p.a. E: 606729 e N: 9702452, pelo ponto 503 de c.p.a. E: 606576 e N: 9701921, pelo ponto 504 de c.p.a. E: 606687 e N: 9701293, pelo ponto 505 de c.p.a. E: 606640 e N: 9700949, pelo ponto 506 de c.p.a. E: 607046 e N: 9700404, até atingir o ponto 507 de c.p.a. E: 607942 e N: 9700600, situado no Igarapé das Areias; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 508 de c.p.a. E: 608207 e N: 9700129, pelo ponto 509 de c.p.a. E: 608237 e N: 9699565, até atingir o ponto 510 de c.p.a. E: 608096 e N: 9699105, situado no Igarapé da Ribeira; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 511 de c.p.a. E: 607325 e N: 9699007, pelo ponto 512 de c.p.a. E: 607287 e N: 9698283, até atingir o ponto 513 de c.p.a. E: 606615 e N: 9698264, situado próximo ao Igarapé Santana; deste, segue por linhas retas, acompanhando o limite do mangue, passando pelo ponto 514 de c.p.a. E: 606318 e N: 9698632, pelo ponto 515 de c.p.a. E: 606083 e N: 9699091, pelo ponto 516 de c.p.a. E: 605560 e N: 9699916, até atingir o ponto 517 de c.p.a. E: 604847 e N: 9699990, situado à margem direita da Baía de São Jorge; deste, segue por linha reta até o ponto 518 de c.p.a. E: 601054 e N: 9703692, situado no limite com o Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão; deste, segue acompanhando o limite do Município de São José de Ribamar, até encontrar o limite do Município de Icatu, no ponto 519 de c.p.a. E: 611139 e N: 9714924; deste, continua pelo limite do Município de São José do Ribamar, até o ponto 520 de c.p.a. E: 615729 e N: 9725581; deste, segue em linha reta até o ponto 1 ponto, início da descrição do perímetro.

§ 2º O subsolo da área descrita no § 1º integra os limites da Reserva Extrativista da Baía da Tubarão, exceto quanto à região marinha.

Art. 3º A zona de amortecimento da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão será definida em ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes.

§ 1º É vedada a subdelegação para a edição do ato a que se refere o **caput**.

§ 2º Fica permitida nos limites da Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão a passagem de dutos e de instalações correlatas voltadas à logística de escoamento de hidrocarbonetos, das futuras faixas de servidão dos dutos, dos seus ramais e das eventuais estradas, indispensáveis para o escoamento da produção de petróleo e gás natural.

Art. 4º Na área marítima da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, incluída a zona de amortecimento, ficam asseguradas a liberdade de navegação e de fundeio de embarcações e a execução das ações da Autoridade Marítima necessárias à salvaguarda da vida humana no mar, à segurança do tráfego aquaviário e à prevenção contra a poluição do meio ambiente hídrico.

Parágrafo único. A imposição de restrição ao tráfego aquaviário deverá ser previamente anuída pela Autoridade Marítima.

Art. 5º Compete à Autoridade Marítima e ao Instituto Chico Mendes, no âmbito de suas competências, autorizar a realização de pesquisas e investigação científicas na plataforma continental e nas águas jurisdicionais brasileiras abrangidas pela Reserva Extrativista da Baía do Tubarão.

Art. 6º Ficam declarados de utilidade pública, nos termos do dispostos no art. 5º, **caput**, alínea "k", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, os imóveis rurais privados existentes nos limites descritos no § 1º do art. 2º, para fins de desapropriação pelo Instituto Chico Mendes.

§ 1º O Instituto Chico Mendes fica autorizado a promover e a executar as desapropriações e, para efeitos de imissão de posse, pode alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Instituto Chico Mendes, fica autorizada a promover medidas administrativas e judiciais pertinentes, com vistas à declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e de registros imobiliários considerados irregulares incidentes na Reserva Extrativista da Baía do Tubarão.

Art. 7º A operação e manutenção da Central de Geração de Energia Elétrica Fotovoltaica no interior da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão são atividades compatíveis com os objetivos da sua criação.

Parágrafo único. A criação da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão e sua respectiva zona de amortecimento não prejudica a prestação do serviço público de geração e distribuição de energia elétrica, incluídas as atividades de implantação, de operação e de manutenção das instalações e a manutenção da faixa de servidão administrativa e dos respectivos acessos às torres, desde que ocorram de acordo com a legislação ambiental.

Art. 8º Fica assegurado ao Ministério da Defesa e ao Comando da Marinha a participação no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão.

Art. 9º O plano de manejo da Reserva Extrativista da Baía do Tubarão e suas atualizações serão submetidos à anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional.

Art. 10. A Reserva Extrativista da Baía do Tubarão será administrada pelo Instituto Chico Mendes, que adotará as medidas necessárias ao seu controle, à sua proteção e à sua implementação.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
José Sarney Filho

Presidência da República

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

PORTARIA Nº 506, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 115 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 338 de 09 de março de 2018, publicada no DOU nº 49 de 13 de março de 2018.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Primavera, com a área de 391,7134 (trezentos e noventa e um hectares, setenta e um ares e trinta e quatro centiares) ha, localizado no município de Juazeiro, no Estado da Bahia, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 18/08/2009, cuja imissão na posse se deu em 14/12/2017, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União - SIPIUnet, conta 12321.01.00 - status "em processo de incorporação".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no processo administrativo INCRA nº 54160.006155/2005-69 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1°. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 16 (dezesseis) unidades agrícolas familiares, tendo em vista o laudo de vistoria e avaliação - LVA.

Art. 2°. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(05)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento Maria Simões, código SIPRA nº BA0946000, área 391,7134 (trezentos e noventa e um hectares, setenta e um ares e trinta e quatro centiares) ha, localizado no município de Juazeiro, no Estado da Bahia, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4°. Providenciar a comunicação à Prefeitura municipal a criação deste Projeto de assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 213, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006, combinado com as disposições constantes da Resolução n° 4.350, de 10 de julho de 2014, do Conselho Monetário Nacional - CMN resolve:

Art. 1º Informar aos agentes financeiros, operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, os produtos que tem direito e o valor dos bônus de desconto a ser concedido nas operações e parcelas de crédito rural que serão objeto de pagamento ou amortização pelos mutuários no período de 10 de abril de 2018 a 09 de maio de 2018, segundo o que determina o parágrafo 1º, do art. 2º, do Decreto nº 5.996, de 20 de dezembro de 2006.

§ 1º Somente os produtos e Estados que apresentam o bônus de desconto, de que trata o caput, estão listados no Anexo.

Art. 2º Os preços de mercado e os bônus de desconto previstos nesta Portaria referem-se ao mês de março de 2018, têm validade para o período de 10 de abril de 2018 a 09 de maio de 2018, em atendimento ao estabelecido na Resolução n° 4.350, de 10 de julho de 2014, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF)
Bônus de ABRIL de 2018
Com base nos preços de MARÇO de 2018

Produto	UF	Unidade	Preço de Garantia (R$/unid)	Preço Médio de Mercado (R$/unid)	Bônus de Garantia de Preço (%)
ALHO COMUM	RS	kg	4,61	2,34	49,24
ALHO COMUM	SC	kg	4,61	4,59	0,43
ALHO COMUM	GO	kg	3,92	3,34	14,80
ARROZ EM CASCA NATURAL	TO	60 kg	43,21	41,93	2,96
ARROZ EM CASCA NATURAL	AL	60 kg	43,21	30,89	28,51
ARROZ EM CASCA NATURAL	SE	60 kg	43,21	33,56	22,33
ARROZ EM CASCA NATURAL	SP	60 kg	43,21	42,83	0,88
ARROZ EM CASCA NATURAL	RS	50 kg	36,01	33,80	6,14
ARROZ EM CASCA NATURAL	SC	50 kg	36,01	32,46	9,86
ARROZ EM CASCA NATURAL	MS	60 kg	43,21	40,25	6,85
ARROZ EM CASCA NATURAL	MT	60 kg	43,21	39,97	7,50
BABAÇU (AMÊNDOA)	PA	kg	2,87	2,04	28,92
BABAÇU (AMÊNDOA)	TO	kg	2,87	1,84	35,89
BABAÇU (AMÊNDOA)	CE	kg	2,87	2,44	14,98
BABAÇU (AMÊNDOA)	MA	kg	2,87	1,65	42,51
BABAÇU (AMÊNDOA)	PI	kg	2,87	2,27	20,91
BATATA	RS	50 kg	39,62	30,91	21,98
BATATA	SC	50 kg	39,62	21,93	44,65
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	BA	kg	2,16	2,10	2,78
BORRACHA NATURAL CULTIVADA	SP	kg	2,16	2,00	7,41
CACAU (AMÊNDOA)	AM	kg	5,45	4,31	20,92
CANA-DE-AÇÚCAR	ES	t	70,81	70,28	0,75
CARÁ/INHAME	ES	kg	1,17	1,04	11,11
ERVA-MATE	RS	15 kg	11,83	11,00	7,02
FEIJÃO	DF	60 kg	82,96	78,41	5,48
FEIJÃO CAUPI	PA	60 kg	135,85	98,25	27,68
FEIJÃO CAUPI	MT	60 kg	135,85	55,53	59,12
LEITE	MA	l	0,98	0,84	14,29
LEITE	MS	l	0,91	0,87	4,40
MARACUJÁ	BA	kg	1,28	1,26	1,56
MARACUJÁ	PR	kg	1,28	1,10	14,06
MARACUJÁ	SC	kg	1,28	1,18	7,81
MEL	BA	kg	9,50	7,75	18,42
MEL	PI	kg	9,50	8,13	14,42
MEL	PR	kg	9,50	8,43	11,26
MEL	SC	kg	9,50	8,19	13,79
MEL	MS	kg	9,50	9,11	4,11
TRIGO	SP	60 kg	45,13	40,08	11,19
TRIGO	PR	60 kg	39,02	35,94	7,89
TRIGO	RS	60 kg	39,02	30,88	20,86
TRIGO	SC	60 kg	39,02	32,24	17,38
TRIGO	MS	60 kg	45,13	36,05	20,12
UVA	SC	kg	0,92	0,91	1,09
CESTA DE PRODUTOS*	DF	NSA	NSA	NSA	1,37
CESTA DE PRODUTOS*	MA	NSA	NSA	NSA	3,57
CESTA DE PRODUTOS*	MS	NSA	NSA	NSA	1,10

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Notas:
NSA - Não se aplica.
* Média ponderada dos bônus dos produtos feijão, leite, mandioca e milho.

SECRETARIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 7, DE 9 DE MARÇO DE 2018

(Publicada no DOU de 15 de março de 2018 - Seção 1)

- Na epígrafe, **onde se lê**: "... de 14 de março de 2018" **leia-se**: ... de 9 de março de 2018".

- Na página 3, no preâmbulo, **onde se lê**: "O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Interino,..." **leia-se**: "O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Substituto,...".

- Na página 20, no Anexo VIII, Art. 1º, **onde se lê**:

"Art. 1º

.....

XXI - elaborar manuais e instruções.

Parágrafo único - As atividades de auditoria, correição e ouvidoria a serem realizadas em outros entes federativos poderão ser executadas pelas Controladorias-Regionais da União nos Estados quando solicitadas pela Secretaria de Controle Interno ao Ministério da Transparência e da Controladoria-Geral da União."

Leia-se:

"Art. 1º

.....

§ 1º As atividades de auditoria e fiscalizações que devem ser realizadas em outros entes federativos poderão ser realizadas pelas Controladorias-Regionais da União nos Estados quando solicitadas pela Secretaria de Controle Interno.

§ 2º Ressalvadas as situações previstas em legislação específica, o âmbito de competência da Secretaria de Controle Interno abrange os órgãos integrantes da estrutura organizacional da Presidência da República e Vice-Presidência da República."

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 96, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Altera a Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016, que dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.069477/2017-93, resolve:

Art. 1º A Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 .....

I - coordenar e orientar as atividades de gestão, organização e funcionamento das unidades no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;

II - elaborar estudos, examinar, acompanhar e executar iniciativas relativas à criação, extinção, estruturação, localização e âmbito de atuação das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;

III - elaborar estudos, examinar, acompanhar e executar iniciativas relativas à otimização de processos de trabalho e a racionalização de métodos, atribuições, procedimentos e rotinas a serem implantados, buscando eficiência nos resultados e a distribuição equitativa da força de trabalho entre as diversas unidades da Procuradoria-Geral Federal;

IV - analisar, de ofício ou por provocação, a viabilidade de criação ou extinção de Equipes de Trabalho Remoto e de Equipes Nacionais, Regionais ou Estaduais de atuação, e desenvolver instrumentos que permitam o seu monitoramento no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;

V - manifestar-se quanto a colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, quando houver controvérsias entre os órgãos envolvidos, observados os atos específicos;

VI - gerenciar os dados dos principais sistemas informatizados em uso pela Procuradoria-Geral Federal e divulgar as informações obtidas com o objetivo de orientar, coordenar e planejar as atividades das unidades, além de subsidiar as decisões dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal;

VII - coordenar e gerenciar as questões relativas à tecnologia da informação no âmbito da Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos da Advocacia-Geral da União, e aos demais órgãos públicos que disponibilizem acesso de sistemas eletrônicos à Procuradoria-Geral Federal, observadas as competências da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos;

VIII - atuar junto à Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União quanto ao encaminhamento das questões relacionadas à estrutura, mobiliário e serviços das unidades da Procuradoria-Geral Federal;

IX - analisar as propostas de criação, alteração e extinção dos grupos virtuais de discussão temática, e zelar pela observância das normas pertinentes quanto ao seu uso, mantendo-lhes atualizados, com as inclusões e exclusões pertinentes;

X - analisar e dar encaminhamento às recomendações das correições realizadas nas unidades da Procuradoria-Geral Federal relacionadas à sua área de atuação;

XI - representar a Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos colegiados da Advocacia-Geral da União no âmbito da sua área de atuação, bem como manter alinhamento e integração de suas atividades com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União; e

XII - demais atribuições conferidas pelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão é dirigida pelo Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão.

§ 2º Integra a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão o Serviço de Gestão de Procuradorias." (NR)

"Art. 25 .....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - assessorar o Procurador-Geral Federal na elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da Advocacia-Geral da União e proceder ao seu desdobramento em programas, iniciativas, projetos e ações estratégicas no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;

II - propor, coordenar e supervisionar a implementação dos programas, projetos e ações de natureza estratégica da Procuradoria-Geral Federal;

III - promover a melhoria contínua da gestão de projetos da Procuradoria-Geral Federal;

IV - propor a criação de indicadores de desempenho que subsidiem a avaliação do planejamento estratégico e das metas de desempenho institucional;

V - elaborar relatórios de gestão da Procuradoria-Geral Federal e prestar informações necessárias à Avaliação de Desempenho da AGU e à elaboração do Relatório Anual de Gestão da AGU, do Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual da AGU e da Mensagem Presidencial, e à Avaliação de Desempenho da AGU, e outros assemelhados;

VI - mapear processos de trabalho e propor a criação e atualização de matriz de riscos institucionais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, supervisionando constantemente a sua eventual ocorrência e indicando medidas ao Procurador-Geral Federal para minimizar os seus efeitos;

VII - propor diretrizes para a reorganização e o redimensionamento dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, inclusive das equipes de trabalho remoto, a partir do acompanhamento permanente das evoluções tecnológicas e inovações que possam impactá-los;

VIII - propor projetos e iniciativas relativas à prevenção e redução de litígios;

IX - identificar, em articulação com os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, oportunidades de aperfeiçoamento da legislação com vistas à prevenção e solução de litígios, e propor medidas cabíveis;

X - centralizar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, as demandas de cursos de treinamento e aperfeiçoamento dos seus membros e dos servidores administrativos em exercício na Procuradoria-Geral Federal, para encaminhamento à Escola da Advocacia-Geral da União, e incentivar iniciativas de qualificação profissional;

XI - representar a Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos colegiados da Advocacia-Geral da União no âmbito da sua área de atuação, bem como manter alinhamento e integração de suas atividades com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União; e

XII - demais atribuições conferidas pelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º A Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos é dirigida pelo Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.

§ 2º Integram a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos, a Divisão de Gestão Estratégica, o Setor Escritório de Inovação e Núcleo de Capacitações.

§ 3º As atribuições e o funcionamento do Escritório de Inovação, bem como o procedimento de seleção de Gerentes de Projetos que o integrarão, serão definidos por ato do Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.

§ 4º Poderão ser designados como Gerentes de Projetos do Escritório de Inovação até cinco membros da Procuradoria-Geral Federal." (NR)

"Art. 33 .....

X - acompanhar e monitorar a implementação de projetos estratégicos relativos às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos de execução da PGF;

XI - coordenar e orientar os órgãos de execução da PGF na representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais perante o Tribunal de Contas da União;

XII - exercer a coordenação geral dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;

XIII - supervisionar e orientar as atividades desenvolvidas no âmbito dos Colégios de Consultoria estaduais; e

XIV - executar a interlocução com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, buscando identificar preventivamente potenciais conflitos em matéria consultiva, com a sistematização do conhecimento produzido;

§ 1º No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, ao Departamento de Consultoria aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993.

§ 2º No exercício das competências previstas neste artigo ficam ressalvadas, no que couber, as matérias atribuídas às competências do Departamento de Contencioso, da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito e da Divisão de Assuntos Disciplinares." (NR)

Art. 2º O anexo da Portaria nº 255, de 12 de abril de 2016, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. O membros e servidores da Procuradoria-Geral Federal que desejarem apresentar sugestões, ideias e projetos para implementação na Procuradoria-Geral Federal poderão fazê-lo por meio do e-mail pgf.fabricadeideias@agu.gov.br, informando o nome, e-mail, unidade de exercício, a ideia e seu conteúdo, que serão analisados e estruturados pelos grupos temáticos competentes para apreciação da Procuradoria-Geral Federal."

"Art. 8º .....

§ 3º O Gabinete do Procurador-Geral Federal exercerá as atividades de Secretaria do CG/PGF." (NR)

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÃO Nº 4, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS - CMED, no exercício da competência que lhe confere o inciso XII, do artigo 12 da Resolução CMED nº. 3, de 29 de julho de 2003, faz saber que o COMITÊ TÉCNICO-EXECUTIVO, em reuniões realizadas nos dias 21 de setembro, 06 de novembro, 20 de novembro, 30 de novembro de 2017, decidiu:

Nos autos do Processo n. 25351.146413/2012-11 de interesse da empresa BRISTOL-MYRES SQUIBB FARMACÊUTICA S.A, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto **NULOJIX (belatacepte)**, o CTE com base no Voto nº 09/2017/SCTIE/MS, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18% - Lista Positiva) permitido para apresentações 250 MG PO LIOF INJ FA CT + SER PLAST DESC é de R$ 201,53 e 250 MG PO LIOF INJ 2 FA CT + 2 SER PLAST DESC é de R$ 403,09.

Nos autos do Processo n. 25351.002759/2016-98 de interesse da empresa BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto **RISCARD** o CTE com base no Voto nº 08/2017/SCTIE/MS, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentações 500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 30 é de R$ 39,74; 500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 60 é de R$ 79,47; 500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 90 é de R$119,20; 500 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 120 é de R$ 158,90; 1000 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 30 é de R$ 79,47; 1000 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 60 é de R$ 158,90; 1000 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 90 é de R$ 238,40 e 1000 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS OPC X 90 é de R$ 317,90.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.498737/2011-20 de interesse da Empresa VIDFARMA INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 03.993.167/0001-99, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator, Voto nº 04/2017/SEI/CGQS/DEIXT/SDCI/MDIC, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 38.982,62 (trinta e oito mil e novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e dois centavos), pelo não envio do documento informativo de preço, não envio do relatório de comercialização e pela não publicação em revistas especializadas, em violação aos arts. 2º e 8º caput da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003.

Nos autos do Processo n. 25351.053905/2017-27 de interesse da empresa EMS S/A, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto **CEFALEXINA**, o CTE com base na Nota Técnica nº 136/COGPC/SUCON/SEAE/MF, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentação 500 MG COM REV CT BL AL PLAS LEIT X 10 é de R$ 19,80.

Nos autos do Processo n. 25351.103699/2017-05 de interesse da empresa BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto **IBUFRAN**, o CTE com base na Nota Técnica nº 137/COGPC/SUCON/SEAE/MF, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentações 600 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS INC X 30 é de R$ 26,68 e 600 MG CAP GEL MOLE CT BL AL PLAS TRANS X 20 é de R$ 17,79.

Nos autos do Processo n. 25351.169444/2017-05 de interesse da empresa LABORATÓRIO GLOBO LTDA, referente ao Recurso de Análise do Documento Informativo de Preço do produto **PROSOLIN®**, o CTE com base no Voto nº 12/2017/SCTIE/MS, decidiu negar provimento ao recurso apresentado, ficando o Preço Fábrica (ICMS 18%) permitido para apresentações 3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + CP MED é de R$ 19,28 e 3,0 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 60 ML + CP MED é de R$ 9,64.

Nos autos do Processo Administrativo n. 25351.084359/2006-76 de interesse do LABORATÓRIO LIBRA DO BRASIL LTDA, CNPJ: 94.869.054/0001-31, o CTE decidiu acompanhar o voto do relator, Voto nº 11/2017/SCTIE/MS, indeferindo o recurso apresentado, condenando a empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 9.281.576,16 (nove milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), por comercialização de medicamentos com reajuste de preço em desacordo com a legislação em violação ao art. 14 da Lei 10.213, de 27 de março de 2001, art. 8º caput da Lei nº 10.742, de 06 de outubro de 2003.

LEANDRO SAFATLE



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 511, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6° do Decreto n° 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo n° 21000.048857/2016-56, resolve:

Art. 1° Aprovar o Regimento Interno do G abinete do Ministro (GM/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Fica revogada a Portaria/MAPA n° 264, de 29 de março de 2010.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social;

II - promover as atividades de agenda e de prepararo e despacho dos expedientes do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - coordenar a execução, o acompanhamento e a avaliação das atividades sob sua responsabilidade;

IV - promover o desenvolvimento das atividades concernentes à relação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com o Poder Legislativo, em especial no acompanhamento de projetos de interesse e no atendimento às consultas e requerimentos, consoante orientação normativa do Órgão Central do Sistema de Acompanhamento Legislativo;

V - providenciar a publicação dos atos oficiais; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2° O Gabinete do Ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - GM/MAPA tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete do Ministro - GAB/GM; e

II - Assessoria Parlamentar - ASPAR/GM:

a) Divisão de Acompanhamento do Processo Legislativo - DIAPL/ASPAR; e

b) Divisão de Acompanhamento do Processo Orçamentário - DAPO/ASPAR.

1. Serviço de Monitoramento de Propostas - SMP/DAPO;

Art. 3° O Gabinete do Ministro, a Assessoria Parlamentar, as Divisões e o Serviço, serão dirigidos por Chefes cujos cargos em comissão e função de confiança são providos na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. O Chefe do Gabinete do Ministro e os demais ocupantes dos cargos em comissão previstos no caput deste artigo serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores indicados e designados na forma da legislação específica.

Art. 4° O Chefe do Gabinete do Ministro (DAS 101.5) dispõe, para assessoramento, de cargos em comissão, sendo quatro Assessores (DAS 102.4), três Assessores Técnicos (DAS 102.3), dois Assistentes (DAS 102.2) e quatro Assistentes Técnicos (DAS 102.1), cujas atribuições específicas dos seus ocupantes serão estabelecidas por ato do Chefe do Gabinete do Ministro.

Art. 5° A Assessoria Parlamentar (DAS 101.4) dispõe, para assessoramento, de cargos em comissão, sendo três Assessores Técnicos (DAS 102.3), cinco Assistentes Técnicos (DAS 102.1) e cinco Assistente Intermediário (FG-1), cujas atribuições específicas dos seus ocupantes serão estabelecidas por ato do Assessor Parlamentar.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 6° À Assessoria Parlamentar (ASPAR/GM), consoante orientações do órgão central do Sistema de Acompanhamento Legislativo (SIAL), compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar:

a) as ações relacionadas ao acompanhamento das atividades parlamentares, especialmente do processo legislativo, junto ao Congresso Nacional;

b) o apoio às atividades legislativas do Congresso Nacional de interesse deste Ministério e de suas entidades vinculadas;

c) a interlocução com os órgãos do Governo Federal nas ações apresentadas por parlamentares que tenham impacto nas relações federativas;

d) a elaboração da agenda de compromissos e eventos do Ministro, que tenham a participação de membros do Congresso Nacional ou de representantes das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e das Prefeituras Municipais; e

e) o apoio ao atendimento das demandas apresentadas ao Ministério pelos membros do Congresso Nacional ou pelos representantes das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais e das Prefeituras Municipais;

II - orientar o Ministro de Estado e demais autoridades do Ministério sobre o processo legislativo e seus relacionamentos com os membros do Congresso Nacional;

III - acompanhar e analisar:

a) com ênfase na tramitação de interesse do Ministério no Congresso Nacional;

b) as atividades e os pronunciamentos dos congressistas sobre assuntos de interesse do Ministério e, quando necessário, subsidiar a elaboração de respostas a esses pronunciamentos;

c) a receptividade das matérias de interesse do Ministério em tramitação no Congresso Nacional;

d) a tramitação de proposições e outras solicitações do Congresso Nacional às unidades administrativas do Ministério e às suas entidades vinculadas;

e) o processo legislativo nas Comissões Mistas e no Plenário do Congresso Nacional com ênfase na tramitação dos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei de Orçamento Anual (LOA), aos créditos adicionais e à apreciação das Medidas Provisórias e vetos, quando relacionados a este Ministério; e

f) o recebimento de limites orçamentários e financeiros dos recursos referentes às emendas parlamentares e o andamento da execução orçamentária e financeira destes recursos;

IV - interagir com os demais órgãos e entidades tendo em vista os objetivos gerais e a uniformidade das ações do Governo sobre matérias legislativas;

V - subsidiar o Gabinete do Ministro e as Secretarias do Ministério no encaminhamento das demandas parlamentares de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, facilitando o acesso às ações e programas do Ministério; e

VI - manter dados e informações sobre o Ministério constantes da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 7° À Divisão de Acompanhamento do Processo Legislativo (DIAPL/ASPAR) compete:

I - identificar as matérias apresentadas ou em tramitação que versam sobre assuntos de interesse do Ministério;

II - solicitar aos órgãos específicos singulares e setoriais a elaboração de Nota Técnica sobre as matérias em acompanhamento na Câmara dos Deputados e Senado Federal;

III - promover o acompanhamento, no Congresso Nacional, dos trabalhos das Comissões Técnicas Permanentes ou Especiais, especialmente das seguintes:

a) Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, e Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados;

b) Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal; e

c) Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional;

IV - articular-se com os parlamentares e assessorias envolvidos com a votação das matérias legislativas sob acompanhamento;

V - manter atualizado o Sistema de Acompanhamento de Atividades Parlamentares do MAPA;

VI - interagir com a Assessoria de Comunicação Social para fornecimento de informações e definir a segmentação política do público-alvo para envio das notas distribuídas à imprensa;

VII - mapear as votações de matérias legislativas de interesse do Ministério e do Governo Federal;

VIII - controlar as demandas relativas ao atendimento de Requerimentos de Informação;

IX - apresentar subsídios de caráter político para as viagens do Ministro de Estado às Unidades da Federação e comunicá-las ao público-alvo previamente definido; e

X - elaborar e monitorar agenda política propositiva para participação de autoridades do Ministério.

Art. 8° À Divisão de Acompanhamento do Processo Orçamentário (DAPO/ASPAR) compete:

I - extrair do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) as indicações das emendas parlamentares e proceder encaminhamento às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA's);

II - verificar a conformidade das propostas e planos de trabalho de emendas e convênios com os dados orçamentários das indicações das emendas parlamentares;

III - transmitir dados orçamentários e financeiros para a instituição mandatária, das propostas aptas a receberem recursos;

IV - acompanhar junto aos agentes financeiros a liberação dos recursos; e

V - interagir com os órgãos e entidades vinculadas para acompanhar o atendimento de emendas parlamentares e convênios.

Art. 9° Ao Serviço de Monitoramento de Propostas (SMP/DAPO) compete:

I - monitorar as alterações nas indicações das emendas parlamentares e controlar os prazos estabelecidos em atos normativos específicos;

II - extrair relatórios gerenciais do sistema SIOP e quando necessário, encaminhar às SFA's; e

III - elaborar planilha de dados relativos a convênios e contratos de repasse celebrados e liquidados e encaminhar à Casa Civil para subsidiar a publicação dos limites financeiros.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 10. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações das unidades organizacionais; e

II - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito do Gabinete do Ministro, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 11. Ao Chefe da Assessoria Parlamentar incumbe planejar, orientar, coordenar e acompanhar a execução das atividades das unidades organizacionais.

Art. 12. Aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe planejar, orientar, coordenar e acompanhar a execução das atividades.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os atos de gestão orçamentária e financeira e patrimonial, referentes aos recursos alocados ao Gabinete do Ministro e Assessoria Parlamentar, serão exercidos por ato de delegação específico, a critério do Ministro de Estado.

Art. 14. O Chefe de Gabinete poderá expedir instruções complementares a este Regimento Interno, fixando normas operacionais para a execução dos serviços afetos ao Gabinete do Ministro.

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionadas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 16. O Gabinete do Ministro dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo A, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6°, do Decreto n° 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE CONFIANÇA

UNIDADES	N° DE CARGO / FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Parlamentar	1	Chefe	DAS 101.4
	3	Assessor Técnico	DAS 102.3
	5	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	5		FG-1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 512, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro 2016 e o que consta do Processo nº 21000.049013/2016-22, resolve:

Art. 1º Aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados as seguintes Portarias nº 428, de 9 de junho de 2010, nº 1.276, de 27 de dezembro de 2013, e nº 944, de 23 de setembro de 2014.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

CAPÍTULO IDA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria-Executiva (SE/MAPA), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro compete:

I - assistir o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na definição de diretrizes, na supervisão e na coordenação das atividades dos Órgãos de assistência direta e imediata do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos Órgãos específicos singulares, dos Órgãos colegiados, das Unidades Descentralizadas e das Entidades Vinculadas;

II - coordenar as ações técnicas quando envolverem mais de uma secretaria finalística do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

III - supervisionar, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as atividades relacionadas com:

a) os sistemas de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de tecnologia da informação, de serviços gerais, de gestão de documentos de arquivo, de organização e inovação institucional e de pessoal civil da Administração Federal;

b) as Unidades Descentralizadas, as Entidades Vinculadas e os Órgãos Colegiados;

c) gestão estratégica;

d) correição; e

e) as atividades de controle de documentos e informações sigilosas;

IV - coordenar as atividades da Biblioteca Nacional de Agricultura;

V - fomentar a celebração, o acompanhamento e a avaliação de convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e de instrumentos congêneres, relativos à sua competência; e

VI - auxiliar o Ministro na implementação dos assuntos da área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Parágrafo único. À Secretaria-Executiva compete exercer o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, de Organização e Inovação Institucional - SIORG e Nacional de Arquivos - SINAR, por intermédio do Departamento de Administração.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva - SE/MAPA, tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SE:

a) Coordenação de Apoio Administrativo do Gabinete - COOR/GAB;

II - Coordenação-Geral de Apoio Às Superintendências - CGAS/SE:

a) Coordenação Técnico Operacional - CTOP/CGAS:

1. Divisão de Análise e Controle Processual - DACOP/CTOP;

2. Divisão de Comunicação e Apoio Administrativo - DCAA/CTOP;

3. Divisão de Planejamento e Controle Operacional - DPCO/CTOP;

4. Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro das Superintendências - DAOF/CATOP:

4.1. Serviço de Acompanhamento e Controle - SAC/DAOF; e

5. Divisão de Articulação Institucional - DAI/CTO;

III - Coordenação-Geral de Controle Operacional - CGCO/SE:

a) Coordenação de Gestão de Riscos - CGR/CGCO:

1. Divisão de Gerenciamento de Riscos - DGR/CGR; e

2. Serviço de Análise e Avaliação de Riscos - SAAR/CGR;

b) Coordenação de Controles Internos de Gestão - CCG/CGCO:

1. Serviço de Análise de Indicadores e Custos - SAIC/CCG; e

2. Seção de Avaliação de Custos - SAC/CCG;

IV - Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo - CGSTA/SE:

a) Divisão de Acompanhamento de Colegiados - DAC/CGSTA; e

b) Divisão de Composição Documental - DCD/CGSTA:

1. Serviço de Suporte Documental - SSD/DCD;

c) Divisão de Controle Documental - DCON/CGSTA;

d) Coordenação de Gestão Operacional - CGO/CGSTA:

1. Divisão de Acompanhamento Técnico-Operacional - DATO/CGO:

1.1. Serviço de Apoio Técnico-Operacional - SATO/DATO; e

2. Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro - DAOF/CGO:

2.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAOF;

e) Seção de Análise e Registro de Diárias e Passagens - SAP/CGSTA; e

f) Seção de Aquisição de Passagens - SAD/CGSTA;

V - Biblioteca Nacional da da Agricultura - BINAGRI/SE:

a) Seção de Apoio Operacional - SAOP/BINAGRI; e

b) Divisão de Gestão do Conhecimento e Informação - DGCI/BINAGRI:

1. Seção de Apoio Técnico - SAT/DGCI;

c) Serviço de Análise da Informação - SAI/DGCI:

1. Seção de Aquisição - SEA/SAI; e

2. Seção de Tratamento da Informação - STI/SAI;

d) Serviço de Preservação e Manutenção do Acervo - SMA/DGCI:

1. Seção de Intercâmbio de Publicações - SIP/SMA;

e) Serviço de Documentação Internacional - SDI/DGCI;

f) Serviço de Informação Agropecuária - SIA/BINAGRI:

1. Seção de Referência - SER/SAI;

VI - Corregedoria - CORREG/SE:

a) Divisão de Apoio Administrativo Correicional - DAAC/CORREG:

1. Serviço de Acompanhamento às Comissões de Procedimentos Administrativos Disciplinares - SACPAD/DAAC;

b) Coordenação de Correição - CCOR/CORREG:

1. Serviço de Prevenção e Inspeção Correcional - SEPIC/CCOR; e

2. Serviço de Análise e de Correição - SEAC/CCOR;

VII - Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO/SE:

a) Divisão de Gestão por Competências e do Conhecimento - DICC/ENAGRO:

1. Serviço de Diagnóstico e Monitoramento de Competências - SDM/DICC; e

2. Serviço de Sistematização e Disseminação do Conhecimento - SEDC/DICC;

b) Divisão de Educação Continuada - DIEC/ENAGRO:

1. Serviço de Execução e Acompanhamento da Capacitação - SEC/DIEC;

VIII - Departamento de Administração - DA/SE:

a) Divisão de Monitoramento de Projetos Estratégicos - DMOP/DA; e

b) Coordenação de Contabilidade - CCONT/DA:

1. Divisão de Acompanhamento Contábil - DAC/CCONT:

1.1. Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta - SAD/DAC; e

2. Divisão de Tomada de Contas - DTC/CCONT;

c) Coordenação de Captação de Recursos Estratégicos - CCRE/DA;

d) Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CGDI/DA:

1. Coordenação de Modernização e Inovação - CMI/CGDI:

1.1. Seção de Apoio Organizacional - SAO/CMI;

1.2. Divisão de Desenvolvimento Organizacional - DDO/CMI:

1.2.1. Serviço de Tendência e Inovação Organizacional - STIO/DDO;

1.3. Divisão de Monitoramento Organizacional - DMO/CMI:

1.3.1. Serviço de Suporte à Organização Institucional - SOI/DMO; e

1.3.1.1. Seção de Informação Organizacional - SINFO/DMO;

2. Coordenação de Escritório de Gerenciamento de Projetos - CEP/CGDI:

2.1 Divisão de Formulação e Implementação de Projetos - DIFIP/CEP; e

3. Coordenação do Escritório de Processos - COEP/CGDI:

3.1. Divisão de Aprimoramento de Processos - DIVAP/COEP: e

3.1.1. Divisão de Estudos e Aprimoramento de Processos - DEAP/COEP;

e) Coordenação-Geral de Planejamento - CGPLAN/DA:

1. Coordenação de Planejamento Estratégico e Setorial - CPES/CGPLAN:

1.1. Divisão de Gestão da Estratégia - DIGES/CPES;

1.2. Divisão de Planejamento Setorial - DIPLA/CPES:

1.2.1. Serviço de Avaliação do Plano Setorial - SEAPS/DIPLA; e

1.3. Divisão de Monitoramento de Planos e Programas - DIMPS/CPES;

2. Coordenação de Inteligência e Estudos Estratégicos - CIEE/CGPLAN:

2.1. Divisão de Estudos Estratégicos - DEE/CIEE; e

2.2. Divisão de Inteligência Estratégica - DIE/CIEE;

f) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/DA:

1. Serviço de Apoio à Gestão de Tecnologia da Informação - SAGTI/CGTI;

2. Coordenação de Sistemas de Informação - COSIS/CGTI;

2.1. Divisão de Sistemas de Informação e Gestão de Projetos de TI - DSIGP/COSIS:

2.1.1. Serviço de Sustentação de Sistemas de Informação - SESUS/DSIGP;

2.2. Divisão de Arquitetura e Qualidade de Sistemas de Informação - DAEQ/COSIS: e

2.2.1. Serviço de Controle de Qualidade - SECOQ/DAEQ;

3. Coordenação de Relacionamento com o Usuário - COREL/CGTI: e

3.1. Serviço de Suporte e Atendimento ao Usuário - SSAU/COREL;

4. Coordenação de Infraestrutura Tecnológica - COINT/CGTI:

4.1. Divisão de Redes de Comunicação - DREC/COINT:

4.1.1. Serviço de Segurança de Tecnologia da Informação - SSTI/DREC;

4.2. Divisão de Bancos de Dados - DBAD/COINT: e

4.2.1. Serviço de Gestão de Dados - SEGD/DBAD;

5. Coordenação de Governança e Informação - COGIN/CGTI: e

5.1. Serviço de Sustentação de Governança e Informação - SSGTI/COGIN;

g) Coordenação Geral de Administração de Pessoas - CGAP/DA/SE:

1. Coordenação de Pessoal - COPES/CGAP:

1.1. Serviço de Central de Atendimento de Pessoas - CENTRAL/COPES;

1.2. Divisão de Cadastro - DICAD/COPES:

1.2.1. Serviço de Registro e Controle de Afastamento - SERCAF/DICAD:

1.2.1.1. Seção de Registro e Informação - SEREG/SERCAF;

1.2.2. Seção de Apoio Técnico e Administrativo - SEATA/DICAD;

1.2.3. Serviço de Concessão e Movimentação - SECOM/DICAD; e

1.3. Divisão de Evolução e Acompanhamento Funcional - DEAF/COPES:

1.3.1. Seção de Desenvolvimento de Pessoas - SEDEP/DEAF; e

1.3.2. Setor de Documentação e Acervo Funcional - SEDAF/DEAF;

1.4. Divisão de Pagamento - DIPAG/COPES:

1.4.1. Serviço de Folha de Pagamento - SEPAG/DIPAG;

2. Coordenação de Seguridade Social - COSS/CGAP:

2.1. Seção de Qualidade de Vida no Trabalho - SEQVT/COSS;

2.2. Divisão de Atenção à Saúde do Servidor - DIASS/COSS:

2.2.1. Seção de Acompanhamento e Registro Profissional e de Atividade Periculosa e Insalubre - SERPI/COSS;

2.3. Divisão de Saúde Suplementar - DISS/COSS; e

2.4. Divisão de Benefícios - DIBEN/COSS;

3. Coordenação de Legislação e Acompanhamento Processual - COLEP/CGAP:

3.1. Divisão de Normas - DINOR/COLEP;

3.2. Divisão de Procedimentos Administrativos e Judiciais - DIPAJ/COLEP;

h) Coordenação-Geral de Apoio Técnico Administrativo - CGATA/DA:

1. Coordenação de Análise e Acompanhamento Técnico e Administrativo - CATA/CGATA

2. Divisão de concessão de Diárias e Passagens - DCDP/CGATA:

2.1. Serviço de Analise, Registro e Conformidade de Concessão de Diárias e Passagens - SARC/DCPDP;

i) Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF/DA:

1. Coordenação de Acompanhamento Processual - CAP/CGEOF:

1.1. Divisão de Análise e Controle Processual - DACP/CAP:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.1.1. Seção de Análise de Despesas com Pessoal e Benefícios - SADPB/DACP;
1.1.2. Seção de Análise e Apoio - SAA/DACP;
2. Coordenação de Processamento da Execução Orçamentária e Financeira - CPEOF/CGEOF:
2.1. Divisão de Processamento da Execução Orçamentária e Financeira - DPEOF/CPEOF:
2.1.1. Seção de Conformidade de Registro de Gestão - SCRG/DPEOF;
2.1.2. Seção de Execução Orçamentária - SEO/DPEOF;
j) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF/DA:
1. Seção de Apoio Operacional - SAO/CGOF;
2. Divisão de Informações Orçamentárias e Financeiras - DIORF/CGOF:
2.1. Serviço de Produção da Informação - SPIN/DIORF;
3. Coordenação Orçamentária - COR/CGOF:
3.1. Divisão de Programação Orçamentária - DPO/COR:
3.1.1. Serviço de Acompanhamento Orçamentário - SAOR/DPO:
3.1.1.1. Seção de Controle Orçamentário das Unidades Descentralizadas, das Empresas Públicas e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - SUDEF/SAOR;
3.1.1.2. Seção de Controle Orçamentário de Administração e Sociedades de Economia Mista - SASEM/SAOR;
3.1.1.3. Seção de Controle Orçamentário dos Órgãos Específicos Singulares - SOES/SAOR;
3.2. Divisão de Acompanhamento de Pessoal, Benefícios e Receitas Próprias - DPBR/COR:
3.2.1. Seção de Controle Orçamentário de Pessoal, Benefícios e Receitas Próprias - SPBR/DPBR; e
3.3. Divisão de Monitoramento Operacional - DMOP/COR;
4. Coordenação Financeira - CFIN/CGOF:
4.1. Divisão de Operacionalização de Emendas Parlamentares e Concessão de Senhas - DOCS/CFIN:
4.1.1. Seção de Controle de Emendas Parlamentares e Cadastramento - SEPC/DOCS;
4.2. Divisão de Programação Financeira - DPF/CFIN:
4.2.1. Serviço de Liberação Financeira e Receita Arrecadada - SLFRA/DPF: e
4.2.1.1. Seção de Controle e Acompanhamento - SCAC/SLFRA;
k) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais - CGRL/DA:
1. Serviço de Apoio Técnico - SAT/CGRL;
2. Coordenação de Compras e Contratos - CCOM/CGRL:
2.1. Divisão de Compras - DCOM/CCOM:
2.1.1. Seção de Apoio à Licitação - SALI/DCOM;
2.1.2. Seção de Cadastro de Fornecedor - SECAF/DCOM;
2.2. Divisão de Administração de Contratos - DAC/CCOM:
2.2.1. Serviço de Acompanhamento de Contratos - SACON/DAC;
2.2.2. Seção de Registro e Divulgação de Contratos - SERDIC/DAC;
2.2.3. Serviço de Atos e Contratos - SAC/DAC;
3. Coordenação de Administração Predial e Serviços - CAPS/CGRL:
3.1. Divisão de Infraestrutura - DINF/CAPS:
3.1.1. Seção de Manutenção Predial - SEMAP/DINF;
3.1.2. Serviço de Obras e Infraestrutura - SOI/DINF;
3.2. Divisão de Serviços Gerais - DSG/CAPS:
3.2.1. Serviço de Vigilância - SVIG/DSG;
3.2.2. Seção de Zeladoria - SZE/DSG;
3.2.3. Seção de Logística Sustentável - SLS/DSG.
4. Coordenação de Material, Suporte e Documentação - CMAT/CGRL:
4.1. Divisão de Comunicações e Transporte - DCTRAN/CMAT:
4.1.1. Serviço de Transporte - STRAN/DCTRAN;
4.1.2. Seção de Reprografia - SEREP/DCTRAN;
4.1.3. Seção de Telecomunicações - STEL/DCTRAN;
4.2. Divisão de Material e Patrimônio - DIMP/CMAT:
4.2.1. Seção de Administração de Almoxarifado - SAAL/DIMP;
4.2.2. Seção de Registros e Controle de Estoque - SERCE/DIMP;
4.2.3. Seção de Administração Patrimonial - SAP/DIMP;
4.3. Divisão de Gestão das Informações e Documentações - DIDOC/CMAT:
4.3.1. Seção de Protocolo Central - SPRO/DIDOC;
4.3.2. Seção de Arquivo Central - SARC/DIDOC;
4.3.3. Seção de Apoio e Documentação Eletrônica - SAD/DIDOC;
IX - Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira- CEPLAC/SE:
a) Coordenação-Geral de Administração, Finanças, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento - CGAPE/CEPLAC:
1. Coordenação de Administração e Finanças - COAFI/CGAPE:
1.1. Divisão Administrativa e Financeira - DIAFI/COAFI;
2. Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovações, Assistência Técnica e Extensão Rural - CPDEX/CGAPE; e
3. Serviço de Programação e Monitoramento - SEPRO/CGAPE;
b) Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueiras nos Estados da Bahia e Espírito Santo - SUBES/CEPLAC:
1. Setor de Articulação Institucional e Gestão de Negócios - SETAG/SUBES;
2. Seção de Contratos e Convênios - SECON/SUBES;
3.Núcleo de Difusão de Informações e Comunicação - NUCOM/SUBES;
4. Escritório de Representação em Salvador - ERSAL/SUBES;
5. Serviço de Planejamento e Projetos Especiais - SEPPE/SUBES:
5.1. Seção de Tecnologia da Informação - SETEI/SEPPE;
6. Divisão de Suporte Administrativo e Financeiro - DISAF/SUBES:
6.1. Serviço de Registro de Pessoas - SERPE/DISAF;
6.2. Seção de Desenvolvimento de Pessoas - SEDEP/DISAF;
6.3. Seção de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo - SEMPA/DISAF;
6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DISAF;
6.5. Setor de Engenharia e Manutenção - SEEMA/DISAF;
6.6. Núcleo de Transportes - NUTRA/DISAF; e
6.7. Núcleo de Atividades Auxiliares - NUAUX/DISAF;
7. Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural - CEPEX/SUBES:
7.1. Setor de Apoio Operacional - SEAPO/CEPEX:
7.2. Núcleo de Informação e Documentação - NUDOC/CEPEX;
7.3. Seção de Programação, Avaliação e Suporte de TI - SEPRA/CEPEX;
7.4. Serviço de Pesquisas - SERPE/CEPEX:
7.4.1. Seção de Diversificação Agrossilvipastoril - SEDIV/SERPE;
7.4.2. Seção de Fitossanidade - SEFIT/SERPE;
7.4.3. Seção de Fisiologia e Nutrição de Plantas - SENUP/SERPE;
7.4.4. Seção de Genética e Biotecnologia - SEGEB/SERPE;
7.4.5. Seção de Agroindustrialização e Engenharia Agrícola - SAGRE /SERPE;
7.4.6. Seção de Socioeconomia - SESOE/SERPE;
7.4.7. Seção de Recursos Ambientais - SERAM/SERPE;
7.4.8. Setor de Estações Experimentais - SETEX/SERPE;
7.5. Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - SEREX/CEPEX:
7.5.1. Setor de Transferência de Tecnologia - SETEC/SEREX;
7.5.2. Setor de Apoio à Organização Social e Produtiva - SEOSP/SEREX;
7.5.3. Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar - SECAF/SEREX;
7.5.4. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Itabuna - ERITA/SEREX;
7.5.5. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Valença - ERVAL/SEREX;
7.5.6. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Eunápolis - ERNAP/ SEREX;
7.5.7. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ilhéus - ERILH/SEREX;
7.5.8. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ipiau - ERIPI/SEREX;
7.5.9. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Camacan -ERCAM/SEREX; e
7.5.10. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Teixeira de Freitas - ERTEF/SEREX;
8. Seção de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural no Espírito Santo - SEPES/SUBES:
8.1. Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro - NUSAF/SEPES;
c) Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas - SUPAM/CEPLAC:
1. Seção de Programação e Avaliação - SEPRA/SUPAM;
2. Serviço de Suporte Administrativo e Financeiro - SESAF/SUPAM:
2.1. Núcleo de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais - NUPES/SESAF; e
2.2. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NUEOF/SESAF;
3. Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural - CEPEX/SUPAM:
3.1. Seção de Geração de Tecnologia - SEGET/CEPEX:
3.1.1. Estação Experimental Paulo Morelli - ESPAM/SEGET;
3.1.2. Estação Experimental de Tucumã - ESTUC/SEGET;
3.1.3. Estação Experimental de Recursos Genéticos José Haroldo - ERJOH/SEGET; e
4. Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - SEREX/CEPEX:
4.1. Setor de Transferência de Tecnologias - SETEC/SEREX;
4.2. Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar - SECAF/SEREX;
4.3. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Transamazônica - ERTRA/SEREX;
4.4. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Bragantina - ERBRA/SEREX; e
4.5. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Médio Amazonas - ERMAM/SEREX;
5. Seção de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Amazonas - SEPAM/SUPAM:
5.1. Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro - NUSAF/SEPAM; e
d) Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados de Rondônia e Mato Grosso - SUROM/CEPLAC:
1. Seção de Programação e Avaliação - SEPRA/SUROM;
2. Serviço de Suporte Administrativo e Financeiro - SESAF/SUROM:
2.1. Núcleo de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais - NUPES /SESAF; e
2.2. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NUEOF/SESAF;
3. Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural - CEPEX/SUROM:
3.1. Seção de Geração de Tecnologia - SEGET/CEPEX:
3.1.1. Estação Experimental de Ouro Preto D'Oeste - ESEOP/SEGET;
3.2. Seção de Assistência Técnica e Extensão Rural - SATER/CEPEX:
3.2.1. Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar - SECAF /SATER;
3.2.2. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural Ariquemes - ERAQ/SATER;
3.2.3. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural Ji-Paraná - ERJP/SATER; e
3.2.4. Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural Cacoal - ERCL/SATER; e
4. Seção de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Mato Grosso - SEREM/SUROM:
4.1. Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro - NUSAF/SEREM;
X - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA-[UF]:
a) Serviço de Planejamento e Acompanhamento - SPA/SFA-[UF];
b) Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA/SFA-[UF];
c) Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD/SFA-[UF].
d) Divisão de Defesa Agropecuária - DDA/SFA-[UF];
1. Serviço de Saúde Animal - SSA/DDA;
2. Serviço de Sanidade Vegetal - SSV/DDA;
3. Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA/DDA;
4. Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - SIPOV/DDA;
5. Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários - SEFIP/DDA;
6. Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SEFIA/DDA;
7. Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal - SISA/DDA:
7.1. Seção de Fiscalização de Insumos Pecuários - SFIP/SISA; e
7.2. Seção de Saúde Animal - SeSA/SISA;
8. Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal - SISV/DDA:
8.1. Seção de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SFIA/SISV; e
8.2. Seção de Sanidade Vegetal - SeSV/SISV;
9. Serviço de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal - SIFISA/DDA;
10. Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal - SIFISV/DDA;
11. Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA-[localização]/DDA:
11.1. Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária -Área Animal - SVAA- [localização]/SVA; e
11.2. Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Área Vegetal - SVAV-[localização]/SVA; e
12. Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-[localização]/DDA;
e) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA-[UF];
1. Núcleo de Suporte Agropecuário - NUSAG/DPDAG;
f) Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA-[localização]/SFA - [UF].
g) Divisão de Apoio Administrativo - DAD/SFA-[UF] ou Serviço de Apoio Administrativo - SAD/SFA-[UF];
1. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD ou SAD:
1.1. Setor de Manutenção Predial - SMAP/SAG;
1.2. Setor de Compras e Contratos - SCC/SAG;
1.3. Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG;
1.4. Setor de Protocolo - SPR/SAG; e
1.5. Setor de Transporte - STR/ SAG;
2. Serviço de Gestão de Pessoas - SGP/DAD ou Seção de Gestão de Pessoas - SGP/SAD; e
3. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD ou Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/SAD.
§ 1º As Unidades Administrativas definidas no art. 2º inciso X do Anexo deste Regimento Interno, estão distribuídas nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento conforme os Anexos B, C e D deste Regimento Interno;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Os caracteres UF incorporados nas siglas definidas no art. 2º inciso X do Anexo deste Regimento Interno, correspondem às abreviaturas identificadoras das respectivas Unidades da Federação onde estão localizadas as Superintendências Federais.

§ 3º Para identificação específica das Unidades Descentralizadas de Execução Finalística, serão inseridos, nas siglas indicadas no inciso X deste artigo, no campo [localização], três caracteres identificadores da cidade de localização de acordo com os padrões da Associação Internacional de Transportes Aéreos - IATA.

Art. 3º As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, exceto as localizadas nos Estados de Mato Grosso, Paraíba e Santa Catarina, têm sede nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

§ 1º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Mato Grosso, tem sede no município de Várzea Grande/MT.

§ 2º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado da Paraíba, tem sede no município de Cabedelo/PB.

§ 3º A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Santa Catarina, tem sede no município de São José/SC.

Art. 4º Os Serviços e Seções de Vigilância Agropecuária localizam-se nos portos, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, em postos de fronteira; conforme determinação do Ministro de Estado;

Art. 5º As Unidades de Vigilância Agropecuária - UVAGRO serão localizadas em portos, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, postos de fronteira e outros recintos alfandegados, sendo instaladas e fechadas por ato do Ministro de Estado, tendo como pré-requisitos a análise técnica de:

I - demandas do trânsito internacional de produtos agropecuários; e

II - disponibilidade de no mínimo 02 (dois) Auditores Fiscais Federais Agropecuários e demais servidores públicos ou terceiros advindos de parcerias formalizadas.

Art. 6º As Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA, serão instaladas e fechadas por ato do Ministro de Estado, e atuarão como Unidade Administrativa Técnico-Operacional nos municípios da jurisdição que lhes seja definida, tendo como pré-requisitos a análise técnica de:

I - demandas setoriais; e

II - disponibilidade de no mínimo 02 (dois) Auditores Fiscais Federais Agropecuários e demais servidores públicos, empregados públicos ou terceiros advindos de parcerias formalizadas.

§ 1º A solicitação de instalação de Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - UTRA será apresentada pelo Superintendente Federal ao Secretário de Defesa Agropecuária para manifestação. A solicitação deverá estar acompanhada dos estudos e justificativas que demonstrem a demanda e a relação custo-benefício.

§ 2º A Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá ser incluída como integrante do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, por iniciativa do titular da SDA/MAPA, em consonância com a Divisão de Defesa Agropecuária, por ato do Ministro de Estado, para exercer, concomitantemente, a competência específica de Unidade de Vigilância Agropecuária.

Art. 7º A Secretaria-Executiva é dirigida por Secretário-Executivo, os Departamentos por Diretor, a Corregedoria por Corregedor, Superintendentes Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento por Superintendente, as Coordenações-Gerais e a Escola Nacional de Agricultura por Coordenador-Geral, as Coordenações e a Biblioteca Nacional de Agricultura por Coordenador e o Gabinete, as Divisões, Centros de Pesquisas, os Serviços, as Seções, os Setores, as Estações Experimentais, os Núcleos e os Escritórios Regionais por Chefe. Cargos em comissão e funções gratificadas que serão providos na forma da legislação vigente.

§ 1º Os chefes das Unidades Administrativas do MAPA subordinados as Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira do CEPLAC, ficam classificados nos seguintes cargos e funções gratificadas:

I - Centros de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - DAS 101.2;

II - Estação Experimental - FG-2, e

III - Escritórios Regionais de ATER - FG-3.

§ 2º As funções comissionadas e as funções gratificadas relacionadas às Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento serão providas a partir da indicação do:

I - Secretário de Defesa Agropecuária, ouvidos os titulares do Departamentos, para a Divisão de Defesa Agropecuária e as Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

II - Superintendentes Federais de Agricultura, para os demais cargos em comissão e funções gratificadas.

Art. 8º Os ocupantes de cargo em comissão a que se refere o art. 2º do Anexo deste Regimento Interno, serão substituídos em seus impedimentos legais, evetuais e temporários, por servidor por eles indicados e designado na forma regulamentar.

Art. 9º O Secretário-Executivo dispõe dos seguintes cargo em comissão:

I - Secretário-Executivo Adjunto (DAS 101.5), cujas atribuições estão especificadas no Capítulo IV do Anexo deste Regimento Interno;

II - Diretor de Programa (DAS 101.5), cujas atribuições estão especificadas no Capítulo IV do Anexo deste Regimento Interno;

III - quatro assessores, sendo dois (DAS 102.4) e dois (FCPE 102.4);

IV - um assessor técnico (DAS 102.3); e

V - cinco assistentes (DAS 102.2).

Art. 10. A Secretaria-Executiva dispõe ainda dos seguintes cargos em comissão e das funções gratificadas, cujas específicas atribuições de assessoramento e de assistência serão estabelecidas por atos do Secretário-Executivo, ficando localizados, identificados e quantificados conforme a seguir:

I - Coordenação do Gabinete - COOR/GAB:

a) dois Assistentes ((DAS 102-2); e

b) dois Assistentes Técnicos (DAS 102.1);

II - Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS/SE) - um Assistente Intermediário (FG 1);

III - Coordenação-Geral de Controle Operacional (CGCO/SE) - um Assistente (DAS 102.2);

IV - Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo (CGSTA/SE) - um Assistente Técnico (DAS 102.1)

V - Coordenação de Gestão Operacional (CGO/CGSTA):

a) dois Assessor Técnico (DAS102.3); e

b) um Assistente (DAS 102.2);

VI- Corregedoria (CORREG/SE):

a) um Assistente (FCPE 102.2); e

b) um Assistente Técnico (FCPE 102.1);

VII - Departamento de Administração (DA/SE):

a) um Assessor (DAS 102.4); e

b) um Assistente (DAS 102.2);

VIII - Coordenação de Contabilidade (CCONT/DA) - um Assistente Intermediário (FG-1);

IX - Coordenador-Geral de Desenvolvimento Organizacional (CGDI/DA) - um Assistente Intermediário (FG-1);

X - Coordenação-Geral de Planejamento (CGPLAN/DA) - um Assistente (DAS 102.2);

XI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DA) - três Assistentes Intermediários (FG-2);

XII - Coordenação Geral de Administração de Pessoas (CGAP/DA) - dois Assistentes Intermediários

(FG-2);

XIII - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF/DA) - um Assistente Técnico (DAS 102.1);

XIV - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF/DA) - um Assistente Intermediário (FG-1).

XV - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL/DA):

a) um Assessor Técnico (DAS 102.3);

b) cinco Assistente Intermediário (FG-1); e

c) um Assistente Intermediário (FG-2).

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Do Gabinete da Secretaria-Executiva

Art. 11. Ao Gabinete da Secretaria-Executiva (GAB/SE) compete:

I - dar tratamento aos processos e expedientes submetidos à Secretaria-Executiva;

II - assistir ao Secretário-Executivo na coordenação de:

a) agenda dos compromissos diários; e

b) estudo e elaboração dos atos normativos de competência da Secretaria-Executiva;

III - manter articulações e contatos de interesse do Secretário-Executivo;

IV - prover o Secretário-Executivo de informações necessárias à tomada de decisão; e

V - acompanhar o cumprimento das orientações e determinações para atendimento às solicitações e comunicações específicas dos Órgãos de Controle.

Art. 12. À Coordenação de Apoio Administrativo do Gabinete (COOR/GAB) compete:

I - planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades de secretariado e apoio operacional e administrativo do Gabinete da Secretaria-Executiva;

II - redigir, analisar e promover a revisão dos expedientes e atos normativos sujeitos a despachos do Secretário-Executivo;

III - coordenar a pauta de trabalho e organizar a agenda do Secretário-Executivo;

IV - agendar as solicitações de audiência do Secretário-Executivo; e

V - monitorar a elaboração do Relatório Anual de Gestão da Secretaria-Executiva.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Apoio Às Superintendências

Art. 13. À Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências Federais (CGAS/SE) compete:

I - prestar assistência ao Secretário-Executivo no apoio à supervisão ministerial no que se refere ao desempenho das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs;

II - coordenar, em consonância com os titulares das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com os órgãos setoriais e singulares, a elaboração, o monitoramento, o acompanhamento e o controle dos instrumentos de programações estratégica e operacional; e

III - articular ações para o aprimoramento da gestão operacional das SFAs, junto às Unidades Administrativas dos Órgãos do MAPA.

Art. 14. À Coordenação Técnico Operacional (CTOP/CGAS) compete:

I - promover ações de melhoria da gestão das SFAs em consonância com os Órgãos do MAPA;

II - avaliar a gestão técnico-administrativa das SFAs;

III - diagnosticar as necessidades de capacitação e treinamento de servidores no âmbito das SFAs;

IV - consolidar a elaboração do Plano Anual de Capacitação e monitorar sua execução;

V - coordenar equipes especializadas ou multidisciplinares voltadas ao desenvolvimento de projetos vinculados às SFAs;

VI - coordenar e acompanhar a avaliação da efetividade da gestão técnico operacional das SFAs; e

VII - autorizar a dotação orçamentária das SFAs.

Art. 15. À Divisão de Análise e Controle Processual (DACP/CTOP) compete:

I - analisar e emitir parecer em processos administrativos das SFAs que demandem ações da CGAS;

II - Orientar as SFAs quanto aos processos de alienação de bens, gratuita e onerosa, e aos contratos e convênios;

III - apoiar a Ouvidoria e a Corregedoria do MAPA em assuntos relacionados às SFAs;

IV - coordenar as demandas do serviço de informação ao cidadão, relacionados às SFAs;

V - subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão e acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle relacionados às SFAs;

VI - avaliar, propor e orientar as SFAs na redução de custos de contratos terceirizados;

VII - executar, realizar e proceder as atividades de supervisões técnicos-administrativas a serem realizadas no âmbito das SFAs;

VIII - analisar propostas de contratos, aquisições e execução a serem firmados pelas SFAs; e

IX - aprovar e supervisionar os contratos, aquisições e execução firmados pelas SFAs.

Art. 16. À Divisão de Comunicação e Apoio Administrativo (DCAA/CTOP) compete:

I - estabelecer mecanismos de acesso às informações entre as Superintendências e CGAS; e

II - acompanhar e controlar o cumprimento dos prazos estabelecidos às Superintendências para o atendimento das demandas determinadas pela CGAS.

Art. 17. À Divisão de Planejamento e Controle Operacional (DPCO/CTOP) compete:

I - Propor e acompanhar a implementação de melhorias contínuas em todas as áreas de atuação das Superintendências;

II - orientar e acompanhar a elaboração do Plano Operativo Anual de manutenção administrativa das SFAs;

III - controlar as atividades relacionadas as ações orçamentárias das SFAs; e

IV- monitorar e consolidar os resultados dos Indicadores de Desempenho das SFAs.

Art. 18. À Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro das Superintendências (DAOF/CTOP) compete:

I - descentralizar o limite da dotação orçamentária para as SFAs;

II - acompanhar e orientar a execução orçamentária e financeira das descentralizações de crédito das Superintendências;

III - fiscalizar o cumprimento das obrigações financeiras apresentadas no Plano Operativo Anual das Superintendências;

V - analisar os processos de despesas administrativas vinculados às Superintendência; e

VI - avaliar o Indicador de Economicidade das SFAs, com base na execução orçamentária.

Art. 19. Ao Serviço de Acompanhamento e Controle (SAC/DAOF) compete:

I - apoiar o controle da execução do Plano Operativo Anual de manutenção administrativa das SFAs;

II - auxiliar o acompanhamento da execução orçamentária das SFAs;

III - identificar e priorizar as necessidades na gestão administrativa das SFAs; e

IV - auxiliar a execução do Plano de redução de despesas administrativas das SFAs.

Art. 20. À Divisão de Articulação Institucional (DAI/CTOP) compete:

I - Promover a articulação da CGAS com todos os Órgãos do MAPA;

II - promover a interlocução das Unidades Administrativas das SFAs com os Órgãos do Mapa;

III - Orientar, em articulação com as demais Unidades do MAPA, as ações voltadas ao desenvolvimento da CGAS e das Superintendências; e

IV - organizar fóruns e reuniões das SFAs.

Seção III

Da Coordenação-Geral de Controle Operacional

Art. 21. À Coordenação-Geral de Controle Operacional (CGCO/SE) compete:

I - coordenar a implementação de controles internos da gestão, compatíveis com a natureza, complexidade, grau de importância e riscos dos processos de trabalhos;

II - monitorar recomendações e orientações relativas ao aprimoramento da governança, riscos e controles internos da gestão;

III - supervisionar o modelo de gestão de riscos e controles internos da gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - disseminar a cultura, conhecimento e metodologia de gestão de riscos e controles internos da gestão;

V - avaliar e orientar sobre cumprimento de regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

VI - coordenar a evidenciação dos custos dos programas e projetos das Unidades do MAPA;

VII - controlar o atendimento das diligências e prazos das demandas advindas dos órgãos de controle;

VIII - promover a elaboração do Relatório de Gestão;

IX - orientar a geração de informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial; e

X - apoiar, as áreas responsáveis, no atendimento da conformidade formal, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de gestão, relativos a: procedimentos licitatórios; contratações e registro, guarda, inventário, requisição, distribuição e utilização de material, serviços de terceiros e de transporte, e passagens aéreas, dentre outros.

Art. 22. À Coordenação de Gestão de Riscos (CGR/CGCO) compete:

I - propor e promover a adoção de práticas que fortaleçam a gestão de risco;

II - disseminar a cultura de gerenciamento de riscos nos âmbitos estratégicos, táticos e operacionais;

III - aprovar metodologias para seleção e análise das demandas de gestão de riscos;

IV - aprovar as categorias de riscos que devem ser gerenciados quanto aos limites de exposição, níveis de conformidade e limites de alçada para exposição a riscos;

V - propor metodologias e normas específicas de gerenciamento de riscos, oportunidades e controles;

VI - supervisionar os riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

VII - Orientar sobre a aplicabilidade de regulamentos, leis códigos, normas e padrões a respeito do gerenciamento de riscos; e

VIII - Propor ações de sensibilização e capacitação dos servidores sobre a gestão e monitoramento dos riscos em suas unidades de atuação.

Art. 23. À Divisão de Gerenciamento de Riscos (DGR/CGR) compete:

I - planejar, a partir da mensuração, a proposição de tratamento aos riscos à alta administração do órgão;

II - propor:

a) método/critérios para a seleção das demandas de atuação; e

b) categorias de riscos que devem ser gerenciados, os limites de alçada para exposição a riscos e os níveis de conformidade;

III - incentivar a promoção da gestão de riscos;

IV - prestar orientações técnicas sobre gestão de riscos para subsidiar a tomada de decisão no nível estratégico, e sobre regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas;

V - propor melhorias em políticas, diretrizes e normas complementares para a gestão de riscos e controles internos; e

VI - auxiliar no monitoramento dos riscos ao longo do tempo, de modo a permitir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados/desejados.

Art. 24. Ao Serviço de Análise e Avaliação de Riscos (SAAR/CGR) compete:

I - efetuar a interlocução entre as áreas administrativas e a Divisão de Gerenciamento de Riscos - DGR;

II - identificar, analisar e avaliar os riscos;

III - propor medidas para o tratamento dos riscos apurados; e

IV -auxiliar as ações de disseminação e promoção da gestão de riscos.

Art. 25. À Coordenação de Controle Internos de Gestão (CCG/CGCO) compete:

I - coordenar o atendimento das diligências e prazos das demandas advindas dos Órgãos de Controle;

II - promover a gestão de gastos com ênfase na economicidade, eficiência e eficácia em âmbito institucional;

III - disseminar a cultura de gestão de custos no âmbito das Unidades do Mapa;

IV - identificar e propor medidas para redução de custos e ampliação da capacidade de atuação institucional;

V - difundir experiências exitosas, internas e externas, de práticas de gestão;

VI - orientar e acompanhar o cumprimento das diligências e prazos das demandas dos Órgãos de Controle;

VII - coordenar a elaboração do relatório de custo relativo a Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR;

VIII - acompanhar as atividades de formalização, execução e prestação de contas de transferências voluntárias firmadas nas Secretarias Finalísticas do Mapa; e

IX - supervisionar o processo de elaboração do Relatório de Gestão.

Art. 26. Ao Serviço de Análise de Indicadores e Custos (SAIC/CCG) compete:

I - apoiar a implementação de ações institucionais com o uso de ferramentas gerenciais;

II - consolidar instrumentos de gestão cooperativa entre as Unidades Administrativas do MAPA;

III - consolidar as informações fornecidas pelos gestores para a elaboração do Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União - TCU; e

IV - monitorar o cumprimento das diligências e prazos das demandas dos Órgãos de Controle.

Art. 27. A Seção de Avaliação de Custos (SAC/CCG) compete:

I - adotar medidas de aperfeiçoamento das informações de custos;

II - subsidiar os gestores por meio da consolidação de dados de custos para a elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República - PCPR;

III - apurar os custos de projetos, programas e atividades relevantes para as Unidades do MAPA;

IV - apoiar a disseminação e promoção da gestão de custos; e

V - auxiliar no acompanhamento das atividades relativas a transferências voluntárias.

Seção IV

Da Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo

Art. 28. À Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo (CGSTA/SE) compete:

I - coordenar, analisar, e providenciar os serviços de arquivo, de protocolo, de registro e de controle das entradas e saídas de documentos e processos; destinados aos Gabinetes do Ministro e do Secretário-Executivo;

II - coordenar e orientar a elaboração e a revisão dos documentos oficiais submetidos aos Gabinetes do Ministro e da Secretaria-Executiva;

III - coordenar e orientar a elaboração, a revisão e a publicação, no Diário Oficial da União (DOU) e no Boletim de Pessoal e de Serviços (BPS), de documentos oficiais e outros expedientes sujeitos ao despacho do Ministro de Estado, do Secretário-Executivo e seus respectivos Chefes de Gabinete e acompanhar as matérias de interesse do MAPA;

IV - supervisionar, coordenar e orientar as atividades de apoio técnico e controlar a execução de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais dos Gabinetes do Ministro e da Secretaria-Executiva, em conformidade com as unidades competentes, inclusive o gerenciamento de envio eletrônico e controle de:

a) formulários de indicação para provimento de cargos DAS 3 a 6, e membros de Diretoria e Conselhos, junto à Casa Civil da Presidência da República; e

b) consulta sobre disponibilidade de vagas para provimento de cargos DAS 1 a 4, por pessoas sem vínculo com a administração pública, junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

V - coordenar e acompanhar as atividades dos sistemas de tramitação de informações;

VI - coordenar a elaboração de planos anuais de ação; e

VII - coordenar e acompanhar os expedientes e os prazos relacionados aos Órgãos de Controle.

Art. 29. À Divisão de Acompanhamento de Colegiados (DAC/CGSTA) compete:

I - acompanhar as atividades dos Órgãos Colegiados nos quais o MAPA é membro, quanto a:

a) representatividade do MAPA;

b) matérias no Diário Oficial da União - DOU; e

d) desempenho das atribuições dos membros - titulares e suplentes;

II - alimentar o Sistema de Gestão dos Colegiados - SGC;

III - providenciar e acompanhar os expedientes de indicação de representantes do MAPA nos Órgãos Colegiados;

IV - registrar e acompanhar os documentos de fundamentos legais que oficializam as indicações ou substituições de membros, titulares e suplentes;

V - manter atualizada as informações cadastrais de membros titulares e suplentes dos Órgãos Colegiados de empresas vinculadas ao MAPA;

VI - analisar as atas dos Conselhos das Empresas vinculadas e efetuar os registros específicos de acompanhamento; e

VII - preparar o material das reuniões em que participam os Senhores Ministro, Secretário-Executivo e o Secretário-Executivo Adjunto.

Art. 30. À Divisão de Composição Documental (DCD/CGSTA) compete:

I - Controlar demandas com prazos relacionadas aos Órgãos de Controle;

II - elaborar os textos de atos, correspondências e demais expedientes a serem submetidos à assinatura do Ministro de Estado, Secretário Executivo e dos seus respectivos Chefes de Gabinete;

III - formatar expedientes oriundos das Unidades do MAPA;

IV - manter atualizado o sistemas de tramitação de informações; e

V - realizar a movimentação, acompanhar e controlar o trâmite interno de processos destinados ao Gabinete do Ministro à Secretaria-Executiva e demais Unidades integrantes do MAPA.

Art. 31. Ao Serviço de Suporte Documental (SSD/DCD) compete:

I - acompanhar o trâmite e a expedição de documentos;

II - manter atualizada as informações cadastrais de servidores do MAPA, em conformidade com a Unidade competente.

III - revisar os textos de atos, correspondências e demais expedientes a serem submetidos à assinatura do Ministro de Estado, do Secretário-Executivo e de seus respectivos Chefes de Gabinete, providenciar a publicação, quando for o caso;

IV - revisar os textos de atos, correspondências e demais expedientes a serem submetidos à assinatura do Ministro de Estado, do Secretário-Executivo e de seus respectivos Chefes de Gabinete, bem como providenciar a publicação, quando for o caso; e

V - receber e encaminhar as demandas destinadas ao Ministro de Estado, ao Secretário Executivo e aos seus respectivos Chefes de Gabinetes.

Art. 32. À Divisão de Controle Documental (DCON/CGSTA) compete:

I - receber, conferir, digitalizar, registrar e tramitar documentos de origem externa, correspondências e expedientes administrativos destinados aos Gabinetes do Ministro e da Secretara-Executiva;

II - tramitar correspondências para as demais Unidades do MAPA;

III - manter atualizado o sistema de arquivamento;

IV - efetuar a transferência dos documentos mantidos provisoriamente no Gabinete do Ministro e na Secretaria-Executiva ao Arquivo Geral;

V - expedir documentos físicos, atendidos pelos Gabinetes do Ministro e da Secretaria-Executiva, quando não for possível a tramitação eletrônica; e

VI - movimentar e guardar os documentos classificados como sigilosos, de interesse do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva.

Art. 33. À Coordenação de Gestão Operacional (CGO/CGSTA), no apoio ao Gabinete do Ministro compete:

I - coordenar, orientar, acompanhar, avaliar e subsidiar na elaboração da proposta orçamentária e financeira;

II - gerenciar recursos orçamentários quanto a seus limites, empenhos, transferências e execuções financeiras;

III - analisar e providenciar a emissão de empenho, liquidação e pagamento de despesas;

IV - controlar o desempenho da execução orçamentária e financeira;

V - operacionalizar as propostas de alterações orçamentárias, quando requisitada;

VI - gerenciar a execução de atividades nos sistemas estruturantes;

VII - verificar a conformidade dos atos e fatos da gestão orçamentária e financeira;

VIII - acompanhar recomendações dos Órgãos de Controle;

X - acompanhar os pedidos de compra de material e equipamento, a execução de serviços junto à unidade setorial e as atividades de administração geral;

XI - coordenar os registros de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP; e

XI - credenciar servidores para procedimentos específicos junto aos estabelecimentos bancários.

Art. 34. À Divisão de Acompanhamento Técnico-Operacional (DATO/CGO) compete:

I - supervisionar e acompanhar a implementação, a instalação, o suporte e a manutenção de equipamentos;

II - manter atualizado o arquivo das legislações pertinentes à área de atuação da Coordenação; e

III - providenciar o registro das solicitações de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, até o encerramento com a prestação de contas.

Art. 35. Ao Serviço de Apoio Técnico-Operacional (SATO/DATO) compete:

I - providenciar material de expediente e de consumo junto ao Almoxarifado Central;

II - providenciar mobiliários e equipamentos de informática junto ao setor responsável pelo patrimônio e sua devolução, quando demandado; e

III - prestar apoio técnico e administrativo.

Art. 36. À Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (DAOF/CGO), no apoio ao Gabinete do Ministro, compete:

I - orientar, controlar e executar a programação orçamentária e financeira;

II - verificar a regularização de processos de concessão de diárias e passagens, suprimento de fundos, ressarcimentos de despesas e prestação de serviço;

III - analisar documentos destinados a apropriações, liquidações e pagamentos, e recolhimentos de tributos;

IV - acompanhar operações nos sistemas estruturantes; e

V - elaborar, formatar e controlar a emissão de documentos.

Art. 37. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DAOF), no apoio ao Gabinete do Ministro, compete:

I - registrar as programações orçamentárias e financeiras de créditos disponibilizados;

II - realizar a emissão, reforço e anulação de empenhos;

III - controlar as disponibilidades orçamentárias;

IV - apropriar, classificar, liquidar as despesas, inclusive de diárias passagens e suprimento de fundos e recolhimento de tributos e impostos.

V - encaminhar e acompanhar recursos orçamentário e financeiros referentes a Termo de Execução Descentralizada - TED; e

VI - executar operações nos sistemas estruturantes.

Art. 38. À Seção de Análise e Registro de Diárias e Passagens (SAP/CGSTA) compete:

I - cadastrar usuários, nos respectivos perfis e gerar a senha de acesso inicial ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - verificar a conformidade de todos os aspectos das Propostas de Concessão de Diárias e Passagen s- PCDP a serviço, cuja aprovação seja de competência do Secretário-Executivo;

III - analisar a conformidade de pedidos de deslocamentos inseridos no Sistema de Autorização de Deslocamento - SIAD e emissão do relatório para aprovação da autoridade competente;

IV - fiscalizar, por amostragem, a conformidade de todos os aspectos da PCDP inseridos no processo eletrônico, com os dispositivos da legislação e dos normativos internos que disciplinam a matéria, das demais viagens a serviço no âmbito do MAPA, aprovadas pelos dirigentes máximos das Unidades por delegação e subdelegação do Secretário-Executivo; e

V - elaborar relatórios gerenciais com informações extraídas do Sistemas SCDP e SIAD.

Art. 39. À Seção de Aquisição de Passagens (SAD/CGSTA) compete:

I - formalizar a reserva dos bilhetes de passagens aéreas, terrestre e marítima, nacionais e internacionais, quando custeados pela Secretaria-Executiva em conformidade com o Contrato vigente.

II - conferir todas as programações orçamentárias e enviar a CGEOF, para providências de empenhos, reforços e/ou anulação;

III - encaminhar à Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira - CGEOF/DA o pagamento de diárias;

IV - consultar disponibilidade orçamentária e solicitar a emissão de nota de empenho;

V - providenciar a emissão de Guia de Recolhimento da União - GRU; e

VI - informar a Coordenação Geral de Administração de Pessoas - CGAP/DA a localidade, a quantidade e o valor das diárias através do Boletim de Pessoal (BP).

Seção V

Da Biblioteca Nacional da Agricultura

Art. 40. À Coordenação da Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI/SE) compete coordenar os processos de gestão do conhecimento e da informação documental, produzidos pelo MAPA, relativos ao agronegócio, compreendendo operacionalização do:

a) Sistema Nacional de Informação e Documentação Agrícola - SNIDA; e

b) Serviço de Informação Agropecuária - SIA;

II - gestão, manutenção, atualização, sistematização para aprimoramento das bases de dados documentais;

III - preservação da memória técnica e histórica;

IV - acesso à informação documental agrícola;

V - edição de publicações conforme as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

VI - identificação das demandas de informação e conhecimento;

VII - mapeamento e desenvolvimento dos fluxos informacionais;

VIII - sensibilização da cultura organizacional para a transparência ativa em relação ao compartilhamento e socialização de informação e conhecimento;

IX - comunicação informacional de forma eficiente e sistematizada;

X - coleta, seleção, tratamento, análise, organização e armazenamento de informações;

XI - criação de mecanismos de captação de conhecimento, gerado por diferentes pessoas da organização; e

XII - elaboração de produtos e serviços informacionais.

Art. 41. À Seção de Apoio Operacional (SAOP/BINAGRI) compete:

I - subsidiar as ações da gestão da BINAGRI;

II - realizar as atividades de:

a) recebimento e tramitação de processos, documentos e objetos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

b) requisição de material de consumo e patrimônio;

c) arquivamento de processos e documentos; e

d) organização e suporte administrativo quanto a execução financeira orçamentária.

Art. 42. À Divisão de Gestão do Conhecimento e Informação (DGCI/BINAGRI) compete:

I - coletar, analisar e organizar processos da gestão da informação e do conhecimento do MAPA;

II - incentivar ações de conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito;

III - proceder à articulação com os órgãos, Unidades Administrativas e Unidades Descentralizadas;

IV - administrar as bases de dados e organizar as informações da BINAGRI;

V - divulgar as informações e o conhecimento no âmbito do MAPA; e

VI - promover eventos para divulgação da gestão da informação e do conhecimento.

Art. 43. À Seção de Apoio Técnico (SAT/DGCI) compete:

I - executar atividades de suporte técnico da BINAGRI quanto ao processamento e formatação de documentos técnicos;

II - manutenção de:

a) informações e do conhecimento no Portal e na AGRONET do MAPA; e

b) manuais técnicos e cadastro de instituições;

III - subsidiar a coordenação na elaboração e acompanhamento das atividades técnicas; e

IV - acompanhamento do cumprimento das metas estratégicas e indicadores de desempenho.

Art. 44. Ao Serviço de Análise da Informação (SAI/DGCI) compete:

I - gerenciar as atividades de aquisição e tratamento da informação;

II - orientar e acompanhar a:

a) manutenção das bases de dados nacionais da BINAGRI;

b) catalogação, classificação e indexação dos materiais bibliográficos nacionais relacionados à agropecuária; e

c) atualização do vocabulário controlado especializado em agricultura, Thesaurus Agrícola Nacional - THESAGRO;

III - registrar e atualizar a base de dados do Sistema Internacional de Cooperação Documental - AGRIS/FAO, e prover a disseminação de informações nacionais.

Art. 45. À Seção de Aquisição (SEA/SAI) compete:

I - selecionar, adquirir e coletar documentos relativos à agropecuária;

II - registrar as coleções de publicações periódicas e seriadas; e

III - controlar a inclusão de documentos no acervo.

Art. 46. À Seção de Tratamento da Informação (STI/SAI) compete:

I - registrar e atualizar as bases de dados nacionais da BINAGRI; e

II - catalogar, classificar e indexar informação documental.

Art. 47. Ao Serviço de Preservação e Manutenção do Acervo (SPMA/DGCI) compete:

I - administrar, guardar, preservar e manter as coleções referentes à memória técnica e histórica do MAPA;

II - inventariar o acervo da BINAGRI;

III - coordenar e controlar a distribuição de publicações produzidas no âmbito do MAPA;

IV - localizar no acervo os documentos que subsidiam o atendimento; e

V - validar, segundo direito autoral, a disponibilização e reprodução de documentos.

Art. 48. À Seção de Intercâmbio de Publicações (SIP/SPMA) compete:

I - manter o intercâmbio de publicações com instituições agrícolas e de ensino;

II - atualizar base de dados cadastrais relativas às instituições de intercâmbio;

III - controlar a reserva técnica das publicações editadas pelo MAPA; e

IV - manter atualizada a base de dados de estoque de publicações editadas pelo MAPA.

Art. 49. Ao Serviço de Documentação Internacional (SDI/DGCI) compete:

I - identificar e selecionar, no âmbito internacional, informação documental de interesse estratégico da agropecuária;

II - catalogar, classificar e indexar os materiais bibliográficos internacionais relacionados à agropecuária;

III - manter atualizada a base de dados de publicações de organismos internacionais;

IV - incluir no Sistema Thesaurus Agrícola Nacional - THESAGRO, novos descritores;

V - salvaguardar coleções da Biblioteca do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA no Brasil; e

VI - manter atualizada a base de dados da Biblioteca Depositária da FAO em Brasília.

Art. 50. Ao Serviço de Informação Agropecuária (SIA/BINAGRI) compete:

I - suprir os usuários com informações públicas relacionadas às competências do MAPA;

II - orientar e controlar o cadastramento e acompanhamento das demandas internas e externas;

III - apoiar a divulgação de informações relativas às políticas do MAPA;

IV - orientar quanto à aplicação das normas técnicas de documentação; e

V - coordenar e acompanhar a alimentação de base de conhecimento como suporte ao atendimento.

Art. 51. À Seção de Referência (SER/SAI) compete:

I - atender às demandas dos usuários, considerando:

a) consultas a bases de dados de informações agrícolas nacionais e internacionais;

b) localização física de informações ou documentos;

c) registros de usuários no sistema de empréstimos; e

d) viabilizar empréstimos em outras Bibliotecas e Centros de informação;

II - orientar a edição de publicações quanto à elaboração de ficha catalográfica;

III - resguardar a integridade do acervo da BINAGRI; e

IV - monitorar o acesso de usuários aos computadores da BINAGRI.

Seção VI

Da Corregedoria

Art. 52. À Corregedoria (CORREG/SE), Unidade Seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compete:

I - analisar as representações e as denúncias que lhe forem encaminhadas;

II - supervisionar, orientar, controlar e avaliar:

a) os procedimentos de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

b) as atividades de prevenção e correição disciplinares desenvolvidas no âmbito do MAPA;

III - avocar ou instaurar processo ou procedimento disciplinar, de competência originária das Unidades Descentralizadas do MAPA, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, para corrigir o andamento ou nas hipóteses de:

a) omissão da autoridade responsável;

b) inexistência de condições para o processamento regular;

c) maior complexidade e relevância da matéria;

d) envolvimento de autoridade; e

e) envolvimento de servidores de mais de um órgão ou unidade;

IV - solicitar aos titulares das Unidades do MAPA a indicação de servidor para:

a) ser capacitado ou integrar comissão de procedimento disciplinar;

b) operar sistema de gestão de processos administrativos disciplinares; e

c) atuar como interlocutor de sua Unidade de lotação junto à Corregedoria;

V - manter registro atualizado da tramitação e resultado dos processos correcionais e expedientes em curso no Sistema do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle; e

VI - manifestar-se previamente sobre procedimentos disciplinares cuja competência para julgamento seja do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se requerido por este, sem prejuízo das competências da CONJUR/MAPA.

§ 1º O Corregedor será indicado pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, observados os critérios estabelecidos no art. 8º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho 2005.

§ 2º A instauração de procedimentos disciplinares no âmbito das Unidades Descentralizadas poderá ser realizada pelo titular da Unidade.

Art. 53. À Divisão de Apoio Administrativo Correicional (DAAC/CORREG) compete:

I - selecionar e cadastrar os servidores habilitados a realizar investigação preliminar e compor comissões de sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar - PAD, no âmbito dos Órgãos de assistência direta ao Ministro de Estado;

II - supervisionar o registro da tramitação e resultado dos processos correcionais no Sistema da Controladoria Geral da União - CGU-PAD;

III - conceder acesso e gerenciamento das senhas ao Sistema - CGU-PAD aos usuários cadastradores; e

IV - consolidar informações atinentes a procedimentos disciplinares em curso no MAPA.

Art. 54. Ao Serviço de Acompanhamento às Comissões de Procedimentos Administrativos Disciplinares (SACPAD/DAAC) compete:

I - manter atualizado o controle das Comissões Disciplinares em andamento no Gabinete do Ministro e na Secretaria-Executiva;

II - elaborar portarias de designação, substituição, recondução e prorrogação de prazo;

III - viabilizar o deslocamento de servidores da Corregedoria e de membros das Comissões Disciplinares de competência da Secretária-Executiva; e

IV - cadastrar os processos disciplinares do âmbito da Secretaria-Executiva no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União - CGU/PAD.

Art. 55. À Coordenação de Correição (CCOR/CORREG) compete:

I - planejar, supervisionar e avaliar as atividades correcionais no âmbito do MAPA;

II - analisar as demandas encaminhadas à Coordenação, promovendo a sua distribuição entre as chefias de serviço;

III - analisar e oferecer subsídios quanto ao atendimento das recomendações e requisições dos Órgãos de Controle em matéria disciplinar ou de responsabilização de entes privados;

IV - requerer diretamente diligências preliminares, a fim de reunir documentos comprobatórios indispensáveis à análise técnica das denúncias e representações de sua competência, respeitada a hierarquia;

V - restituir à origem as demandas que apontem casos de dano ou desaparecimento de bem público e orientar a utilização do Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, ou outros meios admissíveis em matéria de processo disciplinar;

VI - produzir material informativo sobre matéria disciplinar; e

VII - elaborar o Plano Anual do Trabalho Técnico a ser desenvolvido pela Corregedoria e acompanhar os seus indicadores de desempenho.

Art. 56. Ao Serviço de Prevenção e Inspeção Correcional (SEPIC/CCOR) compete:

I - executar ações de orientação sobre o regime disciplinar aplicável aos servidores e aos empregados públicos do MAPA;

II - executar inspeções correcionais no âmbito do MAPA;

III - atuar como interlocutor da Corregedoria junto a Ouvidoria/GM; e

IV- manter controle relativo às denúncias e representações recebidas na Corregedoria, seus desdobramentos e consequentes desfechos.

Art. 57. Serviço de Análise e de Correição (SEAC/CCOR) compete:

I - analisar consultas e manifestar-se sobre matérias relacionadas a deveres, proibições e demais temas relativos à sua área de competência;

II - avaliar a pertinência da instauração de procedimentos administrativos disciplinares; e

III - avaliar os julgamento de procedimentos administrativos disciplinares.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção VII

Escola Nacional de Gestão Agropecuária

Art. 58. À Coordenação-Geral da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO/SE) compete:

I - planejar, coordenar e orientar as ações de gestão por competências, treinamento, capacitação, disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e do empregado público.

II - definir estratégias e diretrizes para a coordenação de:

a) planos, programas e projetos de desenvolvimento e de capacitação técnico-profissional;

b) metodologia de ensino presencial e a distância;

c) tecnologias educacionais; e

d) programa de desenvolvimento de liderança;

III - executar atividades técnicas, administrativas e de assessoria do Comitê Gestor de Educação Continuada - CGEC;

IV - elaborar, supervisionar e monitorar a execução do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC;

V - promover parcerias com escolas de governo, instituições de ensino públicas ou privadas e organismos nacionais e internacionais;

VI - definir estratégias para disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desempenho das funções dos servidores e dos empregados públicos;

VII - programar e acompanhar a formação e a integração de novos servidores;

VIII - gerenciar a Rede Nacional dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas - RNADP da Escola Nacional de Gestão Agropecuária; e

IX - exercer as atividades de unidade setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, quanto aos assuntos relacionados ao treinamento, à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas.

Art. 59. À Divisão de Gestão por Competências e do Conhecimento (DICC/ENAGRO) compete:

I - formular ações para a implementação da gestão por competências, disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e empregado;

II - orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento e monitoramento de competências institucionais, individuais e gerenciais;

III - desenvolver metodologia para mapeamento de competências;

IV - elaborar programas e projetos para desenvolvimento de competências;

V - constituir trilhas de aprendizagem para desenvolvimento de competências;

VI - estruturar e acompanhar o banco de instrutores;

VII - supervisionar e acompanhar o processo de instrutoria interna;

VIII - desenvolver tecnologias educacionais;

IX - desenvolver mecanismo de disseminação e sistematização do conhecimento relativas à disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e empregado;

X - gerir e manter informações relativas à disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e do empregado público; e

XI - estruturar, acompanhar e monitorar a Rede Nacional dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas - RNADP.

Art. 60. Ao Serviço de Diagnóstico e Monitoramento de Competências (SDM/DICC) compete:

I - aplicar metodologias para o mapeamento de competências;

II - realizar o mapeamento de competências institucionais, setoriais, individuais e gerenciais;

III - preparar o diagnóstico de competências das unidades organizacionais e descentralizadas;

IV - auxiliar na elaboração do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC;

V - executar e acompanhar planos e projetos de desenvolvimento de competências institucionais; individuais e gerenciais; e

VI - acompanhar e monitorar as trilhas de aprendizagem.

Art. 61. Ao Serviço de Sistematização e Disseminação do Conhecimento (SEDC/DICC) compete:

I - executar ações voltadas ao desenvolvimento de práticas de disseminação e sistematização do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e empregado;

II - efetuar atividades de desenvolvimento de tecnologias educacionais;

III - formular instrumentos para avaliação da capacitação e do treinamento dos servidores e dos empregados públicos;

IV - fomentar e manter o cadastro de instrutores para suporte às atividades de capacitação e treinamento;

V - preparar e conduzir processo de instrutoria interna;

VI - manter o banco de dados sobre informações relativas ao desenvolvimento dos servidores e dos empregados publicos; e

VII - articular, com as Unidades Organizacionais dos Órgãos e Unidades Descentralizadas do MAPA, a realização da coleta, da organização, da sistematização e da disseminação do conhecimento necessário ao desenvolvimento e desempenho das funções do servidor e do empregado público.

Art. 62. À Divisão de Educação Continuada (DIEC/ENAGRO) compete:

I - planejar, acompanhar, controlar e orientar as atividades de capacitação, desenvolvimento e treinamento dos servidores e dos empregados públicos, quanto a:

a) elaboração, execução e avaliação do Plano Anual de Educação Continuada - PAEC; e

b) participação dos servidores e empregados em eventos promovidos pela Enagro ou realizados por instituições públicas ou privadas, no país ou no exterior;

II - implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos de capacitação e treinamento;

III - planejar, acompanhar e monitorar o desenvolvimento de capacitação técnico-profissional e gerencial;

IV - supervisionar o desenvolvimento de metodologia de ensino presencial e a distância;

V - estabelecer parcerias com demais escolas de governo, instituições de ensino públicas ou privadas e organismos nacionais e internacionais;

VI - acompanhar a formação e a integração de novos servidores;

VII - assegurar a implementação e acompanhamento da Rede Nacional dos Agentes de Desenvolvimento de Pessoas - RNADP;

VIII - formular proposta orçamentária, quanto à capacitação e ao desenvolvimento de pessoas;

IX - supervisionar a participação e o aproveitamento dos servidores e dos empregados públicos egressos nos eventos de capacitação.

X - elaborar e acompanhar indicadores de efetividade dos resultados obtidos pela capacitação e treinamento dos servidores e dos empregados públicos;

XI - emitir certificados de participação em eventos realizados pela ENAGRO;

XII - gerir e manter informações relativas à capacitação;

XIII - acompanhar as ações orçamentárias voltadas à capacitação e ao treinamento dos servidores e dos empregados públicos;

XIV - executar autorização e reconhecimento de dívidas;

XV - elaborar e acompanhar a execução de termos de cooperação técnica, convênios, ou instrumentos congêneres, que tenham por objeto o desenvolvimento de pessoas; e

XVI - realizar o processamento dos registros da execução orçamentária dos créditos disponibilizados, quanto a:

a) anulações orçamentárias;

b) controle das disponibilidades orçamentárias; e

c) ajustes decorrentes da movimentação dos créditos orçamentários.

Art. 63. Ao Serviço de Execução e Acompanhamento da Capacitação (SEC/DIEC) compete:

I - executar e acompanhar programas e projetos de desenvolvimento e de capacitação técnico- profissional e gerencial;

II - elaborar, executar, acompanhar e avaliar o plano anual de educação continuada;

III - realizar eventos internos de capacitação e de treinamento;

IV - analisar à participação de servidores e dos empregados públicos em eventos de capacitação, no país ou no exterior;

V - orientar às Unidades Administrativas e Descentralizadas do MAPA, quanto às ações de capacitação e treinamento;

VI - aplicar instrumentos de avaliação de capacitação e treinamento dos servidores e dos empregados públicos; e

VIII - monitorar as ações de formação e de integração de novos servidores.

Seção VIII

Do Departamento de Administraçao

Art. 64. Ao Departamento de Administração (DA/SE) compete:

I - promover, monitorar e orientar as ações de:

a) gestão estratégica do MAPA; e

b) gestão da informação e do conhecimento, incluídas as informações documentais agropecuárias, observado o disposto no art. 1º, inciso III, alínea "e";

II - coordenar, desenvolver e acompanhar:

a) estudos estratégicos; e

b) instrumentos para implementação de ações estratégicas;

III - coordenar, orientar e executar as atividades referentes ao:

a) SISP;

b) SIORG;

c) Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

d) Sistema de Administração Financeira Federal, quanto à programação financeira;

e) Sistema de Contabilidade Federal;

f) SISG;

g) SIPEC, quanto à implementação da administração de pessoas;

h) Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA; e

i) Sistema Nacional de Arquivos - SINAR;

IV - promover a articulação com os Órgãos Centrais do Sistema Federal intervenientes e informar e orientar os Órgãos do MAPA, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

V - orientar, promover e acompanhar as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do MAPA; e

VI - celebrar contratos e outros instrumentos congêneres e acompanhar sua execução.

Subseção I

Da Divisão Operacional de Projetos e Captação de Recursos

Art. 65. À Divisão de Monitoramento de Projetos (DIMOP/DA) compete:

I - estabelecer critérios para o monitoramento dos projetos;

II - realizar o monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução dos projetos;

III - definir e acompanhar indicadores de progresso e de tendência;

IV - auxiliar no alinhamento dos projetos com a Gestão Estratégica e a Gestão Orçamentário-financeira; e

V - prestar apoio metodológico e técnico em ferramentas utilizadas na gestão de projetos.

Subseção II

Da Coordenação de Contabilidade

Art. 66. À Coordenação de Contabilidade (CCONT/DA) compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades de contabilidade relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal, no âmbito do MAPA, observadas as diretrizes emanadas do Órgão Central de Contabilidade, quanto a:

a) assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

b) verificação da conformidade de registro de gestão efetuada por Unidade Gestora; e

c) registrar no SIAFI ações pertinentes e adoção das providências necessárias à responsabilização do agente.

II - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos Órgãos jurisdicionados;

III - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos;

IV - registro contábil das tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte danos ao erário;

V - efetuar registros contábeis junto às Unidades Gestoras Descentralizadas, após frustação de ajuste pela unidade demandada;

VI - promover, sistematicamente, a integração dos dados dos Órgãos não-integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;

VII - verificar a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, publicado no Diário Oficial da União, com os registros ocorridos no Sistema SIAFI;

VIII - prestar apoio ao órgão central do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, quanto às demandas operacionais;

IX - atuar como representante do CNPJ nº 00.396.896/0001-25, do MAPA, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, de acordo com a Portaria Nº 267, de 31 de dezembro de 2015, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2016, como:

a) praticar os atos necessários à titularidade do CNPJ do MAPA;

b) acompanhar o repasse tempestivo das informações e de eventuais pendências vinculadas ao CNPJ da matriz e das filiais; e

c) credenciar e descredenciar os representantes legais para a prática de atividades relacionadas ao CNPJ da Filial.

Art. 67. À Divisão de Acompanhamento Contábil (DAC/CCONT) compete:

I - orientar e controlar as atividades de:

a) conformidade de registro de gestão dos atos orçamentário, financeiro e patrimonial, praticados pelos ordenadores de despesas e pelos responsáveis por bens públicos, efetuadas pelas Unidades Gestoras dos Órgãos e Unidades Descentralizadas do MAPA; e,

b) análises das emissões dos documentos de referência e das apropriações, liquidações das despesas e dos recolhimentos de tributos, e promovendo os ajustes necessários junto aos ordenadores de despesa;

II - analisar, sistematicamente, os balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das Unidades Gestoras específicas dos Órgãos e das Unidades Descentralizadas;

III - supervisionar e elaborar, mensalmente, os demonstrativos, no Sistema de Conformidade Contábil - CONFCON, e das comunicações aos gestores financeiros e ordenadores de despesas referentes às impropriedades apuradas;

IV - propor criação e alteração de contas e ativação e desativação de eventos ou situações contábeis no Sistema SIAFI;

V - elaborar, anualmente, a Declaração do Contador do Órgão Máximo para compor o Relatório de Gestão das Unidades Jurisdicionadas, assim como as justificativas de cada restrição contábil do mês de dezembro de cada ano aplicada aos órgãos subordinados do Órgão Máximo a serem assinadas pelo Coordenador de Contabilidade para providências subsequentes; e

VI - elaborar e incluir, trimestralmente, no Sistema SIAFI as Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações das Variações Patrimoniais do Órgão Máximo do MAPA, contendo todos os órgãos subordinados, para subsidiar as Notas Explicativas ao Balanço Geral da União - BGU e no caso do 4º trimestre de cada ano a Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR.

Art. 68. Ao Serviço de Análise da Administração Direta e Indireta (SAD/DAC) compete:

I - orientar os usuários do Sistema SIAFI quanto à operacionalização e realização dos lançamentos contábeis imprescindíveis em caráter de ajuste;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - acompanhar, receber e expedir mensagens relativas às Unidades Gestoras Diretas e Entidades Vinculadas, e comunicar pelo Sistema SIAFI as soluções dos questionamentos aos gestores;

III - efetuar, no Sistema SIAFI, integralização sistemática dos balancetes e demais demonstrações contábeis das entidades vinculadas; e

IV - manter atualizada a legislação de referência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP e Normas Internacionais De Contabilidade Aplicada ao Setor Público - IPSAS, traduzidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (International Public Sector Accounting Standards).

Art. 69. À Divisão de Tomadas de Contas (DTC/CCONT) compete:

I - verificar no momento da inscrição de Diversos Responsáveis a situação da concedente junto aos Sistemas SICONV, SIAFI e SIASG, se a convenente está em estado de inadimplência.

II - verificar o cálculo do débito no Sistema de Débito do Tribunal de Contas da União;

III - efetuar o registro contábil na conta de "diversos responsáveis" dos responsáveis pelo debito apurado; e

IV - realizar, no Sistema SIAFI, a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito antes do julgamento pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Subseção III

Da Coordenação de Captação de Recursos Estratégicos

Art. 70. À Coordenação de Captação de Recursos Estratégicos (CCRE/DA) compete:

I - promover a implementação de ações para desenvolvimento de projetos estratégicos e prioritários do MAPA, quanto a;

a) identificar e mobilizar novas fontes de recursos;

b) manutenção de intercâmbio com potenciais financiadores; nacionais e internacionais; e

c) orientação sobre a documentos necessários a cooperação com os Organismos nacionais e internacionais, públicos e privados e potenciais financiadores;

II - coordenar o processo de interação entre os gestores dos projetos e os organismos financiadores;

III - monitorar e avaliar a utilização dos recursos captados; e

IV - manter os organismos financiadores informados do resultados da aplicação dos recursos.

Subseção IV

Da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional

Art. 71. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional (CGDI/DA) compete:

I - planejar, coordenar e controlar, no âmbito da Administração Direta a elaboração de diretrizes de Desenvolvimento Institucional, na formulação e implementação de:

a) modernização e inovação organizacional;

b) gestão de projetos organizacionais;

c) captação de fontes de recursos para o desenvolvimento de projetos estratégicos;

d) gestão por processo; e

e) elaboração de indicadores de desempenho e da gestão;

II - promover:

a) interação com o Órgão Central do Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal; e

b) divulgação dos editais nacionais ou internacionais de potencial interesse na capitalização de projetos e ações.

Art. 72. À Coordenação de Modernização e Inovação (CMI/CGDI) compete:

I - planejar, coordenar e monitorar, no âmbito da Administração Direta, atividades relativas a:

a) inovação e desenvolvimento institucional;

b) gestão institucional;

c) monitoramento organizacional; e

d) estudos de aprimoramento da gestão;

II - promover:

a) compatibilidade entre o modelo de gestão, a estrutura organizacional e os processos de trabalho;

b) métodos e técnicas relacionadas às ações de organização institucional e de inovação da gestão;

c) estruturação organizacional;

d) elaboração de textos regimentais, normativos e manuais operacionais;

e) análise das demandas de atos normativos;

f) sistematização e divulgação das informações orgânico institucionais;

g) monitoramento das ações de gestão e de inovação institucional; e

h) elaboração de indicadores de desempenho e da gestão;

III - interagir com o Órgão Central do Sistema SIORG na execução das atividades estabelecidas pelo Sistema Estruturante.

Art. 73. À Seção de Apoio Organizacional (SAO/CMI) compete:

I - executar atividades de suporte administrativo quanto:

a) ao processamento e formatação de documentos;

b) a organização, manutenção, controle da documentação e do arquivamento;

c) a pesquisa, acompanhamento e atualização das informações sobre as legislações que regulam a estruturam o funcionamento da Administração Pública Federal, e do MAPA;

d) as ações de modernização e inovação; e

e) ao registro e manutenção das informações orgânico institucionais do MAPA.

Art. 74. À Divisão de Desenvolvimento Organizacional (DDO/CMI) compete:

I - elaborar estudos e critérios para as ações de organização institucional;

II - elaborar, orientar, acompanhar e avaliar:

a) métodos de modernização e inovação institucional;

b) ações de estruturação organizacional;

c) projeto de regimento interno;

d) atos normativos;

e) identificação de prioridades do aprimoramento da gestão;

IV - apoiar a sistematização e o desenvolvimento de indicadores de desempenho e da gestão;

V - orientar, acompanhar e participar da elaboração de normativos, de manuais e dos demais métodos e instrumentos de racionalização administrativa;

VI - manter registro histórico da estrutura organizacional;

VII - sistematizar e divulgar as informações organizacionais;

VIII - diagnosticar e trabalhar a compatibilização de modelo de gestão, a estrutura organizacional e os processos de serviços; e

IX - articular ações com o Órgão Central do Sistema SIORG.

Art. 75. Ao Serviço de Tendência e Inovação Organizacional (STIO/DDO) compete:

I - subsidiar:

a) estudos e formatação dos instrumentos de organização institucional; e

b) sistematização dos dados e informações referente aos Órgãos, as Unidades Descentralizadas e Entidades Vinculadas;

II - analisar:

a) propostas de atos normativos; e

b) informações do Sistema SIORG.

Art. 76. À Divisão de Monitoramento Organizacional (DMO/CMI) compete:

I - acompanhar e avaliar:

a) o resultado da implantação das ações dos Órgãos e das Unidades Administrativas do MAPA, referentes a modernização e inovação institucional; e

b) o impacto da publicação de atos normativos do MAPA e dos seus Órgãos;

II - propor:

a) medidas de ajustes identificados no processo de avaliação;

b) aprimoramento nas metodologias de modernização e inovação organizacional;

III - manter sistema de monitoramento e avaliação do resultado da implantação das ações dos Órgãos e Unidades Administrativas do MAPA;

IV - preparar e disseminar informações:

a) de modernização e inovação institucional; e

b) orgânico-institucionais;

V - promover o acompanhamento da legislação relativas aos assuntos de interesse do MAPA;

VI - acompanhar a atualização das informações no Sistema SIORG.

Art. 77. À Seção de Informações Organizacionais (SINFO/DMO) compete:

I - apoiar a elaboração dos dados e informações no Sistema de Organização e Inovação Institucional - SIORG;

II - pesquisar, catalogar e manter arquivo sobre os assuntos institucionais e a legislação de referência sobre matérias relacionadas ao desenvolvimento organizacional;

III - controlar e atualizar as informações referentes aos Órgãos, Unidades Descentralizadas e Entidades Vinculadas, e dos dos titulares de cargos em comissão e funções gratificadas; e

IV - processar e manter os documentos de suporte às atividades de organização e inovação institucional.

Art. 78. Ao Serviço de Suporte à Organização Institucional (SOI/DMO) compete:

I - atualizar os dados e informações no Sistema SIORG;

II - desenvolver métodos de monitoramento da modernização e inovação organizacional;

III - preparar e atualizar informações orgânico-institucionais; e

IV - apoiar a divulgação das informações orgânico-institucional.

Art. 79. À Seção de Informações Organizacionais (SINFO/CMI) compete:

I - apoiar o registro de informações no Sistema de Organização e Inovação Institucional - SIORG;

II - pesquisar, catalogar e manter arquivo sobre os assuntos institucionais e a legislação de referência sobre matérias relacionadas ao desenvolvimento organizacional;

III - organizar as informações referentes aos Órgãos, Unidades Descentralizadas e Entidades Vinculadas e dos titulares de cargos em comissão e funções gratificadas; e

IV - processar e manter os documentos de suporte às atividades de organização e inovação institucional.

Art. 80. À Coordenação de Escritório de Gerenciamento de Projetos (CEP/CGDI) compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar a implementação de projetos das Unidades da Administração Direta;

II - centralizar as informações de projetos estratégicos e prioritários;

III - promover:

a) identificação, seleção, padronização e implementação de metodologia, boas práticas e ferramentas de apoio à gestão de projetos;

b) gestão do portfólio de projetos;

c) acompanhamento e avaliação da execução de projetos; e

d) apoio às áreas técnicas na definição dos indicadores de desempenho dos projetos;

IV - definir e promover o uso de ferramentas informatizadas de gestão de projetos pelas áreas finalísticas;

V - apresentar relatórios periódicos sobre o desempenho dos projetos;

VI - propor ações de capacitação para o desenvolvimento de competências aos gestores de projeto; e

VII - prestar apoio e assessoramento técnico aos gestores de projetos em todas as fases do projeto.

Art. 81. À Divisão de Formulação e Implementação de Projetos (DIFIP/CEP) compete:

I - apoiar o acompanhamento e a avaliação dos projetos dos Órgão e das Unidades da Administração Direta do MAPA;

II - auxiliar no alinhamento dos projetos de natureza estratégica com o Planejamento Estratégico da instituição;

III - divulgar informações sobre o desempenho dos projetos;

IV - prestar apoio metodológico, técnico e em ferramentas utilizadas na gestão de projetos, às Unidades Administrativas do MAPA; e

V - difundir boas práticas de gestão de projetos.

Art. 82. À Coordenação do Escritório de Processos (COEP/CGDI) compete:

I - definir metodologias, técnicas e ferramentas de apoio às iniciativas de melhoria de processos;

II - apoiar as Unidades do MAPA no acompanhamento e avaliação dos seus processos de negócio;

III - gerenciar as informações resultantes de processos considerados prioritários para o MAPA e a sua gestão;

IV - orientar as Unidades quanto à utilização do Manual de Normas e Procedimentos dos Processos;

V - coordenar à divulgação de ações e resultados referente ao Escritório de Processos de Negócio;

VI - conscientizar/SE gestores para adoção de boas práticas e inovações organizacionais; e

VII - manter os registros da documentação de processos de negócio disponíveis e atualizados.

Art. 83. À Divisão de Aprimoramento de Processos (DIVAP/COEP) compete:

I - implantar padrões, métodos, e ferramentas de modelagem de processo de negócio;

II - desenvolver ações técnico operacional das iniciativas de mapeamento e aprimoramento de processos de negócio;

III - orientar os gestores na formulação dos indicadores de desempenho dos processos de negócio;

IV - apoiar ações de capacitação para desenvolvimento de competências de analistas de processos de negócio, em parceria com a ENAGRO/SE; e

V - manter atualizadas as informações referentes aos processos mapeados e aprimorados.

Art. 84. À Divisão de Estudos e Aprimoramento de Processos (DEAP/COEP) compete:

I - identificar instrumentos aplicáveis ao processo de melhoria da gestão do Escritório de Processos - EP;

II - adequar instrumentos de melhoria da gestão ao contexto do MAPA.

III - orientar por meio de critérios estabelecidos pelo Ministério do Planejamento a definição de serviços a serem divulgados aos cidadãos; e

IV - apoiar as áreas finalísticas na atualização e padronização das informações referentes aos serviços oferecidos ao cidadão.

Subseção V

Da Coordenação-Geral de Planejamento

Art. 85. À Coordenação-Geral de Planejamento (CGPLAN/DA) compete:

I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar no âmbito do MAPA, a implementação:

a) na Administração Direta:

1. do planejamento estratégico;

2. do planejamento setorial; e

3. da inteligência e estudos estratégicos;

b) na Administração Indireta:

1. das diretrizes para definição do planejamento estratégico; e

2. do planejamento setorial;

II - promover:

a) identificação, seleção e implementação de métodos, técnicas e ferramentas de apoio às Unidades Administrativas do MAPA, no que se refere ao Planejamento Estratégico e Setorial;

b) ações integradas com as Unidades Administrativas do MAPA que desenvolvam atividades de gestão estratégica e de Planos e Programas de Governo, principalmente do Plano Plurianual Setorial.

c) ações conjuntas do MAPA com instituições e agentes que realizam pesquisas especializadas sobre o desenvolvimento futuro do agronegócio e seus componentes;

d) implantação de ações de inteligência competitiva quanto às políticas, procedimentos, identificação, modelagem e disseminação de informações estratégicas; e

e) interação com o Órgão Central de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e entidades com as quais o MAPA mantém vínculo programático;

III - orientar os Órgãos, as Unidades Descentralizadas e as Entidades Vinculadas quanto às diretrizes e normas emanadas do Órgão Central dos respectivos sistemas federais intervenientes, no que se refere ao Planejamento Plurianual Setorial;

IV - articular a integração entre os sistemas de gestão dos planos estratégico e setorial de informações gerenciais do MAPA, e outros sistemas de informações internos e externos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - exercer, no âmbito do MAPA, as atividades de unidade setorial do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal - SPO, no que se refere ao planejamento setorial; e

VI - subsidiar e coordenar, no âmbito do MAPA, a elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual - PLPPA, e as revisões anuais do PPA.

Art. 86. À Coordenação de Planejamento Estratégico e Setorial (CPES/CGPLAN) compete:

I - planejar, coordenar, supervisionar, orientar, monitorar e avaliar:

a) estudos das diretrizes estratégicas de governo quanto aos aspectos institucionais do MAPA;

b) elaboração e revisão dos Planos Estratégico e Setorial;

c) implementação dos Planos Estratégico e Setorial desenvolvidos pelo MAPA; e

d) desempenho dos resultados das ações de gestão dos planejamentos estratégico e setorial, de estudos e inteligência estratégica;

II - sistematizar indicadores de desempenho institucional, em conjunto com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CGDI;

III - implementar e manter banco integrado de dados e informações, no que se refere aos planejamentos estratégico e setorial;

IV - interagir com o Órgão Central de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e entidades com as quais o MAPA mantém vínculo programático; e

V - subsidiar, orientar, acompanhar e analisar o processo de elaboração de relatórios institucionais.

Art. 87. À Divisão de Gestão da Estratégia (DIGES/CPES) compete:

I - orientar, monitorar, analisar, avaliar e propor o aprimoramento dos processos de elaboração, implementação, avaliação e revisão do planejamento estratégico institucional;

II - propor e promover a aplicação de métodos, técnicas e ferramentas de aprimoramento do processo de gestão estratégica;

III - avaliar os resultados gerados pelo desempenho dos componentes do Plano Estratégico do Órgão, no que se refere aos objetivos, indicadores, metas, iniciativas e projetos estratégicos;

IV - identificar e propor o aprimoramento do Plano Estratégico do MAPA e seus componentes;

V - orientar as Unidades Administrativas do MAPA quanto à:

a) elaboração, avaliação e revisão dos componentes da gestão estratégica; e

b) indicadores de desempenho institucional, em conjunto com a Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional - CGDI;

VI - elaborar relatórios institucionais, internos e externos, quanto ao processo de avaliação da estratégia e seus componentes; e

VII - divulgar o Plano Estratégico no âmbito do MAPA.

Art. 88. À Divisão de Planejamento Setorial (DIPLA/CPES) compete:

I - orientar, monitorar, analisar, avaliar e propor o aprimoramento dos processos de elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Setorial de Governo;

II - propor e promover a aplicação de métodos, técnicas e ferramentas de aprimoramento do processo de planejamento setorial;

III - avaliar o desempenho dos resultados dos programas do Plano Plurianual setorial, quanto a:

a) indicadores, objetivos, metas e iniciativas de governo; e

b) diretrizes estratégicas de governo;

IV - manter banco de dados e informações sobre as atividades de avaliação de planos e programas;

V - elaborar relatórios institucionais, quanto ao processo de avaliação do Plano Setorial e seus componentes;

VI - orientar as Uunidades Administrativas do MAPA quanto à elaboração, avaliação e revisão de:

a) programas, indicadores, objetivos, metas e iniciativas do Plano Setorial; e

b) indicadores de desempenho institucional de natureza operacional;

VII - prover suporte aos processos de programação, avaliação e revisão do Plano Operativo Anual - POA, no que se refere ao planejamento detalhado das atividades dos Órgãos e das Unidades Administrativas do MAPA.

Art. 89. Ao Serviço de Avaliação do Plano Setorial (SEAPS/DIPLA) compete:

I - orientar, monitorar, avaliar e revisar o processo de Avaliação do Plano Setorial e seus componentes;

II - implantar e manter banco integrado de dados de informações no que se refere à Avaliação do Plano Setorial;

III - identificar e apresentar propostas de medidas de aprimoramento do processo de avaliação do planejamento setorial;

IV - subsidiar os Órgãos e as Unidades Administrativas do MAPA com as análises dos dados e informações setoriais registradas no Sistema de Monitoramento e Avaliação; e

V - acompanhar e supervisionar a integração dos sistemas de informações gerenciais internos e externos, no que se refere ao processo de Avaliação do Plano Setorial;

VI - prover suporte aos processo de monitoramento e avaliação do Plano Setorial, nos Órgãos e nas Unidades Administrativas; e

VII - prover suporte para o processo de monitoramento e avaliação do Plano Operativo Anual - POA, no que se refere ao planejamento detalhado e execução das atividades dos Órgãos e nas Unidades Administrativas do MAPA.

Art. 90. À Divisão de Monitoramento de Planos e Programas (DIMPS/CPES) compete:

I - orientar, monitorar, avaliar e revisar o processo de monitoramento da execução dos Planos Estratégico e Setorial, e seus componentes;

II - implantar e manter banco integrado de dados de informações no que se refere ao monitoramento dos Planos Estratégico e Setorial;

III - identificar e apresentar propostas de medidas de aprimoramento dos processos de monitoramento dos Planos Estratégico e Setorial;

IV - subsidiar os Órgãos e as Unidades Administrativas do MAPA com as análises dos dados e informações estratégicas e setoriais registradas nos Sistemas de monitoramento;

V - acompanhar e supervisionar a integração dos Sistemas de informações gerenciais internos e externos, no que se refere ao planejamento estratégico e setorial;

VI - prover o suporte necessário aos processos de monitoramento dos Planos Estratégico e Setorial, nos Órgãos e nas Unidades Administrativas do MAPA; e

VII - elaborar relatórios institucionais, quanto aos processos de monitoramento dos Planos Estratégico e Setorial, e seus componentes.

Art. 91. À Coordenação de Inteligência e Estudos Estratégicos (CIEE/CGPLAN) compete:

I - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estudos estratégicos e inteligência estratégica;

II - apoiar a implementação de diretrizes e de procedimentos para ações de inteligência e estudos estratégicos;

III - recepcionar, difundir e gerenciar estudos e informações estratégicas e de inteligência; e

IV - promover rede de informações estratégicas e de inteligência no âmbito do MAPA;

Art. 92. À Divisão de Estudos Estratégicos (DEE/CIEE) compete:

I - desenvolver, orientar, monitorar e avaliar estudos estratégicos;

II - propor métodos e ferramentas para o desenvolvimento de estudos estratégicos; e

III - estabelecer e gerenciar rede voltada à exploração de estudos estratégicos.

Art. 93. À Divisão de Inteligência Estratégica (DIE/CIEE) compete:

I - desenvolver, orientar, monitorar e avaliar ações de inteligência estratégica;

II - coletar, tratar, interpretar e consolidar dados e informações de inteligência estratégica;

III - desenvolver e implementar metodologias de inteligência estratégica; e

IV - estabelecer e gerenciar rede de dados e informações da inteligência estratégicas.

Subseção VI

Da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação

Art. 94. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DA) compete:

I - planejar, coordenar e regulamentar, os processos referentes à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação - TI, especialmente os relacionados à infraestrutura física, software e serviços correlatos, sistemas de informação, bancos de dados, redes de comunicação, segurança da informação, qualidade de produtos e serviços, suporte e relacionamento com o usuário;

II - elaborar e implantar estratégias e diretrizes de TI, de forma alinhada às prioridades institucionais;

III - promover, quanto à Tecnologia da Informação:

a) identificação das necessidades de sistemas de informação;

b) racionalização dos recursos disponíveis;

c) distribuição de recursos de TI para os Órgãos e Unidades Descentralizadas do MAPA;

d) execução dos contratos e convênios de prestação de serviços;

e) elaboração do plano de ação e da proposta de programação anual dos recursos; e

f) prospectar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações;

IV - orientar os Órgãos e as Unidades Descentralizadas do MAPA na execução das atividades relacionadas a TI;

V - dimensionar as necessidades e capacitar os recursos humanos envolvidos nos projetos de TI, em articulação com a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP/SE) e a Escola Nacional de Gestão Agropecuária - ENAGRO/SE;

VI - manter, de forma redundante, o acervo das bases de dados necessário aos sistemas de informação desenvolvidos e mantidos pela CGTI;

VII - assegurar aos gestores dos Órgãos, das Unidades Administrativas e Unidades Descentralizadas do MAPA e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pela CGTI;

VIII - definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino; e

IX - apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das Ações do MAPA.

Art. 95. Ao Serviço de Apoio à Gestão de Tecnologia da Informação (SAGTI/CGTI) compete:

I - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Coordenação-Geral - CGTI;

II - examinar, controlar e promover o encaminhamento da documentação, recebida e expedida;

III - manter registros das tramitações de processos;

IV - executar as atividades de redação e revisão de documentos e expedientes a serem submetidos ao Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação;

V - organizar e executar atividades relativas ao arquivo corrente e manter em segurança os documentos;

VI - executar as atividades de organização, planejamento, orçamentária e financeira e de administração dos recursos de informação e informática; e

VII - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços.

Art. 96. À Coordenação de Sistemas de Informação (COSIS/CGTI) compete:

I - orientar, acompanhar, coordenar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento, arquitetura, modelagem e customização de sistemas informatizados;

II - propor e acompanhar a implantação de projetos de sistemas de Informação;

III - definir padrões para a especificação, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação no MAPA;

IV - promover ações corretivas, adaptativas e elovutivas nos sistemas informatizados do MAPA;

V - apoiar os usuários finais na solução de problemas nos sistemas em operação no MAPA;

VI - definir e implementar metodologia de desenvolvimento de sistemas;

VII - promover estudos prospectivos sobre novas tecnologias relacionadas à arquitetura de sistemas de informação;

VIII - manter documentação dos dicionários de dados, códigos fonte, Manuais de Usuário e metodologia de desenvolvimento e arquitetura de sistemas;

IX - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados; e

X - elaborar indicadores de desempenho a fim de avaliar e controlar a qualidade dos processos e resultados obtidos em conformidade com os critérios de aceitação do produto e dos serviços prestados.

Art. 97. À Divisão de Sistemas de Informação e Gestão de Projetos de TI (DSIGP/COSIS) compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades de:

a) definição, implantação, execução, desenvolvimento, manutenção e aquisição de sistemas de informação que apoiam a operação das áreas finalísticas que sustentam as atividades de prestação de serviço ao cidadão;

b) elaboração e atualização da documentação dos sistemas de informação desenvolvidos, com base nos padrões definidos pelo MAPA;

c) integração dos sistemas de informação e garantia da disponibilidade de acesso às informações;

d) adaptação, integração, homologação e liberação de sistemas de terceiros, de interesse do MAPA, com base na arquitetura tecnológica existente; e

e) atendimento às necessidades de manutenções corretivas ou evolutivas dos sistemas de informação em produção;

II - orientar as unidades organizacionais dos órgãos e Unidades Descentralizadas do MAPA, quanto à aquisição e desenvolvimento de sistemas de informação;

III - gerenciar os contratos de prestação de serviços específicos e controlar a qualidade dos produtos e serviços;

IV - elaborar projetos básicos, definir critérios de seleção, de fornecedores, e de aceitação de serviços e produtos relacionados aos sistemas de informação;

V - subsidiar a elaboração do plano de ação e da proposta para programação dos recursos relativos à Tecnologia da Informação;

VI - propor a criação de grupos de trabalho pela definição de requisitos, validação, manutenção e uso de sistemas de informação;

VII - orientar os gestores de processo quanto às possíveis soluções técnicas para automatização, aos prazos estimados e às principais atividades e responsabilidades dos envolvidos;

VIII - apoiar os eventos de capacitação e treinamento de servidores e empregados públicos, usuários dos sistemas de informação em produção;

IX - fomentar pesquisa de novas tecnologias de TI, perspectivas de uso e analisar impactos sobre o desenvolvimento de sistemas; e

X - orientar as Unidades Descentralizadas, quanto à execução de atividades relacionadas a tecnologias de informação e implementar a integração de sistemas operacionais.

Art. 98. Ao Serviço de Sustentação de Sistemas de Informação (SESUS/DSIGP) compete:

I - implantar os métodos, processos, técnicas, normas e padrões de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação definidos para o MAPA;

II - gerenciar os projetos de desenvolvimento de novos sistemas de informação priorizados pelo Ministério;

III - executar, controlar e orientar:

a) o atendimento de ordens de serviços para manutenção de sistemas em produção;

b) modelagem de sistemas de informação de forma integrada; e

c) a instalação, customização e integração dos sistemas de informação adquiridos ou desenvolvidos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - implantar e disponibilizar os sistemas, em consonância com a utilização e o grau de segurança requerido, por perfil e nível de acesso;

V - manter controle das atividades de:

a) execução dos projetos de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação; e

b) desenvolvimento, implantação e manutenção do Portal na Internet e das páginas da Intranet do MAPA;

VI - monitorar o funcionamento dos sistemas em produção.

Art. 99. À Divisão de Arquitetura e Qualidade de Sistemas de Informação (DAEQ/COSIS) compete:

I - elaborar e manter documentos técnicos, normas, diretrizes e padrões arquiteturais de sistemas e serviços;

II - executar e manter processos de gerenciamento de configuração, problemas, mudanças de componentes, sistemas e serviços;

III - implantar e disponibilizar sistemas e serviços em consonância com a política de segurança estabelecida pelo MAPA;

IV - administrar e manter os servidores de aplicação;

V - verificar, validar, manter e melhorar o processo de controle de qualidade de sistemas, serviços e documentos; e

VI - administrar e manter ferramentas de apoio ao desenvolvimento e à execução de testes.

Art. 100. Ao Serviço de Controle de Qualidade (SECOQ/DAEQ) compete:

I - elaborar e manter documentos técnicos de métricas, conforme definições contratuais e orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

II - verificar e validar as métricas de sistemas de informação encaminhado por fornecedores; e

III - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados.

Art. 101. À Coordenação de Relacionamento Com o Usuário (COREL/CGTI) compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades de:

a) definição, implantação, medição e melhoria do processo de gestão de relacionamento com os usuários de Tecnologia da Informação;

b) elaboração de normas e procedimentos para a gestão de relacionamento; e

c) execução de serviços referentes ao relacionamento com os usuários, quanto aos aspectos de Tecnologia da Informação, em articulação com as demais Unidades Organizacionais dos Órgãos do MAPA, que tratam da matéria;

II - elaborar:

a) termo de referência, critérios de seleção de fornecedores, critérios de aceitação de serviços e produtos, relacionados ao suporte e atendimento aos usuários; e

b) estatísticas de atendimento de solicitações de usuários;

III - gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos resultados, de acordo com os critérios de aceitação dos produtos ou serviços prestados;

IV - acompanhar a execução e a conclusão dos serviços solicitados pelos usuários de TI;

V - programar a interação operacional com as Unidades Descentralizadas, quanto à orientação da execução de atividades de competência e à integração dos agentes envolvidos;

VI - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados; e

VII - elaborar indicadores de desempenho a fim de avaliar e controlar a qualidade dos processos e resultados de acordo com os critérios de aceitação do produto e dos serviços prestados.

Art. 102. Ao Serviço de Suporte e Atendimento ao Usuário (SSAU/COREL) compete:

I - prestar suporte técnico relacionado com a:

a) instalação, configuração, testes e manutenção dos ambientes tecnológicos homologados pelo MAPA;

b)utilização de software básico, sistemas de informação e aplicativos homologados pelo MAPA; e

c) solução de problemas de funcionamento dos equipamentos de Tecnologia da Informação do MAPA;

II - providenciar e supervisionar a instalação de estações de trabalho e impressoras, de acordo com as solicitações dos usuários;

III - definir as especificações técnicas para subsidiar a elaboração de projetos para aquisição de novos equipamentos de informática;

IV - identificar as necessidades de soluções tecnológicas dos usuários, e providenciar as soluções requeridas; e

V - monitorar o atendimento aos usuários do MAPA, de forma a administrar o fluxo de demandas.

Art. 103. À Coordenação de Infraestrutura Tecnológica (COINT/CGTI) compete:

I - supervisionar e acompanhar a definição, implantação, medição e melhoria da Segurança da Informação e da gestão de redes de comunicação e bancos de dados;

II - promover o dimensionamento e a administração:

a) dos recursos de hardware e software relacionados à infraestrutura de rede e banco de dados;

b) da rede corporativa de comunicação de dados, VoIP/imagem incluindo Vídeoconferência; e

c) das conexões com as redes externas.

III - gerenciar:

a) a rede de comunicação de dados do MAPA; e

b) os recursos de hardware e software relacionados à infraestrutura de rede e banco de dados do MAPA, incluindo planejamento de ocupação de discos, prioridades e restrições de acesso e procedimentos de segurança;

IV - definir parâmetros para monitoramento do desempenho da rede de comunicação;

V - elaborar os termos de referência relacionados a serviços de rede de comunicação, segurança de Tecnologia da Informação e bancos de dados;

VI - prestar assessoria técnica na elaboração de políticas, normas, pareceres e na especificação técnica de redes de comunicação, software relacionados à infraestrutura de rede e bancos de dados, segurança de Tecnologia da Informação e equipamentos computacionais;

VII - auxiliar o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações - CSIC, no acompanhamento e execução da Política de Segurança da Rede Corporativa do MAPA;

VIII - propor, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados; e

IX - elaborar indicadores de desempenho a fim de avaliar e controlar a qualidade dos processos e resultados, de acordo com os critérios de aceitação dos produtos e dos serviços prestados.

Art. 104. À Divisão de Redes de Comunicação (DREC/COINT) compete:

I - controlar e avaliar à operacionalização dos recursos de TI existentes, e providenciar adoção de meios para sanar deficiências detectadas;

II - gerenciar e operar os equipamentos de rede e servidores;

III - monitorar:

a) desempenho da rede de comunicação, com base nos parâmetros definidos; e

b) atividades de manutenção das estações da rede de computadores;

IV - instalar, controlar e configurar versões de softwares de infraestrutura;

V - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados;

VI - executar auditoria e monitoramento contínuo da rede de comunicação;

VII - identificar as necessidades de expansão da rede e atualização tecnológica; e

VIII - elaborar e manter a documentação relativa à administração da rede.

Art. 105. Ao Serviço de Segurança de Tecnologia da Informação (SSTI/DREC) compete:

I - identificar e analisar ameaças que possam comprometer a segurança das informações produzidas e armazenadas no ambiente computacional do MAPA;

II - implementar mecanismos de segurança para a proteção das informações produzidas e armazenadas no ambiente computacional do MAPA;

III - elaborar relatórios periódicos de indicadores de segurança da informação;

IV - monitorar e auditar o cumprimento das políticas de segurança relacionadas com a tecnologia da informação; e

V - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados.

Art. 106. À Divisão de Bancos de Dados (DBAD/COINT) compete:

I - implementar e gerenciar as políticas de administração de dados;

II - coordenar as atividades de gerenciamento, atualização e prospecção dos bancos de dados e oferecer suporte aos desenvolvedores;

III - planejar e monitorar o gerenciamento de ativos de dados;

IV - auditar, acompanhar e executar procedimentos e políticas de segurança;

V - implementar e controlar atividades para armazenar, proteger e facilitar o acesso aos dados metadados integrados de alta qualidade;

VII - definir e gerenciar a utilização de ferramentas de apoio à administração de dados e de bancos de dados;

VIII - selecionar e validar novas tecnologias de gestão de dados e bancos de dados;

IX - padronizar os procedimentos e fluxos operacionais de dados e bancos de dados;

X - executar auditoria e monitorar continuamente ao ambiente de bancos de dados; e

XI - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados.

Art. 107. Ao Serviço de Gestão de Dados (SEGD/DBAD) compete:

I - projetar e implantar soluções para atender às necessidades de dados da organização;

II - controlar e suportar ativos de dados estruturados;

III - aplicar técnicas de gestão de qualidade de dados;

IV - definir, validar e manter atualizados modelos de dados;

V - analisar e elaborar modelos lógicos de sistemas de informações e construir projetos físicos de bancos de dados de forma integrada; e

VI - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados.

Art. 108. À Coordenação de Governança e Informação (COGIN/CGTI) compete:

I - desenvolver mecanismos de acompanhamento do desempenho da Tecnologia da Informação em relação aos seus processos, produtos, serviços, riscos, níveis de conformidade, acordos de níveis de serviços, andamento de projetos e demandas, volumetrias e comportamento dos indicadores, dentre outros;

II - promover ações voltadas à Governança e Gestão de TI, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática do Governo Federal - SISP e em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico do Ministério e Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;

III - coordenar e avaliar as propostas e ações vinculadas à integração das informações de Tecnologia da Informação utilizadas e mantidas pelos processos de negócio do MAPA;

IV - promover a análise de informações estratégicas, no que se refere à gestão da informação relacionada à Tecnologia da Informação utilizada pelos processos de negócio do MAPA;

V - coordenar ações e atividades de estudos e pesquisas de tecnologia relacionada a mapeamento de processos de Tecnologia da Informação, integração de sistemas e administração de informações gerenciais;

VI - planejar, coordenar, definir critérios, implementar e supervisionar ações voltadas à gestão da informação e do conhecimento e garantir meios para o tratamento, a recuperação, a integridade, a segurança, a transferência e a disseminação de informações gerenciais ao público interno e externo, quando pertinente;

VII - participar da formulação e implementação das políticas de tecnologia da informação e comunicações;

VIII - elaborar e acompanhar o processo de compras para aquisições de bens e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, assim como acompanhar os processos licitatórios;

IX - propor, acompanhar e fiscalizar a execução de serviços contratados;

X - consolidar os indicadores de desempenho a fim de adequar mecanismos de controle de qualidade dos processos e resultados de acordo com os critérios de aceitação dos produtos e dos serviços prestados; e

XI - elaborar indicadores de desempenho a fim de avaliar e controlar a qualidade dos processos e os resultados de acordo com os critérios de aceitação do produto e dos serviços prestados.

Art. 109. Ao Serviço de Sustentação de Governança e Informação (SSGTI/COGIN) compete:

I - elaborar, desenvolver, divulgar e manter atualizado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, acompanhando sua implementação, em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico do MAPA e com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação;

II - elaborar o Relatório de Prestação de Contas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

III - identificar as necessidades de novos investimento para sustentabilidade da CGTI;

IV - acompanhar e divulgar as diretrizes, normas e técnicas estabelecidas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, relativas às atividades de Controle Interno;

V - monitorar e controlar os processos de Governança adotados pela CGTI;

VI - prestar suporte às atividades de auditoria realizadas pelos Órgãos de Controle, e realizar o levantamento de documentos e informações solicitadas, para apoiar o processo interno e externo;

VII - acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos Órgãos de Controle interno e externo;

VIII - definir e adotar métodos e padrões para o Gerenciamento de Projetos de TI; e

IX - controlar os projetos de TI por meio dos mecanismos e métodos determinados nos padrões de Gerenciamento de Projetos de TI.

Subseção VII

Da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

Art. 110. À Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP/DA) compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de administração, pagamento em conformidade às orientações emanadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC;

II - formular proposta de implementação da política de recursos humanos para o MAPA;

III - orientar e coordenar a execução da política de recursos humanos e de assistência médico-social;

IV - propiciar o suprimento das necessidades de recursos humanos do MAPA;

V - orientar a instrução de processos e subsidiar o fornecimento de informações relativas à gestão de pessoas;

VI - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Secretaria-Executiva;

VII - manter registros das tramitações de processos;

VIII - organizar e executar atividades relativas ao arquivo documental da Secretaria, mantendo em segurança os documentos.

Art. 111. À Coordenação de Pessoal (COPES/CGAP) compete:

I - supervisionar e controlar as atividades operacionais e gerenciais relativas ao pessoal ativo, aposentados, pensionistas e dos contratos temporários da União;

II - controlar e manter atualizado os módulos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

III - programar as despesas orçamentárias relacionadas à folha de pagamento do pessoal ativo, inativo, aposentados, pensionistas, estagiários e dos contratos temporários da União;

IV - coordenar as ações relativas ao ingresso em cargos públicos e à movimentação de pessoal ativo e de temporários;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - executar e acompanhar o cumprimento das decisões oriundas de diligências judiciais;

VI - subsidiar a Coordenação de Legislação e Acompanhamento Processual - COLEP/CGAP, prestando informações para a defesa da União em processos judiciais, e na elaboração de propostas de atos normativos, minutas de contratos e instrumentos congêneres;

VII - fornecer subsídios necessários para a realização de concurso público;

VIII - supervisionar as atividades referentes a estágio probatório, progressão e promoção funcional e avaliação de desempenho;

IX - orientar e acompanhar as atividades prestadas pelo Serviço de Central de Atendimento de Pessoas - CENTRAL/COPES; e

X - orientar as Unidades Descentralizadas, quanto à execução das atividades de sua competência.

Art. 112. Ao Serviço de Central de Atendimento de Pessoas (CENTRAL/COPES) compete:

I - orientar o público em geral quanto aos procedimentos para formalização de processos inerentes a gestão de pessoas;

II - orientar servidores, da ativa aposentados, empregados públicos e pensionistas quanto aos assuntos pertinentes à administração de pessoal, e serviços inerentes ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos- SIAPE;

III - proceder o recadastramento de servidores ativos, aposentados, empregados públicos e pensionistas;

IV - manter atualizado o cadastro de informações pessoais dos servidores ativos, aposentados, empregados públicos e pensionistas;

V - realizar o cadastramento de usuários na rede de sistemas do Mapa;

VI - responder às demandas solicitadas via Serviço de Informações Agropecuárias - SIA e Ouvidoria;

VII - zelar pelo sigilo das informações, documentos e atos que tramitam na CGAP; e

VIII - supervisionar os serviços relacionados ao TáxiGov.

Art. 113. À Divisão de Cadastro (DICAD/COPES) compete:

I - organizar e atualizar os dados pertinentes a vida funcional e cadastral dos servidores do MAPA e fornecer subsídios ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;

II - organizar, manter atualizada e supervisionar a lotação numérica e nominal dos servidores ativos, requisitados, cedidos, empregados públicos e em exercício descentralizado, e as vagas existentes no MAPA;

III - orientar e preparar atos relacionados à posse, exercício e opção de remuneração de cargo em comissão e de funções comissionadas;

IV - preparar, organizar e manter registro dos atos normativos referentes a provimento e vacância de cargos efetivos e comissionados;

V - registrar e efetivar afastamentos, remoção, redistribuição, requisição e cessão de servidores, e exercício provisório;

VI - fornecer informações para notas e pareceres de natureza técnica em processos que tratem de tempo de serviço, reposicionamento, incorporações, quintos, décimos, vantagem pessoal, correlação ou transformação de cargos e funções de servidores ativos;

VII - propor atos normativos relativos aos direitos, vantagens e licenças dos servidores ativos;

VIII - analisar, instruir processos e acompanhar a concessão de auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar e auxílio-transporte.

IX - desenvolver, e controlar atos normativos necessários à efetivação das atividades de férias e frequência, vantagens, lotação e movimentação, posse e registro funcional de servidores, empregados públicos e estagiários;

X - executar as atividades operacionais previstas no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE e demais sistemas interligados; e

XI - manter atualizados os registros cadastrais do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 114. Ao Serviço de Registro e Controle de Afastamento (SERCAF/DICAD) compete:

I - executar as atividades de:

a) rescisão contratual de servidores e empregados públicos do Quadro e Tabela de Pessoal do MAPA;

b) atualização da carteira de trabalho do empregado público; e

c) suspensão de contrato de trabalho.

II - conceder as licenças previstas na Lei nº 8.112, de 1990 e na CLT, referentes a:

a) afastamento do cônjuge ou companheiro;

b) serviço militar;

c) atividade política;

d) prêmio por assiduidade;

e) interesses particulares; e

f) desempenho de mandato classista; e

III - registar no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE os afastamentos do país publicados no Diário Oficial da União.

Art. 115. À Seção de Registro e Informação (SEREG/SERCAF) compete:

I - executar as atividades de:

a) apuração dos registros mensais de frequências;

b) controle de frequência de servidores cedidos e requisitados; e

c) concessão de férias;

II - processar as concessões de auxílios:

a) pré-escolar;

b) alimentação; e

c) transporte.

Art. 116. À Seção de Apoio Técnico e Administrativo (SEATA/DICAD) compete:

I - monitorar a disponibilidade dos Cargos Comissionados, Funções Gratificadas, Funções Comissionadas, Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal;

II - providenciar a investidura em cargos efetivos e comissionados;

III - elaborar atos de:

a) posse, opção de remuneração e exercício em Cargo em Comissão, Função Gratificada e Função Comissionada Técnica;

b) comunicar ao órgão de origem, no caso de servidor requisitado, a opção de remuneração escolhida; e

c) cadastrar no Sistema de Controle de Ações de Comunicação - SISAC os atos de admissão;

IV - elaborar portarias de nomeação, exoneração, designação e dispensa de Cargo em Comissão, Fnções Gratificadas, Funções Comissionadas e Gratificações específicas;

V - executar os procedimentos de:

a) posse, exercício e opção de remuneração, inerentes aos cargos efetivos e empregos e aos Cargos em Comissão, Funções Gatificadas e Funções Comissionadas Técnicas;

b) elaboração de apostilamentos decorrentes das alterações nos quadros de Cargos em Comissão, Funções Gratificadas e Comissionadas Técnicas, bem como das transformações e transposições;

c) controle de lotação do Quadro de Pessoal e as vagas existentes; e

d) registro dos cargos efetivos, providos e vagos;

VI - manter banco de dados dos cargos em Comissão, Funções Gratificadas, Funções Comissionadas Técnicas e Gratificações Específicas;

VII - manter atualizado os sistemas de cadastro funcional dos servidores ativos e dos temporários; e

VIII - orientar as Unidades Descentralizadas.

Art. 117. Ao Serviço de Concessão e Movimentação (SECOM/DICAD) compete:

I - analisar e instruir processos de:

a) remoção, transferência e redistribuição;

b) requisição e cessão de servidores, empregados públicos do Quadro e Tabela de Pessoal do Ministério e das Empresas vinculadas;

c) exoneração e vacância de cargo efetivo;

d) concessão de:

1. horário especial por motivo de saúde e para servidor estudante;

2. adicionais de insalubridade, periculosidade;

3. redução e reversão de jornada de trabalho;

4. exercício provisório de servidores;

5. quintos, décimos; e

6. anuênio;

II - manter banco de dados dos servidores cedidos e requisitados;

III - cadastrar no Sistema de Controle de Ações de Comunicação - SISAC os atos de desligamento; e

IV - executar os procedimentos referente à Concurso de Remoção.

Art. 118. À Divisão de Evolução e Acompanhamento Funcional (DEAF/COPES) compete:

I - orientar e acompanhar as atividades referentes a estágio probatório, progressão e promoção funcional e avaliação de desempenho;

II - controlar as atividades relacionadas a assentamento funcional dos servidores ativos, aposentados, instituidores, empregados públicos, pensionistas e dos contratos temporários da União;

III - acompanhar a organização do acervo arquivístico de pessoal;

IV - orientar, acompanhar e executar as atividades referentes a estágio curricular para estudantes de nível médio e superior; e

V - orientar e acompanhar a publicação do Boletim de Pessoal e Serviços;

Art. 119. À Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SEDEP/DEAF) compete executar as atividades referentes ao estágio probatório, progressão e promoção funcional e avaliação de desempenho.

Art. 120. À Setor de Documentação e Acervo Funcional (SEDAF/DEAF) compete:

I - organizar, preservar e garantir a segurança do acervo arquivístico de pessoal;

II - proceder a emissão de:

a) declarações e certidões relativas aos registros funcionais dos servidores; e

b) carteiras funcionais;

III - proceder a averbação de tempo de serviço;

IV - elaborar e publicar o Boletim de Pessoal e Serviços;

V - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado; e

VI - implementar ações para constituição do Assentamento Funcional Digital.

Art. 121. À Divisão de Pagamento (DIPAG/COPES) compete:

I - controlar e orientar a execução das atividades relacionadas ao pagamento de servidores ativos, empregados públicos, aposentados e de beneficiários de pensões;

II - providenciar junto ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, ações pertinentes à homologação da folha mensal e de pagamento de pessoal;

III - elaborar a previsão orçamentária para despesas de pessoal; e

IV - orientar as Unidades Descentralizadas.

Art. 122. Ao Serviço de Folha de Pagamento (SEPAG/DIPAG) compete:

I - analisar informações cadastrais e financeiras para inclusão, exclusão e alteração de valores referentes aos direitos e obrigações dos servidores ativos, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensões;

II - conferir processos administrativos e judiciais para inclusão das despesas com servidores ativos, empregados públicos, aposentados e beneficiários de pensões nos sistemas;

III - proceder o controle financeiro das movimentações, afastamentos, nomeações e exonerações dos servidores e empregados públicos;

IV - preparar e encaminhar as informações previdenciárias e as relativas a FGTS, DIRF e RAIS; e

V - formalizar processos de ressarcimento e manter registros para controle de:

a) despesas com salários e encargos dos servidores cedidos e requisitados; e

b) reposições ao erário e inscrição na dívida ativa;

VI - elaborar e encaminhar relatórios demonstrativos das despesas de pessoal, para apropriação de pagamento dos servidores ativos e empregados, aposentados e beneficiários de pensões.

Art. 123. À Coordenação de Seguridade Social (COSS/CGAP) compete:

I - coordenar e supervisionar as ações em saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho e saúde suplementar;

II - proceder a implementação do Programa de Preparação Para Aposentadoria - PPA;

III - formular políticas de programas e ações em Qualidade de Vida no Trabalho;

IV - realizar as atividades de concessão de benefícios do Plano de Seguridade Social previstos no art. 184 da Lei 8.112 de 1990.

Art. 124. À Seção de Qualidade de Vida no Trabalho (SEQVT/COSS) compete:

I - desenvolver atividades relacionadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho, bem-estar e saúde ocupacional dos servidores e empregados públicos, nos aspectos referentes à:

a) saúde física, mental e prestação de assistência preventiva e ocupacional;

b) eventos educativos sobre saúde em datas comemorativas; e

c) ações para o programa de Preparação Para Aposentadoria - PPA;

II - promover a valorização do servidor por concessão de medalha prêmio.

Art. 125. À Divisão de Atenção à Saúde do Servidor (DIASS/COSS) compete:

I - desenvolver e implementar projetos e programas de vigilância e prevenção de saúde dos servidores e empregados públicos;

II - promover atendimento em saúde ocupacional, enfermagem e assistência odontológica;

III - realizar acompanhamento funcional do servidor no que se refere a atenção à saúde por equipe multiprofissional;

IV - realizar acompanhamento de servidores em sofrimento psíquico no trabalho e com seus familiares;

V - realizar os procedimentos referentes a:

a) licença para tratamento de saúde; e

b) licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

VI - planejar, orientar e acompanhar no Sistema SIAPE SAÚDE os serviços de Perícias Singular e por Junta Médica Oficial;

VII - acompanhar o perfil epidemiológico dos servidores e empregados públicos e promover as ações de atenção à saúde;

VIII - orientar e acompanhar a execução dos Módulo SIASS e Serviço de Exames Médicos Periódicos - SEMP, na sede e nas Uidades Descentralizadas;

IX - realizar exames admissionais e emitir atestados de capacidade para fins de provimento de cargo público; e

X - supervisionar a atualização dos arquivos e prontuários médicos, odontológicos e periciais.

Art. 126. À Seção de Acompanhamento e Registro Profissional e de Atividade Periculosa e Insalubre (SERPI/COSS) compete:

I - elaborar o Perfil Profissiográfico Previdênciário - PPP e Declaração de Atividade Especial - DAE;

II - proceder a averbação de tempo de serviço insalubre; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - orientar as áreas de Gestão de Pessoas das Unidades Descentralizadas.

Art. 127. À Divisão de Saúde Suplementar (DISS/COSS) compete:

I - promover a oferta de assistência médica e odontológica suplementar aos servidores ativos, aposentados, empregados públicos, dependentes e pensionista;

II - acompanhar a execução da prestação de assistência suplementar médica e odontológica aos servidores e empregados públicos, dependentes e pensionista;

III - acompanhar a execução de contrato com operadora de plano de saúde;

IV - analisar e acompanhar requerimentos para concessão de auxílio-saúde (per capita);

V - registrar e acompanhar os dados referentes aos auxílios-saúde concedidos; e

VI - orientar e acompanhar as Unidades Descentralizadas na execução de instrução de processos para concessão de auxilio saúde per capita.

Art. 128. À Divisão de Benefícios (DIBEN/COSS) compete:

I - analisar processos relativos aos servidores e seus dependentes legais para:

a) concessão e revisão de aposentadoria e pensão;

b) reversão de aposentadoria; e

c) concessão de abono de permanência;

II - analisar processos e acompanhar a concessão dos benefícios do Plano de Seguridade Social constantes do art. 184 da Lei 8.112 de 1990:

a) auxílio-natalidade;

b) salário-família;

c) licença para gestante, adotante e licença-paternidade;

d) auxílio-funeral; e

e) auxílio-reclusão;

III - cadastrar em sistemas a documentação referente a:

a) concessão e revisão de aposentadoria e pensão;

b) reversão de aposentadoria;

c) concessão de benefícios;

d) registros de falecimento; e

e) abono permanência;

IV - atender diligências dos órgãos fiscalizadores no que concerne às aposentadorias, pensões e concessões de benefícios;

V - realizar e monitorar o recadastramento dos aposentados e dos beneficiários de pensões;

VI - analisar processo para pagamento de licença prêmio em pecúnia ao beneficiário de pensão; e

VII - orientar as Unidades Descentralizadas.

Art. 129. À Coordenação de Legislação e Acompanhamento Processual (COLEP/CGAP) compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar, no âmbito da Administração Direta e Unidades Descentralizadas do MAPA, as atividades referentes à aplicação da legislação de administração de pessoas;

II - orientar as áreas técnicas responsáveis e acompanhar os prazos na apresentação de informações e subsídios para defesa da União;

III - acompanhar as decisões determinadas nos processos de Sindicâncias e Administrativos Disciplinares; e

IV - orientar nas demandas e processos de concurso público.

Art. 130. À Divisão de Normas (DINOR/COLEP) compete:

I - proceder aos estudos de interpretação e aplicação de atos normativos;

II - orientar quanto a aplicação da legislação de administração de pessoas;

III - organizar e manter o acervo da legislação, doutrina e jurisprudência;

IV - divulgar as regulamentações e as orientações referentes à legislação aplicável aos servidores e empregados públicos;

V - analisar demandas relativas a aplicação da legislação de pessoas;

VI - promover as atividades relacionadas a concurso público.

Art. 131. À Divisão de Procedimentos Administrativos e Judiciais (DIPAJ/COLEP) compete:

I - examinar ordens e decisões judiciais referente a servidores e empregados públicos;

II - orientar aos gestores das Unidades Administrativas e Descentralizadas quanto aos procedimentos necessários ao cumprimento, ordens e decisões judiciais;

III - orientar e acompanhar emissão de Notas Informativas de caráter administrativo;

IV - encaminhar subsídios para defesa da União em processos judiciais, elaborados pela área técnica responsável;

V - atender às diligências judiciais, em articulação com as Unidades Administrativas e Descentralizadas;

VI - orientar, acompanhar e encaminhar respostas das áreas técnicas às demandas provenientes do Tribunal de Contas da União - TCU;

VII - controlar a instrução e o trâmite de processos judiciais; e

VIII - indicar preposto e acompanhar audiências judiciais quando houver necessidade.

Subseção VIII

Da Coordenação-Geral de Apoio Técnico Administrativo

Art. 132. À Coordenação-Geral de Apoio Técnico e Administrativo (CGATA/DA) compete:

I - Prestar assistência direta na preparação e na análise de documentos de interesse da Secretaria-Executiva;

II - realizar pesquisas acerca de temas de interesse do Secretário-Executivo;

III - examinar a apoiar a elaboração de atos normativos por demanda do Secretário-Executivo;

IV - assessorar o Secretário-Executivo nos contatos com o público em geral, quando demandado;

V - realizar o acompanhamento e controle de assuntos demandados pelo Secretário-Executivo; e

VI - organizar as viagens do Secretário-Executiva.

Art. 133. À Coordenação de Análise e Acompanhamento Técnico e Administrativo (CATA/CGATA) compete:

I - Apoiar:

a) elaboração, controle e avaliação de documentos de interesse direto do Secretário-Executivo; e

b) realização de pesquisas acerca de temas de interesse do Secretário-Executivo;

II - examinar e opinar sobre matérias relacionadas ao apoio direto ao Secretário-Executivo;

III - manter atualizadas as informações sobre o andamento dos assuntos demandados diretamente pelo Secretário-Executivo; e

IV - Preparar a recepção de pessoas a serem contatadas por demanda direta do Secretário- Executivo.

Art. 134. À Divisão de Concessão de Diárias e Passagens (DCDP/CGATA) compete:

I - orientar, acompanhar e executar no âmbito do MAPA as atividades referentes às diárias e passagens quanto a:

a) aplicação da legislação pertinente;

b) proceder os registros no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

c) proceder os registros no Sistema de Autorização de Deslocamento - SIAD;

II - subsidiar os dirigentes na elaboração de relatórios estatísticos, financeiros e orçamentários, relativos às despesas de passagens e diárias;

III - demandar as necessidades de adequação do Sistema às possíveis alterações das Leis e normas sobre o assunto;

IV - gerir a plataforma do Sistema QlikView no âmbito dos registros de diárias e passagens;

V - registrar no Sistema de Diárias e Passagens - SCDP, as solicitações de diárias e passagens dos deslocamentos demandados do Gabinete da Secretaria-Executiva; e

VI - acompanhar operações nos sistemas estruturantes.

Art. 135. Ao Serviço de Análise, Registro e Conformidade de Concessão de Diárias e Passagens (SARC/DCPDP) compete:

I - receber as indicações e cadastrar no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, os gestores setoriais;

II - cadastrar e vincular agência de viagem no Sistema SCDP;

III - orientar os usuários para a utilização do Certificado Digital quando for o caso;

IV - solicitar certificação digital junto à Unidade competente, para os usuários do Sistema SCDP no MAPA-Sede, que o perfil de atuação tenha a obrigatoriedade de utilização de assinatura eletrônica;

V - relatar junto ao Gestor central do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, os problemas relativos ao Sistema, que não puderam ser solucionados no âmbito do MAPA;

VI - verificar a conformidade das Propostas de Concessão de Diárias e Passagens - PCDP, cuja aprovação seja de competência do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva para:

a) servidores do Gabinete do Ministro e da Secretaria-Executiva;

b) titulares das Secretarias Finalísticas e dos Diretores do INMET e da CEPLAC; e

c) dos Superintendentes Federais de Agricultura e dos Coordenadores-Gerais dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, para fora do Estado onde exercem suas Atividades.

Subseção IX

Da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira

Art. 136. À Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF/DA) compete:

I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar:

a) processos referentes à gestão da execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos disponibilizados à Secretaria-Executiva do MAPA; e

b) execução das atividades de apoio operacional e administrativo, contabilização e conformidade de registro da gestão da Unidade Gestora;

II - propor adequação de classificação orçamentária contida em processo de execução orçamentária e financeira; e

III - orientar gestores e Unidades Administrativas da Secretaria-Executiva quanto aos procedimentos de execução orçamentária e financeira e as diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos respectivos Sistemas Federais.

Art. 137. À Coordenação de Acompanhamento Processual (CAP/CGEOF) compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar:

a) as atividades de análise documental para emissão de empenhos e pagamentos de despesas;

b) a compatibilidade dos processos quanto a:

1. correlação entre o objeto contratado e a remuneração prevista;

2. classificação orçamentária e natureza da despesa; e

3. legislações pertinentes à execução orçamentária e financeira; e

c) elaboração de relatórios gerenciais referentes à execução orçamentária e financeira a cargo da Unidade Gestora;

II - prestar orientação quanto a realização de pagamentos de despesas a cargo da CGEOF.

Art. 138. À Divisão de Análise e Controle Processual (DACP/CAP) compete:

I - realizar:

a) apropriações, classificações, pagamentos e recolhimentos dos valores constantes do Demonstrativo das Despesas de Pessoal - DDP e demais relatórios do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

b) ações de liberações financeiras e orçamentárias relacionadas às apropriações, liquidações e pagamentos das despesas de pessoal;

c) registros e demonstrativos da despesa de pessoal requisitado e cedido;

d) relatórios de acompanhamento e avaliação da execução financeira dos créditos consignados e relacionados com as despesas de pessoal;

e) análise da composição documental dos processos de:

1. ressarcimento de despesas, suprimentos de fundos, despesas de pessoal, concessões de diárias e passagens, pagamentos de contratos e de prestação de serviços;

2. prestação de contas de despesas realizadas pela Unidade Gestora; e

3. solicitações de reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros de contratos em geral, quando originarem despesas legais a serem pagas;

II - subsidiar ações para as devidas correções da composição documental dos processos;

III - efetuar conferências de valores de retenções de tributos e contribuições apresentadas;

IV - proceder a análise de processos relativos a execução orçamentária e financeira; e

V - acompanhar as inscrições do Potencial Responsável na Conta Diversos Responsáveis.

Art. 139. À Seção de Análise de Despesas com Pessoal e Benefícios (SADPB/DACP) compete:

I - manter registros referentes às dotações orçamentárias consignadas no orçamento e às respectivas execuções;

II - analisar:

a) demandas e programações orçamentárias, e

b) solicitações de pagamentos de despesas com pessoal e benefícios;

III - acompanhar e controlar a movimentação dos créditos orçamentários para pagamento de despesas com pessoal e benefícios.

Art. 140. À Seção de Análise e Apoio (SAA/DACP) compete:

I - analisar processos de pagamento de contratos, serviços e compras;

II - executar atividades de suporte administrativo quanto a:

a) processamento e formatação de documentos; e

b) manutenção e controle da documentação.

Art. 141. À Coordenação de Processamento da Execução Orçamentária e Financeira (CPEOF/CGEOF) compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar:

a) execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos disponibilizados à Secretaria-Executiva do MAPA;

b) contabilização e conformidade de registro de gestão da Unidade Gestora; e

c) adequação de classificação orçamentária e financeira;

II - subsidiar a elaboração de Tomada de Contas Anual;

III - elaborar relatórios gerenciais referentes à execução orçamentária e financeira; e

IV - implementar mecanismos de controle orçamentário e financeiro da Unidade Gestora.

Art. 142. À Divisão de Processamento da Execução Orçamentária e Financeira (DPEOF/CPEOF) compete:

I - realizar o processamento dos registros da execução orçamentária e financeira dos créditos disponibilizados a esta Unidade Gestora quanto a:

a) emissão de empenhos e anulações;

b) controle das disponibilidades orçamentárias;

c) ajustes decorrentes da movimentação dos créditos orçamentários;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) pagamentos das despesas;
e) devedores em Diversos Responsáveis;
f) lançamentos contábeis;
g) cartões de Pagamento do Governo Federal; e
h) programação financeira;
II - subsidiar a consolidação das propostas para alterações orçamentárias;
III - orientar a organização, encaminhamento e arquivamento dos documentos e processos referentes à execução orçamentária e financeira, composição da conformidade de registros de gestão e acertos contábeis da Unidade Gestora; e
IV - credenciar servidores para procedimentos específicos, junto aos estabelecimentos bancários.

Art. 143. À Seção de Conformidade de Registro de Gestão (SCRG/DPEOF) compete:
I - realizar a conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira;
II - registrar, diariamente, a conformidade de registro de gestão;
III - arquivar os processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;
IV - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado;
V - inserir aos processos originais, quando solicitado formalmente, e manter em arquivo na mesma ordem cronológica, a documentação referente a:
a) aditamento de contratos, convênios ou instrumentos congêneres formalizados;
b) liberação de recursos e prestação de contas de convênios e similares; e
c) suprimento de fundos e outros documentos.

Art. 144. À Seção de Execução Orçamentária (SEO/DPEOF) compete:
I - manter banco de dados com registro dos créditos disponibilizados;
II - analisar proposições de alterações orçamentárias;
III - analisar e compor a conformidade documental da execução orçamentária;
IV - realizar a execução orçamentária das despesas à cargo da Unidade Gestora; e
V - registrar e controlar transferências voluntárias e outras formalizadas pela Secretaria-Executiva.

Subseção X

Da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Art. 145. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF/DA) compete:
I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar os processos referentes à gestão do orçamento e à administração financeira, no âmbito do MAPA;
II - exercer, no âmbito do MAPA, as atividades do Órgão Setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal - SPO, no que se refere ao orçamento, e de Administração Financeira Federal;
III - orientar os Órgãos, as Unidades Descentralizadas e as Entidades Vinculadas, quanto às diretrizes e normas emanadas dos Órgãos Centrais dos respectivos sistemas federais;
IV - promover a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das programações orçamentárias e financeiras dos Órgãos e das Unidades Descentralizadas, e as Entidades Vinculadas e acompanhar as execuções; e
V - interagir com os Órgãos Centrais dos respectivos sistemas federais e as entidades com as quais o MAPA possui vínculos.

Art. 146. À Seção de Apoio Operacional (SAO/CGOF) compete:
I - executar atividades de suporte administrativo quanto a:
a) processamento e formatação de documentos;
b) manutenção e controle da documentação; e
c) apoio administrativo.

Art. 147. À Divisão de Informações Orçamentárias e Financeiras (DIORF/CGOF) compete:
I - agrupar e padronizar as informações orçamentárias e financeiras produzidas no âmbito da Administração Direta e das Entidades Vinculadas;
II - estruturar e disponibilizar aos gestores do MAPA informes e relatórios;
III - manter fluxos de informações ativos, de forma a responder de imediato às demandas apresentadas pela administração, utilizando os sistemas e ferramentas internos e externos;
IV - coordenar o acesso e utilização de ferramentas de inteligência e plataformas que possibilitem ampliar o uso de informações; e
V - sistematizar o acesso e publicar as informações orçamentárias e financeiras no site do MAPA.

Art. 148. Ao Serviço de Produção da Informação (SPIN/DIORF) compete:
I - responder pela transferência e disponibilização sistemática de informações dos Sistemas Internos e dos Sistemas Federais correlatos;
II - utilizar ferramentas de inteligência na agregação e utilização das informações orçamentárias e financeiras; e
III - manter atualizado o conjunto de relatórios disponibilizados aos gestores e à sociedade.

Art. 149. À Coordenação Orçamentária (COR/CGOF) compete:
I - coordenar, orientar e acompanhar as atividades de:
a) elaboração, consolidação e encaminhamento da proposta orçamentária anual e das alterações orçamentárias;
b) elaboração e acompanhamento das programações orçamentárias; e
c) acompanhamento do orçamento;
II - subsidiar a elaboração dos Projetos de lei do Plano Plurianual - PPA, Diretrizes Orçamentárias - LDO e Orçamentária Anual - LOA;
III - acompanhar e avaliar o índice de desempenho da execução orçamentária; e
IV - implementar a interação operacional com os Órgãos e Entidades Vinculadas do MAPA, quanto à orientação da execução das atividades de competência e à integração dos agentes envolvidos.

Art. 150. À Divisão de Programação Orçamentária (DPO/COR) compete:
I - analisar e consolidar as propostas orçamentárias dos Órgãos e Entidades Vinculadas para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;
II - controlar:
a) dotações orçamentárias;
b) limites de movimentação e empenho; e
c) execuções orçamentárias;
III - analisar, consolidar e acompanhar as programações orçamentárias.

Art. 151. Ao Serviço de Acompanhamento Orçamentário (SAOR/DPO) compete:
I - providenciar e orientar, no que se refere aos Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro, aos Órgãos Específicos Singulares, às Unidades Descentralizadas, às Entidades Vinculadas e ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ, os registros para acompanhamento e controle de:
a) dotações orçamentárias consignadas no orçamento e suas alterações;
b) limites de movimentação e empenho; e
c) execuções orçamentárias.

Art. 152. À Seção de Controle Orçamentário das Unidades Descentralizadas, das Empresas Públicas e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ (SUDEF/SAOR) compete:
I - manter registros referentes às dotações orçamentárias consignadas no orçamento e às respectivas execuções;
II - analisar as programações orçamentárias das Unidades Descentralizadas, verificando a compatibilidade com os objetivos de cada Plano Orçamentário - PO, para movimentação dos respectivos créditos orçamentários;
III - processar a liberação dos limites de movimentação e empenho aprovados, relativos às Empresas Públicas e ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ; e
IV- movimentar os créditos orçamentários aprovados.

Art. 153. À Seção de Controle Orçamentário de Administração e Sociedades de Economia Mista (SASEM/SAOR) compete:
I - manter registros referentes às dotações orçamentárias consignadas no orçamento e às respectivas execuções;
II - analisar as programações orçamentárias, verificando a compatibilidade com os objetivos de cada Plano Orçamentário - PO, para movimentação dos respectivos créditos orçamentários;
III - movimentar os créditos orçamentários aprovados; e
IV - analisar o Orçamento de Investimento - OI e o Programa de Dispêndios Globais - PDG, das Sociedades de Economia Mista e as reprogramações.

Art. 154. À Seção de Controle Orçamentário dos Órgãos Específicos Singulares (SOES/SAOR) compete:
I - manter registros referentes às dotações orçamentárias consignadas no orçamento e às respectivas execuções;
II - analisar as programações orçamentárias dos Órgãos, verificando a compatibilidade com os objetivos de cada Plano Orçamentário - PO, para movimentação dos respectivos créditos orçamentários; e

III - movimentar os créditos orçamentários aprovados.

Art. 155. À Divisão de Acompanhamento de Pessoal, Benefícios e Receitas Próprias (DPBR/COR) compete:
I - analisar e consolidar:
a) propostas orçamentárias para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA; e
b) solicitações de alterações orçamentárias;
II - controlar:
a) dotações orçamentárias específicas;
b) execuções orçamentárias;
c) alterações orçamentárias; e
d) arrecadação das receitas;
III - orientar a análise e utilização dos modelos de estimativa das receitas definidos pelo Órgão Central do respectivo Sistema Federal, em articulação com os Órgãos, as Empresas Públicas e o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ; e
IV - manter os registros referentes à legislação, metodologia de cálculo e arrecadação anual da receita orçamentária.

Art. 156. À Seção de Controle Orçamentário de Pessoal, Benefícios e Receitas Próprias (SPBR/DPBR) compete:
I - manter registros referentes às dotações orçamentárias consignadas no orçamento e às respectivas execuções;
II - analisar:
a) programações orçamentárias, verificando a compatibilidade com os objetivos de cada Plano Orçamentário - PO, para movimentação dos respectivos créditos orçamentários; e
b) solicitações de alterações orçamentárias; e
III - movimentar os créditos orçamentários aprovados.

Art. 157. À Divisão de Monitoramento Operacional (DMOP/COR) compete:
I - efetuar o acompanhamento da execução orçamentária das ações constantes na programação da Lei Orçamentária Anual - LOA e o respectivo Plano Orçamentário - PO, relativos às Unidades da Administração direta e indireta do MAPA; e
II - analisar e consolidar solicitações de alterações orçamentárias, exceto as relativas a pessoal e encargos sociais e a benefícios aos servidores e empregados públicos.

Art. 158. À Coordenação Financeira (CFIN/CGOF) compete:
I - coordenar e acompanhar as atividades de:
a) elaboração da programação financeira, compatibilizando o gasto efetivo e os recursos financeiros disponíveis, com os limites de pagamento;
b) cadastramento dos usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, do Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP e do Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras - SIOR; e
c) operacionalização de emendas parlamentares ao orçamento;
II - acompanhar a aprovação e a liberação financeira junto ao Órgão Central do respectivo Sistema Federal; e
III - implementar a interação operacional com os Órgãos e as Empresas Públicas vinculadas ao MAPA, quanto à orientação da execução de atividades de competência e à integração dos agentes envolvidos.

Art. 159. À Divisão de Operacionalização de Emendas Parlamentares e Concessão de Senhas (DOCS/CFIN) compete:
I - proceder o controle orçamentário e financeiro das emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;
II - analisar e consolidar as solicitações de alterações orçamentárias, referentes às emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA; e
III - promover o acompanhamento da execução dos Restos a Pagar.

Art. 160. À Seção de Controle de Emendas Parlamentares e Cadastramento (SEPC/DOCS) compete:
I - manter registros para controle de:
a) dotações orçamentárias de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual -PLOA;
b) movimentações orçamentárias das dotações orçamentárias de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA; e
c) restos a pagar.
II - efetuar as movimentações orçamentárias e liberações financeiras relativas às dotações orçamentárias de emendas parlamentares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA; e
III - efetuar cadastramento dos usuários do MAPA no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, do Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - IOP e do Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras - SIOR; e
IV - registrar a conformidade de operadores da Coordenação-Geral no Sistema SIAFI.

Art. 161. À Divisão de Programação Financeira (DPF/CFIN) compete:
I - efetuar a apuração do gasto efetivo, compatibilizando-o com os limites de pagamento;
II - elaborar a programação financeira;
III - controlar:
a) liberação dos recursos financeiros; e
b) receita arrecadada dos Órgãos da Administração Direta.

Art. 162. Ao Serviço de Liberação Financeira e Receita Arrecadada (SLFRA/DPF) compete:
I - registrar a Proposta de Programação Financeira - PPF no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
II - orientar os Órgãos quanto ao registro da PPF no Sistema SIAFI;
III - efetuar:
a) conciliação da disponibilidade por fonte de recursos; e
b) apuração, conciliação e liberação dos recursos financeiros relativos à folha de pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores e empregados públicos; e
IV - proceder ao controle da receita arrecadada pelos Órgãos da Administração Direta.

Art. 163. À Seção de Controle e Acompanhamento (SCAC/SLFRA) compete:
I - registrar a Programação Financeira Aprovada - PFA, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
II - processar a liberação dos recursos financeiros;
III - orientar os Órgãos da Administração Direta sobre a sistemática de arrecadação da receita; e
IV - efetuar levantamento mensal e acompanhamento dos valores arrecadados pelos Órgãos da Administração Direta.

Subseção XI

Da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 164. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais (CGRL/DA) compete:

I - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar os processos referentes à gestão dos recursos logísticos e dos serviços gerais, no âmbito da Administração Direta do MAPA, quanto a:

a) administração de material;

b) patrimônio;

c) aquisições;

d) contratações;

e) prestação de serviços;

f) comunicações administrativas; e

g) administração e manutenção prediais e de obras.

Art. 165. Ao Serviço de Apoio Técnico (SAT/CGRL) compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Coordenador-Geral na supervisão e na coordenação das atividades administrativas;

II - examinar e revisar os atos administrativos encaminhados ao Coordenador-Geral;

III - proceder a análise de processos demandados a Coordenação-GeraL; e

IV - administrar agenda pessoal do Coordenador-Geral.

Art. 166. À Coordenação de Compras e Contratos (CCOM/CGRL) compete:

I - coordenar, planejar e orientar a condução de licitações e suas excepcionalidades e gerenciar os contratos administrativos e suas implicações com as atividades acessórias, no âmbito da Unidade Administrativa de Serviços Gerais - UASG (130005);

II - acompanhar a elaboração dos Editais, dos Contratos e dos demais atos relacionados ao processo licitatório; e

III - acompanhar, fiscalizar e propor medidas de correção sistemática de multas existentes nos contratos administrativos e de prestação de serviços do MAPA.

Art. 167. À Divisão de Compras (DCOM/CCOM) compete:

I - analisar e instruir:

a) os processos de contratações de materiais, bens e de prestação de serviços; e

b) demandas de informações sobre contratações de bens e serviços;

II - realizar pesquisa de preços e elaborar mapa comparativo subsidiário as pesquisas efetivadas pelas áreas demandantes, quando constatado qualquer inconsistência que comprometa a lisura do procedimento;

III - elaborar minutas de edital, atos e outros instrumentos congêneres relativos a procedimentos de licitação;

IV - executar os procedimentos referentes às licitações e contratações diretas, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, quando cabíveis;

V - propor a apuração de responsabilidade e respectiva aplicação de penalidade em eventuais descumprimentos da legislação por parte dos licitantes e fornecedores;

VI - controlar os prazos estabelecidos para entrega de materiais, bens e execução de serviços, e se for o caso, instruir processo de apuração e aplicação de penalidades;

VII - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços referentes à aquisição de materiais, bens e execução de serviços; e

VIII - supervisionar as atividades de registro de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Art. 168. À Seção de Apoio a Licitação (SALI/DCOM) compete:

I - providenciar publicação de avisos de licitação e outros eventos previstos em lei; e

II - subsidiar a Divisão e a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com informações referentes ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.

Art. 169. À Seção de Cadastro de Fornecedor (SECAF/DCOM) compete:

I - cadastrar e manter atualizados registros de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

II - distribuir editais e avisos de licitações e outros materiais informativos, referentes às compras de bens e materiais e de contratações de serviços; e

III - subsidiar a Comissão Permanente de Licitação - CPL, com informações sobre as situações cadastrais dos licitantes registrados no SICAF.

Art. 170. À Divisão de Administração de Contratos (DAC/CCOM) compete:

I - orientar e controlar as atividades de elaboração de contratos, termos aditivos, atas de registro de preços, congêneres e respectivas publicações;

II - propor a aplicação de sanções administrativas;

III - orientar as atividades de registro e atualização dos contratos no SIASG;

IV - analisar recursos administrativos, em primeira instância; e

V - supervisionar as atividades de controle de vigência dos contratos e atas de registro de preços.

Art. 171. Ao Serviço de Acompanhamento de Contratos (SACON/DAC) compete:

I - realizar o controle de vigência dos contratos e atas de registro de preços;

II - acompanhar o cronograma de execução dos contratos;

III - analisar e processar os pedidos de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

IV - elaborar minutas de termos aditivos e congêneres em casos de repactuação, reajuste de preços ou reequilíbrio econômico-financeiro;

V - manter controle das garantias contratuais;

VI - propor ajustes nos contratos e planilhas de custos e formação de preços; e

VII - auxiliar os pregoeiros na análise de planilhas de custos e formação de preços para contratos continuados.

Art. 172. À Seção de Registro e Divulgação de Contratos (SERDIC/DAC) compete:

I - manter registros dos contratos firmados;

II - solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações;

III - Divulgar e publicar os termos contratuais e comunicar as providências administrativas requeridas para cumprimento das condições contratuais.

Art. 173. Ao Serviço de Atos e Contratos (SAC/DAC) compete:

I - elaborar e formalizar os instrumentos contratuais;

II - propor e executar atividades relativas a alterações, acréscimos e supressões nos contratos, quando couber;

III - propor a rescisão de contratos; e

IV - solicitar às Unidades Demandantes a indicação de fiscais dos contratos.

Art. 174. À Coordenação de Administração Predial e Serviços (CAPS/CGRL) compete:

I - planejar, coordenar, orientar e acompanhar os processos referentes à gestão da administração predial e dos serviços gerais no MAPA/Sede e Anexo, quanto à:

a) administração e manutenção prediais;

b) acompanhamento e execução de obras;

c) vigilância; e

d) zeladoria;

II - controlar a correta utilização das áreas comuns no Ed. Sede e Anexo do MAPA; e

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, no âmbito da administração predial e de contratos de concessão de uso das instalações.

Art. 175. À Divisão de Infraestrutura (DINF/CAPS) compete:

I - planejar e supervisionar a execução de obras, manutenção e conservação, todos concernentes às instalações prediais, sistemas e equipamentos do Ed. Sede e Anexo do MAPA;

II - elaborar projetos e especificações para construção, conservação, manutenção e melhoramento de edifícios e instalações do Ed. Sede e Anexo do MAPA, inclusive orçamentos que sirvam de base às licitações;

III - elaborar termos de referência;

IV - inspecionar equipamentos, instalações, serviços de reparo, manutenção e conservação dos sistemas de ar condicionado, ventilação e exaustão, câmaras frigoríficas, elevadores e monta-cargas, sistemas de energia convencional, estabilizada e emergencial, aterramento, pára-raios e circuito fechado de televisão;

V - elaborar normas técnicas e administrativas sobre edificações e instalações prediais;

VI - proceder à fiscalização e inspeção técnica das obras e serviços de engenharia no Ed. Sede e Anexo do MAPA;

VII - executar trabalhos de carpintaria, marcenaria, vidraçaria, serralharia e de pequenos reparos em geral; e

VIII - gerir a manutenção das estruturas de rede lógica, física, elétrica, hidráulica e elevadores.

Art. 176. À Seção de Manutenção Predial (SEMAP/DINF) compete:

I - acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção e limpeza;

II - vistoriar as condições de infraestrutura física dos bens imóveis, instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios Sede e Anexo do MAPA;

III - instruir processos administrativos, quando necessário, de acordo com a legislação pertinente; e

IV - realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis.

Art. 177. Ao Serviço de Obras e Infraestrutura (SOI/DINF) compete:

I - elaborar estudos para construções, reformas, ampliações ou adaptações dos imóveis jurisdicionados ou administrados;

II - elaborar especificações e projetos de exteriores e interiores, mobiliário, paisagismo e sinalização;

III - acompanhar a execução de obras;

IV - monitorar a integridade da infraestrutura física, quando da execução de obras, reparos e adaptações prediais;

V - inspecionar e manter atualizado o sistema de sinalização visual dos edifícios Sede e Anexo do MAPA;

VI - projetar alterações de leiaute e executar a remoção, desmontagem e montagem de divisórias;

VII - fiscalizar os serviços realizados por terceiros;

VIII - elaborar, guardar e atualizar as plantas arquitetônicas dos edifícios Sede e Anexo do MAPA;

IX - registrar e catalogar todas as plantas, manuais técnicos, catálogos, fotografias e vídeos técnicos, disquetes, fitas e documentos de interesse técnico e histórico referentes aos edifícios Sede e anexo do MAPA;

X - proceder vistorias e emitir pareceres técnicos necessários ao recebimento de obras e serviços de engenharia contratados.

Art. 178. À Divisão de Serviços Gerais (DSG/CAPS) compete:

I - fiscalizar e atestar a correta execução dos serviços de limpeza e conservação, copeiragem, ajardinamento entre outros no Ed. Sede e Anexo do MAPA;

II - verificar e controlar a eficácia dos dispositivos de segurança predial;

III - supervisionar a prestação dos serviços de vigilância interna e externa do MAPA e da Brigada de Incêndio;

IV - inspecionar periodicamente, por meio da Brigada de Incêndio, os equipamentos e os sistemas de alarme e de detecção e combate a incêndio;

V - vistoriar periodicamente, por meio da Brigada de Incêndio, as instalações prediais;

VI - fiscalizar, nas Unidades do MAPA, o cumprimento do contrato de concessão de uso e realizar vistoria permanente nos serviços prestados; e

VII - organizar e manter atualizados os claviculários do MAPA, controlar os empréstimos e as devoluções das chaves e se responsabilizar pela solicitação de confecção de novas chaves.

Art. 179. Ao Serviço de Vigilância (SVIG/DSG) compete:

I - zelar pelo patrimônio e executar atividades relacionadas à segurança das pessoas nas dependências do MAPA;

II - coordenar e controlar a entrada e saída de veículos, e a sinalização do trânsito na área do MAPA;

III - orientar a execução das atividades de vigilância sobre entrada e saída de pessoas, máquinas, equipamentos e outros bens móveis;

IV - elaborar e controlar as escalas de trabalho dos vigilantes;

V - inspecionar serviços de manutenção e reparo dos sistemas de monitoramento das instalações físicas;

VI - inspecionar equipamentos de prevenção contra incêndios e de sinalização das saídas de emergência;

VII - acompanhar e supervisionar:

a) atendimento às normas de segurança editadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF; e

b) ações da Brigada Contra Incêndio.

VIII - propor campanhas de prevenção e combate a incêndios.

Art. 180. À Seção de Zeladoria (SZE/DSG) compete:

I - orientar e fiscalizar a execução dos serviços de:

a) copa, ajardinamento, limpeza, conservação entre outros;

b) serviços de ascensoristas;

c) serviços de chaveiro e confecção de carimbos;

d) distribuição de água potável e energia elétrica; e

e) acompanhar a execução de prestação de serviços.

Art. 181. À Seção de Logística Sustentável (SLS/DSG) compete:

I - desenvolver estudos para a implementação de políticas de sustentabilidade;

II - acompanhar a utilização dos insumos;

III - gerir e atualizar constantemente o plano de logística sustentável; e

IV - analisar os processos de contratação.

Art. 182. À Coordenação de Material, Suporte e Documentação (CMAT/CGRL) compete coordenar, planejar e acompanhar:

I - aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais;

II - registro, cadastramento, controle e alienação de bens móveis;

III - cadastramento e controle dos bens imóveis;

IV - comunicações administrativas;

V - transporte e reprografia; e

VI - gestão de documentos administrativos e arquivo geral.

Art. 183. À Divisão de Comunicações e Transportes (DCTRAN/CMAT) compete:

I - orientar a guarda e a utilização da frota de veículos;

II - acompanhar as recuperações, manutenções, revisões periódicas, licenciamentos, recebimento e pagamento das multas aplicadas aos veículos oficiais;

III - manter o controle de veículos particulares autorizados a estacionar nas garagens dos edifícios do MAPA;

IV - acompanhar a prestação dos serviços de telefonista;

V - planejar as ações quanto a:

a) distribuição e controle dos aparelhos de telefonia móvel; e

b) agendamento da utilização dos auditórios, sala especial de reunião e sala de eventos;

VI - autorizar a execução dos trabalhos de artes gráficas e de reprografia; e

VII - propor normas referentes ao uso dos equipamentos de telefonia móvel.

Art. 184. Ao Serviço de Transporte (STRAN/DCTRAN) compete:

I - providenciar a guarda e a utilização da frota de veículos;

II - operacionalizar a liberação de veículos para realizar percursos autorizados e manter registros de controle;

III - providenciar as recuperações, manutenções, revisões periódicas, licenciamentos, recebimento e pagamento das multas aplicadas aos veículos oficiais;e

IV - identificar e controlar gastos com o serviço de TaxiGov, o consumo mensal de combustíveis, manutenção e conservação da frota existente.

Art. 185. Seção de Reprografia (SEREP/DCTRAN) compete:

I - desenvolver projetos gráficos de digitalização e comunicação visual impressa;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - elaborar:
a) documentos infográficos e cartográficos; e
b) materiais audiovisuais convencionais e eletrônicos.
III - processar ou gerar imagens e textos;
IV - orientar sobre os requisitos técnicos dos trabalhos de reprografia; e
V - elaborar demonstrativos dos custos de produção e relatórios operacionais.
Art. 186. À Seção de Telecomunicações (STEL/DCTRAN) compete:
I - atender às solicitações relativas aos sistemas de telefonia móvel;
II - habilitar os equipamentos de telefonia móvel;
III - programar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços para o sistema de telefonia móvel; e
VI - coordenar a distribuição de linhas e aparelhos de voz e dados móveis.
Art. 187. À Divisão de Material e Patrimônio (DIMP/CMAT) compete:
I - supervisionar e executar as atividades relacionadas ao planejamento da aquisição, recebimento, registro físico e contábil, cadastramento, controle, guarda, destinação, movimentação e alienação de materiais, bens móveis e imóveis;
II - realizar o registro contábil e o controle de bens imóveis localizados em Brasília-DF;
III - promover a incorporação ou destinação de bens adquiridos com recursos financeiros dos convênios ou instrumentos congêneres;
IV - instruir processo para apuração de bens desaparecidos; e
V - elaborar o Inventário Anual dos Bens Móveis e Imóveis, das Unidades do MAPA localizadas no Distrito Federal.
Art. 188. À Seção de Administração de Almoxarifado (SAAL/DIMP) compete:
I - supervisionar e executar as atividades relacionadas ao planejamento da aquisição, recebimento, registro físico e contábil, armazenamento, desfazimento, controle, guarda e distribuição de materiais de consumo;
II - controlar os prazos de entrega dos materiais de consumo pelos fornecedores e, em caso de inadimplência, identificar e instruir processo para apuração de responsabilidade e penalidade; e
III - elaborar inventários físicos e financeiro anuais ou periódicos dos materiais de consumo.
Art. 189. À Seção de Registros e Controle de Estoque (SERCE/DIMP) compete:
I - proceder:
a) o atendimento das requisições de materiais;
b) o controle de curvas de estoques para reposição de matérias; e
c) o acompanhamento físico e financeiro dos estoques de materiais;

II - mapear os gastos de materiais de consumo.
Art. 190. À Seção de Administração Patrimonial (SAP/DIMP) compete:
I - realizar levantamento periódico e identificar se há necessidade de mobiliários, máquinas e equipamentos;
II - proceder à atualização do arquivo cadastral dos bens imóveis jurisdicionados; e
III - elaborar relatórios contábeis dos bens móveis, periodicamente.
Art. 191. À Divisão de Gestão das Informações e Documentações (DIDOC/CMAT) compete:
I - coordenar e orientar as atividades de:
a) recebimento, expedição, digitalização de documentos;
b) movimentação da documentação corrente e malotes; e
c) guarda e preservação do acervo documental e controle do arquivamento e desarquivamento de processos e documentos.
II - gerenciar a utilização do sistema informatizado de gestão documental e definir melhorias a serem implementadas.
Art. 192. À Seção de Protocolo Central (SPRO/DIDOC) compete:
I - proceder ao recebimento, protocolização, autuação e movimentação da documentação orrente;
II - guarda e preservação do acervo documental de documentos externos recebidos;
III - implementar e orientar as atividades de documentação e processos; e
IV - acompanhar e controlar a execução dos serviços postais de fornecimento de jornais e revistas.
Art. 193. À Seção de Arquivo Central (SARC/DIDOC) compete:
I - arquivar e conservar a documentação sob guarda;
II - orientar os Órgãos e Unidades Administrativas Setoriais Centrais e Descentralizadas, sobre a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade;
III - desenvolver estudos e propostas de instrumentos normativos;
IV - executar as atividades de consulta e acesso aos documentos sob sua guarda;
V - manter a salvaguarda da documentação sigilosa; e
VI - planejar e executar as ações quanto a:
a) conservação preventiva e restauração de documentos e processos;
b) reformatação de acervo;
c) digitalização e/ou microfilmagem de documentos e processos; e
d) monitoramento sistemático das atividades.
Art. 194. À Seção de Apoio e Documentação Eletrônica (SAD/DIDOC) compete:
I - prover o gerenciamento eletrônico dos processos;
II - gerenciar usuários; e
III - orientar sobre o uso e execução das atividades eletrônicas.
Seção IX
Do Departamento da Comissão executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Art. 195. Ao Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC/SE) compete:
I - promover, nas regiões brasileiras produtoras de cacau:
a) o desenvolvimento rural sustentável, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, a transferência de tecnologia, a assistência técnica, a extensão rural, a qualificação tecnológica agropecuária, a fiscalização agropecuária, a certificação e a organização territorial e socioprodutiva;
b) a competitividade e a sustentabilidade dos segmentos do agronegócio, o aperfeiçoamento da cadeia produtiva do cacau e dos sistemas agroflorestais a ele associados e o fortalecimento da agricultura familiar; e
c) a proposição para celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:
1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização das execuções dos planos de trabalho;
2. a análise e a aprovação das prestações de contas dos planos de trabalho; e
3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho;
II - planejar, executar, acompanhar, avaliar e apoiar ações para fortalecimento de:
a) empreendimentos produtivos;
b) arranjos produtivos locais;
c) captação de recursos;
d) acesso ao crédito rural;
e) diversificação agropecuária na unidade produtiva;
f) geração de trabalho, emprego e renda;
g) associativismo e cooperativismo; e
h) sistemas de informação e gestão;
III - coordenar a elaboração, promover a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações nas áreas meio e fim de sua competência;
IV - formular propostas e auxiliar nas negociações de acordos, de tratados ou de convênios internacionais concernentes aos temas relacionados à lavoura cacaueira, em articulação com outras Unidades do MAPA;
V - administrar os recursos provenientes do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU; e
VI - orientar e coordenar as atividades relacionadas às Superintendências Regionais de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira.
Subseção I
Da Coordenação-Geral de Administração, Finanças, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento
Art. 196. À Coordenação-Geral de Administração, Finanças, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento (CGAPE/CEPLAC) compete:
I - coordenar a integração das atividades de geração, difusão de informações, transferência de tecnologia e assistência técnica e extensão rural;
II - promover a integração e cooperação com Órgãos e entidades públicas e privadas para desenvolvimento das cadeias produtivas nas regiões cacaueiras do Brasil;
III- propor estratégias e mecanismos institucionais para a melhoria das interrelações dos segmentos das cadeias produtivas agropecuárias;
IV - acompanhar e avaliar a execução de programas e ações nas regiões produtoras de influência da CEPLAC;
V - propor à Direção da CEPLAC a celebração de convênios, acordos, termos de cooperação e instrumentos congêneres, de natureza técnica-científica;
VI - coordenar e acompanhar as atividades das Unidades Administrativas Descentralizadas para:
a) elaboração de proposta para a programação orçamentária;
b) programação operacional;
c) execução orçamentária e financeira;
d) registros contábeis;
e) administração e desenvolvimento de pessoal;
f) prestação de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos;
g) elaboração das diretrizes e critérios de aplicação dos créditos orçamentários e recursos financeiros disponibilizados às Unidades Gestoras; e
h) atividades referentes à Tecnologia da Informação e Comunicação - TI;
VII - autorizar liberações orçamentárias para as Unidades Gestoras; e
VIII - orientar a gestão dos recursos do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU.
Art. 197. À Coordenação de Administração e Finanças (COAF/CGAPE) compete
I - coordenar os procedimentos de aquisições de bens, serviços e semoventes das Unidades Descentralizadas;
II - acompanhar a execução dos contratos administrativos de prestação de serviços, aquisição de material e congêneres;
III - acompanhar e controlar as aplicações dos recursos do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU;
IV - acompanhar junto aos Órgãos de controles interno e externo as tomadas de contas das Unidades Gestoras;
V - propor e coordenar atividades de:
a) desenvolvimento e valorização de pessoal, e
b) tecnologia da informação e comunicações.
VI - controlar e avaliar as execuções orçamentárias e financeiras dos créditos e recursos públicos e privados;
VII - controlar a descentralização dos créditos orçamentários às Unidades Gestoras;
VIII - analisar e orientar as Unidades Gestoras quanto à alteração orçamentária, programação financeira mensal e aplicação dos créditos orçamentários e recursos financeiros descentralizados; e
IX - acompanhar as demandas dos Órgãos de controle.
Art. 198. À Divisão Administrativa e Financeira (DIAFI/CAOF) compete:
I - orientar e acompanhar as atividades de:
a) administração geral e de pessoal; e
b) contabilização e execução orçamentária e financeira,
II - executar as seguintes atividades:
a) movimentação dos recursos financeiros do Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU;
b) registro da conformidade dos lançamentos contábeis da Unidade Gestora do FUNGECAU;
c) descentralização dos créditos orçamentários às Unidades Gestoras; e
d) contabilização e movimentação das receitas próprias, do orçamento da União e do FUNGECAU;
III - orientar e supervisionar os processos das prestações de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos;
IV - remanejar entre as Unidades Gestoras os recursos alocados; e
V - orientar as atividades relacionadas com os Sistemas Gerenciais.
Art. 199. À Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Assistência Técnica e Extensão Rural (CPDEX/CGAPE) compete:
I - coordenar ações, projetos e programas de Pesquisa e de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;
II - acompanhar a execução de programas, projetos especiais e ações integradas de cooperação técnica, científica e financeira com organismos nacionais e internacionais;
III - consolidar os dados e informações de resultados de pesquisa e de ATER.
IV - propor a celebração de convênios, acordos, termos de cooperação e congêneres de natureza técnica-científica;
V - elaborar subsídios técnicos relacionados com o mercado nacional e internacional do cacau e de produtos da diversificação agropecuária;
VI - avaliar os resultados das ações e programas;
VII - subsidiar assuntos técnico-científicos; e
VIII - coordenar a elaboração e divulgação de matérias técnico-científicos.
Art. 200. Ao Serviço de Programação e Monitoramento (SEPRO/CGAPE) compete:
I - prospectar e monitorar cenários da cacauicultura e cultivos associados;
II - avaliar resultados e propor ajustes nas diretrizes estratégicas;
III - acompanhar e subsidiar a elaboração e execução:
a) do Plano Plurianual - PPA;
b) da Lei Orçamentária Anual - LOA; e
c) dos relatórios gerenciais;
IV - orientar e acompanhar:
a) gestão da estratégia institucional; e
b) avaliação de resultados da execução do PPA, LOA, termos de cooperação técnica e de outros instrumentos congêneres;
V - assessorar e acompanhar a gestão de negócios e propor mecanismos de captação de recursos; e
VI - orientar e coordenar a execução programática.
Subseção II
Da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados da Bahia e Espírito Santo
Art. 201. À Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados da Bahia e Espírito Santo (SUBES/CEPLAC) compete:
I - promover a integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito dos Estados da Bahia e Espírito Santo;
II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e de atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;
III - proceder, por meio da assistência técnica e extensão rural, a interação com os produtores rurais nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;
IV - coordenar edição e distribuição de trabalhos técnico-científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais, e de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau;
V - promover e coordenar em articulação com a competente Unidade Central, as atividades de:
a) programação operacional, monitoramento, avaliação, revisão e elaboração do respectivo plano gerencial;
b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade e comunicação e divulgação, e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação - TI;

VI - apoiar identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização;

VII - acompanhar e participar do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais;

VIII - propor a elaboração de contratos, convênios e demais termos de parcerias;

IX - promover articulações com a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estado da Bahia e Espírito Santo e outros Órgãos Federais intervenientes, para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica referente às:

a) ações de defesa sanitária animal e vegetal;

b) atividades de classificação e de produtos cacaueiros e cultivos consorciados e os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento do associativismo rural e do cooperativismo; e

d) sistema integrado de produção agrossilvipastoril;

X - articular junto à Coordenação de Planejamento Avaliação e Gestão no que se refere às diretrizes e execução das atividades de TI; e

XI - fomentar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações de interesse das respectivas regiões produtoras de cacau no âmbito dos Estados da Bahia e Espírito Santo.

Art. 202. Ao Setor de Articulação Institucional e Gestão de Negócios (SETAG/SUBES) compete:

I - desenvolver estratégias e propor modelos de interação público-privada;

II - coordenar e gerir negócios e parcerias de interesse estratégico definidos pela SUBES;

III - orientar as Unidades da SUBES na elaboração de planos de negócios;

IV - atuar na definição das ações de marketing de tecnologias da CEPLAC;

V - realizar a gestão das informações e processos contratuais relacionados aos negócios realizados pela SUBES;

VI - assessorar as Unidades da SUBES no desenvolvimento de negociações, incluindo acordos e parcerias;

VII - identificar e avaliar demandas e oportunidades de negócios;

VIII - propor estratégias de ação para negócios envolvendo tecnologias da CEPLA ou de parceiros que sejam de interesse da SUBES;

IX - monitorar o ambiente interno e externo de negócios;

X - articular com órgãos e entidades públicas e privadas, para a cooperação com vistas ao desenvolvimento da cacauicultura, atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;

XI - assistir ao Superintendente no desempenho da representação institucional, inclusive cuidar da agenda de despachos e compromissos;

XII - manter atualizado cadastro de autoridades do Setor Público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SUBES/CEPLAC;

XIII - controlar prazos das respostas às correspondências, processos e demais documentos sob a responsabilidade da Superintendência Regional;

XIV - cuidar dos trâmites documentais para a realização de pagamento de despesas com viagens a serviço e eventos de interesse;

XV - requisitar serviços e materiais para utilização;

XVI - receber e registrar a documentação corrente; e

XVII - executar atividades administrativas auxiliares e de reprografia.

Art. 203. À Seção de Contratos e Convênios (SECON/SUBES) compete:

I - receber, analisar e revisar minutas de contratos, convênios e instrumentos congêneres recebidas de Unidades Administrativas regionais ou de potenciais parceiros, para realização de projetos de interesse regional, inclusive de prestação de serviço;

II - preparar os processos relativos aos contratos, convênios e instrumentos congêneres a serem celebrados e encaminhar para apreciação e parecer;

III - registrar dados específicos no Sistema de Controle de Convênios - SICONV, e adotar demais procedimentos estabelecidos de acordo com a legislação em vigor;

IV - manter em arquivo os processos de referência dos instrumentos anteriormente citados, que estejam em andamento ou concluídos;

V - orientar, acompanhar e capacitar servidores e empregados públicos, coordenadores de projetos e fiscais de contrato quanto às normas relativas à execução das atividades previstas nos contratos, convênios e demais termos, especialmente quanto à aplicação dos recursos captados;

VI - manter banco de dados e informações referentes aos instrumentos em vigor;

VII - subsidiar a Superintendência, orientando decisões e sugerindo procedimentos com base em princípios legais e normativos;

VIII - encaminhar a instância de assessoramento jurídico todas as demandas que requeiram pareceres jurídicos, com base na legislação vigente;

IX - acompanhar a execução dos contratos, convênios, acordos de cooperação técnica e termos de parcerias;

X - assessorar a Superintendência na elaboração de notas técnicas; e

XI - elaborar minutas de contratos, convênios e demais acordos e cooperação técnica, e termos de parcerias submetendo à análise e parecer do Órgão competente da AGU.

Art. 204. Ao Núcleo de Difusão de Informações e Comunicação (NUCOM/SUBES) compete:

I - desenvolver as atividades relacionadas à imprensa e de relações públicas, observadas as orientações do CEPLAC;

II - divulgar informações sobre o agronegócio cacaueiro e cultivos associados;

III - acompanhar, identificar, selecionar e difundir matérias de interesse do CEPLAC, veiculadas nos meios de comunicação digital, escrita, falada e televisiva;

IV - providenciar impressões dos trabalhos técnico-científicos e outros de interesse;

V - executar atividades de comunicação visual;

VI - receber informações das demais Unidades Administrativas regionais, adequá-las para a linguagem jornalística e encaminhá-las para inserção na página eletrônica do CEPLAC;

VII - promover a divulgação de informações no âmbito regional;

VIII - gerenciar os trabalhos de reprodução gráfica da SUBES/CEPLAC; e

IX - elaborar release para os diversos veículos de comunicação.

Art. 205. Ao Escritório de Representação em Salvador (ERSAL/SUBES) compete:

I - prestar atendimento a todas as instâncias administrativas da CEPLAC, no que se refere ao acompanhamento de assuntos técnico-administrativos por elas demandadas, junto aos Órgãos e entidades, públicos e privados, do Estado da Bahia;

II - assistir a SUBES na formulação de políticas da economia cacaueira baiana junto aos Órgãos do Estado da Bahia;

III - integrar Comissões de Estudos de iniciativa de Órgãos dos Governos Federal e Estadual nos assuntos de interesse do CEPLAC;

IV - orientar e acompanhar a formulação de subsídios técnicos para estabelecimento de acordos e parcerias e definição de diretrizes de programas de interesse regional, junto ao Governo do Estado da Bahia.

V - intermediar e acompanhar Processos Administrativos da SUBES junto à Advocacia Geral da União - AGU/BA;

VI - acompanhar, orientar e atender as demandas de produtores rurais residentes na região metropolitana de Salvador;

VII - prestar suporte administrativo às bases físicas sob jurisdição da SUBES localizadas nos Municípios de Salvador e de Santo Amaro;

VIII - prestar assistência aos servidores do CEPLAC em trânsito na Região Metropolitana de Salvador, quando no desempenho de missão oficial;

IX - providenciar a tramitação de documentos de servidores para viagens a serviço de interesse do CEPLAC;

X - executar atividades de administração geral quanto a:

a) recebimento e registro da documentação corrente;

b) composição de documentos administrativos;

c) expedição e encaminhamento das correspondências e documentos;

d) administração de material e patrimônio; e

e) transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e sistemas de comunicação.

Art. 206. Ao Serviço de Planejamento e Projetos Especiais (SEPPE/SUBES) compete:

I - orientar e acompanhar:

a) processo de definição das diretrizes programáticas regionais;

b) aplicações dos instrumentos de avaliação, monitoramento e revisão da programação operacional;

c) fluxos e prazos das atividades de planejamento operacional e de programações orçamentárias, respectivamente, nos Sistemas de Controle;

d) processos de execução e monitoramento do PPA e LOA, para inserção de dados e atualização de informações nos Sistemas Gerenciais;

II - divulgar o calendário dos eventos referentes ao processo de planejamento operacional;

III - orientar, monitorar, avaliar e revisar a programação operacional e participar da elaboração do plano gerencial;

IV - coordenar, consolidar e elaborar relatórios periódicos da programação e acompanhamento da execução programática, relativos às Superintendências Regionais;

V - proceder à análise das proposições e compor o PPA e LOA;

VI - manter interação com a competente Unidade Central do CEPLAC quanto aos requerimentos do PPA e LOA;

VII - elaborar propostas de normas internas e outros atos necessários à operacionalização da programação operacional;

VIII - orientar a elaboração, acompanhar e avaliar o desempenho dos programas e ações desenvolvidos regionalmente;

IX - elaborar subsídios técnicos para negociações de:

a) programas e projetos especiais a serem executados pelas Unidades Administrativas, e

b) parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Art. 207. À Seção de Tecnologia da Informação (SETEI/SEPPE), consoante às diretrizes e normas da SUBES compete:

I - fornecer suporte técnico aos usuários e aos programas computacionais, operando os computadores e periféricos, e promover manutenções preventivas e corretivas;

II - desenvolver e manter sistema de informações, conectando as bases de dados existentes;

III - executar processamento eletrônico de dados e de imagem;

IV - implantar e gerir fisicamente banco de dados, em rede de comunicação de dados, via on-line;

V - desenvolver e acompanhar as aplicações de software, para atender às atividades finalísticas e administrativas;

VI - executar projetos de rede, físico e lógico, de acesso à Internet e de serviços essenciais de redes externas, para desempenho das atividades regionais;

VII - prestar orientações técnicas às demais Unidades Administrativas na definição e na aquisição, e no desenvolvimento, acompanhamento e execução de projeto necessário à implantação de sistema de informação ou de informática;

VIII - coordenar as ações de informática referentes às Unidades Administrativas integrantes da SUBES/CEPLAC; e

IX - construir, manter e atualizar a página eletrônica do CEPLAC/SE, via Internet e Intranet, a partir de informações repassadas pelo NUCOM/SUBES e pelas Unidades Centrais e Descentralizadas.

Art. 208. À Divisão de Suporte Administrativo e Financeiro (DISAF/SUBES) compete:

I - promover, orientar, acompanhar e controlar, consoante orientações da SUBES, as atividades de:

a) administração geral relacionadas a material, patrimônio, aquisição de bens e serviços, manutenção, vigilância, zeladoria, transporte, comunicações administrativas;

b) execução orçamentária e financeira e de contabilidade; e

c) contratações das prestações de serviços de assistência médica, social, psicossocial e odontológica, de enfermagem, medicina do trabalho e de manutenção, zeladoria, vigilância e transporte;

II - implementar ações para a racionalização do uso de materiais, instalações e equipamentos, com vistas à melhoria da prestação de serviços e à redução dos custos operacionais das Unidades Administrativas Regionais;

III - identificar oportunidades de melhoria para serem trabalhadas consoante princípios da excelência da gestão; e

IV - implementar e controlar as atividades de administração e gestão de pessoas, especialmente de:

a) registro e controle dos dados cadastrais;

b) pagamento e concessão de direitos e vantagens para pessoal ativo, inativo e pensionista;

c) programação e execução de treinamento e capacitação; e

d) avaliação de desempenho.

Art. 209. Ao Serviço de Registro de Pessoas (SERPE/DISAF) compete:

I - organizar cadastramento dos servidores e empregados públicos, manter atualizados os dados referentes às ocorrências funcionais e pessoais;

II - controlar:

a) férias e frequências;

b) afastamentos e licenças;

c) licenças médicas e, quando necessário, o encaminhamento do servidor e do empregado público à junta médica oficial, para fins de perícia; e

d) benefícios sociofuncionais disponibilizados aos servidores e empregados públicos, quando for o caso;

III - instruir processos para concessões de direitos e vantagens aos servidores e empregados públicos;

IV - subsidiar os trabalhos de auditoria realizados pelos Órgãos competentes;

V - manter controle das localizações dos servidores e empregados públicos;

VI - organizar e manter atualizados os registros funcionais e as fichas financeiras dos servidores e empregados públicos;

VII - apoiar a competente Unidade Central no preparo de informações referentes aos:

a) processos relativos aos pagamentos de exercícios anteriores, indenizações e auxílios devidos a servidores e empregados públicos lotados no CEPLAC/SE; e

b) folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas, além da folha suplementar e complementar; e

VIII - expedir declarações e certidões.

Art. 210. À Seção de Desenvolvimento de Pessoas (SEDEP/DISAF) compete:

I - planejar e executar atividades relacionadas a:

a) programas de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

b) assistência social, segurança ocupacional e medicina do trabalho; e

c) projetos destinados a melhoria de qualidade de vida no trabalho;

II - identificar necessidade de treinamento e capacitação e subsidiar a elaboração da proposta anual de desenvolvimento de pessoas; e

III - manter cadastro de consultores, instrutores e empresas relacionadas ao desenvolvimento de pessoas, e de colaboradores no âmbito do CEPLAC/SE.

Art. 211. À Seção de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo (SEMPA/DISAF) compete:

I - promover administração de material e patrimônio, relacionada a:

a) procedimentos licitatórios para aquisição de bens de consumo, permanentes e semoventes e de contratação de obras e serviços, para atendimento às Unidades Administrativas Regionais, sempre que os valores ultrapassarem o limite de compra direta;

b) alienação de bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

d) inventários dos bens imóveis, móveis e semoventes e inspecionar as condições de uso e conservação;

e) recebimento de requisições de materiais e serviços, emitidas pelas Unidades Administrativas e pelo almoxarifado, para reposição do estoque;

f) classificação dos pedidos de compra, coleta de preços junto aos fornecedores, análise e geração do mapa analítico de cotações, elaboração e divulgação dos resultados, assim como o envio à Unidade Administrativa competente para empenho;

g) acompanhamento, controle e lançamento das informações de referência nos Sistemas Específicos;

h) recebimento, conferência, armazenamento, distribuição dos materiais permanentes e dos materiais de consumo adquiridos, controle das entradas, saídas e localizações de bens e verificação das condições de estocagem, com registro do resultado da inspeção efetuada;

i) notificação à Unidade Administrativa requisitante de disfunção ocorrida;

j) distribuição e liberação de materiais, mediante requisições de materiais e serviços e notas de remessa; e

k) controle da emissão de requisição para reposição do estoque;

II - acompanhar e controlar mensalmente os registros contábeis dos bens de consumo, mediante o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA, e encaminhar para dar baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

III - prover de materiais de consumo e permanente as Unidades Administrativas Regionais;

IV - proceder ao controle da documentação corrente e do arquivo, especialmente relacionado a:

a) protocolo, tais como recebimento, numeração, registro, distribuição e expedição da correspondência oficial, processos e demais documentos correntes;

b) guarda e conservação da documentação arquivada;

c) prestação de informações aos interessados sobre tramitação de documentos; e

d) aplicação de tabela de temporalidade para arquivamento ou descarte dos documentos.

Art. 212. Ao Setor de Engenharia e Manutenção (SEEMA/DISAF) compete:

I - executar atividades de:

a) manutenção dos prédios, instalações físicas, máquinas, equipamentos, aparelhos e de outros utensílios; e

b) conservação e limpeza de áreas verdes;

II - elaborar e executar projetos de engenharia civil e topográficos para desenvolvimento de protótipos e instalações de interesse agrossilvipastoril;

III - elaborar projetos de engenharia civil e de interesse patrimonial do CEPLAC/SE;

IV - elaborar planilhas de custos para apoiar processo licitatório de contratação de obras e serviços de engenharia e manutenção predial de interesse do CEPLAC/SE;

V - assegurar produção de mudas de espécies vegetais para fins paisagísticos e em apoio às comunidades na formação de parques e jardins;

VI - prestar orientações técnicas para:

a) elaboração de projetos específicos demandados por Órgãos Municipais, Estaduais e Federais; e

b) avaliação de bens imóveis, no âmbito da SUBES/CEPLAC.

Art. 213. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DISAF) compete:

I - proceder aos registros referentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SUBES/CEPLAC, especialmente de:

a) emissão e anulação de Empenho e Nota de Movimentação de Crédito;

b) liquidação e pagamento de despesa; e

c) pagamento de suprimento de fundos e controle da respectiva prestação de contas;

II - arquivar os documentos da gestão orçamentária e financeira;

III - verificar e registrar:

a) conformidade de gestão; e

b) conformidade de operadores;

IV - providenciar concessão de suprimento de fundos e controlar respectiva prestação de contas;

V - executar as inclusões, alterações e exclusões das informações específicas do Sistema SIAFI;

VI - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; e

VII - processar e controlar os registros nos Sistemas Específicos, referentes às execuções orçamentárias e financeiras dos créditos orçamentários disponibilizados à SUBES/CEPLAC.

Art. 214. Ao Núcleo de Transportes (NUTRA/DISAF) compete:

I - providenciar transporte de carga e de servidores em serviço, e controlar movimentação de veículos;

II - promover:

a) manutenções preventiva e corretiva; e

b) lavagem, lubrificação e abastecimento;

III - acompanhar e controlar:

a) custo das manutenções; e

b) consumo de combustível.

Art. 215. Ao Núcleo de Atividades Auxiliares (NUAUX/DISAF) compete:

I - executar atividades e operação de telefonia, reprografia e correspondências;

II - orientar e controlar, no âmbito da sede regional:

a) vigilância e zeladoria;

b) utilização dos bens imóveis;

c) entrada e saída de pessoas; e

d) fluxo de veículos.

Art. 216. Ao Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural (CEPEX/SUBES) compete:

I - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de:

a) pesquisa, experimentação, assistência técnica, extensão rural e realização de estudos socioeconômicos relativos ao cacau e outros cultivos, e a maximização dos recursos das Unidades de produção regional; e

b) pesquisa, assistência técnica e extensão rural sobre sistemas agroflorestais com cacaueiro, para as condições ecológicas do Bioma da Mata Atlântica;

II - gerar tecnologia para:

a) sistemas de controle das enfermidades e pragas do cacaueiro e cultivos associados;

b) equipamentos para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas de cultivos diversos;

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiro, conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e do grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres; e

d) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

III - desenvolver sistemas de produção do cacaueiro e outros cultivos;

IV - promover e acompanhar:

a) mapeamento das áreas-foco e orientação de campanhas, objetivando controle de enfermidades e pragas do cacaueiro;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos por meio de estudos epidemiológicos e controle de área-foco;

c) investigação dos efeitos que os defensivos agrícolas causam ao meio ambiente, população e aos agentes polarizadores das plantas;

d) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões para fins de melhoramento do cacaueiro;

e) intercâmbio internacional de germoplasma de cacau, valendo-se de Centros de Pesquisas e de outros Países produtores; e

f) desenvolvimento de equipamentos de mecanização e otimização das práticas agrícolas;

V - manter bancos de germoplasma de cacau;

VI - definir e adequar sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das unidades de produção;

VII - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais (herbário, xiloteca, coleção zoológica) e bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse da região cacaueira, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

VIII - efetuar e apoiar estudos básicos de pesquisa, voltados para o conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais;

IX - proceder ao monitoramento contínuo dos recursos naturais relacionados a clima, solos, recursos hídricos e cobertura vegetal, observadas as orientações dos competentes Órgãos Federais intervenientes, e manter atualizadas as bases de dados geoambientais;

X - realizar estudos e pesquisas para:

a) acompanhamento da situação socioeconômica dos pólos cacaueiros;

b) verificação da viabilidade econômica das tecnologias em geração ou daquelas que estão sendo adaptadas na área de produção;

c) criação de modelos de gerenciamento da produção cacaueira; e

d) conhecimento dos ecossistemas regionais, voltados para sua recuperação, conservação e preservação;

XI - participar de estudos e pesquisas de âmbito nacional, requeridos pela CEPLAC/SE, inclusive estudos de avaliação dos programas implementados para verificação dos impactos dos mesmos nas populações-alvo da região;

XII - estimular e participar do desenvolvimento, adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa;

XIII - implementar:

a) o desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

b) a definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de produção; e

c) o levantamento e pesquisa sobre agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos, e;

XIV - manter articulações com as SFAs/SE e demais Órgãos Federais intervenientes, no que se refere às orientações específicas das atividades regionais com interfaces institucionais relacionadas à defesa sanitária animal e vegetal, aos sistemas de produção agrossilvipastoris, às certificações e classificações dos produtos cacaueiros e produtos consorciados, inclusive da heveicultura e dos produtos agroenergéticos, do associativismo rural e cooperativismo;

XV - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas.

XVI - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de assistência técnica e extensão rural regionais, inclusive treinamentos;

XVII - elaborar e revisar informações técnicas para extensionistas, em consonância com as recomendações das Unidades Administrativas de pesquisa;

XVIII - orientar e acompanhar a aplicação de metodologia de assistência técnica e extensão rural, no que se refere ao treinamento do público alvo;

XIX - motivar as populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, outros cultivos e estimular o cooperativismo e o associativismo rural;

XX - promover a realização de treinamentos sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento de produtos agrícolas e gerenciamento das Unidades de Produção;

XXI - orientar elaboração de projeto para a melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia, e aquisição de implementos e insumos agrícolas;

XXII - apoiar ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

XXIII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

XXIV - executar atividades de classificação, melhoria da qualidade do cacau e seus derivados e promover a realização da previsão de safra de cacau;

XXV - implementar e avaliar as estratégias metodológicas de assistência técnica, extensão rural e treinamento, e orientar as Unidades Administrativas Executoras;

XXVI - sistematizar conhecimentos e tecnologias geradas pela pesquisa para repasse aos extensionistas e outros difusores de tecnologias;

XXVII - inventariar tecnologias e formas de produção utilizadas nas unidades locais de produção que possam ser repassadas para sistematização por parte da pesquisa ou diretamente para outros produtores;

XXVIII - apoiar e orientar as ações de associativismo rural e de cooperativismo, voltadas ao desenvolvimento da cacauicultura; e

XXIX - promover integração intra e interinstitucionais para apropriação de conhecimentos e experiências em treinamento e em associativismo rural.

Art. 217. Ao Setor de Apoio Operacional (SEAPO/CEPEX) compete:

I - executar e acompanhar:

a) atividades de suporte à pesquisa e extensão rural; e

b) apoio técnico-administrativo às estações experimentais de pesquisa e escritórios de extensão rural;

II - programar, orientar e acompanhar a instalação de bancos de proteínas e a produção de sementes, mudas e materiais genéticos melhorados;

III - apoiar a logística de:

a) introdução de materiais botânicos para atender às necessidades de pesquisa e de fomento; e

b) pesquisas de sistemas de produções de gado de corte e de leite;

IV - orientar e acompanhar aquisições de equipamentos e materiais, e prestações de serviços necessários ao desenvolvimento das pesquisas;

V - controlar a venda de produção oriunda de áreas comerciais e campos de experimentação;

VI - acompanhar produção e distribuição de sementes, mudas, propágulos de plantas geneticamente melhoradas e materiais do banco de proteínas de leguminosas forrageiras;

VII - prestar orientações e subsidiar as questões relacionadas com os recursos materiais, logísticos e serviços requeridos pelas pesquisas e experimentos.

VIII - providenciar e acompanhar as atividades de zeladoria e manutenção;

IX - prestar informações quanto às características e custos de equipamentos, de materiais e de serviços, para subsidiar as tomadas de decisões para aquisição, manutenção e remanejamento;

X - receber, registrar e encaminhar às Unidades Administrativas a documentação corrente, e proceder ao arquivamento consoante despachos;

XI - identificar necessidade de treinamento do pessoal administrativo e providenciar a realização de cursos e demais eventos voltados para o desenvolvimento de habilidades;

XII - acompanhar o atendimento das requisições de materiais de consumo e bens permanentes;

XIII - acompanhar o inventário anual de bens permanentes;

XIV - controlar movimentações dos bens permanentes; e

XV - suprir de materiais de consumo as Unidades Administrativas do CEPEX/SUBES.

Art. 218. Ao Núcleo de Informação e Documentação (NUDOC/CEPEX) compete:

I - promover permuta e aquisição do material bibliográfico de interesse agropecuário;

II - manter fluxo de informação, visando ao intercâmbio científico;

III - realizar sistematização, tratamento técnico e conservação do material bibliográfico;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - selecionar, identificar, classificar e conservar livros, periódicos, mapas, desenhos, informes técnicos, relatórios e demais documentos específicos;

V - manter registros e catálogos de identificação do material bibliográfico e demais documentos do acervo, e controlar uso e empréstimo;

VI - orientar as atividades de biblioteca em outras Unidades Administrativas integrantes da Superintendência; e

VII - divulgar o material bibliográfico produzido.

Art. 219. À Seção de Programação, Avaliação e Suporte de TI (SEPRA/SEPEX) compete:

I - apoiar a SUBES/CEPLAC na realização de estudos básicos e aplicados, pesquisas e levantamentos de interesse da região produtora de cacau, com a finalidade de formular propostas para o PPA e LOA, e fornecer subsídios para definição de políticas, estratégias e diretrizes para a pesquisa e extensão rural;

II - elaborar programação de pesquisa e acompanhar a disponibilidade dos recursos requeridos;

III - acompanhar e monitorar as execuções das programações operacionais para geração e difusão de tecnologias, implementadas no âmbito regional;

IV - coletar os dados e manter atualizadas as informações nos Sistemas Gerenciais;

V - elaborar relatórios periódicos e anuais sobre os trabalhos realizados pelo CEPEX/SUBES, inclusive os exigidos pelas instituições parceiras.

VI - orientar e acompanhar elaboração de:

a) proposta orçamentária no que diz respeito à assistência técnica, extensão rural e ao treinamento, capacitação e qualificação de mão de obra, bem como orientar as Unidades Administrativas integrantes do SEREX/SUBES, no que tange às rotinas pertinentes; e

b) programação operacional anual;

VII - gerenciar o Sistema de Acompanhamento da Extensão Rural - SISCENEX;

VIII - acompanhar:

a) atualizações do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - SISCENEX;

b) processo de execução e monitoramento das ações de ATER junto às Unidades Administrativas e coletar dados para atualizações das informações nos Sistemas de Controle e outros correlatos; e

c) ações relativas ao crédito rural ofertado pelos programas governamentais de financiamento à agropecuária e à agroindústria regional;

IX - desenvolver programas, gerir e manter em operação os sistemas de informações;

X - identificar necessidades de treinamento interno para os servidores e empregados públicos, nas diferentes áreas;

XI - analisar as propostas para solicitação de crédito voltado à cacauicultura e aos demais programas, encaminhando-as para processamento e, em sequência, aos agentes financeiros;

XII - controlar:

a) créditos concedidos no âmbito dos programas de financiamento; e

b) fluxos de projetos elaborados pelas Unidades Administrativas Regionais e contratados junto aos agentes financiadores;

XIII - emitir os relatórios periódicos de acompanhamento dos programas de crédito rural;

XIV - atender questões relacionadas ao crédito rural e às solicitações específicas das Unidades Administrativas do SEREX/SUBES;

XV - obter junto aos organismos oficiais as normas dos programas de crédito rural, e proceder à manutenção e disponibilidade das mesmas para Unidades Aadministrativas Regionais; e

XVI - preencher formulários destinados à obtenção do crédito rural, inclusive elaborar projetos e relatórios de supervisão.

Art. 220. Ao Serviço de Pesquisas (SERPE/CEPEX) compete:

I - orientar, acompanhar e controlar execução de pesquisas requeridas pela cacauicultura e por outros cultivos regionais;

II - levantar informações para avaliações do desempenho e da produção técnico-científica das Unidade Administrativa hierarquicamente subordinadas;

III - implementar ações e promover os meios para desenvolvimento da programação, inclusive manter articulações com Órgãos Federais intervenientes no que se refere às orientações das atividades de competência; e

IV - prestar orientações e subsidiar as questões técnico-científicas.

Art. 221. À Seção de Diversificação Agrossilvipastoril (SEDIV/SERPE) compete:

I - identificar e avaliar espécies com potencialidades agronômicas e econômicas para a região cacaueira;

II - desenvolver tecnologias para melhoria da produtividade sustentável das pastagens e dos sistemas de produção de gado de corte e de leite da região cacaueira;

III - gerar, organizar e orientar implantação de sistemas de produção de leite e de animais de pequeno e médio porte, em propriedades de agricultura familiar localizadas na região cacaueira;

IV - desenvolver sistemas agrossilvipastoris, prioritariamente para recuperação das áreas degradadas;

V - gerar, adaptar, validar e introduzir tecnologias para:

a) manejo de cultivos diversificados, identificando e avaliando espécies para produção em sistemas consorciados;

b) resolução de problemas fitossanitários;

c) aperfeiçoamento de sistema de produção do cacaueiro e de produto associado, para a região cacaueira; e

d) manejo de fruteiras e especiarias regionais;

VI - introduzir e avaliar fruteiras e especiarias com potencialidades agroeconômicas regionais;

VII - desenvolver pesquisas e estudos para:

a) melhoria da qualidade da borracha vegetal e elevação dos índices de produção e produtividade da seringueira;

b) identificação de técnicas de manejo, com ênfase à agroecologia; e

c) aperfeiçoamento dos sistemas de produção do dendezeiro e de outras oleaginosas adaptadas à região produtora de cacau;

VIII - avaliar e caracterizar o germoplasma da seringueira e de outros cultivos de interesse regional.

Art. 222. À Seção de Fitossanidade (SEFIT/SERPE) compete:

I - desenvolver sistemas de manejo integrado das pragas do cacaueiro e dos demais cultivos associados, com base em técnicas de controle genético, químico, cultural e biológico de pragas;

II - estudar mecanismos de resistência e interações plantapatógeno do cacaueiro e demais cultivos associados;

III - mapear áreas-foco e realizar campanhas de controle das pragas do cacaueiro e cultivos de interesse regional;

IV - monitorar ocorrências das pragas e desenvolver sistemas de alerta de surtos epidemiológicos;

V - realizar certificação fitossanitária de origem para produtos do cacau e cultivos consorciados;

VI - analisar a qualidade de agrotóxicos e os níveis de resíduos em produtos agrícolas;

VII - avaliar impactos ambientais decorrentes da utilização de pesticidas nos agroecossistemas assistidos pela CEPLAC;

VIII - identificar e estudar:

a) insetos polinizadores e outros agentes biológicos benéficos ao cacaueiro e outros cultivos de interesse regional; e

b) representantes da fauna regional (insetos, ácaros, nematóides e outros), de interesse para a cacauicultura e outras culturas de importância regional;

IX - manter coleções de referência, incluindo entomotecas, micotecas e outras representativas de pragas de interesse da cacauicultura e de outras culturas de importância regional; e

X - desenvolver estudos sobre epidemiologia e dinâmica populacional de pragas.

Art. 223. À Seção de Fisiologia e Nutrição de Plantas (SENUP/SERPE) compete:

I - promover o aperfeiçoamento dos sistemas de produção do cacaueiro, desenvolvendo sistemas mistos, sequenciais e multiestratificados com cultivos perenes e de ciclo curto, que sejam ecológica, social e economicamente sustentáveis;

II - desenvolver e testar sistemas agroflorestais com cacau e outros cultivos potenciais para as regiões produtoras de cacau;

III - introduzir cultivos potenciais para implantação de sistemas agroflorestais e avaliar os desempenhos agronômico e econômico;

IV - aperfeiçoar os sistemas de produção de cacau por meio da realização de pesquisas sobre:

a) nutrição mineral e adubação do cacaueiro;

b) geoprocessamento, manejo e conservação do solo;

c) fontes alternativas de fertilizantes para o cacaueiro e culturas de interesse regional;

d) controle de qualidade de fertilizantes e corretivos;

e) dinâmica de nutrientes no solo; e

f) técnicas e métodos de aplicação de fertilizantes e corretivos;

V - desenvolver:

a) estudos para a caracterização físico-química de solos; e

b) pesquisas para conhecer os mecanismos fisiológicos e bioquímicos da planta que afetam o potencial produtivo;

VI - fornecer recomendações de fertilizantes e corretivos para cacau e cultivos associados.

Art. 224. À Seção de Genética e Biotecnologia (SEGEB/SERPE) compete:

I - coletar, selecionar, introduzir e preservar germoplasma de cacau e de outras espécies botânicas de interesse regional, para fim de melhoramento genético;

II - realizar pesquisa e experimentação visando ao melhoramento genético do cacaueiro e outros cultivos de interesse regional;

III - apoiar e acompanhar produção de sementes e propágulos de cacau e de outras espécies de interesse agroeconômico;

IV - desenvolver:

a) estudos e processos em biologia molecular e genômica para apoiar o desenvolvimento de variedades superiores de plantas; e

b) estudos sobre a inter-relação da planta com o meio ambiente, de modo a se conhecer os fatores bióticos e abióticos que interferem na produtividade do cacau e de outros cultivos associados;

V - variedades seminais e clonais de alta produtividade, resistentes às pragas e com características desejáveis;

VI - promover o intercâmbio de material genético com organismos nacionais e internacionais e os países produtores de cacau;

VII - estudar os mecanismos fisiológicos relacionados com a produção das plantas, incorporando conhecimento aos sistemas de produção capazes de maximizar a produtividade das lavouras; e

VIII - realizar estudos e processos biotecnológicos para:

a) regeneração de plantas in vitro; e

b) desenvolvimento de plantas geneticamente modificadas.

Art. 225. À Seção de Agroindustrialização e Engenharia Agrícola (SAGRE/SERPE) compete:

I - desenvolver pesquisas para determinação de métodos e processos de beneficiamento, industrialização e conservação do cacau e derivados, e de outros produtos de interesse regional;

II - realizar:

a) estudos para o aproveitamento integral do fruto do cacaueiro e de outras plantas de interesse regional;

b) pesquisa e experimentação em biotecnologia para o desenvolvimento de processos de fermentação e outros, visando à melhoria da qualidade do cacau; e

c) análise de água e de alimentos para apoiar o desenvolvimento da agroindústria regional;

III - desenvolver:

a) pesquisas de sistemas de aproveitamento de fontes de energias alternativas renováveis;

b) processos de engenharia agrícola, especialmente de mecanização, irrigação e construções agrícolas de interesse regional;

c) estudos para aperfeiçoar o processo de extração de óleo de dendê para produção do biodiesel e monitorar a qualidade em unidades artesanais de processamento;

IV - apoiar o monitoramento da qualidade de bicombustível produzido na região, por meio de testes em laboratório; e

V - desenvolver projetos de construção e melhoria das instalações de beneficiamento e de armazenamento de produtos agrícolas.

Art. 226. À Seção de Socioeconomia (SESOE/SERPE) compete:

I - realizar pesquisas e estudos sobre:

a) aspectos econômicos da produção e comercialização do cacau e de cultivos associados de interesse regional; e

b) eficiência econômica de cadeia produtiva de interesse da região cacaueira;

II - desenvolver pesquisas e estudos referentes ao agronegócio da região cacaueira, com ênfase em processos tecnológicos e de mudanças socioeconômicas;

III - acompanhar a conjuntura da economia regional, no que se refere:

a) segmento cacaueiro do Estado da Bahia; e

b) culturas e produtos diversificados explorados na região cacaueira;

IV - estudar as viabilidades econômicas das tecnologias geradas; e

V - aperfeiçoar métodos de previsão de safra do cacau e realizar previsões anuais.

Art. 227. À Seção de Recursos Ambientais (SERAM/SERPE) compete:

I - desenvolver pesquisa e experimentação em agrometeorologia, pedologia e recursos florísticos e faunísticos;

II - caracterizar a composição florística de ambientes naturais, nos diferentes estágios de alteração antrópica;

III - manter coleções de referência, da flora e da fauna regionais (herbário, xiloteca, coleção zoológica) e bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse da cacauicultura, especialmente os arboretos de essências florestais nativas do sudeste do Estado da Bahia;

IV - estimular e participar do desenvolvimento e adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa;

V - efetuar e apoiar estudos básicos de pesquisa e de fomento voltados para a regeneração, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas naturais;

VI - acompanhar e monitorar:

a) fatores do clima, solos, recursos hídricos, cobertura vegetal e manutenção de bancos de dados geoambientais; e

b) estudos dos impactos ambientais das tecnologias geradas.

Art. 228. Ao Setor de Estações Experimentais (SETEX/SERPE) compete:

I - assegurar os meios e prestar a assistência técnica necessária à realização dos experimentos em áreas de campo, casas de vegetação e laboratórios, bem como do manejo agropecuário;

II - elaborar e encaminhar requisições de materiais de consumo, equipamentos e serviços necessários à conservação das instalações e à implementação dos projetos de pesquisas e da programação operacional;

III - acompanhar e controlar a execução dos trabalhos, conjuntamente com as unidades responsáveis, por meio de formulários e mecanismos específicos;

IV - prestar tempestivamente as informações solicitadas pelos pesquisadores responsáveis pelos experimentos; e

V - acompanhar e coordenar a gestão das estações de pesquisa localizadas na região cacaueira dos Estados da Bahia e do Espírito Santo.

Art. 229. Ao Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEREX/CEPEX) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - realizar estudos básicos e aplicados, pesquisas e levantamentos de interesse da assistência técnica, extensão rural, capacitação e treinamento, com a finalidade de elaboração, acompanhamento e avaliação da programação operacional;

II - elaborar e acompanhar a proposta orçamentária no que diz respeito à assistência técnica, extensão rural e ao treinamento, bem como orientar as Unidade Administrativa do SEREX/SUBES, no que tange às rotinas pertinentes;

III - gerenciar o Sistema de Acompanhamento da Extensão Rural - SISCENEX;

IV - acompanhar e promover as atualizações do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - SISCENEX;

V - programar, orientar e controlar a Assistência Técnica e a Extensão Rural, no âmbito regional, inclusive treinamentos;

VI - orientar e acompanhar:

a) trabalhos de adequação de tecnologias para transferência ao produtor;

b) capacitação de servidores e empregados públicos;

c) atividades técnicas executadas em campo, para aplicação de tecnologias; e

d) transferência de tecnologia, especialmente para:

1. produção de cacau e de cultivos associados;

2. bovinocultura e criação de pequenos animais adaptáveis às condições regionais;

3. sistema de produção de leite a pasto;

4. sistemas de produção de pequenos animais; e

5. organização associativista rural e cooperativista;

VII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VIII - promover interação com as unidades de pesquisas, com vistas à identificação de ocorrências em campo, que constituam óbices para o desenvolvimento das lavouras;

IX - orientar e apoiar a participação em reuniões, comissões e grupos de estudos; e

X - acompanhar a execução dos convênios e contratos.

Art. 230. Ao Setor de Transferência de Tecnologia (SETEC/SEREX) compete:

I - adaptar conhecimentos e tecnologias, geradas pelo CEPEX/CEPLAC e outros Órgãos de pesquisa, para transferência aos produtores rurais;

II - instalar e acompanhar o desempenho das áreas demonstrativas de manejo de cacau ou outros cultivos associados e produzir material para difusão;

III - programar e providenciar a distribuição de material botânico de cacau e outros cultivos associados para as Unidades Administrativas de extensão e produtores;

IV - proceder:

a) à execução e acompanhamento de projetos pertinentes à extensão rural;

b) ao encaminhamento de amostras de solo e de material botânico para análise laboratorial no CEPEC/SUEBA; e

c) à identificação de necessidades e operacionalizar a capacitação técnica de servidores e empregados públicos;

V - participar de:

a) comissões junto aos agentes financeiros, para discutir e eleger atividades agrícolas objeto de financiamento bancário; e

b) comitês técnicos para indicação de projetos de pesquisa que visam à solução de problemas da agropecuária regional;

VI - disponibilizar para os extensionistas tecnologias geradas na área de zootecnia e validadas pelo CEPEX/SUBES, ou por outras instituições de pesquisa estaduais, nacionais ou internacionais;

VII - participar, acompanhar e apoiar:

a) ações oficiais de prevenção de surtos, profilaxia e controle de doenças em animais;

b) campanhas voltadas para sanidade das populações de animais;

c) coleta de amostras de insumos agrícolas para análise e emissão de laudos sobre a qualidade;

d) ações de rastreabilidade de bovinos e bubalinos; e

e) elaboração de projetos de desenvolvimento da produção animal;

VIII - programar e acompanhar:

a) treinamento para técnicos, produtores, trabalhadores rurais e comunidade organizada, sobre tecnologias de processamento de produtos e subprodutos agropecuários e manejo de cultivos;

b) encontros entre extensionistas, pesquisadores e produtores rurais, objetivando discutir e identificar demandas regionais para o desenvolvimento rural sustentável e a transferência de tecnologia; e

c) atualização de metodologias de extensão rural e capacitação dos extensionistas visando à transferência de tecnologias de acordo com o perfil dos produtores e usuários;

IX - apoiar:

a) geração participativa de conhecimentos e tecnologias agroecológicas, em conjunto com os beneficiários e respectivas organizações, instituições de ensino, de pesquisa e outras organizações da sociedade civil;

b) organização de produtores rurais e consumidores para esclarecimento da importância da produção e consumo de produtos ecológicos;

c) implementação de sistemas agroflorestais diversificados, como forma de conciliar a regeneração florestal e as atividades agrícolas das regiões cacaueiras nos Estados da Bahia e Espirito Santo; e

d) manejo florestal sustentável de uso múltiplo, pelas populações extrativistas e demais comunidades rurais;

X - elaborar:

a) material audiovisual de validação e transferência de resultados de pesquisa para extensionistas e produtores rurais;

b) materiais de comunicação sobre assistência técnica e extensão rural; e

c) informações para alimentação do site do CEPLAC/SE na Internet;

XI - gerar e difundir tecnologias de sistemas de produção integradas e seu manejo;

XII - orientações e capacitação em:

a) manejo de gado leiteiro;

b) pastejo rotacionado com cercas elétricas; e

c) demonstrações práticas em manejo zootécnico para alunos de ensino técnico, superior e capacitações.

Art. 231. Ao Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar (SECAF/SEREX) compete:

I - ministrar cursos de qualificação e capacitação de trabalhadores, administradores e produtores rurais para utilização das práticas de manejo agropecuário;

II - elaborar estudos e identificar demandas de treinamentos requeridos pelas regiões de atuação do SEREX/CEPLAC;

III - avaliar qualitativamente os resultados dos treinamentos junto aos beneficiários e os impactos nas cadeias produtivas;

IV - manter cadastro de oferta e realização de treinamentos, incluindo informações de interesse, temas tratados e segmentos regionais atendidos;

V - elaborar estudos, identificar demandas de treinamento e executar projetos de capacitação de pessoas vinculadas aos segmentos agropecuário, agroindustrial, ambiental e outros, requeridos para desenvolvimento da região produtora de cacau e comunidades rurais;

VI - planejar e executar projetos de:

a) incubadoras voltadas para os segmentos de agroindústria, apicultura e piscicultura;

b) formação de Agentes de Desenvolvimento em comunidades rurais;

c) treinamento à distância para qualificação de clientes e usuários dos serviços de ATER, servidores localizados no SEREX/SUBES e integrantes de segmentos envolvidos com as ações da SUBES/CEPLAC; e

d) desenvolvimento de pessoas contemplando temas como: metodologias participativas, políticas públicas, agroecologia, gestão social, territorialidade, ruralidade, economia solidária e empreendimentos da agricultura familiar;

VII - apoiar as instituições regionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no planejamento e execução de cursos profissionalizantes, treinamentos e oficinas para atendimento de demandas levantadas nas áreas de influência da SUBES/CEPLAC e das instituições parceiras do CEPLAC/SE;

VIII - apoiar o SEREX/SUBES em ações de difusão e transferência de tecnologias;

IX - articular os atores sociais em níveis dos territórios de atuação na discussão, organização e implementação de ações e políticas publicas;

X - a integração dos entes públicos em níveis Municipal, Estadual e Federal com vistas à consecução de projetos de interesse dos territórios rurais;

XI- promover:

a) ações de fortalecimento da agricultura familiar com foco no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais;

b) capacitação e qualificação técnica focadas nas questões de gênero e juventude rural; e

c) ações de fortalecimento do protagonismo juvenil no campo e sucessão rural.

Art. 232. Ao Setor de Apoio a Organização Social e Produtiva - SEOSP/SEREX compete:

I - elaborar propostas de estímulo da organização social de produtores rurais e demais segmentos sociais;

II - prestar orientações técnicas quanto a:

a) associativismo e cooperativismo no meio rural; e

b) propor parcerias intra e interinstitucionais, com vistas ao desenvolvimento do associativismo e cooperativismo, inclusive projetos de captação de recursos para cooperativas, associações e outras entidades de classe de produtores;

III - estimular e apoiar o desenvolvimento de atividades agropecuárias e agroindustriais em cooperativas, associações, sindicatos e redes solidárias de cooperação, relacionadas à cacauicultura e cultivos regionais;

IV - orientar e estimular as organizações sociais dos produtores rurais, para agregação de valor com ênfase nas cadeias produtivas;

V - elaborar e aplicar metodologias para diagnóstico, acompanhamento e avaliação das atividades de promoção, difusão, orientação e apoio ao associativismo regional;

VI - desenvolver e orientar a utilização de sistema de análise de desempenho de cooperativa, associação e outras organizações sociais rurais; e

VII - programar e implementar capacitação associativista e cooperativista para os extensionistas e associados das organizações sociais.

Art. 233. Ao Escritório Regional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Itabuna (ERITA/SEREX), Valença (ERVAL/SEREX), Eunapolis (ERNAP/SEREX), Ilhéus (ERILH/SEREX), Ipiau (ERIPI/SEREX), Camacan (ERCAM/SEREX) e Teixeira de Freitas (ERTEF/SEREX) competem:

I - supervisionar, programar, orientar e acompanhar as atividades de assistência técnica e extensão rural - ATER, de forma que as equipes de trabalho procedam:

a) atendimento e orientação aos produtores rurais e desenvolvimento das atividades próprias da extensão rural, visando ao aumento da produtividade dos cultivos, melhoria da qualidade dos produtos obtidos no campo, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida do produtor, como forma de viabilizar o desenvolvimento agrícola sustentado;

b) treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais em face das demandas das comunidades regionais;

c) promoção, junto às comunidades rurais, de ações voltadas ao estímulo do associativismo rural, cooperativismo e de outras formas de organização social;

d) classificação do cacau e de seus derivados, apoio à melhoria da qualidade do cacau e realização da previsão de safra do cacau;

e) elaboração, orientação e acompanhamento dos projetos de:

1. financiamento rural, visando ao desenvolvimento das propriedades, das comunidades e dos produtores rurais; e

2. desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional, quando da utilização de recursos alocados pelo Governo Federal, acompanhando as suas aplicações;

f) programação operacional anual da assistência técnica e extensão rural, com base nas potencialidades e entraves identificados nos diagnósticos das propriedades e comunidades rurais regionais, estabelecendo metas e definindo ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos;e e

g) certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

II - acompanhar as aplicações dos recursos oriundos dos financiamentos obtidos por meio da orientação da assistência técnica e extensão rural prestadas;

III - implementar mecanismos de motivação às populações rurais para o desenvolvimento da cacauicultura e das atividades de diversificação agropecuária regional;

IV - implementar e acompanhar:

a) ações de treinamento de mão de obra para qualificação dos produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas recomendadas para aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e da preservação ambiental;

b) identificação de necessidades de pessoal, de recursos materiais e de manutenção dos recursos patrimoniais;

c) certificação de produtos da cacauicultura e de cultivos associados, e a classificação de cacau e derivados; e

d) treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas necessárias para atender às demandas das comunidades regionais;

V - manter entendimentos com organizações privadas e públicas quanto à prestação de assistência técnica articulada, no atendimento às populações rurais;

VI - estimular ações de desenvolvimento do associativismo rural e cooperativismo regionais;

VII - participar e acompanhar:

a) elaboração, orientação e acompanhamento de projetos, em especial de financiamento rural, visando o desenvolvimento das propriedades, das comunidades e da fiscalização da aplicação dos recursos alocados pelo Governo Federal, destinados ao desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional; e

b) elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos alocados pelo Governo Federal, destinados ao desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional;

VIII - prestar assistência técnica, inclusive na utilização de crédito rural, na realização de prospecção fitossanitária, na motivação das populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, sistemas agroflorestais agrossilvipastoris e de outros cultivos associados, e no estímulo ao associativismo rural e ao cooperativismo;

IX - realizar treinamento sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento do cacau e gerenciamento das unidades de produção;

X - promover melhoria da qualidade do cacau e de seus derivados e elaborar previsão de safra do cacau e outros cultivos associados; e

XI - executar as atividades de administração de material e patrimônio, de administração de pessoal, de transporte, de manutenção e de zeladoria, consoante orientação específica da competente Unidade Central.

Art. 234. À Seção de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Espírito Santo (SEPES/SUBES) compete:

I - promover integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologias para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau;

II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando interação e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura, entre outras atividades autossustentáveis de interesse regional;

III - coordenar edição e distribuição de materiais e comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau;

IV - proceder à interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologias de produção e serviço, mantendo processo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;

V - promover e coordenar em articulação com o CEPEX/SUBES, observadas as orientações e as atividades de:

a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, e a elaboração do respectivo plano gerencial; e

b) administração geral e de pessoal e de comunicação social no âmbito regional;

VI - apoiar:

a) a identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, em conjunto com as Unidade Administrativa de pesquisa do CEPLAC/SE; e

b) as ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

VII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VIII - orientar a elaboração de projeto para melhoria das propriedades rurais e aplicação de novas tecnologias e para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

IX - promover divulgação dos resultados de pesquisas para as comunidades rurais;

X - orientar e acompanhar as atividades de capacitação de mão de obra rural e a difusão do associativismo rural e do cooperativismo;

XI - programar treinamento para capacitação dos técnicos extensionistas e pesquisadores subordinados;

XII - elaborar e acompanhar execução de contratos e convênios firmados;

XIII - promover articulações com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica e com referencia a:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XIV - planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações de interesse das respectivas regiões produtoras de cacau no Estado do Espírito Santo;

XV - executar atividades de:

a) pesquisa, experimentação e estudos relativos às tecnologias alternativas para o desenvolvimento da cacauicultura e de outros cultivos associados, de interesse regional; e

b) assistência técnica, extensão rural e treinamento, visando à difusão e transferência de tecnologias voltadas à diversificação agropecuária, à agroindústria e à preservação ambiental, necessárias ao desenvolvimento rural sustentável nas regiões produtoras de cacau;

XVI - realizar pesquisa e experimentação nas condições regionais para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

c) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e de outros cultivos associados;

d) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais, nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

e) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos, que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

XVII - prestar apoio técnico para:

a) mapeamento com apoio do CEPEX/SUBES de áreas foco e orientar campanhas objetivando o controle das pragas e surtos epidemiológicos;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos, por meio de estudos epidemiológicos;

c) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro; e

d) certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

XVIII - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais, herbário, xiloteca, coleções zoológicas e bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

XIX - apoiar:

a) estudos básicos de pesquisa e de fomento, voltados para conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais; e

b) monitoramento de recursos naturais referentes ao clima, solo, recursos hídricos e cobertura vegetal, em articulação com os Órgãos Federais intervenientes, e manter bancos de dados geoambientais à disposição dos usuários;

XX - estimular e participar do desenvolvimento e adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa; e

XXI - manter articulações com as Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Espírito Santo, para implementação regional de interface institucional das atividades de:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XXII - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas.

Art. 235. Ao Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro (NUSAF/SEPES) compete:

I - executar as atividades relacionadas com a administração geral, execução orçamentária e financeira, contabilidade, ao arquivo, e à administração de pessoal, especialmente de:

a) registros da execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados à Gerência Regional;

b) registros contábeis;

c) registros da conformidade documental e da conformidade da gestão;

d) orientação da elaboração dos processos de prestação de contas; e

e) instrução em processo oriundo de órgão de controle;

II - controlar o quadro de agentes responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora;

III - acompanhar, mensalmente, por meio dos registros no Sistema Específico, a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados;

IV - elaborar os processos de solicitação de alteração orçamentária e de programação financeira mensal, em conformidade com a necessidade de recursos;

V - promover os cadastramentos da proposta orçamentária anual e de processo de solicitação de alteração orçamentária no Sistema Específico;

VI - consolidar as propostas orçamentárias das Unidades Administrativas integrantes da Gerência Regional, observando os parâmetros estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - elaborar tabelas, quadros, relatórios gerenciais e pareceres sobre administração orçamentária e financeira;

VIII - elaborar provisão de recursos orçamentários aprovados para a Gerência Regional;

IX - acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços;

X - promover, orientar e controlar transporte de cargas e de servidores e empregados públicos em serviço e a distribuição e movimentação dos veículos;

XI - acompanhar e controlar os custos de manutenção e de conservação dos veículos, as produtividades e o consumo de combustíveis, manter cadastro com informações relacionadas aos veículos, motoristas, itinerários e datas;

XII - proceder à avaliação, transferência, registro, matrícula e inventário referentes aos bens patrimoniais, imóveis, móveis e semoventes e inspecionar as condições de uso e conservação e registrando o resultado da inspeção efetuada;

XIII - informar os bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos regionais e encaminhar para a Superintendência; e

XIV - executar:

a) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

b) procedimentos licitatórios para aquisição e alienação de bens de consumo ou permanente; e

c) controle, distribuição, conservação e registro dos materiais de consumo adquiridos.

Subseção III

Da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas

Art. 236. À Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados do Pará e Amazonas (SUPAM/CEPLAC) compete:

I - promover a integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito dos Estados do Pará e Amazonas;

II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;

III - proceder à interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;

IV - coordenar edição e distribuição de trabalhos técnico científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais, e de comunicação rural;

V - promover e coordenar em articulações com as competentes Unidades Centrais, as atividades de:

a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, e a elaboração do respectivo plano gerencial;

b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade, comunicação e divulgação social, e

c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação- TI;

VI - acompanhar e participar do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais;

VII - orientar as Unidades Administrativas integrantes da SUPAM/CEPLAC, quanto à aplicação das normas e regulamentos, emitindo parecer;

VIII - elaborar e acompanhar a execução dos contratos firmados;

IX - promover articulações com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFAs, para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica e referente a:

a) ações de defesa sanitária animal e vegetal;

b) atividades de classificação de produtos cacaueiros e produtos consorciados e os da heveicultura e dos produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e ao cooperativismo; e

d) sistema integrado de produção agrossilvipastoril;

X - promover articulações junto à Unidade Central competente, no que se refere às diretrizes e execução das atividades de TI; e

XI - planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações das regiões produtoras de cacau no âmbito dos Estados do Pará e Amazonas.

Art. 237. À Seção Programação e Avaliação (SEPRA/SUPAM) compete:

I - orientar e acompanhar:

a) a implementação das diretrizes programáticas regionais;

b) a aplicação dos instrumentos de elaboração, avaliação, monitoramento e revisão da programação operacional;

c) os fluxos e prazos das atividades de planejamento operacional e de programações orçamentárias, respectivamente, nos Sistemas de Controle;

d) os processos de execução e monitoramento do PPA e LOA, para inserção de dados e atualização de informações nos Sistemas Gerenciais;

e) o calendário dos eventos referentes ao processo de planejamento operacional; e

f) os relatórios de acompanhamento da execução programática;

II - proceder à análise das proposições e compor as específicas metas para o Plano Plurianual e para a programação física a serem encaminhadas;

III - manter interação com a competente Unidade Central do CEPLAC/SE quanto aos requerimentos do Plano Plurianual - PPA;

IV - elaborar e encaminhar à competente Unidade Central, relatórios de:

a) desempenho relativo ao PPA e LOA;

b) avaliações semestrais e anuais, inclusive correspondentes ao período do PPA;

c) informações para balanços gerais, mensagens, relatórios, entre outras afins;

d) proposições das metas setoriais para o Plano Plurianual e da programação física a serem encaminhadas; e

e) relatórios de acompanhamentos e atualizações dos sistemas relacionados com os projetos e programas em execução.

Art. 238. Ao Serviço de Suporte Administrativo e Financeiro (SESAF/SUPAM) compete:

I - promover, acompanhar e controlar, consoante orientações das competentes Unidades Centrais, as atividades de:

a) administração geral relacionadas a material, patrimônio, aquisição de bens e serviços, manutenção, vigilância, zeladoria, transporte e comunicações administrativas;

b) execução orçamentária, financeira e contábil; e

c) contratações das prestações de serviço de assistência médica, social, psicossocial e odontológica, de enfermagem e medicina do trabalho e de manutenção, zeladoria, vigilância e transporte;

II - elaborar diagnósticos e projetos, bem como implementar ações para a racionalização do uso de materiais, instalações e equipamentos, com vistas à melhoria da prestação de serviços à redução dos custos operacionais das unidades administrativas regionais;

III - identificar oportunidades de melhoria para serem trabalhados consoante princípios da excelência da gestão; e

IV - implementar e controlar as atividades de Administração e gestão de pessoas, especialmente de:

a) registro e controle dos dados cadastrais;

b) pagamento e concessão de direitos e vantagens para pessoal ativo, inativo e pensionista;

c) programação e execução de treinamento e capacitação; e

d) avaliações de desempenho.

Art. 239. Ao Núcleo de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais (NUPES/SESAF) compete:

I - organizar cadastramento dos servidores e manter atualizados os dados referentes às ocorrências funcionais e pessoais;

II - controlar:

a) férias e frequência;

b) afastamentos e licenças;

c) licenças médicas e, quando necessário, o encaminhamento do servidor à junta médica oficial, para fins de perícia; e

d) benefícios sociofuncionais disponibilizados aos servidores;

III - instruir processos para concessões de direitos e vantagens aos servidores;

IV - subsidiar os trabalhos de auditoria realizados pelos Órgãos Competentes;

V - manter controle das localizações dos servidores e empregados públicos;

VI - organizar e manter atualizados os registros funcionais e as fichas financeiras dos servidores e empregados públicos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VII - apoiar a competente Unidade Central no preparo de informações referentes a:

a) processos relativos a pagamentos de exercícios anteriores, indenizações e auxílios devidos a servidores e empregados públicos do CEPLAC/SE; e

b) folhas de pagamento do pessoal ativo e dos inativos e pensionistas, além das folhas suplementares e complementares;

VIII - expedir declarações e certidões;

IX - orientar e acompanhar elaboração do levantamento de necessidades de treinamento.

X - promover administração de material e patrimônio relacionada a:

a) procedimentos licitatórios para aquisição de bens de consumo, permanentes e semoventes e de contratação de obras e serviços para atendimento às Unidades Administrativas Regionais, sempre que os valores ultrapassarem o limite de compra direta;

b) alienação de bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos;

c) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

d) inventários dos bens imóveis, móveis e semoventes e inspecionar as condições de uso e conservação;

e) recebimento de requisições de materiais e serviços, emitidas pelas Unidades Administrativas e pelo almoxarifado para reposição do estoque;

f) classificação dos pedidos de compra, coleta de preços junto aos fornecedores, análise e geração do mapa analítico de cotações, elaboração e divulgação dos resultados e o envio à Unidade Administrativa competente para empenho;

g) acompanhamento, controle e lançamento das informações de referência nos seguintes sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Sistema de Patrimônio Interno - SISPATRI, Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais - SIASG e Sistema de Informações Orçamentárias - SIOR;

h) recebimento, conferência, armazenamento, distribuição dos materiais permanentes e dos materiais de consumo adquiridos, controle das entradas, saídas e localizações de bens e verificação das condições de estocagem, com registro do resultado da inspeção efetuada;

i) notificação à Unidade Administrativa requisitante em caso de disfunção ocorrida;

j) distribuição e liberação de materiais, mediante requisições de materiais e serviços e notas de remessa; e

k) controle da emissão de requisição para reposição do estoque;

XI - acompanhar e controlar mensalmente os registros contábeis dos bens de consumo, mediante o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA e encaminhar para dar baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

XII - prover de materiais de consumo e permanente as Unidades Administrativas Regionais;

XIII - proceder ao controle da documentação corrente e do arquivo, especialmente relacionado a:

a) protocolo, tais como recebimento, numeração, registro, distribuição e expedição da correspondência oficial, processos e demais documentos correntes;

b) guarda e conservação da documentação arquivada;

c) prestação de informações aos interessados sobre tramitação de documentos;

d) aplicação de tabela de temporalidade para arquivamento ou descarte dos documentos;

XIV - providenciar transporte de carga e de servidores em serviço e controlar movimentação de veículos;

XV - promover:

a) manutenção preventiva e corretiva; e

b) lavagem, lubrificação e abastecimento;

XVI - acompanhar e controlar:

a) custos das manutenções; e

b) consumo de combustível;

XVII - manter e controlar:

a) telefonia e reprografia;

b) vigilância;

c) zeladoria; e

d) utilização dos bens imóveis;

XVIII - orientar e controlar, no âmbito da sede regional, a entrada e saída de pessoas.

Art. 240. Ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira (NUEOF/SESAF) compete:

I - proceder o registro referente à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na SUPAM/CEPLAC, especialmente de:

a) emissão e anulação de Empenho e Nota de Movimentação de Crédito;

b) liquidação e pagamento de despesa; e

c) pagamento de suprimento de fundos e controle da respectiva prestação de contas;

II - arquivar os documentos da gestão orçamentária e financeira; e

III - registrar:

a) conformidade de gestão; e

b) conformidade de operadores;

IV - providenciar concessão de suprimento de fundos e controlar respectiva prestação de contas;

V - executar as inclusões, alterações e exclusões das informações específicas do SIAFI;

VI - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; e

VII - processar e controlar os registros nos Sistemas Específicos, referentes às execuções orçamentárias e financeiras dos créditos orçamentários disponibilizados à SUPAM/CEPLAC.

Art. 241. Ao Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural (CEPEX/SUPAM) compete:

I - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de:

a) pesquisa, experimentação, assistência técnica, extensão rural e realização de estudos socioeconômicos relativos ao cacau e outros cultivos e, à maximização dos recursos das Unidades de Produção Regional;

b) pesquisa, assistência técnica e extensão rural sobre sistemas agroflorestais com cacaueiro, para as condições ecológicas da Amazônia;

II - gerar, em face dos resultados das pesquisas, tecnologia para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das enfermidades e pragas do cacaueiro, nas condições amazônicas;

b) desenvolvimento de equipamentos para o controle das respectivas pragas, doenças e ervas daninhas do cacaueiro;

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiro, conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e do grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres; e

d) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

III - desenvolver sistemas de produção do cacaueiro;

IV - promover e acompanhar:

a) mapeamento das áreas-foco e orientação de campanhas, objetivando controle de enfermidades e pragas do cacaueiro;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos por meio de estudos epidemiológicos e controle de área-foco;

c) investigação dos efeitos que os defensivos agrícolas causam ao meio ambiente, população e aos agentes polarizadores das plantas;

d) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões para fins de melhoramento do cacaueiro da Amazônia;

e) intercâmbio internacional de germoplasma de cacau, valendose de Centros de Pesquisas e de outros países produtores; e

f) desenvolvimento de equipamentos para controle de pragas nas condições da Amazônia Ocidental;

V - manter bancos de germoplasma de cacau;

VI - definir e adequar sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade da Unidades de Produção;

VII - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais (herbário, xiloteca, coleção zoológica) e bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse da região cacaueira, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

VIII - efetuar e apoiar estudos básicos de pesquisa, voltados para o conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais;

IX - proceder ao monitoramento contínuo dos recursos naturais relacionados a clima, solos, recursos hídricos e cobertura vegetal, observadas as orientações dos competentes Órgãos Federais intervenientes e manter atualizadas as bases de dados geoambientais;

X - realizar estudos e pesquisas para:

a) acompanhamento da situação socioeconômica dos pólos cacaueiros da Amazônia;

b) verificação da viabilidade econômica das tecnologias em geração ou daquelas que estão sendo adaptadas na área de produção;

c) criação de modelos de gerenciamento da produção cacaueira; e

d) conhecimento dos ecossistemas regionais, voltados para sua recuperação, conservação e preservação;

XI - participar de estudos e pesquisas de âmbito nacional, requeridos pela CEPLAC/SE, inclusive de estudos de avaliação dos programas implementados para verificação dos impactos dos mesmos nas populações-alvo da região;

XII - estimular e participar do desenvolvimento, adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa;

XIII - implementar:

a) o desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

b) a definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das unidades de produção; e

c) o levantamento e pesquisa sobre agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos, faunísticos e informações geoambientais;

XIV - manter articulações com as SFAs e demais Órgãos Federais intervenientes, no que se refere às orientações específicas das atividades regionais com interfaces institucionais relacionadas à defesa sanitária animal e vegetal, aos sistemas de produção agrossilvipastoris, às certificações e classificações dos produtos cacaueiros e produtos consorciados, inclusive da heveicultura e dos produtos agroenergéticos, do associativismo rural e cooperativismo;

XV - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas.

XVI - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de assistência técnica e extensão rural regionais, inclusive treinamentos;

XVII - elaborar e revisar informações técnicas para extensionistas, em consonância com as recomendações das Unidades Administrativas de pesquisa;

XVIII - orientar e acompanhar a aplicação de metodologia de assistência técnica e extensão rural, no que se refere ao treinamento do público alvo;

XIX - motivar as populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, outros cultivos e estimular o cooperativismo e o associativismo rural;

XX - promover a realização de treinamentos sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento de produtos agrícolas e gerenciamento das Unidades de Produção;

XXI - orientar elaboração de projeto para a melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia e para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

XXII - apoiar ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

XXIII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

XXIV - executar atividades de classificação, melhoria da qualidade do cacau e seus derivados e promover a realização da previsão de safra de cacau;

XXV - implementar e avaliar as estratégias metodológicas de assistência técnica, extensão rural e treinamento e orientar as Unidades Administrativas Executoras;

XXVI - sistematizar conhecimentos e tecnologias geradas pela pesquisa para repasse aos extensionistas e outros difusores de tecnologias;

XXVII - inventariar tecnologias e formas de produção utilizadas nas unidades locais de produção que possam ser repassadas para sistematização por parte da pesquisa ou diretamente para outros produtores;

XXVIII - apoiar e orientar as ações de associativismo rural e de cooperativismo, voltadas ao desenvolvimento da cacauicultura; e

XXIX - promover integração intra e interinstitucionais para apropriação de conhecimentos e experiências em treinamento e em associativismo rural;

Art. 242. À Seção de Geração de Tecnologia (SEGET/CEPEX) compete:

I - realizar e acompanhar pesquisas especializadas requeridas pela cacauicultura e outros cultivos regionais;

II - levantar informações para avaliações do desempenho e da produção técnico-científica das áreas especializadas;

III - acompanhar os projetos de pesquisas desenvolvidos nas estações experimentais, funcionando como intermediador dos trabalhos desenvolvidos, subsidiando o Chefe do CEPEX nas suas decisões;

IV - proceder:

a) a seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiros e outros cultivos; e

b) estudos para conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e o grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres.

Art. 243. À Estação Experimental Paulo Morelli (ESPAM/SEGET) e Estação Experimental de Tucumã (ESTUC/SEGET) competem:

I - desenvolver as atividades técnicas requeridas pelos experimentos realizados em áreas de campo, casas de vegetação e laboratórios e do manejo agropecuário;

II - realizar pesquisa e experimentação nas condições da Amazônia Oriental para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiros e outros cultivos associados;

d) conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e o grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres;

e) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

f) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

g) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

h) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

III - promover coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro da Amazônia Oriental;

IV - manter e conservar os bancos de germoplasma do cacau;

V - elaborar e providenciar encaminhamento de:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) requisições de materiais de consumo, equipamentos e serviços necessários à execução da programação e da conservação das instalações; e

b) formulário ou documento relacionado com acompanhamento e controle da experimentação executada;

VI - prestar as informações solicitadas pelos pesquisadores responsáveis pelos experimentos.

Art. 244. À Estação Experimental de Recursos Genéticos José Haroldo (ERJOH/SEGET) compete:

I - desenvolver as atividades técnicas requeridas pelos experimentos realizados em áreas de campo, casas de vegetação e laboratórios e o manejo agropecuário;

II - realizar pesquisa e experimentação nas condições da Amazônia Oriental para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiros e outros cultivos associados;

d) conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e o grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres;

e) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

f) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

g) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

h) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

III - promover coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro da Amazônia Oriental;

IV - manter e conservar os bancos de germoplasma do cacau;

V - elaborar e providenciar encaminhamento de:

a) requisições de materiais de consumo, equipamentos e serviços necessários à execução da programação e da conservação das instalações; e

b) formulário ou documento relacionado com acompanhamento e controle da experimentação executada;

VI - prestar as informações solicitadas pelos pesquisadores responsáveis pelos experimentos;

VII - desenvolvimento de pesquisas e manutenção dos Laboratórios de Cultura de Tecidos, Genética Molecular, Fitopatologia, Solos e Caracterização de Plantas do Banco de Germoplasma de Cacau;

VIII - ministrar cursos/Treinamentos nas suas áreas de competência.

Art. 245. Ao Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEREX/CEPEX) compete:

I - realizar estudos básicos e aplicados, pesquisas e levantamentos de interesse da assistência técnica, extensão rural, capacitação e treinamento, com a finalidade de elaboração, acompanhamento e avaliação da programação operacional;

II - elaborar e acompanhar a proposta orçamentária no que diz respeito à assistência técnica, extensão rural e ao treinamento e orientar as Unidades Administrativas do CEPEX/SUPAM, no que tange às rotinas pertinentes;

III - gerenciar o Sistema de Acompanhamento da Extensão Rural - SISCENEX;

IV - acompanhar e promover as atualizações do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER - SISCENEX;

V - programar, orientar e controlar a assistência técnica e a extensão rural, no âmbito regional, inclusive treinamentos;

VI - orientar e acompanhar:

a) trabalhos de adequação de tecnologias para transferência ao produtor;

b) capacitação de servidores e empregados públicos;

c) atividades técnicas executadas em campo, para aplicação de tecnologias; e

d) transferência de tecnologia, especialmente para:

1. produção de cacau e de cultivos associados; e

2. organização associativista rural e cooperativista;

VII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VIII - promover interação com as Unidades de Pesquisas, com vistas à identificação de ocorrências em campo, que constituam óbices para o desenvolvimento das lavouras;

IX - orientar e apoiar a participação em reuniões, comissões e grupos de estudos; e

X - acompanhar a execução dos convênios e contratos.

Art. 246. Ao Setor de Transferência de Tecnologia (SETEC/SEREX) compete:

I - adaptar conhecimentos e tecnologias, geradas pelo CEPEX/SUPAM e outros Órgãos de pesquisa, para transferência aos produtores rurais;

II - instalar e acompanhar o desempenho das áreas demonstrativas de manejo de cacau ou outros cultivos associados e produzir material para difusão;

III - programar e providenciar a distribuição de material botânico de cacau e outros cultivos associados para as Unidades Administrativas de extensão e produtores;

IV - proceder:

a) à execução e acompanhamento de projetos pertinentes à extensão rural;

b) ao encaminhamento de amostras de solo e de material botânico para análise laboratorial na ERJOH/SEGET; e

c) à identificação de necessidades e operacionalizar a capacitação técnica de servidores e empregados públicos;

V - participar de:

a) comissões junto aos agentes financeiros, para discutir e eleger atividades agrícolas objeto de financiamento bancário; e

b) comitês técnicos para indicação de projetos de pesquisa que visam à solução de problemas da agropecuária regional;

VI - programar e acompanhar:

a) treinamento para técnicos, produtores, trabalhadores rurais e comunidade organizada, sobre tecnologias de processamento de produtos e subprodutos agropecuários e manejo de cultivos;

b) encontros entre extensionistas, pesquisadores e produtores rurais, objetivando discutir e identificar demandas regionais para o desenvolvimento rural sustentável e a transferência de tecnologia; e

c) atualização de metodologias de extensão rural e capacitação dos extensionistas visando à transferência de tecnologias de acordo com o perfil dos produtores e usuários; e

VII - apoiar:

a) geração participativa de conhecimentos e tecnologias agroecológicas, em conjunto com os beneficiários e respectivas organizações, instituições de ensino, de pesquisa e outras organizações da sociedade civil;

b) organização de produtores rurais e consumidores para esclarecimento da importância da produção e consumo de produtos ecológicos;

c) implementação de sistemas agroflorestais diversificados, como forma de conciliar a regeneração florestal e atividades agrícolas nas regiões cacaueiras dos Estados do Pará e Amazonas; e

d) manejo florestal sustentável de uso múltiplo, pelas populações extrativistas e demais comunidades rurais;

VIII - elaborar:

a) material audiovisual de validação e transferência de resultados de pesquisa para extensionistas e produtores rurais;

b) materiais de comunicação sobre assistência técnica e extensão rural; e

c) informações para alimentação do site do CEPLAC/SE na Internet.

Art. 247. Ao Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar (SECAF/SEREX) compete:

I - ministrar cursos de qualificação e capacitação de trabalhadores, administradores e produtores rurais para utilização das práticas de manejo agropecuário;

II - elaborar estudos e identificar demandas de treinamentos requeridos pelas regiões de atuação do SEPEX/SUPAM;

III - avaliar qualitativamente os resultados dos treinamentos junto aos beneficiários e os impactos nas cadeias produtivas;

IV - manter cadastro de oferta e realização dos treinamentos incluindo informações de interesse, temas tratados e segmentos regionais atendidos;

V - planejar e executar projetos de:

a) incubadoras voltadas para os segmentos da agroindústria e apicultura;

b) formação de Agentes de Desenvolvimento em comunidades rurais;

c) treinamento à distância para qualificação de clientes e usuários dos serviços de ATER; e

d) desenvolvimento de pessoas contemplando temas como: metodologias participativas, políticas públicas, agroecologia, gestão social, territorialidade, ruralidade, economia solidária e empreendimentos da agricultura familiar;

VI - articular os atores sociais em níveis dos territórios de atuação na discussão, organização e implementação de ações e políticas publicas;

VII - a integração dos entes públicos em níveis Municipal, Estadual e Federal com vistas à consecução de projetos de interesse dos territórios rurais;

VIII - promover:

a) ações de fortalecimento da agricultura familiar com foco no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais;

b) capacitação e qualificação técnicas focadas nas questões de gênero e juventude rural; e

c) ações de fortalecimento do protagonismo juvenil no campo e sucessão rural.

Art. 248. Aos Escritórios Regionais de Assistência Técnica e Extensão Rural na Transamazônica (ERTRA/SEREX), Bragantina (ERBRA/SEREX) e no Médio Amazonas (ERMAM/SEREX) competem:

I - coordenar, programar, orientar e acompanhar as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, de forma que as equipes de trabalho procedam:

a) ao atendimento e orientação aos produtores rurais e desenvolvimento das atividades próprias da extensão rural, visando ao aumento da produtividade dos cultivos, melhoria da qualidade dos produtos obtidos no campo, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida do produtor, como forma de viabilizar o desenvolvimento agrícola sustentado;

b) ao treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais em face das demandas das comunidades regionais;

c) promoção, junto aos produtores e trabalhadores rurais e comunidades rurais, de ações voltadas ao estímulo do associativismo rural, cooperativismo e outras formas de organização social;

d) atendimento e orientação aos assentamentos de reforma agrária;

e) classificação do cacau e seus derivados, apoio à melhoria da qualidade do cacau e realização da previsão de safra do cacau;

f) elaboração, orientação e acompanhamento dos projetos de:

1. financiamento rural, visando ao desenvolvimento das propriedades, das comunidades e dos produtores rurais; e

2. desenvolvimento da cacauicultura, quando da utilização de recursos alocados pelo Governo Federal, acompanhando as suas aplicações;

g) programação operacional anual da Assistência Técnica e Txtensão Rural - ATER, com base nas potencialidades e entraves identificados nos diagnósticos das propriedades e comunidades rurais regionais, estabelecendo metas e definindo ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos; e

h) certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

II - acompanhar as aplicações dos recursos financeiros dos créditos concedidos aos agricultores nos financiamentos agrícolas, consoante orientação e assistência técnica prestadas;

III - implementar mecanismos de motivação às populações rurais para o desenvolvimento da cacauicultura e das atividades de diversificação agropecuária regional;

IV - implementar e acompanhar:

a) ações de treinamento de mão de obra para qualificação dos produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas recomendadas para aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e preservação ambiental;

b) identificação de necessidades de recursos materiais e de manutenção dos recursos patrimoniais; e

c) treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas necessárias para atender às demandas das comunidades regionais;

V - manter entendimentos com organizações privadas e públicas quanto à prestação de assistência técnica articulada, no atendimento às populações rurais;

VI - estimular ações de desenvolvimento do associativismo rural e cooperativismo regionais;

VII - participar e acompanhar:

a) a certificação de produtos da cacauicultura e de cultivos associados, assim como a classificação de cacau e derivados, em articulação com a SFA-PA/SE;

b) a elaboração, orientação e acompanhamento de projetos, em especial de financiamento rural, visando ao desenvolvimento das propriedades, das comunidades e dos produtores rurais; e

c) a elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos alocados pelo Governo Federal, destinados ao desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional;

VIII - prestar assistência técnica, inclusive na utilização de crédito rural, na realização de prospecção fitossanitária, na motivação das populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, sistemas agroflorestais e de outros cultivos associados, e no estímulo ao associativismo rural e ao cooperativismo;

IX - ministrar treinamento sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento do cacau e gerenciamento das Unidades de Produção;

X - promover melhoria da qualidade do cacau e de seus derivados e elaborar previsão de safra do cacau e outros cultivos associados;

XI - executar as atividades de administração de material e patrimônio, de administração de pessoal, de transporte, de manutenção e de zeladoria, consoante orientação específica da competente Unidade Central; e

XII - proceder aos registros da execução orçamentária e financeira, e da contabilidade dos recursos disponibilizados, quando de Unidade Gestora, incluindo o encerramento do exercício financeiro e a formalização da respectiva tomada de conta.

Art. 249. À Seção de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Amazonas (SEPAM/SUPAM) compete:

I - promover integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologias para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau;

II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando interação e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura, entre outras atividades autossustentáveis de interesse regional;

III - coordenar edição e distribuição de materiais e comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau;

IV - proceder à interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologias de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;

V - promover e coordenar em articulação com o CEPEX/SUPAM as atividades de:

a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, e a elaboração do respectivo plano gerencial; e

b) administração geral e de pessoal e de comunicação social no âmbito regional;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - apoiar:

a) identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, em conjunto com as Unidades Administrativas de pesquisa do CEPLAC/SE;

b) ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

VII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VIII - orientar elaboração de projeto para melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia, e também para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

IX - promover divulgação dos resultados de pesquisas para as comunidades rurais;

X - orientar e acompanhar as atividades de capacitação de mão de obra rural e a difusão do associativismo rural e do cooperativismo;

XI - programar treinamento para capacitação dos técnicos extensionistas e pesquisadores subordinados;

XII - elaborar e acompanhar execução de contratos e convênios firmados;

XIII - promover articulações com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica e referente a:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XIV - planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações de interesse das respectivas regiões produtoras de cacau no Estado do Amazonas.

XV - executar as atividades relacionadas à administração geral, execução orçamentária e financeira, contabilidade, arquivo e a administração de pessoal, especialmente de:

a) registros da execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados;

b) registros contábeis;

c) registros da conformidade documental e da conformidade da gestão;

d) orientação da elaboração dos processos de prestação de contas; e

e) instrução em processo oriundo de órgão de controle;

XVI - controlar o quadro de agentes responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora;

XVII - acompanhar, mensalmente, por meio dos registros no Sistema Específico, a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados;

XVIII - executar atividades de:

a) pesquisa, experimentação e estudos relativos à tecnologias alternativas para o desenvolvimento da cacauicultura e de outros cultivos associados, de interesse regional; e

b) assistência técnica, extensão rural e treinamento, visando a difusão e transferência de tecnologias voltadas para a diversificação agropecuária, agroindústria e preservação ambiental, necessárias ao desenvolvimento rural sustentável nas regiões produtoras de cacau;

XIX - realizar pesquisa e experimentação nas condições regionais para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

c) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e de outros cultivos associados;

d) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais, nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

e) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos, que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

XX - prestar apoio técnico para:

a) mapeamento com apoio do CEPEX/SUPAM de áreas foco e orientar campanhas objetivando o controle das pragas e surtos epidemiológicos;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos, por meio de estudos epidemiológicos;

c) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro; e

d) certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

XXI - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais, bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

XXII - apoiar:

a) estudos básicos de pesquisa e de fomento, voltados para conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais; e

b) monitoramento de recursos naturais referentes ao clima, solo, recursos hídricos e cobertura vegetal, em articulação com os Órgãos Federais intervenientes, e manter bancos de dados geoambientais à disposição dos usuários;

XXIII - estimular e participar do desenvolvimento e adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa;

XXIV - manter articulações com as Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado do Amazonas, para implementação regional de interface institucional das atividades de:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XXV - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas.

Art. 250. Ao Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro (NUSAF/SEPAM) compete:

I - executar as atividades relacionadas à administração geral, execução orçamentária e financeira, contabilidade, arquivo e à administração de pessoal, especialmente de:

a) registros da execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados para Gerência Regional;

b) registros contábeis;

c) registros da conformidade documental e da conformidade da gestão;

d) orientação da elaboração dos processos de prestação de contas; e

e) instrução em processo oriundo de órgão de controle;

II - controlar o quadro de agentes responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora;

III - acompanhar, mensalmente, por meio dos registros no Sistema Específico, a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados;

IV - elaborar os processos de solicitação de alteração orçamentária e de programação financeira mensal, em conformidade com a necessidade de recursos;

V - promover os cadastramentos da proposta orçamentária anual e de processo de solicitação de alteração orçamentária no Sistema Específico;

VI - consolidar as propostas orçamentárias das Unidades Administrativas integrantes da Gerência Regional, observando os parâmetros estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - elaborar tabelas, quadros, relatórios gerenciais e pareceres sobre administração orçamentária e financeira;

VIII - elaborar provisão de recursos orçamentários aprovados para a Gerência Regional;

IX - acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços;

X - promover, orientar e controlar transporte de cargas e de servidores e empregados públicos em serviço, e a distribuição e movimentação dos veículos;

XI - acompanhar e controlar os custos de manutenção e de conservação dos veículos, as produtividades e os consumos de combustíveis, manter cadastro com informações relacionadas aos veículos, motoristas, itinerários e datas;

XII - proceder à avaliação, transferência, registro, matrícula e inventário referente aos bens patrimoniais, imóveis, móveis e semoventes e inspecionar as condições de uso e conservação e registrar o resultado da inspeção efetuada;

XIII - informar os bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos regionais e encaminhar para a Superintendência; e

XIV - executar:

a) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

b) procedimentos licitatórios para aquisição e alienação de bens de consumo ou permanente; e

c) controle, distribuição, conservação e registro dos materiais de consumo adquiridos.

Subseção IV

Da Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira nos Estados de Rondônia e do Mato Grosso

Art. 251. À Superintendência Regional de Desenvolvimento da Lavoura Cacaueiras nos Estados de Rondônia e Mato Grosso (SUROM/CEPLAC) compete:

I - integrar as atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito do Estado de Estado de Rondônia;

II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional;

III - proceder à interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;

IV - coordenar edição e distribuição de trabalhos técnico-científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais, e de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau;

V - promover e coordenar em articulação com a competente Unidade Central, observadas as orientações dos Órgãos Setoriais dos Sistemas Federais Intervenientes, as atividades de:

a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, e elaboração do respectivo plano gerencial;

b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade e comunicação, e

c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação - TI;

VI - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VII - acompanhar e participar do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais;

VIII - orientar as Unidades Administrativas integrantes da SUROM/CEPLAC quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer;

IX - elaborar e acompanhar a execução dos contratos firmados; e

X - articular com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica e referente a ações de:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e produtos consorciados, os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento do associativismo e cooperativismo rural; e

d) sistema integrado de produção agrossilvipastoril;

XI - articular junto à Coordenação de Planejamento, Avaliação e Gestão no que se refere às diretrizes e execução das atividades de TI; e

XII - planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações das regiões produtoras de cacau no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 252. À Seção de Programação e Avaliação (SEPRA/SUROM) compete:

I - orientar e acompanhar:

a) processo de discussão e definição das diretrizes programáticas regionais;

b) aplicações dos instrumentos de avaliação, monitoramento e revisão da programação operacional;

c) fluxos e prazos das atividades de planejamento operacional e de programações orçamentárias, respectivamente, nos Sistemas de Controle; e

d) processos de execução e monitoramento do PPA e LOA, para inserção de dados e atualização de informações nos Sistemas Gerenciais;

II - divulgar o calendário dos eventos referentes ao processo de planejamento operacional;

III - orientar, monitorar, avaliar e revisar programação operacional e participar da elaboração do plano gerencial;

IV - consolidar informações e emitir relatórios periódicos relativos às Unidades Administrativas integrantes da Superintendência Regional, com vistas à elaboração da programação e acompanhamento da execução programática;

V - proceder à análise das proposições e compor as específicas metas para o Plano Plurianual e para a programação física a serem encaminhadas;

VI - manter interação com a competente Unidade Central do CEPLAC/SE quanto aos requerimentos do Plano Plurianual - PPA;

VII - providenciar, elaborar e encaminhar para a Unidade Central de competência:

a) desempenho relativo ao PPA e LOA;

b) avaliações semestrais e anuais, inclusive correspondentes ao período do PPA;

c) informações para balanços gerais, mensagens, relatórios, entre outras afins;

d) proposições das metas setoriais para o Plano Plurianual e da programação física a serem encaminhadas; e

e) relatórios de acompanhamentos e atualizações dos sistemas relacionados com os projetos e programas em execução;

VIII - orientar, elaborar, acompanhar e avaliar o desempenho dos programas e projetos especiais.

Art. 253. Ao Serviço de Suporte Administrativo e Financeiro (SESAF/SUROM) compete:

I - executar, acompanhar e controlar, consoante as competentes Unidades Centrais, as atividades de:

a) administração geral relacionada a material, patrimônio, aquisição de bens e serviços, manutenção, vigilância, zeladoria, transporte e comunicações administrativas; e

b) execução orçamentária, financeira e contábil;

c) contratações das prestações de serviço de assistência médica, social, psicossocial odontológica, de enfermagem e medicina do trabalho e de manutenção, zeladoria, vigilância e transporte;

II - elaborar diagnósticos e projetos, e implementar ações para a racionalização do uso de materiais, instalações e equipamentos, com vistas à melhoria da prestação de serviços e à redução dos custos operacionais das Unidades Administrativas regionais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - identificar oportunidades de melhoria para serem trabalhadas consoante princípios da excelência da gestão;

IV - implementar e controlar as atividades de gestão de pessoas, especialmente de:

a) registro e controle dos dados cadastrais;

b) pagamento e concessão de direitos e vantagens para pessoal ativo, inativo e pensionista;

c) programação e execução de treinamento e capacitação; e

d) avaliações de desempenho.

Art. 254. Ao Núcleo de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais (NUPES/SESAF) compete:

I - organizar o cadastro dos servidores e empregados públicos, e manter atualizado os dados referentes às ocorrências funcionais e pessoais;

II - controlar:

a) férias e frequência;

b) afastamentos e licenças;

c) licenças médicas, e quando necessário o encaminhamento do servidor à junta médica oficial, para fins de perícia; e

d) benefícios sociofuncionais disponibilizados aos servidores;

III - instruir processos para concessões de direitos e vantagens dos servidores;

IV - subsidiar os trabalhos de auditoria realizados pelos Órgãos Competentes;

V - manter o controle da localização do servidor;

VI - organizar e manter atualizado os registros funcionais e as fichas financeiras dos servidores e empregados públicos;

VII - apoiar a competente Unidade Central no preparo de informações referentes a:

a) processos relativos a pagamentos de exercícios anteriores, indenizações e auxílios devidos aos servidores e empregados públicos do CEPLAC/SE; e

b) folha de pagamento do pessoal ativo, inativos e pensionistas, além das folhas suplementares e complementares;

VIII - expedir declarações e certidões;

IX - orientar e acompanhar a elaboração do levantamento de necessidades de treinamento;

X - promover administração de material e patrimônio relacionada a:

a) procedimentos licitatórios para aquisição de bens de consumo, permanentes e semoventes e de contratação de obras e serviços para atendimento às Unidades Administrativas Regionais, sempre que os valores ultrapassarem o limite de compra direta;

b) alienação de bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos;

c) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

d) inventários dos bens imóveis, móveis e semoventes, e da mesma forma inspecionar as condições de uso e conservação;

e) recebimento de requisições de materiais e serviços, emitidas pelas Unidades Administrativas e pelo almoxarifado para reposição do estoque;

f) classificação dos pedidos de compra, coleta de preços junto aos fornecedores, análise e geração do mapa analítico de cotações, elaboração e divulgação dos resultados, assim como o envio à Unidade Administrativa competente para empenho;

g) acompanhamento, controle e lançamento das informações de referência nos seguintes Sistemas: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Sistema de Patrimônio Interno - SISPATRI, Sistema Integrado da Administração de Serviços Gerais - SIASG e Sistema de Informações Orçamentárias - SIOR;

h) recebimento, conferência, armazenamento, distribuição dos materiais permanentes e dos materiais de consumo adquiridos, controle das entradas, saídas e localizações de bens e verificação das condições de estocagem, com registro do resultado da inspeção efetuada;

i) notificação à unidade administrativa requisitante de disfunção ocorrida;

j) distribuição e liberação de materiais, mediante requisições de materiais e serviços e notas de remessa; e

k) controle da emissão de requisição para reposição do estoque;

XI - acompanhar e controlar mensalmente os registros contábeis dos bens de consumo, mediante o Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA e encaminhar para dar baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;

XII - prover de materiais de consumo e permanente as unidades administrativas regionais;

XIII - controlar a documentação corrente e do arquivo, especialmente relacionado a:

a) protocolo, recebimento, numeração, registro, distribuição e expedição da correspondência oficial, processos e demais documentos correntes;

b) guarda e conservação da documentação arquivada;

c) prestação de informações aos interessados sobre tramitação de documentos; e

d) aplicação de tabela de temporalidade para arquivamento ou descarte dos documentos;

XIV - providenciar transporte de carga e de servidores em serviço, e controlar a movimentação de veículos;

XV - promover:

a) manutenção preventiva e corretiva; e

b) lavagem, lubrificação e abastecimento;

XVI - acompanhar e controlar:

a) custos das manutenções; e

b) consumo de combustível;

XVII - manter e controlar:

a) telefonia e reprografia;

b) vigilância;

c) zeladoria; e

d) utilização dos bens imóveis; e

XVIII - orientar e controlar, no âmbito da sede regional, a entrada e saída de pessoas.

Art. 255. Ao Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira (NUEOF/SESAF) compete:

I - realizar os registros referentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados a SUROM/CEPLAC, especialmente de:

a) emissão e anulação de Empenho e Nota de Movimentação de Crédito;

b) liquidação e pagamento de despesa; e

c) pagamento de suprimento de fundos e controle da respectiva prestação de contas;

II - arquivar os documentos da gestão orçamentária e financeira; e

III - registrar:

a) conformidade de gestão; e

b) conformidade de operadores;

IV - providenciar concessão de suprimento de fundos e controlar respectiva prestação de contas;

V - executar as inclusões, alterações e exclusões das informações específicas do SIAFI;

VI - manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; e

VII - processar e controlar os registros nos Sistemas Específicos, referentes às execuções orçamentárias e financeiras dos créditos orçamentários disponibilizados à SUROM/CEPLAC.

Art. 256. Ao Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural (CEPEX/SUROM) compete:

I - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de:

a) pesquisa, experimentação, assistência técnica, extensão rural e realização de estudos socioeconômicos relativos ao cacau e outros cultivos e, à maximização dos recursos das Unidades de Produção Regional;

b) pesquisa, assistência técnica e extensão rural sobre sistemas agroflorestais com cacaueiro, para as condições ecológicas da Amazônia;

II - gerar, em face dos resultados das pesquisas, tecnologia para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das enfermidades e pragas do cacaueiro, nas condições amazônicas;

b) desenvolvimento de equipamentos para o controle das respectivas pragas, doenças e ervas daninhas do cacaueiro;

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiro, conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e do grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres; e

d) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

III - desenvolver sistemas de produção do cacaueiro;

IV - promover e acompanhar:

a) mapeamento das áreas-foco e orientação de campanhas, objetivando controle de enfermidades e pragas do cacaueiro;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos por meio de estudos epidemiológicos e controle de área-foco;

c) investigação dos efeitos que os defensivos agrícolas causam ao meio ambiente, população e aos agentes polarizadores das plantas;

d) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões para fins de melhoramento do cacaueiro da Amazônia;

e) intercâmbio internacional de germoplasma de cacau, valendose de Centros de Pesquisas e de outros países produtores; e

f) desenvolvimento de equipamentos para controle de pragas nas condições da Amazônia Ocidental;

V - manter bancos de germoplasma de cacau;

VI - definir e adequar sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

VII - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais e bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse da região cacaueira, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

VIII - efetuar e apoiar estudos básicos de pesquisa, voltados para o conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais;

IX - proceder ao monitoramento contínuo dos recursos naturais relacionados a clima, solos, recursos hídricos e cobertura vegetal, observadas as orientações dos competentes Órgãos Federais intervenientes e manter atualizadas as bases de dados geoambientais;

X - realizar estudos e pesquisas para:

a) acompanhamento da situação socioeconômica dos pólos cacaueiros da Amazônia;

b) verificação da viabilidade econômica das tecnologias em geração ou daquelas que estão sendo adaptadas na área de produção;

c) criação de modelos de gerenciamento da produção cacaueira; e

d) conhecimento dos ecossistemas regionais, voltados para sua recuperação, conservação e preservação;

XI - participar de estudos e pesquisas de âmbito nacional, requeridos pelo CEPLAC/SE, inclusive de estudos de avaliação dos programas implementados para verificação dos impactos dos mesmos nas populações-alvo da região;

XII - estimular e participar do desenvolvimento, adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa;

XIII - implementar:

a) o desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

b) a definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção; e

c) o levantamento e pesquisa sobre agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos e informações geoambientais;

XIV - manter articulações com as SFAs/SE e demais Órgãos Federais intervenientes, no que se refere às orientações específicas das atividades regionais com interfaces institucionais relacionadas à defesa sanitária animal e vegetal, aos sistemas de produção agrossilvipastoris, às certificações e classificações dos produtos cacaueiros e produtos consorciados, inclusive da heveicultura e dos produtos agroenergéticos, do associativismo rural e cooperativismo;

XV - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas;

XVI - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de assistência técnica e extensão rural regionais, inclusive treinamentos;

XVII - elaborar e revisar informações técnicas para extensionistas, em consonância com as recomendações das unidades administrativas de pesquisa;

XVIII - orientar e acompanhar a aplicação de metodologia de assistência técnica e extensão rural, no que se refere ao treinamento do público alvo;

XIX - motivar as populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, outros cultivos e estimular o cooperativismo e o associativismo rural;

XX - promover a realização de treinamentos sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento de produtos agrícolas e gerenciamento das unidades de produção;

XXI - orientar na elaboração de projetos para a melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia, e para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

XXII - apoiar ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

XXIII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

XXIV - executar atividades de classificação, melhoria da qualidade do cacau e seus derivados e promover a realização da previsão de safra de cacau;

XXV - implementar e avaliar as estratégias metodológicas de assistência técnica, extensão rural e treinamento e orientar as Unidades Administrativas executoras;

XXVI - sistematizar conhecimentos e tecnologias geradas pela pesquisa para repasse aos extensionistas e outros difusores de tecnologias;

XXVII - inventariar tecnologias e formas de produção utilizadas nas Unidades locais de produção que possam ser repassadas para sistematização por parte da pesquisa ou diretamente para outros produtores;

XXVIII - apoiar e orientar as ações de associativismo rural e de cooperativismo, voltadas ao desenvolvimento da cacauicultura; e

XXIX - promover integração intra e interinstitucionais para apropriação de conhecimentos e experiências em treinamento e em associativismo rural.

Art. 257. À Seção de Geração de Tecnologia (SEGET/CEPEX) compete:

I - realizar e acompanhar pesquisas especializadas requeridas pela cacauicultura e outros cultivos regionais;

II - levantar informações para avaliações do desempenho e da produção técnico-científica das áreas especializadas;

III - implementar ações para que a execução da pesquisa disponha dos meios requeridos para o desenvolvimento da programação; e

IV - proceder:

a) à seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiros e outros cultivos; e

b) a estudos para conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e o grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres.

Art. 258. À Estação Experimental de Ouro Preto D'Oeste (ESEOP/SEGET) compete:

I - desenvolver as atividades técnicas requeridas pelos experimentos realizados em áreas de campo, casas de vegetação e laboratórios, e do manejo agropecuário;

II - realizar pesquisa e experimentação nas condições da Amazônia Oriental para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) seleção e produção de variedades melhoradas de cacaueiros e outros cultivos associados;

d) conhecimento dos mecanismos de herança de caracteres promissores e o grau de variabilidade das populações cultivadas e silvestres;

e) agrometeorologia, pedologia, recursos florísticos e faunísticos;

f) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e outros cultivos;

g) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

h) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

III - promover coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro da Amazônia Oriental;

IV - manter e conservar os bancos de germoplasma do cacau;

V - elaborar e providenciar encaminhamento de:

a) requisições de materiais de consumo, equipamentos e serviços necessários à execução da programação e da conservação das instalações; e

b) formulário ou documento relacionado com acompanhamento e controle da experimentação executada.

VI - prestar as informações solicitadas pelos pesquisadores responsáveis pelos experimentos.

Art. 259. À Seção de Assistência Técnica e Extensão Rural (SATER/CEPEX) compete:

I - programar, orientar, acompanhar e controlar as atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive treinamentos;

II - elaborar e revisar informações técnicas para extensionistas, em consonância com as recomendações das Unidades Administrativas de pesquisa;

III - orientar e acompanhar aplicação de metodologia de assistência técnica e extensão rural, no que se refere ao treinamento de produtores, administradores, operários agrícolas e comunidades regionais, para aproveitamento do cacau e seus derivados;

IV - motivar as populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura e estimular o cooperativismo e o associativismo rural;

V - promover a realização de treinamentos sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento de produtos agrícolas e gerenciamento das Unidades de Produção;

VI - orientar a elaboração de projetos de melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia e para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

VII - apoiar ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

VIII - executar atividades de classificação, melhoria da qualidade do cacau e seus derivados e promover a realização da previsão de safra de cacau;

IX - implementar e avaliar as estratégias metodológicas de assistência técnica, extensão rural e treinamento, e orientar as Unidades Administrativas Executoras;

X - sistematizar conhecimentos e tecnologias geradas pela pesquisa para repasse aos extensionistas e outros difusores de tecnologias;

XI - apropriar conhecimentos técnicos, com vistas a orientar execução de treinamento;

XII - participar de:

a) definição de sistemas de produção; e

b) reciclagem e capacitação de extensionistas e difusores de tecnologia;

XIII - inventariar tecnologias e formas de produção utilizadas nas Unidades locais de produção que possam ser repassadas para sistematização por parte da pesquisa ou diretamente para outros produtores;

XIV - apoiar e orientar as ações de associativismo rural e cooperativismo, voltadas ao desenvolvimento da cacauicultura;

XV - orientar e acompanhar as atividades de treinamento, fomento ao cooperativismo e ao associativismo rural;

XVI - elaborar e aplicar metodologias voltadas para acompanhamento, avaliação de treinamento de mão de obra rural, e também de atividades de fomento ao cooperativismo e ao associativismo rural;

XVII - promover integração intra e interinstitucionais para apropriação de conhecimentos e experiências em treinamento e em associativismo rural;

XVIII - diagnosticar os estágios de desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo regionais;

XIX - elaborar análises de desempenho das cooperativas e associações de cacauicultores; e

XX - levantar as necessidades, programar e promover treinamento aos associados dos sistemas associativista e cooperativista regionais.

Art. 260. Ao Setor de Capacitação, Articulação Territorial e Agricultura Familiar (SECAF/SATER) compete:

I - ministrar cursos de qualificação e capacitação de trabalhadores, administradores e produtores rurais para utilização das práticas de manejo agropecuário;

II - elaborar estudos e identificar demandas de treinamentos requeridos na região;

III - avaliar qualitativamente os resultados dos treinamentos junto aos beneficiários e dos impactos nas cadeias produtivas;

IV - manter cadastro de oferta e realização dos treinamentos incluindo informações de interesse, temas tratados e segmentos regionais atendidos;

V - elaborar estudos, identificar demandas de treinamentos e executar projetos de capacitação de pessoas vinculadas aos segmentos agropecuário, agroindustrial, ambiental e outros, requeridos para desenvolvimento da região produtora de cacau e comunidades rurais;

VI - planejar e executar projetos de:

a) incubadoras voltadas para os segmentos da agroindústria e apicultura;

b) formação de Agentes de Desenvolvimento em comunidades rurais;

c) treinamento à distância para qualificação de clientes e usuários dos serviços de ATER; e

d) desenvolvimento de ações territoriais contemplando temas como: metodologias participativas, políticas públicas, agroecologia, gestão social, territorialidade, sucessão rural, economia solidária e empreendimentos da agricultura familiar;

VII - apoiar as instituições regionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no planejamento e execução de cursos profissionalizantes, treinamentos e oficinas para atendimento de demandas levantadas nas regiões; e

VIII - apoiar as ações de fortalecimento da agricultura familiar.

Art. 261. Aos Escritórios Regionais de Assistência Técnica e Extensão Rural de Ariquemes (ERAQ/SATER), Ji-Paraná (ERJP/SATER) e de Cacoal (ERCL/SATER) competem:

I - coordenar, programar, orientar e acompanhar as atividades de assistência técnica e extensão rural - ATER, de forma a que as equipes de trabalho procedam:

a) ao atendimento e orientação aos produtores rurais e desenvolvimento das atividades próprias da extensão rural, visando ao aumento da produtividade dos cultivos, melhoria da qualidade dos produtos obtidos no campo, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida do produtor, como forma de viabilizar o desenvolvimento agrícola sustentado;

b) ao treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais em face das demandas das comunidades regionais;

c) à promoção, junto às comunidades rurais, de ações voltadas ao estímulo do associativismo rural, cooperativismo e outras formas de organização social;

d) ao atendimento e orientação aos assentamentos de reforma agrária;

e) à classificação do cacau e seus derivados, apoio à melhoria da qualidade do cacau e realização da previsão de safra do cacau;

f) à elaboração, orientação e acompanhamento dos projetos de:

1. financiamento rural, visando ao desenvolvimento das propriedades, das comunidades e dos produtores rurais; e

2. desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional, quando da utilização de recursos alocados pelo Governo Federal, acompanhando as suas aplicações;

g) à programação operacional anual da assistência técnica e extensão rural, com base nas potencialidades e entraves identificados nos diagnósticos das propriedades e comunidades rurais regionais, estabelecendo metas e definindo ações a serem desenvolvidas para a consecução dos objetivos; e

h) à certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

II - acompanhar as aplicações dos recursos financeiros dos créditos concedidos aos agricultores, nos financiamentos agrícolas, consoante orientação e assistência técnica prestadas;

III - implementar mecanismos de motivação às populações rurais para o desenvolvimento da cacauicultura e das atividades de diversificação agropecuária regional;

IV - implementar e acompanhar:

a) ações de treinamento de mão de obra para qualificação dos produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas recomendadas para aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e preservação ambiental;

b) identificação de necessidades, de recursos materiais e de manutenção dos recursos patrimoniais;

c) treinamento de produtores, administradores e trabalhadores rurais nas técnicas necessárias para atender às demandas das comunidades regionais;

V - manter entendimentos com organizações privadas e públicas quanto à prestação de assistência técnica articulada, no atendimento às populações rurais;

VI - estimular ações de desenvolvimento do associativismo rural e cooperativismo regionais;

VII - participar e acompanhar:

a) certificação de produtos da cacauicultura e de produtos consorciados, assim como a classificação de cacau e derivados, em articulação com as SFAs;

b) elaboração, orientação e acompanhamento de projetos, em especial de financiamento rural, visando o desenvolvimento das propriedades, das comunidades e dos produtores rurais; e

c) elaboração de projetos, acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos alocados pelo Governo Federal, destinados ao desenvolvimento da cacauicultura e da diversificação do agronegócio regional;

VIII - prestar assistência técnica, inclusive na utilização de crédito rural, na realização de prospecção fitossanitária, na motivação das populações rurais para desenvolvimento da cacauicultura, Sistemas agroflorestais e de outros cultivos associados, e no estímulo ao associativismo rural e ao cooperativismo;

IX - ministrar treinamento sobre novos conhecimentos, processos produtivos, aproveitamento do cacau e gerenciamento das Unidades de Produção;

X - promover melhoria da qualidade do cacau e dos seus derivados e elaborar previsão de safra do cacau e outros cultivos associados;

XI - executar as atividades de administração de material e patrimônio, de administração de pessoal, de transporte, de manutenção e de zeladoria, consoante orientação específica da competente Unidade Central; e

XII - proceder os registros da execução orçamentária e financeira, e da contabilidade dos recursos disponibilizados, quando de Unidade Gestora, incluindo o encerramento do exercício financeiro e a formalização da respectiva tomada de conta.

Art. 262. À Seção de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Mato Grosso (SEREM/SUROM) compete:

I - promover integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologias para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau;

II - manter articulações com Órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando interação e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura, entre outras atividades autossustentáveis de interesse regional;

III - coordenar edição e distribuição de materiais de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau;

IV - proceder à interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologias de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos;

V - promover e coordenar em articulação com o CEPEX/SUROM, as atividades de:

a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, e a elaboração do respectivo plano gerencial; e

b) administração geral e de pessoal e de comunicação social no âmbito regional;

VI - apoiar:

a) identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, em conjunto com as Unidades Administrativas de pesquisa do CEPLAC/SE; e

b) ações de diversificação agropecuária para melhor aproveitamento de recursos naturais e da aptidão agrícola da região produtora de cacau;

VII - analisar e orientar a aplicação das normas de crédito rural;

VIII - orientar elaboração de projeto para melhoria das propriedades rurais e aplicação de nova tecnologia, b para aquisição de implementos e insumos agrícolas;

IX - promover divulgação dos resultados de pesquisas para as comunidades rurais;

X - orientar e acompanhar as atividades de capacitação de mão de obra rural e a difusão do associativismo rural e do cooperativismo;

XI - programar treinamento para capacitação dos técnicos extensionistas e pesquisadores subordinados;

XII - elaborar e acompanhar execução dos contratos e convênios firmados;

XIII - articular com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para implementação regional de interface institucional, sob regulamentação específica e referente a:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XIV - planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de programas e ações de interesse do setor cacaueiro no Estado do Mato Grosso;

XV - executar atividades de:

a) pesquisa, experimentação e estudos relativos às tecnologias alternativas para o desenvolvimento da cacauicultura e de outros cultivos associados, de interesse regional; e

b) assistência técnica, extensão rural e treinamento, visando à difusão e transferência de tecnologias voltadas à diversificação agropecuária, à agroindústria e à preservação ambiental, necessárias ao desenvolvimento rural sustentável nas regiões produtoras de cacau;

XVI - realizar pesquisa e experimentação nas condições regionais para:

a) aperfeiçoamento dos sistemas de controle das pragas do cacaueiro;

b) desenvolvimento de equipamentos para controle das pragas;

c) desenvolvimento de sistemas de produção de cacaueiros em sistemas agroflorestais e de outros cultivos associados;

d) caracterização e composição florísticos de ambientes naturais, nos diferentes estágios de alteração antrópica; e

e) definição e adequação de sistemas de manejo de cultivos, que maximizem a produtividade e a rentabilidade das Unidades de Produção;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XVII - prestar apoio técnico para:

a) mapeamento, com apoio do CEPEX/SUROM, de áreas foco e orientar campanhas objetivando o controle das pragas e surtos epidemiológicos;

b) aperfeiçoamento das bases do sistema de previsão de surtos, por meio de estudos epidemiológicos;

c) coleta e introdução de materiais botânicos oriundos de outras regiões, para fins de melhoramento do cacaueiro; e

d) certificação do processo de produção do cacau e de cultivos associados, consoante orientações e normas específicas dos Órgãos Federais intervenientes;

XVIII - manter coleções de referência, representativas da flora e da fauna regionais, bancos de germoplasma de espécies vegetais silvestres de interesse, especialmente os arboretos de essências florestais nativas da região;

XIX - apoiar:

a) estudos básicos de pesquisa e de fomento, voltados para conhecimento ecológico, recuperação, conservação e preservação de ecossistemas regionais; e

b) monitoramento de recursos naturais referentes ao clima, solo, recursos hídricos e cobertura vegetal, em articulação com os Órgãos Federais intervenientes, e manter bancos de dados geoambientais à disposição dos usuários;

XX - estimular e participar do desenvolvimento e adaptação de instrumentos e metodologias de medição de variáveis ambientais para atender demandas específicas da pesquisa; e

XXI - articular com as Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Mato Grosso, para implementação regional de interface institucional das atividades de:

a) defesas sanitárias animal e vegetal;

b) classificação de produtos cacaueiros e cultivos consorciados, incluindo os da heveicultura e produtos agroenergéticos;

c) fomento ao associativismo rural e cooperativismo; e

d) sistemas integrados de produções agrossilvipastoris;

XXII - produzir e disponibilizar aos produtores rurais sementes, mudas e propágulos de plantas geneticamente melhoradas.

Art. 263. Ao Núcleo de Suporte Administrativo e Financeiro (NUSAF/SEREM) compete:

I - executar as atividades relacionadas à administração geral, à execução orçamentária e financeira, à contabilidade, ao arquivo, e à administração de pessoal, especialmente de:

a) registros da execução orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados à Gerência Regional;

b) registros contábeis;

c) registros da conformidade documental e da conformidade da gestão;

d) orientação da elaboração dos processos de prestação de contas; e

e) instrução em processo oriundo de Órgão de Controle;

II - controlar o quadro de agentes responsáveis pela gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora;

III - acompanhar, mensalmente, por meio dos registros no Sistema Específico, a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros descentralizados;

IV - elaborar os processos de solicitação de alteração orçamentária e de programação financeira mensal, em conformidade com a necessidade de recursos;

V - promover os cadastramentos da proposta orçamentária anual e de processo de solicitação de alteração orçamentária no Sistema Específico;

VI - consolidar as propostas orçamentárias das Unidades Administrativas integrantes da Gerência Regional, observando os parâmetros estipulados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - elaborar tabelas, quadros, relatórios gerenciais e pareceres sobre administração orçamentária e financeira;

VIII - elaborar provisão de recursos orçamentários aprovados para a Gerência Regional;

IX - acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços;

X - promover, orientar e controlar transporte de cargas e de servidores e empregados públicos em serviço, e a distribuição e movimentação dos veículos;

XI - acompanhar e controlar os custos de manutenção e de conservação dos veículos, as produtividades e os consumos de combustíveis, manter cadastro com informações relacionadas aos veículos, motoristas, itinerários e datas;

XII - proceder à avaliação, transferência, registro, matrícula e inventário referentes aos bens patrimoniais, imóveis, móveis e semoventes, e inspecionar as condições de uso e conservação e registrar o resultado da inspeção efetuada;

XIII - informar os bens permanentes considerados inservíveis e de semoventes prescindíveis aos trabalhos regionais e encaminhar para a Superintendência; e

XIV - executar:

a) registro oficial, controle de matrícula, licença, seguro e demais exigências legais para posse, domínio e uso de bem patrimonial;

b) procedimentos licitatórios para aquisição e alienação de bens de consumo ou permanente; e

c) controle, distribuição, conservação e registro dos materiais de consumo adquiridos.

Seção X

Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Art. 264. Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA-[UF]/SE), Unidades Descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas à Secretaria-Executiva compete, consoante orientações técnicas e administrativas dos Órgãos Específicos Singulares e Setoriais do MAPA, executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II - produção e fomento agropecuário, incluídas as atividades da heveicultura e de florestas plantadas;

III - assistência técnica e extensão rural;

IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;

V - produção e comercialização de produtos agropecuários, do café, da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool;

VI - administração e desenvolvimento de pessoas e de serviços gerais, incluídas as Unidades Técnicas Regionais a elas submetidas;

VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;

VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;

IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e

X - comunicação digital e pública e relações públicas e com a imprensa, em articulação com a Assessoria de Comunicação e Eventos.

Subseção I

Das Unidades de Assistência Direta

Art. 265. Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento (SPA/SFA-[UF]) e à Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA/SFA-[UF]) compete:

I - promover o processo de gestão estratégica quanto à orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias;

II - promover o processo de gestão operacional, quanto à:

a) internalização do Plano Plurianual;

b) orientação e monitoramento das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual, inclusive daquelas que foram delegadas e Avaliação de Desempenho;

c) elaboração, consolidação e acompanhamento da execução do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária, das áreas administrativa e finalística; e

e) orientação para desenvolvimento e inovação organizacionais;

III - apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação;

IV - acompanhar as atividades relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por:

a) Unidades Administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção, fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuário e demais atividades voltadas ao agronegócio;

b) instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e

c) Órgãos Estaduais e Municipais e entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA;

Art. 266. A Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD/SFA-[UF]) compete:

I - apoiar o processo de gestão estratégica e a promoção institucional;

II - promover atividades de comunicação visual e divulgação institucional;

III - adequar as informações das demais Unidades Administrativas e encaminhá-las ao Órgão Setorial de Comunicação de Governo;

IV - providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos; e

V - subsidiar a composição do Relatório de Gestão do MAPA.

Subseção II

Das Unidades Centrais de Execução Finalística

Art. 267. A Divisão de Defesa Agropecuária (DDA/SFA-[UF]), subordinada tecnicamente a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), atua como responsável tática pelos temas de defesa agropecuária a nível dos Estados, com as seguintes competências especificas:

I - coordenar a elaboração a nível estadual do Plano Operativo Anual de Defesa Agropecuária, conjugando os planos de cada um dos serviços e unidades subordinadas;

II - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de:

a) vigilância zoossanitária e fitossanitária;

b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais;

c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária;

d) educação sanitária para defesa agropecuária;

e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais e dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores;

f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal;

g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária;

i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnico, fiscais e operacionais realizadas;

j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam;

k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários; e

l) fiscalização do serviço de registro genealógico, provas zootécnicas e certificação zootécnica;

III - implementar a operacionalização de:

a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;

b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;

c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e

d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;

IV - manter articulações com Órgãos Públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico administrativa;

V - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;

VI - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas Unidades Administrativas hierarquicamente subordinadas;

VII - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, em conformidade com as diretrizes administrativas da Superintendência Federal e técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA;

VIII - implementar mecanismos de articulação administrativa com as demais Unidades da SFA, e técnicas da SDA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;

IX - promover, propor, organizar, coordenar, apoiar e subsidiar a participação da Defesa Agropecuária em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões Regionais, Estaduais e Municipais, relacionados às suas atividades de competência;

X - fornecer dados consolidados e relatórios das atividades desempenhadas pela Divisão de Defesa Agropecuária ao Secretário de Defesa Agropecuaria e ao Superintendente Federal com vistas a subsidiar a elaboração dos Relatórios relativos a Defesa Agropecuária;

XI - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e

XII - propor, em articulação com seus Serviços e Unidades subordinadas, e obedecendo aos parâmetros emanados dos Departamentos e CGOP da SDA, os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária.

Art. 268. Ao Serviço de Sáúde Animal (SSA/DA) ou Seção de Saúde Animal (SeSA/SISA) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

a) vigilância sanitária e epidemiológica;

b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;

c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;

d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;

e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;

f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;

g) educação sanitária;

h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;

i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a Administração Pública, para a execução de atividades de saúde animal;

j) inquéritos epidemiológicos; e

k) rastreabilidade animal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - orientar e acompanhar:

a) aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;

b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves;

c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e

d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio;

III - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;

IV - orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados;

V - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;

VI - propor e acompanhar realização da quarentena de animais;

VII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

VIII - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o Plano Operativo Anual - POA das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal da SDA/MAPA;

IX - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

X - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em Comissões Regionais, Estaduais e Municipais relacionadas às atividades de competência;

XI - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XII - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;

XIII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 269. Ao Serviço de Sanidade Vegetal (SSV/DDA) ou a Seção de Sanidade Vegetal (SeSV/SISV) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

a) vigilância fitossanitária;

b) prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;

c) aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais;

d) educação fitossanitária;

e) fiscalização das atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados, em articulação com as áreas técnicas envolvidas; e

f) acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias;

II - orientar e acompanhar:

a) a aplicação das normas sanitárias que disciplinam:

1. importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e de suas embalagens; e

2. fiscalização do trânsito interestadual e internacional de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem;

b) articulação para a instalação de barreiras fitossanitárias, quando da ocorrência de pragas na região de origem e definir as rotas para o trânsito interestadual por produto;

c) emissão de certificados específicos e permissões de trânsito;

d) análise e instrução de processo de credenciamento de:

1. profissional, sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades fitossanitárias e proceder ao específico cadastramento; e

2. centro colaborador e estação quarentenária;

e) cadastro, habilitação e capacitação de profissionais específicos, sem vínculo com a administração pública, para execução de atividades de sanidade vegetal;

f) atividades de defesa fitossanitária executadas pelos profissionais credenciados; e

g) apoio técnico para estabelecimento de áreas e locais livres de pragas, áreas de baixa prevalência de pragas e sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas;

III - orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de:

a) acordos bilaterais referentes aos programas de exportação; e

b) convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal;

IV - cadastrar, registrar e fiscalizar propriedades rurais e empresas exportadoras que tenham aderido aos programas de exportação chancelados pelo MAPA;

V - coletar, processar e manter atualizados os dados do Sistema Nacional de Informação Fitossanitária, no âmbito regional;

VI - executar as atividades do Sistema Nacional de Avisos Fitossanitários, no âmbito da região;

VII - indicar a quarentena de vegetais e acompanhar a sua execução;

VIII - promover a execução de campanha fitossanitária;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às suas atividades;

X - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o plano operativo anual das ações de sanidade vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Sanidade Vegetal da SDA/MAPA;

XII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

XIII - apoiar e subsidiar a participação da SFA em comissões Regionais, Estaduais e Municipais relacionadas às atividades de competência;

XIV - analisar e emitir pareceres técnicos fitossanitários na importação e exportação de sementes e mudas e de fertilizantes organominerais;

XV - credenciar e fiscalizar empresas na realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;

XVI - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas; e

XVII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 270. Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOA/DDA) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue;

b) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional;

c) fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, e da tipificação de carcaças;

d) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional;

e) reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber; e

f) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os Governos Estaduais e Municipais, quanto à execução da inspeção sanitária de produtos de origem animal e atuar de forma conjunta e articulada para adequação às exigências legais de estabelecimentos de abate e processamento de produtos de origem animal não registrados nos serviços de inspeção Municipal, Estadual ou Federal;

III - promover, orientar, e controlar a emissão de certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional de produtos e derivados de origem animal processados em estabelecimentos registrados;

IV - instruir processos para fins de registro e apresentar pareceres conclusivos sobre:

a) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal; e

b) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem animal;

V - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origem animal, para fins de análise fiscal, controle e registro;

VI - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de pessoal técnico para o desempenho de atividades relacionadas à tipificação de carcaças e à classificação de animais e de produtos de origem animal;

VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem animal desempenhadas junto aos estabelecimentos que abatem animais, industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

X - coletar, processar e manter os dados quantitativos e qualitativos, necessários à alimentação dos sistemas de informações relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;

XI - coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes;

XII - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o Plano Operativo Anual - POA das ações de inspeção de produtos de origem animal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da SDA/MAPA;

XIII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA em Comissões Regionais, Estaduais e Municipais relacionadas às atividades de sua área de competência;

XV - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas; e

XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 271. Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SIPOV/DDA) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;

b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;

c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;

d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e

e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, acompanhar e auditar:

a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e

b) acordos e convênios firmados com os Governos Estaduais e Municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

III - emitir pareceres e proceder aos registros de:

a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;

b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;

c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e

d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;

IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;

V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;

VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo MAPA;

IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres e embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;

XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o Plano Operativo Anual - POA das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem vegetal da SDA/MAPA;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;

XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA em comissões Regionais, Estaduais e Mmunicipais relacionadas às respectivas competências;

XVI - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas; e

XVII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 272. Ao Serviço Fiscalização de Insumos Pecuários (SEFIP/DDA) ou à Seção de Fiscalização de Insumos Pecuários (SFIP/SISA) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização, auditoria, inspeção e acompanhamento de insumos pecuários, relativas:

a) à produção, importação e exportação de produtos de uso veterinário;

b) à produção, importação e exportação de produtos destinados à alimentação animal;

c) à produção, comércio, importação e exportação de material genético animal; e

d) à prestação de serviços de reprodução animal e de inseminação artificial;

II - programar, orientar, acompanhar e controlar a execução das atividades de fiscalização e auditoria, quanto:

a) as entidades autorizadas a executarem os serviços de registro genealógico e provas zootécnicas; e

b) ao serviço de certificação zootécnica, com vistas à importação de animais e seus materiais multiplicação e à admissão de animais em centrais de coleta e processamento de sêmen;

III - emitir pareceres para registros de:

a) estabelecimentos fabricantes, fracionadores, processadores, importadores e exportadores de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal, e de material genético animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações de licenças quando couber; e

b) produtos de uso veterinário e de produtos destinados à alimentação animal, bem como realizar os respectivos registros e renovações das licenças, quando couber;

IV - proceder à investigação em estabelecimentos rurais que cometem violações ao uso de drogas e substâncias controladas e monitoradas em produtos de origem animal;

V - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

VI - coletar, processar e manter as informações relativas às atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário, de produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, das entidades autorizadas a executarem os serviços de registro genealógico e das provas zootécnicas;

VII - analisar pedidos e autorizar as importações e exportações de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal, quando couber;

VIII - analisar e emitir a certificação zootécnica, com vistas à importação de animais e seus materiais multiplicação e à admissão de animais em centrais de coleta e processamento de sêmen.

IX - expedir Declaração de Conformidade para exportação de produtos destinados à alimentação animal, com vistas à emissão de certificado sanitário internacional ou certificado fitossanitário pelo SVA/DDA, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador;

X - expedir Declaração de Livre Venda para exportação de produtos destinados à alimentação animal, consoante os requisitos estabelecidos pelo país importador;

XI - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o plano operativo anual das ações de fiscalização de insumos pecuários, incluindo o serviço de registro genealógico, provas zootécnica e certificação zootécnica, conforme orientação técnica da SDA/MAPA;

XII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas;

XIII - acompanhar e realizar auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal;

XIV - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos pecuários, incluindo o serviço de registro genealógico, provas zootécnica e de certificação zootécnica, desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XV - executar as atividades relacionadas à inscrição de reprodutores em centrais de coleta e processamento de sêmen.

XVI - apoiar e subsidiar a participação da SFA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência;

XVII - utilizar de sistemas informatizados próprios ou disponibilizados visando garantir a integralidade, agilidade e conformidade no cumprimento de suas obrigações legais referentes ao serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários, incluindo o serviço de registro genealógico, provas zootécnicas e certificação zootécnica;

XVIII - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas; e

XIX - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 273. Ao Serviço Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA/DDA), ou a Seção de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SFIA/SISV) compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização, auditoria, inspeção e acompanhamento:

a) da pesquisa, produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins;

b) de estabelecimentos produtores, importadores, exportadores, armazenadores, de pesquisa, prestadores de serviço e de comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e seus respectivos produtos;

c) de produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que tem fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto à observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares;

d) da produção, certificação, comercialização, utilização, importação e exportação de sementes e mudas; e

e) da pesquisa, produção, importação, comércio e utilização de organismos geneticamente modificados, em articulação com as Unidades Administrativas do MAPA e SFAs;

II - inscrever, no Registro Nacional de Sementes e Mudas RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas que exercem as atividades de produção, beneficiamento, reembalagem, armazenamento e comércio de sementes e mudas;

III - credenciar, junto ao RENASEM, as pessoas físicas e jurídicas para exercerem as atividades de responsável técnico, entidade de certificação de sementes e mudas, certificador de sementes ou mudas de produção própria, laboratório de análise de sementes e mudas e de amostrador de sementes e mudas;

IV - instruir, consoante normas específicas, processos de registro e apresentar parecer conclusivo para registro de:

a) estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes e seus respectivos produtos; e

b) produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que tem fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto à observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares;

V - cadastrar empresas fornecedoras de matérias-primas para a fabricação de produtos e as prestadoras de serviços de acondicionamento, armazenamento e de análises laboratoriais de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;

VI - credenciar instituições privadas de pesquisa objetivando a realização de ensaios de eficiência e viabilidade agronômica de fertilizantes, corretivos, condicionadores de solo, inoculantes e biofertilizantes;

VII - credenciar entidades públicas ou privadas de pesquisa, ensino e assistência técnica objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, de fitoxicidade e de ensaios de campo para estudo de resíduos para fins de registros de agrotóxicos e afins junto aos Órgãos competentes;

VIII - autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas quando couber;

IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

X - promover, orientar e proceder à certificação da produção de sementes e mudas e plantas matrizes, quando couber;

XI - dar atendimento ao público e a denúncias por não cumprimento aos dispositivos legais vigentes sob sua competência;

XII - colher amostra de insumos agrícolas-agrotóxicos, componentes e afins, fertilizantes, corretivos e inoculantes, sementes e mudas, para o controle de conformidade da produção, análise fiscal, análise pericial e registro, consoante legislações específicas;

XIII - acompanhar, orientar e realizar auditorias técnicas e operacionais das atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas junto aos:

a) estabelecimentos que pesquisem, produzem, importam e exportam agrotóxicos e afins;

b) estabelecimentos que produzem, comercializam, importam e exportam fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes e aos prestadores de serviços de acondicionamento e armazenamento desses produtos; e

c) pessoas físicas e jurídicas que produzem, beneficiam, certificam, embalam, armazenam e comercializam sementes e mudas;

XIV - acompanhar, orientar e realizar auditorias nas Unidades Organizacionais vinculadas tecnicamente;

XV - orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização de insumos agrícolas desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XVI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativos às atividades de fiscalização, inclusive, dados quantitativos e qualitativos;

XVII - elaborar em conjunto com a Divisão de Defesa Agropecuária o plano operativo anual das ações de fiscalização de insumos agrícolas, conforme orientação técnica da SDA/MAPA;

XVIII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas;

XIX - apoiar e subsidiar a participação da SFA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências;

XX - autorizar previamente o embarque, inclusive, nos sistemas eletrônicos próprios, das importações e exportações de insumos agrícolas, conforme legislação vigente;

XXI - emitir parecer com vista à autorização ou não de exportação ou importação de sementes, mudas ou plantas matrizes, em consonância com legislações específicas;

XXII - utilizar de sistemas informatizados próprios ou disponibilizados visando garantir a integralidade, agilidade e conformidade no cumprimento de suas obrigações legais;

XXIII - implementar a operacionalização de mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas; e

XXIV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 274. Ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal (SISA/DDA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de saúde animal.

Parágrafo único. As atividades especificadas no caput deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos arts. 272 e 268 deste Regimento Interno.

Art. 275. Ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal (SISV/DDA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos agrícolas e de sanidade vegetal.

Parágrafo único. As atividades especificadas no caput deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos arts. 273 e 269 deste Regimento Interno.

Art. 276. Ao Serviço de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal (SIFISA/DDA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de saúde animal, de inspeção de produtos de origem animal e de fiscalização de insumos pecuários.

Parágrafo único. As atividades especificadas no caput deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos arts. 270, 272 e 268 deste Regimento Interno.

Art. 277. Ao Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal (SIFISV/DDA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de sanidade vegetal, de inspeção de produtos de origem vegetal, de fiscalização de insumos agrícolas.

Parágrafo único. As atividades especificadas no caput deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos arts. 271, 273 e 269 deste Regimento Interno.

Art. 278. Às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA-[UF]) compete:

I - promover, orientar, acompanhar, auditar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:

a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:

1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e

2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

b) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos;

c) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária;

d) sistemas agropecuários de produção integrada;

e) proteção, manejo e conservação do solo e da água;

f) cooperativismo e associativismo rural;

g) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia;

h) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;

i) agricultura irrigada;

j) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas;

k) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;

l) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico;

m) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta;

n) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária;

o) florestas plantadas;

p) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e

q) agricultura de precisão.

II - orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por Órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;

III - orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:

a) competições e demais atividades turfísticas e hípicas;

b) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC;

c) cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;

d) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG;

e) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; e

f) mecanização e aviação agrícola;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:

a) cooperativas e instituições associativas rurais;

b) cadeias produtivas do agronegócio;

c) empresas e produtores de sementes e mudas;

d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não;

e) empresas prestadoras de serviços agrícolas, pecuários, pesqueiras e aquícolas; e

f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária;

V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;

VI - executar, orientar, acompanhar, auditar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:

a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e

b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;

VII - implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação;

VIII - implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para:

a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA;

b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia;

c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas;

d) crédito rural;

e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO;

f) estoques públicos;

g) segurança alimentar; e

h) promoção do agronegócio Brasileiro com vistas à divulgação internacional;

IX - promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;

X - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água e de sementes e mudas;

XI - instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;

XII - elaborar Plano Operativo Anual - POA, de desenvolvimento agropecuário, conforme diretrizes e orientações técnicas da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC/MAPA;

XIII - executar, orientar e acompanhar, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio Brasileiro com vistas à divulgação internacional;

XIV - programar as atividades orçamentárias e físicas das ações da Divisão, alinhadas com o Superintendente;

XV - propor, organizar, coordenar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões Regionais, Estaduais e Municipais relacionados às atividades de competência;

XVI - fornecer dados consolidados e relatórios das atividades desempenhadas de política, produção e desenvolvimento agropecuários ao Superintendente e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA;

XVII - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência; e

XVIII - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.

Art. 279. À Nucleo de Suporte Agropecuário (NUSAG/DPDAG) compete:

I - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário;

II - apoiar a elaboração do Plano Operativo Anual - POA, de desenvolvimento agropecuário;

III - apoiar a promoção e organização dos fóruns consultivos às cadeias de produção; e

IV - apoiar o planejamento e monitoramento das atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Subseção III

Das Unidades de Execução Finalística Descentralizadas

Art. 280. Aos Serviços de Vigilância Agropecuária (SVA/DDA), Unidades de Vigilância Agropecuária (UVAGRO-[Localização]/DDA), à Seção de Suporte a Vigilância Agropecuária - Área Animal e à Seção de Suporte a Vigilância Agropecuária - Área Vegetal, localizados em portos, aeroportos internacionais, postos de fronteira e aduanas especiais, em cumprimento às instruções técnico-normativas da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, observada a coordenação e orientação da Divisão de Defesa Agropecuária e a formação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários localizados compete:

I - executar as atividades de fiscalização agropecuária, procedendo:

a) realização de exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação;

b) inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, de sêmen animal, de embriões de animais, de produtos para alimentação animal, de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de fertilizantes, de corretivos, de inoculantes, de sementes e mudas e de vinhos e bebidas em geral, na importação e na exportação; e

c) inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente na alínea b) deste artigo;

II - examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

III - aplicar medidas de:

a) desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal, além de materiais de acondicionamento, embalagens e veículos, quando se fizer necessário; e

b) apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, além de materiais de acondicionamento e embalagens, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional;

IV - expedir certificados sanitários e fitossanitários, para a exportação de animais vivos, vegetais, partes de vegetais, produtos e derivados de origens animal e vegetal e de materiais de multiplicação vegetal e animal, quando previamente autorizados;

V - coletar amostras de produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial, para fins de desembaraço aduaneiro e liberação para entrada no País;

VI - análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação;

VII - propor quarentena agropecuária, na forma definida;

VIII - realizar fiscalização de produtos e insumos agropecuários importados;

IX - elaborar relatórios específicos e das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da SFA; e

X - providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, da SFA.

Art. 281. À Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (UTRA/SFA-[UF]), subordinada tecnicamente à SDA/MAPA compete:

I - executar as atividades de defesa agropecuária, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Defesa Agropecuária;

II - executar as atividades de desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções técnico-normativas oriundas da Secretaria de Mobilidade Social e Cooperativismo - SMC/MAPA, sob coordenação, orientação e programação específicas da Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário;

III - executar as atividades de administração geral no âmbito da respectiva jurisdição, em cumprimento às instruções oriundas da SFA e da Secretaria-Executiva e sob a coordenação da Divisão de Apoio Administrativo ou do Serviço de Apoio Administrativo, especificamente de:

a) controle de frequência e férias de servidores e empregados públicos;

b) encaminhamento de documentos necessários aos registros funcionais;

c) administração de material e patrimônio;

d) transporte;

e) comunicações administrativas; e

f) vigilância, zeladoria e demais atividades auxiliares;

IV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Parágrafo único. A Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, incluída como unidade integrante do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, exercerá também as atividades referenciadas no artigo 277 deste Regimento Interno.

Subseção IV

Das Unidades de Apoio Operacional

Art. 282. À Divisão de Apoio Administrativo (DAD/SFA-[UF]) e ao Serviço de Apoio Administrativo (SAD/SFA-[UF]) competem:

I - coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA, consoante orientações dos Órgãos Setoriais;

II - orientar e acompanhar:

a) procedimentos licitatórios;

b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias;

c) alienação de bens móveis;

d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e

e) atividade meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA;

III - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa;

IV - programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas Unidades Administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação;

V - coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao Pregoeiro no âmbito da SFA, especialmente de:

a) providências para publicação de avisos de licitações e de outros eventos previstos em lei;

b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas comparativos;

c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e

d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos;

VI - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VII - acompanhar:

a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF;

b) compra; e

c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras;

VIII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente e dos serviços prestados;

IX - promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA em comissões Regionais, Estaduais e Municipais;

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA; e

XIII - coordenar e executar as atividades inerentes à Tecnologia da Informação - TI, no âmbito da SFA.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro fica subordinada à Divisão de Apoio Administrativo e ao Serviço de Apoio Administrativo.

Art. 283. À Seção de Atividades Gerais (SAG/DDA) ou Seção de Atividades Gerais (SAG/SAD) compete:

I - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância;

II - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas;

III - programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços;

IV - promover:

a) operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente; e

b) ações relacionadas à funcionalidade dos Sistemas;

V - administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental;

VI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

VII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 284. Ao Setor de Manutenção Predial (SMAP/SAG) compete:

I - acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis;

II - promover e orientar mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

III - vistoriar as condições de:

a) infraestrutura física dos bens imóveis e manter atualizados os registros cadastrais; e

b) instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios;

IV - instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente;

V - realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis;

VI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 285. Ao Setor de Compras e Contratos (SCC/SAG) compete:

I - promover:

a) apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação - CPL e ao pregoeiro da SFA; e

b) providências requeridas para a formalização de compra ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obra;

II - receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - controlar:

a) prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços e informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas;

b) recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e

c) estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra;

IV - operar o Sistema Integrado de Registro de Preços, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações;

V - fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VI - cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

VII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e da prestação de serviços;

VIII - propor:

a) aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais;

b) designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal e gestor de contrato, prestando informações pertinentes;

IX - receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços e para as demais alterações contratuais;

X - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e de Atas de Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação;

XI - elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres;

XII - solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações e providenciar assinatura dos termos contratuais;

XIII - providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes;

XIV - manter registros dos contratos firmados nos sistemas estruturantes; e

XV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 286. Ao Setor de Material e Patrimônio (SMP/SAG) compete:

I - controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido;

II - classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil;

III - proceder à redistribuição de bens de consumo;

IV - manter:

a) documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizada e atualizada;

b) registros e guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida;

V - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VI - classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, e controlar a distribuição;

VII - proceder: mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

VIII - manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;

IX - executar os procedimentos de alienação de bens móveis;

X - providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal, junto aos Órgãos competentes;

XI - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 287. Ao Setor de Protocolo (SPR/SAG) compete:

I - receber, distribuir e expedir a documentação corrente;

II - classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento nos sistemas estruturantes;

III - sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental;

IV - receber e expedir malotes;

V - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

VI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA;

VII - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades inerentes ao protocolo e arquivo de acordo com a legislação vigente;

VIII - promover ações relacionadas à funcionalidade dos sistemas de protocolo e arquivo documental, fazendo cumprir os manuais e normas do protocolo e arquivo para todas as Unidades das Superintendências;

IX - administrar o arquivo central da Superintendência, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, procedendo à higienização, controle, classificação e registro dos documentos e processos por meio dos Sistemas do MAPA;

Art. 288. Ao Setor de Transporte (STR/SAG) compete:

I - manter o sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos;

II - orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos;

III - promover a recuperação, manutenção e revisão dos veículos;

IV - levantar e analisar custos de manutenção, conservação e o consumo de combustíveis dos veículos;

V - acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos;

VI - detalhar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, e a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos;

VII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e

IX - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAP.

Art. 289. Ao Serviço de Gestão de Pessoas (SGP/DAD) ou a Seção de Gestão de Pessoas (SGP/SAD) compete:

I - orientar a execução das atividades de:

a) registros funcionais;

b) preparo de pagamento de pagamento;

c) concessões de:

1. férias, licenças e aposentadorias;

2. benefícios sociais e assistenciais; e

3. exames médicos periódicos.

II - providenciar a realização de perícia médica;

III - controlar as atividades dos estagiários;

IV - realizar as programações e projetos de educação continuada com base no levantamento das competências técnicas;

V - cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;

VI - providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores e empregados públicos em cursos externos e em outros eventos similares;

VII - prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas;

VII - coletar, processar e manter os dados específicos dos Sistemas de informações administrativas;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

Art. 290. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DAD) ou a Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/SAD) compete:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;

II - efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal e controlar a respectiva prestação de contas;

III - executar inclusões, alterações e exclusões de informações nos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal e do MAPA;

IV - proceder a indicação de responsável pela guarda documental e registros financeiros para fins de auditoria;

V - analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;

VI - acompanhar a execução financeira dos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias;

VII - coletar, processar e manter os dados específicos dos Sistemas de informações administrativas;

VIII - verificar e registrar a conformidade de gestão:

IX - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

X - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do MAPA.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 291. Ao Secretário-Executivo, incumbe:

I - coordenar e promover a consolidação do planejamento da ação global do MAPA e submetê-la à aprovação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - supervisionar e promover a avaliação da execução de planos, programas e ações do MAPA;

III - supervisionar, auxiliar ou promover programas e ações estratégicas de competência do MAPA, submetendo-as à aprovação do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - supervisionar e coordenar a articulação dos Órgãos do MAPA com os Órgãos Centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e

V - decidir, em terceira instância, sobre recursos interpostos na sede do MAPA e nas SFAs em:

1. processos licitatórios indeferidos pela Comissão Permanente de Licitação; e

2. penalidades a fornecedores de bens e na contratação de serviços.

Art. 292. Ao Secretário-Executivo Adjunto, incumbe:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação de suas atividades;

II - acompanhar as atividades relacionadas com os Sistemas afetos às áreas de competência da Secretaria-Executiva;

III - substituir o Secretário-Executivo nos seus afastamentos, impedimentos legais, eventuais e temporários; e

Art. 293. Ao Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, aos Diretores, ao Corregedor, aos Superintendentes Federais e aos demais dirigentes, incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações na execução das competências de suas respectivas Unidades Organizacionais e especificamente:

I - Coordenador da Biblioteca Nacional de Agricultura:

a) secretariar o Conselho Editorial do MAPA; e

b) promover o intercâmbio com bibliotecas, Órgãos e instituições similares, nacionais e internacionais;

II - Diretor do Departamento de Administração decidir em segunda instância, sobre recursos interpostos em:

a) processos licitatórios indeferidos pela Comissão Permanente de Licitação; e

b) penalidades a fornecedores de bens e na contratação de serviços;

III - Coordenador de Contabilidade:

a) registrar, mensalmente, a conformidade contábil de Unidades Gestoras, dos Órgãos e do MAPA;

b) assinar planilha de cálculos nos processos provenientes da emissão de tomada de contas especial; e,

c) emitir e assinar declaração do contador de que as demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro e demonstração das variações patrimoniais do exercício) refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade jurisdicionada, com ou sem ressalvas, e apresentar ao Órgão Central de Contabilidade todas as justificativas de cada Órgão subordinado no mês de dezembro de cada ano como dispõe a norma de encerramento do exercício.

IV - Coordenador-Geral de Administração de Pessoas:

a) assinar documentos de identificação funcional;

b) assinar os atos de concessão e de revisão de aposentadorias e de pensões; e

c) conceder adicionais de insalubridade e de periculosidade;

V - Coordenador-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais:

a) propor ao Diretor de Administração:

1. alienação de materiais de consumo e permanente e locação de bens móveis e imóveis; e

2. anulação de procedimento licitatório acima da alçada;

b) aplicar multa e penalidade a fornecedor e prestador de serviço;

c) propor abertura de procedimentos licitatórios, observando a alçada, de Órgão sediado em Brasília-DF;

d) dispensar a realização de licitação ou declarar sua inexigibilidade; e

e) decidir, em primeira instância, sobre recursos interpostos em:

1. processos licitatórios indeferidos pela Comissão Permanente de Licitação; e

2. penalidades a fornecedores de bens e na contratação de serviços;

VI - Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação:

a) aprovar as especificações técnicas de equipamentos, de sistemas e de serviços de informática a serem adquiridos ou contratados, para utilização nos Órgãos e Unidades Descentralizadas do Ministério;

b) emitir pareceres sobre a contratação de prestação de serviços para os segmentos da administração dos recursos de informação e de informática;

VII - Superintendentes Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

a) submeter à Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências - CGAS/SE, a proposta orçamentária e financeira da SFA;

b) propor a SDA/MAPA a destinação dos recursos financeiros advindos de Emenda parlamentar ou convênios para programas e projetos de defesa agropecuária, que atendam as reais necessidades das comunidades locais a serem beneficiadas com a celebração na esfera Estadual ou Municipal;

c) assinar conjuntamente com o Secretário de Defesa Agropecuária os convênios destinados aos Órgãos de Defesa Agropecuária nos Estados;

d) recomendar a suspensão da transferência de recursos financeiros para Órgãos e entidades conveniados e aos executores de parcerias, em decorrência dos resultados das auditorias técnico-fiscais, administrativas e financeiras realizadas;

e) celebrar, mediante aprovação do Secretário-Executivo, convênios, acordos, ajustes, termo de cooperação técnica ou contratos com Órgãos e entidades públicas ou privadas, visando à execução de atividades de competência da SFA-SE;

f) assessorar o Secretário-Executivo nos assuntos relacionados com o desenvolvimento da política agrícola traçada para a respectiva Unidade da Federação;

g) analisar em conjunto com as áreas finalísticas, e propor a SDA/MAPA a destinação dos recursos financeiros advindos de emendas parlamentares ou convênios para programas e projetos de defesa agropecuária, que atendam as reais necessidades das comunidades locais a serem beneficiadas com a celebração na esfera Estadual ou Municipal;

h) celebrar Termo de Cooperação Técnica;

i) homologar licitação para aquisição de material ou execução de obra e serviço, inclusive autorizar a abertura e anular processo licitatório;

j) ratificar dispensa e inexigibilidade de licitação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

l) decidir e assinar conjuntamente com as áreas técnicas os procedimentos administrativos relacionados às autuações efetivadas pelas Unidades de Execução Finalística, observada a instância de atuação e aplicar as sanções legais cabíveis, inclusive a penalidade de multa; e

m) suspender empresa prestadora de serviço e o fornecedor de material, por inadimplência de contrato;

n) decidir, em segunda instância, sobre recursos interpostos em:

1. processos licitatórios indeferidos pela Comissão Permanente de Licitação; e

2. penalidades a fornecedores de bens e na contratação de serviços;

VII - Divisão de apoio Administrativo (DAD/SFA-[UF]) ou Serviço de Apoio Administrativo (SAD/SFA-[UF]) decidir, em primeira instância, sobre recursos interpostos em:

a) processos licitatórios indeferidos pela Comissão Permanente de Licitação; e

b) penalidades a fornecedores de bens e na contratação de serviços.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294. A Secretaria-Executiva é responsável por instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da sua juridisção.

Paragafo único. As SFAs serão responsáveis por instaurar procedimentos administrativos disciplinares no âmbito de sua Área de atuação, na forma da legislação vigente.

Art. 295. Cabe ao Secretário-Executivo do MAPA em conjunto com a SDA/MAPA e a SMC/MAPA, definir para as Unidades de execução finalística descentralizadas nas SFAs:

I - parâmetros técnicos para a instalação de Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Unidade de Vigilância Agropecuária, que observem a amplitude da ação exercida em área regional do estado sob jurisdição da SFA, a força de trabalho disponibilizada e demais indicadores de gestão; e

II - mecanismos de organização da força de trabalho.

Art. 296. Nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduana especiais onde as demandas da vigilância agropecuária internacional se deem de maneira esporádica ou sazonal, caberá ao Superintendente Federal, por indicação do Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária, ouvida a SDA, prover o atendimento pontual por Auditor Fiscal Federal Agropecuário lotado em qualquer Unidade Técnica da SFA, mediante a edição de Portaria designativa ou expedição de Ordem de Serviço específica.

Art. 297. O servidor ou empregado público, ocupante de cargo efetivo ou de emprego, do Quadro de Pessoal ou de Tabela de Emprego, do MAPA e lotado na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, poderá ser removido observado as disposições legais.

§ 1º A remoção de Remoção Ofício, no interesse da Administração, ocorrerá nas seguintes situações:

I - para outra Unidade da Federação, sendo efetivada pela Secretaria-Executiva, após manifestação favorável do titular da SFA de origem e de destino e consulta ao Órgão Específico Singular, que detenha vinculação técnica relacionada às atribuições desempenhadas pelo servidor ou empregado público; e

II - no âmbito da SFA, não implicando, portanto, em mudança de sede, sendo efetivada pelo respectivo titular, desde que devidamente formalizada e fundamentada em processo próprio e de acordo com a chefia, ao qual esteja subordinado o servidor ou o empregado público, e ao Órgão Especifico Singular.

§ 2º A remoção a pedido, a critério da administração, não implicando em mudança de sede, ocorrerá entre Unidades Administrativas integrantes da SFA, sendo efetivada pelo respectivo titular após manifestação favorável das chefias das unidades administrativas envolvidas.

§ 3º A remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da administração, observará os critérios estabelecidos no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 4º A remoção de que trata o caput não se aplica ao servidor ou empregado público lotado na SFA, com exercício na Divisão de Defesa Agropecuária, em seus respectivos Serviços e Seções ou nas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que obedecerem outros procedimentos administrativos considerando sua subordinação técnico-administrativa à SDA/MAPA e seus respectivos Departamentos.

Art. 298. Ficam mantidas as:

I - Unidades de Vigilância Agropecuária intaladas antes da vigência deste Regimento Interno, até a ratificação do Secretário Executivo, após a anuência do Secretário de Defesa Agropecuária;

II - Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento instaladas anteriormente à vigência deste Regimento Interno até ratificação pelo Secretário Executivo, ouvidas as Unidades Singulares do Mapa.

Art. 299. A Secretaria-Executiva dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo A, deste Regimento Interno, Quadro Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

Art. 300. As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidas pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA-EXECUTIVA

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADES	Nº DE CARGO / FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.5
	1	Diretor de Programa	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor	FCPE 102.4
	5	Assistente	DAS 102.2
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Controle Operacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Suporte Técnico e Administrativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Biblioteca Nacional de Agricultura	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
CORREGEDORIA	1	Corregedor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
ESCOLA NACIONAL DE GESTÃO AGROPECUÁRIA	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Planejamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Serviço	3	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Apoio Técnico e Administrativo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços Gerais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	5	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
	51		FG-1
	6		FG-2

ANEXO B
DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
DISTRIBUIÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGOS E FUNÇÕES NAS SFAs

CARGO/ FUNÇÃO	SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO																											
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	**TOTAL**
DAS 101.4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
DAS 101.2	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	12
DAS 101.1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	16
FCPE 101.2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	54
FCPE 101.1	2	2	3	2	7	2	2	3	6	2	9	6	6	4	2	3	2	9	6	2	4	2	8	6	2	12	2	101
FG 1	5	5	5	5	7	5	5	5	7	5	2	7	7	3	5	5	5	6	3	5	5	5	6	7	5	2	5	137
FG 2	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	135
FG-2 (Chefe de Equipe) *																												9
FG 3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
FG-3 (Chefe de Equipe) *																												21
Sub-Total	17	17	18	17	24	17	17	18	23	17	21	23	23	17	17	18	17	25	19	17	18	17	25	24	17	24	17	539
FCPE 101.1 (SVA) *																												15
FG-1 (SeVAA e SeVAV) *																												6
FG-1 (UTRAs e UVAGROs) *																												142
Total Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	702

* Serão distribuidas consoante instruções especificas do Secretário Executivo e do Secretário de Defesa Agropecuária em face das disposições regulamentares.

ANEXO C
DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE EXECUÇÃO FINALISTA NAS SFAs

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO																										
		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Unidades e Cargos para Execução Finalisticas da Sede das SFAs																												
Divisão de Defesa Agropecuária	**FCPE 101.2**	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Serviço de Saude Animal -SSA	FCPE 101.1											1															1		2
Serviço de Sanidade Vegetal - SSV	FCPE 101.1											1															1		2
Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA	FCPE 101.1					1				1		1	1	1					1					1	1		1		9

DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA - CEPLAC	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Administração, Finanças, Pesquisas, Extensão e Desenvolvimento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	2		FG-1
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DA LAVOURA CACAUEIRA	3	Coordenador	DAS 101.3
Centro de Pesquisas, Assistência Técnica e Extensão Rural do Cacau	3	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	7	Chefe	FCPE 101.1
	21		FG-1
	15		FG-2
	24		FG-3
SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	27	Superintendente Federal	DAS 101.4
Divisão	12	Chefe	DAS 101.2
Divisão	54	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	16	Chefe	DAS 101.1
Serviço	116	Chefe	FCPE 101.1
	285		FG-1
	144		FG-2
	48		FG-3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegeral - SIPOV	FCPE 101.1					1				1		1	1	1					1					1	1		1		9
Serviço de Fiscalilzação de Insumo Pecuário - SEFIP	FCPE 101.1											1															1		2
Serviço de Fiscalilzação de Insumo Agrícola - SEFIA	FCPE 101.1											1															1		2
Serviço de Fiscalização de Insumos e Saúde Animal - SISA	FCPE 101.1					1				1			1	1					1					1	1				7
Seção de Fiscalização de Insumos Pecuários-SeFIP	FG-1					1				1			1	1					1					1	1				7
Seção de Saúde Animal - SeSA	FG-1					1				1			1	1					1					1	1				7
Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal - SISV	FCPE 101.1					1				1			1	1					1					1	1				7
Seção de Fiscalização de Insumos Agrícolas - SeFIA	FG-1					1				1			1	1					1					1	1				7
Seção de Sanidade Vegetal - SeSV	FG-1					1				1			1	1					1					1	1				7
Serviço de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal - SIFISA	FCPE 101.1	1	1	1	1		1	1	1		1				1	1	1	1		1	1	1	1			1		1	18
Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal - SIFISV	FCPE 101.1	1	1	1	1		1	1	1		1				1	1	1	1		1	1	1	1			1		1	18
Chefe de Equipe	FG-2																												9
Chefe de Equipe	FG-3																												21

Continuação do Anexo C
Do Regimento Interno da Secretaria-Executiva

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO																											
		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG	**FCPE** 101.2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Núcleo de Suporte Agropecuário - NUSAG	FG-3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Sub-Total		5	5	5	5	11	5	5	5	11	5	9	11	11	5	5	5	5	11	5	5	5	5	11	11	5	9	5	215
Unidades de Execução Finalisticas Descentralilzadas nas SFAs																													
Serviço de Vigilância Agropecuária - SVA*	FCPE 101.1																												15
Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Àrea Animal - SeVAA *	FG-1																												3
Seção de Suporte à Vigilância Agropecuária - Àrea Vegetal - SeVAV *	FG-1																												3
UTRAs e UVAGROs *	FG-1																												142
Sub-Total		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163
TOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	378

* serão distribuidas consoante instruções especificas do Secretário Executivo e do Secretário de Defesa Agropecuária em face das disposições regulamentares.

ANEXO D
DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
DISTRIBUIÇÃO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E DE APOIO OPERACIONAL NAS SFAs

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO	SUPERINTENDÊNCIAS FEDERAIS DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO																											
		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Unidades de Assistência Direta																													
Serviço de Planejamento e Acompanhamento - SPA	FCPE 101.1											1							1								1		3
Serviço de Planejamento e Acompanhamento - SPA	DAS 101.1																							1					1

Seção de Planejamento e Acompanhamento - SePA	FG-1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1		1	1	1	1		1	1		1	23
Seção de Apoio Operacional - SÃO	FG-1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Sub-total		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	54
Unidades de Apoio Operacional																													
Divisão de Apoio Administrativo - DAA	DAS 101.2					1				1		1	1	1	1		1		1	1				1	1		1		12
Serviço de Apoio Administrativo - SAA	DAS 101.1	1	1	1	1		1	1	1		1					1		1			1		1			1		1	14
Serviço de Apoio Administrativo - SAA	FCPE 101.1																					1							1
Seção de Atividades Gerais - SAG	FG-1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Setor de Manutenção Predial - SMAP	FG-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Setor de Compras e Contratos - SCC	FG-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Setor de Material e Patrimônio - SMP	FG-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Setor de Protocolo - SPR	FG-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Setor de Transporte - STR	FG-2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	27
Serviço de Gestão de Pessoas - SGP	FCPE 101.1					1				1		1	1	1	1				1	1				1			1		10
Serviço de Gestão de Pessoas - SGP	DAS 101.1																								1				1
Seção de Gestão de Pessoas - SeGP	FG-1	1	1	1	1		1	1	1		1					1	1	1			1	1	1			1		1	16
Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF	FCPE 101.1					1				1		1	1	1	1				1	1				1	1		1		11
Seção de Execução Orçamentária e Financeira SeEOF	FG-1	1	1	1	1		1	1	1		1					1	1	1			1	1	1			1		1	16
Sub-total		9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	243
TOTAL		11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	297

PORTARIA Nº 513, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048870/2016-13, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Consultoria Jurídica (CONJUR/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MAPA nº 381, de 20 de setembro de 2005.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONJUR/MAPA), órgão de execução setorial das atividades da Advocacia-Geral da União, consoante as disposições da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, administrativamente subordinada ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de editais de licitação, os contratos, termos de convênios, acordos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados; e

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação; e

VII - elaborar estudos e preparar informações por solicitação do Ministro de Estado.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CONJUR/MAPA) tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais - CGAJ/CONJUR:

a) Coordenação Jurídica de Assuntos Judiciais - CJAJ/CGAJ; e

b) Coordenação Jurídica de Procedimentos Judiciais - CJPJ/CGAJ;

II - Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos sobre Legislação Agropecuária e de Abastecimento - CGLA/CONJUR:

a) Coordenação Jurídica de Assuntos Normativos e Consultivos - CJNC/CGLA;

III - Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos - CGAA/CONJUR;

IV - Coordenação-Geral de Processos Licitatórios, Contratuais e Assuntos Internacionais - CGLC/CONJUR:

a) Coordenação Jurídica de Processos Licitatórios e Contratuais - CJLC/CGLC;

V - Serviço de Apoio Administrativo - SAD/CONJUR:

a) Setor de Processamento de Textos - SPT/SAD/SAD; e

b) Núcleo de Atividades Auxiliares - NAA/SAD; e

VI - Serviço de Documentação Jurídica - SDJ/CONJUR:

a) Seção de Acompanhamento e Divulgação de Pareceres - SADP/SDJ; e

b) Seção de Doutrina, Legislação e Jurisprudência - SDL/SDJ.

Art. 3º A Consultoria Jurídica é dirigida por Consultor Jurídico; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações Jurídicas, por Coordenadores Jurídicos; os Serviços, as Seções, os Setores e os Núcleos de Atividades Auxiliares, por Chefes.

§ 1º Para auxiliar o desempenho de suas atribuições, o Consultor Jurídico contará em seu Gabinete com Assessores e Assistentes, ocupantes de cargos em comissão.

§ 2º O cargo de Consultor Jurídico será exercido preferencialmente por membros da Advocacia-Geral da União.

§ 3º Os cargos de Coordenador-Geral, Coordenador Jurídico e Assessor serão exercidos por membros da Advocacia-Geral da União.

§ 4º O Consultor Jurídico dispõe ainda dos seguintes cargos em comissão e das funções gratificadas cuja as específicas atribuições de assessoramento e de assistências serão estabelecidas por atos do Consultor Jurídico, ficando localizados, identificados e quantificados conforme anexo A deste Regimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º Os Coordenadores-Gerais, os Coordenadores Jurídicos e os ocupantes dos demais cargos em comissão serão substituídos, em seus afastamentos legais ou impedimentos, e vacâncias dos cargos, por servidores da unidade designados pelo Consultor Jurídico.

Art. 4º As Coordenações e o Serviço de Apoio Administrativos dispõem de cargos em comissão e funções gratificadas, identificadas e quantificadas no Anexo A deste Regimento, cujas atribuições, de assessoramento e de assistência, serão estabelecidas por atos do Consultor Jurídico:

I - CJAJ - um Assistente (DAS 102.2);

II - CJNC - um Assistente (DAS 102.2); e

III - SAD - dois Assistentes Intermediário (FG-1).

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais (CGAJ/CONJUR) compete:

I - coordenar, controlar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos jurídicos realizados no âmbito da Coordenação-Geral;

II - velar pela uniformização de teses jurídicas, consoante orientações dos órgãos centrais da Advocacia-Geral da União;

III - assistir o Consultor Jurídico em assuntos de sua competência;

IV - promover a articulação e o acompanhamento dos processos de interesse do Ministério junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República;

V - acompanhar e orientar o cumprimento das decisões judiciais, e o fornecimento de subsídios à defesa da União pelos setores técnicos do Ministério;

VI - elaborar informações em Mandados de Segurança impetrados contra atos do Ministro ou do Secretário-Executivo e, em casos especiais, a critério do Consultor Jurídico;

VII - acompanhar e orientar as atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas ao Ministério; e

VIII - opinar em processos que lhe forem submetidos.

Art. 6º À Coordenação Jurídica de Procedimentos Judiciais (CJPJ/CONJUR), subordinada à CGAJ compete:

I - preparar informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União e autoridades competentes, relativas aos processos judiciais de interesse da União, que envolvam este Ministério e suas entidades vinculadas;

II - examinar ordens e sentenças judiciais e orientar as autoridades do Ministério quanto ao seu exato cumprimento;

III - acompanhar os trâmites dos processos de interesse do Ministério junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República; e

IV - opinar em processos que lhe forem submetidos.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos sobre Legislação Agropecuária e de Abastecimento (CGLA/CONJUR) compete:

I - coordenar, controlar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos jurídicos de assuntos finalísticos pertinentes a atuação do Ministério;

II - velar pela uniformização de teses jurídicas, consoante orientações dos órgãos centrais da Advocacia-Geral da União;

III - orientar a análise de propostas de aperfeiçoamento da legislação reguladora dos segmentos de atuação finalística do Ministério;

IV - coordenar os trabalhos de consolidação da legislação e normas reguladoras no âmbito de atuação finalística do Ministério;

V - sugerir medidas para corrigir distorções ou introduzir modificações necessárias ao aprimoramento dos instrumentos legais pertinentes à atuação finalística do Ministério;

VI - orientar quanto à aplicação da legislação finalística do Ministério;

VII - analisar e emitir pareceres jurídicos sobre os atos normativos que versem sobre normas ou regulamentos oriundos de tratados, acordos ou ajustes afetados ao campo de atuação finalística do Ministério; e

VIII - opinar em processos que lhe forem submetidos.

Art. 8º À Coordenação Jurídica de Assuntos Normativos e Consultivos (CJNC/CONJUR), subordinada à CGLA, incumbe:

I - assistir o Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos sobre Legislação Agropecuária e de Abastecimento, em matéria de sua competência;

II - coordenar e controlar os trabalhos jurídicos realizados no âmbito da Coordenação;

III - elaborar estudos e pareceres quanto à aplicação da legislação afeta à área finalística do Ministério;

IV - examinar as minutas de projetos de lei, decretos e demais atos normativos de interesse do Ministério e emitir manifestações;

V - executar atividades relacionadas à análise de processos e documentos referentes a pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes à área finalística;

VI - sugerir medidas para corrigir distorções ou introduzir modificações necessárias ao aprimoramento dos instrumentos legais pertinentes à atuação do Ministério; e

VII - analisar e emitir pareceres jurídicos sobre os atos normativos que versem sobre normas ou regulamentos oriundos de tratados, acordos ou ajustes afetados ao campo de atuação do Ministério.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos (CGAA/CONJUR) compete:

I - coordenar, controlar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos jurídicos realizados no âmbito da Coordenação-Geral;

II - velar pela uniformização de teses jurídicas, consoante orientações dos órgãos centrais da Advocacia-Geral da União;

III - pronunciar-se em processos administrativos afetados às áreas-meio do Ministério;

IV - pronunciar-se em processos de sindicância e administrativos disciplinares instaurados no âmbito de atuação do Ministério nas hipóteses dos incisos I e II do art. 141 da Lei nº 8.112, de 1990, ou nos demais casos;

V - executar atividades relacionadas à análise de processos e documentos referentes a pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes à área-meio do Ministério;

VI - elaborar estudos jurídicos relativos às alterações de normas dos sistemas de modernização administrativa, orçamento, programação financeira, pessoal, serviços gerais e de administração de recursos de informação e informática;

VII - acompanhar e orientar as atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas ao Ministério, em matérias relacionadas à Coordenação-Geral; e

VIII - promover a articulação e o acompanhamento dos processos de interesse do Ministério junto à Advocacia-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, em relação às matérias afetas à Coordenação-Geral.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Processos Licitatórios, Contratuais e Assuntos Internacionais (CGLC/CONJUR) compete:

I - coordenar, controlar, fiscalizar e supervisionar os trabalhos jurídicos realizados no âmbito da Coordenação-Geral;

II - velar pela uniformização de teses jurídicas, consoante orientações dos órgãos centrais da Advocacia-Geral da União;

III - pronunciar-se quanto à análise jurídica de:

a) editais de licitação e instrumentos de acordos, de contratos, de termos de convênios, ajustes e congêneres, a serem celebrados pelos dirigentes do Ministério;

b) atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação; e

c) recursos administrativos, representações e pedidos de reconsideração interpostos em face dos atos referidos neste inciso;

IV - promover a articulação e o acompanhamento dos processos de interesse do Ministério junto à Advocacia-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, em relação às matérias afetas à Coordenação-Geral;

V - acompanhar e orientar as atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas ao Ministério, em matérias relacionadas à Coordenação-Geral;

VI - opinar em processos que lhe forem submetidos;

VII - acompanhar e orientar as atividades da Secretaria de Relações Internacionais e dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas ao Ministério, em matérias relacionadas à Coordenação-Geral ou de sua afetação;

VIII - pronunciar-se quanto à análise jurídica de acordos de cooperação internacional e dos ajustes complementares, a serem celebrados pelos dirigentes do Ministério; e

IX - analisar e emitir pareceres jurídicos sobre assuntos que versem sobre e harmonização de normas oriundas de acordos de cooperação internacional e de ajustes complementares.

Art. 11. À Coordenação Jurídica de Processos Licitatórios, Contratuais e Assunto Internacionais (CJLC/CONJUR) incumbe:

I - assistir o Coordenador-Geral de Processos Licitatórios, Contratuais e Assuntos Internacionais em assuntos de sua competência;

II - proceder à análise jurídica de:

a) editais de licitação e instrumentos de acordos, de contratos, de termos de convênios, ajustes e congêneres, a serem celebrados pelos dirigentes do Ministério;

b) atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade ou decidir a dispensa de licitação; e

c) recursos administrativos, representações e pedidos de reconsideração interpostos em face dos atos referidos neste inciso;

III - opinar em processos administrativos que lhe forem submetidos a exame pelo Consultor Jurídico ou pelo Coordenador-Geral de Processos Licitatórios, Contratuais e Assuntos Internacionais; e

IV - executar atividades relacionadas à análise de processo e documentos referentes a pedidos de reconsideração, recursos ou representações concernentes à sua área de atuação.

Art. 12. Ao Serviço de Apoio Administrativo (SAD/CONJUR) incumbe:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Consultor Jurídico, exercendo as atividades de expediente de seu gabinete; e

II - executar, no âmbito da Consultoria Jurídica, as atividades de protocolo, registro e tramitação de documentos e autos de processos, arquivo, reprografia, pessoal, material de expediente, patrimônio e serviços gerais, consoante orientação dos órgãos setoriais.

Art. 13. Ao Setor de Processamento de Textos - SPT/SAD incumbe:

I - realizar atividades de expediente no gabinete do Consultor Jurídico; e

II - executar trabalhos de reprografia e digitação, de interesse da Consultoria Jurídica.

Art. 14. Ao Núcleo de Atividades Auxiliares (NAA/SAD) incumbe:

I - realizar atividades de expediente no gabinete do Consultor Jurídico; e

II - executar os serviços de controle de pessoal, reprografia, material, patrimônio e serviços gerais.

Art. 15. Ao Serviço de Documentação Jurídica (SDJ/CONJUR), subordinado diretamente ao Consultor Jurídico, incumbe:

I - prestar auxílio e apoio operacional ao Consultor Jurídico, exercendo atividades de expediente em seu gabinete;

II - manter atualizados e organizados o repositório da legislação, a biblioteca, o arquivo, publicações oficiais e o controle de documentos;

III - compilar e registrar dados e informações de interesse para os serviços realizados no âmbito da Consultoria Jurídica; ISSN 1677-7042 IV - manter banco de dados com a jurisprudência dos tribunais, a orientação e normas emanadas da Advocacia-Geral da União; e

IV - zelar, com suporte da área de informática, pela manutenção ordenada dos equipamentos e materiais de expediente, prestar assistência aos usuários no âmbito da Consultoria e velar pelo regular suporte da rede operacional de processamento e transmissão de dados.

Art. 16. À Seção de Acompanhamento e Divulgação de Pareceres (SADP/SDJ) incumbe:

I - realizar atividades de expediente no gabinete do Consultor Jurídico; e

II - classificar, organizar, divulgar e manter em condições de consulta publicações oficiais, pronunciamentos e súmulas da Advocacia Geral da União, bem como estudos, pareceres, informações, notas técnicas e outros expedientes elaborados na Consultoria Jurídica.

Art. 17. À Seção de Doutrina, Legislação e Jurisprudência (SDL/SDJ) incumbe:

I - realizar atividades de expediente no gabinete do Consultor Jurídico;

II - realizar pesquisas sobre legislação, jurisprudência e obras doutrinárias de interesse para a Consultoria Jurídica, com anotações atualizadas das modificações dos respectivos conteúdos;

III - tombar, classificar, organizar, guardar e conservar o acervo da Biblioteca da Consultoria Jurídica, incluindo os livros, revistas, arquivos eletrônicos, diários oficiais e outros documentos; e

IV - prestar assistência aos usuários do acervo bibliográfico da Consultoria Jurídica, controlando a retirada e devolução dos livros, revistas, jornais, disquetes, CDs e demais itens integrantes do patrimônio.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 18. Ao Consultor Jurídico e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações do respectivo Órgão e unidades administrativas, e especificamente:

I - o Consultor Jurídico dirigir-se-á diretamente aos titulares dos órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, fixando prazo para cumprimento de diligências ou prestação de informações necessárias à instrução de procedimentos administrativos ou processos judiciais submetidos à sua apreciação; e

II - aos Coordenadores-Gerais, no exercício de suas funções, poderão reportar-se diretamente aos dirigentes de órgãos do Ministério e suas entidades vinculadas, para coligirem subsídios necessários à instrução de procedimentos administrativos e processos judiciais nas respectivas áreas de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Quando houver dúvida jurídica sobre o entendimento da Consultoria Jurídica do MAPA, a matéria deve ser submetida ao Consultor Jurídico, acompanhada de documentos e informações hábeis, visando à solução da divergência.

Art. 20. As consultas envolvendo a interpretação da Constituição, leis e outras normas, ou orientação jurídica para a prática de atos administrativos de interesse dos órgãos deste Ministério e de suas entidades vinculadas, devidamente instruídas com explicações sobre o caso concreto e a solução pretendida pela Administração, serão encaminhadas à Consultoria Jurídica exclusivamente pelo Gabinete do Ministro, pelo Secretário-Executivo, pelos Secretários, pelo Diretor do Departamento de Administração, pelo Corregedor, pelo Ouvidor e pelos titulares das entidades vinculadas ao Ministério.

§ 1º Os processos que tratem de gestão de recursos financeiros, além do pronunciamento do órgão técnico, deverão estar instruídos com manifestação do setor orçamentário-financeiro, contendo, dentre outros elementos pertinentes, a expressa indicação funcional programática dos recursos financeiros pela qual correrão as respectivas despesas.

§ 2º O prazo mínimo para análise e manifestação dos processos administrativos e documentos submetidos à Consultoria Jurídica é de 15 (quinze) dias, salvo prazo inferior previsto em legislação específica ou quando se tratar de ato a ser praticado em face de processo judicial.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º poderá ser reduzido pelo Consultor Jurídico, em casos de manifesta urgência e relevância, mediante ato devidamente motivado.

§ 4º As consultas e as solicitações de análise e manifestação jurídica devem ser encaminhadas à Consultoria Jurídica com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para publicação, celebração ou extinção do prazo de vigência, nos seguintes casos:

I - processos de licitação;

II - dispensa ou inexigibilidade de licitação;

III - contratos, convênios, cooperações e instrumentos assemelhados, inclusive seus respectivos aditivos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - concursos públicos e outros processos seletivos;

V - concursos de remoção e promoção; e

VI - propostas de portaria ou instrução normativa.

Art. 21. O parecer da Consultoria Jurídica, aprovado pelo Ministro de Estado e publicado, adquire caráter normativo no âmbito do Ministério, obrigando todos os seus órgãos e suas entidades vinculadas.

Art. 22. Os casos omissos neste Regimento Interno e as dúvidas suscitadas na sua aplicação serão resolvidos pelo Consultor Jurídico.

Art. 23. A Consultoria Jurídica dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas, conforme consta do Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções e Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

ORGÃO/UNIDADE	Nº DE CARGOS/ FUNÇÕES	DENOMINAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCEPE/FG
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	2	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos sobre Legislação Agropecuária e de Abastecimento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Coordenação-Geral de Processos Licitatórios, Contratuais e Assuntos Internacionais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	4		FG-1
	1		FG2
	1		FG-3

PORTARIA Nº 514, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016 e o que consta do Processo SEI nº 21000.048868/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Ouvidoria (OUVIDORIA/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° À Ouvidoria, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento compete:

I - receber e encaminhar as reclamações, as representações, os elogios, as denúncias e as sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes dos órgãos e de suas unidades administrativas, das unidades descentralizadas e das entidades vinculadas;

II - informar ao interessado o andamento e o resultado das providências adotadas em relação às manifestações recebidas;

III - organizar e interpretar o conjunto de manifestações recebidas e produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos agentes envolvidos com as atividades sob a competência das unidades da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das entidades a ele vinculadas; e

IV - apresentar aos órgãos, às unidades administrativas e às entidades vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sugestões de aprimoramento e correção de situações de inadequado funcionamento das atividades.

Parágrafo único. O Ouvidor exercerá suas atribuições com autonomia e independência e manterá o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informado quanto às suas atividades.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento possui em sua estrutura organizacional a Divisão Técnica (DITEC/OUVIDORIA), composta de:

I - Serviço de Apoio Técnico (SAT/DITEC); e

II - Serviço de Apoio Operacional (SAOPE/DITEC).

Art. 3º A Ouvidoria é dirigida por um Ouvidor, a Divisão e os Serviços, por chefes.

Art. 4º A Ouvidoria dispõe de cargos em comissão, conforme Anexo A, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

Art. 5º O Ouvidor dispõe, para assessoramento, de um cargo em comissão de Assistente (DAS 102.2), cujas específicas atribuições do seu ocupante serão estabelecidas por ato do Chefe do Gabinete do Ministro.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 6º À Divisão Técnica (DITEC/OUVIDORIA) compete:

I - coordenar as atividades de apoio técnico da Ouvidoria e assessorar o Ouvidor no gerenciamento das atividades administrativas;

II - propor de forma permanente e sistemática a articulação e a integração com os órgãos e entidades integrantes da rede de Ouvidorias da Administração Pública Federal;

III - propor medidas e procedimentos que visem à solução de assuntos demandados e pendentes na Ouvidoria; e

IV - formular e manter atualizado o Manual de Procedimentos da Ouvidoria.

Art. 7º Ao Serviço de Apoio Técnico (SAT/DITEC) compete:

I - analisar as demandas e encaminhá-las às áreas responsáveis pelo atendimento;

II - produzir relatórios de estatística mensal, semestral e anual, enviando-os ao Ouvidor;

III - apresentar relatório de gestão das atividades realizadas pela Ouvidoria para o órgão central; e

IV - elaborar estudos e realizar pesquisas para aferição da satisfação dos usuários dos serviços prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas.

Art. 8º Ao Serviço de Apoio Operacional (SAOPE/DITEC) compete:

I - manter banco de dados relativo às reclamações, representações, elogios, denúncias e sugestões, bem como às providências consequentes;

II - acompanhar o atendimento das solicitações formuladas pelo Ouvidor; e

III - monitorar os encaminhamentos e providências adotadas referentes às demandas e requerimentos recebidos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 9º Ao Ouvidor do MAPA incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de atividades da Ouvidoria, exercer as demais atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno e especificamente;

II - promover a divulgação dos canais de comunicação da Ouvidoria;

III - manter sigilo e proteção dos envolvidos em manifestações de denúncias ou irregularidades, na forma da Lei, e salvaguardar os documentos recebidos;

IV - propor aos dirigentes dos órgãos de direção superior e das unidades descentralizadas do MAPA a adoção de medidas administrativas, inclusive no atendimento às demandas da Ouvidoria;

V - intermediar entendimentos com os dirigentes dos órgãos e entidades da estrutura do MAPA, no trato de assuntos relativos aos serviços prestados aos cidadãos; e

VI - instaurar Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito da OUVIDORIA, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 10. Aos Chefes de Divisão e de Serviços incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução dos programas, projetos, ações e atividades das respectivas unidades organizacionais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. No desenvolvimento de suas atividades, a Ouvidoria (OUVIDORIA/MAPA) observará as diretrizes emanadas do Órgão Central do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - Ouvidoria-Geral da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

Art. 12. As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno, serão resolvidas pelo Ouvidor.

Art. 13. A Ouvidoria (OUVIDORIA/MAPA) dispõe de cargos em comissão, conforme o Anexo A, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, segundo estabelece o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE CONFIANÇA

OUVIDORIA	1	Ouvidor	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1

PORTARIA Nº 515, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048867/2016-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE/MAPA), na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados a alínea "j" do inciso V do art. 1º e o item 2 e seus subitens do art. 2º e art. 23, da Portaria Ministerial nº 264, de 29 de março de 2010.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE/MAPA), órgão de assitência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), compete:

I - promover as atividades de comunicação de governo, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo;

II - ocupar-se das relações públicas e promover as atividades de cerimonial, promoção institucional e de eventos;

III - providênciar a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

IV - elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e ações sob a sua responsabilidade.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE/MAPA) tem a seguinte estrutura:

I - Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS/ACE:

a) Coordenação de Imprensa - CIMP/CGCS:

1. Divisão de Jornalismo - DIJOR/CIMP;

1.1. Seção de Audiovisual - SAUV/DIJOR; e

b) Coordenação de Publicidade - CPUBL/CGCS:

1. Divisão de Comunicação Digital - DICOD/CPUBL;

1.1. Seção de Produção Gráfica - SPRG/DICOD; e

II - Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial - CGEC/ACE:

a) Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial - CRPC/CGEC:

1. Divisão de Eventos - DIEV/CRPC.

Art. 3º A Assessoria de Comunicação e Eventos é dirigida pelo Chefe da Assessoria de Comunicação e Eventos; as Coordenações-Gerais, por Coordenadores-Gerais; as Coordenações, por Coordenadores; as Divisões e Seções por Chefes, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas a que se refere o art. 3º deste Regimento Interno serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados, obedecida a legislação vigente.

Art. 5º O Chefe da Assessoria dispõe de cargos em comissão, sendo dois Assessores (DAS 102.4), cujas atribuições serão estabelecidas por atos do Chefe da Assessoria.

Art. 6º As Coordenações-Gerais dispõem de cargos em comissão e funções gratificadas, localizados, identificados e qualificados a seguir, cujas específicas atribuições de assessoramento e de assistência dos seus ocupantes serão estabelecidas por atos do Chefe de Assessoria:

I - Coordenação-Geral de Comunicação Social (CGCS/ACE):

a) dois Assessores Técnicos (DAS 102.3);

b) dois Assistentes (DAS 102.2);

c) um Assistente Técnico (DAS 102.1); e

d) um Assistente Intermediário (FG-3); e

II - Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial (CGEC/ACE):

a) um Assistente (DAS 102.2);

b) três Assistentes Técnicos (DAS 102.1); e

c) um Assistente Intermediário (FG-1).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação-Geral de Comunicação Social

Art. 7º À Coordenação-Geral de Comunicação Social (CGCS/ACE) compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar, no âmbito do Ministério, as atividades de comunicação de governo, consoante orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal;

II - criar canais de comunicação internos e externos que divulguem a missão, os valores e as atividades da Instituição;

III - promover intercâmbio e convênios com outros órgãos e instituições na área de Comunicação Social;

IV - coordenar as equipes de jornalistas e fotógrafos para o assessoramento ao Ministro de Estado e aos Secretários, de forma setorizada com a total cobertura da agenda institucional e o fornecimento de produtos de comunicação estratégica como o Boletim de Notícias e a análise de mídia;

V - participar, em articulação com a Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial (CGEC/ACE), da definição do calendário de eventos do setor agropecuário com participação institucional do Ministério;

VI - articular e organizar entrevistas, coletivas e individuais, do Ministro de Estado, avaliando a conveniência em promovê-las;

VII - programar e orientar entrevistas, gravações e briefings dos dirigentes do Ministério;

VIII - supervisionar a produção da análise de mídia; e

IX - planejar e executar campanhas publicitárias de caráter institucional e de utilidade pública.

Art. 8º À Coordenação de Imprensa (CIMP/CGCS) compete:

I - acompanhar e orientar a divulgação de matérias jornalísticas relativas ao Ministério, inclusive às suas unidades vinculadas;

II - gerenciar o conteúdo da internet e as atividades de atualização e divulgação, via rádio e novas mídias, em articulação com o órgão central do Sistema SICOM e as unidades organizacionais e descentralizadas do MAPA;

III - editar matérias e notícias Press Release, de interesse do Ministério, para divulgação nas mídias impressa, radiofônica, eletrônica e digital; e

IV - coordenar a produção de conteúdo e de ações para as ferramentas de comunicação institucional do MAPA, tais como Intercom, Agronet e comunicados.

Art. 9º À Divisão de Jornalismo (DIJOR/CIMP) compete:

I - redigir matérias e notícias Press Release, de interesse do Ministério, para divulgação nas mídias impressa, radiofônica, eletrônica e digital;

II - manter contato permanente com jornalistas credenciados junto ao Ministério;

III - acompanhar os noticiários escrito, falado e televisivo; destacar e distribuir as matérias de interesse dos órgãos e entidades vinculadas;

IV - proceder às redações e edições dos noticiários para veiculação em emissoras de rádio;

V - assessorar as unidades administrativas do Ministério no relacionamento com a imprensa;

VI - atender solicitações dos veículos de comunicação;

VII - propor, coordenar e acompanhar entrevistas, individuais e coletivas, de autoridades do Ministério;

VIII - acompanhar eventos promovidos ou que tenham a participação de autoridades e técnicos do Ministério, para posterior divulgação aos órgãos de imprensa e internet;

IX - acompanhar, selecionar e analisar o noticiário diário, sobre o Ministério, suas políticas públicas e seus integrantes;

X - elaborar o clipping diário, regional e nacional, das notícias de interesse do Ministério; e

XI - manter atualizado arquivo de notícias do Ministério;

Art. 10. À Seção de Audiovisual (SAUV/DIJOR) compete:

I - realizar cobertura fotográfica das solenidades e eventos do Ministério; e

II - subsidiar as Coordenações da CGCS com banco de imagens atualizado para utilização nas ferramentas de comunicação do MAPA.

Art. 11. À Coordenação de Publicidade (CPUBL/CGCS) compete:

I - acompanhar e avaliar as ações de publicidade do MAPA;

II - orientar e autorizar a correta aplicação de marcas do Governo Federal em peças publicitárias institucionais e de utilidade pública, em materiais e campanhas; e

III - propor soluções relacionadas às novas formas de interação com o cidadão.

Art. 12. À Divisão de Comunicação Digital (DICOD/CPUBL) compete:

I - elaborar estudos para operação da internet e a intranet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como meio de comunicação;

II - gerenciar o conteúdo comum às principais áreas dos portais eletrônicos e das áreas de Agronotícias e Comunicação Social;

III - orientar o design dos sítios da internet e da intranet, em articulação com a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Presidência da República (SECOM/PR) e demais unidades organizacionais do MAPA envolvidas, e

IV - proceder a atualização das informações do conteúdo das páginas eletrônicas do Ministério e das demais redes sociais.

Art. 13. À Seção de Produção Gráfica (SPRG/DICOD) compete:

I - produzir peças gráficas para divulgação das ações institucionais das diversas áreas do MAPA; e

II - produzir materiais e peças de comunicação para campanhas internas direcionadas aos servidores do MAPA.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial

Art. 14. À Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial (CGEC/ACE) compete:

I - planejar, coordenar, orientar, controlar e avaliar as atividades de participação institucional em eventos do setor agropecuário e do Governo;

II - elaborar e propor o calendário de feiras e exposições com participação do Ministério, em articulação com a Coordenação-Geral de Comunicação Social;

III - definir o formato de participação institucional em eventos do setor agropecuário, em articulação com órgãos e entidades vinculadas do MAPA;

IV - apoiar a participação das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA's), em eventos nacionais, regionais ou locais, com aporte de material institucional;

V - planejar e acompanhar a estratégia de promoção e participação institucional em feiras, exposições e eventos agropecuários e do Governo Federal;

VI - organizar e coordenar os eventos do Ministério como seminários, conferências e workshops, voltados aos públicos interno e externo, demandados pelas secretarias do Ministério; e

VII - realizar a programação orçamentária e lançamentos no Sistema de Informações orçamentárias e Financeiras (SIOR).

Art. 15. À Coordenação de Relações Públicas e Cerimonial (CRPC/CGEC) compete:

I - planejar, coordenar as atividades de cerimonial;

II - organizar, orientar e acompanhar as solenidades, recepções e eventos oficiais do MAPA, visitas de personalidades civis, nacionais ou estrangeiras, e dar apoio às viagens do Ministro de Estado;

III - assistir na organização de atividades de cerimonial e de protocolo em solenidades, recepções, visitas oficiais e eventos, em articulação com os demais órgãos;

IV - elaborar e providenciar a expedição de convite dos eventos de iniciativa do Ministro, em articulação com os demais órgãos;

V - supervisionar a recepção de autoridades nacionais e estrangeiras na participação de cerimonial e eventos no Ministério;

VI - prestar assessoramento protocolar nos eventos e também aos representantes indicados pelo Ministro quando demandada;

VII - supervisionar a recepção de autoridades nacionais e estrangeiras na participação de cerimônias e eventos no Ministério;

VIII - coordenar o serviço receptivo em geral;

IX - supervisionar a manutenção do cadastro de autoridades e público de interesse do Ministério;

X - controlar a expedição de convites e gerenciar as confirmações das cerimônias e solenidades;

XI - supervisionar as atividades de apoio administrativo e operacional para realizações de cerimônias e solenidades; e

XII - organizar a composição de mesas nas cerimônias e solenidades.

Art. 16. À Divisão de Eventos (DIEV/CRPC) compete:

I - promover o suporte a execução das atividades de realização de eventos institucionais dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado;

II - acompanhar as reuniões do Gabinete nas dependências do MAPA, auditório maior, menor, Salão de Atos e outros locais;

III - preparar e orientar o layout, e a identidade visual do evento nas peças publicitárias, junto à Divisão de Publicidade; e

IV - acompanhar o processo de solicitação de evento das secretarias do MAPA.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Chefe da Assessoria de Comunicação e Eventos incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos de suas unidades organizacionais; e

II - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Assessoria, para apuração de irregularidades de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 18. Aos Coordenadores-Gerais e Coordenadores incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações das suas unidades organizacionais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, referentes aos recursos alocados à Assessoria de Comunicações e Eventos (ACE/MAPA), serão exercidos por atos de delegação específicos, a critério do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 20. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas pelo Chefe da Assessoria de Comunicação e Eventos.

Art. 21. Assessoria de Comunicação e Eventos dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS	1	Chefe	DAS 101.5
	2	Assessor	DAS 102.4
Coordenação-Geral de Comunicação Social	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Eventos e Cerimonial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	3		FG-1
	1		FG-3

PORTARIA Nº 516, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo SEI nº 21000.048861/2016-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MAPA), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e de integridade da gestão;

II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em Conselhos e Comitês, nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério que visam a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e o relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais;

VI - interagir com as unidades de auditoria interna das entidades vinculadas ao Ministério, com vistas a subsidiar a supervisão ministerial, inclusive no que tange ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução sobre assuntos relacionados a ética, ouvidoria e correição entre as unidades responsáveis no Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além do atendimento a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade de gestão.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Especial de Controle Interno é dirigida pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, cujo cargo em comissão é provido na forma da legislação específica.

Art. 3º O Chefe da Assessoria dispõe de cargo em comissão, sendo um Assistente, (DAS 102.2), cujas atribuições, de assessoramento, serão estabelecidas por atos da Chefia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º O ocupante do cargo em comissão a que se refere o art. 2º deste Regimento Interno será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor indicado pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 5º Ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) incumbe:

I - representar o MAPA nos colegiados e grupos de trabalho que forem constituídos para estudo e discussão de temas de controle interno e compliance;

II - baixar portarias, instruções normativas, ordens de serviço e outros atos normativos necessários ao exercício das competências da Assessoria Especial de Controle Interno e à gestão administrativa da unidade; e

III - desempenhar outras atividades correlatas, por demanda do Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo, em nome do Dirigente Máximo.

Parágrafo único. O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno dirigir-se-á diretamente aos titulares das Unidades Administrativas do Ministério e aos Chefes das Auditorias das Entidades Vinculadas, para encaminhar demandas formais para cumprimento de diligências necessárias à instrução de procedimentos administrativos e judiciais submetidos à sua apreciação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão submetidas ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MAPA) para apreciação e deliberação.

Art. 7º À Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MAPA) dispõe de cargos em comissão, conforme consta do Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, de acordo com que estabelece o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

UNIDADES	Nº DE CARGO/FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/FCPE/FG
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2

PORTARIA Nº 517, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo SEI nº 21000.048863/2016-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O art.1º do Anexo à Portaria MAPA nº 944, de 23 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.1º .....

II .....

b) as atividades relacionadas à disciplina, às informações documentais agropecuárias e ao acompanhamento das unidades descentralizadas, das entidades vinculadas e dos órgãos colegiados;

.....

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os art. 3º, inciso III, e os arts. 13 a 18 do Anexo à Portaria MAPA nº 944, de 23 de setembro de 2014.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA DE APOIO ÁS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conformidade com o inciso I do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 2016, compete:

I - coordenar os processos de gestão do suporte técnico operacional requerido pelas Câmaras Setoriais e Temáticas;

II - dar encaminhamento às proposições dos setores associados ao agronegócio brasileiro aprovadas em plenário pelas Câmaras, observadas as interfaces com os assuntos da área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das demais áreas da administração pública federal;

III - articular-se e promover a interlocução com órgãos e unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal para apoiar a viabilidade das propostas apresentadas pelas Câmaras relativamente à:

a) elaboração de normativos técnicos, econômicos e financeiros para o agronegócio; e

b) realização de análises, diagnósticos e prognósticos setoriais e temáticos;

IV - estimular e apoiar o fluxo de informações entre as Câmaras e os órgãos e as entidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e junto aos demais órgãos da administração pública federal e garantir o intercâmbio de informações;

V - organizar e disponibilizar informações das ações desenvolvidas pelas Câmaras;

VI - elaborar e divulgar relatório de indicadores de desempenho das ações das Câmaras;

VII - formular a metodologia das ações das Câmaras; e

VIII - prestar apoio técnico e operacional às Secretarias-Executivas:

a) do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA); e

b) do Conselho do Agronegócio (CONSAGRO).

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA), tem a seguinte estrutura:

I - Divisão de Suporte às Cadeias de Produtos de Origem Animal (DCPA/ACST);

II - Divisão de Suporte às Cadeias de Grãos, Fibras, Hortifruti e Bebidas, e assuntos de transversalidade das cadeias do Agronegócio (DCGF/ACST),

III - Divisão de Suporte às Cadeias de Produtos de Agroenergia, de Bioenergia Sustentável e Assuntos de Transversalidade das Cadeias do Agronegócio (DCAB/ACST); e

IV - Serviço de Apoio Operacional (SAO/ACST).

Art. 3º A Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA) é dirigida pelo Chefe da Assessoria; as Divisões e Serviço, por Chefes, cujos cargos em comissão são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e funções gratificadas previstos no artigo 2º serão substituídos em suas faltas ou impedimentos por servidores por eles indicados e previamente designados na forma legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Às Divisões da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas, indicadas no art. 2º, compete:

I - prover as atividades de secretariado e supervisão das Câmaras Setoriais e Temáticas;

II - examinar e emitir parecer quanto à matéria de interesse das Câmaras;

III - analisar e encaminhar as demandas e proposições das Câmaras às unidades administrativas do MAPA, outros órgãos de governo e sociedade civil, consoante as específicas matérias envolvidas;

IV - acompanhar tramitação das proposições referentes às Câmaras Setoriais e Temáticas quanto a:

a) desenvolvimento de ações requeridas e de estudos dos impactos decorrentes; e

b) políticas para o desenvolvimento do agronegócio e dos instrumentos regulamentadores;

V - elaborar relatórios referentes às demandas e proposições apresentadas e encaminhadas; e

VI - manter banco de dados com informações específicas por Câmaras Setoriais e Temáticas, abrangendo atos deliberativos, atas das reuniões e demais matérias.

Parágrafo único. As competências previstas neste artigo serão exercidas pelas Divisões/ACST em conformidade com suas respectivas áreas de atuação.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Operacional (SAO/ACST) compete:

I - prestar apoio logístico requerido pelas Câmaras Setoriais e Temáticas para a programação e realização de eventos;

II - proceder à execução de atividades de apoio administrativo para a Assessoria e Divisões;

III - manter atualizado o Sistema de Informações de Gerenciamento das Câmaras Setoriais e Temáticas (SGCAM/ACST);

IV - alimentar e monitorar o Portal da Internet do MAPA com as informações referentes às Câmaras Setoriais;

V - pesquisar, consolidar e alimentar o banco de dados com informações específicas por Câmaras Setoriais e Temáticas, abrangendo atos deliberativos, atas das reuniões e demais matérias;

VI - preparar, monitorar e controlar os atos normativos expedidos para cada Câmara Setorial e Temática e os conselhos relacionados; e

VII - subsidiar as Divisões e a Chefe da Assessoria quanto a informações técnicas, dados estatísticos, cenários e tendências.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 7º Ao Chefe da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA) incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA) e especificamente;

II - praticar os atos necessários às atividades de apoio operacional e administrativo, inerentes à Secretaria-Executiva do CONSAGRO/MAPA; e

III - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da ACST/MAPA, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 8º Aos Chefes de Divisão e de Serviço, incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações das unidades organizacionais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidas pelo Chefe da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA).

Art. 10. A Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas (ACST/MAPA) dispõe de cargos em comissão, conforme o Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, segundo estabelece o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DE CONFIANÇA

ASSESSORIA DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS	1	Chefe	DAS 101.4
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1

PORTARIA Nº 518, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048877/2016-27, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA), na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias: nº 104, de 18 de abril de 2006, N° 45, de 22 de março de 2007, n° 184, de 13 de julho de 2007 e n° 99, de 12 de maio de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º. À Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), compete:

I - contribuir para a formulação da política agrícola quanto à defesa agropecuária;

II - planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa agropecuária, por meio:

a) do acompanhamento da saúde dos animais terrestres e aquáticos e da sanidade vegetal;

b) da fiscalização e da inspeção de produtos, derivados, subprodutos e resíduos de origens animal e vegetal;

c) da fiscalização de insumos agropecuários;

d) de registro e proteção de cultivares;

e) da fiscalização e do monitoramento dos serviços utilizados nas atividades agropecuárias e aquícolas;

f) de análise laboratorial, como suporte às ações de defesa agropecuária, aquícola e pesqueira;

g) da certificação sanitária animal e vegetal;

h) da fiscalização do bem-estar animal;

i) do zoneamento sanitário e fitossanitário;

j) da coordenação da execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes;

k) da padronização e da classificação de produtos agrícolas, pecuários, pesqueiros e de origem animal e vegetal;

l) do registro de estabelecimentos, produtos e insumos agropecuários, pesqueiros e aquícolas;

m) do registro genealógico de animais;

n) da rastreabilidade agropecuária;

o) da sanidade dos equídeos; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

p) da normatização do bem-estar animal em conjunto com a Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC);

III - coordenar a execução das atividades de defesa agropecuária relativas à importação e à exportação de animais terrestres e aquáticos vivos, de seus produtos e subprodutos, de vegetais, de parte de vegetais, de seus produtos e subprodutos e de insumos agrícolas, pecuários e aquícolas em locais de fronteira, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais;

IV - elaborar propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais concernentes aos temas de defesa agropecuária, em articulação com os demais Órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

V - promover no âmbito de sua competência:

a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações;

b) a articulação intrassetorial e intersetorial necessária à execução de atividades de defesa agropecuária;

c) a organização e a execução de atividades de comunicação de risco e social em defesa agropecuária, em consonância com a Assessoria de Comunicação e Eventos (ACE/MAPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

d) a celebração de convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:

1. o monitoramento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e auditoria dos planos de trabalho;

VI - implementar as ações decorrentes de decisões de organismos e atos internacionais, de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros, relativos aos assuntos de sua competência, que tiverem a adesão da República Federativa do Brasil;

VII - propor a programação e acompanhar a implementação de ações de capacitação e de qualificação de servidores e empregados públicos;

VIII - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades do Comitê Permanente de Análise e Revisão de Atos Normativos (CPAR/SDA/MAPA); e

IX - programar, coordenar, acompanhar e executar atividades destinadas ao agronegócio internacional, em articulação com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio - SRI/MAPA.

§ 1° Cabe à SDA/MAPA coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal; o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal; os Sistemas Brasileiros de Inspeção e Fiscalização de Insumos Agrícolas; o Sistema Brasileiro Específico de Inspeção de Insumos Pecuários e o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

§ 2° No que se refere à atividade laboratorial, compete à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA):

I - coordenar a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, constituída pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários e laboratórios credenciados públicos e privados;

II - coordenar a Rede Nacional de Laboratórios de Pesca e Aquicultura, constituída pelos Laboratórios Oficiais Centrais, Laboratórios Oficiais e laboratórios credenciados públicos e privados; e

III - prover apoio laboratorial requerido pelos demais Órgãos do MAPA.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, tem a seguinte estrutura:

I - Divisão de Assuntos Internacionais - DAI/SDA;

II - Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos - DARAN/SDA;

III - Gabinete - GAB/SDA:

a) Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças - CAOF/GAB:

1. Serviço de Acompanhamento de Convênios - SCON/CAOF;

2. Seção de Programação e Controle - SPC/CAOF;

3. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/CAOF;

3.1. Seção de Registro da Execução - SRE/SEOF;

3.2. Seção de Análise e Registros - SAR/SEOF;

3.3. Seção de Conformidade de Registro de Gestão - SCRG/SEOF; e

4. Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos - SRAP/CAOF;

IV - Coordenação-Geral de Articulação Institucional - CGAI/SDA:

a) Divisão de Apoio à Governança do SUASA - DIGOV/CGAI:

1.Serviço de Integração de Ações - SIA/DIGOV;

b) Divisão de Modernização Tecnológica em Defesa Agropecuária - DMT/CGAI:

1. Serviço de Automação - SAT/DMT;

V - Coordenação-Geral de Gestão de Operações - CGOP/SDA:

a) Coordenação de Planejamento - COPLAN/CGOP:

1. Serviço de Modernização da Gestão - SMG/COPLAN;

2. Serviço de Monitoramento e Avaliação - SMA/COPLAN; e

3. Serviço de Desenvolvimento de Programas e Projetos Especiais - SEDEP/COPLAN;

VI - Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia - CGIE/DAS

a) Seção de Apoio a Gestão - SAG/CGIE;

b) Serviço de Monitoramento em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados - SBIO/CGIE;

c) Coordenação de Análise e Monitoramento de Informações Estratégicas - CAMOE/CGIE:

1. Divisão de Apoio ao Registro - DARE/CAMOE;

2. Serviço de Auditorias - SAUD/CAMOE;

3. Divisão de Gestão de Riscos - DGR/CAMOE; e

3.1. Serviço de Monitoramento de Informações - SMI/DGR;

VII - Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - CGAL/DAS

a) Coordenação de Planejamento e Gestão Laboratorial - CPG/CGAL:

1. Seção de Suporte à Gestão Laboratorial - SGL/CPG;

b) Coordenação de Gestão da Qualidade, Auditoria e Credenciamento - CGQ/CGAL:

1. Divisão de Auditoria e Credenciamento - DACRE/CGQ; e

2 . Seção de Apoio à Gestão da Qualidade - SAGQ/CGQ

c) Coordenação de Gestão de Demandas Laboratoriais - CDL/CGAL:

1. Seção de Suporte à Gestão de Demandas Laboratoriais - SDG/CDL;

d) Coordenação de Desenvolvimento e Inovação Laboratorial - CDI/CGAL:

1. Seção de Suporte ao Desenvolvimento e Inovação Laboratorial - SDI/CDI;

e) Divisão de Suporte Administrativo e Operacional - DSO/CGAL; e

f) Seção de Atividades Gerais - SAGE/CGAL;

g) Laboratório Nacional Agropecuário em Goiânia - LANAGRO-GO/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-GO;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/LANAGRO-GO;

3. Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-GO;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial - SGBIO/LANAGRO-GO;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-GO:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD; e

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD;

6. Seção Laboratorial Avançada em Campo Grande/MS - SLAV Campo Grande/LANAGRO-GO;

h) Laboratório Nacional Agropecuário em Pedro Leopoldo - LANAGRO-MG/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-MG;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/LANAGRO/MG;

3. Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-MG;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial - SGBIO/LANAGRO-MG;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-MG:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD; e

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD;

6. Seção Laboratorial Avançada em Varginha/MG - SLAV Varginha/LANAGRO-MG;

i) Laboratório Nacional Agropecuário em Belém - LANAGRO-PA/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-PA;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/ LANAGRO-PA;

3. Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-PA;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial - SGBIO/LANAGRO- PA;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-PA:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD; e

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD;

j) Laboratório Nacional Agropecuário em Recife - LANAGRO-PE/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-PE;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/LANAGRO-PE;

3. Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-PE;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial SGBIO/LANAGRO-PE;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-PE:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD; e

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD;

k) Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre - LANAGRO-RS/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-RS;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/LANAGRO-RS;

3. Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-RS;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial - SGBIO/LANAGRO-RS;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-RS:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD; e

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD;

6. Seção Laboratorial Avançada em São José/SC- SLAV São José/ LANAGRO-RS;

l) Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas - LANAGRO-SP/CGAL:

1. Divisão Técnica Laboratorial - DLAB/LANAGRO-SP;

2. Serviço de Gestão da Qualidade - SGQ/LANAGRO-SP;

1.Serviço de Planejamento e Gestão Laboratorial - SPGL/LANAGRO-SP;

4. Seção de Gestão de Biossegurança Laboratorial - SGBIO/ LANAGRO-SP;

5. Divisão Administrativa - DAD/LANAGRO-SP:

5.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DAD;

5.2. Serviço de Compras - SEC/DAD:

5.2.1. Seção de Gestão de Contratos - SGC/SEC; e

5.2.2. Seção de Licitações - SLI/SEC;

5.3. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/DAD;

5.4. Seção de Almoxarifado e Patrimônio - SAP/DAD;

5.5. Seção de Atividades Gerais - SAG/DAD; e

6. Seção Laboratorial Avançada em Jundiaí/SP - SLAV Jundiaí/ LANAGRO-SP;

VIII - Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária - CGVIGIAGRO/SDA:

a)Serviço de Gestão Operacional - SGO/CGVIGIAGRO:

1) Centro Nacional de Cães e Detecção - CNCD/SGO;

2) Setor de Manutenção de Sistemas Informatizados - SMS/SGO;

3) Seção de Suporte à Gestão - SSG/SGO; e

4) Seção de Investigação e Gestão de Risco Operacional - VIGIRISCO/SGO;

b) Serviço de Regulamentação - SREG/CGVIGIAGRO;

c) Setor de Facilitação no Trânsito Internacional - SEFAC/CGVIGIAGRO;

d) Núcleo de Comunicação - NCOM/CGVIGIAGRO; e

e) Setor de Gestão do Programa Operador Econômico Autorizado Integrado - SOEA/CGVIGIAGRO;

IX - Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA:

a) Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - SOF/DFIA;

b) Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - CFIC/DFIA:

1. Divisão de Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - DIFIC/CFIC; e

2. Divisão de Registro de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - DIREG/CFIC;

c) Coordenação de Sementes e Mudas - CSM/DFIA:

1. Divisão de Sementes - DISEM/CSM;

2. Divisão de Mudas - DIM/CSM; e

3. Serviço de Registro Nacional de Cultivares - SRNC/CSM;

d) Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC/DFIA:

1. Divisão de Análise Técnica de Proteção de Cultivares - DITEC/SNPC;

1.1. Serviço Laboratorial de Analise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares

- LADIC/DITEC;

2. Divisão de Normas e Processos de Proteção de Cultivares - DNP/SNPC; e

3. Serviço de Cadastro e Conformidade - SCC/DNP;

e) Coordenação-Geral de Agroquímicos e Afins - CGAA/DFIA:

1. Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - DFAT/CGAA;

2. Divisão de Registro de Produtos Formulados - DRPF/CGAA;

2.1 Setor de Apoio às Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente - SCFSI/DRPF;

3. Divisão de Registro de Produtos Técnicos - DPT/CGAA; e

4. Seção de Apoio Operacional - SAO/CGAA;

X - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA:

a) Núcleo de Apoio Operacional - NAO/DFIP;
b) Divisão de Suporte à Gestão - DSG/DFIP:
1. Núcleo de Apoio Orçamentário e Financeiro - NAOF/DSG;
c) Seção de Material Genético e Registro Genealógico Animal - SEMARG/DFIP;
d) Coordenação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - CPV/DFIP:
1. Divisão de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - DFPV/CPV;
1.1. Seção de Registro e Cadastro - SRC/DFPV;
2. Divisão de Regulamentação de Produtos Farmacêuticos - DRPF/CPV; e
2.Divisão de Regulamentação de Produtos Biológicos - DRPB/CPV;
e) Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal - CPA/DFIP:
1. Divisão de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal - DFPA/CPA; e
2. Divisão de Regulamentação de Produtos para Alimentação Animal - DRPA/CPA;
f) Coordenação de Programas Especiais - CPE/DFIP:
1. Divisão de Monitoramento e Controle - DMCON/CPE;
XI - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA:
a) Seção de Apoio Técnico - SATPOA/DIPOA;
b) Núcleo de Comunicação - NCO/DIPOA;
c) Núcleo de Acompanhamento - NCA/DIPOA;
d) Divisão de Relações Institucionais - DRIN/DIPOA;
e) Divisão de Suporte à Gestão - DSG/DIPOA:
1. Seção de Apoio Operacional - SAO/DSG; e
2. Núcleo de Apoio Orçamentário e Financeiro - NOF/DSG;
f) Coordenação-Geral de Controle e Avaliação - CGCOA/DIPOA:
1. Seção de Apoio Técnico - SATCOA/CGCOA;
2. Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - NAT/CGCOA;
3. Divisão de Auditorias Nacionais - DIAN/CGCOA;
4. Divisão de Auditorias Internacionais - DIAI/CGCOA; e
5. Divisão de Avaliação de Equivalência - DEQ/CGCOA;
g) Coordenação-Geral de Inspeção - CGI/DIPOA:
1. Seção de Apoio Técnico - SATI/CGI;
2. Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - NAT/CGI;
3. Coordenação de Fiscalização e Inspeção - CFISC/CGI;
3.1. Divisão de Acompanhamento e Suporte à Fiscalização - DASF/CFISC;
3.2. Serviço de Investigação de Violações e Notificações - SEIV/CFISC;
4. Divisão de Registros e Cadastros - DREC/CGI; e
5. Divisão de Habilitação e Certificação - DHC/CGI;
f) Coordenação-Geral de Programas Especiais - CGPE/DIPOA:
1. Seção de Apoio Técnico - SATPE/CGPE;
2. Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - NAT/CGPE;
3. Coordenação de Normas Técnicas - CNT/CGPE;
3.1. Serviço de Acompanhamento de Normas Internacionais - SEAN/CNT;
4. Coordenação de Caracterização de Risco - CRISC/CGPE;
4.1. Divisão de Avaliação de Inovações Tecnológicas - DITEC/CRISC; e
5. Divisão de Aperfeiçoamento Técnico - DAT/CGPE;
XII - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA:
a) Seção de Programação e Controle - SPC/DIPOV;
b) Setor de Apoio Administrativo - SAA/DIPOV;
c) Setor de Apoio Operacional - SAO/DIPOV;
d) Núcleo de Atividades Administrativas - NAA/DIPOV;
e) Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV:
1. Coordenação de Fiscalização de Produtos Vegetais - CFPV/ CGQV;
1.1 Seção de Controle de Resíduos e Contaminantes - SCRC/CFPV;
2. Coordenação de Regulamentação de Produtos Vegetais - CRPV/CGQV;
3. Serviço de Registro, Cadastro e Certificação - SRCC/CGQV; e
3.1. Setor de Capacitação e Habilitação - SCH/SRC;
f) Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas - CGVB/DIPOV:
1. Divisão de Fiscalização de Vinhos e Bebidas - DFVB/CGVB;
1.1. Seção de Auditoria - SA/DFVB;
2. Divisão de Regulamentação de Vinhos e Bebidas - DRVB/CGVB; e
3. Serviço de Informação Gerencial e Estratégico - SIGE/CGVB;
XIII - Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA:
a) Setor de Suporte Técnico - SST/DSV;
b) Coordenação de Quarentena Vegetal - CQV/DSV:
1. Seção de Apoio Técnico e Operacional - SATO/CQV; e
2. Divisão de Análise de Risco de Pragas - DARP/CQV;
c) Coordenação de Fiscalização e Certificação Fitossanitária Internacional - CFCI/DSV:
1. Seção de Apoio Técnico e Operacional - SATO/CFCI; e
2. Divisão de Tratamento e Certificação Fitossanitária - DTCF/CFCI;
d) Coordenação-Geral de Proteção de Plantas - CGPP/ DSV:
1. Seção de Apoio Técnico e Operacional - SATO/CGPP;
2. Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas - DPCP/CGPP;
3. Divisão de Campanhas e Programas Fitossanitários - DCPF/CGPP;
4. Divisão de Controle do Trânsito Interestadual de Vegetais - DCTV/CGPP;
5. Serviço de Suporte à Gestão - SSG/CGPP;
5.1. Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - SOF/SSG; e
5.2. Núcleo de Atividades Administrativas - NAA/SSG;
XIV - Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA:
a)Divisão de Suporte à Gestão - DSG/DSA:
1. Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - SOF/DSG; e
2. Seção de Serviços Gerais - SSGE/DSG;
b)Estação Quarentenária de Cananéia EQC/DSA;
c) Coordenação do Trânsito e Quarentena Animal - CTQA/DSA:
1. Núcleo de Gestão de Quarentenários (NGQ/CTQA);
2. Núcleo de Gestão de Informações de Trânsito e Quarentena Animal (NGITQ/CTQA);
3. Divisão de Trânsito Internacional (DTI/CTQA);
3.1. Núcleo Técnico de Importação (NTI/CTQA); e
3.Divisão de Trânsito Nacional (DTN/CTQA);
d) Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação Zoossanitária - CGPZ/DSA:
1. Coordenação de Informação e Epidemiologia - CIEP/CGPZ:
1.1. Serviço de Informação Zoossanitária - SIZ/CIEP;
1.2. Seção de Captação e Gerenciamento de Dados Zoossanitários - SGDZ/CIEP; e
1.3. Seção de Consolidação de Dados Zoossanitários - SCDZ/CIEP;
2. Coordenação de Avaliação e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários (CASV/CGPZ):
2.1. Seção de Auditoria e Seguimento - SAS/CASV; e
2.2. Seção de Avaliação e Monitoramento - SAM/CASV; e
3. Coordenação de Emergências Zoossanitárias - CEZS/CGPZ;
e) Coordenação-Geral de Sanidade Animal - CGSA/DSA:
1. Coordenação de Assuntos Internacionais e Estratégicos - CIE/CGSA;
1.1. Setor de Informação Internacional - SIN/CIE;
2. Coordenação de Animais Aquáticos - CAQ/CGSA:
2.1. Divisão de Sanidade de Peixes - DSP/CAQ; e
2.2. Divisão de Sanidade de Moluscos e Crustáceos - DCM/CAQ;
3. Coordenação de Animais Terrestres - CAT/CGSA:
3.1. Divisão de Febre Aftosa e Outras Doenças Vesiculares - DIFA/CAT;
3.2. Divisão de Sanidade dos Ruminantes - DSR/CAT;
3.3. Divisão de Sanidade das Aves - DSAV/CAT;
3.4. Divisão de Sanidade dos Suídeos - DSS/CAT; e
3.5. Divisão de Sanidade dos Equídeos DSE/CAT.

Art. 3º A Secretaria de Defesa Agropecuária é dirigida pelo Secretário de Defesa Agropecuária, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, o Gabinete, as Divisões, os Serviços, as Seções, Setor e os Núcleos por Chefe, cujas Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), Cargos em Comissão do Grupo DAS e Funções Gratificadas (FG), são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º Os ocupantes das Funções Comissionadas do Poder Executivo, cargos em comissão do grupo (DAS) e Funções Gratificadas (FG) a que se refere o art. 3º deste Regimento, serão substituídos em seus impedimentos legais, eventuais e temporários, por servidores por eles indicados e previamente designados, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º O Secretário de Defesa Agropecuária dispõe, para assessoramento e assistência, de cargos em comissão, sendo um Assistente (DAS-102.2) e um Assistente Técnico (DAS-102.1) e um Chefe de Gabinete (DAS-101.4), cujas atribuições de assessoramento e assistência serão estabelecidas em atos do Secretário.

Art. 6º O Gabinete, os Departamentos, as Coordenações-Gerais e as Coordenações dispõem de Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), Cargos em Comissão do Grupo (DAS) e Funções Gratificadas (FG), identificadas e quantificadas a seguir, cujas atribuições, de assessoramento e de assistência, serão estabelecidas por atos do Secretário de Defesa Agropecuária:

I - GAB/SDA:
a) cinco Assistentes Intermediários (FG-1);
b) um Assistente Intermediário (FG-2); e
c) um Assistente Intermediário (FG-3);
II - Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças - CAOF/SDA:
a) um Assistente Técnico (FCPE 102.1); e
b) um Assistente Intermediário (FG-2);
III - Coordenação de Gestão da Qualidade, Auditoria e Credenciamento - CGQ/CGAL/SDA:
a)um Assistente Intermediário (FG-3);
IV - Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO-MG/CGAL:
a) um Assistente Intermediário (FG-1);
V - Departamento de Sanidade Vegetal - DSV/SDA:
a) um Assistente Técnico (DAS 102.1).

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS
Seção I
Das Unidades de Assistência Técnica
Subseção I
Da Divisão de Assuntos Internacionais

Art.7º À Divisão de Assuntos Internacionais (DAI/SDA), compete:

I - propor e consolidar as demandas de agenda internacional da Defesa Agropecuária, e articular seu atendimento com a SRI/MAPA;

II - analisar as demandas originárias da SRI/MAPA, acompanhando o cronograma de atendimento das mesmas;

III - organizar, programar e acompanhar a agenda de auditorias internacionais, em articulação com os Departamentos da SDA/MAPA e com a SRI/MAPA;

IV - apoiar a SDA quanto aos assuntos do agronegócio internacional; e

V - subsidiar e apoiar a participação da SDA em fóruns e missões relacionados à defesa agropecuária.

Subseção II
Da Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos

Art. 8º À Divisão de Análise e Revisão de Atos Normativos (DARAN/SDA) compete:

I - propor a agenda regulatória e apoiar o aperfeiçoamento de boas práticas regulatórias na SDA;

II - subsidiar e apoiar o processo de elaboração, aprovação, publicação e validação dos atos normativos editados pelas unidades da SDA, de acordo com o disposto no Manual de Boas Práticas Regulatórias da Secretaria de Defesa Agropecuária;

III - colaborar na análise e aperfeiçoamento dos atos normativos propostos pelas Unidades da SDA;

IV - sugerir ações para aperfeiçoar os atos normativos da Secretaria;

V - propor medidas para o fortalecimento da ação regulatória da SDA, especialmente quanto à transparência, cooperação, responsabilização, participação social e celeridade;

VI - elaborar relatório anual sobre as ações relacionadas às boas práticas de regulamentação no âmbito da defesa agropecuária; e

VII - elaborar indicadores de desempenho para a avaliação das boas práticas regulatórias na SDA.

Subseção III
Do Gabinete

Art. 9º Ao Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária (GAB/SDA) compete:

I - prestar assistência ao Secretário de Defesa Agropecuária na execução de suas atribuições, inclusive na instrução e monitoramento de processos, assim como na elaboração de documentos afins, entre eles os determinados para atendimento às solicitações e comunicações específicas dos órgãos de controle interno e externo;

II - gerenciar a agenda de trabalho do Secretário;

III - proceder à seleção do expediente dirigido ao Secretário e ao preparo e controle da qualidade da correspondência e documentos para despacho;

IV - manter articulações, marcar entrevistas e contatos de interesse do Secretário;

V - coordenar, orientar e controlar as atividades de apoio operacional e administrativo, com ênfase em:

a) manutenção de sistemas de informações relativas a protocolo, arquivo e controle da expedição e da tramitação dos documentos e correspondências; e

b) emissão dos relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas pelo Gabinete.

Art. 10. À Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/GAB/SDA) compete:

I - coordenar e orientar:

a) as atividades de administração geral; e

b) a programação e execução orçamentária e financeira, especialmente:

1) consolidação da proposta orçamentária da Secretaria e às solicitações de alterações orçamentárias; e

2) manutenção de controles e registros relacionados programação e execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à SDA/MAPA, e dos registros nos sistemas correlatos;

II - analisar, propor e executar gestões, junto aos órgãos setoriais de orçamento e finanças, da alocação de créditos orçamentários necessários à manutenção das atividades da Secretaria e ajustes às programações operacionais e orçamentárias;

III - orientar o gestor quanto à liquidação da despesa;

IV - preparar a Tomada de Contas Anual;

V - operacionalizar processos de afastamento do País dos servidores e empregados públicos do MAPA, e dos empregados de entidades vinculadas; e

VI - proceder a execução da celebração de termos de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, em especial:

a) o monitoramento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

b) a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

c) a supervisão e auditoria dos planos de trabalho.

Art. 11 . Ao Serviço de Acompanhamento de Convênios (SCON/CAOF) compete:

I - analisar e propor, inclusive por meio do Sistema SICONV:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) propostas de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação e contratos sob os aspectos orçamentários e financeiros; e

b) solicitação de reformulação de plano de aplicação de recursos financeiros, constante de convênios, acordos, ajustes e contratos.

II - acompanhar e monitorar a execução de convênios, acordos, termos de cooperação e contratos firmados no âmbito da SDA;

III - analisar os relatórios de execução dos projetos objeto de convênios, acordos, contratos, termos de cooperação e instrumentos congêneres, providenciando as correções que se fizerem necessárias;

IV - propor a realização de auditorias das atividades de sua competência, e indicar os critérios a serem seguidos;

V - articular, institucionalmente, com as Unidades Descentralizadas e órgãos responsáveis pela execução das ações de defesa agropecuária em nível estadual; e

VI - fiscalizar, sob o aspecto administrativo, e acompanhar a execução dos planos de trabalho dos convênios.

Art. 12. À Seção de Programação e Controle (SPC/CAOF) compete:

I - elaborar, controlar e avaliar as propostas de programação e reprogramação orçamentárias;

II - manter o registro atualizado sobre a movimentação das dotações orçamentárias, dos créditos orçamentários disponibilizados e das alterações orçamentárias;

III - coletar e analisar informações sobre os aspectos orçamentários e financeiros, e elaborar relatório sobre o desempenho das Unidades da SDA;

IV - analisar e propor alterações da programação orçamentária da Secretaria; e

V - acompanhar a execução da programação orçamentária da SDA.

Art. 13. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/CAOF) compete:

I - controlar e orientar:

a) a documentação relativa à emissão de empenhos e liquidação de despesas;

b) os registros e atualizações no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), e

c) proceder ao empenho e liquidação das despesas da Secretaria, e propor a anulação de empenhos, quando for necessário;

II - elaborar pré-convênio e providenciar o empenho;

III - subsidiar a elaboração de programações orçamentárias e de propostas de alterações orçamentárias referentes à Secretaria; e

IV - analisar e propor a aprovação das prestações de contas de suprimento de fundos.

Art. 14. À Seção de Registro da Execução (SER/SEOF) compete:

I - processar os registros nos Sistemas SIAFI e SIASG, referentes à execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados para a Secretaria;

II - efetuar a conferência da documentação e o controle da emissão de empenho, liquidação e pagamento de despesas;

III - realizar o pagamento de suprimentos de fundos e controlar as respectivas prestações de contas; e

IV - registrar a:

a) conformidade diária; e

b) conformidade de operadores.

Art. 15. À Seção de Análise e Registros (SAR/SEOF) compete:

I - proceder ao recebimento, conferência e registro das ordens de serviços, sob o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); e

II - orientar as unidades da Secretaria sobre o cumprimento dos procedimentos para encaminhamento e formalização das despesas.

Art. 16. À Seção de Conformidade de Registro de Gestão (SCRG/SEOF) compete:

I - realizar a conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira;

II - registrar diariamente, a conformidade de registro de gestão;

III - arquivar os processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;

IV - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado; e

V - inserir aos processos originais, quando solicitado formalmente, e manter em arquivo na mesma ordem cronológica, a documentação referente a:

a)aditamento a instrumento, quer seja contrato, convênio ou similar;

b)liberação de recursos e prestação de contas de convênios e similares; e

c)suprimento de fundo e outros documentos.

Art. 17. À Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos (SRAP/CAOF) compete:

I - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Secretaria;

II - manter registros das tramitações de processos; e

III - organizar e executar atividades relativas ao arquivo documental da Secretaria, mantendo em segurança os documentos.

Seção III

Das Coordenações-Gerais Transversais

Subseção I

Da Coordenação-Geral de Articulação Institucional

Art. 18. À Coordenação-Geral de Articulação Institucional (CGAI/SDA), Unidade de assessoramento ao Secretário de Defesa Agropecuária, compete:

I - proceder à articulação e integração das ações e atividades das Unidades Administrativas da SDA, de suas relações de trabalho com os Órgãos e entidades do MAPA, órgãos e instituições dos setores público e privado, que tenham interfaces de atuação no âmbito da defesa agropecuária, especialmente quanto:

a) ao aperfeiçoamento e automação dos processos de trabalho da defesa agropecuária;

b) à articulação e acompanhamento do desenvolvimento dos programas, projetos e campanhas de educação sanitária da SDA;

c) às atividades de comunicação em defesa agropecuária e articulação das atividades de comunicação social da SDA, em consonância com a Assessoria de Comunicação e Eventos do MAPA;

d) à análise e consolidação das demandas das Unidades Administrativas da SDA, relativas ao Programa Anual de Educação Continuada da SDA, seu acompanhamento e avaliação, observadas as normas da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO/SE/MAPA); e

e) à elaboração da agenda anual de eventos da SDA;

II - identificar e prospectar tecnologias da informação de interesse da defesa agropecuária, em articulação com a Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação (CGTI/DA/SE/MAPA);

III - coordenar a governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA);

IV - gerenciar a implantação e aperfeiçoamento da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), e inclusão de sistemas existentes na Plataforma; e

V - Coordenar a implementação do Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias (SINEAGRO).

Art. 19. À Divisão de Apoio à Governança do SUASA (DIGOV/CGAL) compete:

I - apoiar a gestão e governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, em suas interações de trabalho no âmbito da SDA, órgãos e entidades do MAPA, outros órgãos e entidades públicas e instituições do setor privado, observadas as competências e delegações estabelecidas para as instâncias central, intermediárias e locais desse sistema;

II - coordenar agendas e discussões de interesse das instâncias do SUASA;

III - propor iniciativas que levem a adesão aos Sistemas do SUASA dos potenciais membros; e

IV - organizar e disponibilizar a documentação técnica e administrativa da governança do SUASA.

Art. 20. Ao Serviço de Integração de Ações (SAI/DIGOV) compete:

I - prestar apoio e subsidiar a Coordenação-Geral na execução das atividades e integração dos trabalhos das Unidades da SDA, como também dessas junto aos órgãos do MAPA, outros órgãos e entidades públicas e instituições privadas, ligadas aos segmentos da defesa agropecuária;

II - propor parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas, para viabilizar ações conjuntas em defesa agropecuária;

III - articular com instituições públicas e da sociedade civil para a implantação e gestão compartilhada de iniciativas no âmbito do SUASA; e

IV - supervisionar, no âmbito da SDA, o atendimento às demandas da Ouvidoria do MAPA e de informação ao cidadão.

Art. 21. À Divisão de Modernização Tecnológica em Defesa Agropecuária (DMT/CGAI) compete:

I - subsidiar e apoiar as Unidades da SDA quanto:

a) à identificação e atendimento de demandas relativas à automação de serviços e modernização tecnológica dos sistemas informatizados;

b) aos ajustes e melhorias dos sistemas informatizados existentes; e

c) ao desenvolvimento e implantação de novos sistemas informatizados;

II - subsidiar e colaborar com a CGTI/DA/SE/MAPA na implantação e manutenção da Plataforma de Gestão Agropecuária - PGA e demais sistemas utilizados pela SDA;

III - propor e implantar instrumentos de avaliação de desempenho e satisfação dos usuários internos e externos dos sistemas de informação da SDA, de forma coordenada com a CGOP/SDA; e

IV - operar de forma coordenada com a CGOP/SDA, as atividades relacionadas à modelagem, melhoria e automação de processos.

Art. 22. Ao Serviço de Automação (SAT/DMT) compete:

I - apoiar a Divisão de Modernização Tecnológica em Defesa Agropecuária quanto à:

a) identificação de necessidades de automação de serviços e modernização tecnológica dos sistemas da SDA;

b) efetivação de melhorias e ajustes nos sistemas informatizados em operação na SDA; e

c) avaliação, implementação e gestão dos sistemas informatizados da SDA;

II - sistematizar e disponibilizar os documentos produzidos e recebidos pela Coordenação-Geral, relacionados aos sistemas informatizados da SDA.

Subseção II

Da Coordenação-Geral de Gestão de Operações

Art. 23. À Coordenação-Geral de Gestão de Operações (CGOP/DAS), Unidade de assessoramento ao Secretário de Defesa Agropecuária compete:

I - coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades da Secretaria relacionadas:

a) ao Plano Plurianual - PPA, ao Plano Estratégico do MAPA e ao planejamento da SDA, seus planos, programas, projetos e processos, e as suas respectivas compatibilizações com os Planos Operativos Anuais - POA, em articulação com a CAOF/GAB/SDA, e Órgãos setoriais do MAPA;

b) à análise, implantação e uso de métodos, técnicas e instrumentos de apoio à gestão de projetos e de processos na defesa agropecuária;

c) à racionalização e simplificação de procedimentos e técnicas aplicadas nas operações e serviços de defesa agropecuária;

d) ao estudo, implantação, monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho gerencial da SDA;

e) à programas e projetos especiais; e

f) aos temas de desenvolvimento institucional e recursos humanos;

II - subsidiar e colaborar com a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas - CGAP/DA/SE nos processos relativos a gestão estratégica e operacional do Quadro de Pessoal vinculado às atividades de Defesa Agropecuária; e

III - subsidiar e colaborar com a Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências - CGAS/SE nos processos relativos a gestão estratégica entre as DDA/SFA e a SDA.

Art. 24. À Coordenação de Planejamento (COPLAN/CGOP) compete:

I - subsidiar e apoiar as Unidades da SDA no planejamento, coordenação e acompanhamento das atividades estratégicas e operacionais de defesa agropecuária;

II - assessorar as Unidades da SDA na elaboração, acompanhamento e avaliação dos componentes da defesa agropecuária do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Estratégico do MAPA;

III - coordenar, orientar e consolidar, em articulação com a CAOF/GAB/SDA, a compatibilização dos Planos Operativos Anuais - POA com os demais instrumentos de planejamento da SDA;

IV - coordenar a implantação de novos modelos de gestão e acompanhamento de planos, programas, projetos e processos de defesa agropecuária;

V - executar, em conjunto com a CGAI/SDA, as atividades relacionadas à modelagem, melhoria e automação de processos; e

VI - coordenar, em conjunto com o Gabinete da SDA, temas de desenvolvimento institucional e de recursos humanos.

Art. 25. Ao Serviço de Modernização da Gestão (SMG/COPLAN) compete:

I - realizar estudos sobre métodos, técnicas e ferramentas de apoio à gestão de planos, programas, projetos e processos da SDA;

II - implantar, monitorar e avaliar indicadores de desempenho gerencial da Secretaria; e

III - consolidar e monitorar as ações de competência da CGOP/SDA.

Art. 26. Ao Serviço de Monitoramento e Avaliação (SMA/COPLAN) compete:

I - orientar e monitorar as atividades da SDA quanto à utilização dos sistemas informatizados de apoio à gestão da Secretaria e do MAPA;

II - revisar e consolidar os relatórios institucionais de gestão da SDA; e

III - acompanhar e avaliar a execução das metas físicas estabelecidas para a Secretaria.

Art. 27. Ao Serviço de Desenvolvimento de Programas e Projetos Especiais (SEDEP/COPLAN) compete:

I - orientar e monitorar a elaboração, implantação, coordenação e a avaliação dos programas e projetos especiais nas unidades administrativas da SDA;

II - colaborar na elaboração de informes sobre a gestão de projetos especiais; e

III - apoiar:

a) a gestão de projetos de entidades e instituições colaboradoras; e

b) o processo de monitoramento e avaliação de projetos especiais.

Subseção III

Da Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia

Art. 28. À Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia (CGIE/SDA) , Unidade do Gabinete do Secretário de Defesa Agropecuária compete:

I - planejar, coordenar, executar e acompanhar ações de inteligência, em articulação com Unidades Administrativas da SDA, órgãos setoriais e entidades vinculadas ao MAPA, e outras instituições que atuem direta ou indiretamente em defesa agropecuária;

II - representar a SDA em assuntos relacionados ao Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN;

III - coordenar as atividades de análise de risco, em assuntos transversais estratégicos no âmbito da defesa agropecuária;

IV - coordenar as atividades de análise de risco em assuntos transversais estratégicos da agenda internacional, relativos à defesa agropecuária;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - propor, acompanhar e implantar ações, programas, projetos e atividades, inclusive aqueles voltados à proteção do conhecimento sensível em defesa agropecuária;

VI - organizar e manter o cadastro de órgãos, entidades, grupos de trabalho e grupos ad hoc e, ainda, de especialistas em assuntos estratégicos para a defesa agropecuária;

VII - coordenar grupos de trabalho e grupos ad hoc e acompanhar e controlar serviços de consultorias em assuntos estratégicos da defesa agropecuária; e

VIII - levantar as demandas de capacitação e treinamento de recursos humanos em assuntos transversais e estratégicos no âmbito da defesa agropecuária.

Art. 29. À Seção de Apoio a Gestão (SAG/CGIE) compete apoiar o acompanhamento e administração dos programas e projetos.

Art. 30. Ao Serviço de Monitoramento em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados (SBIO/CGIE) compete:

I - selecionar, organizar e consolidar dados e informações relacionados aos Organismos Geneticamente Modificados;

II - apoiar e subsidiar a participação do MAPA na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio e em fóruns, missões e comitês relacionados à biossegurança de OGM e seus derivados;

III - acompanhar atividades e programas relacionados à biossegurança de OGM e seus derivados;

IV - analisar acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais, relacionados à biossegurança de OGM e seus derivados; e

V - propor e implantar a sistematização de informações sobre biossegurança de OGM e seus derivados, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA.

Art. 31. À Coordenação de Análise e Monitoramento de Informações Estratégicas (CAMOE/CGIE), em articulação com os departamentos e demais Unidades da SDA, compete:

I - prospectar, produzir, analisar, monitorar, tratar e avaliar dados e informações para a construção de cenários e a outros subsídios para a tomada de decisões por parte do Secretário de Defesa Agropecuária;

II - coordenar e propor a realização de pesquisas de avaliação e de dimensionamento de riscos em temas transversais estratégicos, no âmbito da defesa agropecuária;

III - identificar e consolidar as demandas relativas à produção e à proteção do conhecimento, relacionadas a assuntos transversais estratégicos de interesse da defesa agropecuária;

IV - consolidar e disponibilizar para tomada de decisões do Secretário de Defesa Agropecuária, dados e informações obtidos, inclusive os resultantes de estudos, pesquisas e da estruturação de cenários relacionados à defesa agropecuária;

V - coordenar e acompanhar procedimentos específicos de gestão de risco, auditoria, fiscalização e investigação em assuntos transversais estratégicos, no âmbito da defesa agropecuária;

VI - monitorar as ações relacionadas a resíduos e contaminantes e sistemas de rastreabilidade agroalimentar;

VII - coordenar grupos de trabalho e grupos ad hoc e acompanhar e controlar os serviços de consultoria em seu âmbito de atuação; e

VIII - gerenciamento dos protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária utilizados para embasar a Certificação Oficial Brasileira.

Art. 32. À Divisão de Apoio ao Registro (DARE/CAMOE) compete:

I - manter atualizado o registro e o cadastro dos produtos registrados;

II - atualizar o arquivo dos processos relativos ao registro de produtos e dos estabelecimentos que os fabriquem, fracionem ou importem; e

III - emitir as licenças e renovações de licenças de estabelecimentos e produtos aprovados pela SDA.

Art. 33. Ao Serviço de Auditorias (SAUD/CAMOE), em articulação com os Departamentos e demais Unidades da SDA, compete:

I - coordenar ações de padronização de procedimentos de auditorias;

II - subsidiar tecnicamente a SDA em assuntos afetos a auditorias internacionais, em todas as suas etapas;

III - organizar e consolidar os processos de homologação de protocolos privados de rastreabilidade, de adesão voluntária, quando utilizados para embasar a Certificação Oficial Brasileira;

IV - organizar as auditorias de protocolos privados homologados pela SDA/MAPA; e

V - administrar a homologação dos protocolos de rastreabilidade de adesão voluntária, utilizados para embasar a Certificação Oficial Brasileira.

Art. 34. À Divisão de Gestão de Riscos 9DGR/CAMOE), em articulação com os Departamentos e demais Unidades da SDA compete:

I - pesquisar, mapear e dimensionar riscos afetos a atividades transversais estratégicas em defesa agropecuária;

II - apoiar e colaborar com o desenvolvimento de análises de risco; e

III - atuar como gestor da comunicação de risco, em articulação com áreas finalísticas e em consonância com a Assessoria de Comunicação e Eventos ACE/MAPA.

Art. 35. Ao Serviço de Monitoramento de Informações (SMI/DGR), em articulação com os Departamentos e demais Unidades da SDA, compete:

I - prospectar, produzir, levantar, monitorar, consolidar, tratar e avaliar dados, informações e outros subsídios úteis à construção de cenários;

II - apoiar o planejamento e monitorar programas de controle e monitoramento de resíduos e contaminantes, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA, Órgãos setoriais e entidades vinculadas ao MAPA, e outras instituições que atuem direta ou indiretamente em defesa agropecuária;

III - levantar dados, coletar ou elaborar informações técnicas e propor a atualização dos atos regulamentares referentes às ações do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes;

IV - acompanhar os resultados dos controles apresentados pelos Sistemas transversais da SDA;

V - monitorar Sistemas de alerta rápido; e

VI - monitorar outros Sistemas de informações estratégicas para a defesa agropecuária.

Subseção IV

Da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários

Art. 36. À Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários (CGAL/SD) compete:

I - propor políticas, estratégias, objetivos e metas para a organização e funcionamento da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, instituída pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária -(SUASA), e da Rede Nacional de Pesca e Aquicultura (RENAQUA);

II - coordenar, orientar, monitorar e avaliar as atividades da Coordenação-Geral e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários quanto a:

a) planejamento e execução de:

1. atividades laboratoriais;
2. atividades administrativas;
3. projetos estratégicos;
4. Plano Plurianual;
5. Plano Operativo Anual; e
6. programação operacional, orçamentária e financeira.

b) implementação dos sistemas de:

1. gestão da qualidade; e
2. gestão de riscos biológicos.

III - planejar, manter, monitorar e avaliar as atividades da Rede Nacional de Pesca e Aquicultura;

IV - coordenar, monitorar e fiscalizar a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, quanto:

a) ao atendimento às demandas laboratoriais em suporte às ações de fiscalização, programas e controles oficiais do MAPA;

b) à pesquisa, desenvolvimento e inovação técnico-científica em defesa agropecuária;

c) ao cumprimento de regulamentos administrativos e técnico-normativos;

d) à divulgação das atividades laboratoriais relacionadas aos programas e controles oficiais do MAPA.

V - aplicar sanções administrativas; e

VI - homologar manuais e procedimentos aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários e a RENAQUA, elaborados pelas unidades da CGAL.

Art. 37. À Coordenação de Planejamento e Gestão Laboratorial (CPG/CGAL) compete:

I - propor políticas e estratégias para a gestão integrada da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários;

II - coordenar a implementação e a manutenção de ferramentas de gerenciamento estratégico da CGAL;

III - coordenar, orientar, monitorar e avaliar a implementação de ferramentas de gerenciamento estratégico dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

IV - coordenar e monitorar, em articulação com as unidades da SDA e Órgãos do MAPA, as ações da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários, quanto a:

a) gestão de projetos e atividades gerenciais;

b) indicadores de desempenho estratégico;

c) Plano Plurianual;

d) Plano Operativo Anual; e

e) Plano Anual de Educação Continuada, em articulação com a Enagro/SE/MAPA; e

V - subsidiar a CGAL na análise e monitoramento de estudos de prospecção e projetos de inovação e modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Art. 38. À Seção de Suporte à Gestão Laboratorial (SGL/CPG) compete:

I - manter atualizado banco de dados relativos a informações e indicadores de desempenho de interesse da CGAL;

II - coletar e manter informações relativas a Projetos, Plano Plurianual e Plano Operativo Anual;

III - participar da análise de dados e indicadores de interesse para a gestão da CGAL; e

IV - subsidiar a elaboração de documentos para gerenciamento da CGAL e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Art. 39. À Coordenação de Gestão da Qualidade, Auditoria e Credenciamento (CGQ/CGAL) compete:

I - coordenar, orientar, monitorar e avaliar a implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

II - promover a ampliação do escopo de acreditação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

III - promover a harmonização dos sistemas de gestão da qualidade entre os Laboratórios Nacionais Agropecuários;

IV - coordenar, implementar e manter o Sistema de Gestão da Qualidade da CGAL;

V - elaborar, coordenar e aplicar normas, regulamentos e procedimentos relacionados à gestão da qualidade da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários;

VI - elaborar, coordenar e aplicar, no âmbito dos laboratórios credenciados, normas, regulamentos e procedimentos relacionados a:

a) credenciamento;

b) monitoramento;

c) auditoria; e

d) fiscalização.

VII - coordenar a execução das atividades desempenhadas pelos Serviços de Gestão da Qualidade e pelas Divisões Técnicas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, quanto à realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

VIII - aplicar sanções administrativas a laboratórios credenciados;

IX - promover e coordenar a formação e o monitoramento de avaliadores da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

X - propor políticas e estratégias para:

a) gestão da qualidade da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; e

b) auditoria, credenciamento e monitoramento da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

XI - propor, implementar e coordenar alternativas de composição da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

XII - participar da elaboração, implementar e monitorar indicadores de desempenho;

XIII - receber, tratar e monitorar as demandas relacionadas à pesquisa de satisfação, reclamações, denúncias e demais formas de interação advindas de clientes internos e da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, em articulação com os Órgãos setoriais do MAPA; e

XIV - coordenar a publicação e a divulgação das informações de interesse da CGAL, relativas aos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, em articulação com os Órgãos setoriais do MAPA.

Art. 40. À Divisão de Auditoria e Credenciamento (DACRE/CGQ) compete:

I - elaborar e aplicar, no âmbito dos laboratórios credenciados, normas, regulamentos e procedimentos relacionados a:

a) credenciamento;

b) monitoramento;

c) auditoria; e

d) fiscalização.

II - orientar, monitorar e avaliar a execução das atividades desempenhadas pelos Serviços de Gestão da Qualidade e pelas Divisões Técnicas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, quanto à realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

III - implementar ações para a formação e o monitoramento de auditores e especialistas da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

IV - organizar e manter:

a) os dados cadastrais dos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

b) o escopo dos Laboratórios Nacionais Agropecuários

c) o escopo de credenciamento dos laboratórios credenciados; e

d) o banco de auditores e especialistas para a realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

V - convocar equipe auditora para realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

VI - monitorar a participação dos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuário em programas de comparação interlaboratorial e ensaios de proficiência; e

VII - participar da elaboração, implementar e monitorar indicadores de desempenho.

Art. 41. À Seção de Apoio à Gestão da Qualidade (SAGQ/CGQ) compete:

I - apoiar a implementação e a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade da CGAL, no que se refere a:

a) execução dos programas de auditoria interna;

b) correções, ações corretivas e ações preventivas decorrentes de auditorias internas;

c) formação e monitoramento de auditores internos;

d) processos de certificação do sistema de gestão da qualidade;

e) pesquisas de satisfação de clientes e tratamento dos respectivos resultados; e

f) elaboração, acompanhamento e avaliação de indicadores de desempenho.

Art. 42. À Coordenação de Gestão de Demandas Laboratoriais (CDL/CGAL) compete:

I - coordenar, orientar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades laboratoriais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, no que se refere ao atendimento a demandas de rotina da fiscalização e dos programas e controles oficiais do MAPA;

II - propor melhorias nos processos associados ao atendimento a demandas de rotina;

III - subsidiar a realização das auditorias e fiscalizações na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

IV - coordenar as ações desempenhadas pelas Divisões Técnicas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, quanto à realização de atividades laboratoriais nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

V - participar da elaboração, implementação e monitoramento dos indicadores de desempenho; e

VI - coordenar a elaboração de manuais e procedimentos aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, elaborados pelas unidades da CGAL.

Art. 43. À Seção de Suporte à Gestão de Demandas Laboratoriais (SDG/CDL) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - manter atualizado banco de dados relativos à gestão de demandas;

II - subsidiar as atividades administrativas relativas à gestão de demandas laboratoriais;

III - coletar e manter informações relativas ao monitoramento das capacidades operacionais e atividades da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários ; e

IV - subsidiar a elaboração de documentos de gerenciamento das demandas da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Art. 44. À Coordenação de Desenvolvimento e Inovação Laboratorial (CDI/CGAL) compete:

I - coordenar, orientar, normatizar, monitorar e avaliar as atividades laboratoriais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, no que se refere ao atendimento a novas demandas da fiscalização e dos programas e controles oficiais do Mapa;

II - subsidiar a realização das auditorias e fiscalizações na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

III - promover a produção de materiais de referência e o desenvolvimento de programas de comparação interlaboratorial nos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

IV - coordenar o relacionamento técnico-científico entre os Laboratórios Nacionais Agropecuários e os laboratórios de referência nacionais e internacionais;

V - coordenar estudos estatísticos e de análise de risco, referentes à área laboratorial;

VI - coordenar estudos de prospecção e projetos de inovação em métodos, procedimentos e infraestrutura laboratorial, voltados à modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

VII - participar da elaboração, implementar e monitorar indicadores de desempenho;

VIII - propor e implementar políticas e estratégias de automação e informatização para a CGAL e para Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

IX - promover e coordenar a elaboração de projetos de automação e o levantamento de requisitos necessários ao desenvolvimento e aquisição de sistemas informatizados, para a CGAL e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, em articulação com a CGAI e o órgão setorial competente do MAPA, quando pertinente;

X - coordenar a elaboração de manuais e procedimentos aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, produzidos pelas unidades da CGAL; e

XI - estabelecer critérios para a ampliação do escopo de acreditação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Art. 45. À Seção de Suporte ao Desenvolvimento e Inovação Laboratorial (SDI/CDI) compete:

I - manter atualizado banco de dados relativo ao desenvolvimento e inovação laboratorial;

II - coletar e manter informações relativas ao atendimento de novas demandas da fiscalização, programas e controles oficiais do MAPA;

III - apoiar o desenvolvimento de sistemas informatizados e a implantação de projetos de automação; e

IV - subsidiar a elaboração de documentos relativos ao desenvolvimento e inovação laboratorial.

Art. 46. À Divisão de Suporte Administrativo e Operacional (DSO/CGAL) compete:

I - executar e acompanhar as atividades relacionadas à programação e à execução dos recursos orçamentários e financeiros da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários;

II - promover a harmonização de procedimentos administrativos entre os Laboratórios Nacionais Agropecuários;

III - subsidiar o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Operativo Anual (POA) da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários; e

IV - analisar, encaminhar e acompanhar os processos referentes a programação dos deslocamentos no País e no exterior de servidores e colaboradores da CGAL e seus Laboratórios Nacionais Agropecuários.

Art. 47. À Seção de Atividades Gerais (SAGE/CGAL) compete:

I - monitorar as ações para aquisição de equipamentos de informática para a CGAL e para os Laboratórios Nacionais Agropecuários;

II - subsidiar a CGAL na análise de processos e acompanhamento das ações administrativas;

III - manter atualizado banco de dados de interesse da CGAL;

IV - subsidiar a elaboração de documentos necessários às atividades da CGAL.

Art. 48. Às Coordenações dos Laboratórios Nacionais Agropecuários: Lanagro-GO, Lanagro-MG, Lanagro-PA, Lanagro-PE, Lanagro-RS e Lanagro-SP, Unidades Descentralizadas subordinadas à Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - CGAL/SDA, compete:

I - prover o suporte técnico-científico e laboratorial às atividades de fiscalização, programas e controles oficiais do Mapa;

II - coordenar, promover, orientar, monitorar e avaliar as atividades de:

a) ensaios e estudos laboratoriais;

b) pesquisas, desenvolvimento, inovação e automação laboratorial;

c) desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;

d) produção e manutenção de padrões e materiais de referência;

e) desenvolvimento de programas de comparação interlaboratorial;

f) gestão integrada da biossegurança;

g) programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira;

h) planejamento, monitoramento e execução dos projetos de modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

i) administração de pessoas;

j) gestão de serviços gerais;

k) execução de compras e contratos de prestação de serviços;

l) implementação de indicadores de desempenho;

m) acompanhamento de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; e

n) coordenar a verificação da conformidade dos registros de gestão.

III - propor acordos de cooperação técnica, ajustes e convênios com órgãos e entidades públicos e instituições privadas para:

a) pesquisa, desenvolvimento e validação de métodos de ensaio;

b) produção de padrões e materiais de referência;

c) desenvolvimento de projetos técnicos, administrativos e de tecnologia da informação; e

d) estágios curriculares e extracurriculares.

IV - garantir o cumprimento das convocações da CGAL para a realização de auditorias e fiscalizações nos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

V - monitorar a realização de fiscalização e auditoria na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

VI - subsidiar e apoiar a participação da CGAL em eventos e negociações em temas relacionados a laboratórios;

VIII - aplicar sanções administrativas a fornecedores e licitantes, atuando como instância julgadora em caso de recursos em aquisições.

Parágrafo único. As competências previstas neste artigo são exercidas em âmbito nacional, sob coordenação e orientação da CGAL.

Art. 49. Às Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (DLAB/LANAGRO) compete:

I - realizar:

a) ensaios e estudos laboratoriais;

b) pesquisas, desenvolvimento, inovação laboratorial;

c) informatização e automação de processos;

d) fiscalizações e auditorias na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

e) desenvolvimento e validação de métodos de ensaio; e

f) produção e manutenção de padrões e materiais de referência.

II - planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias;

III - apoiar, acompanhar e participar de missões e auditorias externas, no âmbito da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

IV - subsidiar a elaboração de normas e regulamentos aplicados à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

V - promover a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial;

VI - elaborar propostas e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários à implantação e manutenção das atividades laboratoriais;

VII - organizar e manter informações para o monitoramento das capacidades operacionais dos planos de validação de métodos de ensaio;

VIII - participar da elaboração, implementação e monitoramento de indicadores de desempenho estratégicos da área técnica; e

IX - planejar as aquisições de bens, materiais, insumos para funcionamento da área técnica laboratorial.

Art. 50. Aos Serviços de Gestão da Qualidade dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (SGQ/LANAGRO) compete:

I - implementar e manter os sistemas de gestão da qualidade dos Laboratórios Nacionais Agropecuários e de suas Seções Laboratoriais Avançadas;

II - elaborar, orientar, aplicar e divulgar as documentações e normas de referência dos sistemas de gestão da qualidade;

III - participar da elaboração, implementação e monitoramento dos indicadores de desempenho;

IV - conduzir os processos de certificação e de acreditação;

V - orientar e acompanhar:

a) implementação de correções, ações corretivas e ações preventivas;

b) formação e monitoramento de avaliadores da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

c) execução dos programas de controle interlaboratorial e intralaboratorial;

d) produção de material de referência;

e) validação e verificação de desempenho de métodos analíticos; e

f) tratamento de não-conformidades e reclamações.

VI - subsidiar a manutenção do banco de auditores e especialistas da CGAL;

VII - estabelecer canal de comunicação com os clientes;

VIII - elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários aos sistemas de gestão da qualidade; e

IX - executar e monitorar a fiscalização e a auditoria na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Art. 51. Aos Serviços de Planejamento e Gestão Laboratorial dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (SPGL/LANAGRO) compete:

I - propor, executar, monitorar e manter ferramentas de controle de informações necessárias à gestão estratégica corporativa e ao gerenciamento do Plano Plurianual e do Plano Operativo Anual;

II - organizar e manter informações para o monitoramento de:

a) indicadores de desempenho estratégicos;

b) gestão de projetos e atividades gerenciais;

c) Plano Plurianual;

d) Plano Operativo Anual; e

e) projetos para modernização laboratorial.

III - executar a gestão estratégica corporativa, quanto a:

a) planejamento, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias corporativas e locais;

b) atualização de ferramentas de apoio, indicadores de desempenho e projetos estratégicos;

c) implementação e monitoramento de indicadores de desempenho estratégicos; e

d) alinhamento do programa de capacitação e treinamento em relação ao planejamento.

IV - executar o processo de gestão operacional, quanto a:

a) implementação, monitoramento e avaliação do Plano Plurianual e do Plano Operativo Anual; e

b) orientação, acompanhamento e avaliação de iniciativas de inovação organizacional;

V - apoiar a realização de estudos para a modernização dos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

VI - subsidiar auditorias técnicas, fiscais e operacionais relacionadas às programações: física, orçamentária e financeira, das ações realizadas nas áreas de competência dos Laboratórios Nacionais Agropecuários; e

VII - prestar assessoria no atendimento às demandas dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 52. Às Seções de Gestão de Biossegurança Laboratorial dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (SGBIO/LANAGRO) compete:

I - promover, executar e monitorar as atividades de biossegurança, quanto a:

a) produção, manutenção, armazenamento e manipulação de animais e vegetais de experimentação laboratorial, materiais genéticos e microrganismos, vírus, príon e suas partes;

b) procedimentos de recepção, transporte, manuseio, armazenamento e descarte de amostras;

c) descarte de resíduos sólidos e líquidos;

d) manutenção do nível de biossegurança exigido para manipulação dos agentes biológicos;

e) controle de acesso; e

f) utilização de equipamentos.

II - propor, participar da elaboração, orientar, aplicar e divulgar as normas de referência e o manual da biossegurança;

III - elaborar propostas e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários à implantação e à manutenção da biossegurança laboratorial;

IV - realizar fiscalizações e auditorias na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários; e

V - promover, orientar, executar e monitorar as atividades de avaliação de riscos físicos químicos e ambientais.

Art. 53. Às Divisões Administrativas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (DAD/LANAGRO) compete:

I - subsidiar a elaboração da proposta relacionada ao Plano Plurianual - PPA;

II - subsidiar e apoiar a elaboração do Plano Operativo Anual - POA;

III - operacionalizar a execução do Plano Operativo Anual - POA;

IV - efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos;

V - promover e controlar as atividades de:

a) administração de material, patrimônio, recursos de comunicação e informática;

b) comunicações administrativas e de protocolo;

c) execução orçamentária e financeira dos créditos disponibilizados;

d) transporte, zeladoria, vigilância, reprografia, telefonia e manutenção;

e) administração de pessoas;

f) conformidade dos registros de gestão;

g) aplicação de sanções administrativas a fornecedores e licitantes;

h) processos de prestação de contas; e

i) planejamento para aquisições de materiais e contratação de serviços necessários ao desempenho de sua competência;

VI - formalizar e executar processos para compras, contratos de prestação de serviços e de obras, em atendimento a um ou mais Laboratórios Nacionais Agropecuários; e

VII - reconhecer dispensa e inexigibilidade de licitação à conta dos recursos alocados ao Laboratório Nacional Agropecuário.

Art. 54. Aos Serviços de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DAD) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados no Laboratório Nacional Agropecuário;

II - subsidiar a elaboração da proposição de orçamento anual de despesas;

III - orientar o processo de prestação de contas;

IV - efetuar pagamentos de suprimento de fundos e controlar a respectiva prestação de contas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - efetuar os registros e atualizações no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; e

VI - proceder à liquidação e ao pagamento das despesas do Laboratório Nacional Agropecuário.

Art. 55. Aos Serviços de Compras (SEC/DAD) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - subsidiar e apoiar os pregoeiros e equipe de apoio;

II - apoiar a formalização e execução da aquisição de materiais e contratação de serviços e obras;

III - controlar os cronogramas e prazos de execução de serviços relativos aos contratos;

IV - monitorar a aplicação de penalidades e multas devidas; e

V - manter e atualizar os dados cadastrais de fornecedores.

Art. 56. À Seção de Gestão de Contratos (SGC/SEC) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - manter listagem atualizada dos contratos firmados com fornecedores de bens e serviços;

II - controlar o prazo de vencimento dos contratos;

III - definir as diretrizes para executar a gestão e fiscalização de contratos;

IV - gerenciar a edição de apostilamentos, termos aditivos, repactuações e sua publicação;

V - auxiliar no controle das alterações da legislação relativa à área de contratos;

VI - auxiliar na obtenção de orçamentos e variação de custos decorrente do mercado para contratações e aditivações de contratos;

VII - auxiliar na avaliação de planilha de custos e formação de preços relativos a contratos;

VIII - gerenciar o ateste de notas fiscais e os devidos encaminhamentos para pagamentos relativos a contratos;

IX - realizar os devidos lançamentos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, e demais sistemas relativos aos contratos;

X - contribuir nos processos de aplicação de sanções administrativas a empresas contratadas; e

XI - publicar extratos de contratos no Diário Oficial da União.

Art. 57. À Seção de Licitações - (SLI/SEC) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - mediante portarias e delegações específicas, realizar os certames de licitações, dispensas de licitações, inexigibilidades de licitação e cotações eletrônicas;

II - elaborar minutas de editais, termos de contrato, atas de registro de preços e demais documentos relativos a certames; e

III - realizar os devidos lançamentos no Portal de Compras do Governo Federal - (COMPRASNET), no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - (SIASG) e demais sistemas utilizados para realização dos certames.

Art. 58. Às Seções de Gestão de Pessoas - (SGP/DAD) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - apoiar a execução das tarefas de competência do Laboratório Nacional Agropecuário para a gestão de pessoas, no que se refere a:

a) aplicação da legislação de pessoal quanto aos deveres e direitos dos servidores, empregados públicos e colaboradores;

b) registros funcionais;

c) controle de frequência, avaliação de desempenho e demais registros necessários ao pagamento de pessoal;

d) procedimentos e registros relativos à concessão de férias, licenças, aposentadorias e benefícios sociais e assistenciais;

e) procedimentos e registros relativos a exames médicos e perícias médicas;

f) identificação das necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada;

g) divulgação entre os colaboradores de demandas e informações relativas à área de pessoal; e

h) emissão de portarias e demais atos administrativos, e a publicação destes no Boletim de Pessoal e Serviço, Diário Oficial da União ou outros canais regulamentados.

II - auxiliar o encaminhamento dos dados, registros e documentos para a área de Gestão de Pessoas das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da respectiva Unidade da Federação, para a execução das etapas de pagamentos, concessões, descontos e outros lançamentos e procedimentos específicos.

Art. 59. Às Seções de Almoxarifado e Patrimônio - (SAP/DAD) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - controlar os estoques de insumos, reagentes, equipamentos e de materiais permanentes e de consumo;

II - controlar a entrega e manter a guarda do material adquirido;

III - classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativos contábeis;

IV - proceder à redistribuição de bens de consumo;

V - manter:

a) documentação relativa ao almoxarifado organizada e atualizada; e

b) registros e guarda dos materiais de consumo e permanentes, promovendo sua adequada conservação.

VI - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;

VII - classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil e controlando a distribuição;

VIII - proceder as mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;

IX - manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis;

X - executar os procedimentos de alienação de bens móveis;

XI - providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, junto aos órgãos competentes;

XII - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e

XIII - elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual.

Art. 60. À Seção de Atividades Gerais - (SAG/DAD) dos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete:

I - promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de limpeza e conservação das instalações, vigilância e transporte;

II - programar a aquisição de materiais e as contratações de serviços inerentes ao disposto no inciso I deste artigo;

III - vistoriar e supervisionar o funcionamento de áreas comuns, as quais não estão sob a responsabilidade de uma unidade específica, tais como corredores, refeitórios, sanitários, auditórios, verificando necessidades de manutenção predial, limpeza, organização, e demais itens necessários ao perfeito funcionamento destas áreas; e

IV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

Art. 61. Às Seções Laboratoriais Avançadas - (SLAV/LANAGRO) compete realizar as atividades delegadas inerentes às responsabilidades das Divisões Técnicas Laboratoriais dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, e os serviços de administração geral pertinentes.

Subseção V

Da Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária

Art. 62. À Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária - (CGVIGIAGRO/DAS) compete:

I - coordenar as atividades de Vigilância Agropecuária Internacional nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais, relativas a:

a) trânsito internacional de animais, de vegetais e partes de vegetais;

b) produtos, subprodutos, derivados e insumos agropecuários; e

c) materiais para pesquisa científica na agropecuária;

II - participar:

a) em articulação com as Unidades Administrativas da SDA, da elaboração dos atos regulamentares que regem o trânsito internacional de animais, vegetais e partes de vegetais, produtos, subprodutos, derivados e insumos agropecuários, e de materiais de pesquisa científica na agropecuária, nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;

b) em articulação com a CGAI/SDA do desenvolvimento de sistemas informatizados relacionados ao trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

c) em articulação com a CGIE/SDA da execução dos estudos e pesquisas para identificação de situações, áreas e eventos de risco no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

d) da programação operacional e orçamentária referente às atividades da Vigilância Agropecuária Internacional;

e) da execução de campanhas de divulgação e conscientização, e de atividades relativas ao trânsito e comércio internacional, em consonância com a Assessoria de Comunicação e Eventos do MAPA; e

f) do atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, referentes às atividades de controle e fiscalização do trânsito e do comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário realizadas pela Vigilância Agropecuária Internacional.

III - coordenar:

a) a elaboração, em sua área de competência, de projetos de atos administrativos, regulamentares e normativos, de atos normativos de consolidação, sistematização e regulamentação da legislação relacionada à vigilância agropecuária internacional e de manuais de orientação, inclusive do Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional;

b) o estabelecimento de atividades de Vigilância Agropecuária Internacional em ações conjuntas com órgãos públicos que atuam nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais;

c) em articulação com a CGOP/SDA e CAOF/SDA a elaboração e execução dos Planos Operativos Anuais relativos à Vigilância Agropecuária Internacional;

d) a realização do cadastramento e habilitação de usuários internos e externos para acesso e operação nos sistemas informatizados da Vigilância Agropecuária Internacional, e de usuários internos do MAPA em outros sistemas informatizados do Governo Federal relacionados ao trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

e) os processos de habilitação de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais, armazéns, terminais e recintos para realização de operações de trânsito e comércio internacional, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos do MAPA;

IV - propor e participar, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA, da definição do(a):

a) estabelecimento de critérios de risco operacional para gerenciamento de operações no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

b) adoção de parâmetros de seleção e amostragem para a fiscalização das operações no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário; e

c) desenvolvimento, em articulação com a CGIE/SDA e CGAI/SDA, de sistemas informatizados e ferramentas de gerenciamento de risco e de seleção dos níveis de fiscalização para operações de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

V - prover informações para o Relatório Anual da Gestão, quanto ao Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional;

VI - subsidiar e participar da celebração de convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública e instituições de direito privado, para troca de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

VII - subsidiar o Gabinete da SDA e a Assessoria de Comunicação e Eventos - ACE/MAPA na divulgação de informações referentes às atividades da Vigilância Agropecuária Internacional;

VIII - manter atualizada as normas relacionadas a sua área de competência, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos do MAPA;

IX - disponibilizar informações atualizadas e serviços de sua área de competência no site do MAPA e em outros sites oficiais do Governo Federal; e

X - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos do MAPA.

Art. 63. Ao Serviço de Gestão Operacional - (SGO/CGVIGIAAGRO) compete:

I - coordenar os procedimentos de controle e fiscalização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

II - programar, acompanhar e executar auditorias e supervisões:

a) nas atividades de controle e fiscalização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais; e

b) na avaliação da adequação de infraestrutura, instalações, equipamentos e recursos humanos e materiais de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais, armazéns, terminais e recintos habilitados ou sujeitos à habilitação para realização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

III - propor o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores para a execução das atividades de fiscalização, controle, vigilância, supervisão e auditoria nas áreas de sua competência;

IV - coordenar e monitorar a fiscalização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;

V - organizar e manter informações atualizadas das atividades de fiscalização do trânsito e no comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agrícola nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;

VI - proceder a avaliação permanente dos resultados das atividades de fiscalização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário nos portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais;

VII - atender às demandas dos órgãos de controle interno e externo; e

VIII - subsidiar a CGVIGIAGRO quanto à tomada de decisões sobre os pedidos de habilitação de portos, aeroportos, postos de fronteira, aduanas especiais, armazéns, terminais e recintos.

Art. 64. Ao Centro Nacional de Cães de Detecção - (CNCD/SGO), compete:

I - desenvolver projetos de utilização de cães de detecção como ferramenta de auxílio à fiscalização agropecuária, definindo os recursos e os padrões procedimentais técnicos necessários à sua operacionalização;

II - identificar, selecionar, programar e propor a compra e o recebimento em doação de cães de detecção, e, conforme o caso, realizar a reprodução controlada destes animais;

III - coordenar, treinar e supervisionar as equipes de condutores e cães de detecção destinadas a atuar nas unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional indicadas pela CGVIGIAGRO e atuar em locais de interesse, conforme demanda de projetos e programas técnicos desenvolvidos pelas outras unidades da SDA e Órgãos do MAPA;

IV - elaborar e manter atualizados os manuais de procedimentos relacionados a sua área de competência, e submetê-los à homologação da CGVIGIAGRO e aprovação da SDA; e

V - subsidiar na elaboração de normas necessárias à operacionalização da ferramenta cães de detecção do MAPA.

Art. 65. Ao Setor de Manutenção de Sistemas Informatizados - (SMS/SGO) compete:

I - prestar atendimento referente ao uso dos sistemas informatizados utilizados pela Vigilância Agropecuária Internacional;

II - prestar atendimento relativo ao Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuários - SIGVIG, em qualquer das suas versões em uso, aos servidores do MAPA e usuários externos, quanto à:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) manutenção de acesso;
b) suporte para correta utilização; e
c) treinamento inicial ou de atualização.

III - fornecer manutenção de acesso aos servidores do MAPA para uso do Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, incluindo organização da aquisição de Certificado Digital / TOKEN junto à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI/SE/MAPA e ao SERPRO.

Art. 66. À Seção de Suporte à Gestão - (SSG/SGO) compete:

I - exercer atividades de apoio administrativo da CGVIGIAGRO;

II - assistir o Coordenador-Geral da CGVIGIAGRO no cumprimento de suas atribuições;

III - executar os procedimentos operacionais relacionados aos deslocamentos dos servidores da CGVIGIAGRO por meio do uso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP;

IV - proceder os registros da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à CGVIGIAGRO, junto aos sistemas específicos, em especial:

a) controlar as disponibilidades orçamentárias;

b) descentralizar e anular créditos orçamentários, conforme orientação do Coordenador-Geral da CGVIGIAGRO;

c) efetivar ajustes decorrentes de movimentação de créditos orçamentários, conforme orientação do Coordenador-Geral da CGVIGIAGRO;

d) acompanhar a aplicação dos limites orçamentários descentralizados; e

e) controlar as solicitações de crédito suplementar apresentados pelas Divisões de Defesa Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura das Unidades Federativas.

Art. 67. À Seção de Investigação e Gestão de Risco Operacional - (VIFGIRISCO/SGP) compete:

I - programar, propor e supervisionar:

a) estudos para identificação de situações, áreas e eventos de risco no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

b) seleção e desenvolvimento de técnicas e métodos quantitativos e propor a sua aplicação à interpretação do comportamento das atividades de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

c) elaboração de subsídios para:

1. o estabelecimento de critérios de risco operacional no gerenciamento de operações no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário;

2. definição de parâmetros de seleção e amostragem para a fiscalização das operações no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário; e

3. execução de procedimentos e operações de controle e fiscalização do trânsito e do comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário.

d) estudos estatísticos relacionados ao controle e fiscalização das operações de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário; e

e) estudos relacionados aos riscos das atividades de Vigilância Agropecuária Internacional.

II - supervisionar e avaliar os sistemas e ferramentas de gerenciamento de risco e de seleção dos níveis de fiscalização nas operações de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

Art. 68. Ao Serviço de Regulamentação - (SREG/CGVIGIAGRO) compete:

I - propor, elaborar, aperfeiçoar e atualizar a legislação, os manuais, roteiros e sistemas informatizados relativos ao controle e fiscalização do trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário; e

II - acompanhar e compatibilizar a legislação nacional e internacional do controle e fiscalização do trânsito e do comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

Art. 69. Ao Setor de Facilitação no Trânsito Internacional - (SEFAC/CGVIGIAGRO) compete:

I - propor e participar da elaboração de procedimentos e normas para a modernização e facilitação no trânsito e comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário;

II - subsidiar e apoiar o estabelecimento de padrões de qualidade e de conformidade nos procedimentos referentes ao trânsito e comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário; e

III - articular, com as unidades da SDA no estudo e pesquisa da racionalização e simplificação do trânsito e comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário.

Art. 70. Ao Núcleo de Comunicação - (NCOM/CGVIGIAGRO) compete:

I - desenvolver e aplicar instrumentos de avaliação dos usuários do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional quanto à satisfação dos serviços prestados pela CGVIGIAGRO;

II - encaminhar, às unidades competentes do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, consultas técnicas e questionamentos referentes aos serviços de responsabilidade da CGVIGIAGRO e acompanhar o seu atendimento;

III - elaborar material publicitário e desenvolver campanhas de divulgação e conscientização relativas ao trânsito e comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário, observadas as normas e orientações da Assessoria de Comunicação e Eventos - ACE/MAPA;

IV - divulgar e atualizar informações e serviços do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional no site oficial do MAPA;

V - atender às demandas de informação do cidadão, da Ovidoria e de outros canais de comunicação do MAPA; e

VI - subsidiar projetos relativos à identidade visual do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, observadas as normas e orientações da Assessoria de Comunicação e Eventos - ACE/ MAPA.

Art. 71 - Ao Setor de Gestão do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA) Integrado - (SOEA/CGVIGIAGRO) compete:

I - articular-se com as Unidades Administrativas da SDA, com a Receita Federal do Brasil, com o setor produtivo e demais agentes envolvidos no trânsito e comércio internacional tendo em vista a viabilização do Programa OEA Integrado;

II - propor e participar da elaboração de normas e procedimentos que viabilizem o Programa OEA Integrado no trânsito e comércio internacional de mercadorias bens e materiais de interesse agropecuário

III - subsidiar e apoiar o estabelecimento de requisitos de admissibilidade e os critérios de elegibilidade para certificação no Programa OEA Integrado;

IV - propor e participar do estabelecimento de benefícios aos operadores certificados no Programa OEA Integrado;

V - recepcionar e analisar os pedidos de certificação apresentados pelos operadores e subsidiar a decisão de conceder ou denegar os respectivos pedidos de certificação; e

VI - monitorar a operação de fiscalização pela SDA/MAPA dos operadores certificados no Programa OEA Integrado, verificando o cumprimento dos protocolos estabelecidos, propondo alterações nos requisitos, critérios e os benefícios concedidos.

Seção IV

Dos Departamentos

Subseção I

Do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas

Art. 72. Ao Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - (DFIA/DAS) compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a fiscalização e garantia da qualidade de insumos agrícolas;

II - programar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a execução das atividades de:

a) fiscalização da produção, da importação, da exportação e do trânsito interestadual de agrotóxicos de seus componentes e afins;

b) fiscalização da produção, da importação, da exportação e da comercialização de fertilizantes, corretivos, inoculantes, remineralizadores e substrato para plantas;

c) fiscalização da produção, da certificação e da comercialização de sementes e mudas;

d) dirigir, coordenar e avaliar o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC; e

e) registro de estabelecimentos, produtos e insumos agrícolas.

III - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de Unidades Descentralizadas do MAPA, a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agrícolas, locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à fiscalização de insumos agrícolas, observados os princípios e as obrigações do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA;

IV - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência;

V - homologar o registro de agrotóxicos e afins; e

VI - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Art. 73. À Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - (SOF/DFIA) compete:

I - subsidiar a elaboração das propostas de programação anual orçamentária e financeira;

II - proceder os registros dos créditos orçamentários disponibilizados ao DFIA/SDA, em especial:

a) controlar as disponibilidades orçamentárias;

b) descentralizar e anular créditos orçamentários;

c) efetivar ajustes decorrentes de movimentação de créditos orçamentários;

d) acompanhar a aplicação dos limites orçamentários descentralizados; e

e) controlar as solicitações de crédito suplementar apresentados pelas Superintendências Federais de Agricultura-SFA/SE.

Art. 74. À Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - (CFIC/DFIA) compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades de fiscalização da produção, importação, exportação e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, substratos para plantas e remineralizadores, inclusive as executadas no âmbito das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE;

II - implementar, quanto à fiscalização da produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos e inoculantes:

a) elaboração, orientação e acompanhamento da aplicação dos regulamentos técnicos normativos específicos; e

b) medidas administrativas necessárias à aplicação dos dispositivos legais intervenientes;

III - organizar e apresentar informações e dados sobre os resultados da execução da fiscalização;

IV - programar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência.

Art. 75. À Divisão de Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - (DIFIC/CFIC) compete:

I - proceder a execução das atividades de fiscalização dos estabelecimentos produtores, importadores, exportadores e comerciais de fertilizantes, corretivos, inoculantes, substratos para plantas e remineralizadores e avaliar os procedimentos específicos;

II - elaborar, orientar e acompanhar a aplicação dos regulamentos técnico e normativos de fiscalização da produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos, inoculantes, remineralizadores e substratos para plantas;

III - subsidiar as decisões sobre processos administrativos de fiscalização encaminhados para julgamento em 2ª instância e decisões a respeito de registro de produtos; e

IV - realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de fiscalização de responsabilidade do DFIA/SDA exercidas nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE.

Art. 76. À Divisão de Registro de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos - (DIREG/CFIC) compete:

I - elaborar, orientar e acompanhar a aplicação dos regulamentos técnicos normativos para:

a) registro de estabelecimentos e produtos;

b) definição de garantias mínimas e especificações dos fertilizantes, corretivos, inoculantes, substratos para plantas e remineralizadores;

c) cadastramento de empresas prestadoras de serviços, fornecedores de minério concentrado e geradores de material secundário;

d) credenciamento de instituições de pesquisa para fins de experimentação de novos produtos;

e) definições, conceitos, objetivos, campo de aplicação, marca de conformidade e condições gerais do Programa de Boas Práticas de Fabricação e Controle; e

f) credenciamento dos exportadores de fertilizantes, corretivos, inoculantes, substratos para plantas e remineralizadores e das suas matérias-primas para o mercado nacional.

II - controlar e orientar a execução das atividades de registro de estabelecimentos e de produtos quanto aos procedimentos relacionados à concessão, renovação, atualização e cancelamento de registro;

III - gerenciar o sistema informatizado referente aos registros dos estabelecimentos e produtos, e os cadastros de estabelecimentos prestadores de serviço, fornecedores de minério concentrado, geradores de material secundário e de credenciamento de instituição de pesquisa; e

IV - realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de fiscalização dos estabelecimentos e de produtos exercidas pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE.

Art. 77. À Coordenação de Sementes e Mudas - (CSM/DFIA) compete:

I - propor as diretrizes de ação governamental para o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM;

II - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de certificação da produção e de fiscalização da produção, do comércio e da utilização de sementes e mudas, inclusive as executadas pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE;

III- planejar, coordenar e supervisionar as ações de fiscalização de atividades comerciais e de pesquisa com sementes e mudas geneticamente modificadas em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA;

IV - realizar:

a) a implementação e atualização do Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM;

b) a elaboração, orientação e acompanhamento da aplicação dos regulamentos técnicos e normativos, quanto aos procedimentos e padrões para produção e comercialização de sementes e mudas;

c) a certificação da produção de sementes e de mudas para atender exigências de acordos e convênios internacionais;

d) o gerenciamento do Sistema de Gestão da Fiscalização - SIGEF;

e) a operacionalização dos seguintes registros oficiais:

1. Registro Nacional de Cultivares - RNC; e

2. Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM;

f) as ações decorrentes de decisões de organismos internacionais e de acordos com governos estrangeiros relativas às matérias de sua competência em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

V - programar e implementar auditorias técnico-fiscal e operacional de:

a) atividades relacionadas às sementes e às mudas, executadas pelas SFA/SE, estabelecendo os critérios e procedimentos a serem seguidos; e

b) certificadores de sementes ou de mudas credenciados.

Art. 78. À Divisão de Sementes - (DISEM/CSM) compete:

I - controlar e orientar a execução da certificação da produção e da fiscalização da produção, do comércio e da utilização de sementes;

II - elaborar, orientar e acompanhar a aplicação dos regulamentos técnicos e normativos para produção e comercialização de sementes, inclusive quanto aos procedimentos e padrões de identidade e de qualidade;

III - gerenciar quanto aos aspectos específicos:

a) a certificação da produção, para atender exigências de acordos e convênios internacionais;

b) as operações dos seguintes instrumentos oficiais:

1. Sistema de Gestão da Fiscalização - SIGEF; e

2. Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM;

IV - executar as ações decorrentes de acordos, tratados e convênios com organismos internacionais e governos estrangeiros relativas à certificação da produção e à fiscalização da produção e do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

comércio de sementes, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e Órgãos e entidades do MAPA;

V - realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de certificação da produção e nas atividades realizadas pelas SFA/SE, relacionadas à fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de sementes;

VI - monitorar as informações referentes ao Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM e ao Sistema de Gestão da Fiscalização - SIGEF; e

VII - supervisionar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades relativas à inscrição e ao credenciamento no RENASEM relacionadas à fiscalização da produção e da comercialização de sementes, exercidas junto às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE.

Art. 79. À Divisão de Mudas - (DIM/CSM) compete:

I - controlar e orientar a execução da certificação da produção e da fiscalização da produção, do comércio e da utilização de mudas;

II - elaborar, orientar e acompanhar a aplicação das normas para produção e comercialização de mudas, inclusive quanto aos padrões de identidade e de qualidade;

III - gerenciar quanto aos aspectos específicos:

a) a certificação da produção, para atender exigências de acordos e convênios internacionais;

b) as operações dos seguintes instrumentos oficiais:

1. Sistema de Gestão da Fiscalização - SIGEF; e

2. Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM;

IV - executar as ações decorrentes de acordos, tratados e convênios com organismos internacionais e governos estrangeiros relativas à certificação da produção e à fiscalização da produção e do comércio de mudas, em articulação com as demais unidades administrativas da SDA e Órgãos e entidades do MAPA;

V - realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de certificação da produção e nas atividades realizadas pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE, relacionadas à fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de mudas;

VI - monitorar as informações referentes ao Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM e ao Sistema de Gestão da Fiscalização - SIGEF;

VII - supervisionar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades relativas à inscrição e ao credenciamento no RENASEM relacionadas à fiscalização da produção e da comercialização de mudas, exercidas junto às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA/SE.

Art. 80. Ao Serviço de Registro Nacional de Cultivares - (SRNC/CSM) compete:

I - supervisionar e executar as atividades inerentes ao Registro Nacional de Cultivares - (RNC), consoante normas específicas da Coordenação de Sementes e Mudas - (CSM/DFIA); e

II - proceder à:

a)inscrição de cultivares novas, nacionais e estrangeiras, habilitando-as para a produção e comercialização de sementes e mudas no País, consoante informação da CSM/DFIA;

b)organização e a manutenção do Cadastro Nacional de Cultivares Registradas - (CNCR) das espécies e cultivares inscritas no RNC;

c)edição e divulgação por meio eletrônico das espécies e cultivares inscritas e dos respectivos mantenedores, contidas no Cadastro Nacional de Cultivares Registradas - (CNCR); e

d) definição dos critérios mínimos, por espécie, para a realização dos ensaios de Valor de Cultivo e Uso - (VCU).

Art. 81 - À Coordenação do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares - (SNPC/DFIA) compete:

I -controlar e orientar a execução das atividades de proteção de cultivares no País mediante:

a) concessão e denegação dos pedidos de proteção;

b) emissão de parecer técnico conclusivo em processos de requerimento de licença compulsória para subsidiar declaração de uso público restrito de cultivar protegida; e

c) guarda, sigilo e segurança das informações e dos materiais de propagação relativos aos cultivares objeto de proteção.

II - propor e opinar sobre assinatura, ratificação ou denúncia de convenção, tratado, convênio e acordo, de caráter internacional, referentes à proteção de cultivares;

III - manter articulações com:

a)unidades organizacionais do Mapa, tendo em vista as especificidades da legislação de referência, para:

1. integração das atividades que implicam interfaces técnico-operacionais;

2. elaboração de subsídios técnicos relativos aos regulamentos do Registro Nacional de Cultivares - (RNC);

3. acompanhamento de testes de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade e de diferenciação de cultivares; e

4. fiscalização do cumprimento das normas legais pertinentes à proteção e ao direito de proteção;

b) instituições públicas e privadas de âmbito nacional e internacional, para promoção do inter-relacionamento quanto a banco de dados de denominações e de descritores de cultivares, e para intercâmbio técnico-científico nos temas de proteção de cultivares;

IV - promover estudos para fixação e alteração dos valores das taxas de serviços referentes à proteção de cultivares;

V - analisar e emitir parecer sobre textos de convenção, tratado, convênio e acordo relacionados à proteção de cultivares;

VI - elaborar subsídios técnicos para apoiar a representação do País em eventos realizados no âmbito da Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais e a participação em demais eventos relacionados à proteção de cultivares; e

VII - indicar a participação de servidores em reuniões técnicas, comitês e grupos de trabalho de âmbito nacional e internacional sobre proteção de cultivares.

Art. 82. À Divisão de Análise Técnica de Proteção de Cultivares - (DITEC/SNPC) compete:

I - analisar, consoante disposições legais e parâmetros técnicos específicos da proteção de cultivares, e emitir parecer sobre:

a)pedidos de proteção e de impugnação e os recursos apresentados; e

b)documentos técnicos.

II - determinar, orientar e acompanhar a realização de ensaios de campo adicionais para diferenciação de cultivares;

III - demandar, ao Laboratório de Análise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares - (LADIC), a realização de testes laboratoriais para diferenciação de cultivares;

IV - planejar a realização de:

a)coleta de amostras e de testes de laboratório ou ensaios adicionais; e

b) fiscalização ou requerimento de amostra viva de cultivar protegida, ou passível de proteção, em poder do titular, e a sua substituição;

V - elaborar regulamentos relativos a:

a) recebimento e destinação de amostras de cultivares, em articulação com o LADIC; e

b) diferenciação de cultivares;

VI - avaliar, mediante parecer fundamentado do LADIC, proposições para:

a) credenciamento de instituições para a prestação de serviços de conservação de amostras vivas que integram a coleção de germoplasma de cultivares protegidas; e

b) realização de testes laboratoriais para diferenciação de cultivares.

VII - orientar e acompanhar as atividades realizadas pelo LADIC concernentes a amostras de cultivares; e

VIII - definir e oficializar metodologias de análise laboratorial para a diferenciação e caracterização de cultivares.

Art. 83. Ao Serviço Laboratorial de Analise, Diferenciação e Caracterização de Cultivares - (LADIC/DITEC) compete:

I - estabelecer e adotar os procedimentos referentes à recepção, organização, guarda, conservação, manutenção e monitoramento de amostras de cultivares protegidas, ou passíveis de proteção;

II - definir e adotar procedimentos objetivando a inviolabilidade das amostras armazenadas, e a segurança, o controle e o sigilo das informações referentes às amostras vivas de cultivares sob sua guarda;

III - propor e executar metodologias de análise laboratorial para a diferenciação e caracterização de cultivares;

IV - analisar, elaborar e emitir pareceres e demais documentos sobre matéria técnica e normativa de sua competência;

V - elaborar e apresentar relatórios técnicos e gerenciais das atividades realizadas;

VI - definir procedimentos e executar a preparação de amostras de cultivares protegidas ou passíveis de proteção para fins de ensaios externos;

VII - propor o credenciamento de bancos destinados à conservação de amostras vivas que integram a coleção de germoplasma de cultivares protegidas;

VIII - promover e acompanhar a fiscalização de amostra viva de cultivar protegida em poder do titular, e propor ou requerer substituição;

IX - propor e acompanhar a coleta de amostras e a realização de testes de laboratório ou ensaios de campo com materiais de multiplicação ou reprodução de cultivar protegida, ou passível de proteção.

Art. 84. À Divisão Normas e Processos de Proteção de Cultivares - (DNP/SNPC) compete:

I - elaborar:

a) regulamentos relacionados à proteção de cultivares, inclusive os formulários de pedido de proteção e os modelos de certificado de proteção;

b) relatórios técnico e gerenciais das atividades desenvolvidas; e

c) lista de espécies vegetais e respectivos descritores mínimos das espécies a serem incluídas no regime de proteção, inclusive sua revisão;

II - realizar:

a) emissão, alteração, transferência, extinção, cancelamento e nulidade de certificados de proteção, e fornecer certidões relativas às matérias de que trata a lei de Proteção de Cultivares;

b) publicação de atos administrativos decorrentes da proteção de cultivares;

c) averbação, no Cadastro Nacional de Cultivares Protegidas - (CNCP), das decisões relativas aos processos de Licença Compulsória e de Declaração de Uso Público Restrito; e

d) articulação, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - (INPI), para a troca de informações pertinentes à proteção de cultivares, quanto às marcas depositadas e registradas no Instituto;

III - orientar a organização e manutenção de:

a) banco de dados de denominações e de descritores mínimos, de âmbito nacional e internacional; e

b) arquivo relativo aos pedidos de proteção de cultivares sob sigilo.

IV - divulgar as espécies vegetais passíveis de proteção e seus descritores mínimos e a data limite para apresentação dos pedidos;

V - avaliar os procedimentos de proteção de cultivares, junto aos usuários e colaboradores, identificando limitações e propondo soluções de melhoria e eficácia operacional;

VI - editar publicação especializada periódica e implementar a atualização do CNCP; e

VII - calcular os valores e acompanhar a arrecadação das taxas de serviço de que trata a lei de Proteção de Cultivares, em articulação com a Secretaria-Executiva - SE/MAPA.

Art. 85. Ao Serviço de Cadastro e Conformidade - (SCC/DNP) compete:

I - elaborar os modelos de formulários e de certificados relativos à proteção de cultivares;

II - verificar se a denominação proposta para cultivar consta como marca de produto ou serviço vinculado à área vegetal ou de aplicação da cultivar já depositada ou registrada junto ao INPI;

III - elaborar, para publicação no Diário Oficial da União, os descritores mínimos para fins de abertura de pedidos de proteção, e outros atos de competência;

IV - receber e protocolar os pedidos de:

a) proteção de cultivares, incluindo em banco de dados; e

b) impugnação e os recursos apresentados.

V - proceder à averbação nos certificados das alterações relativas à proteção concedida;

VI - preparar certidões relativas às matérias de que trata a lei de Proteção de Cultivares;

VII - elaborar informações para publicação dos atos administrativos decorrentes da proteção de cultivares;

VIII - organizar e manter:

a) arquivo relativo aos pedidos de proteção de cultivares;

b) banco de dados de denominações e de descritores mínimos, de âmbito nacional e internacional; e

c) o Cadastro Nacional de Cultivares Protegidas, com informações referente à concessão, manutenção, transferência, cancelamento ou anulação e averbação de certificados.

Art. 86. À Coordenação-Geral de Agroquímicos e Afins - (CGAA/DFIA) compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de fiscalização de agrotóxicos e afins referentes a:

a) produção e os estabelecimentos produtores, importadores e exportadores;

b) importação e exportação; e

c) entidades credenciadas para a execução de estudos de eficiência e praticabilidade agronômica dos agrotóxicos e afins, e os respectivos laudos técnicos emitidos por essas entidades.

II - elaborar, orientar e acompanhar a aplicação dos regulamentos técnicos e normativos da fiscalização de agrotóxicos e afins;

III - realizar junto aos órgãos e entidades federais da saúde e do meio ambiente, reavaliação dos registros de agrotóxicos, seus componentes e afins, quando organizações nacionais e internacionais alertarem para riscos ou desconsiderarem o uso;

IV - conceder, alterar, prorrogar, restringir, suspender e cancelar o registro, inclusive o Registro Especial Temporário - (RET) e o Registro de Exportação - (REX), de agrotóxicos, produtos técnicos, pré-misturas e afins, para uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas florestas plantadas e nas pastagens;

V - subsidiar e apoiar as Unidades da Federação nas ações de auditoria e fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins; e

VI - supervisionar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência exercidas pelas SFA/SE, estabelecendo os critérios a serem seguidos.

Art. 87. À Divisão de Fiscalização de Agrotóxicos - (DFAT/CGAA) compete:

I - supervisionar e orientar as atividades de auditoria e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, exercidas pelas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - (SFA/SE), referentes a:

a) empresas produtoras, manipuladoras, formuladoras, importadoras e exportadoras;

b) produção, importação e exportação;

c) entidades públicas e privadas de ensino ou pesquisa credenciadas para emissão de laudos de eficiência e de praticabilidade agronômica; e

d) coleta de amostras fiscais dos agrotóxicos, seus componentes e afins.

II - supervisionar e realizar auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência;

III - emitir parecer relativo a infração aos dispositivos legais que regem a fabricação, formulação, manipulação, importação e exportação e agrotóxicos, seus componentes e afins; e

IV - processar e sistematizar dados e informações referentes ao credenciamento de estações experimentais, entidades públicas e privadas de ensino ou pesquisa para realização de investigação e emissão de laudos de eficiência e de praticabilidade agronômica de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 88. A Divisão de Registro de Produtos Formulados - (DRPF/CGAA) compete:

I - analisar, avaliar e emitir parecer quanto ao registro, alteração, prorrogação, restrição de uso, suspensão e cancelamento de:

a) produtos agrotóxicos e afins, inclusive o Registro Especial Temporário - (RET) e o Registro de Exportação - (REX);

b) inclusão ou exclusão de indicação de cultura e uso, e outras alterações técnicas e administrativas;

II - realizar:

a) concessão, restrição, suspensão e cancelamento do registro, inclusive o Registro Especial Temporário - (RET) e o Registro de Exportação - (REX) de agrotóxicos, seus componentes e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

afins, para uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas florestas plantadas e nas pastagens;

b) sistematização e divulgação, de dados e informações referentes ao registro de agrotóxicos, seus componentes e afins;

c) elaboração dos parâmetros para rotulagem de agrotóxicos, seus componentes e afins, quanto às informações técnico-agronômicas; e

d) elaboração e publicação, no Diário Oficial da União, de resumo das solicitações e concessões de registros, consoante disposições regulamentares.

Art. 89. Ao Setor de Apoio às Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente - (SCFSI/DRPF) compete: analisar, avaliar e emitir parecer quanto ao registro, alteração, prorrogação, restrição de uso, suspensão e cancelamento de produtos agrotóxicos e afins, indicados para culturas de suporte fitossanitário insuficiente.

Art. 90. À Divisão de Registro de Produtos Técnicos - (DPT/CGAA) compete:

I - estabelecer as diretrizes e exigências relativas à dados e informações a serem apresentados pelo requerente para registro de produtos técnicos novos, produtos técnicos equivalentes, pré-misturas, inclusive o Registro Especial Temporário - (RET) e o Registro de Exportação - (REX), e as alterações técnicas e administrativas nestes registros;

II - proceder a:

a) concessão, restrição, suspensão e cancelamento do registro, inclusive o Registro Especial Temporário - (RET) e o Registro de Exportação - (REX), de produtos técnicos e pré-misturas para uso na formulação de agrotóxicos e afins;

b) sistematização de dados e informações referentes ao registro de produtos técnicos e pré-misturas; e

c) elaboração e publicação no Diário Oficial da União, de resumo das solicitações e concessões de registros, consoante disposições regulamentares.

Art. 91. À Seção de Apoio Operacional - (SAO/CGAA) compete:

I - executar as atividades de apoio operacional e administrativo; e

II - dar publicidade aos atos da Coordenação-Geral.

Subseção II

Do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários

Art. 92. Ao Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - (DFIP/DAS) compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a fiscalização e garantia da qualidade dos insumos pecuários;

II - programar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a execução das atividades de:

a) inspeção e fiscalização de fabricação, comercialização e emprego de produtos de uso veterinário;

b) inspeção e fiscalização de fabricação e comercialização de produtos destinados à alimentação animal; e

c) inspeção e fiscalização de material de multiplicação animal.

III - elaborar os requisitos e promover o registro de produtos de uso veterinário, incluídos aqueles destinados aos animais aquáticos, e de produtos destinados à alimentação animal;

IV - elaborar os requisitos sanitários para o registro de produtos de uso veterinário de natureza biológica utilizados em campanhas zoossanitárias, em articulação com o Departamento de Saúde Animal - (DSA/DAS);

V - coordenar e promover a execução e o acompanhamento das atividades de farmacovigilância;

VI - acompanhar as atividades de fiscalização da importação e da exportação de produtos de uso veterinário e de produtos destinados à alimentação animal, junto aos portos, aos aeroportos internacionais, aos locais de fronteira e às estações aduaneiras especiais;

VII - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de Unidades Descentralizadas do MAPA e de órgãos ou entidades Estaduais, Distritais e Municipais vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agropecuários, aquícolas e pesqueiros, locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à fiscalização de insumos pecuários;

VIII - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e com os órgãos do MAPA;

IX - elaborar os requisitos para a exportação de insumos pecuários de acordo com os requisitos definidos pelas autoridades veterinárias dos países importadores; e

X - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Art. 93. Ao Núcleo de Apoio Operacional - (NAO/DFIP) compete:

I - executar as atividades de apoio operacional e administrativo;

II - assessorar o Diretor do Departamento no acompanhamento de programas e projetos de cooperação técnica, convênios, parcerias, acordos, e outros instrumentos congêneres celebrados com organismos e instituições nacionais e internacionais;

III - supervisionar e acompanhar a participação do Departamento em grupos de trabalho, câmaras técnicas e setoriais, comitês e comissões, em âmbito nacional;

IV - acompanhar o atendimento das demandas ao Departamento, canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - (SIC), pela Ouvidoria e outros canais de comunicação do MAPA; e

V - acompanhar o atendimento dos apontamentos e recomendações das auditorias dos órgãos de controle interno e externo relacionadas às atividades do Departamento.

Art. 94. À Divisão de Suporte à Gestão - (DSG/DFIP) compete:

I - acompanhar e subsidiar as atividades de administração financeira, de pessoal, serviços gerais, planejamento e orçamento, no âmbito do Departamento, observadas as orientações dos Órgãos setoriais do MAPA, vinculados aos sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal;

II - subsidiar a elaboração da proposta da SDA para a Programação Orçamentária Anual e para o Plano Plurianual - PPA, no que se refere às competências do Departamento;

III - identificar e avaliar as necessidades de dotações orçamentárias e os créditos disponibilizados e executar a programação de recursos para as unidades executoras das atividades de fiscalização de insumos pecuários; e

IV - elaborar relatórios de gestão sobre o desempenho da fiscalização de insumos pecuários, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA.

Art. 95. Ao Núcleo de Apoio Orçamentário e Financeiro - (NAOF/DSG) compete:

I - subsidiar a elaboração das propostas de programação anual orçamentária e financeira;

II - proceder os registros dos créditos orçamentários disponibilizados ao Departamento, em especial:

a) controlar as disponibilidades orçamentárias;

b) descentralizar e anular créditos orçamentários, conforme orientação do Diretor do Departamento;

c) efetivar ajustes decorrentes de movimentação de créditos orçamentários, conforme orientação do Diretor do Departamento;

d) acompanhar a aplicação dos limites orçamentários descentralizados; e

e) controlar as solicitações de crédito suplementar apresentados pelas Superintendências Federais de Agricultura.

III - elaborar e acompanhar os pedidos de compras de material e de equipamentos, e de pedidos de execução de serviços, observada a legislação pertinente.

Art. 96. À Seção de Material Genético e Registro Genealógico Animal - (SEMARG/DFIP) compete:

I - supervisionar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de fiscalização da industrialização, do processamento e da comercialização de sêmen e embriões de animais domésticos e outros materiais de multiplicação animal, de acordo com as disposições legais em vigor;

II - acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à inscrição e baixa de reprodutores doadores de sêmen animal;

III - administrar dados cadastrais referentes ao registro de estabelecimentos que industrializam e processam sêmen e embriões de animais domésticos;

IV - propor a programação e coordenar a execução de auditorias técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização do sêmen e embriões dos animais domésticos e outros materiais de multiplicação animal das Superintendências Federais de Agricultura, dos serviços de fiscalização da comercialização de sêmen e embriões dos animais domésticos e outros materiais de multiplicação animal executados por órgãos e entidades estaduais vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA) e dos estabelecimentos que fabriquem ou importem produtos de uso veterinário;

V - propor atos administrativos sobre as atividades de fiscalização da industrialização, do processamento e da comercialização de sêmen e embriões de animais domésticos e outros materiais de multiplicação animal, de acordo com as disposições legais em vigor;

VI - coordenar, supervisionar e monitorar o serviço de registro genealógico e provas zootécnicas, quanto:

a) a normatização e fiscalização;

b) ao registro das entidades autorizadas a executarem os serviços e provas descritas no caput;

c) aos dados que compõem o arquivo zootécnico nacional;

d) as informações necessárias as negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados atinentes ao registro genealógico;

e) as articulações com as Unidades Organizacionais do MAPA, visando a constante atualização das exigências quanto aos exames de identificação genética dos animais, em prol da integridade do Serviço de Registro Genealógico.

VII - coordenar, normatizar e fiscalizar o serviço de certificação zootécnica, com vistas à importação de animais e seus materiais genéticos e à admissão de animais em centrais de coleta e processamento de sêmen.

VIII - analisar e instruir, para efeito de julgamento, os processos administrativos relativos às infrações dos dispositivos legais que regem a fiscalização do serviço de registro genealógico e provas zootécnicas;

IX - subsidiar a elaboração das notificações de novos atos legais e emitir parecer sobre projetos, anteprojetos de Leis e Atos Normativos relacionados a material de multiplicação animal; e

X - elaborar relatórios sobre o desempenho das atividades de sua competência.

Art. 97. Coordenação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (CPV/DFIP) compete:

I - coordenar e orientar as atividades de registro dos produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comerciem, armazenem, distribuam, importem ou exportem;

II - aprovar o registro, a alteração de registro e o cancelamento do registro de produtos de uso veterinário;

III - propor a elaboração de atos normativos para o registro e a dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos de uso veterinário e para o registro dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comerciem, armazenem, distribuam, importem ou exportem, assim como para a inspeção e fiscalização da fabricação, comercialização e emprego destes produtos;

IV - elaborar os requisitos sanitários para o registro de produtos de uso veterinário de natureza biológica utilizados em campanhas zoossanitárias, em articulação com o Departamento de Saúde Animal - (DAS);

V - administrar dados cadastrais referentes ao registro e isenção de registro de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem, importem ou comerciem;

VI - propor a programação e coordenar a execução de auditorias técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização de produtos de uso veterinário das Superintendências Federais de Agricultura - SFA's, dos serviços de fiscalização da comercialização de produtos de uso veterinário executados por órgãos e entidades estaduais vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária -SUASA, e dos estabelecimentos que fabriquem ou importem produtos de uso veterinário;

VII - propor os modelos de certificados de registro e de livre venda para fins de exportação de produtos de uso veterinário;

VIII - participar da elaboração da programação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - (PNCRC) referentes aos medicamentos veterinários e contaminantes, em articulação com as Unidades Administrativas do DFIP e demais Unidades Administrativas da SDA;

IX - apoiar a execução das ações do Plano Nacional de Controle de Resíduos e de Contaminantes - (PNCR), em especial quanto ao monitoramento de resíduos de medicamentos veterinários em produtos de origem animal, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

X - coordenar a execução das análises de fiscalização de produtos de uso veterinário;

XI - coordenar a execução das atividades de relatoria de processos administrativos e aprovar os respectivos pareceres;

XII - coordenar a elaboração de relatórios sobre a gestão das atividades de fiscalização da comercialização dos produtos de uso veterinário;

XIII - elaborar subsídios para apoiar a participação do MAPA nos grupos técnicos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - (CCAB/INMETRO/MDIC), relacionados às atividades do Codex Alimentarius da FAO/OMS;

XIV - coordenar o Grupo Técnico Sobre Resíduos de Medicamentos Veterinários - (GT - RVDF/CCAB/INMETRO), em articulação com outras Unidades Administrativas do MAPA;

XV - articular e adotar medidas voltadas para o aprimoramento e racionalização dos processos de registro e melhoria da eficiência no trabalho das áreas de sua responsabilidade, em articulação com as Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE); e

XVI - subsidiar a elaboração das notificações de novos atos legais e emitir parecer sobre projetos, anteprojetos de Leis e Atos Normativos relacionados aos produtos de uso veterinário.

Art. 98. À Divisão de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (DFPV/CPV) compete:

I - controlar e orientar a aplicação dos regulamentos para fabricação, controle da qualidade, importação, exportação, comercialização e o emprego de produtos de uso veterinário;

II - propor a programação e acompanhar a execução das análises de fiscalização de produtos de uso veterinário, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA;

III - propor a programação e executar a auditoria técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização de produtos de uso veterinário das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE);

IV - propor a programação e acompanhar as auditorias técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização da comercialização de produtos de uso veterinário executados por órgãos e entidades estaduais vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA), em articulação com os serviços de fiscalização de insumos pecuários Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE);

V - supervisionar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias em estabelecimentos que fabriquem ou importem produtos de uso veterinário, executadas pelos serviços de fiscalização de insumos pecuários das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE);

VI - supervisionar, acompanhar e avaliar a fiscalização da comercialização e do emprego dos produtos de uso veterinário sujeitos a controle especial e venda sob prescrição de médico veterinário, com retenção de receita;

VII - analisar e emitir parecer em:

a) processo administrativo relativo à infração aos dispositivos legais que regem a fabricação e a comercialização de produtos de uso veterinário; e

b) processos de importação, exportação e certificação de produtos de uso veterinário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - acompanhar missões internacionais de auditoria relacionadas à área de fiscalização de produtos de uso veterinário; e

IX - elaborar relatórios sobre a gestão das atividades de fiscalização de produtos de uso veterinário e dos estabelecimentos que os fabriquem, importem e comerciem, em articulação com os serviços de fiscalização de insumos pecuários das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE).

Art. 99. À Seção de Registro e Cadastro - (SRC/DFPV) compete:

I - administrar o arquivo de processos relativos ao registro de produtos de uso veterinário e dos respectivos estabelecimentos fabricantes, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental;

II - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas; e

III - sistematizar, recuperar e prestar às informações relativas ao trâmite documental sobre o registro de produtos de uso veterinário e dos respectivos estabelecimentos fabricantes.

Art. 100. À Divisão Regulamentação de Produtos Farmacêuticos - (DRPF/CPV) compete:

I - analisar e emitir parecer em processos de pedido de registro e de alteração de registro de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica, consoante normas específicas;

II - supervisionar e orientar o registro de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica, consoante normas específicas;

III - propor a elaboração de atos normativos para o registro e a dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica e dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comerciem, armazenem, distribuam, importem ou exportem, assim como para a inspeção e fiscalização da fabricação comercialização e emprego destes produtos;

IV - participar da elaboração de regulamentos sobre o controle de resíduos de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

V - subsidiar a Coordenação do Grupo Técnico Sobre Resíduos de Medicamentos Veterinários - (GT-RVDF/CCAB/INMETRO), na elaboração de propostas sobre temas afetos à sua área de atividade; e

VI - propor critérios e procedimentos de análise de risco, relacionados à produção e importação de produtos de uso veterinário de natureza farmacêutica.

Art. 101. À Divisão Regulamentação de Produtos Biológicos - (DRPB/CPV) compete:

I - analisar e emitir parecer em processos de pedido de registro e alteração de registro de produtos de uso veterinário de natureza biológica, consoante normas específicas;

II - supervisionar e orientar o registro de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário de natureza biológica, consoante normas específicas;

III - propor a elaboração de atos normativos para o registro e a dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos de uso veterinário de natureza biológica e dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, envasem, rotulem, controlem a qualidade, comerciem, armazenem, distribuam, importem ou exportem, assim como para a inspeção e fiscalização da fabricação comercialização e emprego destes produtos;

IV - detalhar, propor e acompanhar a aplicação de critérios e procedimentos de análise de risco relacionados à produção e importação de produtos de uso veterinário de natureza biológica e de índices de aprovação dos produtos de uso veterinário de natureza biológica submetidos ao controle oficial, em conjunto com as Unidades Administrativas da SDA;

V - propor critérios e procedimentos de análise de risco, relacionados à produção e importação de produtos de uso veterinário de natureza biológica; e

VI - elaborar relatórios sobre o desempenho das atividades de sua competência.

Art. 102. À Coordenação de Fiscalização de Produtos Para Alimentação Animal - (CPA/DFIP) compete:

I - coordenar, orientar, executar, monitorar e avaliar a elaboração de planos, programas e ações de articulação institucional e de fiscalização da fabricação e da comercialização de produtos destinados à alimentação animal;

II - programar e implementar a realização da fiscalização das atividades de sua competência, estabelecendo os critérios a serem seguidos;

III - promover a programação e coordenar a execução das análises de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA;

IV- propor a elaboração de atos normativos sobre os requisitos para o registro e a dispensa de registro de produtos destinados à alimentação animal e para o registro dos estabelecimentos que os produzam, fabricam, manipulam, fracionam importam e comerciam, assim como para a inspeção e fiscalização da fabricação e comercialização destes produtos;

V - coordenar a execução das atividades de relatoria de processos administrativos e aprovar os respectivos pareceres;

VI - apoiar as ações do Plano Nacional de Controle de Resíduos e de Contaminantes - PNCR, em produtos para alimentação animal, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

VII - apoiar a participação do MAPA nos grupos técnicos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - (CCAB/INMETRO/MDIC), relacionados às atividades do Codex Alimentarius da FAO/OMS;

VIII - subsidiar a elaboração das notificações de novos atos legais, emitir parecer sobre projetos, anteprojetos de Leis e Atos Normativos relacionados aos produtos destinados à alimentação animal; e

IX - coordenar a elaboração de relatórios sobre a gestão das atividades de fiscalização da comercialização dos produtos destinados à alimentação animal e dos estabelecimentos que os fabriquem, fracionem ou importem.

Art. 103. À Divisão de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal - (DFPA/CPA) compete:

I - supervisionar, acompanhar e avaliar execução das atividades de fiscalização da produção, fabricação, exportação e comercialização de produtos destinados à alimentação animal;

II - propor a programação e acompanhar a execução das análises de fiscalização de produtos destinados à alimentação animal, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA;

III - analisar e emitir parecer em processos administrativos relativos à infração aos dispositivos legais que regem a fabricação e a comercialização de produtos para alimentação animal;

IV - propor a programação e executar as auditorias técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização de produtos para alimentação animal das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE);

V - propor a programação e acompanhar as auditorias técnico-fiscal e operacional dos serviços de fiscalização da comercialização de produtos para alimentação animal executados por órgãos e entidades estaduais vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA), em articulação com os serviços de fiscalização de insumos pecuários Superintendências Federais de Agricultura;

VI - supervisionar, acompanhar e avaliar a execução de auditorias em estabelecimentos que fabriquem, fracionem ou importem produtos para alimentação animal, executadas pelos serviços de fiscalização de insumos pecuários das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE); e

VII - elaborar relatórios sobre a gestão das atividades de fiscalização da comercialização dos produtos destinados à alimentação animal e dos estabelecimentos que os fabriquem, fracionem ou importem.

Art. 104. À Divisão de Regulamentação de Produtos Para Alimentação Animal - (DRPA/CPA) compete:

I - propor a elaboração de atos normativos sobre os requisitos para o registro e a dispensa de registro de produtos destinados à alimentação animal e para o registro dos estabelecimentos que os produzam, fabricam, manipulam, fracionam importam e comerciam, assim como para a inspeção e fiscalização da fabricação, comercialização destes produtos;

II - acompanhar e emitir parecer em:

a) processos de concessão, renovação e cancelamento de registros de produtos destinados à alimentação animal e dos respectivos estabelecimentos fabricantes e importadores, consoante normas específicas;

b) processos relativos à autorização de uso de novas matérias primas para uso na alimentação animal; e

c) processos de importação, de exportação e de certificação de produtos destinados à alimentação animal, consoante normas específicas.

III - elaborar subsídios para apoiar a participação do MAPA nos grupos técnicos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - (CCAB/INMETRO/MDIC), relacionados às atividades do Codex Alimentarius da FAO/OMS; e

IV - elaborar relatórios sobre o desempenho das atividades de sua competência.

Art. 105. À Coordenação de Programas Especiais - (CPE/DFIP) compete:

I - promover e coordenar a execução das atividades de:

a) monitoramento dos eventos adversos de produtos de uso veterinário concernentes às atividades de farmacovigilância, em articulação com as Unidades Administrativas do DFIP/SDA; e

b) monitoramento e controle da resistência aos antimicrobianos, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA/MAPA.

II - participar da elaboração da programação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - (PNCRC) relativa a medicamentos veterinários e contaminantes, em articulação com as Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

III - coordenar as ações de investigação das notificações de violações de resíduos e contaminantes junto às unidades descentralizadas decorrentes da execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e de Contaminantes - (PNCR), e das notificações internacionais;

IV - assessorar e apoiar diretamente ou por meio das Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE) e de órgãos ou entidades estaduais, vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA) a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional no que se refere à execução das ações de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

V - apoiar a participação do MAPA nos grupos técnicos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - (CCAB/INMETRO/MDIC), relacionados às atividades do Codex Alimentarius da FAO/OMS;

VI - avaliar, acompanhar e responder os questionários de equivalência dos países ou blocos de países importadores sobre o sistema de fiscalização dos insumos pecuários do Brasil, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

VII - propor e subsidiar auditorias internacionais afetas às competências do DFIP/SDA, em articulação com os departamentos técnicos da SDA e SRI;

VIII - coordenar a elaboração de relatórios sobre a gestão das atividades de sua competência.

Art. 106. À Divisão de Monitoramento e Controle - (DMCON/CPE) compete:

I- promover e executar as atividades de:

a) monitoramento dos eventos adversos concernentes às atividades de farmacovigilância;

b) monitoramento e controle da resistência aos antimicrobianos, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA; e

c) investigação das notificações de violações de resíduos e contaminantes.

II - elaborar subsídios para a participação do MAPA nos grupos técnicos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil - (CCAB/INMETRO/MDIC), relacionados às atividades do Codex Alimentarius da FAO/OMS.

Subseção III

Do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

Art. 107. Ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - (DIPOA/DAS) compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a inspeção e a fiscalização de produtos e derivados de origem animal, inclusive aquícola e pesqueira;

II - programar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a execução das atividades de inspeção e fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal, inclusive aquícola e pesqueira;

III - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de unidades descentralizadas do MAPA e órgãos e entidades Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, vinculados ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA), a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agropecuários, pesqueiros e aquícolas, locais de fronteira, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à inspeção de produtos de origem animal;

IV - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas da Secretaria de Defesa Agropecuária e com Órgãos do MAPA; e

V - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Art. 108. À Seção de Apoio Técnico - (SATPOA/DIPOA) compete:

I - executar atividades relacionadas as demandas encaminhadas diretamente ao Gabinete; e

II - auxiliar o Gabinete no cumprimento de suas competências.

Art. 109. Ao Núcleo de Comunicação - (NCO/DIPOA) compete:

I - executar atividades relacionadas a preparação e a elaboração de documentação inerentes ao Gabinete do DIPOA; e

II - auxiliar o Gabinete na manutenção do site eletrônico do DIPOA na página do MAPA.

Art. 110. Ao Núcleo de Acompanhamento - (NCA/DIPOA) compete:

I - executar atividades de acompanhamento técnico; e

II - auxiliar o Gabinete do DIPOA na distribuição e tramitação de documentos e demandas no Sistema SEI.

Art. 111. À Divisão de Relações Institucionais - (DRIN/DIPOA) compete:

I - assessorar o Departamento, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA, Órgãos do MAPA e outras instituições públicas e privadas, na elaboração das diretrizes de ação governamental para a inspeção e a fiscalização de produtos e derivados de origem animal, inclusive aquícola e pesqueira;

II - orientar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, quanto às diretrizes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - (SISBI-POA), e acompanhar suas demandas no âmbito do Departamento;

III - assessorar o Diretor do Departamento no acompanhamento de programas e projetos de cooperação técnica, convênios, parcerias, acordos, e outros instrumentos congêneres celebrados com organismos e instituições nacionais e internacionais;

IV - supervisionar e acompanhar a participação do Departamento em grupos de trabalho, câmaras técnicas e setoriais, comitês e comissões, em âmbito nacional;

V - acompanhar o atendimento das demandas ao Departamento, canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - (SIC), pela Ouvidoria e outros canais de comunicação do MAPA; e

VI - acompanhar o atendimento dos apontamentos e recomendações das auditorias dos órgãos de controle interno e externo relacionadas às atividades do Departamento.

Art. 112. À Divisão de Suporte à Gestão - (DSG/DIPOA) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - propor, programar e coordenar a atualização do Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal - SIGSIF e dos demais sistemas do Departamento, controlando sua utilização;

II - supervisionar e propor a atualização dos demais sistemas eletrônicos que possuem interface com atividades do Departamento;

III - programar, supervisionar e acompanhar a execução do Plano Plurianual - (PPA), do Planejamento Estratégico da SDA, da Programação Orçamentária Anual - (POA), e dos indicadores de desempenho e demais sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, no âmbito do Departamento em articulação com a CGOP e CAOF, observadas as orientações dos órgãos setoriais de planejamento, orçamento e gestão;

IV - identificar, avaliar e executar o repasse de recursos para as unidades descentralizadas e programar a execução orçamentária do Departamento;

V - identificar e avaliar as demandas das Unidades Administrativas do Departamento quanto ao fornecimento de dados de interesse da inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e emitir relatórios gerenciais; e

VI - propor e subsidiar auditorias nas unidades descentralizadas, afetas às suas competências.

Art. 113. À Seção de Apoio Operacional - (SAO/DSG) compete:

I - executar as atividades de apoio operacional e administrativo; e

II - executar as atividades relacionadas ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - (SCDP) no âmbito do DIPOA/SDA.

Art. 114. Ao Núcleo de Apoio Orçamentário e Financeiro - (NOF/DSG) compete:

I - executar as atividades de apoio orçamentário e administrativo; e

II - auxiliar a distribuição de recursos orçamentários nos Sistemas SIOR e SIAFI.

Art. 115. À Coordenação-Geral de Controle e Avaliação - (CGCOA/DIPOA) compete:

I - coordenar, acompanhar, executar e avaliar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades relacionadas:

a) à auditoria dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros ou de seus estabelecimentos;

b) à auditoria técnico-fiscal e operacional das Unidades Descentralizadas e estabelecimentos nacionais de produtos de origem animal;

c) à auditoria técnico-administrativa dos serviços de inspeção de produtos de origem animal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para orientação, adesão ou avaliação da conformidade em relação à equivalência ao SISBI-POA;

d) ao recebimento de missões estrangeiras relativas à inspeção de produtos de origem animal;

e) à elaboração e consolidação das respostas do Brasil frente às recomendações e achados indicados pelas missões estrangeiras relativas à inspeção de produtos de origem animal;

f) à consolidação e avaliação das respostas dos estabelecimentos auditados frente às recomendações e achados indicados pelas missões estrangeiras relativas à inspeção de produtos de origem animal;

g) à concessão de equivalência de sistemas internacionais de inspeção de produtos de origem animal ou de seus estabelecimentos;

h) à proposição dos requisitos sanitários para a Certificação Sanitária Internacional ou protocolos de acordos bi e ou multilaterais referentes aos produtos de origem animal;

i) à divulgação das comunicações efetuadas pelos países importadores, e estabelecer procedimentos em sua decorrência; e

j) à concessão de equivalência de sistemas nacionais de inspeção de produtos de origem animal em relação ao SISBI-POA.

Art. 116. A Seção de Apoio Técnico - (SATCOA/CGCOA) compete:

I - executar atividades de apoio técnico, operacional e administrativo junto à CGCOA/DIPOA; e

II - auxiliar a CGCOA/DIPOA no cumprimento de suas competências.

Art. 117. Ao Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - (NAT/CGCOA) compete:

I - executar atividades de apoio técnico, operacional e administrativo junto à CGCOA/DIPOA;

II - executar atividades de acompanhamento técnico; e

III - auxiliar a CGCOA/DIPOA no cumprimento de suas competências.

Art. 118. À Divisão de Auditorias Nacionais - (DIAN/CGCOA) compete:

I - propor, programar, executar e avaliar auditorias técnico-administrativas de inspeção de produtos de origem animal nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios para orientação, adesão ou avaliação da conformidade em relação à equivalência ao SISBI-POA;

II - propor, programar, executar e avaliar auditorias técnico-fiscais e operacionais nas Unidades Descentralizadas, nos estabelecimentos registrados ou relacionados junto ao MAPA; e

III - avaliar e acompanhar os planos de ação em decorrência das auditorias nacionais realizadas, e comunicar os envolvidos.

Art. 119. À Divisão de Auditorias Internacionais - (DIAI/CGCOA) compete:

I - propor, programar, executar e avaliar as auditorias dos sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros;

II - propor, programar e organizar o recebimento de missões estrangeiras relativas à inspeção de produtos de origem animal;

III - organizar ou acompanhar missões estrangeiras em relação à inspeção de produtos de origem animal;

IV - elaborar e consolidar as respostas do Brasil frente às recomendações e achados indicados pelas missões estrangeiras relativas à inspeção de produtos de origem animal; e

V - consolidar e avaliar as respostas dos estabelecimentos auditados frente às recomendações e achados indicados pelas missões estrangeiras, relativas à inspeção de produtos de origem animal.

Art. 120. À Divisão de Avaliação de Equivalência - (DEQ/CGCOA) compete:

I - avaliar, propor e controlar a concessão de equivalência de sistemas de inspeção de produtos de origem animal estrangeiros ou de seus estabelecimentos;

II - avaliar, propor e controlar os requisitos sanitários para a Certificação Sanitária Internacional ou protocolos de acordos bi ou multilaterais dos produtos de origem animal, no que se refere à saúde pública;

III - avaliar e propor a divulgação das comunicações efetuadas pelos países importadores e estabelecer procedimentos em sua decorrência;

IV - avaliar e propor a concessão de equivalência de sistemas nacionais de inspeção de produtos de origem animal com o SISBI-POA;

V - avaliar, acompanhar e responder os questionários de equivalência dos países ou blocos de países importadores, sobre o sistema de inspeção de produtos de origem animal do Brasil; e

VI - propor e subsidiar auditorias afetas as suas competências.

Art. 121. À Coordenação-Geral de Inspeção - (CGI/DIPOA) compete:

I - coordenar, acompanhar, executar e avaliar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades relacionadas:

a) ao registro e cadastro de estabelecimentos e de produtos de origem animal;

b) à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

c) à certificação de produtos de origem animal;

d) à habilitação de estabelecimentos à exportação ou à importação de produtos de origem animal; e

e) à investigação de violações e notificações de desvios em produtos de origem animal.

Art. 122. A Seção de Apoio Técnico - (SATI/CGI) compete:

I - executar atividades de apoio técnico ao programa de trabalho da inspeção; e

II - executar atividades de apoio operacional e administrativo ao programa de trabalho da inspeção.

Art. 123. Ao Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - (NAT/CGI) compete:

I - executar atividades de apoio técnico, operacional e administrativo; e

II - executar atividades de acompanhamento técnico.

Art. 124. À Coordenação de Fiscalização e Inspeção - (CFISC/CGI) compete:

I - coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução e estabelecer procedimentos relacionados à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

II - coordenar a orientação às Unidades Descentralizadas na execução das atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

III - coordenar a harmonização e a padronização dos procedimentos de supervisão, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

IV - coordenar as ações administrativas junto às Unidades Descentralizadas e ações fiscais decorrentes dos resultados da execução dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal;

V - coordenar as ações administrativas junto às Unidades Descentralizadas e as ações fiscais decorrentes dos resultados da execução das atividades de combate à fraude econômica em produtos de origem animal;

VI - coordenar as ações administrativas junto às Unidades Descentralizadas e as ações fiscais decorrentes dos resultados da execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - (PNCRC/Animal);

VII - identificar a necessidade de atualização e subsidiar alterações nos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal, em articulação com a Coordenação de Caracterização de Risco;

VIII - identificar a necessidade de atualização e subsidiar alterações nas ações de combate à fraude econômica em produtos de origem animal, em articulação com a Coordenação de Caracterização de Risco - (CRISC/CGPE);

IX - identificar a necessidade de atualização e subsidiar alterações no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - (PNCRC/Animal);

X - propor a realização de estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e elaboração de atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e demandas técnicas às Comissões Consultivas do DIPOA;

XI - coordenar e harmonizar os procedimentos administrativos de apuração de infração à legislação, referentes aos produtos de origem animal, e relatar os processos em segunda instância; e

XII - propor e subsidiar a realização de auditorias nas Unidades Descentralizadas, afetas às suas competências.

Art. 125. À Divisão de Acompanhamento e Suporte à Fiscalização - (DASF/CFISC) compete:

I - acompanhar e avaliar a execução e propor procedimentos relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

II - orientar as unidades descentralizadas na execução das atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

III - harmonizar e padronizar os procedimentos de supervisão, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

IV - relatar em segunda instância processos administrativos relativos as infrações à legislação referente aos produtos de origem animal; e

V - propor e subsidiar a realização de auditorias nas unidades descentralizadas, afetas as suas competências.

Art. 126. Ao Serviço de Investigação de Violações e Notificações - (SEIV/CFISC) compete:

I - avaliar as ações dos estabelecimentos e as ações fiscais decorrentes dos resultados dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal;

II - avaliar as ações dos estabelecimentos e as ações fiscais decorrentes dos resultados das ações de combate à fraude econômica em produtos de origem animal;

III - avaliar as ações dos estabelecimentos e as ações fiscais decorrentes dos resultados do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - (PNCRC/Animal);

IV - comunicar as Unidades Descentralizadas a ocorrência de violações e notificações nacionais e internacionais de desvios em produtos de origem animal; e

V - controlar, acompanhar e avaliar as ações dos estabelecimentos e as ações fiscais decorrentes de notificações nacionais e internacionais de desvios em produtos de origem animal, e elaborar proposta de comunicação dos resultados da investigação aos demandantes.

Art. 127. À Divisão de Registros e Cadastros - (DREC/CGI) compete:

I - avaliar, controlar e executar os procedimentos relativos ao:

a) registro de produtos de origem animal nacionais ou importados;

b) registro de estabelecimentos nacionais de produtos de origem animal; e

c) cadastro de estabelecimentos e seus produtos de origem animal no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - (SISBI-POA);

II - harmonizar e padronizar os procedimentos de registro, relacionamento e cadastro de estabelecimentos e seus produtos de origem animal;

III - propor e subsidiar a realização de auditorias nas Unidades Descentralizadas, afetas as suas competências;

IV - realizar auditorias sobre a execução de atividades afetas as suas competências; e

V - comunicar alterações cadastrais dos estabelecimentos exportadores às autoridades estrangeiras, quando necessário.

Art. 128. À Divisão de Habilitação e Certificação - (DHC/CGI) compete:

I - avaliar, controlar e executar os procedimentos relativos a:

a) habilitação de estabelecimentos nacionais à exportação de produtos de origem animal; e

b) habilitação e cadastro de estabelecimentos estrangeiros para exportar produtos de origem animal ao Brasil.

II - elaborar modelos de certificados sanitários de produtos de origem animal e avaliar e controlar os procedimentos de certificação sanitária, ouvindo as áreas técnicas competentes da SDA;

III - harmonizar e padronizar os procedimentos de habilitação de estabelecimentos e de certificação sanitária de produtos de origem animal;

IV - controlar, atualizar e comunicar as alterações realizadas nas listas de estabelecimentos exportadores às autoridades estrangeiras, quando necessário;

V - controlar e comunicar os certificados sanitários internacionais emitidos às autoridades estrangeiras, quando necessário; e

VI - propor e subsidiar auditorias nas Unidades Descentralizadas, afetas a suas competências.

Art. 129. À Coordenação-Geral de Programas Especiais - (CGPE/DIPOA) compete:

I - coordenar, acompanhar, executar e avaliar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal relacionadas:

a) à normatização;

b) à caracterização de risco;

c) às inovações tecnológicas; e

d) ao aperfeiçoamento técnico e divulgação de material técnico;

II - analisar e propor a celebração de convênios, termos de parceria e de cooperação, acordos, e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicos e instituições privadas, para troca de informações, atividades de pesquisa, de produção de conhecimento técnico-científico e de racionalização de atividades nos segmentos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; e

III - coordenar, em articulação com as demais Coordenações-Gerais do Departamento, a participação de seus representantes em fóruns, missões, comitês, reuniões técnicas, grupos de trabalho e outros eventos nacionais e internacionais.

Art. 130. A Seção de Apoio Técnico - (SATPE/CGPE) compete:

I - executar atividades de apoio técnico aos programas especiais; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - executar atividades de apoio operacional e administrativo aos programas especiais.

Art. 131. Ao Núcleo de Apoio Técnico e Acompanhamento - (NAT/CGPE) compete:

I - monitorar a execução técnica, operacional e administrativa dos programas especiais; e

II - apoiar no estabelecimento de metas e indicadores dos programas especiais.

Art. 132. À Coordenação de Normas Técnicas - (CNT/CGPE) compete:

I - propor e executar a atualização, a harmonização e a convergência dos atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

II -coordenar a elaboração de propostas de atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

III - coordenar a elaboração de respostas às notificações internacionais, e as propostas de normatização relativas à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

IV - executar os procedimentos para internalização de normas acordadas pelo MAPA; e

V - propor e executar ações de boas práticas regulatórias no âmbito do Departamento.

Art. 133. Ao Serviço de Acompanhamento de Normas Internacionais - (SEAN/CNT) compete:

I - acompanhar a participação do Departamento no Codex Alimentarius, no MERCOSUL e nos demais fóruns internacionais de normatização e diretrizes técnicas;

II - propor a indicação de representantes do Departamento no Codex Alimentarius, no MERCOSUL e nos demais fóruns internacionais de normatização e diretrizes técnicas;

III - elaborar respostas às notificações internacionais de propostas de normatização; e

IV - subsidiar a Coordenação de Normas Técnicas quanto às normas internacionais em temas afetos ao Departamento.

Art. 134. À Coordenação de Caracterização de Risco - (CRISC/CGPE) compete:

I - proceder à caracterização de risco mediante:

a) identificação de perigos associados aos diferentes produtos de origem animal e o risco à saúde humana;

b) identificação de fraudes;

c) levantamento de dados estatísticos de produção;

d) consolidação de dados analíticos de controles existentes;

e) levantamento de dados epidemiológicos sobre doenças veiculadas por alimentos;

f) elaboração de plano amostral;

g) proposição de metodologias de análise laboratorial; e

h) avaliação estatística dos dados e elaboração de informações sobre os programas de controle de produtos de origem animal;

II - coordenar a avaliação das inovações tecnológicas referentes à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal;

III - planejar, coordenar, acompanhar e controlar a execução dos programas de controle de patógenos e de avaliação de conformidade de produtos de origem animal;

IV - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das ações de combate à fraude econômica em produtos de origem animal;

V - acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal - (PNCRC/Animal);

VI - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução de ações voltadas à qualidade do leite cru, a partir do gerenciamento dos resultados obtidos por meio da Rede Brasileira de Laboratórios de Qualidade do Leite - (RBQL);

VII - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar estudos científicos para subsidiar o gerenciamento de risco e elaboração de atos normativos relativos à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal; e

VIII - acompanhar e avaliar as atividades das Comissões Consultivas do DIPOA para a análise e tratamento de assuntos afetos ao Departamento.

Art. 135. A Divisão de Avaliação de Inovações Tecnológicas - (DITEC/CRISC) compete:

I - avaliar as inovações tecnológicas propostas pelo setor privado inerentes à produção e obtenção de produtos de origem animal;

II - propor estudos científicos para subsidiar a avaliação das inovações tecnológicas; e

III - identificar e propor atividades às Comissões Consultivas do DIPOA/SDA para subsidiar a avaliação das inovações tecnológicas.

Art. 136. A Divisão de Aperfeiçoamento Técnico - (DAT/CGPE) compete:

I - identificar, propor e avaliar as necessidades de aperfeiçoamento técnico dos servidores do Departamento e das Unidades Descentralizadas do MAPA;

II - propor e acompanhar a execução das atividades previstas no Plano Anual de Educação Continuada - (PAEC) e propor a participação de servidores em programas de capacitação e treinamento, organizados pela ENAGRO/SE/MAPA;

III - organizar a seleção de representantes do Departamento para participarem de eventos nacionais e internacionais de capacitação e aperfeiçoamento, observadas as normas da ENAGRO/SE/MAPA; e

IV - promover a elaboração e divulgação de material técnico-educativo relativo à inspeção e fiscalização de produtos de origem animal.

Subseção IV

Do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

Art. 137. Ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - (DIPOV/DAS) compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a inspeção e a fiscalização de produtos de origem vegetal;

II - programar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar as atividades de:

a) fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos vegetais e de seus derivados;

b) fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de bebidas, de vinhos e de derivados da uva e do vinho; e

c) fiscalização da classificação de produtos vegetais, de seus subprodutos e de resíduos de valor econômico;

III - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de Unidades Descentralizadas do MAPA e de órgãos ou entidades Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, vinculadas ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA), a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agrícolas, locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à inspeção de produtos de origem vegetal;

IV - elaborar normas e coordenar as atividades e ações de padronização e classificação de produtos vegetais, de seus subprodutos e de resíduos de valor econômico;

V - elaborar normas relativas à padronização, ao controle de produção, ao registro, à circulação e ao comércio de bebidas, de vinhos e de derivados da uva e do vinho;

VI - elaborar propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas da Secretaria de Defesa Agropecuária e com os órgãos do MAPA; e

VII - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Art. 138. À Seção de Programação e Controle - (SPC/DIPOV) compete:

I - subsidiar a elaboração da programação orçamentária do Departamento;

II - controlar e analisar as propostas de programação, reprogramação e alterações orçamentárias do Departamento;

III - manter o registro atualizado sobre a movimentação das dotações orçamentárias e dos créditos orçamentários disponibilizados e das alterações orçamentárias;

IV - coletar e analisar informações sobre os aspectos orçamentários e financeiros, e elaborar relatório sobre o desempenho dos serviços de inspeção de produtos vegetais;

V - acompanhar a execução da programação orçamentária do Departamento;

Art. 139. Ao Setor de Apoio Administrativo - (SAA/DIPOV) compete:

I - elaborar Pedido de Concessão de Diárias e Passagens - (PCDP), bem como as respectivas prestações de contas das viagens dos servidores do Departamento;

II - consolidar e encaminhar as folhas de frequências e as programações de férias dos servidores e empregados públicos lotados no Departamento;

III - requisitar material para o Departamento junto ao Almoxarifado Central;

IV - controlar a movimentação de bens móveis, relacionando os respectivos responsáveis;

V - propor a transferência, baixa, cessão ou alienação de equipamentos e de bens móveis inservíveis ou em desuso; e

VI - instruir processo e acompanhar os procedimentos;

Art. 140. Ao Setor de Apoio Operacional - (SAO/DIPOV) compete:

I - dar suporte aos fóruns de discussões técnicas ou equivalentes utilizados como canal de informação interna dos servidores das áreas fins do Departamento;

II - atender às demandas oriundas dos canais de comunicação internos; e

III - executar as atividades de apoio operacional.

Art. 141. Ao Núcleo de Atividades Administrativas - (NAA/DIPOV) compete:

I - executar as atividades administrativas, referentes à expedição e guarda da documentação corrente;

II - zelar pela conservação de equipamentos em uso, providenciando revisão periódica ou necessária;

III - receber, classificar e registrar documentos e processos endereçados ao Departamento; e

IV - distribuir documentos e processos em trâmite.

Art. 142. À Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal - (CGQV/DIPOV) compete:

I - coordenar, participar, avaliar, apoiar, analisar, e acompanhar o processo de regulamentação das atividades de:

a) classificação, padronização, auditoria, fiscalização, certificação e inspeção de qualidade, higiênico-sanitária e tecnológica de produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

b) registro, cadastro, certificação e relacionamento de estabelecimentos e produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

c) habilitação e registro de pessoas físicas executoras da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

d) credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação dos serviços de classificação dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico; e

e) certificação voluntária de estabelecimentos no que se refere ao controle de qualidade dos produtos de origem vegetal.

II - coordenar a elaboração, atualização e a adequação dos normativos e regulamentos técnicos referentes ao padrão oficial de classificação e à inspeção dos produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

III - responder às demandas oriundas dos canais de comunicação internos e externos relativas, às atividades de regulamentação dos produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

IV - propor diretrizes, recomendações técnicas e ações para a elaboração de planos, projetos e programas de controles oficiais aplicados à fiscalização, auditoria, certificação e inspeção de produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

V - subsidiar a elaboração das propostas da SDA para o Plano Plurianual - (PPA) e para o Plano Operativo Anual - (POA), referentes às diretrizes, metas, estratégias e ações da Coordenação-Geral;

VI - programar a capacitação técnica dos envolvidos na execução das atividades de classificação, controle, fiscalização, auditoria certificação e inspeção dos produtos vegetais, consoante as normas da ENAGRO/SE/MAPA;

VII - emitir orientações e recomendações técnicas complementares necessárias à uniformização das ações e procedimentos de responsabilidade da Coordenação-Geral;

VIII - analisar as demandas de regulamentação internas e externas;

IX - propor convocação e coordenar reuniões para avaliação de propostas e demandas de regulamentação;

X - propor a criação de grupos de trabalho multidisciplinares de apoio às atividades de regulamentação;

XI - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados, protocolos ou convênios nacionais e internacionais, concernentes aos temas relativos à inspeção e certificação dos produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

XII - coordenar o processo de internalização e de incorporação de normas e regulamentos harmonizados por acordos internacionais e que tenham impacto na inspeção de produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

XIII - organizar, manter e divulgar dados estatísticos e a documentação cientifica e bibliográfica sobre as ações de controle, inspeção, fiscalização, importação, exportação, certificação, padronização, classificação e registro, relacionados aos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

XIV - subsidiar o Departamento na formulação de diretrizes, na gestão do planejamento institucional e estratégico e nos processos de avaliação institucional;

XV- propor metodologias de captação e sistematização de informações e instrumentos para avaliação dos procedimentos e processos;

XVI - manter atualizados os instrumentos normativos e operacionais relacionados à inspeção de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

XVII - promover ações regulatórias inerentes às competências da Coordenação-Geral em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA, órgãos do MAPA, organizações públicas, instituições de pesquisa e outras organizações do setor privado;

XVIII - homologar os cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal;

XIX - coordenar a elaboração e disponibilização de material técnico de orientação e de divulgação das normas e atividades da Coordenação-Geral;

XX - elaborar normas e promover a articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA, órgãos do MAPA, organizações públicas, instituições de pesquisa e outras organizações do setor privado relacionadas à execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - (PNCRC/Vegetal), com vistas a subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes; e

XXI - coordenar a execução das ações e dos procedimentos de investigação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - (PNCRC/Vegetal).

Art. 143. À Coordenação de Fiscalização de Produtos Vegetais - (CFPV/CGQV) compete:

I - coordenar, implementar, avaliar e orientar a execução das atividades de:

a) fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos vegetais e de seus derivados;

b) fiscalização da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

c) fiscalização das atividades de classificação de produtos vegetais e seus derivados, executada por entidades credenciadas;

d) monitoramento e controle de resíduos e contaminantes nos produtos vegetais e seus derivados;

e) certificação higiênico-sanitária de produtos vegetais, de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, no âmbito do comércio internacional; e

f) certificação voluntária de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

II - programar e implementar a realização de supervisões e auditorias das atividades de competência da Coordenação;

III - viabilizar a adoção dos regulamentos previstos em acordos internacionais, no que tange ao controle de qualidade de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

IV - coordenar a aplicação e a fiscalização de regulamentos que tratam de:

a) aferição da qualidade e avaliação da conformidade;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) registro de pessoas físicas e jurídicas para o exercício do controle de qualidade; e

c) certificação de empresas e de produtores executores de atividades de controle de qualidade;

V - orientar e controlar o credenciamento e o desempenho operacional de pessoas físicas e jurídicas, executoras do controle de qualidade de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, bem como os respectivos registros no Cadastro Geral de Classificação;

VI - verificar a aplicação dos regulamentos relativos aos produtos vegetais que tratam de:

a) controle da qualidade e avaliação da conformidade dos produtos destinados diretamente à alimentação humana;

b) controle da qualidade destes produtos, quando de compras e vendas do Poder Público e importações e exportações por terceiros;

c) operação de estabelecimentos de beneficiamento, industrialização, seleção, acondicionamento e empacotamento destes vegetais;

d) aplicação de modelos de garantia de qualidade nos estabelecimentos produtores, com base na análise de riscos e controle dos pontos críticos;

e) implementação da classificação, inspeção e fiscalização dos referidos produtos vegetais; e

f) pesquisas e estudos subsidiários concernentes ao controle de qualidade destes produtos;

VII - coordenar a verificação dos registros de pessoas físicas e jurídicas, envolvidas nos processos de controle de qualidade de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

VIII - acompanhar a aplicação dos regulamentos técnicos normativos relativos aos produtos vegetais que tratam das auditorias em processos de autocontroles e rastreabilidade aplicados nos estabelecimentos produtores, com base em análise de riscos; e

IX - avaliar e emitir pareceres relativos às atividades de:

a) investigação de notificações internacionais; e

b) fiscalização, credenciamento, cadastro e outros procedimentos relacionados.

X - coordenar e promover gestões junto às Unidades Administrativas da SDA e demais órgãos públicos e privados com vistas à:

a) viabilizar as ações de fiscalização e auditoria; e

b) acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços de apoio operacional para a classificação de produtos importados.

Art. 144. À Seção de Controle de Resíduos e Contaminantes - (SCRC/CFPV), compete:

I - gerir o Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes dos Produtos de Origem Vegetal - (PNCRC/Vegetal), no que concerne à:

a) elaboração das normas, estabelecendo os produtos vegetais, os seus quantitativos de amostras e os resíduos e contaminantes a serem monitorados;

b) elaboração e distribuição do cronograma de coleta das amostras a serem monitoradas;

c) análise dos resultados oficiais de ensaio e identificação das não conformidades, de forma a subsidiar a Coordenação-Geral na emissão dos avisos de violação;

d) instrução dos processos e acompanhamento dos procedimentos de investigações das não conformidades;

e) análise dos relatórios das investigações realizadas pelas Superintendências; e

f) compilação dos resultados das amostras analisadas e encaminhamento para publicação no Diário Oficial da União.

Art. 145. À Coordenação de Regulamentação de Produtos Vegetais - (CRPV/CGQV) compete:

I - elaborar, atualizar e monitorar normativos e regulamentos técnicos referentes a:

a) padronização e classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

b) fiscalização da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

c) fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de produtos vegetais e de seus derivados;

d) cadastro, registro e credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas no processo de classificação, bem como na produção e comercialização de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico;

e) organização, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e ações de competência da Coordenação-Geral relacionadas aos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico; e

f) sistemas de certificação voluntária de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

II - elaborar referenciais fotográficos, manuais, catálogos, folders e outros materiais de orientação e divulgação, complementares aos normativos de competência da Coordenação-Geral;

III - implementar a internalização e a incorporação de normas e regulamentos relativos às atividades de competência da Coordenação-Geral, harmonizados por acordos e tratados internacionais;

IV - realizar estudos de impacto regulatório;

V - propor a agenda regulatória para elaboração e revisão dos normativos de competência da Coordenação-Geral;

VI - organizar e divulgar Procedimentos Operacionais Padrão relativos às atividades de competência da Coordenação-Geral; e

VII - propor a emissão de orientações e recomendações técnicas complementares necessárias à uniformização das ações e procedimentos da área de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Art. 146. Ao Serviço de Registro, Cadastro e Certificação - (SRC/CGQV) compete

I - verificar e controlar o credenciamento e o desempenho das pessoas jurídicas e físicas executoras do controle de qualidade de produtos vegetais e os respectivos registros no Cadastro Geral de Classificação;

II - avaliar os procedimentos relativos às solicitações de credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras dos serviços de classificação;

III - planejar e executar, em conjunto com os Órgãos Setoriais da SDA, as atividades necessárias à implementação de sistemas e outras tecnologias facilitadoras, que atendam as demandas da Coordenação-Geral;

IV - elaborar e disponibilizar aos serviços técnicos nos Estados, os formulários de coleta de dados mensais alinhados com as ações planejadas nos planos operativos anuais;

V - controlar o envio dos relatórios mensais de execução das ações programadas nos planos operativos, incluindo a emissão de relatórios consolidados;

VI - estruturar e implantar os sistemas de certificação voluntária de estabelecimentos no que se refere ao controle de qualidade de produtos vegetais;

VII - manter atualizada a base de dados e informações relativos aos registros, cadastros e certificações de responsabilidade da Coordenação-Geral; e

VIII - consolidar e disponibilizar as informações inerentes aos requisitos sanitários de certificação de produtos vegetais;

Art. 147. Ao Setor de Capacitação e Habilitação - (SCH/SRC), compete:

I - sistematizar as demandas de capacitação e treinamento da Coordenação-Geral, observadas as normas da ENAGRO/SE/MAPA;

II - analisar os projetos e propor a homologação dos cursos de capacitação e qualificação de classificadores de produtos de origem vegetal, promovendo a habilitação e registro dos participantes e a divulgação dos dados;

III - analisar a documentação emitida posteriormente à conclusão dos cursos para fins de habilitação e registro dos participantes e a divulgação dos dados; e

IV - receber e avaliar a solicitação de registro de instrutores de cursos de classificação para fins de cadastramento no Cadastro Geral de Classificação - (CGC).

Art. 148. À Coordenação-Geral Vinhos e Bebidas - (CGVB/DIPOV) compete:

I - propor a elaboração, a atualização e a adequação dos normativos e regulamentos técnicos referentes ao:

a) padrão de identidade e qualidade de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho; e

b) registro, cadastro, auditoria, fiscalização, condições higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos e de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho.

II - responder às demandas oriundas dos canais de comunicação internos e externos relativos às atividades de fiscalização, inspeção, registro e cadastro;

III - responder às demandas de documentos relativos às atividades de fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

IV - implementar as diretrizes, recomendações técnicas e ações previstas nos planos, projetos e programas de controles oficiais aplicados à fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

V - subsidiar a elaboração das propostas da SDA para o Plano Plurianual - (PPA) e para o Plano Operativo Anual - (POA), referentes às diretrizes, metas, estratégias e ações da Coordenação-Geral;

VI - propor ações de capacitação e aprimoramento técnico dos envolvidos na execução das atividades de controle, fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho consoante normas da ENAGRO/SE/MAPA;

VII - emitir orientações e recomendações técnicas complementares necessárias à uniformização das ações e procedimentos de responsabilidade da Coordenação-Geral;

VIII - propor a criação de grupos de trabalho multidisciplinares de apoio às atividades de fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

IX - subsidiar o Departamento na formulação de diretrizes, na gestão do planejamento institucional e estratégico e nos processos de avaliação institucional;

X - estabelecer metodologias de captação e sistematização de informações e instrumentos para avaliação dos procedimentos e processos;

XI - articular com órgãos e entidades públicas, que possam contribuir com as atividades de fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

XII - propor a elaboração de material técnico de orientação e de divulgação das normas e regulamentos de fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho; e

XIII - coordenar, executar e acompanhar as atividades de auditoria dos serviços de fiscalização e inspeção de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

Art. 149. À Divisão de Fiscalização de Vinhos e Bebidas - (DFVB/CGVB) compete:

I - coordenar, implementar, avaliar e orientar a execução das atividades de:

a) fiscalização e inspeção de estabelecimentos de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

b) registro e cadastro de estabelecimentos de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

c) certificação de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho; e

d) monitoramento de resíduos e contaminantes em bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho.

II - emitir parecer em processos administrativos relativos às infrações aos dispositivos legais referentes a produção e comercialização de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

III - propor, orientar, auditar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos para as atividades relacionadas:

a) à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho

b) ao registro junto ao MAPA dos estabelecimentos que os produzem, padronizam, envasilham, exportam e importam bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

c) ao controle de qualidade e de tecnologias afins, a serem observados pelos estabelecimentos registrados no MAPA, bem como de exigências relativas às instalações, equipamentos e registros documentais;

d) aos padrões de identidade e qualidade a serem observados em bebidas e fermentados acéticos; e

e) ao controle da qualidade de matéria-prima e estoque de bebidas e fermentados acéticos.

IV - subsidiar o desenvolvimento de modelos e programas de auditoria da qualidade nos estabelecimentos de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho, incluindo Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - (APPCC), Boas Práticas de Fabricação - (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional - (PPHO);

V - subsidiar e articular o desenvolvimento de modelos e programas de auditoria dos órgãos oficiais que realizem a fiscalização de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho nas Unidades da Federação;

VI - dar atendimento e encaminhamento às demandas de ouvidoria e demais canais de comunicação do MAPA relacionadas às atividades de fiscalização, inspeção e auditoria de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho;

VII - subsidiar a elaboração e atualização de Procedimentos Operacionais Padrão - (POPs) relativos às atividades de fiscalização, inspeção, registro, certificação e monitoramento de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho; e

VIII - estabelecer e implementar metodologias de captação e sistematização de informações e instrumentos para avaliação dos procedimentos e processos.

Art. 150. À Seção de Auditoria - (SA/DFVB) compete:

I - promover a realização de auditoria nos serviços de fiscalização de bebidas;

II - elaborar relatórios, manuais e diretrizes na realização de auditorias; e

III - apoiar a divisão na execução de suas atividades.

Art. 151. À Divisão de Regulamentação de Vinhos e Bebidas - (DRVB/CGVB) compete:

I - elaborar, atualizar e monitorar normativos e regulamentos técnicos relativos:

a) à fiscalização e inspeção higiênico-sanitária e tecnológica de estabelecimentos de bebidas, vinhos, derivados da uva e do vinho, bem como dos produtos neles elaborados;

b) ao cadastro e registro de estabelecimentos que produzem ou fabricam, padronizam, envasilham ou engarrafam, acondicionam, exportam e importam bebidas, vinhos, derivados da uva e do vinho;

c) ao padrão de identidade e qualidade de bebidas, vinhos, derivados da uva e do vinho;

d) à organização, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e ações de competência da Coordenação-Geral; e

e) à certificação voluntária de bebidas e vinhos e derivados da uva e do vinho.

II - elaborar referenciais fotográficos, manuais, catálogos, folders e outros materiais de orientação e divulgação, complementares aos normativos de competência da Coordenação-Geral;

III - implementar a internalização dos regulamentos técnicos aprovados no âmbito do Mercosul e manter observância das normas do Codex Alimentarius relativos as atividades de competência da Coordenação-Geral;

IV - realizar estudos de impacto regulatório;

V - propor a agenda regulatória para elaboração e revisão dos normativos de competência da Coordenação-Geral;

VI - organizar e divulgar Procedimentos Operacionais Padrão relativos às atividades de competência da Coordenação-Geral; e

VII - propor a emissão de orientações e recomendações técnicas complementares necessárias à uniformização das ações e procedimentos da área de bebidas, vinhos, derivados da uva e do vinho.

Art. 152. Ao Serviço de Informação Gerencial e Estratégico - (SIGE/CGVB) compete:

I - elaborar e executar as atividades necessárias, no âmbito de competência da área técnica da Coordenação-Geral, para a implementação dos requisitos de sistemas informatizados e outras tecnologias facilitadoras, em conjunto com a CGAI/SDA e órgãos setoriais do MAPA;

II - alimentar e gerenciar os acessos e permissões, realizar tratamentos de dados e emitir relatórios e outros documentos relativos aos dados existentes nos sistemas informatizados;

III - colaborar com a elaboração do Plano Operativo Anual - (POA), junto as demais Unidades Administrativas da Coordenação-Geral;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - acompanhar a execução do POA, incluindo a emissão de relatórios estratégicos sobre os planos operativos;

V - acompanhar a programação das atividades de auditoria nos serviços de inspeção vegetal descentralizados do MAPA;

VI - supervisionar a manutenção do sistema informatizado referente ao controle de registro e cadastro;

VII - aperfeiçoar e integrar os sistemas inerentes à execução de atividades de competência da Coordenação-Geral; e

VIII - propor a utilização de tecnologias facilitadoras, incluindo sistemas informatizados, para o desenvolvimento das atividades da Coordenação-Geral.

Subseção V

Do Departamento de Sanidade Vegetal

Art. 153. Ao Departamento de Sanidade Vegetal - (DSV/SDA), compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a sanidade vegetal;

II - programar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a execução das atividades de:

a) vigilância fitossanitária, inclusive a definição dos requisitos fitossanitários a serem observados no trânsito nacional e internacional de plantas, produtos e derivados de origem vegetal e demais artigos regulamentados;

b) prevenção, controle e erradicação de pragas, em especial a definição de requisitos fitossanitários a serem observados na importação de vegetais, de parte de vegetais e de seus produtos, incluindo sementes e mudas de produtos vegetais destinados à alimentação animal e de inoculantes e agente de controle biológico;

c) fiscalização do trânsito de vegetais, partes de vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados, incluindo a aplicação de requisitos fitossanitários a serem observados na importação e exportação; e

d) promoção de campanhas de educação e outras ações de defesa fitossanitária, em articulação com a Assessoria de Comunicação e Eventos - (ACE/MAPA);

III - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de Unidades Descentralizadas do MAPA, a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agrícolas, locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à sanidade vegetal, observados os princípios e as obrigações do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA);

IV - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e com os Órgãos do MAPA;

V - coordenar e orientar a execução das atividades de responsabilidade do MAPA referentes à condição de organização nacional de proteção fitossanitária, em conformidade com a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais - (CIPV);

VI - estabelecer lista de pragas de importância econômica e promover medidas para seu controle, em articulação com o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - (DFIA/DAS), para a priorização da concessão de registros de agroquímicos e afins;

VII - estabelecer, alterar, suspender ou cancelar requisitos fitossanitários para a importação de vegetais e suas partes;

VIII - conceder, suspender, cancelar ou restringir a habilitação ou o credenciamento de entidades que desempenhem atividades relacionadas à defesa vegetal;

IX - estabelecer e manter atualizada lista de pragas quarentenárias presentes ou ausentes no País;

X - promover:

a) apoio à representação do MAPA, como Organização Nacional de Proteção Fitossanitária Brasileira, junto ao Organismo Regional de Proteção Fitossanitária e à Presidência do referido Organismo, quando exercida pela República Federativa do Brasil;

b) a inscrição dos agentes habilitados para emissão de Certificado Fitossanitário, na base de dados do Organismo Regional de Proteção Fitossanitário; e

c) a avaliação dos sistemas de sanidade vegetal dos entes federativos, para harmonização de regulamentos e integração de interfaces operacionais;

XI - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Art. 154. Ao Setor de Suporte Técnico - (SST/DSV) compete:

I - coordenar, em articulação com as demais Unidades Administrativas subordinadas ao DSV:

a) os fóruns de discussões técnicas ou equivalentes utilizados como canal de informação interna dos servidores das áreas fins do Departamento;

b) o atendimento às demandas oriundas dos canais de comunicação internos;

c) a divulgação e atualização das informações concernentes às atividades do DSV no sitio do MAPA na internet; e

d) a realização de auditorias e supervisões das ações previstas nos Atos Normativos relacionados às atividades do Departamento.

Art. 155. À Coordenação de Quarentena Vegetal - (CQV/DSV) compete:

I - elaborar e propor subsídios à política de quarentena vegetal;

II - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de:

a) análise de risco de pragas dos vegetais, suas partes e outros artigos regulamentados;

b) estabelecimento de requisitos fitossanitários de importação para os vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solos, substratos e embalagens; e

c) quarentena vegetal;

III - coordenar e realizar:

a) a elaboração de pareceres para subsidiar as autorizações de importação de vegetais, suas partes e outros artigos regulamentados para fins de pesquisa e experimentação;

b) a elaboração de pareceres para subsidiar as autorizações de importação e exportação de vegetais, suas partes e outros artigos regulamentados para fins comerciais, culturais e diplomáticos; e

c) credenciamento de estações quarentenárias e de centros colaboradores para execução de análise de risco de pragas;

IV - acompanhar, fiscalizar e auditar as atividades das estações quarentenárias credenciadas;

V - analisar e emitir parecer sobre:

a) requerimentos de autorização para publicação de trabalhos sobre a ocorrência de novas pragas no Brasil; e

b) solicitações de credenciamento de estações quarentenárias.

VI - identificar e propor as prioridades de pesquisa e investigação referentes às atividades de quarentena vegetal;

VII - promover a elaboração e atualização, bem como acompanhamento e fiscalização da aplicação dos regulamentos de análise de risco de pragas e quarentena vegetal;

VIII - apresentar subsídios, acompanhar e analisar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados à proteção de plantas, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA; e

IX - elaborar e manter atualizadas as listas de pragas quarentenárias ausentes e presentes, de pragas não-quarentenárias regulamentadas no Brasil.

Art. 156. À Seção de Apoio Técnico e Operacional - (SATO/DTCF) compete:

I - os procedimentos de cadastramento de produtos vegetais, suas partes, produtos e subprodutos e de importação autorizada em relação à Análise de Riscos de Pragas - (ARP);

II - a sistematização e organização das informações referentes a quarentena vegetal;

III - a organização e preparação das atividades de auditoria, fiscalização, supervisão, inspeção e vistorias nacionais e internacionais;

IV - a sistematização do credenciamento dos centros colaboradores e estações quarentenárias.

Art. 157. À Divisão de Análise de Riscos de Pragas - (DARP/CQV), compete:

I - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos fitossanitários para:

a) os procedimentos de Análise de Risco de Pragas - (ARP); e

b) a proposição de requisitos de importação de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, em função do risco associado às pragas.

II - elaborar e conduzir as Análises de Risco de Pragas para importação de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos;

III - elaborar informações sobre as condições fitossanitárias de produtos vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, para subsidiar as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - (ONPF), nos processos de ARP para exportação;

IV - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos que tratam de:

a) procedimentos para credenciamento e avaliação de centros colaboradores para elaboração de relatórios para ARP; e

b) procedimentos de cadastramento de produtos vegetais, suas partes, produtos e subprodutos e de importação autorizada em relação à ARP e a análise das solicitações;

V - avaliar:

a) as solicitações de credenciamento de centros colaboradores para elaboração de relatórios para a ARP; e

b) os relatórios de ARP elaborados pelos centros colaboradores credenciados.

VI - participar de supervisões e inspeções nacionais e internacionais para:

a) a elaboração de ARP;

b) a aprovação de sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas; e

c) o reconhecimento de áreas, lugares e locais livres e de baixa prevalência de pragas.

VII - coletar e sistematizar informações referentes à ARP;

VIII - analisar os requisitos fitossanitários estabelecidos pelas ONPF para vegetais, suas partes, produtos e subprodutos produzidos no Brasil;

IX - propor a atualização das listas de pragas quarentenárias ausentes e presentes, e de pragas não-quarentenárias regulamentadas no Brasil; e

X - identificar as prioridades de pesquisa e investigação referentes à ARP.

Art. 158. À Coordenação de Fiscalização e Certificação Fitossanitária Internacional - (CFCI/DSV) compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades de:

a) certificação fitossanitária internacional;

b) fiscalização do tratamento fitossanitário no trânsito internacional de vegetais;

c) elaboração, atualização, orientação e auditoria da aplicação dos regulamentos relativos à certificação fitossanitária e fiscalização do tratamento fitossanitário no trânsito internacional de vegetais; e

d) elaboração de diretrizes, metas, estratégias e indicadores de desempenho, bem como de acompanhamento e controle do desenvolvimento da fiscalização do tratamento fitossanitário no trânsito internacional de vegetais.

II - elaborar e propor subsídios à formulação da política de certificação fitossanitária internacional e de fiscalização do tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais;

III - planejar, supervisionar e auditar as atividades de certificação fitossanitária e de fiscalização no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, bem como materiais de acondicionamento;

IV - planejar, supervisionar e auditar as atividades relativas à fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;

V - planejar, supervisionar e auditar a execução de programas bilaterais de exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, restritos a medidas integradas de manejo de risco de pragas presentes não regulamentadas, consoante normas específicas;

VI - organizar e manter banco de dados e informações sobre:

a) os tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional; e

b) as notificações às Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - (ONPF) dos países exportadores, relativas ao descumprimento dos requisitos fitossanitários brasileiros, incluindo não-conformidades em embalagens de madeira e suportes de madeira;

c) as notificações recebidas das Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - (ONPF) dos países importadores, relativas ao descumprimento de requisitos fitossanitários, incluindo não-conformidades em embalagens de madeira e suportes de madeira;

VII - analisar e acompanhar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados à certificação fitossanitária internacional e ao tratamento fitossanitário com fins quarentenários de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, bem como materiais de acondicionamento, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA.

Art. 159. À Seção de Apoio Técnico e Operacional - (SATO/CFCI) compete:

I - apoiar na definição dos parâmetros operacionais das atividades de fiscalização;

II - proceder os registros das fiscalizações e inspeções realizadas pelas Superintendências Federais de Agricultura, inclusive nos sistemas específicos; e

III - acompanhar o cumprimento das metas das atividades de fiscalização e elaborar informe para o Coordenador.

Art. 160. À Divisão de Tratamento e Certificação Fitossanitária - (DTCF/CFCI) compete:

I - analisar e avaliar os regulamentos sobre a certificação fitossanitária;

II - implantar e supervisionar a certificação fitossanitária internacional;

III - elaborar, atualizar, implantar, orientar, acompanhar e auditar a aplicação dos regulamentos relativos à:

a) certificação fitossanitária de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e materiais de acondicionamento;

b) realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, solos, substratos e materiais de acondicionamento; e

c) designação e habilitação dos pontos de ingresso e regresso de mercadorias no território nacional, segundo o risco associado, em trabalho com a Coordenação-Geral de Proteção de Plantas e a Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária -(VIGIAGRO).

IV - subsidiar a análise de requerimentos de importação e exportação de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, solos, substratos e materiais de acondicionamento; relativo a tratamento e certificação fitossanitários, consoante normas específicas;

V - avaliar e propor novos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários a serem utilizados no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, solos, substratos e materiais de acondicionamento;

VI - organizar e acompanhar missões de pré-embarque, relacionadas a tratamento fitossanitário com fins quarentenários;

VII - elaborar notificações às Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - (ONPF) dos países exportadores, relativas ao descumprimento dos requisitos fitossanitários brasileiros, incluindo não-conformidades em embalagens de madeira e suportes de madeira;

VIII - receber e gerenciar as notificações recebidas das Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - (ONPF) dos países importadores, relativas ao descumprimento de requisitos fitossanitários, incluindo não-conformidades em embalagens de madeira e suportes de madeira;

IX - elaborar, orientar e avaliar programas especiais de monitoramento do trânsito de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal e materiais de acondicionamento visando atendimento das exigências para Certificação Fitossanitária Internacional, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

X - orientar, supervisionar e acompanhar as atividades de inspeção realizadas pelas Unidades Descentralizadas do MAPA nas Unidades da Federação, para autorizar estabelecimentos prestadores

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de serviços na aplicação de agrotóxicos a realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos e subprodutos de origem vegetal, solos, substratos e materiais de acondicionamento;

XI - orientar, supervisionar e controlar, a execução das atividades de fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional, realizadas pelas Unidades Descentralizadas do MAPA nas Unidades da Federação;

XII - orientar, supervisionar e acompanhar a aplicação dos regulamentos de fiscalização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional, realizadas pelas Unidades Descentralizadas do MAPA nas Unidades da Federação;

XIII - propor, orientar e avaliar os procedimentos de fiscalização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional, realizadas pelas Unidades Descentralizadas do MAPA nas Unidades da Federação;

XIV - instruir processos administrativos relativos às infrações de dispositivos legais relativos à fiscalização do tratamento fitossanitário com fins quarentenários, para o julgamento em segunda instância;

XV - administrar o sistema informatizado de registro de estabelecimentos, bem como de cadastro de estabelecimentos prestadores de serviços na aplicação de agrotóxicos autorizados a realizar tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais; e

XVI - analisar os requerimentos para inscrição de Auditor Fiscal Federal Agropecuário para emissão de Certificado Fitossanitário na base de dados do Organismo Regional de Proteção Fitossanitária.

Art. 161. À Coordenação-Geral de Proteção de Plantas - (CGPP/DSV) compete:

I - elaborar e propor subsídios à política de proteção de vegetais;

II - planejar, coordenar e acompanhar as atividades de:

a) vigilância, prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;

b) controle interno de trânsito de vegetais, suas partes, produtos, subprodutos e organismos biológicos; e

c) educação fitossanitária.

III - coordenar e orientar o Sistema Nacional de Informação e Alerta Fitossanitário e Quarentenários;

IV - identificar e propor as prioridades de pesquisa e investigação referentes à proteção de plantas;

V - proceder a atualização, o acompanhamento e a fiscalização da aplicação dos regulamentos para proteção de plantas;

VI - acompanhar os sistemas de sanidade vegetal das Unidades da Federação, para harmonização de regulamentos e a integração de interfaces operacionais referentes à proteção de plantas; e

VII - apresentar subsídios, analisar e acompanhar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados à proteção de plantas, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA.

Art. 162. À Seção de Apoio Técnico e Operacional - (SATO/CGPP) compete:

I - apoiar as ações de vigilância, prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;

II - proceder os registros no Sistema Nacional de Informação; e

III - acompanhar o cumprimento das metas das atividades de supervisão e auditoria e elaborar informe para o Coordenador-Geral de Proteção de Plantas.

Art. 163. À Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas - (DPCP/CGPP) compete:

I - planejar, controlar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de pragas quarentenárias ausentes e sem registro de ocorrência no País;

II - coordenar a elaboração dos programas e campanhas nacionais e regionais de prevenção, controle e erradicação das pragas de que trata o inciso I deste artigo e respectivos planos de ação;

III - supervisionar e orientar a execução de levantamentos fitossanitários não contemplados em programas e campanhas nacionais e regionais de prevenção, controle e erradicação de pragas;

IV - subsidiar a elaboração, atualização, proposição, orientação e fiscalização relativa à aplicação dos regulamentos para:

a) o controle oficial de pragas dos vegetais;

b) o estabelecimento de requisitos e procedimentos fitossanitários para vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solo, substratos e embalagens, referentes:

1. à vigilância, prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais;

2. à desinfecção, desinfestação, esterilização, expurgo e outras medidas fitossanitárias recomendadas;

3. à destruição e desnaturação de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, organismos biológicos, solo, substratos e embalagens, quando portadores e disseminadores de pragas dos vegetais;

4. ao armazenamento, embalagem e processamento de vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solo e substratos; e

5. à comercialização de vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solo e substratos.

c) desenvolver ações de conscientização, mobilização e de educação fitossanitária relativas as pragas de que trata o inciso I deste artigo ;

V - gerenciar o Sistema Nacional de Informações e Alertas Fitossanitários e Alertas Quarentenários;

VI - coordenar a elaboração e execução dos planos de contingência de pragas quarentenárias ausentes;

VII - incentivar e orientar no estabelecimento de áreas, lugares e locais livres de pragas e de sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas, em locais de produção agrícola;

VIII - registrar e sistematizar informações relacionadas às ações de vigilância, prevenção e controle das pragas de que trata o inciso I deste artigo;

IX - subsidiar na elaboração e divulgação de alertas fitossanitários e quarentenários; e

X - analisar e acompanhar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados à vigilância e controle de pragas dos vegetais, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA.

Art. 164. À Divisão de Campanhas e Programas Fitossanitários (DCPF/CGPP) compete:

I - subsidiar, atualizar, propor, orientar e supervisionar a execução de campanhas e programas fitossanitários de vigilância, prevenção, controle e erradicação de pragas quarentenárias presentes e pragas de que trata o art. 36 do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934;

II - registrar e sistematizar informações relacionadas às campanhas e programas fitossanitários em curso ou realizados;

III - elaborar mapas e boletins fitossanitários relacionados às campanhas e programas em curso;

IV - desenvolver ações de conscientização, mobilização e educação fitossanitária relacionadas às campanhas e programas fitossanitários em curso;

V - incentivar e orientar o estabelecimento de áreas, lugares e locais livres de pragas e de sistemas de medidas integradas de manejo de risco de pragas, em locais de produção agrícola;

VI - analisar e acompanhar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados a campanhas e programas fitossanitários vigentes, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

VII - identificar e propor as prioridades de pesquisa e investigação referentes às pragas quarentenárias presentes e pragas sob controle oficial.

Art. 165. À Divisão de Controle do Trânsito Interestadual de Vegetais - (DCTV/CGPP) compete:

I - orientar, acompanhar e avaliar a vigilância e a fiscalização do trânsito de vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solos, substratos e embalagens, com finalidade comercial ou não comercial;

II - controlar e orientar os procedimentos de vigilância e de fiscalização do trânsito de vegetais, executados pelas (SFA/SE);

III - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos para o trânsito intermunicipal e interestadual de vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solos, substratos e embalagens, quanto à prevenção, vigilância e controle de pragas;

IV - manter registro e mapeamento da localização das barreiras fitossanitárias do trânsito de vegetais e supervisionar e avaliar o seu funcionamento;

V - estabelecer o conteúdo programático dos Cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, analisar e aprovar as suas propostas, conforme a legislação vigente;

VI - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos que tratam de:

a) rotas de trânsito definidas por produto, segundo a classificação de risco; e

b) funcionamento e localização das barreiras fitossanitárias intermunicipais e interestaduais.

VII - monitorar a execução de medidas fitossanitárias estabelecidas para o trânsito interestadual de vegetais, suas partes, seus produtos e subprodutos, organismos biológicos, solos, substratos e embalagens;

VIII - organizar, processar e manter banco de dados e informações sobre:

a) tratamentos fitossanitários que envolvam o trânsito interestadual, quando se tratar de requisito fitossanitário para a exportação;

b) operações de certificação fitossanitária de origem; e

c) interceptação de pragas quarentenárias, de pragas não quarentenárias regulamentadas e de pragas de que trata o art. 36 do Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934; para as Unidades da Federação, no trânsito interestadual de vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, organismos biológicos, solos, substratos e embalagens; e

IX - analisar e acompanhar os protocolos e acordos bilaterais, regionais e multilaterais relacionados ao trânsito vegetal, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA.

Art. 166. Ao Serviço de Suporte à Gestão - (SSG/CGPP) compete:

I - subsidiar a elaboração da proposta da SDA para o Plano Plurianual - (PPA) e para o Plano Operativo Anual - (POA), no que se refere às competências do DSV, em articulação com a CGOP/SDA, e consoante orientações do órgão setorial de planejamento, orçamento e gestão;

II - acompanhar a execução do PPA e dos programas da SDA, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DSV;

III - acompanhar e apoiar a execução da programação orçamentária e a operacionalização dos planos, programas, projetos e das ações de sanidade vegetal;

IV - apoiar o DSV na elaboração de termos de referência para aquisição de materiais e contratação de serviços e na fiscalização dos respectivos contratos;

V - manter interlocução com a CGOP/SDA e o órgão setorial de planejamento, orçamento e gestão para elaboração de:

a) relatórios periódicos sobre o desempenho da função sanidade vegetal e de informações para o Relatório Anual de Gestão, em conjunto com as demais unidades administrativas do DSV; e

b) proposta de programação anual de treinamento e capacitação de servidores e empregados públicos lotados no DSV, consoante normas da ENAGRO/SE/MAPA;

VI - manter interlocução de trabalho com os serviços de sanidade vegetal das Superintendências Federais de Agricultura; e

VII - apoiar o Departamento na interlocução com os órgãos e entidades Estaduais de Sanidade Vegetal e instituições privadas relacionadas à sanidade vegetal.

Art. 167. À Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - (SOF/SSG) compete:

I - subsidiar a elaboração das propostas de:

a) programação anual orçamentária e operativa; e

b) programação financeira.

II - proceder os registros da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados ao Departamento, junto aos sistemas específicos, em especial:

a) controlar as disponibilidades orçamentárias;

b) descentralizar e anular créditos orçamentários, conforme orientação do Chefe de Serviço ou do Diretor do Departamento;

c) efetivar ajustes decorrentes de movimentação de créditos orçamentários, conforme orientação do Chefe de Serviço ou do Diretor do Departamento;

d) acompanhar a aplicação dos limites orçamentários descentralizados;

e) controlar as solicitações de crédito suplementar apresentados pelas Superintendências Federais de Agricultura; e

III - subsidiar a elaboração da Tomada de Contas Anual da gestão orçamentária e financeira.

Art. 168. Ao Núcleo de Atividades Administrativas - (NAA/SSG) compete:

I - executar as atividades administrativas referente à expedição e guarda da documentação corrente;

II - receber, classificar e registrar documentos e processos endereçados ao Departamento;

III - distribuir documentos e processos em trâmite; e

IV - auxiliar a Coordenação no cumprimento de suas competências administrativas.

Subseção VI

Do Departamento de Saúde Animal

Art. 169. Ao Departamento de Saúde Animal - (DSA/SDA), compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a saúde e bem-estar dos animais terrestres e aquáticos de produção;

II - planejar, coordenar, promover, acompanhar e avaliar a execução das atividades de:

a) vigilância zoossanitária;

b) profilaxia e combate às doenças dos animais;

c) fiscalização do transporte e do trânsito de animais vivos;

d) fiscalização do bem-estar dos animais de produção;

e) campanhas zoossanitárias;

f) sanidade dos equídeos;

III - estabelecer os requisitos de natureza sanitária para:

a) a entrada no País de animais vivos, de sêmen e embriões, de produtos de origem animal destinados a qualquer fim e de produtos de uso veterinário de natureza biológica; e

b) a exportação de animais vivos e de produtos de origem animal, observados os requisitos definidos pelas autoridades veterinárias dos países importadores.

IV - acompanhar as atividades de vigilância zoossanitária realizadas junto aos portos, aos aeroportos internacionais, aos locais de fronteiras e às estações aduaneiras especiais;

V - coordenar, monitorar e avaliar, diretamente ou por meio de Unidades Descentralizadas do MAPA, a realização de auditorias técnico-fiscal e operacional em estabelecimentos agropecuários, aquícolas e pesqueiros, locais de fronteiras, portos marítimos e fluviais, aeroportos internacionais e estações aduaneiras especiais, no que se refere à saúde animal, observados os princípios e as obrigações do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

VI - representar o MAPA e orientar gestões junto à Organização Mundial de Saúde Animal;

VII - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais e implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e com os Órgãos competentes do MAPA; e

VIII - subsidiar e apoiar as ações de controle de resíduos e contaminantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 170. À Divisão de Suporte à Gestão - (DSG/DSA) compete:

I - planejar, coordenar e orientar, no âmbito do Departamento, as atividades de programação orçamentária, de administração geral, de execução orçamentária e financeira, em articulação com a CGOP/SDA e a CAOF/SDA, consoante orientações dos Órgãos setoriais do MAPA, especialmente quanto a:

a) elaboração de pré-proposta e proposta orçamentária do Departamento e de solicitação de créditos suplementares; e

b) manutenção de controles e registros relacionados à execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados ao Departamento, inclusive os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira - (SIAFI); e

c) manutenção de controles e registros relacionados à ao material, patrimônio, protocolo.

II - acompanhar junto ao órgão setorial de orçamento e finanças, em articulação com a CAOF, a alocação de créditos orçamentários necessários à manutenção do Departamento e de suas Unidades Administrativas afins nas Superintendências Federais da Agricultura;

III - submeter ao Diretor do Departamento a Tomada de Contas Anual referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial do DSA;

IV - propor auditorias financeira e administrativa nas Unidades Administrativas do Departamento e nos órgãos executores; e

V - acompanhar o Plano Plurianual - (PPA), o Planejamento Orçamentário Anual e demais programas e planos de planejamento administrativos relacionados ao financiamento das ações de saúde animal.

Art. 171. À Seção de Apoio Orçamentário e Financeiro - (SOF/DSG) compete:

I - proceder aos registros da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados ao Departamento, nos sistemas específicos;

II - acompanhar a utilização e aplicabilidade dos limites orçamentários descentralizados; e

III - apoiar a elaboração das propostas de programação anual orçamentária e programação financeira.

Art. 172. À Seção de Serviços Gerais - (SSGE/DSG) compete:

I - elaborar e acompanhar os pedidos de compras de material e de equipamentos, bem como de pedidos de execução de serviços, observada a legislação pertinente;

II - apoiar a manutenção de controles e registros relacionados a material, patrimônio; e

III - observar o cumprimento das normas sobre guarda, conservação e utilização de equipamentos, instalações e demais bens patrimoniais.

Art. 173. À Estação Quarentenária de Cananéia - (EQC/DSA) compete:

I - realizar quarentena e pesquisa em animais, em complemento às medidas de defesa sanitária animal aplicáveis aos processos de importação, exportação e do trânsito nacional, com ênfase:

a) no isolamento, no acompanhamento pelo serviço veterinário oficial e na realização de exames clínicos, e pós mortem e coleta de amostras para exames laboratoriais dos animais em quarentena;

b) no planejamento dos trabalhos relacionados aos processos de quarentena, fazendo cumprir a legislação, normas e instruções vigentes;

c) na programação de recursos orçamentários e financeiros necessários, relacionados aos processos de quarentena; e

d) na emissão de documentos definidos na legislação, regulamentos e manuais operacionais vigentes, relacionados aos processos de quarentena.

II - executar medidas de biossegurança e biosseguridade necessárias nos processos de quarentena e pesquisa de animais, por meio:

a) da elaboração e atualização de Manual de Biossegurança e Procedimentos Operacionais Padrão que contemplem todas as atividades desenvolvidas na Estação Quarentenária de Cananéia;

b) do controle dos recursos humanos e materiais necessários e disponíveis para a realização dessas medidas; e

c) da elaboração e controle de documentos que atestem o bom andamento das atividades desenvolvidas pela Estação;

III - preparar e apresentar ao Departamento, anualmente ou quando solicitado, relatórios das atividades desenvolvidas; e

IV - implementar, em consonância com a DSG/DSA, observadas as orientações específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária a:

a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e

c) cooperação financeira e administrativa com a Coordenação do Laboratório Nacional Agropecuário - (LANAGRO-SP), localizado em Campinas, da Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários - (CGAL/SDA).

Art. 174. À Coordenação do Trânsito e Quarentena Animal - (CTQA/DSA/SDA), compete:

I - planejar e coordenar ações relacionadas à importação, exportação e trânsito nacional de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos;

c) produtos e subprodutos oriundos de animais terrestres e aquáticos; e

d) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais;

II - planejar e coordenar ações relacionadas a quarentenários de animais terrestres e aquáticos;

III - elaborar, atualizar, propor e orientar a aplicação dos regulamentos sanitários para:

a) a importação e exportação de animais terrestres e aquáticos, materiais de multiplicação animal, materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais, bem como o trânsito nacional dessas mercadorias e de subprodutos de origem animal, não destinados à alimentação humana e não oriundos de estabelecimentos sob inspeção federal;

b) a realização de exposições, feiras, leilões e outros eventos com aglomerações de animais, quando tratar-se e eventos interestaduais ou internacionais;

c) quarentenas e respectivos estabelecimentos quarentenários, destinados ao trânsito nacional e internacional de animais terrestres e aquáticos; e

d) centros de coleta e de processamento de materiais de multiplicação animal.

IV - subsidiar a elaboração dos regulamentos sanitários para produtos e subprodutos de origem animal;

V - propor, planejar e coordenar missões técnicas relacionadas ao trânsito internacional e nacional e à quarentena de animais terrestres e aquáticos, em articulação com as demais Unidades Administrativas da SDA e dos Órgãos competentes do MAPA;

VI - coordenar as atividades de supervisão, auditoria e fiscalização zoossanitária a serem desempenhadas quando do trânsito internacional e nacional de animais terrestres e aquáticos e materiais de multiplicação animal, das exposições, feiras, leilões, quarentenas e outras aglomerações de animais;

VII - propor anualmente à CGPZ/DSA a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal, nos temas referentes à sua competência;

VIII - estabelecer os critérios técnicos zoossanitários a serem adotados pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO e orientar a sua aplicação.

IX - definir e propor técnicas diagnósticas a serem empregadas no cumprimento dos protocolos zoossanitários, para importação e exportação de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos;

c) produtos e subprodutos oriundos de animais terrestres e aquáticos;

d) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais;

X - prestar orientação, fornecer informações e dirimir dúvidas oriundas do público externo;

XI - apresentar propostas e participar de negociações nacionais e de fóruns internacionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com as demais Unidades Administrativas do Departamento;

XII - gerir e atualizar informações concernentes às atividades de sua competência, incluindo tecnologias de informação e propor o desenvolvimento de novos sistemas;

XIII - acompanhar as atividades de vigilância pecuária, realizadas junto aos portos, aos aeroportos internacionais, aos locais de fronteiras e às estações aduaneiras especiais, bem como aos postos de controle de trânsito interestadual;

XIV - planejar, executar e coordenar as diretrizes para fiscalização do bem-estar no trânsito, quarentena e eventos com aglomerações de animais de produção; e

XV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições.

Art. 175. Ao Núcleo de Gestão de Quarentenários - (NGQ/CTQA) compete:

I - desenvolver, acompanhar e executar ações relacionadas a quarentenários de animais terrestres e aquáticos, incluindo:

a) proposição de regulamentos para credenciamento de estabelecimentos privados; e

b) definição de requisitos sanitários, técnico-operacionais e de biosseguridade, considerando as particularidades de cada espécie.

II - apoiar a realização de missões técnicas relacionadas à quarentena de animais terrestres e aquáticos;

III - promover a fiscalização da adequada aplicação das normas referentes a bem-estar animal nos estabelecimentos quarentenários oficiais e privados; e

IV - disponibilizar unidades de isolamento biosseguras na realização de capacitação e treinamentos em sanidade animal.

Art. 176. Ao Núcleo de Gestão de Informações de Trânsito e Quarentena Animal - (NGITQ/CTQA) compete:

I - gerenciar e analisar dados referentes:

a) a importação e exportação de animais terrestres e aquáticos, materiais de multiplicação animal, materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais, bem como o transito nacional dessas mercadorias e de produtos e subprodutos de origem animal;

b) a realização de exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais, quando tratar-se de eventos interestaduais ou internacionais;

c) quarentenas e respectivos estabelecimentos quarentenários destinados ao trânsito nacional e internacional de animais terrestres e aquáticos; e

d) centros de coleta e de processamento de materiais de multiplicação animal.

II - articular ações com as unidades da SDA e Órgãos do MAPA responsáveis pelas plataformas de gestão de informações para subsidiar as análises solicitadas pela CTQA; e

III - divulgar e atualizar as informações concernentes às atividades da CTQA no sitio do MAPA na internet;

Art. 177. À Divisão de Trânsito Internacional - (DTI/CTQA) compete:

I - desenvolver e acompanhar ações pertinentes à saúde animal relacionadas à importação e exportação de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos;

c) produtos e subprodutos oriundos de animais terrestres e aquáticos; e

d) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos, e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais.

II - orientar e promover a fiscalização da aplicação dos regulamentos sanitários para:

a) a importação e exportação de animais terrestres e aquáticos, materiais de multiplicação animal, materiais biológicos, oriundos de animais terrestres e aquáticos, e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais;

b) a realização de exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais, quando tratar-se de eventos internacionais;

c) quarentenas e respectivos estabelecimentos quarentenários, destinados ao trânsito internacional de animais terrestres e aquáticos; e

d) centros de coleta e de processamento de materiais de multiplicação animal.

III - organizar e acompanhar missões técnicas relacionadas ao trânsito internacional de animais terrestres e aquáticos, para averiguação do fiel cumprimento dos regulamentos sanitários;

IV - propor supervisões e auditorias das atividades de competência, indicando os critérios a serem seguidos;

V - definir ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos a serem empregadas no cumprimento dos protocolos zoossanitários;

VI - fornecer informações para o atendimento a questionários internacionais no âmbito de sua competência;

VII - formular propostas de certificados e requisitos zoossanitários para negociações internacionais concernentes às atividades de sua competência;

VIII - promover, apoiar e acompanhar a fiscalização do bem-estar animal em atendimento às exigências referentes ao transporte de animais de produção, constantes nos Certificados Zoossanitários Internacionais; e

IX - propor a realização de análises de risco de importação.

Art. 178. Ao Núcleo Técnico de Importação - (NTI/CTQA) compete:

I - analisar propostas de requisitos zoossanitários internacionais para subsidiar a importação de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos;

c) produtos e subprodutos oriundos de animais terrestres e aquáticos; e

d) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos, e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais;

II - analisar pedidos de habilitação de empresas exportadoras de animais terrestres e aquáticos e materiais de multiplicação animal, no que diz respeito às competências da Coordenação, em articulação com demais Unidades do Departamento;

III - apoiar a organização e o acompanhamento de missões técnicas relacionadas à importação de animais terrestres e aquáticos e materiais de multiplicação animal, para averiguação do fiel cumprimento dos regulamentos sanitários; e

IV - promover, apoiar e acompanhar a execução de análises de risco de importação de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos;

c) produtos e subprodutos oriundos de animais terrestres e aquáticos; e

d) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais.

Art. 179. À Divisão de Trânsito Nacional - (DTN/CTQA) compete:

I - desenvolver e acompanhar ações pertinentes ao trânsito nacional de:

a) animais terrestres e aquáticos;

b) materiais de multiplicação de animais terrestres e aquáticos; e

c) materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos, e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais;

II - estabelecer as normas para o trânsito nacional de subprodutos de origem animal não destinados à alimentação humana e não oriundos de estabelecimentos sob inspeção do Serviço de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Inspeção Federal - SIF, em articulação com as demais Unidades do DSA, incluindo:

a) documentação oficial que rege o trânsito, especificamente o Certificado de Inspeção Sanitária modelo E-CIS E; e

b) a fiscalização do exercício legal dos médicos veterinários habilitados para a emissão do CIS-E;

III - orientar e promover a fiscalização da aplicação dos regulamentos sanitários para:

a) trânsito nacional de animais terrestres e aquáticos, materiais de multiplicação animal, materiais biológicos oriundos de animais terrestres e aquáticos e agentes de interesse em saúde animal para fins científicos ou comerciais e de produtos e subprodutos de origem animal;

b) a realização de exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais, quando tratar-se de eventos nacionais;

c) quarentenas e respectivos estabelecimentos quarentenários, destinados ao trânsito interestadual de animais terrestres e aquáticos; e

d) centros de coleta e de processamento de materiais de multiplicação animal.

IV - organizar e acompanhar missões técnicas relacionadas ao trânsito nacional, para averiguação do fiel cumprimento dos regulamentos sanitários;

V - alimentar, divulgar e atualizar as informações concernentes às atividades de sua competência, no sitio do MAPA na internet; e

VI - apoiar a fiscalização do exercício legal dos médicos veterinários habilitados para a emissão da Guia de Trânsito Animal - (GTA), em atendimento às normas vigentes.

Art. 180. À Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação Zoossanitária - (CGPZ/DSA) compete:

I - propor e coordenar a implantação e manutenção de:

a) metodologias e procedimentos para o planejamento, controle e avaliação em saúde animal;

b) sistema de informação zoossanitária e análise epidemiológica em saúde animal;

c) normas, procedimentos e atividades para avaliação da qualidade dos serviços veterinários; e

d) normas e procedimentos para gestão de emergências zoossanitárias;

II - propor, executar e apoiar a definição das estratégias de vigilância para prevenção, controle e erradicação das doenças dos animais;

III - desenvolver e coordenar o Sistema Nacional de Informação Zoossanitária - SIZ e o Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias - (SISBRAVET);

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

V - coordenar reuniões com as áreas técnicas afins da SDA e do MAPA e os Pontos Focais indicados pelo Delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal - (OIE), visando propor anualmente ao Departamento a atualização dos Códigos e Manuais da OIE;

VI - divulgar e atualizar as informações concernentes às atividades de sua competência, no sitio do MAPA na internet; e

VII - propor, acompanhar e coordenar estudos de avaliação econômica em saúde animal, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e instituições.

Art. 181. À Coordenação de Informação e Epidemiologia - (CIEP/CGPZ) compete:

I - planejar, implementar e administrar o Sistema Nacional de Informação Zoossanitária - SIZ;

II - coordenar a implantação e manutenção de aplicativos informatizados do SIZ;

III - analisar e apresentar relatórios e informações sobre a situação zoossanitária do País;

IV - realizar análises de dados e informações epidemiológicas para subsidiar atividades de planejamento, avaliação e controle zoossanitário;

V - apresentar subsídios para:

a) declaração de emergências zoossanitárias e adoção de medidas de controle e erradicação pertinentes;

b) o desenvolvimento de ações de educação sanitária e comunicação de risco em saúde animal;

c) a definição de critérios para a adoção de ensaios laboratoriais de apoio ao diagnóstico e utilização de insumos e imunobiológicos para o controle zoossanitário;

d) a caracterização da situação epidemiológica de doenças no País;

e) a realização de estudos epidemiológicos em saúde animal;

f) a elaboração e atualização das normas e definições epidemiológicas utilizadas na prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; e

g) o estabelecimento e avaliação de estratégias de vigilância, prevenção, controle e erradicação de doenças animais.

VI - coordenar a revisão e atualização da lista de doenças de notificação obrigatória ao serviço veterinário oficial, bem como de propostas de definições nos casos de doenças e respectivos critérios de notificação;

VII - propor e organizar treinamentos e capacitação em sistema de informação e epidemiologia aos integrantes do SIZ, consoante normas da ENAGRO/SE/MAPA; e

VIII - exercer o papel de ponto focal para notificação de doenças animais junto à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Art. 182. Ao Serviço de Informação Zoossanitária - (SIZ/CIEP) compete:

I - gerenciar o Sistema Nacional de Informação Zoossanitária - SIZ, incluindo:

a) elaborar e definir processos, modelos e fluxos de informação zoossanitária;

b) a coleta, consolidação e organização de dados sobre ocorrências zoossanitárias no País; e

c) o gerenciamento da base de dados de ocorrências zoossanitárias no País; e

II - apresentar dados sobre ocorrência de doenças, em nível nacional e internacional para subsidiar as análises epidemiológicas e avaliações de risco;

Art. 183. À Seção de Captação e Gerenciamento de Dados Zoossanitários - (SGDZ/CIEP) compete:

I - gerenciamento da coleta de dados de ocorrências zoossanitárias por meio dos informes epidemiológicos mensais, notificações imediatas e Sistema informatizado SIBRAVET;

II - crítica e verificação dos dados zoossanitários; e

III - gerenciamento da base de dados sobre ocorrências zoossanitárias no País.

Art. 184. À Seção de Consolidação de Dados Zoossanitários - (SCDZ/CIEP) compete:

I - ordenação sistemática e classificação dos dados zoossanitários;

II - a organização e consolidação dos dados zoossanitários; e

III - tabulação, mapeamento e representação gráfica dos dados zoossanitários.

Art. 185. À Coordenação de Avaliação e Aperfeiçoamento dos Serviços Veterinários - (CASV/CGPZ) compete:

I - coordenar e executar o acompanhamento do desempenho dos serviços veterinários no âmbito da saúde animal a partir das atividades de auditoria e de seguimento, em articulação com as demais áreas técnicas do Departamento, Superintendências Federais de Agricultura - (SFA/SE) e Serviços Veterinários Estaduais;

II - apoiar as demais Unidades Administrativas do Departamento nas auditorias específicas dos programas zoossanitários ou das Unidades de Quarentena e países exportadores;

III - propor critérios de seleção e a composição do quadro de auditores da Coordenação;

IV - coordenar plano de capacitação do quadro de auditores;

V - estabelecer padrões de qualidade e de conformidade dos relatórios de auditoria em interação com os auditores e auditados e publicá-los no site do MAPA;

VI - coordenar, junto as demais Unidades Administrativas do Departamento e às SFA/SE, as atividades de seguimento dos planos de ação;

VII - coordenar e executar ações de comunicação das atividades de auditoria e de seguimento;

VIII - coordenar a revisão e publicação de diretrizes, normativas, guias e procedimentos operacionais para as atividades de auditoria, supervisão e aperfeiçoamento do sistema;

IX - desenvolver e aplicar mecanismos de avaliação do sistema de auditoria;

X - propor e coordenar discussões com as demais instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - (SUASA), e com as áreas técnicas do Departamento visando a melhoria do sistema de avaliação de qualidade dos serviços veterinários;

XI - coordenar e executar o acompanhamento do desempenho dos serviços veterinários no âmbito da saúde animal, a partir do uso de indicadores para o monitoramento contínuo da qualidade dos serviços veterinários; e

XII - elaborar e coordenar a programação anual de auditorias e supervisões, conforme critérios de priorização pré-estabelecidos, em articulação com as demais Unidades Administrativas do Departamento.

Art. 186. À Seção de Auditoria e Seguimento - (SAS/CASV) compete:

I - propor programação anual de auditorias prioritárias em articulação com as demais áreas técnicas do DSA/MAPA;

II - manter articulação com os pontos focais das atividades de avaliação em cada SFA/SE para organização das atividades de auditoria e supervisão;

III - apoiar a CASV na organização de reuniões periódicas com os auditores e com os pontos focais para qualidade dos serviços veterinários das SFA/SE, com o objetivo de harmonizar procedimentos;

IV - supervisionar, juntamente com os pontos focais das atividades de avaliação em cada SFA/SE, o seguimento da execução dos planos de ação;

V - auxiliar as áreas técnicas do DSA na avaliação dos planos de ação recebidos em decorrência das auditorias;

VI - definir equipes de auditoria conforme programação do Departamento e promover a realização e o monitoramento de cada auditoria, sendo o contato dos auditores com o DSA;

VII - organizar e enviar material de preparação das auditorias para os auditores;

VIII - avaliar a conformidade e a qualidade dos relatórios de auditoria em interação com os auditores e auditados até sua finalização;

IX - manter documentação relativa às avaliações; e

X - apoiar a CASV nas reuniões com as demais instâncias do SUASA, e com as áreas técnicas do DSA.

Art. 187. À Seção de Avaliação e Monitoramento - (SAM/CASV) compete:

I - propor revisões de diretrizes, guias e procedimentos operacionais para as atividades de auditoria e supervisão;

II - conduzir estudos, definições e revisões de indicadores para monitoramento contínuo da qualidade dos serviços veterinários;

III - realizar monitoramento dos serviços veterinários por meio de indicadores;

IV - subsidiar a definição das prioridades de auditoria;

V - apoiar os auditores com informações relevantes para utilização nas auditorias; e

VI - subsidiar a CASV nas reuniões com as demais instâncias do SUASA e com as áreas técnicas do DSA.

Art. 188. À Coordenação de Emergências Zoossanitárias - (CEZS/CGPZ) compete:

I - estabelecer os princípios, definições, processos e estrutura organizacional do sistema de gestão de emergências zoossanitárias;

II - estabelecer os critérios para a definição de incidentes ou agravos à saúde animal com potencial risco de emergência zoossanitária;

III - coordenar os grupos de emergências em saúde animal, atuando de forma integrada com outras instâncias, órgãos e entidades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária na preparação e resposta às emergências zoossanitárias;

IV - coordenar a elaboração e atualização de planos de contingência e planos de ação para doenças dos animais, em conjunto com as outras instâncias, órgãos e entidades do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;

V - monitorar o estado de prontidão e capacidade de resposta às emergências zoossanitárias dos serviços veterinários;

VI - planejar, elaborar e coordenar plano de capacitação para a preparação e resposta a emergências zoossanitárias;

VII - representar o Departamento na Comissão Nacional de Catástrofes e Agravos;

VIII - propor critérios de seleção para composição de grupos de emergências zoossanitárias; e

IX - contribuir para o estabelecimento de estratégias relacionadas à detecção precoce e a declaração de emergências zoossanitárias.

Art. 189. À Coordenação-Geral de Sanidade Animal - (CGSA/DSA) compete:

I - planejar, executar e coordenar;

a) as atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos animais terrestres e aquáticos;

b) a elaboração e execução dos programas e campanhas nacionais e regionais de prevenção, controle e erradicação de doenças e respectivos planos de ação;

c) a elaboração de regulamentos sanitários dos animais terrestres e aquáticos; e

d) as diretrizes para fiscalização do bem-estar na criação dos animais de produção;

II - propor e acompanhar a aplicação de políticas de educação sanitária e eventos de treinamento e capacitação, consoante normas da ENAGRO/SE/MAPA;

III - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco, em conjunto com outras Unidades Administrativas da SDA e instituições públicas e privadas;

IV - participar da elaboração dos requisitos sanitários para o registro de produtos de uso veterinário de natureza biológica utilizados em campanhas sanitárias e produtos destinados à alimentação animal, em articulação com as Unidades Administrativas do DFIP/SDA;

V - propor critérios para a adoção de ensaios laboratoriais de apoio ao diagnóstico de doenças dos animais terrestres e aquáticos;

VI - definir técnicas de diagnóstico e imunobiológicos a serem empregados nas ações dos programas de sanidade animal, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA;

VII - subsidiar e participar de fóruns, missões, comitês, reuniões técnicas, grupos de trabalho e demais eventos concernentes aos temas de competência, bem como nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

VIII - subsidiar a elaboração dos regulamentos sanitários para importação, exportação e trânsito nacional de animais vivos, material de multiplicação animal, produtos e subprodutos de origem animal, material biológico e produtos patológicos de interesse veterinário, destinados a fins científicos ou comerciais;

IX - apoiar a CGPZ/DSA nas auditorias de avaliação do sistema veterinário das Unidades Federativas;

X - cooperar tecnicamente com as ações de controle de resíduos e contaminantes, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA.

XI - divulgar e atualizar as informações concernentes às atividades de sua competência, na página eletrônica do MAPA; e

XII - propor anualmente à CGPZ/DSA a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal, nos temas referentes à sua competência.

Art. 190. À Coordenação de Assuntos Internacionais e Estratégicos - (CIE/CGSA) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - coordenar, acompanhar, executar e avaliar o desenvolvimento de atividades relacionadas:

a) à agenda internacional de prioridades da saúde animal, em articulação com a Secretaria de Defesa Agropecuária;

b) aos questionamentos internacionais originários da Secretaria de Defesa Agropecuária, priorizando o seu encaminhamento e atendimento junto às demais Unidades do Departamento de Saúde Animal; e

c) as auditorias e missões internacionais no âmbito do DSA, em articulação com a SDA/MAPA.

II - coordenar, acompanhar e controlar o cronograma de atendimento às demandas superiores, em articulação com as Unidades Administrativas do DSA;

III - coordenar, acompanhar e controlar as atividades para o reconhecimento internacional de situação sanitária do País, zona ou compartimento, junto aos organismos internacionais e terceiros Países ou blocos econômicos, em articulação com as Unidades Administrativas do DSA;

IV - subsidiar a participação do DSA em fóruns, missões, comitês e outros eventos internacionais, bem como nas negociações de acordos, convênios e protocolos internacionais concernentes aos assuntos de sua competência e em articulação com as Unidades Administrativas do DSA;

V - Coordenar em articulação com as demais áreas:

a)as campanhas de educação sanitária em conjunto com outros órgãos competentes;

b)a política do Departamento de Saúde Animal para a pesquisa, desenvolvimento e inovação em sanidade animal;

c)o acompanhamento técnico de planos, projetos e eventos institucionais relacionados à saúde animal; e

d)disponibilização e permanente atualização no sítio eletrônico do MAPA, das atividades desenvolvidas no âmbito do Departamento.

VI - Contribuir tecnicamente e apoiar, em articulação com as demais áreas, para posicionamento e ações do DSA nos assuntos sanitários estratégicos, transversais e emergentes.

Art. 191. Ao Setor de Informação Internacional - (SIN/CIE) compete:

I - promover e executar, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DSA, as atividades de:

a) análise e consolidação das respostas do DSA aos questionamentos internacionais;

b) organização e acompanhamento da agenda de auditorias e missões internacionais demandadas ao DSA;

II - elaborar e manter atualizados os relatórios das atividades de competência da Coordenação de Assuntos Internacionais;

III - avaliar, consolidar, enviar e manter atualizados os relatórios e formulários de reconhecimento internacional de situação sanitária do País, zona ou compartimento em questões de saúde animal junto aos organismos internacionais e terceiros Países ou blocos econômicos, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DSA; e

IV - elaborar respostas e comunicados do DSA relacionados a demandas especiais de organismos internacionais, terceiros Países ou blocos econômicos, em articulação com as demais Unidades Administrativas do DSA.

Art. 192. À Coordenação de Animais Aquáticos - (CAQ/CGSA) compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação das doenças dos animais aquáticos, além de projetos e atividades relacionadas às suas divisões;

II - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas às doenças dos animais aquáticos, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

III - demandar o desenvolvimento, validação e implementação de ensaios laboratoriais oficiais de interesse da sanidade dos animais aquáticos;

IV - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Plano Nacional de Certificação Sanitária de Estabelecimentos de Aquicultura Produtores de Formas Jovens de Animais Aquáticos - Plano Forma Jovem Segura, ao Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - Aquicultura com Sanidade, ao Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves - (PNCMB) na área primária, e outros programas sanitários de animais aquáticos de interesse nacional;

V - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos sanitários, relativos às atividades de sanidade dos animais aquáticos, quando da atuação de médicos veterinários sem vínculo com a Administração Pública Federal;

VI - subsidiar a elaboração de estratégias de monitoramento de resistência a antimicrobianos e de resíduos e contaminantes em animais aquáticos, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

VII - planejar, executar e coordenar as diretrizes para fiscalização do bem-estar na criação de animais aquáticos; e

VIII - propor anualmente à CGSA/DSA a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal.

Art. 193. À Divisão de Sanidade dos Peixes - (DSP/CAQ) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças de peixes, anfíbios, répteis hidróbios e demais vertebrados aquáticos;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados à sanidade de peixes, anfíbios, répteis hidróbios e demais vertebrados aquáticos;

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade de peixes, anfíbios, répteis hidróbios e demais vertebrados aquáticos, executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade de peixes, anfíbios, répteis hidróbios e demais vertebrados aquáticos, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições; e

V - propor:

a) a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos; e

b) a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal.

Art. 194. À Divisão de Sanidade de Moluscos e Crustáceos - (DCM/CAQ) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças de moluscos, crustáceos e demais invertebrados aquáticos;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados à sanidade de moluscos, crustáceos e demais invertebrados aquáticos;

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade de moluscos, crustáceos e demais invertebrados aquáticos, executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade de moluscos, crustáceos e demais invertebrados aquáticos, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

V - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

VI - avaliar o uso de imunobiológicos.

Art. 195. À Coordenação de Animais Terrestres - (CAT/CGSA), compete:

I - coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação das doenças dos animais terrestres, além de projetos e atividades relacionados às suas divisões;

II - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas às doenças dos animais terrestres, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

III - demandar o desenvolvimento, validação e implementação de ensaios laboratoriais oficiais de interesse da sanidade dos animais terrestres;

IV - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos sanitários, relativos às atividades de sanidade dos animais terrestres, quando da atuação de médicos veterinários sem vínculo com a Administração Pública Federal;

V- subsidiar a elaboração de estratégias de monitoramento de resistência a antimicrobianos e de resíduos e contaminantes em animais terrestres, em articulação com as Unidades Administrativas da SDA e Órgãos competentes do MAPA;

VI - planejar, executar e coordenar as diretrizes para fiscalização do bem-estar na criação de animais terrestres; e

VII - propor anualmente à CGSA/DSA a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal.

Art. 196. À Divisão de Febre Aftosa e Outras Doenças Vesiculares - (DIFA/CAT) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação da febre aftosa e outras doenças vesiculares dos animais terrestres;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA;

III - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas às doenças vesiculares, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

IV - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

V - avaliar o uso de imunobiológicos.

Art. 197. À Divisão de Sanidade dos Ruminantes - (DSR/CAT) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos ruminantes;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - (PNCEBT), ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros - (PNCRH), ao Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - (PNEEB), ao Programa Nacional e Sanidade dos Caprinos e Ovinos - (PNSCO) e a outras doenças dos ruminantes;

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade dos ruminantes executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade dos ruminantes, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

V - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

VI - avaliar o uso de imunobiológicos.

Art. 198. À Divisão de Sanidade das Aves - (DSAV/CAT) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças das aves;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Programa Nacional de Sanidade Avícola - (PNSA);

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade avícola executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade avícola, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

V - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

VI - avaliar o uso de imunobiológicos.

Art. 199. À Divisão de Sanidade dos Suídeos - (DSS/CAT) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos suínos;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Programa Nacional de Sanidade Suídea - (PNSS);

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade suídea, executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade suídea, em conjunto com outras Unidades Administrativas e instituições;

V - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

VI - avaliar o uso de imunobiológicos.

Art. 200. À Divisão de Sanidade dos Equídeos - (DSE/CAT) compete:

I - planejar e coordenar atividades de prevenção, vigilância, controle e erradicação de doenças dos equídeos e das abelhas;

II - elaborar, atualizar, propor, orientar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos relacionados ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - (PNSE) e ao Programa Nacional de Sanidade Apícola - (PNSAp);

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações relacionadas à sanidade equídea e apícola, executadas no âmbito das Unidades da Federação;

IV - propor e coordenar a realização de estudos epidemiológicos e avaliações de risco relacionadas à sanidade equídea e apícola, em conjunto com outras unidades administrativas e instituições;

V - propor a implementação de ensaios laboratoriais e o uso de imunobiológicos e a atualização dos Códigos e Manuais da Organização Mundial de Saúde Animal; e

VI - avaliar o uso de imunobiológicos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 201. Ao Secretário de Defesa Agropecuária incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de atividades e projetos das Unidades Administrativas da Secretaria;

II - coordenar a execução de ações emergenciais para erradicação de doenças exóticas de animais e de doenças e pragas de vegetais;

III - suspender ou cancelar registro de produtos e dos respectivos estabelecimentos industriais, em função de processo administrativo, e decidir os recursos interpostos contra as decisões no âmbito da Secretaria e das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - coordenar:

a) a participação da Secretaria em organismos e fóruns internacionais; e

b) o desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria.

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Secretaria, para apuração de responsabilidades e irregularidades, de acordo com a legislação vigente;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - No que se refere às Divisões de Defesa Agropecuária das SFA/SE, incumbe:

a) planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades de defesa agropecuária junto das Divisões de Defesa Agropecuária e seus respectivos Serviços, e das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das SFA/SE.

b) indicar servidores para a função de titular das Divisões de Defesa Agropecuária nas SFA/SE, ouvido o Comitê Executivo de Gestão da SDA;

c) indicar servidores para a função de titular dos Serviços e Seções das Divisões de Defesa Agropecuária nas SFA/SE, ouvidos os respectivos titulares dos Departamentos;

d) indicar servidores para a função gratificada de titular das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas SFA/SE, ouvido o titular do Departamento que possui a atividade de maior relevância naquela regional; e

e) deliberar sobre parecer técnico conclusivo referente as remoções de servidores no âmbito das Divisões de Defesa Agropecuária e seus respectivos Serviços, e das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas SFA/SE.

Art. 202. Aos Diretores de Departamento, incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades, programas e ações das Unidades Administrativas dos respectivos Departamentos;

II - homologar parecer quanto a concessão, renovação e cancelamento de registro de produtos e de estabelecimentos, em função de processo administrativo;

III - propor credenciamento e descredenciamento de entidades públicas e privadas para a realização de ações regulamentadas;

IV - aplicar as penalidades previstas nas legislações específicas, mediante processo administrativo, observadas as instâncias de competências;

V - emitir parecer conclusivo sobre as indicações do titular da SDA de servidores para a ocupação de função gratificada ou comissionada nos termos do art. 202 do anexo I desta Portaria.

VI - emitir parecer técnico conclusivo referente as remoções de servidores no âmbito das Divisões de Defesa Agropecuária e seus respectivos Serviços, e das Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas SFA/SE, respeitando a vinculação técnica relacionada às atribuições desempenhadas pelo servidor ou empregado junto ao Departamento.

§ 1º Ao Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal incumbe, especificamente:

I - exercer responsabilidades do MAPA referentes à condição de Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF, em conformidade com a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais, inclusive quanto à Presidência da referida organização, quando sediada no Brasil; e

II - autorizar a inscrição de Fiscal Federal Agropecuário para emissão de Certificado Fitossanitário, na base de dados do Organismo Regional de Proteção Fitossanitária.

§ 2º Ao Diretor do Departamento de Saúde Animal incumbe, especificamente, exercer as responsabilidades do MAPA, referentes às gestões e procedimentos relacionados à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE.

Art. 203. Aos Coordenadores-Gerais, incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades, dos programas e ações de suas respectivas Unidades Administrativas;

§ 1° Ao Coordenador-Geral Gestão de Operações, especificamente, incumbe:

I - submeter ao Secretário de Defesa Agropecuária:

a) a proposta do Plano Plurianual - PPA; do Plano Operativo Anual - POA, dos Planos, Programas e Projetos da Secretaria de Defesa Agropecuária; e

b) os relatórios de acompanhamento e gestão da Secretaria de Defesa Agropecuária.

§ 2º Ao Coordenador-Geral de Laboratórios Agropecuários, especificamente, incumbe:

a) autorizar remoção, a pedido ou de ofício, de servidores entre a Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários, os Laboratórios Nacionais Agropecuários e as Seções Laboratoriais Avançadas; e

b) submeter a tomada de Contas Anual referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial da CGAL, para apreciação e assinatura do Secretário da SDA;

§ 3º Ao Coordenador-Geral de Agroquímicos e Afins, do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas, especificamente, incumbe:

I - conceder e renovar registros de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como dos estabelecimentos que os produzem, importam ou exportam, quando requerido pelo interessado;

II - aplicar penalidades previstas na legislação específica sobre a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, mediante processo administrativo, observada sua instância de competência; e

III - autorizar a extensão ou novas inclusões de uso nos agrotóxicos, seus componentes e afins, já registrados.

Art. 204. Aos Coordenadores dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, especificamente, incumbe:

I - praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados;

II - praticar os atos de ordenação de despesas;

III - autorizar e homologar licitações e ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações;

IV - aplicar sanções administrativas a fornecedores e licitantes, atuando como instância julgadora em caso de recursos;

V - praticar os atos de administração de pessoas de sua competência;

VI - implementar e manter sistemas de gestão da qualidade nos Laboratórios Nacionais Agropecuários;

VII - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de responsabilidades e irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

VIII - organizar a força de trabalho no respectivo Laboratório Nacional Agropecuário, designando responsáveis técnicos, dentre os Auditores Fiscais Federais Agropecuários, pelas atividades finalísticas e responsáveis administrativos pelas atividades de apoio; e

IX - designar os substitutos das Unidades Administrativas dos Laboratórios Nacionais Agropecuários.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 205. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas pelo Secretário de Defesa Agropecuária.

Art. 206. A Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo II deste Regimento, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO II

QUADRO DEMOSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Gestão de Operações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	3	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	4	Coordenador	FCPE 101.3
Laboratórios Nacionais Agropecuários	6	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	12	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	24	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Inteligência e Estratégia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Agroquímicos e Afins	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	7	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Controle e Avaliação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Inspeção	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3

Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Proteção de Plantas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL	1	Diretor	DAS 101.5
Estação Quarentenária de Cananéia	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação Zoossanitária	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Sanidade Animal	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	82		FG-1
	11		FG-2
	16		FG-3

PORTARIA Nº 519, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 21000.048883/2016-84, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria de Política Agrícola (SPA/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar a Portaria Ministerial nº 17, de 6 de janeiro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Política Agrícola, órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete:

I - formular as diretrizes de ação governamental para a política agrícola e a segurança alimentar;

II - analisar e formular proposições e atos regulamentares de ação governamental para o setor agropecuário;

III - supervisionar, coordenar, monitorar e avaliar a elaboração e a aplicação dos mecanismos de intervenção governamental referentes à comercialização e ao abastecimento agropecuário;

IV - desenvolver estudos, diagnósticos e avaliações sobre os efeitos da política econômica quanto aos sistemas e assuntos:

a) produtivo agropecuário;

b) infraestrutura e logística;

c) seguro rural;

d) zoneamento agropecuário; e

e) armazenamento.

V - gerir o sistema de informação agrícola;

VI - identificar prioridades, dimensionar, propor e avaliar o direcionamento dos recursos para custeio, investimento e comercialização agropecuária no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR);

VII - prover os serviços de Secretaria-Executiva:

a) do CNPA;

b) da CER;

c) do CGSR;

d) do CDPC; e

e) do CIMA.

VIII - participar de discussões sobre temas de política comercial agrícola, em articulação com outros órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IX - implementar as ações decorrentes de decisões e de atos de organismos nacionais e internacionais, de tratados, de acordos e de convênios com governos estrangeiros e relativos aos assuntos de sua competência; e

X - promover, no âmbito de sua competência:

a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações; e

b) a celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:

1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e a aprovação das prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. A Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SPA:

a)Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças - CAOF/GAB:

1. Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos - SRAP/CAOF;

2. Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Administrativo - DIOA/CAOF;

2.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e Apoio Administrativo - SEOF/DIOA;

2.1.1. Seção de Conformidade de Registro de Gestão - SCRG/SEOF; e

b) Divisão de Apoio ao Gabinete - DIGAB/GAB;

II - Coordenação-Geral de Articulação - CGA/SPA;

III - Departamento de Comercialização e Abastecimento - DCA/SPA:

a) Coordenação-Geral de Florestas e Assuntos da Pecuária - CGFLORPEC/DCA:

1.Divisão de Pecuária - DIPEC/CGFLORPEC;

b) Coordenação-Geral de Cerais e Frutas - CGCF/DCA:

1. Coordenação de Cereais e Frutas - CCF/CGCF; e

2. Divisão de Frutas - DIFRUT/CGCF; e

c) Coordenação-Geral de Fibras, Oleaginosas e Borracha - CGFOB/DCA:

1. Serviço de Apoio Técnico às Fibras, Oleaginosas e Borracha - SATFOB/CGFOB;

IV - Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia - DCAE/SPA;

a) Coordenação-Geral de Café - CGCAF/DCAE:

1. Coordenação de Controle e Recursos do Funcafé - CCRF/CGCAF; e

1.1. Divisão de Acompanhamento do Funcafé - DAF/CCRF;

b) Serviço de Apoio Operacional ao Funcafé - SAOF/DCAE; e

c) Coordenação-Geral de Cana-de-Açúcar e Agroenergia - CGCA/DCAE:

1. Divisão de Acompanhamento da Produção - DAPRO/CGCA; e

1.1. Serviço de Avaliação Setorial - SASE/DAPRO;

V - Departamento de Crédito e Estudos Econômicos - DCEE/SPA:

a) Coordenação de Estatísticas - CEST/DCEE:

1. Divisão de Tratamento e Crítica de Estatísticas - DCE/CEST; e

2. Divisão de Informações de Mercado Agrícola - DIMAG/CEST;

b) Coordenação-Geral de Crédito Rural - CGCR/DCEE:

1. Coordenação de Análise e Acompanhamento do Crédito Rural - COACRE/CGCR;

1.1. Divisão de Monitoramento do Crédito Rural - DIMOCRE/COACRE;

1.2. Divisão de Legislação de Crédito Rural - DILEGIS/COACRE; e

1.3. Serviço de Apoio à Política de Crédito Rural - SACRE/COACRE; e

c) Coordenação-Geral de Estudos e Análises - CGEA/DCEE:

1. Divisão de Produção de Estudos e Análises - DPEA/CGEA;

2. Divisão de Estudos de Políticas Agrícolas - DEPA/CGEA; e

3. Serviço de Apoio a Estudos e Análises - SAEA/CGEA;

VI - Departamento de Gestão de Riscos - DEGER/SPA:

a) Coordenação-Geral de Risco Agropecuário - CGRA/DEGER:

1. Coordenação Técnica de Análise de Riscos Agropecuários - COTAR/CGRA;

1.1. Divisão de Cadastro, Estudos e Acompanhamento - DCEA/COTAR;

1.1.1. Serviço de Cadastro de Cultivares e Análise de Demandas - SCAD/DCEA;

1.2 Divisão de Análise de Processos da Comissão Especial de Recursos do PROAGRO - DAP-CER/CGRA;

1.2.1. Serviço de Análise de Recursos da CER - SAR-CER/DAP-CER; e

1.2.2. Serviço de Cadastramento e Protocolo da CER - SCP/DAP-CER; e

b) Coordenação-Geral de Seguro Rural - CGSEG/DEGER:

1. Coordenação de Operacionalização e Planejamento do Programa de Subvenção - COPS/CGSEG;

2. Serviço de Monitoramento e Controle - SEMOC/CGSEG;

3. Serviço de Estudos e Análises de Informações - SEAI/CGSEG;

4. Serviço de Base de Dados - SBD/CGSEG; e

VII - Departamento de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário - DILOG/SPA:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Coordenação-Geral de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário - CGLOG/DILOG:

1.1. Coordenação de Logística da Produção Agropecuária - CLPA/CGLOG; e

1.1.1. Divisão de Apoio Técnico, Armazenagem e Geoconhecimento - DATAG/CLPA.

Art. 3º A Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA é dirigida pelo Secretário de Política Agrícola; os Departamentos, por Diretor; as Coordenações-Gerais, por Coordenador-Geral; as Coordenações, por Coordenador; o Gabinete, as Divisões, os Serviços e as Seções, por Chefe, cujos cargos em comissão e funções gratificadas são providos na forma da legislação específica.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções gratificadas, previstos no art. 3º, são substituídos, em suas faltas ou impedimentos legais, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma regulamentada.

Art. 5º O Secretário de Política Agrícola dispõe, para assessoramento, de cargo em comissão, sendo um Chefe de Gabinete (DAS 101.4), cujas específicas atribuições de assessoramento e de assistência de seu ocupante será estabelecida por ato do Secretário de Política Agrícola.

Art. 6º O Gabinete, os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem de cargos em comissão e de funções gratificadas, cujas específicas atribuições de assessoramento e de assistência dos seus ocupantes serão estabelecidas por atos do Secretário de Política Agrícola:

I - GAB/SPA:

a) dois Assistentes Intermediários (FG-1);

b) um Assistente Intermediário (FG-2); e

c) dois Assistentes Intermediários (FG-3);

II - Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/GAB):

a) dois Assistentes Intermediários (FG-1);

III - Departamento de Comercialização e Abastecimento (DCA/SPA):

a) três Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) dois Assistentes Intermediários (FG-2);

IV - Coordenação-Geral de Fibras, Oleaginosas e Borracha (CGFOB/DCA):

a) um Assistente (DAS 102.2);

V - Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia (DCAE/SPA):

a) três Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) dois Assistentes Intermediários (FG-2);

V - Coordenação-Geral de Cana-de-Açúcar e Agroenergia (CGCA/DCA):

a) um Assistente (DAS 102.2);

VI - Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE/SPA):

a) três Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) um Assistentes Intermediários (FG-2);

VII - Departamento de Gestão de Riscos (DEGER/SPA):

a) três Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) dois Assistentes Intermediários (FG-2);

VIII - Coordenação-Geral de Risco Agropecuário (CGRA/DEGER):

a) um Assistente Técnico (FCPE 101.1);

IX - Departamento de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário (DILOG/SPA):

a) três Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) um Assistentes Intermediários (FG-2).

CAPITULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete

Art. 7º Ao Gabinete (GAB/SPA) compete:

I - prestar assistência ao Secretário de Política Agrícola na execução de suas atribuições;

II - programar a agenda de trabalho do Secretário;

III - proceder à seleção do expediente dirigido ao Secretário e ao preparo de correspondência e documentos para despacho;

IV - manter articulações, marcar entrevistas e contatos de interesse do Secretário;

V - promover, orientar e controlar as atividades de apoio operacional e administrativo, com ênfase em:

a) manutenção de sistemas de controle da expedição e da tramitação dos documentos e correspondências;

b) emissão dos relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas; e

c) recepção de pessoas; e

VI - coordenar a publicação da Revista de Política Agrícola, com a colaboração técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Art. 8º À Coordenação-Geral de Articulação (CGA/GAB) compete:

I - monitorar a execução das metas estabelecidas para a SPA;

II - avaliar os resultados das ações desenvolvidas pela SPA;

III - estabelecer o sistema de avaliação dos colaboradores da SPA;

IV - assessorar o Secretário de Política Agrícola no controle das demandas repassadas às unidades da Secretaria; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas pelo Secretário de Política Agrícola.

Art. 9º À Divisão de Apoio ao Gabinete (DIGAB/CGA) compete:

I - prestar apoio ao GAB/SPA na execução das atividades de sua competência;

II - assistir diretamente o Chefe de Gabinete nas demandas do Gabinete da SPA;

III - executar as atividades de redação e revisão de documentos, expedientes e atos normativos;

IV - controlar, examinar e promover o encaminhamento da documentação, recebida e expedida; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas pelo Chefe de Gabinete ou pelo Secretário de Política Agrícola.

Art. 10. À Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/GAB) compete:

I - coordenar e orientar:

a) as atividades de administração geral;

b) programação e execução orçamentária e financeira, especialmente:

1. consolidação da proposta orçamentária da Secretaria e as solicitações de alterações orçamentárias; e

2. manutenção de controles e registros relacionados a programação e execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à SPA/MAPA, e dos registros no Sistemas correlatos;

II - analisar, propor e executar gestões, junto aos órgãos setoriais de orçamento e finanças, da alocação de créditos orçamentários necessários à manutenção das atividades da Secretaria e ajustes às programações operacionais e orçamentárias;

III - orientar o gestor quanto à liquidação da despesa;

IV - preparar a Tomada de Contas Anual; e

V - proceder à descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros, via sistema SIAFI, dos convênios, termos de cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, celebrados e fiscalizados pelos Departamentos da Secretaria de Política Agrícola.

Art. 11. À Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Administrativo (DIOA/CAOF) compete:

I - consolidar as propostas para a programação orçamentária anual e proceder ao controle e avaliação da execução, em articulação com as demais unidades organizacionais da Secretaria;

II - manter banco de dados sobre a programação operacional;

III - analisar e propor alterações, remanejamentos e ajustes necessários às programações operacionais e orçamentárias e pedidos de alterações orçamentárias;

IV - controlar as disponibilidades orçamentárias; e

V - preparar a Tomada de Contas Anual da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 12. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e Apoio Administrativo (SEOF/DIOA) compete:

I - proceder aos registros da execução orçamentária e financeira, dos créditos orçamentários disponibilizados, junto aos sistemas específicos, quanto a:

a) emitir empenhos, ordens bancárias e respectivas anulações; e

b) liquidar as despesas.

II - proceder ao pagamento de suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

III - acompanhar as emissões de passagens aéreas, providenciar pagamento de diárias e respectiva prestação de contas dos servidores, empregados e colaboradores eventuais;

IV - apoiar na elaboração de relatórios relativos às despesas de passagens aéreas e diárias; e

V - receber e enviar matérias, no âmbito da Secretaria, para publicação na Imprensa Nacional e no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério.

Art. 13. À Seção de Conformidade de Registro de Gestão (SCRG/SEOF) compete:

I - realizar a conferência dos documentos à execução orçamentária e financeira;

II - lançar, diariamente, a conformidade de registros de gestão;

III - arquivar os processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;

IV - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado; e

V - inserir aos processos originais, quando solicitado formalmente, manter em arquivo na mesma ordem cronológica, a documentação referente a:

a) aditamento a instrumento, quer seja contrato, convênio ou similar;

b) liberação de recursos e prestação de contas de convênios e similares; e

c) suprimento de fundo e outros documentos.

Art. 14. À Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos (SRAP/CAOF) compete:

I - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Secretaria;

II - manter registros das tramitações dos processos; e

III - organizar e executar atividades relativas ao arquivo documental da Secretaria, mantendo em segurança os documentos.

Seção II

Do Departamento de Comercialização e Abastecimento

Art. 15. Ao Departamento de Comercialização e Abastecimento (DCA/SPA) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e de diretrizes para o setor e coordenar a implementação da ação governamental para:

a) abastecimento alimentar, demais produtos agropecuários e florestas plantadas;

b) distribuição, suprimento e comercialização de produtos agropecuários;

c) incentivo à comercialização de produtos das cadeias da agricultura e da pecuária;

d) oferta e demanda de produtos para exportação e consumo interno; e

e) formação dos estoques públicos de produtos agropecuários da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);

II - criar instrumentos para promover a utilização eficiente dos meios logísticos de escoamento da produção agropecuária;

III - acompanhar e analisar os complexos agropecuários e agroindustriais nos mercados interno e externo;

IV - articular e promover a integração entre o setor público e a iniciativa privada nas atividades de abastecimento, de comercialização e de armazenamento de produtos agrícolas e da pecuária;

V - coordenar, elaborar, acompanhar e avaliar as normas relativas à PGPM e ao abastecimento agropecuário;

VI - coordenar, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a disponibilidade de estoques públicos para atendimento dos programas sociais da administração pública federal;

VII - formular propostas e participar de negociações de acordos, de tratados ou de convênios internacionais concernentes aos temas relacionados aos produtos agropecuários; e

VIII - identificar prioridades e coordenar a elaboração da programação para o direcionamento de recursos orçamentários das operações oficiais de crédito relativos à remoção, à armazenagem, à formação e à venda de estoques públicos de produtos agropecuários e à equalização de preços e custos.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Florestas e Assuntos da Pecuária (CGFLORPEC/DCA) compete:

I - acompanhar o mercado dos produtos das florestas plantadas e da pecuária, com ênfase ao abastecimento, à distribuição e à comercialização;

II - promover análises conjuntural e estrutural das cadeias produtivas e agroindustriais das florestas plantadas e da pecuária;

III - propor políticas públicas de incentivo ao abastecimento e à comercialização dos produtos das florestas plantadas e da pecuária, especialmente no que se refere à Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);

IV - participar de:

a) elaboração das normas relativas ao abastecimento agropecuário dos produtos das florestas plantadas e da pecuária; e

b) negociações dos acordos, dos tratados ou dos convênios internacionais, incluindo a proposição de ações e de medidas das disputas e dos contenciosos que envolvam as cadeias produtivas das florestas plantadas e da pecuária;

V - subsidiar a elaboração e participar do acompanhamento e da avaliação das previsões de safras e dos planos agrícolas; e

VI - identificar medidas de integração entre os setores público e privado, nas atividades de produção e de comercialização dos produtos das florestas plantadas e da pecuária.

Art. 17. À Divisão de Pecuária (DIPEC/CGFLORPEC) compete:

I - coletar, organizar e produzir dados e estatísticas, nacionais e internacionais, dos produtos da pecuária e agroindústrias;

II - acompanhar e analisar as situações conjunturais e estruturais dos produtos da pecuária e das suas agroindústrias; e

III - subsidiar, acompanhar e participar:

a) da formulação das políticas de produção e de abastecimento das cadeias pecuárias e agroindustriais; e

b) das negociações internacionais que envolvam a produção e a comercialização dos produtos da pecuária.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Cereais e Frutas (CGCF/DCA) compete:

I - subsidiar a formulação das políticas públicas relativas aos setores dos cereais e das frutas;

II - promover as análises conjunturais e estruturais das cadeias produtivas e agroindustriais dos cereais e das frutas;

III - acompanhar, formular e orientar a aplicação dos instrumentos de intervenção governamental referentes ao abastecimento agropecuário dos cereais e das frutas, inclusive com proposição de diretrizes para a formação, localização e liberação dos estoques públicos;

IV - participar de:

a) elaboração das normas relativas à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e ao abastecimento agropecuário no tocante aos cereais e às frutas, orientando e acompanhando a avaliação; e

b) negociações de acordos, de tratados ou de convênios internacionais, incluindo a proposição de ações e de medidas das disputas e contenciosos, que envolvam os cereais e as frutas;

V - subsidiar a elaboração de políticas e de diretrizes para ação no abastecimento alimentar, na distribuição, no suprimento e nas comercializações interna e externa para as cadeias produtivas dos cereais e das frutas;

VI - subsidiar a formulação de propostas para formação, localização e liberação dos estoques públicos, inclusive no atendimento aos programas sociais da administração pública federal na cadeia produtiva dos cereais e das frutas;

VII - subsidiar a elaboração e participar do acompanhamento e da avaliação das previsões de safras e dos planos agrícolas;

VIII - identificar medidas de integração entre os setores público e privado, nas atividades de produção e de comercialização dos cereais e das frutas; e

IX - coordenar a elaboração e promover a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas e das ações do Departamento.

Art. 19. À Coordenação de Cereais e de Frutas (CCF/CGCF) compete:

I - coordenar as análises conjunturais e estruturais das cadeias produtivas e agroindustriais dos cereais e das frutas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - auxiliar na formulação de políticas para o desenvolvimento da produção e do abastecimento dos cereais e das frutas;

III - participar de negociações internacionais que envolvam a produção e a comercialização dos cereais e das frutas; e

IV - auxiliar e acompanhar as atividades da Coordenação-Geral.

Art. 20. À Divisão de Frutas (DIFRUT/CGCF) compete:

I - acompanhar e analisar as situações conjunturais e estruturais das cadeias produtivas e agroindustriais das frutas;

II - coletar, organizar e produzir dados estatísticos, nacionais e internacionais, das cadeias produtivas e das agroindústrias das frutas;

III - subsidiar, acompanhar e participar:

a) negociações internacionais que envolvam a produção e a comercialização das frutas; e

b) formulação das políticas de produção e de abastecimento das frutas; e

IV - auxiliar e acompanhar as atividades da Coordenação.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Fibras, Oleaginosas e Borracha (CGFOB/DCA) compete:

I - acompanhar e analisar as cadeias produtivas e agroindustriais de fibras, oleaginosas e borracha;

II - formular, acompanhar e orientar a aplicação dos instrumentos de intervenção governamental, referentes ao abastecimento agropecuário das cadeias de fibras, de oleaginosas e de borracha, inclusive com proposição de diretrizes para a formação, localização e a liberação dos estoques públicos;

III - participar de:

a) elaboração das normas relativas à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e ao abastecimento agropecuário do mercado interno, orientando e acompanhando sua avaliação, no tocante às fibras, às oleaginosas e à borracha; e

b) negociações de acordos, de tratados e de convênios internacionais, incluindo a proposição de ações e de medidas concernentes às disputas e aos conteciosos que envolvam as cadeias de fibras, oleaginosas e borracha;

IV - subsidiar a elaboração e participar do acompanhamento e da avaliação das previsões de safras e dos planos agrícolas; e

V - identificar medidas de integração dos setores público e privado, quanto à produção e à comercialização de fibras, de oleaginosas e de borracha.

Art. 22. Ao Serviço de Apoio Técnico às Fibras, Oleaginosas e à Borracha (SATFOB/CGFOB) compete:

I - coletar informações sobre o comportamento dos mercados agrícolas dos complexos agropecuários e agroindustriais, nos mercados internos e externos, no tocante às fibras, às oleaginosas e à borracha;

II - coletar e organizar dados estatísticos, nacionais e internacionais, da economia agrícola, referentes às fibras, às oleaginosas e à borracha;

III - acompanhar as operações de apoio à comercialização no contexto da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), no que se refere às fibras, às oleaginosas e à borracha;

IV - apoiar a elaboração dos Planos Agrícolas e Pecuários, no tocante às fibras, às oleaginosas e à borracha; e

V - acompanhar a formulação das políticas de produção e de abastecimento das cadeias das fibras, das oleaginosas e da borracha.

Seção III

Do Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia

Art. 23. Ao Departamento de Café, Cana-de-Açúcar e Agroenergia (DCAE/SPA) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e de diretrizes para o setor e coordenar a implementação da ação governamental para café, cana-de-açúcar e agroenergia;

II - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das ações governamentais e dos programas concernentes aos segmentos produtivos do setor cafeeiro, canavieiro e agroenergético;

III - acompanhar a oferta e a demanda de cafés para exportação e consumo interno;

IV - identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987;

V - planejar, coordenar, acompanhar e controlar as ações para a aplicação e a execução dos recursos do Funcafé, a elaboração de proposta de orçamento anual e a contabilidade dos atos e fatos relativos à sua operacionalização;

VI - planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução de planos e programas das ações governamentais concernentes aos segmentos produtivos da cana-de-açúcar e do açúcar, e a produtos agrícolas destinados à fabricação de combustíveis e à geração de energia alternativa;

VII - acompanhar a produção e a comercialização da cana-de-açúcar, do açúcar, do álcool e das demais matérias-primas agroenergéticas destinadas à fabricação de combustíveis e à geração de energia e propor medidas para garantir a regularidade do abastecimento interno;

VIII - desenvolver estudos e pesquisas visando a subsidiar a formulação de planos e de programas destinados aos produtos agropecuários e alcooleiros e à avaliação dos efeitos das políticas econômicas sobre a cadeia produtiva do sistema agropecuário; e

IX - assessorar o Secretário de Política Agrícola nos assuntos relativos ao CIMA e ao CDPC.

Art. 24. À Coordenação-Geral de Café (CGCAF/DCAE) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas públicas relativas ao café;

II - promover análises conjunturais e estruturais das cadeias produtivas e agroindustriais do café;

III - formular, acompanhar e orientar a aplicação dos instrumentos de intervenção governamental referentes ao abastecimento agropecuário do café, inclusive com proposição de diretrizes para a formação, localização e liberação dos estoques públicos;

IV - participar de:

a) elaboração das normas relativas à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e ao abastecimento agropecuário no tocante ao café, orientando e acompanhando a avaliação; e

b) negociações dos acordos, tratados ou convênios internacionais, incluindo a proposição de ações e medidas das disputas e conteciosos que envolvam o café;

V - subsidiar a elaboração de políticas e diretrizes para ação no abastecimento alimentar, distribuição, suprimento e comercialização interna e externa para a cadeia produtiva do café;

VI - subsidiar a formulação de propostas para formação, localização e liberação dos estoques públicos, inclusive para atendimentos aos programas sociais da administração pública federal na cadeia produtiva do café;

VII - subsidiar a elaboração e participar do acompanhamento e da avaliação das previsões de safras e dos planos agrícolas;

VIII - identificar medidas de integração entre os setores públicos e privado, nas atividades de produção e comercialização do café;

IX - promover, coordenar, controlar e avaliar os programas, projetos, políticas e diretrizes setoriais para o café emanadas do CDPC, em conjunto com o Departamento de Café, Cana-de-açúcar e Agroenergia;

X - elaborar a proposta de orçamento anual do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé;

XI - identificar prioridades e propor a aplicação dos recursos do Funcafé, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987;

XII - administrar o orçamento anual do Funcafé;

XIII - acompanhar:

a) a contabilidade dos atos e fatos relativos à operacionalização do Funcafé; e

b) processos sobre passivos, nas esferas administrativa e judicial;

XIV - gerir os contratos de aplicação dos recursos destinados às linhas de crédito do Funcafé;

XV - coordenar e orientar os processos de termos de cooperação executados com recursos do Funcafé;

XVI - gerir o Sistema Funcafé;

XVII - coordenar a elaboração das prestações de contas anuais do Funcafé; e

XVIII - participar de reuniões dos comitês e grupos de trabalho criados no âmbito do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Art. 25. À Coordenação de Controle e Recursos do Funcafé (CCRF/CGCAF) compete:

I - subsidiar a elaboração da proposta de orçamento anual do Funcafé e auxiliar na sua administração;

II - coordenar e orientar os processos de aplicação dos recursos destinados às linhas de crédito do Funcafé assim como controlar os contratos firmados com instituições financeiras;

III - gerir o Sistema Funcafé;

IV - subsidiar as prestações de contas anuais do Funcafé;

V - coordenar as análises conjunturais e estruturais da cadeia produtiva e agroindustrial do café;

VI - auxiliar na formulação de políticas para o desenvolvimento da produção e do abastecimento do café; e

VII - auxiliar e acompanhar as atividades da Coordenação-Geral.

Art. 26. À Divisão de Acompanhamento do Funcafé (DAF/CCRF) compete:

I - subsidiar a proposta orçamentária anual do Funcafé;

II - atualizar periodicamente informações sobre programas, projetos e ações executados com recursos do Funcafé;

III - orientar os processos de termos de cooperação executados com recursos do Funcafé;

IV - elaborar as prestações de contas anuais do Funcafé;

V - acompanhar e analisar as situações conjunturais e estruturais da cadeia produtiva e agroindustrial do café;

VI - coletar, organizar e produzir dados estatísticos, nacionais e internacionais, da cadeia produtiva e da agroindústria do café; e

VII - subsidiar, acompanhar e participar:

a) negociações internacionais que envolvem a produção e a comercialização do café; e

b) formulação das políticas de produção e de abastecimento do café.

Art. 27. Ao Serviço de Apoio Operacional ao Funcafé (SAOF/DCAE) compete:

I - elaborar dados estatísticos e relatórios gerenciais relativos às operações de financiamentos no âmbito do Funcafé;

II - executar acompanhamento administrativo-financeiro dos acordos, ajustes e contratos firmados; e

III - acompanhar:

a) a contabilidade dos atos e fatos relativos à operacionalização do Funcafé; e

b) processos sobre passivos, nas esferas administrativa e judicial.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Cana-de-açúcar e Agroenergia (CGCA/DCAE) compete:

I - acompanhar, de forma sistemática, o comportamento da produção e comercialização dos setores açucareiro e agroenergético;

II - subsidiar a formulação e implementação das políticas públicas relativas ao setor açucareiro e agroenergético;

III - propor, planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução de ações, planos e programas governamentais, concernentes ao setor açucareiro e agroenergético;

IV - acompanhar as tendências internacionais relacionadas ao setor açucareiro e agroenergético;

V - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados, cooperações técnicas e convênios internacionais, concernentes ao setor açucareiro e agroenergético;

VI - propor critérios para fixação das cotas de exportação de açúcar para mercados preferenciais;

VII - subsidiar a defesa jurídica do MAPA nos processos relacionados ao setor sucroalcooleiro, quanto aos aspectos técnicos;

VIII - instruir e examinar processos administrativos ou judiciais, relacionados com os assuntos do setor sucroalcooleiro; e

IX - assessorar nos assuntos vinculados ao CIMA e CNPE.

Art. 29. À Divisão Acompanhamento da Produção (DAPRO/CGCA) compete:

I - efetuar e atualizar o cadastramento de unidades produtoras de açúcar e etanol em operação no País;

II - estruturar o banco de dados e as informações sobre o setor sucroalcooleiro e disponibilizar as informações correspondentes, em articulação com os órgãos competentes;

III - proceder às avaliações periódicas sobre o comportamento da safra de cana-de-açúcar e matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel no País;

IV - elaborar documentos que consubstanciam decisões do CIMA e do CNPE;

V - emitir pareceres técnicos sobre processos administrativos ou judiciais, relacionados com os assuntos do setor sucroalcooleiro; e

VI - prestar suporte técnico na elaboração de propostas para as negociações de acordos, tratados, cooperações e convênios internacionais, concernentes aos temas relacionados ao setor açucareiro e agroenergético.

Art. 30. Ao Serviço de Avaliação Setorial (SASE/DAPRO) compete:

I - analisar e propor a adoção de instrumentos de políticas públicas para a regulação dos mercados, no âmbito do setor de agroenergia;

II - elaborar subsídios e acompanhar políticas de desenvolvimento de novas tecnologias dos setores açucareiro e agroenergético;

III - auxiliar na avaliação de convênios e acordos de cooperação técnica; e

IV - manter atualizado o banco de dados e as informações sobre o setor sucroalcooleiro e disponibilizar as informações correspondentes, em articulação com os órgãos competentes.

Seção IV

Do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos

Art. 31. Ao Departamento de Crédito e Estudos Econômicos (DCEE/SPA) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e de diretrizes para o setor e acompanhar a implementação de ações governamentais relacionadas à produção agropecuária;

II - propor a elaboração e acompanhar atos normativos relacionados à operacionalização da política agrícola;

III - coordenar:

a) a elaboração de estatísticas do agronegócio e de sistema de informação agrícola; e

b) a promoção, o acompanhamento e a avaliação da elaboração de planos agropecuários e de safras e de sua execução;

IV - realizar estudos econômicos relativos ao SNCR;

V - promover:

a) estudos, diagnósticos e avaliações relativas aos efeitos da política econômica sobre o sistema produtivo agropecuário, de irrigação, de infraestrutura e de logística; e

b) pesquisas e estudos referentes à captação de recursos para o setor agropecuário;

VI - acompanhar e analisar os segmentos da agropecuária nos mercados interno e externo;

VII - formular propostas e participar de negociações nacionais e internacionais, além de implementar compromissos institucionais concernentes às atividades de sua competência, em articulação com outras unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

VIII - planejar, coordenar e acompanhar as ações para a aplicação dos recursos do crédito rural;

IX - formular propostas e participar de negociações relacionadas à política de financiamento agropecuário; e

X - propor a elaboração e acompanhar atos regulamentares relacionados à operacionalização da política de crédito rural.

Art. 32. À Coordenação de Estatísticas (CEST/DCEE) compete:

I - coordenar a elaboração e disseminação de estatísticas de interesse do agronegócio e o sistema de informação de mercado agrícola;

II - coletar, processar e organizar estatísticas e informações de mercado agrícola de apoio à tomada de decisões no âmbito da política agrícola e de interesse da sociedade; e

III - acompanhar e analisar os processos e os métodos de geração de estatísticas primárias sobre o setor.

Art. 33. À Divisão de Tratamento e Crítica de Estatísticas (DCE/CEST) compete:

I - coletar as informações e padronizá-las, segundo critérios estabelecidos;

II - compilar e criticar as estatísticas, segundo critérios estabelecidos; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - divulgar as estatísticas tratadas por meio dos canais estabelecidos.

Art. 34. À Divisão de Informações de Mercado Agrícola (DIMAG/CEST) compete:

I - pesquisar e coletar informações de mercado agrícola junto às fontes de informação;

II - disponibilizar as informações de mercado agrícola por meio dos canais estabelecidos;

III - manter atualizado o cadastro de informantes de mercado agrícola; e

IV - propor medidas de implementação e aprimoramento de sistemas de informação de mercado agrícola.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Crédito Rural (CGCR/DCEE) compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e diretrizes para o setor agrícola;

II - coordenar e promover o aperfeiçoamento da política de crédito rural no âmbito do MAPA;

III - identificar e avaliar fontes alternativas de financiamento da agropecuária;

IV - elaborar proposta de demanda de recursos e de condições de financiamento agropecuário;

V - elaborar proposta de direcionamento de recursos do Tesouro Nacional em apoio ao financiamento das atividades agropecuárias;

VI - coordenar a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário e de Safras;

VII - coordenar o acompanhamento e avaliação do Plano Agrícola e Pecuário, no que se refere ao crédito rural, junto aos agentes financeiros;

VIII - analisar custos de produção agropecuária para fins de gestão da política de crédito rural; e

IX - participar, analisar e propor ações referentes às negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, que representam impacto econômico para o agronegócio, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério.

Art. 36. À Coordenação de Análise e Acompanhamento do Crédito Rural (COACRE/CGCR) compete:

I - coordenar as ações inerentes a elaboração e acompanhamento do Plano Agrícola e Pecuário e de Safras;

II - avaliar e propor a repactuação dos prazos de pagamento das operações de custeio e das parcelas de investimentos;

III - analisar as implicações de políticas setoriais sobre o agronegócio;

IV - propor adequações das políticas setoriais à legislação de crédito rural; e

V - propor, coordenar e acompanhar os programas de investimentos agropecuários.

Art. 37. À Divisão de Monitoramento do Crédito Rural (DIMOCRE/COACRE) compete:

I - acompanhar a execução de medidas relativas à implementação da política de crédito rural e proceder à sua análise;

II - acompanhar, avaliar e propor o direcionamento de recursos do Tesouro Nacional para as atividades agropecuárias;

III - analisar, identificar e propor fontes de financiamento e acompanhar a disponibilidade de recursos;

IV - acompanhar, analisar e propor ajustes no direcionamento de recursos do crédito rural; e

V - avaliar a necessidade de recursos para equalização de taxas de juros.

Art. 38. À Divisão de Legislação de Crédito Rural (DILEGIS/COACRE) compete:

I - elaborar, acompanhar e analisar atos regulamentares relacionados com a operacionalização da política de crédito rural;

II - acompanhar os atos do Poder Legislativo vinculados ao crédito rural; e

III - acompanhar e analisar propostas e atos normativos relacionados à política de crédito rural, no âmbito de outros setores e agentes governamentais.

Art. 39. Ao Serviço de Apoio à Política de Crédito Rural (SACRE/CGCR) compete:

I - compilar e acompanhar dados sobre a programação e a aplicação de recursos do crédito rural;

II - compilar e acompanhar a legislação e os atos do poder executivo relacionados ao crédito rural; e

III - manter registro das propostas de política de crédito rural e de seus desdobramentos.

Art. 40. À Coordenação-Geral de Estudos e Análises (CGEA/DCEE) compete:

I - desenvolver cenários dinâmicos do agronegócio, contemplando os níveis nacional e mundial, assim como utilizar estudos disponíveis sobre o tema;

II - promover e acompanhar ações conjuntas do Ministério com outras instituições, órgãos de pesquisas, universidades e agentes do agronegócio;

III - acompanhar e analisar estudos prospectivos realizados por organizações nacionais e internacionais; e

IV - supervisionar a produção e divulgação do Valor Bruto da Produção (VBP), Projeções do Agronegócio e demais publicações da CGEA/DCEE.

Art. 41. À Divisão de Produção de Estudos e Análises (DPEA/CGEA) compete:

I - preparar as publicações produzidas no âmbito na CGEA/DCEE;

II - georreferenciamento de dados; e

III - exercer outras atribuições que lhe forem incumbidas pelo Coordenador-Geral de Estudos e Análises.

Art. 42. À Divisão de Estudos de Políticas Agrícolas (DEPA/CGEA) compete:

I - efetuar levantamentos, estudos e análises relativos aos instrumentos de política agrícola para subsidiar a adoção de políticas governamentais relacionadas aos assuntos da área de competência do Ministério;

II - fornecer subsídios para a elaboração de propostas de diretrizes e estratégias de ação governamental para o setor agropecuário; e

III - realizar estudos sobre o desempenho do setor agropecuário e propor a criação de novos instrumentos de política agrícola ou a modernização dos existentes.

Art. 43. Ao Serviço de Apoio à Estudos e Análises (SAEA/CGEA) compete:

I - coleta e organização de informações para a realização de Projeções de longo prazo;

II - coleta e organização de dados para cálculo das estimativas do Valor Bruto da Produção (VBP) de lavouras e da pecuária;

III - acompanhamento e coleta de informações de produtos e insumos para cálculo da Produtividade Total dos Fatores (PTF);

IV - acompanhamento das estatísticas trimestrais do PIB agropecuário; e

V - acompanhamento e análise dos índices do IPCA.

Seção V

Do Departamento de Gestão de Riscos

Art. 44. Ao Departamento de Gestão de Riscos (DEGER/SPA) compete:

I - desenvolver estudos e propostas para a formulação e a implementação das políticas de gerenciamento de risco do setor agropecuário e para o desenvolvimento do seguro rural no País;

II - executar:

a) atividades referentes ao CGSR, inclusive as que lhe forem conferidas por delegação;

b) atividades de apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva do CGSR; e

c) a proposição, o acompanhamento, a implementação e a execução de políticas, diretrizes e ações definidas no âmbito do CGSR, para a elaboração do Plano Trienal do Seguro Rural;

III - subsidiar a operacionalização da CER e os serviços de secretaria-executiva de seu colegiado;

IV - prestar suporte técnico à execução do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO; e

V - formular propostas e participar de negociações de acordos, de tratados ou de convênios internacionais concernentes aos temas relacionados à gestão de risco rural.

Art. 45. À Coordenação-Geral de Risco Agropecuário (CGRA/DEGER) compete:

I - coordenar:

a) a execução e a implementação de estudos de riscos climáticos para o território nacional, publicar e divulgar os atos e informações de referência;

b) a execução do Referencial Tecnológico de Análise de Risco Rural (RiscTec);

c) a avaliação dos resultados e impactos dos estudos de riscos climáticos na produção, produtividade, renda e nos programas de garantia e seguro da atividade agropecuária;

d) os serviços técnico-administrativos referentes à Comissão Especial de Recursos do PROAGRO;

e) os trabalhos de avaliação e monitoramento de riscos agroclimáticos e de operações de crédito rural amparadas pelo PROAGRO; e

f) a manutenção de sistemas de informação que carreguem dados auxiliares a gestão de risco agropecuário;

II - conduzir estudos:

a) referentes aos riscos climáticos associados à produção agropecuária; e

b) de aprimoramento dos instrumentos de apoio ao PROAGRO; e

III - participar de reuniões técnicas, discussões e demais eventos que tratam do risco climático, da garantia da atividade agropecuária e do seguro rural e elaborar subsídios à representação institucional.

Art. 46. À Coordenação Técnica de Análise de Riscos Agropecuários (COTAR/CGRA) compete:

I - orientar, acompanhar e controlar as atividades de:

a) análise de risco agroclimático, com ênfase no Referencial Tecnológico de Análise de Risco Rural (RiscTec);

b) operações de enquadramento e crédito rural no âmbito do PROAGRO;

c) organização de banco de dados referentes ao monitoramento de risco climático para safras agrícolas no Brasil; e

d) indicações, nos estudos de risco climático, de cultivares com suas características, regiões de adaptação e recomendações técnicas;

II - coordenar a elaboração de atos administrativos pertinentes aos estudos de risco climático do território nacional;

III - orientar as atividades de suporte técnico-administrativo à Secretaria-Executiva da CER;

IV - monitorar áreas geográficas de risco à atividade agropecuária;

V - elaborar estudos de aprimoramento dos instrumentos de apoio ao PROAGRO;

VI - examinar e propor medidas sobre matérias concernentes à garantia da atividade agropecuária; e

VII - participar de eventos relacionados aos riscos que envolvem a atividade agropecuária, às sementes e cultivares, aos assuntos securitários e de garantia da atividade agropecuária e elaborar subsídios à representação institucional.

Art. 47. À Divisão de Cadastro, Estudos e Acompanhamento (DCEA/COTAR) compete:

I - proceder aos estudos e análises para subsidiar a avaliação de riscos agroclimáticos;

II - propor e administrar sistema com informações especializadas;

III - prestar atividades de apoio técnico à Secretaria-Executiva da Comissão Especial de Recursos (CER);

IV - cadastrar as demandas referentes a assuntos de interesse da CGRA; e

V - acompanhar e propor medidas para aprimoramento da gestão de risco agropecuário.

Art. 48. Ao Serviço de Cadastro de Cultivares e Análise de Demandas (SCAD/DCEA) compete:

I - cadastrar as cultivares de interesse às publicações da Coordenação;

II - acompanhar os registros de cultivares junto aos responsáveis no MAPA; e

III - prestar informações aos interessados quanto ao cadastro de cultivares nos estudos de riscos agropecuários.

Art. 49. À Divisão de Análise de Processos da Comissão Especial de Recursos do PROAGRO (DAP-CER/CGRA) compete:

I - analisar os recursos encaminhados à CER;

II - propor voto de decisão ao colegiado da CER;

III - propor e administrar sistema com informações referentes aos recursos do PROAGRO;

IV - prestar apoio técnico e administrativo à Secretaria-Executiva da Comissão Especial de Recursos (CER); e

V - participar de eventos relacionados à CER, com ênfase na garantia da atividade agropecuária e elaborar subsídios à representação institucional.

Art. 50. Ao Serviço de Análise de Recursos da CER (SAR-CER/DAP-CER) compete:

I - analisar os recursos encaminhados à CER; e

II - propor voto de decisão ao colegiado da CER.

Art. 51. Ao Serviço de Cadastramento e Protocolo da CER (SCP/DAP-CER) compete:

I - organizar e manter atualizados o acervo de documentação e publicações da CER;

II - acompanhar e propor os atos administrativos da CER;

III - prestar apoio operacional e administrativo à Secretaria-Executiva da Comissão Especial de Recursos;

IV - realizar o recebimento, registro, triagem, distribuição, protocolização, encaminhamento, expedição e controle de documentos e processos da CER; e

V - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela Secretaria-Executiva da CER.

Art. 52. À Coordenação-Geral de Seguro Rural (CGSEG/DEGER) compete:

I - elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR):

a) proposta de Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR);

b) normas regulamentares e operacionais necessárias ao funcionamento e aprimoramento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR); e

c) Relatório Anual de Avaliação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - manter articulações com os demais agentes intervenientes no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), para adoção de ações integradas no âmbito do Programa;

III - acompanhar o funcionamento dos instrumentos públicos para gestão do risco rural, regulamentação do mercado de seguros, de subvenção e de fomento ao seguro rural, para subsidiar a definição das políticas para o setor agropecuário;

IV - promover o apoio operacional requerido pela Secretaria-Executiva do CGSR;

V - elaborar planos, acordos ou convênios para a fiscalização das operações de seguro rural subvencionadas;

VI - coordenar a participação e a representação institucional no trato de matérias relativas à gestão de risco agropecuário e seguro rural em:

a) organismos internacionais, dos quais o Brasil seja membro;

b) reuniões técnicas para definição ou formulação de políticas e instrumentos públicos de apoio agropecuário; e

c) reuniões, discussões, seminários e congressos, para divulgação do seguro rural;

VII - participar das negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais que envolvam matéria relativa à política agrícola, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério; e

VIII - orientar a elaboração e a avaliação de programas e ações do Plano Plurianual sob sua responsabilidade, em articulação com o órgão setorial.

Art. 53. À Coordenação de Operacionalização e Planejamento e do Programa de Subvenção (COPS/CGSEG) compete:

I - elaborar, com vistas à formulação do Plano Trienal do Seguro Rural (PTSR), os seguintes estudos:

a) indicação de culturas prioritárias e percentuais de subvenção ao prêmio de seguro rural;

b) definição de parâmetros mínimos e condições dos contratos de seguro rural;

c) definição dos beneficiários, requisitos e condições para o acesso dos mesmos à subvenção; e

d) programação física e orçamentária do PTSR;

II - estudar e elaborar minutas de atos normativos do Programa de Subvenção;

III - elaborar estudos, em articulação com os demais agentes do Programa, para a proposição de ações integradas;

IV - levantar informações, avaliar as necessidades do setor agropecuário e a conjuntura do mercado de seguros para subsidiar a definição das diretrizes e prioridades do PTSR;

V - realizar estudos subsidiários e formular:

a) critérios para fiscalização das operações de seguro subvencionadas; e

b) propostas relacionadas a acordos, tratados ou convênios internacionais sobre gestão de risco rural;

VI - executar e acompanhar as ações do Plano Plurianual sob sua responsabilidade, consoante orientações do órgão setorial;

VII - adotar medidas para garantir o fluxo das informações gerenciais fornecidas pelo mercado segurador; e

VIII - elaborar relatórios para:

a) pagamento e fiscalização da subvenção; e

b) controle da execução do PTSR.

Art. 54. Ao Serviço de Monitoramento e Controle (SEMOC/CGSEG) compete:

I - prestar apoio técnico requerido para:

a) implementação das decisões do CGSR; e

b) operacionalização do Programa de Subvenção;

II - executar as atividades de apoio administrativo à Secretaria-Executiva do Comitê Gestor de Seguro Rural (CGSR), especialmente:

a) elaboração da documentação corrente; e

b) manutenção e controle de arquivos documentais;

III - executar e acompanhar as ações do Plano Plurianual sob sua responsabilidade, consoante orientações do órgão setorial;

IV - subsidiar a CGSEG/DGRR no tocante à elaboração da proposta orçamentária do PSR;

V - prestar apoio técnico em relação a demandas referentes ao Controle Interno e Externo da Administração Pública; e

VI - propor melhorias constantes nos normativos do PSR.

Art. 55. Ao Serviço de Estudos e Análises de Informações (SEAI/CGSEG) compete elaborar estudos e análises sobre impacto do risco na atividade agropecuária; conjuntura do mercado de seguro; e instrumentos e políticas voltados à gestão do risco rural.

Art. 56. Ao Serviço de Base de Dados (SBD/CGSEG) compete:

I - desenvolver, manter e aprimorar a base de dados da CGSEG;

II - operacionalizar o sistema eletrônico de dados do seguro rural subvencionado; e

III - elaborar o Relatório Anual de Avaliação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Seção V

Do Departamento de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário

Art. 57. Ao Departamento de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário (DILOG/SPA) compete:

I - exercer a coordenação do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras;

II - a elaboração de projetos de infraestrutura e logística, para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;

III - promover a articulação com outros órgãos e entidades da administração pública federal para acelerar o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao incremento da infraestrutura e da logística necessárias ao setor agropecuário;

IV - coordenar estudos, apoiar e implementar ações e promover e avaliar a execução de programas e projetos relacionados à infraestrutura e à logística, inclusive de eletrificação rural, de energização, de tecnologia da informação para o ambiente rural e a agroindústria, em articulação com outras unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com outros entes públicos;

V - participar de negociações e de formulação de acordos, de tratados, de termos de cooperação e de convênios concernentes à infraestrutura, à logística e ao geoconhecimento relacionados ao setor agropecuário;

VI - monitorar e atualizar os dados sobre:

a) o mapa de escoamento e da dinâmica dos produtos do setor agropecuário pelos diferentes modais, medindo e avaliando as performances;

b) o planejamento e a situação dos projetos de ampliação da capacidade portuária do País;

c) a situação da infraestrutura e da logística dos principais corredores de exportação e de abastecimento interno; e

d) a situação da agricultura irrigada e da eletrificação rural no País;

VII - formular e atualizar os acordos de cooperação, os convênios e os demais instrumentos para a implementação de planos de coleta, de produção, de utilização e de compartilhamento das geoinformações necessárias ao setor agropecuário;

VIII - planejar, coordenar e controlar as ações relacionadas à implementação e à atualização permanente da plataforma de geoconhecimento para o setor agropecuário; e

IX - colaborar na elaboração e na atualização da política agropecuária e das estratégias e dos planos decorrentes.

Art. 58. À Coordenação-Geral de Infraestrutura e Logística para o Setor Agropecuário (CGLOG/DILOG) compete:

I - coordenar:

a) a elaboração de planos, programas e projetos de infraestrutura rural e logística da produção agropecuária, visando ao fortalecimento e desenvolvimento sustentável do setor agropecuário;

b) a execução de estudos, ações e avaliação de programas e projetos voltados para a infraestrutura rural e logística da produção, inclusive de eletrificação rural, de irrigação, de tecnologia da informação para o ambiente rural e a agroindústria, em articulação com as demais unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outros órgãos públicos;

c) a formulação de propostas e participação em negociações, acordos, tratados, termos de cooperação ou convênios concernentes aos temas relacionados à infraestrutura, à logística e ao geoconhecimento para o setor agropecuário; e

d) estudos e projetos para o desenvolvimento do setor de armazenagem do país.

II - gerenciar o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras;

III - promover o monitoramento e atualização dos dados sobre:

a) o mapa de escoamento dos produtos do setor agropecuário pelos diferentes modais e respectivos portos exportadores, medindo e avaliando as respectivas performances;

b) o planejamento e a situação dos projetos de ampliação da capacidade portuária do País;

c) a situação da infraestrutura e da logística dos principais corredores de exportação e de abastecimento interno; e

d) a situação da agricultura irrigada e da eletrificação rural no País;

IV - articular com outros órgãos e entidades da administração pública federal e do setor privado para acelerar o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas ao incremento da infraestrutura e da logística necessárias ao setor agropecuário;

V - secretariar a Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio (CTLOG);

VI - planejar, coordenar e controlar as ações relacionadas à implementação e à atualização permanente da plataforma de geoconhecimento para o setor agropecuário; e

VII - secretariar a Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio.

Art. 59. À Coordenação de Logística da Produção Agropecuária (CLPA/CGLOG) compete:

I - gerenciar e orientar a elaboração e a avaliação dos planos, programas e projetos relativos à logística da produção agropecuária, envolvendo infraestrutura viária e portuária, armazenagem e o escoamento da produção;

II - apoiar a realização de estudos subsidiários, em articulação com as unidades organizacionais e entidades vinculadas do MAPA e de outros órgãos sobre:

a) sistema nacional de armazenagem;

b) desenvolvimento do agronegócio, nas áreas de influência dos corredores de exportação; e

c) avaliação do impacto das ações que apoiam à logística da produção agropecuária;

III - coordenar, monitorar e orientar a execução de convênios e contratos relativos à logística da produção agropecuária;

IV - implementar e coordenar iniciativas específicas de sistemas de informação, incluindo o geoconhecimento e divulgar dados, informações e subsidiar a tomada de decisões;

V - articular com outras unidades organizacionais para integração operacional quanto à logística da produção agropecuária;

VI - propor instrumentos de estímulos para melhoria da logística e competitividade da produção agropecuária; e

VII - subsidiar a elaboração do relatório anual de gestão e outros documentos.

Art. 60. À Divisão de Apoio Técnico, Armazenagem e Geoconhecimento (DATAG/CLPA) compete:

I - executar e apoiar ações e instrumentos de cooperação técnica e parcerias referentes a armazenamento e programas e projetos de apoio à logística da produção agropecuária;

II - manter sistemas de informação, incluindo de geoconhecimento e divulgar dados e informações e subsidiar a tomada de decisões;

III - promover:

a) estudos para orientação de investimentos públicos, especialmente nas regiões de fronteiras agrícola;

b) coleta de informações sobre o escoamento da safra agrícola brasileira, em articulação com outras unidades organizacionais do MAPA e vinculadas;

c) estudos para o desenvolvimento do sistema nacional de armazenagem; e

d) o acompanhamento do sistema de certificação de unidades armazenadoras.

IV - organizar e manter atualizado o acervo de documentos e publicações do DILOG;

V - executar o recebimento, registro, triagem, distribuição, protocolização, encaminhamento, expedição e controle de documentos e processos do DILOG;

VI - atualizar e disponibilizar aos interessados, informações dos trabalhos realizados no Departamento, inclusive o de escoamento da safra agrícola;

VII - proceder as publicações oficiais do Departamento; e

VIII - prestar apoio técnico, administrativo e operacional nas atividades do Departamento.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 61. Ao Secretário de Política Agrícola (SPA/MAPA) incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução de atividades e projetos de suas respectivas unidades e exercer as demais atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno e especificamente:

II - exercer o encargo de Presidente da Comissão Especial de Recursos (CER), observando a disposição da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990;

III - exercer o encargo de Secretário Executivo do:

a) CNPA; e

b) CDPC.

IV - coordenar as ações da SPA/MAPA, quando de atuação junto aos organismos e fóruns internacionais; e

V - instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar no âmbito da SPA/MAPA, para apuração de irregularidade de que tenha conhecimento, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

Art. 62. Aos Diretores de Departamento incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais e especificamente:

a) ao Diretor do Departamento de Gestão de Risco, exercer o encargo de suplente do representante do MAPA na composição da Comissão Especial de Recursos (CER).

Art. 63. Ao Chefe de Gabinete da SPA, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, aos Chefes de Divisão, de Serviço e de Seção incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais e especificamente:

a) ao Coordenador-Geral de Risco Agropecuário, prestar apoio ao Secretário da SPA no encargo de Secretário-Executivo da Comissão de Recursos (CER); e

b) ao Coordenador-Geral de Seguro Rural, exercer o encargo de Secretário-Executivo do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas pelo Secretário de Política Agrícola.

Art. 65. A Secretaria de Política Agrícola dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo A, Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO A
DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLAS
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Articulação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Florestas e Assuntos da Pecuária	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Cereais e Frutas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Fibras, Oleaginosas e Borracha	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente	DAS 102.2
DEPARTAMENTO DE CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR E AGROENERGIA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Café	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Cana-de-açúcar e Agroenergia	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente	DAS 102.2

DEPARTAMENTO DE CRÉDITO E ESTUDOS ECONÔMICOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Crédito Rural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Estudos e Análises	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RISCOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Risco Agropecuário	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Seguro Rural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA PARA O SETOR AGROPECUÁRIO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Infraestrutura e Logística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	21		FG-1
	9		FG-2
	2		FG-3

PORTARIA Nº 520, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DO ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048887/2016-62, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria Ministerial nº 44, de 22 de março de 2007.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA), órgão específico singular da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete:

I - formular propostas e coordenar a participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em negociações de atos internacionais concernentes aos temas de interesse do agronegócio;

II - analisar e acompanhar a evolução e a implementação de acordos, de financiamentos externos e de deliberações relativas à política externa para o agronegócio, no âmbito dos organismos internacionais, incluídas as questões que afetem a oferta de alimentos e que apresentem implicações para o agronegócio;

III - coordenar e promover o desenvolvimento de atividades, em âmbito internacional, em articulação com os demais órgãos da administração pública federal, nas áreas de:

a) promoção comercial do agronegócio e de seus produtos, marcas e patentes;

b) atração de investimentos estrangeiros;

c) cooperação técnica; e

d) contribuições e financiamentos externos;

IV - coordenar e promover, no âmbito de competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o desenvolvimento de atividades, nos âmbitos internacional bilateral, regional e multilateral;

V - acompanhar e participar da formulação e da implementação dos mecanismos de defesa comercial;

VI - elaborar estratégias para o agronegócio nacional em cooperação com outros órgãos e entidades da administração pública federal e do setor privado;

VII - analisar a conjuntura e as tendências do mercado externo para os produtos do agronegócio brasileiro;

VIII - coordenar, acompanhar, analisar e avaliar as atividades de adidos agrícolas brasileiros no exterior;

IX - coordenar e acompanhar a implementação de decisões, relativas ao interesse do agronegócio, de organismos internacionais e de acordos com governos estrangeiros, em articulação com outras unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

X - sistematizar, atualizar e disponibilizar banco de dados relativo às estatísticas das exportações brasileiras, aos requisitos dos mercados importadores e aos históricos das negociações e dos contenciosos relativos ao agronegócio, no País e no exterior, assim como os principais riscos e oportunidades potenciais às cadeias produtivas;

XI - assessorar os demais órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração da política agrícola nacional;

XII - assistir o Ministro de Estado e os dirigentes das unidades organizacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na coordenação, na preparação e na supervisão de missões e de assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais;

XIII - coordenar a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em fóruns de negociações internacionais que incluam temas de interesse do agronegócio brasileiro; e

XIV - promover, no âmbito de competência da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio:

a) a elaboração, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas e ações; e

b) a celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:

1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA) tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SRI:

a) Coordenação de Apoio Administrativo, Orçamentário e Financeiro - CAOF/GAB:

1. Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos - SRAP/CAOF;

2. Seção de Conformidade de Registro de Gestão - SCRG/CAOF;

3. Divisão de Monitoramento Administrativo e Orçamentário - DMAO/CAOF;

3.1. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/DMAO;

4. Divisão de Documentos de Viagens Internacionais - DDVI/CAOF; e

4.1. Serviço de Monitoramento de Viagens Internacionais - SMVI/DDVI;

II - Coordenação-Geral de Afastamento do País e Articulação - CGA/SRI;

III - Coordenação de Gestão dos Adidos Agrícolas - CGAD/SRI;

IV - Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade - DAC/SRI:

a) Coordenação-Geral de Acesso a Mercados - CGAM/DAC:

1. Coordenação de Negociações Comerciais - CONEC/CGAM; e

2. Coordenação de Negociações Intra-Mercosul - CONIM/CGAM; e

b) Coordenação-Geral de Competitividade - CGCM/DAC:

1. Coordenação de Estratégias de Acesso Comercial - CECOM/CGCM;

2.Coordenação de Estatísticas e Estudos do Agronegócio - COEST/CGCM; e

2.1. Divisão de Estatísticas e Estudos - DIEST/COEST;

V - Departamento de Negociações Não Tarifárias - DNNT/SRI:

a) Coordenação-Geral de Disciplinas Não Tarifárias ao Comércio Internacional - CGNT/DNNT:

1. Coordenação de Negociações Internacionais de Sustentabilidade - CNIS/CGNT; e

2. Coordenação de Assuntos Bilaterais e Regionais - CBR/CGNT; e

b) Coordenação-Geral de Temas Sanitários e Fitossanitários - CGSF/DNNT:

1. Divisão de Inteligência Estratégica - DINTE/CGSF;

2. Coordenação de Assuntos Bilaterais - CAB/CGSF;

3. Coordenação de Assuntos Regionais - CAR/CGSF; e

4. Coordenação de Assuntos Multilaterais - CAM/CGSF; e

VI - Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio - DPI/SRI:

a) Coordenação-Geral de Promoção Comercial - CGPC/DPI:

1. Coordenação de Ações no Mercado Externo - CAME/CGPC;

2. Coordenação de Imagem e Cultura Exportadora - CICE/CGPC; e

b) Coordenação-Geral de Promoção de Investimentos Estrangeiros e Cooperação - CGIC/DPI:

1. Coordenação de Investimentos Estrangeiros - CINV/CGIC;

1.1 Divisão de Análise Estratégica - DAE/CINV; e

2. Coordenação de Cooperação Internacional - CCI/CGIC.

Art. 3º A Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA) é dirigida pelo Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio; os Departamentos, por Diretor; as Coordenações-Gerais, por Coordenador Geral; as Coordenações, por Coordenador; e o Gabinete, as Divisões, os Serviços e as

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seções, por Chefe, cujos cargos em comissão e funções gratificadas são providos na forma da legislação vigente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções gratificadas, previstos no art. 6º deste Regimento, serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na legislação vigente.

Art. 5º O Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA) dispõe de cargos em comissão, sendo um Assessor Técnico (DAS 102.3) e um Assistente (DAS 102.2), cujas atribuições de assessoramento, serão estabelecidas por atos do Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio.

Art. 6º O Gabinete, os Departamentos e as Coordenações-Gerais dispõem de cargos em comissão e de funções gratificadas, localizados, identificados e quantificados a seguir, cujas específicas atribuições de assessoramento e de assistência dos seus ocupantes serão estabelecidas por atos do Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio:

I - Gabinete:

a) um Assessor Técnico (DAS 102.3);

b) um Assistente (DAS 102.2);

c) um Assistente Técnico (DAS 102.1);

d) um Assistente Técnico (FCPE 102.1);

e) um Assistente Intermediário (FG-2); e

f) sete Assistentes Intermediários (FG-1);

II - Coordenação de Apoio Administrativo, Orçamentário e Financeiro (CAOF/GAB): um Assistente Intermediário (FG-1);

III - Departamento de Acesso a Mercados e Competividade (DAC/SRI):

a) um Assistente Técnico (FCPE 102.1); e

b) um Assistente Intermediário (FG-1);

IV - Coordenação-Geral de Competitividade (CGCM/DAC): um Assistente Técnico (DAS 102.1);

V - Departamento de Negociação não Tarifárias (DNNT/SRI):

a) dois Assistentes Técnicos (FCPE 102.1); e

b) um Assistente intermediário (FG-1)

VI - Coordenação-Geral de Temas Sanitários e Fitossanitários (CGSF/DNNT): um Assistente Técnico (FCPE 102.1);

VII - Coordenação-Geral de Disciplinas Não Tarifárias ao Comércio Internacional (CGNT/DNNT): um Assistente Técnico (FCPE 102.1); e

VIII - Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI/SRI):

a) um Assistente Técnico (DAS 102.1); e

b) um Assistente intermediário (FG-1)

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Do Gabinete

Art. 7º Ao Gabinete da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (GAB/SRI) compete:

I - prestar assistência ao Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio na execução de suas atribuições, quanto à instrução de processos, elaboração, monitoramento e controle de documentos;

II - atender às solicitações e comunicações dos órgãos e entidades nacionais e internacionais;

III - programar a agenda de trabalho, a seleção do expediente e o preparo de correspondência e documentos para despacho do Secretário;

IV - manter articulações e marcar audiências e contatos de competência do Secretário;

V - oferecer suporte técnico-administrativo às análises dos processos de afastamento do país;

VI - promover, orientar e controlar as atividades de apoio operacional e administrativo quanto a:

a) manutenção de sistemas de informação relativos a protocolo, arquivo e controle da expedição e da tramitação dos documentos e correspondências; e

b) recepção de pessoas e autoridades;

VII - promover as iniciativas necessárias para a gestão das informações da Secretaria; e

VIII - acompanhar a análise e a fiscalização da execução dos planos de trabalho de convênios, contratos, termos de parceria e cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Art. 8º À Coordenação de Apoio Administrativo, Orçamentário e Financeiro (CAOF/GAB) compete:

I - coordenar e orientar:

a) as atividades de administração geral;

b) a programação e execução orçamentária e financeira, especialmente: consolidação da proposta orçamentária da Secretaria e as solicitações de alterações orçamentárias; e

c) a manutenção de controles e registros relacionados a: programação e execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à SRI/MAPA, e dos registros nos sistemas correlatos;

II - analisar, propor e executar gestões, junto aos órgãos setoriais de orçamento e finanças, para alocação de créditos orçamentários necessários à manutenção das atividades da Secretaria e ajustes às programações operacionais e orçamentárias;

III - orientar o gestor quanto à liquidação da despesa;

IV - preparar a Tomada de Contas Anual;

V - operacionalizar os processos de afastamento do País de servidores e empregados públicos do Ministério e de empregados de entidades vinculadas;

VI - controlar e disponibilizar recursos orçamentários e financeiros necessários às atividades dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas no exterior; e

VII - proceder a execução da celebração de convênios, termos de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, especialmente:

a) o monitoramento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

b) a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

c) a supervisão e auditoria dos planos de trabalho.

Art. 9º À Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos (SRAP/CAOF) compete:

I - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Secretaria;

II - manter registros das tramitações dos processos; e

III - organizar e executar atividades relativas ao arquivo documental da Secretaria, mantendo em segurança os documentos.

Art. 10. À Seção de Conformidade de Registro de Gestão (SCRG/CAOF) compete:

I - realizar a conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira;

II - registrar, diariamente, a conformidade de registro de gestão;

III - arquivar os processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;

IV - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado; e

V - inserir aos processos originais, quanto solicitado formalmente, e manter em arquivo, na mesma ordem cronológica, a documentação referente a:

a) aditamento a instrumento contratual, convênio ou similar;

b) liberação de recursos e prestação de contas de convênios e similares; e

c) suprimento de fundo e outros documentos.

Art. 11. À Divisão de Controle Administrativo, Financeiro e Orçamentário (DMAO/CAOF) compete:

I - controlar despesas referentes a:

a) disponibilidades dos créditos orçamentários;

b) suprimento de fundos; e

c) prestação de contas;

II - subsidiar a elaboração de:

a) propostas para Programação Orçamentária Anual (POA) e alterações orçamentárias relacionadas à Secretaria; e

b) tomada de contas anual;

III - acompanhar o registro de conformidade de suporte documental;

IV - controlar e orientar as atividades administrativas e financeiras dos adidos agrícolas junto às missões diplomáticas brasileiras no exterior; e

V - operacionalizar os recursos orçamentários e financeiros.

Art. 12. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DMAO) compete:

I - proceder aos registros da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados, junto aos sistemas específicos, quanto a:

a) emitir empenhos e respectivas anulações; e

b) liquidar as despesas;

II - proceder:

a) à conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira; e

b) ao pagamento de suprimento de fundos;

III - registrar os processos de pagamento com:

a) conformidade diária; e

b) conformidade de operadores do Sistema de Administração Financeira - SIAFI;

IV - acompanhar as emissões de passagens aéreas, providenciar pagamento de diárias e respectiva prestação de contas dos servidores, empregados e colaboradores eventuais da unidade administrativa;

V - apoiar na elaboração de relatórios relativos às despesas de passagens aéreas e diárias; e

VI - enviar matérias, para publicação no Diário Oficial da União e no Boletim de Pessoal e Serviço do Ministério.

Art. 13. À Divisão de Documentos de Viagens Internacionais (DDVI/CAOF) compete:

I - processar e encaminhar os expedientes relativos às autorizações ministeriais para viagens ao exterior de servidores públicos do Ministério e de empregados das entidades;

II - solicitar, às unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores, a concessão de passaporte de serviço, a prorrogação de vigência e carta de pedido de visto para embaixadas;

III - arquivar os relatórios das participações dos servidores e empregados do Ministério em viagens internacionais;

IV - manter registros sobre viagens internacionais e elaborar relatórios, quando solicitado, para conhecimento das autoridades do Ministério; e

V - enviar matérias, no âmbito da SRI, para publicação à Imprensa Nacional.

Art. 14. Ao Serviço de Monitoramento de Viagens Internacionais (SMVI/CAOF) compete:

I - analisar e acompanhar os processos de viagens internacionais no âmbito do Ministério;

II - requisitar passaportes e nota verbal junto ao Ministério das Relações Exteriores para fins de obtenção de visto oficial;

III - preparar extrato das autorizações do Ministro de Estado para os afastamentos do País para publicação no Diário Oficial da União;

IV - registrar e classificar os processos de afastamento do País; e

V - manter registro das viagens internacionais.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Afastamento do País e Articulação (CGA/SRI) compete:

I - assistir o Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio na execução de atividades relacionadas à articulação externa com outros órgãos, entidades públicas e privadas, organismos internacionais e corpo diplomático credenciado junto ao Governo Brasileiro;

II - coordenar a interação com as demais unidades organizacionais da SRI/MAPA para:

a) elaboração de informações e subsídios técnicos para apoiar o processo decisório;

b) ações para disponibilizar e atualizar registros e informações relativos aos atos internacionais de interesse do agronegócio;

c) preparação de material informativo com dados relevantes do agronegócio, com vistas a subsidiar o relacionamento institucional interno e externo; e

d) elaboração de informações e documentos para subsidiar a participação de autoridades do MAPA em fóruns que tratam de temas internacionais de interesse do agronegócio;

III - coordenar e apoiar as atividades de protocolo e cerimonial internacional no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante eventos internacionais; e

IV - supervisionar e acompanhar a análise dos processos de afastamento do país dos servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 16. À Coordenação de Gestão dos Adidos Agrícolas (CGAD/SRI) compete:

I - assistir o Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio em temas relacionados às atividades dos adidos agrícolas;

II - coordenar, acompanhar, analisar e orientar as atividades dos adidos agrícolas brasileiros;

III - coordenar o processo seletivo e manter atualizado o quadro de acesso a postos de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior;

IV - coordenar os processos de qualificação e de capacitação dos componentes do quadro de acesso a postos de adidos agrícolas e dos adidos agrícolas designados;

V - coordenar o sistema de comunicação entre os adidos agrícolas e os demais órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros ministérios;

VI - coordenar a elaboração e promover a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, programas, cursos, estágios, planos de trabalho, projetos básicos, termos de referência e outras atividades específicas dos adidos agrícolas;

VII - coordenar, orientar e apoiar a participação dos adidos agrícolas nas negociações internacionais do setor agropecuário;

VIII - coordenar, promover, orientar, supervisionar e apoiar as atividades de inteligência na produção, análise e proteção de conhecimento desenvolvidas pelos adidos agrícolas no exercício de suas atividades;

IX - assistir as unidades organizacionais dos órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no acompanhamento de missões e de assuntos internacionais, bilaterais, regionais e multilaterais, relacionados ao agronegócio com a participação dos adidos agrícolas;

X - orientar e apoiar as unidades organizacionais dos órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na elaboração de estratégias voltadas a abertura e manutenção de mercados internacionais para produtos do agronegócio brasileiro quando da participação dos adidos agrícolas;

XI - coordenar, propor, produzir e solicitar aos adidos agrícolas a realização de estudos, análises e prospecção de cenários sobre o mercado externo, em relação a mercados e países competidores de produtos do agronegócio brasileiro, para identificar oportunidades, obstáculos, e elaborar cenários e prognósticos;

XII - coordenar os adidos agrícolas no monitoramento de políticas agrícolas com impactos para o comércio internacional de alimentos e para o agronegócio brasileiro e internacional;

XIII - coordenar os adidos agrícolas sobre as ações relacionadas a temas sanitários, fitossanitários, de sustentabilidade ambiental da agropecuária, de material genético animal e vegetal, de produção orgânica, de indicação geográfica em produtos agropecuários, de clima e mudanças climáticas na agricultura, de temas sociais na agricultura, de bem-estar animal, de biossegurança, de biosseguridade, de proteção de cultivares e de outros assuntos não tarifários e analisar as deliberações relativas às exigências oficiais e eventuais certificações que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário brasileiro;

XIV - avaliar periodicamente a atuação dos adidos agrícola para subsidiar a Secretaria de Relações Internacionais (SRI/MAPA) nas decisões relacionadas à prorrogação da designação;

XV - monitorar e supervisionar o cumprimento de instruções demandadas aos Adidos Agrícolas;

XVI - organizar e apoiar a divulgação de resultados das atividades dos adidos agrícolas; e

XVII - representar a SRI/MAPA em temas relacionados às atividades dos Adidos Agrícolas no Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção II

Do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade

Art. 17. Ao Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade (DAC/SRI) compete:

I - articular e elaborar propostas para negociações multilaterais, regionais e bilaterais de acordos comerciais e analisar as deliberações relativas às demais práticas comerciais no mercado internacional que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário;

II - acompanhar a implementação de acordos comerciais multilaterais e de acordos firmados pela República Federativa do Brasil com outros mercados que tenham implicações para o agronegócio;

III - acompanhar e analisar questões que afetem a oferta de alimentos ou que sejam de interesse do agronegócio brasileiro, no âmbito dos organismos internacionais;

IV - elaborar análise de consistência e coerência das notificações de caráter comercial dos países-membros de organismos internacionais de interesse para o agronegócio nacional;

V - identificar oportunidades, obstáculos e cenários para o desenvolvimento de estratégias de acesso dos produtos do agronegócio brasileiro ao mercado internacional;

VI - monitorar a implementação de políticas agrícolas de países estrangeiros e produzir análises sobre os impactos dessas políticas para o comércio internacional de alimentos e para o agronegócio internacional;

VII - atuar nas negociações de integração regional, na elaboração de propostas relativas à política comercial externa do MERCOSUL e nos temas de interesse para o agronegócio brasileiro; e

VIII - estabelecer parcerias com os setores público e privado para otimizar o resultado das negociações internacionais no âmbito de acesso a mercados e de aumento da competitividade do agronegócio brasileiro.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Acesso a Mercados (CGAM/DAC) compete:

I - elaborar propostas e participar das negociações de acordos comerciais, inclusive de facilitação do comércio e de integração fronteiriça, em articulação com os setores público e privado do agronegócio;

II - monitorar, avaliar e coordenar a implementação de acordos comerciais em articulação com os setores público e privado e os impactos para o agronegócio brasileiro;

III - avaliar a consistência e a coerência das notificações apresentadas no âmbito dos acordos firmados na OMC pelos países membros;

IV - elaborar estudos e propostas para subsidiar a atuação do País em contenciosos comerciais relativos ao agronegócio;

V - propor, monitorar e avaliar a execução e o cumprimento de deliberações no âmbito do Mercosul;

VI - coordenar a participação do Ministério na Câmara do Comércio Exterior (CAMEX) e suas instâncias técnicas;

VII - organizar missões do Ministério que envolvam negociações comerciais;

VIII - acompanhar as práticas comerciais no mercado internacional,

IX - participar da elaboração e da implementação dos mecanismos de defesa comercial;

X - avaliar temas e informações sobre o mercado agropecuário internacional, junto aos organismos internacionais;

XI - participar de ações de cooperação, integração e facilitação em temas relativos às negociações comerciais; e

XII - subsidiar a elaboração de políticas, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos comerciais dos quais o País seja signatário, junto às unidades administrativas dos órgãos do Ministério.

Art. 19. À Coordenação de Negociações Comerciais (CONEC/CGAM) compete:

I - participar das negociações de acordos comerciais do agronegócio, inclusive de facilitação do comércio e de integração fronteiriça;

II - monitorar a execução e o cumprimento dos acordos comerciais dos quais o País seja signatário;

III - subsidiar a atuação do País em contenciosos comerciais relativos ao agronegócio;

IV - organizar missões do Ministério que envolvam negociações comerciais;

V - acompanhar práticas comerciais no mercado internacional relacionadas ao agronegócio;

VI - participar da elaboração e da implementação dos mecanismos de defesa comercial;

VII - acompanhar temas sobre o mercado agropecuário junto aos organismos internacionais;

VIII - participar de ações de cooperação em temas relativos às negociações comerciais; e

IX - subsidiar as unidades administrativas na elaboração de políticas, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos comerciais dos quais o País seja signatário.

Art. 20. À Coordenação de Negociações Intra-Mercosul (CONIM/CGAM) compete:

I - propor e monitorar a execução e o cumprimento das deliberações no âmbito do Mercosul, avaliando os impactos para o agronegócio brasileiro;

II - avaliar os efeitos de medidas comerciais pelos Estados-Parte do Mercosul para o agronegócio brasileiro;

III - acompanhar e analisar questões quanto à oferta de alimentos ou que sejam de interesse do agronegócio brasileiro, no âmbito do Mercosul;

IV - participar da formulação e implementação de mecanismos de alteração tarifária no âmbito do Mercosul;

V - atuar na articulação de temas tratados no âmbito da Câmara do Comércio Exterior (CAMEX);

VI - participar da formulação e da implementação de mecanismos de defesa comercial no âmbito do Mercosul;

VII - subsidiar as unidades administrativas na elaboração de políticas, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos no âmbito do Mercosul;

VIII - assistir as unidades administrativas no acompanhamento de missões e de assuntos internacionais relacionados ao agronegócio no âmbito do Mercosul;

IX - elaborar estudos para subsidiar a atuação do País em contenciosos comerciais no âmbito do Mercosul; e

X - atuar, em articulação com as demais unidades administrativas, nas diversas instâncias do quadro institucional do Mercosul que tratam de assuntos de interesse do agronegócio brasileiro.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Competitividade (CGCM/DAC) compete:

I - prestar assessoramento estratégico, realizar atividades de produção, análise e proteção de conhecimento;

II - coordenar os levantamentos sobre oportunidades, obstáculos, estratégias e cenários para o acesso dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado internacional;

III - subsidiar negociações de acordos comerciais, em articulação com os setores público e privado do agronegócio;

IV - avaliar impactos de políticas agrícolas de países estrangeiros;

V - acompanhar e analisar questões que afetam a oferta de alimentos ou que sejam de interesse do agronegócio brasileiro;

VI - subsidiar as unidades administrativas na elaboração de políticas, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos internacionais dos quais o País seja signatário;

VII - assistir as unidades administrativas no acompanhamento de missões e de assuntos internacionais relacionados ao agronegócio;

VIII - coordenar a sistematização, atualização, disponibilização e disseminação de dados e informações relativos às estatísticas das exportações e importações do agronegócio brasileiro; e

IX - manter o funcionamento adequado do sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro (AGROSTAT).

Art. 22. À Coordenação de Estratégias de Acesso Comercial (CEAC/CGEC) compete:

I - produzir, analisar e proteger informação sobre oportunidades, obstáculos, cenários e estratégias para o acesso dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado internacional;

II - subsidiar negociações de acordos comerciais, em articulação com os setores público e privado do agronegócio;

III - estabelecer parcerias com os setores público e privado para otimizar o resultado das negociações internacionais regionais e bilaterais para ampliar o acesso a mercados e a competitividade do agronegócio brasileiro;

IV - subsidiar a análise de impacto, para os interesses do agronegócio brasileiro, da implementação de acordos comerciais dos quais o Brasil seja signatário;

V - acompanhar e analisar questões relativas à oferta de alimentos, ou que sejam de interesse do agronegócio brasileiro, no âmbito comercial;

VI - subsidiar as unidades administrativas na elaboração de políticas, em termos de compatibilidade com os compromissos decorrentes de acordos comerciais dos quais o Brasil seja signatário;

VII - monitorar a implementação de políticas agrícolas de países e blocos econômicos, avaliando os impactos dessas políticas para agronegócio brasileiro; e

VIII - assistir as unidades administrativas no acompanhamento de missões e de assuntos internacionais regionais e bilaterais relacionados ao agronegócio.

Art. 23. À Coordenação de Estatísticas e Estudos do Agronegócio (COEST/CGEC) compete:

I - elaborar estudos sobre o desempenho dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado internacional;

II - sistematizar, atualizar, disponibilizar e disseminar dados e informações relativos às estatísticas do comércio exterior do agronegócio brasileiro; e

III - administrar o sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro (AGROSTAT), bem como aspectos relacionados ao seu aperfeiçoamento e evolução.

Art. 24. À Divisão de Estatísticas e Estudos (DIEST/COEST) compete:

I - planejar, avaliar e orientar as atividades de produção, análise e proteção de conhecimento;

II - prospectar, produzir, analisar e monitorar cenários para acesso ao comércio exterior do agronegócio brasileiro;

III - apoiar e desenvolver análises e estudos sobre a Balança Comercial do Agronegócio;

IV - executar e acompanhar os procedimentos de atualização do sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro (AGROSTAT);

V - propor melhorias do sistema de estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro (AGROSTAT); e

VI - apoiar ações de divulgação das atividades e dos resultados do comércio exterior do agronegócio brasileiro.

Seção III

Do Departamento de Negociações Não Tarifárias

Art. 25. Ao Departamento de Negociações Não Tarifárias (DNNT/SRI) compete:

I - articular e participar com as unidades administrativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da elaboração de propostas de negociações e de acordos internacionais sobre temas sanitários, fitossanitários e assuntos não tarifários de interesse do setor agropecuário;

II - acompanhar a implementação de negociações e de acordos sanitários, fitossanitários e de outros temas não tarifários que tenham implicações para o agronegócio, dos quais o País seja signatário ou participe do processo de negociação;

III - elaborar a análise de consistência e coerência das regulamentações e proposições sobre questões sanitárias e fitossanitárias e sobre outros temas não tarifários afetos ao agronegócio, notificados pelos países à Organização Mundial do Comércio - OMC e a outros organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte;

IV - acompanhar e analisar as questões de interesse do agronegócio nacional junto aos organismos internacionais;

V - acompanhar negociações e analisar normas, medidas sanitárias e fitossanitárias e outras disciplinas não tarifárias dos principais países produtores, importadores, exportadores e blocos econômicos, relativas aos produtos agropecuários;

VI - contribuir com a elaboração de políticas de defesa agropecuária nacional e de outras políticas de interesse da agropecuária nacional que tratem de temas não tarifários, em conformidade com os compromissos decorrentes de acordos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja signatária ou participe do processo de negociação;

VII - propor e negociar ações de cooperação em matérias sanitárias e fitossanitárias e em outros temas não tarifários de interesse do agronegócio nacional; e

VIII - orientar os adidos agrícolas da República Federativa do Brasil no exterior sobre as ações relacionadas a temas sanitários, fitossanitários, de sustentabilidade ambiental da agropecuária, de material genético animal e vegetal, de produção orgânica, de indicação geográfica em produtos agropecuários, de clima e mudanças climáticas na agricultura, de temas sociais na agricultura, de bem-estar animal, de biossegurança, de biosseguridade, de proteção de cultivares e de outros assuntos não tarifários e analisar as deliberações relativas às exigências oficiais e eventuais certificações que envolvam assuntos de interesse do setor agropecuário brasileiro.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Disciplinas Não Tarifárias ao Comércio Internacional (CGNT/DNNT) compete:

I - planejar, propor, coordenar, monitorar e avaliar o processo das disciplinas não tarifárias, no âmbito nacional e internacional relativo ao agronegócio;

II - avaliar e propor estratégias de negociações relativas ao impacto das disciplinas não tarifárias nos setores produtivo, regulatório, de fiscalização e auditoria que afetam o comércio internacional de produtos do agronegócio;

III - participar, monitorar e avaliar as negociações que envolvam disciplinas não tarifárias das atividades prioritárias relacionadas com:

a) atos internacionais e tratativas com países e blocos;

b) acordos e Comitês da Organização Mundial do Comércio;

c) propriedade intelectual;

d) sustentabilidade;

e) biotecnologia;

f) temas sociais;

g) qualidade e classificação dos produtos agropecuários;

h) clima e mudanças climáticas na agricultura;

i) agregação de valor a produtos agropecuários;

j) recursos genéticos;

k) segurança alimentar; e

l) outros assuntos não tarifários que não estejam relacionados com assuntos sanitários e fitossanitários;

IV - acompanhar e analisar as propostas em formulação das disciplinas não tarifárias no âmbito dos organismos internacionais;

V - acompanhar e analisar as políticas de interesse do agronegócio nacional junto aos organismos internacionais, protocolos, convenções e demais atos multilaterais;

VI - elaborar propostas e estudos técnicos, referentes à atuação do País em contenciosos sobre temas não tarifários de interesse do agronegócio nacional;

VII - participar das atividades que tratam de temas não tarifários do agronegócio nos países, blocos e organismos internacionais;

VIII - estabelecer parcerias com os setores público, privado e acadêmico para avaliar os impactos de natureza não tarifária no setor do agronegócio;

IX - subsidiar a elaboração de políticas no agronegócio em conformidade com os compromissos de acordos internacionais de que o País seja signatário ou participe do processo de negociação;

X - planejar, propor, coordenar, monitorar e avaliar as negociações quanto a:

a) análise de disciplinas não tarifárias relativas a:

1. países produtores, importadores, exportadores e blocos econômicos dos produtos agropecuários; e

2. organismos internacionais, protocolos, convenções e demais atos multilaterais;

b) processos das políticas de interesse da agropecuária nacional que tratem de temas não tarifários;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) efetivação da formulação e proposição de posição do MAPA como referência brasileira;

d) concepção e implementação de estratégias de negociações com a finalidade de atendimento das posições do MAPA;

e) proposição de estratégias para a realização de negociações em que a posição do MAPA seja acolhida como referência brasileira nas deliberações nacionais e internacionais; e

f) subsidio à defesa do interesse do agronegócio brasileiro em fóruns internacionais; e

XI - desenvolver as ações de competência da Coordenação-Geral considerando os subsídios e a articulação com os órgãos específicos singulares do Ministério e de órgãos e entidades públicos e instituições privadas.

Art. 27. À Coordenação de Negociações Internacionais de Sustentabilidade (CNIS/CGNT) compete:

I - planejar, coordenar, monitorar, propor e avaliar as tratativas e negociações relacionadas com as disciplinas não tarifárias sobre sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica, recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar no âmbito das organizações multilaterais, regionais e das negociações bilaterais;

II - avaliar e propor estratégias de negociação de temas não tarifários sobre sustentabilidade que possam impactar o comércio de produtos agropecuários brasileiros no âmbito das organizações multilaterais e das negociações bilaterais e regionais;

III - realizar gestões junto a outros países e a organismos multilaterais de assuntos e temas de interesse do Brasil, nas negociações sobre sustentabilidade que possam afetar o comércio de produtos agropecuários Brasileiros;

IV - promover a elaboração de estudos e propostas de posições do MAPA para as tratativas relacionadas a sustentabilidade nos organismos multilaterais, regionais e nas negociações bilaterais;

V - propor a elaboração de estratégias de negociação para o atendimento dos interesses do agronegócio brasileiro no que diz respeito às recomendações internacionais sobre sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar;

VI - participar da elaboração de propostas relativas às recomendações não tarifárias dos organismos internacionais que disciplinam sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar e que possam impactar o comércio, o desenvolvimento e a implementação das disciplinas de interesse do agronegócio nacional;

VII - indicar os representantes para participação em reuniões e demais eventos no âmbito das negociações bilaterais e regionais e dos organismos multilaterais sobre sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar;

VIII - participar da elaboração e avaliação das medidas adotadas pelo MAPA sobre sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar em consonância com as disciplinas não tarifárias dos organismos multilaterais;

IX - participar dos foros multilaterais de discussão dos organismos internacionais que disciplinam medidas não tarifárias relacionadas à sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar que possam impactar o comércio internacional de produtos agropecuários;

X - elaborar propostas e informações referentes à atuação do Brasil em contenciosos que versem sobre barreiras não tarifárias relacionadas à sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar;

XI - analisar, acompanhar e produzir informações referentes às questões não tarifárias sobre sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar durante o processo de acessão de países à OMC;

XII - participar, analisar, acompanhar e produzir informações referentes às questões não tarifárias relacionadas à sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar durante a revisão de políticas comerciais dos membros da OMC;

XIII - participar, analisar, acompanhar e produzir informações referentes às políticas de sustentabilidade, biotecnologia e temas sociais nos organismos multilaterais internacionais e nas negociações bilaterais e regionais;

XIV - participar, analisar, acompanhar e produzir informações sobre as tratativas do mecanismo da OMC relativas à revisão de políticas comerciais do Brasil quanto às disciplinas não tarifárias relacionadas à sustentabilidade e temas correlatos, diversidade biológica e recursos genéticos, biotecnologia, mudança do clima, captura de pescado, bioeconomia, trabalho e questões sociais, povos tradicionais, segurança alimentar aplicadas aos produtos agropecuários;

XV - subsidiar as tratativas e participar das negociações junto às seguintes organizações, convenções e protocolos, entre outros:

a) Organização Mundial do Comércio (OMC) especialmente Comitê de Comércio e Meio Ambiente;

b) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD);

c) Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e seus protocolos;

d) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), especialmente Comitê de Segurança Alimentar, Comissão de Recursos Genéticos entre outros;

e) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC);

f) Organização Internacional do Trabalho (OIT);

g) Convenções das Nações Unidas sobre Segurança Química;

h) Foro das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF);

i) Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS);

j) Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico (ICCAT);

k) Organização Marítima Internacional (IMO); e

l) IICA.

XVI - desenvolver as ações de competência da Coordenação em articulação com os órgãos específicos singulares do MAPA e de órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e

XVII - manter dados e registros da participação do MAPA nas negociações internacionais.

Art. 28. À Coordenação de Negociações Internacionais para Agregação de Valor (CNI/CGNT) compete:

I - planejar, coordenar, monitorar, propor e avaliar as tratativas e negociações relacionadas com as disciplinas não tarifárias sobre barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização, na relação do Brasil com os demais países e no âmbito das organizações regionais e multilateriais;

II - avaliar e propor estratégias de negociação de temas não tarifários relacionados a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização, que possam impactar o comércio de produtos agropecuários brasileiros no âmbito das negociações bilaterais e das organizações regionais e multilaterais;

III - realizar gestões junto a organismos regionais e multilaterais de assuntos e temas de interesse do Brasil, nas negociações relacionadas a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização que possam impactar o comércio de produtos agropecuários brasileiros;

IV - promover a elaboração de estudos e propostas de posições do MAPA para as tratativas relacionadas a barreiras não tarifárias relacionadas a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização nos organismos regionais, multilaterais e nas relações bilaterais do Brasil;

V - indicar representantes para participação em reuniões e demais eventos sobre negociações de barreiras não tarifárias relacionadas a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização entre os países e no âmbito dos organismos regionais e multilaterais;

VI - elaborar e avaliar as medidas adotadas pelo MAPA relativas às disciplinas não tarifárias relacionadas a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização dos organismos regionais e multilaterais e em consonância com os acordos não tarifários do Brasil com os demais países;

VII - participar dos foros regionais e multilaterais de discussão dos organismos internacionais que disciplinam medidas não tarifárias relacionadas a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização no comércio internacional de produtos agropecuários;

VIII - participar dos mecanismos bilaterais de discussão que disciplinam medidas não tarifárias relacionados a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização no comércio internacional de produtos agropecuários;

IX - analisar, acompanhar e produzir informações referentes às políticas de barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização nos organismos regionais internacionais e nas relações bilaterais do Brasil com os demais países;

X - subsidiar as tratativas e participar das negociações junto às organizações, convenções e protocolos, notadamente:

a) Mercosul, especialmente no Subgrupo de Trabalho nº 3;

b) União Europeia;

c) União Aduaneira Euroasiática;

d) ALADI;

e) Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente os comitês TRIPS e TBT;

f) Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI);

g) União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV); e

h) Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE);

XI - subsidiar as tratativas e participar das negociações de temas não tarifários relacionados a barreiras técnicas e temas correlatos, propriedade intelectual incluindo cultivares e indicação geográfica, bem-estar animal, regulamentos técnicos, coerência regulatória, classificação, padronização junto aos mecanismos bilaterais sobre agricultura, especialmente os Comitês Consultivos Agrícolas (CCA);

XII - desenvolver as ações de competência da Coordenação em articulação com os órgãos específicos singulares do MAPA e de órgãos e entidades públicas e instituições privadas; e

XIII - manter banco de dados e registros da participação do MAPA nas negociações internacionais.

Art. 29. À Coordenação-Geral de Temas Sanitários e Fitossanitários (CGSF/DNNT) compete:

I - planejar, coordenar, monitorar, propor e avaliar, junto aos órgãos competentes do MAPA, as negociações de acordos internacionais que tenham como objetivo a criação, a interpretação e o gerenciamento de disciplinas sanitárias e fitossanitárias no comércio internacional bilateral, regional e multilateral;

II - acompanhar e analisar:

a) propostas de negociações internacionais sanitárias e fitossanitárias no âmbito bilateral, regional e multilateral e nos organismos internacionais; e

b) políticas de interesse do agronegócio nacional junto aos organismos internacionais, protocolos, convenções e demais atos no âmbito bilateral, regional e multilateral;

III - analisar a consistência e coerência das regulamentações e proposições efetuadas por países no âmbito bilateral, regional e multilateral, quanto aos temas sanitários e fitossanitários;

IV - elaborar propostas e estudos técnicos, referentes à atuação do Brasil em contenciosos sobre temas sanitários e fitossanitários, do agronegócio nacional;

V - participar das atividades e de delegações do MAPA sobre temas sanitários e fitossanitários nos países, blocos, organismos e fóruns internacionais;

VI - estabelecer parcerias com os setores público e privado;

VII - analisar negociações sanitárias e fitossanitárias dos principais:

a) países produtores, importadores, exportadores e blocos econômicos dos produtos agropecuários; e

b) organismos internacionais, protocolos, convenções e demais atos multilaterais.

VIII - subsidiar:

a) as ações de cooperação em temas sanitários e fitossanitários do agronegócio nacional; e

b) a elaboração de políticas relacionadas com temas sanitários e fitossanitários em conformidade com os compromissos de acordos internacionais de que o Brasil seja signatário ou partícipe do processo de negociação;

IX - coordenar:

a) a formulação e a posição do MAPA quanto às negociações internacionais sanitárias e fitossanitárias e propor estratégias de negociações para definir a posição brasileira;

b) as atividades e o posicionamento dos diferentes órgãos do MAPA, nos assuntos e negociações de temas sanitários e fitossanitários junto ao Codex Alimentarius; e

c) as atividades de produção, análise e proteção de informações, em articulação com as demais áreas administrativas do MAPA;

X - auxiliar o diretor na orientação dos assuntos relacionados aos Adidos Agrícolas sobre as ações de competência e atribuição da Coordenação-Geral;

XI - articular com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA e entidades públicas e privadas representativas do agronegócio brasileiro sobre as competências e atribuições desta Coordenação-Geral e suas unidades administrativas; e

XII - manter dados e registros das competências da Coordenação Geral e suas unidades administrativas.

Art. 30. À Coordenação de Assuntos Bilaterais (CAB/CGSF) compete:

I - coordenar, no que se refere às questões dos temas sanitários e fitossanitários:

a) a elaboração das propostas de negociações, referentes ao agronegócio; e

b) a revisão dos atos internacionais e entendimentos oficiais internacionais;

II - participar de negociações internacionais referentes aos temas do agronegócio quanto às questões sanitárias e fitossanitárias;

III - manter registros e fornecer informações a respeito da implementação de atos e entendimentos oficiais internacionais, relacionados com as medidas relativas às questões sanitárias e fitossanitárias;

IV - identificar pontos de interesse relacionados com a abertura, manutenção e expansão de mercados;

V - manter dados, registros e informações das ações da Coordenação;

VI - analisar as negociações internacionais, as informações relativas à ocorrência de temas sanitários e fitossanitários notificadas no âmbito bilateral;

VII - elaborar relatório sobre medidas e questões sanitárias e fitossanitárias relacionadas com a implementação de atos internacionais e entendimentos oficiais com análise e indicação dos seus resultados;

VIII - acompanhar, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA:

a) a organização de visitas de missões estrangeiras no Brasil e de missões brasileiras no exterior, no que se refere às questões sanitárias e fitossanitárias; e

b) a resposta de questionários estrangeiros com vistas à abertura de mercados para produtos brasileiros, bem como as respostas de países estrangeiros, para importação pelo País; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - manter registro e avaliar as missões estrangeiras no Brasil e brasileiras no exterior nas questões sanitárias e fitossanitárias quanto ao seu impacto para o comércio internacional.

Art. 31. À Coordenação de Assuntos Regionais (CAR/CGSF) compete:

I - Acompanhar no que se refere as questões sanitárias e fitossanitárias:

a) a elaboração das propostas de negociações, referentes ao agronegócio; e

b) a revisão dos atos internacionais e entendimentos oficiais internacionais dos blocos e dos países que compõem blocos regionais, bem como demais países que sejam delegados;

II - participar de negociações internacionais referentes aos temas do agronegócio que dizem respeito às questões sanitárias e fitossanitárias;

III - manter registros e fornecer informações sobre a implementação de atos internacionais e entendimentos oficiais internacionais, relacionados com as medidas questões sanitárias e fitossanitárias;

IV - identificar pontos de interesse relacionados à abertura, manutenção e expansão de mercados;

V - analisar as negociações internacionais e as informações relativas à ocorrência de eventos sanitários e fitossanitários notificadas;

VI - articular e elaborar propostas para negociações nos foros do MERCOSUL e demais blocos regionais quando relacionados a acordos sanitários e fitossanitários;

VII - acompanhar, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA:

a) a organização de visitas de missões estrangeiras ao Brasil e de missões brasileiras no exterior, no que se refere às questões sanitárias e fitossanitárias; e

b) a resposta de questionários estrangeiros com vistas à abertura de mercados para produtos brasileiros, bem como as respostas de países estrangeiros, para importação pelo Brasil;

VIII - manter registro e avaliar as missões estrangeiras no Brasil e brasileiras no exterior nas questões sanitárias e fitossanitárias quanto ao seu impacto para o comércio internacional;

IX - acompanhar a:

a) implementação dos acordos firmados pelo MERCOSUL e demais blocos regionais com terceiros mercados que tenham implicações sanitárias e fitossanitárias para o agronegócio;

b) análise das barreiras sanitárias e fitossanitárias que afetem a oferta de alimentos ou sejam de interesse do agronegócio brasileiro, no âmbito do MERCOSUL, blocos regionais e países; e

c) implementação de acordos firmados entre o Brasil e blocos regionais que tenham implicações sanitárias e fitossanitárias para o agronegócio;

X - atuar nas diversas instâncias do quadro institucional do MERCOSUL, quanto a temas sanitários e fitossanitários;

XI - participar das formulações e negociações de acordos em assuntos sanitários e fitossanitários de integração do MERCOSUL com terceiros mercados;

XII - participar das negociações nos Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL quanto à formulação de estratégias de negociação no que se refere às questões e temas sanitários e fitossanitários e coordenar as comissões técnicas da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho N° 8 - Agricultura; e

XIII - participar das formulações e negociações de acordos em assuntos sanitários e fitossanitários de integração do Brasil com os blocos regionais.

Art. 32. À Coordenação de Assuntos Multilaterais (CAM/CGSF) compete:

I - planejar, coordenar, monitorar, propor e avaliar as tratativas e negociações relacionadas com as disciplinas não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias, no âmbito das organizações multilaterais;

II - avaliar e propor estratégias de negociação de temas não-tarifários, sanitários e fitossanitários, que possam impactar o comércio de produtos agropecuários brasileiros no âmbito das organizações multilaterais;

III - realizar gestões junto a organismos multilaterais de assuntos e temas de interesse do País, nas negociações que possam impactar o comércio de produtos agropecuários brasileiros;

IV - colaborar na elaboração de políticas de defesa agropecuária nacional, em termos da compatibilidade com os compromissos decorrentes das disciplinas não tarifárias sanitárias e fitossanitárias dos acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

V - promover a elaboração de estudos e propostas de posições do MAPA para as tratativas relacionadas a barreiras não tarifárias sanitárias e fitossanitárias nos organismos multilaterais;

VI - propor a elaboração de estratégias de negociação sanitárias e fitossanitárias para o atendimento dos interesses do Brasil no que diz respeito às recomendações internacionais;

VII - participar da elaboração de propostas relativas às recomendações não tarifárias sanitárias e fitossanitárias dos organismos internacionais que disciplinam o comércio e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro;

VIII - indicar representantes para participar de reuniões e eventos sanitários e fitossanitários no âmbito dos organismos multilaterais;

IX - articular com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA e entidades públicas e privadas representativas do agronegócio brasileiro sobre as competências e atribuições desta Coordenação-Geral e suas unidades administrativas;

X - participar da elaboração e avaliação das medidas sanitárias e fitossanitárias adotadas pelo MAPA em consonância com os temas não tarifários dos organismos multilaterais;

XI - participar dos foros multilaterais dos organismos internacionais que disciplinam e/ou monitoram medidas não tarifárias sanitárias e fitossanitárias no comércio internacional de produtos agropecuários;

XII - elaborar propostas, fornecer informações e participar de contenciosos que versem sobre barreiras não-tarifárias sanitárias e fitossanitárias;

XIII - articular com os órgãos competentes do MAPA a proposição e negociação de ações de cooperação em matérias sanitárias e fitossanitárias em conformidade com as normas, diretrizes e recomendações dos organismos internacionais;

XIV - analisar, acompanhar e produzir informações referentes as questões não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias durante o processo de acessão de países à Organização Mundial do Comércio (OMC);

XV - analisar, acompanhar e produzir informações referentes as questões não tarifárias sanitárias e fitossanitárias na revisão de políticas comerciais dos Membros da OMC;

XVI - analisar, acompanhar e produzir informações referentes às políticas sanitárias e fitossanitárias nos organismos multilaterais internacionais;

XVII - analisar, acompanhar, produzir informações das tratativas sobre revisão de políticas comerciais do País quanto a temas não tarifários, sanitários e fitossanitários, aplicados aos produtos agropecuários;

XVIII - planejar, analisar e participar de atividades referentes às tratativas, propostas, negociações e políticas de interesse que disciplinam medidas não tarifárias, sanitárias e fitossanitárias, no comércio de produtos agropecuários, relacionadas com a OMC, a Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) e demais organismos internacionais;

XIX - analisar a consistência e coerência das notificações de disciplinas não tarifárias sanitárias e fitossanitárias dos países membros da OMC, que impactem no comércio internacional de produtos agropecuários;

XX - elaborar as notificações de medidas sanitárias e fitossanitárias do MAPA para o Comitê sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias - Comitê SPS/OMC;

XXI - articular com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA, entidades públicas e privadas representativas do agronegócio brasileiro sobre as competências e atribuições desta Coordenação e suas unidades administrativas; e

XXII - manter registros, dados e informações sobre a participação do MAPA nas negociações internacionais.

Art. 33. À Divisão de Inteligência Estratégica (DINTE/CGSF) compete:

I - planejar, avaliar e orientar as atividades de produção, análise e proteção de conhecimentos no âmbito das competências da CGSF/DNNT e em articulação com as demais áreas administrativas da SRI/MAPA;

II - prestar assessoramento estratégico em negociações sanitárias e fitossanitárias;

III - prospectar, produzir, analisar e monitorar cenários para negociações sanitárias e fitossanitárias;

IV - propor metodologias para uso das negociações no âmbito das competências da CGSF/DNNT;

V - produzir estudos de acesso a mercados, no que tange às condições sanitárias e fitossanitárias, como subsídio às negociações internacionais; e

VI - acompanhar e manter o registro sobre os assuntos sanitários e fitossanitários discutidos no âmbito dos Comitês Consultivos Agrícolas e demais grupos de trabalho bilaterais formalmente constituídos.

Seção IV

Do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio

Art. 34. Ao Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio (DPI/SRI) compete:

I - elaborar planos, estratégias, diretrizes e análises para promover:

a) a comercialização externa de produtos do agronegócio;

b) os investimentos estrangeiros em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro; e

c) a imagem de produtos e serviços do agronegócio brasileiro no exterior;

II - subsidiar propostas e ações de políticas públicas para o incremento da qualidade e da competitividade do agronegócio;

III - propor, programar e articular a participação do MAPA em eventos internacionais de promoção comercial, de imagem e de atração de investimentos estrangeiros;

IV - articular ações e estabelecer parcerias com os setores público e privado de:

a) otimização da atração de investimentos estrangeiros em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro; e

b) promoção da imagem de produtos e serviços do agronegócio brasileiro no exterior;

V - estabelecer parcerias com os setores público e privado para otimizar a participação do Brasil em eventos internacionais, realizados em território nacional ou no exterior, e articular, orientar e apoiar a participação do agronegócio brasileiro;

VI - promover a interação entre os diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio e as ações desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o mercado externo;

VII - avaliar os resultados das ações de promoção do agronegócio; e

VIII - propor, negociar e articular, no âmbito do MAPA, ações de cooperação com outros países e com organismos internacionais.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Promoção Comercial (CGPC/DPI) compete:

I - planejar e executar ações governamentais referentes à comunicação, promoção e marketing internacional do agronegócio brasileiro;

II - elaborar planos, estratégias e ações de ampliação da presença dos produtos do agronegócio brasileiro no mercado internacional; ações de promoção e consolidação da imagem do agronegócio brasileiro e dos produtos nacionais; e materiais técnicos, informativos, promocionais do agronegócio brasileiro em eventos e missões de caráter internacional;

III - promover, organizar e apoiar campanhas, feiras, missões, seminários e demais eventos congêneres de caráter internacional de promoção de imagem do agronegócio brasileiro e de seus produtos; e

IV - estabelecer parcerias para cooperação em promoção internacional, com entidades e organismos nacionais e internacionais dos setores públicos e privados.

Art. 36. À Coordenação de Ações no Mercado Externo (CAME/CGPC) compete:

I - organizar, acompanhar e executar atividades de comunicação, promoção e marketing internacional do agronegócio brasileiro;

II - coordenar a participação do Brasil em campanhas, feiras, missões, seminários e demais eventos congêneres de caráter internacional de promoção do agronegócio brasileiro e de seus produtos;

III - coordenar a elaboração e a divulgação de materiais técnicos, informativos e promocionais do agronegócio brasileiro em eventos e missões de caráter internacional; e

IV - desenvolver parcerias para cooperação de promoção internacional, com entidades e organismos nacionais e internacionais dos setores públicos e privados.

Art. 37. À Coordenação de Imagem e Cultura Exportadora (CICE/CGPC) compete:

I - organizar, acompanhar e executar atividades e eventos, de caráter internacional de promoção de imagem do agronegócio brasileiro e de seus produtos;

II - coordenar missões e demais eventos de caráter internacional de imagem do agronegócio brasileiro e de seus produtos, em território brasileiro;

III - coordenar e implementar ações de cultura exportadora do agronegócio brasileiro;

IV - coordenar a elaboração e divulgação de materiais técnicos de cultura exportadora do agronegócio brasileiro;

V - coordenar a elaboração e a divulgação de materiais técnicos, informativos e promocionais de imagem do agronegócio brasileiro em eventos e missões de caráter internacional em território brasileiro; e

VI - apoiar a organização das reuniões dos Comitês Consultivos Agrícolas (CCAs) e demais mecanismos bilaterais, quando estas ocorrerem no Brasil, em questões operacionais e de logística dos eventos.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Promoção de Investimentos Estrangeiros e Cooperação (CGIC/DPI) compete:

I - elaborar e disponibilizar, com foco na promoção de investimentos estrangeiros:

a) estudos sobre os potenciais do agronegócio brasileiro; e

b) estudos específicos para subsidiar o Ministro de Estado e o Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio;

II - elaborar planos, estratégias, diretrizes e análises para promover os investimentos estrangeiros em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro;

III - articular ações e estabelecer parcerias com os setores públicos e privados para a promoção de investimentos externos em áreas estratégicas para o agronegócio brasileiro;

IV - divulgar informações sobre o agronegócio brasileiro para o fomento de investimentos externos, características e oportunidades setoriais, requisitos e procedimentos necessários para a realização de investimentos;

V - acompanhar e participar de negociações e implementação de acordos internacionais sobre cooperação e investimentos no agronegócio em âmbito bilateral, regional e multilateral;

VI - receber missões estrangeiras com interesse em cooperação e investimentos no agronegócio brasileiro;

VII - coordenar e promover ações relacionadas à cooperação internacional; e

VIII - orientar, promover e acompanhar as ações referentes aos processos de pagamento de contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais que o MAPA representa.

Art. 39. À Coordenação de Investimentos Estrangeiros (CINV/CGIC) compete:

I - realizar e promover trabalhos de inteligência, ao analisar os fluxos internacionais de investimentos, identificando oportunidades para o agronegócio brasileiro;

II - organizar missões internacionais e participar de eventos de promoção e prospecção de oportunidades de investimentos;

III - fomentar, acompanhar e participar de iniciativas de cooperação internacional voltadas à promoção e à facilitação de investimentos no agronegócio;

IV - apoiar e fomentar iniciativas setoriais, bilaterais e regionais para atração de investimentos; e

V - disponibilizar e disseminar dados e informações relativas aos investimentos estrangeiros no agronegócio brasileiro.

Art. 40. À Divisão de Análise Estratégica (DAE/CINV) compete pesquisar e analisar dados e informações para subsidiar a CIE/CGIC em relação a:

a) elaboração de estudos de inteligência relativos a potenciais investimentos de interesse do agronegócio brasileiro;

b) organização e participação de eventos e missões de promoção e prospecção de investimentos estrangeiros de interesse do agronegócio brasileiro; e

c) elaboração de publicações em mídia física ou digital sobre o ambiente e oportunidades de investimentos no agronegócio brasileiro.

Art. 41. À Coordenação de Cooperação Internacional (CCI/CGIC) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - atuar como ponto focal para:

a) as concertações externas e internas ao MAPA nos assuntos referentes à cooperação técnica internacional; e

b) os processos de pagamento das contribuições financeiras aos organismos internacionais.

II - prospectar oportunidades de cooperação técnica com outros países e instituições públicas e privadas;

III - articular, negociar, propor e apoiar as ações de cooperação técnica internacional no âmbito do MAPA;

IV - promover o intercâmbio de informações e consolidar os dados necessários das partes interessas interessadas para elaboração e implementação de projetos e programas de cooperação técnica internacional em temas de competência e de interesse do MAPA, em conformidade com as normas e procedimentos aplicáveis das fontes e organismos internacionais com os quais o governo brasileiro mantém relações oficiais de cooperação internacional, recebida ou prestada;

V - propor, auxiliar e acompanhar o processo de formulação de instrumentos para a implementação de projetos e programas de cooperação e assistência técnica internacional de interesse do MAPA;

VI - desenvolver, sistematizar, atualizar e compartilhar registros relativos aos históricos de cooperação técnica internacional;

VII - acompanhar os Comitês Consultivos Agrícolas (CCA) e demais mecanismos bilaterais nos temas de cooperação técnica internacional;

VIII - secretariar e subsidiar o Comitê de Cooperação Internacional Agropecuário (CCIA);

IX - coordenar, articular e negociar, junto aos órgãos da administração pública federal e organismos internacionais, ações necessárias para o pagamento das contribuições financeiras voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais do qual o MAPA representa; e

X - promover o intercâmbio de informações e consolidar os dados necessários das partes interessadas para o pagamento das contribuições voluntárias e obrigatórias aos organismos internacionais que o Ministério representa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 42. Ao Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos, ações e atividades das respectivas unidades organizacionais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio e especificamente:

a) coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria;

b) chancelar as propostas de afastamento do País e encaminhar para decisão superior, observando a legislação vigente;

c) promover a interação operacional da SRI/MAPA, com os órgãos do Ministério das Relações Exteriores, quanto aos assuntos internacionais da agropecuária; e

d) instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, no âmbito da Secretaria, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente;

II - assessorar o Ministro de Estado nos assuntos relacionados à política externa para o agronegócio, assim como nas suas implicações para a elaboração das demais políticas sob a responsabilidade do Ministério;

III - aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual (PPA) e programações orçamentária e operacional da Secretaria; e

IV - assistir o Ministro de Estado em:

a) eventos internacionais, no Brasil ou no exterior;

b) recepção de autoridades, embaixadores e demais representantes de países e organismos internacionais; e

c) demais procedimentos referentes ao relacionamento internacional do Ministério;

Art. 43. Aos Diretores de Departamento incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução dos programas, projetos, ações e atividades das respectivas unidades organizacionais.

Art. 44. Aos Chefe do Gabinete, Coordenadores-Gerais, Coordenador, e Chefe de Divisão, Serviço e de Seção incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução dos programas, projetos, ações e atividades das respectivas unidades organizacionais.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas pelo Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio.

Art. 46. O Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI/MAPA) dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas conforme Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AGRONEGÓCIO	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Afastamentos do País e Articulação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
DEPARTAMENTO DE ACESSO A MERCADOS E COMPETITIVIDADE	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Acesso a Mercados	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Competitividade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES NÃO TARIFÁRIAS	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Disciplinas Não Tarifárias ao Comércio Internacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Temas Sanitários e Fitossanitários	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO AGRONEGÓCIO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Promoção Comercial	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Promoção de Investimentos Estrangeiros e Cooperação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	13		FG-1
	1		FG-2

PORTARIA Nº 521, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2017, e o que consta do Processo SEI nº 21000.048881/2016-95, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 85/GM/MAPA, de 10 de abril de 2006.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC/MAPA), órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento compete:

I - contribuir para a formulação de políticas públicas para o produtor rural e promover a sua integração com outras políticas públicas;

II - planejar, fomentar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as atividades relacionadas com:

a) sustentabilidade sócioprodutiva do médio e do pequeno produtor rural, por meio de ações nos campos de educação, cidadania, crédito, renda e qualificação rural, articuladas com organizações governamentais e não governamentais;

b) cooperativismo e associativismo rural;

c) desenvolvimento rural;

d) pesquisa tecnológica, difusão de informações e transferência de tecnologia;

e) desenvolvimento de insumos, fertilizantes e produtos agropecuários;

f) assistência técnica e extensão rural;

g) agricultura de precisão;

h) mecanização e aviação agrícola;

i) preservação, conservação e proteção de recursos genéticos e melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse para a agricultura e a alimentação;

j) indicação geográfica, denominação de origem, marcas coletivas e de certificação dos produtos agropecuários;

k) boas práticas agropecuárias;

l) produção integrada;

m) fomento do manejo zootécnico e do bem-estar animal;

n) atividade turfística;

o) produção orgânica;

p) produção de alimentos funcionais;

q) agricultura urbana e periurbana;

r) agregação de valor aos produtos agropecuários e extrativistas;

s) produção sustentável agropecuária, agroindustrial, artesanal e extrativista;

t) manejo, proteção e conservação do solo e da água;

u) recuperação de áreas degradadas e recomposição florestal;

v) adaptação aos impactos causados pelas mudanças climáticas;

w) desenvolvimento da cacauicultura; e

x) normatização do bem-estar animal, em conjunto com a Secretaria de Defesa Agropecuária;

III - promover, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as atividades de:

a) normatização, fiscalização e auditoria da área de indicação geográfica e as mencionadas nas alíneas "h", "k", "l", "n" e "o" do inciso II;

b) implementação:

1. de sistemas de gerenciamento de suas atividades, com a atualização da base de dados com informações técnico-operacionais e estratégicas;

2. de sistema único de gestão da agropecuária e de abastecimento para pequenos e médios produtores rurais; e

3. de estudos para o monitoramento dos programas governamentais, projetos e ações agropecuárias descentralizadas ao pequeno e médio produtor;

c) elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e ações sob a sua responsabilidade; e

d) celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, que compreendam:

1. a análise, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e a aprovação das prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e a auditoria dos planos de trabalho; e

IV - implementar tratados, acordos e convênios com governos e organismos nacionais e internacionais relativos aos assuntos de sua competência, em articulação com as demais unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria da Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo - SMC/MAPA tem a seguinte estrutura:

I - Gabinete - GAB/SMC:

a) Setor de Análise de Processos - SeAP/GAB;

b) Seção de Registro e Acompanhamento de Documentos e Processos -SRAP/GAB;

c) Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças - CAOF/GAB:

1. Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro - DCOF/CAOF;

1.1. Seção de Conformidade Documental - SCD/DCOF;

1.2. Seção de Programação e Controle - SPOC/DCOF;

1.3. Seção de Registro de Documentos e Processos - SRDP/DCOF; e

2. Divisão de Planejamento Operativo - DPO/CAOF:

2.1 Seção das Atividades dos DPDAGs - SAD/DPO; e

d) Coordenação de Parcerias Institucionais - COPI/GAB:

1. Divisão de Monitoramento e Controle - DMC/COPI;

2. Divisão de Demandas Externas - DDE/COPI; e

3. Divisão de Prestação de Contas - DPC/COPI;

II - Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável - DEPROS/SMC:

a) Coordenação-Geral de Agregação de Valor - CGAV/DEPROS:

1. Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola - CPIA/CGAV;

1.1 Divisão de Gestão e Acompanhamento de Planos e Programas - DGP/CPIA;

1.2 Divisão de Normatização e Certificação - DNC/CPIA; e

2. Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal - CBPA/CGAV:

2.1 Divisão de Elaboração de Projetos - DEP/CBPA;

2.2 Divisão de Acompanhamento de Projetos - DAP/CBPA;

2.3 Divisão de Promoção da Produção Artesanal - DPA/CBPA;

2.4 Divisão de Boas Práticas na Produção Artesanal - DBPA/CBPA;

b) Coordenação-Geral de Qualidade - CGQ/DEPROS:

1. Divisão de Recursos Genéticos - DRG/CGQ;

2. Coordenação de Mecanização e Aviação Agrícola - CMAV/CGQ;

2.1 Divisão de Agricultura de Precisão e Novos Insumos - DAPNI/CMAV; e

3. Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - CIG/CGQ:

3.1 Divisão de Acompanhamento Técnico - DAT/CIG; e

c) Coordenação-Geral de Produção Sustentável - CGPS/DEPROS:

1. Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica - COAGRE/CGPS:

1.1 Divisão de Promoção da Qualidade Orgânica - DPQO/COAGRE;

1.2 Divisão de Fiscalização e Controle - DFIC/COAGRE;

1.3 Divisão de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica - DDAP/COAGRE:

1.3.1 Serviço de Especificações de Referência - SER/DDAP;

2. Coordenação de Agricultura Irrigada e Gestão Sustentável da Água - CAIGS/CGPS:

2.1 Divisão de Fomento à Agricultura Irrigada - DFA/CAIGS; e

3. Coordenação de Agropecuária e Conservacionista, Florestas Plantadas e Mudanças Climáticas - CAFMC/CGPS:

3.1 Divisão de Agropecuária Conservacionista e Manejo de Solo e Água - DACMS/CAFMC; e

III - Departamento de Integração e Mobilidade Social - DIMS/SMC:

a) Coordenação-Geral de Cooperativismo e Associativismo - CGCOOP/DIMS:

1. Coordenação de Promoção e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural - CPFC/CGCOOP:

1.1. Divisão de Programas e Projetos para Promoção e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural - DPFC/CPFC; e

2. Coordenação de Organização e Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário - CODCA/CGCOOP:

2.1. Divisão de Organização e Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário - DODCA/CODCA;

b) Coordenação-Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural - CGATER/DIMS:

1. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - COATER/CGATER:

1.1. Divisão de Monitoramento de Projetos em Assistência Técnica e Extensão Rural - DMPATER/COATER; e

2. Coordenação de Educação e Capacitação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural - CECATER/CGATER:

2.1. Divisão de Credenciamento e Cadastro em Assistência Técnica e Extensão Rural - DICATER/CECATER; e

c) Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Classe Média Rural -CGDER/DIMS:

1. Coordenação de Programas de Desenvolvimento da Classe Média Rural -CODER/CGDER:

1.1. Divisão de Elaboração e Acompanhamento das Instâncias de Participação Social no Campo - DAIPAS/CODER; e

2. Coordenação de Articulação e Sistematização de Políticas Públicas -CASP/CGDER:

2.1. Divisão de Normas para o Desenvolvimento, Capacitação e Formação dos Produtores Rurais - DINPRO/CASP.

Art. 3º A Secretaria de Mobilidade Social do Produtor Rural e do Cooperativismo é dirigida pelo Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, o Gabinete, as Divisões, os Serviços, as Seções por Chefe cujos cargos em comissão e funções gratificadas são providos na forma da legislação específica.

Art. 4º Os ocupantes das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), dos cargos em comissão do grupo (DAS) e das funções gratificadas (FG) a que se refere o art. 3º deste regimento, serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados.

Art. 5º O Secretário dispõe, para assessoramento e assistência, de cargos em comissão, sendo dois Assistentes (DAS 102.2) e um Chefe de Gabinete (DAS 101.4), cujas atribuições de assistência serão estabelecidas por atos do Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo.

Art. 6º O Gabinete, os Departamentos, as Coordenações-Gerais e as Coordenações dispõem de cargos em comissão e de funções gratificadas identificadas e quantificadas a seguir, cujas atribuições de assessoramento e de assistência, serão estabelecias por atos do referido dirigente:

I - Gabinete (GAB/SMC):

a) um Assessor Técnico (DAS 102.3); e

b) um Assistente técnico (DAS 102.1);

II - Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/GAB):

a) um Assistente técnico (DAS 102.1);

III - Coordenação de Parcerias Institucionais (COPI/SMC):

a) dois Assistentes (DAS 102.2);

IV - Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável (DEPROS/SMC):

a) quatorze Assistentes Intermediários (FG-1); e

b) um Assistente Intermediário (FG-3);

1. Coordenação-Geral de Produção Sustentável:

a) dois Assistentes técnicos (DAS 102.1); e

V - Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS/SMC):

a) um Assistente Técnico (FCPE 102.1); e

b) seis Assistentes Intermediários (FG-1);

1. Coordenação-Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER):

a) um Assistente (DAS 102.2); e

b) um Assistente Técnico (DAS 102.1).

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Do Gabinete

Art. 7º Ao Gabinete de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (GAB/SMC) compete:

I - prestar assistência ao Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo (SMC/MAPA) na execução de suas atribuições;

II - programar e gerenciar a agenda de trabalho do Secretário;

III - proceder à seleção do expediente dirigido ao Secretário e ao preparo de correspondência e documentos para despacho;

IV - controlar as atividades de apoio operacional e administrativo, com ênfase em:

a) manutenção de sistemas de controle da expedição e da tramitação dos documentos e correspondências; e

b) emissão dos relatórios gerenciais das atividades desenvolvidas;

V - coordenar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de projetos de pesquisa com entidades e instituições colaboradoras, de projetos de cooperação técnica e acordos internacionais; e

VI - prestar apoio na articulação com as demais unidades da Secretaria, a elaboração de minutas de atos legais e normativos de interesse do agronegócio.

Art. 8º Ao Seção de Análise de Processos (SeAP/GAB) compete:

I - assessorar o Secretário no controle das demandas repassadas às unidades administrativas da Secretaria;

II - executar as atividades de redação e revisão de documentos, expedientes e atos normativos a serem submetidos ao Secretário; e

III - examinar, controlar e promover o encaminhamento da documentação, recebida e expedida.

Art. 9º À Coordenação de Administração, Orçamento e Finanças (CAOF/GAB) compete:

I - coordenar e orientar:

a) as atividades de administração geral; e

b) programação e execução orçamentária e financeira, especialmente:

1. consolidação da proposta orçamentária da Secretaria e as solicitações de alterações orçamentárias; e

2. manutenção de controles e registros relacionados a programação e execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à SMC/MAPA, e dos registros nos sistemas correlatos.

II - analisar, propor e executar gestões, junto aos órgãos setoriais de orçamento e finanças, da alocação de créditos orçamentários necessários à manutenção das atividades da Secretaria e ajustes às programações operacionais e orçamentárias;

III - orientar o gestor quanto à liquidação da despesa;

IV - preparar a Tomada de Contas Anual;

V - operacionalizar processos de afastamento do País de servidores e empregados públicos do Ministério e de empregados de entidades vinculadas; e

VI - proceder a execução da celebração de convênios, termos de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, especialmente:

a) o monitoramento e a fiscalização da execução dos planos de trabalho;

b) a análise e a aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

c) a supervisão e auditoria dos planos de trabalho.

Art. 10. À Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro (DCOF/CAOF) compete:

I - controlar, orientar e efetuar conferência:

a) da documentação e processos relativos à emissão de empenhos, liquidação e pagamento de despesas;

b) dos registros e atualizações nos Sistemas Estruturantes de Governo; e

c) proceder ao empenho, liquidação, pagamento, devoluções por meio GRU, das despesas de Convênios, Termos de Execução Descentralizada, Suprimento de Fundos, Diárias, Cartão de Pagamento do Governo Federal, Ressarcimentos, Acordos de Cooperação Técnica e Contratos;

II - processar os registros nos Sistemas Estruturantes de Governo, referentes à execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados à Secretaria;

III - registrar:

a) Conformidade diária; e

b) Conformidade de operadores

IV - Proceder o monitoramento e análise dos Comunicas SIAFI;

V - manter, controlar e apresentar relatórios periódicos da execução, conforme demandado;

VI - realizar registro de prestação de contas de Convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED);

VII - analisar e propor a aprovação das prestações de contas de suprimento de fundos e controlar as respectivas prestações de contas;

VIII - analisar e proceder regularizações concernentes a conformidade contábil mensal;

IX - acompanhar as emissões de passagens aéreas, providenciar pagamento de diárias e respectiva prestação de contas dos servidores, empregados e colaboradores eventuais das unidades administrativas; e

X - apoiar a elaboração de relatórios relativos às despesas de passagens aéreas e diárias.

Art. 11. À Seção de Conformidade Documental (SCD/CAOF) compete:

I - realizar a conferência dos documentos referentes à execução orçamentária e financeira;

II - registrar diariamente, a conformidade de registro de gestão;

III - arquivar os processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;

IV - controlar a retirada e devolução de qualquer documento arquivado; e

V - inserir aos processos originais, quando solicitado formalmente, e manter em arquivo na mesma ordem cronológica, a documentação referente a:

a) aditamento a instrumento, quer seja contrato, convênio ou similar;

b) liberação de recursos e prestação de contas de convênios e similares; e

c) suprimento de fundo e outros documentos.

Art. 12. À Seção de Programação e Controle (SPOC/CAOF) compete:

I - planejar, controlar, monitorar e orientar as Propostas Orçamentárias Anuais demandadas pelas áreas técnicas;

II - oferecer subsídios à elaboração da programação orçamentária da Secretaria;

III - elaborar, controlar e avaliar as propostas de programação e reprogramação orçamentárias;

IV - manter o registro atualizado sobre a movimentação das dotações orçamentárias e dos créditos orçamentários disponibilizados e das alterações orçamentárias;

V - consolidar e controlar a elaboração de subsídios para a proposta orçamentária anual da Secretaria, em articulação com suas unidades; consoante orientação do órgão setorial;

VI - coletar e analisar informações sobre os aspectos orçamentários e financeiros, e elaborar relatório sobre o desempenho das unidades da Secretaria;

VII - analisar e propor alterações da programação orçamentária da Secretaria; e

VIII - acompanhar a execução da programação orçamentária.

Art. 13. A Divisão de Planejamento Operativo (DPO/CAOF) compete:

I - coordenar e orientar os trabalhos de comunicação e acompanhamento das unidades descentralizadas;

II - apoiar a implementação de processos de gestão padronizados para a Secretaria e Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAGs);

III - apoiar a elaboração e revisão do POA das unidades descentralizadas; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - Acompanhar a execução da programação orçamentária das unidades descentralizadas.

Art. 14. À Seção das Atividades dos DPDAGs (SAD/DPO) compete:

I - promover a integração entre as unidades organizacionais e a Secretaria; e

II - manter base de dados atualizada com informações sobre as unidades descentralizadas.

Art. 15. À Seção de Registro de Documentos e Processos (SRDP/DCOF) compete:

I - receber, redistribuir e resgatar documentos e processos endereçados à Secretaria;

II - manter registros das tramitações de processos; e

III - organizar e executar atividades relativas ao arquivo documental da Secretaria, mantendo em segurança os documentos.

Art. 16. À Coordenação de Parcerias Institucionais (COPI/SMC) compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas e regulamentação específica, a formulação de termos de parcerias para a execução de programas e projetos de desenvolvimento agropecuário e cooperativismo;

II - promover a celebração de convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres, que compreendam:

1. o monitoramento da execução dos planos de trabalho;

2. a análise e aprovação de prestações de contas dos planos de trabalho; e

3. a supervisão e auditoria dos planos de trabalho;

III - analisar e propor, inclusive por meio do SICONV:

a) propostas de convênios, acordos, ajustes, termos execução descentralizada e instrumentos congêneres sob os aspectos orçamentários e financeiros, consoante normas regulamentares e orientações do órgão setorial;

b) propostas de reformulação de plano de aplicação de recursos financeiros, constante de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres; e

c) prestações de contas convênios, acordos, ajustes, execução descentralizada e instrumentos congêneres;

IV - acompanhar e monitorar a execução de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação e contratos firmados no âmbito da Secretaria;

V - propor auditorias das atividades de sua competência, indicando os critérios a serem seguidos;

VI - manter banco de dados de convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres em execução;

VII - elaborar relatórios gerencias sobre convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada e instrumentos congêneres;

VIII - realizar o levantamento de necessidades e promover, em articulação com o órgão setorial, a qualificação do pessoal de apoio técnico-operacional;

IX - participar e contribuir para a elaboração da programação orçamentária e financeira da Secretaria pertinente aos programas e projetos que envolvem a transferência voluntária de recursos; e

X - analisar os relatórios de execução dos planos de trabalho de convênios, acordos, ajustes, contratos, termos de execução descentralizada e providenciar as correções que se fizerem necessárias.

Art. 17. À Divisão de Monitoramento e Controle (DMC/COPI) compete:

I - orientar os proponentes no cadastramento e habilitação propostas de convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada, termos aditivos e instrumentos congêneres;

II - executar as atividades de:

a) instrução de processos relativos as propostas de convênios autorizadas e termos aditivos;

b) aditivos e dos respectivos pareceres de viabilidade;

c) acompanhamento da tramitação de processos e controle de prazos;

d) elaboração de termos de convênios, instrumentos congêneres, e termos aditivos;

e) verificação dos requisitos legais e dos procedimentos técnico-administrativos relativos às propostas de convênios, instrumentos congêneres e termos aditivos;

f) controle e acompanhamento de assinaturas pelas partes dos termos de convênios, instrumentos congêneres e termos aditivos;

g) elaboração e publicação em Diário Oficial da União, de extratos de convênios, instrumentos congêneres e termos aditivos; e

h) verificação da conformidade dos planos de trabalho de convênios e termos atualização e manutenção de dados em sistemas de gerenciamento de convênios e instrumentos congêneres, e termos aditivos; e

III - implementar instrumentos de identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento de riscos.

Art. 18. A Divisão de Demandas Externas (DDE/COPI) compete:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução de contratos de repasse celebrados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por intermédio da Caixa Econômica Federal (CAIXA); e

II - Atender as demandas dos órgãos de controle e Ouvidoria referente às denúncias de irregularidades relacionadas aos contratos de repasse.

Art. 19. Divisão de Prestação de Contas (DPC/COPI) compete:

I - coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades da Secretaria e das unidades descentralizadas quanto:

a) a prestação de contas de convênios, acordos, ajustes, termos de execução descentralizada, termos aditivos e instrumentos congêneres;

b) a aplicação das normas específicas e procedimentos relacionados à análise da prestação de contas;

c) a implementação de procedimentos de controle primário;

d) ao atendimento às recomendações dos órgãos de controle; e

e) solicitação de instauração de processos de Tomada de Contas Especial;

II - analisar, submetendo a eventuais correções, a aprovação das prestações de contas de convênios e instrumentos congêneres;

III - subsidiar o Secretário:

a) no atendimento das demandas dos órgãos de controle nos assuntos referentes à prestação de contas de convênios e de contratos de repasse; e

b) na elaboração do Relatório de Gestão e de Contas;

IV - interagir com órgãos e entidades da administração pública federal, responsáveis pela orientação normativa à gestão de transferências voluntárias e controle;

V - orientar os convenentes e contratados quanto à aplicação do conjunto de regras e normas pertinentes a utilização de recursos públicos;

VI - monitorar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos descentralizados aos convenentes e contratados;

VII - registrar nos sistemas SICONV e SIAFI as ocorrências referentes as análises de prestação de contas;

VIII - promover, acompanhar e controlar as diligências sobre as prestações de contas com irregularidades apontadas pelos órgãos de controle;

IX - monitorar, acompanhar e controlar:

a) o cumprimento das diligências e prazos;

b) a aprovação ou solicitação de instauração de Tomada de Contas Especial (TCE); e

c) aprovação de prestação de contas;

X - Manter banco de dados das prestações de contas; e

XI - levantar a necessidade de custos do acompanhamento in loco e da fiscalização de convênios e contratos de repasse e fornecer informações gerenciais sobre a disponibilidade de orçamento as unidades da Secretaria e unidades descentralizadas.

Seção II

Do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável

Art. 20. Ao Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável (DEPROS/SMC) compete:

I - propor e implementar planos, programas, projetos, ações e atividades destinados:

a) ao desenvolvimento rural regional e de cadeias produtivas;

b) ao incentivo à inovação e à promoção da difusão e do acesso à informação e à tecnologia;

c) à eficiência de novas tecnologias e inovações;

d) à agricultura de precisão;

e) à indicação geográfica;

f) à produção artesanal;

g) à agroindustrialização;

h) à preservação, à conservação e ao acesso a recursos genéticos;

i) ao melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse para a agricultura e a alimentação;

j) à atividade turfística;

k) ao manejo, à proteção e à conservação do solo e da água;

l) à agricultura urbana e periurbana;

m) à produção sustentável agropecuária e extrativista;

n) à produção orgânica;

o) à educação ambiental e ao consumo responsável;

p) à produção integrada agropecuária;

q) às boas práticas agropecuárias;

r) à recuperação de áreas degradadas e à recomposição florestal;

s) à adaptação aos impactos causados pelas mudanças climáticas;

t) ao desenvolvimento de novos insumos e produtos agropecuários; e

u) à produção de alimentos funcionais;

II - propor normas e regulamentos, coordenar, controlar, auditar ou fiscalizar as atividades, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, relacionadas com:

a) registro genealógico;

b) indicação geográfica;

c) mecanização e aviação agrícola;

d) atividade turfística;

e) produção orgânica;

f) boas práticas agropecuárias; e

g) produção integrada agropecuária;

III - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais, concernentes ao desenvolvimento de cadeias produtivas e a temas relacionados aos sistemas de produção sustentáveis, em articulação com as demais unidades da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo; e

IV - propor e implementar políticas públicas para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção agropecuária.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Agregação de Valor (CGAV/DEPROS) compete:

I - propor e coordenar a implementação de planos, programas, projetos, ações e atividades destinados:

a) ao desenvolvimento rural regional e de cadeias produtivas;

b) ao incentivo à inovação e à promoção da difusão e do acesso à informação e à tecnologia;

c) à produção artesanal;

d) à agroindustrialização;

e) ao manejo zootécnico;

f) ao melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse para a agricultura e a alimentação;

g) à disseminação do uso de material genético avaliado;

h) à atividade turfística;

i) à produção integrada agropecuária;

j) às boas práticas agropecuárias;

l) ao bem-estar animal; e

m) à produção de alimentos funcionais;

II - coordenar e acompanhar a elaboração de normas e regulamentos e os processos de auditoria e fiscalização das atividades relacionadas:

a) à atividade turfística;

b) às boas práticas agropecuárias;

d) à produção integrada agropecuária; e

e) ao bem-estar animal;

III - formular propostas e coordenar a participação em negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais, concernentes ao desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis, em articulação com as demais unidades do Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável; e

IV - propor e coordenar a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da agregação de valor em sistemas sustentáveis de produção.

Art. 22. À Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Agrícola (CPIA/CGAV) compete:

I - coordenar e orientar as ações do sistema de produção vegetal e certificação:

a) coordenação da elaboração das Normas Técnicas Específicas, para a avaliação de conformidade em Produção Integrada Agropecuária das cadeias agrícolas, em apoio ao exercício do MAPA como Órgão Regulamentador no Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO);

b) elaboração de normas, diretrizes, regulamentação e certificação das Boas Práticas Agropecuárias e Produção Integrada Agropecuária das cadeias agrícolas.

c) definição e implantação do modelo de avaliação da conformidade e fiscalização de processos de produção agrícola e seus produtos agroindustriais sustentáveis;

d) difusão de modelos da produção sustentável;

e) gerenciamento, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação operacional da execução de programas, planos, projetos metas e ações da CPIA, relativos aos sistemas de produção vegetal sustentável;

f) organização e implementação da execução dos sistemas de rastreabilidade; e

g) implantação de credenciamento e do cadastro nacional dos agentes da cadeia produtiva vegetal e manutenção de banco de dados;

II - propor a instituição de comissões técnicas de assessoramento das ações de articulação e implementação da execução dos procedimentos de Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas;

III - propor a celebração de convênios, acordos ou cooperação técnica com instituições públicas e privadas e implementar seus mecanismos de execução e acompanhamento.

IV - atuar junto às áreas e unidades do MAPA e instituições públicas e privadas para integração das interfaces operacionais quanto à execução das atividades de Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas;

V - programar e promover supervisões, fiscalizações e auditorias operacionais das atividades, programas, projetos e ações relacionados à Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas, estabelecendo os critérios a serem seguidos;

VI - viabilizar e promover a participação em fóruns, missões, comitês, grupos de trabalho, reuniões técnicas e outros eventos nacionais e internacionais concernentes aos temas de competência da CPIA e nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais, em articulação com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA;

VII - coordenar e acompanhar a elaboração das propostas de programações operacional e orçamentária para as atividades da CPIA;

VIII - fomentar e participar de treinamentos e capacitações em Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas; e

IX - promover e implementar as diretrizes estratégicas de monitoramento, orientação e controle da execução das atividades, relativas às cadeias produtivas vegetais.

Art. 23. À Divisão de Gestão e Acompanhamento de Planos e Programas (DGP/CPIA) compete:

I - fomentar, gerenciar, analisar e acompanhar a implementação de planos, programas, projetos, metas e ações da CPIA, relativas a:

a) programação orçamentária e o acompanhamento operacional das metas em articulações com as unidades organizacionais do MAPA;

b) organização e manutenção de base de dados relativos à execução da programação operacional e sobre as dotações e créditos orçamentários disponibilizados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

c) manutenção de registros específicos;
d) emissão de relatórios de acompanhamento operacional;
e) desenvolvimento de estudos técnicos para subsidiar a definição das diretrizes operacionais das ações da CPIA; e
f) promoção do controle da aplicação e adesão à Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas;
II - subsidiar e implementar as negociações de acordos, convênios, parcerias institucionais, protocolos e tratados nacionais e internacionais; e
III - fomentar, analisar e acompanhar a qualificação técnica dos agentes das cadeias produtivas.
Art. 24. À Divisão de Normatização e Certificação (DNC/CPIA) compete:
I - regulamentar as atividades do sistema de produção vegetal sustentável e de certificação em Boas Práticas e de Produção Integrada das cadeias agrícolas, procedendo a:
a) elaboração das Normas Técnicas Específicas, para a avaliação de conformidade em Produção Integrada das cadeias agrícolas, em apoio ao exercício do MAPA como Órgão Regulamentador no Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO);
b) elaboração e proposição de diretrizes estratégicas de implementação das certificações em Boas Práticas e Produção Integrada das cadeias agrícolas;
c) estabelecimento de normas e procedimentos operacionais para as auditorias técnico-operacionais de programas, de projetos, de ações e das atividades relacionadas às suas competências;
d) planejamento, promoção e implementação de modelos de avaliação da conformidade nos processos, inclusive nos instrumentos operacionais estabelecidos;
e) desenvolvimento, promoção e implantação do cadastro nacional de produtores e propriedades;
f) desenvolvimento, promoção e implementação do credenciamento de instituições;
g) promoção, estabelecimento e implementação das normas e procedimentos em atendimento às demandas e proposições de áreas do MAPA e demais Instituições envolvidas; e
h) promoção e implementação das normas e procedimentos operacionais relativas às auditorias técnico-operacionais de programas, projetos, ações e atividades.
Art. 25. À Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal (CBPA/CGAV) compete:
I - propor, implementar e coordenar planos, programas, projetos, ações e atividades de fomento as boas práticas (BPA) e ao bem-estar animal (BEA), em articulação com o setor público, privado e entidades da sociedade civil organizada, destinados:
a) ao desenvolvimento rural regional e de cadeias pecuárias;
b) à implementação das boas práticas e bem-estar animal nas cadeias pecuárias, incluindo a agroindústria;
c) ao incentivo e difusão da inovação tecnológica;
d) à sensibilização e capacitação de produtores, profissionais envolvidos nas cadeias pecuárias, servidores públicos dos órgãos agropecuários e consumidores em boas práticas e bem-estar animal;
e) ao desenvolvimento de novos insumos e produtos pecuários;
f) ao manejo zootécnico;
g) ao melhoramento genético e a disseminação do uso de material genético avaliado, das espécies animais de produção e interesse econômico;
h) à educação sanitária, ambiental e ao consumo responsável; e
i) à implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade nas cadeias pecuárias, incluindo a agroindústria;
II - propor e publicar material técnico informativo para as cadeias pecuárias relacionadas à disseminação de material genético avaliado, à difusão de informações e de tecnologias para as boas práticas e bem-estar animal, incluindo a agroindústria, o transporte de animais e de produtos de origem animal;
III - promover e publicar estudos e levantamentos técnicos destinados ao fomento às boas práticas e bem-estar animal nas cadeias pecuárias, incluindo melhoramento genético animal, a agroindústria, o transporte de animais e de produtos de origem animal;
IV - propor normas e regulamentos, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e em articulação com o setor público, privado e entidades da sociedade civil organizada, relacionadas com:
a) melhoramento genético animal e à disseminação do uso de material genético avaliado;
b) boas práticas agropecuárias nas cadeias pecuárias, incluindo a agroindústria;
c) bem-estar animal;
d) inovação tecnológica, difusão de informações e de tecnologia para produção animal;
e) capacitação técnica e educação profissional e tecnológica para produção pecuária; e
f) implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade nas cadeias pecuárias, incluindo a agroindústria;
V - coordenar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê Científico de Bem-Estar Animal e da Comissão Técnica Permanente de Bem-Estar Animal;
VI - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais, concernentes ao desenvolvimento de cadeias pecuárias e a temas relacionados a boas práticas e bem-estar animal, em articulação com as demais unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e outros órgãos; e
VII - coordenar as atividades de acompanhamento, auditoria, controle e fiscalização dos planos, programas, projetos, ações e atividades.
Art. 26. À Divisão de Elaboração de Projetos (DEP/CBPA) compete conduzir a elaboração e formalização de planos, programas, projetos, ações e atividades, no âmbito da Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal.
Art. 27. À Divisão de Acompanhamento de Projetos (DAP/CBPA) compete conduzir as atividades de acompanhamento, auditoria, controle e fiscalização dos planos, programas, projetos, ações e atividades, no âmbito da Coordenação de Boas Práticas e Bem-Estar Animal.
Art. 28. À Divisão de Promoção da Produção Artesanal (DPA/CGAV) compete:
I - promover o desenvolvimento rural nas cadeias produtivas de produtos artesanais, a partir das seguintes ações:
a) classificar o estabelecimento agroindustrial de bebidas ou de produtos de origem animal e vegetal como agroindústria artesanal;
b) promover e apoiar, em articulação com demais áreas do MAPA, de outros órgãos públicos e da sociedade civil organizada, o comércio municipal, estadual, interestadual e internacional de produtos agroalimentares artesanais;
c) formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais, concernentes ao desenvolvimento de cadeias produtivas agroalimentares artesanais, em articulação com as demais unidades da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo;
d) propor e implementar políticas públicas para o desenvolvimento da produção agroalimentar artesanal de forma sustentável;
e) fomentar eventos e campanhas de reconhecimento, sensibilização e valorização e divulgação da produção agroalimentar artesanal, com foco em suas propriedades organolépticas, fatores socioculturais e importância econômica;
f) promover interação entre o produtor agroalimentar artesanal e os elos produtivos vinculados, na perspectiva de negociação de alianças horizontais e verticais;
g) desenvolver parcerias e promover projetos com atores da cadeia produtiva e instituições convergentes visando ao fortalecimento da produção artesanal; e
h) propor e implementar sistema de controle de dados, relacionados aos projetos em articulação com as diversas áreas do MAPA.
Art. 29. À Divisão de Boas Práticas na Produção Artesanal (DBPA/CGAV) compete:
I - desenvolver e regulamentar, em parceria com setores do MAPA e da cadeia produtiva, normas e boas práticas na produção artesanal, visando à manutenção das características do produto e a segurança do consumidor, a partir das seguintes ações:
a) definir metodologias de implementação de boas práticas de fabricação na produção artesanal;
b) propor metodologias incorporando o desenvolvimento de sistemas de autocontrole, gestão da qualidade e de riscos na produção artesanal;
c) apoiar a promoção da qualificação de mão de obra e de fornecedores e o aperfeiçoamento da gestão da produção artesanal;
d) articular com as instituições de ensino e pesquisa: o fomento à pesquisa tecnológica, à difusão de informações e de tecnologia;
e) propor e publicar material técnico informativo;
f) estimular a formalização e a regularização da produção agroalimentar artesanal;
g) elaborar editais de convênios, chamamentos públicos e outras parcerias relacionadas; e
h) aos projetos para promoção da agroindustrialização de produtos artesanais; articular com a academia o fomento à pesquisa tecnológica, à difusão de informações e de tecnologia.
Art. 30. À Coordenação-Geral de Qualidade (CGQ/DEPROS) compete:
I - propor e coordenar a implementação de planos, programas, projetos, ações e atividades destinados:
a) ao desenvolvimento rural regional e de cadeias produtivas;
b) ao incentivo à inovação e à promoção da difusão e do acesso à informação e à tecnologia;
c) à eficiência de novas tecnologias e inovações;
d) à mecanização agrícola, aviação agrícola e agricultura, pecuária e irrigação de precisão;
e) à indicação geográfica e outros signos distintivos coletivos de produtos agropecuários;
f) à conservação e uso sustentável dos recursos genéticos;
g) ao melhoramento de espécies animais e vegetais de interesse; e
h) ao desenvolvimento de novos insumos e produtos agropecuários;
II - coordenar e acompanhar a elaboração de normas e regulamentos e os processos de auditoria e fiscalização das atividades relacionadas:
a) registro genealógico e manejo zootécnico;
b) indicação geográfica; e
c) mecanização e aviação agrícola;
III - formular propostas e coordenar a participação em negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais; e
IV - propor e coordenar a implementação de políticas públicas para a ampliação da qualidade dos sistemas sustentáveis de produção.
Art. 31. À Coordenação de Mecanização e Aviação Agrícola (CMAV/CGQ) compete:
I - promover, elaborar, acompanhar, controlar e auditar a execução de planos, programas, projetos e ações de mecanização e aviação agrícolas, relacionados a:
a) capacitação e aperfeiçoamento de profissionais;
b) elaboração de manuais técnicos de mecanização e aviação agrícolas;
c) divulgação de matérias relativas a inovação na agropecuária, mecanização e aviação agrícola;
d) promoção de eventos técnicos;
e) realização de estudos e diagnósticos relacionados à área de atuação; e
f) implementação de parcerias e cooperação técnica para desenvolvimento e difusão de tecnologias específicas;
II - avaliar e propor o credenciamento de entidades de ensino para cursos de Aviação Agrícola, em integração com os competentes órgãos da administração federal;
III - acompanhar, junto às Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAGs) dos estados, a fiscalização, o registro e a manutenção do cadastro atualizado dos operadores aeroagrícolas e empresas prestadoras de serviços de aviação agrícola;
IV - apoiar tecnicamente reuniões e eventos de comissões e demais órgãos colegiados relacionados à mecanização e à aviação agrícola;
V - propor metodologias e estabelecer critérios para elaboração e análise de projetos inerentes à mecanização e à aviação agrícolas, incluindo agricultura de precisão, novos insumos e fertilizantes;
VI - manter banco de dados com informações relacionadas à área de atuação;
VII - identificar e manter canais de interlocução e de articulação com instituições e órgãos técnicos competentes para captação de demandas relativas à geração e transferência de tecnologia agropecuária;
VIII - identificar e manter atualizadas as informações referentes ao conjunto dos agentes, mecanismos e processos do sistema de transferência de tecnologia agropecuária, articulando os mecanismos de apoio e o estabelecimento de parcerias;
IX - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a prospecção e o atendimento das demandas relativas à pesquisa tecnológica, ao conhecimento técnico-científico, à difusão de informações e a geração e transferência de tecnologia agropecuária para as cadeias produtivas do agronegócio, levando em consideração o Sistema Nacional da Pesquisa Agropecuária (SNPA);
X - caracterizar e sistematizar em banco de dados a prospecção e o atendimento das demandas e prioridades para o desenvolvimento da tecnologia agropecuária, com ênfase no aumento da eficiência tecnológica, na agricultura de precisão, na mecanização e aviação agrícola e no desenvolvimento de novos insumos e fertilizantes;
XI - fomentar e apoiar a transferência de tecnologias agropecuárias, capacitação, treinamento, assistência técnica e extensão rural, direcionadas aos produtores, técnicos e demais interessados;
XII - apoiar, coordenar e acompanhar a realização de estudos e diagnósticos sobre o nível e a eficiência tecnológica nas produções agrícolas brasileiras, de modo a identificar demandas e dar subsídios a políticas públicas e diretrizes governamentais.
XIII - fornecer subsídios à formulação de políticas públicas e à definição de diretrizes do MAPA relacionadas à tecnologia agropecuária;
XIV - constituir e manter fórum permanente para discussão sobre a inovação das tecnologias agropecuárias;
XV - manter articulações e apresentar subsídios junto ao Ministério da Educação para atualização e reformulação de grades curriculares na área de ciências agrárias, em face das demandas de atualização tecnológica dos agentes do setor agropecuário;
XVI - formular propostas, participar de negociações e acompanhar, em articulação com as demais unidades organizacionais do MAPA; e
XVII - coordenar, orientar, supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à inovação tecnológica, à agricultura de precisão, à mecanização e aviação agrícola e ao desenvolvimento de novos insumos e fertilizantes.
Art.32. À Divisão de Agricultura de Precisão e Novos Insumos (DAPNI/CMAV) compete:
I - apoiar, subsidiar, acompanhar e orientar a execução de planos, programas, projetos e atividades voltadas à promoção e difusão da inovação na tecnologia agropecuária e ao desenvolvimento de novos insumos e fertilizantes;
II - promover, elaborar, acompanhar, controlar e auditar a execução de planos, programas, projetos e ações de Agricultura de Precisão e Novos Insumos, promovendo, em articulação com unidades organizacionais dos órgãos e entidades vinculadas do MAPA e dos órgãos dos órgãos competentes:
a) capacitação e aperfeiçoamento de profissionais;
b) elaboração de manuais técnicos;
c) divulgação de matérias técnicos e científicos;
d) promoção de eventos técnicos e científicos;
e) realização de estudos e diagnósticos;
f) implementação de parcerias e cooperação técnica para desenvolvimento e difusão de tecnologias específicas; e
g) fomento e difusão dos novos insumos agropecuários;
III - apoiar tecnicamente reuniões e eventos de comissões e demais órgãos colegiados relacionados a Agricultura de Precisão e Novos Insumos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - propor metodologias e estabelecer critérios para elaboração e análise de projetos inerentes a Agricultura de Precisão e Novos Insumos;

V - manter banco de dados com informações relacionadas à área de atuação;

VI - elaborar e manter atualizadas normativas referentes a Agricultura de Precisão e Novos Insumos;

VII - fomentar e implementar planos, programas, projetos e atividades que visem o estímulo à utilização do conceito da agricultura de precisão nos sistemas produtivos agropecuários; e

VIII - realizar:

a) articulação e integração entre parceiros e entidades que fomentam as ferramentas e tecnologias utilizadas na agricultura de precisão;

b) elaboração, produção e divulgação de material técnico-informativo sobre o tema agricultura de precisão e novos insumos;

c) apoio à realização de projetos para capacitação e transferência de tecnologia, de amplo alcance; e

d) realização de estudos e diagnósticos que visem avaliar o panorama da utilização do conceito de agricultura de precisão nos diversos estados brasileiros, de modo a dar subsídios para políticas públicas e diretrizes governamentais.

Art. 33. À Divisão de Recursos Genéticos (DRG/CGQ) compete:

I - apoiar, subsidiar, acompanhar e orientar ações voltadas à implementação de planos, programas, projetos e atividades relativos à conservação e uso sustentável dos recursos genéticos;

II - prospectar e identificar meios de atendimento às demandas, interna e externa, de projetos relacionados à conservação e uso sustentável dos recursos genéticos;

III - participar, contribuir, subsidiar e articular em conjunto com as partes envolvidas na elaboração e alteração de normas e regulamentos sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade;

IV - orientar, acompanhar e fiscalizar a aplicação dos regulamentos vigentes relacionados ao acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

V - participar, contribuir e subsidiar nas reuniões de órgãos, comitês, conselhos, convenções, protocolos e fóruns, nacionais e internacionais, dos quais o MAPA faça parte e que tratem de assuntos relacionados aos recursos genéticos;

VI - apoiar a elaboração, produção e divulgação de material técnico informativo,

VII - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

VIII - apoiar a implementação das ações decorrentes de decisões de organismos e atos internacionais e de tratados, acordos e convênios com governos estrangeiros;

IX - promover, apoiar e incentivar a integração e articulação entre profissionais e instituições; e

X - propor, fomentar, apoiar e promover a realização de projetos de capacitação, treinamento e transferência de tecnologia.

Art. 34. À Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/CGQ) compete:

I - propor, coordenar e implementar políticas, planos, programas, projetos e ações voltados para:

a) indicação geográfica e outros signos distintivos coletivos de produtos agropecuários; e

b) produtos agropecuários diferenciados em função da tradição, do modo de fazer ou da qualidade vinculada à origem.

II - propor, coordenar e implementar diagnósticos, estudos, normas e regulamentos específicos ao tema;

III - coordenar, orientar e acompanhar as ações de identificação, desenvolvimento e fortalecimento de indicação geográfica e outros signos distintivos coletivos para produtos agropecuários no país, em articulação com as unidades do MAPA;

IV - promover mecanismos de interação com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e outras instituições de interesse, para implementação de ações de apoio ao reconhecimento das indicações geográficas ou outros signos distintivos coletivos;

V - apoiar o reconhecimento, a proteção, o registro e a promoção internacional de indicação geográfica ou outros signos distintivos coletivos;

VI - subsidiar, com parâmetros técnicos de interesse, as negociações internacionais, em articulação com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do MAPA e dos demais órgãos intervenientes;

VII - formar e participar em colegiados, fóruns, câmaras, conselhos, grupos de trabalho e demais instâncias consultivas e deliberativas, visando a disseminação de informações, discussões, harmonização de conceitos, promoção, proteção e defesa de produtos tradicionais, de indicações geográficas e de signos distintivos coletivos e de assuntos relacionados;

VIII - estabelecer parcerias com governos e organismos, nacionais e internacionais, em matérias de produtos agropecuários tradicionais, de indicação geográfica e outros signos distintivos coletivos, organização social e produtiva e desenvolvimento territorial;

IX - apoiar a participação institucional do MAPA, em eventos, reuniões técnicas, missões, intercâmbios, fóruns e colegiados de interesse;

X - acompanhar, fiscalizar e auditar sistemas de controle e de garantia para produtos tradicionais, de indicação geográfica ou outros signos distintivos: e

XI - manter base de dados informatizada, incluindo sistema de informação geográfica, voltada a produtos tradicionais com qualidade vinculada a origem, indicações geográficas ou outros signos distintivos coletivos.

Art. 35. À Divisão de Acompanhamento Técnico (DAT/CIG) compete:

I - orientar e acompanhar, em articulação com as unidades do MAPA e parceiros, iniciativas, atividades e projetos voltados para produtos tradicionais, de indicação geográfica ou outros signos distintivos coletivos abrangendo:

a) o atendimento aos requisitos necessários aos processos de registro;

b) estudos e processos tecnológicos para melhoria da qualidade de produtos agropecuários;

c) as regiões e produtos agropecuários registrados como indicação geográfica ou marca coletiva, para a manutenção dos padrões específicos de qualidade, delimitação de área e controle;

d) organização e fortalecimento das cadeias produtivas agropecuárias, com abordagem local;

e) identificação, mapeamento, caracterização e diagnóstico das origens produtoras; e

f) divulgação e disseminação de informações;

II - apoiar, acompanhar e subsidiar a discussão e elaboração de documentos técnicos voltados para registro e controle de produtos de indicação geográfica, tais como: a descrição do produto, seu processo de obtenção e vínculo com o meio geográfico, o regulamento de uso, a estrutura de controle e a delimitação da área;

III - emitir instrumento oficial que delimita a área geográfica de IG;

IV - promover, subsidiar, formular e acompanhar acordos, convênios, termos de cooperação, protocolos e outras parcerias;

V - organizar e realizar cursos, capacitações, treinamentos e eventos (reuniões técnicas, seminários, oficinas, simpósios) sobre produtos tradicionais vinculados à origem, indicações geográficas e outros signos distintivos coletivos; e

VI - elaborar subsídios técnicos específicos, manuais e material técnico-informativo sobre produtos tradicionais vinculados à origem, indicações geográficas e outros signos distintivos coletivos.

Art. 36. À Coordenação-Geral de Produção Sustentável (CGPS/DEPROS) compete:

I - propor e coordenar a implementação de políticas, planos, programas, projetos, ações e atividades destinados:

a) ao desenvolvimento rural sustentável e de cadeias produtivas;

b) ao incentivo à inovação e à promoção da difusão e do acesso à informação e à tecnologia;

c) à preservação, à conservação de recursos naturais;

d) à agricultura urbana e periurbana;

e) à produção sustentável agropecuária e extrativista;

f) à agroecologia e produção orgânica;

g) à educação ambiental e ao consumo responsável;

h) às boas práticas agropecuárias;

i) à recuperação de áreas degradadas e ao combate à desertificação;

j) à recomposição florestal e ao fomento à florestas plantadas e sistemas agroflorestais;

k) à implementação de sistema de produção agropecuária sustentável e integrados, de baixa emissão de carbono e adaptado aos efeitos das mudanças climáticas;

l) ao uso e manejo dos recursos naturais nos agroecossistemas;

m) ao desenvolvimento de insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica; e

n) à agricultura irrigada;

II - coordenar e acompanhar a elaboração de normas e regulamentos e os processos de auditoria e fiscalização das atividades relacionadas com a produção orgânica, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - integrar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos programas governamentais relacionados à agroecologia e produção orgânica;

IV - participação em fóruns nacionais e internacionais que tratam do estabelecimento de regulamentação e políticas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia, especialmente da produção orgânica;

V - propor e coordenar a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção;

VI - propor estratégias, instrumentos indutores, diretrizes e planos de trabalho para estudos, desenvolvimento de capacidades, inovações, desenvolvimentos tecnológicos, difusão de sistemas de manejo agropecuário, requeridos para aprimoramento e desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada;

VII - propor medidas que possibilitem que os planos agrícolas e pecuários possam levar ao aperfeiçoamento das políticas de crédito e de seguro agrícola voltadas para a sustentabilidade da agricultura irrigada;

VIII - propor e promover a cooperação entre a política agrícola com as políticas setoriais de meio ambiente, de recursos hídricos, de energia, de transportes e políticas afins a agropecuária no que compreende aos componentes requeridos ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada;

IX - identificar as potencialidades da agropecuária com a irrigação e as medidas, instrumentos e os suportes estruturais requeridos para que as atividades apresentem sustentabilidade ambiental, social e econômica;

X - identificar e promover a articulação entre as entidades, os setores e as instâncias de poder público federal, estadual, municipal e entre esses níveis com setor privado com os objetivos de expandir, aprimorar e desenvolver de modo sustentável a agricultura irrigada;

XI - coordenar, fomentar e orientar, quanto à de sistema de produção agropecuária sustentável e de baixa emissão de carbono, em consonância com ações de mitigação e de adaptação à mudança do clima; recuperação, manejo, proteção, conservação do solo e da água, tendo a micro bacia hidrográfica como unidades de referência; florestas plantadas; sistemas florestais e agroflorestais; agricultura conservacionista; combate à desertificação; adaptação e mitigação aos efeitos da mudança do clima; e ao uso e manejo dos recursos naturais nos agroecossistemas;

XII - formular propostas e elaborar subsídios técnicos para apoiar à formulação de diretrizes para políticas públicas, negociações de acordos, tratados ou convênios, planos, programas e projetos às comunicações de relatórios e inventários nacionais sobre mudança do clima, no que for de competência do MAPA, ao uso de sistemas sustentáveis de produção agropecuária, às florestas plantadas, aos sistemas florestais e agroflorestais, à editais para estabelecimento de parcerias e acordos entre o MAPA e entidades e organismos nacionais e internacionais;

XIII - apoiar e participar institucionalmente de grupos de trabalho, comissões, conselhos, comitês, fóruns e eventos nacionais e internacionais voltados aos sistemas sustentáveis de produção agropecuários, conservacionistas de solo e água, à mudança do clima na agropecuária, florestas plantadas e sistemas florestais e agroflorestais;

XIV - avaliar, proceder, promover, acompanhar à fiscalização e à auditoria operacional da execução de convênios, ajustes, parcerias, acordos e termos de execução descentralizada das atividades relacionadas às competências da coordenação;

XV - desenvolver e controlar a execução dos projetos e ações pelas unidades organizacionais dos órgãos e das unidades descentralizadas do MAPA envolvidos;

XVI - promover a reciclagem e capacitação de técnicos do MAPA que estejam envolvidos com as temáticas de sua competência; e

XVII - cumprir os acordos internacionais.

Art. 37 À Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica (COAGRE/CGPS) compete:

I - coordenar e orientar, quanto à agroecologia e produção orgânica:

a) elaboração de subsídios à formulação das diretrizes de ação governamental no que se refere ao desenvolvimento da agroecologia, com ênfase na produção orgânica;

b) a implementação dos mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica;

c) desenvolvimento e controle da execução dos projetos e ações pelas unidades organizacionais dos órgãos e das unidades descentralizadas do MAPA envolvidos;

d) planejamento estratégico e administração do sistema nacional de avaliação da conformidade orgânica;

e) elaboração e aplicação da regulamentação e dos procedimentos de auditoria, inspeção e fiscalização para a garantia da qualidade orgânica dos produtos certificados, em articulação com as demais unidades organizacionais envolvidas;

f) integração operacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos programas governamentais relacionados à agroecologia e à participação nas atividades referentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável;

g) cumprimento dos acordos internacionais junto à OMC, ao Mercosul e ao Codex Alimentarius e a outros que venham a ser firmados pelo Governo Brasileiro, em articulação com as unidades organizacionais da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio;

h) intercâmbio com os órgãos fiscalizadores federais e com as entidades não-governamentais envolvidas na produção, processamento, transporte, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos;

i) qualificação técnica, capacitação e permanente reciclagem dos agentes do MAPA envolvidos com as atribuições da COAGRE;

j) instituição e funcionamento de organismos colegiados para integração operacional dos agentes públicos e privados de implementação da produção orgânica e de base agroecológica; e

k) elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana;

II - elaborar subsídios técnicos para:

a) apoiar a participação em fóruns nacionais e internacionais que tratam do estabelecimento de regulamentação e políticas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia, especialmente da produção orgânica;

b) elaboração das diretrizes de ação governamental no que se refere ao desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica; e

c) matérias advindas dos órgãos colegiados do MAPA;

III - representar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos planos e programas governamentais relacionados à agroecologia, produção orgânica e outras atividades referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - manter intercâmbio com os órgãos fiscalizadores federais e estaduais; e com as entidades não governamentais envolvidas na produção, processamento, transporte, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos;

V - coordenar e viabilizar o funcionamento do Núcleo de Agroecologia e Produção Orgânica do MAPA com a participação de representantes de seus diferentes órgãos e setores que interagem com o tema;

VI - coordenar, acompanhar e viabilizar o funcionamento das Comissões de Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF); e da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg);

VII - acompanhar, subsidiar e dar suporte técnico à Câmara Temática da Agricultura Orgânica;

VIII - gerenciar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e o Cadastro Nacional de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados, de forma a mantê-los permanentemente atualizados e disponível para consulta pela sociedade;

IX - gerenciar o sistema SIGORGWEB, incluindo os trabalhos de manutenção evolutiva, de forma a mantê-los permanentemente em condições de atender as necessidades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica;

X - proceder análises e levantamentos de dados, dentro do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, com a finalidade de identificar dados inconsistentes ou indicativos de não conformidades na introdução de dados pelos organismos credenciados;

XI - gerar, periodicamente, planilhas, mapas e relatórios com dados comparativos do processo evolutivo da produção orgânica no Brasil, com base nos dados existentes do SIGORGWEB; e

XII - executar atividades gerenciais, incluindo o planejamento e execução orçamentária e financeira; o monitoramento, avaliação e divulgação de resultados; a elaboração, análise e organização de documentos administrativos e técnicos.

Art. 38. À Divisão de Promoção da Qualidade Orgânica (DPQO/COAGRE) compete:

I - analisar e decidir acerca de processos referentes ao credenciamento e a atuação de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica perante o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg);

II - auditar os Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados e em credenciamento pelo Mapa e as unidades de produção a eles vinculadas;

III - apoiar e orientar, em articulação com o setor competente das SFAs-UFs, os processos e atividades relacionados ao cadastramento e à atuação das Organizações de Controle Social e dos agricultores familiares vinculados as mesmas;

IV - orientar os organismos de avaliação da conformidade credenciados e os responsáveis pelo cadastramento de produtores incluídos em organizações de controle social, na operacionalização do SIGORGWEB para a correta alimentação do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos;

V - manter atualizados o Cadastro Nacional de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Cadastro Nacional de Organizações de Controle Social;

VI - promover, gerenciar e executar atividades de orientação à regularização do produtor orgânico;

VII - promover, apoiar e demandar atividades e recomendações das Comissões de Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF), como instâncias de assessoramento ao SisOrg e de controle social;

VIII - elaborar, redigir, propor e atualizar normas brasileiras relativas à produção orgânica;

IX - analisar e propor soluções técnicas para as demandas relativas a produtos, processos e métodos relativos à produção orgânica, em articulação com demais setores e serviços do Mapa e outros órgãos competentes;

X - acompanhar e participar de fóruns nacionais e internacionais que tratam de regulamentação dos procedimentos de regularização, inspeção, registro e certificação de produtos orgânicos;

XI - manter atualizados os arquivos referentes aos regulamentos nacionais de produção orgânica e dos países ou blocos econômicos com destaque no mercado internacional; e

XII - executar atividades gerenciais, incluindo a gestão de dados e informações, de documentos e a elaboração e execução de programas, projetos e ações, visando o acompanhamento e aprimoramento do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e da atuação das Organizações de Controle Social em venda direta.

Art. 39. À Divisão de Fiscalização e Controles (DFIC/COAGRE) compete:

I - gerenciar, orientar, executar e acompanhar as fiscalizações sobre unidades de produção e demais estabelecimentos onde ocorra produção, extração, processamento e comércio de produtos orgânicos ou alegadamente orgânicos;

II - organizar e analisar os dados provenientes de todas as unidades da federação, referentes às fiscalizações realizadas para avaliação da qualidade orgânica;

III - orientar e acompanhar a execução do programa de monitoramento da presença de substâncias proibidas na produção orgânica, nos pontos de comercialização;

IV - realizar, em conjunto com os responsáveis pela fiscalização de orgânicos nas Superintendências Federais de Agricultura, a avaliação da execução do plano anual de fiscalizações e do programa de monitoramento da presença de substâncias proibidas na produção orgânica;

V - realizar a prospecção de situações onde seja indicada a realização de convênios com órgãos estaduais ou do Distrito Federal, para a aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica;

VI - gerenciar e acompanhar a apuração de denúncias relativas a não conformidades na produção ou comércio de produtos orgânicos;

VII - gerenciar e implementar o plano anual de fiscalizações sobre as unidades de produção orgânica e demais estabelecimentos onde ocorra produção, extração, processamento e comércio de produtos orgânicos ou alegadamente orgânicos;

VIII - atuar de forma articulada com as unidades descentralizadas e demais setores do Mapa responsáveis por ações que tenham interface com a produção orgânica, orientando-os sob o aspecto da garantia da qualidade orgânica;

IX - elaborar propostas, para realização de convênios com órgãos estaduais ou do Distrito Federal, para a aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica; e

X - elaborar diretrizes, orientar, supervisionar e acompanhar a execução de convênios de delegação de poderes para realização de serviços relacionados com a inspeção e fiscalização sobre a produção orgânica.

Art. 40. À Divisão de Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica (DDAP/COAGRE) compete:

I - implementar a execução de atividades, projetos, programas e ações relacionadas ao fomento, à educação, à pesquisa, à extensão e à promoção da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica, especialmente para:

a) apoiar a construção e socialização de conhecimentos no contexto da educação formal e informal, a capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção; e

b) promover e apoiar a divulgação dos princípios da agroecologia, do consumo responsável, das normas da produção orgânica, das boas práticas e dos produtos e processos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica;

II - implementar a execução de atividades, projetos, programas e ações relacionadas ao fomento, à educação, à pesquisa, à extensão e à promoção da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica, especialmente para:

a) apoiar a construção e socialização de conhecimentos no contexto da agricultura urbana e periurbana, a capacitação de técnicos e multiplicadores em tecnologias e processos apropriados; e

b) apoiar ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana com base em princípios agroecológicos;

III - analisar, orientar, supervisionar, acompanhar e monitorar os trabalhos executados, no âmbito da celebração de acordos, termos e convênios com entidades públicas e privadas, incluindo a proposição e elaboração de editais de interesse para a agroecologia e produção orgânica;

IV - apoiar e participar de eventos promocionais e técnicos e de fóruns nacionais e internacionais que tratam de temas de interesse da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica.

V - articular e promover parcerias com agentes, entidades e fóruns públicos e privados, que atuam nos diferentes segmentos de interesse da agroecologia, da rede de produção orgânica e de base agroecológica, com destaque para o trabalho junto:

a) à Subcomissão Temática Nacional da Produção Orgânica (STPOrg);

b) às 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrg-UF);

c) à Câmara Temática da Produção Orgânica;

d) à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO); e

e) à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO);

VI - orientar, supervisionar, acompanhar e monitorar as CPOrg-UF nas 27 unidades da federação, e as representações regionais da STPOrg;

VII - assessorar a STPOrg na administração de agendas, dados e informações necessários ao seu bom funcionamento.

VIII - viabilizar a organização e circulação de informações relativas a políticas públicas, dados e estatísticas para os agentes, entidades e fóruns públicos e privados que atuam nos diferentes segmentos de interesse da agroecologia, da rede de produção orgânica e de base agroecológica

IX - analisar, orientar, supervisionar, acompanhar e monitorar os trabalhos executados, no âmbito da celebração de acordos, termos e convênios com entidades públicas e privadas, incluindo a proposição e elaboração de editais de interesse para a agroecologia e produção orgânica;

X - apoiar e participar de eventos e fóruns nacionais e internacionais que tratam de temas de interesse da agroecologia, da produção orgânica e de base agroecológica;

XI - apoiar a qualificação técnica, capacitação e permanente reciclagem dos agentes do MAPA envolvidos com as ações de fomento, auditoria e fiscalização de produtos orgânicos e das respectivas unidades de produção;

XII - implementar a execução das atividades relacionadas ao fomento, divulgação, pesquisa, transferência de tecnologia e capacitação voltadas à ampliação da disponibilidade de insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica;

XIII - manter e disponibilizar bases de dados referentes à caracterização e forma de acesso aos insumos importantes para o desenvolvimento da agricultura orgânica e a promoção da transição agroecológica;

XIV - manter articulações para simplificação dos procedimentos de registro e cadastramento de insumos de interesse para a agricultura orgânica, junto às demais unidades organizacionais do MAPA e de outros órgãos envolvidos;

XV - controlar, orientar e acompanhar os trabalhos voltados à ampliação da disponibilidade de insumos de interesse da produção orgânica e de base agroecológica, executados por entidades públicas e privadas;

XVI - elaborar subsídios técnicos para apoiar a participação em fóruns nacionais e internacionais que tratam do desenvolvimento tecnológico de insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica;

XVII - elaborar, sistematicamente, levantamento junto a técnicos e produtores sobre as principais demandas relacionadas a insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica;

XVIII - implementar e monitorar planos, programas e ações voltados a ampliação da disponibilidade de insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica; e

XIX - elaborar, manter atualizada e acessível pela sociedade, lista de insumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica disponíveis no mercado.

Parágrafo único. O planejamento e desenvolvimento das atividades, projetos programas e ações devem buscar o envolvimento dos setores responsáveis pelas ações vinculadas à produção orgânica nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 41. Ao Serviço de Especificações de Referência (SER/COAGRE) compete:

I - coordenar e orientar o processo de estabelecimento de especificações de referências de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica:

a) receber, organizar e formar processo dos formulários e documentações complementares referentes às solicitações de estabelecimento de especificações de referência encaminhadas pelas Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação (CPOrgs-UF);

b) solicitar aos interessados as informações mínimas que caracterizem os produtos candidatos ao estabelecimento de especificações de referências, de acordo com a natureza de cada produto;

c) verificar se os componentes das formulações dos produtos candidatos ao estabelecimento de especificações de referências quanto à sua autorização para uso na agricultura orgânica;

d) avaliar e emitir parecer quando a substância que compõe o produto candidato ao estabelecimento de especificações de referências não possuir autorização de uso na agricultura orgânica;

e) coordenar o processo de identificação dos principais problemas fitossanitários dos sistemas orgânicos de produção que não possuem produtos e tecnologias disponíveis no mercado, visando a sua priorização nas análises de estabelecimento de especificação de referência priorizadas;

f) encaminhar as solicitações de estabelecimento de especificações de referências priorizadas ao grupo técnico com representatividade dos órgãos federais competentes (Coordenação de Agroecologia e Coordenação-Geral de Agrotóxicos, do MAPA, Gerência Geral de Toxicologia, da ANVISA, e Coordenação-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas, do IBAMA);

g) coordenar e participar do processo de análise do grupo técnico formado pelos órgãos federais competentes, quanto às exigências para o estabelecimento de especificações de referências;

h) comunicar aos interessados as exigências estabelecidas pelo grupo técnico;

i) organizar as informações, testes e estudos necessários ao estabelecimento de especificações de referências e encaminhá-los para análise do grupo técnico;

j) coordenar e participar do processo de análise das informações, testes e estudos no grupo técnico;

k) contribuir no processo de análise dos laudos e estudos que comprovem a eficiência e aplicabilidade agronômica afim de definir a indicação de uso de produto candidato ao estabelecimento de especificações de referências;

l) coordenar as atividades de estabelecimento, aprovação pelo Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos (CTA) e publicação das especificações de referência estabelecidas;

m) informar aos interessados o status de análise das solicitações de estabelecimento de especificações de referências de produtos fitossanitários; e

n) coordenar e orientar o processo de solicitação de alteração de especificação de referência estabelecida e publicada;

II - contribuir para o processo de obtenção das informações, testes e estudos agronômicos, toxicológicos e ambientais necessários ao estabelecimento de especificações de referência;

III - articular com os órgãos federais responsáveis pelo registro de produtos fitossanitários visando o registro de produtos com base nas especificações estabelecidas e publicadas; e

IV - disponibilizar eletronicamente e manter atualizadas as informações referentes ao processo de solicitação e de estabelecimento de especificações de referências de produtos fitossanitários com uso aprovado para a agricultura orgânica:

a) regulamentos técnicos;

b) orientações sobre o processo de solicitação de estabelecimento de especificações de referências;

c) lista de solicitações de estabelecimento de especificações de referências encaminhadas pelas CPOrgs-UF;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) lista de priorização de análise das solicitações de estabelecimento de especificações de referências;

e) lista das especificações de referência publicadas; e

f) lista de produtos registrados com base nas especificações publicadas.

Art. 42. À Coordenação de Agricultura Irrigada e Gestão Sustentável da Água (CIGA/CGPS) compete:

I - coordenar, acompanhar e orientar quanto ao uso adequado dos métodos e sistemas de irrigação e drenagem em conformidade com as peculiaridades locais e regionais e os requisitos fenológicos e edafo-climáticos das culturas;

II - apoiar estudos e pesquisas relacionados à agricultura irrigada;

III - promover a gestão integrada e sustentável da oferta e do uso dos recursos hídricos no meio rural;

IV - estabelecer ações e estratégias para minimizar os riscos inerentes às atividades agropecuárias, mormente nas regiões sujeitas à maior incidência de adversidades climáticas;

V - fazer levantamentos estatísticos e monitorar a evolução da agricultura irrigada no país, considerando a área sob irrigação, métodos e sistemas utilizados, produções, produtividades, eficiências e culturas;

VI - acompanhar, elaborar relatórios e avaliar os Planos Plurianuais referentes à agricultura irrigada, nos objetivos, metas e iniciativas de responsabilidade do MAPA;

VII - propor e estabelecer incentivos a ampliação da participação da iniciativa privada nos empreendimentos voltados para agricultura irrigada;

VIII - elaborar normas, procedimentos e orientações para melhoria do desempenho e aumento das garantias dos sistemas de irrigação e seus componentes;

IX - apoiar soluções para problemas regionais relacionados a água e solos associados à prática da agricultura irrigada e da drenagem agrícola;

X - promover a integração das atividades afins à agricultura irrigada pertencentes às políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, de energia, de saneamento ambiental, e seus respectivos planos, com prioridade para empreendimentos que possibilitem o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos;

XI - manter articulação entre as diversas instâncias e esferas de governo e entre estas e o setor privado para a promoção de ações inerentes à agricultura irrigada; e

XII - intensificar ações visando a promoção e o fortalecimento da agricultura irrigada.

Art. 43. À Divisão de Fomento à Agricultura Irrigada (DFA/CIGA) compete:

I - estabelecer critérios que objetivem hierarquizar as áreas objetos de apoio para ações de fomento de infraestruturas e de medidas complementares de indução ao desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada;

II - elaborar estudos subsidiários à formulação da política agrícola no que se refere ao crédito, seguro agrícola e de incentivos para a agricultura irrigada, compatibilizando com as especificidades locais e regionais;

III - apoiar o desenvolvimento de capacidades, qualificação técnica e treinamentos em agricultura irrigada de agricultores, agentes do setor agropecuário e de produtores;

IV - propor medidas que levem ao fortalecimento e aumento da competitividade do agronegócio no âmbito da agricultura irrigada;

V - elaborar subsídios técnicos para a participação em eventos técnico-científicos e de desenvolvimento de capacidades em temas de agricultura irrigada;

VI - analisar, acompanhar e avaliar planos de trabalho, convênios e termos de cooperação técnica relacionados à agricultura irrigada;

VII - apoiar a diversificação das culturas e a agregação de valor aos produtos oriundos da agricultura irrigada;

VIII - efetuar levantamentos sistemáticos de informações visando subsidiar as tomadas de decisão e as propostas de aprimoramentos dos planos agrícolas e pecuários, dos programas, dos projetos e das atividades inerentes à agricultura irrigada;

IX - apoiar a elaboração de material técnico sobre o tema agricultura irrigada, visando sua utilização e difusão;

X - identificar as áreas aptas para o desenvolvimento da agricultura irrigada, definindo os parâmetros tecnológicos, econômicos e ambientais para a implantação dos projetos;

XI - inventariar e caracterizar as tecnologias disponíveis nos meios científicos e técnicos nacionais e internacionais, dentro dos projetos e áreas de ação da agricultura irrigada e da gestão dos recursos hídricos;

XII - estimular a melhoria dos sistemas de drenagem agrícola;

XIII - acelerar o processo de transferência de tecnologia, a partir da estreita articulação com órgãos voltados para extensão rural e a organização de produtores;

XIV - promover os trabalhos de manejo da agricultura irrigada, na interação água - solo - clima - planta, observando os requisitos do uso eficiente da água;

XV - observar os aspectos de regionalização da pesquisa, visando ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas as peculiaridades regionais;

XVI - estimular as pesquisas básicas em biotecnologia, especialmente quanto ao desenvolvimento de variedades de cultivos que sejam adequadas para irrigação, que sejam resistentes à seca, e desenvolvimento em condições de solos salinizados;

XVII - identificar e promover o desenvolvimento e o uso das inovações em manejo, sistemas e componentes que possibilitem reduzir os desperdícios na condução, distribuição e na aplicação da água na irrigação;

XVIII - implantar banco de dados para apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos no desenvolvimento de capacidades e nos cursos de treinamento e na elaboração e publicação de manuais técnicos e outros boletins; e

XIX - implantar um sistema de informações de pesquisa nas observações dos vários sistemas de produção utilizados em nível regional e na análise econômica das tecnologias adotadas, sugerindo ou disponibilizando pacotes tecnológicos, contendo entre outras as peculiaridades e exigências das culturas sob irrigação.

Art. 44. À Coordenação de Agropecuária Conservacionista, Florestas Plantadas e Mudanças Climáticas (CAFMC/CGPS) compete:

I - propor, promover, apoiar, implantar e implementar, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos:

a) a elaboração e difusão de material técnico e informativo sobre o uso e manejo conservacionista de solo e água e de baixa emissão de carbono, bacias hidrográficas e manejo sustentável dos sistemas produtivos agropecuários, combate à desertificação ou arenização dos agroecossistemas, dos recursos naturais, florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais;

b) o apoio à execução e implementação de planos, programas e projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo, de baixa emissão de carbono na agropecuária e de conservação do solo e da água;

c) a recuperação de áreas agrossilvipastoris degradadas ou em processo de desertificação;

d) a educação ambiental, em sua área de atuação;

e) elaboração de normas e regulamentos;

f) geração, validação e difusão de tecnologias, em articulação com outras áreas do MAPA e outros órgãos e entidades vinculadas; e

g) qualificação técnica dos sobre os temas de competência da Coordenação;

II - subsidiar, de forma a garantir a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários, a formulação da Política Agrícola no que se refere ao zoneamento agroecológico, Plano agrícola e Pecuário e ao uso e manejo dos recursos naturais e da biodiversidade;

III - promover, elaborar e implementar instrumentos para o estabelecimento de medidas compensatórias ao produtor rural, quando da prestação de serviços ambientais de interesse da sociedade, em uso e manejo conservacionista do solo e da água, de sistemas e práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária, de florestas plantadas e sistemas agroflorestais, em articulação com os órgãos competentes;

IV - preparar e elaborar subsídios técnicos para apoiar à formulação de diretrizes para políticas públicas, planos, programa e projetos às comunicações de relatórios e inventários nacionais sobre mudança do clima, no que for de competência do MAPA, ao uso de sistemas sustentáveis de produção agropecuária, às florestas plantadas, aos sistemas florestais e agroflorestais e à editais para estabelecimento de parcerias e acordos entre o MAPA e entidades e organismos nacionais e internacionais;

V - apoiar e participar institucionalmente de grupos de trabalho, comissões, conselhos, comitês, fóruns e eventos nacionais e internacionais voltados aos sistemas sustentáveis de produção agropecuários, conservacionistas de solo e água, à mudança do clima na agropecuária, florestas plantadas e sistemas florestais e agroflorestais;

VI - avaliar, proceder, promover, acompanhar à fiscalização e à auditoria operacional da execução de convênios, ajustes, parcerias, acordos e termos de execução descentralizada das atividades relacionadas às competências da coordenação;

VII - coordenar, fomentar, elaborar e fornecer subsídios à formulação de estratégias, diretrizes e ações relativas à sistema de produção agropecuária sustentável de baixa emissão de carbono, ao enfrentamento da mudança do clima pelo setor agropecuário, tanto para fins de mitigação quanto para adaptação aos seus efeitos, e a florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais;

VIII - monitorar, avaliar e propor soluções aos impactos da execução de políticas, planos, programas, projetos, ações e atividades referentes à sistemas produtivos sustentáveis com vistas ao enfrentamento da mudança do clima;

IX - apoiar e participar institucionalmente em grupos de trabalho, comissões, comitês e fóruns nacionais e internacionais voltados ao enfrentamento da mudança do clima e seus impactos, em particular pelo setor agropecuário e correlatos, a florestas plantadas; sistemas florestais e agroflorestais;

X - manter articulações com as unidades organizacionais dos órgãos do MAPA e de outros ministérios para integração de interfaces operacionais, inclusive quanto à elaboração de normas e regulamentos relativos aos temas de competência desta Divisão;

XI - promover, apoiar e manter articulações com instituições vinculadas e parceiras no âmbito do setor agropecuário, em nível subnacional, nacional e internacional, para integração de interfaces operacionais, implementação de ações de desenvolvimento sustentável, e implementação de políticas, planos, programas e projetos com vistas a promover a mitigação e a adaptação à mudança do clima pelo setor agropecuário, para florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais;

XII - elaborar, propor e avaliar material técnico em apoio ao fomento da adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis de baixa emissão de carbono, de florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais, à participação institucional do MAPA em fóruns nacionais e internacionais e na qualificação técnica de técnicos, produtores e agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário;

XIII - acompanhar, monitorar e fiscalizar o cumprimento do estabelecido na legislação que disciplina a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09; Decreto nº 7.390/10), no que se refere às ações e atividades de competências do MAPA;

XIV - promover, implementar, monitorar e acompanhar a execução de políticas, planos, programas, projetos e ações referentes a sistemas produtivos sustentáveis com vistas ao enfrentamento da mudança do clima e na produção de florestas plantadas e sistemas agroflorestais;

XV - apoiar e participar institucionalmente em grupos de trabalho, comissões, comitês, fóruns e eventos nacionais e internacionais voltados ao temas da divisão;

XVI - identificar e promover áreas prioritárias para a implementação de florestas plantadas e sistemas florestais e agroflorestais; e

XVII - promover a celebração, acompanhar e avaliar a execução de convênios, ajustes, termos de execução descentralizados e acordos na sua área de competência.

Art. 45. À Divisão de Agropecuária Conservacionista e Manejo de Solo e Água (DACMS/CAFMC) compete:

I - elaborar e propor subsídios à formulação de estratégias, diretrizes e ações relativas ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais envolvidos pelo processo produtivo agropecuário e no combate à desertificação ou arenização dos agroecossistemas;

II - elaborar subsídios técnicos para apoiar a participação institucional em grupos de trabalho, comissões, comitês e fóruns nacionais e internacionais voltados ao manejo sustentável dos sistemas produtivos agropecuários e de combate à desertificação ou arenização dos agroecossistemas;

III - desenvolver, implementar e acompanhar a execução de programas, projetos e ações referentes ao manejo e conservação dos recursos naturais, em especial do solo e da água, tendo a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento, ao combate à desertificação ou arenização dos agroecossistemas, em especial para:

a) garantir o atendimento das especificidades locais e regionais, no que tange ao desenvolvimento agropecuário e a recuperação de agroecossistemas degradados;

b) desenvolver campanhas e promoção de estímulos à participação das comunidades rurais na identificação de problemas e na priorização da implementação de medidas preventivas e corretivas; e

c) implantar práticas de ordenamento das atividades agropecuárias nas bacias hidrográficas, de acordo com suas características edafoclimáticas, fisiográficas e socioeconômicas;

IV - manter articulações com as unidades organizacionais dos órgãos do MAPA e de outros Ministérios para integração de interfaces operacionais, inclusive quanto à elaboração de normas e regulamentos relativos às atribuições desta Divisão;

V - identificar e propor:

a) qualificação técnica de agentes do setor agropecuário, considerando as bacias hidrográficas como unidade de planejamento; e

b) promoção a difusão de tecnologias relativas ao uso e manejo sustentáveis dos recursos naturais no processo produtivo agropecuário;

VI - elaborar subsídios técnicos para apoiar a participação em fóruns relativos ao combate à desertificação ou arenização dos agroecossistemas, ao uso, manejo e conservação do solo, da água e dos demais recursos naturais;

VII - desenvolver, propor, implementar e acompanhar programas, projetos, ações e atividades relativos:

a) ao estímulo a adoção do sistema plantio direto e de outros sistemas conservacionistas, como mecanismos de desenvolvimento limpo;

b) ao apoio e promoção da qualificação técnica dos agentes do setor agropecuário;

c) ao estímulo a adoção de sistemas ou medidas que previnam a degradação dos recursos de solo e água nas bacias hidrográficas;

d) a promoção e apoio a recuperação de áreas em processo de degradação e de desertificação;

e) a difusão e apoio a ampliação e adoção da integração da lavoura da pecuária e da floresta, do sistema plantio direto, e de outros sistemas conservacionistas dos recursos naturais, com ênfase na recuperação de áreas de produção e pastagens degradadas; e

f) a elaboração, proposição e divulgação de normas e procedimentos para disciplinar o uso e o manejo do solo agrícola na agropecuária;

VIII - avaliar os impactos da execução de práticas conservacionistas de proteção do solo e de controle da erosão;

IX - identificar áreas prioritárias para a implementação de sistemas e práticas conservacionistas de produção agropecuária; e

X - promover, apoiar e implementar, em articulação com outros órgãos, unidades descentralizadas e entidades envolvidas para:

a) desenvolver ações de caráter preventivo da degradação ambiental referentes ao uso e manejo dos recursos naturais nos agroecossistemas;

b) elaborar e difundir material técnico sobre o manejo do solo e da água, sistemas de conservação de solo, gestão de bacias hidrográficas e manejo sustentável dos sistemas produtivos agropecuários, dos agroecossistemas e dos recursos naturais;

c) apoiar a implantação de projetos de produção agropecuária sustentável;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) promover a recuperação de áreas em processo de desertificação; e

e) incentivar a educação ambiental, em suas áreas de atuação;

XI - subsidiar tecnicamente, de forma a garantir a sustentabilidade dos sistemas produtivos agropecuários, a formulação da Política Agrícola no que se refere ao zoneamento agroecológico, Plano Agrícola e Pecuário e ao uso e manejo dos recursos naturais e da biodiversidade;

XII - desenvolver, em parceria com a pesquisa agropecuária, programas e projetos relativos ao mapeamento de solos, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento;

XIII - promover, acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes e acordos para o manejo sustentável dos sistemas produtivos;

XIV - coordenar, fomentar, elaborar e fornecer subsídios à formulação de estratégias, diretrizes e ações relativas à sistema de produção agropecuária sustentável de baixa emissão de carbono, ao enfrentamento da mudança do clima pelo setor agropecuário, tanto para fins de mitigação quanto para adaptação aos seus efeitos, e a florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais;

XV - monitorar, avaliar e propor soluções aos impactos da execução de políticas, planos, programas, projetos, ações e atividades referentes à sistemas produtivos sustentáveis com vistas ao enfrentamento da mudança do clima;

XVI - apoiar e participar institucionalmente em grupos de trabalho, comissões, comitês e fóruns nacionais e internacionais voltados ao enfrentamento da mudança do clima e seus impactos, em particular pelo setor agropecuário e correlatos, a florestas plantadas; sistemas florestais e agroflorestais;

XVII - manter articulações com as unidades organizacionais do MAPA e de outros ministérios para integração de interfaces operacionais, inclusive quanto à elaboração de normas e regulamentos relativos aos temas de competência desta Divisão;

XVIII - promover, apoiar e manter articulações com instituições vinculadas e parceiras no âmbito do setor agropecuário, em nível subnacional, nacional e internacional, para integração de interfaces operacionais, implementação de ações de desenvolvimento sustentável, e implementação de políticas, planos, programas e projetos com vistas a promover a mitigação e a adaptação à mudança do clima pelo setor agropecuário e para florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais;

XIX - elaborar, propor e avaliar material técnico em apoio ao fomento da adoção de práticas e sistemas de produção sustentáveis de baixa emissão de carbono, de florestas plantadas, sistemas florestais e agroflorestais, à participação institucional do MAPA em fóruns nacionais e internacionais e na qualificação técnica de técnicos, produtores e agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário;

XX - acompanhar, monitorar e fiscalizar o cumprimento do estabelecido na legislação que disciplina a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09; Decreto nº 7.390/10), no que se refere às ações e atividades de competências do MAPA;

XXI - promover, implementar, monitorar e acompanhar a execução de políticas, planos, programas, projetos e ações referentes a sistemas produtivos sustentáveis com vistas ao enfrentamento da mudança do clima e na produção de florestas plantadas e sistemas agroflorestais;

XXII - apoiar e participar institucionalmente em grupos de trabalho, comissões, comitês, fóruns e eventos nacionais e internacionais voltados aos temas desta divisão;

XXIII - identificar e promover áreas prioritárias para a implementação de florestas plantadas e sistemas florestais e agroflorestais; e

XXIV - promover a celebração, acompanhar e avaliar a execução de convênios, ajustes, termos de execução descentralizados e acordos na sua área de competência.

Seção III

Do Departamento de Integração e Mobilidade Social

Art. 46. Ao Departamento de Integração e Mobilidade Social (DIMS) compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para o desenvolvimento do cooperativismo, do associativismo, da assistência técnica e da extensão rural;

II - propor e implementar planos, programas, projetos, ações e atividades destinados:

a) ao fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural;

b) à profissionalização da gestão cooperativa;

c) à intercooperação;

d) ao acesso a mercados e à internacionalização de associações e cooperativas;

e) à responsabilidade social com as comunidades;

f) ao desenvolvimento de programas e projetos para o desenvolvimento rural;

g) aos indicadores de desenvolvimento rural e à análise estratégica;

h) à capacitação técnica e à educação profissional e tecnológica;

i) à assistência técnica e à extensão rural; e

j) ao monitoramento e à avaliação de programas de extensão rural;

III - coordenar, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades relacionadas com a concessão de crédito às cooperativas e às associações;

IV - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios nacionais e internacionais concernentes ao cooperativismo, ao associativismo e ao desenvolvimento rural, em articulação com as demais unidades da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo;

V - identificar e promover, em parceria com órgãos e entidades de qualificação profissional, públicos e privados, cursos destinados aos pequenos e médios produtores rurais;

VI - integrar e articular programas governamentais e promover sua implementação no campo;

VII - criar mecanismos de monitoramento e acompanhamento das famílias rurais para promover a melhoria de sua qualidade de vida;

VIII - desenvolver sistema de gestão da agropecuária e do abastecimento, promover a descentralização das ações, a definição de competências e responsabilidades de cada ente federativo e contribuir para o aumento da produção e a efetividade das ações agropecuárias;

IX - incentivar e apoiar, em conjunto com os entes federativos, a criação de secretarias municipais de agricultura e a inserção destas no sistema de gestão da agropecuária e do abastecimento referido no inciso VIII;

X - promover diagnósticos de cenários, com o desenvolvimento de ações entre os entes federativos e a sociedade civil;

XI - estimular o desenvolvimento de entidades que promovam a união entre pequenos produtores, visando a fortalecer a atuação, a qualificação profissional, a melhoria de renda e a qualidade de vida da família rural;

XII - identificar e estimular setores da cadeia produtiva a criar e a participar de projetos que promovam e incentivem a prosperidade de pequenos e médios produtores rurais; e

XIII - manter canais permanentes de comunicação com produtores rurais.

Art. 47. À Coordenação-Geral de Cooperativismo e Associativismo (CGCOOP/DIMS) compete:

I - propor e implementar políticas públicas para o cooperativismo e o associativismo rural, visando o bem-estar social e o desenvolvimento rural sustentável;

II - elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural;

III - coordenar programas, projetos, ações e atividades de promoção do cooperativismo e do associativismo rural;

IV - articular, promover e apoiar ações em parceria com organismos públicos e privados, voltados ao cooperativismo, ao associativismo e ao desenvolvimento rural sustentável;

V - coordenar e promover, em articulação com os demais órgãos específicos singulares do MAPA, atividades para implementar e atualizar informações e indicadores de desenvolvimento sobre o cooperativismo e o associativismo rural;

VI - apoiar e estimular o processo de organização social cooperativista e associativista, como instrumento de desenvolvimento rural sustentável;

VII - coordenar a realização de estudos e análises técnicas relativos ao cooperativismo e associativismo rural para integração produtiva, acesso a mercados internos e externos, inovação, desenvolvimento tecnológico e indicadores de desenvolvimento;

VIII - coordenar as ações de integração regional do cooperativismo brasileiro no Mercosul;

IX - coordenar a Seção Nacional da Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM);

X - monitorar e controlar a execução de ações da Coordenação-Geral integrantes do PPA alinhadas à gestão estratégica;

XI - elaborar subsídios à proposta de programação orçamentária do Departamento, quanto ao cooperativismo e associativismo; e

XII - colaborar com o Diretor em todas as ações e atividades pertinentes ao Departamento de acordo com a sua área de atuação.

Art. 48. À Coordenação de Promoção e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural (CPFC/CGCOOP) compete:

I - apoiar e estimular a capacitação como instrumento de organização econômico-social cooperativista e associativista, voltado ao desenvolvimento sustentável das comunidades e do agronegócio;

II - articular com os organismos nacionais e internacionais ações e programas de cooperação técnica e financeira, intra e intergovernamental e com organismos nacionais e internacionais, voltados ao desenvolvimento e evolução do cooperativismo e do associativismo rural;

III - propor:

a) parcerias com órgãos públicos e privados, intra e intergovernamentais, nacionais e internacionais, para o desenvolvimento de ações de integração, aperfeiçoamento da gestão e viabilização econômica das cooperativas e associações rurais; e

b) instrumentos de cooperação e intercooperação entre cooperativas e associações rurais e suas congêneres estrangeiras, para capacitação técnica quanto aos processos de gestão e intercâmbios tecnológicos;

IV - apoiar as ações e os projetos de capacitação e de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural, objeto desta Coordenação, relativas a:

a) promoção de eventos e ações de capacitação estratégicas e transversais; e

b) análise e emissão de pareceres referentes a projetos de lei, termos de referência, estatutos, regimentos, normativos, dentre outros;

V - participar na elaboração e execução de programas e projetos de desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural, em parceria com os diversos órgãos governamentais, não governamentais, nacionais e internacionais, especialmente para capacitação no desenvolvimento de tecnologias, processos e serviços de interesse do cooperativismo e do associativismo rural.

VI - apoiar a execução de programas e projetos de desenvolvimento socioeconômico das cooperativas e associações rurais;

VII - estimular e apoiar programas e ações estratégicas específicos para as questões de gênero e juventude e novas lideranças para o cooperativismo e associativismo;

VIII - apoiar as ações de integração regional do cooperativismo brasileiro no Mercosul e as atividades relacionadas à Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul - RECM;

IX - elaborar e divulgar materiais informativos, técnicos e didáticos como forma de promoção do cooperativismo e do associativismo rural; e

X - organizar a participação em feiras agropecuárias para divulgação e promoção do cooperativismo e associativismo rural.

Art. 49. À Divisão de Programas e Projetos para Promoção e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Rural (DPFC/CPFC) compete:

I - elaborar ações, programas e projetos de informação, formação, capacitação e sensibilização de jovens e mulheres para o cooperativismo e associativismo rural;

II - apoiar e orientar:

a) a participação da juventude e da mulher na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural;

b) o protagonismo da mulher e da juventude no cooperativismo e associativismo rural;

c) instituições governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de inclusão e geração de trabalho e renda que envolva jovens e mulheres;

d) iniciativas da sociedade civil destinadas a fortalecer a organização de jovens e mulheres, tais como cooperativas, associações rurais, núcleos e comitês; e

e) intercâmbios e parcerias com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

III - apoiar a execução de programas e projetos de desenvolvimento socioeconômico das cooperativas e associações rurais;

IV - prestar assessoria técnica às ações desenvolvidas pela Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM);

V - analisar e emitir pareceres referentes a projetos de lei, termos de referência, estatutos, regimentos, normativos, dentre outros;

VI - participar de feiras agropecuárias para divulgação e promoção do cooperativismo e associativismo; e

VII - colaborar com as atividades da Coordenação em todas as ações, programas e projetos em que for designado a compartilhar.

Art. 50. À Coordenação de Organização e Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário (CODCA/CGCOOP) compete:

I - elaborar, implantar, executar programas, projetos, ações e atividades de promoção e fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural nas áreas de:

a) educação e pesquisa; informação e difusão de tecnologias;

b) capacitação e formação;

c) desenvolvimento da gestão;

d) intercooperação; e

e) desenvolvimento da agropecuária sustentável de interesse da comunidade local e regional;

II - estimular e apoiar a implantação de agroindústrias em sistemas cooperativistas ou associativistas;

III - apoiar ações, projetos e programas de difusão, transferência, capacitação e de desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural, mediante:

a) estudos técnicos, socioeconômicos e setoriais identificadores das necessidades das organizações como estratégias de desenvolvimento rural sustentável; e

b) análise e emissão de pareceres conclusivos de viabilidade técnica, econômica e social;

IV - promover e fortalecer programas e projetos de desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural, em parceria com os diversos órgãos governamentais e não governamentais, especialmente para capacitação em:

a) expansão da oferta de trabalho, emprego e geração de renda, de produtos para maior participação nos mercados e sustentabilidade do agronegócio;

b) formação, desenvolvimento e profissionalização dos quadros sociais e funcionais das cooperativas e das associações rurais e dos não associados; e

c) organização da produção, gestão da propriedade e sucessão rural;

V - apoiar e orientar programas e projetos voltados à:

a) agregação de valor aos produtos e serviços oferecidos;

b) elevação de renda dos associados das cooperativas e associações rurais e não associados, observada a preservação do meio ambiente;

c) estimular o processo de organização social cooperativista e associativista como forma de viabilização econômica e social, local e regional; e

d) formação e desenvolvimento profissional dos quadros das cooperativas e associações rurais;

VI - elaborar editais de chamamento público, Termos de Referência, Termos de Execução Descentralizadas, Termos de Fomento, Termos de Colaboração, Termos de Cooperação dentre

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

outros instrumentos legais pertinentes com vistas a selecionar organizações da sociedade civil para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Cooperativismo e Associativismo Rural;

VII - elaborar e divulgar materiais informativos, técnicos e didáticos como forma de promoção do cooperativismo e do associativismo rural; e

VIII - elaborar pareceres técnicos sobre matérias de competência.

Art. 51. À Divisão de Organização e Desenvolvimento do Cooperativismo Agropecuário (DODCA/CODCA) compete:

I - apoiar e propor programas e projetos relacionados a:

a) educação, pesquisa e acesso ao mercado;

b) capacitação e formação;

c) desenvolvimento da gestão;

d) intercooperação;

e) desenvolvimento de atividades e ações para o desenvolvimento agropecuário sustentável de interesse da comunidade local e regional;

f) agregação de valor aos produtos e serviços oferecidos;

g) elevação de renda dos associados das cooperativas e associações rurais e não associados, observada a preservação do meio ambiente;

h) intercâmbios e parcerias com organizações e instituições afins, de caráter nacional ou internacional;

i) estimular o processo de organização social cooperativista e associativista como forma de viabilização econômica e social, local e regional; e

j) formação e desenvolvimento profissional dos quadros das cooperativas e associações rurais e não associados;

II - analisar e emitir pareceres referentes a projetos de lei, termos de referência, estatutos, regimentos, normativos, dentre outros;

III - apoiar a elaboração de editais de chamamento público, acordos de cooperação técnica e financeira, Termos de Referência, Termos de Execução Descentralizadas, Termos de Fomento, Termos de Colaboração, Termos de Cooperação dentre outros instrumentos legais pertinentes; e

IV - elaborar subsídios à proposta de programação orçamentária da Coordenação e do Departamento, quanto ao cooperativismo e associativismo.

Art. 52. À Coordenação-Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural (CGATER/DIMS) compete:

I - coordenar, planejar, implementar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de projetos, programas e atividades relativos a:

a) Assistência Técnica e Extensão Rural, inclusive Pesqueira e Aquícola (ATER); e

b) educação, capacitação e formação de atores para o desenvolvimento agropecuário;

II - coordenar, monitorar, analisar e propor a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, e outros instrumentos congêneres, com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, que visem o fomento à infraestrutura social, o desenvolvimento rural sustentável e a educação e capacitação profissional e tecnológica de produtores e técnicos;

III - coordenar e fiscalizar a execução dos contratos de repasse, contratos de gestão e instrumentos congêneres vinculados ao desenvolvimento rural sustentável que estão sob a competência desta Coordenação-Geral;

IV - desenvolver, coordenar, supervisionar e propor atos normativos, manuais e procedimentos técnicos para as atividades voltadas ao desenvolvimento da ATER;

V - promover a cooperação técnica e financeira internacional para desenvolver e fomentar acordos, tratados e instrumentos congêneres para o desenvolvimento da ATER;

VI - desenvolver, propor, publicar e distribuir materiais técnicos e informativos relativos a ATER;

VII - apoiar, fomentar e coordenar eventos técnicos correlatos à ATER;

VIII - apoiar demandas de capacitação no âmbito de programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC);

IX - desenvolver ações do Plano de Capacitação do público externo em integração com as Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDA) das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA);

X - coordenar o desenvolvimento de ações de inovação tecnológica, com promoção da integração entre pesquisa agropecuária, ATER; e

XI - coordenar e propagar cadastros de participantes e instrutores de cursos promovidos nos eventos de ATER, além do credenciamento de prestadores de serviços de ATER (pessoas físicas e jurídicas).

Art. 53. À Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (COATER/CGATER) compete:

I - coordenar, planejar, propor e implementar as políticas, programas e projetos de ATER, relativos a:

a) identificação, mapeamento e qualificação da demanda de assistência técnica e extensão rural do produtor;

b) prospecção, proposição e celebração de termos e projetos de parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos; e

c) proposição, implementação, acompanhamento e avaliação de diretrizes, metas e indicadores para monitoramento das ações de assistência técnica e extensão rural;

II - fomentar, propor e apoiar a implementação e consolidação de redes de serviços de ATER, para oferta contínua destes serviços;

III - propor, apoiar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos voltados à Assistência Técnica e Extensão Rural;

IV - desenvolver, propor, apoiar e acompanhar políticas e projetos de fomento ao desenvolvimento rural sustentável e à infraestrutura social com o uso de ATER; e

V - coordenar e subsidiar as unidades administrativas centralizadas e descentralizadas do MAPA no desenvolvimento e acompanhamento dos programas, projetos e ações para assistência técnica e extensão rural.

Art. 54. À Divisão de Monitoramento de Projetos em Assistência Técnica e Extensão Rural (DMPATER/COATER) compete:

I - auditar os contratos de prestação de serviços celebrados entre o MAPA e instituições públicas e privadas sem fins lucrativos;

II - elaborar, implementar e avaliar o programa de fiscalização dos contratos de repasse celebrados pelo MAPA;

III - subsidiar as unidades administrativas centralizadas e descentralizadas do MAPA, para monitorar e fiscalizar "in loco" os contratos de repasse;

IV - controlar e avaliar o desempenho da execução dos recursos físicos e financeiros dos contratos de repasse celebrados pelo MAPA;

V - manter banco de dados com informações relativas à fiscalização por amostragem;

VI - subsidiar o fiscal dos contratos de prestação de serviços, com dados e informações das atividades da execução realizada;

VII - acompanhar e controlar as ações dos contratos de prestação de serviços para execução descentralizada e demais medidas necessárias à sua manutenção, aperfeiçoamento e prorrogação; e

VIII - planejar e executar as ações para implementação dos projetos, programas e atividades relativos a assistência técnica e extensão rural.

Art. 55. À Coordenação de Educação e Capacitação Profissional em Assistência Técnica e Extensão Rural (CECATER/CGATER) compete:

I - coordenar, planejar, propor e implementar programas, projetos e atividades de ATER voltados à educação e capacitação profissional e tecnológica de produtores e trabalhadores rurais, técnicos e da juventude, procedendo:

a) identificação, mapeamento e sistematização da demanda;

b) prospecção, proposição e celebração de termos e projetos de parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos; e

c) promoção e estabelecimento de procedimentos padronizados, além de orientação metodológica, para os eventos de ATER;

II - coordenar e apoiar projetos, ações e atividades voltados para educação e capacitação profissional do público da SMC/MAPA, conforme as diretrizes prioritárias da Secretaria, procedendo:

a) estudos técnicos, socioeconômicos e setoriais identificadores das necessidades, para mapeamento da demanda da Secretaria;

b) identificação e promoção de parcerias estratégicas para a realização do planejamento da capacitação, inclusive para integração e captação de recursos;

c) suporte e orientação metodológica concernente a eventos de educação e capacitação profissional;

d) produção de materiais de apoio, acompanhamento e divulgação do Plano de Capacitação;

e) estabelecimento de procedimentos padronizados, com indicadores de qualidade e de; e

f) quantidade, para a organização da avaliação dos resultados do plano de capacitação;

III - implantar cadastramento de participantes e de instrutores de cursos promovidos nos eventos de ATER;

IV - implantar o credenciamento de prestadores de serviços de ATER - pessoas físicas e jurídicas;

V - implantar sistema com plataforma web para manter e alimentar base dados de cadastramento de prestadores de serviço de ATER e de participantes e instrutores de cursos mencionados nos itens I e II, para acompanhamento dos eventos de capacitação e seus resultados;

VI - identificar e apoiar as demandas do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), inclusive com acompanhamento dos cursos no limite das competências estabelecidas no acordo de cooperação entre MAPA, Ministério da Educação (MEC) e demais parceiros;

VII - integrar ações do Plano de Capacitação, no âmbito da SMC, com as Divisões de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA), visando dinamizar a política de capacitação profissional conforme os programas e projetos da SMC; e

VIII - fomentar a inovação tecnológica e promover a integração entre pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural.

Art. 56. À Divisão de Credenciamento e Cadastro em Assistência Técnica e Extensão Rural (DICATER/CECATER) compete:

I - manter e monitorar bancos de dados com cadastros de participantes e instrutores de cursos promovidos nos eventos de ATER e de prestadores de serviços de ATER (pessoas físicas e jurídicas);

II - analisar relatório de desempenho de cursos no contexto da ATER;

III - auditar os contratos de prestação de serviços celebrados entre o MAPA e instituições públicas e privadas sem fins lucrativos;

IV - realizar estudos básicos e aplicados, pesquisas e levantamentos sobre demanda de capacitação técnica, educação profissional e tecnológica de interesse de assistência técnica, extensão rural;

V - monitoramento e análise de desempenho de ações de capacitação profissional e tecnológica; e

VI - subsidiar as unidades administrativas centralizadas e descentralizadas do MAPA na execução de ações de ATER voltadas à educação e capacitação profissional e tecnológica em assistência técnica e extensão rural.

Art. 57. À Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Classe Média Rural (CGDER/DIMS) compete:

I - desenvolver, implementar e acompanhar as políticas públicas para o produtor rural da classe média;

II - desenvolver e implementar programas, projetos e ações para a expansão da classe média rural;

III - implementar sistema de monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações para acompanhamento da evolução da renda da classe média rural;

IV - apoiar a implementação de Sistema de Gestão da Agropecuária e do Abastecimento, com vistas a integrar a classe média rural;

V - acompanhar e celebrar convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres, executando:

a) análise, acompanhamento e fiscalização da execução dos planos de trabalho;

b) análise e aprovação das prestações de contas dos planos trabalho; e

c) supervisão e auditoria;

VI - implementar e monitorar projeto de capacitação profissional com vistas ao desenvolvimento econômico e social dos produtores da classe média rural; e

VII - estruturar ações em parceria com entidades públicas e privadas para expansão do cooperativismo e associativismo rural com vistas ao desenvolvimento da classe média rural.

Art. 58. À Coordenação de Programas de Desenvolvimento da Classe Média Rural (CODER/CGDER) compete:

I - desenvolver, implementar, coordenar e avaliar ações com vistas a expandir a renda da classe média rural;

II - elaborar diagnósticos dos cenários de renda no campo, com o desenvolvimento de ações entre os entes federados e a sociedade civil; e

III - acompanhar e avaliar sistema de o monitoramento dos programas, projetos e atividades para desenvolvimento da renda da classe média rural.

Art. 59. À Divisão de Elaboração e Acompanhamento das Instâncias de Participação Social no Campo (DAIPAS/CODER) compete:

I - apoiar os programas voltados para a ascensão dos produtores, para a classe média rural;

II - realizar e avaliar diagnósticos dos cenários rurais, com o desenvolvimento de ações entre os entes federados e a sociedade civil;

III - incentivar e apoiar a realização de fóruns, conselhos e comitês;

IV - capacitar os multiplicadores sociais estimulando a participação social;

V - apoiar o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Agropecuária e do Abastecimento; e

VI - identificar, acompanhar e sistematizar a criação de práticas inovadoras no campo.

Art. 60. À Coordenação de Articulação e Sistematização de Políticas Públicas (CASP/CGDER) compete:

I - formular e acompanhar:

a) elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de planos, programas e ações;

b) celebração de convênios, de contratos, de termos de parceria e de cooperação, de acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres; e

c) prestação de contas de convênios, termos de parcerias e acordos, de ajustes e de outros instrumentos congêneres.

II - colaborar para o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Agropecuária e do Abastecimento e contribuir para o aumento da produção e a efetividade das ações agropecuárias;

III - orientar junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Agricultura a inserção destas no Sistema de Gestão da Agropecuária e do Abastecimento referidos no inciso II;

IV - criar banco de dados sobre as informações relativas aos programas - metas, impactos e resultados;

V - desenvolver o Sistema de Gestão da Agropecuária e do Abastecimento e contribuir para o aumento da produção e a efetividade das ações agropecuárias;

VI - promover a descentralização das ações, a definição de competências e responsabilidades de cada ente;

VII - acompanhar questões relacionadas à elaboração políticas públicas;

VIII - atuar para promover a articulação sobre os programas existentes para produtores rurais;

IX - articular com o Setor Público, Privado e entidades da Sociedade Civil Organizada Projetos, Planos e Ações que visem o desenvolvimento para produtores rurais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - viabilizar a coleta de dados de toda rede de multiplicadores públicos e privados na política de agricultura;

XI - incentivar e apoiar em conjunto com os entes federados a criação de Secretarias Municipais de Agricultura e a inserção destas no Sistema de Gestão da Agropecuária e Abastecimento;

XII - implementar e sistematizar banco de dados da Gestão das Políticas de Agricultura; e

XIII - implementar estudos para o monitoramento dos programas governamentais, projetos e ações agropecuárias descentralizadas aos produtores rurais.

Art. 61. À Divisão de Normas para o Desenvolvimento, Capacitação e Formação da classe média rural (DINPRO/CASP) compete:

I - propor a elaboração e aperfeiçoar normas técnicas;

II - elaborar, propor e divulgar material técnico informativo;

III - propor programas de capacitação para técnicos que atuam nas políticas públicas para produtores rurais;

IV - apoiar eventos de sensibilização e capacitação para qualificação de multiplicadores no meio rural da política para produtores rurais; e

V - contribuir para elaboração de material para capacitação e a implantação e implementação de políticas públicas para os produtores rurais.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 62. Ao Secretário de Mobilidade Social, do produtor Rural e do Cooperativismo (SMC/MAPA) incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar execução, acompanhar e avaliar os programas, projetos, ações e atividades das unidades administrativas da Secretaria;

II - suspender ou cancelar, em função de processo administrativo, o registro de prestadores de serviços especializados na agropecuária;

III - credenciar entidades de certificação de conformidade de processos, para cumprimento de disposições legais e normativas;

IV - coordenar:

a) participação da Secretaria em organismos e fóruns internacionais; e

b) desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais, na área de competência da Secretaria;

V - promover ações para a operacionalização da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN);

VI - conceder Carta Patente de autorização à entidade turfística para explorar apostas, juntamente com a homologação do Plano Geral de Apostas; e

VII - cassar a autorização de funcionamento de entidade turfística, tendo em vista infrações às disposições legais apuradas em processo administrativo.

Art. 63. Aos Diretores de Departamento incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais.

Art. 64. Ao Chefe de Gabinete da SMC, aos Coordenadores-Gerais, aos Coordenadores, aos Chefes de Divisão, de Serviço e de Seção incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais.

Parágrafo único. Ao Chefe do Gabinete incumbe especificamente controlar o atendimento de solicitações de documentos e informações requeridas pelos órgãos de controles interno e externo, nos prazos estabelecidos para apresentação e os demais prazos determinados para específicos assuntos de natureza urgente e sigilosa.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. As dúvidas suscitadas na aplicação deste Regimento Interno serão resolvidas pelo Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo.

Art. 66. A Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo dispõe de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, conforme Anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o Parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

ANEXO A

DO REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO	1	Secretário	DAS 101.6
	2	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	5	Chefe	DAS 101.2
Departamento de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e da Produção Sustentável	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Agregação de Valor	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Qualidade	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Produção Sustentável	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Departamento de Integração e Mobilidade Social	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação-Geral de Cooperativismo e Associativismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Classe Média Rural	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
	30		FG-1
	2		FG-2
	2		FG-3

PORTARIA Nº 522, DE 5 DE ABRIL DE 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.048890/2016-86, resolve:

Art.1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/MAPA), na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado a Portaria Ministerial nº 019, de 12 de janeiro de 2006.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/MAPA), órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete:

I - promover a elaboração e a execução de estudos e de levantamentos meteorológicos e climatológicos aplicados à agricultura e a outras atividades correlatas;

II - celebrar convênios, contratos, termos de parceria e de cooperação, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, sob a supervisão da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

III - coordenar, elaborar e executar programas e projetos de pesquisas agrometeorológicas e de acompanhamento de modificações climáticas e ambientais;

IV - promover a elaboração e a execução de estudos e de levantamentos meteorológicos e climatológicos aplicados à agricultura e a outras atividades a ela correlatas;

V - elaborar e divulgar a previsão do tempo, os avisos e os boletins meteorológicos especiais;

VI - estabelecer, coordenar e operar as redes de observações meteorológicas e de transmissão de dados, incluídas aquelas integradas à rede internacional; e

VII - orientar e coordenar, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as atividades relacionadas aos Distritos de Meteorologia.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET/MAPA) tem a seguinte estrutura:

I - Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada, Desenvolvimento e Pesquisa - CGMADP/INMET:

a) Serviço de Observações Meteorológicas - SEOME/CGMADP:

1. Seção de Acompanhamento Operacional - SEAOP/SEOME; e

2. Seção de Armazenamento de Dados Meteorológicos - SADMET/SEOME;

b) Centro de Análise e Previsão do Tempo - CAPRE/CGMADP:

1. Seção de Previsão do Tempo - SEPRE/CAPRE; e

2. Setor de Acompanhamento da Previsão do Tempo - SEAPT/CAPRE;

c) Serviço de Pesquisa Aplicada - SEPEA/CGMADP:

1. Seção de Estudos de Tempo e Clima - SEATEC/SEPEA; e

2. Seção de Apoio à Agricultura e Recursos Hídricos - SEAGRE/SEPEA; e

d) Seção de Produtos de Imagens de Satélites - SEPIS/CGMADP;

II - Coordenação-Geral de Modelagem Numérica - CGMN/INMET:

a) Serviço de Processamento da Informação - SEPINF/CGMN; e

b) Serviço de Processamento Numérico - SEPNUM/CGMN;

III - Coordenação-Geral de Sistemas de Comunicação e Informação -CGSCI/INMET:

a) Serviço de Telecomunicações - SERTEL/CGSCI:

1. Seção de Comutação de Mensagens - SECOM/SERTEL; e

2. Setor de Apoio e Manutenção - SEAM/SERTEL;

b) Serviço de Gerência de Rede - SEGER/CGSCI:

1. Seção Laboratório de Instrumentos Meteorológicos - LAIME/SEGER; e

2. Seção de Supervisão e Controle - SESUC/SEGER;

IV - Coordenação-Geral de Apoio Operacional - CGAO/INME:

a) Serviço Administrativo - SEAD/CGAO:

1. Seção de Material e Patrimônio - SEMPA/SEAD;

2. Seção de Pagamento de Pessoal - SEPAG/SEAD;

3. Seção de Cadastro de Pessoal - SECAD/SEAD;

4. Setor de Almoxarifado - SETAL/SEAD; e

5. Setor de Atividades Auxiliares - SEATA/SEAD;

b) Serviço de Programação, Análise e Execução Orçamentária e Financeira - SEPRO/CGAO:

1. Seção de Controle e Avaliação Orçamentária - SECAO/SEPRO; e

2. Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOFI/SEPRO; e

c) Seção de Controle de Qualidade - SCQ/CGAO;

V - Unidades Descentralizadas - Distrito de Meteorologia - [local] -DISME/INMET:

a) Seção de Observação e Meteorologia Aplicada - SEOMA/[local]DISME;

b) Seção de Análise e Previsão do Tempo - SEPRE/[local]DISME;

c) Núcleo de Telecomunicações - NUTEL/[local]DISME; e

d) Núcleo de Apoio Administrativo - NUPAD/[local]DISME.

§ 1º Os Distritos de Meteorologia, em número de dez, têm as seguintes localizações e jurisdições:

I - Distrito de Meteorologia de Manaus - 1º DISME, com área de atuação nos Estados do Amazonas, Acre e Roraima;

II - Distrito de Meteorologia de Belém - 2º DISME, com área de atuação nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão;

III - Distrito de Meteorologia de Recife - 3º DISME, com área de atuação nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

IV - Distrito de Meteorologia de Salvador - 4º DISME, com área de atuação nos Estados da Bahia e Sergipe;

V - Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte - 5º DISME, com área de atuação no Estado de Minas Gerais;

VI - Distrito de Meteorologia do Rio de Janeiro - 6º DISME, com área de atuação nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;

VII - Distrito de Meteorologia de São Paulo - 7º DISME, com área de atuação nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul;

VIII - Distrito de Meteorologia de Porto Alegre - 8º DISME, com área de atuação nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná;

IX - Distrito de Meteorologia de Cuiabá - 9º DISME, com área de atuação nos Estados de Mato Grosso e Rondônia; e

X - Distrito de Meteorologia de Goiânia - 10º DISME, com área de atuação nos Estados de Goiás e Tocantins.

§ 2º Os caracteres [local], incorporados às siglas definidas neste artigo, correspondem às localizações especificadas no § 1º.

Art. 3º O Instituto Nacional de Meteorologia é dirigido por Diretor; as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral; os Distritos de Meteorologia, por Coordenador e por Chefe; os Serviços, o Centro, as Seções, os Setores e os Núcleos, por Chefe, cujos cargos em comissão e funções gratificadas, são providos na forma da legislação específica.

§ 1º Os Coordenadores e Chefes deverão atender o perfil profissional dos respectivos cargos, definidos no mapeamento de competências e na meritocracia estabelecida em norma especifica pelo INMET/MAPA.

§ 2º Os Distritos de Meteorologia de Belém, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre são dirigidos por Coordenador; enquanto que os Distritos de Meteorologia de Manaus, Salvador, Cuiabá e Goiânia, por Chefe.

§ 3º Os ocupantes dos cargos e funções, previstos neste artigo, serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores por eles indicados e designados na forma regulamentada.

Art. 4º O Diretor do INMET/MAPA dispõe de cargos em comissão, sendo um Assistente (DAS 102.2) e um Assistente Técnico (DAS 102.1), cujas específicas atribuições serão estabelecidas por atos do referido dirigente.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Seção I

Da Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada, Desenvolvimento e Pesquisa

Art. 5º À Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada, Desenvolvimento e Pesquisa (CGMADP/INMET) compete:

I - coordenar e orientar o planejamento e a execução das atividades de:

a) coleta de dados, relacionadas com:

1. adoção de equipamentos e instrumentos que dotam as estações meteorológicas;

2. monitoramento da qualidade dos dados meteorológicos;

3. ampliação da rede de observação de superfície e de altitude; e

4. disseminação, intercâmbio e fornecimento de dados meteorológicos, a nível nacional e internacional;

b) previsão e monitoramento do tempo e clima relacionadas com:

1. elaboração e disseminação de Boletins de Previsão do tempo, clima, Avisos e Alertas de Tempo Severo;

2. monitoramento regional e local da qualidade da Previsão do Tempo, Previsão Climática, Avisos e Alertas de Tempo Severo;

3. monitoramento de fenômenos severos de tempo e clima; e

4. adoção de novas técnicas de previsão de tempo e de clima para aumentar a acurácia das informações meteorológicas e climáticas;

c) geoprocessamento relacionado com:

1. sensoriamento remoto aplicado à atmosfera, relacionados à previsão de tempo, clima, agricultura e meio ambiente;

2. recepção, processamento, disseminação e armazenamento de produtos e imagens geradas por sistemas de sensoriamento remoto;

3. adoção de novas técnicas de processamento de produtos e imagens gerados pelo sensoriamento remoto; e

4. desenvolvimento de produtos e imagens, derivados do sensoriamento remoto, voltados ao monitoramento meteorológico, agrometeorológico, ambiental e climatológico;

II - estabelecer normas e procedimentos para orientar a coleta de dados meteorológicos, a disseminação da previsão do tempo e de avisos de condições severas e o monitoramento de fenômenos meteorológicos severos;

III - promover e orientar:

a) desenvolvimento e adoção de sistemas, programas de computação, instrumentos meteorológicos e equipamentos para uso nas atividades técnicas de previsão de tempo e coleta de dados do INMET/MAPA;

b) estabelecimento de critérios mínimos de operação para redes de observação;

c) atualização técnica do pessoal, equipamentos, sistemas e publicações de referência;

d) intercâmbio de dados e informações armazenadas no Sistema de Informações Hidrometeorológicas (SIM), a nível nacional e internacional;

e) intercâmbio tecnológico na área de coleta de dados, técnicas de verificação e processamento de dados;

f) estabelecimento e realização de compromissos internos e externos de operação da rede de observação e da previsão de tempo e clima;

g) monitoramento da operação das redes de observação meteorológica, inclusive aquelas integradas à rede internacional;

h) estabelecimento de padrões de verificação de dados meteorológicos e da previsão de tempo;

i) adoção de critérios para a classificação de severidade dos fenômenos meteorológicos; e

j) intercâmbio de avisos de condições meteorológicas severas à nível nacional e internacional;

IV - acompanhar a realização do programa de manutenção e das inspeções técnicas das redes, convencionais ou automáticas, de estações meteorológicas de superfície e de altitude;

V - acompanhar a ampliação da rede de observação do INMET;

VI - coordenar a execução de projetos e estudos para aprimorar e ampliar a oferta de produtos e serviços, com ênfase nas aplicações das informações climáticas na agricultura e pecuária e em outros setores sensíveis às condições do tempo e clima;

VII - facilitar a incorporação de novos conhecimentos à atividade operacional do Instituto;

VIII - realizar pesquisa aplicada e desenvolver novos produtos relativos a:

a) monitoramento de tempo e clima;

b) previsão de tempo e clima; e

c) variabilidade do tempo e clima em áreas de atividade de importância econômica e social;

IX - elaborar proposições de projetos de pesquisa relevantes ao INMET/MAPA, outros órgãos do MAPA e à Meteorologia em geral;

X - levantar necessidades e coordenar a participação do INMET/MAPA em cursos, palestras e reuniões de trabalho que agreguem valor ao conhecimento e aos estudos realizados pelo Instituto;

XI - produzir artigos, livros e outros materiais de divulgação técnico-científica; e

XII - contribuir para a criação e operação dos Centros Regionais de Clima para o Sul e Norte da América do Sul, preconizados pela Organização Meteorológica Mundial.

Art. 6º Ao Serviço de Observações Meteorológicas (SEOME/CGMADP) compete:

I - monitorar:

a) resultados relacionados com os métodos de observação adotados na rede de observação meteorológica de superfície e de altitude (convencional e automática);

b) instalação, inspeção, manutenção e alteração dos instrumentos, sensores e equipamentos das redes de observação de superfície e de altitude; e

c) execução de compromissos de terceiros, no que tange à operação e manutenção de Sistemas de Observação;

II - formular recomendações sobre métodos de observação meteorológica, consoante com as normas operacionais do INMET/MAPA e da Organização Meteorológica Mundial;

III - apoiar tecnicamente o Serviço de Gerência de Rede quanto a:

a) planejamento do Programa Anual de Manutenção Preventiva das estações meteorológicas de superfície e de altitude;

b) cumprimento das normas e procedimentos operacionais sobre observação meteorológica;

c) realização das Inspeções Técnicas na rede de estações meteorológicas; e

d) planejamento da ampliação da rede de observação e da atualização dos equipamentos adotados nas estações meteorológicas;

IV - elaborar:

a) normas e métodos de controle de qualidade dos dados meteorológicos e orientar a sua aplicação;

b) propostas de atualização e modernização da rede de estações meteorológicas;

c) normas para a manutenção do acervo de documentos meteorológicos históricos, contidos no Centro de Dados Climáticos (CDC); e

d) planos de atualização do processamento e verificação de dados meteorológicos;

V - fornecer dados e produtos armazenados no Banco Nacional de Dados Meteorológicos, por solicitação dos usuários;

VI - controlar o intercâmbio de dados armazenados no Sistema de Informações Hidrometeorológicas (SIM) e do Banco de Dados Meteorológicos público;

VII - propor alterações na sistemática de verificação e armazenamento dos dados meteorológicos;

VIII - monitorar o cumprimento de compromissos por parte de terceiros com respeito à operação e manutenção de estações que contribuem para a Rede de Observações do Instituto;

IX - realizar intercâmbio e cooperação técnica com entidade similar, nacional ou internacional;

X - controlar o acervo de dados meteorológicos existentes nos Distritos de Meteorologia, incluindo a sua transferência anual ao INMET Sede; e

XI - homologar atualizações e alterações nos sistemas ou na forma da coleta de dados meteorológicos.

Art. 7º À Seção de Acompanhamento Operacional (SEAOP/SEOME) compete:

I - acompanhar e controlar as atividades relacionadas com operação e utilização de instrumentos e aparelhos meteorológicos na rede de observação;

II - manter o cadastro atualizado das estações meteorológicas no SIM;

III - orientar a aplicação de normas e métodos de controle de qualidade dos dados meteorológicos; e

IV - participar da elaboração de normas e métodos de cadastramento e efetuar controle dos dados coletados nas redes meteorológicas, em articulação com o Serviço de Observações Meteorológicas.

Art. 8º À Seção de Armazenamento de Dados Meteorológicos (SADMET/SEOME) compete:

I - manter os registros históricos de dados meteorológicos e os arquivos físicos conforme normas de arquivismo de documentação;

II - acessar os dados meteorológicos armazenados pelo SIM;

III - solicitar dados ao SEPINF/CGMN para atender demandas de usuários externos e internos;

IV - emitir pareceres, certidões e laudos sobre assuntos de natureza técnica;

V - fornecer aos usuários os dados meteorológicos, produtos meteorológicos, relatório de dados, certidões e informações disponíveis no Banco de Dados;

VI - monitorar:

a) processo de digitação dos dados meteorológicos no SIM; e

b) qualidade e frequência dos dados;

VII - proceder à verificação da qualidade dos dados coletados;

VIII - analisar mapas, tabelas e gráficos referentes ao processamento dos dados coletados;

IX - verificar e armazenar o acervo de dados em meio físico enviados pelos Distritos de Meteorologia; e

X - efetuar consultas no banco de dados meteorológicos para gerar arquivos e relatórios em atendimento às demandas da sociedade sobre informações meteorológicas.

Art. 9º Ao Centro de Análise e Previsão do Tempo (CAPRE/CGMADP) compete:

I - gerenciar:

a) as atividades dos SEPREs e SEAPT e promover a interação entre os DISMEs; e

b) os meios de preparação e de divulgação dos boletins de previsão do tempo de curto e médio prazos e dos avisos meteorológicos especiais;

II - identificar a necessidade e promover a realização de pesquisas e estudos em meteorologia para apoiar a previsão do tempo;

III - subsidiar com informações meteorológicas os órgãos de Proteção e Defesa Civil durante a ocorrência de eventos meteorológicos severos;

IV - promover a discussão diária das condições meteorológicas entre os DISMEs e parceiros institucionais; e

V - elaborar:

a) normas relativas à previsão do tempo, avisos meteorológicos especiais, verificação do índice de acerto da previsão do tempo; e

b) parecer, nota técnica e outros documentos oficiais relativos às condições de tempo no País.

Art. 10. À Seção de Previsão do Tempo (SEPRE/CAPRE) compete:

I - monitorar a evolução dos sistemas atmosféricos em tempo real;

II - elaborar:

a) prognósticos e boletins de previsão do tempo, para as áreas de sua competência;

b) boletins de previsões específicos sob demanda e avisos meteorológicos especiais; e

c) o acerto das previsões efetuadas;

III - atualizar e verificar os boletins de previsão de tempo e avisos meteorológicos especiais; e

IV - prestar apoio técnico à SADMET/SEOME na emissão de pareceres técnicos, certidões e outros documentos de natureza técnica.

Art. 11. Ao Setor de Acompanhamento da Previsão do Tempo (SEAPT/CAPRE) compete:

I - divulgar os boletins de previsão do tempo e avisos meteorológicos especiais;

II - monitorar o fluxo das informações e dados meteorológicos, em tempo real;

III - apoiar o CAPRE na geração e divulgação dos boletins de previsão diária do tempo a nível nacional;

IV - divulgar informações meteorológicas para os usuários;

V - monitorar a geração automática de mapas meteorológicos e produtos derivados, relacionados ao tempo, no portal do INMET/MAPA; e

VI - apoiar o SEPRE/CAPRE na verificação do acerto da previsão de tempo.

Art. 12. Ao Serviço de Pesquisa Aplicada (SEPEA/CGMADP) compete:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - desenvolver e aprimorar produtos de monitoramento e previsão do clima;

II - verificar os prognósticos climáticos;

III - produzir boletins de análise e prognóstico climáticos, bem como informações e notas técnicas que apoiem os usuários na tomada de decisões afetadas pelo clima;

IV - aprimorar continuamente o desenvolvimento de sistemas de suporte à tomada de decisão agropecuária; e

V - monitorar os fenômenos oceânico-atmosféricos (El Niño-Oscilação Sul, Dipolo do Atlântico e outros) e seus efeitos no clima.

Art. 13. À Seção de Estudos de Tempo e Clima (SEATEC/SEPEA) compete:

I - realizar estudos de variações, tendências e variabilidades climáticas;

II - realizar o tratamento de séries históricas de dados meteorológicos e climatológicos; e

III - desenvolver e aplicar técnicas estatísticas na caracterização do comportamento histórico do clima e na geração de novos produtos.

Art. 14. À Seção de Apoio à Agricultura e Recursos Hídricos (SEAGRE/SEPEA) compete:

I - monitorar eventos climáticos de interesse e suas consequências para a agropecuária e outras áreas prioritárias de aplicação da informação climática;

II - desenvolver análises e aplicações das informações climáticas em áreas sensíveis ao clima, com ênfase em agrometeorologia; e

III - produzir informações, boletins especializados e notas técnicas em apoio à tomada de decisão pelos usuários nas questões relativas a clima, agrometeorologia, recursos hídricos e outros setores afetados pelo clima.

Art. 15. À Seção de Produtos de Imagens de Satélites (SEPIS/CGMADP) compete:

I - planejar e controlar operação e manutenção das estações receptoras de satélites meteorológicos e sensores remotos do INMET/MAPA;

II - monitorar as condições de tempo, com o apoio de produtos de satélites meteorológicos;

III - emitir parecer técnico quanto ao estágio de desenvolvimento das atividades relacionadas com a meteorologia por satélite no âmbito nacional e internacional;

IV - gerar produtos derivados de dados dos satélites meteorológicos para apoio à previsão do tempo, monitoramento de fenômenos meteorológicos e climáticos, bem como de outras atividades de interesse do INMET/MAPA;

V - desenvolver pesquisas e técnicas de sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicadas à meteorologia, climatologia, agricultura e outras atividades afins;

VI - manter atualização das imagens e produtos de satélites disponibilizados na internet e intranet; e

VII - identificar a necessidade de atualização e/ou modernização dos sistemas de recepção de imagens de satélites meteorológicos e ambientais.

Seção II

Da Coordenação-Geral de Modelagem Numérica

Art. 16. À Coordenação-Geral de Modelagem Numérica (CGMN/INMET) compete:

I - planejar, orientar e coordenar a execução das atividades relativas ao processamento, armazenamento e disseminação de dados e produtos numéricos, no País e em cooperação internacional;

II - promover e incentivar o desenvolvimento e atualização de sistemas de processamento e armazenamento, para suporte à modelagem numérica do tempo e do clima;

III - implementar as atividades de:

a) processamento computacional em apoio ao Sistema de Informações Hidrometeorológicas (SIM) e à Modelagem Numérica de Tempo e Clima; e

b) estudos para atualização e modernização dos sistemas computacionais;

IV - acompanhar e controlar a operação dos Sistemas de Modelagem Numérica de Tempo e de Clima;

V - promover e apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre modelagem numérica do tempo e do clima, em articulação com a Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada, Desenvolvimento e Pesquisa; e

VI - promover a atualização técnica de pessoal, equipamentos e publicações.

Art. 17. Ao Serviço de Processamento da Informação (SEPINF/CGMN) compete:

I - operar os recursos computacionais alocados para o processamento, dentro de padrões de segurança compatíveis, procedimentos, autorizações e esquemas com prioridades estabelecidas;

II - gerenciar as atividades de desenvolvimento, aplicações e processamento do Sistema de Informações Hidrometeorológicas - SIM;

III - realizar o processamento de informações específicas;

IV - planejar e proceder à atualização dos meios e sistemas de operação do processamento computacional;

V - operar, manter e administrar o banco de dados meteorológicos e o SIM;

VI - elaborar normas e procedimentos de operação dos meios computacionais do SIM e de outros de interesse;

VII - permitir o uso das facilidades computacionais, devidamente aprovado;

VIII - orientar os usuários internos e externos no uso das facilidades de processamento computacional;

IX - implementar esquemas de prioridades para o processamento computacional;

X - controlar o intercâmbio de dados e produtos armazenados no Sistema;

XI - manter os arquivos de programas, documentos técnicos e os registros de dados do INMET/MAPA, nas suas diversas formas;

XII - processar os dados meteorológicos de acordo com padrões de controle de qualidade requeridos;

XIII - fornecer à Seção de Observação Meteorológica, produtos e dados meteorológicos disponíveis no banco de dados; e

XIV - efetuar intercâmbio nacional e internacional de dados e produtos armazenados no banco de dados do Sistema de Informações Hidrometeorológicas.

Art. 18. Ao Serviço de Processamento Numérico (SEPNUM/CGMN) compete:

I - executar ações referentes à modelagem numérica de tempo e de clima, especialmente:

a) operar sistema de Previsão Numérica de Tempo (PNT);

b) planejar e promover o aperfeiçoamento do sistema PNT;

c) proceder à pesquisa e ao desenvolvimento de sistemas e metodologias de previsão numérica; e

d) manter os arquivos de programas, documentos Técnicos e os Registros dos Sistemas;

II - disseminar técnicas de utilização dos produtos numéricos de Tempo e de Clima, no âmbito do INMET/MAPA; e

III - gerar produtos numéricos de Tempo e de Clima, divulgá-los aos Órgãos Nacionais Operacionais de Meteorologia do País e apoiar aos compromissos internacionais do Brasil.

Seção III

Coordenação-Geral de Sistemas de Comunicação e Informação

Art. 19. À Coordenação-Geral de Sistemas de Comunicação e Informação (CGSCI/INMET) compete:

I - coordenar, orientar e acompanhar as atividades relacionadas a:

a) transmissão de dados, informações meteorológicas e produtos numéricos, a nível nacional e internacional, em atendimento aos compromissos do Brasil com a Organização Meteorológica Mundial (OMM);

b) infraestrutura física e lógica da Rede de Comunicação do INMET/MAPA;

c) instalação e manutenção das Redes de Estações Meteorológicas;

d) tecnologia da informação; e

e) segurança física e lógica de dados;

II - orientar e supervisionar a implementação de suporte operacional para:

a) Sistema Mundial de Telecomunicações Meteorológicas da OMM, por intermédio do Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas; e

b) Rede Nacional de Telecomunicações Meteorológicas (RNTM);

III - realizar estudos e propor soluções voltadas à modernização e ao reaparelhamento dos recursos computacionais;

IV - elaborar normas e procedimentos técnicos e operacionais referentes às Rede de Comunicação e Rede de Estações Meteorológicas, e bem como aos recursos computacionais;

V - implementar e manter:

a) sistemas de controle da Rede Meteorológica;

b) infraestrutura de apoio para a operação dos portais web do INMET; e

c) segurança de acesso as redes de comunicação interna e externa; e

VI - promover intercâmbio e cooperação técnica com entidade similar, nacional ou internacional.

Art. 20. Ao Serviço de Telecomunicações (SERTEL/CGSCI) compete:

I - controlar e orientar as atividades relacionadas a:

a) transmissão de dados, informações meteorológicas e produtos numéricos;

b) modernização e reaparelhamento das Redes de Comunicação e Elétrica;

c) infraestrutura física e lógica da Rede de Comunicação;

d) operação da Rede Nacional de Telecomunicações Meteorológicas (RNTM);

e) segurança física e lógica de dados; e

f) segurança de acesso as redes de comunicação interna e externa;

II - realizar ou fomentar estudos sobre telecomunicações, junto a entidades nacionais e internacionais;

III - elaborar, e acompanhar a execução de projetos técnicos de aquisição e manutenção de equipamentos e serviços dos recursos computacionais e da Rede de Comunicação;

IV - coordenar a integração operacional do Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas, da Organização Meteorológica Mundial, com o Sistema Mundial de Telecomunicações;

V - elaborar e orientar a aplicação de normas e de procedimentos técnicos e operacionais referentes à Rede de Comunicação e Recursos Computacionais; e

VI - elaborar propostas relativas às atividades de segurança física e lógica de dados.

Art. 21. À Seção de Comutação de Mensagens (SECOM/SERTEL) compete:

I - operar e manter o Centro Regional de Telecomunicações Meteorológicas da OMM;

II - executar as atividades de comunicação relacionadas à Rede Nacional de Telecomunicações Meteorológicas, operando o Sistema Nacional de Telecomunicações Meteorológicas e controlando a coleta e a disseminação de informações meteorológicas;

III - gerenciar o envio de dados meteorológicos das unidades administrativas do INMET/MAPA; e

IV - controlar e acompanhar a execução dos projetos técnicos específicos, junto ao prestador de serviço.

Art. 22. Ao Setor de Apoio e Manutenção (SEAM/SERTEL) compete:

I - monitorar a operação da rede de telecomunicações do INMET/MAPA;

II - apoiar e monitorar:

a) as demais unidades administrativas na Rede Nacional de Telecomunicações Meteorológicas; e

b) a execução das atividades do setor;

III - elaborar e acompanhar a execução de projetos técnicos relacionados a:

a) rede de Observação Meteorológica convencional, automática e de altitude;

b) radares;

c) boias oceânicas; e

d) demais instrumentos meteorológicos; e

IV - acompanhar a execução dos projetos técnicos específicos junto ao prestador de serviço.

Art. 23. Ao Serviço de Gerência de Rede (SEGER/CGSCI) compete:

I - controlar e orientar as atividades relacionadas à operação, instalação e manutenção da Rede de Estações Meteorológicas do INMET/MAPA;

II - realizar estudos referentes ao planejamento da modernização e atualização das redes de observação, em articulação com a SEOME/CGMADP;

III - planejar a execução e controlar o Plano Anual de Manutenção (PAM) e a inspeção técnica das estações que compõem a Rede de Estações Meteorológicas;

IV - acompanhar e participar:

a) da elaboração de projetos técnicos para a aquisição, manutenção de equipamentos e de serviços da Rede de Estações Meteorológicas; e

b) de estudo de reaparelhamento da Rede de Estações Meteorológicas;

V - elaborar proposição de aquisição e controlar a distribuição de instrumental e material técnico de consumo, necessário ao funcionamento da Rede de Estações Meteorológicas do INMET/MAPA;

VI - acompanhar as atividades relacionadas à infraestrutura física e lógica da Rede de Estações Meteorológicas;

VII - implantar e acompanhar sistemas de controle operacional da Rede de Estações Meteorológicas e dos equipamentos meteorológicos;

VIII - orientar a execução de:

a) operações relacionadas à Rede de Estações Meteorológicas (instalações, remanejamento e manutenção); e

b) projetos técnicos específicos junto ao prestador de serviço; e

IX - supervisionar atividades laboratoriais no que se refere aos instrumentos de uso das unidades administrativas do INMET/MAPA, inclusive no âmbito dos Distritos de Meteorologia.

Art. 24. À Seção Laboratório de Instrumentos Meteorológicos (LAIME/SEGER) compete:

I - manter:

a) padrões dos instrumentos meteorológicos adotados pelo INMET/MAPA dentro dos critérios de precisão estabelecidos; e

b) controle dos instrumentos e aparelhos meteorológicos, e do material técnico de consumo e das peças de reposição;

II - realizar:

a) aferição dos instrumentos, equipamentos e sensores existentes nas redes de observação; e

b) manutenção e calibração de instrumentos meteorológicos destinados à rede do INMET/MAPA;

III - elaborar normas sobre os processos de aferição e verificação dos instrumentos, equipamentos e sensores existentes nas redes de observação;

IV - participar da elaboração de normas e métodos de instalação e inspeção dos elementos das redes meteorológicas, em articulação com o SEOME/CGMADP;

V - expedir certificados de calibração e aferição dos instrumentos meteorológicos;

VI - proceder à especificação do material técnico de consumo, de instrumentos meteorológicos e de peças de reposição, bem como efetuar análise prévia desses materiais e orientar à aquisição;

VII - apoiar tecnicamente o Serviço de Gerência de Rede;

VIII - propor o desenvolvimento de aparelhos e instrumentos meteorológicos; e

IX - orientar as atividades laboratoriais regionais, através de normas e procedimentos.

Parágrafo único. A unidade poderá atender entidades públicas e privadas com a aferição de instrumentos meteorológicos.

Art. 25. À Seção de Supervisão e Controle (SESUC/SEGER) compete:

I - monitorar e avaliar as atividades relacionadas à operação da Rede de Estações Meteorológicas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - operar os sistemas de controle das Redes de Estações Meteorológicas;

III - executar o Planejamento Anual de Manutenção, a inspeção técnica da Rede Meteorológica e a instalação de Estações Meteorológicas;

IV - controlar a execução de operações especializadas;

V - acompanhar e monitorar as execuções dos projetos técnicos específicos;

VI - programar e orientar a aquisição e a distribuição do material técnico de consumo, necessário à operação das redes meteorológicas do INMET/MAPA; e

VII - fiscalizar cumprimento dos compromissos de terceiros, no que tange à operação e manutenção de sistemas de observação.

Seção IV

Da Coordenação-Geral de Apoio Operacional

Art. 26. À Coordenação-Geral de Apoio Operacional (CGAO/INMET) compete coordenar, orientar e supervisionar:

a) operacionalização das metas estratégicas;

b) planejamento setorial;

c) programação Orçamentária e Financeira;

d) atividades de Serviços Gerais;

e) ações de apoio a celebração de Convênios, Contratos e Termos de Parcerias;

f) elaboração de propostas de projetos de modernização do Instituto, em articulação com o órgão competente do Ministério; e

g) administração e desenvolvimento de pessoas.

Art. 27. Ao Serviço Administrativo (SEAD/CGAO) compete:

I - orientar e controlar a execução das atividades:

a) controle de pessoal;

b) material;

c) comunicações administrativas;

d) transporte;

e) vigilância e zeladoria;

f) serviços gerais; e

g) execução orçamentária e financeira.

II - realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens móveis e contratação de obras e serviços; e

III - apoio operacional à Comissão de Licitação ou Pregoeiro.

Art. 28. À Seção de Material e Patrimônio (SEMPA/SEAD) compete executar ações de controle e registro dos bens patrimoniais e materiais de sua respectiva movimentação.

Art. 29. À Seção de Pagamento de Pessoal (SEPAG/SEAD) compete:

I - manter atualizada a ficha financeira de cada servidor;

II - proceder aos cálculos de diferença de vencimento e demais vantagens determinadas por Lei;

III - apurar frequência dos servidores;

IV - efetuar os lançamentos no SIGEPE e controlar os relatórios; e

V - proceder a adesão dos servidores ao Plano de Assistência à Saúde e informar ao órgão setorial do MAPA.

Art. 30. À Seção de Cadastro de Pessoal (SECAD/SEAD) compete:

I - organizar e manter atualizadas as fichas cadastrais dos servidores;

II - registrar e controlar os atos de nomeação e exoneração dos cargos efetivos e cargos em comissão e de funções gratificadas e substituições;

III - analisar solicitações processos de aposentadorias, pensões e revisões; e

IV - controlar o acesso e a frequência do pessoal.

Art. 31. Ao Setor de Almoxarifado (SETAL/SEAD) compete:

I - proceder conferência, recebimento, numeração, registro e armazenamento de material, solicitando as perícias que se fizerem necessárias;

II - classificar, armazenar e controlar os materiais em estoque;

III - fornecer o material requisitado, observadas as disponibilidades e o estoque mínimo estabelecido;

IV - controlar os prazos de fornecimento de material, para fins de registro cadastral;

V - providenciar encaminhamento ao Serviço Administrativo, em prazo devido, relação de material de uso comum necessário à manutenção de estoque mínimo;

VI - fiscalizar a entrada e saída de material de consumo; e

VII - atuar na realização de inventários do material em estoque.

Art. 32. Ao Setor de Atividades Auxiliares (SEATA/SEAD) compete:

I - promover e fiscalizar:

a) execução de manutenção relacionadas com eletricidade, hidráulica, carpintaria, máquinas e equipamentos, inclusive limpeza das dependências; e

b) utilização, manutenção, abastecimento e guarda das viaturas;

II - exercer vigilância nas dependências do INMET/MAPA;

III - proceder reprografia documental e demais atividades de apoio;

IV - exercer as atividades de protocolo setorial;

V - prestar informações aos interessados sobre tramitação de processos e documentos específicos; e

VI - propor a alienação ou incineração de documentos e outros papéis inutilizados.

Art. 33. Ao Serviço de Programação, Analise e Execução Orçamentária e Financeira (SEPRO/CGAO) compete:

I - orientar e controlar a consolidação do Plano Plurianual, a Programação Anual, as propostas e a execução orçamentária e financeira;

II - orientar a aplicação de normas e rotinas de trabalho, no que se refere a programação operacional e orçamentária;

III - elaborar programação dos créditos orçamentários e recursos financeiros disponibilizados ao INMET/MAPA;

IV - promover o remanejamento de recursos orçamentários consignados;

V - orientar e avaliar as execuções das programações orçamentária e financeira;

VI - orientar elaboração e consolidação de relatórios de controle, de avaliação e de gestão; e

VII - analisar e revisar os processos de conformidade documental.

Art. 34. À Seção de Controle e Avaliação Orçamentária (SECAO/SEPRO) compete:

I - consolidar as propostas de programação operacional;

II - elaborar a proposta orçamentária;

III - levantar as necessidades de remanejamento de créditos orçamentários e de alterações orçamentárias;

IV - controlar e avaliar a execução da programação orçamentária e financeira;

V - avaliar o desempenho operacional das unidades administrativas, com base nos relatórios periódicos e manter registros dos resultados alcançados;

VI - controlar os recursos recebidos a título de taxas sobre serviços prestados;

VII - acompanhar as atividades inerentes às ações do Plano Plurianual; e

VIII - proceder os lançamentos dos dados orçamentários nos Sistemas Federais específicos.

Art. 35. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOFI/SEPRO) compete:

I - realizar o processamento da execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários e recursos financeiros disponibilizados ao Instituto;

II - efetuar pagamento de suprimento de fundos e demais despesas, e controlar a prestação de contas devida;

III - manter:

a) arquivos de contratos, ajustes e outros instrumentos bilaterais que envolvam recursos orçamentários; e

b) arquivo da documentação das conformidades relacionadas aos processos e documentos relativos à execução orçamentária e financeira;

V - preparar pagamento de diárias e requisição de passagens para servidor e colaborador em deslocamento a serviço, por meio do Sistema (SCDP); e

VI - acompanhar os trâmites orçamentários e financeiros dos convênios, contratos e ajustes.

Art. 36. À Seção de Controle de Qualidade (SCQ/CGAO) compete:

I - manter e garantir a evolução continua do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ);

II - elaborar e manter atualizados os documentos do SGQ;

III - programar e monitorar as auditorias internas e externas do SGQ;

IV - arquivar e manter os registros do referido Sistema;

V - planejar e coordenar a análise crítica do SGQ;

VI - identificar, manter, propor e disponibilizar registros das necessidades de treinamento dos recursos humanos alocados no INMET junto às escolas de governo, a Escola Nacional de Gestão Agropecuária (ENAGRO) e a Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP) do MAPA; e

VII - acompanhar o monitoramento da pesquisa de satisfação do usuário.

Seção V

Das Unidades Descentralizadas - Distritos de Meteorologia

Art. 37. Ao Distrito de Meteorologia (DISME/INMET) compete executar atividades de:

I - apoio à operação e instalação das redes de observação e telecomunicação meteorológicas do INMET/MAPA;

II - monitoramento da alimentação e controle de qualidade dos dados meteorológicos e da previsão do tempo;

III - manutenção do acervo de dados meteorológicos, no caso da observação de tempo severo, promover o rápido fluxo na troca de informações com a Defesa Civil Estadual e o seu registro;

IV - elaboração e divulgação das previsões do tempo e de aviso meteorológico especial sob gerenciamento do CAPRE/CGMADP;

V - administração e desenvolvimento de Pessoas e de Serviços Gerais; e

VI - programação, acompanhamento e execução Orçamentária e Financeira.

Art. 38. À Seção de Observação e Meteorologia Aplicada (SEOMA/DISME) compete:

I - monitorar o funcionamento das estações meteorológicas da área de atuação;

II - manter registros e efetuar controle de qualidade dos dados meteorológicos;

III - apoiar o funcionamento de laboratórios regionais de instrumentos;

IV - orientar e acompanhar a aplicação das normas e procedimentos de observação meteorológica;

V - manter o acervo de dados meteorológicos em articulação com a CGMADP/INMET; e

VI - elaborar e fornecer certidões meteorológicas e outros documentos de natureza técnica.

Art. 39. À Seção de Análise e Previsão do Tempo (SEPRE/DISME) compete:

I - monitorar a evolução dos sistemas atmosféricos em tempo real;

II - elaborar:

a) prognósticos e boletins de previsão do tempo, para as áreas de sua competência;

b) boletins de previsões específicos sob demanda e avisos meteorológicos especiais; e

c) o acerto das previsões efetuadas;

III - atualizar e verificar os boletins de previsão de tempo e avisos meteorológicos especiais; e

IV - prestar apoio técnico à SEOMA/DISME na emissão de pareceres técnicos, certidões e outros documentos de natureza técnica.

Art. 40. Ao Núcleo de Telecomunicações (NUTEL/DISME) compete:

I - monitorar o funcionamento da rede de telecomunicações; e

II - receber e transmitir dados meteorológicos e mensagens administrativas.

Art. 41. Ao Núcleo de Apoio Administrativo (NUPAD/DISME) compete:

I - executar as atividades relacionadas a:

a) controle de pessoal;

b) material;

c) comunicações administrativas;

d) transporte;

e) vigilância e zeladoria; e

f) execução orçamentária e financeira, consoante orientação da Coordenação-Geral de Apoio Operacional; e

II - realizar procedimentos licitatórios para aquisição de bens móveis e contratação de obras e serviços.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 42. Ao Diretor do Instituto Nacional de Meteorologia incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais, e especificamente:

I - ações e atividades junto à Organização Meteorológica Mundial (OMM); e

II - instaurar ou determinar realização de sindicância e instauração de processo administrativo disciplinar.

Art. 43. Aos Coordenadores-Gerais e aos Chefes de Serviço, de Centro, de Seção, de Setor e de Núcleo incumbe: planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução de atividades, programas e ações dos respectivos órgãos e unidades organizacionais, e especificamente:

I - ao Coordenador-Geral de Apoio Operacional:

a) reconhecer a dispensa e inexigibilidade de licitação; e

b) propor a realização de concurso para a admissão de servidores; e

II - ao Chefe do Serviço Administrativo, propor a abertura de procedimento licitatório.

Art. 44. Aos Coordenadores de Distritos de Meteorologia e aos Chefes dos Distritos de Meteorologia incumbe:

I - baixar instruções, ordens de serviço e delegações, no âmbito da respectiva competência;

II - comunicar toda e qualquer alteração havida nas redes de observações meteorológicas e de telecomunicações;

III - supervisionar a realização e a distribuição, para as áreas de sua atuação, de boletins de tempo e clima, em articulação com o CAPRE/CGMADP e com demais Coordenadores-Gerais do instituto;

IV - designar a Comissão Permanente de Licitação;

V - autorizar a abertura de licitação e homologar ou anular o processo licitatório; e

VI - autorizar a abertura do processo de dispensa de licitação e homologar os resultados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. O fornecimento e intercâmbio de dados e informações meteorológicas, a elaboração e fornecimento de pareceres técnicos, bem como conserto, comparação e aferição de equipamentos meteorológicos, serão realizados consoante a legislação existente e por meio de ato administrativo específico.

Art. 46. As dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regimento Interno serão resolvidas pelo Diretor do INMET/MAPA.

Art. 47. O INMET/MAPA dispõe de cargos em comissão e funções gratificadas, conforme consta do anexo A - Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, segundo o que estabelece o parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO A
DO REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Apoio Operacional	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Meteorologia Aplicada, Desenvolvimento e Pesquisa	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Centro	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Modelagem Numérica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Sistemas de Comunicação e Informação	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
	15		FG-1
	4		FG-2
DISTRITOS DE METEOROLOGIA	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	5	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	4	Chefe	DAS 101.2
	20		FG-1
	17		FG-3

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta do Processo nº 21030.003209/2017-02, resolve:

Art. 1° Alterar o inciso III do §1º do art. 2º da Instrução Normativa n° 16, de 26 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

§1º (...)

III - DA5: o (cultivo, viveiro, sementeira, lugar de produção) foi submetido à inspeção oficial durante (período) e não foi (foram) detectada(s) a(s) (praga(s));" (NR)

Art. 2° Alterar os Anexos IV, VII, VIII, XIV, XVI, XIX, XXI, XXV, XXVI e XLII da Instrução Normativa nº 16, de 26 de agosto de 2015, que passam a vigorar na forma dos anexos a esta Instrução Normativa.

Art. 3° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO IV - Origem: Austrália

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Axonopus affinis		DA não requerida
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica napus		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Cichorium endivia		DA não requerida
Cichorium intybus		DA não requerida
Coriandrum sativum	Protomyces macrosporus	DA5 ou DA15
Cynodon dactylon	Xanthomonas oryzae pv. oryzae	DA5 ou DA15
Daucus carota		DA não requerida
Echinochloa utilis = Echinochloa esculenta	Colletotricum echinochloae	DA5 ou DA15
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Gossypium spp.		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Lens esculenta	Botrytis fabae	DA5 ou DA15
	Peronospora viciae	DA5 ou DA15
Medicago sativa	Clavibacter michiganensis subsp. insidiosus	DA5 ou DA15
Sorghum bicolor	Alphitobius laevigatus	DA1 ou DA2
	Carpophilus mutilatus	DA1 ou DA2
	Liposcelis paeta	DA1 ou DA2
	Periconia circinata	DA5 ou DA15
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
Trifolium resupinatum	Clavibacter michiganensis subsp. Insidiosus	DA5 ou DA15
Trifolium spp.	Clavibacter michiganensis subsp. insidiosus	DA5 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Zea mays	Latheticus oryzae	DA1 ou DA2
	Liposcelis paeta	DA1 ou DA2
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
	Trogoderma variabile	DA1 ou DA2

ANEXO VII - Origem: Canadá

Nome Científico da Cultura	**Nome Científico da Praga**	**Exigências**
Brassica napus		DA não requerida
Medicago sativa		DA não requerida
Phalaris canariensis		DA não requerida

ANEXO VIII - Origem: Chile

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Allium schoenoprasum		DA não requerida
Apium graveolens		DA não requerida
Avena sativa	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Cichorium endivia		DA não requerida
Cichorium intybus		DA não requerida
Citrullus lanatus		DA não requerida
Cucumis sativus		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Salvia splendens		DA não requerida

ANEXO XIV - Origem: Estados Unidos da América

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Abelmoschus esculentus		DA não requerida
Ageratum houstonianum = Ageratum mexicanum		DA não requerida
Allium fistulosum		DA não requerida
Allium porrum		DA não requerida
Allium schoenoprasum		DA não requerida
Alstroemeria sp.		DA não requerida
Alyssum saxatile		DA não requerida
Anethum graveolens		DA não requerida
Anthurium andreanum		DA não requerida
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Asparagus officinalis	Asparagus virus 2	DA5 ou DA15
	Fusarium oxysporum f.sp. asparagi	DA5 ou DA15
Asparagus sprengeri	Asparagus virus 2	DA5 ou DA15
	Fusarium oxysporum f.sp. asparagi	DA5 ou DA15
Barbarea verna		DA não requerida
Begonia semperflorens		DA não requerida
Begonia tuberosa = Begonia x tuberhybrida		DA não requerida
Bellis perennis		DA não requerida
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
	Peronospora farinosa	DA5 ou DA15
Beta vulgaris var. cicla	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Brassica campestris var. pekinensis	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica juncea	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. acephala	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. botrytis	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. capitata	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. gongylodes	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica oleracea var. italica	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Brassica rapa	Colletotrichum higginsianum	DA5 ou DA15
Browallia speciosa		DA não requerida
Calendula officinalis		DA não requerida
Callistephus chinensis		DA não requerida

Capsicum frutescens		DA não requerida
Carum carvi	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Catharanthus roseus		DA não requerida
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Chrysanthemum carinatum		DA não requerida
Cichorium endivia	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
Cichorium intybus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
Cineraria maritima		DA não requerida
Citrullus lanatus		DA não requerida
Plectranthus scutellarioides = Coleus blumei = Solenostemon escutellariodes = Coleus hybridus		DA não requerida
Consolida ambigua	Coniothyrium hellebori	DA5 ou DA15
Coriandrum sativum		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo		DA não requerida
Cucumis sativus		DA não requerida
Cucurbita maxima		DA não requerida
Cucurbita maxima x C.moschata		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Cucurbita pepo		DA não requerida
Cyclamen persicum		DA não requerida
Cynara scolymus		DA não requerida
Cynodon dactylon	Balansia oryzae-sativae	DA5 ou DA7 ou DA15
	Xanthomonas oryzae pv. oryzae	DA5 ou DA15
Dahlia pinnata = Dahlia variabilis		DA não requerida
Dahlia spp.		DA não requerida
Daucus carota		DA não requerida
Delphinium elatum		DA não requerida
Dianthus barbatus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus caryophyllus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus chinensis	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Eruca sativa		DA não requerida
Eschscholzia californica		DA não requerida
Eustoma grandiflorum		DA não requerida
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Gazania rigens = Gazania splendens		DA não requerida
Glycine max	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Botrytis fabae	DA5 ou DA15
	Peanut stunt virus	DA5 ou DA15
	Tomato ringspot virus	DA15
	Verticillium nigrescens	DA5 ou DA15
Godetia grandiflora = Godetia amoena = Clarkia amoena		DA não requerida
Gomphrena globosa		DA não requerida
Gossypium spp.		DA não requerida
Helianthus annuus	Pseudomonas syringae pv. aptata	DA5 ou DA15
	Pseudomonas syringae pv. tagetis	DA5 ou DA15
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
	Smicronyx fulvus	DA1 ou DA2
	Smicronyx sordidus	DA1 ou DA2
Helichrysum bracteatum		DA não requerida
Hypoestes phyllostachya		DA não requerida
Hypoestes sanguinolenta		DA não requerida
Impatiens balsamina		DA não requerida
Impatiens hawkeri		DA não requerida
Impatiens walleriana		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Lavandula angustifolia		DA não requerida
Lens esculenta	Botrytis fabae	DA5 ou DA15
	Peronospora viciae	DA5 ou DA15
Lepidium sativum		DA não requerida
Limonium sinuatum	Cercospora insulana	DA5 ou DA15
Lobelia erinus		DA não requerida
Lobularia maritima = Alysson maritimum		DA não requerida
Lolium perenne	Gloeotinia granigena	DA5 ou DA15
	Urocystis agropyri	DA5 ou DA15
Matthiola longipetala		DA não requerida
Mentha piperita		DA não requerida
Nasturtium officinale		DA não requerida
Ocimum basilicum		DA não requerida
Origanum majorana		DA não requerida
Origanum vulgare		DA não requerida
Oryza sativa	Balansia oryzae-sativae	DA5 ou DA7 ou DA15
	Burkholderia glumae	DA5 ou DA15
	Latheticus oryzae	DA1 ou DA2
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
	Trogoderma variabile	DA1 ou DA2
	Xanthomonas oryzae pv. oryzae	DA5 ou DA15
Papaver nudicaule		DA não requerida
Pelargonium hortorum	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
	Tomato ringspot virus	DA5 ou DA15
Petroselinum crispum		DA não requerida
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	Asparagus virus 2	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Phlox drummondii	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Pinus taeda	Gibberella circinata	DA5 ou DA15
	Leptographium procerum	DA5 ou DA15
Portulaca grandiflora		DA não requerida
Primula acaulis = Primula vulgaris	Pseudomonas syringae pv. primulae	DA5 ou DA15
Primula elatior	Pseudomonas syringae pv. primulae	DA5 ou DA15
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Rudbeckia sp.		DA não requerida
Salvia farinacea		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Solanum melongena	Pepino mosaic virus	DA5 ou DA15
Spinacea oleracea	Cladosporium variabile	DA5 ou DA15
	Peronospora farinosa	DA5 ou DA15
	Spinach latent ilarvirus	DA7 ou DA15
Tagetes erecta		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Tetragonia tetragonoides		DA não requerida
Thymus vulgaris		DA não requerida
Torenia fournieri		DA não requerida
Verbascum hybridum		DA não requerida
Verbena hybrida		DA não requerida
Viola cornuta		DA não requerida
Viola hybrida	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Viola tricolor	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Viola wittrockiana	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Zamia furfuracea		DA não requerida
Zinnia elegans		DA não requerida

ANEXO XVI - Origem: França

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Ageratum houstonianum = Ageratum mexicanum		DA não requerida
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Allium porrum		DA não requerida
Allium schoenoprasum		DA não requerida
Alyssum saxatile		DA não requerida
Anethum graveolens		DA não requerida
Anthriscus cerefolium		DA não requerida
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Arabis alpina		DA não requerida

Artemisia absinthium		DA não requerida
Barbarea verna		DA não requerida
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Beta vulgaris	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Beta vulgaris	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica oleracea var. acephala		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Calendula officinalis		DA não requerida
Callistephus chinensis		DA não requerida
Campanula medium		DA não requerida
Capsicum annuum	Tomato bushy stunt virus	DA5 ou DA15
Capsicum frutescens		DA não requerida
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Centaurea cyanus		DA não requerida
Chamaerops humilis		DA não requerida
Cheiranthus cheiri		DA não requerida
Chrysanthemum carinatum		DA não requerida
Chrysanthemum leucanthemum		DA não requerida
Cichorium endivia		DA não requerida
Cichorium intybus		DA não requerida
Cineraria maritima		DA não requerida
Citrullus lanatus		DA não requerida
Clarkia elegans		DA não requerida
Cobaea scandens		DA não requerida
Consolida ambigua		DA não requerida
Consolida regalis		DA não requerida
Convolvulus tricolor		DA não requerida
Coreopsis tinctoria		DA não requerida
Coriandrum sativum		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucumis sativus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucurbita pepo		DA não requerida
Cuminum cyminum		DA não requerida
Cyclamen persicum		DA não requerida
Dahlia pinnata = Dahlia variabilis		DA não requerida
Daucus carota		DA não requerida
Dianthus barbatus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus caryophyllus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus chinensis	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus purpurea	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Digitalis purpurea		DA não requerida
Dimorphotheca sinuata		DA não requerida
Dorotheanthus bellidiformes		DA não requerida
Eschscholzia californica		DA não requerida
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Fragaria vesca	Raspberry ringspot virus	DA5 ou DA15
Gaillardia pulchella		DA não requerida
Gazania rigens = Gazania splendens		DA não requerida
Godetia grandiflora = Godetia amoena = Clarkia amoena		DA não requerida
Gomphrena globosa		DA não requerida
Gypsophila elegans		DA não requerida
Helianthus annuus	Albugo tragopogonis	DA5 ou DA15
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
Helichrysum bracteatum		DA não requerida
Hordeum vulgare	Alternaria triticina	DA5 ou DA15
	Gibberella pulicaris	DA5 ou DA15
	Pyrenophora graminea	DA5 ou DA15
	Pythium sylvaticum	DA5 ou DA15
	Sitodiplosis mosellana	DA1 ou DA2
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2
Impatiens balsamina		DA não requerida
Impatiens walleriana		DA não requerida
Ipomoea purpurea		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Lactuca sativa	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Lathyrus odoratus		DA não requerida
Lavandula angustifolia		DA não requerida
Lavandula officinalis		DA não requerida
Lavatera trimestris		DA não requerida
Limonium sinuatum		DA não requerida
Linum rubrum	Alternaria linicola	DA5 ou DA15
	Colletotrichum linicola	DA5 ou DA15
	Guignardia fulvida	DA5 ou DA15
Lobelia erinus		DA não requerida
Lobularia maritima = Alysson maritimum		DA não requerida
Lupinus hartwegii		DA não requerida
Lupinus polyphyllus		DA não requerida
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	Pelargonium zonate spot virus	DA7 ou DA15
	Pepino mosaic virus	DA15
	Tomato black ring virus	DA15
	Tomato bushy stunt virus	DA5 ou DA15
	Tomato ringspot virus	DA15
Matricaria chamomilla		DA não requerida
Matthiola incana		DA não requerida
Melissa officinalis		DA não requerida
Mentha piperita		DA não requerida
Mirabilis jalapa		DA não requerida
Myosotis alpestris		DA não requerida
Nasturtium officinale		DA não requerida
Nigella damascena		DA não requerida
Ocimum basilicum		DA não requerida
Origanum majorana		DA não requerida
Origanum vulgare		DA não requerida
Papaver nudicaule		DA não requerida
Papaver orientale		DA não requerida
Petroselinum crispum		DA não requerida
Petunia multiflora	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Phlox drummondii	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Pimpinella anisum		DA não requerida
Portulaca grandiflora		DA não requerida
Primula elatior	Pseudomonas syringae pv. primulae	DA5 ou DA15
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Rosmarinus officinalis		DA não requerida
Salvia farinacea		DA não requerida
Salvia officinalis		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Senecio cineraria	Pustula tragopogonis	DA5 ou DA15
Solanum melongena	Pepino mosaic virus	DA5 ou DA15
Spinacea oleracea		DA não requerida
Tagetes erecta		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Thymus vulgaris		DA não requerida
Viola cornuta		DA não requerida
Viola tricolor	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Viola wittrockiana	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Zinnia elegans		DA não requerida
Zinnia haageana		DA não requerida

ANEXO XIX - Origem: Holanda

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Abelmoschus esculentus		DA não requerida
Adonis aestivalis		DA não requerida
Ageratum houstonianum = Ageratum mexicanum		DA não requerida
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Allium fistulosum		DA não requerida
Allium porrum		DA não requerida
Allium schoenoprasum		DA não requerida
Alyssum saxatile		DA não requerida
Anethum graveolens		DA não requerida
Anthriscus cerefolium		DA não requerida
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Artemisia absinthium		DA não requerida
Artemisia dracunculus		DA não requerida
Aubretia deltoides		DA não requerida
Beaucarnea recurvata		DA não requerida
Begonia semperflorens		DA não requerida
Begonia tuberosa lOP= Begonia x tuberhybrida		DA não requerida
Bellis perennis		DA não requerida
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
Beta vulgaris	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Beta vulgaris	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Bismarckia nobilis		DA não requerida

Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica juncea		DA não requerida
Brassica oleracea var. acephala		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. gemmifera		DA não requerida
Brassica oleracea var. gongylodes		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Browallia viscosa = Browallia americana		DA não requerida
Calendula officinalis		DA não requerida
Callistephus chinensis		DA não requerida
Campanula medium		DA não requerida
Capsicum annuum		DA não requerida
Carthamus tinctorius		DA não requerida
Carum carvi	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Catharanthus roseus		DA não requerida
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Centaurea cyanus		DA não requerida
Chamaedorea elegans		DA não requerida
Chamaedorea ernesti-augustii		DA não requerida
Chamaedorea metallica		DA não requerida
Chamaedorea microspadix		DA não requerida
Chamaedorea seifrizii		DA não requerida
Chamaerops humilis		DA não requerida
Chrysanthemum carinatum		DA não requerida
Chrysanthemum coronarium		DA não requerida
Chrysanthemum leucanthemum		DA não requerida
Chrysanthemum multicaule		DA não requerida
Chrysanthemum paludosum		DA não requerida
Cichorium endivia		DA não requerida
Cichorium intybus		DA não requerida
Cineraria maritima		DA não requerida
Citrullus lanatus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Clarkia elegans		DA não requerida
Cleome hassleriana		DA não requerida
Cobaea scandens		DA não requerida
Plectranthus scutellarioides = Coleus blumei = Solenostemon escutellariodes = Coleus hybridus		DA não requerida
Consolida ambigua		DA não requerida
Consolida regalis		DA não requerida
Convolvulus tricolor		DA não requerida
Coreopsis tinctoria		DA não requerida
Coriandrum sativum		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucumis sativus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucurbita pepo		DA não requerida
Cuminum cyminum		DA não requerida
Cycas revoluta		DA não requerida
Cyclamen persicum		DA não requerida
Dahlia pinnata = Dahlia variabilis		DA não requerida
Daucus carota		DA não requerida
Dianthus barbatus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus caryophyllus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dianthus chinensis	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Digitalis purpurea		DA não requerida
Dimorphotheca sinuata		DA não requerida
Dorotheanthus bellidiformes		DA não requerida
Dypsis leptocheilos		DA não requerida
Eruca sativa		DA não requerida
Eschscholzia californica		DA não requerida
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Fragaria vesca	Raspberry ringspot virus	DA5 ou DA15
Gazania rigens = Gazania splendens		DA não requerida
Gerbera jamesonii		DA não requerida
Gerbera splendens		DA não requerida
Godetia grandiflora = Godetia amoena = Clarkia amoena		DA não requerida
Gomphrena globosa		DA não requerida
Gypsophila elegans		DA não requerida
Gypsophila paniculata		DA não requerida
Helianthus annuus		DA não requerida
Helianthus debilis		DA não requerida
Helichrysum bracteatum		DA não requerida
Hesperis matronalis		DA não requerida
Hippeastrum spp.		DA não requerida
Hyophorbe lagenicaulis		DA não requerida
Hypericum perforatum		DA não requerida
Hyssopus officinalis		DA não requerida
Iberis umbellata		DA não requerida
Impatiens balsamina		DA não requerida
Impatiens walleriana		DA não requerida
Ipomoea purpurea		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Lathyrus odoratus		DA não requerida
Lavandula angustifolia		DA não requerida
Lavatera trimestris		DA não requerida
Leucanthemum maximum		DA não requerida
Limonium sinuatum		DA não requerida
Linaria maroccana		DA não requerida
Linum perenne	Alternaria linicola	DA5 ou DA15
	Colletotrichum linicola	DA5 ou DA15
	Guignardia fulvida	DA5 ou DA15
Lobelia erinus		DA não requerida
Lobularia maritima = Alysson maritimum		DA não requerida
Lupinus polyphyllus		DA não requerida
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	Pepino mosaic virus	DA15
	Potato spindle tuber viroid	DA15
	Tomato black ring virus	DA15
Matricaria chamomilla		DA não requerida
Matthiola incana		DA não requerida
Melissa officinalis		DA não requerida
Mentha piperita		DA não requerida
Mirabilis jalapa		DA não requerida
Molucella laevis		DA não requerida
Myosotis alpestris		DA não requerida
Nasturtium officinale		DA não requerida
Nemesia strumosa		DA não requerida
Nigella damascena		DA não requerida
Ocimum basilicum		DA não requerida
Origanum majorana		DA não requerida
Origanum vulgare		DA não requerida
Papaver nudicaule		DA não requerida
Papaver orientale		DA não requerida
Papaver rhoeas		DA não requerida
Pelargonium hortorum	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Pentas lanceolata		DA não requerida
Petroselinum crispum		DA não requerida
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	Potato spindle tuber viroid	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Phacelia tanacetifolia		DA não requerida

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Phaseolus vulgaris		DA não requerida
Phlox drummondii	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Pimpinella anisum		DA não requerida
Portulaca grandiflora		DA não requerida
Potentilla nepalensis		DA não requerida
Primula elatior		DA não requerida
Primula spp.		DA não requerida
Primula veris		DA não requerida
Pyrethrum sp.		DA não requerida
Ranunculus asiaticus		DA não requerida
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Rhapis excelsa		DA não requerida
Rheum rhaponticum		DA não requerida
Rhipsalidopsis spp.		DA não requerida
Rosmarinus officinalis		DA não requerida
Ruta graveolens		DA não requerida
Salvia farinacea		DA não requerida
Salvia officinalis		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Satureja hortensis		DA não requerida
Scabiosa atropurpurea		DA não requerida
Solanum melongena	Pepino mosaic virus	DA5 ou DA15
Spathiphyllum sp.		DA não requerida
Spinacea oleracea	Spinach latent ilarvirus	DA7 ou DA15
Strelitzia reginae		DA não requerida
Tagetes erecta		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Tanacetum coccineum		DA não requerida
Tetragonia tetragonoides		DA não requerida
Thunbergia alata		DA não requerida
Thymus vulgaris		DA não requerida
Tithonia speciosa		DA não requerida
Tropaeolum majus	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Venidium fastuosum = Arctotis fastuosa		DA não requerida
Verbena hybrida		DA não requerida
Viola cornuta	Tobacco rattle virus	DA5 ou DA15
Viola tricolor	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Viola wittrockiana	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
	Tobacco rattle virus	DA5 ou DA15
Xeranthemum annuum		DA não requerida
Zamia furfuracea		DA não requerida
Zinnia elegans		DA não requerida
Zinnia haageana		DA não requerida
Zinnia hybrida		DA não requerida

ANEXO XXI - Origem: Índia

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Abelmoschus esculentus		DA não requerida
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Bellis perennis		DA não requerida
Capsicum annuum		DA não requerida
Chrysanthemum multicaule		DA não requerida
Plectranthus scutellarioides = Coleus blumei = Solenostemon escutellariodes = Coleus hybridus	Coleus blumei viroid 5	DA5 ou DA15
Cucurbita maxima		DA não requerida
Cucurbita maxima x C.moschata		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Cuminum cyminum		DA não requerida
Dorotheanthus bellidiformes		DA não requerida
Gaillardia pulchella		DA não requerida
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	Potato spindle tuber viroid	DA15
Ocimum basilicum		DA não requerida
Salvia farinacea		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Sesamum indicum	Acarus siro	DA1 ou DA2
Solanum melongena	Pepino mosaic virus	DA5 ou DA15
Tagetes erecta		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Verbena hybrida		DA não requerida

ANEXO XXV - Origem: Itália

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Allium fistulosum		DA não requerida
Allium porrum		DA não requerida
Allium schoenoprasum		DA não requerida
Anethum graveolens	Artichoke yellow ringspot virus	DA5 ou DA15
Apium graveolens	Strawberry latent ringspot virus	DA7 ou DA15
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Beta vulgaris var. cicla	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. gemmifera		DA não requerida
Brassica oleracea var. gongylodes		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Brassica rapa		DA não requerida
Capsicum annuum	Tomato bushy stunt virus	DA5 ou DA15
Capsicum frutescens		DA não requerida
Chrysanthemum leucanthemum		DA não requerida
Chrysanthemum spp.		DA não requerida
Cichorium endivia	Chicory yellow mottle virus	DA5 ou DA15
Cichorium intybus	Chicory yellow mottle virus	DA5 ou DA15
Citrullus lanatus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucumis melo	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucumis sativus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucurbita maxima		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Cucurbita pepo		DA não requerida
Cynara scolymus	Artichoke italian latent virus	DA7 ou DA15
Cynara scolymus	Artichoke yellow ringspot virus	DA5 ou DA15
Daucus carota		DA não requerida
Dianthus caryophyllus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
	Rhodococcus fascians	DA5 ou DA15
Dimorphotheca sinuata		DA não requerida
Diplotaxis erucoides		DA não requerida
Eruca sativa		DA não requerida
Foeniculum vulgare		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	Pelargonium zonate spot virus	DA7 ou DA15
	Pepino mosaic virus	DA15
	Potato spindle tuber viroid	DA15
	Tomato black ring virus	DA15
	Tomato bushy stunt virus	DA5 ou DA15
	Tomato ringspot virus	DA15
Mentha piperita		DA não requerida
Nasturtium officinale		DA não requerida
Nemesia strumosa		DA não requerida
Ocimum basilicum		DA não requerida
Origanum vulgare		DA não requerida
Petroselinum crispum		DA não requerida
Phaseolus vulgaris		DA não requerida
Pimpinella anisum		DA não requerida
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Ruta graveolens		DA não requerida
Spinacea oleracea		DA não requerida
Tetragonia tetragonoides		DA não requerida
Vicia faba	Artichoke yellow ringspot virus	DA5 ou DA15
	Botrytis fabae	DA5 ou DA15
	Broad bean wilt virus	DA5 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
	Pea early browning virus	DA5 ou DA15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Vicia faba	Peronospora viciae	DA5 ou DA15
	Red clover vein mosaic virus	DA5 ou DA15
	Sitophilus granarius	DA1 ou DA2

ANEXO XXVI - Origem: Japão

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Abelmoschus esculentus		DA não requerida
Ageratum houstonianum = Ageratum mexicanum		DA não requerida
Allium cepa	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Allium fistulosum		DA não requerida
Allium tuberosum		DA não requerida
Antirrhinum majus		DA não requerida
Apium graveolens		DA não requerida
Arctium lappa		DA não requerida
Asparagus officinalis	Asparagus Virus 2	DA5 ou DA15
Bellis perennis		DA não requerida
Beta vulgaris	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Brassica campestris var. chinensis		DA não requerida
Brassica campestris var. pekinensis		DA não requerida
Brassica juncea		DA não requerida
Brassica oleracea var. acephala		DA não requerida
Brassica oleracea var. botrytis		DA não requerida
Brassica oleracea var. capitata		DA não requerida
Brassica oleracea var. gemmifera		DA não requerida
Brassica oleracea var. gongylodes		DA não requerida
Brassica oleracea var. italica		DA não requerida
Brassica rapa		DA não requerida
Browallia speciosa		DA não requerida
Calceolaria x herbeohybrida		DA não requerida
Calendula officinalis		DA não requerida
Callistephus chinensis		DA não requerida
Campanula medium		DA não requerida
Canna indica		DA não requerida
Capsicum annuum		DA não requerida
Capsicum frutescens		DA não requerida
Carica papaya		DA não requerida
Carthamus tinctorius		DA não requerida
Catharanthus roseus		DA não requerida
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Chrysanthemum morifolium		DA não requerida
Cineraria cruenta		DA não requerida
Citrullus lanatus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Plectranthus scutellarioides = Coleus blumei = Solenostemon escutellarioides = Coleus hybridus		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Cucumis sativus	Cucumber green mottle mosaic virus	DA15
Cucurbita maxima		DA não requerida
Cucurbita maxima x C.moschata		DA não requerida
Cucurbita moschata		DA não requerida
Cycas revoluta		DA não requerida
Cyclamen persicum		DA não requerida
Dahlia pinnata = Dahlia variabilis		DA não requerida
Daucus carota		DA não requerida
Dianthus caryophyllus	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
Dianthus chinensis	Pectobacterium rhapontici	DA5 ou DA15
Eustoma grandiflorum		DA não requerida
Exacum affine		DA não requerida
Godetia grandiflora = Godetia amoena = Clarkia amoena		DA não requerida
Gomphrena globosa		DA não requerida
Hibiscus moscheutos		DA não requerida
Impatiens walleriana		DA não requerida
Lactuca sativa	Arabis mosaic virus	DA7 ou DA15
	Tomato black ring virus	DA7 ou DA15
Lagenaria siceraria	Cucumber green mottle mosaic virus	DA5 ou DA15
	Fusarium oxysporum f. sp. lagenariae	DA5 ou DA15
Limonium sinuatum		DA não requerida
Lobelia erinus		DA não requerida
Lobularia maritima = Alysson maritimum		DA não requerida
Lycopersicon esculentum = Solanum lycopersicon	Fusarium oxysporum f.sp. radicis-lycopersici	DA5 ou DA15
	Potato spindle tuber viroid	DA15
	Tomato black ring virus	DA15
	Tomato ringspot virus	DA15
Matthiola incana		DA não requerida
Mimulus x hybridus		DA não requerida
Momordica charantia	Cucumber green mottle mosaic virus	DA5 ou DA15
Osteospermum ecklonis		DA não requerida
Perilla frutescens		DA não requerida
Petunia grandiflora		DA não requerida
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	Asparagus Virus 2	DA5 ou DA15
Petunia x atkinsiana = Petunia x hybrida	Potato spindle tuber viroid	DA5 ou DA15
Phlox drummondii	Ditylenchus dipsaci	DA5 ou DA15
Platycodon grandiflorus		DA não requerida
Primula acaulis = Primula vulgaris		DA não requerida
Primula elatior		DA não requerida
Ranunculus asiaticus		DA não requerida
Raphanus sativus = Raphanus acanthiformis		DA não requerida
Rudbeckia sp.		DA não requerida
Salvia splendens		DA não requerida
Sinningia speciosa		DA não requerida
Solanum melongena		DA não requerida
Spinacea oleracea		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Torenia fournieri		DA não requerida
Viola cornuta		DA não requerida
Viola tricolor	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Viola wittrockiana	Mycocentrospora acerina	DA5 ou DA15
Zinnia elegans		DA não requerida
Zinnia hybrida		DA não requerida

ANEXO XLII - Origem: Tanzânia

Nome Científico da Cultura	Nome Científico da Praga	Exigências
Celosia argentea = Celosia cristata = Celosia plumosa		DA não requerida
Cosmos bipinnatus		DA não requerida
Cucumis melo		DA não requerida
Dimorphotheca sinuata		DA não requerida
Impatiens balsamina		DA não requerida
Lactuca sativa		DA não requerida
Phaseolus vulgaris	Prostephanus truncatus	DA1 ou DA2
Salvia farinacea		DA não requerida
Tagetes patula		DA não requerida
Tropaeolum majus		DA não requerida
Zinnia elegans		DA não requerida

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO N° 23, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Resumo dos pleitos de registro concedidos de acordo com o Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR.

b. Marca comercial: Nimitz TS.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9118, conforme processo nº 21000.063862/2016-99.

d. Fabricante do produto técnico(Fluensulfone Técnico): Nome: Adama Makhteshim Ltd. Endereço: Neot-Hovav Eco Industrial Park 84100 Beer Sheva, Israel. Formuladores: Nome: Adama Brasil S.A. - Endereço: Rua Pedro Antônio de Souza 400, Parque Rui Barbosa- Londrina/PR; Nome: Adama Brasil S.A. - Endereço: Avenida Júlio de Castilhos 2085, Coqueiros- Taquari/RS; Nome: Adama Makhteshim Ltd. - Endereço: Neot-Hovav, Neot-Hovav Eco Industrial Park, Beer Sheva, Israel.

e. Nome químico: 5-chloro-2-(3,4,4-trifluorobut-3-em-1-ylsulfonyl)-1,3-thiazole. Nome comum: Fluensulfona.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Milho e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe IV - Pouco tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto perigoso ao meio ambiente.

2-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Simazin Técnico CCAB.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9218, conforme processo nº 21000.003803/2012-38.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d. Fabricantes: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. Endereço: Binhai Economic Development Area 262737 Weifang, Shandong - China; Nome: Jihua Pesticide Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 15-1 Road, Zhengzhou in North of River, Jilin City, Jilin Province - China.

e. Nome químico: 6-chloro-N2-N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine. Nome comum: Simazina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto perigoso ao meio ambiente.

3-a. Titular do registro: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP.

b. Marca comercial: Cercobin 875 WG.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9318, conforme processo nº 21000.010541/2013-49.

d. Fabricantes do produto técnico (Cercobin Técnico): Nome: Nippon Soda Co., Ltd - Endereço: Takaoka plant- 300 Mukaino Honmachi, Takaoka, Toyama 933-8507, Japão; Nome: Nisso Namhae Agro Co., Ltd - Endereço: 323-1 Nakpo-dong, Yeosu-City, Jaollanam-Do, Coreia do Sul; Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Endereço: Av. Liberdade, 1701, Cajuru do Sul- Sorocaba/SP. Formulador: Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Endereço Av. Liberdade, 1701, Cajuru do Sul- Sorocaba/SP.

e. Nome químico: dimethyl 4,4-(o-phenylene)bis(3-thioallophanate). Nome comum: Tiofanato-metílico.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Café, Soja, Cevada, Citros, Feijão, Mamão, Maçã, Tomate, Trigo, Uva e Milho.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto perigoso ao meio ambiente.

4-a. Titular do registro: CropChem Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Lufenurom Técnico RI-Cropchem.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9418, conforme processo nº 21000.004189/2014-93.

d. Fabricante: Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian, Shijiazhuang City 051530, Hebei Province, China.

e. Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea. Nome comum: Lufenurom.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto perigoso ao meio ambiente.

5-a. Titular do registro: Alta- América Latina Tecnologia Agrícola Ltda. - Curitiba/PR.

b. Marca comercial: Simazina Técnico Alta.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9518, conforme processo nº 21000.003435/2011-47.

d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737, Weifang, Shandong- China.

e. Nome químico: 6-chloro-N2-N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine. Nome comum: Simazina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto perigoso ao meio ambiente.

6-a. Titular do registro: Basf S.A. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Amulet Top.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9618, conforme processo nº 21000.002243/2013-85.

d. Fabricantes do produto técnico (Pyraclostrobin Técnico): Nome: Basf Schwarzheide GmbH- Endereço: Schipkauer Strasse 1- 01986 Schwarzheide - Alemanha; Nome: Basf Agri-Production SAS- Endereço: 32, Rue de Verdun, Saint Aubin Les Elbeuf, Haute-Normadie- 76410- França. Produto técnico(Pyraclostrobin Técnico Cristalino): Nome: Basf Schwarzheide GmbH- Endereço: Schipkauer Strasse 1- 01986 Schwarzheide- Alemanha; Nome: Basf Agri-Production SAS- Endereço: 32, Rue de Verdun, Saint Aubin Les Elbeuf, 76410- França. Produto técnico(Cercobin Técnico): Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ: 61.142.550/0001-30- Endereço: Avenida Liberdade, 1707- Bairro Cajuru do Sul- Sorocaba/SP. Nome: Nippon Soda Co., Ltd- Endereço: 300 Mukaino Honmachi, Takaoka- Toyama- Japão. Produto técnico(Regent Técnico): Nome: Basf Agri-Production SAS- Endereço: 32, Rue de Verdun, Saint Aubin Les Elbeuf, 76410- França. Formuladores: Nome: Basf S.A. - CNPJ: 48.539.407/0002-07- Endereço: Av. Brasil, 791- Engenheiro Neiva- CEP 12521-900- Guaratinguetá/SP; Nome: Basf SE- Endereço: Carl-Bosch-Strasse 38- 67056 Ludwigsshafen-Alemanha.

e. Nome químico: Methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(N-methoxy)Carbamate; Dimethyl 4,4'-(o-phenylene)bis(3-thioallophanate); (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile. Nome comum: Piraclostrobina; Tiofanato-Metílico; Fipronil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão, Amendoim, Cevada, Feijão, Milho, Soja, Sorgo e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe II - Altamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto muito perigoso ao meio ambiente.

7-a. Titular do registro: Dow AgroSciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Revolux.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9718, conforme processo nº 21000.007273/2014-69.

d. Fabricante do produto técnico (Intrepid Técnico): Nome: Dow AgroSciences Italia Srl. - Endereço: Strada Statale 11, km 190,2, Mozzanica, Bérgamo- Itália. Produto Técnico (Spinetoram Técnico): Nome: ChemDesign Products, Inc. - Endereço: 2 Stanton Street, Marinette, WI 54143- Estados Unidos da América. Formuladores: Nome: Dow Agrosciences Industrial Ltda.- CNPJ: 47.180.625/0021-90- Endereço: Rod. Pres. Tancredo de Almeida Neves, s/n km 38- Pq. Santa Delfa, CEP: 07809-105, Franco da Rocha/SP; Nome: Dow Agrosciences Argentina S.A. - Endereço: Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé- Argentina; Nome: Dow Agrosciences Limited. - Endereço: Estuary Road, King's Lynn, Norfolk PE30 2JD- Reino Unido da Grã Bretanha; Nome: Helena Industries, Ind. - Endereço: 434 Fenn Road, Cordele, Georgia 31015- Estados Unidos da América.

e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide; mixture of 50-90%(2R,3aR,5aR,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-3-oethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-L-mannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,4,5,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione and 50-10%(2S,3aR,5aS,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bS)-2-(6-deoxy-3-O-ethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-Lmannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-tetradecahydro-4,14-dimethyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione. Nome comum: Metoxifenozida/ Espinetoram.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Dow AgroSciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Fidele.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9818, conforme processo nº 21000.008231/2014-45

d. Fabricante do produto técnico(Intrepid Técnico): Nome: Dow AgroSciences Italia Srl. - Endereço: Strada Statale 11, km 190,2, Mozzanica, Bérgamo-Italia; Produto técnico(Spinetoram Técnico): Nome: ChemDesign Products, Inc. - Endereço: 2 Stanton Street, Marinette, WI 54143 - EUA. Formuladores: Nome: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - CNPJ: 47.180.625/0021-90 - Endereço: Rod. Pres. Tancredo de Almeida Neves, s/n km 38 - Pq. Santa Delfa, CEP: 07809-105, Franco da Rocha/SP; Nome: Dow Agrosciences Argentina S. A. - Endereço: Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé - Argentina; Nome: Dow Agrosciences Limited - Endereço: Estuary Road, King's Lynn, Norfolk PE30 2JD - Reino Unido da Grã Bretanha; Nome: Helena Industries, Inc. - Endereço: 434 Fenn Road, Cordele, Georgia 31015 - EUA.

e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide; mixture of 50-

90% (2R,3aR,5aR,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-3-Oethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-L-mannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6- methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,4,5,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione and 50-10%(2S,3aR,5aS,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bS)-2-(6-deoxy-3-Oethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-Lmannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-tetradecahydro-4,14-dimethyl-1H-as-indaceno[3,2- d]oxacyclododecine-7,15-dione. Nome comum: Metoxifenozida; Espinetoram.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Muito perigoso ao meio ambiente.

9-a. Titular do registro: Dow AgroSciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: Intrepid Edge.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 9918, conforme processo nº 21000.008237/2014-12.

d. Fabricante do produto técnico(Intrepid Técnico): Nome: Dow AgroSciences Italia Srl. - Endereço: Strada Statale 11, km 190,2, Mozzanica, Bérgamo - Itália; Produto técnico(Spinetoram Técnico): Nome: ChemDesign Products, Inc. - Endereço: 2 Stanton Street, Marinette, WI 54143 - EUA. Formuladores: Nome: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - CNPJ 47.180.625/0021-90 - Endereço: Rod. Pres. Tancredo de Almeida Neves, s/n km 38 - Pq. Santa Delfa, CEP: 07809-105, Franco da Rocha/SP; Nome: Dow Agrosciences Argentina S. A. - Endereço: Hipólito Irigoyen 2900, 2202 Puerto General San Martin, Província de Santa Fé - Argentina; Nome: Dow Agrosciences Limited - Endereço: Estuary Road, King's Lynn, Norfolk PE30 2JD - Reino Unido da Grã Bretanha; Nome: Helena Industries, Inc. - Endereço: 434 Fenn Road, Cordele, Georgia 31015 - EUA.

e. Nome químico: N-tert-butyl-N'-(3-methoxy-o-toluoyl)-3,5-xylohydrazide; mixture of 50-

90% (2R,3aR,5aR,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-3-Oethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-Lmannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6- methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,4,5,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-as-indaceno[3,2-d]oxacyclododecine-7,15-dione and 50-10%(2S,3aR,5aS,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bS)-2-(6-deoxy-3-Oethyl-2,4-di-O-methyl-alfa-Lmannopyranosyloxy)-13-[(2R,5S,6R)-5-(dimethylamino)tetrahydro-6-methylpyran-2-yloxy]-9-ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,9,10,11,12,13,14,16a,16b-tetradecahydro-4,14-dimethyl- 1H-as-indaceno[3,2- d]oxacyclododecine-7,15-dione. Nome comum: Metoxifenozida; Espinetoram.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas do Algodão e Soja.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Atrazina 500 SC Rainbow.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10018, conforme processo nº 21000.008629/2011-39.

d. Fabricante do produto técnico(Atrazina Técnico Rainbow): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Unidade Fabril 01 - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang City, Shandong Province, 262737, China. Formuladores: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Unidade Fabril 01 - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang City, Shandong Province, 262737, China; Nome: CHD's Agrochemicals S.A.I.C. - Endereço: Supercarretera km 9, Campo Tacarú, Hernandarias, Alto Paraná, Paraguai; Nome: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - CNPJ: 07.467.822/0001-26 - Endereço: Av. Parque Sul, 2138 - 1º Distrito Industrial - CEP: 61939-000 - Maracanaú, Ceará.

e. Nome químico: 6-chloro-N2-ethyl-N4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine. Nome comum: Atrazina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Cana-de-açúcar, Milho e Sorgo.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Sinon do Brasil Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Metomil Técnico Sinon.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10118, conforme processo nº 21000.008628/2011-94.

d. Fabricantes: Nome: Sinon Corporation - Endereço: 101, Nanrong Road, Ta-tu District, 43245 Taichung, Taiwan; Nome: Sinon Chemical (China) Co., Ltd. - Endereço: 28, Beicun Road, Zhelin Town, Fengxian District, 201416 Shanghai, China.

e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate. Nome comum: Metomil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: Nortox S.A. - Arapongas/PR.

b. Marca comercial: Metomil Técnico Nortox CH.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10218, conforme processo nº 21000.004931/2015-41.

d. Fabricantes: Nome: Sinon Corporation - Endereço: 101, Nanrong Road, Ta-tu District, 43245 Taichung, Taiwan; Nome: Sinon Chemical (China) Co., Ltd. - Endereço: 28, Beicun Road, Zhelin Town, Fengxian District, 201416 Shanghai, China.

e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate. Nome comum: Metomil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Simazina técnico Rainbow.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10318, conforme processo nº 21000.012506/2010-11.

d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737, Weifang, Shandong - China.

e. Nome químico: 6-chloro-N2-N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine. Nome comum: Simazina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR.

b. Marca comercial: Simazina Técnico Adama.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10418, conforme processo nº 21000.004982/2015-73.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d. Fabricante: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, 262737, Weifang, Shandong - China.

e. Nome químico: 6-chloro-N2-N4-diethyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine. Nome comum: Simazina.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR,

b. Marca comercial: Metomil Técnico Adama BR.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10518, conforme processo nº 21000.006488/2015-43.

d. Fabricantes: Nome: Sinon Corporation - Endereço: 101, Nanrong Road, Ta-tu District, 43245 Taichung, Taiwan; Nome: Sinon Chemical (China) Co., Ltd. - Endereço: 28, Beicun Road, Zhelin Town, Fengxian District, 201416 Shanghai, China.

e. Nome químico: S-methyl N-(methylcarbamoyloxy)thioacetimidate. Nome comum: Metomil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

16-a. Titular do registro: Agroimport do Brasil Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: 2,4-D Técnico Agroimport.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10618, conforme processo nº 21000.001510/2013-05.

d. Fabricante: Nome: Jingma Chemicals Co., Ltd. - Endereço: Nº 50 Baota Road 324400 Longyou, Zhejiang, China.

e. Nome químico: (2,4-Dichlorophenoxy) acetic acid. Nome comum: 2,4-D.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR.

b. Marca comercial: Fludioxonil Técnico Milenia.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10718, conforme processo nº 21000.006550/2012-54.

d. Fabricante: Nome: Adama Makhteshim Ltd. - Endereço: Neot-Hovav Neot-Hovav Eco Industrial Park, 84100, Beer-Sheva, Israel.

e. Nome químico: 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3- carbonitrile. Nome comum: Fludioxonil.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

18-a. Titular do registro: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Delfos Max 430 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10818, conforme processo nº 21000.001075/2014-91.

d. Fabricante do produto técnico(Tebuconazol Técnico Cropchem): Nome: Jiangsu Tuoqiu Agrochemicals Co. Ltd. - Endereço: Kaitai Road, Coastal Industrial Park, Jiangsu Binhai Economic and Development Zone, Jiangsu - China; Produto técnico(Tebuconazole Técnico Nortox BR): Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: Rodovia BR 369, km 197, Arapongas/PR. Formuladores: Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: Rodovia BR 369, km 197, Arapongas/PR; Nome: Anhui Zhongshan Chemical Industry Co. Ltd. - Endereço: Xiangyu Town Chemical Industry Park, Dongzi County - Anhui Province, 247260, China.

e. Nome químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-

3-ol. Nome comum: Tebuconazol.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas da Soja e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE.

b. Marca comercial: Tibet.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 10918, conforme processo nº 21000.007645/2011-12.

d. Fabricante do produto técnico(Fluroxipir-meptílico Técnico Nufarm): Nome: Hebei Wanquan Lihua Chemicals Co. - Endereço: Kongjiazhuang, Wanquan, Hebei Province, 076250, China; Produto técnico(Picloram técnico Agripec): Nome: Nufarm Australia Limited - Endereço: 103-105 Pipe Road, Laverton North 3026, Victoria, Australia; Produto técnico(Picloram técnico Nufarm): Nome: Lier Chemical Co. Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone, Mianyang, Sichuan, 621000, China. Formuladores: Nome: Nufarm Ind. Química e Farmacêutica S.A. - CNPJ: 07.467.822/0001-26 - Endereço: Avenida Parque Sul, 2138, I Distrito Industrial - CEP: 61939-000 - Maracanaú/CE; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros - CEP: 13148-030 - Paulinia/SP.

e. Nome químico: 4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate; 4-amino-3,5,6-

trichloropyridine-2-carboxylic acid. Nome comum: Picloram.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Produto indicado para Pastagens.

h. Classificação toxicológica: Classe I - Extremamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: Linus 200 SP.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 11018, conforme processo nº 21000.002803/2015-63.

d. Fabricantes do produto técnico Acetamiprido técnico HY Cropchem): Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County - 50000, Shijiazhuang, Hebei - China; Nome: Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd. - Endereço: Nº 39 Wenfeng Road 225009 Yangzhou, Jiangsu, China. Produto técnico(Acetamiprido técnico SN Cropchem): Nome: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. - Endereço: BeiHai Road, Nº 1165, Ningbo Chemical Industrial Zone - Xiepu Town - Zhenhai District - Ningbo Zhejiang Province, 315040, China. Formuladores: Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: Rodovia BR 369, km 197, Arapongas/PR; Nome: Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Industrial Zone, South of Yuanshi County - 50000, Shijiazhuang, Hebei - China; Nome: Ningbo Sunjoy Agroscience Co. Ltd. - Endereço: BeiHai Road, Nº 1165, Ningbo Chemical Industrial Zone - Xiepu Town - Zhenhai District - Ningbo Zhejiang Province, 315040, China.

e. Nome químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine. Nome comum: Acetamiprido.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Batata, Feijão, Maçã, Mamão, Melão, Melancia, Pinhão manso, Tomate e Trigo.

h. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador Geral

ATO Nº 24, DE 5 DE ABRIL 2018

1. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alta América Latina Tecnologia Agrícola Ltda. - CNPJ nº 10.409.614/0001-85 - Curitiba/PR, Filiais: CNPJ nº 10.409.614/0002-66 - Ibiporã/PR, CNPJ nº 10.409.614/0003-47-Barueri/SP. CNPJ nº 10.409.614/0004-28-Cuiabá/MT, CNPJ nº 10.409.614/0005-09-Uberaba/MG, CNPJ nº 10.409.614/0006-90 - Passo Fundo/RS, a importar o produto Cobre Fersol, registro nº 78803, conforme processo nº 21000.011634/2018-03.

2. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A. - CNPJ nº 08.938.255/0001-01- São Paulo/SP, Filiais: CNPJ nº 08.938.255/0008-88 - Luiz Eduardo Magalhães/BA, CNPJ nº 08.938.255/0009-69 - Rondonópolis/MT a importar o produto Cobre Fersol, registro nº 78803, conforme processo nº 21000.011636/2018-94.

3. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do registro do produto PB-Rope-L, registro nº 7500, da empresa Iharabras S.A. Indústrias Químicas - sito à Av. Liberdade, 1701, CEP: 18087-170 - Sorocaba/SP, para a empresa Bio Controle - Métodos de Controle de Pragas Ltda. - sito à Rua Ema Gazzi Magnusson, 405, Dist. Industrial Vitória Martini, CEP: 13347-630 - Indaiatuba/SP, conforme processo nº 21000.011603/2018-44.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Clorotalonil Técnico Agrisor, registro nº 24116, no produto formulado Glider 720 SC, registro nº 0615, de acordo com processo nº 21000.036127/2017-93.

5. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Prentiss Química Ltda. - CNPJ nº 00.729.422/0001-00 - Porto Alegre/RS, Filiais: CNPJ nº 00.729.422/0006-07 - Rondonópolis/MT, a importar o produto Cobre Fersol, registro nº 78803, conforme processo nº 21000.011631/2018-61.

6. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Degesch-Magphos, registro nº 0710, para a marca comercial Magtoxin, conforme processo nº 21000.011626/2018-59.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Degesch Fumicel, registro nº 0796, para a marca comercial Fumi-Cel, conforme processo nº 21000.011624/2018-60.

8. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Degesch Fumistrip, registro nº 0696, para a marca comercial Fumi-Strip, conforme processo nº 21000.011628/2018-48.

9. De acordo com o Artigo 22§ 1º, Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração do endereço da empresa Allvet Química Industrial Ltda., do endereço Av. Tiradentes, 6736 - Gleba Cambé - CEP: 86072-000 - Londrina/PR, para o endereço Estrada dos Goulart - Saída Rod. PR 445 KM 36,5 - Distrito de Lerrovile - CEP: 86123-000 - Londrina/PR, conforme processo nº 21000.011791/2018-19.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Hero, registro nº 16812, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com o aumento de dose para o controle do alvo biológico *Euschistus heros* na cultura da soja, conforme processo nº 21000.038702/2017-92.

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Ametista, registro nº 5314, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com o aumento de dose para o controle do alvo biológico *Euschistus heros* na cultura da soja, conforme processo nº 21000.039816/2017-50.

12. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Intrepid 240 SC, registro nº 0699, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Heliothis virescens* e *Spodoptera eridania* na cultura da soja, conforme processo nº 21000.006230/2018-90.

13. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Premio, registro nº 9109, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Spodoptera frugiperda* na cultura da soja, conforme processo nº 21000.054648/2017-22.

14. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Voliam Targo, registro nº 10815, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Tetranychus urticae* na cultura do algodão, conforme processo nº 21000.007558/2018-23.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Cartap 500 Volcano, para a marca comercial Cartarys, conforme processo nº 21000.011875/2018-44.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador Helm AG - P.O. Box 10 30 60 - Hamburg - Alemanha do produto Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4697, de acordo com processo nº 21000.011845/2018-38.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do produto técnico Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4197 e seu respectivo fabricante: Helm AG - P.O. Box 10 30 60 - Hamburg - Alemanha, no produto formulado Permetrina Fersol 384 EC, registro nº 4697, de acordo com processo nº 21000.011846/2018-82.

18. De acordo com o Artigo 22, §1°, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos Registros Especiais Temporários (RET) produtos AKB-0048 registro nº 10616; NF-180, registro nº 163215; SR-9059, registro nº 107914; OD 1501, registro nº 218514; OD 1527, registro nº 218614; SKE-0794, registro nº 106316; NMB-1192, registro nº 106216; da empresa Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - sito à Avenida Queiroz Filho, 1700 - Torre E - conj. 810 - Vila Hamburguesa - CEP: 05319-000 - São Paulo/SP para a empresa Nisso Brasileira Representação Ltda. - sito à Avenida Paulista, 854 - 13º andar Cj 135 Bairro Bela Vista, CEP: 01310-913 - São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.012246/2018-31.

19. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão das culturas de batata, cenoura, café, pimentão, pimenta do reino, soja e tomate, no produto Legado, registro nº 8518, de acordo com processo nº 21000.012166/2018-86.

20. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Solus Indústria Química Ltda. - CNPJ nº 21.203.489/0001-79 - Jandaia do Sul/PR, a importar o produto Instal 800 WG, registro nº 31817, conforme processo nº 21000.012234/2018-15.

21. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto AUG 136, registro nº 39217, para a marca comercial Volna 250 EC, conforme processo nº 21000.011955/2018-08.

22. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Cimoxanil Técnico Cropchem, registro nº 9813, no produto formulado Harpon WG, registro nº 0903, de acordo com processo nº 21000.024425/2017-31.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 26 de março de 2018, em Ato nº 21, Seção 1, item 19, onde se lê: ... Indofil Industries do Brasil Ltda. - sito à Alameda Araguaia, 751, CJ 101, 102, 103 e 106, Alphaville Industrial - CEP: 06455-000 Barueri/SP, leia-se: ... Indofil Industries do Brasil Ltda. - sito à Alameda Rio Negro, 503, sala 2510, Bairro Alphaville Industrial - CEP: 06454-000 - Barueri/SP.

No DOU de 26 de julho de 2017, em Ato nº 59 Seção 1 item 25, onde se lê: ... produto técnico Cercobin Técnico, registro nº 558797, leia-se: ... Cercobin Técnico, registro nº 558798.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 675-SEI, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TVCI - TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BOA VISTA, estado de Roraima, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.034601/2017-93 e da Nota Técnica nº 2538/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 774-SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BOTUCATU, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.069602/2017-59 e da Nota Técnica nº 2875/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 775-SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO MORENA LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de FIGUEIRÃO, estado de MATO GROSSO DO SUL, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.049626/2017-91 e da Nota Técnica nº 30070/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 926-SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de Itapeva, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.077353/2017-75 e da Nota Técnica nº 3139/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.806, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e tendo em vista o disposto no itens 34 e 35 da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a autorização de coleta e de remessa de material científico pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar de 16 de fevereiro de 2018, para o projeto de pesquisa científica intitulado "Estudo epidemiológico em receptores de sangue e avaliação de doadores de sangue (REDS III) ", registrado no CNPq sob nº 01300.001961/2011-81, tendo como contraparte brasileira Ester Cerdeira Sabino, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo -FMUSP, e como contraparte estrangeira Michael Paul Busch, vinculado ao Blood Systems Research Institute, dos Estados Unidos.

Art. 2º A coleta de material e seu destino ficam vinculados à observância do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria nº 55, de 14 de março de 1990, do Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.636, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.001502/2018-41.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à CICERO ROGERIO KUNTZ, CPF nº 508.814.699-04, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 2.624, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53560.000632/2018-21.

Expede autorização à COMBATE SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 02322136000305, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 29 DE JANEIRO DE 2018

Nº 701 - Processo nº 53500.012900/2016-09.

Reconhece também a TRUCKS PROVEDORA DE COMUNICACOES E SERVICOS DE SATELITE LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ nº 27.651.180/0001-28, como representante legal da INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC, detentora do Direito de Exploração Parcial do Satélite Estrangeiro INMARSAT-3 AOR WEST, conferido por meio do Ato nº 2613, de 26/07/2016, publicado no DOU de 27/07/2016.

Nº 703 - Processo nº 53500.012900/2016-09.

Reconhece também a TRUCKS PROVEDORA DE COMUNICACOES E SERVICOS DE SATELITE LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ nº 27.651.180/0001-28, como representante legal da INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC, detentora do Direito de Exploração Parcial do Satélite Estrangeiro INMARSAT-3 AOR EAST, conferido por meio do Ato nº 2614, de 26/07/2016, publicado no DOU de 27/07/2016.

Nº 704 - Processo nº 53500.004955/2009-16.

Reconhece também a TRUCKS PROVEDORA DE COMUNICACOES E SERVICOS DE SATELITE LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, CNPJ nº 27.651.180/0001-28, como representante legal da INMARSAT SOLUTIONS (CANADA) INC, detentora do Direito de Exploração Parcial do Satélite Estrangeiro INMARSAT 4-F3, conferido por meio do Ato nº 5488, de 26/08/2010, publicado no DOU de 16/09/2010.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 7 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.471 - Processo nº 53500.007805/2018-47.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO JOSE POSSIDONIO PEIXOTO, CNPJ 02.277.931/0001-67, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pacatuba/CE.

Nº 1.475 - Processo nº 53500.007814/2018-38.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE RADIO E TELEVISAO JAGUARETE LTDA, CNPJ 04.517.987/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Itaquiraí/MS.

Nº 1.488 - Processo nº 53500.057429/2017-51.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 02/03/2018, a autorização outorgada à NSR SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EIRELI, CNPJ/MF nº 24.118.266/0001-00, por intermédio do Ato n° 9023, de 25/05/2017, publicado no DOU de 07/06/2017, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 1.492 - Processo nº 53500.007872/2018-61.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV RECORD DE BAURU LTDA, CNPJ 58.018.441/0001-09, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tarumã/SP.

Nº 1.495 - Processo nº 53500.007936/2018-24.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO ESTRELA DE IBIUNA LTDA, CNPJ 01.728.473/0001-72, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campina Verde/MG.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.499 - Processo nº 53500.007992/2018-69.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE CAMPO BELO LTDA, CNPJ 19.128.966/0001-37, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Campo Belo/MG.

Nº 1.500 - Processo nº 53500.007993/2018-11.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO SOCIEDADE PASSOS LTDA, CNPJ 23.280.159/0001-02, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Passos/MG.

Nº 1.502 - Processo nº 53500.007996/2018-47.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO DIFUSORA ELITE LTDA, CNPJ 77.027.837/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pato Branco/PR.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 9 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.557 - Processo nº 53500.008253/2018-94.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO RIO BONITO LTDA, CNPJ 37.580.404/0001-01, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Araguacema/TO.

Nº 1.572 - Processo nº 53500.008312/2018-24.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PROGRESSO DO ACRE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.388.848/0001-53, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Rio Branco/AC.

Nº 1.581 - Processo nº 53500.008398/2018-95.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à E. F. COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 03.750.566/0001-29, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pedra Preta/MT.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 12 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.608 - Processo nº 53500.001566/2018-11.

Expede autorização à METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 65.295.172/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo território nacional.

Nº 1.609 - Processo nº 53500.001566/2018-11.

Expede autorização à METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 65.295.172/0001-85, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.610 - Processo nº 53500.001566/2018-11.
Expede autorização à METODO TELECOMUNICACOES E COMERCIO LTDA, CNPJ/MF nº 65.295.172/0001-85, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

YROÁ ROBLEDO FERREIRA
Superintendente
Substituto

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.657 - Processo nº 53500.008840/2018-83.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Feliz/SP.

Nº 1.660 - Processo nº 53500.008845/2018-14.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Roque/SP.

Nº 1.661 - Processo nº 53500.008847/2018-03.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV OMEGA LTDA, CNPJ 02.131.538/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Serra Negra/SP.

Nº 1.662 - Processo nº 53500.008848/2018-40.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CASPER LIBERO, CNPJ 61.277.273/0001-72, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP.

Nº 1.688 - Processo nº 53500.008873/2018-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL EDUCACIONAL DE SERTAOZINHO , CNPJ 04.117.431/0001-93, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sertãozinho/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 29 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.431 - Processo nº 53500.006766/2018-61.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 27/02/2018, a autorização outorgada à NEURO TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/MF nº 04.581.281/0001-74, por intermédio do Ato n° 2833, de 06/05/2011, publicado no DOU de 17/05/2011, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.445 - Processo nº 53500.003969/2010-48.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 26/03/2013, a autorização outorgada à RM COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ/MF nº 82.525.528/0001-49, por intermédio do Ato n° 5226, de 13/08/2010, publicado no DOU de 20/08/2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.473, DE 30 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009824/2018-16.
Expede autorização à PRIME ROUTER COMUNICACOES MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 23.083.128/0001-61, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 3 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.593 - Processo nº 53500.009964/2018-86.
Expede autorização à EMISSON SOUSA SILVA, CNPJ/MF nº 27.019.580/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.597 - Processo nº 53500.005516/2018-11.
Expede autorização à JOSE APARECIDO DOS SANTOS - ME, CNPJ/MF nº 14.430.954/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 4 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.618 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 21/03/2018 a 25/03/2018.

Nº 2.619 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 23/03/2018 a 25/03/2018.

Nº 2.629 - Autoriza Remota Tecnologia em Comunicação Ltda, CNPJ nº 13.241.438/0001-03, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 10/04/2018 a 12/04/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

Nº 2.677 - Autoriza HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Pinhais/PR, no período de 06/04/2018 a 08/04/2018.

Nº 2.678 - Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 28/03/2018 a 01/04/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.596-SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.014940/2018-34, resolve:

Art. 1º Consignar à MS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de MACEIÓ/AL, o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 105-SEI, DE 2 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.079083/2017-37, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 1161/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 15 de dezembro de 2017, da frequência 1250 KHz, outorgada à Rádio Difusora de Guarapuava Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guarapuava, estado de Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 434-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.075708/2017-91, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 5.992/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 06 de dezembro de 2017, da frequência 1500 KHz, outorgada à Rádio Difusora Taubaté Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 443-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.002938/2018-12, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6148/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 18 de janeiro de 2018, da frequência 1160 KHz, outorgada à Rádio Itaberaí Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Itaberaí, estado de Goiás.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 483-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.003623/2018-92, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6569/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 22 de janeiro de 2018, da frequência 1080 KHz, outorgada à Rádio Clube Pontagrossense Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Ponta Grossas, estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 454-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.015470/2018-26, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO DIFUSORA DE IRECÊ AM LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Irecê-BA, utilizando o canal n.º 216 (duzentos e dezesseis), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 6265/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 521-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.074973/2017-52, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO RECANTO DAS ÁGUAS LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Costa Rica-MS, utilizando o canal n.º 290 (duzentos e noventa), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 6847/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 561-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.013913/2017-63, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 7228/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela RÁDIO MANTIQUEIRA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Niquelândia, estado de Goias, mediante utilização do canal 222 (duzentos e vinte e dois), classe B1.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 562-SEI, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.017298/2017-64, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campos dos Goytacazes-RJ, utilizando o canal n.º 252 (duzentos e cinquenta e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 7231/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 585-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 53000.062920/2011-49, invocando as razões presentes no Despacho Interno CGPO 2836624, resolve tornar público o Despacho n.º 177, datado em 10 de agosto de 2012, abaixo reproduzido:

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS
DESPACHO Nº 177 DE 10 DE AGOSTO DE 2012.

O COORDENADOR-GERAL DE ENGENHARIA DE OUTORGAS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, Art. 72, § 5°, inciso I, da Portaria n° 143, de 9 de março de 2012, e considerando o que consta no processo n° 53000.062920/2011, resolve aprovar as novas características técnicas de operação e autorizar o funcionamento em caráter provisório do SISTEMA RADIODIFUSÃO DE SERTÃOZINHO LTDA, CNPJ n° 04.408.005/0001-09, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal 220 (duzentos e vinte), classe C, em conformidade com a Nota Técnica n° 333/2012/DRMC-01-SP, em anexo.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 999-E, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0024 - UM GOSTO DE SOL-A MÚSICA DO CLUBE DA ESQUINA
Processo: 01580.083881/2015-60
Proponente: PALADINA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 18.023.882/0001-76
Valor total aprovado: de R$ 1.365.705,00 para R$ 1.031.740,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 203.454,75
Banco: 001 - agência: 525-8 conta corrente: 33223-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento de valores dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0301 - MADAME.
Processo: 01416.000879/2016-46
Proponente: CANHOTA PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 15.096.101/0001-85
Valor total aprovado: de R$ 499.969,80 para R$ 420.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 100.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 200.000,00
Banco: 001 - agência: 3100-3 conta corrente: 10072-2
Prazo de captação: até 31/12/2019.

15-0666 - RASGA CORAÇÃO.
Processo: 01580.077313/2015-20
Proponente: CASA DE CINEMA DE PORTO ALEGRE LTDA.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 94.625.829/0001-23
Valor total aprovado: de R$ 2.570.529,50 para R$ 3.157.895,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.442.000,00 para R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1249-1 conta corrente: 57566-6
Prazo de captação: até 31/12/2019.

Art. 3º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

16-0563 - De "MENINAS BALSEIRAS" para "MANAS".
Processo: 01416.001702/2016-67
Proponente: MARIOLA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 07.501.094/0001-21

Art. 4º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 66 DE 28 DE MARÇO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1. COMUNIDADE TRAVESSÃO DO CAROÁ, localizada no município Carnaíba/PE, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 019, Registro nº 2.580 fl.002 - Processo nº 01420.010067/2012-16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 237, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180312 - Dragões da Inconfidência
FELIPE MOURAO CARNEIRO ROCHA 04997504629
CNPJ/CPF: 20.755.121/0001-50
Processo: 01400002669201823
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 709.857,62
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto visa promover oficinas semanais para crianças e adolescentes carentes durante um ano, com intuito de montar apresentações cênicas urbanas baseadas nos elementos da cultura oriental chinesa tais como: danças folclóricas, música, teatro. Incluindo um espetáculo de artes cênicas que será apresentadocomo produto final do projeto. As oficinas , assim como o Espetáculo serão gravados e um vídeo documental será exibido nas redes sociais para ampliar o acesso ao público. Contribuindo para a valorização e a difusão da cultura oriental e da sua contribuição para o barroco mineiro.

180858 - Festival de Arte Bongo da Praça
RAFAEL DE ALMEIDA LEITAO
CNPJ/CPF: 310.151.868-74
Processo: 01400005444201829
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 175.740,00
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Festival de Arte Bongo da Praça" foi modelado para realizar um festival com artes cênicas e artes visuais. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através das artes cênicas e visuais de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

180820 - II Festival Gonzagão de Quadrilhas Juninas
GLEIBSON BARBOSA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 057.993.894-84
Processo: 01400005046201811
Cidade: Lucas do Rio Verde - MT;
Valor Aprovado: R$ 511.998,50
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização do II Festival Gonzagão de Quadrilhas Juninas, evento com participação de vários grupos de quadrilha.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180770 - CIRCUITO: TRIOS INSTRUMENTAIS
LUCANO CULTURA E MARKETING LTDA
CNPJ/CPF: 05.589.562/0001-36
Processo: 01400004803201821
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 586.468,80
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Circuito instrumental, com repertório regional, evidenciando o som regional com uma linguagem contemporânea.

180801 - ORQUESTRA DE IMIGRANTE | TURNÊ REGIONAL
Associação Orquestra Municipal de Imigrante
CNPJ/CPF: 09.522.603/0001-28
Processo: 01400004901201868
Cidade: Imigrante - RS;
Valor Aprovado: R$ 162.536,50
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Pretende realizar o projeto "ORQUESTRA DE IMIGRANTE | TURNÊ REGIONAL" com apresentações de música instrumental por cidades do Rio Grande do Sul, para contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais.

178768 - Sunset Rio Instrumental
CASA DE FULO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 17.168.446/0001-22
Processo: 01400033858201767
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 747.880,80
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: O Sunset Rio Instrumental é um festival Open Air de música instrumental, que acontecerá no Parque Garota de Ipanema, de 5 a 8 de julho de 2018. Os quatro dias de evento contemplam oficinas, painel de debates e shows abertos e gratuitos ao público. Durante os dias 05/07 e 06/07, a Casa de Cultura Laura Alvim receberá oficinas de música instrumental com Carlos Malta, Marcos Suzano, Cláudio Dauelsberg e Marco Lobo, além de um Painel que discute as novas cadeias produtivas do mercado musical brasileiro e internacional. O Festival contará com DJs abrindo os dois dias de show, seguidos de apresentações de bandas instrumentais do Rio de Janeiro e nacionais, tendo como pano de fundo o pôr do sol do Arpoador. O último show da noite, que conta com bandas instrumentais consagradas no Brasil e no exterior, contará com participação especial de artista renomado da MBP, com objetivo de formação de público para a música instrumental, pouco conhecida pelo grande público brasileiro.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180867 - Exposição Visões de um Futuro
Ivan Carlos Domingues
CNPJ/CPF: 963.424.201-49
Processo: 01400005462201819
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 64.385,40
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Esta proposta trata da produção e lançamento da exposição individual do artista plástico Ivaan Hansen, que contará com 25 obras, em dimensões diversas. "Visões de um Futuro" é o título da exposição do artista brasileiro, que nos apresenta abordagens acerca da sustentabilidade, a partir de representações, recortes e visões, da "cabeça do homem futurista".

180238 - Fazendas de Minas: Castelos escondidos
Alain Dhomé
CNPJ/CPF: 722.505.931-91
Processo: 01400002153201889
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 373.125,65
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Fazendas de Minas: Castelos escondidos é um livro de 180 páginas, que vai misturar cultura, arte, reportagem e história. Ele será bilíngue (português-inglês), com textos e fotos, e virá acompanhado de uma exposição fotográfica para narrar o passado e o presente das fazendas centenárias de Minas Gerais, dos séculos 18 e 19. A obra vai alertar sobre a riqueza desse patrimônio e a urgência de se preservar os tesouros que ainda permanecem erguidos. Vamos mostrar as características da arquitetura colonial, o modo de vida de uma época e o renascimento de algumas dessas propriedades. Essa viagem vai guiar o leitor ao apogeu e à queda dos ciclos do ouro e do café. A rota vai percorrer a Estrada Real e mostrar propriedades rurais que escondem tesouros do Brasil Imperial e, como castelos, guardam a riqueza de uma época efervescente da cultura, economia e do modo de vida de vilas e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

províncias. Cada fazenda é um exemplar genuíno dessa riqueza cultural e são relíquias do pensamento de uma época. O livro vai geraruma exposição fotográfica de 40 fotos no formato 40cmx30cm.

180833 - O DIA SEGUINTE
Na Boca do Lobo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.720.884/0001-60
Processo: 01400005147201883
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.989.103,00
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A exposição "O DIA SEGUINTE" terá duração de um mês e pretende mostrar - através de fotografias, animações, vídeos mappings, projeções em 3d e propostas interativas - como as cidades chegaram à situação que se encontram hoje e alertar sobre as mudanças climáticas. Ao longo da exposição, o público poderá acompanhar a evolução das cidades desde os seus primórdios, passando pelos dias atuais e finalmente atingindo duas possibilidades de cidades do futuro: A CIDADE QUE QUEREMOS E A CIDADE QUE NÃO QUEREMOS , cidades essas baseadas em dados de pesquisas e projeções da comunidade científica internacional, a partir de estudos e conclusões sobre as mudanças climáticas e suas graves consequências. A arte, sem a menor dúvida, é a maneira mais eficiente para difundir idéias e expor realidades devido a sua capacidade de penetrar e atingir a sensibilidade das pessoas.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
180863 - Eric Dias e Kauê
ERIC ANDRADE DIAS
CNPJ/CPF: 322.398.978-13
Processo: 01400005449201851
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 762.810,00
Prazo de Captação: 06/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Turnê: Eric Dias e Kauê" foi modelado para realizar aturnê musical do artista proponente. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através da música sertaneja de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

PORTARIA Nº 238, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
175928 - GALO DA MADRUGADA 2018
CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA
CNPJ/CPF: 11.451.275/0001-68
Cidade: Recife - PE;
Valor Complementado: R$ 487.200,00
Valor total atual: R$ 2.296.570,05

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
172273 - Dragão Floresta Abundante Brasília
MIRA STELLA Produção e Arte
CNPJ/CPF: 18.523.612/0001-24
Cidade: Brasília - DF;
Valor Complementado: R$ 242.626,64
Valor total atual: R$ 728.326,26

PORTARIA Nº 239, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177674 - Recitais Vespertinos
HENRIQUE WEEGE
CNPJ/CPF: 058.412.529-17
Cidade: Corupá - SC;
Prazo de Captação: 01/07/2018 à 31/12/2018

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
178191 - Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceiçao de Paty do Alferes - 1ª fase
CAJA PRODUCÕES ARTISTICAS LTDA-ME
CNPJ/CPF: 10.673.790/0001-20
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2018 à 31/12/2018

PORTARIA Nº 240 DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177067 - 17º EDICAO DO PROJETO TEATRO EM MOVIMENTO - 2018
RUBIM PRODUCOES CULTURAIS E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.823.360/0001-44
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 2.025,00
Valor total atual: R$ 2.952.448,75

175812 - 8º Festival Comédia EnCena
BARRACAO ENCENA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 85.482.776/0001-48
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 2.025,00
Valor total atual: R$ 192.699,00

177957 - A PEÇA DO CASAMENTO
QUINTAL RIO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.438.689/0001-94
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 106.966,21
Valor total atual: R$ 1.107.353,70

179697 - FAZENDO CARNAVAL - PRATICAS DE PRODUÇÃO
JCS CARNAVAL E ART LTDA EPP
CNPJ/CPF: 12.143.630/0001-02
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 166.200,00
Valor total atual: R$ 471.000,00

158439 - JUCA: o canto de simbinga
Luiz Humberto Martins Arantes
CNPJ/CPF: 726.641.696-53
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Reduzido: R$ 33.095,00
Valor total atual: R$ 47.520,00

177258 - Minotauro, do Teatro para a Vida
GK PRODUCAO ORGANIZACAO DE EVENTOS CULTURAIS E ARTISTICOS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 23.254.271/0001-79
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 216.541,20
Valor total atual: R$ 723.492,88

179294 - Plano Anual de Atividades 2018
Instituto Circênico de Promoção Cultural e Artística
CNPJ/CPF: 08.719.580/0001-83
Cidade: Jaú - SP;
Valor Reduzido: R$ 4.515,00
Valor total atual: R$ 588.936,60

178676 - Plano Anual de Atividades Gente Amiga 2018
ASSOCIACAO BENEFICIENTE EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GENTE AMIGA
CNPJ/CPF: 07.004.037/0001-37
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 816,00
Valor total atual: R$ 301.892,80

178479 - Turnê Brasileira de Ballet
INTERLUDIO EVENTOS E SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 02.942.976/0001-09
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 356.845,00
Valor total atual: R$ 1.083.324,00

177260 - Vesná - Cultura Ucraniana em Movimento
ASSOCIAÇÃO VESNÁ
CNPJ/CPF: 08.812.564/0001-30
Cidade: Roncador - PR;
Valor Reduzido: R$ 7.080,00
Valor total atual: R$ 629.874,56

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
177886 - XVIII Prêmio BDMG INSTRUMENTAL
INSTITUTO CULTURAL BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE M GERAIS
CNPJ/CPF: 25.462.177/0001-30
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 9.310,20
Valor total atual: R$ 433.908,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
179703 - Exposição História das Copas
ISL Produções e Eventos LTDA ME
CNPJ/CPF: 14.428.330/0001-97
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 8.280,00
Valor total atual: R$ 725.314,20

171419 - Fotografia em Movimento
TUVA EDITORIAL LTDA
CNPJ/CPF: 12.826.422/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 127.183,06
Valor total atual: R$ 849.128,03

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
160849 - IX Festival Cultural Nacional da Arte Capoeira
LUIS PAULO PERSEKE
CNPJ/CPF: 021.214.219-47
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 2.120,00
Valor total atual: R$ 265.840,00

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
177481 - EVOLUIR MAIS LEITURA
INSTITUTO EVOLUIR
CNPJ/CPF: 08.025.968/0001-84
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Reduzido: R$ 99.971,60
Valor total atual: R$ 471.718,00

180435 - Fórum do Amanhã
CREATIF EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.332.857/0001-25
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 174.003,35
Valor total atual: R$ 1.041.259,50

PORTARIA Nº 241, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172273 - Dragão Floresta Abundante Brasília, publicado na portaria nº 0575/17 de 20/09/2017, no D.O.U. em 21/09/2017, para Dragão Floresta Abundante .

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 172273 - Dragão Floresta Abundante Brasília, publicado na portaria nº 0575/17 de 20/09/2017, publicada no D.O.U. em 21/09/2017.

Onde se lê: Dragão Floresta Abundante é uma exposição multimídia de Christus Nóbrega, compreendendo os trabalhos realizados durante residência artística promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Central Academy of Fine Arts - CAFA, em Pequim, 2015. As obras que pertencem à mostra consistem de oito séries que transitam entre as linguagens de fotografia, performance e desenhos feitos com GPS. Será produzido ainda um catálogo-livro da exposição.

Leia-se: Dragão Floresta Abundante é uma exposição multimídia de Christus Nóbrega, compreendendo os trabalhos realizados durante residência artística promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, em parceria com a Central Academy of Fine Arts - CAFA, em Pequim, 2015. As obras que pertencem à mostra consistem de oito séries que transitam entre as linguagens de fotografia, performance e desenhos feitos com GPS. Será produzido ainda um catálogo-livro da exposição. A exposição será realizada no Centro Cultural Banco do Brasil - Brasília, Centro Cultural Banco do Brasil - Belo Horizonte e como parte intergrante da programação da edição comemorativa dos 25 anos da Bienal de Curitiba, realizada no Museu Oscar Niemeyer.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 242, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passam a ser aprovado(s), no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Art. 5º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo IV.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
04-1581	Ginga Mundo	Projeto Mandinga Associação Integrada de Educação, Artes e Esportes.	06.337.320/0001-18	O projeto "Ginga Mundo", visa realizar na Bahia, um encontro internacional de capoeirista, estudiosos e mestres, reafirmando a posição da Bahia de principal centro de referência da capoeira, através de: Workshops, com as manifestações base da cultura da capoeira, como N'golo e Bassúla (Angola), Punga (Maranhão), Mani (Cuba), Iadja (Martinica) e Mouring (Madagascar); Oficinas de Capoeira, de Instrumentos e de Dança, além de Exposições de Instrumentos, Vestuários, Livros, CDs, Projeções de Áudios entre outros. Duração entre junho e outubro/2004, com todo o evento aberto ao público.	807.697,00	161.540,00
04-3993	Oficinas de Criação Musical do Grupo Uakti	Uakti Oficina Instrumental Ltda	24.042.061/0001-80	Realização de 10 oficinas e shows em 10 cidades em vários locais do Brasil. Estas oficinas visa difundir a musica do grupo, seus ritmos e melodia, visa também um público específico de educadores e técnicos que poderão utilizar todo o aparato de técnicas educacionais pelo Uakti.	285.671,95	285.671,95
05-9037	Sementes da Mudança	FUNDAÇÃO EDUCAR DPASCHOAL DE BENEMERENCIA E PRESERVAÇÃO DA CULTURA E MEIO AMBIENTE	59.013.433/0001-24	A coleção Sementes da Mudança visa à edição de 6 títulos infanto-juvenis. Nesta coleção serão recontados contos populares de diversos países reforçando os valores Universais. Cada texto será de um autor e ilustrador diferentes, a ilustração será baseada na característica de cada país que originou a história.	221.608,93	221.608,93
06-9662	Jazz Festival 2007 - Aracaju	SOLTZ PRODUCAO E ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME	07.680.958/0001-10	Realizar o Jazz Festival em Aracaju/SE, com a presença das bandas New Orleans Blue Stompers - Barcelona/Espanha, Ensemble Jazz Gitano - Montevideo/Uruguai, Antígua Jazz Band - Buenos Aires/Argentina, Passadina Roof Orchestra - EUA, Duke Elinghton Orchestra - Londres/Inglaterra, Judy Carmichael e Banda - Nova York/EUA.	511.799,70	100.000,00
06-9861	Doble	Maria Luiza Gonçalves de Barros	565.936.355-53	Registrar em CD o trabalho do Doble, incentivar a produção de música instrumental na Bahia que possui tão poucas alternativas no mercado fonográfico local, divulgar o trabalho desses dois jovens talentos da música baiana.	72.484,99	72.484,99
07-8561	Tom Jobim - Maestro Brasileiro	CLUBE DO CHORO DE BRASILIA	00.507.103/0001-42	O projeto Tom Jobim - Maestro Brasileiro, realização de 120 espetáculos (três por semana), na cidade de Brasília, com apresentações no Clube do Choro de Brasília, com 40 solistas e/ ou grupos musicais de todo o País. Tiragem 28800 ingressos.	1.296.740,00	980.784,00
07-10108	Paixão de Cristo de Nova Jerusalém 2008	Sociedade Teatral de Fazenda Nova	11.472.198/0001-22	Realização do espetáculo Paixão de Cristo. A encenação acontecerá na cidade-teatro de Nova Jerusalém, no período de 15 a 22 de março de 2008, onde serão realizadas 16 apresentações, com duração de duas horas e meia.	1.758.850,00	582.800,00
07-12086	Mercado Cultural VIII	Instituto Cultural Casa Via Magia	01.333.518/0001-00	Realizar a Feira de Arte e Oportunidades, com conferências, workshops, reunindo artistas, produtores, diretores e empresários, potenciais compradores da arte brasileira, para discussão, exposição de produtos culturais e realização de negócios.	1.773.331,36	400.000,00
09-0645	Mostra Estudantil de Teatro, Cinema e Música.	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	61.600.839/0001-55	O projeto Mostra Estudantil de Teatro, Cinema e Música tem por objetivo geral a realização de diversas ações culturais, abrangendo apresentação de artes cênicas, mostra de cinema e apresentação de música erudita/instrumental, durante a Feira do Estudante, evento do calendário oficial da cidade de São Paulo, a qual acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de abril de 2009 no Pavilhão da Bienal do Parque do Ibirapuera.	741.323,73	300.000,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
96-2105	Sax Brasileiro	Evoé Produções Artísticas Ltda	01.182.486/0001-99	Pesquisa sobre a obra dos primeiros grandes compositores populares brasileiros, seleção de algumas composições importantes. Arranjo para quarteto de saxofones e gravação de um CD.	137.747,30	80.279,73
03-0402	Jornada Nacional de Literatura (10ª)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	92.034.321/0001-25	Reunir professores e alunos das escolas da região de Passo Fundo, dos estados do Rio Grande do Sul, apresentando seminários, mesas redondas, conferências, mostras de arte, filmes, fotografias, shows e distribuição gratuita de livros. De 26 a 30 de agosto de 2003.	1.400.000,00	300.000,00
03-6204	Planeta Terra, Planeta Visível	JP Trinity Projetos Culturais e Intermediações de Negócios Ltda	151.233.898-22	Planeta Terra é um projeto integrado que congrega ações nas áreas cultural, social e ambiental. O livro mostrará, através de uma visão artística, todo o esplendor de nossa natureza: os ecossistemas, a fauna, a flora, os rios, lagos, mares e oceanos, as matas e florestas. Pretende também integrar uma vasta gama de imagens, incluindo fotografias aéreas, panorâmicas, aquáticas e outras, que ilustrarão todos os aspectos abordados no livro. Por fim, o projeto contará com um evento de lançamento, no qual serão expostas as fotografias do livro. Tiragem: 5.000 exemplares.	285.248,70	277.500,00
04-0154	Amor em Tempos de Guerra	People's Palace Projects do Brasil	05.465.506/0001-90	O projeto Amor em Tempos de Guerra, sob a direção de Paul Heritage, engloba leituras encenadas de três das mais importantes peças de Shakespear: Medida por Medida, Antônio e Cleópatra e Tróilus e Créssida. Todas as peças encerrarão suas temporadas com a realização de um debate com o diretor, o elenco e um convidado.	360.140,97	240.000,00
04-4350	Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga - 2005	VIA COMUNICAÇÃO LTDA - EPP	01.050.505/0001-23	Realizar a sexta edição do festival de Jazz e Blues de Guaramiranga, evento que já virou tradição no Ceará. Será realizado no período de 05 a 13 de fevereiro de 2005. Terá um estilo musical de jazz, blues e música instrumental.	823.920,00	293.000,00
05-0519	Gafieiras, orquestras populares brasileiras	Fulô Projetos de Cultura Ltda	06.037.757/0001-36	Trata-se da realização de cinco espetáculos musicais que resgatarão o universo e os arranjos de importantes maestros para a história da música brasileira, como Lyrio Panicalli, Cipó Carioca e Severino Araújo. Participam diversos artistas anônimos. Será realizado no Rio de Janeiro, num grade salão de baile, em local de fácil acesso preferencialmente no centro, ás sextas e sábados 19 horas. Ingressos a preços populares, com promoções de ingressos gratuitos para escolas e/ou universidades públicas e entidades do Terceiro Setor.	543.515,00	100.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

05-3825	Sesmaria da poesia - Osório/RS	Dorval Delgado Dias	168.490.270-34	A Sesmaria da poesia fará a integração da música instrumental e da poesia, sendo dividida em três fases: A Sesmaria da poesia gaúcha, 10ª quadra da poesia estudantil e 8ª Quadra da poesia estudantil. Inseridas no contexto das festividades da semana Farroupilha, envolvendo a comunidade local e visitantes em ações de cunho social, cultural e histórica como forma de reviver fatos tradicionalistas importantes. Além de proporcionar a cultura a todos os participantes, proporcionará aos prestadores de serviços e seus contratados ganhos reais nas suas atividades.	207.988,00	50.000,00
06-3931	Orquestra de Violinos Cartola Petrobras	Museu do Samba	04.248.634/0001-19	O projeto Orquestra de Violinos prevê a expansão do universo musical dos alunos, em especial a formação de violinistas.	247.440,00	198.000,00
06-3933	Arte de Portas Abertas 2007	Chave Mestra - Associação dos Artistas Visuais de Santa Teresa	06.170.543/0001-33	Criar novos espaços para exposição de artes visuais através do convite à visitação ao circuito e à ocupação dos espaços de Santa Teresa, espaços estes que, pela demanda de público criada no Arte de Portas Abertas, tem gerado novas possibilidades de programação cultural.	681.723,90	225.980,00
07-3120	Coleção Nossa Literatura Clássica	Komedi Editora e Comércio Ltda EPP	71.743.611/0001-78	Realizar a edição de seis títulos clássicos de nossa literatura, incluindo um autor português e cinco brasileiros como Aluísio de Azevedo, Eça de Queirós, Machado de Assis, Raul Pompéia, e Manuel Antonio de Almeida. Tiragem de 10.000 exemplares de cada título para doar grande parte para bibliotecas de escola públicas.	414.467,90	413.000,00
07-5584	Projeto Arte de Viver - IV Concurso Nacional de Arte	RV Mais Promoção e Eventos Ltda	07.713.172/0001-51	Concurso que selecionará pinturas e produções literárias para duas publicações distintas. Os trabalhos serão realizados por pacientes transplantados e de psiquiatria e no lançamento dos livros haverá uma exposição. Toda distribuição será gratuita.	435.182,00	435.182,00
08-1363	Paralela	V. R. PRATA PRODUCOES LTDA	03.478.507/0001-43	Produção e apresentação de exposição em São Paulo, reunindo o melhor da produção recente de artistas contemporâneos brasileiros. A mostra ocorrerá em concomitância com a 28ª Bienal de São Paulo. Está prevista ainda a edição de um catálogo bilíngue. Período de execução: 01/06/08 a 15/12/08.	1.166.975,00	434.000,00
08-2015	Alfredo Volpi, Amilcar de Castro e Sérgio Camargo	Instituto de Arte Contemporânea	03.416.389/0001-49	Realizar duas exposições simultâneas com obras dos artistas Alfredo Volpi, Amilcar de Castro e Sérgio Camargo, no Instituto de Arte Contemporânea, em São Paulo.	647.570,00	405.000,00
09-3177	A Bela Adormecida por Lasanha e Ravioli - Turnê	BB PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	10.380.010/0001-53	O projeto prevê apresentar, através do espetáculo infantil A Bela Adormecida por Lasanha e Ravioli, o trabalho da Cia. Ana Barroso e Monica Biel, que está comemorando 20 anos dedicados ao teatro para a infância e Juventude. O objetivo desta turnê, em 10 cidades brasileiras, é mostrar um trabalho de reconhecida qualidade para crianças com pouco acesso ao teatro, além de democratizar este acesso através de ingressos gratuitos e preços populares. Após as sessões serão realizados debates com o público.	243.350,00	194.238,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
04-6847	9 de Fevereiro	Central do Brasil Cultura e Meio Ambiente Ltda.	03.611.199/0001-82	Divulgar o frevo pernambucano, através de um espetáculo de dança, nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, a partir do mês de março de 2005. O projeto tem como principal linha de abordagem o frevo de rua, sua modalidade orquestrada e deverá ser apresentado em todas as capitais brasileiras.	652.345,00	549.700,00
10-0643	Circuito de Música Erudita Praça da Liberdade	Celso Cícero da Silva	500.793.526-34	Divulgar a arte da música instrumental erudita com a participação de vários grupos de Minas e alunos de escolas de música de Belo Horizonte, levando ao conhecimento do público de baixa renda a arte da música erudita, instrumental barroca, divulgando-a e engrandecendo a nossa cultura. A música barroca mineira desde a época colonial vem se destacando pela sua qualidade, revelando novos talentos e compositores, tanto no que se refere as orquestras, maestros, corais e grupos de câmera.	225.790,00	225.790,00

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
00-3888	Arte e Paisagem- Roberto Burle Marx	José Waldemar Tabacow	051.659.207-63	Reedição do livro 'Arte & Paisagem'. No livro proposto, a revelação do pensamento de Roberto Burle Marx segue um modelo voltado para facilitar a percepção das idéias, filosofia e intenções contidas nos textos de suas conferências. Os conceitos expostos são agora ilustrados por fotografias de projetos executados. do Síto Roberto Burle Marx e de ecossistemas naturais brasileiros. As legendas das ilustrações, sob a forma de texto suplementar, explicam a aplicação do conceito, naquele caso particular, mas incluem também generalizações, fatores históricos e informações adicionais. O público terá acesso a informações preciosas para a compreensão do conjunto da obra de Burle Marx, Tiragem: 5.000 exemplares	135.096,50	30.000,00	30.000,00
02-1407	Temporada Chorus de Música e Erudita	Tânia Silvie Castilho Silveira	017.538.698-62	Realizar 04 concertos, com entrada franca, do coral "Chorus", nas cidades de Londrina, Maringá, Curitiba e Cascavel, em comemoração aos 10 anos de atividade do grupo.	13.985,64	13.100,07	13.100,07
05-0467	Cozinha do tempo (A)	AVE PROMOCAO E PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME	05.908.755/0001-02	O objetivo do projeto e editar 2.000 (dois mil) exemplares do livro-obra Cozinha do Tempo, que documentará a obra do artista e cidadão Bené Fonteles, desde os anos 70 até 2000, realçando seu importante papel na arte brasileira, não só pela contribuição estética e conceitual, mas também pelas ações de cidadania cultural para a criação de uma consciência humanística e ecológica do país.	196.891,20	196.891,20	196.891,20
05-0909	Coxilha Nativista de Cruz Alta (25ª) e 11ª Coxilha Piá	Valter Fernando da Silva Carneiro	416.542.500-15	Com a realização da 25ª Coxilha Nativista e 11ª Coxilha Piá de Cruz Alta. Incentivar as comunidades do Estado o gosto pela cultura gaúcha, e valorizar ainda mais a nossa música.	275.275,00	15.000,00	15.000,00
05-6279	O Templo	Associação Beneficente Cultural Religiosa Centro Judaico do Brooklin	04.180.343/0001-36	O objetivo do projeto é realizar uma exposição com as réplicas das peças que faziam parte do Grande Templo construído pelo Rei Salomão, em Jerusalém (961 A.C.). Serão apresentadas duas palestras, onde serão abordados temas como: a importância cultural para a humanidade. A data da exposição será definida após a liberação das peças em Israel.	445.035,80	120.052,00	120.052,00
06-6748	Música Instrumental em Santa Catarina - Guinha Ramires e Convidados	Jurere Jazz Ltda	05.697.619/0001-10	Realização de 11 concertos musicais em Santa Catarina, com a participação do músico Guinha Ramires, com apresentação na capital e mais dez cidades do interior do Estado e gravação de DVD e CD ao vivo. As apresentações serão acompanhadas pela Banda Dr. Cipó.	318.427,20	247.298,88	247.298,88
06-7788	CD Siba e Roberto Corrêa	Mata Norte Produções e Eventos Ltda.	07.413.733/0001-05	O projeto tem por objetivo realizar ensaios, gravação e prensagem do CD dos músicos Siba e Roberto Corrêa com os instrumentos rabeca, viola de cocho e viola de dez cordas.	96.052,00	96.052,00	1.762,93
07-4472	De Olho nas Culturas do Algodão - Etapa I	Mirrage Produtora e Editora Fonográfica LTDA	06.117.545/0001-69	Mostra nacional itinerante de música instrumental e de dança, que contarão a história do algodão - do rural até a roupa pronta - ilustrando todos os processos que misturam diferentes culturas populares, que surgiram nos centros rurais e urbanos do país.	809.647,32	752.950,95	752.950,95
07-10101	Ágora Teatro	AGORA - CENTRO PARA DESENVOLVIMENTO TEATRAL	03.643.965/0001-90	Realizar o plano anual de atividades da Ágora - Centro para Desenvolvimento Teatral, com seminários e montagens de peças teatrais.	597.870,00	450.000,00	4.020,47
08-0992	Literatura de Periferia - Brasil	Aeroplano Editora e Consultoria Ltda	02.433.467/0001-50	Editar o livro intitulado "Literatura de Periferia - Brasil", que visa contar os movimentos culturais das favelas e periferias das grandes cidades.	327.327,00	286.000,00	285.968,21
09-6284	8a Festa Literária Internacional de Paraty	Associação Casa Azul	05.241.493/0001-75	O presente projeto pretende realizar a 8a. Festa Literária Internacional de Paraty - FLIP 2010 que consiste em um grande encontro literário entre público e autores nacionais e internacionais com a proposta de incentivar a leitura e a criação literária. O objetivo deste projeto é a difusão da cultura e a defesa e preservação do patrimônio cultural material e imaterial, divulgando a rica herança literária do Brasil.	4.386.188,20	2.260.000,00	34.681,79

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 116/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso SILVIO CARLOS FONSECA MOURÃO (CIR: 161P2001000240) e pela Capitã de Cabotagem GISELE DA SILVA MANGIFESTE (CIR: 381P2002006463), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV AQUARIUS	443E000751	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 117/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem JAYME DE MOURA MACHADO FILHO (CIR: 381P2001370666), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV VOLANS	4430489777	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 259, datada de 5 de setembro de 2017, publicada no DOU de 8 de setembro de 2017.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 118/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JOSÉ GRYZINSKI FILHO (CIR: 381P2007004520), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
STARNAV ANDROMEDA	4430486387	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 333, datada de 16 de novembro de 2017, publicada no DOU de 21 de novembro de 2017.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 119/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ANTÔNIO CESAR FERREIRA DE SOUZA (CIR: 381P2001295788) e pelo Capitão de Longo Curso LUIZ CLAUDIO TEIXEIRA PALHOTA (CIR: 801P2012002788), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
WILDEBEEST	443E000760	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 116, datada de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 26 de abril de 2016.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 120/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso GILMAR SILVA DE LIMA (CIR: 381P2001241971) e pelo Capitão de Longo Curso LUIZ ALVES FERREIRA NETO (CIR: 381P2001305856), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO PARINTINS	3813909875	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 121/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso MARCUS VINICIUS GUERRA (CIR: 381P2005003892) e pelo Capitão de Longo Curso ROBERTO FONSECA DE ARAÚJO (CIR: 021P2001168865), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
PSV MANDRIÃO	381E009696	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 122/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem

WEBERTH GOMES DE MORAIS (CIR: 021P2001213275) e pelo Capitão de Longo Curso LUIZ GONZAGA CAMPOS (CIR: 401P2006000354), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
PSV PRION	3813891585	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 416, datada de 20 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 21 de dezembro de 2016.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 123/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem GUY NOEL MBOUNDOU (CIR: 381P2002007774), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
PSV BATUIRA	3813886140	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º O comandante da embarcação dispensada deverá observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 276, datada de 26 de setembro de 2017, publicada no DOU de 28 de setembro de 2017.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 125/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 20-8, datada de 27 de março de 2018 da Capitania dos Portos da Amazônia Oriental e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por terem sido aprovados no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Fazendinha (AP) x Itacoatiara (AM) - ZP-01, os Praticantes de Prático:

a) MAURO MURAD JÚNIOR (com restrições);

b) MARCELLUS LACERDA DE CARVALHO (com restrições);

c) FILIPE GONÇALVES DA CRUZ (com restrições);

d) RODOLFO DE OLIVEIRA CARNEIRO BRAGA (com restrições); e

e) MÁRCIO DO PRADO BELTRAMINI (com restrições).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 126/DPC, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar a Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 109, de 20 de março de 2018, da Capitania dos Portos do Paraná e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por terem sido aprovados no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Paranaguá e Antonina (PR) - ZP-17, os Praticantes de Prático:

a) EDUARDO DE SOUZA CRUZ; e

b) RAFAEL DANILO ROCHA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 127/DPC, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Credencia a Empresa Maersk Training do Brasil Treinamentos Marítimos LTDA para ministrar curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8o, da Lei no 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Credenciar a Empresa MAERSK Training do Brasil Treinamentos Marítimos LTDA, CNPJ 14.425.876/0001-94, no município de Rio de Janeiro/RJ, para ministrar o Curso Especial de Cuidados Médicos (ESCM) do EPM, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM).

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela MAERSK as recomendações e prescrições da NORMAM-30/DPC. Para aplicação de cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no item 1.13.2 da referida norma, com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos, e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Art. 3º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a MAERSK deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a MAERSK a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a MAERSK à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da MAERSK.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta portaria, podendo ser renovado por igual período.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 128/DPC, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Renova o credenciamento da Empresa Petrobras Transporte S/A - TRANSPETRO para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, de 3 de junho de 2004, do Comandante da Marinha e de acordo com o contido no Art. 8o, da Lei no 7.573, de 23 de dezembro de 1986, combinado com os artigos 1.6, 1.12 e 1.13 das Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (NORMAM-30/DPC), resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A- TRANSPETRO CNPJ 02.709.449/0104-64, no município de Rio de Janeiro/RJ, para ministrar os cursos a seguir relacionados, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se do curso Extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (Extra-FDEPM):

- Curso Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL);
- Curso Especial Básico de Navios-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ);
- Curso Especial de Segurança em Operações de carga em Navios-Tanque Petroleiro (ESOP);
- Curso Especial de Segurança em Operações de carga em Navios-Tanque Petroleiro para Gás liquefeito (ESOG); e
- Curso Especial de Gerenciamento de Passadiço para Oficiais (EGPO).

Parágrafo Único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º O credenciamento de que trata o Art. 1º autoriza a execução de cursos, disciplinados pela NORMAM-30/DPC, exclusivamente para os empregados da PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, vedada a realização de cursos para terceiros que não tenham vínculo empregatício com essa empresa.

Art. 3º Deverão ser observadas pela TRANSPETRO as recomendações e prescrições da NORMAM-30/DPC. Para aplicação de cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no item 1.13.2 da referida norma, com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos, e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, Extra-PREPOM ou Extra-FDEPM.

Art. 4º A realização de qualquer curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo Único - Ao término de cada curso autorizado, a TRANSPETRO deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 5º Obriga-se a TRANSPETRO a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo Único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinação emanada da DPC sujeitará a TRANSPETRO à pena de advertência, observado o devido processo legal. Três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da TRANSPETRO.

Art. 6º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta portaria, podendo ser renovado por igual período.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação em DOU.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2018.
WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 318, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, considerando o disposto na Portaria nº 17, de 7 de fevereiro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada à Secretária-Executiva do Ministério da Educação - SE-MEC a competência para autorização de que trata o § 2º do art. 1º da Portaria MPDG nº 17, de 2018, no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Fica subdelegada aos dirigentes máximos das entidades autárquicas e fundacionais vinculadas ao MEC a competência para autorização disposta no § 2º do art. 1º da Portaria MPDG nº 17, de 2018, vedada a subdelegação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 319, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 108/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201701397.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Ciências da Saúde IGESP, a ser instalada na rua da Consolação, nº 1025 - de 1101 a 2459 - lado ímpar, Bairro Consolação, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela IGESP Educação e Saúde Ltda. (CNPJ 25.046.750/0001-25).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 320, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 60/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201601772.

Art. 2º Fica credenciada a FACULDADE IMESP MONITOR - IMESP, a ser instalada na Av. Rangel Pestana, Nº 1105, bairro Brás, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pelo Instituto Monitor LTDA - EPP (CNPJ 60.943.974/0001-30).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 321, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a avaliação da pós-graduação stricto sensu.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e considerando a necessidade de atualizar a regulamentação do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, no que se refere ao processo regular de avaliação dos programas da pós-graduação stricto sensu, assim como os requisitos para a validade nacional dos respectivos diplomas, resolve:

Art. 1º O desempenho dos programas de pós-graduação stricto sensu será avaliado em termos do padrão mínimo exigível para seu pleno funcionamento, para a validade do ensino ministrado e do diploma registrado.

§ 1º A qualidade atribuída mediante processo de avaliação fundamentará a aprovação ou a não aprovação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível superior - CAPES, dos programas de pós-graduação stricto sensu.

§ 2º Os programas avaliados pela CAPES estarão sujeitos ao reconhecimento pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CES-CNE, e à homologação do Ministro de Estado da Educação, o que os caracterizará como programas regulares.

Art. 2º Os programas regulares que estiverem em funcionamento serão avaliados periodicamente pela CAPES.

Parágrafo único. O resultado e os relatórios da avaliação periódica serão disponibilizados à CES-CNE e ao Ministro de Estado da Educação, conforme disposto no § 2º do art. 1º.

Art. 3º A avaliação de cursos novos e a avaliação periódica de programas regulares serão realizadas segundo critérios e indicadores estabelecidos e aferidos pela CAPES.

Art. 4º As avaliações dos programas regulares e de cursos novos serão realizadas por comissões constituídas pela CAPES, compostas por especialistas de reconhecida competência.

Art. 5º Os diplomas de mestrado e doutorado expedidos por programas regulares terão validade nacional e estão aptos à produção dos seus efeitos legais.

Art. 6º Considerar-se-ão válidos nacionalmente os títulos expedidos aos discentes regularmente matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu que tenham solicitado sua desativação ou aqueles programas desativados após avaliação periódica.

Art. 7º A CAPES expedirá normas complementares relacionadas a critérios, procedimentos, periodicidade e outros aspectos relacionados à operacionalização das avaliações de que trata esta Portaria.

Art. 8º Ficam revogadas as Portarias MEC nº 2.264, de 19 de dezembro de 1997, e nº 1.418, de 23 de dezembro de 1998.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 327, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a Política de Gestão de Bolsas do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, e tendo em vista a necessidade de disciplinar o processo de gestão de bolsas no âmbito do Ministério da Educação - MEC, resolve:

Art. 1º É instituída a Política de Gestão de Bolsas no âmbito do MEC, na forma do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica ao MEC e às seguintes entidades:

I - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

II - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES; e

III - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Art. 2º As entidades vinculadas mencionadas no art. 1º deverão observar as disposições contidas na Política ora instituída, por ocasião da elaboração ou atualização de suas políticas e programas, normativos, sistemas, manuais operacionais, códigos de conduta e outros instrumentos que regulem a concessão e pagamento de bolsas no âmbito deste Ministério.

§ 1º A Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação - AECI-MEC prestará apoio e orientação técnica às Unidades Administrativas deste Ministério visando o cumprimento da determinação contida no caput.

§ 2º As Auditorias Internas das entidades vinculadas prestarão apoio e orientação técnica às suas respectivas Unidades Administrativas visando o cumprimento da determinação contida no caput.

Art. 3º Em face da complexidade, abrangência e capilaridade das políticas públicas e programas sob responsabilidade do MEC, a Política se aplicará somente aos processos autuados a partir da data de sua vigência que envolvam a previsão de pagamento de bolsas a seus participantes ou beneficiários.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

POLÍTICA DE GESTÃO DE BOLSAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, CONCEITOS E ABRANGÊNCIA

Art. 1º A Política de Gestão de Bolsas do Ministério da Educação - MEC se constitui na declaração das intenções e diretrizes gerais relacionadas ao planejamento, à concepção, à formalização, à concessão e ao pagamento de bolsas vinculadas à consecução dos planos, metas, estratégias, ações, objetivos, programas, projetos e atividades relacionadas às políticas públicas educacionais no âmbito do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º As disposições desta Política deverão ser observadas na elaboração de programas e ações educacionais que prevejam a concessão de bolsas, assim como por todos os órgãos e entidades responsáveis pela gestão de bolsas custeadas com recursos de ações orçamentárias do MEC e entidades vinculadas.

Art. 3º Para os efeitos desta Política, considera-se:

I - bolsa: doação condicional a pessoa física, de caráter temporário, sob a forma de pecúnia ou benefício, com o objetivo de fomentar as políticas públicas educacionais;

II - tipologia: classificação das bolsas conforme suas características e finalidades:

a) formação: incentivo às formações acadêmica e profissional, atualização e capacitação de docentes, pesquisa e extensão. Essa tipologia se divide em dois subtipos:

i. formadores: a concessão da bolsa é condicionada à prestação de um serviço de formação;

ii. formandos: a concessão da bolsa se dirige àqueles que receberão a formação;

b) permanência: incentivo concedido visando a permanência do beneficiário nas atividades do programa ou política pública;

c) apoio: incentivo ao desenvolvimento das ações de política, programa ou ação educacional, em âmbito estadual, regional, municipal, local ou institucional;

III - bolsista: pessoa física beneficiária de bolsas no âmbito dos programas e políticas de responsabilidade do MEC e de entidades vinculadas;

IV - adesão: concordância com as normas e compromisso com o desenvolvimento das ações do programa ou política pública;

V - inscrição: manifestação de interesse do candidato em participar de políticas e programas do MEC e de entidades vinculadas que envolvem a concessão de bolsa;

VI - seleção: processo de escolha dos candidatos à concessão da bolsa;

VII - concessão: outorga de bolsa a pessoa física habilitada no âmbito das políticas e programas do MEC e de entidades vinculadas;

VIII - implementação: validação, ativação e vinculação de cadastro de beneficiário de políticas e programas em sistemas de gestão de bolsas do MEC e de entidades vinculadas; e

IX - renovação: prorrogação de vigência da bolsa.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4º A gestão de bolsas no âmbito do MEC observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, e ainda ao seguinte:

I - transparência dos processos de seleção, concessão e pagamento dos bolsistas; e

II - alinhamento com as necessidades de execução das políticas públicas educacionais;

Art. 5º A gestão de bolsas no âmbito do MEC deverá observar os seguintes requisitos:

I - estar integrada aos processos de planejamento das políticas públicas educacionais;

II - ser sistemática e estruturada; e

III - ser dinâmica, interativa e transparente.

Art. 6º São objetivos da política de gestão de bolsas:

I - assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis, tenham acesso tempestivo a informações confiáveis quanto à concessão e ao pagamento das bolsas e seu reflexo nos resultados dos planos, das metas, das estratégias, das ações, dos objetivos, dos programas, dos projetos e das atividades relacionadas às políticas públicas sob responsabilidade do MEC;

II - contribuir para a otimização dos recursos destinados ao pagamento de bolsas;

III - fornecer instrumentos que auxiliem o alcance dos objetivos e metas das políticas e programas educacionais; e

IV - padronizar os requisitos e procedimentos para gestão de bolsas no âmbito do MEC e suas entidades vinculadas.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art 7º O processo de formulação de programas e políticas públicas educacionais que preveja bolsas deverá considerar, objetivamente, os riscos e benefícios a eles associados por meio da elaboração de estudos técnicos prévios que subsidiarão a decisão acerca da concessão de bolsas.

Parágrafo único. Os estudos técnicos deverão demonstrar:

I - a necessidade de bolsa para consecução dos objetivos e metas estabelecidos;

II - a inexistência de outras alternativas de fomento à participação do público-alvo das bolsas;

III - a inexistência de outros programas ou ações educacionais de finalidade, público-alvo e área de abrangência semelhantes;

IV - a clara definição das tipologias, valores e beneficiários das bolsas;

V - as hipóteses de acumulação de bolsas, ressalvadas as vedações expressamente dispostas na legislação vigente;

VI - análise de risco da ocorrência de impactos negativos da concessão de novas bolsas sobre outros programas e políticas educacionais existentes; e

VII - a estimativa de custo do programa e ação orçamentária que custeará as bolsas a serem pagas.

Art. 8º Os programas e políticas educacionais que prevejam a concessão de bolsas deverão conter:

I - definição de valores com base em critérios objetivos para bolsas concedidas em forma de pecúnia;

II - classificação das bolsas previstas nas tipologias definidas no inciso II do art. 3º desta Política;

III - possibilidade de acumulação com outras bolsas, observada a legislação pertinente;

IV - procedimentos de monitoramento das atividades desenvolvidas pelos bolsistas, associadas a metas e aos objetivos do respectivo programa ou política pública; e

V - atribuição de competências e responsabilidades específicas para os agentes envolvidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 9º Além das situações previstas em lei, a acumulação de bolsas pelos beneficiários deve ser considerada situação excepcional, somente admissível quando imprescindível para o atingimento das metas e objetivos do programa ou ação governamental, sem prejuízo dos demais.

Art. 10. A gestão das bolsas será realizada por meio de plataforma que permita o compartilhamento de dados entre o MEC e entidades vinculadas, para a realização de pesquisas, cruzamento de informações, produção de indicadores e avaliações necessárias ao aperfeiçoamento da gestão de bolsas.

Parágrafo único. O compartilhamento de dados de que trata o caput se dará por meio de disponibilização de base de dados das entidades vinculadas para acesso pelo MEC com frequência mensal.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 11. Os agentes públicos, em todos os níveis e unidades, no âmbito de suas respectivas competências, são responsáveis pela boa gestão das bolsas concedidas, assim como pela estrita observância ao disposto nos art. 4º a 6º desta Política.

Art. 12. Compete aos dirigentes do MEC e entidades vinculadas assegurar que a formulação dos programas e política pública que prevejam a concessão de bolsas observe as disposições desta Política.

Art. 13. Compete aos bolsistas, o cumprimento dos compromissos específicos por eles formalmente assumidos no âmbito dos programas e política pública.

Art. 14. Compete à Secretaria-Executiva do MEC, com apoio das Unidades Administrativas e entidades vinculadas, supervisionar a implementação da política de gestão de bolsas no âmbito deste Ministério.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras solicitações que vierem a ser expedidas pela Secretaria-Executiva, o apoio referido no caput consiste:

I - na elaboração de relatórios gerenciais, com indicação dos valores pagos por programa ou política pública, situações de acumulação detectadas e outras informações julgadas necessárias à função supervisora; e

II - no exame das propostas de programas e política pública que envolvam a concessão de bolsas, quanto ao cumprimento aos requisitos dispostos nesta Portaria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação desta Política serão dirimidas pela Secretaria-Executiva.

PORTARIA Nº 328, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a suspensão do protocolo de pedidos de aumento de vagas e de novos editais de chamamento público para autorização de cursos de graduação em Medicina e institui o Grupo de Trabalho para análise e proposição acerca da reorientação da formação médica.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando os objetivos estabelecidos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica suspensa por cinco anos a publicação de editais de chamamento público para autorização de novos cursos de graduação em Medicina, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e o protocolo de pedidos de aumento de vagas em cursos de graduação em Medicina ofertados por instituições de educação superior vinculadas ao sistema federal de ensino, de que trata o art. 40 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A suspensão do protocolo de pedidos de aumento de vagas de que trata o caput não se aplica aos cursos de Medicina autorizados no âmbito dos editais de chamamento público em tramitação ou concluídos, segundo o rito estabelecido no art. 3º da Lei nº 12.871, de 2013, e aos cursos de Medicina pactuados no âmbito da política de expansão das universidades federais, cujos pedidos de aumento de vagas poderão ser solicitados uma única vez e analisados de acordo com regras e calendário específicos, a serem definidos pelo Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Em função do disposto no art. 1º, fica instituído Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do MEC, para subsidiar a reorientação da formação médica em cursos de graduação em Medicina.

Art. 3º O GT ficará vinculado ao Gabinete da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES e será composto por representantes de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC;

II - Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu-MEC;

III - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep;

IV - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

V - Conselho Nacional de Educação - CNE;

VI - Conselho Federal de Medicina - CFM;

VII - Associação Médica Brasileira - AMB; e

VIII - Associação Brasileira de Educação Médica - ABEM.

§ 1º Os representantes, titular e suplente, deverão ser indicados pelos dirigentes máximos dos respectivos órgãos e entes, no prazo de quinze dias, a contar da publicação desta Portaria.

§ 2º As atividades do GT serão iniciadas no prazo de trinta dias após a publicação desta Portaria.

§ 3º O GT reunir-se-á periodicamente, conforme cronograma a ser definido e divulgado pela SERES, que coordenará as atividades.

§ 4º A participação no GT não ensejará remuneração para os seus membros e os trabalhos nele desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público.

Art. 4º O GT deverá apresentar relatórios e estudos a fim de subsidiar a política de formação médica e as ações regulatórias do MEC para a autorização de novos cursos de Medicina, considerando aspectos de qualidade dos cursos de graduação em Medicina em funcionamento, de inserção regional quanto aos serviços de atendimento à saúde, de inclusão dos egressos e de condição de oferta.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 329, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a autorização e o funcionamento de cursos de graduação em Medicina nos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; nos arts. 8º, § 1º, 9º, inciso VII, e 46, § 5º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; em conformidade com a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; com o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017; e com o art. 41, § 2º, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal deverão adotar os critérios definidos na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, nos termos definidos pelo art. 46, § 5º, da Lei nº 9.394, de 1996, para a autorização e o funcionamento de cursos de graduação em Medicina.

Parágrafo único. Os processos de autorização de cursos de graduação em Medicina nos estados e no Distrito Federal deverão ser precedidos de procedimento de chamamento público para seleção de municípios e de propostas das instituições públicas de ensino superior dos seus respectivos sistemas de ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 330, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, em observância ao art. 6º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como o disposto nos arts. 9º e 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Diploma Digital no âmbito das instituições de ensino superior, públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de ensino.

§ 1º O Diploma Digital abrange o registro e o respectivo histórico escolar.

§ 2º A emissão do Diploma Digital fica restrita às instituições que dispõem da prerrogativa para emissão e registro de diploma conforme os arts. 48, § 1º; 53, inciso VI; e 54, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e de acordo com o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de dezembro de 2007.

Art. 2º A adoção do meio digital para expedição de diplomas e documentos acadêmicos deverá atender as diretrizes de certificação digital do padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, disciplinado em lei, normatizado e fixado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, para garantir autenticidade, integridade, confiabilidade, disponibilidade, rastreabilidade e validade jurídica e nacional dos documentos emitidos.

Art. 3º Os procedimentos gerais para emissão de documentos por meio digital e para a expedição e o registro de diplomas digitais serão regulamentados em ato específico do Ministério da Educação.

Art. 4º As instituições de ensino superior terão vinte e quatro meses para implementar o Diploma Digital após a data de publicação do regulamento previsto no art. 3º.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 331, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a necessidade de estabelecer ações conjuntas entre os entes federados que propiciem a melhoria da qualidade da educação, em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, em especial com vistas ao cumprimento de suas Metas 1, 3 e 7, e consoante a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada conforme os termos da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 dezembro de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, com vistas a apoiar a Unidade da Federação - UF, por intermédio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação - SEDEs e das Secretarias Municipais de Educação - SMEs, no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios.

Art. 2º O Programa utilizará como instrumentos de apoio:

I - assistência financeira às SEDEs, com vistas a assegurar a qualidade técnica, a construção em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios e a disseminação dos currículos elaborados à luz da BNCC;

II - formação das equipes técnicas de currículo e gestão das SEDEs e SMEs; e

III - assistência técnica para as SEDEs, para a gestão do processo de implementação da BNCC junto às SMEs.

Art. 3º A participação no Programa dar-se-á mediante assinatura do Termo de Adesão, constante dos Anexos, pelo Secretário Estadual ou Distrital de Educação e pelo Presidente da Seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime do estado, e posterior encaminhamento do Termo à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB-MEC.

Parágrafo único. Ao assinar o Termo de Adesão, as SEDEs e as Seccionais da Undime comprometem-se com o planejamento conjunto e com a utilização dos recursos provenientes do Programa, para viabilizar a implementação da BNCC, tanto nas redes estaduais quanto nas redes municipais.

CAPÍTULO II

DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ÀS SEDEs

Art. 4º O Programa disponibilizará assistência financeira às SEDEs para viabilizar os seguintes serviços:

I - assessoria de especialistas em currículo, oriundos de instituições de pesquisa, universidades, consultorias independentes, entre outros;

II - logística de eventos e mobilizações dos sistemas e redes estaduais, distrital e municipais de ensino para a discussão e formação sobre a BNCC e o currículo, e contratação de palestrantes e facilitadores, entre outros; e

III - impressão de documentos preliminares e finalizados para a discussão e formação dos currículos.

Parágrafo único. A assistência financeira de que trata o caput será liberada nos moldes operacionais e regulamentares do Plano de Ações Articuladas - PAR, nos termos da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, e a Resolução nº 14, de 8 de junho de 2012, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD-FNDE, de acordo com os critérios de atendimento do Programa, e ratificados pela SEB-MEC.

Art. 5º Para receber a assistência financeira do Programa, os estados e o Distrito Federal deverão cumprir os seguintes requisitos no módulo PAR/SIMEC:

I - assinatura de termo de compromisso;

II - inserção de plano de trabalho, assinado conjuntamente com a Seccional da Undime no estado, contendo cronograma de atividades previstas alinhado ao cronograma geral divulgado pela SEB;

III - inserção de termos de referência construídos conjuntamente com a Seccional da Undime no estado; e

IV - inserção de publicação em Diário Oficial da UF, com membros da Comissão Estadual de Construção do(s) Currículo(s), tendo o Secretário Estadual ou Distrital de Educação e o Presidente da Seccional da Undime no estado em sua composição.

Parágrafo único. O recebimento da assistência financeira está condicionado à avaliação de mérito dos documentos referidos no caput, que será realizada pela SEB-MEC, e pela avaliação financeira, que será realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 6º A assistência financeira será proporcional à quantidade de estabelecimentos estaduais e municipais públicos de educação infantil e escolas estaduais e municipais públicas de ensino fundamental em cada UF, segundo dados do último Censo Escolar disponível.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DAS EQUIPES

Art. 7º O MEC apoiará a formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão de cada estado e do Distrito Federal, a qual auxiliará na condução do processo de revisão ou elaboração e implementação da proposta curricular.

Art. 8º As ações de formação continuada dos membros da equipe técnica de currículo e gestão têm por objetivo:

I - compor uma equipe representativa da SEDE e da Undime para conduzir o processo de (re)elaboração de propostas curriculares e desenvolver ações formativas durante e após o referido processo;

II - fortalecer a capacidade técnica dos entes federados para revisarem ou elaborarem suas propostas curriculares em função da BNCC; e

III - fortalecer a capacidade técnica dos entes federados para a formação e a apropriação das propostas curriculares elaboradas durante e, principalmente, após a homologação das referidas propostas.

Art. 9º No âmbito do ProBNCC, as ações de formação continuada e elaboração de proposta curricular contemplam, em cada estado e no Distrito Federal, o pagamento de bolsas para os seguintes perfis:

I - coordenador(a) estadual;

II - coordenador(a) de etapa - educação infantil;

III - coordenador(a) de etapa - ensino fundamental - anos iniciais;

IV - coordenador(a) de etapa - ensino fundamental - anos finais;

V - coordenador(a) de etapa - ensino médio;

VI - redator(a) de currículo - educação infantil;

VII - redator(a) de currículo - ensino fundamental - componentes curriculares;

VIII - redator(a) de currículo - ensino médio - área/componente/flexibilização;

IX - articulador(a) de regime de colaboração; e

X - articulador(a) dos conselhos de educação.

§ 1º As bolsas referidas no caput serão concedidas pelo MEC, com fundamento no inciso III do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, e de acordo com Resolução específica do Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 2º A definição dos critérios exigidos para os perfis acima, além daqueles previstos na Lei em referência, será feito por meio do Documento Orientador do Programa, previsto no inciso III do art. 18.

§ 3º O valor da bolsa corresponderá a até R$ 1.100,00 (mil e cem reais) mensais e será devido pelo período de dezoito meses.

§ 4º É vedado aos participantes o recebimento de outra bolsa de estudo e pesquisa, de outro programa de formação inicial e continuada, regido pela Lei nº 11.273, de 2006, que regulamenta bolsas concedidas pelo FNDE e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

Art. 10. Serão concedidas bolsas de estudos e pesquisas, considerando a disponibilidade orçamentária-financeira, durante dois ciclos: o primeiro correspondente aos processos de formação continuada para a (re)elaboração do currículo em 2018; o segundo correspondente à formação continuada das redes até o final de 2019.

Parágrafo único. O segundo ciclo de bolsas somente terá início após a conclusão da (re)elaboração do currículo pelo estado.

Art. 11. Os procedimentos para pagamento das bolsas listadas no art. 9º serão regulamentados por Resolução específica do Conselho Deliberativo do FNDE.

CAPÍTULO IV

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Art. 12. O Programa prevê assistência técnica para as SEDEs e Seccionais da Undime nos estados, na forma de:

I - ferramenta digital para a construção e revisão dos currículos, com orientações formuladas por especialistas e indicações sobre relações entre habilidades e competências, além da funcionalidade de consulta pública;

II - assistência técnica por meio da disponibilização de um Analista de Gestão em cada estado para apoiar demandas específicas da implementação da BNCC junto à equipe técnica de currículo e gestão do Programa; e

III - materiais de orientação técnico-pedagógica e de gestão para a realização das atividades previstas no Programa e iniciativas relacionadas à BNCC.

Art. 13. O MEC promoverá, ao longo de 2018 e 2019, ações de alinhamento dos programas nacionais para favorecer a implementação da BNCC e garantir o suporte necessário aos estados e municípios para sua efetivação.

CAPÍTULO V

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 14. O Plano de Trabalho tem como objetivo ser o documento norteador da execução da implementação da BNCC na UF, a ser monitorado pela SEB-MEC em colaboração com o Consed e com a Undime.

Art. 15. A entrega do Plano de Trabalho deverá considerar o cronograma estabelecido e publicado no portal do MEC na internet pela SEB.

Art. 16. O Plano de Trabalho deve conter, no mínimo:

I - cronograma geral da implementação da BNCC na UF, para os anos de 2018 e 2019, contemplando a elaboração e reelaboração curriculares e a formação no currículo, com as atividades-chave, as datas e os responsáveis por sua implementação;

II - definição da alocação dos recursos disponibilizados via PAR/SIMEC; e

III - metodologia de avaliação, com o planejamento de monitoramento do Programa na UF.

CAPÍTULO VI

DA GOVERNANÇA E ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

Art. 17. Ao aderir ao Programa, a Secretaria Estadual e Distrital de Educação e a Seccional da Undime no estado comprometem-se a:

I - instituir comissão estadual de construção do(s) currículo(s), composta, no mínimo, pelo Secretário Estadual ou Distrital de Educação, pelo Presidente da Seccional da Undime no estado e pela representação de instituições locais conforme deliberação da Secretaria Estadual ou Distrital de Educação e do Presidente da Seccional da Undime no estado. Essa Comissão terá como objetivo fortalecer e responsabilizar as estruturas estaduais de gestão local e regional da educação básica, intensificando a cooperação entre os estados e os municípios na coordenação das ações do Programa;

II - constituir equipe técnica de currículo e gestão, composta por coordenadores estaduais de currículo e outros colaboradores indicados pela Secretaria Estadual ou Distrital de Educação e pela Seccional da Undime no estado, conforme o disposto no Capítulo III desta Portaria, e informar sua composição à SEB;

III - elaborar e executar o Plano de Trabalho de Implementação da BNCC, conforme disposto no Capítulo V desta Portaria;

IV - inserir no módulo PAR/SIMEC toda a documentação prevista no art. 5º desta Portaria;

V - executar o processo de revisão ou construção de proposta curricular à luz da BNCC com transparência, incluindo consulta pública às versões preliminares dos documentos curriculares, mobilizando os conselhos de educação, os conselhos escolares e a comunidade escolar;

VI - colaborar com o monitoramento e a avaliação periódica das ações de implementação;

VII - fomentar e garantir a participação dos envolvidos nos processos de discussão e nas atividades de gestão, elaboração e formação do(s) currículo(s), custeando o deslocamento, a hospedagem, o espaço físico e o material de apoio, quando necessário;

VIII - emitir, por intermédio dos coordenadores estaduais de currículo designados, o Relatório mensal de atividades dos bolsistas;

IX - autorizar, por intermédio dos coordenadores estaduais de currículo designados, o pagamento aos bolsistas da formação, respeitados os prazos previamente estabelecidos em calendário;

X - gerenciar e monitorar o desenvolvimento das atividades de formação, assegurando a participação dos bolsistas que compõem a equipe técnica de currículo e gestão;

XI - manter um banco de dados atualizado com todas as informações sobre os participantes da formação, incluindo registros das atividades realizadas; e

XII - manter arquivada, pelo período de dez anos, contados a partir da data da aprovação da prestação de contas anual do FNDE pelo Tribunal de Contas da União - TCU, toda a documentação comprobatória e toda informação produzida, pertinentes aos controles da execução da formação, para verificação periódica pelo MEC, pelo FNDE e pelos órgãos de controle interno ou externo do Governo Federal que as requisite.

Art. 18. Ao MEC, por intermédio da SEB, compete:

I - realizar a gestão nacional do ProBNCC;

II - determinar um calendário nacional de implementação do Programa;

III - disponibilizar o Documento Orientador do Programa, que contém o detalhamento de sua execução, incluídas as disposições acerca da composição, das atribuições e dos perfis das equipes de currículo e gestão;

IV - realizar o alinhamento dos programas nacionais pertinentes à BNCC;

V - apoiar os sistemas públicos de ensino na elaboração ou na revisão dos currículos e nas formações;

VI - homologar e acompanhar/monitorar as bolsas de estudo no âmbito do Programa;

VII - fornecer materiais didáticos e tecnologias previstos no art. 12 desta Portaria;

VIII - apoiar a gestão e o monitoramento das ações aprovadas no Plano de Trabalho;

IX - apoiar financeiramente os sistemas públicos de ensino dos estados e do Distrito Federal, via PAR;

X - encaminhar os lotes de pagamento das bolsas ao FNDE; e

XI - solicitar ao FNDE o empenho e a anulação dos valores relativos ao pagamento de bolsas do programa, além de garantir orçamento em valor suficiente para a execução das despesas previstas com bolsas.

Art. 19. Ao FNDE compete:

I - manter em operação o Sistema de Gestão de Bolsas - SGB, para possibilitar o cadastro dos beneficiários e a geração de lotes mensais de bolsistas;

II - manter em funcionamento serviço de transmissão de dados, caso os lotes com as autorizações de pagamento de bolsas do mês de referência sejam enviados ao SGB por esse meio;

III - providenciar a emissão de cartão-benefício para cada um dos bolsistas cujos dados cadastrais estejam devida e corretamente inseridos no SGB, por ocasião da primeira solicitação de pagamento de bolsa;

IV - efetivar o pagamento mensal das bolsas, depois de homologadas pela SEB;

V - monitorar a efetivação do crédito das bolsas pelo banco responsável;

VI - suspender o pagamento das bolsas sempre que ocorrerem situações que justifiquem tal medida, inclusive por solicitação da SEB;

VII - empenhar recursos referentes às bolsas e anulá-las a partir de solicitação formal da SEB, além de mantê-la informada sobre a execução financeira das bolsas;

VIII - prestar informações à SEB, sempre que solicitadas;

IX - divulgar, em seu portal na internet, informações sobre os pagamentos efetuados; e

X - avaliar, acompanhar e monitorar a execução dos recursos financeiros disponibilizados via PAR/SIMEC.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Compete à SEB o esclarecimento dos casos omissos e a expedição das normas complementares que forem necessárias à implementação do ProBNCC.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO I

ESTADOS

O Governo do Estado de _____, por intermédio da Secretaria de Educação do Estado de _____, doravante denominada SEE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na cidade de _____, estado de _____, Rua/Av. _____, nº _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Secretário(a), Sr./Sra. _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº_____; e a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de _____, doravante denominada Undime, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na cidade de _____, estado de _____, Rua/Av. _____, nº _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Presidente, Sr./Sra. _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº_____, tendo em vista a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 dezembro de 2017, e a Portaria nº_____, de ____ de _____ de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da BNCC - ProBNCC, pelo presente, manifestam seu interesse em participar do Programa e comprometem-se a observar todas as regras e disposições constantes da Portaria supracitada e das demais leis e atos relacionados.

A inobservância do disposto na Portaria e nas demais leis e atos relacionados e/ou o envio de informações deliberadamente incorretas ao Ministério da Educação poderá(ão) implicar no cancelamento da participação da SEE e da Undime _____ no Programa, sem prejuízo de outras penalidades previstas na Portaria e na legislação aplicável.

Local e data:

_____

[Nome do(a) Secretário(a)]

Secretaria de Educação do Estado de _____

[Nome do(a) Presidente(a)]

União dos Dirigentes Municipais do Estado de _____

ANEXO II

DISTRITO FEDERAL

O Governo do Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Educação, doravante denominada SEE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na cidade de _____, estado de _____, Rua/Av. _____, nº _____, CEP _____, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Secretário(a), Sr./Sra. _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº_____, tendo em vista a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e a Portaria nº_____, de ____ de _____ de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da BNCC, pelo presente, manifesta seu interesse em participar do Programa e compromete-se a observar todas as regras e disposições constantes da Portaria supra e demais leis e atos relacionados.

A inobservância do disposto na Portaria e demais leis e atos relacionados e/ou o envio de informações deliberadamente incorretas ao Ministério da Educação poderá(ão) implicar no cancelamento da participação da SEE no Programa, sem prejuízo de outras penalidades previstas na Portaria e na legislação aplicável.

Local e data:

_____

[Nome do(a) Secretário(a)]

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 332, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Avançado Jucurutu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e o disposto no art. 3º, § 1º, da Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, alterada pela Portaria MEC nº 393, de 10 de maio de 2016, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Avançado Jucurutu, relacionado no Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º Fica atualizada a relação de unidades que compõem a estrutura organizacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme o Anexo II da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO I

UF	Instituto Federal	Unidade	Tipologia
RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	**Campus** Avançado Jucurutu	IF **Campus** Avançado 20/13

ANEXO II

UF	Instituição	Unidade
AC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	**Campus** Cruzeiro do Sul
		Campus Rio Branco
		Campus Sena Madureira
		Campus Tarauacá
		Campus Xapuri
		Campus Avançado Rio Branco Baixada do Sol
AL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	**Campus** Arapiraca
		Campus Batalha
		Campus Coruripe
		Campus Maceió
		Campus Maragogi
		Campus Marechal Deodoro
		Campus Murici
		Campus Palmeira dos Índios
		Campus Penedo
		Campus Piranhas
		Campus Rio Largo
		Campus Santana do Ipanema
		Campus São Miguel dos Campos
		Campus Satuba
		Campus Viçosa
		Campus Avançado Maceió Benedito Bentes
	Universidade Federal de Alagoas	Escola Técnica de Artes
AM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	**Campus** Coari
		Campus Eirunepé
		Campus Humaitá
		Campus Itacoatiara
		Campus Lábrea
		Campus Manaus Centro
		Campus Manaus Distrito Industrial
		Campus Manaus Zona Leste
		Campus Maués
		Campus Parintins
		Campus Presidente Figueiredo
		Campus São Gabriel da Cachoeira
		Campus Tabatinga
		Campus Tefé
		Campus Avançado Manacapuru
AP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	**Campus** Laranjal do Jari
		Campus Macapá
		Campus Porto Grande
		Campus Santana
		Campus Avançado Oiapoque
BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	**Campus** Alagoinhas
		Campus Bom Jesus da Lapa
		Campus Catu
		Campus Governador Mangabeira
		Campus Guanambi
		Campus Itaberaba
		Campus Itapetinga
		Campus Santa Inês
		Campus Senhor do Bonfim
		Campus Serrinha
		Campus Teixeira de Freitas
		Campus Uruçuca
		Campus Valença
		Campus Xique-Xique
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	**Campus** Barreiras
		Campus Brumado
		Campus Camaçari
		Campus Euclides da Cunha
		Campus Eunápolis
		Campus Feira de Santana
		Campus Ilhéus
		Campus Irecê
		Campus Jacobina
		Campus Jequié
		Campus Juazeiro
		Campus Lauro de Freitas
		Campus Paulo Afonso
		Campus Porto Seguro
		Campus Salvador
		Campus Santo Amaro
		Campus Santo Antônio de Jesus
		Campus Seabra
		Campus Simões Filho
		Campus Valença Tento
		Campus Vitória da Conquista
		Campus Avançado Ubaitaba
		Polo de Inovação Salvador
CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	**Campus** Acopiara
		Campus Aracati
		Campus Acaraú
		Campus Baturité
		Campus Boa Viagem
		Campus Camocim
		Campus Canindé
		Campus Caucaia
		Campus Cedro
		Campus Crateús
		Campus Crato
		Campus Fortaleza
		Campus Horizonte
		Campus Iguatu
		Campus Itapipoca
		Campus Jaguaribe
		Campus Juazeiro do Norte
		Campus Limoeiro do Norte
		Campus Maracanaú
		Campus Maranguape
		Campus Morada Nova
		Campus Paracuru
		Campus Quixadá
		Campus Sobral
		Campus Tabuleiro do Norte
		Campus Tauá
		Campus Tianguá
		Campus Ubajara
		Campus Umirim
		Campus Avançado Guaramiranga
		Campus Avançado Jaguaruana
		Campus Avançado Pecém
		Polo de Inovação Fortaleza
DF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	**Campus** Brasília
		Campus Ceilândia
		Campus Estrutural
		Campus Gama
		Campus Planaltina
		Campus Riacho Fundo
		Campus Samambaia
		Campus São Sebastião

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Campus Taguatinga
		Campus Taguatinga Centro
		Campus Avançado Sobradinho
ES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	**Campus** Alegre
		Campus Aracruz
		Campus Barra de São Francisco
		Campus Cachoeiro de Itapemirim
		Campus Cariacica
		Campus Centro Serrano
		Campus Colatina
		Campus Guarapari
		Campus Ibatiba
		Campus Itapina
		Campus Linhares
		Campus Montanha
		Campus Nova Venécia
		Campus Piúma
		Campus Santa Teresa
		Campus São Mateus
		Campus Serra
		Campus Venda Nova do Imigrante
		Campus Vila Velha
		Campus Vitória
		Campus Avançado Viana
		Polo de Inovação Vitória
GO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	**Campus** Anápolis
		Campus Aparecida de Goiânia
		Campus Águas Lindas de Goiás
		Campus Cidade de Goiás
		Campus Formosa
		Campus Goiânia
		Campus Goiânia Oeste
		Campus Inhumas
		Campus Itumbiara
		Campus Jataí
		Campus Luziânia
		Campus Senador Canedo
		Campus Uruaçu
		Campus Valparaíso de Goiás
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	**Campus** Campos Belos
		Campus Ceres
		Campus Iporá
		Campus Morrinhos
		Campus Posse
		Campus Rio Verde
		Campus Trindade
		Campus Urutaí
		Campus Avançado Catalão
		Campus Avançado Cristalina
		Campus Avançado Hidrolândia
		Campus Avançado Ipameri
		Polo de Inovação Rio Verde
MA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	**Campus** Açailândia
		Campus Alcântara
		Campus Araioses
		Campus Bacabal
		Campus Barra do Corda
		Campus Barreirinhas
		Campus Buriticupu
		Campus Caxias
		Campus Codó
		Campus Coelho Neto
		Campus Grajaú
		Campus Imperatriz
		Campus Itapecuru Mirim
		Campus Pedreiras
		Campus Pinheiro
		Campus Santa Inês
		Campus São João dos Patos
		Campus São José de Ribamar
		Campus São Luís Centro Histórico
		Campus São Luís Maracanã
		Campus São Luís Monte Castelo
		Campus São Raimundo das Mangabeiras
		Campus Timon
		Campus Viana
		Campus Zé Doca
		Campus Avançado Carolina
		Campus Avançado Porto Franco
		Campus Avançado Rosário
	Universidade Federal do Maranhão	Colégio Universitário da UFMA
MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	**Campus** Bambuí
		Campus Betim
		Campus Congonhas
		Campus Formiga
		Campus Governador Valadares
		Campus Ouro Branco
		Campus Ouro Preto
		Campus Ribeirão das Neves
		Campus Sabará
		Campus Santa Luzia
		Campus São João Evangelista
		Campus Avançado Arcos
		Campus Avançado Conselheiro Lafaiete
		Campus Avançado Ipatinga
		Campus Avançado Itabirito
		Campus Avançado Piumhi
		Campus Avançado Ponte Nova
		Polo de Inovação Formiga
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	**Campus** Almenara
		Campus Araçuaí
		Campus Arinos
		Campus Diamantina
		Campus Januária
		Campus Montes Claros
		Campus Pirapora
		Campus Salinas
		Campus Teófilo Otoni
		Campus Avançado Janaúba
		Campus Avançado Porteirinha
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	**Campus** Barbacena
		Campus Juiz de Fora
		Campus Manhuaçu
		Campus Muriaé
		Campus Rio Pomba
		Campus Santos Dumont
		Campus São João del Rei
		Campus Avançado Bom Sucesso
		Campus Avançado Cataguases
		Campus Avançado Ubá
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	**Campus** Inconfidentes
		Campus Machado
		Campus Muzambinho
		Campus Passos
		Campus Poços de Caldas
		Campus Pouso Alegre
		Campus Avançado Carmo de Minas
		Campus Avançado Três Corações
		Polo de Inovação Machado
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	**Campus** Ituiutaba
		Campus Paracatu
		Campus Patos de Minas
		Campus Patrocínio
		Campus Uberaba
		Campus Uberlândia
		Campus Uberlândia Centro
		Campus Avançado Campina Verde
		Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Unidade Belo Horizonte
		Uned Araxá

		Uned Contagem
		Uned Curvelo
		Uned Divinópolis
		Uned Leopoldina
		Uned Nepomuceno
		Uned Timóteo
		Uned Varginha
	Universidade Federal de Minas Gerais	Colégio Técnico da UFMG
	Universidade Federal de Uberlândia	Escola Técnica de Saúde da UFU
	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM
MS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	**Campus** Aquidauana
		Campus Campo Grande
		Campus Corumbá
		Campus Coxim
		Campus Dourados
		Campus Jardim
		Campus Naviraí
		Campus Nova Andradina
		Campus Ponta Porã
		Campus Três Lagoas
MT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	**Campus** Alta Floresta
		Campus Barra do Garças
		Campus Cáceres
		Campus Campo Novo do Parecis
		Campus Confresa
		Campus Cuiabá
		Campus Cuiabá Bela Vista
		Campus Juína
		Campus Pontes e Lacerda
		Campus Primavera do Leste
		Campus Rondonópolis
		Campus São Vicente
		Campus Sorriso
		Campus Várzea Grande
		Campus Avançado Diamantino
		Campus Avançado Guarantã do Norte
		Campus Avançado Lucas do Rio Verde
		Campus Avançado Sinop
		Campus Avançado Tangará da Serra
PA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	**Campus** Abaetetuba
		Campus Altamira
		Campus Ananindeua
		Campus Belém
		Campus Bragança
		Campus Breves
		Campus Cametá
		Campus Castanhal
		Campus Conceição do Araguaia
		Campus Itaituba
		Campus Marabá Industrial
		Campus Marabá Rural
		Campus Óbidos
		Campus Paragominas
		Campus Parauapebas
		Campus Santarém
		Campus Tucuruí
		Campus Avançado Vigia
	Universidade Federal do Pará	Escola de Música da UFPA
		Escola de Teatro e Dança da UFPA
PB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	**Campus** Cabedelo
		Campus Cajazeiras
		Campus Campina Grande
		Campus Catolé do Rocha
		Campus Esperança
		Campus Guarabira
		Campus Itabaiana
		Campus Itaporanga
		Campus João Pessoa
		Campus Monteiro
		Campus Patos
		Campus Picuí
		Campus Princesa Isabel
		Campus Santa Luzia
		Campus Santa Rita
		Campus Sousa
		Campus Avançado Cabedelo Centro
		Campus Avançado João Pessoa Mangabeira
		Campus Avançado Soledade
		Polo de Inovação João Pessoa
	Universidade Federal da Paraíba	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB
		Escola Técnica de Saúde da UFPB
	Universidade Federal de Campina Grande	Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG
PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	**Campus** Abreu e Lima
		Campus Barreiros
		Campus Belo Jardim
		Campus Cabo de Santo Agostinho
		Campus Caruaru
		Campus Garanhuns
		Campus Igarassu
		Campus Ipojuca
		Campus Jaboatão dos Guararapes
		Campus Olinda
		Campus Palmares
		Campus Paulista
		Campus Pesqueira
		Campus Recife
		Campus Vitória de Santo Antão
		Campus Afogados da Ingazeira
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	**Campus** Floresta
		Campus Ouricuri
		Campus Petrolina
		Campus Petrolina Zona Rural
		Campus Salgueiro
		Campus Santa Maria da Boa Vista
		Campus Serra Talhada
	Universidade Federal do Rural de Pernambuco	Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRPE
PI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	**Campus** Campo Maior
		Campus Cocal
		Campus Corrente
		Campus Floriano
		Campus Oeiras
		Campus Parnaíba
		Campus Paulistana
		Campus Pedro II
		Campus Picos
		Campus Piripiri
		Campus São João do Piauí
		Campus São Raimundo Nonato
		Campus Teresina Central
		Campus Teresina Zona Sul
		Campus Uruçuí
		Campus Valença do Piauí
		Campus Angical do Piauí
		Campus Avançado José de Freitas
		Campus Avançado PIO IX
		Campus Avançado Teresina Dirceu Arcoverde
	Universidade Federal do Piauí	Colégio Técnico de Bom Jesus da UFPI
		Colégio Técnico de Floriano da UFPI
		Colégio Técnico de Teresina da UFPI
PR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	**Campus** Campo Largo
		Campus Capanema
		Campus Cascavel
		Campus Colombo
		Campus Curitiba
		Campus Foz do Iguaçu
		Campus Irati
		Campus Ivaiporã
		Campus Jacarezinho
		Campus Jaguariaíva
		Campus Londrina
		Campus Palmas
		Campus Paranaguá
		Campus Paranavaí
		Campus Pinhais
		Campus Pitanga
		Campus Telêmaco Borba

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Campus Umuarama
		Campus União da Vitória
		Campus Assis Chateaubriand
		Campus Avançado Astorga
		Campus Avançado Barracão
		Campus Avançado Coronel Vivida
		Campus Avançado Goioerê
		Campus Avançado Quedas do Iguaçu
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	**Campus** Campo Mourão
		Campus Cornélio Procópio
		Campus Curitiba
		Campus Dois Vizinhos
		Campus Francisco Beltrão
		Campus Londrina
		Campus Medianeira
		Campus Pato Branco
		Campus Ponta Grossa
		Campus Toledo
		Campus Apucarana
RJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	**Campus** Duque de Caxias
		Campus Engenheiro Paulo de Frontin
		Campus Nilópolis
		Campus Paracambi
		Campus Pinheiral
		Campus Realengo
		Campus Rio de Janeiro
		Campus São Gonçalo
		Campus Volta Redonda
		Campus Arraial do Cabo
		Campus Avançado Mesquita
		Campus Avançado Resende
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	**Campus** Bom Jesus do Itabapoana
		Campus Cabo Frio
		Campus Campos Centro
		Campus Campos Guarus
		Campus Itaperuna
		Campus Macaé
		Campus Quissamã
		Campus Santo Antônio de Pádua
		Campus Avançado Cambuci
		Campus Avançado Maricá
		Campus Avançado São João da Barra
		Polo de Inovação Campos dos Goytacazes
	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Unidade Maracanã
		Uned Angra dos Reis
		Uned Itaguaí
		Uned Maria da Graça
		Uned Nova Friburgo
		Uned Nova Iguaçu
		Uned Petrópolis
		Uned Valença
	Colégio Pedro II	**Campus** Centro
		Campus Duque de Caxias
		Campus Engenho Novo I
		Campus Engenho Novo II
		Campus Humaitá I
		Campus Humaitá II
		Campus Niterói
		Campus Realengo I
		Campus Realengo II
		Campus São Cristovão I
		Campus São Cristóvão II
		Campus São Cristóvão III
		Campus Tijuca I
		Campus Tijuca II
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Colégio Técnico da UFRRJ
RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	**Campus** Caicó
		Campus Canguaretama
		Campus Ceará-Mirim
		Campus Currais Novos
		Campus Ipanguaçu
		Campus João Câmara
		Campus Avançado Jucurutu
		Campus Macau
		Campus Mossoró
		Campus Natal Central
		Campus Natal Cidade Alta
		Campus Natal Zona Norte
		Campus Nova Cruz
		Campus Parnamirim
		Campus Pau dos Ferros
		Campus Santa Cruz
		Campus São Gonçalo do Amarante
		Campus São Paulo do Potengi
		Campus Apodi
		Campus Avançado Lajes
		Campus Avançado Parelhas
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Escola Agrícola de Jundiaí da UFRN
		Escola de Saúde da UFRN
		Escola de Música da UFRN
RO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	**Campus** Cacoal
		Campus Colorado do Oeste
		Campus Guajará-Mirim
		Campus Ji-Paraná
		Campus Porto Velho Calama
		Campus Porto Velho Zona Norte
		Campus Vilhena
		Campus Ariquemes
		Campus Jaru
RR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	**Campus** Boa Vista
		Campus Boa Vista Zona Oeste
		Campus Novo Paraíso
		Campus Amajari
		Campus Avançado Bonfim
	Universidade Federal de Roraima	Escola Agrotécnica
RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	**Campus** Bento Gonçalves
		Campus Canoas
		Campus Caxias do Sul
		Campus Erechim
		Campus Farroupilha
		Campus Feliz
		Campus Ibirubá
		Campus Osório
		Campus Porto Alegre
		Campus Porto Alegre Restinga
		Campus Rio Grande
		Campus Rolante
		Campus Sertão
		Campus Vacaria
		Campus Viamão
		Campus Alvorada
		Campus Avançado Veranópolis
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	**Campus** Frederico Westphalen
		Campus Jaguari
		Campus Júlio de Castilhos
		Campus Panambi
		Campus Santa Rosa
		Campus Santo Ângelo
		Campus Santo Augusto
		Campus São Borja
		Campus São Vicente do Sul
		Campus Alegrete
		Campus Avançado Uruguaiana
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	**Campus** Bagé
		Campus Camaquã
		Campus Charqueadas
		Campus Gravataí
		Campus Lajeado
		Campus Passo Fundo
		Campus Pelotas
		Campus Pelotas Visconde da Graça
		Campus Santana do Livramento
		Campus Sapiranga
		Campus Sapucaia do Sul
		Campus Venâncio Aires
		Campus Avançado Jaguarão
		Campus Avançado Novo Hamburgo
	Universidade Federal de Santa Maria	Colégio Politécnico da Universidade Federal Santa Maria
		Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria
SC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	**Campus** Araquari
		Campus Blumenau
		Campus Brusque
		Campus Camboriú
		Campus Concórdia
		Campus Fraiburgo
		Campus Ibirama
		Campus Luzerna
		Campus Rio do Sul
		Campus Santa Rosa do Sul
		Campus São Bento do Sul
		Campus São Francisco do Sul
		Campus Videira
		Campus Avançado Abelardo Luz
		Campus Avançado Sombrio
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	**Campus** Araranguá
		Campus Caçador
		Campus Canoinhas
		Campus Chapecó
		Campus Criciúma
		Campus Florianópolis
		Campus Florianópolis Continente
		Campus Garopaba

		Campus Gaspar
		Campus Itajaí
		Campus Jaraguá do Sul
		Campus Jaraguá do Sul Rau
		Campus Joinville
		Campus Lages
		Campus Palhoça
		Campus São Carlos
		Campus São José
		Campus São Miguel do Oeste
		Campus Tubarão
		Campus Urupema
		Campus Xanxerê
		Campus Avançado São Lourenço do Oeste
		Polo de Inovação Florianópolis
SE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	**Campus** Aracaju
		Campus Estância
		Campus Itabaiana
		Campus Lagarto
		Campus Nossa Senhora da Glória
		Campus Nossa Senhora do Socorro
		Campus Propriá
		Campus São Cristóvão
		Campus Tobias Barreto
SP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	**Campus** Araraquara
		Campus Avaré
		Campus Barretos
		Campus Birigui
		Campus Boituva
		Campus Bragança Paulista
		Campus Campinas
		Campus Campos do Jordão
		Campus Capivari
		Campus Caraguatatuba
		Campus Catanduva
		Campus Cubatão
		Campus Guarulhos
		Campus Hortolândia
		Campus Itapetininga
		Campus Itaquaquecetuba
		Campus Jacareí
		Campus Matão
		Campus Piracicaba
		Campus Presidente Epitácio
		Campus Registro
		Campus Salto
		Campus São Carlos
		Campus São João da Boa Vista
		Campus São José do Rio Preto
		Campus São José dos Campos
		Campus São Paulo
		Campus São Paulo Pirituba
		Campus São Roque
		Campus Sertãozinho
		Campus Sorocaba
		Campus Suzano
		Campus Votuporanga
		Campus Avançado Ilha Solteira
		Campus Avançado Jundiaí
		Campus Avançado Limeira
		Campus Avançado Mococa
		Campus Avançado Pirassununga
		Campus Avançado Tupã
TO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	**Campus** Araguaína
		Campus Araguatins
		Campus Colinas do Tocantins
		Campus Dianópolis
		Campus Gurupi
		Campus Palmas
		Campus Paraíso do Tocantins
		Campus Porto Nacional
		Campus Avançado Formoso do Araguaia
		Campus Avançado Lagoa da Confusão
		Campus Avançado Pedro Afonso

DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CP nº 1/2018, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, que conheceu de recurso interposto em face da decisão da Câmara de Educação Superior - CES, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 465/2017, desfavorável ao credenciamento da Faculdade Universa - FAU-DF, que seria instalada na Quadra SGAN 609, Módulo A, Avenida L2 Norte, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Instituto Brasil Educação - IBRAE, com sede no mesmo endereço, conforme consta do Processo nº 00732.000510/2018-50 (Registro e-MEC nº 201501544).

MENDONÇA FILHO

DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 146/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, e respectivo projeto de resolução que o acompanha, o qual estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, reexaminando o Parecer CNE/CES nº 245/2016, conforme consta do Processo nº 23001.000023/2013-32.

MENDONÇA FILHO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 108, DE 5 DE ABRIL DE 2018

A Reitora da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 14/03/2017, publicado no DOU de 15/03/2017, resolve:

Homologar e tornar público o resultado do Concurso Público para Provimento do Cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, denominação Adjunto A, do Departamento de Clínica Médica, instituído pelo Edital nº 48, de 10/11/2017, publicado no DOU de 10/11/2017 na área de conhecimento, regime de trabalho e número de vagas abaixo especificadas:

Área de conhecimento: Semiologia e Clínica Médica
Regime de trabalho: 40 horas semanais
Nº de vagas: 02 (duas)
Classificação e Pontuação Final
1º - Denusa Wiltgen - 8,44
As demais candidatas não foram classificadas

LUCIA CAMPOS PELLANDA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

DESPACHO DE 4 DE ABRIL DE 2018

PROCESSO/HU N.º 23005.002553/2014-66. Interessada: Omega Med Produtos Medico Hospitalares Ltda.

Adoto, na forma do art. 50, § 1º, da Lei n.º 9.784/99, a NOTA n.º 00089/2018/GAB/PFUFGD/PGF/AGU, e, de consequência DECIDO conhecer o recurso interposto pela empresa e, no mérito negar-lhe provimento. Publique-se na forma da lei. Intime-se a empresa por meio postal, com AR, na forma do art. 26, § 3º da Lei n.º 9.784/99. Após, devolvam-se os autos ao HU para as providências subsequentes, inclusive cobrança administrativa da multa. Registrem-se as penalidades nos cadastros administrados pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério do Planejamento, caso não o tenham sido. Às providências.

LIANE MARIA CALARGE
Reitora

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 420, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.018213/2017-72; RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Núcleo de Engenharia de Petróleo/Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 021/2017, publicado no D.O.U. em 07/11/2017 e no Correio de Sergipe em 08/11/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Exploração e produção de Petróleo
Disciplinas	Perfuração I e II, Completação de Poços, Mecânica das Rochas aplicadas a Engenharia de Petróleo, Estimulação de Poços, Avaliação de Formação e Poços, Perfilagem de Poços e Fluidos de Perfuração e Completação
Cargo/Nível	Professor Assistente-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	1º LUGAR: HUMBERTO DE LUCENA LIRA - 66,83 2º LUGAR: HANNAH LÍCIA CRUZ GALVÃO - 63,24
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

CAMPUS SÃO LUIS - MONTE CASTELO

PORTARIA Nº 143, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO LUÍS/MONTE CASTELO, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos da Portaria Nº 5.493 de 15 de Setembro de 2016 - Reitoria, publicada no DOU de 16 de Setembro de 2016, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a delegação de competências aposta pela Portaria Normativa Nº 10, de 04 de Maio de 2012;

Considerando a Portaria MEC Nº 10, de 20 de Maio de 2012;

Considerando a Portaria INEP Nº 179, de 28 de Abril de 2014, e solicitação constante no Processo nº 23249.009808/2018-82, resolve:

Tornar pública a relação dos candidatos que receberam a Certificação em nível de Ensino Médio por meio do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, no ano de 2011, conforme anexo único desta portaria.

CLÁUDIO LEÃO TORRES

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE RECEBERAM A CERTIFICAÇÃO DO ENEM PARA PUBLICAÇÃO NO - 2011

NOME	FILIAÇÃO	NASCIMENTO		CPF	R.G	REGISTRO			
		DATA	LOCAL			Nº	LIVRO	FOLHA	DATA
Ailton Jorge Dias Henschel	Adenilson Lobato Henschel e Neuza Dias Henschel	25.12.86	São Luís-MA	011.349.643-58	147672720009	12.576MA	09	0463	22.02.11
Aleksandro Amorim Cerveira Junior	Aleksandro Amorim Cerveira e Claudete de Jesus França Carvalho	13.08.92	São Luís-MA	046.800.923-00	032485692006-0	12.577MA	09	0463	24.02.11
Albert Marlone Rocha Mendes	Raimundo João Camara Mendes Filho e Maria Neuza Silveira Rocha	14.06.85	São Luís-MA	012.731.653-14	750662-7	12.575MA	09	0463	18.02.11
Ana Carolina Carvalho Freire	Fernando Jose Silva Freire e Maria Carvalho Freire	18.09.91	São Luís-MA	049.206.413-03	029754172005-0	12.607MA	09	0471	21.06.11
Ananda Luciana Amorim Nunes	Nelson Melo Nunes e Luzinete Brito Amorim	07.10.89	São Luís-MA	042.419.473-28	026688632003-0	12.625MA	09	0475	02.09.11
Andre Bandeiras Rios	Valdir Ribeiro Rios e Rutilene Bandeira de Sousa	24.04.92	Miranda do Norte-MA	053.801.933-66	7.907.289	12.581MA	09	0464	11.03.11
André Nogueira Machado	Milton Francisco Machado e Maria da Luz Nogueira	17.08.88	São Luís-MA	037.659.753-46	883.085	12.574MA	09	0462	15.02.11
Byanca dos Santos Cantanhede	Jose Ribamar Silva Cantanhede e Francisca de Maria dos Santos	28.04.93	São Luís-MA	042.825.253-20	33578492007-8	12.610MA	09	0471	28.06.11
Carlos Michel Gomes Ribeiro	Carlos Alberto Assunção Ribeiro e Ana Raquel Viana Gomes	03.09.89	São Luís-MA	601.878.153-05	26001062003-2	12.578MA	09	0463	24.02.11
Christiano Campelo Guimarães	Gilberto Ribeiro Guimarães e Raimunda Campelo	02.01.89	São Luís-MA	031.672.953-17	028509722004-4	12.637MA	09	0478	21.11.11
Claudio Felipe Louzeiro Matos	Claudio Francisco Matos e Rosemeire Galvez Louzeiro	23.03.92	São Luís-MA	036.696.113-63	023730302003-5	12.564MA	09	0460	01.02.11
Daniel Dias Gabriel	Antonio Gabriel Filho e Eva Martins Dias	15.09.80	São Luís-MA	004.658.903-18	000026649694-6	12.560MA	09	0459	28.01.11
Debora Ferreira Guimarães	Eliseu Tavares Guimarães e Silvana da Esperança Ferreira Guimarães	26.07.86	Alcantara-MA	022.764.753-07	27718612004-7	12.562MA	09	0459	31.01.11
Diego Lima de Sousa	Wilson de Souza e Maria Antonia Afonso	19.06.88	São Luís-MA	024.359.713-4	023285122002-7	12.629MA	09	0476	06.09.11
Domingos Neto Gomes Rabelo	Joana Santos Gomes	30.10.77	Axixá-MA	784.979.903-82	000042622695-0	12.618MA	09	0473	15.08.11
Egilson Antonio dos Santos Nascimento	Luis Pereira do Nascimento e Maria Albina dos Santos Nascimento	24.10.83	Monção-MA	005.263.333-08	000123940399-0	12.586MA	09	0465	21.03.11
Eliezer dos Santos Melo	João Bonifacio Melo e Maria dos Remedios dos Santos Melo	12.06.83	São Luís-MA	666.662.873-04	000075755497-0	12.585MA	09	0465	17.03.11
Elisvaldo do Nascimento Alves	João Eli Alves e Helena do Nascimento Alves	25.05.76	S. Sebastião do Tocantins	564.078.662-00	037118152009-0	12.611MA	09	0472	05.07.11
Ezequiel Sulpino da Costa	Expedito Sulpino da Costa e Maria das Granças Sulpino da Costa	25.05.79	Recife-PE	034.753.244-66	5.415.974	12.579MA	09	0464	24.02.11
Felipe Gomes Barbosa	Manoel Penha Barbosa e Isabel Cristina Barros Gomes Barbosa	01.10.92	São Luís-MA	045.925.393-03	031095302006-6	12.588MA	09	0466	28.03.11
Frqancisco Marcolino Rodrigues Filho	Francisco Marcolino Rodrigues e Jocilia Sarzedo dos Santos	26.03.92	Dianopolis-TO	033.016.471-62	039212452010-0	12.583MA	09	0464	15.03.11
Gabrielle Simas Azevedo	Kirk Douglas Azevedo e Jaires da Hora Simas	10.06.91	São Luís-MA	048.630.883-96	030360952005-6	12.591MA	09	0467	04.04.11
Ivani,lde Maria da Silva	Expedito Claro da Maia e Josefa Maria da Maia	19.04.74	Porção de Pedras-MA	707.161.613-20	45739195-2	12.593MA	09	0467	05.04.11
Jessica Cristina Rodrigues Veloso	Domingos Ferreira Veloso e Rosimeire Rodrigues	03.11.91	São Luís-MA	045.293.703-56	029214312005-9	12.601MA	09	0469	02.06.11
Jonas Guttemberg Desiderio Pereira Filho	Jonas Guttemberg Desiderio Pereira e Rosario de Fatima Gomes Santos	17.06.92	São Luís-MA	040.700.723-73	019733782002-2	12.594MA	09	0467	08.04.11
Josue Viana as Silva	Raimundo Walter da Silva e Raimunda Viana Silva	25.06.70	São Luís-MA	467.268.703-10	000036529595-7	12.565MA	09	0460	02.02.11
Lazaro Israel Costa da Silva	Wilson Ubiratan da Silva e Lucia Casemira Costa da Silva	23.09.92	São Luís-MA	006.775.633-61	018769562001-5	12.587MA	09	0466	21.03.11
Leandro Rafael Rodrigues Melo	Clemente Melo Neto e Luisa Selma Rodrigues Melo	10.09.93	Pinheiro-MA	037.198.233-26	032656472007-0	12.638MA	09	0478	24.11.11
Luciney de Jesus Costa da Silva	Wilson Ubiratan da Silva e Lucia Casemira Costa da Silva	15.09.73	São Bento-MA	409.606.843-87	46523295-7	12.592MA	09	0467	05.04.11
Marcelo Augusto Campelo Cabral	Julio Cesar Privado Cabral e Galdina dos Anjos Campelo Cabral	25.08.92	São Luís-MA		025990792003-3	12.606MA	09	0470	17.06.11
Maria da Gloria Lindoso Dourado	Raimundo Euzebio Dourado e Filomena Cesarina Lindoso Dourado	25.01.74	São Bento-MA	505.513.453-49	6357893-0	12.598MA	09	0468	18.05.11
Mauricio Sergio Correa	Maria do Rosario Correa	06.08.90	São Luís-MA	036.406.231-44	036172072008-2	12.595MA	09	0468	08.04.11
Maxsuel Gomes da Silva	Manoel Amaro da Silva e Mary Rosangela Rodrigues Gomes	28.03.89	São Luís-MA	007.440.233-19	017114062001-9	12.566MA	09	0460	02.02.11
Michell Themistocles Pereira Madeira	Tome Temistocles Madeira Filho e Ednalva Pereira	08.09.78	Caxias-MA	815426153-72	94115698-2	12.568MA	09	0461	04.02.11
Michelle Geisa Lima Cavalcante	Amarildo Raimundo Cavalcante e Sonia Maria Lima Cavalcante	15.01.82	S. J. Ribamar-MA	960.551.973-91	35910149-5	12.632MA	09	0477	30.09.11
Murilo Brenner Costa Silva	Ismael Oliveira Silva e Flavia Mendes Silva	30.03.91	São Luís-MA	078.900.729-02	10530797-7	12.572MA	09	0462	07.02.11
Rafaela Barroso Sauaia Haidar	Luiz Edmundo Sauaia Heidar e Ildes Barroso Haidar	15.08.87	São Luís-MA	018.738.393-67	031323652006-4	12.573MA	09	0462	09.02.11
Rodrigo Costa Gomes	Jose Gomes de Morais e Damiana Costa Gomes	09.10.84	Benedito Leite-MA	008.483.453-63	000106647599-4	12.563MA	09	0460	31.01.11
Romulo Barros Figueiredo	Socrates Pinheiro Figueiredo e Geiza Arcangela Barros	01.01.91	São Luís-MA	031.749.583-69	030086912005-5	12.597MA	09	0468	18.05.11
Sandro Sousa Fonseca	Pedro do Rosario Fonseca e Roberta Sousa Fonseca	28.11.66	Pinheiro-MA	282.016.393-91	012788881999-2	12.571MA	09	0462	07.02.11
Thayanne de Fatima Sousa Maximo	Luis Carlos Sousa Maximo e Vilma Maria Silva	16.06.90	São Luís-MA	045.840.963-41	20213672002-1	12.584MA	09	0465	15.03.11

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

CAMPUS JUÍNA

PORTARIA N° 69, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Juína, João Aparecido Ortiz de França, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 864, de 19 de abril de 2017, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23195.032739.2015-31; resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa MATERIAL FORTE INCORPORADORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.505.889/0001-12, na modalidade de Impedimento de Licitar e de Contratar com o IFMT - Campus Juína, nos termos do Art. 87, inc. III da Lei nº. 8666/93, pelo prazo de 02 (dois) anos E, na modalidade de Multa com base no art. 87 da Lei 8.666/93 e cláusula décima, do item 14.1.1 do subitem "c" do Contrato n° 16/2014.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de ter descumprido a obrigação assumida na Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada, do Contrato n° 16/2014, dos itens "a", "d", "s", "t", conforme fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 23195.032739.2015-31.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO APARECIDO ORTIZ DE FRANÇA

PORTARIA N° 70, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Juína, João Aparecido Ortiz de França, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 864, de 19 de abril de 2017, e considerando os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 23195.033846.2015-86; resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa MATERIAL FORTE INCORPORADORA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.505.889/0001-12, na modalidade de Impedimento de Licitar e de Contratar com o IFMT - Campus Juína, nos termos do Art. 87, inc. III da Lei nº. 8666/93, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 2º A aplicação da sanção se dá em razão de ter descumprido a obrigação assumida na Cláusula Terceira - Das Obrigações da Contratada, do Contrato n° 14/2014, dos itens "a", "d", "e", "s", "t", conforme fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº. 23195.033846.2015-86.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO APARECIDO ORTIZ DE FRANÇA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 240, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, , no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, considerando o disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, na Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, alterada pela Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017, o Parecer SERES/DISUP/CGMES, e nos termos do que consta do Processo e-MEC n° 201710853, referente à proposta selecionada pelo Edital nº 6/2014/SERES/MEC, do Ministério da Educação, e nos demais normativos aplicáveis, resolve:

Art.1° Fica autorizado o curso de Medicina (código e-MEC 1399488), bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais e prazo mínimo para integralização de 6 (seis) anos, a ser ministrado à Rua Rio Comprido, nº 4580, Bairro Cinco, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS (código e-MEC 338), mantida pela Sociedade Mineira de Cultura (código e-MEC 236), com sede à Av.Brasil, nº 2079, 10º andar, Bairro Funcionários, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 241, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior solicitante deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solicitante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201724935	Instituto Ensinar Brasil, 19.322.494/0001-59	Instituto Superior Doctum de Ipatinga (1909)	Faculdade Doctum de Ipatinga (18208)	Faculdades Doctum de Ipatinga (1909)	Rua Potiguar, 150 - Iguaçu, Ipatinga/MG

PORTARIA Nº 242, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior solicitante deverá protocolar novo pedido de recredenciamento no próximo período de abertura do sistema e-MEC para o ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solici-tante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201712114	SER Educacional S.A., 04.986.320/0001-13	Faculdade Uninassau Fortaleza - UNINAS-SAU FOR (14321)	Faculdade Uninassau Fortaleza - Parangaba (19333)	Faculdade Uninassau Fortaleza - UNINASSAU FOR (14321)	Avenida Visconde do Rio Branco, 2078, Joaquim Távora, Fortaleza/CE

PORTARIA Nº 243, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º O processo e-MEC nº 201710712 de Recredenciamento da instituição solicitante deverá seguir seu trâmite, de modo a possibilitar a visita de avaliação já no contexto da unificação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solicitante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201710867	IBGEN Educacional Ltda., 01.024.691/0001-26	Faculdade IBGEN - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (3768)	Faculdade IBGEN (3772)	Faculdade IBGEN (3768)	Avenida Protásio Alves, 2.493 - Petrópolis - Porto Alegre/RS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 183, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Subdelegação de competência para declarar a interrupção de férias de servidores por necessidade do serviço.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e considerando o art. 1º, da Portaria MF nº 94, de 26 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2018, seção 1, página 25, bem como o exposto no Processo SEI nº 10199.100149/2017-28, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada a competência para declarar a interrupção de férias de servidores, por necessidade de serviço, aos titulares das seguintes unidades desta Subsecretaria:

I - Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Institucional;

II - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

III - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos;

IV - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

V - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

VI - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e

VII - Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda nos Estados e no Distrito Federal.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SPOA nº 552, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NERYLSON LIMA DA SILVA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2015/13670

Acusados: Ernst & Young Auditores Independentes S/S
Flávio Serpejante Peppe

Ementa: Inobservância de normas contábeis na rescisão do contrato de prestação de serviços de auditoria. Multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1. APLICAR à Ernst & Young Auditores Independentes S/S a penalidade de multa pecuniária no valor de R$50.000,00 pela inobservância de normas contábeis previstas para a rescisão de contrato de prestação de prestação de serviços de auditoria, em infração ao disposto no art. 20 da Instrução CVM nº 308/99; e

2. APLICAR ao acusado Flávio Serpejante Peppe, sócio e responsável técnico da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$25.000,00, pela inobservância de normas contábeis previstas para a rescisão de contrato de prestação de prestação de serviços de auditoria, em infração ao disposto no art. 20 da Instrução CVM nº 308/99.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Ausentes os acusados e os seus procuradores.

Presente a Procuradora-federal Cristiane Iwakura, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Gustavo Machado Gonzalez, Relator, Gustavo Borba, Henrique Balduino Machado Moreira e o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa, que presidiu a Sessão.

Ausente o Diretor Pablo Renteria.

Rio de Janeiro-RJ, 6 de março de 2018.
GUSTAVO MACHADO GONZALEZ
Diretor-Relator

MARCELO BARBOSA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES

DESPACHO DE 4 DE ABRIL DE 2018

INTIMAÇÃO Nº 138/2018-CVM/SPS/CCP
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2016/7808 - 19957.006903/2016-07

Acusados	Advogados
Maria Tereza Van Biene Hagemann	André Luís Bergamaschi OAB/SP 319.123
Mario Hagemann	André Luís Bergamaschi OAB/SP 319.123

Assunto: Rito Simplificado - abertura de prazo para vista e manifestação dos acusados

DESPACHO

Conforme determinado pelo Diretor-Relator Henrique Machado, tendo em vista que as infrações imputadas aos acusados são consideradas de menor complexidade, o processo em referência foi enquadrado para tramitação via Rito Simplificado. Sendo assim, nos termos do art. 38-B, §1º da Deliberação CVM nº 538/08, INTIMO os acusados no processo em referência a tomarem ciência e, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste despacho no Diário Oficial da União, acerca do Relatório nº 19/2018-CVM/SEP/GEA-4, elaborado em conformidade com o art. 38-B, também da Deliberação CVM nº 538/08.

CARLOS GUILHERME DE PAULA AGUIAR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 2018

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2018/960
19957.011763/2017-61
BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.; CARLOS AUGUSTO SALAMONDE

Objeto: Apurar as responsabilidades da BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A. e do seu diretor CARLOS AUGUSTO SALAMONDE por infringência aos artigos 59, inciso I; 91; e 92, inciso I, todos da Instrução CVM n° 555, de 17 de dezembro de 2014.

Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas

Acusados	Advogados
BNY Mellon Servicos Financeiros DTVM S.A.	Otavio Yazbek SP 144.506
Carlos Augusto Salamonde	Otavio Yazbek SP 144.506

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 14/05/2018 para todos os acusados no processo

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO
Superintendente

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº RJ2016/1465 - STOCK ASSET MANGEMENT Administração e Gestão de Recursos Ltda.
SEI nº 19957.00187/2016-45
Data: 15.05.2018 - terça-feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Machado Gonzalez
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar a eventual ocorrência de infração ao disposto no inciso I da Instrução CVM nº 08/79, em razão da adoção de prática não equitativa no exercício de 2014.

Acusados	Advogado
Antonio Geraldo da Rocha	Leonardo Ferreira Loffler - OAB/RJ nº 148.445
Stock Asset Management Administração e Gestão de Recursos Ltda.	Leonardo Ferreira Loffler - OAB/RJ nº 148.445
Marcos Antonio da Silva Orofino	Corintho de Arruda Falcão Neto - OAB/RJ nº 95.778

Rio de Janeiro-RJ, 5 de abril de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe da Coordenação

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

3ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do processo 10980.934785/2009-20 (item 01) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 02 a 28; o julgamento do processo nº: 10880.915140/2006-73 (item 117) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 118 a 125. As decisões dos processos constantes dos itens 01 e 117 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 02 a 28 e 118 a 125. nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
1 - Processo nº: 10980.934785/2009-20 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 10980.907151/2011-19 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10980.907152/2011-63 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10980.907153/2011-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10980.907154/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10980.911518/2010-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.911519/2010-62 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10980.927095/2009-14 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10980.934784/2009-85 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10980.934786/2009-74 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10980.934787/2009-19 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10980.940282/2011-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10980.940283/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 - Processo nº: 10980.940284/2011-05 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10980.940286/2011-96 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10980.940292/2011-43 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10980.940300/2011-51 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10980.940307/2011-73 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10980.940308/2011-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10980.940309/2011-62 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10980.940310/2011-97 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10980.940312/2011-86 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10980.940314/2011-75 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10980.940317/2011-17 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10980.940783/2011-94 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10980.940784/2011-39 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10980.940785/2011-83 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10980.940786/2011-28 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMÁTICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO VINICIUS TOLEDO DE ANDRADE
29 - Processo nº: 13005.000695/00-50 - Recorrente: GRÁFICA COMETA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10726.000001/2004-64 - Recorrente: SEBEP QUIMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 11020.001494/2003-89 - Recorrente: FRAS-LE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10314.002517/2002-23 - Recorrente: INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARÍTIMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10930.000349/2005-17 - Recorrente: GRÁFICA E EDITORA PORTO BELO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 10384.003894/2004-18 - Recorrente: GRÁFICA EDITORA REGO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 19515.000221/2005-29 - Recorrente: LIVRARIA MARTINS FONTES EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 10980.001760/2005-14 - Recorrente: NOVO HORIZONTE COMUNICAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10855.000851/2005-78 - Recorrente: AIR PRESS EDITORA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 19615.000116/2005-61 - Recorrente: UTILGRÁFICA E EDITORA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 15586.000207/2005-31 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO MONSENHOR JOÃO BATISTA PAVESI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10855.724660/2011-43 - Recorrente: LEGGETT & PLATT DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10840.901468/2008-41 - Embargante: MONTECITRUS TRADING S/A
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
42 - Processo nº: 11829.720034/2014-19 - Recorrente: L.R. MULTIMÍDIA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10711.004236/2006-56 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VITROTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI
44 - Processo nº: 10242.000339/2010-05 - Recorrente: TRANSPORTES SANGALLI LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10120.725235/2012-47 - Recorrente: VANDERLUCIA DE DEUS ALVES ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10242.000387/2010-95 - Recorrente: COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS EXPORT SUL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11487.720002/2012-61 - Recorrente: LUMAG COMÉRCIO DE MAQUINAS E MATERIAL GRÁFICO EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10314.011771/2007-27 - Recorrente: KINSBERG COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TECIDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 13888.722840/2015-25 - Recorrente: ECOLOGY PLASTIC - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ECOLÓGICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO GIOVANI VIEIRA
50 - Processo nº: 11444.000553/2008-25 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 13830.720010/2007-19 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13830.720011/2007-63 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13830.720016/2007-96 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13830.720018/2007-85 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 11829.720021/2015-12 - Recorrente: EMME2 COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 10074.001831/2010-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GE CELMA LTDA.
57 - Processo nº: 10580.723778/2009-15 - Recorrente: INDIANA VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10783.721354/2013-16 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10855.002367/2006-64 - Recorrente: MAGNUM COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10880.685729/2009-84 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10880.685730/2009-17 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10880.685747/2009-66 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10880.685748/2009-19 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 16349.720189/2012-00 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 16349.720181/2012-35 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10880.720985/2006-82 - Recorrente: SAINT-GOBAIN VIDROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10880.934626/2009-53 - Recorrente: COMEXPORT COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 10882.901961/2008-74 - Recorrente: GLOBAL CROSSING COMUNICAÇÕES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10882.901969/2008-31 - Recorrente: GLOBAL CROSSING COMUNICAÇÕES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 10882.901971/2008-18 - Recorrente: GLOBAL CROSSING COMUNICAÇÕES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 10882.901972/2008-54 - Recorrente: GLOBAL CROSSING COMUNICAÇÕES DO BRASIL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 10380.721579/2011-35 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PNEUS NOSSA SENHORA DA GLÓRIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15165.720065/2011-21 - Recorrente: PRIDE COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10907.721645/2012-71 - Recorrente: HENRIQUE TSUNETO MATSUBARA - IMPORTAÇÃO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): PAULO ROBERTO DUARTE MOREIRA
75 - Processo nº: 10875.001926/00-97 - Recorrente: SENAP DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11829.720045/2012-29 - Embargante: MEP BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS EQUIPAMENTOS E PROCESSOS NA TRANSFORMAÇÃO DE AÇO LTDA
77 - Processo nº: 12466.002814/2006-94 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 12466.002818/2006-72 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 12466.002820/2006-41 - Recorrente: PROAD IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 10540.900582/2008-38 - Recorrente: DOCELAR SUPERMERCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10845.003528/2004-94 - Recorrente: VOLCAFE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10825.720097/2007-13 - Recorrente: PROFORM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10530.004513/2008-11 - Recorrente: FRIBARREIRAS AGRO INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 16682.720280/2011-45 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10120.720056/2005-94 - Recorrente: NOVO MUNDO MÓVEIS E UTILIDADES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 16327.001090/2006-15 - Recorrente: CREDIBANCO S/A D.T.V.M. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 10805.724816/2016-96 - Recorrente: CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 15504.720347/2017-25 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 10925.000231/2009-91 - Recorrente: LAMIPACK - EMBALAGENS PLÁSTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 16832.000866/2009-12 - Recorrente: MAPTEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 16832.000867/2009-59 - Recorrente: MAPTEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 18470.721513/2014-91 - Recorrente: MAPTEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 10580.727981/2013-39 - Recorrente: ISOREL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 15586.720190/2016-94 - Recorrente: VIAÇÃO SUDESTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
95 - Processo nº: 11080.918024/2011-51 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 19515.003597/2009-19 - Recorrente: GREMAX COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 15868.001500/2009-82 - Recorrente: ARALCO S. A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10983.905721/2008-19 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11516.000418/2009-70 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 11516.002959/2010-76 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 11516.002960/2010-09 - Recorrente: POLAR EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10925.720654/2015-70 - Recorrentes: SOMAR INDUSTRIAL DE EMBALAGENS LTDA e FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 12782.000012/2010-43 - Recorrente: ABC INDUSTRIAL DA BAHIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 12719.000187/2006-38 - Recorrentes: C.F.A.-IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 11516.003460/2005-19 - Recorrente: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 10580.720094/2006-19 - Recorrente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 11829.720019/2013-81 - Recorrente: HOT SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10166.721554/2010-95 - Recorrente: ASA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 15374.724372/2009-09 - Recorrente: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11543.002084/2006-07 - Recorrente: KAFFEE EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13603.720275/2008-81 - Recorrente: BM COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 19515.722030/2012-41 - Recorrente: INDEPENDÊNCIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 19515.001688/2006-77 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10680.017928/2007-50 - Recorrente: INDUMYLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10680.017929/2007-02 - Recorrente: INDUMYLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

116 - Processo nº: 10680.017930/2007-29 - Recorrente: INDUMYLL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO
117 - Processo nº: 10880.915140/2006-73 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WINDERLEY MORAIS PEREIRA
118 - Processo nº: 10880.915139/2006-49 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10880.915141/2006-18 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10880.915142/2006-62 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10880.915144/2006-51 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10880.915145/2006-04 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10880.915147/2006-95 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10880.915148/2006-30 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10880.915150/2006-17 - Recorrente: BF UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): TATIANA JOSEFOVICZ BELISARIO
126 - Processo nº: 11543.003879/2001-10 - Recorrente: NOVACAR AUTOMÓVEIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 15578.000270/2009-08 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 11543.001947/2006-11 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 12466.005044/2002-16 - Recorrentes: VIA SUL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 11131.000790/2009-09 - Recorrente: VICUNHA TÊXTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11817.000126/2009-42 - Recorrente: BRASMÉDICA HOSPITALAR E ORTOPÉDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 16561.000176/2008-10 - Recorrente: JB IMPORT SERVIÇOS DE TELEMARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11128.007290/2006-04 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA D' A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 10830.726910/2014-19 - Recorrentes: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 10840.000943/2003-55 - Recorrente: VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 10840.000944/2003-08 - Recorrente: VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 10840.000945/2003-44 - Recorrente: VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 10840.001433/2003-03 - Recorrente: VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 10840.001434/2003-40 - Recorrente: VIRALCOOL - AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 10830.918675/2009-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
141 - Processo nº: 10830.918676/2009-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
142 - Processo nº: 10830.918677/2009-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO SA
143 - Processo nº: 10725.720057/2007-91 - Recorrente: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 10725.720059/2007-81 - Recorrente: NOBLE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MARCELO GIOVANI VIEIRA
145 - Processo nº: 11060.001031/2010-70 - Recorrente: LUIZ MINOZZO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 11060.003497/2007-12 - Recorrente: LUIZ MINOZZO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 11618.000193/2003-18 - Recorrente: SERV DE APOIO AS MICRO E PEQ EMP DA PARAIBA SEBRAE PB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 12466.004514/2005-69 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO QUIMETAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 15889.000288/2009-98 - Recorrente: ESTRUTURAS METÁLICAS BAPTISTELLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 15165.720051/2011-15 - Recorrente: MAX MOBILE INDÚSTRIA E COM DE METAIS E PLÁSTICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 15165.720059/2011-73 - Recorrente: RECH & PETRICH IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10909.005942/2007-99 - Recorrente: GAMA SERVIÇOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10245.001000/2010-98 - Recorrente: SANTOS E SANTOS COMÉRCIO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PEDRO RINALDI DE OLIVEIRA LIMA
154 - Processo nº: 10283.721667/2012-16 - Recorrente: DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 10283.721755/2012-18 - Recorrente: DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 10880.015286/00-23 - Recorrente: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 13116.900254/2009-11 - Recorrente: AGRO-RUB AGROPECUÁRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA
Presidente da 1ª Turma

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, Sala 401, Edifício Alvorada, Brasília - Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 11060.900738/2013-11 (item 3) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 4 a 36, o julgamento do processo 10850.906106/2011-22 (item 183) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 184 a 194, o julgamento do Processo nº 10882.900038/2008-15 (item 246) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 247 a 263, o julgamento do Processo nº 10830.904018/2011-24 (item 315) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 316 a 331, e o julgamento do Processo nº 10980.934789/2009-16 (item 478) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 479 a 534. As decisões dos processos constantes dos itens 3, 183, 246, 315 e 478 (paradigmas) serão aplicadas, respectivamente, aos processos repetitivos de que tratam os itens 4 a 36, 184 a 194, 247 a 263, 316 a 331 e 479 a 534, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
1 - Processo: 15504.729322/2014-44 - Recorrente: NET SERVICE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 15504.729324/2014-33 - Recorrente: NET SERVICE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
3 - Processo: 11060.900738/2013-11 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
4 - Processo: 11060.900737/2013-69 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 11060.900739/2013-58 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 11060.900740/2013-82 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 11060.900741/2013-27 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 11060.900742/2013-71 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 11060.900743/2013-16 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 11060.900744/2013-61 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 11060.900745/2013-13 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 11060.900746/2013-50 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 11060.900747/2013-02 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 11060.900748/2013-49 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 11060.900749/2013-93 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 11060.900750/2013-18 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 11060.900751/2013-62 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 11060.900752/2013-15 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 11060.900753/2013-51 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 11060.900754/2013-04 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 11060.900755/2013-41 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 11060.900756/2013-95 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 11060.900757/2013-30 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 11060.900758/2013-84 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 11060.900759/2013-29 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 11060.900760/2013-53 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 11060.900761/2013-06 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 11060.900762/2013-42 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 11060.900763/2013-97 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo: 11060.900764/2013-31 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 11060.900765/2013-86 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 11060.900766/2013-21 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 11060.900767/2013-75 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 11060.900768/2013-10 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 11060.900769/2013-64 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 11060.900770/2013-99 - Recorrente: DONA FRANCISCA ENERGETICA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
37 - Processo: 10980.001406/2004-17 - Recorrente: AUTO POSTO NOVO MILENIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo: 10980.004085/2004-02 - Recorrente: POSTO DE SERVICO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo: 10980.004087/2004-93 - Recorrente: POSTO DE SERVICO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
40 - Processo: 13502.000903/2002-51 - Embargante: PRONOR PETROQUIMICA S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 12689.001169/2007-59 - Recorrente: PETYAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 12689.001226/2007-08 - Recorrente: PETYAN INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
43 - Processo: 13312.000366/2009-53 - Recorrentes: GRENDENE S A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GRENDENE S A e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10516.720003/2015-00 - Recorrente: SHEILA CAMPOS LOPES - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 10814.017814/2008-28 - Recorrente: PANTANAL LINHAS AEREAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
46 - Processo: 10830.724566/2012-53 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 10830.915135/2011-13 - Recorrente: PLASTIPAK PACKAGING DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
48 - Processo: 11891.000094/2007-21 - Recorrente: CDPI CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 11891.000500/2006-74 - Recorrente: INTERSOLO ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
50 - Processo: 10735.001518/2005-42 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CROYDONMAQ INDUSTRIAL LTDA
51 - Processo: 10665.720877/2015-45 - Recorrente: SIDERURGICA GAFANHOTO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10909.000435/2007-69 - Recorrente: NOVA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 10183.004052/2002-88 - Recorrente: STELMAT TELEINFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 11075.720562/2015-19 - Recorrente: INTEGRALMEDICA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 10111.000601/2008-84 - Recorrente: ASSOCIACAO DAS PIONEIRAS SOCIAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 13502.721261/2015-42 - Recorrente: CONTRATE GESTAO EMPRESARIAL EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
57 - Processo: 10909.720699/2013-81 - Recorrentes: ALLIANCE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ALLIANCE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL
58 - Processo: 11080.015203/2007-59 - Recorrente: ECS DO BRASIL METALURGIA E PARTICIPACOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
59 - Processo: 11610.006946/2002-98 - Recorrente: CASA MIMOSA HIDRAULICA E ACABAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 13807.007565/2002-54 - Recorrente: CASA MIMOSA HIDRAULICA E ACABAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 19647.001370/2005-18 - Recorrente: COLEGIO AMERCIANO BATISTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo: 10925.002146/2007-04 - Recorrente: FERNANDO BLEICHOVEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo: 10855.724169/2012-01 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 10855.724171/2012-72 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 10855.724172/2012-17 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10855.724173/2012-61 - Recorrente: IHARABRAS SA INDUSTRIAS QUIMICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 16349.000026/2009-01 - Recorrente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PROD IND CONSTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 13706.001563/2005-32 - Recorrente: RECREIO VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
69 - Processo: 10480.722395/2009-40 - Recorrente: DIAGEO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 11634.720378/2014-05 - Embargante: TAKEI - INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 10480.727605/2011-19 - Recorrente: PLATINUM TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
72 - Processo: 15586.720490/2013-21 - Recorrente: COOPERATIVA DE LATICINIOS SELITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 10880.002389/00-23 - Embargante: GALVANI S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
74 - Processo: 10783.904839/2009-59 - Recorrente: GRANITA GRANITOS ITABIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 10680.721181/2013-86 - Recorrente: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 10865.003883/2008-59 - Recorrente: MERITOR DO BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 10675.000344/2008-03 - Recorrente: XINGULEDER COUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
78 - Processo: 10872.720149/2016-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA
79 - Processo: 10872.720152/2016-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA
80 - Processo: 10166.728841/2015-31 - Recorrentes: TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES e FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 10907.002413/2006-72 - Recorrente: VALE FERTIL INDUSTRIAS ALIMENTICIAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 10280.720621/2008-23 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 11020.721238/2015-45 - Recorrente: INDUSTRIAL E COMERCIAL PRETTY GLASS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
84 - Processo: 10314.720504/2015-54 - Recorrente: OITO BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 13856.000208/00-19 - Recorrente: VALE DO MOGI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo: 11516.006465/2008-46 - Recorrente: MONTESINOS SIST DE ADM PRISIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 15504.730409/2014-64 - Recorrente: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - BDMG e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
88 - Processo: 10840.001068/2004-18 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 11610.001602/2001-10 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo: 11131.000922/2007-22 - Recorrente: FUNDACAO EDSON QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
91 - Processo: 13009.000622/2008-65 - Recorrente: M I MONTREAL INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 15504.729794/2014-05 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo: 17878.000095/2009-91 - Recorrente: M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo: 10950.721717/2011-74 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 10950.723354/2011-10 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo: 10950.725240/2014-49 - Recorrente: LATCO BEVERAGES INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
97 - Processo: 11808.000301/2008-20 - Recorrente: IN VITRO DIAGNOSTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo: 11020.722618/2016-88 - Recorrente: TRANSPORTADORA PLIMOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo: 10314.720750/2016-97 - Recorrentes: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
100 - Processo: 16327.901622/2006-16 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo: 16327.901630/2006-54 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo: 16327.901612/2006-72 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo: 16327.901628/2006-85 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo: 16327.901635/2006-87 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo: 16327.001868/2005-05 - Recorrente: COOPERATIVA DOS E. DA JOHNSON & JOHNSON e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo: 13603.901952/2008-61 - Recorrente: BELGO BEKAERT ARAMES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
107 - Processo: 11610.006935/2002-16 - Recorrente: CONFECCOES PIACCELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo: 13974.000408/2008-81 - Recorrente: ELETROBOX IND COM MAT ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo: 13974.000409/2008-26 - Recorrente: ELETROBOX IND COM MAT ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 19991.000148/2009-01 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo: 19991.000153/2009-14 - Recorrente: ITAPORANGA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 10580.723255/2009-61 - Recorrente: LIZCONSTRUCOES EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo: 12664.000070/2008-07 - Recorrente: PAIAGUAS IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
114 - Processo: 10830.726952/2014-41 - Recorrente: GENERAL ELECTRIC ENERGY DO BRASIL - EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo: 10803.000134/2008-02 - Recorrente: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo: 10803.000133/2008-50 - Recorrentes: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MUDE COMERCIO E SERVICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
117 - Processo: 11080.725133/2014-70 - Recorrente: MEMPHIS SA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo: 18471.001981/2004-63 - Embargante: VALORIZACAO EMPRESA DE CAFE SA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo: 10675.003395/2005-36 - Embargante: UNIMED PATOS DE MINAS COOPERATIVA DO TRABALHO MEDICO LT e Embargada: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo: 16349.000019/2008-11 - Embargante: CAMIL ALIMENTOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo: 12585.000213/2011-58 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo: 12585.000216/2011-91 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo: 12585.000233/2011-29 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo: 12585.000235/2011-18 - Recorrente: SONNERVIG AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo: 16682.720657/2011-66 - Recorrente: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
126 - Processo: 11516.721878/2011-50 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo: 11516.721887/2011-41 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo: 11516.723622/2013-49 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo: 11516.723930/2013-74 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo: 10983.911354/2011-80 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo: 10983.911350/2011-00 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo: 10983.911351/2011-46 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo: 10983.911356/2011-79 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo: 10983.911357/2011-13 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo: 10983.911361/2011-81 - Recorrente: BRF S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
136 - Processo: 12571.720330/2014-33 - Recorrente: TOZETTO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo: 13839.005689/2007-32 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: UNIMED DE JUNDIAI COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
138 - Processo: 13629.720065/2013-62 - Recorrente: UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo: 13629.721175/2012-61 - Recorrente: UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

140 - Processo: 11070.722140/2011-96 - Recorrente: UNIMED MISSOES - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo: 11070.722141/2011-31 - Recorrente: UNIMED MISSOES/RS - COOPERATIVA MEDICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
142 - Processo: 10120.723391/2015-16 - Recorrente: UNIMED DE CATALAO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo: 10920.723254/2013-02 - Recorrentes: UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA FEDERACAO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MEDICAS e FAZENDA NACIONAL
144 - Processo: 10280.901333/2013-35 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo: 10280.902914/2012-11 - Recorrente: IMPORTADORA DE FERRAGENS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
146 - Processo: 10980.721075/2014-07 - Recorrentes: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA e FAZENDA NACIONAL
147 - Processo: 15868.720137/2011-12 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo: 12585.000470/2010-17 - Recorrente: TINTO HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo: 13819.901178/2008-62 - Recorrente: VOLKSWAGEN LOGISTICS PRESTACAO DE SERVICOS DE LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
150 - Processo: 10865.722263/2011-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: NETWORKER TELECOM INDUSTRIA,COM E REPRESENTACAO LTDA
151 - Processo: 10976.000299/2009-75 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo: 13864.000448/2010-95 - Recorrente: PREMIUMPLASTIC EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo: 13864.720163/2015-89 - Recorrente: SLOTTER INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo: 19515.003072/2004-79 - Recorrente: COMERCIAL INDL DE METAIS AURICCHIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
155 - Processo: 13116.722113/2015-07 - Recorrente: VITAMEDIC INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo: 13502.721206/2014-71 - Recorrente: NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo: 15586.720727/2013-73 - Recorrente: KHAMEL REPRESENTACOES IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo: 15983.720003/2016-90 - Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo: 16832.000180/2009-13 - Recorrente: PLENA COMERCIAL ATACADISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
160 - Processo: 10875.000565/2005-74 - Recorrente: TRANSPORTADORA TEGON VALENTI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo: 10580.012457/2003-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALE MANGANES S.A
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
162 - Processo: 11128.000812/2004-77 - Recorrente: BRASCOLA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo: 10580.721878/2008-18 - Recorrente: CIMIC CONSTRUTORA INCORPORADORA METROPOLITANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo: 15578.000630/2009-63 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo: 10783.917600/2009-49 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo: 10783.916632/2009-27 - Recorrente: CBF INDUSTRIA DE GUSA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo: 12571.720004/2014-26 - Recorrente: MARZA ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
168 - Processo: 10283.002713/2005-55 - Recorrente: B.M.A.INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo: 11131.000970/2006-30 - Recorrente: COMMTRADE IMPORT.EXPORT.E SERVICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo: 13639.000054/2002-91 - Recorrente: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo: 13804.002610/2005-57 - Recorrente: LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo: 10835.003397/2004-64 - Recorrente: MONALISA JOIAS E PRESENTES AGA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo: 13974.000157/2009-16 - Recorrente: OZENOR DAMAS DA SILVEIRA JUNIOR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo: 10074.001041/2008-79 - Recorrente: TEXTIL HIGH TECH LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo: 10166.002928/2003-41 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo: 10166.005935/2005-66 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
177 - Processo: 13811.001823/00-60 - Recorrente: ACOS VILLARES S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo: 10218.720177/2011-03 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo: 10218.720180/2011-19 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo: 10218.720182/2011-16 - Recorrente: SIDENORTE SIDERURGIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo: 13839.901567/2012-36 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo: 13839.901568/2012-81 - Recorrente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
183 - Processo: 10850.906106/2011-22 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
184 - Processo: 10850.906107/2011-77 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo: 10850.906108/2011-11 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo: 10850.906109/2011-66 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo: 10850.906110/2011-91 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo: 10850.908541/2011-91 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo: 10850.908542/2011-36 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo: 10850.908545/2011-70 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo: 10850.908554/2011-61 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo: 10850.908555/2011-13 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo: 10850.909622/2011-17 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo: 10850.909624/2011-06 - Recorrente: BRASLATEX INDUSTRIA E COMERCIO DE BORRACHAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
195 - Processo: 15165.722298/2016-72 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo: 10980.722847/2016-81 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
197 - Processo: 10421.720098/2013-41 - Recorrente: MI2 COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo: 19515.005701/2009-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DMA DISTRIBUIDORA S/A
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
199 - Processo: 11060.721216/2014-28 - Recorrente: LCD-TELECON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 13971.000035/99-26 - Recorrente: KUALA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 10850.000904/2002-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ARTCOLOR REPRESENTACAO DE PAPEIS LTDA - ME
202 - Processo: 15374.724335/2009-92 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 16327.000384/2004-50 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo: 16327.000385/2004-02 - Recorrente: UNICARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 18088.000089/2007-31 - Recorrente: ABRIL CORRETORA DE SEGUROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 19515.000044/2005-81 - Recorrente: MERRILL LYNCH PARTICIPACOES FINANCAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
207 - Processo: 10480.909548/2012-67 - Recorrente: OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo: 10480.909549/2012-10 - Recorrente: OPS - PLANOS DE SAUDE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 10882.001353/2004-34 - Recorrente: FICOSA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo: 10882.001354/2004-89 - Recorrente: FICOSA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 19647.009178/2005-61 - Recorrente: CONDOMINIO DO SHOPPING CENTER RECIFE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 16095.720058/2016-77 - Recorrente: UMICORE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
213 - Processo: 10907.002837/2004-75 - Recorrente: SADIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo: 18471.004036/2008-47 - Recorrente: VIA VAREJO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 10480.720282/2015-58 - Recorrente: AMF EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
216 - Processo: 13054.000691/2002-38 - Recorrente: HB COUROS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo: 10880.720877/2006-18 - Recorrente: KLABIN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 10508.720136/2015-77 - Recorrente: GANCAU GANDU COMERCIAL DE CACAU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo: 11070.720624/2013-62 - Recorrente: WARPOL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
220 - Processo: 10830.720439/2008-07 - Recorrente: MERIAL SAUDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 10380.002237/2007-36 - Recorrente: CEARA MARINE PILOTS - EMPRESA DE PRATICAGEM DO ESTADO DO CEARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo: 10380.002239/2007-25 - Recorrente: CEARA MARINE PILOTS - PRAT DO CEARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo: 19515.001912/2006-21 - Recorrente: POLIRESIN INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 11444.000893/2008-56 - Recorrente: RCG TECNOLOGIA ELETROMECANICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
225 - Processo: 10950.721556/2014-61 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
226 - Processo: 10950.722897/2014-54 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo: 19679.001673/2003-93 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo: 19679.004337/2003-01 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo: 19679.006076/2004-36 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 19679.008283/2004-25 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo: 19679.010075/2003-13 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
232 - Processo: 16327.000857/2004-19 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE GUARIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
233 - Processo: 10650.720187/2012-11 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
234 - Processo: 10650.720188/2012-57 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
235 - Processo: 10380.010696/2007-93 - Recorrente: COOPERATIVA DOS MEDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO CEARA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo: 10735.724403/2012-59 - Recorrentes: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO UNIVERSITARIO ABEU e FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 10872.000074/2010-11 - Recorrente: BRAZ OLEO INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

238 - Processo: 11052.720014/2015-49 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE e FAZENDA NACIONAL
239 - Processo: 13855.720548/2014-74 - Recorrente: USINA SAO FRANCISCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 19515.002698/2007-19 - Recorrente: ETL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 10280.722337/2009-72 - Recorrente: NORDISK TIMBER EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo: 10280.900009/2013-08 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
243 - Processo: 10280.900197/2010-13 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo: 10280.902042/2014-45 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo: 10280.902043/2014-90 - Recorrente: NORDISK TIMBER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
246 - Processo: 10882.900038/2008-15 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
247 - Processo: 10882.900037/2008-71 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
248 - Processo: 10882.901033/2008-18 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo: 10882.901034/2008-54 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo: 10882.901035/2008-07 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo: 10882.901351/2008-71 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo: 10882.901908/2008-73 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo: 10882.901909/2008-18 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo: 10882.901910/2008-42 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo: 10882.901911/2008-97 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo: 10882.901912/2008-31 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo: 10882.901913/2008-86 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo: 10882.901914/2008-21 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo: 10882.902143/2009-70 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo: 10882.902144/2009-14 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo: 10882.908523/2009-18 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo: 10882.908524/2009-62 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo: 10882.908525/2009-15 - Recorrente: CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
264 - Processo: 10740.720008/2014-90 - Recorrente: CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo: 10740.720010/2014-69 - Recorrentes: CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CUSTODIO FORZZA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
266 - Processo: 11052.001312/2010-21 - Recorrente: UNIVERSAL MUSIC INTERNATIONAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo: 12448.724066/2011-80 - Recorrente: LTC - LIVROS TECNICOS E CIENTIFICOS EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
268 - Processo: 10880.726327/2011-61 - Recorrente: SEARA ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
269 - Processo: 10980.726426/2011-15 - Recorrente: GVT (HOLDING) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
270 - Processo: 16327.720042/2016-93 - Recorrentes: BANCO ITAULEASING S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BANCO ITAULEASING S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
271 - Processo: 10932.000660/2007-16 - Recorrente: LEADCOMM COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
272 - Processo: 10970.000335/2008-70 - Recorrente: IPIRANGA ASFALTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
273 - Processo: 10469.729839/2013-11 - Recorrente: REAL COMERCIO E INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo: 15504.726233/2013-65 - Recorrente: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo: 13855.000667/2006-05 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: USINA ACUCAREIRA GUAIRA LIMITADA
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
276 - Processo: 10314.000968/2011-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VALFILM LOCACAO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - EPP
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
277 - Processo: 10480.013205/00-91 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ESPOSENDE CALCADOS LTDA
278 - Processo: 13971.721902/2011-17 - Embargante: NS IMPORTACAO E COMERCIO LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
279 - Processo: 11020.000325/2006-74 - Embargante: MOET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
280 - Processo: 13502.000753/2007-91 - Embargante: BRASKEM S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo: 10540.000668/2004-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GUAMED COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA - ME
282 - Processo: 11610.002615/00-28 - Embargante: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo: 10680.918612/2011-63 - Embargante: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: ARI VENDRAMINI
284 - Processo: 11075.000986/2006-64 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: BIG FOOD'S IND. DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
285 - Processo: 16561.000063/2007-25 - Recorrente: MACIMPORT IN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo: 10314.720726/2016-58 - Recorrente: WMX50 COMERCIAL IMPORTADORA EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo: 10831.005460/2003-56 - Recorrente: TRANSITIONS OPTICAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo: 11128.007315/2004-08 - Recorrente: N&N COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo: 10980.729404/2012-98 - Recorrente: IMCOPA - IMPORTACAO, EXPORTACAO E INDUSTRIA DE OLEOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo: 11065.001736/2010-47 - Recorrente: GETNET TECN EM CAPT E PROC DE TRANS HUA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
291 - Processo: 11128.010118/2008-91 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo: 10855.723854/2015-55 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo: 10480.720541/2010-36 - Recorrente: COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL-ALCOOLQUIMICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo: 10925.000477/2009-63 - Recorrente: SINCOL SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo: 13706.000795/2003-10 - Recorrente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo: 11080.007364/2006-98 - Recorrente: TRIAAC SUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
297 - Processo: 11128.725918/2015-30 - Recorrente: AGRICOLA CRISTALINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo: 16095.000705/2009-00 - Recorrente: TRANSPORTADORA TEGON VALENTI S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo: 10730.004660/2005-91 - Recorrente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo: 15540.720199/2015-41 - Recorrente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo: 10283.722051/2014-24 - Recorrente: MOTONORTE MOTORES E MAQUINAS DO NORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
302 - Processo: 15586.720027/2012-06 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo: 15586.720085/2012-21 - Recorrentes: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e FAZENDA NACIONAL
304 - Processo: 10783.905069/2012-67 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo: 15586.720646/2012-92 - Recorrente: EISA - EMPRESA INTERAGRICOLA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
306 - Processo: 16095.720323/2012-93 - Recorrente: HONEYWELL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo: 16682.720509/2014-94 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DROGARIAS PACHECO S/A
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
308 - Processo: 10247.000126/99-59 - Recorrente: JARI CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo: 10650.721694/2011-82 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo: 10950.005533/2008-68 - Recorrente: AVERAMA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo: 11543.001901/2007-82 - Recorrente: SKYMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo: 11543.001902/2007-27 - Recorrente: SKYMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo: 15578.000281/2009-80 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo: 15578.000282/2009-24 - Recorrente: ADM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
315 - Processo: 10830.904018/2011-24 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
316 - Processo: 10830.904019/2011-79 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo: 10830.904021/2011-48 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo: 10830.917742/2011-18 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo: 10830.917745/2011-51 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo: 10830.917746/2011-04 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo: 10830.917748/2011-95 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo: 10830.917749/2011-30 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo: 10830.917750/2011-64 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo: 10830.917752/2011-53 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo: 10830.917756/2011-31 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo: 10830.917758/2011-21 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo: 10830.917761/2011-44 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo: 10830.917762/2011-99 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo: 10830.917765/2011-22 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo: 10830.918289/2011-67 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo: 10830.918290/2011-91 - Recorrente: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

332 - Processo: 10880.944896/2013-59 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo: 10880.944897/2013-01 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo: 10880.944898/2013-48 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo: 10880.944899/2013-92 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo: 10880.944900/2013-89 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo: 10880.944901/2013-23 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo: 10880.944902/2013-78 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo: 10880.944903/2013-12 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo: 10880.944904/2013-67 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo: 10880.944905/2013-10 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
342 - Processo: 10880.944906/2013-56 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo: 10880.944907/2013-09 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo: 10880.944908/2013-45 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo: 10880.944909/2013-90 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo: 10880.944910/2013-14 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo: 10880.944911/2013-69 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo: 10880.944912/2013-11 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo: 10880.944913/2013-58 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo: 10880.944914/2013-01 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo: 10880.944915/2013-47 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo: 10880.944916/2013-91 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo: 10880.944917/2013-36 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo: 10880.944918/2013-81 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo: 10880.944919/2013-25 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo: 10880.944920/2013-50 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo: 10880.944921/2013-02 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo: 10880.944922/2013-49 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo: 10880.944923/2013-93 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo: 12585.000324/2010-83 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo: 12585.000325/2010-28 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo: 12585.000326/2010-72 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo: 12585.000327/2010-17 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo: 12585.000328/2010-61 - Recorrente: DAIRY PARTNERS AMERICAS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo: 11020.003087/2008-11 - Recorrente: VIDROFORTE IND. E COM. DE VIDROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo: 11020.001965/2007-82 - Recorrente: VIDROFORTE INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
367 - Processo: 16095.000614/2010-08 - Recorrente: PROBEL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo: 10711.005549/2004-60 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: EXXON QUIMICA LTDA
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
369 - Processo: 10932.720038/2015-20 - Recorrentes: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
370 - Processo: 10920.720220/2016-09 - Recorrente: DIOXYL REVESTIMENTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANTONIO CARLOS DA COSTA CAVALCANTI FILHO
371 - Processo: 10283.006832/2008-20 - Recorrente: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo: 11762.720126/2013-21 - Recorrente: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
373 - Processo: 10830.727587/2014-92 - Recorrente: AMERICAN COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo: 10166.720003/2008-90 - Recorrente: BETRA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
375 - Processo: 10880.728198/2016-51 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo: 15586.720299/2016-21 - Recorrentes: TEC IMPORTS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TEC IMPORTS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
377 - Processo: 19515.003130/2005-45 - Recorrente: ATLAS COPCO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo: 19515.721733/2012-51 - Recorrente: VOTORANTIM METAIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo: 19647.005328/2005-68 - Recorrente: RHODIA STER FIBRAS E RESINAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
380 - Processo: 11516.720300/2015-18 - Recorrentes: ESTADO DE SANTA CATARINA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ESTADO DE SANTA CATARINA e FAZENDA NACIONAL
381 - Processo: 15983.001482/2008-31 - Recorrente: MUNICIPIO DE IGUAPE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo: 10380.004871/2009-75 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo: 10469.724491/2011-03 - Recorrente: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo: 10120.000332/2011-42 - Recorrente: MUNICIPIO DE CACU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo: 15504.722550/2011-41 - Recorrente: ITABIRITO PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo: 13502.720700/2011-76 - Recorrente: MUNICIPIO DE RIO REAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo: 10410.724163/2013-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTADO DE ALAGOAS
388 - Processo: 16095.720010/2014-05 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARULHOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo: 10540.721212/2014-84 - Recorrente: MUNICIPIO DE ITAPETINGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo: 10280.722901/2013-33 - Recorrente: NORTE COMERCIO VAREJISTA E TRANSPORTE DE CAMINHOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
391 - Processo: 11968.000037/2007-19 - Recorrente: THOT COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo: 13869.000024/2005-13 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo: 13869.000025/2005-68 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo: 13869.000220/2004-15 - Recorrente: BASCITRUS AGRO INDUSTRIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo: 16095.720135/2015-16 - Recorrente: COTERMO COMERCIAL DE TERMOPLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo: 19515.006229/2008-41 - Recorrente: FABRICA DE MAQUINAS WDB LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo: 10725.720429/2008-61 - Recorrente: AUGUSTA OFFSHORE BRASILEIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo: 11829.720079/2014-85 - Recorrente: COMERCIAL DE ROSAS WEYH LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
399 - Processo: 10907.000709/2002-25 - Recorrente: TETRA PAK LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo: 10980.009247/2001-48 - Recorrente: KRAFT FOODS BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo: 19647.012620/2005-37 - Recorrente: ARMANDO DA FONTE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
402 - Processo: 10166.722412/2013-98 - Recorrente: DISTRIBUIDORA BRASILIA DE VEICULOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo: 10380.722057/2011-51 - Recorrente: CHAC COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo: 10665.002817/2008-18 - Recorrente: INDUSTRIA MINEIRA DE FRALDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo: 10680.724697/2010-30 - Recorrente: TORC TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIARIAS E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo: 10882.002422/2009-31 - Recorrente: DACARTO BENVIC LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo: 13603.723382/2010-86 - Recorrente: REAUTO REPRESENTACAO DE AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo: 13984.001386/2009-39 - Recorrente: COTRASA COMERCIO DE TRANSPORTES E VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo: 15374.001316/2009-94 - Recorrente: WHITE MARTINS CILINDROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo: 15582.000109/2010-09 - Recorrente: ANTONIO AUTO PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
411 - Processo: 13601.000558/2002-38 - Recorrente: AGUAS MINERAIS IGARAPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo: 16327.000253/2003-91 - Recorrente: UNIBANCO UNIAO DE BNCOS BRASILEIROS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo: 10166.911851/2009-97 - Recorrente: FUNDIAGUA - FUNDACAO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo: 10980.724776/2012-28 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo: 10980.726984/2012-61 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo: 11610.724329/2012-40 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA SUL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo: 10980.924454/2011-04 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo: 10680.003389/2005-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ASSOCIACAO PROPAGADORA ESDEVA
419 - Processo: 13840.001084/2002-29 - Embargante: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo: 13830.722780/2014-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO.
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
421 - Processo: 10580.722359/2015-04 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo: 13502.720395/2015-46 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo: 13502.720449/2015-73 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo: 13819.000185/2011-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo: 13502.721308/2013-14 - Recorrentes: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
426 - Processo: 13819.904873/2012-62 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo: 13819.904874/2012-15 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo: 13819.904875/2012-51 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo: 13819.904876/2012-04 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
430 - Processo: 13819.904877/2012-41 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo: 13819.904878/2012-95 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo: 13819.904879/2012-30 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

433 - Processo: 13819.909860/2011-07 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo: 13819.909861/2011-43 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo: 13819.909862/2011-98 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo: 13819.909863/2011-32 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
437 - Processo: 10120.720382/2016-54 - Recorrente: EMPREZA GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
438 - Processo: 10120.720938/2015-21 - Recorrente: SORVETERIA CREME MEL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
439 - Processo: 10166.721230/2009-13 - Recorrente: COMERCIAL SAO PATRICIO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
440 - Processo: 10166.731500/2014-61 - Recorrente: OCT VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo: 10380.002040/2006-16 - Recorrente: CONSERVADORA AMAZONAS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo: 10840.720085/2010-98 - Recorrente: ZANINI INDUSTRIA E MONTAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo: 11065.003004/2008-77 - Recorrente: FREIOS CONTROIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
444 - Processo: 11020.002070/2008-46 - Recorrente: ELIEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo: 11020.002073/2008-80 - Recorrente: ELIEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo: 11020.002074/2008-24 - Recorrente: ELIEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo: 11020.002075/2008-79 - Recorrente: ELIEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo: 11020.003343/2009-51 - Recorrente: ELIEL - INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
449 - Processo: 16349.000404/2008-68 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
450 - Processo: 10314.721711/2016-15 - Recorrente: OSWALDO CRUZ QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo: 10380.720085/2009-19 - Embargante: CVC - CERA VEGETAL DO CEARA LTDA - EPP e Embargada: FAZENDA NACIONAL
452 - Processo: 10410.002110/2001-27 - Embargante: RADIO CLUBE DE ALAGOAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
453 - Processo: 10494.000674/2009-08 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PEDRO ANTONIO XAVIER ZALUSKI
454 - Processo: 10730.723265/2013-11 - Recorrente: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo: 10821.720034/2016-80 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
456 - Processo: 10821.720077/2013-12 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo: 10950.001711/2010-04 - Recorrente: ALDO COMPONENTES ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
458 - Processo: 10880.722020/2013-53 - Recorrente: J. CRISTINA CHEN PRESENTES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
459 - Processo: 10880.722024/2013-31 - Recorrente: DONG QIAOYU - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo: 10880.722058/2013-26 - Recorrente: EMINENCIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo: 18470.723706/2013-03 - Recorrente: SANERIO CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo: 10880.722092/2013-09 - Recorrente: COMERCIO DE PRESENTES CHANG HONG LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: MARCELO COSTA MARQUES D'OLIVEIRA
463 - Processo: 10283.006831/2008-85 - Embargante: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo: 12466.004447/2008-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DARCK TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL
465 - Processo: 10111.721024/2016-78 - Recorrente: COREX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
466 - Processo: 15165.721265/2016-13 - Recorrente: FRENTE OESTE COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo: 10950.725646/2015-11 - Recorrente: MOBILE COMERCIO DE APARELHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
468 - Processo: 10650.001080/2005-32 - Recorrente: VLADIMIR DE OLIVEIRA RAMOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: VALCIR GASSEN
469 - Processo: 10983.720788/2014-15 - Embargante: KOMLOG IMPORTACAO LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Embargada: FAZENDA NACIONAL
470 - Processo: 10314.724036/2014-14 - Embargante: PROCTER & GAMBLE INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
471 - Processo: 10120.721784/2014-12 - Recorrente: MUNICIPIO DE APARECIDA DE GOIANIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
472 - Processo: 10410.725407/2013-06 - Recorrente: MUNICIPIO DE BARRA DE SAO MIGUEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo: 10510.001114/2010-51 - Recorrente: EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO - EMGETIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo: 10746.720110/2014-35 - Recorrente: MUNICIPIO DE CARRASCO BONITO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
475 - Processo: 10746.720916/2016-95 - Recorrente: MUNICIPIO DE PEQUIZEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
476 - Processo: 15215.720215/2011-63 - Recorrente: GOVERNADOR VALADARES PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo: 16004.000565/2009-33 - Recorrente: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE POTIRENDABA - IPREMPO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMÍRAMIS DE OLIVEIRA DURO
478 - Processo: 10980.934789/2009-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ HENRIQUE MAURI
479 - Processo: 10980.916741/2011-32 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo: 10980.916742/2011-87 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo: 10980.916743/2011-21 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo: 10980.916744/2011-76 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
483 - Processo: 10980.916747/2011-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
484 - Processo: 10980.923313/2011-66 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo: 10980.923315/2011-55 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
486 - Processo: 10980.923316/2011-08 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo: 10980.928311/2011-63 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
488 - Processo: 10980.928312/2011-16 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
489 - Processo: 10980.928313/2011-52 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo: 10980.934788/2009-63 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
491 - Processo: 10980.934790/2009-32 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
492 - Processo: 10980.934791/2009-87 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
493 - Processo: 10980.934792/2009-21 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
494 - Processo: 10980.934793/2009-76 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
495 - Processo: 10980.934794/2009-11 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo: 10980.934795/2009-65 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
497 - Processo: 10980.934796/2009-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
498 - Processo: 10980.934797/2009-54 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo: 10980.934798/2009-07 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
500 - Processo: 10980.934799/2009-43 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo: 10980.935304/2011-18 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
502 - Processo: 10980.935305/2011-62 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
503 - Processo: 10980.935306/2011-15 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
504 - Processo: 10980.935307/2011-51 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo: 10980.940285/2011-41 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
506 - Processo: 10980.940287/2011-31 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
507 - Processo: 10980.940288/2011-85 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
508 - Processo: 10980.940289/2011-20 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
509 - Processo: 10980.940290/2011-54 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
510 - Processo: 10980.940291/2011-07 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
511 - Processo: 10980.940293/2011-98 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
512 - Processo: 10980.940294/2011-32 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
513 - Processo: 10980.940295/2011-87 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
514 - Processo: 10980.940296/2011-21 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
515 - Processo: 10980.940297/2011-76 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
516 - Processo: 10980.940298/2011-11 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
517 - Processo: 10980.940299/2011-65 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
518 - Processo: 10980.940301/2011-04 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
519 - Processo: 10980.940302/2011-41 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
520 - Processo: 10980.940303/2011-95 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
521 - Processo: 10980.940304/2011-30 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
522 - Processo: 10980.940305/2011-84 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
523 - Processo: 10980.940306/2011-29 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
524 - Processo: 10980.940311/2011-31 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
525 - Processo: 10980.940313/2011-21 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
526 - Processo: 10980.940315/2011-10 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
527 - Processo: 10980.940316/2011-64 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
528 - Processo: 10980.940318/2011-53 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
529 - Processo: 10980.940319/2011-06 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
530 - Processo: 10980.940320/2011-22 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
531 - Processo: 10980.940787/2011-72 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
532 - Processo: 10980.940788/2011-17 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

533 - Processo: 10980.940789/2011-61 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
534 - Processo: 10980.940790/2011-96 - Recorrente: SOCIEDADE PARANAENSE DE ENSINO E INFORMATICA-SPEI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: SEMIRAMIS DE OLIVEIRA DURO
535 - Processo: 10074.000193/2008-54 - Recorrente: YIN'S BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
536 - Processo: 10074.000557/2008-04 - Recorrente: RIO CHEN'S IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
537 - Processo: 10611.002191/2008-75 - Recorrente: ASTRO TAXI AEREO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: LIZIANE ANGELOTTI MEIRA
538 - Processo: 10580.722537/2013-27 - Recorrente: REDESAUDE COOPERATIVA DE TRABALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
539 - Processo: 11080.721600/2016-54 - Recorrente: D. S. A. INDUSTRIA & COMERCIO EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
540 - Processo: 16045.720020/2016-90 - Recorrente: CANA BRAVA TRANSPORTE E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
541 - Processo: 16327.720098/2016-48 - Recorrente: PERNAMBUCANAS FINANCIADORA S/A CRED FIN E INVESTIMENTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
542 - Processo: 16327.720258/2016-59 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL
543 - Processo: 13710.002341/96-06 - Recorrente: FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da Sessão

JOSÉ HENRIQUE MAURI
Presidente da 1ª Turma Ordinária
Substituto

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, sala 402, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento dos processos ocorrerá estritamente na ordem indicada na pauta, não sendo admitidas antecipações, ainda que em virtude de comparecimento dos representantes das partes, ou de sustentações orais

4) O julgamento do processo nº 10925.000007/2010-33 (item 184) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 185 a 191. A decisão do processo constante do item 184 (paradigma) será aplicada aos processos repetitivos de que tratam os itens 185 a 195, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprova o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: SARAH MARIA LINHARES DE ARAÚJO PAES DE SOUZA
1 - Processo: 10980.723930/2015-97 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 10980.720417/2015-44 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
3 - Processo: 19515.000044/2006-61 - Recorrente: ASSOC DOS CABOS E SALD DA PM DO EST SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo: 10909.720881/2014-12 - Recorrente: DM8 COMERCIO E SERVICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 16327.001753/2007-74 - Recorrente: LINK S/A - CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
6 - Processo: 13832.000063/00-99 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: TECIDOS E CONFECCOES IRMAOS JOSE DE PIRAJU LTDA - ME
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
7 - Processo: 16095.000038/2006-12 - Recorrente: SENAP DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10480.720471/2013-69 - Recorrentes: ACUMULADORES MOURA S A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ACUMULADORES MOURA S A e FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 10435.000275/2008-52 - Recorrente: ACUMULADORES MOURA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 19515.722262/2012-07 - Embargante: WHIRLPOOL S.A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10882.002585/2008-33 - Recorrente: DISKPAR LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
12 - Processo: 13864.720186/2015-93 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
13 - Processo: 13864.720101/2014-96 - Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
14 - Processo: 13306.000023/2002-00 - Recorrente: PAQUETA CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 15956.000250/2009-74 - Recorrente: ANDRADE ACUCAR E ALCOOL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 13116.720344/2013-14 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 13116.902034/2009-21 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 13116.902134/2009-58 - Recorrente: VITAPAN INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 19396.720064/2013-85 - Recorrente: GULFMARK SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo: 15165.723691/2012-50 - Recorrente: KOMPORT COMERCIAL IMPORTADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 19396.720006/2011-90 - Recorrentes: PAN MARINE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: PAN MARINE DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10872.720123/2015-40 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL
23 - Processo: 11065.724056/2015-18 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 10283.006113/2002-13 - Recorrente: IGB ELETRONICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 19679.005722/2005-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CIMENTO RIO BRANCO S/A
26 - Processo: 11831.005031/2002-61 - Recorrentes: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: Recorrentes: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA-DE-ACUCAR, ACUCAR E ALCOOL DO ESTADO DE SAO PAULO. e FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 13804.000535/2005-90 - Recorrente: BRACOL HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
28 - Processo: 11020.721713/2012-31 - Recorrente: ALUMICONTE COMPONENTES DE ALUMINIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo: 16024.000237/2009-07 - Recorrente: ARCH QUIMICA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo: 11020.001116/2010-24 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA NTC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAPHAEL MADEIRA ABAD
31 - Processo: 10314.720837/2016-64 - Recorrente: AULIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 11634.720057/2017-45 - Recorrente: BRAZILIAN PET FOODS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 10611.000410/2010-04 - Recorrente: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 10611.001294/2010-32 - Recorrente: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo: 10611.001716/2010-70 - Recorrente: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo: 10611.002625/2010-51 - Recorrente: LIDER TAXI AEREO S/A - AIR BRASIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 13770.720968/2014-91 - Recorrente: FLORIANO DA CONCEICAO RAMOS MOSCHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
38 - Processo: 19515.721343/2014-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA
39 - Processo: 19515.720975/2013-17 - Recorrentes: TUPY S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TUPY S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
40 - Processo: 11065.003532/2010-41 - Recorrente: FRIGORIFICO ZIMMER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 16004.720480/2013-51 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 16004.720497/2013-17 - Recorrente: VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
43 - Processo: 10882.001259/2009-90 - Embargante: COMPUSOFTWARE INFORMATICA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo: 10480.723631/2010-89 - Recorrentes: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
45 - Processo: 19396.720113/2014-61 - Recorrentes: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA e FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 13629.003039/2007-28 - Embargante: APERAM INOX AMERICA DO SUL S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 13609.720024/2006-85 - Recorrente: DISTRIBUIDORA PEQUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
48 - Processo: 13609.720842/2012-26 - Recorrente: BELO HORIZONTE REFRIGERANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAPHAEL MADEIRA ABAD
49 - Processo: 10976.720029/2017-94 - Recorrente: JOHNSON CONTROLS PS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 16027.720187/2017-50 - Recorrente: LEAO ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
51 - Processo: 10380.012963/97-14 - Recorrente: IRACEMA INDUSTRIAS DE CAJU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 10950.002562/2009-59 - Recorrente: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
53 - Processo: 10283.722865/2015-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIDEOLAR-INNOVA S/A
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
54 - Processo: 13971.722726/2011-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SULFORMS S/A INDUSTRIA E COMERCIO
55 - Processo: 19311.720311/2015-06 - Recorrentes: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA e FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 11618.001024/2005-67 - Recorrente: POLIMASSA ARGAMASSAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 11080.722074/2016-40 - Recorrente: VONPAR REFRESCOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
58 - Processo: 12466.003142/2007-15 - Recorrente: CISA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 10711.001012/2006-92 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 10830.009703/2002-54 - Recorrente: KORBACH VOLLET ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
61 - Processo: 10183.721209/2013-96 - Recorrentes: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES e FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
62 - Processo: 16682.720545/2011-13 - Recorrente: IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
63 - Processo: 10314.000146/2009-11 - Recorrente: G.T.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 19675.000486/2006-75 - Recorrente: G.T.M. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
65 - Processo: 10768.026362/98-62 - Recorrente: FORJA RIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 10976.000603/2008-01 - Recorrente: STRATURA ASFALTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 16095.000322/2006-81 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAPHAEL MADEIRA ABAD

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

68 - Processo: 10830.728064/2016-25 - Recorrente: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 10872.720353/2016-90 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
70 - Processo: 10814.016925/2006-55 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 15771.722085/2011-98 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 15771.720458/2012-77 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 15771.721195/2012-13 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo: 15771.725118/2012-32 - Recorrente: FUNDACAO JOAO PAULO II e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 10611.003399/2006-40 - Recorrente: IGB ELETRONICA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 11891.000340/2007-44 - Recorrente: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE JUIZ DE FORA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo: 10611.002223/2007-51 - Recorrente: ALPHAVILLE URBANISMO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 17747.000264/2008-06 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 10909.720201/2015-41 - Recorrente: LUIZ CARLOS REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 10909.720271/2015-08 - Recorrente: JACKSON ANDRE DE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: RAPHAEL MADEIRA ABAD
81 - Processo: 10280.721159/2015-19 - Recorrente: ALUBAR METAIS E CABOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
82 - Processo: 16327.002626/2003-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CREDIT SUISSE (BRASIL) DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.
83 - Processo: 10980.009882/2007-11 - Recorrente: EDITORA GAZETA DO POVO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo: 16327.000954/2004-10 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 11080.004683/2006-41 - Embargante: METALURGICA GERDAU SOCIEDADE ANONIMA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
86 - Processo: 10166.727389/2012-47 - Embargante: CAENGE S.A - CONSTRUCAO ADMINISTRACAO E ENGENHARIA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 11829.720017/2013-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: GOLDSTAR COMERCIO ATACADISTA E SERVICOS INDUSTRIAL LTDA - EPP
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
88 - Processo: 16327.720906/2013-24 - Recorrentes: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL e FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 16327.001379/2008-98 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE GUARIBA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo: 16327.001342/2006-06 - Recorrente: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS PROFISSIONAIS DA AREA DA SAUDE DE TAUBATE - UNICRED DE TAUBATE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo: 16327.720098/2015-67 - Recorrente: BANCO PAN S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 10680.721360/2006-94 - Recorrente: VALLOUREC TUBOS DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo: 10680.004652/2006-69 - Recorrente: V & M DO BRASIL S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
94 - Processo: 11080.001802/2005-23 - Embargante: RENNER SAYERLACK S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 11060.000976/2010-74 - Recorrente: HERTER CEREAIS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo: 10882.001049/2005-78 - Embargante: BRASLO PRODUTOS DE CARNE LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
97 - Processo: 10860.720143/2012-15 - Recorrente: FAURECIA EMISSIONS CONTROL TECHNOLOGIES DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
98 - Processo: 14041.720063/2014-18 - Recorrente: FMQ PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo: 19311.720016/2015-41 - Recorrente: QUIMICA AMPARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo: 16327.001488/2004-81 - Recorrente: THE FIRST INTERNATIONAL TRADE BANK LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo: 18471.001373/2007-00 - Recorrentes: UNIVERSAL COMPRESSION LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: UNIVERSAL COMPRESSION LTDA e FAZENDA NACIONAL
102 - Processo: 16327.003559/2003-08 - Recorrente: GUEDES DE ALCANTARA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
103 - Processo: 10280.004608/2006-61 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo: 10280.722273/2009-18 - Recorrente: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
105 - Processo: 16327.001866/2005-16 - Recorrente: COOPERATIVA DE E.C.M.S.M. DE S.J.C. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo: 16327.001865/2005-63 - Recorrente: COOPERATIVA DE E.C.M.S.M.S.J.C. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo: 16327.001146/2004-61 - Recorrente: THE FIRST INTERNATIONAL TRADE BANK e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo: 12448.730071/2013-93 - Recorrente: BANCO CLASSICO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
109 - Processo: 10166.900184/2009-17 - Recorrente: CAIXA ECONOMICA FEDERAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 10850.907339/2009-28 - Recorrente: RODOBENS PRESTADORA DE SERVICOS E INTERMEDIACAO DE VENDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
111 - Processo: 10283.720877/2010-25 - Recorrente: O.C.CHAUVIN - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 11128.729558/2014-64 - Recorrente: INDUSTRIA DE CHAVES GOLD LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo: 10907.000991/2008-36 - Recorrente: JUTEC REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo: 11042.000318/2008-86 - Recorrente: WORLD BRANDS DISTRIBUIDORA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
115 - Processo: 12571.720095/2012-38 - Recorrente: K R M TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo: 12898.000039/2010-39 - Recorrentes: MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MPE MONTAGENS E PROJETOS ESPECIAIS S/A e FAZENDA NACIONAL
117 - Processo: 10120.720126/2010-71 - Recorrente: CARAMURU ALIMENTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
118 - Processo: 13855.720145/2012-63 - Recorrente: ACRUX CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo: 10140.001791/00-81 - Recorrente: AGENCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL DE MATO GROSSO DO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo: 11543.002757/2001-14 - Recorrente: T.A. OIL DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
121 - Processo: 10680.724370/2010-68 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo: 10680.918609/2011-40 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo: 10680.912453/2012-74 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
124 - Processo: 19515.722305/2012-46 - Recorrente: PEPSICO DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo: 10980.723499/2011-55 - Embargante: HSBC BRASIL S.A. - BANCO DE INVESTIMENTO e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
126 - Processo: 12585.000203/2010-31 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo: 12585.000205/2010-21 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo: 12585.000209/2010-17 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo: 12585.000219/2010-44 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo: 12585.720457/2011-51 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
131 - Processo: 10909.003125/2004-53 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo: 10909.003131/2004-19 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo: 10909.003124/2004-17 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo: 10909.003126/2004-06 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo: 10909.003127/2004-42 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo: 10909.003132/2004-55 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo: 10909.003128/2004-97 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo: 10909.003130/2004-66 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo: 10909.001588/2005-61 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo: 10909.001591/2005-85 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo: 10909.001590/2005-31 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo: 10909.002222/2005-18 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo: 10909.002225/2005-43 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo: 10909.003160/2005-53 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo: 10909.003289/2005-61 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo: 10909.003291/2005-31 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo: 10909.000257/2006-95 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo: 10909.000254/2006-51 - Recorrente: APM TERMINALS ITAJAI S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
149 - Processo: 16682.904225/2011-14 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo: 16682.904221/2011-28 - Recorrente: VALE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo: 19515.003462/2010-97 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
152 - Processo: 10855.721325/2016-06 - Recorrente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo: 10855.720271/2016-53 - Recorrente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
154 - Processo: 19482.720004/2013-93 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JOSE ROBERTO LAMACCHIA
155 - Processo: 16095.720148/2015-87 - Recorrentes: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e FAZENDA NACIONAL
156 - Processo: 10830.016374/2010-16 - Recorrente: BENTELER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo: 19515.004112/2010-48 - Recorrente: MUSEU DE ARTE DE SAO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND - MASP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo: 17437.720221/2015-65 - Recorrente: TECON RIO GRANDE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo: 10805.721959/2014-84 - Recorrente: VIA VAREJO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
160 - Processo: 19515.721188/2012-01 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
161 - Processo: 16682.720573/2014-75 - Recorrente: INFOGLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
162 - Processo: 16095.000445/2009-64 - Recorrente: PELKOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo: 13855.723461/2014-59 - Recorrente: MAGAZINE LUIZA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
164 - Processo: 11543.000506/2005-11 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo: 15578.000403/2007-76 - Recorrente: COMPANHIA NIPO BRASILEIRA DE PELOTIZACAO - NIBRASCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
166 - Processo: 10980.001141/00-62 - Recorrente: TRANSESP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo: 16682.720556/2013-57 - Recorrente: NEOENERGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
168 - Processo: 10932.720040/2015-07 - Recorrente: LUCKMETAIS COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo: 15504.724988/2011-63 - Recorrente: CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
170 - Processo: 10670.720180/2015-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MUNICIPIO DE MONTES CLAROS
171 - Processo: 11516.721422/2016-02 - Recorrente: MUNICIPIO DE BIGUACU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo: 15586.720315/2016-86 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARAPARI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo: 15983.720019/2014-31 - Recorrentes: MUNICIPIO DE SAO VICENTE e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MUNICIPIO DE SAO VICENTE e FAZENDA NACIONAL
174 - Processo: 17437.720091/2015-61 - Recorrente: MUNICIPIO DE BAGE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
175 - Processo: 16327.720107/2016-09 - Recorrente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo: 16327.720114/2016-01 - Recorrente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo: 16327.720648/2015-48 - Recorrente: TOV CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo: 15983.720271/2014-40 - Recorrente: COLEGIO JEAN PIAGET S/S LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo: 15983.720286/2014-16 - Recorrente: ASSOCIACAO PIAGETIANA DE ENSINO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo: 15983.720273/2014-39 - Recorrente: INSTITUTO PIAGETIANO DE ENSINO S/S LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo: 13502.720794/2015-15 - Recorrente: RIO NEGRO TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo: 10882.720850/2015-98 - Recorrente: UNASCO UNIDADE DE NEFROLOGIA DE OSASCO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo: 10120.721881/2016-69 - Recorrente: COSMEX - EXCELENCIA EM COSMETICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
184 - Processo: 10925.000007/2010-33 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
185 - Processo: 10925.000008/2010-88 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo: 10925.000011/2010-00 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo: 10925.000022/2010-81 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo: 10925.000032/2010-17 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo: 10925.000033/2010-61 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo: 10925.000036/2010-03 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo: 10925.000046/2010-31 - Recorrente: AGRICOLA FRAIBURGO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
192 - Processo: 13861.000034/2003-67 - Embargante: COPEBRAS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo: 12893.000071/2007-69 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FISCHER S/A - AGROINDUSTRIA
194 - Processo: 13811.002256/2005-71 - Embargante: MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
195 - Processo: 11075.720280/2013-41 - Recorrente: LATINA COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo: 11060.724527/2014-49 - Recorrente: LCD-TELECON COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo: 10814.725129/2015-06 - Recorrente: MOBICAR COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
198 - Processo: 13839.721378/2011-09 - Recorrente: DANRIO COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo: 16561.000055/2009-41 - Recorrentes: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 11762.720054/2014-01 - Recorrentes: BRASALES COMERCIO EXTERIOR LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BRASALES COMERCIO EXTERIOR LTDA e FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 11684.000745/2007-28 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
202 - Processo: 10245.000633/2003-50 - Recorrente: BOA VISTA ENERGIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 10980.003414/2003-17 - Recorrente: PLM PLASTICOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
204 - Processo: 11829.720054/2015-62 - Recorrente: QUANTA BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 11080.732574/2014-28 - Recorrente: TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 10907.720132/2015-96 - Recorrente: COMERCIAL IMPORTACAO E EXPORTACAO CANTAREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo: 10111.000646/2010-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CENTER TRADING INDUSTRIA E COMERCIO S/A

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALKER ARAUJO
208 - Processo: 13747.000103/2003-49 - Recorrente: NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S A NUCLEP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 13656.720404/2011-11 - Recorrente: MUNICIPIO DE GUARANESIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo: 13819.002214/96-54 - Recorrente: PROQUIGEL IND E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 10735.000944/94-27 - Recorrente: CIPLA INDUSTRIA DE TINTAS E VERNIZES SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 11052.001139/2010-61 - Recorrente: FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - FURJ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
213 - Processo: 13811.001589/98-48 - Recorrente: COMPO DO BRASIL PARTICIPACOES - EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo: 11128.006533/2003-36 - Recorrente: M CASSAB COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 10831.003573/2006-60 - Embargante: KETER COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo: 11131.000218/2008-51 - Recorrente: SPIN COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo: 10611.000410/2009-62 - Recorrente: SCIB - SERVICO E COMERCIO INDUSTRIA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 10120.727986/2015-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A
219 - Processo: 13883.000163/2002-16 - Recorrente: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo: 10670.720013/2006-63 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 10670.000378/2006-78 - Recorrente: COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS COTEMINAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
222 - Processo: 11516.721644/2013-74 - Recorrente: FRANCO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo: 15983.720042/2013-44 - Recorrente: ELITE SERVICOS ESPECIAIS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 13971.002379/2004-99 - Recorrente: UNIMED ALTO VALE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo: 15586.001728/2008-58 - Recorrente: INDUSTRIA DE MOVEIS MOVELAR LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
226 - Processo: 11020.003913/2010-46 - Recorrente: FRINAL S/A - FRIGORIFICO E INTEGRACAO AVICOLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo: 11051.720189/2013-02 - Recorrente: NEW MAX INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
228 - Processo: 16349.720107/2012-19 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
229 - Processo: 12466.722771/2011-24 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 12466.720121/2015-78 - Recorrente: MULTIMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo: 12466.722116/2014-19 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL
232 - Processo: 12466.722121/2014-21 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL
233 - Processo: 12466.722511/2014-00 - Recorrentes: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: MULTIMEX S/A e FAZENDA NACIONAL
234 - Processo: 12266.720916/2014-51 - Recorrente: SUPPORTE ARMAZENAGEM, VENDAS E LOGISTICA INTEGRADA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
235 - Processo: 11077.000773/2006-12 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
236 - Processo: 10074.000579/2009-47 - Recorrente: PLENA COMERCIAL ATACADISTA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 10920.722786/2015-86 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo: 10183.722798/2012-49 - Recorrente: ELDORADO COMBUSTIVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
239 - Processo: 13839.002362/2004-66 - Recorrente: J.RUETTE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 10920.721206/2014-52 - Recorrentes: DEDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DEDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 10950.726726/2012-32 - Recorrentes: DOMIMAR - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: DOMIMAR - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
242 - Processo: 11131.001598/2004-17 - Recorrente: CESTAS NORDESTE COMERCIO DE ALIMENTOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
243 - Processo: 11131.001349/2010-70 - Recorrentes: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INDUSTRIA NAVAL DO CEARA SA e FAZENDA NACIONAL
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
244 - Processo: 10611.002136/2006-13 - Recorrente: PENTEC INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo: 11020.002099/2007-47 - Recorrente: SUSPENSYS SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
246 - Processo: 13984.721443/2011-14 - Recorrente: LIDIA CHUPEL - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JORGE LIMA ABUD
247 - Processo: 12466.000391/2007-59 - Recorrentes: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: VALE S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
248 - Processo: 10580.730520/2014-24 - Recorrente: DELTA LOCACAO DE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
249 - Processo: 13819.001425/2009-18 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo: 10166.723897/2015-07 - Recorrente: SMAFF AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
251 - Processo: 10920.723806/2012-93 - Recorrente: ASSOCIACAO BENEFICENTE EVANGELICA DE JOINVILLE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo: 10280.720815/2010-43 - Recorrente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo: 10880.664978/2009-36 - Recorrente: DOW BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo: 10950.006209/2007-86 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo: 10680.000199/00-37 - Recorrente: BRASIF S/A EXPORTACAO IMPORTACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo: 10715.002972/2007-11 - Recorrente: TV GLOBO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo: 10314.014706/2008-34 - Recorrente: AMERICEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo: 12466.720895/2015-07 - Recorrentes: WM COMERCIAL ATACADISTA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: WM COMERCIAL ATACADISTA LTDA e FAZENDA NACIONAL
259 - Processo: 12452.000047/2009-81 - Recorrente: NOVAMETAL DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo: 16561.720076/2012-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PIRELLI PNEUS LTDA.
261 - Processo: 12466.000913/2008-01 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo: 12466.000915/2008-92 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo: 12466.000917/2008-81 - Recorrente: GAMA SERVICOS E NEGOCIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo: 10480.721430/2011-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
265 - Processo: 11080.721300/2015-94 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: OPEN MARKET COMERCIO EXTERIOR LTDA
Relator: PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
266 - Processo: 10814.723918/2014-13 - Recorrente: SABINNE MARIE TELLES DE CERJAT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo: 11516.001792/2004-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS
268 - Processo: 11516.002703/2004-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS
269 - Processo: 11610.001259/2003-67 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS
270 - Processo: 13746.000144/2003-45 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

271 - Processo: 10735.000001/99-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO
272 - Processo: 10283.002024/2001-17 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VALMASTER BATCH INDUSTRIA E COMERCIO DE POLIMEROS DA AMAZONIA SA
273 - Processo: 13746.001223/2002-92 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: NITRIFLEX S A INDUSTRIA E COMERCIO
274 - Processo: 10283.004844/2007-39 - Recorrente: NITRIFLEX DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo: 13746.000259/2003-30 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo: 10209.000424/2004-23 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A
277 - Processo: 10283.007960/2007-18 - Recorrente: SONOPRESS RIMO DA AMAZONIA IND E COM FONOGRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo: 12452.720436/2011-41 - Recorrente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo: 13502.000672/2006-18 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo: 13502.900412/2008-06 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo: 13502.900414/2008-97 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo: 13502.900432/2008-79 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo: 13502.901054/2008-41 - Recorrente: ARTEDUR PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo: 11829.720040/2013-87 - Recorrente: FIH DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
285 - Processo: 10508.720503/2015-32 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo: 10508.720558/2014-61 - Recorrente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
287 - Processo: 16095.720196/2012-22 - Recorrente: INDUSTRIA TEXTIL TSUZUKI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo: 10830.720227/2009-01 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo: 10830.720140/2009-25 - Recorrente: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
290 - Processo: 10830.005675/2009-72 - Recorrente: AGIS EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: WALKER ARAUJO
291 - Processo: 12664.000043/2010-41 - Recorrente: BRAIMEX COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ RENATO PEREIRA DE DEUS
292 - Processo: 10380.720568/2013-08 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: JOSÉ FERNANDES DO NASCIMENTO
293 - Processo: 10283.010207/2001-14 - Recorrente: CONSERVADORA AMAZONAS LIMITADA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo: 13603.002687/2003-21 - Recorrente: MAXION SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo: 10283.720010/2009-36 - Recorrente: SIEMENS ELETROELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo: 13502.001160/2009-11 - Recorrente: OXITENO NORDESTE S A INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo: 10074.720227/2016-31 - Recorrente: COMERCIAL DESTRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo: 10074.720584/2015-18 - Recorrente: INDUSTRIA DE PRODUTOS PARA A SAUDE E CORRELATOS VIVA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo: 10283.002649/2004-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MARTRADE AGENCIA MARITIMA LTDA - ME
300 - Processo: 10909.721943/2015-94 - Recorrente: TIMBRO (SC) COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARIA DO SOCORRO FERREIRA AGUIAR
301 - Processo: 16327.720306/2010-13 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo: 16004.720665/2011-02 - Recorrente: COCAM CIA DE CAFE SOLUVEL E DERIVADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo: 16007.000064/2010-61 - Recorrente: COCAM CIA DE CAFE SOLUVEL E DERIVADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo: 16007.000081/2010-06 - Recorrente: COCAM CIA DE CAFE SOLUVEL E DERIVADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

AREOVALDO MARIANO TAVARES
Secretário da Sessão

PAULO GUILHERME DÉROULÈDE
Presidente da 2ª Turma Ordinária

4ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamentos dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, 4º andar, sala 403, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES: 1) Serão julgados na primeira reunião ordinária subsequente os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião

3) O julgamento do processo nº 10880.660277/2012-23 (item 248) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 249 a 437, o julgamento do processo nº 16349.000309/2009-45 (item 438) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 439 a 487, o julgamento do processo nº 10880.914320/2010-14 (item 488) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 489 a 511, o julgamento do processo nº 10880.915297/2008-61 (item 512) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 513 a 527, o julgamento do processo nº 10410.720043/2011-06 (item 528) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 529 a 561, e o julgamento do processo nº 13884.900342/2008-31 (item 562) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 563 a 610. As decisões dos processos constantes dos itens 248, 438, 488, 512, 528 e 562 (paradigmas) serão aplicadas aos processos repetitivos de que tratam os itens 249 a 437, 439 a 487, 489 a 511, 513 a 527, 529 a 561 e 563 a 610, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, que aprova o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada, com a redação dada pela Portaria MF nº 152, de 3 de maio de 2016.

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
1 - Processo: 19647.005870/2010-88 - Recorrentes: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CIL COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e FAZENDA NACIONAL
2 - Processo: 12266.721304/2013-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J TOLEDO DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
3 - Processo: 10283.723146/2016-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: J TOLEDO DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA
4 - Processo: 13971.722127/2014-51 - Recorrentes: TARGA SA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: TARGA SA e FAZENDA NACIONAL
5 - Processo: 10830.001238/2011-02 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo: 10830.720472/2011-24 - Recorrente: SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo: 10860.720028/2012-32 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo: 10660.000683/2009-21 - Recorrente: SOBRAL INVICTA SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo: 13601.000619/2003-48 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS BURITIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo: 10665.000201/2010-27 - Recorrente: SIDERURGIA SANTO ANTONIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo: 10932.000052/2006-12 - Recorrente: SPX FLOW TECHNOLOGY DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo: 13931.000126/2010-03 - Recorrente: METALURGICA SCHIFFER SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo: 10907.721171/2015-19 - Recorrente: FAR EAST COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo: 16095.720132/2013-11 - Recorrente: PETRONOVA DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo: 10865.001414/2009-86 - Recorrente: ABENGOA BIOENERGIA SAO JOAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo: 10860.720230/2012-64 - Recorrente: TECNOVAL LAMINADOS PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo: 13603.721351/2011-71 - Recorrente: CSD INDUSTRIA, COMERCIO, CORTE E DOBRA DE ACO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo: 14751.000191/2010-10 - Recorrente: MOURA RAMOS GRAFICA E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo: 11020.000647/2011-81 - Recorrente: ALUMICONTE COMPONENTES DE ALUMINIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
20 - Processo: 18471.002222/2003-37 - Recorrente: EDIOURO PUBLICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo: 10166.722628/2011-91 - Recorrente: CVP COMERCIAL DE VEICULOS E PECAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo: 10831.010946/2002-25 - Recorrente: VIRMONT-PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
23 - Processo: 18471.000262/2004-25 - Recorrentes: RIOJA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: RIOJA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
24 - Processo: 19515.000100/2002-34 - Recorrente: ASSOCIACAO CULTURAL NOSSASENHORA MENINA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo: 10073.001409/2009-90 - Recorrentes: BR METALS FUNDICOES LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BR METALS FUNDICOES LTDA e FAZENDA NACIONAL
26 - Processo: 15165.723702/2013-82 - Recorrente: ALVO IMPORTACAO E COMERCIO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo: 11131.720511/2014-86 - Recorrentes: AURIGA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: AURIGA INFORMATICA E SERVICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
28 - Processo: 10803.720115/2012-74 - Recorrentes: EVERBIZ COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: EVERBIZ COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
29 - Processo: 16561.720029/2012-38 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
30 - Processo: 16643.720013/2012-15 - Recorrentes: NESTLE BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: NESTLE BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
31 - Processo: 10494.000659/2008-71 - Recorrente: ANDRE D. TECNOLOGIA E SERVICOS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo: 10830.721965/2011-81 - Recorrente: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo: 10909.720397/2015-74 - Recorrente: TRISOFT TEXTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo: 10865.721982/2012-01 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
35 - Processo: 10865.721893/2012-56 - Recorrentes: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
36 - Processo: 10516.000019/2011-61 - Recorrente: PARTICIPACOES AUTOMOTIVAS HUMMER EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo: 10314.723154/2014-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SHIRE FARMACEUTICA BRASIL LTDA.

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
38 - Processo: 10480.727305/2015-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DIAGEO BRASIL LTDA.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
39 - Processo: 10840.720745/2009-05 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo: 10840.900312/2009-23 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo: 10840.900311/2009-89 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo: 19740.000383/2007-65 - Recorrente: PREVID EXXON SOC PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo: 16682.720570/2012-70 - Recorrente: ATLANTICA COMPANHIA DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ROBSON JOSE BAYERL
44 - Processo: 10480.721144/2010-81 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo: 10480.721571/2013-11 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo: 10166.729027/2012-91 - Recorrente: ASA ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo: 10480.732597/2014-67 - Recorrente: PROVIDER SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo: 10480.729664/2013-85 - Recorrente: USINA CRUANGI S/A - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo: 10980.725995/2011-43 - Recorrente: COCELPA CIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo: 19515.720119/2012-72 - Recorrente: ENFIL S/A CONTROLE AMBIENTAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo: 16643.720004/2011-43 - Recorrente: LOJAS RIACHUELO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo: 11634.720093/2014-66 - Recorrente: FRIGORIFICO RAINHA DA PAZ LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo: 12571.720167/2014-17 - Recorrente: MARZA ENGENHARIA ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo: 10830.720129/2007-01 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo: 10830.720132/2007-17 - Recorrente: BASF SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo: 11128.727454/2014-15 - Recorrente: SISTEMI DO BRASIL - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo: 11817.000018/2009-70 - Recorrente: ELIAS COHEN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
58 - Processo: 11516.720540/2015-12 - Recorrente: SAAM BRASIL LOGISTICA MULTIMODAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo: 19740.000449/2006-36 - Recorrente: FUND ELETROBRAS DE SEG SOCIAL-ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo: 19740.000148/2007-93 - Recorrente: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo: 19740.000150/2007-62 - Recorrente: FUNDACAO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
62 - Processo: 13601.000022/00-16 - Recorrente: CODEME ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo: 19311.720352/2014-11 - Recorrentes: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: NATURA INOVACAO E TECNOLOGIA DE PRODUTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
64 - Processo: 10580.730289/2014-79 - Recorrente: MCE ENGENHARIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo: 10380.730130/2014-19 - Recorrente: CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo: 15374.724354/2009-19 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo: 10980.005998/2003-57 - Recorrente: IVAI ENGENHARIA DE OBRAS SOCIEDADE ANONIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo: 12644.000012/2008-11 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo: 10580.720118/2016-01 - Recorrente: EMPRESA BAIANA DE AGUAS E SANEAMENTO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo: 15868.720119/2015-64 - Recorrente: REVATI S.A. ACUCAR E ALCOOL - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo: 10120.725412/2014-57 - Recorrente: SAGA SOCIEDADE ANONIMA GOIAS DE AUTOMOVEIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo: 18471.002351/2004-14 - Recorrente: NINA AUTO POSTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo: 11128.726147/2014-17 - Recorrente: COFERLY COSMETICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo: 10314.011081/2007-78 - Recorrente: BRUNO COMERCIAL E IMPORTADORA DE ALIMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo: 19647.000468/2009-73 - Recorrente: SCIENTIFIC COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo: 12689.001591/2005-42 - Recorrente: HITA COMERCIO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
77 - Processo: 16327.720043/2016-38 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo: 16327.720720/2015-37 - Recorrente: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo: 16707.010075/99-95 - Recorrente: CONSTRUTORA NORTE BRASIL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo: 13971.005157/2010-76 - Recorrente: PLANETA DA INJECAO COMERCIO IMPORT.EXPORTACAO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo: 10517.720001/2014-11 - Recorrente: BREMEN IMPORTADORA DE EQUIPAMENTOS PARA LUBRIFICACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo: 10380.002643/2002-94 - Recorrente: EUROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo: 10380.013655/2001-63 - Recorrente: EUROFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo: 13153.000188/2001-83 - Recorrente: MARACAI FLORESTAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo: 10935.000888/2003-44 - Recorrente: SPERAFICO AGROINDUSTRIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo: 10183.005067/97-81 - Recorrente: CEVAL CENTRO OESTE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo: 13811.000024/99-15 - Recorrente: CARGILL AGRICOLA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo: 11020.000013/2008-22 - Recorrente: B & Z EXPORT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo: 11080.724590/2012-85 - Recorrente: PIERPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo: 16095.720017/2016-81 - Recorrente: PLASTICOS ITAQUA PRODUTOS SINTETICOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo: 10830.726957/2014-74 - Recorrente: CRYOVAC BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo: 10611.004116/2008-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MERCOTEX DO BRASIL LTDA - ME
93 - Processo: 10111.720342/2013-79 - Embargante: CAPITAL FILTROS E UTILIDADES PARA O LAR EIRELI - ME e Embargada: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo: 19515.003636/2010-11 - Embargante: SILFER COM RCIO, IND STRIA E EXPORTA O DE ARTEFATOS DE PAP IS EIRELI e Embargada: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo: 11829.720036/2012-38 - Embargante: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
96 - Processo: 10680.723290/2010-95 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo: 10680.723291/2010-30 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo: 10680.723292/2010-84 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo: 11020.902329/2008-51 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo: 11020.902331/2008-20 - Recorrente: LOJAS COLOMBO SA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo: 19647.000183/2007-71 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo: 19647.000371/2006-18 - Recorrente: PLENO CONSULTORIA E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo: 19515.004739/2009-65 - Recorrente: SUPRICEL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo: 19515.004740/2009-90 - Recorrente: SUPRICEL LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo: 10950.721533/2014-57 - Recorrente: PDV COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo: 10950.721532/2014-11 - Recorrente: PDV COMERCIO E IMPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo: 10314.000622/2008-13 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo: 10314.001222/2008-25 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo: 10314.002359/2008-05 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo: 11829.720042/2012-95 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo: 11829.720034/2013-20 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo: 11487.720001/2012-17 - Recorrente: ENCOMEX TRADING COMERCIAL, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo: 13839.000492/2009-79 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo: 13839.001118/2009-91 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo: 13839.002140/2009-58 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo: 19311.000002/2009-60 - Recorrente: NOVA ROGE DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo: 19740.000082/2006-51 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo: 19740.000407/2007-86 - Recorrente: COMSHELL SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo: 10980.902686/2008-06 - Embargante: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo: 10980.902704/2008-41 - Embargante: CCV COMERCIAL CURITIBANA DE VEICULOS S/A e Embargada: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo: 10880.923745/2009-81 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo: 10880.923746/2009-25 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo: 10880.923747/2009-70 - Recorrente: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo: 10325.000592/2005-73 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo: 10325.000612/2004-25 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo: 10325.000712/2005-32 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo: 10325.001090/2003-06 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo: 10325.001363/2003-12 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo: 10325.001529/2003-92 - Recorrente: VIENA SIDERURGICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
130 - Processo: 10314.003547/2002-57 - Recorrente: D.F.V.COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo: 10831.008295/2005-56 - Recorrente: MABE CAMPINAS ELETRODOMESTICOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo: 10283.009884/99-60 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo: 10283.907961/2009-18 - Recorrente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo: 10510.723214/2015-46 - Recorrentes: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: L. R. NORDESTE S/A e FAZENDA NACIONAL
135 - Processo: 10120.008405/2007-68 - Recorrente: CICAL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo: 10680.007022/2004-84 - Recorrente: ELMO CALCADOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo: 10875.001972/2005-07 - Recorrente: VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo: 10875.720091/2008-23 - Recorrente: VISTEON SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo: 16007.000031/2007-15 - Recorrente: URUPES PREFEITURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo: 10880.720944/2006-96 - Recorrente: LOGOS PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo: 10480.010764/2001-09 - Recorrente: J A G EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo: 10680.007730/2003-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: CASABLANCA COMUNICACAO & MARKETING LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

143 - Processo: 10680.003712/2008-98 - Recorrente: MERCANTIL NOVA OPCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo: 13971.000937/99-62 - Recorrente: NH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo: 10925.002520/2006-82 - Recorrente: COOPER ECON CREDS MUTS MEDICOS E DEM PRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo: 13982.000953/2003-64 - Recorrente: COOPERATIVA A1 e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo: 11080.003103/2009-41 - Recorrente: FORJAS TAURUS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo: 11080.903827/2009-97 - Recorrente: FORJAS TAURUS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo: 13601.000426/00-55 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo: 10283.001726/2004-26 - Recorrente: TCE SERVICOS EM TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo: 11080.905028/2008-74 - Recorrente: CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo: 11080.901239/2009-19 - Recorrente: CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo: 10925.000573/2009-10 - Recorrente: RENAR MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo: 10880.915293/2008-82 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A
155 - Processo: 13804.001279/2003-96 - Recorrente: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo: 10580.722388/2014-87 - Recorrente: CROMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo: 10580.723531/2013-77 - Recorrente: CROMEX S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo: 10976.720035/2016-61 - Recorrente: LONAX-INDUSTRIA BRASILEIRA DE LONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo: 13603.722234/2011-25 - Recorrente: SANTA TEREZINHA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAÚJO BRANCO
160 - Processo: 10314.005794/2008-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: S. B. COMERCIO EXTERIOR EIRELI
161 - Processo: 11020.720457/2012-64 - Recorrente: METALURGICA SIMONAGGIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo: 11065.724114/2015-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VIA ITALIA COMERCIO E IMPORTACAO DE VEICULOS LTDA.
163 - Processo: 10976.000155/2010-52 - Recorrente: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo: 16682.720147/2015-12 - Recorrentes: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CASAS GUANABARA COMESTIVEIS LTDA e FAZENDA NACIONAL
165 - Processo: 11128.728160/2014-19 - Recorrentes: LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: LOCALFRIO S.A. ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS. e FAZENDA NACIONAL
166 - Processo: 10280.723782/2013-36 - Recorrente: ARGEMEX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo: 11829.720038/2015-70 - Recorrente: MULTISOURCING TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo: 12689.720545/2014-37 - Recorrente: F. GARCIA IMPORTACAO E COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo: 15521.000120/2008-61 - Recorrente: SANTOS BARBOSA TECNICA COM E SERV LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo: 19515.720148/2014-04 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo: 11080.724641/2012-79 - Recorrente: DELTACAPAS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo: 10073.720679/2012-07 - Recorrente: COLEGIO SANTA ANGELA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo: 11444.000318/2010-78 - Recorrente: FUNDACAO DE ENSINO EURIPIDES SOARES DA ROCHA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo: 13603.901447/2013-83 - Recorrente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo: 10283.002469/2006-10 - Recorrente: CALOI NORTE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo: 10983.901980/2008-62 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo: 10865.000284/2005-31 - Recorrente: CHINA"S FIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo: 10830.005108/2005-92 - Recorrente: METALGLASS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo: 10735.002364/2003-44 - Recorrentes: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. e FAZENDA NACIONAL
180 - Processo: 13884.002282/2003-84 - Recorrente: PANASONIC ELECTRONIC DEVICES DO BRASIL LTDA. - EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo: 13819.003146/2004-76 - Recorrente: BERKEL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo: 10111.721893/2012-79 - Recorrente: JILI COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo: 11829.720050/2015-84 - Recorrente: QUANTA BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo: 16349.000098/2008-60 - Recorrente: INDUSTRIAS DE PAPEL R RAMENZONI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
185 - Processo: 10909.900787/2010-11 - Recorrente: POSEIDON INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
186 - Processo: 10840.910860/2009-61 - Recorrente: APIDOURO COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo: 10940.720027/2010-36 - Recorrente: AGRICOLA CANTELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo: 10283.007686/2010-74 - Recorrente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo: 10980.011034/2005-18 - Recorrente: PLM PLASTICOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo: 10120.900188/2010-65 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS IMPERIAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo: 13804.001085/2003-91 - Recorrente: ELDORADO EXPORTACAO E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
192 - Processo: 13746.001446/2002-50 - Recorrente: ELIANE ARGAMASSAS E REJUNTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo: 11516.002705/2004-18 - Recorrente: ELIANE S/A - REVESTIMENTOS CERAMICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo: 13963.000218/2003-89 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI SA IND AZ ELIANE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo: 11831.003363/2003-91 - Recorrente: MAXIMILIANO GAIDZINSKI SA IND AZUL ELIAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
196 - Processo: 10909.720003/2008-59 - Recorrente: NOVA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
197 - Processo: 11051.720300/2011-91 - Recorrente: RLX IMPORTE COMERCIAL EXPORTACAO IMPORTACAO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo: 13609.720022/2007-77 - Recorrente: THYSSENKRUPP METALURGICA SANTA LUZIA LTD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo: 11131.001402/2006-56 - Recorrente: BS COLWAY PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo: 10830.720313/2007-43 - Recorrente: ADAIME IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo: 10073.001418/2009-81 - Embargante: BENTELER SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL
Relator: TIAGO GUERRA MACHADO
202 - Processo: 13732.000174/2003-19 - Recorrente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL LIDER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo: 18471.000754/2006-82 - Recorrente: CLINICA RADIOLOGICA SAO SEBASTIAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo: 19647.006833/2005-20 - Recorrente: CORREA RABELLO,COSTA & ASSOCIADOS -ADVOGADOS E CONSULTORES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo: 13888.000889/2006-32 - Recorrente: MULTILIXI CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo: 19515.720205/2016-17 - Recorrentes: OFFICER S. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: OFFICER S. A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE TECNOLOGIA EM RECUPERACAO JUDICIAL e FAZENDA NACIONAL
207 - Processo: 19647.006779/2005-12 - Recorrente: RECIFE DISTRIBUIDORA DE PARAFUSOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo: 11080.004995/2004-93 - Recorrente: SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo: 13433.000342/2005-02 - Recorrente: W A ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
210 - Processo: 10074.720608/2015-39 - Recorrente: FASTTRACKING COMERCIO EXTERIOR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo: 10314.725158/2012-58 - Recorrente: FORMING TUBING DO BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo: 10314.721889/2011-43 - Recorrente: PAULO ROBERTO DE MOURA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo: 10074.720583/2015-73 - Recorrente: PUIG BRASIL COMERCIALIZADORA DE PERFUMES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo: 10909.722003/2012-70 - Recorrente: SOPRANO ELETROMETALURGICA E HIDRAULICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo: 10945.721211/2012-15 - Recorrente: WEIZEN DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROBSON JOSE BAYERL
216 - Processo: 19515.000203/2002-02 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: PROMON TELECOM LTDA.
217 - Processo: 10768.720173/2007-12 - Embargante: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Embargada: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo: 10882.002170/2009-41 - Recorrente: IMAB IND METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo: 11065.720151/2015-34 - Recorrente: JOHNSON CONTROLS BE DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
220 - Processo: 11080.006829/00-27 - Recorrente: CHIES PRODUTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
221 - Processo: 11080.010720/00-11 - Recorrente: CHIES PRODUTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
222 - Processo: 12897.000011/2008-97 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
223 - Processo: 13555.000165/2003-16 - Recorrente: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
224 - Processo: 16327.000347/2004-41 - Recorrente: UAM - ASSESSORIA E GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
225 - Processo: 16682.720734/2013-40 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
226 - Processo: 10783.720683/2011-70 - Recorrente: BETRA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
227 - Processo: 10909.000098/2009-71 - Recorrente: COTIA TRADING S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
228 - Processo: 13601.000319/2001-05 - Recorrente: DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
229 - Processo: 18471.002223/2003-81 - Recorrente: EDIOURO PUBLICACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
230 - Processo: 13502.720543/2015-22 - Recorrente: J R TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
231 - Processo: 10783.720652/2010-38 - Recorrente: LASA LINHARES AGROINDUSTRIAL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
232 - Processo: 11065.100417/2009-80 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: LOTUS CALCADOS LTDA
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
233 - Processo: 10314.720725/2016-11 - Recorrente: BIKELETE COMERCIAL CICLOMOTORES EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
234 - Processo: 10314.720550/2015-53 - Recorrentes: BATISTEL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL e Recorridas: BATISTEL DISTRIBUIDORA DE EMBALAGENS LTDA. - ME e FAZENDA NACIONAL
235 - Processo: 13971.721565/2011-50 - Recorrente: FARIMAQ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
236 - Processo: 10920.721866/2013-52 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
237 - Processo: 10920.902022/2013-19 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
238 - Processo: 10920.902023/2013-55 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
239 - Processo: 10920.902024/2013-08 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
240 - Processo: 10920.902025/2013-44 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
241 - Processo: 10920.902026/2013-99 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
242 - Processo: 10920.902027/2013-33 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

243 - Processo: 10920.902028/2013-88 - Recorrente: MEXICHEM BRASIL INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO PLASTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
244 - Processo: 15563.720204/2013-95 - Recorrente: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
245 - Processo: 10314.721682/2015-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SELOVAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
246 - Processo: 15758.000009/2011-04 - Recorrente: SIQUEIRA CAMPOS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
247 - Processo: 10865.001104/2010-03 - Recorrente: TS TECH DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relatora: MARA CRISTINA SIFUENTES
248 - Processo: 10880.660277/2012-23 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
249 - Processo: 10880.660278/2012-78 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
250 - Processo: 10880.660279/2012-12 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
251 - Processo: 10880.660280/2012-47 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
252 - Processo: 10880.660281/2012-91 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
253 - Processo: 10880.660282/2012-36 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
254 - Processo: 10880.660283/2012-81 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
255 - Processo: 10880.660284/2012-25 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
256 - Processo: 10880.660285/2012-70 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
257 - Processo: 10880.660286/2012-14 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
258 - Processo: 10880.660287/2012-69 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
259 - Processo: 10880.660288/2012-11 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
260 - Processo: 10880.660289/2012-58 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
261 - Processo: 10880.660290/2012-82 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
262 - Processo: 10880.660291/2012-27 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
263 - Processo: 10880.660292/2012-71 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
264 - Processo: 10880.660293/2012-16 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
265 - Processo: 10880.660294/2012-61 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
266 - Processo: 10880.660295/2012-13 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
267 - Processo: 10880.660296/2012-50 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
268 - Processo: 10880.660297/2012-02 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
269 - Processo: 10880.660298/2012-49 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
270 - Processo: 10880.660299/2012-93 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
271 - Processo: 10880.660300/2012-80 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
272 - Processo: 10880.660301/2012-24 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
273 - Processo: 10880.660302/2012-79 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
274 - Processo: 10880.660303/2012-13 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
275 - Processo: 10880.660304/2012-68 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
276 - Processo: 10880.660305/2012-11 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
277 - Processo: 10880.660306/2012-57 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
278 - Processo: 10880.660307/2012-00 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
279 - Processo: 10880.660308/2012-46 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
280 - Processo: 10880.660309/2012-91 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
281 - Processo: 10880.660310/2012-15 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
282 - Processo: 10880.660311/2012-60 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
283 - Processo: 10880.660312/2012-12 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
284 - Processo: 10880.660313/2012-59 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
285 - Processo: 10880.660314/2012-01 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
286 - Processo: 10880.660315/2012-48 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
287 - Processo: 10880.660316/2012-92 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
288 - Processo: 10880.660317/2012-37 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
289 - Processo: 10880.660318/2012-81 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
290 - Processo: 10880.660319/2012-26 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
291 - Processo: 10880.660320/2012-51 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
292 - Processo: 10880.660321/2012-03 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
293 - Processo: 10880.660322/2012-40 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
294 - Processo: 10880.660323/2012-94 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
295 - Processo: 10880.660324/2012-39 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
296 - Processo: 10880.660325/2012-83 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
297 - Processo: 10880.660326/2012-28 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
298 - Processo: 10880.660327/2012-72 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
299 - Processo: 10880.660328/2012-17 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
300 - Processo: 10880.660329/2012-61 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
301 - Processo: 10880.660331/2012-31 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
302 - Processo: 10880.660332/2012-85 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
303 - Processo: 10880.660333/2012-20 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
304 - Processo: 10880.660334/2012-74 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
305 - Processo: 10880.660335/2012-19 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
306 - Processo: 10880.660336/2012-63 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
307 - Processo: 10880.660337/2012-16 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
308 - Processo: 10880.660338/2012-52 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
309 - Processo: 10880.660340/2012-21 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
310 - Processo: 10880.660341/2012-76 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
311 - Processo: 10880.660342/2012-11 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
312 - Processo: 10880.660343/2012-65 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
313 - Processo: 10880.660344/2012-18 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
314 - Processo: 10880.660345/2012-54 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
315 - Processo: 10880.660346/2012-07 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
316 - Processo: 10880.660347/2012-43 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
317 - Processo: 10880.660348/2012-98 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
318 - Processo: 10880.660349/2012-32 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
319 - Processo: 10880.660351/2012-10 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
320 - Processo: 10880.660352/2012-56 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
321 - Processo: 10880.660353/2012-09 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
322 - Processo: 10880.660354/2012-45 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
323 - Processo: 10880.660355/2012-90 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
324 - Processo: 10880.660356/2012-34 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
325 - Processo: 10880.660357/2012-89 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
326 - Processo: 10880.660358/2012-23 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
327 - Processo: 10880.660359/2012-78 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
328 - Processo: 10880.660360/2012-01 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
329 - Processo: 10880.660361/2012-47 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
330 - Processo: 10880.660362/2012-91 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
331 - Processo: 10880.660363/2012-36 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
332 - Processo: 10880.660364/2012-81 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
333 - Processo: 10880.660365/2012-25 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
334 - Processo: 10880.660366/2012-70 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
335 - Processo: 10880.660367/2012-14 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
336 - Processo: 10880.660368/2012-69 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
337 - Processo: 10880.660369/2012-11 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
338 - Processo: 10880.660370/2012-38 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
339 - Processo: 10880.660371/2012-82 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
340 - Processo: 10880.660372/2012-27 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
341 - Processo: 10880.660373/2012-71 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

342 - Processo: 10880.660374/2012-16 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
343 - Processo: 10880.660375/2012-61 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
344 - Processo: 10880.660376/2012-13 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
345 - Processo: 10880.660377/2012-50 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
346 - Processo: 10880.660378/2012-02 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
347 - Processo: 10880.660379/2012-49 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
348 - Processo: 10880.660380/2012-73 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
349 - Processo: 10880.660381/2012-18 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
350 - Processo: 10880.660382/2012-62 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
351 - Processo: 10880.660383/2012-15 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
352 - Processo: 10880.660384/2012-51 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
353 - Processo: 10880.660385/2012-04 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
354 - Processo: 10880.660386/2012-41 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
355 - Processo: 10880.660387/2012-95 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
356 - Processo: 10880.660388/2012-30 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
357 - Processo: 10880.660389/2012-84 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
358 - Processo: 10880.660390/2012-17 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
359 - Processo: 10880.660391/2012-53 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
360 - Processo: 10880.660392/2012-06 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
361 - Processo: 10880.660393/2012-42 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
362 - Processo: 10880.660394/2012-97 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
363 - Processo: 10880.660395/2012-31 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
364 - Processo: 10880.660396/2012-86 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
365 - Processo: 10880.660397/2012-21 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
366 - Processo: 10880.660398/2012-75 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
367 - Processo: 10880.660399/2012-10 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
368 - Processo: 10880.660400/2012-14 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
369 - Processo: 10880.660401/2012-51 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
370 - Processo: 10880.660402/2012-03 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
371 - Processo: 10880.660403/2012-40 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
372 - Processo: 10880.660404/2012-94 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
373 - Processo: 10880.660405/2012-39 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
374 - Processo: 10880.660406/2012-83 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
375 - Processo: 10880.660407/2012-28 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
376 - Processo: 10880.660408/2012-72 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
377 - Processo: 10880.660409/2012-17 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
378 - Processo: 10880.660410/2012-41 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
379 - Processo: 10880.660411/2012-96 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
380 - Processo: 10880.660412/2012-31 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
381 - Processo: 10880.660413/2012-85 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
382 - Processo: 10880.660414/2012-20 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
383 - Processo: 10880.660415/2012-74 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
384 - Processo: 10880.660416/2012-19 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
385 - Processo: 10880.660417/2012-63 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
386 - Processo: 10880.660418/2012-16 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
387 - Processo: 10880.660419/2012-52 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
388 - Processo: 10880.660420/2012-87 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
389 - Processo: 10880.660421/2012-21 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
390 - Processo: 10880.660422/2012-76 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
391 - Processo: 10880.660423/2012-11 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
392 - Processo: 10880.660424/2012-65 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
393 - Processo: 10880.660425/2012-18 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
394 - Processo: 10880.660426/2012-54 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
395 - Processo: 10880.660427/2012-07 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
396 - Processo: 10880.660428/2012-43 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
397 - Processo: 10880.660429/2012-98 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
398 - Processo: 10880.660430/2012-12 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
399 - Processo: 10880.660431/2012-67 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
400 - Processo: 10880.660432/2012-10 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
401 - Processo: 10880.660433/2012-56 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
402 - Processo: 10880.660434/2012-09 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
403 - Processo: 10880.660435/2012-45 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
404 - Processo: 10880.660436/2012-90 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
405 - Processo: 10880.660437/2012-34 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
406 - Processo: 10880.660438/2012-89 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
407 - Processo: 10880.660439/2012-23 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
408 - Processo: 10880.660440/2012-58 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
409 - Processo: 10880.660441/2012-01 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
410 - Processo: 10880.660442/2012-47 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
411 - Processo: 10880.660443/2012-91 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
412 - Processo: 10880.660444/2012-36 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
413 - Processo: 10880.660445/2012-81 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
414 - Processo: 10880.660446/2012-25 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
415 - Processo: 10880.660447/2012-70 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
416 - Processo: 10880.660448/2012-14 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
417 - Processo: 10880.660449/2012-69 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
418 - Processo: 10880.660450/2012-93 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
419 - Processo: 10880.660451/2012-38 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
420 - Processo: 10880.660452/2012-82 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
421 - Processo: 10880.660453/2012-27 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
422 - Processo: 10880.660454/2012-71 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
423 - Processo: 10880.660455/2012-16 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
424 - Processo: 10880.660456/2012-61 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
425 - Processo: 10880.660457/2012-13 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
426 - Processo: 10880.660458/2012-50 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
427 - Processo: 10880.660459/2012-02 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
428 - Processo: 10880.660460/2012-29 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
429 - Processo: 10880.660461/2012-73 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
430 - Processo: 10880.660462/2012-18 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
431 - Processo: 10880.660463/2012-62 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
432 - Processo: 10880.660464/2012-15 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
433 - Processo: 10880.660465/2012-51 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
434 - Processo: 10880.660466/2012-04 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
435 - Processo: 10880.660467/2012-41 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
436 - Processo: 10880.660468/2012-95 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
437 - Processo: 10880.660469/2012-30 - Recorrente: ALL NET TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: TIAGO GUERRA MACHADO

438 - Processo: 16349.000309/2009-45 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ROSALDO TREVISAN

439 - Processo: 12585.000064/2010-46 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

440 - Processo: 12585.000065/2010-91 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
441 - Processo: 12585.000066/2010-35 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
442 - Processo: 12585.000068/2010-24 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
443 - Processo: 12585.000069/2010-79 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
444 - Processo: 12585.000070/2010-01 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
445 - Processo: 12585.000073/2010-37 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
446 - Processo: 12585.000074/2010-81 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
447 - Processo: 16349.000310/2009-70 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
448 - Processo: 16349.000311/2009-14 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
449 - Processo: 16349.000312/2009-69 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
450 - Processo: 16349.000313/2009-11 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
451 - Processo: 16349.000314/2009-58 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
452 - Processo: 16349.000316/2009-47 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
453 - Processo: 16349.000317/2009-91 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
454 - Processo: 16349.000318/2009-36 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
455 - Processo: 16349.000319/2009-81 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
456 - Processo: 16349.000343/2009-10 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
457 - Processo: 16349.000344/2009-64 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
458 - Processo: 16349.000345/2009-17 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
459 - Processo: 16349.000346/2009-53 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
460 - Processo: 16349.000347/2009-06 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
461 - Processo: 16349.000348/2009-42 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
462 - Processo: 16349.000349/2009-97 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
463 - Processo: 16349.000350/2009-11 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
464 - Processo: 16349.000351/2009-66 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
465 - Processo: 16349.000352/2009-19 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
466 - Processo: 16349.000353/2009-55 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
467 - Processo: 16349.000355/2009-44 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
468 - Processo: 16349.000356/2009-99 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
469 - Processo: 16349.000357/2009-33 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
470 - Processo: 16349.000358/2009-88 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
471 - Processo: 16349.000359/2009-22 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
472 - Processo: 16349.000360/2009-57 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
473 - Processo: 16349.000362/2009-46 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
474 - Processo: 16349.000363/2009-91 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
475 - Processo: 16349.000364/2009-35 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
476 - Processo: 16349.000365/2009-80 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
477 - Processo: 16349.000368/2009-13 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
478 - Processo: 16349.000369/2009-68 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
479 - Processo: 16349.000370/2009-92 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
480 - Processo: 16349.000371/2009-37 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
481 - Processo: 16349.000372/2009-81 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
482 - Processo: 16349.000373/2009-26 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
483 - Processo: 16349.000374/2009-71 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
484 - Processo: 16349.000375/2009-15 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
485 - Processo: 16349.000376/2009-60 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
486 - Processo: 16349.000377/2009-12 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
487 - Processo: 16349.000378/2009-59 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
488 - Processo: 10880.914320/2010-14 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
489 - Processo: 10880.914321/2010-69 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
490 - Processo: 10880.914322/2010-11 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
491 - Processo: 10880.914323/2010-58 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
492 - Processo: 10880.914324/2010-01 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
493 - Processo: 10880.914325/2010-47 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
494 - Processo: 10880.914326/2010-91 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
495 - Processo: 10880.914327/2010-36 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
496 - Processo: 10880.914328/2010-81 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
497 - Processo: 10880.934221/2008-34 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
498 - Processo: 10880.934222/2008-89 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
499 - Processo: 10880.934223/2008-23 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
500 - Processo: 10880.934224/2008-78 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
501 - Processo: 10880.934225/2008-12 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
502 - Processo: 10880.934226/2008-67 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
503 - Processo: 10880.934227/2008-10 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
504 - Processo: 10880.934228/2008-56 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
505 - Processo: 10880.934229/2008-09 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
506 - Processo: 10880.934230/2008-25 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
507 - Processo: 10880.934231/2008-70 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
508 - Processo: 10880.934232/2008-14 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
509 - Processo: 10880.934233/2008-69 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
510 - Processo: 10880.934234/2008-11 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
511 - Processo: 10880.998798/2009-55 - Recorrente: AUTO PECAS PORTO EIXO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: FENELON MOSCOSO DE ALMEIDA
512 - Processo: 10880.915297/2008-61 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
513 - Processo: 10880.915299/2008-50 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
514 - Processo: 10880.915300/2008-46 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
515 - Processo: 10880.923969/2008-10 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
516 - Processo: 10880.928977/2008-44 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
517 - Processo: 10880.928980/2008-68 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
518 - Processo: 10880.928981/2008-11 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
519 - Processo: 10880.928985/2008-91 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
520 - Processo: 10880.928986/2008-35 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
521 - Processo: 10880.928987/2008-80 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
522 - Processo: 10880.928991/2008-48 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
523 - Processo: 10880.928992/2008-92 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
524 - Processo: 10880.928997/2008-15 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
525 - Processo: 10880.928998/2008-60 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
526 - Processo: 10880.928999/2008-12 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
527 - Processo: 10880.929000/2008-44 - Recorrente: JS DISTRIBUIDORA DE PECAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ANDRÉ HENRIQUE LEMOS
528 - Processo: 10410.720043/2011-06 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
529 - Processo: 10410.720044/2011-42 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
530 - Processo: 10410.720056/2011-77 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
531 - Processo: 10410.720057/2011-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
532 - Processo: 10410.720058/2011-66 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
533 - Processo: 10410.720061/2011-80 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
534 - Processo: 10410.720062/2011-24 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
535 - Processo: 10410.720063/2011-79 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
536 - Processo: 10410.720066/2011-11 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

537 - Processo: 10410.720067/2011-57 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
538 - Processo: 10410.720068/2011-00 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
539 - Processo: 10410.720069/2011-46 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
540 - Processo: 10410.720071/2011-15 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
541 - Processo: 10410.720072/2011-60 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
542 - Processo: 10410.720074/2011-59 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
543 - Processo: 10410.720077/2011-92 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
544 - Processo: 10410.720083/2011-40 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
545 - Processo: 10410.720084/2011-94 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
546 - Processo: 10410.720085/2011-39 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
547 - Processo: 10410.720086/2011-83 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
548 - Processo: 10410.720173/2011-31 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
549 - Processo: 10410.720179/2011-16 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
550 - Processo: 10410.720180/2011-32 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
551 - Processo: 10410.720181/2011-87 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
552 - Processo: 10410.720182/2011-21 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
553 - Processo: 10410.720183/2011-76 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
554 - Processo: 10410.720185/2011-65 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
555 - Processo: 10410.720188/2011-07 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
556 - Processo: 10410.720189/2011-43 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
557 - Processo: 10410.720190/2011-78 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
558 - Processo: 10410.720193/2011-10 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
559 - Processo: 10410.720194/2011-56 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
560 - Processo: 10410.720195/2011-09 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
561 - Processo: 10410.720577/2012-13 - Recorrente: INDUSTRIA DE LATICINIOS PALMEIRA DOS INDIOS S/A ILPISA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: LEONARDO OGASSAWARA DE ARAUJO BRANCO
562 - Processo: 13884.900342/2008-31 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator: ROSALDO TREVISAN
563 - Processo: 13884.900321/2008-15 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
564 - Processo: 13884.900356/2008-54 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
565 - Processo: 13884.900370/2008-58 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
566 - Processo: 13884.900381/2008-38 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
567 - Processo: 13884.900385/2008-16 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
568 - Processo: 13884.900391/2008-73 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
569 - Processo: 13884.900824/2008-91 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
570 - Processo: 13884.900859/2008-20 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
571 - Processo: 13884.900863/2008-98 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
572 - Processo: 13884.900894/2008-49 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
573 - Processo: 13884.900905/2008-91 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
574 - Processo: 13884.900921/2008-83 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
575 - Processo: 13884.900928/2008-03 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
576 - Processo: 13884.900940/2008-18 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
577 - Processo: 13884.900953/2008-89 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
578 - Processo: 13884.900982/2008-41 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
579 - Processo: 13884.900988/2008-18 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
580 - Processo: 13884.901350/2008-02 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
581 - Processo: 13884.901366/2008-15 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
582 - Processo: 13884.901378/2008-31 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
583 - Processo: 13884.901383/2008-44 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
584 - Processo: 13884.901585/2008-96 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
585 - Processo: 13884.901587/2008-85 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
586 - Processo: 13884.901588/2008-20 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
587 - Processo: 13884.901590/2008-07 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
588 - Processo: 13884.901888/2008-17 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
589 - Processo: 13884.901889/2008-53 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
590 - Processo: 13884.901891/2008-22 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
591 - Processo: 13884.901893/2008-11 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
592 - Processo: 13884.901895/2008-19 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
593 - Processo: 13884.901896/2008-55 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
594 - Processo: 13884.901897/2008-08 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
595 - Processo: 13884.901903/2008-19 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
596 - Processo: 13884.901904/2008-63 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
597 - Processo: 13884.901907/2008-05 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
598 - Processo: 13884.901908/2008-41 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
599 - Processo: 13884.901909/2008-96 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
600 - Processo: 13884.901910/2008-11 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
601 - Processo: 13884.901911/2008-65 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
602 - Processo: 13884.901912/2008-18 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
603 - Processo: 13884.901913/2008-54 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
604 - Processo: 13884.901914/2008-07 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
605 - Processo: 13884.901915/2008-43 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
606 - Processo: 13884.901916/2008-98 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
607 - Processo: 13884.901918/2008-87 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
608 - Processo: 13884.901919/2008-21 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
609 - Processo: 13884.904244/2008-72 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
610 - Processo: 13884.904245/2008-17 - Recorrente: LOJA DO PINTOR TINTAS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

JOSÉ PEDRO DA SILVA
Secretário da Sessão

ROSALDO TREVISAN
Presidente da 1ª Turma Ordinária

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO

COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº57, DE 28 DE MARÇO DE 2018

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: Por força do disposto no inciso II do § 2º e no inciso I do § 3º, ambos do artigo 3º da Lei nº 10.637, de 2002, é vedada a apuração de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep em relação aos dispêndios da pessoa jurídica com a concessão de vale-transporte em pecúnia a trabalhadores.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, caput, inciso X e §§ 2º, inciso II e 3º inciso I; Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, art. 2º. Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, art. 5º; Ato Declaratório PGFN nº 4, de 2016.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: Por força do disposto no inciso II do § 2º e no inciso I do § 3º, ambos do artigo 3º da Lei nº 10.833, de 2003, é vedada a apuração de crédito da Contribuição para o PIS/Pasep em relação aos dispêndios da pessoa jurídica com a concessão de vale-transporte em pecúnia a trabalhadores.

Dispositivos Legais: Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput, inciso X e §§ 2º, inciso II e 3º, inciso I; Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, art. 2º. Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, art. 5º; Ato Declaratório PGFN nº 4, de 2016.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Declara Inapta a inscrição no CNPJ de Pessoa Jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS-GO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU em 11 de outubro de 2017, e de acordo com o § 2º, do artigo 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13116.720672/2018-17, declara:

Art. 1º - INAPTA, a inscrição nº 02.889.231/0001-23, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em nome de EXPRESSO RIACHO GRANDE LTDA, por omissão de declaração, de acordo com o artigo 40, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º - São considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica a partir da publicação deste ADE no DOU, nos termos do disposto no artigo 47, § 3º, inciso I, alínea "a", da IN/RFB nº 1.634/2016.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HIROSHIMI NAKAO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre o despacho de importação na Alfândega da Receita Federal do Brasil de Fortaleza, na Inspetoria da Receita Federal do Brasil do Pecém e dá outras providências.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FORTALEZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando a Instruções Normativas SRF nº 611, de 18 de janeiro de 2006; SRF nº 680, de, de 02 de outubro de 2006; e RFB nº 1.600, de 14 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º - A distribuição das Declarações de Importação - DI e Declarações Simplificadas de Importação - DSI selecionadas para conferência aduaneira, registradas para os recintos alfandegados da ALF/FOR e IRF/PCE, será realizada pelo chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro - Sedad da ALF/FOR.

§1° - As DI e DSI serão distribuídas para Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil das unidades citadas no caput, independente de sua localização.

§2° - As verificações físicas dos bens constantes das DI e DSI registradas para os recintos Ceará Portos e ZPE Ceará e distribuídas paras Auditores-Fiscais da ALF/FOR/Sedad serão realizadas pela Seção de Administração Aduaneira - Saana da IRF/PCE.

§3° - As verificações físicas dos bens constantes das DI e DSI registradas para o recinto Porto de Fortaleza e distribuídas paras Auditores-Fiscais da IRF/PCE/Saana serão realizadas pela Seção de Vigilância Aduaneira - Savig da ALF/FOR.

§4° - Não se aplica o disposto neste artigo às DSI Formulários.

Art. 2º - O acompanhamento do prazo, a prorrogação e a extinção do regime especial de admissão temporária de bens objeto de DI registradas nos recintos alfandegados das unidades citadas no artigo 1º, bem como as providências a serem adotadas em relação ao descumprimento do regime, serão realizados pela ALF/FOR/Sedad.

§1° - Aplica-se o disposto no caput aos regimes especiais de admissão temporária concedidos pela IRF/PCE, com data de vencimento final a partir de 1º de maio de 2018.

§2° - A distribuição de DI e DSI com solicitações de concessão do regime especial de admissão temporária obedecerá o disposto no artigo 1º.

Art. 3º - Esta Ordem de Serviço produzirá efeito a partir de 09 de abril de 2018.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009138/2010-81, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0073/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Iindústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0073/2010 bem assim das obrigações constantes da DAI/ITE nº 0059/2000 "in fine" e das demais normas regulamentares.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009139/2010-25, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0080/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Iindústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0080/2010 e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009140/2010-50, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0074/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Iindústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0074/2010, bem assim das obrigações constantes da DAI/ITE nº 0283/1997 "in fine" e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009141/2010-02, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0072/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Iindústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - Prazo total de fruição: 10 anos
XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013
Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0072/2010, bem assim das obrigações constantes da DAI/ITE nº 0132/99 "in fine" e das demais normas regulamentares.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009142/2010-49, declara:
Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0081/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:
I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;
III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690
IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;
V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;
VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;
VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;
IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;
X - Prazo total de fruição: 10 anos
XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013
Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0081/2010 e das demais normas regulamentares.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009144/2010-38, declara:
Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0077/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:
I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;
III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690
IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;
V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;
VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;
VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;
IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;
X - Prazo total de fruição: 10 anos
XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013
Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0076/2010, bem assim das obrigações constantes do DAI/PTE nº 0002/95 "in fine" e das demais normas regulamentares.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009146/2010-27, declara:
Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0076/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:
I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;
III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690
IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;
V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;
VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;
VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;
IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;
X - Prazo total de fruição: 10 anos
XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013
Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0077/2010, bem assim das obrigações constantes do SOP/IC nº 438/84 "in fine" e das demais normas regulamentares.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009147/2010-71, declara:
Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0078/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:
I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;
III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690
IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;
V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;
VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;
VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;
VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;
IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;
X - Prazo total de fruição: 10 anos
XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013
Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0078/2010, bem assim das obrigações constantes do SOP/IC nº 437/84 "in fine" e das demais normas regulamentares.
Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009148/2010-16, declara:
Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0075/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:
I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA
II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;
III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0075/2010, bem assim das obrigações constantes do DAI/ITE nº 0130/99 "in fine" e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009149/2010-61, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, , Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0079/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0079/2010 e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 26, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil- RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10380.009150/2010-95, declara:

Art. 1º Que a empresa NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 06.980.064/0001-82, com domicílio fiscal na Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.135-690, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo Complementar nº 0071/2010, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução: NACIONAL GÁS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA

II - CNPJ da unidade produtiva: 06.980.064/0001-82;

III - Endereço da Unidade Produtora: Praça da Imprensa, S/N, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60135-690

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do Ministério de Integração;

V - Condição onerosa atendida: existência de empreendimento industrial na área de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Químicos;

VII - Atividade objeto da redução: Envasamento de gás liquefeito de petróleo;

VIIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 37,5% - a partir de 01.01.98 até 31.12.2003; 25% - a partir de 01.01.2004 até 31.12.2008 e 12,5% - a partir de 01.01.2009 até 31.12.2013;

IX - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/1998;

X - Prazo total de fruição: 10 anos

XI - Término do prazo de fruição do benefício: 31/12/2013

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo Complementar nº 0071/2010, bem assim das obrigações constantes do DAI/ITE nº 0060/2000 "in fine" e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, por erro.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE-PB, no uso das atribuições que lhe confereo art. 340, Inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, publicada no DOU de 03/10/2014, declara:

Art. 1º - Cancelada a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, do MUNICÍPIO DE LIVRAMENTO, CNPJ 08.738.916/0001-56, código de controle: 1CC5.D9AC.30F4.2990, liberada e emitida em 14/03/2018, às 12h32m24s (horário de Brasília) e cancelada em 21/03/2018, sob controle do e-Dossiê 10010.022483/0318-56.

Art. 2º - O cancelamento surtirá efeitos a partir da data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 5 DE ABRIL 2018

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13.433.720.345/2018-72, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA AMAZONAS V SPE S.A., CNPJ nº 20.339.203/0001-14, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0251/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 20.339.203/0001-14;

II - Endereço da Unidade Produtora: Vila Amazonas, lote 48, Zona Rural, Serra do Mel/RN, CEP: 59.663-000;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Infraestrutura - Projetos de energia, "Decreto 4.213, art. 2°, inciso I";

VI - Descrição da Atividade: Geração de energia elétrica renovável;

VII - Capacidade Instalada do Atual: 207.360 megawatt-hora/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2017 a 31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0251/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 5 DE ABRIL 2018

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13.433.720.344/2018-28, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA AMAZONAS V SPE S.A., CNPJ nº 20.318.427/0001-40, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0254/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 20.318.427/0001-40;

II - Endereço da Unidade Produtora: Vila Pará, lote 51, Zona Rural, Serra do Mel/RN, CEP: 59.663-000;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Infraestrutura - Projetos de energia, "Decreto 4.213, art. 2°, inciso I";

VI - Descrição da Atividade: Geração de energia elétrica renovável;

VII - Capacidade Instalada do Atual: 207.360 megawatt-hora/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2017 a 31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0254/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 5 DE ABRIL 2018

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13.433.720.346/2018-17, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA AMAZONAS V SPE S.A., CNPJ nº 24.061.085/0001-86, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0250/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 24.061.085/0001-86;

II - Endereço da Unidade Produtora: Vila Acre, lote 21, Zona Rural, Serra do Mel/RN, CEP: 59.663-000;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Infraestrutura - Projetos de energia, "Decreto 4.213, art. 2°, inciso I";

VI - Descrição da Atividade: Geração de energia elétrica renovável;

VII - Capacidade Instalada do Atual: 235.872 megawatt-hora/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2018 a 31/12/2027.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0250/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTAS as inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das sociedades abaixo, conforme os artigos 24; 40, II e 42, I, § 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude de não terem sido localizadas em seu domicílio tributário:

Processo Administrativo	Inscrição CNPJ	Nome Empresarial
11707.720035/2018-65	01.786.371/0001-03	TRUPPEL ARTE LTDA
12448.721090/2018-33	40.169.385/0001-30	LIBRA REAL PRESTACAO DE SERVICOS LTDA
15463.721750/2017-03	00.373.591/0001-42	MEGAFISICA SURVEY AEROLEVANTAMENTOS S/A

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 23, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.004903/0218-50, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços TUPI NORDESTE OPERAÇÕES MARÍTIMAS LTDA, CNPJ (matriz) nº 09.231.130/0001-00, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas em fl. 96, do referido dossiê, até 03/06/2033, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, CNPJ (matriz) nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SANTOS

RETIFICAÇÃO

No § 5° do art. 3° da Portaria ALF/STS n° 134, de 28 de março de 2018, publicada no DOU de 03/04/2018, seção 1, página 31.

Onde se lê: § 5º As câmeras instaladas na área interna a que se refere o § 3° deverão ter resolução igual ou superior a 1280 x 1080 pixels e obedecer às especificações dos incisos I, II e IV do § 1°.

Leia-se: § 5º As câmeras instaladas na área interna a que se refere o § 3° deverão ter resolução igual ou superior a 1920 x 1080 pixels e obedecer às especificações dos incisos I, II e IV do § 1°.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Declara Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593/77, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945/2009 para empresas jornalísticas ou editoras e gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, no uso da competência estabelecida por intermédio da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, com alterações, declara:

1 - Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 2009, regulamentado pela IN RFB nº 976, de 2009, com alterações, em decorrência de o estabelecimento, abaixo discriminado, estar em situação irregular perante o CNPJ.

Nome Empresarial: SCAN FILM GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP.

Endereço: Avenida São Sebastião, nº 780 - Bairro: Distrito Industrial.

Cidade : Bady Bassitt - SP.

C.N.P.J. Nº: 00.394.714/0001-21.

Processo administrativo nº: 10850.725808/2017-01.

Registro Especial nº: GP-08107/00139.

Atividade: GRÁFICA (GP).

2 - Que tal inscrição não produz quaisquer efeitos fiscais.

SERGIO LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 35, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Declara Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593/77, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945/2009 para empresas jornalísticas ou editoras e gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, no uso da competência estabelecida por intermédio da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, com alterações, declara:

1 - Cancelada a Inscrição no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 2009, regulamentado pela IN RFB nº 976, de 2009, com alterações, em decorrência de o estabelecimento, abaixo discriminado, possuir CNAE incompatível com a atividade sujeita ao benefício.

Nome Empresarial: SOLUCAO RIO PRETO APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME.

Endereço: Avenida Belvedere, nº 805, casa 61 - Bairro: Belvedere Terra Nova.

Cidade : São José do Rio Preto - SP.

C.N.P.J. Nº: 08.037.625/0001-30.

Processo administrativo nº: 10850.725809/2017-47.

Registro Especial nº: GP-08107/00134.

Atividade: GRÁFICA (GP).

2 - Que tal inscrição não produz quaisquer efeitos fiscais.

SERGIO LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Declara Inscrição no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593/77, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945/2009 para empresas jornalísticas ou editoras e gráficas que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP, no uso da competência estabelecida por intermédio da Instrução Normativa (IN) RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 08 de dezembro de 2009, com alterações, declara:

1 - Inscrito no Registro Especial instituído pelo Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, e nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 2009, regulamentado pela IN RFB nº 976, de 2009, com alterações, o estabelecimento a seguir discriminado:

Nome Empresarial: OLIVEIRA & OLIVEIRA RIO PRETO GRAFICA E EDITORA LTDA.

Endereço: Rua Francisca de Massi Perez, nº 260 -Bairro: Distrito Industrial.

Cidade :São José do Rio Preto - SP.

CNPJ nº: 26.596.474/0001-31.

Processo administrativo nº: 10850.724223/2017-65.

Registro Especial nº: GP-08107/00177.

Atividade: GRÁFICA (GP) - Art. 1º, § 1º, inc. V, da IN RFB 976, de 2009.

2 - A empresa supra se obriga a:

2.1 - Comunicar à autoridade concedente as futuras alterações nos elementos discriminados no artigo 3º da IN RFB nº 976, de 2009, encaminhando cópia dos atos de alteração no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua efetivação ou quando for o caso, do arquivamento no órgão de registro de comércio.

2.2 - Entregar no prazo previsto na legislação, a Declaração Especial de Informações relativas ao controle de papel imune (DIF), consoante artigos 10 a 13 da IN RFB nº 976, de 2009.

2.3 - Cumprir pontualmente suas obrigações tributárias e acessórias relativas aos tributos federais.

SERGIO LUIZ ALVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Concede habilitação ao Regime Especial para a Indústria de Defesa - Retid, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.454 de 25 de fevereiro de 2014.

O CHEFE DO SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso da competência estabelecida no inciso III do artigo 286 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e conforme delegação de competência prevista no inciso VIII do artigo 6º da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, tendo em vista as conclusões expendidas no dossiê de atendimento nº 10010.019779/1017-74, e com base no art. 18 da Instrução Normativa RFB nº 1.454 de 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa GESPI INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AERONAUTICOS S.A. - CNPJ 45.218.484/0001-88, HABILITAÇÃO no Regime Especial para a Indústria de Defesa - Retid, de acordo com o artigo 8º da Lei nº 12.598, de 21 de Março de 2012, e com a Instrução Normativa RFB nº 1.454/2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DALMAY MORETO WOLLMANN

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 253, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilitar pessoa jurídica ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 13807.728009/2017-00, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S/A

Nº Inscrição no CNPJ: 28.008.699/0001-55

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 327, de 3 de novembro de 2017 (DOU: 06/11/2017)

Nome do projeto: Lote 19 do Leilão nº 05/2016-ANEEL

Setor de infraestrutura favorecido: energia

Prazo estimado da obra: 11/08/2017 a 11/08/2022

Nº de matrícula CEI: 51.241.27364/71

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Declara a baixa de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1653965, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no § 1º do Art. 80 da Lei nº 9.430/96 c/c alínea "b" do inciso II do art. 29 da IN RFB nº 1.634/2016, por sua inexistência de fato e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: MR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ: 11.179.794/0001-19

Processo: 10314.720110/2018-49

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

ANDREA CRISTINA FUJII

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Concede habilitação, à pessoa jurídica que menciona, ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, com redação dada pela Lei 12.715, de 17 de setembro de 2012, bem como o Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005 e ainda a Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BLUMENAU / SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10 da Instrução Normativa SRF 605/2006 e o constante no processo administrativo nº 13971.721093/2018-10, declara:

Art. 1º. Fica concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, para a pessoa jurídica a seguir identificada:

MADEIREIRA ROZENE ROSSINI LTDA , CNPJ 00.584.302/0001-54.

Art. 2º. Deve ser observado que o prazo para fruição do beneficio de suspensão da exigibilidade das contribuições de que trata o art. 2º da Instrução Normativa SRF 605, de 04/01/2006, extingue-se após decorridos 3 (três) anos contados da data da habilitação ao Recap, conforme dispõe o artigo 13, § 2º, da referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Constatando-se, em procedimento fiscal, que a interessada não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a habilitação ao Regime, será efetuado o cancelamento de ofício da mesma, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo - ADE entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANIEL CARLOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Cancela, a pedido, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL-PR, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 julho de 2007, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13924.720286/2016-49, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), concedida à empresa CANHADÃO PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.516.658/0001-74, por meio do ADE nº 35, de 30/09/2016 (publicado no DOU de 04/10/2016).

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FILISBERTO LUIS MIOTO

PORTARIA Nº 39, DE 29 DE MARÇO DE 2018

Convalida atos praticados nas Unidades Jurisdicionadas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CASCAVEL (PR), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, alterada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013. resolve:

Art 1º. Convalidar os atos que, nos termos e limites definidos na Portaria DRF/CVL/PR Nº 26, de 28 de fevereiro de 2018, tenham sido praticados no período entre 01 de janeiro de 2018 até a publicação deste ato.

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO SÉRGIO CORDEIRO BINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Anula inscrição no CPF

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Artigo único. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificadas, com efeitos ex tunc, a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de fraude na inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	DATA DE INSCRIÇÃO	PROCESSO
LUCIANO CASAGRANDE	011.969.279-10	19/05/2011	11089.720011/2018-31
MARCOS FERREIRA DE NOBREGA	061.629.527-89	06/10/2011	11089.720014/2018-74
RICARDO CASAGRANDE	039.986.370-28	03/08/2012	11089.720001/2018-03
RICARDO CASAGRANDE	079.046.719-48	28/08/2007	11089.720027/2018-43
SILVANI DINIZ LEYSER	704.890.054-70	16/04/2013	11089.720010/2016-24
SILVANI DINIZ	080.624.099-70	19/12/2007	11089.720117/2017-53

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE REPRESSÃO
AO CONTRABANDO E DESCAMINHO

PORTARIA Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O CHEFE DA DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E REPRESSÃO AO CONTRABANDO E DESCAMINHO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 245 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 16 da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Chefe Substituto da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp e ao Chefe da Seção de Operações de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho (Saope) para emitirem as Ordens de Vigilância e Repressão - OVR previstas no art. 16 da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIS FONSECA

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

PORTARIA Nº 271, DE 29 DE MARÇO DE 2018

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, com fundamento no inciso VI do art. 2º e no inciso X do art. 10, ambos do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, combinados com a decisão tomada na 392ª Sessão Ordinária, resolve:

Art. 1º Encerrar a intervenção na Fundação CEEE de Seguridade Social, decretada pela Portaria nº 780, de 14 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 156, de 15 de agosto de 2017, seção 1, página 34.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 11 de janeiro de 2018.

FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA COELHO
Diretor-Superintendente
Substituto

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 261, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.008545/2017-67 e Documento SEI nº 0111955, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Canexusprev, em alteração para Plano de Aposentadoria Chemtrade Prev, CNPB nº 2000.0031-92, administrado pela Multibra Instituidor - Fundo Múltiplo, sendo que, por se tratar de Licenciamento Automático, o regulamento teve aplicação a partir de 14 de novembro de 2017, conforme preconizado no inciso IX do art. 2º da Instrução Previc nº 33, de 1º de novembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO
DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 846, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 127-A do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e considerando o disposto no artigo 23 da Resolução CNSP n. 233, de 1º de abril de 2011, alterada pela Resolução CNSP n. 251, de 9 de abril de 2012, conforme disposto no artigo 10 da Circular Susep n. 435, de 25 de maio de 2012 e o que consta dos processos Susep 15414.630697/2017-18 e 15414.605794/2018-45, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos associados fundadores mantenedores e associados mantenedores do INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO DO MERCADO DE CORRETAGEM DE SEGUROS, DE RESSEGUROS, DE CAPITALIZAÇÃO E DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA - IBRACOR, na assembleia geral extraordinária realizada em 12 de outubro de 2017:

I - Reforma do estatuto social;

II - Aprovação do pedido de associação, na condição de associado mantenedor, da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CORRETAGEM DE RESSEGUROS - ABECOR-RE; e

III - Eleição de diretor e suplente para a diretoria de corretagem de resseguros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 847, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 15414.611010/2016-56 e 15414.600459/2018-51, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição e destituição de administradores de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 08.602.745/0001-32, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 31 de outubro de 2016 e 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 19, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Altera o Processo Produtivo Básico para APARELHOS DE ÁUDIO E DE VÍDEO, industrializados na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.105438/2017-33, de 4 de julho de 2017, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 322, de 31 de dezembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º. .....

.....

XVI - subconjunto tela (display) de cristal líquido com placas de circuito impresso integradas, bem como sua respectiva estrutura de fixação, com ou sem mecanismo de ejeção, podendo ou não conter touch screen, destinado à fabricação de autorrádios.

.....

XXX - "tampa frontal de vidro, constituída de vidro e carcaça plástica ou metálica, para uso exclusivo em câmeras de televisão ou de vídeo utilizadas em sistemas de segurança". (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Ministro de Estado da Indústria, Comércio
Exterior e Serviços
Substituto

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

DESPACHO

Processo nº 52700.100050/2017-59
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 10/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 19 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00131/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 26 de fevereiro de 2018, para CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, para que seja declarada a nulidade do art. 2º e seu parágrafo único da Deliberação JUCESP nº 3, de 7 de junho de 2017.

Referência: Processo n° 52700.100050/2017-59 e Processo JUCESP nº 995458/17-0

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100333/2018-81
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 4/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 25 de janeiro de 2018, e o PARECER Nº 00065/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 26 de janeiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100333/2018-81 e Processo JUCESP nº 995017/17-7

Recorrente: Betta Sistemas Eletrônicos Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Beta Segurança Eletrônica EIRELI-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100338/2018-12
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto n° 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 5/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 26 de janeiro de 2018, e o PARECER Nº 00076/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 6 de fevereiro de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo n° 52700.100338/2018-12 e Processo JUCESP nº 995013/17-2

Recorrente: Marthom Assessoria Empresarial Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Margon Serviços Empresariais Ltda.-ME)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100351/2018-63
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 15/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 27 de fevereiro de 2018, e o PARECER Nº 00157/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 6 de março de 2018, para CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo nº 52700.100351/2018-63 e Processo JUCESP nº 995034/17-5

Recorrente: Fazenda Sant'Anna S.A.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Santana Light Comércio de Alimentos Ltda.-EPP)

MARCOS JORGE

DESPACHO

Processo nº 52700.100382/2017-33
Interessado: JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, SUBSTITUTO, no uso da atribuição constante do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; art. 69 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; e conforme Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, e Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, DECIDE, acolher o PARECER Nº 22/2018-SEI-DREI/SEMPE, de 5 de março de 2018, e o PARECER Nº 171/2018/CONJUR-MDIC/CGU/AGU, de 23 de março de 2018, para CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

Referência: Processo nº 52700.100382/2017-33 e Processo JUCEPE nº 17/879450-3

Recorrente: Laborh-Hotels Serviços para Hotelaria e Turismo Ltda.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Pernambuco

MARCOS JORGE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

PORTARIA Nº 594-SEI, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Institui o Subcomitê de Governança no âmbito do Comitê de Governança Estratégica do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 2° da Portaria MDIC n° 504, de 19 de março de 2018, tendo em vista o que dispõe o Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017, e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 01, de 10 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir o Subcomitê de Governança para propor e promover diretrizes, planos e mecanismos para aperfeiçoamento da Governança no âmbito do Ministério.

Art. 2º Compete ao Subcomitê desempenhar as competências previstas no art. 15 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, além de:

I - realizar estudos e elaborar documentos técnicos para a qualificação das diretrizes e ações de governança;

II - propor plano de ações para melhoria da governança no Ministério; e

III - avaliar a execução dos trabalhos propostos.

Art. 3º O Subcomitê será composto por representantes, titulares e suplentes, das seguintes unidades:

I - Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica;

II - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

III - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

IV - Assessoria Especial de Controle Interno;

V - Gabinete do Ministro;

VI - Secretaria-Executiva;

VII - Secretaria-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação;

VIII - Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior;

IX - Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial;

X - Secretaria de Comércio Exterior;

XI - Secretaria de Comércio e Serviços;

XII - Secretaria de Inovação e Novos Negócios; e

XIII - Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa.

§ 1º O Subcomitê será coordenado pelo representante da Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica.

§ 2º Os representantes titulares e os respectivos suplentes das unidades de que tratam os incisos I ao XIII do caput serão indicados pelos dirigentes das respectivas áreas anualmente.

§ 3º A Coordenação do Subcomitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário, para o cumprimento das finalidades deste Subcomitê.

§ 4º O Subcomitê se reunirá em caráter ordinário uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, mediante convocação do Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica do MDIC ou de seu suplente.

§ 5º As deliberações do Subcomitê dar-se-ão por maioria simples dos votos dos membros presentes, e o voto do Coordenador do Subcomitê somente será proferido para desfazer empate na votação dos demais membros.

§ 6º Os produtos resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Subcomitê serão consolidados e comporão o relatório anual de atividades do Subcomitê.

§ 7º O Subcomitê acompanha as reuniões do CGE e apresenta o plano de ação anualmente.

Art. 4º Compete à Coordenação de Gestão Estratégica e de Risco prestar apoio técnico e administrativo ao Subcomitê.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE
Pelo Comitê

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº46, DE 2 DE ABRIL DE 2018

(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 101/2009)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetro eletrônicos digitais, aprovado pela Portaria Inmetro n° 46/2016 e Portaria Inmetro nº 484, de 07 de dezembro de 2010;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 0052600.006330/2018, resolve:

Alterar a razão social e o endereço do item 2 FABRICANTE da Portaria Inmetro/Dimel nº 101, de 16 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nome: Onbo Electronic (Shenzhen) Co., Ltd

Endereço: Nº 497, Ta Laneg Nan Road, Ta Laneg Street, Baoan District, Shenzhen, China. (NR)

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 47, DE 2 DE ABRIL DE 2018

(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 76/2009)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetro eletrônicos digitais, aprovado pela Portaria Inmetro n° 46, de 22 de janeiro de 2016 e Portaria Inmetro nº 484, de 07 de dezembro de 2010;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 0052600.006329/201856 e do Sistema Orquestra nº 1174229, resolve:

Art. 1° Alterar a razão social e o endereço do item 2 FABRICANTE da Portaria Inmetro/Dimel nº 76, de 2 de março de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

2 FABRICANTE

Nome: Onbo Electronic (Shenzhen) Co., Ltd

Endereço: Nº 497, Ta Laneg Nan Road, Ta Laneg Street, Baoan District, Shenzhen, China. (NR)

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 48, DE 2 DE ABRIL DE 2018

(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 162/2009)

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para esfigmomanômetro eletrônicos digitais, aprovado pela Portaria Inmetro n° 46/2016 e Portaria Inmetro nº 484 de 07 de dezembro de 2010;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 0052600.006322/201834, resolve:

Alterar a razão social e o endereço do item 2 FABRICANTE da Portaria Inmetro/Dimel nº 162, de 28 de abril de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nome: Onbo Electronic (Shenzhen) Co., Ltd

Endereço: Nº 497, Ta Laneg Nan Road, Ta Laneg Street, Baoan District, Shenzhen, China.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 50, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 544/2014;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.00005455/2017, resolve:

Aprovar o modelo VSIS VCAP 01, de medidor de velocidade, marca Velsis, com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 511-SEI, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.391, de 11 de julho de 2016, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no art. 1.139 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, no art. 1º do Decreto nº 8.803, de 6 de julho de 2016, e demais informações que constam no autos do Processo nº 52700.103527/2017-58, resolve:

Art. 1º Aprovar, para que produza efeitos no território brasileiro, o ato societário que consiste no instrumento de procuração, de 16 de janeiro de 2018, da sociedade estrangeira TAMBRANDS INC., autorizada a funcionar no País pelo Decreto de 16 de setembro de 1992, publicada no D.O.U., de 17 setembro de 1992, concernente a nomeação dos Senhores GUILHERME SAMPAIO QUEEN, EDMILSON FORTES DE CARVALHO, ANDRÉ VINICIUS BORGES FELICISSIMO e FREDERICO HEIMBECK DE FRAIA E SOUZA para atuarem como representantes legais da sociedade no Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 137, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Linhares/ES, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Linhares/ES, no valor de R$ 1.876.145,08 (um milhão, oitocentos e setenta e seis mil cento e quarenta e cinco reais e oito centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59050.000177/2014-77.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2016NE000157, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 138, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Itapuca/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Itapuca/RS, no valor de R$ 94.980,07 (noventa e quatro mil novecentos e oitenta reais e sete centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000584/2017-05.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000347, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 139, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Capão do Leão/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao município de Capão do Leão/RS, no valor de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001637/2018-98

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 140, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Piratini/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Piratini/RS, no valor de R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001602/2018-59.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 141, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Oriximiná/PA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Oriximiná/PA, no valor de R$ 26.961,00 (vinte e seis mil novecentos e sessenta e um reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001625/2018-63

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 146, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Altera as Portarias n. 395, 396 e 397, de 10 de agosto de 2017, e as Portarias n. 434, 435 e 436, de 11 de agosto de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º As Portarias n. 395, 396 e 397, de 2017, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º As superintendências e os agentes operadores, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolvam recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional, deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º As Portarias nº 434, 435 e 436, de 2017, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 15. As superintendências e os bancos administradores, ao promoverem qualquer propaganda ou publicidade de obra, ação ou projeto que envolvam recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, deverão informar, de maneira clara e precisa, que o empreendimento integra um conjunto de ações do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 147, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Estabelece normas para o repasse de recursos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE, e do Centro-Oeste - FCO, para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, resolve:

Art. 1º Estabelecer normas para o repasse de recursos dos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO), para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Portaria, são bancos administradores o Banco da Amazônia S/A, o Banco do Nordeste do Brasil S/A e o Banco do Brasil S/A e instituições operadoras as instituições que receberão os repasses dos bancos administradores.

Art. 2º Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO), poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, nos termos do art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989.

Art. 3º Os contratos de repasse a serem celebrados entre os bancos administradores e as instituições operadoras de que tratam o caput e o parágrafo único do art. 1º, submeter-se-ão:

I - à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), estabelecida pelo Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007;

II - aos Planos Regionais de Desenvolvimento;

III - às diretrizes e orientações gerais anualmente estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, conforme disposto no artigo 14-A da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989;

IV - às diretrizes e prioridades anualmente aprovadas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, conforme disposto no inciso I, do artigo 14 da Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989;

V - aos Programas de Financiamento aprovados pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM);

VI - às diretrizes contidas nesta Portaria, conforme o disposto no art. 9º da Lei n. 7.827, de 1989.

Art. 4º Na relação entre os bancos administradores e os Fundos Constitucionais de Financiamento, quanto aos recursos repassados às instituições operadoras, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - os bancos administradores detém o risco operacional dos recursos repassados, fazendo jus ao del credere negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação;

II - o retorno dos recursos aos Fundos Constitucionais de Financiamento dar-se-á de acordo com o cronograma de reembolso das operações realizadas pelas instituições operadoras e independe do pagamento pelo tomador final, inclusive para aplicação do Bônus de Adimplência.

III - os balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento, elaborados pelos bancos administradores, incorporarão as operações realizadas pelas instituições operadoras.

Art. 5º Na formalização dos contratos de repasses entre os bancos administradores e as instituições operadoras deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - aplicam-se às operações realizadas pelas instituições operadoras as mesmas diretrizes e normas dos programas de crédito estabelecidas para as operações realizadas diretamente pelos bancos administradores, no que não dispuser em contrário a esta Portaria;

II - as instituições operadoras são responsáveis perante os bancos administradores pelo retorno dos recursos emprestados ao tomador final;

III - a remuneração das instituições operadoras será uma parte do del credere, negociado com os bancos administradores, respeitado o limite estabelecido na legislação; IV - os bancos administradores repassarão os recursos às instituições operadoras com base nos cronogramas de desembolso das operações por estas contratadas ou em periodicidade preestabelecidas entre as partes; V - os saldos diários dos recursos enquanto não desembolsados pelas instituições operadoras, serão remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil e transferidos pelos bancos administradores aos Fundos Constitucionais de Financiamento;

VI - os recursos dos Fundos Constitucionais, desembolsados pelas instituições operadoras, serão remunerados pelos encargos pactuados com o tomador final, deduzido o del credere dos bancos administradores e das instituições operadoras;

VII - o limite de repasses será definido pelos bancos administradores, com base em análise da capacidade operacional das instituições operadoras, de acordo com seus modelos, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e/ou pelo Banco Central do Brasil;

VIII - as operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais repassados às instituições operadoras ficarão sujeitas às auditorias e fiscalizações do Tribunal de Contas da União, do Banco Central do Brasil, do Ministério da Integração Nacional da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de empresa de auditoria independente e do banco administrador;

IX - as instituições operadoras deverão incluir no planejamento anual de auditoria interna as operações de crédito contratadas com recursos de repasse dos fundos constitucionais, fornecendo aos Bancos administradores no ano subsequente o resultado dos trabalhos de auditoria realizados no ano anterior bem como as ações mitigadoras e as regularizações adotadas para corrigir eventuais constatações.

X - para fins de repasse do FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, as instituições operadoras deverão demonstrar ao banco administrador, o regular vínculo do mutuário em Instituição de ensino superior, de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

Art. 6º Cabe aos bancos administradores:

I - informar trimestralmente à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional (SFRI/MI) e às Superintendências de Desenvolvimento Regional as instituições que solicitaram o repasses dos Fundos Constitucionais, o

resultado da análise dos pleitos, o prazo decorrido para a conclusão da análise e o limite disponibilizado para contratação de operações com recursos dos Fundos Constitucionais em caso de aprovação do pleito;

II - informar às instituições operadoras, até 15 de dezembro de cada ano, considerando também as projeções de aplicação anualmente por elas enviadas, os limites disponibilizados para contratação de operações de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento no exercício seguinte;

III - informar mensalmente à SFRI/MI e às Superintendências, na forma que vier a ser por estas determinadas, as informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos referente às operações contratadas pelas instituições operadoras;

IV - nos relatórios semestrais os bancos administradores consolidarão as informações sobre as atividades e resultados obtidos com as aplicações realizadas pelas instituições operadoras;

V - os bancos administradores informarão em suas demonstrações financeiras, contábeis e relatórios os valores dos repasses efetuados às instituições operadoras.

Parágrafo único. Na eventual revisão da análise que define o limite de crédito de cada instituição operadora, os bancos administradores poderão considerar as projeções de aplicações de recursos anualmente encaminhadas pelas instituições.

Art. 7º Cabe às instituições operadoras:

I - apresentar, mensalmente, aos bancos administradores, relação das operações contratadas em cada mês contemplando, no mínimo, as informações definidas pela SFRI/MI conjuntamente com as Superintendências, necessárias à sua supervisão, ao acompanhamento e ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos;

II - apresentar aos bancos administradores, semestralmente, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos contemplando as informações solicitadas pela SFRI/MI conjuntamente com as Superintendências e os prazos por estas estabelecidos;

III - encaminhar ao banco administrador até o dia 30 de setembro de cada ano, projeções de aplicações com os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o exercício seguinte, observado o limite de crédito disponível para aplicação desses recursos e sua área de atuação.

Art. 8º No caso dos Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regionais definirem indicadores para monitoramento das aplicações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento e metas de aplicação desses recursos, deverão também estabelecer metas específicas para as instituições operadoras.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de n 23, de 13 de janeiro de 2017.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 148, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013, e no artigo 4º, inciso VIII, do Decreto n. 89.496, de 29 de março de 1984, resolve:

Art. 1º Fixar, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, os seguintes valores referentes ao uso ou à amortização da infraestrutura de irrigação de uso comum, tarifa K1, em reais por hectare por ano, para os projetos públicos de irrigação administrados direta ou indiretamente pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF.

Projeto Público de Irrigação	Área (ha)	Investimento (R$)	K1 real (R$/ha/ano)	Capacidade de Pagamento (R$/ha/ano)	Coeficiente "C"	K1 Proposto (R$/ha/ano)
GORUTUBA	4.734	76.927.880,02	324,97	4.105,91	1	324,97
JAÍBA	26.030	1.229.848.950,19	944,95	1.769,74	1	944,95
LAGOA GRANDE	1.538	8.520.329,74	110,80	10.969,68	1	110,80
PIRAPORA	1.236	13.420.378,69	217,16	7.201,58	1	217,16
BARREIRAS NORTE	1.652	158.843.150,95	1.923,20	-916,65	0	0
CERAÍMA	408	20,943.808,01	1.026,18	-1.289,08	0	0
ESTREITO I/III	2.129	479.597.299,83	4.505,04	1.001,42	0,22	1001,42
FORMOSO "A"	7.719	729.708.038,81	1.890,57	3.635,33	1	1890,57
FORMOSO"H"	4.255	177.520.768,98	834,41	7,059,57	1	834,41
MIROROS	2.159	257.261.585,58	2.382,78	990,81	0,42	990,81
NUPEBA	2.677	126.424.167,17	944,46	2.842,12	1	944,46
PILOTO FORMOSO	408	4.298.699,65	210,88	-4,52	0	0
RIACHO GRANDE	1.653	77.998.518,04	943,72	6,384,96	1	943,72
SÃO DESIDÉRIO/BARREIRAS SUL	1.718	18.980.804,49	220,97	-1.747,50	0	0
BEBEDOURO	2.418	6.242.777,68	51,64	6.255,92	1	51,64
SENADOR NILO COELHO	18.563	610.964.241,70	658,27	11.128,32	1	617,63
CURAÇÁ	4.204	75.744.296,87	360,38	9.496,94	1	360,38
MANDACARU	450	2.073.262,79	92,11	6,882,23	1	92,11
MANIÇOBA	4.160	83.154.966,10	399,74	6.154,85	1	399,74
TOURÃO	14.237	45.399.099.91	63,78	841,38	1	63,78
SALITRE	32.000	785.605.745,12	491,00	5.427,93	1	491,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional; c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa AGROPECUÁRIA NASCIMENTO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.555.955/0001-05, teve projeto aprovado por meio da Resolução Condel/Sudam nº 8.427, de 12 de dezembro de 1996, com o objetivo de implantar projeto econômico visando à exploração da bovinocultura voltada à produção de leite tipo "B", bem como a comercialização de novilhas excedentes, de alta linhagem, para reprodução, e novilhos criados em regime de semi-confinamento, para abate, no Município de Santo Antônio de Leveger, no Estado do Mato Grosso, com aporte de recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - Finam.

No Relatório Crítico nº 16, de 27 de janeiro 2010 (fls. 2 a 4), o Parecer Técnico n° 15, de 27 de fevereiro de 2012 (fls. 154 a 157), e o Despacho n, de 1º de março de 2012 (fls. 161 e 162), da Gerência Regional de Belém - GRB apontam indícios de desvio na aplicação de recursos do Finam, por parte da Empresa, de seus administradores e acionistas controladores, consubstanciados a paralisação da implantação do projeto, a não apresentação de documentação contábil, a não comprovação da aplicação de R$ 594.707,00 (quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e sete reais) correspondente à parcela de recursos liberada em 17 de outubro de 2000 e alienação da Empresa sem autorização da Administração.

Considerando que a Empresa apresentou Defesa Escrita e Recurso Administrativo, os quais, após a devida análise técnica das peças defensórias, não conseguiram afastar as irregularidades identificadas em desfavor do projeto, bem como a configuração de desvio de recursos. Ademais, após devidamente notificada, Empresa não apresentou Alegações Finais.

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 25, de 21 de março de 2018; resolve

CANCELAR, de fato e de direito, COM desvio na aplicação de recursos, dos incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa AGROPECUÁRIA NASCIMENTO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.555.955/0001-05, nos termos previstos nos incisos I e II do §1º e §7º do art. 12 c/c inciso I do art. 16 ambos da Lei nº 8.167/1991 e nos incisos I e II, § 1º do art. 35 c/c o inciso I do art. 36 da Portaria/MI nº 452/2016.

ANTÔNIO LUÍS DA SILVA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;, c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa RANÁRIO SANTA CRUZ S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.152.277/0001-53, teve projeto aprovado por meio da Resolução CONDEL/Sudam nº 6.197, de 31 de janeiro de 1985, com o objetivo de desenvolver atividade de ranicultura, nas fases de cria, recria, engorda e abate, com aporte de recursos dos Fundos de Investimentos da Amazônia - Finam, localizada no município de Benevides, no Estado do Pará. Portanto, trata-se de projeto não enquadrado da Lei nº 8.167/1991.

Considerando que no Relatório Crítico nº 38, de 17 de abril de 2009, e o Despacho 21-GRB/DGFI/SECEX/MI, da Gerência Regional de Belém, de 10 de julho de 2010, apontaram indícios de desvio na aplicação de recursos do Finam, por parte da empresa e seus administradores, consubstanciados nas seguintes irregularidades: falta de apresentação da documentação contábil necessária a confirmar a regularidade da aplicação da verba incentivada recebida; paralisação das obras e serviços de implantação e abandono do empreendimento, com a total perda das inversões anteriormente verificadas no empreendimento, condutas essas que configuram hipótese legal autorizadora de cancelamento dos incentivos, com desvio na implantação do projeto;

Considerando que foi observado o devido processo legal e respeitados os diretos ao contraditório e a ampla defesa, tendo a Empresa apresentado Defesa Escrita e Recurso Administrativo contra as decisões emitidas pelo DFRP, contudo,os argumentos interpostos não foram suficientes para superar as irregularidades inicialmente imputadas a Incentivada. Não foi apresentado Alegações Finais.

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 26/2018 (0796865); resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, COM desvio na aplicação de recursos, dos incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa RANÁRIO SANTA CRUZ S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.152.277/0001-53, pelo fato das irregularidades cometidas pela Empresa configurar hipótese legal autorizadora de cancelamento dos incentivos, com desvio na implantação do projeto, nos termos dos incisos I e II do §1°, no §7°, no inciso I do art. 16 e no caput do art. 12, todos da Lei n° 8.167, de 16/01/1991.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 99, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Palmeiras	Enxurradas - 1.2.2.0.0	032	12/03/18	59051.005298/2018-29
BA	Cansanção	Estiagem - 1.4.1.1.0	004	13/03/18	59051.005312/2018-94
BA	Glória	Estiagem - 1.4.1.1.0	013	19/03/18	59051.005263/2018-90
ES	Rio Novo do Sul	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	478	22/03/18	59051.005311/2018-40
MT	Nova Bandeirantes	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	0020	22/02/18	59051.005274/2018-70
MT	Cláudia	Tempestade Local/Convectiva - Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	129	20/03/18	59051.005299/2018-73
PA	Santarém	Enxurradas - 1.2.2.0.0	090	26/03/18	59051.005296/2018-30
PI	Coronel José Dias	Seca - 1.4.1.2.0	10	09/03/18	59051.005287/2018-49
PI	Dirceu Arcoverde	Estiagem - 1.4.1.1.0	005	12/03/18	59051.005279/2018-01
RS	Sant`Ana do Livramento	Estiagem - 1.4.1.1.0	8307	19/03/18	59051.005314/2018-83

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 345, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001554/2017-01, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, BRUNO MANUEL ROMERO RODRIGUEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Miguel Angel Romero e de Rosa Rodriguez, nascido em Pedro Juan Caballero, Paraguai, em 7 de setembro de 1992, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 346, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.001649/2017-17, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, inciso II, e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS ARIEL PEDRO AREVALO, de nacionalidade paraguaia, filho de Juan Carlos Pedro Martinez e de Angela Arevalo, nascido em Pedro Juan Cabalero, Paraguai, em 15 de outubro de 1993, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 347, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08205.300468/2016-82, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o artigo 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, EDWIN MAMANI COSME, de nacionalidade boliviana, filho de Eliseo Basilio Mamani Payi e Nicolasa Cosme Cosme, nascido em La Paz, no Estado Plurinacional da Bolívia, em 14 de setembro de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

DESPACHOS DE 4 DE ABRIL DE 2018

Nº 179 - Determino o arquivamento do processo nº 08000.012488/2017-86, tendo em vista a falta de interesse do requerente em dar prosseguimento ao processo, face o não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 180 - Determino o arquivamento do Processo nº 08000.045518/2017-31, tendo em vista desistência do interessado, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Nº 181 - Determino o arquivamento do Processo nº 08000.018437/2017-68, tendo em vista a falta de interesse do requerente em dar prosseguimento ao processo, face o não cumprimento de exigências, nos termos do art. 40 da Lei n.º 9.784/1999.

Nº 182 - Determino o arquivamento do Processo nº 08000.069438/2017-71, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, face à ausência da comprovação de aquisição de outra nacionalidade para evitar a apatridia, conforme disposto no art. 253 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

TORQUATO JARDIM
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

RETIFICAÇÃO

Na pauta da 121ª Sessão Ordinária de Julgamento, que será realizada no dia 11 de abril de 2018, publicada no DOU nº 65, de 5 de abril de 2018, seção 1, página 42, referente ao Ato de Concentração nº 53500.022061/2004, Requerentes: Contém Canada INC, AES South American Holdings Ltd, AES Interenergy Ltd, onde se lê: "Advogados: Ítalo Hamilton Barioni, Luis Antonio Semeghini de Souza, Maria Cristina Cescon Avedissian, Roberto Barrieu, Cristiane Naomi Kaneko Flesch, Marcos Rafael Flesch, Joaquim José Aceturi de Oliveira, Mauricio Teixeira dos Santos, Alexandre Gossn Barreto, Ronaldo Herscovici, Fabíola Carolina Lisboa Cammarota de Abreu", leia-se: "Advogados: Gustavo Fleichman".

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

Nº 433 - Ato de Concentração nº 08700.002039/2018-13. Requerentes: BR Newmedia Distribuição de Conteúdo Digital Ltda., Abril Comunicações S.A. e Abril Marcas Ltda.. Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão, Raquel Cândido e Christine Park. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 434 - Ato de Concentração n° 08700.000828/2018-10. Requerentes: Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais e Brado Logística S.A.. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Eduardo de Campos Lilla e Elen Caroline Correia Lizas. Acolho o Parecer Técnico n° 3/2018/CGAA4/SGA1/SG, de 03 de abril de 2018 e, com fulcro no §1° do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões a esta decisão, inclusive quanto à sua motivação. Decido pela aprovação, sem restrições, do referido ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

RENATO NEWTON RAMLOW

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

Nº 439 - Ato de Concentração nº 08700.001992/2018-44. Requerentes: Kuraray Co., Ltd., PTT Global Chemical Public Company Limited e Sumitomo Corporation. Advogados: Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Paula Müller Ribeiro Bernini e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 440 - Ato de Concentração nº 08700.002056/2018-51. Requerentes: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. e Strider Desenvolvimento de Software Ltda. Advogados: José Carlos da Matta Berardo, Paulo Eduardo de Campos Lilla, Elen Caroline Correia Lizas, Maria Eugênia Novis, Ursula Pereira Pinto e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 52, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Art. 1º: Na Portaria da SNJ nº 105, de 29 de abril de 2016, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União, em 6 de maio de 2016.

Onde se lê: ABDUL RAHMAN HASABA, natural da Síria, nascido em 22 de novembro de 1980, filho de Khalil Hasaba e de Hadieh Hasaba, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08506.021556/2015-45);

Leia-se: ABDUL RAHMAN HASABA, natural da Síria, nascido em 22 de novembro de 2010, filho de Mohamad Hasaba e de Ghadir Touameh, residente no Estado de São Paulo (Processo: 08506.021556/2015-45).

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHO

DECLARA que a correta grafia do nome de HELEN GIANIME SEBORGA ONA, incluída na Portaria de Naturalização nº 51, de 29 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2018, é HELEN GIANINE SEBORGA ONA não como constou. Processo nº 08321.000413/2017-20

BIANCA BOTELHO PUNTEL ELOY
Chefe
Substituta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 2 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo do art. 14, inciso X, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Nº 240 - Tornar público o CANCELAMENTO da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sob pena de cancelamento, da entidade social INSTITUTO ASSISTENCIAL DE ATENÇÃO A GESTÃO MEDICA HOSPITALAR - INSTITUTO CAV, com sede em Vitória - ES, inscrita no CNPJ sob o nº 07.917.952/0001-13.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999 e art. 5º, inciso LV, da CF/88, assegura-se à entidade o direito de recorrer da decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá cumprir o disposto no art. 4º da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08071.006204/2015-17.

Nº 241 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 33.788.431/0019-42, em razão do descumprimento dos arts. 1º, 2º e 6º do Decreto nº 3.100/99 . Processo SEI/MJ nº 08000.009746/2018-28.

Nº 242 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ONG DOUTORZINHOS, com sede em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 16.802.392/0001-42. Processo SEI/MJ nº 08000.009734/2018-01.

Nº 243 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a pedido do interessado, da entidade social FUNDAÇÃO PRÓ DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE AUTO REALIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA NO INDIVIDUO, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 57.807.778/0001-24.

Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99; ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. De acordo com art. 59, da Lei nº 9.784, de 1999, o prazo para interposição de recurso administrativo é de dez (10) dias.

Quanto ao acervo patrimonial disponível, a entidade deverá observar o disposto no art. 4º da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.010129/2018-75.

Nº 249 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ORION, com sede em Lages - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.606.775/0001-10, em razão dos arts. 3º e 5º, da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.010844/2018-16.

Nº 253 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO OLHAR AMAZÔNICO, com sede em Porto Velho - RO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.698.966/0001-07, em razão do descumprimento do art. 3º, III e IV da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.010507/2018-11.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

Despacho nº 50/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.004514/2018-83
Novela: "AMANHÃ É PARA SEMPRE"
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "Livre" e que, durante a exibição, verificou-se que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

CONSIDERANDO que não houve adequação do conteúdo à faixa horária exibida na autoclassificação, mesmo após o pedido de esclarecimento desta Coordenação;

CONSIDERANDO que houve a identificação de conteúdos como consumo de drogas lícitas, ato violento, relação sexual, apelo sexual e erotização, entre outros, sendo todos incompatíveis com a autoclassificação, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendada para menores de doze anos", por conter: violência, conteúdo sexual e drogas lícitas" e

Determina o prazo de 1 (um) dia útil para que a emissora passe a exibir a nova faixa de classificação indicativa junto à novela.

Despacho nº 51/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08000.004514/2018-83
Filme: "COMO NÃO ESQUECER ESSA GAROTA"
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A.
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "COMO NÃO ESQUECER ESSA GAROTA" com autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos", conforme requerimento protocolado em 28 de maio de 2015 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "COMO NÃO ESQUECER ESSA GAROTA" e classificá-la como "livre", ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

Despacho nº 52/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000165/2018-41
Programa: "FALA ZUCA!"
Requerente: TV Ômega Ltda. (Rede TV!)
Emissora: Rede TV!

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "Livre" e que, durante a exibição, verificou-se que as cenas apresentadas não justificam tal classificação;

CONSIDERANDO que não houve adequação do conteúdo à faixa horária exibida na autoclassificação, mesmo após o pedido de esclarecimento desta Coordenação;

CONSIDERANDO que houve a identificação de conteúdos como ato violento, linguagem depreciativa, descrição de violência, exposição de cadáver e morte intencional, entre outros, sendo todos incompatíveis com a autoclassificação, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendada para menores de doze anos", por conter: violência, conteúdo sexual e drogas lícitas" e

Determina o prazo de 1 (um) dia útil para que a emissora passe a exibir a nova faixa de classificação indicativa junto ao programa.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 50, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: UMA AVENTURA E TANTO (THE STRAY, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Pureflix
Diretor(es): Mitch Davis
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.008695/2018-17
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ALÉM DO HORIZONTE (BEYOND SKYLINE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Beyond The Mothership
Diretor(es): Liam O`Donnell
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08000.009095/2018-76
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: ACERTANDO O PASSO (FINDING YOUR FEET, Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Eclipse Films
Diretor(es): Richard Loncraine
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.010542/2018-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: O MISTÉRIO DO RELÓGIO NA PAREDE (THE HOUSE WITH A CLOCK IN ITS WALLS, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Eli Roth
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.011773/2018-61
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UM DIA EU VOLTARIA (Brasil - 2017)
Episódio(s): 1
Título da série: MUNDO.DOC
Produtor(es): Elo Audiovisual Serviços Ltda
Diretor(es): Lucas Bogo
Distribuidor(es): ELO AUDIOVISUAL SERVIÇOS LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.000257/2018-21
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Conjunto de Episódios: DETETIVES DO PRÉDIO AZUL - 5ª TEMPORADA (Brasil - 2013)
Episódio(s): 01 A 25
Produtor(es): Globosat Programadora Ltda.
Diretor(es): André Pellenz/Eduardo Vaisman
Distribuidor(es): SYNAPSE BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Comédia/Aventura
Tipo de Material Analisado: HD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000302/2018-48
Requerente: SYNAPSE BRAZIL TV PRODUCTION AND DISTRIBUTION

Programa: PALACE HOTEL (Brasil - 2002)
Produtor(es): Toni Góes/Magalhães Jr.
Diretor(es): Noberto Fonseca
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002467/2002-97
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: CSI - LAS VEGAS - 15ª TEMPORADA (CSI - LAS VEGAS - SEASON 15, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 01 A 18
Produtor(es): CBS Paramount Network Television
Diretor(es): Alec Smight
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Policial
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.002121/2018-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: COZINHA DO BORK (Brasil - 2018)
Produtor(es): Rádio e Televisão Bandeirantes SA
Diretor(es): Walkiria Hamu Mattar
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades/Cultural
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.005742/2018-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: O SÓCIO (THE PROFIT, Brasil - 2014)
Episódios: 11 a 18
Produtor(es): Amber Mazzola
Diretor(es): Amber Mazzola
Distribuidor(es): NBC UNIVERSAL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Variedades

Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.006118/2018-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: DANCING BRASIL 3 (Brasil - 2017)
Produtor(es): Endemol Shine Brasil
Diretor(es): Rodrigo Carelli
Distribuidor(es): Rádio e Televisão Record S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Reality Show
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.072204/2017-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

PORTARIA Nº 51, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: LEGO OS INCRÍVEIS (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): WARNER BROS INTERACTIVE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000310/2018-94
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: RIVER RAID (América do Norte - 1982)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001574/2017-84
Requerente: TEC TOY S/A

Título: H.E.R.O (América do Norte - 1984)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001575/2017-29
Requerente: TEC TOY S/A

Título: KABOOM! (América do Norte - 1981)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001576/2017-73
Requerente: TEC TOY S/A

Título: PRESSURE COOKER (América do Norte - 1983)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001577/2017-18
Requerente: TEC TOY S/A

Título: PITFALL!! (América do Norte - 1982)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001578/2017-62
Requerente: TEC TOY S/A

Título: XEVIOUS (Japão - 1982)
Produtor(es): BANDAI NAMO ENTERTAINMENT INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001582/2017-21
Requerente: TEC TOY S/A

Título: STAMPEDE (América do Norte - 1981)
Produtor(es): ACTIVISION PUBLISHING, INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001583/2017-75
Requerente: TEC TOY S/A

Título: PAC-MAN (Japão - 1980)
Produtor(es): BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Arcade
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001584/2017-10
Requerente: TEC TOY S/A

Título: GALAXIAN (Japão - 1979)
Produtor(es): BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT INC.
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Arcade
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001585/2017-64
Requerente: TEC TOY S/A

Título: DIG DUG (Japão - 1982)
Produtor(es): BANDAI NAMCO ENTERTAINMENT INC
Distribuidor(es): Tec Toy S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Arcade
Plataforma: ATARI 2600
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001586/2017-17
Requerente: TEC TOY S/A

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 912, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Deliberação nº 28 de 20 de março de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de de São Paulo;

Considerando o Ofício nº 027 de 29 de março de 2018 da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 118/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de São Paulo (SP), de forma, regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. o recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (sexta) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 292, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vargem Grande
CNPJ: 07.231.922/0001-59
Nome do Projeto: Vargem Grande: A Pessoa com Deficiência em Foco
NUP: 25000.003758/2017-87
Prazo de execução: 20 meses
Valor readequado: R$ 527.647,46 (quinhentos e vinte sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos).
Resumo do projeto: Ampliar a oferta de atendimento clinico à pessoa com deficiência intelectual e múltipla na APAE-VG por meio do aumento de recursos humanos e materiais.

Art. 2º Revoga o inciso II, do art. 1º, da Portaria GAB/SE nº 1.241, de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 293, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Defere a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Atenção Oncológica (PRONON), nos seguintes termos:

Instituição: Fundação Pio XII
CNPJ: 49.150.3521/0001-12
Nome do Projeto: Capacitação em Técnicas de Radioterapia para Profissionais da Área da Saúde Pública e Privada
NUP: 25000.056760/2015-97
Prazo de execução: 12 meses
Valor readequado: R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais)
Resumo do projeto: Capacitar dosimetristas, técnicos de radioterapia, tecnólogos, físicos médicos e rádio-oncologistas brasileiros preferencialmente do Sistema Público de Saúde nas técnicas de radioterapia, preparando assim os profissionais para atuarem dentro das novas soluções fornecidas pelo Ministério da Saúde (80 novos casos aceleradores lineares) proporcionando uma formação e capacitação mais adequada às constantes evoluções tecnológicas da radioterapia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 5 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 479ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2017, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.090703/2012-74	Amil Assistência Médica Internacional S/A	Art. 78 RN 124/06	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.002808/2015-27	Amil Assistência Médica Internacional S/A	Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.016184/2016-14	Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo	Art. 78 RN 124/06	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25789.107201/2014-51	Qualicorp Administradora de Benefícios S/A	Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.015277/2016-13	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/06	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.170114/2016-87	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/06	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.016796/2016-83	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/06	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.018749/2015-98	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.041482/2015-72	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/06	176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)
25780.015344/2015-07	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002165/2016-01	Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/06	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.010444/2016-90	Unimed Norte/Nordeste Federação Interfederativa das Soc. Coop. de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/06	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.035905/2016-87	Unimed do Estado de São Paulo Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/06	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.092, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: LINE LIFE CARDIOVASCULAR CNPJ/CPF: 01.197.835/0001-46

25759.336708/2011-48 - AIS: 468781/11-7 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO TOTAL DETERMINANDO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP N º 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 06.105.362/0001-23

25752.341347/2009-13 - AIS:439046/09-6 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DE IMBITUBA CNPJ/CPF: 84.208.123/0001-02

25741.146058/2007-31 - AIS:185479/07-8 - GGPAF1/ANVISA)

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: EMS S/A CNPJ/CPF: 57.507.378/0003-65

25759.769332/2011-00 - AIS:819762/11-8 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: FARMACIA MARQUES DE ANDRADE LTDA CNPJ/CPF: 06.271.886/0001-94

25351.618650/2009-55 - AIS:804228/09-4 - GFIMP/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. CNPJ/CPF: 59.748.988/0001-14

25767.050551/2013-12 - AIS:0071269/13-8 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: LABORATORIO TEUTO BRASILEIRO S/A CNPJ/CPF: 17.159.229/0001-76

25759.098960/2013-88 - AIS:0140493/13-8 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

AUTUADO: FOCCUS ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ/CPF: 05.897.975/0001-88

25749.683139/2008-28 - AIS:878940/08-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER O RECURSO E NEGAR PROVIMENTO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP Nº 006/2018, DE 13/03/2018.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ARESTO Nº 1.093, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 007, realizada em 20 de março de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: NUTRISOLUTION NUTRIÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA.
CNPJ: 14.724.626/0001-55
Processo: 25351.639108/2017-94
Expediente: 0038793/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 035/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: PERSONNALITÉ CONTROLE DE PRAGAS URBANAS EIRELI - ME
CNPJ: 15.554.185/0001-53
Processo: 25741.154710/2016-36
Expediente: 0100213/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 051/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CNPJ: 43.426.626/0001-77
Processo: 25351.211091/2016-39
Expediente: 0228354/17-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 041/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: CAPITAL EXPRESS MERCANTIL LTDA.
CNPJ: 64.787.419/0001-18
Processo: 25351.069465/2014-94
Expediente: 2062532/17-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 065/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: SC MEDICAL COMÉRCIO E SERVIÇO EIRELI - ME
CNPJ: 12.246.862/0001-88
Processo: 25351.531916/2017-12
Expediente: 2130012/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 421/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: LABORATÓRIO BELÉM JARDIM LTDA.
CNPJ: 17.299.140/0001-05
Processo: 25351.099756/2017-64
Expediente: 2179343/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 425/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: LABORATÓRIO BELÉM JARDIM LTDA.
CNPJ: 17.299.140/0001-05
Processo: 25351.099756/2017-64
Expediente: 2224973/17-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 425/2017 - Coare/Dimon.

Recorrente: PROSPERITY LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA. - EPP
CNPJ: 06.040.676/0001-95
Processo: 25351.254017/2009-54
Expediente: 2242431/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 045/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: PRP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. - ME
CNPJ: 05.696.004/0001-70
Processo: 25024.000586/2009-45
Expediente: 2265687/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 043/2018 - Coare/Dimon.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recorrente: SYNTMED PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 23.979.517/0001-70
Processo: 25351.515551/2017-71
Expediente: 2284616/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 028/2018 - Coare/Dimon.

Recorrente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE ÁGUA
CNPJ: 01.009.681/0003-83
Processo: 25351.590497/2017-42
Expediente: 2321058/17-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 040/2018 - Coare/Dimon.

DESPACHO Nº 66, DE 3 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa, em Anexo, bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo aprovado em reunião realizada em 11 de abril de 2017, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

Processo SEI nº: 25351.908431/2018-02
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 1.1 - Boas práticas regulatórias no âmbito da Anvisa
Assunto: Proposta de iniciativa regulatória para elaboração de Guia de Mensuração da Carga Administrativa
Diretor Relator: Renato Alencar Porto
Área responsável: Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias - GGREG

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 67, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, resolve prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

FUNDAÇAO PARA O REMÉDIO POPULAR - FURP - 43.640. 754/0001-19
FURP-PIRAZINAMIDA (pirazinamida)
25001.012880/85
0116409/18-1 9/2/2018
8/8/2018
INFAN INDUSTRIA QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A - 08.939.548/0001-03
Kronel (schinus terebinthifolius)
25000.038395/99-76
0109774/18-1 8/2/2018
7/8/2018
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.- 33.009.945/0001-23
Valium (diazepam)
25992.017929/62
0021761/18-1 9/1/2018
8/7/2018
BLAU FARMACÊUTICA S.A.- 58.430.828/0001-60
docetaxel tri-hidratado
25351.577700/2017-95
0104419/18-2 07/02/2018
06/08/2018
SANDOZ INDÚSTRIA FARMACËUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
xinafoato de salmeterot + propionato de fluticasona
25351.451864/2014-36
0104435/18-4 07/02/2018
06/08/2018
EMS SIGMA PHARMA LTDA- 00.923.140/0001-31
Diazepam nq (diazepam)
25351.390268/2015-68
0102676/18-3 07/02/2018
06/08/2018
IMEC - INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS CUSTÓDIA LTDA- 08.055.634/0001-53
ácido acetilsalicílico
25351.435263/2016-03
0019003/18-9 08/01/2018
07/07/2018
ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 02.433.631/0001-20
Deca-durabolin (decanoato de nandrolona)
25351.243617/2017-49
0119964/18-1 15/02/2018
14/08/2018
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A- 17.159.229/0001-76
metronidazol + nistatina
25351.640076/2014-27
0124325/18-0 16/02/2018
15/08/2018
EMS S/A- 57.507.378/0003-65
cloridrato de bupropiona
25351.083831/2010-94
0129140/18-8 19/02/2018
18/08/2018
UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A- 60.665.981/0001-18
Seth (cloridrato de bupropiona)
25351.276813/2015-12
0135255/18-5 21/02/2018
20/08/2018
GERMED FARMACEUTICA LTDA- 45.992.062/0001-65
cloridrato de bupropiona
25351.108101/2010-26
0132786/18-1 20/02/2018
19/08/2018
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÉUTICA LTDA- 05.044.984/0001-26
cloridrato de bupropiona
25351.107572/2010-19
0132778/18-0 20/02/2018
19/08/2018
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A- 72.593.791/0001-11
cloridrato de bupropiona
25351.064012/2011-99
0132482/18-9 20/02/2018
19/08/2018
SANTISA LABORATORIO FARMACEUTICO S/A- 04.099.395/0001-82
diclofenaco sódico
25351.558680/2012-08
0132598/18-1 20/02/2018
19/08/2018
Laboratório Melpoejo- 21.549.522/0001-17
Funchicórea (rheum officinale baill + chicorium intybus + anethum foeniculum l.)
25991.008573/80
0132836/18-1 20/02/2018
19/08/2018
EMS SIGMA PHARMA LTDA- 00.923.140/0001-31
Bupium (cloridrato de bupropiona)
25351.123154/2010-86
0132490/18-0 20/02/2018
19/08/2018
GERMED FARMACEUTICA LTDA- 45.992.062/0001-65
Inip (cloridrato de bupropiona)
25351.126063/2010-66
0132494/18-2 20/02/2018
19/08/2018
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÉUTICA LTDA- 05.044.984/0001-26
Bupogran (cloridrato de bupropiona)
25351.120579/2010-91
0132585/18-0 20/02/2018
19/08/2018
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A- 72.593.791/0001-11
Noradop (cloridrato de bupropiona)
25351.261723/2011-65
0132485/18-3 20/02/2018
19/08/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
Aronet (acetato de abiraterona)
25351.364365/2017-67
0130778/18-9 20/02/2018
19/08/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
acetato de abiraterona
25351.329485/2016-32
0137887/18-2 21/02/2018
20/08/2018
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A- 56.994.502/0001-30
Mekinist (dimetilsulfóxido de trametinibe)
25351.957495/2016-67
0137884/18-8 21/02/2018
20/08/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
Airflusal (xinafoato de salmeterol + propionato de fluticasona)
25351.516517/2014-71
0134993/18-7 21/02/2018
20/08/2018
VOLPHARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E FARMACÊUTICOS LTDA-14.665.928/0001-08
micafungina sódica
25351.511309/2016-01
0159252/18-1 28/02/2018
27/08/2018
ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A- 55.980.684/0001-27
cloridrato de tansulosina
25351.386019/2014-06
0159265/18-3 28/02/2018
27/08/2018
TORRENT DO BRASIL LTDA- 33.078.528/0001-32
Prexan (Prexan)
25351.230018/2017-31
0157149/18-4 28/02/2018
27/08/2018
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ- 33.781.055/0001-35
Vacina meningocócica C (conjugada)
25351.303083/2016-62
0166806/18-4 02/03/2018
29/08/2018
BLAU FARMACÊUTICA S.A.- 58.430.828/0001-60
cefotaxima sódica
25351.642944/2017-56
0168026/18-9 05/03/2018
01/09/2018
RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA- 73.663.650/0001-90
Cefalexina
25351.006243/01-48
0181049/18-9 07/03/2018
03/09/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
losartana potassica + hidroclorotiazida
25351.677129/2011-97
0180860/18-5 07/03/2018
03/09/2018
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A- 56.994.502/0001-30
losartana potássica
25351.230017/2017-97
0177536/18-7 07/03/2018
03/09/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
losartana potássica
25351.433715/2012-50
0177639/18-8 07/03/2018
03/09/2018
KEDRION BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA- 09.284.952/0001-59
IG Vena (imunoglobulina humana)
25351.116046/2015-31
0181053/18-7 07/03/2018
03/09/2018
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA- 49.475.833/0001-06
Vasopril (maleato de enalapril)
25351.187251/2008-04
0180833/18-8 07/03/2018
03/09/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
Lorsacor (losartana potássica)
25351.011017/00-15
0180883/18-4 07/03/2018
03/09/2018
SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA- 61.286.647/0001-16
Lorsar-HCT (losartana potássica + hidroclorotiazida)
25351.022588/00-40
0180864/18-8 07/03/2018
03/09/2018
LABORATÓRIOS STIEFEL LTDA- 63.064.653/0001-54
fosfato de clindamicina
25351.015014/2015-47
0116402/18-3 09/02/2018
08/08/2018
CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- 44.010.437/0001-81
Tussolvan (cloridrato de ambroxol)
25351.468899/2011-23
0192772/18-8 12/03/2018
08/09/2018
Comissão Nacional de Energia Nuclear- 00.402.552/0014-40
Fluorglic (fludesoxiglicose)
25351.466448/2015-25
199170181 14/03/2018
14/03/2018
SYSMEX DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 02.923.414/0001-18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cyflow Counter
25351.596353/2017-08
0042465/18-0 17/01/2018
17/06/2018
NIPRO MEDICAL CORPORATION PRODUTOS MÉDICOS LTDA - 13.333.090/0001-84
Hemodialisador Sureflux-N PP
25351.592693/2017-51
0047570/18-0 18/01/2018
17/06/2018
EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - ME - 04.967.408/0001-98
Produto Introdutor de Bainha Percutânea 8
25351.546167/2017-04
0109769/18-5 08/02/2018
08/08/2018
BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA - 19.443.989/0001-36
LENTE EYECRYL PHAKIC
25351677184201706
0112991/18-1 09/02/2018
09/08/2018

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

DESPACHO Nº 62, DE 29 DE MARÇO DE 2018

A Gerência-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco - GGTAB da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 120-H, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 03 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

Autuado: ALUISIO HUNGRIA DE LARA ALMEIDA - ME
CNPJ: 09.362.076/0001-31
PROCESSO Nº: 25351.390532/2010-07 - AIS: 051/2010
Expediente: 509722/10-3
Arquivamento por insubsistência.

Autuado: ARMAZEM8 TABACARIA E PRESENTES LTDA
CNPJ: 014.036.645/0001-99
PROCESSO Nº: 25069.144512/2013-14 - AIS: 019/2013
Expediente: 0205003/13-0
Arquivamento por insubsistência.

Autuado: SOUZA CRUZ S/A
CNPJ: 33.009.911/0001-39
PROCESSO Nº: 25069.190471/2014-17 - AIS: 008/2014
Expediente: 0259084/14-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.041.933/0001-88
PROCESSO Nº: 25069.191973/2014-15 - AIS: 009/2014
Expediente: 0260980/14-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: DENNIS WANDER FELISBERTO
CPF: 018.857.379-80
PROCESSO Nº: 25069.301141/2014-74 - AIS: 015/2014
Expediente: 0413916/14-0
Arquivamento por insubsistência.

Autuado: PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.041.933/0001-88
PROCESSO Nº: 25069.332240/2014-27 - AIS: 019/2014
Expediente: 0457086/14-3
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: KELEN CRISTINA DIAS DE ANDRADE - EPP
CNPJ: 22.544.286/0001-09
PROCESSO Nº: 25069.470683/2015-26 - AIS: 014/2015
Expediente: 0683407/15-8
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Autuado: ENDURANCE GROUP BRASIL HOSPEDAGEM DE SITES LTDA
CNPJ: 15.754.475/0001-40
PROCESSO Nº: 25069.470781/2015-82 - AIS: 016/2015
Expediente: 0683588/15-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Autuado: VALDEMAR SCHUTZER
CNPJ: 17.752.095/0001-00
PROCESSO Nº: 25069.543105/2015-08 - AIS: 017/2015
Expediente: 0789991/15-2
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Autuado: ELBARAKA OVERSEAS IMPORTAÇAO E COMERCIO LTDA.
CNPJ: 18.861.877/0002-13
PROCESSO Nº: 25069.556182/2015-5 - AIS: 019/2015
Expediente: 0808620/15-6
Penalidade de Multa no valor de R$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Autuado: GLOBO COMUNICAÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 27.865.757/0001-02
PROCESSO Nº: 25069.638638/2015-76 - AIS: 021/2015
Expediente: 0913338/15-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Autuado: COMPANHIA BRSILEIRA DE TECNOLOGIA PARA E-COMMERCE SA
CNPJ: 05.314.972/0001-74
PROCESSO Nº: 25069.030101/2016-58 - AIS: 003/2016
Expediente: 1644669/16-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Autuado: GO DADDY.COM.LLC
CNPJ: 20.463.304/0001-00
PROCESSO Nº: 25069.036597/2016-11 - AIS: 004/2016
Expediente: 1662780/16-6
Penalidade de Multa no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Autuado: GUERIM & NARDES LTDA - ME
CNPJ: 22.976.364/0001-44
PROCESSO Nº: 25069.046455/2016-71 - AIS: 005/2016
Expediente: 1692022/16-8
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Autuado: WIX.COM BRASIL SERVIÇOS DE INTERNET LTDA.
CNPJ: 14.644.419/0001-90
PROCESSO Nº: 25069.055803/2016-54 - AIS: 006/2016
Expediente: 1725252/16-1
Penalidade de Multa no valor de R$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais).

PATRÍCIA FRANCISCO BRANCO
Gerente-Geral

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHO DE 2 DE ABRIL DE 2018

Ref.: Processo n.º 25000.051809/2018-68
Interessado: FARMADROGA JABAQUARA LTDA E OUTROS
Assunto: Descredenciamento (art. 12 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 5 Anexo LXXVII de 28 de Setembro de 2017).

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 12 da Portaria de Consolidação MS/GM nº. 5, Anexo LXXVII de 28 de Setembro de 2017, DEFERE o descredenciamento das empresas relacionadas abaixo do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

	RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO	UF	CNPJ	PROCESSO
1	FARMADROGA JABAQUARA LTDA	SANTOS	SP	58.139.742/0001-82	25000087817200617
2	FARMAZEN COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	CAMPO GRANDE	MS	04.562.181/0001-09	25000052821200656
3	MATHEUS SANTOS SOARES	PIUMHI	MG	02.509.654/0002-51	25000080839200729
4	OLIVEIRA E CARDOSO DROGARIAS LTDA	SANTA ROSA	RS	06.166.296/0001-00	25000055317200616
5	REDE NACIONAL DE DROGARIAS S.A	GUARUJA	SP	04.735.455/0016-92	25000066770200640
6	REDE NACIONAL DE DROGARIAS S.A	SANTOS	SP	04.735.455/0017-73	25000066770200640
7	SOUCEK, KORB & CIA LTDA	LONDRINA	PR	72.442.593/0001-57	25000097689200610
8	DROGARIA SÃO PAULO S.A.	SANTO ANDRE	SP	61.412.110/0027-19	25000044260200611
9	FLAMBOYANT COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	GOIANIA	GO	02.137.966/0001-99	25000077525200668
10	FARMÁCIA EKONOMIZE LTDA	PORTO ALEGRE	RS	92.352.673/0001-29	25000051620200631

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 247, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Altera o prazo de implantação do Projeto Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, aprovado como prioritário pela Portaria nº 56, de 18 de fevereiro de 2016.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 8 de dezembro de 2016;

Considerando o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria nº 532, de 6 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar o prazo para implantação do Projeto Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, constante do Anexo à Portaria nº 56, de 18 de fevereiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2016, Seção 1, páginas 172 e 173, para cinco anos (2014-2018).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 170, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Suspende, por tempo indeterminado, a Resolução CONTRAN nº 716, de 30 de novembro de 2017, que estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, "ad referendum" do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o art. 6º, inciso XIII, do Regimento

Interno do CONTRAN (Anexo da Resolução CONTRAN nº 446, de 2013), e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT);

Considerando o interesse público que deve permear a atuação da Administração Pública;

Considerando a necessidade de definir os requisitos para a realização da Inspeção Técnica Veicular para que os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal possam apresentar os seus cronogramas de implantação do referido Programa;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.058544/2010-80, resolve:

Art. 1º Suspende, por tempo indeterminado, a Resolução CONTRAN nº 716, de 30 de novembro de 2017, que estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1o Criar o Consulado Honorário em Clermont-Ferrand, na República Francesa, com jurisdição sobre os departamentos Puy-de-Dôme, Allier, Cantal, Haute-Loire, Corrèze, Creuse, Haute-Vienne, Cher, Indre e Lozère, subordinado ao Consulado-Geral em Paris.

Art. 2o Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 121, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 19 e 20, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48300.000311/2018-58, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria, as Diretrizes para a realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado "A-6", de 2018, de que trata o art. 1º da Portaria MME nº 44, de 8 de fevereiro de 2018.

Art. 2º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, o Leilão de que trata o caput, de acordo com as Diretrizes definidas nas Portarias MME nº 29, de 28 de janeiro de 2011, nº 514, de 2 de setembro de 2011, nº 44, de 8 de fevereiro de 2018, na presente Portaria e com outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. O Leilão de que trata o caput deverá ser realizado em 31 de agosto de 2018.

CAPÍTULO I

DO CADASTRAMENTO E DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Art. 3º Os empreendedores que pretenderem propor a inclusão de projetos de empreendimentos de geração no Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, de que trata esta Portaria, deverão requerer o Cadastramento e a Habilitação Técnica dos respectivos projetos à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, encaminhando a Ficha de Dados constante do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia - AEGE e demais documentos, conforme instruções disponíveis na internet, no sítio - www.epe.gov.br, bem como a documentação referida na Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016.

§ 1º O prazo para entrega de documentos, de que trata o caput, será até as doze horas de 8 de maio de 2018.

§ 2º Excepcionalmente para empreendimentos termelétricos a gás natural, para o Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, não se aplica o prazo previsto no art. 4º, § 8º, inciso IV, da Portaria MME nº 102, de 2016, devendo os dados necessários para análise da viabilidade do fornecimento de gás natural ao empreendimento, conforme disposto no art. 4º, § 11, da Portaria MME nº 102, de 2016, deverão ser protocolados na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP até o dia 21 de maio de 2018.

§ 3º Os empreendedores cujos projetos tenham sido cadastrados junto à EPE para fins de Habilitação Técnica e participação no Leilão de Energia Nova "A-4", de 2018, de que trata o art. 1º da Portaria MME nº 465, de 30 de novembro de 2017, poderão requerer o cadastramento dos respectivos empreendimentos, estando dispensados da reapresentação de documentos, desde que mantidos inalterados os parâmetros, as características técnicas e demais informações dos referidos projetos, sendo obrigatório o registro desta opção no Sistema AEGE no momento da inscrição do empreendimento, oportunidade na qual deverão declarar a validade de toda e qualquer documentação apresentada para fins de cadastramento no Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, observado o disposto no art. 4º, inciso IV.

§ 4º Aos empreendedores que optarem pelo cadastramento nos termos do § 2º, fica vedada a apresentação de quaisquer documentos em substituição aos protocolados na EPE por ocasião do cadastramento no Leilão de Energia Nova "A-4", de 2018, com exceção de:

I - Despacho de Requerimento de Outorga emitido pela ANEEL;

II - Licença Ambiental cujo prazo de validade tenha expirado;

III - Parecer de Acesso ou documento equivalente definidos no art. 4º, § 3º, incisos V e VI, da Portaria MME nº 102, de 2016; e

IV - quaisquer outros documentos quando solicitados pela EPE.

§ 5º Aos empreendedores que optarem pelo cadastramento nos termos do § 2º, é permitido o cadastramento do empreendimento em ponto de conexão distinto daquele cadastrado no Leilão de Energia Nova "A-4", de 2018.

Art. 4º Não serão habilitados tecnicamente pela EPE os seguintes empreendimentos de geração:

I - empreendimento de geração a partir de fonte não termelétrica cujo Custo Variável Unitário - CVU seja superior a zero;

II - empreendimento de geração hidrelétrica com capacidade instalada inferior a 1 MW (um megawatts);

III - empreendimento de geração não hidrelétrica com capacidade instalada inferior a 5 MW (cinco megawatts);

IV - empreendimento de geração a partir de fonte eólica que não atenda ao disposto no art. 5º, § 3º, da Portaria MME nº 102, de 2016;

V - empreendimento de geração a partir de fonte termelétrica cujo CVU, calculado nos termos do art. 5º da Portaria MME nº 46, de 9 de março de 2007, seja superior a R$ 280,00/MWh (duzentos e oitenta Reais por Megawatt-hora);

VI - empreendimento de geração termelétrica com CVU diferente de zero, cuja inflexibilidade de geração anual seja superior a cinquenta por cento; e

VII - empreendimento de geração para o qual o empreendedor não apresente estudos de conexão quando solicitados pela EPE, nos termos do art. 9º, § 4º, da Portaria MME nº 102, de 2016.

§ 1º O Edital deverá prever que não poderão participar do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, os empreendimentos de geração que entrarem em operação comercial até a data de sua publicação.

§ 2º Para os empreendimentos de que trata o inciso VI do caput, a declaração de inflexibilidade poderá ser apresentada considerando valores mensais de inflexibilidade sazonal.

§ 3º Observado o disposto no inciso V do caput, poderá ser habilitado tecnicamente, pela EPE, o empreendimento de geração de que trata o inciso VI do caput independentemente de os parâmetros a que se refere o art. 2º, § 4º, inciso I, da Portaria MME nº 42, de 1º de março de 2007, serem distintos dos parâmetros de que trata o art. 3º, § 2º, inciso I, da Portaria MME nº 42, de 2007.

§ 4º A razão entre o valor da Receita fixa vinculada ao custo do combustível na geração inflexível anual - Rfcomb0 e a Energia associada à geração inflexível anual - E0, definidos no art. 2º, § 2º, da Portaria MME nº 42, de 2007, deverá ser inferior ou igual ao resultado do limite de CVU previsto no inciso V do caput, subtraído do valor referente aos Demais Custos Variáveis - CO&M, previsto no art. 3º, inciso II, da Portaria MME nº 42, de 2007.

§ 5º Poderá ser habilitado tecnicamente, pela EPE, empreendimento a gás natural liquefeito com despacho antecipado de dois meses, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 282, de 1º de outubro de 2007.

Art. 5º Para projetos de geração a partir de fonte eólica, além das condições para Cadastramento e Habilitação Técnica estabelecidas na Portaria MME nº 102, de 2016, no caso de importação de aerogeradores, estes deverão ter potência nominal igual ou superior a 2.500 kW (dois mil e quinhentos quilowatts).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto no caput implica a desclassificação dos empreendimentos e a rescisão dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs que tenham sido celebrados em decorrência do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, sujeito o vendedor à fiscalização da ANEEL.

Art. 6º Para o cálculo da garantia física de energia de Pequena Central Hidrelétrica - PCH e de Central Geradora Hidrelétrica - CGH serão utilizados os parâmetros do projeto a ser habilitado tecnicamente pela EPE, não se aplicando o disposto:

I - no art. 3º, parágrafo único, da Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009; e

II - no art. 4º, § 4º, inciso V, da Portaria MME nº 102, de 2016.

Parágrafo único. A garantia física de energia, já publicada pelo Ministério de Minas e Energia, das PCH e das CGH cadastradas para participação no Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, poderá ser revista, considerando os parâmetros do projeto a ser habilitado tecnicamente pela EPE.

Art. 7º A ampliação de empreendimento existente a gás natural por meio de fechamento do ciclo térmico, sem prejuízo do disposto no art. 4º, inciso V, somente será habilitada tecnicamente se o seu CVU, calculado nos termos da Portaria MME nº 46, de 2007, for inferior ou igual ao CVU vinculado ao CCEAR da parte existente do empreendimento termelétrico, calculado nos termos da Portaria MME nº 42, de 2007, adotando-se como base de comparação o mês de março de 2018.

§ 1º A Usina constituída pelo empreendimento existente e sua ampliação será despachada na totalidade da sua capacidade instalada, pelo menor valor entre o CVU de ciclo aberto e o CVU da ampliação.

§ 2º A parcela da Usina cujo CVU não corresponda àquele do despacho será remunerada pelo menor valor entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e o CVU associado ao CCEAR da parte não despachada por ordem de mérito.

§ 3º No caso de despacho fora da ordem de mérito, por razões elétricas ou energéticas, a remuneração será calculada tomando-se o menor valor entre o CVU de ciclo aberto e o CVU da ampliação.

§ 4º Nos cálculos do Índice de Custo Benefício - ICB e da garantia física de energia da ampliação será considerado o CVU correspondente ao fator "i" declarado no AEGE para a ampliação.

§ 5º O início de operação comercial da ampliação, que corresponde ao fechamento de ciclo, deve respeitar o prazo de início de suprimento de energia elétrica estabelecido no art. 8º, § 1º.

§ 6º Não se aplica o art. 10, inciso II, aos empreendimentos de que trata o caput.

CAPÍTULO II

DO LEILÃO DE ENERGIA NOVA "A-6" DE 2018

Art. 8º Caberá à ANEEL elaborar o Edital, seus Anexos e os respectivos CCEAR, bem como adotar as medidas necessárias para a promoção do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018.

§ 1º O início do suprimento de energia elétrica ocorrerá em 1º de janeiro de 2024.

§ 2º No Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, serão negociados os seguintes CCEAR:

I - na modalidade por quantidade de energia elétrica, com prazo de suprimento de trinta anos, para empreendimentos hidrelétricos;

II - na modalidade por quantidade de energia elétrica, com prazo de suprimento de vinte anos para empreendimentos de geração a partir de fonte eólica; e

III - na modalidade por disponibilidade de energia elétrica, com prazo de suprimento de vinte anos e cinco anos, diferenciados por fontes, para empreendimentos de geração a partir de termelétricas a biomassa, a carvão e a gás natural, inclusive em ciclo aberto, ciclo combinado e ampliação de empreendimento existente a gás natural por meio de fechamento do ciclo térmico.

§ 3º O CCEAR para empreendimento termelétrico a partir de biomassa também será diferenciado por CVU igual a zero ou diferente de zero.

§ 4º Os empreendimentos de geração que utilizem como combustível principal biomassa composta de resíduos sólidos urbanos e/ou biogás de aterro sanitário ou biodigestores de resíduos vegetais ou animais, assim como lodos de estações de tratamento de esgoto, serão enquadrados como empreendimentos termelétricos a biomassa.

§ 5º Deverão ser negociados no mínimo trinta por cento da energia habilitada dos empreendimentos de geração previstos no § 2º.

§ 6º Os CCEAR a serem negociados no Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, deverão prever que os preços, em R$/MWh, e a receita fixa, em R$/ano, terão como base de referência o mês de realização do Leilão.

§ 7º A parcela da Receita Fixa vinculada aos demais itens - RFDemais, prevista no art. 2º, inciso II, da Portaria MME nº 42, de 2007, terá como base de referência o mês de março de 2018, e será calculada a partir da receita fixa definida no § 6º levando em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificado entre os meses de março de 2018 e o mês de realização do Leilão.

§ 8º No caso de CGH, o CCEAR conterá cláusula estabelecendo hipótese de rescisão caso o empreendimento seja afetado por aproveitamento ótimo do curso d'água, que comprometa o atendimento aos lotes de energia contratados no Leilão.

Art. 9º Para empreendimentos termelétricos a gás natural, deverá ser comprovada a disponibilidade de combustível para a operação contínua prevista no art. 4º, § 11, da Portaria MME nº 102, de 2016, nos seguintes termos:

I - período mínimo de dez anos;

II - período adicional de no mínimo cinco anos; e

III - prazo remanescente compatível com o período de suprimento do CCEAR.

§ 1º A renovação dos períodos adicional e remanescente de que tratam os incisos II e III, deverá ser realizada junto à ANEEL, com antecedência mínima de cinco anos do termo do último período de disponibilidade de combustível já comprovado.

§ 2º A renovação da comprovação da disponibilidade de combustível para operação contínua prevista no caput não ensejará alteração de cláusulas econômicas do CCEAR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º A não renovação da comprovação da disponibilidade de combustível perante a ANEEL para a operação comercial, nos prazos e condições estabelecidos no caput, ensejará a rescisão do CCEAR, após o término do último ano de disponibilidade de combustível já comprovado.

Art. 10. Para projetos de geração a gás natural em ciclo combinado, além das condições para Cadastramento e Habilitação Técnica estabelecidas na Portaria MME nº 102, de 2016, os empreendedores deverão atender aos seguintes requisitos:

I - apresentação de cronograma do projeto indicando a data de fechamento do ciclo combinado, não ultrapassando 31 de dezembro de 2023; e

II - declaração de apenas um fator "i", associado à operação flexível em ciclo combinado, que será utilizado para o cálculo do CVU.

Art. 11. Para empreendimento de geração a partir de fonte termelétrica com CVU diferente de zero, o CCEAR do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, deverá prever que o vendedor estará isento da obrigação de entrega de energia até o limite da Indisponibilidade Programada - IP da Usina, conforme apresentado no cronograma anual de manutenção programada.

§ 1º O vendedor deverá encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS o cronograma anual de manutenção programada, antes do início de cada ano civil, compatível com o número de horas equivalente à IP utilizada no cálculo da garantia física de que trata a Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016.

§ 2º A exposição positiva decorrente de eventual geração no âmbito do Mercado de Curto Prazo, no período de que trata o § 1º, será atribuída ao comprador.

§ 3º O ONS poderá, por necessidade do Sistema Interligado Nacional - SIN, solicitar ao vendedor alteração do cronograma anual de manutenção programada de que trata o caput.

§ 4º O montante devido pelo vendedor relativo à energia indisponível decorrente de indisponibilidades programadas em período diferente daquele estabelecido no cronograma de que trata o caput, deverá ser valorado pelo:

I - ICB atualizado pelo IPCA, nos três primeiros anos após a data de liberação da operação comercial da primeira unidade geradora da Usina; e

II - PLD vigente no período de contabilização, a partir do quarto ano após a data de liberação da operação comercial da primeira unidade geradora da Usina.

Art. 12. Para empreendimento de geração a partir de fonte termelétrica com CVU diferente de zero, o CCEAR do Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, deverá prever que o vendedor estará isento da obrigação de entrega de energia até o saldo anual correspondente à Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF utilizada no cálculo da garantia física de energia de que trata a Portaria MME nº 101, de 2016.

§ 1º Durante os três primeiros anos, contados a partir do início da operação comercial, para atendimento da obrigação de entrega de energia, será acrescido o total de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) horas ao saldo de que trata o caput.

§ 2º O montante devido pelo vendedor, relativo à energia indisponível decorrente de indisponibilidades forçadas apuradas acima do saldo de que trata o caput, deverá ser valorado pelo:

I - ICB atualizado pelo IPCA, nos três primeiros anos após a data de liberação da operação comercial da primeira unidade geradora da Usina; e

II - PLD vigente no período de contabilização, a partir do quarto ano após a data de liberação da operação comercial da primeira unidade geradora da Usina.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. No Leilão de Energia Nova "A-6", de 2018, não se aplica o disposto no art. 9º da Portaria MME nº 514, de 2011, mantido o disposto no seu art. 7º, mesmo nos casos de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações de uso do âmbito de transmissão, necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial.

Art. 14. Os empreendedores poderão modificar as características técnicas do empreendimento após a sua outorga, observado o disposto na Portaria MME nº 514, de 2011, desde que não comprometa o quantitativo de lotes negociados do respectivo empreendimento.

Art. 15. A contratação dos lotes relativos ao lance que complete a quantidade demandada do produto dar-se-á conforme disposto na Sistemática do Leilão a ser publicada pelo Ministério de Minas e Energia.

Art. 16. A Portaria MME nº 102, de 22 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

§ 11. .....

I - apresentação de documento emitido pela ANP contendo análise da viabilidade do fornecimento de gás natural ao empreendimento, contemplando toda a cadeia de fornecimento, desde a origem do gás natural até o empreendimento termelétrico, em consonância com a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009;

....." (NR)

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

PORTARIA Nº 122, DE 4 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei n° 5.655, de 20 de maio de 1971, na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e no Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015, e o que consta do Processo nº 48300.000862/2018-11, resolve:

Art. 1º Fica autorizado empréstimo de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR à Companhia Energética de Alagoas - CEAL, nos termos definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, além daqueles previstos no art. 11 do Anexo à Portaria nº 388, de 26 de julho de 2016, para atendimento à condicionante definida no art. 20 da Resolução CPPI n° 20, de 8 de novembro de 2017, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - CPPI.

Parágrafo único. O empréstimo de que trata o caput deverá ser limitado e deduzido do saldo remanescente dos componentes financeiros diferidos pela ANEEL, no processo tarifário ordinário de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.946, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000154/2018-24. Interessado: Energisa Mato Grosso - EMT. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Energisa Mato Grosso - EMT, para o período de 2019 a 2023 a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.947, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006116/2017-02. Interessado: Energisa Mato Grosso do Sul - EMS. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Energisa Mato Grosso do Sul - EMS, para o período de 2019 a 2023 a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.948, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000004/2018-11. Interessado: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista. Objeto: Autorizar a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelecer os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, para o período de 2019 a 2023 a qual entrará em vigor em 1º de janeiro de 2019. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.379, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005356/2017-81. Interessados: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. - EMT, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Brasnorte Transmissora de Energia S.A. - Brasnorte, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE e Empresa de Transmissão de Várzea Grande S.A. - ETVG, Apiacás Energia S.A., Juruena Energia S.A. e Primavera Energia S.A., concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. - EMT, a vigorar a partir de 08 de abril de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.380, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005355/2017-37. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - EMS , Câmara de Comercialização de Energia Elétrica--CCEE, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul, Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE, Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT, Linhas de Transmissão do Itatim S.A. - Itatim, Linha de Transmissão Corumbá Ltda - LTC, Brilhante II Transmissora de Energia S.A. - Brilhante II e Pantanal Transmissão S.A. - Pantanal, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. - EMS, a vigorar a partir de 8 de abril de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.381, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005354/2017-92. Interessados: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, CPFL Transmissão Piracicaba - CPFL Transmissão, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, Interligação Elétrica Pinheiros S.A. - IE Pinheiros, CPFL Transmissão Morro Agudo S.A., Transenergia São Paulo S.A. - TSP, Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto - Cerrp, Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Promissão - Cerpro, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado da Quarta Revisão Tarifária Periódica - RTP da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista a vigorar a partir de 08 de abril de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 597, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.002081/2014-81. Interessado: Boven Comercializadora de Energia Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da Revisão do Projeto Básico da PCH Rancho Grande, com 9.200 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MT.035275-6.01, localizada no rio Córrego do Sangue, integrante da sub-bacia 66, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no município de Indiavaí, estado do Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO Nº 744, DE 3 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 48500.005978/2017-18. Interessado: BID Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: Autorizar a BID Comercializadora de Energia Elétrica Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.023.604/0001-68, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

RETIFICAÇÃO

No resumo do Despacho nº 648, publicado no DOU, de 29 de março de 2018, seção 1, p. 241, edição 61, constante do Processo nº 48500.000753/2018-48, onde se lê "48500.000753/2018-4", leia-se "48500.000753/2018-48".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 6 de abril de 2018.

Nº 756 - Processo nº 48500.003715/2014-13. Interessados: Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. Usina: EOL Bons Ventos Cacimbas 5. Unidades Geradoras: UG1 a UG10, de 2.100 kW cada uma, totalizando 21.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Ibiapina, Estado do Ceará.

Nº 757 - Processo nº 48500.000962/2015-49. Interessados: Três Leões Participações S.A. Usina: PCH Barra do Leão. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.785 kW cada, totalizando 3.570 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 753, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Processo: 48500.000895/2018-13. Interessados: agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de março de 2018. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente de Gestão Tarifária

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 725, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta a forma, os procedimentos e os prazos para a entrega de dados geoquímicos à ANP.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo art. 7º do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.005673/2015, e da Resolução de Diretoria nº 151 de 20 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Fica regulamentado, na forma do Anexo, o Padrão ANP3, que estabelece a forma, os procedimentos e os prazos para a entrega de dados geoquímicos à ANP.

Art. 2º As principais instituições que produzem dados geoquímicos relativos à indústria do petróleo e que devem observar as instruções desse regulamento são:

I - empresas de Exploração e Produção (operadoras ou parceiros integrantes do consórcio);

II - empresas de Aquisição de Dados (atividades autorizadas);

III - instituições Acadêmicas com projetos relacionados a petróleo e gás.

Parágrafo Único. As instituições de que trata o caput não são obrigadas a realizar todas as análises indicadas no presente regulamento. Porém, as que forem efetivamente realizadas devem observar a forma, os procedimentos e os prazos de envio estabelecidos pela presente regulamentação para fins de entrega.

Art. 3º Devem ser entregues à ANP os dados geoquímicos relativos à exploração e produção de petróleo e gás natural, obtidos em território nacional e nas áreas em que o Brasil dispõe de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, respeitadas as condições estipuladas no Padrão ANP3.

Parágrafo único. As áreas de que trata o caput compreendem, de acordo com a Lei n° 8.617, de 4 de janeiro de 1993:

I - a parte terrestre;

II - o mar territorial;

III - a zona contígua;

IV - a zona econômica exclusiva; e

V - a plataforma continental.

Art. 4º Todas as empresas e instituições que produzem dados geoquímicos relativos à indústria do petróleo devem observar as instruções desse regulamento, em especial as seguintes:

I - empresas de exploração e produção, atuantes como operadoras ou parceiras integrantes de consórcio;

II - empresas de aquisição de dados, autorizadas pela ANP; e

III - instituições acadêmicas com projetos relacionados a petróleo e gás natural.

Parágrafo único. As empresas e instituições de que trata o caput não são obrigadas a realizar todas as análises indicadas no presente regulamento, porém, as análises que forem efetivamente realizadas devem observar a forma, os procedimentos e os prazos de envio estabelecidos pela presente Resolução e seu Anexo.

Art. 5º Os dados geoquímicos devem ser enviados no prazo de até um ano a partir:

I - da notificação de término da aquisição, para levantamentos geoquímicos; ou

II - da data de conclusão do poço, para dados geoquímicos de poço.

Parágrafo único. As remessas complementares e posteriores de análises realizadas após um ano da data de conclusão do poço ou da notificação de término do levantamento devem ser entregues em até cento e oitenta dias após a data de análise.

Art. 6º Os dados geoquímicos obtidos a partir de amostras pertencentes ao acervo da União também devem ser entregues em conformidade com o Padrão ANP3 em até cento e oitenta dias após a notificação de término de todas as análises de estudo.

Art. 7º Mediante apresentação pelo agente regulado de justificativa técnica fundamentada ou comprovada a limitação logística, a ANP poderá ampliar os prazos mencionados nos artigos 5º e 6º.

Art. 8º A aquisição de dados geoquímicos em levantamentos de superfície deverá cumprir o estabelecido na Resolução ANP nº 11, de 17 de fevereiro de 2011, quanto às autorizações, licenças, notificações e relatórios.

Art. 9º Os dados de poços devem ser entregues preferencialmente em uma única remessa, respeitados os prazos especificados nos artigos 5º e 6º.

Art. 10. A qualquer momento, a ANP poderá solicitar os dados a que se refere esta Resolução.

Art. 11. Adicionalmente aos dados geoquímicos, deverão ser enviadas cópias dos mapas, imagens, gráficos, arquivos espacialmente referenciados, relatórios, metadados ou quaisquer outros documentos relativos aos dados geoquímicos.

Art. 12. Devem ter os resultados entregues conforme prescreve o Padrão ANP3, quaisquer dados geoquímicos:

I - gerados em atividades realizadas em áreas contratadas e concedidas; ou

II - obtidos por empresas de aquisição de dados e instituições de ensino ou pesquisa autorizadas pela ANP, que utilizem amostras enumeradas na Resolução ANP nº 71, de 31 de dezembro de2014.

Art. 13. Os dados e informações de que tratam esta Resolução, devem ser encaminhados em meio digital, gravados em mídia compatível com o volume dos dados e acompanhados de um boletim, impresso e assinado, que discrimine os dados encaminhados no formato digital.

Parágrafo único. Caso a ANP adote um sistema informatizado que simplifique o trâmite de documentos previstos nesta Resolução, todas as informações necessárias, tais como a alteração da forma de envio e instruções para preenchimento das tabelas dos resultados, serão amplamente divulgadas com o envio de ofício-circular para os agentes regulados e será conferido prazo razoável para a adoção do novo procedimento de envio das análises de dados geoquímicos.

Art. 14. A ANP reprovará, parcial ou totalmente, os dados em não conformidade com relação às normas técnicas e ao presente Padrão ANP3.

§ 1º Em caso de não conformidade, será enviado laudo de avaliação dos dados geoquímicos no prazo de até cento e oitenta dias, conforme Resolução ANP nº 11, de 2011.

§ 2º A critério da ANP, a empresa ou instituição terá prazo de até sessenta dias para entregar os dados corrigidos, contados a partir do recebimento do laudo.

Art. 15. O não atendimento às disposições que constam na presente Resolução e no Padrão ANP3 sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.Art.16. Esta Resolução entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

ANEXO

PADRÃO ANP3: PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DE DADOS GEOQUÍMICOS À ANP

1.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1.O presente padrão estabelece o formato dos dados geoquímicos e arquivos relacionados, das amostras coletadas e dos dados gerados nas atividades de exploração e de produção de petróleo e gás natural, para entrega à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

1.2.Os dados geoquímicos são classificados de acordo com a origem da amostra coletada e tipo de ensaio realizado:

I - Dados Geoquímicos de Rocha - Grupo 1;

II - Dados Geoquímicos de Fluidos - Grupo 2;

III - Dados Geoquímicos de Levantamentos - Grupo 3; e

IV - Dados Geoquímicos Especiais - Grupo 4;

1.3.Os dados e as informações mencionados no item 1.1 devem ser encaminhados em meio digital à ANP, endereçados à Superintendência de Dados Técnicos - SDT, por meio do protocolo localizado no Escritório Central da ANP, situado na Av. Rio Branco, 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20090-004 ou ao Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP) da ANP, situado na Av. Pasteur, 404 - Bloco A4 - Urca - Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 22290-255.

1.3.1. A ANP poderá disponibilizar ferramenta para envio online dos dados, recurso que passará a vigorar após ampla divulgação.

1.3.2.A ANP poderá publicar modelos de tabelas, formulários, arquivos e sistemas informatizados para o envio de dados geoquímicos descritos no presente padrão no endereço eletrônico da ANP, que poderão ser atualizados conforme a necessidade técnica.

1.3.2.1. As tabelas, formulários, arquivos e sistemas informatizados publicados pela ANP para o envio de dados geoquímicos deverão ser utilizados em atendimento ao presente padrão.

1.3.2.2. Enquanto não houver a publicação das tabelas, formulários, arquivos e sistemas informatizados pela ANP, deverá ser observada a formatação básica dos dados descrita no presente padrão.

1.3.3. O envio digital de dados geoquímicos, por meio de sistemas informatizados disponibilizados pela ANP, dispensa o reenvio de mídias digitais por meio do protocolo.

1.3.3.1. A ANP poderá solicitar complementação dos dados já encaminhados com o objetivo de cumprimento integral do presente padrão.

1.4.Os dados geoquímicos devem ser encaminhados acompanhados de um Boletim de Remessa de Dados (BRD), impresso e assinado, listando os dados encaminhados no formato digital.

1.4.1. O Boletim de Remessa de Dados (BRD) deverá ser preenchido conforme formulários eletrônicos disponíveis no sítio da ANP na internet.

1.5.Caso a ANP disponibilize ferramenta para controle de qualidade preliminar dos dados para as empresas responsáveis pelas entregas, tal ferramenta deve ser utilizada antes do envio dos dados.

1.5.1. Nesses casos, os dados só podem ser enviados após sua aprovação pela ferramenta de controle de qualidade.

2.DEFINIÇÕES

2.

2.1.Para os fins do presente normativo, são válidas as definições contidas na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nos contratos de concessão, de partilha da produção e de cessão onerosa, bem como as seguintes definições:

I -AMOSTRA ou ALÍQUOTA - Para efeitos desse normativo, amostra ou alíquota corresponde à porção de fluido, sedimento, ou rocha obtida a partir de material coletado em poços, exsudações naturais ou levantamentos terrestres ou marítimos.

II -ANÁLISE COMPOSICIONAL DE ROCHA (LITOGEOQUÍMICA) - Análise quantitativa dos elementos químicos, maiores e menores, formadores de rocha. Trata-se de uma análise da rocha com relação aos principais elementos químicos inorgânicos: SiO_2, Al_2O_3, Fe_2O_3, MnO, MgO, CaO, Na_2O, K_2O, TiO_2 e P_2O_5, entre outros. Existem diferentes técnicas analíticas utilizados nesta análise, dependendo do grupo de elementos tais como fluorescência de raios X (FRX), Espectrometria de massa por plasma indutivamente acoplado (ICP-MS), Espectrometria de emissão ótica por plasma indutivamente acoplado (ICP-AES), Absorção atômica (AA), entre outras.

III -ANÁLISE DE ÓLEO TOTAL (whole oil analysis) - Análise que visa à caracterização de hidrocarbonetos líquidos. A técnica analítica empregada é a cromatografia gasosa com detector por ionização em chama (CG-DIC). Pode ser empregada em amostras de óleo ou em extratos de rochas e sedimentos.

IV -ANÁLISE DE DIAMANTOIDES - Análise geoquímica especial voltada para a determinação do grau de craqueamento dos fluidos amostrados. A técnica utilizada para sua determinação é a espectrometria de massas e o método para avaliar o grau de craqueamento compara as concentrações de 3- e 4- metildiamantano com a concentração de estigmastano (biomarcador pouco estável).

V -ANÁLISE DE FLUORESCÊNCIA (TSF - TOTAL SCANNING FLUORESCENCE) - Técnica analítica semi-quantitativa seletivamente sensível aos compostos aromáticos, que permite a detecção de hidrocarbonetos em extratos de sedimentos por meio do espectro da fluorescência. A amostra é irradiada com luz variando em uma faixa de comprimento de onda específica, obtendo-se a intensidade máxima e o espectro de fluorescência, que se compara a um padrão de óleo conhecido.

VI -ANÁLISE DE GASES ADSORVIDOS - Análise de hidrocarbonetos leves realizada especialmente em sedimentos argilosos ou carbonáticos, nos quais as moléculas de hidrocarbonetos podem se encontrar adsorvidas nos poros das partículas. Assim, em etapa anterior à análise por Cromatografia Gasosa, a dessorção dos gases da amostra é realizada com tratamento ácido. Geralmente se utiliza esta técnica em amostras de áreas submersas.

VII -ANÁLISE DE GASES LIVRES (HEADSPACE) - Método geoquímico básico, desenvolvido para a detecção de gases e hidrocarbonetos leves (cadeias com um a cinco carbonos) que ocupem a parte superior do recipiente onde a amostra de solo ou sedimento é acondicionada, utilizando na análise dos gases a técnica de cromatografia gasosa.

VIII -ANÁLISE DE GASES OCLUSOS (OSG) - É uma análise de hidrocarbonetos leves realizadas em amostras que passam por um processo de desagregação mecânica dos sedimentos, para remover os gases que se encontram aprisionados entre as partículas. A desagregação utiliza rotação ou vibração, em equipamentos como blender ou disrupter e resulta na soma de gases livres com gases oclusos, chamado de gás intersticial total, que é analisado por cromatografia gasosa.

IX -ANÁLISE DE INCLUSÕES FLUIDAS DE PETRÓLEO (Fluid Inclusion Analysis FIA) - Nesta análise pode ser incluído a Análise de Voláteis de Inclusões Fluidas (FIV),

Microtermometria, entre outras. Trata-se da análise das inclusões fluidas aprisionadas no cimento diagenético. Nessa análise, as amostras são trituradas na fração granulométrica de areia média e submetidos ao processo de limpeza com solventes e ácidos para remoção dos contaminantes externos. Com auxílio da petrografia se confirma a existência de inclusão fluida nas amostras e posteriormente, os grãos limpos são triturados para liberar os hidrocarbonetos aprisionados da inclusão, que são volatilizados em um sistema de injeção especial e enviados para análise em um sistema de cromatografia a gás acoplado à espectrometria de massas.

X -ANÁLISES DE BIOMARCADORES - São métodos geoquímicos voltados à determinação de biomarcadores em óleo ou extrato obtido de rochas e sedimentos, utilizando técnicas de cromatografia gasosa (CG), cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-EM e CG-EM-EM). Para a realização das análises de biomarcadores são separadas previamente à injeção nos equipamentos GC/EM ou GC/EM/EM as frações saturadas (mais comum), aromáticas e polares das amostras de betume ou óleo. Os métodos permitem obter informações sobre as características do ambiente na época da deposição (paleoambiente), a influência do aporte de matéria orgânica (marinha ou continental) e sobre as suas transformações, como maturação, oxidação, redução e biodegradação.

XI -ANÁLISE DE GASES NOBRES - Análise da concentração de diferentes gases nobres, tais como: He, Ar, Ne, Kr e Xe, além da razão isotópica de um mesmo elemento ($^{3}He/^{4}He$). O objetivo da análise é auxiliar na compreensão de rotas de migração, ordem de craqueamento, gênese e evolução da bacia, entre outros fatores importantes para o entendimento do sistema petrolífero. A razão $^{3}He/^{4}He$ ou $^{3}He/^{4}He(amostra)/^{3}He/^{4}He(atmosfera)$ são razões utilizadas para uma melhor compressão da evolução de uma bacia sedimentar, onde a abundância relativa de ^{4}He muito maior em relação ao ^{3}He indica que esse gás tem origem crustal, associado ao decaimento radioativo de minerais contendo U e Th. Porém, se houver muito ^{3}He na amostra, pode indicar uma contribuição do manto. A primeira fase da análise é a purificação, onde são retirados contaminantes, tais como hidrocarbonetos e CO_2. A segunda etapa é a caracterização dos gases nobres propriamente dita. Um espectrômetro de massas específico é empregado para a determinação das razões isotópicas de cada elemento, o que é feito com base nas massas distintas das espécies envolvidas.

XII -ANÁLISES DE MATURAÇÃO TÉRMICA - São análises que utilizam técnicas de microscopia que tem como objetivo determinar o grau de maturação térmica do querogênio em uma determinada amostra. As técnicas incluem microscopia de luz transmitida e de luz fluorescente (microscopia de luz ultravioleta). O Índice de Coloração de Esporos (ICE), por exemplo, permite a determinação da evolução térmica pela variação da cor observada em esporos e polens da amostra estudada em comparação a padrão de referência. A evolução térmica crescente da matéria orgânica produz um escurecimento gradual das partículas orgânicas, o que permite relacionar os valores do índice colorimétrico medido com a evolução térmica sofrida pela matéria orgânica. Para essa análise usa-se o microscópio de luz transmitida. O ICE apresenta uma escala de 1 a 10 em intervalos de 0,5 e uma variação de cor que abrangem tons de amarelo claro a preto. Em determinadas condições é possível estabelecer correspondência com valores de reflectância de vitrinita, principal análise indicadora de maturação térmica.

XIII -ANÁLISE MICROBIOLÓGICA - Objetiva detectar a presença de microrganismos que metabolizam hidrocarbonetos, indicando assim, de forma indireta, a ocorrência de hidrocarbonetos. Para tanto, são empregadas técnicas de cultura desses microrganismos (por exemplo, MOST), ou quantificação dos genes específicos pela metabolização dos hidrocarbonetos (DNA). Os métodos de cultura utilizam amostras superficiais do solo/sedimento para detecção de microrganismos que utilizam hidrocarbonetos como substrato. Assim, é realizada cultura bacteriana na presença de hidrocarbonetos e as populações obtidas são quantificadas, por meio de contagem visual de colônias ou uso de espectrofotômetro. Já a análise microbiológica molecular (DNA) quantifica genes específicos, responsáveis pela metabolização de hidrocarbonetos, obtidos por meio da técnica de reação em cadeia da polimerase.

XIV -ANÁLISE MICROSCÓPICA DO QUEROGÊNIO - São análises de petrografia orgânica em luz transmitida de rochas com COT superior a 1 % para siliciclásticas e 0,5 % para rochas carbonáticas. Após tratamento com ácidos para dissolver os minerais da rocha, ácido fluorídrico para fração siliciclástica e ácido clorídrico para frações carbonáticas, quantifica-se a abundância relativa dos 3 grupos macerais existentes na amostra: Liptinitas (que compreendem alginitas e exinitas, conferem à matéria orgânica um caráter oil prone), Vitrinitas (caráter gás prone) e inertinitas (caráter inerte). Tal análise fornece informações acerca da quantidade e tipo de hidrocarboneto a ser gerado. Outra avaliação petrográfica comumente utilizada é a análise visual do querogênio que compreende a estimativa visual dos 3 grupos principais do querogênio (Grupo da Matéria Orgânica Amorfa, Grupo da Matéria Orgânica Lenhosa e Grupo Liptinita) realizada em lâminas de concentrado de querogênio com técnicas de luz branca transmitida e modo fluorescência. A outra análise se refere à análise de Palinofácies, também realizada em lâminas de concentrado de querogênio com técnicas de luz branca transmitida e modo fluorescência. Essa análise compreende um estudo mais acurado com a identificação e contagem dos 3 grupos principais do querogênio: Grupo Amorfo, Grupo dos Fitoclastos e Grupo dos Palinomorfos. Secundariamente, Grupo dos Zoomorfos com seus respectivos subgrupos, seguindo nomenclatura da literatura especializada.

XV -ANÁLISE SARA - Sigla formada pelos nomes dos compostos saturados, aromáticos, resinas e asfaltenos. Os óleos e betumes que contêm biomarcadores são misturas complexas que compreendem tais compostos em proporções variadas. A determinação da quantidade e das porcentagens dessas três frações pode auxiliar nas interpretações sobre a origem da matéria orgânica, do ambiente deposicional, do estágio de evolução térmica, dos processos de migração, biodegradação, geração e expulsão. Para a avaliação do percentual mássico de cada uma das frações SARA na composição do óleo ou betume faz-se uso, normalmente, de duas técnicas de cromatografia líquida: a Cromatografia Líquida em Coluna e a Cromatografia Líquida de Camada Fina. Na cromatografia líquida em coluna, tanto gravitacional (ou cromatografia clássica) como na de média pressão (CLMD, ou como no inglês MPLC, Medium Pressure Liquid Chromatography), a matriz é submetida à um sistema de fase normal, onde a fase estacionária empregada é frequentemente sílica. Já a fase móvel normalmente segue um gradiente que parte de um solvente a solvente apolar (como n-hexano) até sua mistura com um co-solvente (como, por exemplo, diclorometano e metanol) que incremente a polaridade total da fase até o nível de remoção dos compostos mais polares presentes na matriz que é objeto da separação. A composição mássica de SARA dessa análise semi-preparativa é obtida através da gravimetria de cada uma das frações recuperada e evaporada (para remoção do solvente) após a corrida cromatográfica. Frequentemente as frações recuperadas nessa análise são utilizadas como amostra de partida para outras análises que demandam uma diminuição da complexidade matricial para um maior ganho em resolução, como a Cromatografia a Gás acoplada a Espectrômetro de Massas (CG-EM, ou como do inglês GC-MS, Mass Spectrometry Gas Chromatography). Já na Cromatografia em Camada Fina (CCF, ou como do inglês TLC, Thin Layer Chromatography), a amostra de óleo ou betume é aplicada sobre uma placa recoberta com camada fina de fase estacionária (normalmente sílica) e uma percolação de solvente ou mistura de solventes com polaridades variadas é realizada sequencialmente. A leitura convencionalmente empregada das placas para a quantificação do percentual mássico das frações SARA obtidas é feita com detector de ionização de chamas (DIC, ou como no inglês FID, Flame Ionization Detector). Diferentemente da cromatografia em coluna descrita anteriormente, a CCF-DIC (ou TLC-FID) é uma análise destrutiva, ou seja, as frações SARA quantificadas são destruídas por queima no processo de leitura, não podendo ser utilizadas como matéria de partida para outras análises.

XVI -BETUME - Corresponde à fração da matéria orgânica solúvel em solventes orgânicos. É composto pela matéria orgânica molecular, ou seja, compostos orgânicos saturados, aromáticos e polares (resinas e asfaltenos).

XVII -BIOMARCADORES - São compostos orgânicos complexos, encontrados em betumes, petróleos e sedimentos, cujas estruturas moleculares apresentam relação com compostos orgânicos presentes em organismos vivos, especialmente lipídeos. Os biomarcadores possuem semelhança estrutural com possíveis compostos precursores, por sua vez biossintetizados por bactérias, fitoplâncton, zooplâncton e vegetais superiores. Dentre os diversos biomarcadores saturados reconhecidos ao longo das últimas décadas, os mais utilizados nos estudos do petróleo fazem parte dos grupos dos esteranos e dos terpanos.

XVIII -BIOMARCADORES ESTERANOS (m/z 217) - São biomarcadores cíclicos saturados, que são comumente utilizados para indicar maturação térmica, origem da matéria orgânica, ambiente deposicional e processos de alteração secundária. Os precursores são derivados diagenéticos dos esteróis em organismos eucariontes (seres cujas células apresentam núcleo delimitado por carioteca, ou membrana nuclear), com menor extensão em plantas superiores e são raramente encontrados ou ausentes em organismos procariontes (sem membrana nuclear). Os esteranos estão presentes, geralmente em quantidades ínfimas, nos extratos orgânicos de rochas sedimentares (folhelhos, carvões e arenitos betuminosos) e nos petróleos. Entretanto, o processo de isomerização dos esteranos é de grande importância nos estudos de maturação de óleos e extratos orgânicos. Os esteranos C27 em geral caracterizam ambientes dominados por formas mais simples de vida (como fitoplânctons e zooplânctons marinhos e lacustres). Os esteranos C29 são biomarcadores predominantes em vegetais superiores e animais. Já os esteranos C28, quando em maior proporção, indicam maior contribuição de algas lacustres. Por outro lado, a ocorrência de esteranos de baixa massa molecular (entre 21 e 22 carbonos) em sedimentos e petróleos tem sido atribuída à quebra da cadeia de esteranos de alta massa molecular em processos de diagênese e/ou catagênese.

XIX -BIOMARCADORES TERPANOS (m/z 191) - São hidrocarbonetos cíclicos saturados, cujos precursores são derivados de organismos procariontes (sem membrana nuclear). Os terpanos podem ser divididos em três grupos principais: tricíclicos, tetracíclicos e pentacíclicos. Os hopanos (terpenóides pentacíclicos) são os mais comuns e bem estudados, presentes, em maiores proporções, em sedimentos e rochas ricas em matéria orgânica e petróleos. Assim como os esteranos, os terpanos são estudados para prover indicações sobre a origem, maturação térmica e alterações secundárias tanto em petróleos quanto rochas sedimentares.

XX -CARBONO ORGÂNICO TOTAL (COT) - Quantidade de carbono orgânico (excluindo o carbono do carbonato) expresso em porcentagem. Corresponde à quantidade de matéria orgânica que foi preservada e incorporada ao sedimento. Portanto, a análise desse elemento é o primeiro passo para a avaliação da riqueza orgânica de uma rocha potencialmente geradora, pois é necessária uma quantidade mínima de matéria orgânica para uma rocha produzir quantidades comerciais de hidrocarbonetos. Em termos gerais esse mínimo corresponde a 1% para folhelhos e margas e 0,5% para margas e carbonatos.

XXI -COMPOSIÇÃO ISOTÓPICA (^{13}C) - A proporção dos isótopos $^{13}C/^{12}C$ depende da origem do material orgânico, do fracionamento e das alterações subsequentes pelas quais os hidrocarbonetos passam (e.g. catagênese, migração, biodegradação). A análise de ^{13}C para o extrato orgânico total de amostras selecionadas, óleos e suas respectivas frações aromáticas e saturadas é uma ferramenta útil na avaliação do ambiente deposicional, migração, maturação e biodegradação. Para identificar os isótopos de carbono utiliza-se espectrometria de massas para razão isotópica (Isotope Ratio Mass Spectrometer - IRMS) e os valores medidos são comparados ao padrão PDB.

XXII -CROMATOGRAFIA EM FASE GASOSA (CG) - A cromatografia baseia-se na distribuição dos componentes de uma mistura entre as fases móvel e estacionária. No caso da cromatografia gasosa, a fase gasosa móvel contendo a amostra volatilizada desloca-se em equilíbrio com uma fase líquida de alta viscosidade (camada interna de uma coluna cromatográfica). A técnica é utilizada para a separação de compostos volatilizáveis, ou seja, com pressão de vapor relativamente baixa nas condições de temperatura da análise. Em um cromatógrafo a gás, para medir as pequenas quantidades dos componentes são utilizados diferentes tipos de detectores, sendo os mais utilizados os detectores por ionização em chama (DIC), detector por condutividade térmica (DCT), detector por captura de elétrons (DCE) e detector de nitrogênio e fósforo (DNP). O DIC é universalmente empregado para detecção de compostos orgânicos.

XXIII -CROMATOGRAFIA EM FASE GASOSA COM ESPECTROMETRIA DE MASSAS (CG-EM) - A análise por cromatografia em fase gasosa com espectrometria de massas corresponde ao principal método para avaliar os biomarcadores. Os compostos da amostra são separados em um cromatógrafo e seguem para o detector de espectrometria de massas, no qual são fragmentados por uma fonte de ionização. Os fragmentos gerados são detectados de acordo com sua relação massa/carga (m/z). O equipamento pode operar em modo de varredura (Full Scan) ou de monitoramento seletivo de íons (SIM). No modo SIM é possível realizar o monitoramento de famílias específicas de biomarcadores, como, por exemplo: terpanos (m/z 191), esteranos/diasteranos (m/z 217) e esteróides triaromáticos (m/z 231 e 245).

XXIV -CROMATOGRAFIA LÍQUIDA (CL) - Técnica que consiste na percolação de compostos orgânicos diluídos em solventes de diferentes polaridades (fase móvel) em um meio inorgânico mineral (fase estacionária). De acordo com as propriedades do solvente e da fase estacionária, compostos químicos pertencentes a diferentes classes eluem, isto é, fracionam-se seletivamente ao longo de uma coluna cromatográfica. Permite separar as frações constituintes básicas dos óleos e extratos obtidos das rochas geradoras: hidrocarbonetos saturados (parafinas lineares, ramificadas e cíclicas), compostos aromáticos e compostos polares contendo heteroátomos de N, S e O (resinas e asfaltenos). Os tipos de cromatografia líquida empregados normalmente para essas separações de saturados, aromáticos e compostos heteroatômicos presentes em petróleos e betumes de rochas são a Cromatografia Líquida em Coluna Gravitacional (ou cromatografia clássica), a Cromatografia Líquida de Média Pressão (CLMD, em inglês MPLC, Medium Pressure Liquid Chromatography) e a Cromatografia Líquida de Alta Eficiência (CLAE, em inglês HPLC, High Performance Liquid Chromatography). As frações saturadas e aromáticas separadas por cromatografia líquida são normalmente encaminhadas para as análises de biomarcadores por Cromatografia a Gás acoplada a Espectrometria de Massas (CG-EM).

XXV -DENSIDADE API - Foi criada pelo American Petroleum Institute - API, juntamente com a National Bureau of Standards. É utilizada para medir a densidade relativa de líquidos derivados do petróleo. Quanto maior densidade o óleo tiver, menor será seu grau API. Segue Fórmula geral , onde (D) é a densidade da amostra a 60° F. API = (141,5 ÷ D) - 131,5.

XXVI -DIAMANTOIDES - Os diamantoides são hidrocarbonetos policíclicos saturados, com estrutura molecular semelhante ao diamante, de ocorrência natural no petróleo. São formados a partir do querogênio durante ou após a geração do óleo e se caracterizam pela alta resistência ao craqueamento térmico, à biodegradação e à oxidação, persistindo em sua fase líquida até estágios extremos de maturação. Auxiliam no reconhecimento de misturas de óleos provenientes de diferentes pulsos de migração e na determinação de níveis de craqueamento secundário dos óleos. Devido à sua alta estabilidade estrutural, os diamantoides são termicamente mais estáveis que a maioria dos outros hidrocarbonetos. Portanto, a identificação de diamantoides é útil na caracterização de óleos e condensados com alto grau de evolução térmica, onde os biomarcadores são quase inexistentes, ou de óleos submetidos a elevados níveis de biodegradação.

XXVII -ENXOFRE, CONTEÚDO DE - O teor total de enxofre em amostras de petróleo é determinado por espectrometria de fluorescência de raios-X de acordo com o Padrão ASTM D4294. A medição é comparada com uma curva de calibração padrão e o resultado final é expresso em % em massa.

XXVIII -ESPECTROMETRIA DE MASSAS - Método usado para obter informações sobre a estrutura molecular dos compostos, particularmente biomarcadores. Por esse método, as moléculas em estado gasoso (inseridas diretamente em um espectrômetro de massa ou eluídas de um cromatógrafo gasoso após separação) são ionizadas por elétrons de alta energia e detectadas de acordo com sua relação massa carga (m/z).

XXIX -FLUIDO - Para efeitos desse normativo, corresponde a petróleo, condensado, gás, água de formação ou lama de perfuração, obtidos em testes, pré-testes ou exsudações naturais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXX -FRAÇÃO SATURADA - Fração do fluido que corresponde aos hidrocarbonetos que possuem apenas ligações simples, representados pelos n-alcanos, isoalcanos ou cicloalcanos.

XXXI -PIRÓLISE - Método em que a matéria orgânica é quebrada por aquecimento, na ausência de oxigênio. Esse método é usado para caracterizar tipos de querogênio e determinar os respectivos potenciais de geração e consiste na simulação em laboratório, sob condições controladas, do processo de maturação da matéria orgânica. Pode ser realizado em sistemas abertos, como a técnica Pirólise Rock-Eval (que por vezes é utilizada como sinônimo para o termo) ou em sistemas fechados, como as técnicas de hidropirólise e micropirólise.

XXXII -PIRÓLISE ROCK-EVAL - Refere-se a um tipo de pirolisador bastante utilizado pela indústria. Nesse equipamento a rocha pode ser aquecida até 650 °C, por aproximadamente 20 minutos, dependendo do modelo do pirolisador. Durante esse tempo, três parcelas de gases são liberadas da amostra. O gráfico da concentração versus temperatura forma três áreas distintas. A primeira área (S1) representa os hidrocarbonetos livres na rocha geradora, liberados até 350°C, ou seja, aqueles que já foram gerados, mas ainda se encontram na rocha geradora. A unidade de medida é mgHC/g rocha (miligrama de hidrocarboneto por grama de rocha). A segunda área (S2) corresponde ao potencial gerador de hidrocarbonetos liberados pelo craqueamento termal do querogênio e indica a quantidade de hidrocarbonetos que pode ser gerada a partir da matéria orgânica presente na rocha quando submetida a condições adequadas de temperatura. A terceira área (S3) indica a quantidade de CO_2 liberado durante a pirólise do querogênio e é informado em $mgCO_2$/g rocha (miligrama de CO_2 por grama de rocha). Os hidrocarbonetos são detectados por um detector de ionização em chama e o CO_2 por um detector de infravermelho (atualmente, mais comum) ou detector de condutividade térmica (modelos de pirolisador mais antigo). Os resultados são comparados com os valores de uma amostra do padrão internacional do IFP (Instituto Francês de Petróleo). Em conjunto com os resultados obtidos na determinação do Carbono Orgânico Total, são obtidos diferentes índices, onde IH corresponde ao Índice de hidrogênio (S2/COT - mg HC/g COT); IO - Índice de oxigênio (S3/COT - $mgCO_2$/gCOT) e Índice de Produção (IP) - (IP = S1/(S1+S2)), que fornece a relação entre os hidrocarbonetos livres e os hidrocarbonetos totais obtidos na pirólise. A Temperatura máxima (Tmax), outro resultado importante obtido na pirólise, corresponde à temperatura na qual ocorre a produção máxima de hidrocarbonetos e depende da natureza da matéria orgânica. O topo da zona matura é em geral marcada pela temperatura máxima de 440 °C, limite que pode variar um pouco a depender do tipo de matéria orgânica. Tmax é informada em graus Celsius (°C).

XXXIII -PISTON CORE - É um tipo de testemunhador de sedimentos do fundo oceânico que se utiliza de queda livre, para penetrar e retirar o sedimento. No momento em que o peso do gatilho encosta no substrato oceânico o peso do testemunhador é liberado para adentrar no leito marinho por ação da gravidade. Dependendo da resistência do sedimento, os testemunhadores retiraram sedimentos inconsolidados para avaliação da presença de hidrocarbonetos termogênicos. Os sedimentos ficam aprisionados em tubos de resina transparente (liners), dos quais são coletadas amostras para análises em laboratório.

XXXIV -QUEROGÊNIO - A matéria orgânica presente nas rochas sedimentares é composta de duas frações: querogênio e betume. O querogênio corresponde à fração da matéria orgânica insolúvel em solventes orgânicos. De forma prática, é composto pela matéria orgânica particulada e o seu estudo envolve a execução de análises que utilizam técnicas de microscopia (luz branca transmitida, luz branca refletida, fluorescência UV), combinadas a técnicas como análise elementar, espectroscopia de infravermelho, pirólise, entre outras.

XXXV -REFLECTÂNCIA DE VITRINITA (Ro) - Esta técnica permite a análise da evolução térmica da matéria orgânica. A vitrinita é um constituinte orgânico formado durante a diagênese pela humificação da lignina e celulose das células de vegetais superiores. Submetida a temperaturas crescentes, parte por soterramento, ocorre um ordenamento dos anéis aromáticos com o consequente aumento da reflectância das partículas de vitrinita, relacionada à paleotemperatura máxima alcançada e do tempo de aquecimento. A reflectância da vitrinita (Ro) é medida utilizando-se um microscópio de luz refletida. Esse método é padronizado internacionalmente e baseia-se na Intensidade da luz refletida por uma superfície de huminita/vitrinita bem polida, colocada perpendicularmente ao feixe de luz incidente, em imersão em óleo, medida a 546nm usando um fotomultiplicador (ou equipamento similar). Esta intensidade de luz é comparada com a intensidade da luz refletida, em condições idênticas, por um padrão (ou conjunto de padrões) de reflectância conhecida. As medidas são realizadas após calibração dos valores de reflectância em relação ao padrão safira sintética, Ro=0,505 % de luz refletida. Em termos práticos, Ro% pode caracterizar zonas de evolução térmica da matéria orgânica. Ro = 0,6 % corresponde a uma zona imatura, com evolução térmica insuficiente para a geração de grandes volumes de óleo ou gás. Valores de Ro entre 0,6 e 1,35% correspondem a uma zona matura, com evolução térmica adequada para a geração de grandes volumes de óleo. Valores de Ro entre 1,35 e 4% correspondem a uma zona senil, com evolução térmica adequada à geração de gás, e valores de Ro superiores a 4 (quatro) apontam para a improbabilidade de ocorrência de grandes quantidades de hidrocarbonetos.

3.DADOS CONTEMPLADOS PELO PADRÃO TÉCNICO

3.

3.1.Os grupos de dados tratados na presente norma são: análises geoquímicas de rochas (geradoras); análises de fluidos (óleo, gás e condensados); análises de amostras obtidas em levantamentos terrestres e oceânicos; e análises especiais.

3.2.Constituem análises para amostras de rocha (Grupo 1) obtidas em poços de petróleo e gás natural e outras eventuais fontes:

3.2.1. Carbono Orgânico Total (COT);

3.2.2.Pirólise;

3.2.3.Análises de maturação térmica (Ro - Reflectância de Vitrinita, ICE e IAT); e

3.2.4.Análise Microscópica do Querogênio.

3.3.Constituem análises para amostras de fluidos (Grupo 2) recuperados em "pré-testes", testes de formação, similares ou ainda extraídos através de solventes em amostras de rocha:

3.3.1. Cromatografia Gasosa de Óleo Total (GC Whole oil);

3.3.2.Cromatografia Líquida;

3.3.3. Análise de biomarcadores, tais como Terpanos (m/z 191), Esteranos (m/z 217), e outras relações massa/carga em óleo total ou frações saturadas, aromáticas ou polares;

3.3.4. Análise isotópica (^{13}C) de óleo total e análises isotópicas das frações; e

3.3.5.Conteúdo de enxofre e densidade API (NBR 7148/2013).

3.4.Constituem análises para levantamentos geoquímicos de fundo oceânico (piston core) e levantamentos geoquímicos terrestres - Grupo 3:

3.4.1. Fluorescência (TSF - Total Scanning Fluorescence) - para piston core;

3.4.2.Análise de hidrocarbonetos leves (Headspace, Gases Oclusos, Adsorvidos), de C1 a C5 e outros analisados;

3.4.3.Análise isotópica (^{13}C) de hidrocarbonetos leves e totais;

3.4.4.Análises microbiológicas e similares; e

3.4.5.Para amostras com hidrocarbonetos líquidos:

3.4.5.1. Análise de Composição Total (GC Whole oil);

3.4.5.2. Análise de Biomarcadores, tais como Terpanos (m/z 191), Esteranos (m/z 217), e outras relações massa/carga realizadas em óleo total ou respectivas frações; e

3.4.5.3. Análise isotópica (^{13}C).

3.5.Constituem análises geoquímicas especiais (Grupo 4):

3.5.1. Análise de Gases Nobres;

3.5.2.Análise de Diamantoides;

3.5.3.Análise Composicional de Rocha (litogeoquímica); e

3.5.4.Análise de Inclusões Fluidas.

3.6.Todas as análises geoquímicas realizadas, mesmo as não listadas no presente padrão, devem ser entregues em formato digital e sempre que possível, em formato editável.

3.7.Sempre que houver tabelas de resultados de dados geoquímicos em relatórios, elas deverão ser enviadas separadamente, seguindo a formatação deste padrão conforme tipo de análise realizada, a fim de facilitar a disponibilização dos dados respeitando seus respectivos períodos de confidencialidade.

4.FORMATAÇÃO BÁSICA DOS DADOS

4.1. Todos os dados geoquímicos devem ser encaminhados juntamente com cópia dos mapas, imagens, gráficos, arquivos georreferenciados, relatórios, metadados ou quaisquer outros documentos relacionados;

4.2.Relatórios e outras informações textuais devem ser apresentados em língua portuguesa.

4.3.Caso haja a realização de mais de uma análise em uma mesma amostra ou poço, elas deverão ser entregues separadamente à ANP, seguindo a formatação deste padrão.

4.4.No caso dos relatórios de análises, eles poderão ser encaminhados de maneira consolidada contendo mais de uma análise.

4.5.Dados numéricos deverão ser expressos, sempre que possível, no Sistema Internacional de Unidades.

4.6.Todas as feições geográficas serão representadas e informadas à ANP conforme dispõe o Padrão ANP 4C.

4.7.O procedimento de preparação dos dados consiste na organização em pastas eletrônicas, separadas por poço ou por levantamento, conforme o caso, agrupando arquivos digitais cujos modelos constam ou serão gradativamente publicados no endereço eletrônico da ANP, que poderão ser atualizados conforme a necessidade técnica.

4.8.Para análises realizadas em amostra oriunda de afloramento, a primeira sequência alfanumérica deverá representar o grupo de análises geoquímicas, conforme item 1.2, seguida pela sigla AFLORA que deverá ser utilizada no nome do arquivo, seguida pelo nome da empresa/instituição responsável pela análise e abreviação da análise realizada, conforme exemplo abaixo. Os relatórios finais deverão ser entregues em formato .PDF e as tabelas contendo as coordenadas dos pontos adquiridos e os resultados das análises em formato .XLSX ou .XLS.

4.9.Os dados geoquímicos oriundos de poços deverão ser organizados dentro de diretórios/pastas identificados com os nomes dos poços, conforme Resolução ANP N° 699, de 06 de setembro de 2017.

4.10. A nomenclatura para padronização dos arquivos tabelados e editáveis que representam os resultados das análises geoquímica deverão seguir o critério abaixo: a primeira sequência alfanumérica indicará o grupo de análises geoquímicas, conforme item 1.2 do presente padrão; a segunda sequência de alfanuméricos são indicativos do nome do poço, conforme Resolução ANP N° 699, de 2017; seguida pelo nome da empresa ou E.A.D. responsável pela amostra junto à ANP; seguido da abreviação do tipo da análise; e, por último, a extensão referente ao formato do arquivo, conforme exemplos a seguir.

Exemplo genérico: GQ1_NOMEPOÇO_NOMEEMPRESA_ANÁLISE.xls

Onde:

GQ1 - Geoquímica de Rocha;

GQ2 - Geoquímica de Fluido;

GQ3 - Levantamentos Geoquímicos;

GQ4 - Geoquímica Especial;

NOMEPOÇO - Nome do Poço conforme Resolução ANP N° 699, de 2017:

1-ANP-3-BA

1-BRSA-1080-CES

1COST3BAS

1CS 0001 AL

1FB 0001 BA

2ANP4AMT

NOMEEMPRESA: Operadora responsável pela análise, E.A.D. ou Universidade, quando for o caso.

ANÁLISE - Tipo de Análise:

COT_Pirolise - COTP

Reflectância da Vitrinita - Ro

Índice de coloração de esporos - ICE

Índice de alteração térmica - IAT

Análise microscópica do querogênio - AMQ

Cromatografia líquida - CRL

Cromatografia gasosa - CG

Cromatografia gasosa com espectrômetro de massa - CGEM

Cromatografia gasosa com 2 espectrômetro de massa - CGEMEM

Análise Isotópica (^{13}C) - ISOT

Análise de Hidrocarbonetos Leves:

Headspace - HEAD

Gases Oclusos - OC

Gases Adsorvidos - ADS

Fluorescência (TSF - Total Scanning Fluorescence) - TSF

Análises microbiológicas- MBIO

Análise de DNA - DNA

Diamantoides - DIAM

Análise de Gases Nobres - GN

Litogeoquímica - LITO

Análise de Inclusões Fluidas - AIF

Exemplos Genéricos:

GQ1_1-XXX-3333-ABC_PETROBRAS_COTP.xls

GQ1_AFLORA_UERJ_COTP.xlsx

GQ2_1-XXX-3333-ABC_Eurofins_CGEM.xlsx

GQ2_1-XXX-3333-ABC_GSI_CGEMEM.xlsx

GQ4_1-XXX-3333-ABC_UFRJ_DIAM.xlsx

GQ4_1-XXX-3333-ABC_PETROBRAS_GN.xlsx

GQ1_1-XXX-3333-ABC__SHELL_ICE.xls

GQ1_1-XXX-3333-ABC__SHELL_IAT.xls

GQ1_1-XXX-3333-ABC__SHELL_Ro.xls

GQ1_1-XXX-3333-ABC__PETROBRAS_AMQ.xls

4.11. Os dados geoquímicos oriundos de poços devem possuir, em seus respectivos arquivos, os metadados das análises realizadas minimamente com o conteúdo abaixo:

4.11.1. Nome do poço;

4.11.2.Nome da empresa Operadora ou EAD responsável pela análise;

4.11.3.Nome do laboratório de realização da análise;

4.11.4.Tipo de amostras utilizadas;

4.11.5.Marca e modelo dos equipamentos utilizados;

4.11.6.Data de conclusão da análise (DD/MM/AAAA).

4.12. A nomenclatura dos arquivos tabelados e editáveis referentes aos dados geoquímicos dos levantamentos de superfície - Grupo 3, de acordo com o item 1.2, respeitarão ao seguinte critério: o primeiro conjunto alfanumérico será referente ao grupo de dado (GQ3), o segundo representa o número da equipe habilitada junto à ANP; o terceiro representa as abreviações dos dois tipos principais (GEOQS para levantamento geoquímico de superfície e PCORE para piston core); o quarto representa a localização do levantamento, onde até 3 Blocos poderão ser descritos seguidamente. Acima de 3 blocos, o nome do arquivo poderá conter o nome da bacia ou múltiplos como referência de localização.

Exemplos Genéricos:

GQ3_0003_GEOQS_POT_T_186_298_573.xls

GQ3_0003_GEOQS_POT_T_MULTIPLOS.xlsx

GQ3_0003_GEOQS_POT_T_POTIGUAR.xlsx

GQ3_0005_PCORE_FZA_M_59_57.txt

GQ3_0006_PCORE_FOZ_DO_AMAZONAS.xlsx

4.13. Os arquivos referentes ao relatório final de todas as análises, de poços e de levantamentos de superfície poderão ser encaminhados em .PDF.

4.14. Para amostras esgotadas com resultados não tabulados automaticamente, serão aceitas digitalizações dos resultados.

4.15. Os dados geoquímicos oriundos de levantamentos devem possuir, em sua respectiva tabela de atributos do shape, colunas para cada par de coordenadas, contendo minimamente as seguintes informações:

4.15.1. Nome do levantamento Geoquímico;

4.15.2.Nome da empresa Operadora ou EAD responsável pela análise;

4.15.3.Nome do laboratório de realização da análise;

4.15.4.Descrição de todos os mnemônicos inseridos na tabela de resultados;

4.15.5.Datum das coordenadas, conforme Padrão ANP 4C;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.15.6. Resultados das análises realizadas (básicas e detalhadas, quando adquiridas), integrados à tabela de atributos; e

4.15.7.Bacia e data de conclusão da análise (DD/MM/AAAA).

4.16. As análises do Grupo 1 são referentes aos dados geoquímicos de rocha para avaliação de potencial gerador de hidrocarbonetos. Os arquivos digitais devem ser entregues no formato de tabelas (.XLS ou .XLSX), em que as linhas deverão disponibilizar as informações de profundidades correspondentes às amostras e as colunas deverão possuir as seguintes informações: Código Cadastro; Nome do poço ANP; Tipo Amostra registrada (metros); Topo Amostra registrada (metros); Base Amostra registrada (metros); COT-Teor de carbono orgânico total (%); Resíduo insolúvel (%); S1-Hidrocarbonetos livres (mg HC/g rocha); S2-Hidrocarbonetos liberados (mg HC/g rocha); S3-CO2 liberado (mg CO2/g rocha); Temperatura máxima (°C); Índice de hidrogênio S2/COT (mg HC/g COT); Índice de oxigênio S3/COT (mg CO2/g COT) e Índice de Produtividade (IP) S1/S1+S2.

4.17.Dados de R_o (Reflectância da Vitrinita) e Análises de Maturação Térmica (ICE e IAT) deverão ser disponibilizados em arquivo .XLS ou .XLSX. Figuras ilustrativas elaboradas de correlação, histogramas de populações, gráficos e fotografias de lâminas poderão ser disponibilizadas em .JPEG. O relatório final da análise poderá ser disponibilizado em .PDF. As informações mínimas da tabela de reflectância da vitrinita são valores de R_o, número de medidas de vitrinitas indígenas, média de reflectância das vitrinitas indígenas e desvio padrão.

4.18.Os dados de IAT deverão ser entregues em tabela (.XLS ou .XLSX) e dispor de colunas com valores variando de 1,5 a 4,0. Os dados de ICE poderão ser expressos em tons de cores, variando de amarelo a preto e/ou valores na escala de 1 a 10. Nas tabelas editáveis de ambas as análises, deverão conter linhas com as profundidades analisadas.

4.19.As análises microscópicas de querogênio deverão apresentar valores, em porcentagem, de liptinita (% Lip.), de vitrinita (%Vit.) e de inertinita (% Inert.) da profundidade analisada. Relatórios de Palinofácies e análise visual do querogênio poderão ser entregues em .PDF e, quando possível, os dados passíveis de serem inseridos em tabelas editáveis deverão ser entregues separadamente, assim como gráficos e figuras que possam ser gerados com as respectivas análises.

4.20.Se os dados analisados forem oriundos de levantamentos geoquímicos, eles deverão possuir adicionalmente colunas com as coordenadas geográficas conforme Padrão ANP 4C.

4.21.As análises do Grupo 2 são referentes aos dados geoquímicos de fluido. Os resultados deverão possuir informações que identifiquem (abreviações e nomes por extenso) e quantifiquem o conteúdo de biomarcadores em uma amostra de hidrocarboneto ou extraído de uma rocha. Caso as análises sejam realizadas, são solicitadas as seguintes informações: nome do poço ANP; número de cadastro do poço (11 algarismos numéricos); instituição proprietária; laboratório responsável pela análise; de onde foi extraída a amostra de hidrocarboneto; tipo de amostra (óleo, gás ou água de formação); análises realizadas; presença de contaminante(s); profundidades do topo e da base da amostra; tabelas com áreas e alturas dos picos de concentrações dos compostos, ppm da área e altura (caso inserido padrão conhecido) das concentrações dos compostos em referência ao número de átomos de carbono resultantes do ensaio de cromatografia gasosa e massas; resultados de análise em fração saturada e aromática após cromatografia líquida; abreviações e nomes de todos os compostos químicos observados e razões massa/carga utilizadas; consolidação dos resultados das análises com gráficos de cromatografia gasosa; cromatografia com espectrômetro de massa acoplado e razões utilizadas (item 4.21.1).

4.21.1. Razões de Interesse comumente utilizadas na indústria que devem ser adicionadas às tabelas de resultados: Pri/Phy, Pri/n-C17, Phy/n-C18 , CPI-1, 17(17+27), Hop/Ster, % Sat, % Aro, % NSO, % Asfaltenos, 13C óleo, 13C Sat, 13C Arom, API, % Enxofre, Terpanos ppm, Tri/Hop, Ts/Ts+Tm, Razão 29 Ts/H29, OL/H30, Razão H28/H30, Razão H29/H30, Razão H35/H34, GAM/H30, Razão 25Nor/Hop, 19/23 Tri, 21/23 Tri, 23/24 Tri, 26/25 Tri, Razão C24 Tet/C26Tri, Tri/Hopanos, Esteranos ppm, 20S/(20S+20R), ββ/(αα + ββ) C27%, C28%, C29%, DIA / REG e outras que julgar pertinente e representem características importantes para a amostra analisada.

4.21.2.Todas as análises que possuem a etapa de espectrometria de massas devem seguir as disposições expostas nos itens 4.21, 4.22 e 4.23, no que se refere à formatação básica, fragmentogramas e tabela de correlação entre nomes dos compostos e abreviações.

4.22. Os nomes ou códigos dos compostos identificados (picos) deverão ser inseridos, de forma legível, na porção superior dos cromatogramas (Análise de whole oil) e fragmentogramas (m/z). Caso necessário, a ANP solicitará os espectros de massas.

4.23.A ANP poderá solicitar informações sobre a detecção, metodologias e especificações técnicas dos equipamentos utilizados pelo laboratório.

4.24.Caso a ANP adote um modelo de tabela para dados geoquímicos adquiridos a partir de amostras de fluido (Grupo 2), será elaborado documento com instruções para preenchimento no endereço eletrônico da ANP e anunciado amplamente.

4.25.O Grupo 3 é referente aos dados de levantamento geoquímico de superfície e piston core. Deverão ser entregues os seguintes arquivos: arquivo de dados coletados e analisados; e arquivos complementares: dados georreferenciados, mapas e gráficos. O relatório final deverá ser enviados em arquivos .PDF, assim como imagens em .JPEG ou .GEOTIFF. Os arquivos de dados coletados e analisados deverão ser entregues em ASCII (American Standard Code for Information Interchang), seguindo a mesma formatação dos arquivos medidos e processados referentes ao Padrão ANP2B de Métodos Potenciais e tecnologia CSEM da ANP. Os Arquivos em ASCII deverão possuir cabeçalhos definindo todas as colunas (mnemônicos) contendo os resultados das análises para cada ponto de amostragem (X,Y). Informações como especificação dos equipamentos utilizados e padrão utilizado com concentrações conhecidas deverão ser inseridas no cabeçalho, bem como no relatório final.

4.26.O relatório final dos dados geoquímicos e o resultado das análises das amostras adquiridas, em levantamento geoquímico de superfície e piston core adquiridos por Empresas de Exploração e Produção (operadoras ou parceiros) em suas respectivas áreas contratadas com a ANP (Concessão, Cessão e Partilha) devem ser enviados em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a notificação de término do levantamento e conter minimamente as seguintes informações:

4.26.1. Sumário executivo contendo as informações básicas sobre a atividade;

4.26.2.Características operacionais e logísticas da área de trabalho;

4.26.3.Descrição da metodologia, contendo a escolha dos pontos de amostragem, coleta de amostras, análises de laboratório e demais análises que se fizeram necessárias;

4.26.4.Topografia e geodésia, incluindo as coordenadas definitivas;

4.26.5.Produção total de dados, individualizados por concessão;

4.26.6.Datas efetivas de início e término da aquisição dos dados;

4.26.7.Custo total da aquisição dos dados, informado em dólares dos Estados Unidos da América (US$) ou em moeda nacional;

4.26.8.Cópia das licenças e autorizações obrigatórias exigidas pelo Poder Público para a execução das atividades;

4.26.9.Resultado das análises;

4.26.10.Discussão dos resultados;

4.26.11.Conclusões; e

4.26.12.Anexos, tabelas, mapas e demais informações previstas no sítio da ANP (www.anp.gov.br).

4.27. Os arquivos georreferenciados deverão ser entregues no formato shapefile (.SHP) com a integração de tabelas de resultados para cada ponto de amostragem. A tabela de atributos do shape deverá refletir o mesmo do arquivo de dados coletados e analisados em ASCII e deverá conter os metadados do levantamento descrito no item 4.13 para cada ponto de amostragem, representado por um par de coordenadas (X e Y).

4.28.Os mnemônicos dos arquivos de dados coletados e analisados em ASCII e os arquivos georreferenciados (.SHP) deverão possuir as seguintes colunas de concentrações de gasometria: metano; etano e eteno; propano e propeno; i-butano, n-butano, 1-buteno; i-pentano e n-pentano; hexano; além de somatórios de concentrações, tais como, C2C5, C2C6, C2+ e C6+ em análises de headspace, oclusos (OSG) e/ou adsorvidos. Caso tenha sido realizada, a análise de isótopos, de biomarcadores, microbiologia ou método similar também deverá compor a tabela dos resultados.

4.29.Para as análises das amostras de fluidos ou extraídas de rocha oriunda de levantamento, os resultados das análises de cromatografia gasosa ou cromatografia gasosa com espectrometria de massa acoplada deverão ser enviadas à ANP de acordo com a formatação básica estabelecida para o Grupo 2 (itens 4.19 e 4.20). Neste caso, sendo realizado análises de cromatografia gasosa/massas em amostras oriundas de levantamentos, será necessário ainda as coordenadas geográficas dos pontos de coleta conforme Padrão ANP 4C.

4.30.Todas as análises referentes ao Grupo 4 podem ser enviadas em arquivos .XLS, .XLSX ou .TXT, com seus respectivos resultados e as figuras, gráficos das análises e mapas poderão ser enviadas em .JPEG. Ainda, serão aceitos relatórios finais em .PDF. Parâmetros estatísticos, como desvio padrão e erro analítico, quando aplicável à análise, devem compor as colunas dos resultados para atestar qualidade e grau de confiabilidade do dado.

4.31.As tabelas de concentrações de gases nobres devem conter colunas com as concentrações de ^{4}He, ^{20}Ne, ^{36}Ar, ^{84}Kr e ^{129}Xe em ppm, além das razões $^{40}Ar/^{36}Ar$, $^{3}He/^{4}He$ e $^{3}He/^{4}He$ (amostra)/ $^{3}He/^{4}He$(atmosfera). As linhas deverão ter referência da amostra analisada como identificação do poço e respectiva profundidade ou levantamento geoquímico e respectivo ponto de coleta da qual a amostra é oriunda.

4.32.As tabelas de concentrações de diamantoides deverão possuir colunas com nome dos compostos identificados e quantificados em ppm, em ordem crescente de massa molecular da série dos adamantanos, diamantanos e/ou outra(s) série(s) quando utilizado para a análise, bem como a concentração de biomarcador(es) utilizados para estimativa de evolução térmica da amostra. As linhas deverão possuir identificação das amostras analisadas, como nome do poço, profundidade analisada. No caso de se tratar de levantamento geoquímico, o respectivo ponto de origem da amostra e as coordenadas geográficas deve seguir o Padrão ANP 4C.

4.33.As tabelas de análises Litogeoquímica devem conter linhas com identificação das amostras analisadas, como nome do poço, respectivas profundidades analisadas ou nome do levantamento e ponto da qual a amostra é proveniente. As colunas devem conter concentrações dos compostos químicos (elementos maiores, em forma de óxidos) em porcentagem e/ou elementos traços em ppm e ordem alfabética. Será necessário informar, ainda, o tipo de análise que resultou nos valores de concentrações dos compostos e/ou elementos traços.

4.34.As análises de inclusão fluida deverão possuir colunas com Nome do poço ANP, código do poço, profundidade analisada, população, composição, hospedeiro, fluorescência, temperatura de homogeneização observada durante o aquecimento do petróleo (°C), grau API, temperatura de homogeneização da inclusão aquosa, temperatura de fusão final das inclusões aquosas, razão líquido/vapor, salinidade e temperatura de fusão do gelo observada durante o resfriamento. As tabelas dos arquivos deverão ser organizadas em profundidade de análise. Adicionalmente, caso realizadas as análises que envolvam espectrometria de massas, deverão ser entregues tabelas com as áreas e alturas dos picos de concentrações dos compostos e eventualmente área e altura em ppm (caso inserido padrão interno). As tabelas serão formadas por linhas com os compostos identificados nas seguintes razões massa/carga (m/z): m/z 15 (Metila), m/z 55 (Butanil), m/z 57 (Butila), m/z 60 (ácido fórmico), m/z 71 (pentila), m/z 78 (Benzeno), m/z 91 (Benzila) e m/z 97 (Aquil-cíclicos) e colunas com área e altura dos picos de concentrações e, eventualmente, área e altura dos picos em ppm (caso inserido padrão).

4.35.Caso não seja analisada a concentração de um determinado elemento químico composto nas tabelas das análises especiais ou ainda nas concentrações de biomarcadores e análise de óleo total para análise de fluidos, o espaço vazio poderá ser utilizado para representar medições não realizadas ou não determinadas nas respectivas colunas de concentrações. Isso poderá ocorrer quando a análise ou laboratório não for capaz de determinar as concentrações de um determinado composto. Caso seja ausente uma determinada concentração, será utilizado o valor zero.

4.36.Caso sejam realizadas análises especiais em amostras oriundas de levantamentos, será necessário informar as coordenadas geográficas dos pontos de coleta conforme Padrão ANP 4C, bem como o nome do levantamento, conforme item 4.10.

4.37.Caso sejam desenvolvidas novas práticas e tecnologias, os resultados deverão ser enviados a ANP de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo.

5.PRAZOS DE ENVIO E LAUDOS

5.1.Os dados geoquímicos devem ser enviados no prazo de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a data de conclusão para poços ou notificação de término para levantamentos geoquímicos terrestres ou piston core, sem ônus para a ANP e em conformidade com o padrão técnico por ela estabelecido, cópia dos dados brutos, relatórios, metadados, ou quaisquer outros documentos relativos aos dados geoquímicos.

5.2.Os dados geoquímicos obtidos a partir de amostras pertencentes ao acervo da União deverão ser entregues em conformidade com o Padrão ANP3, em versões digitais, em até 180 (cento e oitenta) dias após a notificação de término do estudo.

5.3.Mediante justificativa técnica fundamentada ou comprovada limitação logística, a ANP poderá, motivadamente, ampliar os prazos mencionados no item5.

5.4.A ANP pode, motivadamente, reprovar, parcial ou totalmente, os dados com conteúdo incorreto, impreciso ou insuficiente em relação às normas técnicas e com o presente Padrão.

5.5.A ANP fará a conferência do material e emitirá um laudo, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sobre a conformidade dos dados em relação ao padrão, indicando as correções eventualmente necessárias.

5.6.No caso da ANP recusar, parcial ou totalmente, os dados mencionados no item 5.5, a empresa ou instituição responsável por essas informações terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para as correções necessárias.

6.SANÇÕES

6.1.O descumprimento das disposições estabelecidas neste Anexo sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro 1999 e demais disposições legais aplicáveis.

7.CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1.As análises geoquímicas de interesse da indústria de petróleo e gás que não estiverem regulamentadas no presente padrão deverão ser encaminhadas em versões digitais, constando as principais definições, lista de eventuais abreviações, tabelas editáveis e/ou gráficos, assim como as referências bibliográficas pertinentes, de forma a propiciar à ANP, como órgão regulador, uma contínua evolução dos procedimentos técnicos.

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 447, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, tendo em vista o constante no processo ANP n.º 48610.016828/2011-99,

Considerando:

A utilização do gás natural na instalação consumidora Usina Termelétrica Azulão, nº 13.3511.1.019, referente ao registro da Petróleo Brasileiro S.A. como Autoprodutor de gás natural com o nº 01.33.19.33000167, conforme o Despacho nº 1.260, de 22 de outubro de 2013;

O não atendimento ao Art. 4, Inciso X, da Resolução ANP n.º 51, de 29 de setembro de 2011 e do item 2 do Despacho nº 1.260, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Excluir a Usina Termelétrica Azulão do rol de instalações consumidoras de gás natural associadas ao Registro de Autoprodutor da Petróleo Brasileiro S.A., uma vez que a empresa não mais possui participação no Campo de Azulão.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 436, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/TO0212514	A A DE CARVALHO & CIA. LTDA.	05.595.777/0001-60	48610.007066/2007-53
PR/RS0094985	ABASTECEDORA DE VEICULOS ALTEROSA LTDA	13.443.483/0001-40	48610.006068/2011-10
PR/SC0174653	ADEMIR ANTONIO KRETZLER & CIA LTDA - EPP	82.939.950/0001-40	48610.007312/2004-24
PR/AL0104125	ANDRESSA PEREIRA ALVES - EPP	14.341.647/0001-91	48610.014396/2011-81
PR/RS0179114	AUTO POSTO ATACADAO LAGOA EIRELI - EPP	25.101.000/0001-09	48610.014780/2016-99
PR/PI0198557	AUTO POSTO ESPÍRITO SANTO LTDA.	07.953.589/0001-91	48610.007182/2006-91
PR/SP0018271	AUTO POSTO LSM JOAO BIM LTDA	67.537.555/0001-48	48610.019724/2001-64
PR/MT0069981	AUTO POSTO PABLO LTDA	05.441.553/0002-84	48610.005740/2009-27
PR/BA0076184	BRASILEIRO CERQUEIRA DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA ME.	10.957.304/0001-03	48610.011695/2009-40
PR/RS0198671	BUTTENBENDER COMERCIAL DE COMBUSTIVEL EIRELI	07.704.086/0001-82	48600.001659/2006-44
PR/RS0129042	COMBUSTIVEIS IBIRAPUITA LTDA	92.178.227/0002-20	48610.000031/2013-31
PR/RS0168848	COMBUSTIVEIS IBIRAPUITA LTDA	92.178.227/0003-01	48610.000669/2015-34
PR/RS0224755	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS TUPA LTDA.	08.852.430/0001-43	48610.002463/2008-10
PR/RS0172931	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS APG FIUZA LTDA - ME	14.371.382/0001-74	48610.011430/2015-90
PR/SC0129462	D AVILLA CARIONI POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP	16.960.047/0001-37	48610.000244/2013-63
PR/RS0105604	DISMABE COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.	00.272.169/0002-81	48610.015589/2011-50
PR/SP0066126	FUEL EVOLUTION AUTO POSTO LTDA	08.339.568/0001-43	48610.001649/2009-32
PR/PI0184577	JANYLSON VERAS & IANA PORTELA LTDA - EPP	26.488.377/0001-25	48610.015177/2017-13
PR/PR0029415	JB NICHELE AUTO POSTO LTDA	79.996.740/0001-80	48610.014138/2002-12
PR/RN0165972	J.M. BRITO LTDA	06.006.231/0001-99	48610.011496/2003-46
PR/SC0161782	KFC COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	20.248.882/0001-16	48610.008201/2014-15
PR/MA0029475	M G COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	05.035.297/0001-44	48610.013809/2002-11
PR/RO0170210	M V M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	06.222.399/0001-31	48610.003536/2004-67
PR/MT0027498	MANENTI & PELISSER LTDA.	02.585.246/0001-06	48610.011385/2002-59
PR/PA0187421	N & C PIMENTEL LTDA	05.772.152/0001-26	48610.004559/2005-71
PR/SP0128427	PAIVA BETARELLO & CIA LTDA	13.645.134/0001-01	48610.014711/2012-51
PR/PR0028433	POSTO MINUANO CAMPO LARGO LTDA	04.961.640/0001-19	48610.011165/2002-25
PR/BA0168488	POSTO POPULAR DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	20.085.076/0001-74	48610.013859/2014-31
PR/DF0185435	POSTO SAÍDA SUL LTDA.	07.210.707/0001-71	48600.000857/2005-18
PR/BA0004068	POSTO SAO PAULO LTDA	13.825.591/0001-88	48610.003097/2001-41
PR/SC0021044	POSTO TROPIFERCO LTDA	95.808.192/0001-73	48610.020838/2001-57
PR/TO0018856	POSTO TUCUNARE LTDA	00.600.068/0001-01	48610.020862/2001-96
PR/PE0184525	QUEIROZ & MARTINS COMBUSTÍVEIS LTDA.	07.156.120/0001-21	48610.002033/2005-55
PR/BA0215121	SARAIVA FERREIRA COMERCIAL DE DERIVADO DE PETROLEO LTDA	08.843.297/0001-69	48610.009030/2007-12
PR/RS0147462	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0076-07	48610.011968/2013-32
PR/RS0171686	SOLANGE DILETA PAGLIARINI - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS - EIRELI	16.725.586/0002-72	48610.008476/2015-21
PR/GO0167926	TEONE XAVIER DUARTE DA SILVA	00.905.396/0001-16	48610.012863/2014-81
PR/BA0177459	WASHINGTON GOMES DE NOVAES	07.036.493/0001-69	48610.010268/2004-31

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 437, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MS0107227	AUTO POSTO ITASUL LTDA - EPP	13.866.450/0001-03	48610.000845/2012-95
PR/RS0088089	JULIANA AMARAL SECCO & CIA LTDA	12.187.706/0001-93	48610.016005/2010-82
PR/MT0010346	LUZIA LEANDRO DE MORAES LOPES & CIA LTDA	01.115.384/0001-50	48610.009479/2001-87
PR/GO0174442	MATINHA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO E SERVICOS LTDA - ME	05.791.200/0001-23	48610.007099/2004-51
PR/SP0132722	POSTO DE SERVIÇOS NOVA GABRIELA LTDA	17.324.330/0001-35	48610.001206/2013-28
PR/SP0135484	POSTO DE SERVIÇOS NOVA LIDER LTDA	17.502.977/0001-00	48610.004109/2013-97

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 438, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n° 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de posto revendedor flutuante:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PF/AM0186331	F ORLANDO D NOGUEIRA & CIA LTDA	03.892.139/0003-47	48610.001330/2018-06
PF/AM0186171	RAIDENCLEY TRINDADE DA SILVA	04.510.120/0002-70	48610.013891/2017-69

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 439, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/AM0244677	A. F. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP	22.565.876/0001-18	48610.002977/2018-47
GLP/PR0244678	ALBERICHI E ALBERICHI LTDA	23.325.264/0001-10	48610.002889/2018-45
GLP/MG0244679	ALTIERES BATISTA DE OLIVEIRA	16.966.727/0001-68	48610.002851/2018-72
GLP/PR0244680	CASA RURAL DE ORTIQUEIRA LTDA	03.677.039/0007-21	48610.002872/2018-98
GLP/MT0244681	CASSIA CATARINA DE ALMEIDA - ME	28.906.971/0001-14	48610.002753/2018-35
GLP/SP0244682	COMERCIAL E DISTRIBUIDORA OLIVEIRA LTDA	27.734.803/0001-26	48610.002701/2018-69
GLP/GO0244683	COMERCIO DE GAS E AGUA MINERAL LUCAS EIRELI-ME	28.300.775/0001-00	48610.002855/2018-51
GLP/CE0244684	COSIGAS DISTRIBUIDORA DE GLP EIRELI	29.226.195/0001-74	48610.002984/2018-49
GLP/MG0244685	CRE GAS EIRELI	17.712.504/0001-37	48610.002910/2018-11
GLP/MT0244686	DANIEL FERREIRA MANOEL 02217046128	23.919.237/0001-76	48610.002771/2018-17
GLP/AM0244687	DISTRIBUIDORA BALBINA LTDA -EPP	05.533.915/0003-48	48610.002909/2018-88
GLP/SC0244688	DISTRIBUIDORA NOVA ERECHIM EIRELI - ME	29.472.441/0001-78	48610.002876/2018-76
GLP/ES0244689	ELIZABETE PEREIRA DE OLIVEIRA 22467649806	28.093.240/0001-05	48610.002893/2018-11
GLP/PR0244690	FELIX COMERCIO DE GAS EIRELI	25.112.237/0002-76	48610.002690/2018-17
GLP/GO0244691	GAS BORGES EIRELI	29.532.544/0001-86	48610.002994/2018-84
GLP/SP0244692	GASBOM DANTE CARRARO COMERCIO DE GAS EIRELI - ME	28.878.440/0001-65	48610.002883/2018-78
GLP/ES0244693	GENECI DOMINGOS MACHADO 73449202715	27.257.274/0001-17	48610.002774/2018-51
GLP/PR0244694	H S G DE SOUZA E CIA LTDA EPP	03.526.874/0001-75	48610.002709/2018-25
GLP/PB0244695	INACIO DE LOIOLA DE QUEIROZ 03195530430	29.150.991/0001-70	48610.002706/2018-91
GLP/MT0244696	IONE MARIA SEIBT 53156960144	12.704.027/0001-44	48610.002773/2018-14
GLP/AM0244697	IRANICE ROCHA DA SILVA	29.207.184/0001-47	48610.002847/2018-12
GLP/RO0244698	J C ALMEIDA DA COSTA EPP	28.432.951/0001-59	48610.002770/2018-72
GLP/MA0244699	JANAINA DE PAULA SOUSA FIGUEIREDO 33609099844	27.794.306/0001-13	48610.002981/2018-13
GLP/MG0244700	JERSON PEREIRA GOMES 47075597604	28.226.119/0001-04	48610.002902/2018-66
GLP/RN0244701	JOSE APARECIDO DA SILVA 05647206409	27.045.156/0001-45	48610.002894/2018-58
GLP/SP0244702	JOSÉ CARLOS PAVAN JUNIOR - ME	02.532.691/0001-08	48610.002864/2018-41
GLP/RO0244703	JOSE DE ALMEIDA FILHO - ME	26.526.141/0001-36	48610.002849/2018-01
GLP/BA0244704	KAIROS COMERCIO DE GÁS EIRELI	29.795.874/0001-64	48610.002971/2018-70
GLP/SP0244705	KLEBER CRISTIANO PIOVEZAN - ME	29.202.414/0001-85	48610.002874/2018-87
GLP/PB0244706	LAMARES FERREIRA COMERCIO DE GAS EIRELI	29.134.116/0001-03	48610.002700/2018-14
GLP/MT0244707	LAURO ENDRIGO SILVA MORAES 01788057180	27.803.182/0001-95	48610.002895/2018-01
GLP/MG0244708	LIGEIRINHO GAS LTDA - EPP	29.294.128/0001-97	48610.002861/2018-16
GLP/PE0244709	LUCIANO MANOEL DE LIMA ME	29.168.517/0001-76	48610.002869/2018-74
GLP/RO0244710	LUCIMAR APARECIDA DE LIMA DA ROCHA 75310724249	29.050.407/0001-05	48610.002983/2018-02
GLP/MG0244711	LUIZA SANTOS FIGUEREDO 13969046629	22.571.639/0001-60	48610.002728/2018-51
GLP/PA0244712	M. DE JESUS B. F. DOS SANTOS - ME	07.517.448/0003-98	48610.002978/2018-91
GLP/AM0244713	M SALOMÃO DE OLIVEIRA - ME	29.067.228/0001-80	48610.002854/2018-14
GLP/SP0244714	MAICON DO CARMO CANATO 40657926817	29.382.122/0001-71	48610.002754/2018-80
GLP/SP0244715	MARCELO VICTOR DOS SANTOS JUNIOR	29.494.074/0001-03	48610.002856/2018-03
GLP/RN0244716	MARIA SONIA PEREIRA DA COSTA 03353321454	28.753.881/0001-30	48610.002975/2018-58
GLP/RO0244717	MARIA VIEIRA DA SILVA 66543177268	26.968.197/0001-40	48610.002691/2018-61
GLP/MT0244718	MELQUIADES DE SOUZA - ME	24.840.321/0001-62	48610.002911/2018-57
GLP/MG0244719	MERCIA DE OLIVEIRA SILVA	28.442.730/0001-61	48610.002884/2018-12
GLP/MG0244720	NEW GAS COMERCIO LTDA ME	09.633.973/0002-13	48610.002576/2018-97
GLP/SP0244721	PETERSON GALVAO SANTOS	07.859.529/0005-38	48610.002699/2018-28
GLP/MG0244722	PRISCILA FREIRE BRANJAO GUERRA CPF 028.391.626-52	29.309.558/0001-35	48610.002738/2018-97
GLP/PR0244723	R. SAPATINI COMERCIO DE GAS EIRELI	29.695.464/0001-41	48610.002990/2018-04
GLP/RS0244724	RAFAEL DA SILVA PEREIRA 80741207087	28.829.789/0001-07	48610.002081/2018-68
GLP/SP0244725	REGINALDO LUIZ EUGENIO JUNIOR ME	26.185.898/0001-03	48610.002772/2018-61
GLP/SP0244726	REIMANN MARTINS COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	27.127.451/0001-40	48610.002916/2018-80
GLP/MA0244727	RODRIGUES & GOMES LTDA - ME	10.494.298/0001-97	48610.002731/2018-75
GLP/PR0244728	ROSEVALDO DE BARROS OLIVEIRA 06627419947	28.716.310/0001-26	48610.002901/2018-11
GLP/RJ0244729	S T R BOLDRINI DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	24.359.993/0001-50	48610.002992/2018-95
GLP/AP0244730	SILVANA E SANDRA COMERCIO LTDA - EPP	28.539.358/0001-06	48610.002980/2018-61

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GLP/PI0244731	SOUZA E LIMA COMERCIO DE GAS LTDA	29.630.351/0001-68	48610.002848/2018-59
GLP/MG0244732	STEFANY SANTOS FERREIRA 13434049673	29.005.168/0001-71	48610.002860/2018-63
GLP/SC0244733	SUPERMERCADO VAI E VEM LTDA	27.208.857/0001-58	48610.002853/2018-61
GLP/SC0244734	TATIANA DA SILVA XAVIER 94077240000	28.015.850/0001-82	48610.001854/2018-99
GLP/MG0244735	THIAGO BATISTA MOTA MACEDO 07777796682	23.359.449/0001-46	48610.002862/2018-52
GLP/RS0244736	TIAGO DOS SANTOS DEON - ME	28.212.104/0001-89	48610.002913/2018-46
GLP/PR0244737	VALDIR BELO DE OLIVEIRA 04983709924	28.399.964/0001-73	48610.002870/2018-07
GLP/RN0244738	VANIA GOMES DE MEDEIROS SILVA 87514125434	28.746.306/0001-00	48610.002896/2018-47
GLP/MG0244739	VERONICA LIMA DE ANDRADE REIS	18.716.987/0001-00	48610.002900/2018-77
GLP/SP0244740	VINICIUS MALVESTIO GRIPPA - GÁS ME.	07.691.982/0002-35	48610.002912/2018-00
GLP/TO0244741	WEBSTER OLIVEIRA NEVES ME	27.383.491/0003-15	48610.002871/2018-43
GLP/PR0244742	WILLIAN AXEL NUNES 09356418900	28.818.467/0001-62	48610.002888/2018-09
GLP/AM0244743	WILLIAN VIEIRA MIRANDA	28.724.306/0001-00	48610.002863/2018-05

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 440, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no Art. 30, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PR0186391	ADRIANA SCHULA MENDES	11.093.609/0001-79	48610.006716/2010-49
GLP/BA0182076	ANGELA CLAUDIA HORTO MEIRELES	02.969.388/0001-69	48610.015408/2009-71
GLP/RN0224356	COMERCIAL SOUZA SPINELLI LTDA	08.078.362/0003-79	48610.008150/2013-32
GLP/RS0238389	ELISIANE CORREA DA SILVA PEREIRA 83253670082	26.364.225/0001-10	48610.001223/2017-99
GLP/PR0222131	FORTALEZA DIST E TRANSP DE GAS LTDA	00.905.106/0002-15	48610.007843/2013-16
GLP/MG0227918	GASLOG LTDA	05.702.809/0001-89	48610.013206/2014-51
GLP/TO0211342	GUARAI - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	08.690.550/0002-72	48610.013816/2011-11
GLP/TO0218080	GUARAI - DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	08.690.550/0008-68	48610.012504/2012-62
GLP/CE0235442	J I N GOMES COMÉRCIO DE GÁS ME	22.845.084/0002-88	48610.008153/2016-19
GLP/PR0217823	JOÃO MAURICIO DE SIQUEIRA - ME	16.567.568/0001-29	48610.012110/2012-12
GLP/MA0237021	KRUK E LOPES LTDA	12.194.656/0002-52	48610.012413/2016-51
GLP/MT0236091	MARGARETE KERBER - ME	09.510.321/0004-53	48610.008973/2016-19
GLP/MA0227443	MARINETE DE MELO 85412848320	18.873.165/0001-33	48610.011379/2014-35
GLP/MG0182060	MR DISTRIBUIDORA GÁS LTDA.	04.654.456/0001-26	48610.015485/2009-21
001/GLP/SP0010353	PAULA CASSIA DOS SANTOS BEBEDOURO ME	05.044.170/0001-91	48610.012464/2006-19
GLP/MG0220463	PAULO JOSE DOS REIS 77941497620	17.098.957/0001-15	48610.003601/2013-45
001/GLP/GO0011417	RW SUPERMERCADO LTDA	07.273.116/0001-43	48610.000875/2007-34
GLP/ES0231519	SILAS SANTOS BARBOSA DA SILVA 11087097703	22.629.662/0001-68	48610.010493/2015-29
GLP/MG0184540	SONIA GAS DISTRIBUIDORA LTDA.	04.322.824/0001-39	48610.003140/2010-68
GLP/SC0177789	SUPERMERCADO VAI E VEM LTDA ME	05.643.063/0001-80	48610.005190/2009-46
GLP/MG0212350	TELEGAS BETEL LTDA - ME.	13.941.093/0001-09	48610.016060/2011-53
GLP/SP0202088	W. DE OLIVEIRA BAR E MERCEARIA ME	11.349.127/0001-37	48610.013636/2010-40

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 441, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0186337	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LEAO LTDA	09.273.885/0008-43	48610.003026/2018-95
PR/RS0186332	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS LUCIO BITTENCOURT LTDA	27.858.156/0001-64	48610.003007/2018-69
PR/RS0186228	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS MOOSHERR LTDA	28.756.579/0001-36	48610.002931/2018-28
PR/SC0186224	AUTO POSTO AUTOS DA TORRE LTDA	29.014.215/0001-43	48610.001813/2018-01
PR/MS0186342	AUTO POSTO CANOAS LTDA	24.505.185/0001-54	48610.003368/2018-13
PR/SP0186251	AUTO POSTO CENTRAL CERQUILHO EIRELI	21.035.040/0001-49	48610.003207/2018-11
PR/MG0186229	AUTO POSTO COMERCIO E SERVICOS SANTANA LTDA	23.353.830/0001-06	48610.003012/2018-71
PR/BA0186312	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS SAO PAULO LTDA	28.811.152/0001-93	48610.003229/2018-81
PR/SP0186226	AUTO POSTO ELIEZER AGUAS CLARAS LTDA	27.839.572/0001-15	48610.002922/2018-37
PR/MT0186336	AUTO POSTO FIUZA LTDA	28.904.403/0001-84	48610.003315/2018-94
PR/PA0186333	AUTO POSTO PEREIRA & PEREIRA LTDA	27.895.079/0001-12	48610.001811/2018-11
PR/BA0186314	AUTO POSTO PORTAL DE IBITIARA LTDA	21.975.746/0001-90	48610.002722/2018-84
PR/GO0186225	AUTO POSTO VIVENDAS COMERCIAL DE COMBUSTIVEL LTDA	29.018.625/0001-62	48610.002297/2018-23
PR/BA0186344	CAMAMU PRODUTOS DE PETROLEO LTDA	14.308.438/0003-08	48610.003025/2018-41
PR/BA0186221	ELDIO A S JUNIOR & CIA LTDA	10.599.817/0001-81	48610.003119/2018-10
PR/MA0186341	F. H. R. DOS SANTOS-COMBUSTIVEIS	08.489.128/0004-15	48610.002786/2018-85
PR/BA0186311	INTERSOUSA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	28.593.793/0001-19	48610.003013/2018-16
PR/RS0186346	J A LIMA & CIA LTDA	87.540.225/0008-95	48610.002711/2018-02
PR/BA0186345	JACARE HOTEL, RESTAURANTE E COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E PECAS LTDA	24.409.256/0001-15	48610.003371/2018-29
PR/BA0186339	JAINE SILVA DOMINGUES DE AZEVEDO E CIA LTDA	15.676.689/0001-46	48610.003022/2018-15
PR/MG0186343	LR COMERCIO E DERIVADOS DE COMBUSTIVEL EIRELI	29.563.150/0001-95	48610.003369/2018-50
PR/PA0186313	M. R. DA SILVA CARDOSO & CIA LTDA.	15.741.747/0002-59	48610.002713/2018-93
PR/RS0186335	MEDEIROS FLORES & FLORES LTDA	27.934.324/0001-53	48610.003314/2018-40
PR/BA0186340	P VINICIUS DE ALEMIDA MOTA	21.669.785/0001-60	48610.003340/2018-78
PR/MG0186338	POSTO MILHAO MG 050 LTDA	27.729.694/0001-59	48610.002810/2018-86
PR/PA0186230	POSTO SANTA CLARA DO RIO ARAGUAIA LTDA	14.378.618/0001-02	48610.003210/2018-35
PR/PI0186291	POSTO SUL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	19.126.955/0001-18	48610.003015/2018-13
PR/DF0186334	SAIDA SUL POSTOS E SERVICOS LTDA	24.702.153/0001-49	48610.003313/2018-03
PR/AM0186227	SOUZA E ONOFRE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	12.098.334/0003-90	48610.002817/2018-06

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 442, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
AV/MT183395	AEROPOSTO TIGRAO LTDA	22.906.527/0001-12	48610.010577/2017-24

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 443, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, e com fundamento no artigo 41, II, "E" e "G" da Resolução ANP nº 58/2014, e nos elementos do processo administrativo nº 48610.008739/2017-64, torna pública a revogação da Autorização para o Exercício da Atividade Distribuição de Combustíveis Líquidos ANP nº 995/2015, outorgada à REDE BRASIL DE PETRÓLEO S.A., CNPJ nº 01.381.825/0001-66, localizada na Estrada do Contorno da REGAP, s/n°, Distrito Industrial Paulo Camilo Oliveira Pena, município de Betim, MG, CEP 32669-500. Revogam-se as demais disposições em contrário.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 444, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 1, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/AM0009912	DHELIO SILVA DA COSTA	03.051.168/0001-14	48610.009484/2001-91
PR/AP0097264	SEPE TIARAJU EMPREENDIMENTOS LTDA	05.297.501/0006-00	48610.008274/2011-56

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 445, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/CE0176845	F. P. PETROLEO LTDA	05.024.078/0010-50	48610.001352/2009-77
GLP/DF0206027	ROCHA COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	04.056.374/0001-80	48610.018781/2010-17
GLP/RO0179497	SOCIEDADE FOGAS LTDA.	04.563.672/0004-09	48610.009799/2009-94
GLP/SC0205925	SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA	81.003.097/0004-30	48610.002843/2011-50
GLP/GO0231129	V M DA COSTA DISTRIBUIDORA DE GAS	21.790.657/0001-70	48610.009323/2015-00

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 446, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/GO0178875	AUTO POSTO PETRONAVES EIRELI - EPP	20.413.243/0001-69	48610.011708/2016-18
PR/RS0174905	D S COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	68.781.202/0002-32	48610.001724/2016-94
PR/BA0089582	JOSE CICERO POSTOS - EIRELI	10.615.704/0002-03	48610.018315/2010-31
PR/PA0162782	RJE COMERCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	16.748.968/0002-11	48610.008505/2014-74
PR/MA0214057	S. S. DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	05.912.556/0002-59	48610.008321/2007-85
PR/PR0028026	TONIN & TONIN LTDA	05.120.242/0001-32	48610.010027/2002-29
PR/PI0194247	VALDENI MENDES DE SOUSA	07.474.821/0001-09	48610.002321/2006-91

CEZAR CARAM ISSA

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

NIRE 53300002819 - CNPJ 00.357.038/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2018

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede social da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 08, 09 e 10.01.2018 no Jornal de Brasília e no Diário Oficial da União, para examinar, discutir e votar os assuntos da Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia o advogado ARIELTON DIAS DOS SANTOS, OAB/PA 14.578-B. Nos moldes do art. 8º do Estatuto vigente, o Presidente do Conselho de Administração foi representado pelo Presidente da Eletronorte VILMOS DA SILVA GRUNVALD, representado pela Advogada RENATA MENDES ALVES, OAB/DF 18.642, escolhida para assumir a presidência da Assembleia, que agradeceu a presença do acionista e do Sr. RODRIGO PARENTE VIVES, Conselheiro Fiscal. Em seguida, verificando o "Livro de Presença de Acionistas", a Presidente da Assembleia constatou a presença de mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da mesma. Abrindo a sessão, convidou para secretariar a reunião a mim, advogado ARIELTON DIAS DOS SANTOS, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRAS) CNPJ 00357038/0001-16 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 17 de janeiro de 2018, às 10 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a reforma integral do estatuto social da Companhia, mediante a alteração, inclusão, renumeração ou exclusão dos seguintes Capítulos, artigos, incisos e parágrafos: ajuste redacional no título do Capítulo I; alteração do artigo 3º para inclusão da referência à legislação vigente; ajuste redacional das alíneas "a", "b" e "g" do artigo 4º; ajuste redacional no título do Capítulo II; ajuste redacional do art. 5º e inclusão de seus incisos I a IV; ajuste redacional do art. 6º; renumeração do Capítulo II para Capítulo III; renumeração do artigo 5º para artigo 7º; renumeração do Capítulo III para Capítulo IV; renumeração dos artigo 6º para artigo 8º e ajuste redacional do seu inciso III; renumeração dos artigo 8º para artigo 9º, com ajuste redacional dos seus parágrafos 1º e 2º e inclusão do parágrafo 3º; renumeração dos artigo 9º para artigo 10; com as alterações a seguir: - ajuste redacional dos incisos I e II; - inclusão dos incisos V, VI e VII; - ajuste redacional do inciso VIII; - inclusão do parágrafo primeiro; renumeração do Capítulo IV para Capítulo V; ajuste redacional do parágrafo único do artigo 11; ajuste redacional do artigo 12 e do seu parágrafo segundo; ajuste redacional e renumeração do artigo 14 para artigo 13 e inclusão dos parágrafos terceiro, quarto e quinto; ajuste redacional do artigo 16; ajuste redacional do artigo 17 e inclusão dos parágrafos primeiro ao sexto; ajuste redacional do artigo 18 e inclusão do parágrafo terceiro; renumeração do Capítulo V para Capítulo VI, com as seguintes alterações no artigo 19: - ajuste redacional do parágrafo primeiro, com inclusão dos incisos I, II e III; - renumeração do parágrafo terceiro para parágrafo segundo; - ajuste redacional e renumeração do parágrafo quarto para parágrafo terceiro; - ajuste redacional nos parágrafos quarto e quinto; - ajuste redacional e renumeração dos parágrafos sétimo e oitavo para, respectivamente, parágrafos sexto e sétimo; - renumeração dos parágrafo nono e décimo para, respectivamente, oitavo e nono; exclusão do parágrafo décimo primeiro; ajuste redacional do caput do artigo 21 e em seus incisos I ao V, XIX, XIII, XXIII; XXIV, XXVI, XXVIII, XXIX e XXXI e: - renumeração do inciso VIII para inciso X; - inclusão dos incisos XV ao XVIII, XXII; XXX e do XXXII ao XLIX, - inclusão das alíneas "a" e "b" do inciso XL; - renumeração do inciso XXV para inciso L, com ajuste redacional dos seus parágrafos primeiro, terceiro e inclusão do parágrafo quarto; inclusão do parágrafo quarto no artigo 25; ajuste redacional do parágrafo segundo do artigo 26; ajuste redacional do caput do artigo 27; ajuste redacional do artigo 28 e inclusão dos parágrafos primeiro ao terceiro; seguintes ajustes no art. 29: - ajuste redacional no inciso II; - ajuste redacional na alínea "a" do inciso III; - ajuste redacional nos incisos IV, V, VII ao XIV, XVI, XVIII ao XX; - inclusão dos incisos XXI e XXII; ajuste redacional no título do Capítulo VIII e nos seus artigos 31 e 32 e respectivos incisos e parágrafos; renumeração do Capítulo VII para Capítulo IX, com as seguintes alterações: - ajuste redacional no caput do artigo 33 e inclusão dos incisos I a III; ajuste redacional do artigo 34, com exclusão do seu parágrafo único e inclusão dos parágrafos primeiro ao sétimo; ajuste redacional do art. 35 e inclusão dos parágrafos primeiro e Segundo; renumeração dos artigos 34, 36, 37 e 38 para, respectivamente, artigos 36, 37, 38 e 39, com a inclusão dos incisos XV ao XVIII no art. 39; renumeração dos artigos 39 e 40 para, respectivamente, 40 e 41; renumeração do Capítulo VIII para Capítulo X, com as seguintes alterações: - renumeração do artigo 41 para artigo 42 e ajuste redacional do seu parágrafo primeiro; - ajuste redacional do artigo 44 e inclusão de seus incisos de I a XII e do artigo 45; renumeração do Capítulo IX para Capítulo XI, com as seguintes alterações: - ajuste redacional do artigo 46; - renumeração do artigo 44 para artigo 47; - renumeração do artigo 45 para artigo 48, com a exclusão do seu parágrafo único e inclusão dos parágrafos primeiro ao terceiro; renumeração do artigo 47 para artigo 49; renumeração do artigo 48 para artigo 50, com ajuste redacional; renumeração do artigo 49 para artigo 51; inclusão do Capítulo XII e o artigo 52, inciso I ao V e parágrafos primeiro e segundo; inclusão do Capítulo XIII e artigo 53. Brasília, 04 de janeiro de 2018. WILSON FERREIRA JÚNIOR - Presidente do Conselho de Administração". Terminada a leitura, a Presidente passou ao assunto da Ordem do Dia, relativo à Reforma integral do Estatuto Social da Eletronorte. Após a leitura da proposta elaborada pela Eletrobras, a Presidente colocou o assunto em discussão e votação. Solicitando a palavra, o representante da Eletrobras votou pela aprovação da reforma integral do Estatuto Social da Empresa, nos termos da Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-022/2018, de 15.01.2018. Não havendo outras manifestações, o assunto foi declarado aprovado. A seguir, a Presidente determinou-me transcrever o Estatuto Social da Eletronorte, como segue: "Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Organização, Sede e Objeto da Sociedade Art. 1º. A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., que usará a abreviatura Eletronorte, é uma sociedade anônima, constituída na forma de Escritura de Constituição, lavrada em 20.06.1973, e publicada no D.O.U. em 14.08.1973, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Art. 2º. A Eletronorte tem sede e foro na Capital Federal, sua duração é por tempo indeterminado, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no país e no exterior. Art. 3º. A Eletronorte observará, no que forem aplicáveis, os princípios gerais da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961 e suas alterações posteriores, além de obedecer a Lei nº 13.303, de 2016 e sua regulamentação, bem como a políticas e normas estabelecidas pela Eletrobras. Art. 4º. A Eletronorte tem por objeto social: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente; b) participar de pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica; d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados; e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica; f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; g) comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da empresa, relacionados ao setor energético, ligadas à geração e transmissão de energia elétrica, mediante manifestação favorável da Diretoria Executiva da Eletrobras; h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade; i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa; e j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão. Capítulo II - Obrigações Art. 5º A Eletronorte, consoante disposições legais vigentes, deverá, entre outras obrigações: I - nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio; II - observar e cumprir com o Programa de Compliance das empresas Eletrobras; III - observar e, quando houver controladas, fazer com que estas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e IV - atuar em inteira conformidade com o Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras e com a Lei Contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977 dos Estados Unidos da América (United States Foreign Corrupt Practices Act of 1977, 15 U.S.C. §78-dd-1, et seq., as amended), e suas subsequentes alterações, doravante denominada FCPA, e a Lei nº 12.846/2013, bem como qualquer legislação antissuborno e anticorrupção aplicável, ou qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares, abstendo-se de praticar qualquer conduta que possa ser proibida a pessoas sujeitas à FCPA e a legislação brasileira anticorrupção. Art. 6º. A Eletronorte deve tomar todas as providências cabíveis para que seus administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em seu nome, e, quando existir, em suas controladas, administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em nome destas procedam de acordo com o disposto no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, na FCPA e na legislação brasileira anticorrupção. Capítulo III - Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas Art. 7º. O Capital Social é de R$ 11.576.262.793,45 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil, quinhentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Art. 8º. Os aumentos do capital social da Eletronorte serão realizados mediante subscrição particular e/ou incorporação de reservas, de acordo com normas e condições estabelecidas dentre as modalidades admitidas em lei. §1º O aumento de capital social será encaminhado à Assembleia Geral Extraordinária pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva, acompanhada por parecer do Conselho Fiscal. §2º O acionista que não fizer a integralização de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo ficará de pleno direito constituído em mora, aplicando-se correção monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida. Capítulo IV - Da Assembleia Geral Art. 9º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede da Eletronorte para: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e III - eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, observada a legislação aplicável. §1º A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes. § 2º O acionista poderá ser representado nas Assembleias gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações. § 3º A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei. Art. 10. A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre: I - alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações; II - operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa; III - permuta de ações ou outros valores mobiliários; IV - reforma do Estatuto Social; V - autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio; VI - eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas; VII - avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e VIII - outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal. §1º A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica. §2º O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com 72 (setenta e duas horas) de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral. §3º As deliberações da Assembleia serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Capítulo V - Da Administração Art. 11. A Eletronorte será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva. Parágrafo único. O Diretor-Presidente da Eletronorte não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração. Art. 12. Os membros do Conselho de Administração deverão ser brasileiros e os membros da Diretoria Executiva e dos Comitês de Apoio ao Conselho de Administração deverão ser brasileiros, residentes e domiciliados no país. §1º As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração que elegerem, respectivamente, conselheiros de Administração e diretores da Eletronorte deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei exigir certos requisitos para a investidura, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede da Eletronorte. § 2º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, utilizando-se para tal todas as informações contidas no formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Art. 13. A investidura em cargo de administração da Eletronorte observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras. § 1º Além das condições para investidura mencionadas no caput deste artigo, o indicado para o cargo de diretor, inclusive o Diretor-Presidente, deverá ter: I - experiência profissional de, pelo menos 05 (cinco) anos, em atividade ou função, diretamente ligada ao tema principal da Diretoria. § 2º O limite máximo de participação do conselheiro em Conselhos de Administração não poderá ser superior a 05 (cinco), considerando-se o da Eletronorte, observada a limitação remuneratória. § 3º É vedada a participação remunerada de membros da administração pública federal, direta ou indireta, em mais de 2 (dois) órgãos colegiados de empresa estatal, incluídos os conselhos de administração e fiscal e os Comitês de Auditoria. § 4º Os administradores eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei nº 12.846/2013 e demais temas relacionados às atividades da Eletronorte. § 5º É vedada a recondução do administrador que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos. Art. 14. Cada membro dos órgãos da administração deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens à empresa, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União. Art. 15. Os conselheiros de administração e diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso. § 1º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito. § 2º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Eletronorte. Art. 16. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Eletronorte, salvo se o administrador dissidente fizer consignar em ata de reunião do órgão de administração respectivo sua divergência ou, não sendo possível, dela der ciência imediata e por escrito ao órgão de administração, ao conselho fiscal ou à assembleia de acionistas. Art. 17. Os administradores são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. § 1º A Eletronorte assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da companhia. § 2º O benefício previsto no parágrafo primeiro deste artigo aplica-se aos ocupantes e ex-ocupantes de função de confiança e demais empregados e ex-empregados regularmente investidos de competência por delegação dos administradores. § 3º A forma do benefício mencionado nos §§ 1º e 2º será definida pelo Conselho de Administração, ouvida a área jurídica da Eletronorte. § 4º Se algum dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas nos §§ 1º e 2º for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto Social, ou decorrente de ato culposo ou doloso, deverá ressarcir à Eletronorte todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o §1º, além de eventuais prejuízos causados. § 5º A Eletronorte poderá manter, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, contrato de seguro permanente em favor dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas no § 1º, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos administrativos ou judiciais contra eles instaurados e relativos às suas atribuições junto à Eletronorte. § 6º Os administradores da Eletronorte que vierem a criar vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho, normas internas ou com a legislação vigente responderão pelos prejuízos causados à companhia com base no caput deste artigo. Art. 18. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva reunir-se-ão, com quórum de instalação de maioria absoluta, metade dos membros eleitos mais um, e deliberarão pelo voto da maioria dos membros presentes. § 1º Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate. § 2º As decisões dos administradores deverão observar as políticas corporativas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora. § 3º É vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos da legislação vigente. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema. Capítulo VI - Do Conselho de Administração Art. 19. O Conselho de Administração, órgão colegiado superior da Eletronorte, será integrado por 07 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. § 1º O Conselho de Administração observará a seguinte composição: I - 01 (um) conselheiro será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma da legislação vigente; II - 01 (um) conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente; III - 01 (um) conselheiro de administração indicado pelo acionista controlador, que será eleito Diretor-Presidente; e IV - 04 (quatro) conselheiros indicados pela Eletrobras, dentre os quais 2 (dois) serão independentes, nos termos da legislação aplicável. § 2º O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse. § 3º As matérias que configurem conflito de interesses, conforme disposto no § 2º acima, serão deliberadas em reunião especial exclusivamente convocada sem a presença do conselheiro de administração representante dos empregados, sendo-lhe assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 (trinta) dias. § 4º O Conselho de Administração deverá ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, nos termos da Lei nº 13.303/2016. § 5º A Eletrobras deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração de que trata o §4º do presente artigo, caso os demais acionistas não o façam. § 6º Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões. § 7º No caso de vacância da função de Conselheiro de Administração, o Presidente do colegiado deverá dar conhecimento ao órgão representado e o Conselho designará o substituto, por indicação daquele órgão, para completar o prazo de gestão do conselheiro anterior. § 8º O prazo de gestão dos membros do conselho de administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. § 9º No prazo previsto no caput deste artigo serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos. § 10 Atingido o prazo máximo de gestão previsto no caput deste artigo, o retorno do conselheiro de administração só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão. § 11 O Presidente do Conselho de Administração e o seu substituto serão designados pela Eletrobras dentre os seus indicados previstos no Inciso IV, § 1º deste artigo. Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário. § 1º O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas. § 2º A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração, fixada em Assembleia Geral, não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa. § 3º Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade. Art. 21. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Eletronorte, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente: I - deliberar sobre matérias de sua competência em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; II - autorizar a Eletronorte a contrair empréstimos ou financiamentos, no país ou no exterior, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; III - autorizar a prestação de garantia a empréstimos ou financiamentos, tomados no país ou no exterior, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; IV - autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; V - eleger e destituir os diretores da companhia e fiscalizar a sua gestão; VI - implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que estai exposta a Eletronorte, inclusive os riscos relacionados aI integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados aI ocorrência de corrupção e fraude; VII - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; VIII - deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Eletronorte, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras; IX - aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, incluindo associações e fundações, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras; X - aprovar a estrutura organizacional da Eletronorte; XI - monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos; XII - aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva; XIII - autorizar a Eletronorte a emitir títulos e valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras; XIV - escolher e destituir auditores independentes, segundo as diretrizes aprovadas pela Eletrobras, observada a legislação pertinente; XV - deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, e da Ouvidoria; XVI - deliberar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna e da Ouvidoria; XVII - deliberar sobre propostas de implementação de medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das manifestações recebidas pela Ouvidoria; XVIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da companhia; XIX - elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as normas sobre composição e competência fixadas neste Estatuto e nas normas legais vigentes, bem como aprovar o Regimento Interno da Eletronorte; XX - deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Eletronorte em cada exercício, propostas pela Diretoria; XXI - deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável; XXII - deliberar sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos, observado o disposto no Manual de Compliance e no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, bem como na Política de Alçadas; XXIII - deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletronorte, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável; XXIV - autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Eletronorte, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável; XXV - convocar as Assembleias Gerais; XXVI - aprovar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras; XXVII - deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a 30 (trinta) dias consecutivos; XXVIII - reunir-se, ao menos 01 (uma) vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente da Eletronorte, inclusive para aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT; XXIX- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; XXX - aprovar o Plano de Negócio e Gestão em conformidade com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras; XXXI - aprovar o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, por meio do qual a Eletronorte se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora; XXXII - realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos administradores, pelo menos 01 (uma) vez ao ano, nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes estabelecidas pela Eletrobras; XXXIII - aprovar a política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que será revista, no mínimo, anualmente; XXXIV - deliberar sobre a criação, funcionamento, por meio de regimento interno, e extinção de Comitês de Suporte ao Conselho de Administração para aprofundamento dos estudos estratégicos, bem como eleger e destituir seus membros, observada a legislação vigente; XXXV - conceder férias ou licença de natureza facultativa, ao Diretor-Presidente; XXXVI - aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer o quantitativo de funções de confiança da administração superior da Eletronorte, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras; XXXVII - aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público da Eletronorte, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras; XXXVIII - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva; XXXIX - promover anualmente análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócio e gestão e plano estratégico, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, diretamente ou por meio de sua controladora, nos termos da legislação vigente; XL - deliberar sobre contratos referentes à comercialização de energia e combustíveis e às operações de contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia de processos judiciais e à liquidação financeira das operações realizadas no âmbito da CCEE, bem como nos casos de exportação de energia, observando: a) as políticas e critérios estabelecidos pela Eletrobras; e b) os limites de aprovação para contratos de compra e venda de energia elétrica e atos subsequentes a eles vinculados, incluindo contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras. XLI - encaminhar ao Conselho de Administração da Eletrobras, ou a quem ele delegar, quando solicitado, relatório dos resultados da comercialização de energia, incluindo a última contabilização

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

disponível na CCEE; XLII - discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes conforme diretrizes da Eletrobras; XLIII - deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Eletronorte, se houver, ou suas subsidiárias, quando existir, antes de sua assinatura, cumprida a legislação vigente, mediante manifestação favorável da Eletrobras; XLIV - manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia; XLV - aprovar o Regulamento de Licitações; XLVI- manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar; XLVII - manifestar-se sobre remuneração dos membros da Diretoria e participação nos lucros da empresa; XLVIII - ratificar as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, quando assim for determinado; XLIX - estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da empresa; e L - decidir os casos omissos neste Estatuto. § 1º O quantitativo de funções de confiança da administração superior da Eletronorte e o quantitativo máximo de pessoal, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos dos incisos XXXVI e XXXVII deste artigo, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST. § 2º As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva. § 3º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXIX as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa. § 4º O Conselho de Administração da Eletronorte contará com o assessoramento do Comitê de Auditoria e Riscos e do Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade da Eletrobras no que tange às atribuições dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade previstas na Lei nº 13.303/16 e sua regulamentação. Art. 22. O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social. Art. 23. O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes. Capítulo VII - Da Diretoria Executiva Art. 24. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Eletronorte. Parágrafo único. O Diretor-Presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social da Eletronorte, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle estatal ou privado, em que a controladora ou a companhia tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos na administração e no Conselho Fiscal, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração e vedações. Art. 25. A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até 05 (cinco) diretores, respeitando o mínimo de 03 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. § 1º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. § 2º No prazo previsto no caput deste artigo serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 02 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria. § 3º Atingido o prazo máximo de gestão previsto no caput deste artigo, o retorno do diretor só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão. § 4º É condição para investidura em cargo de diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração. Art. 26. Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto. § 1º É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo. § 2º No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o substituto será indicado dentre os demais membros da Diretoria Executiva. Art. 27. Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 26, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído. Art. 28. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente. §1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento, poderá receber compensação de natureza indenizatória equivalente apenas ao honorário fixo mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo. §2º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. §3º Não terá direito à compensação de natureza indenizatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses. Art. 29. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes e políticas fixadas pelo Conselho de Administração da Eletronorte: I - aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação da Eletronorte; II - elaborar planos de emissão de títulos e valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral; III - elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração: a) o Plano de Negócio e Gestão da Eletronorte para o exercício anual seguinte, em consonância com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras, e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 05 (cinco) anos, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior; b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos da Eletronorte com os respectivos projetos; c) os orçamentos de custeio e de investimentos da Eletronorte; e d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Eletronorte; IV - elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno; V- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; VI - aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Eletronorte; VII - aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento da Eletronorte; VIII - submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta sobre planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados da Eletronorte, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding; IX - aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Holding; X - delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva; XI - delegar poderes ao Diretor-Presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições, em consonância com a política de alçadas das empresas Eletrobras vigente; XII - pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores; XIII - promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada; XIV - encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras; XV - propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente; XVI - elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, e, ao exame e deliberação da Assembleia Geral; XVII - designar empregados da Eletronorte para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora; XVIII - movimentar recursos da Eletronorte e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados da Eletronorte, relacionados em atos específicos de Diretoria, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente; XIX - autorizar férias ou licenças por até 30 (trinta) dias a qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 26 deste Estatuto; XX - deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, em consonância com a Política de Alçadas das empresas Eletrobras vigente; XXI - fiscalizar e acompanhar as sociedades empresariais, inclusive as Sociedades de Propósito Específico - SPEs, nas quais detenha participação acionária, no que se refere às práticas de governança, aos resultados apresentados e ao controle, proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio; e XXII - aprovar instrução de voto para os representantes da Eletronorte nas Assembleias das empresas, nas quais detenha participação acionária, quando houver. Art. 30. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes. Capítulo VIII - Das Atribuições do Diretor-Presidente e dos Diretores Art. 31. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao Diretor-Presidente, além da orientação da política administrativa e a representação da Eletronorte: I - superintender os negócios da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de gestão, de escritório de apoio e de assessoramento à alta administração; IV - representar a Eletronorte, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários; V - admitir e demitir empregados; VI - formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; VII - designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração; e VIII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração. Art. 32. São atribuições dos demais Diretores, sem prejuízo de outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração: § 1º Compete ao Diretor de Operação: I - superintender os processos da área de operação da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de gestão e de coordenação de gestão técnica da operação; e IV - gerenciar a execução dos processos de engenharia de operação e manutenção da geração e transmissão, de gestão de ativos de produção da geração, e da transmissão empresariais. § 2º Compete ao Diretor de Engenharia: I - superintender os processos da área de engenharia da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de coordenação técnica da engenharia; e IV - gerenciar a execução dos processos de engenharia de geração, transmissão, planejamento e meio ambiente, telecomunicação e estruturação de novos negócios e gestão de participações. § 3º Compete ao Diretor de Comercialização e Relações Institucionais: I - superintender os processos da área de comercialização e relações institucionais da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de coordenação de gestão da sua área; e IV - gerenciar a execução dos processos de comercialização e de regulação. § 4º Compete ao Diretor Econômico-Financeiro: I - superintender os processos econômico-financeiros da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de coordenação de gestão da sua área; e IV - gerenciar a execução dos processos de contabilidade, finanças, planejamento, gestão e controle de custos e orçamentos e de planejamento e gestão tributária. § 5º Compete ao Diretor de Gestão Corporativa: I - superintender os processos de gestão corporativa da Eletronorte; II - estabelecer e propor políticas relativas à sua área de atuação; III - gerenciar a execução dos processos de coordenação de gestão da sua área e de coordenação de serviços compartilhados; e IV - gerenciar a execução dos processos de infraestrutura e serviços, de tecnologia da informação, de gestão de pessoas e de suprimento de materiais e serviços. Capítulo IX - Do Conselho Fiscal Art. 33. O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, eleitos pela Assembleia Geral, todos brasileiros e domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas, assim constituído: I - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal; II - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pelo Ministério de Minas e Energia; e III - 01 (um) membro e respectivo suplente indicados pela Holding. § 1º No prazo previsto no caput deste artigo, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 02 (dois) anos. § 2º Atingido o prazo máximo previsto no caput deste artigo, o retorno do conselheiro fiscal só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de atuação. Art. 34. A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal da Eletronorte observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas na Política de Indicação das empresas Eletrobras. §1º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a respectiva eleição. § 2º O conselheiro fiscal deverá, antes de entrar no exercício das funções e ao deixar o cargo, apresentar declaração de bens à empresa, à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR e ao Tribunal de Contas da União. § 3º A remuneração mensal devida aos membros do Conselho Fiscal, fixada em Assembleia Geral, não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação no lucro da empresa e o pagamento de remuneração em montante superior ao pago para os conselheiros de administração. §4º Os conselheiros fiscais eleitos devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, a Lei no 12.846/2013, e demais temas relacionados às atividades da Eletronorte. §5º É vedada a recondução do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos. § 6º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a defesa e a contratação de seguro nos termos dos parágrafos 1º e 5º do Art. 17, do presente estatuto. § 7º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal as limitações previstas nos parágrafos 2º e 3º do Art. 13, do presente estatuto. Art. 35. Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente, ao qual caberá encaminhar à companhia, para cumprimento, as deliberações do órgão, com registro no livro de atas e Pareceres do Conselho Fiscal. § 1º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente, até a eleição de novo titular. § 2º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção, quando residente na cidade. Art. 36. As deliberações do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de desempate. Parágrafo único. O Conselho Fiscal solicitará à Eletronorte a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico. Art. 37. A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes. Art. 38. O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade da Eletronorte. Art. 39. Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete: I - pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva; II - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; III - elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno; IV - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; V - opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; VI - opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Eletronorte; VII - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Eletronorte, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Eletronorte; VIII - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias; IX - analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria; X - examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; XI - exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Eletronorte; XII - assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo; XIII - fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; XIV - examinar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT e o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT; XV - realizar a avaliação de desempenho de seus membros e do Conselho Fiscal como colegiado, pelo menos uma vez ao ano, nos termos da legislação vigente; XVI - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e XVII - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Eletronorte no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar. Art. 40. Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos. Art. 41. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes. Capítulo X - Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras Art. 42. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto. § 1º Em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente. § 2º A remuneração aos acionistas sofrerá incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse pagamento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral. Art. 43. Prescreve, no prazo legal, a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados tempestivamente, reverterão em benefícios da Eletronorte. Art. 44. A Eletronorte, sob responsabilidade de sua Diretoria Financeira, compromete-se a: I - submeter suas demonstrações financeiras, anuais e trimestrais, controles internos e procedimentos fiscais e tributários a auditores independentes; II - remeter mensalmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as demonstrações financeiras levantadas, exceto nos casos previstos no inciso III; III - remeter trimestralmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as suas demonstrações financeiras levantadas em, respectivamente, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do mesmo ano, auditadas por empresa de auditoria independente, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, revisados por seus auditores independentes; IV - remeter, anualmente, à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, as suas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro do ano anterior, compreendendo os 12 (doze) meses anteriores, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, acompanhadas de Relatório de Auditoria emitido pelos seus auditores independentes. Alternativamente, mediante solicitação prévia da Eletrobras, as demonstrações financeiras poderão ser acompanhadas de Carta de Conforto emitida pelos seus auditores independentes; V - remeter, anualmente, à Eletrobras relatório de revisão de seus controles internos, emitido por sua empresa de auditoria independente; VI - franquear aos auditores independentes da Eletrobras o livre acesso aos papéis de trabalho dos seus auditores independentes e/ou autorizar a adoção de procedimentos adicionais de auditoria; VII - fornecer, com presteza, esclarecimentos e informações de natureza contábil, financeira, fiscal, tributária jurídica e técnico-operacional (engenharia) à equipe técnica da Eletrobras; VIII - adotar as Normas Internacionais de Contabilidade para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras; IX - implementar, testar e certificar, anualmente, o ambiente de controles internos em consonância à Lei Sarbanes Oxley; X - fornecer, ainda, os seguintes documentos à Eletrobras: a) anualmente, tão logo seja elaborada, a Carta de Recomendação dos auditores independentes; b) anualmente, conforme cronograma definido pela Holding, as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatórios da administração, parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, sem prejuízo do previsto no inciso IV deste artigo; e c) demonstrativos contábeis especiais a serem levantados a qualquer tempo, sempre que solicitados pela Eletrobras. XI - remeter mensalmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, o relatório preliminar de acompanhamento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, com respectivas análises e comentários sobre o desempenho da empresa, exceto nos casos previstos no inciso XII; e XII - remeter trimestralmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela Holding, o relatório trimestral de acompanhamento do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, com respectivas análises e comentários sobre o desempenho da empresa. Art. 45. Caso o descumprimento dos compromissos previstos no artigo anterior gere ou contribua, comprovadamente, para a imputação de multas ou qualquer penalidade à Eletrobras ou a seus administradores, por atraso na apresentação de quaisquer de suas informações contábeis periódicas, seja por órgãos reguladores ou fiscalizadores, nacionais ou internacionais, a Eletronorte ficará responsável pelo ressarcimento à Eletrobras dos prejuízos causados no respectivo montante que houver contribuído no consolidado para a imputação da respectiva multa. Capítulo XI - Dos Empregados Art. 46. Os cargos de titular da Auditoria Interna e titular da Ouvidoria serão exercidos por empregados do quadro de carreira permanente da Eletronorte ou das empresas Eletrobras, estando vinculados diretamente ao Conselho de Administração. Art. 47. Os empregados da Eletronorte estão sujeitos à legislação do trabalho e aos seus regulamentos internos, observando-se as demais normas legais aplicáveis. Art. 48. A admissão de empregados pela Eletronorte obedecerá a concurso público, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Eletrobras, observada a legislação vigente. § 1º Os empregados podem ser transferidos para qualquer local de atuação da companhia. § 2º O quantitativo de funções de confiança da administração superior da Eletronorte será submetida à deliberação do Conselho de Administração da Eletronorte, mediante aprovação do Conselho de Administração da Eletrobras, nos termos do artigo 21, inciso XXXVI e §1º. § 3º Os ocupantes de função de confiança que realizarem atos de gestão gerando vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido nos contratos de trabalho, plano de cargos e salário, acordo coletivo de trabalho ou com a legislação vigente responderão pelos prejuízos causados à companhia, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras. Art. 49. Sem prejuízo das requisições previstas na legislação, a cessão de empregados da Eletronorte dependerá de autorização específica da Diretoria Executiva e será feita mediante o reembolso dos custos correspondentes, observada a legislação vigente. Art. 50. Após o encerramento de cada exercício financeiro da Eletronorte, e uma vez deduzidos os prejuízos acumulados e realizada a provisão para encargos, os empregados terão direito a participar dos lucros ou resultados, observada a legislação vigente, as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e as normas contidas nos acordos e convenções coletivas de trabalho por ela firmados. Art. 51. A Eletronorte prestará assistência social a seus empregados. Capítulo XII - Disposições Gerais Art. 52. A área de Conformidade e Riscos terá como principais atribuições: I - assegurar que a empresa esteja em conformidade com a legislação vigente, nacional e internacional, referente aos temas e às práticas anticorrupção, antissuborno e antifraude, e com os normativos emitidos por órgãos reguladores, fiscalizadores e governamentais de controle; II - assegurar que a empresa obedeça às políticas, normas e procedimentos de conformidade; III - coordenar e disseminar o Programa de Compliance instituído pela Eletrobras, com foco nos riscos de conformidade (desvio, corrupção e fraude), abrangendo todos os níveis da Empresa; IV - disseminar a cultura de gestão integrada de riscos corporativos conformidade, em todos os níveis da Empresa, estabelecendo políticas corporativas, normas internas, procedimentos e diretrizes de conformidade e riscos; e V - representar a Eletronorte junto a Eletrobras nas questões referentes à compliance, gestão de riscos e controles internos, de acordo com os normativos estabelecidos pela Holding. § 1º Em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar aì obrigação de adotar medidas necessárias em relação aì situação a ele relatada, a área de Conformidade e Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração. §2º Nas situações mencionadas no parágrafo anterior, o assunto será discutido sem a presença do Diretor-Presidente da companhia. Capítulo XIII - Disposições Transitórias Art. 53. O Conselho de Administração da Eletronorte será composto por até 06 (seis) membros até a Assembleia Geral Ordinária de 2018 ou Assembleia Geral posterior realizada até 30.06.2018." Em seguida, a Sra. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata, por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pela Presidente, por mim, Secretário, dela se extraindo as cópias necessárias aos fins legais. (Ass.) VILMOS DA SILVA GRUNVALD - p.p. RENATA MENDES ALVES - Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. ARIELTON DIAS DOS SANTOS - Secretário da Assembleia. Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretário da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 187 a 203 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 1027341, em 29.03.2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 70/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
832.207/1994-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
834.558/2007-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Da provimento ao recurso interposto(245)
870.498/2010-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
866.095/2002-CAMIL CÁCERES MINERAÇÃO LTDA-CÁCERES/MT - Guia n° 13/2018-120.000Toneladas/ano-CALCÁRIO (CORRETIVO DE SOLO)- Validade:31/01/2019
886.139/2010-COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA S.A.-ESPIGÃO D'OESTE/RO, PIMENTA BUENO/RO - Guia n° 15/2018-360.000Toneladas/ano-CALCÁRIO (CORRETIVO DE SOLO)- Validade:23/10/2018
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
826.153/2006-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA
826.534/2011-ITAVEL SERVIÇOS RODOVIÁRIOS LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
826.387/2013-MARINGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAL LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Despacho publicado(356)
890.670/1989-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-Nos termos do DESPACHO Nº 027/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, AUTORIZO o pedido de Pesquisa Complementar, pelo prazo improrrogável de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no DOU.
831.911/1993-ZINCO DAS GERAIS MINERAÇÃO LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 029/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, AUTORIZO o pedido de Pesquisa Complementar, pelo prazo improrrogável de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no DOU.
831.912/1993-ZINCO DAS GERAIS MINERAÇÃO LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 030/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, AUTORIZO o pedido de Pesquisa Complementar, pelo prazo improrrogável de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no DOU.
890.986/1993-OURO MEL MINERAÇÃO LTDA. ME.-Nos termos do DESPACHO Nº 028/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, AUTORIZO o pedido de Pesquisa Complementar, pelo prazo improrrogável de 01 (um) ano, a contar da data de publicação no DOU.
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
862.721/2008-SILVANA ARAUJO DE SOUZA MOREIRA ME
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.383/2008-FVS MINERAÇÃO LTDA-MATUTINA/MG, SÃO GOTARDO/MG - Guia n° 17/2018-50.000Toneladas/ano-ROCHA POTÁSSICA- Validade:09/02/2021
815.313/2009-LOTTI MINERAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS DE EXTRAÇAO MINERAL EIRELI EPP-GRÃO PARÁ/SC - Guia n° 16/2018-60.000Toneladas/ano-ARGILA INDUSTRIAL- Validade:31/03/2019
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
007.182/1960-VALE S A- Prazo:a contar de 14/04/2014 e término 14/04/2019
800.886/1968-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO- Prazo:a contar de 24/11/2008 e término em 24/11/2020
813.211/1974-COPELMI MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 18/01/2011 e término 18/01/2019
800.299/1975-VALE S A- Prazo:a contar de 10/08/2001 e término 14/04/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

809.902/1976-COPELMI MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 31/12/1998 e término 31/12/2018
860.930/1986-THERMAS SESI EMPREENDIMENTOS S.A.- Prazo:a contar de 17/03/2018 e término 17/03/2019
826.361/1993-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 02/04/2012 e término 02/10/2018
826.399/1998-PROGEP PROJETOS GEOLÓGICOS E FLORESTAIS LTDA.- Prazo:a contar de 08/07/2015 e término em 08/12/2018
826.611/1998-TERRA RICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIOS E FERTILIZANTES DE SOLO LTDA.- Prazo:a contar de 23/02/2018 e término 23/02/2020
826.113/2001-BASALTO MINERAÇÃO LTDA- Prazo:a contar de 14/07/2016 e término 14/12/2018
826.291/2004-CONSTRUTORA DOS CAMPOS GERAIS LTDA- Prazo:a contar de 13/09/2016 e término 18/12/2018
861.379/2007-MINERAÇÃO 3R LTDA- Prazo:a contar de 30/01/2018 e término em 30/01/2019
826.258/2008-REDI FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA.- Prazo:a contar de 13/04/2016 e término em 29/12/2018
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
810.584/1979-COPELMI MINERAÇÃO LTDA
861.224/1986-ARAGUAIA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA
860.975/2003-ARAGUAIA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
810.584/1979-COPELMI MINERAÇÃO LTDA-Argila e Conglomerado-Portaria de Lavra nº 142/2009, DOU de 05/06/2009
861.224/1986-ARAGUAIA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA-Dolomito-Portaria de Lavra nº 279/2003, DOU de 22/12/2003
860.975/2003-ARAGUAIA MINERAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA-Calcário-Portaria de Lavra nº 19/20111, DOU de 24/02/2011
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(445)
915.303/1989-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.- Início:16/01/2018-Término:16/01/2021
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
800.887/1968-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO- Início:16/08/2009-Término:16/08/2018
811.168/1975-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- Início:16/07/2012-Término:16/07/2018
Nega provimento ao recurso interposto(479)
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
830.751/2016-JB AREIA LTDA
831.018/2016-AREAL DOIS IRMÃOS LTDA ME

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 71/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
870.498/2010-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA- Publicado DOU de 03/09/2014
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
800.886/1968-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO- Publicado DOU de 27/09/2017, Relação nº 244/2017, Seção 1, pág. 76
800.887/1968-COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO- Publicado DOU de 03/10/2017, Relação nº 252/2017, Seção1, pág. 50
813.211/1974-COPELMI MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 05/10/2017, Relação nº 256/2017, Seção 1, Pág. 123
809.902/1976-COPELMI MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 15/09/2017, Relação nº 232/2017 , Seção 1 , pág. 84
Fase de Requerimento de Pesquisa
Retificação de despacho(1386)
810.172/2017-CARLO TONINELLO - Publicado DOU de 14/11/2017, Relação n° 102, Seção 1, pág. 60- Onde se lê :"... numa área de 277,03ha...", leia-se: "... numa área de 293,88 ha..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 72/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
864.091/1996-IGUATU WATERS LTDA EPP-Arrendatário:HIDROMETALICOS MINERAÇÃO LTDA. EPP- CNPJ 27.489.776/0001-73 - Termino do arrendamento: 30 (TRINTA) anos a partir da averbação pelo DNPM.
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
005.962/1956-ITAMINAS COMERCIO DE MINERIOS S.A.- Decreto de Lavra nº 44.414/1958
003.035/1963-ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A.- Portaria de Lavra nº 1345/1980

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 74/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
833.205/2011-IMPERATRIZ MINERAÇÃO COMERCIO E EXPORTAÇÃO DE ROCHA ORNAMENTAL LTDA-ALVARÁ N° 1952 Publicado DOU de 31/03/2015- Onde se lê:"... numa área de 1312,97 ha...", Leia-se:"... numa área de 243,64 ha..."
833.344/2013-MS LOCAÇÃO DE MAQUINAS DE TAIOBEIRAS LTDA ME-ALVARÁ N° 5313 Publicado DOU de 31/07/2015- Onde se lê:"... numa área de 957,02 ha...", Leia-se:"... numa área de 907,46 ha..."
830.354/2015-LEIZA MELO SIQUEIRA FERNANDES ME-ALVARÁ N° 12931 Publicado DOU de 26/10/2018- Onde se lê:"... numa área de 920,24 ha...", Leia-se:"... numa área de 915,79 ha..."
831.536/2015-DENIS ROSSINE FERREIRA-ALVARÁ N° 3535 Publicado DOU de 14/04/2016- Onde se lê:"... numa área de 1371,65 ha...", Leia-se:"... numa área de 1297,41 ha..."
860.932/2016-JOÃO LANCISIO BATISTA-ALVARÁ N° 3944 Publicado DOU de 22/05/2017- Onde se lê:"... numa área de 123,84 ha...", Leia-se:"... numa área de 113,68 ha..."
866.587/2016-ALTAIR FERREIRA DA SILVA-ALVARÁ N° 1223 Publicado DOU de 17/02/2017- Onde se lê:"... numa área de 7138,09 ha...", Leia-se:"... numa área de 6938,54 ha..."

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 75/2018/DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
835.471/1994-ÚRSULA PAULA DEROMA
836.114/1994-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
837.882/1994-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
833.749/1996-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
830.760/1997-JOSÉ LUIZ MOREIRA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
866.429/2004-CIA MINERADORA OURO MT S.A.
872.022/2010-RICARDO VERZOLA
872.023/2010-RICARDO VERZOLA
800.579/2013-PONTA DA SERRA MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
800.204/2009-PEDRABRASIL CEARÁ MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.
Despacho publicado(356)
803.504/1971-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-Nos termos do DESPACHO Nº 024/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar, pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no DOU.
850.280/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-Nos termos do DESPACHO Nº 025/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar, pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no DOU
850.281/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-Nos termos do DESPACHO Nº 026/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar, pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no DOU
850.284/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-Nos termos do DESPACHO Nº 022/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar, pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no DOU
850.266/2002-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A-Nos termos do DESPACHO Nº 023/2018-CFPM/DIFIS, aprovado pelo Senhor Diretor de Fiscalização da Atividade Minerária, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, DOU PROVIMENTO ao pedido de pesquisa complementar, pelo prazo improrrogável de 3 (três) anos, a contar da data de publicação no DOU
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga o prazo para o início dos trabalhos de lavra(402)
832.228/1993-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A-Prazo:a contar de 14/11/2009 e término em 25/03/2010
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.
006.127/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE TÂNTALO, MINÉRIO DE NIÓBIO, MINÉRIO DE ESTANHO E FELDSPATO
006.127/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.-MINÉRIO DE TÂNTALO, MINÉRIO DE NIÓBIO, MINÉRIO DE ESTANHO E FELDSPATO
832.267/1983-MINERAÇÃO JUPARANÁ LTDA.-SIENITO
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.-LITIO-DECRETO DE LAVRA Nº 19.770/1945, DOU de 10/10/1945
006.127/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.-LITIO-Portaria de Lavra nº 583/1989, DOU de 26/07/1989
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(439)
815.250/1987-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.- Início:12/04/2017-Término:17/08/2017
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(441)
815.165/1986-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.- Início:21/02/2018-Término:21/02/2019
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
004.451/1955-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- Início:04/12/2002-Término:14/02/2020
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
868.222/1997-CIRO TRANSPORTADORA LTDA- Portaria N°22/2005- DOU de 03/02/2005
868.016/2000-CLAUDIO OSTETTO OLIVEIRA EPP-Portaria N°183/2005- DOU de 25/07/2005
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
000.466/1943-AMG MINERAÇÃO S.A.-LITIO
006.127/1966-AMG MINERAÇÃO S.A.-LITIO
804.316/1977-CIMENTOS DO BRASIL S A CIBRASA-ARGILA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
806.162/2015-CERAMICA SÃO PEDRO LTDA
848.232/2016-ULISSES RIBEIRO FILHO
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
831.440/2004- Recurso interposto por BRAZMINCO LTDA

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 76/2018/DF

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.195/2007-PEDREIRA CATEDRAL LTDA.-MARIALVA/PR - Guia n° 19/2018-450.000Toneladas/ano-BASALTO (BRITA)- Validade:03/04/2021
870.328/2010-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-PONTO NOVO/BA - Guia n° 18/2018-195.000Toneladas/ano-QUARTZO-Validade:08/09/2020
815.298/2012-ROBERTA PANNO ME-BLUMENAU/SC, INDAIAL/SC - Guia n° 20/2018-220.000Toneladas/ano-SAIBRO-Validade:31/03/2019

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 24/2018/MT

Fase de Lavra Garimpeira
Retificação da Permissão de Lavra Garimpeira(1265)
867.222/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS-Onde se lê: "...numa área de 49,00 ha..." - Leia-se: "...numa área de 27,63 ha..."
866.222/2012-LUIZ CLAUDIO PACHER-Onde se lê: "...numa área de 49,96 ha..." - Leia-se: "...numa área de 15,97 ha..."
Retificação de despacho(1393)
866.831/2010-MARA DAISY GIL DIAS - Publicado DOU de 12/07/2017, Relação n° 117/2017, Seção 1, pág. 90-Onde se lê:"...Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CNPJ 022.597.871-77..." - Leia-se:".... Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CPF 483.372.509-68..."
866.834/2010-MARA DAISY GIL DIAS - Publicado DOU de 12/07/2017, Relação n° 117/2017, Seção 1, pág. 90-Onde se lê:"...Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CNPJ 022.597.871-77..." - Leia-se:".... Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CPF 483.372.509-68..."
866.835/2010-MARA DAISY GIL DIAS - Publicado DOU de 12/07/2017, Relação n° 117/2017, Seção 1, pág. 90-Onde se lê:"...Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CNPJ 022.597.871-77..." - Leia-se:".... Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CPF 483.372.509-68..."
866.837/2010-MARA DAISY GIL DIAS - Publicado DOU de 12/07/2017, Relação n° 117/2017, Seção 1, pág. 90-Onde se lê:"...Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CNPJ 022.597.871-77..." - Leia-se:".... Cessionário: Antonio da Cunha Barbosa Filho-CPF 483.372.509-68..."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fase de Requerimento de Pesquisa
Retificação de despacho(1386)
766.027/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Publicado DOU de 28/03/2018, Relação n° 22, Seção 1, pág. 152- Onde se lê:".. 766.026/1996..." - Leia-se:".... 766.027/1996..."

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.031/2018-PROGEMIX PROGRAMAS GERAIS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°258/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
868.334/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°284/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
868.086/2012-BENEDITO JOSE LAGOS ME-OF. N°301/2018
868.334/2012-PARANAZÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°285/2018
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
868.214/2007-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA EPP- AI N° 54/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
966.347/1989-MINERAÇÃO CORUMBAENSE REUNIDA SA-OF. N°295/2018
866.497/1993-BRIANZA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CERÂMICAS LTDA.-OF. N°221.44.001/2018
866.498/1993-BRIANZA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CERÂMICAS LTDA.-OF. N°221.44.001/2018
866.499/1993-BRIANZA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CERÂMICAS LTDA.-OF. N°221.44.001/2018
868.214/2007-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA EPP-OF. N°288/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
901.894/1982-VOTORANTIM CIMENTOS S A-OF. N°221.44.005/2018
868.944/1996-ÁGUAS MINERAIS ROSÁRIO DO SUL LTDA EPP-OF. N°221.44.004/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.072/2006-TERCIO IVAN DA SILVA CAPILE ME-OF. N°307/2018
868.161/2013-LOURENÇO CYRIACO COINETE ME-OF. N°303/2018
868.244/2014-VICTOR DA TEREZA MEIRINHO ME-OF. N°270/2018
868.052/2016-ICO LOCAÇÕES DE MAQUINAS LTDA ME-OF. N°294/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
868.133/2000-EXTRAÇÃO DE AREIA BERGAMO LTDA ME- Licenciamento N°:06/2009 - Prorrogado por ATÉ 18/01/2023 ano(s)
868.108/2010-TREVO AREEIRO COMERCIAL LTDA ME-Licenciamento N°:33/2010 - Prorrogado por 26/09/2018 ano(s)
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
868.072/2006-TERCIO IVAN DA SILVA CAPILE ME- AI N°55/2018
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
866.528/1986-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA. -AI N°490/2017
866.529/1986-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA. -AI N°491/2017
866.530/1986-MINERAÇÃO ORO-YTE LTDA. -AI N°492/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.104/2017-CORUMBÁ CALCÁRIO LTDA EPP-OF. N°297/2018
868.025/2018-V. F. BARBOSA PRODUTOS ALIMENTICIOS ME-OF. N°271/2018

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2018/MS

Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
868.220/1995-EDEM- EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPACÕES LTDA. - CNPJ: 00.050.882/9001-08- Substância Aprovada:CALCÁRIO (CORRETIVO DE SOLO) E FOSFATO (FERTILIZANTE)
868.295/2000-3A PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 14.482.711/0001-54- Substância Aprovada:MINÉRIO DE FERRO E MINÉRIO DE MANGANÊS
868.045/2005-3A PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 14.482.711/0001-54- Substância Aprovada:MINÉRIO DE FERRO E MINÉRIO DE MANGANÊS
868.517/2008-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA - CNPJ:33.931.460/0001-92- Substância Aprovada:MINÉRIO DE FERRO
868.013/2009-TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS - CPF: 209.694.306-04- Substância Aprovada:BASALTO (BRITA)
868.048/2012-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA - CNPJ: 00.264.528/0001-78- Substância Aprovada:MARMORE (REVESTIMENTO)
Propostas desclassificadas para o procedimento de disponibilidade(1808)
868.517/2008-3A PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 14.482.711/0001-54 - EDITAL N° 041/2015 - Publicado DOU de 15/10/2015
868.013/2009-BASALTO PEDREIRA E PAVIMENTAÇÃO LTDA - CNPJ: 48.302.640/0001-82 - EDITAL N° 23/2015 - Publicado DOU de 21/05/2015
Classificação das propostas técnicas do procedimento de disponibilidade(2088)
868.220/1995- EDITAL DISPONIBILIDADE N°43/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ª CLASSIFICADA: EDEM- EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPACÕES LTDA. - CNPJ: 00.050.882/9001-08 (23 PONTOS); 2ª CLASSIFICADA: DENIS ROGERIO SOARES FERREIRA - CPF: 796.661.241-49 (18 PONTOS)
868.295/2000- EDITAL DISPONIBILIDADE N°23/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ª CLASSIFICADA: 3A PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 14.482.711/0001-54 (21 PONTOS); 2ª CLASSIFICADA: MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA - CNPJ: 33.931.460/0001-92 (20 PONTOS); 3ª CLASSIFICADA: MARIANA LEVY GUERRA - CPF: 223.013.348-99 (19 PONTOS).
868.045/2005- EDITAL DISPONIBILIDADE N°47/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ª CLASSIFICADA: 3A PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 14.482.711/0001-54 (21 PONTOS); 2ª CLASSIFICADA: MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA - CNPJ: 33.931.460/0001-92 (21 PONTOS)
868.013/2009- EDITAL DISPONIBILIDADE N°23/2015-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ª CLASSIFICADA: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS - CPF: 209.694.306-04 (23 PONTOS); 2ª CLASSIFICADA: FERNANDO CORREA DA COSTA NETO - CPF: 250.835.111-34 (19 PONTOS)
868.048/2012- EDITAL DISPONIBILIDADE N°27/2016-ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS: 1ª CLASSIFICADA: GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA - CNPJ: 00.264.528/0001-78 (23 PONTOS); 2ª CLASSIFICADA: ALESSANDRA FERNANDES FERREIRA DA SILVA - CPF: 302.738.318-36 (19 PONTOS); 3ª CLASSIFICADA: GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA - CNPJ: 20.302.873/0001-66 (17 PONTOS).

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/MS

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.344/2016-QUALITY CONSTRUÇÕES LTDA EPP-Licenciamento N°8/2018 - Prazo: ATÉ 11/11/2020 ano(s)

ROMUALDO HOMOBONO PAES DE ANDRADE
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
850.944/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.
851.353/2017-VALE METAIS BÁSICOS S A
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
850.707/2013-MICHIGAN TRADE LTDA
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
850.123/2015-NIVALDO MONTEIRO
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa(170)
850.707/2013-MICHIGAN TRADE LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(1818)
851.577/1982-MINERAÇÃO JATAPU LTDA-Cessionário:COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD (nova denominação social) VALE S/A.- CPF ou CNPJ 33.592.510/0001-54
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
851.035/2014-PEDRO & VIANA LTDA EPP- Alvará n°17.137/2015 - Cessionario:850.196/2018, 850.197/2018 e 850.197/2018.-CHESTHER GOMES PEDRO- CPF ou CNPJ 460.748.802-04
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
850.305/2011-UNIÃO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1.388/2018 - DNPM/PA
Indefere pedido de reconsideração(263)
850.754/2009-RECURSOS MINERAIS DO BRASIL S.A
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
852.518/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -Alvará N°17.028/1996
855.784/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -Alvará N°17.088/1996
855.785/1996-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -Alvará N°15.873/1996
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
850.639/2014-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA
850.661/2015-COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES
851.009/2016-COOPA COOPERATIVA MISTA DE EXPL. MIN. AGROP. E COLONIZADORA DE PATROCINIO LTDA
850.653/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.654/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.655/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.657/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.658/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.661/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.662/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.663/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.664/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.665/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.666/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.667/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.668/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.670/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
850.671/2017-EDILENE BEZERRA FEITOSA TORRES
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
850.330/1994-JOSÉ DE RIBAMAR LIMA-OF. N°3.347/2017 - Superintendência do DNPM/PA
751.076/1996-GLEICON JOSE DA COSTA-OF. N°3.375/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.259/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.269/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.279/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.289/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.299/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.309/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.319/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.329/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
851.339/1996-FRANCISCO LAURIANO DA FONSECA-OF. N°3.343/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.176/1998-WALDIMIRO MORAIS MARTINS-OF. N°3.342/2017 - Superintendência do DNPM/PA
650.800/1999-MANOEL RIBEIRO DA CRUZ-OF. N°3.341/2017 - Superintendência do DNPM/PA
Indefere por Interferencia Total(1339)
850.143/2018-ANTONIA GLORIA SILVA
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
850.783/2005-MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A- AI N° 602/2018 e 603/2018.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.260/2006-MARABÁ ÁGUAS EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°1.675/2018 - Superintendência do DNPM/PA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.519/2017-CALNORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CALCÁRIO LTDA-Licenciamento N°032/2018 - Prazo: Validade: 03/11/2020 ano(s)
850.582/2017-COMINA EMPRESA DE MINERAÇÃO EIRELI-Licenciamento N°033/2018 - Prazo: Validade: até 16/11/2020. ano(s)
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
850.292/2013-VALCINEY F. GOMES & FERREIRA LTDA ME
850.015/2017-ADJALMA ALVES DE MORAES
850.535/2017-RILTON FERREIRA DE ARAUJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

850.646/2017-LAZARO GUIMARÃES MONTEIRO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.813/2017-MARIA JOSÉ CORREA
851.176/2017-IRAN DE OLIVEIRA DA SILVA
851.351/2017-ANTONIO EDSON ARRAES DE SOUSA
850.163/2018-MAURICIO ALVES DE SOUSA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
850.753/2006-L.V.L. MATERIAL DE CONSTRUÇÃO COMERCIO E INDUSTRIA LTDA EPP- Licenciamento N°:071/2006 - Prorrogado por Vencimento: 22/02/2020 ano(s)
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
851.172/2007-GLOBO VERDE MINERAÇÃO LTDA
851.174/2007-GLOBO VERDE MINERAÇÃO LTDA

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2018/PA

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
850.860/2010-CAUBI ANDRÉ CALDEIRA FERNANDES- DOU de 26/09/2016
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)
850.065/2007-BRASCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- NOT. N°1359/2009
850.068/2007-BRASCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- NOT. N°1365/2009
850.071/2007-BRASCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- NOT. N°1371/2009
Torna sem efeito Notificação Administrativa I- MULTA(904)
850.065/2007-BRANSCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- NOT. N°1360/2009
850.068/2007-BRANSCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- NOT. N°1366/2009
850.071/2007-BRASCON CONSULTORIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- NOT. N°1372/2009
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
850.783/2005-MINERAÇÃO FLORESTA DO ARAGUAIA S/A.- AI N°723/2017 e 724/2017

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2018/RS

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.200/2016-MINERAÇÃO NORUEGA II LTDA ME-OF. N°441/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2018/PR

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a f Administradora de Bens Ltda - 826695/16 - A.I. 34/18
Afonso Carlos Ditzel - 826437/16 - A.I. 21/18
Alcides da Silva Souza - 826467/16 - A.I. 23/18
Castro & Druzian Ltda me - 826581/16 - A.I. 29/18
Cerâmica Elizabeth Sul Ltda - 826435/16 - A.I. 20/18, 826778/16 - A.I. 40/18, 826498/15 - A.I. 10/18, 826499/15 - A.I. 11/18
Cib Mineraçãoltda - 826557/16 - A.I. 28/18
Clovis Varaschin - 826830/14 - A.I. 4/18
Construtora Casa Valor Ltda me - 826750/16 - A.I. 38/18
Davi Reis Messaggi - 826104/13 - A.I. 1/18
David Xicareli Makita - 826421/16 - A.I. 18/18, 826510/16 - A.I. 24/18, 826511/16 - A.I. 22/18, 826512/16 - A.I. 25/18
Dourado Materiais de Construção Ltda Epp - 826203/14 - A.I. 3/18
Etr Comércio de Areia Ltda - 826426/16 - A.I. 19/18
Everton Pereira Assis - 826810/16 - A.I. 43/18
G.r.extração de Areia e Transportes Rodoviários Ltda - 826310/17 - A.I. 47/18, 826311/17 - A.I. 48/18, 826312/17 - A.I. 49/18, 826313/17 - A.I. 50/18
Gildenei Rodrigues - 826594/16 - A.I. 30/18
Giuliano Orcelli Pavani - 826146/15 - A.I. 7/18
João Silvério de Oliveira - 826706/12 - A.I. 2/18
José Kampa - 826661/16 - A.I. 32/18
Luiz Carlos Ghizzi - 826723/15 - A.I. 16/18
Maria Aparecida Lucinda de Oliveira - 826856/16 - A.I. 45/18
Mauricio Almeida da Silva - 826635/15 - A.I. 14/18
Nacir Agostinho Bruger - 826601/15 - A.I. 12/18
o a Marques Locação de Maquinas me - 826776/16 - A.I. 39/18
Paulo Assunção - 826413/15 - A.I. 8/18
Pedro Bonetti Junior - 826678/16 - A.I. 33/18
Porto de Areia Horizonte LTDA. me - 826786/16 - A.I. 41/18
Reinaldo Baechtold Filho - 826873/16 - A.I. 46/18
Rio da Várzea Extração e Comércio de Areia Ltda me - 826818/16 - A.I. 44/18, 826732/16 - A.I. 35/18
Rozani Maria Ponzoni - 826673/15 - A.I. 15/18
Rs3 Comércio de Areia Ltda me - 826739/16 - A.I. 37/18, 826525/16 - A.I. 26/18, 826526/16 - A.I. 27/18
Sebastião Ferreira de Souza - 826446/15 - A.I. 9/18
Sidnei Carreira - 826655/16 - A.I. 31/18
Valdemar Carletto - 826787/16 - A.I. 42/18
Zamir José Teixeira - 826174/16 - A.I. 17/18, 826903/14 - A.I. 5/18, 826904/14 - A.I. 6/18
Zelita Maria Przywitowski - 826633/15 - A.I. 13/18

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2018/SC

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Torna sem efeito despacho de indeferimento(834)
815.104/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Publicado DOU de 26/03/2017
815.105/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Publicado DOU de 26/03/2017
815.106/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Publicado DOU de 26/03/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
815.373/2017-CERÂMICA WITMARSUM LTDA - ME-AI N°48/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.364/2017-MARIA LUISA FRANCISCO BENDINI- OF. N°1086/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.010/2017-VALDIR KOHLER- Alvará n°1863/2017 - Cessionario:815.791/2017-CARLOS GIOVANI TRENTINI ME- CPF ou CNPJ 09018780/0001-71
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
815.789/2010-RICARDO AUGUSTO SETTE
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.326/2010-SIDNEY JOSÉ MIRANDA- Cessionário:CUBATÃO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 80090368/0001-27- Alvará n°7327/2010
815.708/2016-OLIVEIRA ESPÍNDOLA COMÉRCIO VAREJISTA DE PNEUS LTDA ME- Cessionário:CONSTRUTORA PIUCCO LTDA- CPF ou CNPJ 05921658/0001-50- Alvará n°198/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
815.511/2015-HOBI S A MINERAÇÃO DE AREIA E CONCRETO-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
815.352/2005-CERAMICA CEJATEL LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.603/2007-AREIAS MANHOSO LTDA ME-OF. N°1088/2018
815.446/2009-MINERAÇÃO RIO DO VALE LTDA. ME-OF. N°1092/2018
815.173/2014-CONSTRUTORA JANTSCH LTDA EPP-OF. N°1079/2018
Reitera exigência(366)
815.905/2011-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1096/2018-60 (sessenta) dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.492/2010-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-MARACAJÁ/SC - Guia n° 37/2018-50.000toneladas/ano-Brita- Validade:02/04/2019
815.408/2012-AREIAS DE JAGUARUNA LTDA-JAGUARUNA/SC - Guia n° 036/2018-50.000t-AREIA-Validade:26/03/2019
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.253/2006-IBIRAMA MINERAÇÃO LTDA- 6138 n° 2006 - Cessionário: MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- CNPJ 83471722/0001-51
815.748/2010-MATHEUS ELY CAMARA- 15.917 n° 2010 - Cessionário: CITRINA PARTICIPAÇÕES LTDA- CNPJ 910551729-04
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.916/2015-AMILTON HIGINO TEIXEIRA ME-OF. N°1070/2018
Fase de Concessão de Lavra
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
815.750/1973-ELIANE S/A REVESTIMENTOS CERÂMICOS- AI N° 350/2013
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.610/1972-TECNOMIN MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1076/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
815.448/1989-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-OF. N°1081/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1728)
815.255/2002-AMILTON HIGINO TEIXEIRA ME-OF. N°1070/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
815.099/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA- Registro de Extração N°32/2018 de 02/04/2018
815.100/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA- Registro de Extração N°33/2018 de 02/04/2018
Fase de Registro de Extração
Determina o cancelamento do Registro de Extração(943)
815.789/2007-PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS- Registro de Extração N°16/2007- DOU de 21/02/2008
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.678/2017-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA ANA LTDA EPP-OF. N°1089/2018

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz, e dá outras providências.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, e no Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016,

CONSIDERANDO a implementação do caráter intersetorial do Programa Criança Feliz a partir da integração e articulação entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e adolescentes, entre outras;

CONSIDERANDO a execução descentralizada e integrada das ações do Programa Criança Feliz, por meio da conjugação de esforços entre União, estados, Distrito Federal e municípios, observadas as especificidades das políticas públicas setoriais, a participação da sociedade civil e o controle social; e

CONSIDERANDO a necessidade de garantir um instrumento que promova a integração e a articulação das diretrizes, competências e ações das políticas relacionadas aos objetivos e público do Programa Criança Feliz, em nível federal, oferecendo referência de articulação intersetorial para os estados, municípios e Distrito Federal, resolvem:

Art. 1º Estabelecer diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz.

Art. 2º Constituem diretrizes para a integração e articulação intersetorial no Programa Criança Feliz:

I - atendimento integral e integrado do interesse superior da criança em sua condição cidadã e de sujeito de direitos, com respeito à sua individualidade, seu ritmo de desenvolvimento e seu contexto familiar e sociocultural;

II - redução das desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizado o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança e da família;

III - promoção da educação permanente dos profissionais que atuam no atendimento às crianças na primeira infância, articuladas as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância, de forma participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, a família, os pais, responsáveis e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;

IV - apoio à formação da cultura de proteção e promoção da criança, incluída sua participação na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento.

Art. 3º São objetivos intersetoriais do Programa Criança Feliz:

I - promover de forma articulada o desenvolvimento humano, a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento integral na primeira infância, por meio da integração de ações,

apoiando gestantes e demais membros da família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais, e colaborando no exercício da parentalidade, através do fortalecimento dos vínculos e do papel das famílias em sua função de cuidado, proteção, promoção do desenvolvimento e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade, mediando o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;

II - favorecer a qualidade e eficiência das políticas públicas, otimizando recursos e evitando sobreposição de ações.

Art. 4º No que toca às ações para articulação das políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes, no âmbito do Programa Criança Feliz, compete:

I - ao Ministério do Desenvolvimento Social:

1.apoiar a oferta de visitas domiciliares sistemáticas orientadas à promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância em situação de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, consideradas sua família e seu contexto de vida;

2.qualificar a oferta dos serviços e fortalecer a articulação da rede socioassistencial, visando assegurar a complementariedade das ofertas no âmbito do SUAS e da integração entre serviços, programas e benefícios;

3.promover, em conjunto com o sistema de garantia de direitos, ações de fortalecimento da convivência familiar e comunitária, incluída a adoção de medidas protetivas que priorizem a manutenção da criança de até seis anos na família de origem, extensa ou ampliada, ou em famílias guardiãs;

4.priorizar o acolhimento em famílias acolhedoras das crianças na primeira infância afastadas do convívio familiar;

5.qualificar a oferta dos serviços de acolhimento, promovendo de forma articulada a formação dos profissionais em metodologias de cuidado integral e construção de vínculos afetivos;

6.ofertar, no âmbito da Proteção Social Especial do SUAS, atendimento especializado à criança em situação de violência e sua família, conforme a Lei 8.742, de 1993, e a Lei nº 13.431, de 2017;

7.fortalecer, por meio de protocolos e fluxos de encaminhamentos conjuntos, a intersetorialidade nos territórios entre as políticas públicas setoriais, em especial assistência social, saúde, educação e cultura, e com o Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos, na perspectiva da proteção proativa, da promoção do desenvolvimento integral e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamentos e de risco pessoal e social;

8.promover mobilização, capacitação, apoio técnico e educação permanente, abordando especificidades, cuidados e atenções a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias, respeitadas todas as formas de organização familiar, com foco nas ações de promoção da parentalidade participativa;

9.implementar a agenda de promoção da alimentação saudável e adequada junto às famílias com crianças na primeira infância, com vistas a garantir o direito ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, conforme o art. 3º da Lei nº 11.346, de 2006;

10.criar protocolo de ação para a agenda de Educação Alimentar e Nutricional na rede socioassistencial, incluídas as compras públicas da agricultura familiar e as hortas comunitárias, assim como estratégias de redução da desnutrição infantil, incluindo povos e comunidade tradicionais;

11.priorizar as famílias com crianças na primeira infância das áreas rurais da região do Semiárido, Região Norte e escolas rurais na garantia do acesso à água de consumo;

12.gerar lista de público prioritário para o Programa Criança Feliz, utilizando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

13. fortalecer a integração de dados do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF relacionados à primeira infância;

14. articular ação de inclusão social e produtiva, com vistas a promover o empoderamento do núcleo familiar, no âmbito do Programa Criança Feliz;

II - ao Ministério da Saúde:

1.apoiar as secretarias estaduais e municipais de saúde na ampliação e na qualificação das ações da atenção básica na assistência ao pré-natal e ao puerpério e no acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, especialmente junto a gestantes, gestantes adolescentes e famílias beneficiárias do Cadastro Único, do PBF e do Benefício de Prestação Continuada;

2.disponibilizar para as secretarias estaduais de saúde os testes rápidos de HIV/Aids e Sífilis, visando a detecção precoce e o tratamento de infecções sexualmente transmissíveis nos municípios participantes do Programa Criança Feliz;

3.incentivar a realização das ações do protocolo da gestante e da criança até três anos na Atenção Básica;

4.incentivar a expansão do Pré-Natal do Parceiro nos municípios participantes do Programa Criança Feliz, envolvendo o pai/parceiro em todo o processo de planejamento reprodutivo, gestação, parto, puerpério e cuidado parental;

5.incentivar as boas práticas do parto e nascimento e vinculação ao local de parto;

6. Apoiar a implementação da "Agenda Proteger e Cuidar" para adolescentes;

7.fomentar a oferta de equipamentos nas maternidades para a realização da triagem auditiva e visual antes da alta hospitalar;

8.distribuir a Caderneta da Criança como instrumento de promoção e vigilância do crescimento e desenvolvimento integral da criança, fomentando o registro qualificado nos sistemas de informações de todas as etapas do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de três anos, de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde;

9.fortalecer a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil nos municípios participantes do Programa Criança Feliz, desenvolvendo ações de prevenção e controle da má-nutrição infantil, incluídas as relacionadas à obesidade infantil;

10.fomentar o registro de marcadores de consumo alimentar do público prioritário do Programa Criança Feliz nos sistemas de informações do Ministério da Saúde;

11.potencializar a oferta da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil - Nutrisus para o público prioritário do Programa Criança Feliz;

12.Ampliar e fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial e o cuidado realizado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS e CAPS infanto Juvenil) ou na Atenção Básica quando não houver CAPS;

13. estabelecer as diretrizes técnicas e operacionais para a vigilância do crescimento e desenvolvimento das crianças de até seis anos de idade, na área da saúde, e a sua divulgação aos estados e municípios;

14.apoiar o desenvolvimento de ações de capacitação e educação permanente aos gestores e profissionais das equipes de Atenção Básica sobre ações a serem desenvolvidas em prol do desenvolvimento integral na primeira infância;

15.fortalecer as ações de acompanhamento e cumprimento das condicionalidades do PBF;

III - ao Ministério da Cultura:

1.fortalecer as Políticas de Cultura para Infância, especialmente nos territórios com adesão ao Programa Criança Feliz;

2.articular os Pontos de Cultura, os Centros de Artes e Esportes Unificados - CEUs, os espaços de cultura e instituições culturais, para formação de profissionais envolvidos no Programa Criança Feliz;

3.potencializar e valorizar o território e a cultura local no âmbito das visitas domiciliares;

4.fortalecer o papel dos jogos e das brincadeiras nos territórios e sua importância no desenvolvimento da criança;

5.fortalecer o empoderamento cultural da criança, promovendo estimulação criativa no contato com a diversidade cultural de seu território e dos vínculos afetivos e interpessoais;

6.assegurar às crianças o direito de acesso à transmissão das crenças e culturas familiares;

IV - ao Ministério da Educação:

1.apoiar os municípios e o Distrito Federal na ampliação da oferta da educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade, considerando, quando necessário, as especificidades das populações do campo, indígenas e quilombolas, de acordo com o Plano Nacional de Educação;

2.fortalecer o atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

3.apoiar os municípios na construção de propostas pedagógicas que garantam o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

4.definir parâmetros nacionais de qualidade para o atendimento da educação infantil;

5.definir parâmetros de infraestrutura para as escolas de educação infantil;

6.fomentar ações de formação dos professores e profissionais da educação infantil com abordagens do desenvolvimento integral;

7.sensibilizar os gestores sobre a importância da parceria entre escola e comunidade, de forma a ocupar criativamente o espaço escolar, inclusive nos finais de semana, com atividades educativas, culturais e de fortalecimento de vínculos entre família e comunidade escolar;

8.apoiar estratégias para o desenvolvimento de temáticas sobre a primeira infância, possibilitando momentos de interação e formação dos profissionais da escola, das crianças e suas famílias relativos aos processos de cuidar e educar que colaboram no desenvolvimento integral das crianças;

9.apoiar os gestores municipais na implementação de atividades complementares nas escolas de educação infantil, com foco na promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância;

10.desenvolver proposta de conteúdos teóricos e metodológicos para facilitadores/mediadores de grupo, de modo a subsidiar o processo de implementação de atividades complementares das escolas de educação infantil, com foco na promoção do desenvolvimento integral na primeira infância;

11.priorizar a inclusão de gestantes e famílias atendidas pelo PBF na alfabetização e educação de jovens e adultos;

12.fortalecer o papel da família e da comunidade para atuar nas funções de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade, por meio da oferta de cursos de qualificação profissional/Pronatec, para capacitação de profissionais que atuem junto a esse público;

13.fomentar a parceria entre os sistemas educacionais e os sistemas hospitalares, de modo a assegurar o atendimento educacional em ambiente hospitalar ou domiciliar às crianças impedidas de frequentar a escola por motivo de saúde;

14.apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino, com vistas a garantir a oferta de atendimento educacional especializado às crianças da educação especial na faixa etária de 4 a 5 anos;

V - ao Ministério dos Direitos Humanos:

1.articular ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para aperfeiçoar e fortalecer a política nacional para a primeira infância;

2.integrar o Programa Criança Feliz com o Sistema de Garantias de Direitos;

3.articular ações com órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças na primeira infância;

4.fortalecer e qualificar a atuação dos Conselhos de Direitos Humanos, Conselhos de Diretos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares;

5.incentivar ações formativas e educativas de direitos humanos voltados a profissionais que atuam na primeira infância;

6.implementar módulos relativos à Primeira Infância nas capacitações e formações promovidas pelo Ministério dos Direitos Humanos;

7.sensibilizar os profissionais envolvidos no Programa Criança Feliz para a educação não violenta e implementar a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, em especial o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante;

8.implementar capacitação sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, nos termos da Lei n° 13.431, de 2017, na educação permanente dos profissionais envolvidos no Programa Criança Feliz;

9.incentivar o uso do Disque 100 como ferramenta de prevenção e enfrentamento de violações de direitos e de toda e qualquer violência contra crianças e suas famílias, principalmente as que atingem as populações mais vulneráveis;

10.incentivar os conselhos de direitos na consecução do papel de acompanhamento e monitoramento da política de atendimento a crianças na primeira infância em sua esfera de competência territorial; e

11. propor que os conselhos de direitos destinem recursos de seus fundos para a consecução dos objetivos das políticas de atendimento de crianças na primeira infância na sua esfera de competência territorial.

Art. 5º São ações de competência comum dos ministérios elencados no art. 4º:

I - planejar estratégias articuladas para potencializar a perspectiva da complementariedade e da integração entre serviços e programas no território, com vistas ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e ao apoio a gestantes e suas famílias, incluídas ações de mobilização, capacitação e educação permanente;

II - fomentar a participação de sua respectiva área nos comitês gestores estaduais, municipais e distrital do Programa Criança Feliz, prestando o apoio técnico na elaboração de plano de ação para realização e integração de ações no território;

III - organizar as estratégias de apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios, de forma integrada e articulada, visando a garantia da qualidade de implementação do Programa;

IV - elaborar materiais técnicos e de apoio para o atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;

V - integrar, na medida do possível, sistemas de monitoramento do acompanhamento de gestantes e crianças beneficiadas pelo Programa Criança Feliz, assim como do orçamento aplicado na Primeira Infância;

VII - incentivar a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral em uma perspectiva intersetorial.

Art. 6º Incumbe ao Comitê Gestor do Programa Criança Feliz estabelecer normas, elaborar estudos e definir ações para suporte administrativo e técnico destinados à operacionalização e ao cumprimento do disposto nesta Portaria, observado o art. 6º do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS
Ministro de Estado da Saúde

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Ministro de Estado da Educação

SÉRGIO SÁ LEITÃO
Ministro de Estado da Cultura

GUSTAVO DO VALE ROCHA
Ministro de Estado dos Direitos Humanos, Interino

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.375, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Altera a Portaria nº 442, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II, parágrafo único, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.949, de 29 de dezembro de 2016, na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e no Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º O § 1º do art 3°, da Portaria nº 442, de 26 de outubro 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º.....

§ 1º Todas as etapas de financiamento federal das ações do PCF observarão o valor estabelecido de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) por mês por indivíduo do público-alvo acompanhado, sendo este valor válido para repasses realizados a partir do mês referência de abril de 2018.

....."(NR).

Art. 2º O Anexo I da Portaria nº 442, de 26 de outubro 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo I

Fórmulas de cálculo

a. Fórmula de cálculo da Etapa de Implantação

Valor da Parcela Única da Etapa de Implantação = 75,00 X quantitativo de indivíduos da meta aceita X 2

b. Fórmula de cálculo da Etapa de Implementação

Valor mensal da Parcela da Etapa de Implementação = 75,00 X quantitativo da meta física aceita

c. Fórmula de cálculo da Etapa de Execução - Fase I

Valor da Parcela Única da Etapa de Execução - Fase I = 3X R$ 75,00 X (meta física aceita /número de referência de visitadores do município) X número de visitadores designados para o PCF no último mês da etapa

d. Fórmula de cálculo da Etapa de Execução - Fase II

Valor da Parcela Fixa

Valor mensal da Parcela Fixa = (75,00 X 80%) X (meta física aceita /número de referência de visitadores do município) X número de visitadores designados para o PCF

Valor da Parcela Variável

Valor mensal da Parcela Variável = (75,00 X 20%) X número de indivíduos do público alvo prioritário acompanhados

e. Fórmula de cálculo da Etapa de Execução - Fase III

Valor da Parcela Fixa

Valor mensal da Parcela Fixa = (75,00 X 60%) X (meta física aceita /número de referência de visitadores do município) X número de visitadores designados para o PCF

Valor da Parcela Variável

Valor mensal da Parcela Variável = (75,00 X 40%) X número de indivíduos do público alvo prioritário acompanhados" (NR).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 641, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Altera o art. 25 da Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017;
Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017; e
Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.104, de 24 de julho de 2017, e considerando o disposto no art. 25 da Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009, que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração dos atos administrativos no âmbito do INSS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o art. 25 da Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Fica estabelecida a data limite de 31 de outubro de 2018 para adequação de todos os atos em vigor, no âmbito do INSS, aos termos desta Resolução, bem como para que todas as Orientações Internas sejam substituídas por Manuais de Procedimentos Operacionais e de Gestão, conforme o caso, cuja aprovação será efetuada por meio de Resolução." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO PAULO SOARES LOPES

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 98, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta o programa de gestão - modalidade teletrabalho, a título de experiência-piloto, no âmbito das Unidades Organizacionais do Ministério do Meio Ambiente.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e tendo em vista o disposto no §6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e na Portaria MMA nº 462, de 6 de dezembro de 2017 e o que consta no processo administrativo nº 02000.003528/2018-01, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Regulamentar o programa de gestão na modalidade de teletrabalho, a título de experiência-piloto, para a realização de atividades fora das dependências físicas das unidades organizacionais do Ministério do Meio Ambiente, mediante certificação dos processos de trabalho aptos a atender o §6º do Decreto nº 1.590, de 1995.

Art.2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

I - teletrabalho - atividade ou conjunto de atividades, realizadas em carácter contínuo, fora das dependências físicas do Ministério do Meio Ambiente;

II - unidade de lotação - Gabinete do Ministro, Assessoria de Assuntos Internacionais, Assessoria Especial de Controle Interno, Consultoria Jurídica, Secretarias e Serviço Florestal Brasileiro; e

III - unidade de exercício - corresponde à menor unidade organizacional demandante de atividades ao servidor, está contida na Unidade de Lotação ou pode ser equivalente a esta.

Art.3º O teletrabalho deverá ser acordado, em cada caso, entre a chefia imediata e o servidor, com anuência do dirigente máximo da unidade, segundo a conveniência e a oportunidade da Administração e restrito às atribuições em que seja possível, em função das características do serviço, realizar o trabalho remotamente e mensurar objetivamente o desempenho do servidor.

Art. 4º São requisitos para o início do teletrabalho na unidade organizacional a realização, por meio de formulário próprio disponibilizado no SEI, de pactuação de metas de desempenho, para cada servidor, alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 5º O alcance das metas de desempenho pelos servidores em regime de teletrabalho equivalerá ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho.

CAPÍTULO II

REGRAS GERAIS DA EXPERIÊNCIA-PILOTO

Seção I

Das Condições para a Realização do Teletrabalho

Art. 6º A experiência-piloto de teletrabalho será executada pelo prazo de 12 (doze) meses, devendo ser realizada avaliação trimestral dos efeitos e resultados alcançados.

Art. 7ºA meta de desempenho do teletrabalhador será, no mínimo, 20% (vinte por cento) superior à estipulada para as mesmas atividades executadas nas dependências do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 8º O servidor em teletrabalho não fará jus ao recebimento de nenhuma despesa relacionada ao seu transporte.

Art. 9º É vedada a realização do teletrabalho por servidores:

I - com tempo de exercício inferior a 6 (seis) meses no processo de trabalho apto ao teletrabalho, na unidade de lotação respectiva, salvo comprovação de experiência anterior em processo de trabalho igual ou similar em outra unidade;

II - ocupantes de cargo de Natureza Especial, de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE e, respectivos substitutos dos cargos e funções;

III - que estejam em estágio probatório;

IV - que tenham sido apenados em procedimento disciplinar, enquanto durarem os efeitos da sanção aplicada, observada a possibilidade de requerimento após cessados seus efeitos; e

V - que estejam respondendo à processo administrativo disciplinar, enquanto nesta condição.

Parágrafo único. O atendimento ao público, interno e externo, não poderá ser prejudicado pela inclusão de servidores no teletrabalho.

Art. 10. Compete à chefia imediata identificar processos de trabalho passíveis de efetivação na modalidade teletrabalho, bem como, indicar servidores que participarão dessa modalidade.

Art. 11. Para efeitos de estabelecimento de critérios na escolha dos servidores indicados, deverá ser respeitada a seguinte ordem de prioridade:

I - servidores com deficiência ou com restrição de locomoção, com comprovação por junta médica oficial;

II - servidores que tenham dependentes econômicos, que constem do assentamento funcional, com deficiência comprovada mediante junta médica oficial;

III - servidores que tenham dependentes econômicos, que constem do assentamento funcional, com idade até seis anos ou acima de sessenta anos, desde que, para esse último caso, com problemas de saúde comprovados;

IV - servidores em gozo de licença para acompanhamento de cônjuge ou aqueles que preencham os requisitos para requerer a licença; e

V - servidores residentes em localidades mais distantes da unidade organizacional onde exercem suas atividades.

§1º Durante o período da experiência-piloto, o limite máximo de servidores em teletrabalho será de 8% (oito por cento) da força de trabalho por Unidade de Lotação, arredondadas as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior.

§2º Em casos excepcionais, esse limite poderá ser ultrapassado desde que haja justificativa do dirigente máximo da Unidade e aprovação do Secretário-Executivo.

Art. 12. A chefia imediata submeterá ao dirigente máximo da Unidade a proposta de realização do teletrabalho, por meio de formulário próprio disponibilizado no SEI, com posterior envio à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 13. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas poderá, mediante análise dos assentamentos funcionais, recomendar à chefia imediata a reconsideração da indicação de servidor para a realização de teletrabalho.

Art. 14. A Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação, no âmbito de suas competências, viabilizará o acesso remoto dos teletrabalhadores aos sistemas do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 15. O servidor iniciará suas atividades em teletrabalho imediatamente após a publicação nominal da autorização no Boletim de Serviço do Ministério do Meio Ambiente.

Seção II

Dos Deveres dos Servidores no Teletrabalho

Art. 16. Constitui dever do servidor participante do teletrabalho:

I - manter-se atualizado sobre, normas, legislação e procedimentos que tenham relação com as atividades desempenhadas por sua Unidade organizacional;

II - buscar o desenvolvimento contínuo para a efetividade do trabalho fora das dependências físicas do Ministério do Meio Ambiente;

III - cumprir tempestivamente e com qualidade as metas de desempenho estabelecidas;

IV - atender às convocações para comparecimento às dependências do órgão, no interesse da administração, inclusive para viagens a serviço, treinamentos internos e externos, forças-tarefas e situações excepcionais, desde que respeitada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

V - manter telefones de contato permanentemente atualizados e ativos;

VI - consultar diariamente o e-mail institucional individual e, caso haja, o e-mail institucional de sua Unidade de exercício;

VII - informar à chefia imediata, por meio de mensagem de e-mail institucional individual ou por meio do SEI, sobre a evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VIII - informar tempestivamente à chefia imediata sobre licenças e afastamentos autorizados com base na Lei nº 8.112, de 1990, para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

IX - preservar, sob pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor, o sigilo dos dados, documentos ou processos acessados de forma remota ou física, mediante observância às normas de segurança da informação e adoção de cautelas adicionais necessárias; e

X - reunir-se com a chefia imediata, no mínimo, uma vez por mês, nos três primeiros meses de exercício em teletrabalho, para apresentar resultados e proporcionar o acompanhamento da evolução das atividades e fornecimento de demais informações.

§1º Ficará a critério da chefia imediata decidir quanto a necessidade de se manter as reuniões mensais, após o período de três meses a que se refere o inciso IX.

§2º A participação do servidor no teletrabalho não modifica a sua lotação ou seu exercício.

§3º As atividades executadas pelo servidor no teletrabalho deverão ser cumpridas diretamente por ele, sendo vedada a sua realização por terceiros, servidores ou não, sob pena de responsabilização funcional, nos termos da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 17. Constitui requisito obrigatório para participação no teletrabalho a disponibilidade própria e adequada de infraestrutura tecnológica, ambiental e de comunicação para execução das atividades fora das dependências das unidades organizacionais do Ministério do Meio Ambiente, sem que represente custos para a Administração.

Seção III

Dos Deveres dos Gestores das Unidades Organizacionais

Art. 18. São deveres dos gestores das unidades organizacionais:

I - acompanhar o trabalho e a adaptação dos servidores na modalidade teletrabalho;

II - fazer constar no Boletim Mensal de Frequência a relação dos servidores que estão realizando teletrabalho;

III - aferir e monitorar o cumprimento das metas de desempenho estabelecidas;

IV - preparar o relatório trimestral de gestão, conforme formulário disponibilizado no SEI, para viabilizar a consolidação das informações pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas; e

V - fornecer, sempre que demandado pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, dados e informações sobre o andamento do teletrabalho na sua Unidade.

Parágrafo único. O acompanhamento do teletrabalho será registrado continuamente ao menos uma vez ao mês, pela chefia imediata no Relatório de acompanhamento de atividades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPITULO III

DO MONITORAMENTO E CONTROLE DO TELETRABALHO

Art. 19. As atividades desenvolvidas na modalidade teletrabalho serão monitoradas por meio do Formulário de Pactuação de Atividades e Metas, Relatório de Acompanhamento de Atividades e Relatório Trimestral de Gestão.

Art. 20. Os servidores incluídos na modalidade de Teletrabalho ficarão dispensados do controle de assiduidade, nos termos do §6º do art. 6º, do Decreto nº 1.590, de 1995.

§1º A Unidade organizacional deverá indicar no Boletim Mensal de Frequência os servidores em teletrabalho e, informar por meio de memorando à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas eventuais desligamentos dos servidores da modalidade teletrabalho com exposição de motivos.

§2º O atraso ou omissão na entrega das metas de desempenho acordadas, demonstradas pela Unidade Organizacional poderá configurar falta não justificada pelo período proporcionalmente correspondente, que poderá servir para caracterização de inassiduidade habitual ou abandono de cargo, quando for o caso.

§3º O teletrabalhador que for desligado da modalidade teletrabalho, devido ao descumprimento das metas de desempenho, ficará impedido de reingressar nessa modalidade até o fim da experiência-piloto.

§4º A concretização de volume de trabalho superior às metas de desempenho acordadas pela chefia, não gerará, para qualquer efeito, contagem de horas excedentes de trabalho.

Art. 21. No interesse da Administração, o gestor da Unidade Organizacional poderá, a qualquer tempo e justificadamente, desautorizar a modalidade teletrabalho.

Parágrafo único. No caso da desautorização disposta no caput, o servidor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para deixar de exercer as atividades na modalidade teletrabalho, a contar de sua ciência formalizada.

Art. 22. O servidor pode, a qualquer tempo, solicitar seu desligamento da modalidade teletrabalho e seu retorno às atividades nas dependências do Ministério do Meio Ambiente.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Os resultados do teletrabalho devem ser divulgados, a cada trimestre, nos termos do §6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

Parágrafo único. A análise dos resultados trimestrais subsidiará possíveis adequações do regime de teletrabalho proposto.

Art. 24. A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas é a unidade responsável pela Gestão da experiência-piloto na modalidade teletrabalho, sendo autorizada a solicitar o Relatório de Acompanhamento de Atividades dos Teletrabalhadores, além do Relatório Trimestral de Gestão supracitado no inciso IV do art. 16º, para fins de monitoramento do cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 25. Ao final da experiência-piloto, a continuidade da realização do teletrabalho ficará a critério do dirigente máximo do Ministério do Meio Ambiente e vinculada à análise dos resultados apurados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, dos 12 (doze) meses de experiência, no que se refere à percepção da qualidade de vida dos teletrabalhadores e, em especial, ao incremento da produtividade nas unidades.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o caput deste artigo inicia-se com a primeira publicação de autorização nominal para realização de teletrabalho no Boletim de Serviço do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 26. Os casos omissos serão decididos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Art. 27. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA CONJUNTA Nº 96, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Institui a Comissão das Reservas Extrativistas Federais - CONAREX no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 2º do Decreto nº 8974, de 24 de janeiro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.000790/2017-13, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria institui a Comissão das Reservas Extrativistas Federais - CONAREX a quem compete apoiar, propor e monitorar a execução de políticas relativas à proteção dos meios de vida e da cultura das populações extrativistas tradicionais, o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das reservas extrativistas federais e a conservação da biodiversidade.

Art. 2º Caberá à CONAREX:

I - sugerir, acompanhar e indicar prioridades relativas a processos de criação das Reservas Extrativistas e de regularização fundiária;

II - propor:

a) diretrizes a serem observadas nos instrumentos de gestão, incluindo planos de manejo, conselhos deliberativos e contratos de concessão de direito real de uso;

b) ações e atividades de capacitação para os extrativistas e servidores com atuação nas reservas, observadas as especificidades culturais e os meios de vida das populações tradicionais; e

c) estratégias e diretrizes para conservação da biodiversidade, recuperação de áreas e repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado;

III - propor estratégias e acompanhar:

a) processos de implementação das reservas extrativistas, estabelecendo orientações para tal objetivo;

b) a gestão de conflitos e casos de violação de direitos acerca do acesso e uso de recursos naturais em reservas extrativistas; e

c) o fortalecimento da efetiva participação comunitária na gestão das reservas extrativistas;

IV - propor e articular:

a) políticas públicas e normas voltadas às Reservas Extrativistas;

b) estratégias de captação de recursos e mobilização de parcerias para fortalecimento das organizações comunitárias, desenvolvimento socioeconômico e uso sustentável; e

c) estratégia para organização e fortalecimento da produção agroextrativista, pesca artesanal, turismo de base comunitária e demais atividades econômicas sustentáveis;

V - incentivar parcerias com órgãos e entidades de pesquisa e tecnologia propondo ações que visem a sustentabilidade socioambiental, integrando o conhecimento técnico cientifico e o conhecimento tradicional; e

VI- propor ações e estratégias para proteção e valorização do conhecimento tradicional das populações extrativistas.

Parágrafo único. As atribuições estabelecidas no parágrafo anterior serão exercidas sem prejuízo de outras que sejam necessárias para consecução dos objetivos das reservas extrativistas.

Art. 3º A CONAREX será composta por 15 membros, sendo:

I - 2 (dois) do Ministério do Meio Ambiente, indicados pelo Ministro do Meio Ambiente;

II - 5 (cinco) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, sendo 1 (um) proveniente de instituição de ensino, pesquisa e tecnologia, todos indicados pelo Presidente do Instituto Chico Mendes;

III - 8 (oito) representantes das organizações representativas das populações tradicionais extrativistas, indicados da seguinte forma:

a) 4 (quatro) pela Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas - Confrem, sendo 1 (um) representante de organização da sociedade civil ou instituição de ensino, pesquisa e tecnologia; e

b) 4 (quatro) pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, sendo 1 (um) representante de organização da sociedade civil ou instituição de ensino, pesquisa e tecnologia.

§ 1º As indicações serão encaminhadas ao Instituto Chico Mendes que designará os membros por ato do seu Presidente.

§ 2º A presidência e a secretaria-executiva da CONAREX serão exercidas, respectivamente, pelo Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes, sendo a secretaria-executiva responsável por prestar o apoio administrativo à Comissão, com os custos compartilhados.

§ 3º Nas representações previstas para organização da sociedade civil ou instituição de ensino, pesquisa e tecnologia deverá ser considerada a representatividade dos diversos biomas.

§ 4º As decisões e encaminhamentos da CONAREX serão tomados por consenso.

§ 5º A reunião da CONAREX poderá ser realizada mediante a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros.

Art. 4º A CONAREX poderá instituir câmaras temáticas permanentes ou temporárias para a consecução dos seus objetivos.

Art. 5º A CONAREX estabelecerá o seu calendário de reuniões, observado o mínimo de duas reuniões ordinárias por ano.

Parágrafo único. Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias pelo presidente ou por solicitação de, no mínimo, 6 (seis) dos seus membros, conforme disposto no seu regimento.

Art. 6º As diretrizes e orientações da Comissão poderão, no que couber, ser aplicadas às populações tradicionais nas demais categorias de unidades de conservação de uso sustentável.

Art.7º A CONAREX deverá em 120 dias, contados a partir da sua instalação, apresentar proposta de regulamentação dos dispositivos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, referentes a Reservas Extrativistas.

Art. 8º Observadas as disposições desta portaria, a CONAREX deverá elaborar o regimento interno para o seu funcionamento.

Art. 9º As funções dos membros da Comissão não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 10. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data da sua publicação.

SARNEY FILHO
Ministro de Estado do Meio Ambiente

RICARDO SOAVINSKI
Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO Nº 24, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Cria Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta de Orientação Técnica para esclarecer a aplicação do conceito de desenvolvimento tecnológico para o setor de fragrâncias

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - CGen, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e o Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 427, de 29 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Criar Câmara Temática, em caráter temporário, com a atribuição de apresentar ao Plenário do CGen proposta de Orientação Técnica para esclarecer a aplicação do conceito de "desenvolvimento tecnológico" para o setor de fragrâncias.

Art. 2º A Câmara Temática terá duração de 2 (dois) meses, prorrogável pelo Plenário, mediante justificativa de seu Coordenador.

Art. 3º A Câmara Temática será composta por doze membros, sendo 6 (seis) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, 3 (três) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes do setor usuário, 3 (três) indicados pelos conselheiros do Plenário do CGen representantes de provedores de conhecimentos tradicionais associados.

§ 1º As indicações de que trata o caput serão feitas da seguinte forma:

I - uma pelo representante do Ministério do Meio Ambiente;

II - uma pelo representante do Ministério da Justiça;

III - uma pelo representante do Ministério da Saúde;

IV - uma pelo representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

V - uma pelo representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços;

VI - uma pelo representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

VII - duas pelos representantes da Conferência Nacional da Indústria - CNI;

VIII - uma pelo representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

IX - uma pelo representante do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT;

X - uma pelo representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - Condraf; e

XI - uma pelo representante do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI.

§ 2º As indicações deverão seguir o modelo Anexo.

Art. 4º A Coordenação da Câmara Temática será exercida por uma das indicações feitas pela representação da Confederação Nacional da Indústria.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL DE SÁ MARQUES
Presidente Conselho

ANEXO

Conselheiro que indicou	Nome do indicado	Contatos (telefone e e-mail)	Qualificações (formação, atuação ou notório saber)	Informações adicionais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 249, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Peixe-boi marinho, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência, supervisão e revisão (Processo SEI nº 02030.000037/2017-62).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014 que reconhece as espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e invertebrados terrestres ameaçados de extinção, conforme seu Anexo I;

Considerando o Decreto Nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e define o ICMBio como ente governamental responsável pela execução das políticas públicas de conservação das espécies ameaçadas; e

Considerando o disposto no Processo SEI n° 02030.000037/2017-62, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Peixes-bois Marinhos (Trichechus manatus) - PAN Peixe-boi Marinho, espécie ameaçada de extinção.

Art. 2º O PAN Peixe-boi Marinho tem o objetivo de reduzir os efeitos das atividades antrópicas sobre as populações naturais, ampliar o conhecimento aplicado a sua conservação e aperfeiçoar as ações de conservação ex situ, nos próximos cinco anos.

§ 1º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Peixe-boi marinho, com prazo de vigência até fevereiro de 2023, foram estabelecidas ações de conservação distribuídas em nove objetivos específicos, assim definidos:

I - Promover a inserção do PAN no processo de licenciamento, garantindo a previsão de condicionantes específicas em empreendimentos nas áreas de ocorrência do peixe-boi marinho;

II - Melhorar a qualidade do habitat e ampliar o conhecimento acerca do comprometimento dos recursos alimentares e de fontes de água doce, inclusive em função das mudanças climáticas;

III - Ampliar ações de proteção/fiscalização na área de ocorrência;

IV - Intensificar ações de educação ambiental na área de ocorrência;

V - Minimizar os conflitos da atividade pesqueira com as populações de Peixe-boi Marinho;

VI - Reduzir o impacto do turismo, das atividades náuticas e do molestamento sobre os Peixes-bois marinhos;

VII - Minimizar o impacto dos encalhes de neonatos sobre as populações de Peixe-boi Marinho e incrementar as populações remanescentes;

VIII - Aumentar o conhecimento sobre sanidade (saúde), ecologia espacial e dinâmica populacional da espécie; e

IX - Garantir arcabouço institucional que possibilite a execução das ações de responsabilidade do ICMBio previstas no PAN Peixe-boi marinho.

Art. 3º Caberá ao Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste - ICMBIO/CEPENE a coordenação do PAN Peixe-boi marinho com supervisão da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio/DIBIO/CGCON.

Art. 4º O PAN Peixe-boi marinho será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do Plano e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Peixe-boi marinho.

Art. 5º O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do ICMBio.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 270, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, no Estado do Pará (Processo nº 02122.010584/2016-46).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 08 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, instituído pelo Decreto n° 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto n° 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS;

Considerando o Decreto S/N 10/10/2014, que criou a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições apresentadas pela Coordenação Regional n° 04 e pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes, no Processo nº 02122.010584/2016-46, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, com a finalidade de contribuir para o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implementação desta unidade de conservação.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I - ÓRGÃOS PÚBLICOS:

a) Órgãos públicos ambientais, dos três níveis da federação; e

b) Órgãos do Poder Público de áreas afins dos três níveis da Federação.

II - USUÁRIOS DO TERRITÓRIO/BENEFICIÁRIOS E MORADORES DO ENTORNO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:

a) Setor Polos Comunitários; e

b) Setor Juventude.

III- ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E COLEGIADOS:

a) Setor Sindicatos e Representações de Classe; e

b) Associações Comunitárias.

IV- ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Organizações não Governamentais.

V- INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

a) Universidades; e

b) Centros de Pesquisa.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, observando-se o critério de paridade, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo chefe da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes para análise e homologação.

Art. 3º O Conselho Deliberativo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo, que indicará seu suplente.

Art. 4º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Deliberativo será decidida em reunião específica, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 5º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo são previstas no seu regimento interno.

Art. 6º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Regional, que o remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 276, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Brava Beach Internacional. Processo Administrativo ICMBio/MMA nº 02070.000802/2017-78.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, pela Portaria nº 2.154 da Casa Civil em 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União do dia 08 de novembro de 2016.

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.000802/2017-78; resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Brava Beach Internacional, de interesse público e em caráter de perpetuidade, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado área "D", situado no município de Itajaí - SC, matriculado no registro de imóveis da comarca de Itajaí/SC, sob a matrícula nº 46.523.

Art. 2º A RPPN Brava Beach Internacional tem área total de 5,62ha, (cinco hectares e sessenta e dois ares), definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A RPPN inicia-se a descrição do perímetro no vértice K (N 7.016.610,145 m e E 734.917,558 m), deste segue confrontando com Área do empreendimento da matrícula nº 46.523, com o azimute de 636'12" e distância de 210,86 m até o vértice G (N 7.016.819,605 m e E 734.941,806 m), deste segue confrontando com Terras de Amaro Antônio Cabral e Município de Itajaí, com o azimute de 28027'28" e distância de 341,09 m até o vértice V9 (N 7.016.881,516 m e E 734.606,381 m), deste segue confrontando com Terras de Ivo Nogueira da Silva, com o azimute de 15329'58" e distância de 268,00 m até o vértice V10 (N 7.016.641,675 m e E 734.725,965 m), deste segue confrontando com Terras de Eduardo Cesar Vieira e Loteamento Jardim Vila Iris, com o azimute de 9920'42" e distância de 194,17 m até o vértice K (N 7.016.610,145 m e E 734.917,558 m), ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, Meridiano Central 51o WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000.

Art. 3º A RPPN Brava Beach Internacional será administrada pela empresa denominada Brava Beach Empreendimentos LTDA.

Parágrafo único. A empresa administradora referida no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 281, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Sauim-de-coleira - PAN Sauim-de-coleira, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência e formas de implementação, supervisão e revisão (Processo no 02070.001873/2011-01).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 34, de 17 de outubro de 2013, que disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, e os resultados decorrentes do processo mencionado;

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e

Considerando o disposto no Processo nº 02070.001873/2011-01, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º Ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Sauim-de-coleira - PAN Sauim-de-coleira.

Art. 2º O PAN Sauim-de-coleira tem o objetivo geral promover a conservação do sauim-de-coleira e de seu habitat, implementando ações para reverter a atual tendência de declínio populacional da espécie.

§ 1º O PAN Sauim-de-coleira abrange e estabelece estratégias prioritárias de conservação para um táxon de primata considerado ameaçado de extinção, Saguinus bicolor, constante da Lista Nacional (Portaria MMA nº 444/2014), classificado na categoria CR (Criticamente em perigo).

§ 2º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Sauim-de-coleira, com prazo de vigência até janeiro de 2023, foram estabelecidas ações distribuídas em oito objetivos específicos, assim definidos:

I - Reduzir a perda de habitat do sauim-de-coleira;

II - Articular a criação de áreas protegidas, assim como a manutenção e a gestão adequada, daquelas já existentes, para a conservação do sauim-de-coleira;

III - Manter e ampliar a conectividade de habitat do sauim-de-coleira, conforme as especificidades das áreas urbana e rural;

IV - Reduzir a perda de indivíduos do sauim-de-coleira por atropelamentos, choques elétricos e ataques de animais domésticos;

V - Recuperar e enriquecer áreas para melhorar a qualidade do habitat do sauim-de-coleira;

VI - Compreender a distribuição de Saguinus bicolor e sua potencial relação com Saguinus midas;

VII - Fortalecer e ampliar atividades de Educação Ambiental para a conservação do sauim-de-coleira; e

VIII - Promover o manejo populacional adequado para a conservação do Saguinus bicolor.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - ICMBio/CPB a coordenação do PAN Sauim-de-coleira, com supervisão da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio/DIBIO/CGCON.

Art. 4º O PAN Sauim-de-coleira será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do Plano e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Sauim-de-coleira.

Art. 5º O PAN Sauim-de-coleira deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 284, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Atualiza e aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul - PAN Paraíba do Sul contemplando 14 espécies ameaçadas de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência, formas de implementação, supervisão (Processo SEI nº 02031.000099/2009-54).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016;

Considerando a Resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007, que dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando a Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece 475 peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e

Considerando o disposto no Processo SEI nº 02031.000099/2009-54, resolve:

Art. 1º Atualizar e aprovar o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Aquáticas Ameaçadas de Extinção da Bacia do Rio Paraíba do Sul - PAN Paraíba do Sul.

Art. 2º O PAN Paraíba do Sul tem o objetivo geral de recuperar e manter as espécies aquáticas ameaçadas de extinção da bacia do rio Paraíba do Sul em 10 anos (2010-2020).

§ 1º O PAN Paraíba do Sul abrange 13 espécies de peixes considerados ameaçados de extinção, constantes da Lista Nacional (Portaria MMA nº 445/2014). classificados nas categorias CR (Criticamente em perigo) - Delturus parahybae, Trichomycterus santaeritae e Trichomycterus triguttatus; EN (Em perigo) - Brycon insignis, Hemipsilichthys gobio, Hyphessobrycon duragenys, Hypomasticus thayeri, Phallotorynus fasciolatus, Pogonopoma parahybae e Steindachneridion parahybae; VU (Vulnerável) - Brycon opalinus; Prochilodus vimboides e Taunayia bifasciata; e uma espécie de quelônio ameaçado de extinção classificado na categorias CR (Criticamente em perigo) - Mesoclemmys hogei.

§ 2º Estabelece de maneira concomitante estratégias para conservação de outros três táxons categorizados nacionalmente como NT (Quase Ameaçado), sendo uma espécie de crustáceo - Atya scabra, e uma espécie de molusco continental - Diplodon fontainianus e uma espécie de peixe - Pseudotocinclus parahybae.

§ 3º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Paraíba do Sul, com prazo de vigência até dezembro de 2020, foram estabelecidas ações distribuídas em 12 objetivos específicos, assim definidos:

I - Gerar informações para subsidiar o planejamento hidrelétrico da bacia do rio Paraíba do Sul, visando à conservação da biota aquática, com ênfase nas espécies ameaçadas e endêmicas;

II - Estabelecer instrumentos de gestão voltados à recuperação da integridade da biota aquática, com ênfase nas espécies ameaçadas e/ou endêmicas da bacia do rio Paraíba do Sul, impactadas por barragens;

III - Implementar projetos para o conhecimento da biologia, em especial a tendência de tamanho populacional das espécies alvo do PAN, nas áreas relevantes, para subsidiar políticas públicas de conservação dessas espécies;

IV - Aumentar o tamanho populacional das espécies alvo de peixes e quelônio do PAN nas suas áreas relevantes;

V - Estabelecer um protocolo para estudos de vazão ecológica da bacia do rio Paraíba do Sul adequada à conservação da biota aquática;

VI - Iniciar a recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs nas áreas relevantes para conservação das espécies alvo do PAN;

VII - Difundir informações de alerta visando reduzir o alastramento de espécies alóctones, exóticas ou híbridas na bacia do rio Paraíba do Sul;

VIII - Realizar e difundir programas pilotos de educação ambiental nos municípios das áreas relevantes do PAN;

IX - Capacitar e treinar os gestores públicos e policiais ambientais dos municípios das áreas relevantes do PAN para a aplicação das leis ambientais;

X - Promover parcerias entre organizações governamentais, não governamentais e iniciativa privada visando à implementação do PAN Paraíba do Sul;

XI - Estimular a implantação de sistemas de saneamento ambiental nos municípios localizados nas áreas relevantes do PAN para a conservação das espécies alvo; e

XII - Compatibilizar o uso e ocupação do solo, nas áreas relevantes do PAN, com a conservação das espécies alvo.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - ICMBio/CEPTA, com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - ICMBio/RAN, a coordenação do PAN Paraíba do Sul, com supervisão da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio/DIBIO/CGCON.

Art. 4º O PAN Paraíba do Sul será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Paraíba do Sul.

Art. 5º O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias ICMBio nº 131, de 14 de dezembro de 2010 e Portaria ICMBio nº 107, de 11 de outubro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 286, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas, contemplando 13 táxons nacionalmente ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, espécies contempladas, prazo de execução, abrangência e formas de implementação, supervisão e revisão (Processo SEI nº. 02061.000847/2017-51).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 34, de 17 de outubro de 2013, que disciplina as diretrizes e procedimentos para a Avaliação do Estado de Conservação das Espécies da Fauna Brasileira, e os resultados decorrentes do processo mencionado;

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e

Considerando o disposto no Processo SEI nº 02061.000847/2017-51, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Aves Marinhas - PAN Aves Marinhas.

Art. 2º O PAN Aves Marinhas tem como objetivo geral promover a recuperação das populações e mitigar as principais ameaças às aves marinhas e seus habitats.

§ 1º O PAN Aves Marinhas abrange e estabelece estratégias prioritárias de conservação para 13 táxons de aves consideradas ameaçadas de extinção constantes da Lista Nacional (Portaria MMA nº 444/2014): cinco na categoria CR (Criticamente em Perigo): Pterodroma deserta, Pterodroma arminjoniana, Puffinus lherminieri, Fregata ariel, Fregata minor; seis na categoria EN (Em Perigo): Pterodroma madeira,Pterodroma incerta, Phaethon aethereus, Phaethon lepturus, Sula sula, Thalasseus maximus; dois na categoria VU (Vulnerável): Sterna dougallii,Sterna hirundinacea.

§ 2º Estabelece de maneira concomitante estratégias para conservação de outros três táxons categorizados como NT (Quase Ameaçado): Spheniscus magellanicus, Calonectris edwardsii e Gygis alba.

§ 3º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Aves Marinhas, com prazo de vigência até março de 2023, estabeleceu ações distribuídas em seis Objetivos Específicos, assim definidos:

I - Evitar a perda e recuperar a qualidade dos habitats reprodutivos das espécies alvo do PAN;

II - Promover e ampliar a valorização das aves marinhas pela sociedade;

III - Identificar, difundir e incorporar questões relevantes à conservação das aves marinhas em políticas públicas, em especial de ordenamento territorial;

IV - Identificar e reduzir as interações entre as atividades pesqueiras e as aves marinhas;

V - Identificar e minimizar os impactos de atividades petrolíferas sobre as aves marinhas; e

VI - Identificar os impactos de contaminantes, patógenos e mudanças climáticas sobre as populações de espécies alvo do PAN.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - ICMBio/CEMAVE a coordenação do PAN Aves Marinhas, com a supervisão da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio/DIBIO/CGCON.

Art. 4º O PAN Aves Marinhas será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do Plano e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Aves Marinhas.

Art. 5º O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do ICMBio.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE do Ministério do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria 483, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2017, seção 1, página 24-25-144, resolve:

Art. 1º - Fica reconhecida a 3ª semana do mês de abril como a "Semana de Estudos para a Proteção dos Papagaios e demais Psitacídeos Brasileiros".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PEDRO OLIVEIRA COSTA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 73, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para praticar os atos necessários à autorização do exercício de empregados cedidos de empresa pública ou de sociedade de economia mista que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Gestão de Pessoas deste Ministério a competência para, observada a legislação vigente, praticar os atos necessários à formalização de autorização do exercício de empregados cedidos de empresa pública e de sociedade de economia mista que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, na forma do § 6º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXCERTO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2018 - REC-04/2018-BNDES

O Conselho de Administração do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XXI, do Estatuto Social do BNDES, aprovado pela Primeira Assembleia Geral Extraordinária do BNDES, de 20 de fevereiro de 2017, e publicado em 21 de março de 2017, no Diário Oficial da União, RESOLVE: (i) declarar sua ciência acerca da renúncia de Paulo Rabello de Castro do cargo de Presidente do BNDES; e (ii) eleger Ricardo Luiz de Souza Ramos para exercer o cargo de Presidente Interino do BNDES, a partir de 01 de abril de 2018.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Presidente do Conselho

DANIEL SIGELMANN
Conselheiro

JORGE SABA ARBACHE FILHO
Conselheiro

JUAN PEDRO JENSEN PERDOMO
Conselheiro

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JUNIOR
Conselheiro

NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA
Conselheira

WALTER BAERE DE ARAÚJO FILHO
Conselheiro

WILLIAM GEORGE LOPES SAAB
Conselheiro

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 3.391, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 3º, inciso I, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial de União em 30 de junho de 2010, na Seção 2, página 75, conforme os elementos que integram o Processo Administrativo SEI nº 04977.006183/2017-47, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação, com encargo, que faz o município de Bauru/SP à União, com base na Lei Municipal nº 6.846, de 28 de setembro de 2016, alterada pela Lei Municipal nº 7.035, de 6 de março de 2018, de imóvel urbano, terreno sem acessões e benfeitorias, de formato irregular, destacado da antiga Fazenda Campo Redondo, localizado na Avenida Getúlio Vargas, quarteirão 20, lado ímpar, com a área de 8.010, 25 metros quadrados, matriculado sob nº 113.985 do Livro nº 2 - Registro Geral do 1º Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Bauru/SP.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se única e exclusivamente à ampliação da Delegacia de Polícia Federal em Bauru/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBSON TUMA

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 3.756, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, tendo em vista a autorização constante no art. 43, § 1º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, e considerando a necessidade de adequar as fontes dos recursos aprovadas, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2018 da empresa Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento para 2018, aprovado pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, em favor da empresa estatal acima mencionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	13.220.150
6.2.1.1.00.00 - Direto	13.220.150
TOTAL GERAL	13.220.150
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	13.220.150
6.2.1.1.00.00 - Direto	13.220.150
TOTAL GERAL	13.220.150
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)	Outras Alterações Orçamentárias Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro	13.220.150
6.2.1.1.00.00 - Direto	13.220.150
TOTAL GERAL	13.220.150
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		13.220.150
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		13.220.150
	TOTAL GERAL	13.220.150
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

ANEXO II

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		13.220.150
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		13.220.150
	TOTAL GERAL	13.220.150
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39211 - Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 - Recursos de Capital - Orçamento de Investimento		13.220.150
6.2.0.0.00.00 - Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido		13.220.150
6.2.1.0.00.00 - Tesouro		13.220.150
6.2.1.3.00.00 - Saldos de Exercícios Anteriores		13.220.150
	TOTAL GERAL	13.220.150
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	0
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	13.220.150

PORTARIA Nº 3.764, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST, tendo em vista a autorização constante no art. 43, § 1º, inciso II, alínea "a" da Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, de modo a viabilizar a execução do Orçamento de Investimento para 2018, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, o identificador de Resultado Primário da da ação "20OU - Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo" constante do Orçamento de Investimento para 2018, aprovado pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, em favor da empresa estatal acima mencionada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO I

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	Petróleo e Gás							1.546.341.000
		Atividades							
25 753	2053 20OU	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo							1.546.341.000
25 753	2053 20OU 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste							1.546.341.000
			I	4-INV	5	90	0	495	1.546.341.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									1.546.341.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32230 - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	Petróleo e Gás							1.546.341.000
		Atividades							
25 753	2053 20OU	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo							1.546.341.000
25 753	2053 20OU 0030	Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Campos e do Espírito Santo - Na Região Sudeste							1.546.341.000
			I	4-INV	4	90	0	495	1.546.341.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									1.546.341.000

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0138/2018 de 02/04/2018, 0139/2018 de 02/04/2018, 0140/2018 de 03/04/2018, 0141/2018 de 03/04/2018, 0142/2018 de 04/04/2018 e 0143/2018 de 04/04/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039003760201832 Empresa: THK BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: SUSUMU OGAMI Data Nascimento: 15/10/1949 Passaporte: TZ1240985 País: JAPÃO Mãe: MISAE OGAMI Pai: HIROAKI OGAMI; Processo: 47039003808201811 Empresa: YIN'S BRASIL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PEIPEI HE Data Nascimento: 22/06/1990 Passaporte: EA9371872 País: CHINA Mãe: LINFANG BU Pai: SHENGLI HE; Processo: 47039003821201861 Empresa: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Babu Ramalingam Data Nascimento: 26/05/1968 Passaporte: Z2373022 País: ÍNDIA Mãe: Poonkodi Ramalingam Pai: S Ramalingam; Processo: 47039003832201841 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: THOMAS DALE ANDERSON JR. Data Nascimento: 04/10/1975 Passaporte: 457848310 País: EUA Mãe: PAMELA KAY GRAVES Pai: THOMAS DALE ANDERSON; Processo: 47039003833201896 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARCIN JANUSZ WASIAK Data Nascimento: 11/11/1969 Passaporte: EJ5008080 País: POLÔNIA Mãe: JANINA WITKOWSKA-WASIAK Pai: JANUSZ WASIAK; Processo: 47039003834201831 Empresa: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YASUHISA HASEGAWA Data Nascimento: 18/08/1978 Passaporte: TR1880017 País: JAPÃO Mãe: TOMOKO HASEGAWA Pai: MASAO HASEGAWA; Processo: 47039003835201885 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KRISTIN NICOLE DAMBERGER Data Nascimento: 28/10/1982 Passaporte: 488818464 País: EUA Mãe: KATHLEEN GAIL DEVORE Pai: FRANK MAX DAMBERGER; Processo: 47039003837201874 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAMUEL EDWARD WREGLESWORTH Data Nascimento: 24/05/1978 Passaporte: 535097966 País: GRÃ BRETANHA Mãe: ROWENA YVONNE WREGLESWORTH Pai: GEORGE EDWARD WREGLESWORTH; Processo: 47039003838201819 Empresa: ZTE DO BRASIL, INDUSTRIA, COMERCIO, SERVICOS E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: QIANG LIU Data Nascimento: 19/01/1991 Passaporte: E89489410 País: CHINA Mãe: ZUFANG ZHOU Pai: CHUANKUN LIU; Processo: 47039003841201832 Empresa: OBLATOS DE MARIA IMACULADA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: BRITTANY LEIGH WADE Data Nascimento: 16/07/1990 Passaporte: 475656083 País: EUA Mãe: LISA FULMER Pai: BRUCE WADE; Processo: 47039003844201876 Empresa: ST.NICHOLAS SAO PAULO ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JACOB ABRAHAM GROWE Data Nascimento: 13/04/1985 Passaporte: 565759777 País: EUA Mãe: JULIE DELORES RABEN Pai: STEVEN WALTER GROWE; Processo: 47039003851201878 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MASAFUMI JO Data Nascimento: 16/08/1982 Passaporte: TS0073222 País: JAPÃO Mãe: MITSUE JO Pai: JUNJI JO; Processo: 47039003885201862 Empresa: PORSCHE BRASIL IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: THOMAS KLEIN REESINK Data Nascimento: 22/04/1975 Passaporte: C86HMM4WH País: ALEMANHA Mãe: MARIA ANNA ELISABETH KLEIN REESINK Pai: BERNHARD KLEIN REESINK; Processo: 47039003905201803 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMAYA GONZÁLEZ IRISARRI Data Nascimento: 30/06/1978 Passaporte: AAF419157 País: ESPANHA Mãe: TERESA CARMEN IRISARRI GONZÁLEZ Pai: ARTURO GONZÁLEZ USERO; Processo: 47039003921201898 Empresa: OKI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMACAO S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KENICHI SAKAI Data Nascimento: 18/07/1967 Passaporte: TR9818783 País: JAPÃO Mãe: MICHIKO SAKAI Pai: HIDEMASA SAKAI; Processo: 47039003935201810 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TAISHI SHIMOKAWA Data Nascimento: 19/04/1986 Passaporte: TS0073381 País: JAPÃO Mãe: Yoko Shimokawa Pai: lchiro Shimokawa; Processo: 47039003932201878 Empresa: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Artur de Jesus Joaquim Data Nascimento: 19/08/1960 Passaporte: C680659 País: PORTUGAL Mãe: Amélia de Jesus Pai: Diamantino Joaquim; Processo: 47039004047201814 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: YANG LI Data Nascimento: 27/04/1985 Passaporte: E34087646 País: CHINA Mãe: WEIFANG KANG Pai: ZHENG LI; Processo: 47039004048201851 Empresa: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JÉRÉMY DIDIER CHATELAIN Data Nascimento: 22/06/1990 Passaporte: 10CY75085 País: FRANÇA Mãe: MARIE-FRANCE SCIANDRA Pai: DIDIER PAUL CHATELAIN; Processo: 47039004049201803 Empresa: MEDICOS SEM FRONTEIRAS BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JENNIFER MARIA MARX Data Nascimento: 13/08/1988 Passaporte: C2ZKO8TG6 País: ALEMANHA Mãe: JUANA MERCEDES LOPEZ DE MARX Pai: HEINZ MARX; Processo: 47039004091201816 Empresa: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: EDWIN PETRUS JOHANNES VAN DER KAA Data Nascimento: 09/03/1978 Passaporte: BRD1F0J22 País: HOLANDA Mãe: JOHANNA PETRONELLA MARIA FRANKEN Pai: PETRUS JOCABUS FRANCISCUS VAN DER KAA; Processo: 47039004097201893 Empresa: FAIVELEY TRANSPORT DO BRASIL LTDA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: Regis Jose Gregorio Bravo Bacco Data Nascimento: 14/06/1987 Passaporte: 066976240 País: VENEZUELA Mãe: MARFFA BACCO REYES Pai: JOSE GREGORIO BRAVO FERNANDES; Processo: 47039004113201848 Empresa: PORSCHE CONSULTING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: TOME JORGE QUADROS FLORES GONÇALVES Data Nascimento: 16/05/1992 Passaporte: N586967 País: PORTUGAL Mãe: Maria Luisa Lusano de Quadros Flores Pai: Jorge Paulo Figueiredo Esteves Gonçalves; Processo: 47039004115201837 Empresa: SBW DO BRASIL AGRIFLORICULTURA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Natércia da Silva Pereira Data Nascimento: 07/02/1974 Passaporte: P315985 País: PORTUGAL Mãe: Joaquina Moreira da Silva Pai: Joaquim de Jesus Pereira; Processo: 47039004116201881 Empresa: SBW DO BRASIL AGRIFLORICULTURA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: René Farenhout Data Nascimento: 17/11/1962 Passaporte: BYC9CP393 País: HOLANDA Mãe: Johanna Jacoba de Voogd Pai: Arie Marinus Farenhout; Processo: 47039004132201874 Empresa: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RICARDO JORGE CAMPOS PEREIRA Data Nascimento: 15/06/1989 Passaporte: N400514 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ALMERINDA DE ARAUJO CAMPOS SANTOS Pai: MARIO JORGE PEREIRA DOS SANTOS; Processo: 47039004153201890 Empresa: EWALLY TECNOLOGIA E SERVICOS S.A. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMAN JAIN Data Nascimento: 20/01/1990 Passaporte: J6669105 País: ÍNDIA Mãe: RANJANA JAIN Pai: PRADEEP LAIN; Processo: 47039004174201813 Empresa: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ADAM BRENT SOLOMON Data Nascimento: 19/03/1985 Passaporte: 526218245 País: EUA Mãe: SUSAN ENID PEARCE Pai: MARK STEVEN SOLOMON; Processo: 47039004206201872 Empresa: SOCIEDADE JAPONESA DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARI DOKYU Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: TK3692724 País: JAPÃO Mãe: SUMIE DOKYU Pai: KAZUYOSHI DOKYU; Processo: 47039004212201820 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LUIS CARLOS GUAJARDO GONZALEZ Data Nascimento: 15/09/1984 Passaporte: G16192673 País: MÉXICO Mãe: MORENA DEL ROBLE GONZALEZ CANTU Pai: LUIS CARLOS GUAJARDO TREVIÑO; Processo: 47039004214201819 Empresa: CNODC BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: KANGXU REN Data Nascimento: 02/04/1972 Passaporte: PE1423537 País: CHINA Mãe: JINXIAN WANG Pai: ANPING REN; Processo: 47039004223201818 Empresa: NARDI DO BRASIL FABRICACAO E COMERCIO DE METAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREA ORLANDI Data Nascimento: 16/04/1957 Passaporte: YA9498488 País: ITÁLIA Mãe: CELESTINA SEVERI Pai: ORLANDO ORLANDI; Processo: 47039004245201870 Empresa: YKK DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HAYATO TADOKORO Data Nascimento: 16/06/1991 Passaporte: TR6614996 País: JAPÃO Mãe: MIYUKI TADOKORO Pai: ATSUSHI TADOKORO.

Residência Prévia - RN 21 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039005268201800 Empresa: CEILANDIA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: RORY DONAL O`MEARA Data Nascimento: 09/06/1999 Passaporte: 560807337 País: EUA Mãe: Julie Ann O'Meara Pai: Chad Donal O'Meara.

Residência Prévia - RN 24 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039003577201837 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VITALIO ALFONSO REGUERA Data Nascimento: 22/08/1972 Passaporte: J574312 País: CUBA; Processo: 47039002948201863 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: DAVIDE MANUEL SANTOS AZEVEDO Data Nascimento: 24/05/1985 Passaporte: C466030 País: PORTUGAL; Processo: 47039002967201890 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: BENJAMIN TIMOTHY PHALAN Data Nascimento: 25/02/1978 Passaporte: PW8632400 País: IRLANDA; Processo: 47039002971201858 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 2 Mês(es) Imigrante: GUIDA MARQUES Data Nascimento: 02/05/1973 Passaporte: LLAA61748 País: FRANÇA; Processo: 47039003183201889 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: FERNANDA MARIA MELO ALVES Data Nascimento: 24/07/1948 Passaporte: M858515 País: PORTUGAL; Processo: 47039003263201834 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: DANIELE BENZI Data Nascimento: 15/09/1976 Passaporte: YA4853457 País: ITÁLIA; Processo: 47039003270201836 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: ELIAS ALFAMA VAZ MONIZ Data Nascimento: 06/05/1968 Passaporte: J469888 País: CABO VERDE; Processo: 47039003289201882 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: GEORG WILHELM KLEIN Data Nascimento: 13/02/1978 Passaporte: X3228278 País: SUIÇA; Processo: 47039003340201856 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: ALAIN LUCIEN LOUIS COULON Data Nascimento: 12/10/1947 Passaporte: 17AZ15002 País: FRANÇA; Processo: 47039003428201878 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: MARINA CHRISTINE ROUGEON Data Nascimento: 24/01/1984 Passaporte: 14AA21820 País: FRANÇA; Processo: 47039003624201842 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: JUDIT KRISZTA SZABO Data Nascimento: 15/04/1975 Passaporte: BC1441508 País: HUNGRIA; Processo: 47039005139201811 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: 6 Mês(es)

Imigrante: ALBERT DAVID LEHMANN Data Nascimento: 29/10/1944 Passaporte: 528928230 País: INGLATERRA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039002902201844 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YASUO MATSUNAGA Data Nascimento: 21/12/1974 Passaporte: TK0783416 País: JAPÃO; Processo: 47039002907201877 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOBUAKI TAKEZAWA Data Nascimento: 11/12/1982 Passaporte: TR8545054 País: JAPÃO; Processo: 47039002910201891 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: YUUSUKE SARUWATARI Data Nascimento: 22/12/1986 Passaporte: TR9527845 País: JAPÃO; Processo: 47039003286201849 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HEINZ PETER WIEDENHOFER Data Nascimento: 17/10/1970 Passaporte: U1147608 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003298201873 Empresa: FLSMIDTH LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHANN LEITNER Data Nascimento: 02/02/1958 Passaporte: 1515815 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039003817201801 Empresa: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAURIZIO PASQUALE Data Nascimento: 31/07/1985 Passaporte: YA6562499 País: ITÁLIA; Processo: 47039003818201848 Empresa: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: RUGGERO MOLTENI Data Nascimento: 06/05/1978 Passaporte: YA6137159 País: ITÁLIA; Processo: 47039003877201816 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLIVIER LUCIEN SEBAN Data Nascimento: 30/08/1965 Passaporte: 15AL17968 País: FRANÇA; Processo: 47039003882201829 Empresa: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: XU,ZHINAN Data Nascimento: 03/10/1989 Passaporte: E68992977 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039002371201890 Empresa: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FAN BENDONG Data Nascimento: 15/11/1964 Passaporte: EB8478369 País: CHINA; Processo: 47039002374201823 Empresa: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MA YUEMIN Data Nascimento: 25/08/1965 Passaporte: G60485039 País: CHINA; Processo: 47039002375201878 Empresa: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NI ZHONG Data Nascimento: 15/07/1970 Passaporte: G35893374 País: CHINA; Processo: 47039002377201867 Empresa: B.O PAPER BRASIL INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YAO HONGBING Data Nascimento: 01/10/1966 Passaporte: E53886267 País: CHINA; Processo: 47039003911201852 Empresa: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CANDACE BROOK ARMSTRONG Data Nascimento: 23/10/1994 Passaporte: 559819910 País: EUA; Processo: 47039003976201806 Empresa: WIPRO DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SADASIVAM SOLIYAPPAN Data Nascimento: 25/07/1976 Passaporte: M0310651 País: ÍNDIA; Processo: 47039004615201879 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marinus Euwit Breeman Data Nascimento: 28/04/1979 Passaporte: NMJ25BLJ0 País: HOLANDA; Processo: 47039004692201829 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Sooik Jin Data Nascimento: 07/07/1982 Passaporte: M79395675 País: CORÉIA; Processo: 47039004697201851 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Bong Gyun IM Data Nascimento: 08/04/1967 Passaporte: M52931919 País: CORÉIA; Processo: 47039004700201837 Empresa: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Jaesang Ahn Data Nascimento: 23/12/1969 Passaporte: M10445817 País: CORÉIA; Processo: 47039004755201847 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSÉ ANTÓNIO FRAZÃO FERREIRA Data Nascimento: 02/05/1987 Passaporte: N038581 País: PORTUGAL; Processo: 47039004754201801 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: IVAN MANIC Data Nascimento: 01/03/1983 Passaporte: 094678844 País: CROÁCIA; Processo: 47039004756201891 Empresa: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSIP GRDINIC Data Nascimento: 21/10/1977 Passaporte: 216460951 País: CROÁCIA; Processo: 47039004757201836 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PETER KOGLER Data Nascimento: 24/03/1955 Passaporte: U 2715577 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039004773201829 Empresa: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BORIS HERBERT ERNST MARCK Data Nascimento: 15/10/1960 Passaporte: C1NYPT2VF País: ALEMANHA Imigrante: MIRKO TROMMLER Data Nascimento: 08/01/1972 Passaporte: CCNJ8VRY0 País: ALEMANHA Imigrante: TIMO JUHANI SETAELAE Data Nascimento: 29/03/1969 Passaporte: FP1884275 País: FINLÂNDIA Imigrante: YURII VASYLIEV Data Nascimento: 17/03/1984 Passaporte: FE441116 País: UCRÂNIA; Processo: 47039004775201818 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: CHRISTIAAN GUSTAAF HEYMAN Data Nascimento: 31/01/1964 Passaporte: EP171590 País: BÉLGICA; Processo: 47039004777201815 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: FRANK PELGRIMS Data Nascimento: 30/09/1975 Passaporte: EN197197 País: BÉLGICA; Processo: 47039004782201810 Empresa: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: RUDI JOZEF A GYSELS Data Nascimento: 02/07/1965 Passaporte: EP160284 País: BÉLGICA; Processo: 47039004808201820 Empresa: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKAAKI HARAGUCHI Data Nascimento: 07/04/1968 Passaporte: TR8725120 País: JAPÃO; Processo: 47039004903201823 Empresa: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ASIER DE ALDAZABAL LARRABEITI Data Nascimento: 09/08/0175 Passaporte: AA1210036 País: ESPANHA Imigrante: GUILLERMO IMAZ DUCASSE Data Nascimento: 31/05/1989 Passaporte: PAE635470 País: ESPANHA Imigrante: JON BARCENA ANDRES Data Nascimento: 05/04/1986 Passaporte: PAD218296 País: ESPANHA Imigrante: KEPA AMEZAGA ZABALA Data Nascimento: 26/05/1985 Passaporte: PAA672613 País: ESPANHA Imigrante: MIGUEL ANGEL GARCIA CARBAJO Data Nascimento: 04/06/1976 Passaporte: PAF751130 País: ESPANHA Imigrante: OSCAR LOPEZ INIGUEZ Data Nascimento: 11/07/1978 Passaporte: AAH518398 País: ESPANHA Imigrante: RAUL MUNOZ TABARES Data Nascimento: 04/10/1972 Passaporte: PAC866751 País: ESPANHA Imigrante: SERGIO AREVALILLO SALCEDO Data Nascimento: 27/11/1973 Passaporte: AAJ698929 País: ESPANHA; Processo: 47039004927201882 Empresa: GUSA NORDESTE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER MICHAEL CECCARINI Data Nascimento: 01/05/1985 Passaporte: 561425903 País: EUA; Processo: 47039004928201827 Empresa: GUSA NORDESTE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGSHENG CHEN Data Nascimento: 13/01/1986 Passaporte: G42007177 País: CHINA; Processo: 47039004930201804 Empresa: GUSA NORDESTE S/A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WERNER REINHOLD RUDOLF BALLHEIMER Data Nascimento: 17/08/1959 Passaporte: CG622TVNG País: ALEMANHA; Processo: 47039004932201895 Empresa: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: Sven Hansen Data Nascimento: 11/11/1966 Passaporte: C1NT47YMN País: ALEMANHA; Processo: 47039004935201829 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Julio Cesar Lezama Larraga Data Nascimento: 26/10/1973 Passaporte: G25953834 País: MÉXICO; Processo: 47039004937201818 Empresa: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Omar Hernandez Nolasco Data Nascimento: 13/08/1982 Passaporte: G18387718 País: MÉXICO; Processo: 47039004940201831 Empresa: TESA BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL DIETER ZIBULL Data Nascimento: 16/02/1967 Passaporte: C1JW2WP0J País: ALEMANHA; Processo: 47039004951201811 Empresa: LIEBHERR BRASIL GUINDASTES E MAQUINAS OPERATRIZES LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL BARTH Data Nascimento: 10/09/1982 Passaporte: C9V0KJXW3 País: ALEMANHA Imigrante: RUDOLF PETER TRASCHL Data Nascimento: 16/10/1959 Passaporte: C9VX2VFYH País: ALEMANHA Imigrante: SIMON FUEHRLE Data Nascimento: 26/12/1994 Passaporte: C9R5RHT2T País: ALEMANHA Imigrante: STEFAN ROBERTO HUCHLER - FUCHS Data Nascimento: 29/06/1982 Passaporte: C9R5T9NHV País: ALEMANHA Imigrante: TOBIAS SCHMIDT Data Nascimento: 24/02/1981 Passaporte: C9PWT3C6J País: ALEMANHA; Processo: 47039004954201855 Empresa: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TORMOD ENGEN Data Nascimento: 07/11/1965 Passaporte: 31753467 País: NORUEGA; Processo: 47039004955201808 Empresa: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SCOTT ALAN CARPENTER Data Nascimento: 01/07/1962 Passaporte: 484148576 País: EUA; Processo: 47039004960201811 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DANIEL HANTMANN Data Nascimento: 08/04/1989 Passaporte: CGXJVZW9X País: ALEMANHA; Processo: 47039004967201824 Empresa: DEEPWATER DO BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Kristoffer Undheim Data Nascimento: 08/04/1992 Passaporte: 32716766 País: NORUEGA; Processo: 47039004972201837 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDRÉ MAYER Data Nascimento: 02/01/1982 Passaporte: CGX8795HL País: ALEMANHA; Processo: 47039004973201881 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA PAROLA Data Nascimento: 08/02/1987 Passaporte: YA8625986 País: ITÁLIA; Processo: 47039004976201815 Empresa: BROSE DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DIRK BEHRENS Data Nascimento: 26/11/1984 Passaporte: CGXFWLNWR País: ALEMANHA; Processo: 47039004975201871 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALESSIO BINDELLINI Data Nascimento: 23/10/1992 Passaporte: YB2228825 País: ITÁLIA; Processo: 47039004977201860 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GABRIELE BUTA Data Nascimento: 13/10/1991 Passaporte: YB2042566 País: ITÁLIA; Processo: 47039004986201851 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 120 Dia(s) Imigrante: JENS DIETERICH Data Nascimento: 29/06/1974 Passaporte: C61N2HNHP País: ALEMANHA; Processo: 47039004990201819 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 57 Dia(s) Imigrante: ALEXANDER RÖMER Data Nascimento: 31/05/1982 Passaporte: C75M37Y5N País: ALEMANHA; Processo: 47039004989201894 Empresa: PARAMETRIC TECHNOLOGY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GURURAJA MADHUCAR KANJAN Data Nascimento: 23/06/1977 Passaporte: R2929479 País: ÍNDIA; Processo: 47039004992201816 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 57 Dia(s) Imigrante: DUSTIN MODEREY Data Nascimento: 11/05/1983 Passaporte: C1NXRRR5P País: ALEMANHA; Processo: 47039004993201852 Empresa: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 57 Dia(s) Imigrante: SVEN KORSTEN Data Nascimento: 20/11/1989 Passaporte: C7FL8245G País: ALEMANHA; Processo: 47039004994201805 Empresa: DORMER TOOLS SA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALEXEJ KRIEGER Data Nascimento: 19/02/1976 Passaporte: C9LX0YVCL País: ALEMANHA Imigrante: ZACHARIAS KARADIMAS Data Nascimento: 16/09/1987 Passaporte: AM1056195 País: GRÉCIA; Processo: 47039005020201831 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BORAN HUANG Data Nascimento: 14/09/1994 Passaporte: EB4484736 País: CHINA; Processo: 47039005021201885 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JIANFENG JIANG Data Nascimento: 01/02/1993 Passaporte: E66266306 País: CHINA; Processo: 47039005022201820 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LEI ZHAO Data Nascimento: 03/11/1989 Passaporte: E08531968 País: CHINA; Processo: 47039005024201819 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PENGWEI ZHANG Data Nascimento: 05/10/1993 Passaporte: EB2883905 País: CHINA; Processo: 47039005025201863 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: QING FANG Data Nascimento: 30/03/1984 Passaporte: E23731920 País: CHINA; Processo: 47039005026201816 Empresa: NARI BRASIL HOLDING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RUI ZHANG Data Nascimento: 05/02/1990 Passaporte: E12624590 País: CHINA; Processo: 47039005070201818 Empresa: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORGE ARTURO ACUNA CESPEDES Data Nascimento: 23/03/1963 Passaporte: 506319934 País: EUA; Processo: 47039005069201893 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WILLIAM BENJAMIN HENSON Data Nascimento: 12/03/1985 Passaporte: 452811790 País: EUA; Processo: 47039005068201849 Empresa: CET BRAZIL TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HAO CHENG Data Nascimento: 07/07/1991 Passaporte: EB3604179 País: CHINA; Processo: 47039005066201850 Empresa: CET BRAZIL TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HONGTAO YIN Data Nascimento: 27/04/1988 Passaporte: E28557336 País: CHINA; Processo: 47039005065201813 Empresa: CET BRAZIL TRANSMISSAO DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YIPING WANG Data Nascimento: 27/03/1991 Passaporte: E40874502 País: CHINA; Processo: 47039005032201865 Empresa: MANROLAND DO BRASIL SERVICOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Tobias Geller Data Nascimento: 27/04/1970 Passaporte: C5RF0V271 País: ALEMANHA; Processo: 47039005037201898 Empresa: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARNOLD JOSEF BITTERBERG Data Nascimento: 07/06/1950 Passaporte: C1T7070V5 País: ALEMANHA; Processo: 47039005063201816 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE LUIS CAPILLA MALDONADO Data Nascimento: 25/12/1986 Passaporte: XDC338208 País: ESPANHA; Processo: 47039005062201871 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOHN KORLE-MORGAN Data Nascimento: 21/10/1976 Passaporte: G1746976 País: GANA; Processo: 47039005052201836 Empresa: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Mirco Jürgen Blanck Data Nascimento: 27/06/1976 Passaporte: CHR53ZKLJ País: ALEMANHA; Processo: 47039005053201881 Empresa: BW PAPERSYSTEMS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Per Kollwitz Data Nascimento: 01/10/1975 Passaporte: C1W062TJ9 País: ALEMANHA; Processo: 47039005082201842 Empresa: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YUNSEUNG JUN Data Nascimento: 27/02/1988 Passaporte: M66964234 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039005086201821 Empresa: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: SEBASTIAN GUTIERREZ DAVILA Data Nascimento: 27/08/1967 Passaporte: F11324152 País: CHILE; Processo: 47039005089201864 Empresa: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ROBERTO VITALI Data Nascimento: 29/04/1985 Passaporte: YA2994074 País: ITÁLIA; Processo: 47039005093201822 Empresa: GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS GEORGE COUSIN Data Nascimento: 12/02/1994 Passaporte: 517696934 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039005102201885 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PEDRO MIGUEL SOARES GUERRA Data Nascimento: 01/03/1978 Passaporte: N045523 País: PORTUGAL; Processo: 47039005104201874 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GAVIN DOUGLAS FORWARD Data Nascimento: 31/07/1987 Passaporte: 552382362 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039005105201819 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MANUEL DE CASTRO SOUSA DA SILVA Data Nascimento: 10/07/1956 Passaporte: P528154 País: PORTUGAL; Processo: 47039005107201816 Empresa: RENAULT DO BRASIL S.A Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THARMALINGAM SRITHARAN Data Nascimento: 28/01/1971 Passaporte: 14AT08755 País: FRANÇA; Processo: 47039005108201852 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANNE PIETER PRINS Data Nascimento: 24/08/1990 Passaporte: NNHHD2654 País:

HOLANDA; Processo: 47039005110201821 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEVIN SNIJDER Data Nascimento: 24/02/1991 Passaporte: NSLC1K524 País: HOLANDA; Processo: 47039005111201876 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA RARES ARCALEAN ARCALEAN Data Nascimento: 02/04/1981 Passaporte: AAJ231493 País: ESPANHA; Processo: 47039005112201811 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARCO KOENDERS Data Nascimento: 16/11/1970 Passaporte: NNF7FLDD0 País: HOLANDA; Processo: 47039005114201818 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NERMIN HUSKIC Data Nascimento: 06/09/1978 Passaporte: B0333878 País: BÓSNIA HERZEGOVINA; Processo: 47039005115201854 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: NUNO MIGUEL ALMEIDA TORRES Data Nascimento: 15/02/1975 Passaporte: N084957 País: PORTUGAL; Processo: 47039005116201807 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIBERIU-LICINIU MEDESAN Data Nascimento: 15/10/1973 Passaporte: 087734651 País: ROMÊNIA; Processo: 47039005117201843 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIM PASTOOR Data Nascimento: 03/12/1985 Passaporte: NM8RKKC53 País: HOLANDA; Processo: 47039005120201867 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TAKAHITO OSAWA Data Nascimento: 22/02/1986 Passaporte: TK 3.819.106 País: JAPÃO; Processo: 47039005122201856 Empresa: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EIJI MATSUBARA Data Nascimento: 23/11/1982 Passaporte: TR 6.189.594 País: JAPÃO; Processo: 47039005129201878 Empresa: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LARS GUNNAR ALMKVIST Data Nascimento: 26/05/1971 Passaporte: 94018135 País: SUÉCIA; Processo: 47039005152201862 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CONNOR JOSEPH DIETRICH Data Nascimento: 06/09/1994 Passaporte: 547594188 País: EUA; Processo: 47039005154201851 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GINA TRIVELLINI Data Nascimento: 10/09/1993 Passaporte: 532653163 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 47039003437201869 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA BRICCOLANI Data Nascimento: 06/05/1985 Passaporte: AA3664659 País: ITÁLIA; Processo: 47039003438201811 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ANDREA GIACCARI Data Nascimento: 14/05/1986 Passaporte: YA0973733 País: ITÁLIA; Processo: 47039003440201882 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRUNO ZAFFAGNINI Data Nascimento: 20/10/1961 Passaporte: YA0974648 País: ITÁLIA; Processo: 47039003444201861 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CLAUDIO GIACOMETTI Data Nascimento: 01/02/1958 Passaporte: YA4883319 País: ITÁLIA; Processo: 47039003448201849 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DAVIDE LEONI Data Nascimento: 28/01/1974 Passaporte: YA0975195 País: ITÁLIA; Processo: 47039003452201815 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DENNY ALFREDO MAZZOTTI Data Nascimento: 06/11/1991 Passaporte: YA6620501 País: ITÁLIA; Processo: 47039003456201895 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LUCA CORTESI Data Nascimento: 18/02/1982 Passaporte: YA8883754 País: ITÁLIA; Processo: 47039003457201830 Empresa: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RAFFAELE MAZZOTTI Data Nascimento: 08/05/1975 Passaporte: YA5472355 País: ITÁLIA; Processo: 47039005254201888 Empresa: AES UNION DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KEVIN JOHN MURDOCH Data Nascimento: 04/12/1986 Passaporte: 652773379 País: INGLATERRA; Processo: 47039005303201882 Empresa: FIVES DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PIERRE LUC BERUBE Data Nascimento: 31/08/1982 Passaporte: AE533873 País: CANADÁ; Processo: 47039005350201826 Empresa: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ZUO YUNSHENG Data Nascimento: 10/06/1975 Passaporte: EC3591882 País: CHINA; Processo: 47039005351201871 Empresa: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: WANG JINMING Data Nascimento: 28/03/1993 Passaporte: E92945748 País: CHINA; Processo: 47039005352201815 Empresa: ELGIN INDUSTRIAL DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: LIANG HUIFENG Data Nascimento: 20/04/1997 Passaporte: E47431394 País: CHINA; Processo: 47039005367201883 Empresa: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CARLOS JOSE LOPEZ MARTINEZ Data Nascimento: 17/06/1974 Passaporte: PAD574984 País: ITÁLIA; Processo: 47039005385201865 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MARIANO MARSOTTO Data Nascimento: 02/12/1963 Passaporte: YA9957194 País: ITÁLIA; Processo: 47039005393201810 Empresa: GEBO CERMEX DO BRASIL ENGENHARIA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JOSE FERNANDO MEJIA GARCIA Data Nascimento: 16/08/1989 Passaporte: XDC903940 País: ESPANHA; Processo: 47039005421201891 Empresa: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: KENGO SUZUKI Data Nascimento: 10/01/1993 Passaporte: TR2894854 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039003699201823 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: ANDREA BATTAGLIA Data Nascimento: 02/09/1968 Passaporte: YA5642203 País: ITÁLIA; Processo: 47039003730201826 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LEI ZHONG Data Nascimento: 19/11/1981 Passaporte: EB5775337 País: CHINA; Processo: 47039003828201883 Empresa: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: INDIRA ANGELA LOPES CARVALHEIRO Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: N2038875 País: ANGOLA; Processo: 47039003769201843 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Raul Efrain Ramirez Galvez Data Nascimento: 27/11/1953 Passaporte: P09850607 País: CHILE; Processo: 47039003811201826 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Matthew Ronald Stewart Data Nascimento: 25/04/1977 Passaporte: PA6111865 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039003813201815 Empresa: OUTOTEC TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kari Gustav-Henrik Heiskanen Data Nascimento: 07/11/1946 Passaporte: FP1402820 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039003860201869 Empresa: STEP OIL & GAS SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO MANUEL FERNANDES DE SOUSA BESSA Data Nascimento: 19/07/1973 Passaporte: N661485 País: PORTUGAL; Processo: 47039003887201851 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BINGXIANG FANG Data Nascimento: 03/12/1989 Passaporte: E06073767 País: CHINA; Processo: 47039003888201804 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JING XU Data Nascimento: 02/11/1980 Passaporte: E86884092 País: CHINA; Processo: 47039003897201897 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DIANJIE WEN Data Nascimento: 20/08/1983 Passaporte: G62116707 País: CHINA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041000944201800 Empresa: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Imigrante: JAMES STEWART MC DONALD Data Nascimento: 01/06/1990 Passaporte: 447046961 País: EUA; Processo: 47041001168201857 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 28/04/2019 Imigrante: NICOLAJ HAGEDORN FREDERIKSEN Data Nascimento: 04/04/1980 Passaporte: 210126192 País: DINAMARCA; Processo: 47041001212201829 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 01/07/2018 Imigrante: Chiril-Amen Baurda Data Nascimento: 23/10/1968 Passaporte: 054429419 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001401201800 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Jamie Michael Longstaff Data Nascimento: 10/07/1969 Passaporte: 533976781 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001445201821 Empresa: EGS BRASIL - SOLUCOES EM GEOCIENCIAS MARINHAS LTDA Prazo: até 20/02/2019 Imigrante: Hector Albino Buenaflor Data Nascimento: 24/08/1970 Passaporte: EC8181101 País: FILIPINAS;

Processo: 47041001472201802 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Imigrante: Basil Thalayattuthottathil Skaria Data Nascimento: 19/09/1985 Passaporte: S0866575 País: ÍNDIA Imigrante: Mukesh Laxman Fulbaria Data Nascimento: 11/04/1974 Passaporte: H3705379 País: ÍNDIA Imigrante: Suraj Kandar Data Nascimento: 24/10/1995 Passaporte: L8608069 País: ÍNDIA Imigrante: Warren Wayne Joaquim Fernandes Data Nascimento: 26/03/1997 Passaporte: L9330603 País: ÍNDIA; Processo: 47041001499201897 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MICHAEL BRIAN ANDERS Data Nascimento: 27/07/1978 Passaporte: 504903652 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001501201828 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SAMUEL ROBERT HOGARTH Data Nascimento: 29/05/1992 Passaporte: 502377477 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001502201872 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 01/01/2019 Imigrante: JOSHUA ROY SHAHEEN Data Nascimento: 16/12/1980 Passaporte: 549331504 País: EUA Imigrante: ROBBY MICHAEL ANCELET Data Nascimento: 26/10/1969 Passaporte: 488875297 País: EUA; Processo: 47041001503201817 Empresa: UP OFFSHORE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VINESH PARSHURAM PATIL Data Nascimento: 01/06/1967 Passaporte: Z3165412 País: ÍNDIA; Processo: 47041001504201861 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/01/2019 Imigrante: DANIEL DIPERSIA Data Nascimento: 09/07/1988 Passaporte: YA3949257 País: ITÁLIA; Processo: 47041001505201814 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SANDEEP KUMAR Data Nascimento: 19/09/1968 Passaporte: Z2977126 País: ÍNDIA; Processo: 47041001506201851 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: LIONEL TRUNTZER Data Nascimento: 27/08/1969 Passaporte: 15FV06167 País: FRANÇA; Processo: 47041001508201840 Empresa: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: até 01/01/2020 Imigrante: HANS MAGNUS JOHANSSON Data Nascimento: 06/02/1962 Passaporte: 87185970 País: NORUEGA; Processo: 47041001513201852 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Allan Damian Mendoza Data Nascimento: 23/04/1969 Passaporte: P4929276A País: FILIPINAS; Processo: 47041001521201807 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Grzegorz Wojciech Borecki Data Nascimento: 15/03/1975 Passaporte: EL3185697 País: POLÔNIA; Processo: 47041001523201898 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Imigrante: Ajith Pillai Kunnatheth Nannanan Pillai Data Nascimento: 11/09/1981 Passaporte: Z4053530 País: ÍNDIA Imigrante: George Madavilayil Varghese Data Nascimento: 01/05/1979 Passaporte: Z4465689 País: ÍNDIA; Processo: 47041001527201876 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Markos Georgoulis Data Nascimento: 18/08/1967 Passaporte: AM1289205 País: GRÉCIA; Processo: 47041001528201811 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Imigrante: Margarito Jr. Peñaflor Magdato Data Nascimento: 17/10/1982 Passaporte: P5541634A País: FILIPINAS; Processo: 47041001529201865 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Imigrante: Ronald Handugan Toledo Data Nascimento: 01/11/1983 Passaporte: EC2977845 País: FILIPINAS; Processo: 47041001530201890 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Artur Tomczyszyn Data Nascimento: 02/01/1977 Passaporte: EH9189231 País: POLÔNIA Imigrante: Lukasz Malinowski Data Nascimento: 17/08/1992 Passaporte: EG7394300 País: POLÔNIA; Processo: 47041001535201812 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 26/08/2018 Imigrante: JACK DAVISON Data Nascimento: 23/11/1983 Passaporte: 534595050 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001537201810 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 26/08/2018 Imigrante: KEN WILLIAMS JR. Data Nascimento: 04/01/1975 Passaporte: 546202760 País: EUA; Processo: 47041001538201856 Empresa: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 26/08/2018 Imigrante: WILLIAM RICHARD OLIVER Data Nascimento: 07/05/1979 Passaporte: 565742124 País: EUA; Processo: 47041001539201809 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Ernie Culomnas Patcho Data Nascimento: 23/08/1970 Passaporte: P0848796A País: FILIPINAS; Processo: 47041001541201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Zurab Malakmadze Data Nascimento: 11/02/1989 Passaporte: 16AA53886 País: GEÓRGIA; Processo: 47041001542201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Robert Oronan Zoilo Data Nascimento: 13/04/1977 Passaporte: EC2729721 País: FILIPINAS; Processo: 47041001543201869 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alberto Enrique Bastidas Calcano Data Nascimento: 06/05/1977 Passaporte: 070408502 País: VENEZUELA; Processo: 47041001544201811 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Imigrante: Nelson Vallully Johnson Data Nascimento: 14/11/1985 Passaporte: Z2783428 País: ÍNDIA; Processo: 47041001546201801 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arve Estilo Alunan Data Nascimento: 17/10/1981 Passaporte: EC4973186 País: FILIPINAS; Processo: 47041001547201847 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Imigrante: Gerald Anthony King Data Nascimento: 17/08/1961 Passaporte: 531268826 País: EUA; Processo: 47041001548201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Michal Keller Data Nascimento: 16/03/1987 Passaporte: EB8831382 País: POLÔNIA Imigrante: Wojciech Maria Kedzierski Data Nascimento: 21/10/1975 Passaporte: EJ5383680 País: POLÔNIA; Processo: 47041001550201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Vasileios Pitsounis Data Nascimento: 05/05/1962 Passaporte: AM0700542 País: GRÉCIA; Processo: 47041001549201836 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Iakovos Spertos Data Nascimento: 02/06/1973 Passaporte: AN0667304 País: GRÉCIA; Processo: 47041001551201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Volodymyr Syrchyn Data Nascimento: 08/10/1985 Passaporte: FH957161 País: UCRÂNIA; Processo: 47041001552201850 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Imigrante: Velissarios Argyris Data Nascimento: 26/05/1975 Passaporte: AP0699423 País: GRÉCIA; Processo: 47041001555201893 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 05/05/2019 Imigrante: Mihai-Ionut Nastase Data Nascimento: 16/09/1980 Passaporte: 055463027 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001557201882 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: E.R. Pizarro Lopez Data Nascimento: 09/05/1988 Passaporte: P0892401A País: FILIPINAS Imigrante: Joel Naquila Libardo Data Nascimento: 10/07/1976 Passaporte: P1606276A País: FILIPINAS Imigrante: Rodney Taburanza Yra Data Nascimento: 16/10/1985 Passaporte: P5237568A País: FILIPINAS Imigrante: Rommel Estrada Geran Data Nascimento: 05/09/1987 Passaporte: P1668064A País: FILIPINAS; Processo: 47041001558201827 Empresa: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Imigrante: Jeffrey Buenviaje Balilla Data Nascimento: 20/05/1984 Passaporte: EC7500224 País: FILIPINAS; Processo: 47041001568201862 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/02/2019 Imigrante: Arun Kumar Maithadam Data Nascimento: 24/11/1991 Passaporte: H6175359 País: ÍNDIA Imigrante: Dmytro Moroz Data Nascimento: 28/03/1997 Passaporte: FA110708 País: UCRÂNIA Imigrante: Jitender Singh Data Nascimento: 15/12/1989 Passaporte: K9129308 País: ÍNDIA Imigrante: John Brendon Cajefe Taboy Data Nascimento: 27/10/1991 Passaporte: P3653459A País: FILIPINAS Imigrante: Manwar Singh Rawat Data Nascimento: 20/05/1984 Passaporte: P7970731 País: ÍNDIA Imigrante: Mehmet Gur Data Nascimento: 20/03/1960 Passaporte: U06007333 País:

TURQUIA Imigrante: Pritcho Bularin Regidor Data Nascimento: 19/05/1978 Passaporte: P3955678A País: FILIPINAS Imigrante: Reynaldo Comendador Arnejo Data Nascimento: 04/07/1976 Passaporte: EC1316013 País: FILIPINAS Imigrante: Sudalaimani Ramaiah Data Nascimento: 31/07/1976 Passaporte: Z2025607 País: ÍNDIA Imigrante: Vernie Gavino Magbanua Data Nascimento: 24/07/1987 Passaporte: P2859049A País: FILIPINAS; Processo: 47041001567201818 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Eduardo Leti Garcia Data Nascimento: 13/06/1981 Passaporte: P3249674A País: FILIPINAS Imigrante: Eyjey Liwanag Jacobe Data Nascimento: 30/06/1983 Passaporte: P2354449A País: FILIPINAS Imigrante: Fabio Iabichino Data Nascimento: 24/07/1982 Passaporte: YA2476460 País: ITÁLIA Imigrante: Henery Signaben Olosan Data Nascimento: 10/06/1979 Passaporte: P0501871A País: FILIPINAS Imigrante: Mirko Ferrentino Data Nascimento: 17/11/1984 Passaporte: YA3544550 País: ITÁLIA; Processo: 47041001581201811 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: CHRISTOPHER PEPITO MACACHOR Data Nascimento: 24/08/1975 Passaporte: P2165224A País: FILIPINAS; Processo: 47041001606201887 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT WILLEM BAREND DE BRUIJN Data Nascimento: 21/06/1951 Passaporte: NRB2F9B24 País: HOLANDA; Processo: 47041001607201821 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBIN VAN DER ZIJDE Data Nascimento: 13/05/1989 Passaporte: NP20HD5R8 País: HOLANDA; Processo: 47041001608201876 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ERIK TEUNIS DE LATER Data Nascimento: 25/06/1982 Passaporte: BCCLK0044 País: HOLANDA; Processo: 47041001609201811 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: OLEKSANDR SHEVCHENKO Data Nascimento: 28/02/1983 Passaporte: FJ372630 País: UCRÂNIA; Processo: 47041001610201845 Empresa: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/01/2019 Imigrante: ROBERTO PARODI Data Nascimento: 25/11/1964 Passaporte: YA1950936 País: ITÁLIA; Processo: 47041001617201867 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2019 Imigrante: Greg Mahandog Despi Data Nascimento: 17/12/1967 Passaporte: EC2815304 País: FILIPINAS; Processo: 47041001621201825 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/11/2018 Imigrante: Brayan Maranga Pulvera Data Nascimento: 30/11/1981 Passaporte: EC7839411 País: FILIPINAS Imigrante: Efraim Aragon Bolido Data Nascimento: 05/02/1986 Passaporte: EC7251990 País: FILIPINAS Imigrante: Jannel Rabal Nicolas Data Nascimento: 13/01/1988 Passaporte: EC4464990 País: FILIPINAS Imigrante: Jose Masculino Lara Data Nascimento: 08/09/1973 Passaporte: P5922055A País: FILIPINAS Imigrante: Louie Samuel Galvadores Data Nascimento: 06/06/1997 Passaporte: EC7524493 País: FILIPINAS Imigrante: Marlon Osayan Altamira Data Nascimento: 08/01/1994 Passaporte: EC1012445 País: FILIPINAS Imigrante: Michael Gamutan Gallegos Data Nascimento: 23/05/1983 Passaporte: P0019248A País: FILIPINAS Imigrante: Nicole Lanaria Carigaba Data Nascimento: 04/04/1997 Passaporte: EC7692776 País: FILIPINAS Imigrante: Ronaldo Pascual Marte Data Nascimento: 17/02/1977 Passaporte: EC4127808 País: FILIPINAS; Processo: 47041001619201856 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Heralvur Fossdal Nielsen Data Nascimento: 07/08/1963 Passaporte: 205583134 País: DINAMARCA; Processo: 47041001620201881 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Karsten Brian Jensen Data Nascimento: 28/03/1974 Passaporte: 207246654 País: DINAMARCA; Processo: 47041001622201870 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/03/2019 Imigrante: Aristomenis Vrellis Data Nascimento: 17/05/1976 Passaporte: AN1979036 País: GRÉCIA; Processo: 47041001623201814 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 19/07/2018 Imigrante: Dindo Columnas Roda Data Nascimento: 25/01/1970 Passaporte: EC6068299 País: FILIPINAS; Processo: 47041001624201869 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Imigrante: Eduardo Otero Omandam Data Nascimento: 24/10/1976 Passaporte: EC4309218 País: FILIPINAS Imigrante: Georgios Vlastos Data Nascimento: 07/06/1989 Passaporte: AP0669309 País: GRÉCIA Imigrante: Panagiotis Paparizos Ntovas Data Nascimento: 15/09/1992 Passaporte: AK4892257 País: GRÉCIA; Processo: 47041001628201847 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2018 Imigrante: Huberto Benedicto Alsol Data Nascimento: 15/09/1968 Passaporte: EC3864218 País: FILIPINAS; Processo: 47041001629201891 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2019 Imigrante: Norvic Albino De Villa Data Nascimento: 09/07/1976 Passaporte: EC7608659 País: FILIPINAS; Processo: 47041001630201816 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Jerson Refugio Tadifa Data Nascimento: 14/01/1991 Passaporte: P5163715A País: FILIPINAS; Processo: 47041001631201861 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Imigrante: Paul Nahil Santiago Data Nascimento: 09/08/1984 Passaporte: P0362726A País: FILIPINAS; Processo: 47041001632201813 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Imigrante: Laurentiu Paraschiv Data Nascimento: 03/03/1969 Passaporte: 053428520 País: ROMÊNIA; Processo: 47041001636201893 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JOHAN WESTERVELD Data Nascimento: 13/05/1986 Passaporte: NS2CCL561 País: HOLANDA; Processo: 47041001637201838 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Thomas Nielsen Data Nascimento: 18/03/1975 Passaporte: 204870108 País: DINAMARCA; Processo: 47041001638201882 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Anders Haller Baggesen Data Nascimento: 12/05/1965 Passaporte: 205562329 País: DINAMARCA; Processo: 47041001640201851 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arturo Blaza Pamposa Data Nascimento: 05/03/1956 Passaporte: EC3501653 País: FILIPINAS Imigrante: Jibs Joemar Pagasian Quijardo Data Nascimento: 10/08/1984 Passaporte: EC1646917 País: FILIPINAS; Processo: 47041001641201804 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Gerald Gordon Dunbar Data Nascimento: 04/02/1960 Passaporte: GL830674 País: CANADÁ; Processo: 47041001642201841 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Michal Wojciech Zapotoczny Data Nascimento: 25/07/1989 Passaporte: AV5250496 País: POLÔNIA; Processo: 47041001643201895 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2018 Imigrante: Gaetano Cammareri Data Nascimento: 13/07/1968 Passaporte: YA1044631 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039001618201851 Empresa: GKN DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: JOSÉ ANTONIO DE LEÓN VÁZQUEZ Data Nascimento: 20/08/1991 Passaporte: G12426794 País: MÉXICO; Processo: 47039002465201869 Empresa: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: PABLO GUSTAVO GONZALEZ TRIGO Data Nascimento: 29/03/1975 Passaporte: 24251759N País: ARGENTINA; Processo: 47039002564201841 Empresa: BDF NIVEA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CARINA WEBER Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: C1V5GJ185 País: ALEMANHA; Processo: 47039002565201895 Empresa: BDF NIVEA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: XUANLING ZHAO Data Nascimento: 21/01/1993 Passaporte: E13102183 País: CHINA; Processo: 47039002617201823 Empresa: MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A. Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: JUN NAGATANI Data Nascimento: 12/08/1982 Passaporte: TR8795787 País: JAPÃO; Processo: 47039002759201891 Empresa: AGREX DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JUMPEI OGAWA Data Nascimento: 20/02/1991 Passaporte: TR 1.232.071 País: JAPÃO; Processo: 47039002829201819 Empresa: ZS ASSOCIATES DO BRASIL - CONSULTORIA EM MARKETING E VENDAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HRUSHIKESH DATAR Data Nascimento: 01/03/1996 Passaporte: P2259658 País: ÍNDIA; Processo: 47039003861201811 Empresa: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S A Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SIMON ANDREAS SPIRIG Data Nascimento: 22/03/1991 Passaporte: X4880258 País: SUIÇA; Processo: 47039003937201809 Empresa: VALE S.A. Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: EUFRASIA DA ANGELA MUATACO Data Nascimento: 19/06/1985 Passaporte: 15AL55503 País: MOÇAMBIQUE.

Residência Prévia - RN 13 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039003306201881 Empresa: DAKE COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Imigrante: JIACHENG YE Data Nascimento: 02/09/1995 Passaporte: G56831985 País: CHINA; Processo: 47039003381201842 Empresa: CONSTRUCOES VIANA RUAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE MIGUEL ESTEVES VIANA RUAS Data Nascimento: 06/11/1980 Passaporte: N496845 País: PORTUGAL; Processo: 47039004166201869 Empresa: CAROLINA DB PHOTOGRAPHY - SERVICOS DE FOTOGRAFIA E DIRECAO DE ARTE - EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: Maria Carolina del Bue Data Nascimento: 09/11/1979 Passaporte: X4407217 País: SUIÇA; Processo: 47039004261201862 Empresa: A.T.T.A. COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHI ZHENG Data Nascimento: 15/05/1979 Passaporte: E17599114 País: CHINA.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039001561201890 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHINICHI FUJIOKA Data Nascimento: 25/01/1969 Passaporte: TZ1208728 País: JAPÃO Mãe: Kishiko Fujioka Pai: Shinsuke Fujioka; Processo: 47039001708201841 Empresa: SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO NILS KISTLER Data Nascimento: 04/12/1971 Passaporte: X2610453 País: SUIÇA Mãe: ANDREA MARIA KISTLER PASTORELLI Pai: RUDOLF HEINZ KISTLER; Processo: 47039001725201889 Empresa: MC. COM LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALVARO ANTONIO BUSTILLOS PEREIRA Data Nascimento: 24/02/1975 Passaporte: 108140981 País: VENEZUELA Mãe: NORA LOURDES PEREIRA DE BUSTILLOS Pai: JOEL ANTONIO BUSTILLOS CORTEZ.

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039003084201805 Empresa: PETRO RIO O&G EXPLORACAO E PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: até 27/03/2019 Imigrante: GARY MICHAEL LEJEUNE Data Nascimento: 14/07/1978 Passaporte: 450271845 País: EUA.

Residência - RN 20 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039004246201814 Empresa: VINCENT OLIVIER JEAN MARIE NOEL Prazo: até 30/07/2018 Imigrante: VINCENT OLIVIER JEAN MARIE NOEL Data Nascimento: 12/08/1983 Passaporte: 08CP50021 País: FRANÇA.

Residência - RN 14 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041001761201801 Empresa: LINO MANUEL KALUSSENDO AGUIAR Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LINO MANUEL KALUSSENDO AGUIAR Data Nascimento: 24/07/1983 Passaporte: N1615246 País: ANGOLA.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP - GILBERTO SABINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA . Processo: 47039.003531/2018-18 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.005242/2017-72.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP MARATONA-EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA. Processo: 47039.003538/2018-30 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.005242/2017-72.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP MARIA DE JESUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA.. Processo: 47039.003540/2018-17 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.005242/2017-72.

O Coordenador Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP - NILO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Processo: 47039.003541/2018-53 anteriormente autorizado através do Processo : 47039.005242/2017-72.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039000896201891 Empresa: CAPCO BRASIL SERVICOS E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JAN DIETRICH STÜVE Passaporte: C4N11C3TC Imigrante: MICHAEL ENGELBERTH Passaporte: CH1HJ9J0C Imigrante: OLIVER KARSTEN BITZER Passaporte: CAYL6HYP8 Imigrante: PRYDE ASANJI KISOB Passaporte: C5HTM5VG9; Processo: 47039003497201881 Empresa: JOSE AMÉRICO AMORIM COELHO Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ AMÉRICO AMORIM COELHO Passaporte: L934978; Processo: 47039001057201890 Empresa: TRUE WAY CONFECCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MOHAMAD ABBASS Passaporte: RL3690098; Processo: 47039002007201820 Empresa: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FANNY MARIE SOPHIE VÉNEREAU Passaporte: 15CC68609; Processo: 47039003374201841 Empresa: MUZAFFAR HAMEED Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Muzaffar Hameed Passaporte: AS6272792; Processo: 47039002418201815 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: João Francisco Charrua Guerra Passaporte: N008899; Processo: 47039005467201818 Empresa: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ANDREW ROY HEPBURN Passaporte: AE118114; Processo: 47039002916201868 Empresa: ZAYER BRASIL LTDA Prazo: 3 Mês(es) Imigrante: INIGO LECUONA SAEZ DE IBARRA Passaporte: PAE301487T Imigrante: JOSEBA MONTOYA PEREZ Passaporte: AAJ279446S; Processo: 47039003284201850 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KARI OSKARI KAKSONEN Passaporte: FP1379115; Processo: 47039002894201836 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ARI JUHANI KALKKU Passaporte: FP1097323; Processo: 47039002895201881 Empresa: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JARKKO TOIVO OSKARI PIETILAINEN Passaporte: FP1582296; Processo: 47039002081201846 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OLADELE OLUMIDE ABIOLA OSISAMI Passaporte: 486983505; Processo: 47041001015201818 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: até 14/03/2018 Imigrante: ABDUL KAHAR Passaporte: B 4729612 Imigrante: ADMERALDO ROSIALDA MONTERO Passaporte: EC5704693 Imigrante: ADO ARMANDO VELASQUEZ CACHO Passaporte: E467843 Imigrante: AGUS BANROLLE Passaporte: B 4692230 Imigrante: AKASH PRAKASH PAGI Passaporte: H8323030 Imigrante: AKHMAD ZAINUDDIN Passaporte: B1233592 Imigrante: ALBERT MANONGSONG PANGANIBAN Passaporte: EC7218830 Imigrante: ALEXANDER BALBIN BENOSA Passaporte: EC2857660 Imigrante: ALEXIS EMILIO VELASQUEZ SABILLON Passaporte: E257487 Imigrante: ALI BEN LAMINE Passaporte: R997889 Imigrante: ALLAN JEPHTHAH THOMAS PERLA Passaporte: E979374 Imigrante: ANANIAS JR CASUMPANG PATUBO Passaporte: P4164092A Imigrante: ANDI ALEXANDRU SMADU Passaporte: 052471997 Imigrante: ANDI HENDRA PUTRA Passaporte: B 0354357 Imigrante: ANGEL FRANCISCO ROJAS HERNANDEZ Passaporte: F378000 Imigrante: ANGELO CARLO SUZARA JAVIER Passaporte: EC2228015 Imigrante: ANGELO MANALAC VILLANUEVA Passaporte: EC1873122 Imigrante: ANINDITO KHRISDANANTO Passaporte: A6056463 Imigrante: ANSLEY MANIKAM Passaporte: 1357703 Imigrante: ANTHONY TORREVILLAS BARRET Passaporte: EC8464726 Imigrante: ANTONIO QUINTANO CLAROS Passaporte: C932693 Imigrante: ARCHIVAL RAMOS

OBCIANA Passaporte: EC7977960 Imigrante: ASER TADU Passaporte: B 4703829 Imigrante: AUGUST BARRIENTOS DUMALAOG Passaporte: EC7662821 Imigrante: AVINASH PANDEEA Passaporte: 1403363 Imigrante: BAYRON FABRICIO SANCHEZ CHAVER Passaporte: F118946 Imigrante: BELA OLEG BENOVA Passaporte: 382601155 Imigrante: BENEDICTO TANTAY AQUINO Passaporte: EC3500384 Imigrante: BENJIE MAR TOLORES ANDAYA Passaporte: EC6076492 Imigrante: BENY ALATAS Passaporte: A 6628526 Imigrante: BRANZIO ASHLEY FERNANDES Passaporte: Z3235021 Imigrante: BROWN CASTELLON MARTINEZ Passaporte: F162448 Imigrante: CLARA LEU Passaporte: 055233676 Imigrante: COSMIN GUTA Passaporte: 14465718 Imigrante: CRISTO JOSE CHAVARRIA SIERRA Passaporte: E335439 Imigrante: DANIEL ANTONI LEWICKI Passaporte: EH3112712 Imigrante: DANTE JUBAY MAUSISA Passaporte: P2218532A Imigrante: DARIO JR. ORABA PATRON Passaporte: EC7396188 Imigrante: DARMAWAN ADI SALASA Passaporte: A 8476441 Imigrante: DARWIN MURILLO NOLASCO Passaporte: E818865 Imigrante: DIMAS KATON UTOMO Passaporte: A 9236606 Imigrante: DINDO SUARNABA LEDUNA Passaporte: P2930189A Imigrante: DIOTHEL BENIZA ROQUE Passaporte: EC3193792 Imigrante: DOMINGOS MENEZES Passaporte: K1750611 Imigrante: EDISON DELOS SANTOS ARAMAN Passaporte: EC2511629 Imigrante: EDWIN DAVID ZAVALA HENRRIQUEZ Passaporte: F359103 Imigrante: ELDON DALMIN HENRIQUEZ GILBERT Passaporte: C01395173 Imigrante: ELMER KASING FUERTE Passaporte: EC3164763 Imigrante: EMIL DE GUZMAN DEONOSO Passaporte: EC2752702 Imigrante: EPHRAIM ANTONIO VICENCIO Passaporte: EC1616637 Imigrante: ERICSON TAMAYO JANDOC Passaporte: EC8214924 Imigrante: ERIK HASDYANTO Passaporte: B 4923352 Imigrante: ERWIN NAWING Passaporte: B 0618345 Imigrante: ESMERALDA STEPHANY JUAREZ AMAYA Passaporte: E996210 Imigrante: ESPIRITU JR. CAMPOS BALCITA Passaporte: EC1762573 Imigrante: FABIO POLITO Passaporte: AA4673209 Imigrante: FELIX HERNANDEZ OXLAJ Passaporte: 198235410 Imigrante: FERRY CATRA PRAYOGI Passaporte: B5280166 Imigrante: FRANCY LILIANA CASTELLANOS URBINA Passaporte: AQ754409 Imigrante: FRANZ ALEJANDRO UCLES ORDONEZ Passaporte: E231073 Imigrante: GEORGE MARQUES TOLINTINO Passaporte: EC2252448 Imigrante: GULLIT ERWIN Passaporte: B 2853570 Imigrante: GUNAWAN Passaporte: B 4931511 Imigrante: GUSTAVO ADOLFO GARCIA DELGADO Passaporte: E748027 Imigrante: HALILI Passaporte: B7162429 Imigrante: HARBIN NOEL OSORIO Passaporte: C652637 Imigrante: HENRRY BELARMINO BACA ENRIQUE Passaporte: E016459 Imigrante: HENRY DANIEL LOPEZ GUTIERREZ Passaporte: E575962 Imigrante: I GEDE DIYANA Passaporte: B 3979478 Imigrante: I GEDE MURDIANTA Passaporte: B 1247996 Imigrante: I GUSTI NGURAH ANDIKA Passaporte: A 6054648 Imigrante: I GUSTI NGURAH BIANTARA Passaporte: B 0813057 Imigrante: I KETUT SULENDRA Passaporte: B 5331951 Imigrante: I MADE AGUS SUPARTA Passaporte: B 1248009 Imigrante: I MADE JUNIARTA Passaporte: A 5834933 Imigrante: I MADE MUSTIKA Passaporte: B8450851 Imigrante: I MADE PUTRA ADI GIRI Passaporte: B7511742 Imigrante: I MADE SUMERTA KEMBAR Passaporte: B 3189480 Imigrante: I NENGAH SETIAWAN Passaporte: A 6240752 Imigrante: I NENGAH SUANTARA JAYA Passaporte: B 4603068; Processo: 47039001357201879 Empresa: DV COMERCIO & PROJETOS EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Imigrante: DANIEL VILA DA VILA Passaporte: AAB283606.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001647/2014-15	204764963	Laminados Triunfo Ltda	AC
2	46202.016182/2014-79	204492769	Fedex Brasil Logistica e Transporte S/A	AM
3	46202.017046/2015-87	207984697	G G Restaurante Ltda - EPP	AM
4	46202.017047/2015-21	207984743	G G Restaurante Ltda - EPP	AM
5	46202.017048/2015-76	207981574	G G Restaurante Ltda - EPP	AM
6	46202.017049/2015-11	207981540	G G Restaurante Ltda - EPP	AM
7	46202.017050/2015-45	207981531	G G Restaurante Ltda - EPP	AM
8	46202.016755/2015-45	207862061	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
9	46202.016756/2015-90	207862117	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
10	46202.016757/2015-34	207862001	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
11	46202.016764/2015-36	207864730	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
12	46202.016765/2015-81	207939292	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
13	46202.016766/2015-25	207939179	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
14	46202.016767/2015-70	207866392	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
15	46202.016768/2015-14	207861714	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
16	46202.016769/2015-69	207861927	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
17	46202.016772/2015-82	207866538	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
18	46202.016773/2015-27	207863121	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
19	46202.016774/2015-71	207862486	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
20	46202.016775/2015-16	207862346	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
21	46202.016776/2015-61	207862184	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
22	46202.016777/2015-13	207862125	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
23	46202.016778/2015-50	207945055	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
24	46202.016779/2015-02	207865078	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
25	46202.016780/2015-29	207944628	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
26	46202.016792/2015-53	207875880	Moto Honda da Amazonia Ltda	AM
27	46203.000511/2014-50	202722813	A U da Costa Souza - ME	AP
28	46203.000507/2014-91	202720721	A U da Costa Souza - ME	AP
29	46203.000508/2014-36	202720756	A U da Costa Souza - ME	AP
30	46203.000509/2014-81	202722767	A U da Costa Souza - ME	AP
31	46203.000510/2014-13	202722805	A U da Costa Souza - ME	AP
32	47904.004304/2014-30	203175468	Brazul Transporte de Veiculos Ltda	BA
33	46204.011747/2010-88	20926189	CJ Construtora e Incorporadora Ltda	BA
34	47904.015298/2011-01	19593708	Clinica Saude da Mulher Ltda - ME	BA
35	47904.020198/2013-51	202206238	Doce Fatia Comercio de Tortas e Doces Ltda - ME	BA
36	47904.014343/2014-45	204848598	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
37	47904.018408/2014-21	205211267	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
38	47904.018409/2014-76	205211607	Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	BA
39	47904.020586/2013-31	202357627	GP - Guarda Patrimonial da Bahia Ltda.	BA
40	46017.001560/2016-79	209200677	Lino Ruediger	BA
41	46017.001561/2016-13	209200740	Lino Ruediger	BA
42	46017.001562/2016-68	209200731	Lino Ruediger	BA
43	46017.001563/2016-11	209200723	Lino Ruediger	BA
44	46017.001564/2016-57	209200707	Lino Ruediger	BA
45	46017.001565/2016-00	209200693	Lino Ruediger	BA
46	46017.001567/2016-91	209201665	Lino Ruediger	BA
47	46017.001568/2016-35	209201185	Lino Ruediger	BA
48	46017.001569/2016-80	209201169	Lino Ruediger	BA
49	46017.001570/2016-12	209201151	Lino Ruediger	BA
50	46017.001575/2016-37	209200871	Lino Ruediger	BA
51	46017.001576/2016-81	209200766	Lino Ruediger	BA
52	46017.001577/2016-26	209200758	Lino Ruediger	BA
53	46017.001578/2016-71	209200791	Lino Ruediger	BA
54	46017.001580/2016-40	209200774	Lino Ruediger	BA
55	46778.000279/2010-11	19559135	Plasticos Bem Ti Vi Ltda	BA
56	46205.009506/2014-92	203694627	Celm - Aquicultura S/A	CE
57	46205.009507/2014-37	203694619	Celm - Aquicultura S/A	CE
58	46205.009508/2014-81	203694635	Celm - Aquicultura S/A	CE
59	46205.009509/2014-26	203694651	Celm - Aquicultura S/A	CE
60	46205.009510/2014-51	203694601	Celm - Aquicultura S/A	CE
61	46205.009511/2014-03	203694473	Celm - Aquicultura S/A	CE
62	46205.009512/2014-40	203694481	Celm - Aquicultura S/A	CE
63	46205.009513/2014-94	203694490	Celm - Aquicultura S/A	CE
64	46205.009514/2014-39	203694503	Celm - Aquicultura S/A	CE
65	46207.004978/2014-39	203734394	Isaac Covre	ES
66	46207.004981/2014-52	203734459	Isaac Covre	ES
67	46207.002990/2015-90	206259239	Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sa	ES
68	46207.002994/2015-78	206259107	Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sa	ES
69	46240.000919/2015-66	206244665	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
70	46240.000921/2015-35	206244738	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
71	46240.000923/2015-24	206244801	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
72	46240.000924/2015-79	206244908	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
73	46240.000925/2015-13	206244916	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
74	46240.000926/2015-68	206244941	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
75	46240.000927/2015-11	206244967	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
76	46240.000928/2015-57	206245025	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
77	46240.000958/2015-63	206290110	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
78	46236.001608/2015-83	206971532	Auto Fiati Mecanica Especializada Ltda - EPP	MG
79	46236.001607/2015-39	206971508	Auto Fiati Mecanica Especializada Ltda - EPP	MG
80	46236.001609/2015-28	206971541	Auto Fiati Mecanica Especializada Ltda - EPP	MG
81	46236.001610/2015-52	206971648	Auto Fiati Mecanica Especializada Ltda - EPP	MG
82	47747.007186/2014-71	204417856	C. Paixao Gomes da Silva - ME	MG
83	46551.000164/2015-96	206097107	Construtora Cherem Ltda	MG
84	47747.008626/2014-16	204561914	Elo Minas Representacoes Ltda - EPP	MG
85	47747.008623/2014-74	204561817	Elo Minas Representacoes Ltda - EPP	MG
86	47747.008624/2014-19	204561841	Elo Minas Representacoes Ltda - EPP	MG
87	47747.008625/2014-63	204561850	Elo Minas Representacoes Ltda - EPP	MG
88	46245.004814/2014-55	204478138	Instituto de Clinicas e Cirurgia de Juiz de Fora Ltda	MG
89	46245.000279/2015-44	205730981	Instituto Mauro e Alcides Ferreira	MG
90	47747.005277/2015-53	206593872	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
91	47747.005278/2015-06	206594151	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
92	47747.005279/2015-42	206594038	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
93	47747.005280/2015-77	206630689	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
94	47747.005281/2015-11	206630620	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
95	47747.005282/2015-66	206630590	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
96	47747.005283/2015-19	206630581	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
97	47747.005284/2015-55	206630697	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
98	47747.005285/2015-08	206568720	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
99	47747.005286/2015-44	206562012	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
100	47747.005287/2015-99	206577621	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
101	46302.000039/2015-18	205625762	União Química Farmaceutica Nacional S/A	MG
102	47747.005426/2014-01	204045061	Windsor Vestuarios Eireli	MG
103	47747.005428/2014-92	204045096	Windsor Vestuarios Eireli	MG
104	47747.005429/2014-37	204045100	Windsor Vestuarios Eireli	MG
105	47747.005430/2014-61	204045118	Windsor Vestuarios Eireli	MG
106	47747.005431/2014-14	204045126	Windsor Vestuarios Eireli	MG
107	47747.005432/2014-51	204045134	Windsor Vestuarios Eireli	MG
108	46312.000549/2016-57	208905073	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
109	46312.000550/2016-81	208905081	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
110	46312.000551/2016-26	208905103	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
111	46312.000552/2016-71	208905634	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
112	46312.000553/2016-15	208904794	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
113	46312.000554/2016-60	208904751	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
114	46312.000555/2016-12	208905111	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
115	46312.000556/2016-59	208904727	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda - ME	MS
116	46653.002188/2015-31	206362188	BRF S/A.	MT
117	46653.002189/2015-86	206362650	BRF S/A.	MT
118	46653.002190/2015-19	206362943	BRF S/A.	MT
119	46653.002192/2015-08	206363214	BRF S/A.	MT
120	46653.002193/2015-44	206363273	BRF S/A.	MT
121	46653.002194/2015-99	206363613	BRF S/A.	MT
122	46653.002195/2015-33	206363516	BRF S/A.	MT
123	46653.002196/2015-88	206351127	BRF S/A.	MT
124	46653.002197/2015-22	206352042	BRF S/A.	MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

125	46653.002198/2015-77	206352743	BRF S/A.	MT
126	46653.002199/2015-11	206361386	BRF S/A.	MT
127	46653.002201/2015-52	206361424	BRF S/A.	MT
128	46653.002202/2015-05	206350643	BRF S/A.	MT
129	46653.002191/2015-55	206363010	BRF SA.	MT
130	46222.007983/2012-43	21217076	Transurb Ltda	PA
131	46222.012013/2014-21	205612041	Ultra Som S/S	PA
132	47533.006344/2015-62	206227639	Agilcargo Logistica Ltda - ME	PR
133	47533.006315/2015-09	206227612	Agilcargo Logistica Ltda - ME	PR
134	47533.006343/2015-18	206227621	Agilcargo Logistica Ltda - ME	PR
135	47533.003171/2014-40	202869717	Colorado Couros Company- Indústria e Comércio Ltda.	PR
136	47533.001533/2015-49	205830561	Confeccoes K. M. G. Ltda - ME	PR
137	47533.004288/2015-21	206239084	Confeccoes K. M. G. Ltda - ME	PR
138	47533.004289/2015-76	206239092	Confeccoes K. M. G. Ltda - ME	PR
139	47533.004290/2015-09	206239122	Confeccoes K. M. G. Ltda - ME	PR
140	47533.001444/2015-01	205903762	Di Fiori Comercio de Produtos Promocionais Ltda - ME	PR
141	47533.001445/2015-47	205903827	Di Fiori Comercio de Produtos Promocionais Ltda - ME	PR
142	47533.001446/2015-91	205903681	Di Fiori Comercio de Produtos Promocionais Ltda - ME	PR
143	47533.014314/2013-68	201163632	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
144	47533.014315/2013-11	201163624	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
145	47533.014316/2013-57	201163616	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
146	47533.014319/2013-91	202260534	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
147	47533.014320/2013-15	202260542	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
148	47533.014321/2013-60	202260551	DSI-Dutch Starches International do Brasil Amidos Ltda	PR
149	46017.003754/2017-90	212092341	Fahim Jorge Daher	PR
150	46017.003772/2017-71	212092316	Fahim Jorge Daher	PR
151	46017.003773/2017-16	212092286	Fahim Jorge Daher	PR
152	46017.003774/2017-61	212092278	Fahim Jorge Daher	PR
153	46017.003775/2017-13	212092251	Fahim Jorge Daher	PR
154	46017.003776/2017-50	212092243	Fahim Jorge Daher	PR
155	46017.003777/2017-02	212092235	Fahim Jorge Daher	PR
156	46017.003778/2017-49	212092227	Fahim Jorge Daher	PR
157	46017.003779/2017-93	212092201	Fahim Jorge Daher	PR
158	46017.003780/2017-18	212092197	Fahim Jorge Daher	PR
159	46017.003781/2017-62	212092171	Fahim Jorge Daher	PR
160	46017.003782/2017-15	212092154	Fahim Jorge Daher	PR
161	46017.003783/2017-51	212092090	Fahim Jorge Daher	PR
162	47533.006793/2015-19	206791747	Inepar - Administracao e Participacoes S/A	PR
163	47533.006794/2015-55	206791674	Inepar - Administracao e Participacoes S/A	PR
164	47533.006795/2015-08	206791542	Inepar - Administracao e Participacoes S/A	PR
165	47533.010783/2014-99	204095930	Philip Morris Brasil Industria e Comercio Ltda.	PR
166	47533.010784/2014-33	204095948	Philip Morris Brasil Industria e Comercio Ltda.	PR
167	47533.010785/2014-88	204095956	Philip Morris Brasil Industria e Comercio Ltda.	PR
168	47533.010972/2015-42	207434735	Racing Automotive Ltda	PR
169	47533.010973/2015-97	207434743	Racing Automotive Ltda	PR
170	47533.010974/2015-31	207434751	Racing Automotive Ltda	PR
171	47533.001471/2011-41	023479876	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
172	47533.001472/2011-96	023479868	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
173	47533.001476/2011-74	023479914	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
174	47533.001480/2011-32	023479957	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
175	46216.003539/2014-08	204316154	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
176	46216.003532/2014-88	204050154	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
177	46216.003533/2014-22	204050120	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
178	46216.003536/2014-66	204317070	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
179	46216.003540/2014-24	204315701	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
180	46216.003541/2014-79	204316685	Eletrix Incorporacoes Construcoes e Servico Ltda - ME	RO
181	46758.003218/2013-97	201694166	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
182	46758.003219/2013-31	201694158	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
183	46758.003220/2013-66	201694140	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
184	46758.003222/2013-55	201694107	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
185	46758.003223/2013-08	201694123	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
186	46758.003237/2013-13	201694280	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
187	46758.003238/2013-68	201694298	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda.	RO
188	46216.002863/2015-81	207002738	M. A. Zanotelli Eireli - Me	RO
189	46216.002567/2015-81	206702299	VRG Linhas Aereas S.A.	RO
190	46216.002568/2015-25	206702281	VRG Linhas Aereas S.A.	RO
191	46216.005804/2015-65	208439595	W. Goncalves de Abreu & Cia Ltda - ME	RO
192	46220.007493/2013-48	202487636	Companhia Docas do Estado de Sao Paulo Codesp	SC
193	46256.002294/2014-17	203565916	Alexandre Martini Neto	SP
194	46256.002295/2014-61	203799607	Alexandre Martini Neto	SP
195	46256.002296/2014-14	203799615	Alexandre Martini Neto	SP
196	46256.002297/2014-51	203799623	Alexandre Martini Neto	SP
197	46256.002298/2014-03	203799631	Alexandre Martini Neto	SP
198	46256.002305/2014-69	203809866	Alexandre Martini Neto	SP
199	46256.002306/2014-11	203809891	Alexandre Martini Neto	SP
200	46256.002307/2014-58	203809904	Alexandre Martini Neto	SP
201	46256.002308/2014-01	203809912	Alexandre Martini Neto	SP
202	46256.002445/2014-37	203799691	Alexandre Martini Neto	SP
203	47999.005618/2013-67	201210088	Associacao Casa Fonte da Vida	SP
204	47999.005619/2013-10	201210410	Associacao Casa Fonte da Vida	SP
205	47999.005620/2013-36	201210398	Associacao Casa Fonte Da Vida	SP
206	46421.000244/2014-46	203834577	Municipio de Aguai	SP
207	46254.005730/2015-19	208595511	Pacaembu Empreendimentos e Construcoes Ltda	SP
208	46254.005732/2015-08	208595619	Pacaembu Empreendimentos e Construcoes Ltda	SP
209	46253.001916/2011-77	023932600	Palmiro Malosso e outros	SP
210	46255.001623/2008-74	13406477	Penske Logistics do Brasil Ltda.	SP
211	46253.001568/2015-61	206706961	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
212	46253.002062/2015-70	206863039	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
213	46253.002074/2015-02	206768559	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
214	46253.002075/2015-49	206768567	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
215	46253.002192/2015-11	206960875	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
216	46253.003602/2014-51	203987136	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
217	46253.003603/2014-04	203987144	Raizen Araraquara Acucar e Alcool Ltda	SP
218	46265.003280/2015-92	207875758	Raizen Energia S A	SP
219	46265.003281/2015-37	207875774	Raizen Energia S A	SP
220	46265.003282/2015-81	207875847	Raizen Energia S A	SP
221	46265.003283/2015-26	207875863	Raizen Energia S A	SP
222	46265.003285/2015-15	207875928	Raizen Energia S A	SP
223	46265.003286/2015-60	207875936	Raizen Energia S A	SP
224	46265.003335/2015-64	207894027	Raizen Energia S.A	SP
225	46265.003336/2015-17	207894035	Raizen Energia S.A	SP
226	46265.003337/2015-53	207894043	Raizen Energia S.A	SP
227	46265.003338/2015-06	207894051	Raizen Energia S.A	SP
228	46265.003339/2015-42	207894060	Raizen Energia S.A	SP
229	46265.003340/2015-77	207894132	Raizen Energia S.A	SP
230	46265.003341/2015-11	207894141	Raizen Energia S.A	SP
231	46253.000008/2013-28	24758434	Raizen Energia S.A.	SP
232	47998.006047/2010-45	021727325	Robert Bosch do Brasil Ltda.	SP
233	46257.000605/2011-51	021412839	Treelog S.A. Logística e Distribuição	SP
234	46473.014503/2009-43	21812454	Vivo S.A.	SP
235	46473.014505/2009-32	21812470	Vivo S.A.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46204.005482/2010-89	506.403.874	Albuquerque e Teixeira Ltda.	BA
2	46207.000675/2014-47	200.226.517	Sind. dos Trabs. em Hospitais, Clínicas Médicas e Odontológicas, Lab. de Analises Clinicas, Pat. e Bancos de Sangue, Filnat. e Priv. no ES	ES
3	46207.002995/2015-12	200.473.301	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá	ES
4	47747.007183/2014-38	200.338.111	C. Paixão Gomes da Silva - ME	MG
5	47747.005723/2014-49	200.315.617	CGB Artes Gráficas Ltda.	MG
6	47747.005276/2015-17	200.499.297 - TRet nº 200.531.522	Sagrada Família Onibus S.A.	MG
7	47747.005425/2014-59	200.309.498	Windson Vestuários Eireli	MG
8	46312.001113/2015-02	200.721.135 - TRet nº 200.576.879	N P Q Turismo Ltda.	MS
9	46312.000548/2016-11	200.672.185	Shopcar Pneus Centro Automotivo Ltda. - ME	MS
10	46222.000215/2016-92	200.655.655	Amazon Logistics Ltda.	PA
11	46222.009648/2015-22	200.579.819	Fábrica de Cerâmica Modelo Ltda. - EPP	PA
12	46222.000368/2016-30	200.654.896 - trET Nº 200.742.141	Raça Segurança Patrimonial Ltda.	PA
13	47533.006345/2015-15	200.495.992	Agilcargo Logística Ltda. - ME	PR
14	47533.005504/2013-94	200.090.046	Clube Princesa dos Campos	PR
15	47533.003196/2014-43	200.238.612	Colorado Couros Company - Indústria e Comércio Ltda.	PR
16	47533.004291/2015-45	200.471.341	Confecções K.M.G. Ltda. - ME	PR
17	47533.010598/2013-13	200.144.502	MF de Oliveira Alimentos - ME	PR
18	47533.010781/2014-08	200.339.583	Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.	PR
19	47533.010782/2014-44	200.339.486	Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda.	PR
20	47533.010971/2015-06	200.553.631	Racing Automotive Ltda.	PR
21	47533.003535/2012-20	100.244.688	S. Borsatto & Cia. Ltda.	PR
22	47533.001482/2011-21	506.531.023	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba	PR
23	46217.001315/2011-09	705.036.740 - TRet nº 705.057.593	Kelly C. Carvalho ME	RN
24	46216.003534/2014-77	200.337.572	Eletrix Incorporações Construções e Serviços Ltda. ME	RO
25	47999.005621/2013-81	200.132.083	Associação Casa Fonte da Vida	SP
26	46473.002266/2006-25	505.671.590	Centro de Diagnóstico Complementares SS Ltda.	SP
27	46472.007194/2015-11	200.624.571	Cloud2B Consultoria de Sistemas de Informática Ltda.	SP
28	46736.006013/2011-50	100.216.153 - TRet nº 100.292.046	Comcabo Comércio e Importação Ltda.	SP
29	46736.004127/2014-16	200.340.719	Confeitaria Vera Cruz Ltda. - EPP	SP
30	46473.014507/2009-21	506.344.550	Vivo S.A.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46758.003221/2013-19	201694131	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
2	46758.003226/2013-33	201694182	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
3	46758.003227/2013-88	201694191	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
4	46758.003230/2013-00	201694239	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
5	46758.003231/2013-46	201694221	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
6	46758.003232/2013-91	201694247	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
7	46758.003234/2013-80	201694263	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
8	46758.003236/2013-79	201756811	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.001648/2014-51	204764947	Laminados Triunfo Ltda.	AC
2	46236.001611/2015-05	206971516	Auto Fiati Mecânica Especializada Ltda. - EPP	MG
3	46551.000173/2015-87	206097000	Construtora Cherem Ltda	MG
4	46551.000174/2015-21	206096992	Construtora Cherem Ltda	MG
5	46551.000175/2015-76	206096984	Construtora Cherem Ltda	MG
6	46551.000176/2015-11	205720021	Construtora Cherem Ltda	MG
7	46551.000177/2015-65	205720013	Construtora Cherem Ltda	MG
8	46551.000178/2015-18	205720005	Construtora Cherem Ltda	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9	46551.000179/2015-54	205719996	Construtora Cherem Ltda	MG
10	46551.000180/2015-89	205719988	Construtora Cherem Ltda	MG
11	46551.000181/2015-23	205719970	Construtora Cherem Ltda	MG
12	46551.000182/2015-78	205719961	Construtora Cherem Ltda	MG
13	46551.000183/2015-12	205719953	Construtora Cherem Ltda	MG
14	46758.003225/2013-99	201694174	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
15	46758.003228/2013-22	201694204	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
16	46758.003229/2013-77	201694212	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
17	46758.003233/2013-35	201694255	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO
18	46758.003235/2013-24	201694271	Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte e Turismo Ltda	RO

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.000818/2014-61	202641414	Cartorio do 3º Oficio de Registro Civil	AM
2	47904.005853/2014-21	203485602	Brazul Transporte de Veiculos Ltda	BA
3	47904.015930/2014-51	205103154	Edinho Supermercado Ltda	BA
4	47904.009716/2014-66	204004209	Votorantim Cimentos N/NE S/A	BA
5	47747.005295/2015-35	206504489	Sagrada Familia Onibus S.A.	MG
6	46653.006724/2015-78	207913196	Curtume Jangadas S/A.	MT
7	46653.006725/2015-12	207913226	Curtume Jangadas S/A.	MT
8	46653.005754/2015-67	207558302	Disveco Ltda	MT
9	46653.002324/2015-93	206420269	Plaenge Empreendimentos Ltda	MT
10	46214.001974/2016-71	209321407	Rebelo Ferreira Industria e Comercio de Alimentos Ltda	PI
11	46263.003510/2014-52	204310911	Lumma Despachante S/S Ltda	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46265.003284/2015-71	207875871	Raizen Energia S.A.	SP

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Recursos, publicado às fls.54 da Seção 1 do DOU de 04/04/2018, onde se lê: "2.2 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito". Leia-se: "2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito"

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 316/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo n.º46252.001291/2015-87 (SA02823), de interesse do SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEICULOS RODOVIARIOS DE BEBEDOURO, CNPJ n° 50.721.109/0001-96, nos termos do art. 27, inciso I, c/c o art. 46 da Portaria n.º 326/2013.

Em cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000119-70.2018.5.10.0019, na qual a 19ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, TRT da 10ª Região, determinou a imediata análise dos autos; o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria n.º 326/2013, e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo:	46205.009373/2017-05 (SA04251)
Entidade:	SINDSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itapipoca, Tururu e Urubu-retama
CNPJ:	00.315.020/0001-51
Fundamento:	NOTA TÉCNICA 315/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0001155-75.2017.5.23.0002, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho da Subseção Judiciária de Cuibá/MT, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46210.000441/2017-93
Entidade	SINVEST - SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ	03.236.890/0001-23
Fundamento	NT 310/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial, Processo n.°1002140-77.2018.4.01.3400, procedente da 6ª Vara Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a conclusão da análise do processo administrativo do impetrante no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 5º, inciso II, da Portaria 186/2008 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46224.000561/2017-31
Entidade	FETAXI-NE - FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TAXISTAS DA REGIÃO NORDESTE
CNPJ	17.344.126/0001-86
Fundamento	NT 312/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial nº 1001007-34.2017.4.01.34000 da 16º Vara Federal Cível da SJDFT, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 308/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Registro Sindical 46219.009449/2016-54, de interesse do Sindicato das Indústrias Moveleiras de Bauru e Região, CNPJ 23.406.302/0001-60, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento a Decisão Judicial, Processo n.º 1001239-12.2018.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a análise do processo no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46204.006618/2017-44
Entidade	SIMURP - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RIBEIRA DO POMBAL - BA
CNPJ	16.299.307/0001-75
Fundamento	NT 309/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial, Processo n.º 0000015-69.2018.5.10.0022, procedente da 22ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, que determinou a conclusão da análise do processo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46215.008878/2017-25
Entidade	SINDSAFERJ - SINDICATO DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DAS INSTITUICOES DE SAUDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CNPJ	27.438.714/0001-32
Fundamento	NT 307/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 317/2018/CGRS/SRT/MTb resolve CONHECER do Recurso Administrativo 46000.008287/2016-92 interposto pelo Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal - SINPOL/DF (CNPJ 03.657.152/0001-50) nos autos do Processo 46206.104139/2014-20, em face do deferimento do pedido de registro sindical do SINPOC/DF, para ANULAR, com fulcro nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF, a NT 308/2016/GAB/SRT/MTb, publicada em 01/11/2016 no DOU, Seção 1, nº 210, pág. 98 e por conseguinte, retornar ao status de INDEFERIMENTO o pedido de registro do Sindicato da Categoria dos Peritos Oficiais Criminais do Distrito Federal - SINPOC/DF (CNPJ 20.971.949/0001-46), Processo 46206.104139/2014-20, com respaldo na NT 1784/2016/CGRS/SRT/MTb.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 1014831-60.2017.4.01.3400, procedente da 9ª Vara Federal Cível da SJDF, que determinou o andamento da solicitação de pedido de registro sindical do impetrante no prazo de 30 (trinta) dias, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26, inciso II, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46204.004022/2016-29
Entidade	SINDSE - SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE SANTO ESTE-VÃO
CNPJ	10.809.059/0001-89
Fundamento	NT 319/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no Art. 26, inciso I da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o pedido de registro sindical do sindicato abaixo relacionado:

Processo:	46220.001269/2015-12
Entidade:	Sindicato das Transportadoras Turísticas da Grande Florianópolis - SIN-TREGF
CNPJ:	12.642.572/0001-53
Fundamento:	NT 320/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 5 DE ABRIL DE 2018

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 5002456-06.2017.4.04.7011, procedente da 1ª Vara Federal de Paranavaí - PR, o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46318.000980/2017-24
Entidade	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Alto Paraná/PR.
CNPJ	26.287.411/0001-01
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Paraná*: Alto Paraná.
Fundamento	NT 314/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo e Poder Legislativo, administração direta e indireta, dos professores e trabalhadores da rede municipal de ensino, dos servidores comissionados, dos agentes públicos exercentes de funções públicas municipais, inclusive em Associações, Conselhos Comunitários, Concessionárias, Permissionárias e Fundações, ativos e inativos, com base territorial no município de Alto Paraná, Estado do Paraná.

Em cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 1013828-70.2017.4.01.3400, procedente da 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do DF, o Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46204.001785/2017-07
Entidade	SINDHELI - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Heliópolis.
CNPJ	07.271.395/0001-06
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Bahia*: Heliópolis
Categoria Profissional	Servidores Públicos Municipais.
Fundamento	NT 303/2018/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 186/2008.

Processo	46215.008974/2017-73
Entidade	FEPROP - Federação dos Propagandistas e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ	27.219.338/0001-95
Fundamento	NT 321/2018/CGRS/SRT/MTb

Representação Estatutária: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da Categoria Profissional dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, na base territorial o Estado do Rio de Janeiro.

Entidades fundadoras: (A) Sindicato dos Propagandistas de Produtos Farmacêuticos do Sul Fluminense - SINPROSULF (Processo: 46232.002400/2011-98; CNPJ: 39.761.648/0001-16); (B) SINPRONORTE - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Municípios Fluminenses de Bom Jesus do Itabapoana, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, Miracema, Porciúncula e Natividade (Processo: 46215.100192/2010-19; CNPJ: 11.287.318/0001-11); (C) SINPROMAR - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos municípios de Macaé e Rio das Ostras (Processo: 46215.010664/2012-12; CNPJ: 15.097.733/0001-63); (D) SINPROLAGOS - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos dos Muncípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro de Aldeia e Saquarema - RJ (Processo: 46000.008805/2002-72; CNPJ: 05.142.359/0001-17); (E) SINDIPROVENTER - Sindicato dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos do Município de Teresópolis - RJ (Processo: 46666.000421/2012-50; CNPJ: 14.856.063/0001-59).

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento da Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 1009241-39.2016.4.01.3400 procedente da 4ª Vara Federal Cível da SJDF; e com fundamento na Portaria 326/2013, bem como na Nota Técnica 318/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR as seguintes Impugnações: 46000.001712/2017-01, 46000.001791/2017-42, 46000.001885/2017-11, 46000.001897/2017-46, 46000.001917/2017-89, 46000.001944/2017-51, 46000.001945/2017-04, 46000.001946/2017-41, 46000.001947/2017-95, nos termos do art. 18, inciso X da Portaria 326/2013; (Redação anterior ao advento da Portaria 1.043/2017). E, em ato contínuo, DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato Interestadual dos Provedores de Acesso à Internet - SINET, CNPJ 22.355.855/0001-78, Processo 46211.005433/2015-61; para representação da Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet, com abrangência Interestadual e base territorial nos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, nos termos do art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013; (Redação anterior ao advento da Portaria 1.043/2017). Para fins de ANOTAÇÃO no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve promover a exclusão na esfera de representação dos seguintes entes sindicais, nos termos do art. 30 do citado normativo: (1) SIND INFOR - Sindicato das Empresas de Processamento de Dados de MG, CNPJ 21.613.906/0001-51, Processo 46000.014655/2002-36; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (2) SIITEP - PR - Sindicato das Indústrias e Empresas de Instalação, Operação e Manutenção de Redes, Equipamentos e Sistemas de Telecomunicações do Estado do Paraná, CNPJ 00.668.588/0001-56, Processo 46000.014319/2007-06; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (3) SINDESEI - Sindicato das Empresas de Informática do DF, CNPJ 37.113.545/0001-14, Processo 24000.006368/91-13; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (4) Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DHT, CNPJ 02.742.202/0001-34, Processo 46000.002624/97-22; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet, nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. (5) SEPROPAR - Sind. Emp. Proc. Dados E Serv. Tec. Inform. do Est. PR, CNPJ 81.105.157/0001/83, Processo 24290.004554/90-10; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (6) SEPROSC - Sindicato das Empresas de Processamento de Dados, CNPJ 83.799.445/0001-00, Carta Sindical: L104 P011 A1986; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (7) SEPD - Sind. das Emp. de Inf. e Proc. de Dados da Região Fpolis, CNPJ 85.280.261/0001-65, Processo 46000.009555/99-21; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (8) SINDINFORMÁTICA - Sindicato das Empresas de Informática, Telecomunicações e Similares do Estado de Goiás, CNPJ 37.387.925/0001-47, Processo 46000.000316/95-28; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (9) SINEPD - Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Similares do Estado da Bahia, CNPJ 32.697.468/0001-73, Processo 46000.010155/94-36, excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (10) SETIRN - Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação do Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 15.235.388/0001-87, Processo 46217.005346/2012-10; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (11) Sindicato das Empresas de Informática do Estado de Rondônia, CNPJ 09.463.873/0001-05, Processo 46216.000474/2008-92; excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (12) SINDETI - Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação de Uberlândia/MG, CNPJ 15.862.262/0001-32, Processo 46248.001429/2012-64, excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (13) SEINESP - Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo, CNPJ 04.113.434/0001-59, Processo 46000.012855/00-49, excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet. (14) SEPRORJ - Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 31.603.145/0001-00, Processo 46000.008174/2003-72, excluindo a Categoria Econômica das Empresas atuantes nos serviços de provimento de acesso à internet.

MARCUS VINICIUS LAIRA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 263, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Prorrogação do prazo para apresentação de relatório conclusivo pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, com vistas a propor soluções para a destinação da área pública federal denominada Cais da Gamboa, no Município do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e,

Considerando o teor do Despacho nº 60/2018/SPI, da Secretaria de Política e Integração, e do Despacho nº 1022/2018/COAT- SE/GAB/SE, da Secretaria-Executiva, ambos de 4 de abril de 2018, constantes nos autos do Processo nº 50000.034615/2017-64, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, o prazo para apresentação do relatório conclusivo de que trata o artigo 2º da Portaria nº 976, de 7 de dezembro de 2017, que reconduziu os trabalhos do GT constituído pela Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017.

Art. 2º Os incisos I e II do art. 2º da Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

I - Secretaria Executiva - SE, que coordenará os trabalhos;

II - Secretaria de Política e Integração - SPI;"

Art. 3º O art. 2º da Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, passa a vigorar acrescido do § 5º, com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

§ 5º O Coordenador do GT poderá editar os atos necessários para a regulamentação administrativa dos trabalhos, inclusive no sentido de destituir e substituir membros".

Art. 4º O Coordenador do GT deverá apresentar o relatório conclusivo ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, ficando revogada disposição em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 29, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 11 (RBAC nº 11), e considerando o que consta do processo nº 00058.521918/2017-89, deliberado e aprovado na 7ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 3 de abril de 2018, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Prefeitura do Município de Chapecó (SC), operadora do Aeroporto Serafim Enoss Bertaso (SBCH), o pedido de isenção temporária de cumprimento dos requisitos de que tratam os itens 6.5.2, 13.1.2.1 e 14.6.8.1 do Anexo à Resolução nº 279, de 10 de julho de 2013, tendo em vista a não habilitação, como Bombeiro de Aeródromo, de nove profissionais designados para o exercício dessa função operacional no Serviço de Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndio - SESCINC do Aeroporto.

Parágrafo único. A isenção deferida nos termos do caput tem validade até 31 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SÉRGIO MAIA BEZERRA
Diretor-Presidente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 997, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.012312/2018-49, resolve:

Alterar a inscrição do aeródromo privado Aerocascavel (PR) (código OACI: SDSJ), que passa a se chamar Executivo (PR), no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 14 de Setembro de 2025. Fica revogada a Portaria nº 2389/SIA, de 9 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2015, Seção 1, Página 5.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.030 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Irmãos Garcia (MT) (código OACI: SJGF) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.012125/2018-65. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.031 - Inscrever o aeródromo privado Bom Sossego (BA) (código OACI: SNWB) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.009500/2018-90. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.033, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.006987/2018-59, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Santa Umbelina (MS) (código OACI: SWSU) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor da Portaria acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 911, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.013306/2018-17, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o inciso VIII, do art. 1º da Portaria nº 239/SPO, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2018, Seção 1, Página 77.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 915, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.553492/2017-33, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar da homologação dos cursos práticos de Piloto Comercial de Avião - PCA e Voo por Instrumentos- IFRA, da CHB Escola de Aviação Civil - Filial Belo Horizonte, situada na Rua Líder, nº 43, bairro Aeroporto, Belo Horizonte - MG, CEP 31.270-480.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 999, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.524769/2017-11, resolve:

Art. 1º Revogar a homologação do curso prático de Voo por Instrumentos Helicóptero - IFRH, segundo a IS 61-002C, da VOO SOLO HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Av. Thomaz Alberto Whately, s/nº Lote 32 - Hangar Fontoura Aeroporto Leite Lopes, em Jd. Aeroporto - Ribeirão Preto/SP, CEP 14.075-390.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.002, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.552145/2017-93, resolve:

Art. 1º Revogar a suspensão cautelar, da homologação dos cursos teóricos/práticos de Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA - Habilitação Célula - CEL, Habilitação Grupo Motopropulsor - GMP, Habilitação Aviônicos - AVI e de Comissário de Voo - CMV, da GF ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada a SCLRN, Quadra 705, bloco C - Loja 33 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP:70.730-538.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.004, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.552145/2017-93, resolve:

Art. 1º Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização de funcionamento da GF ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada a SCLRN, Quadra 705, bloco C - Loja 33 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP:70.730-538.

Art. 2º Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião - PPA, Piloto Comercial de Avião - PCA, Piloto Privado de Helicóptero - PPH, Piloto Comercial de Helicóptero - PCH e teórico/prático Comissário de Voo - CMV, da GF ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.008, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009775/2016-18 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 440ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do edital contido no documento SEI nº 0463066; do contrato de arrendamento (SEI nº 0463067) e seus respectivos anexos: Estudo Seção A - Estudo de Mercado (SEI nº 0460328); Estudo Seção B - Estudo Preliminar de Engenharia e Afins (SEI nº 0460330); Estudo Seção C - Análise Financeira (SEI nº 0460333); Estudo Seção D - Estudo Ambiental (SEI nº 0460338); Ilustrações da Área (SEI nº 0460322); e Ato Justificatório (SEI nº 0467371), correspondentes ao certame licitatório para o arrendamento de área localizada na poligonal do porto organizado do Itaqui, destinada à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente papel e celulose, denominada IQI-18, cujo procedimento de licitação será realizado por esta Agência, contando com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BOVESPA).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.010, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.009877/2016-25 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 440ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no que dispõe o inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do edital de que trata o documento SEI nº 0466547; o contrato de arrendamento (SEI nº 0466549); e seus anexos: Estudo Seção A - Estudo de Mercado (SEI nº 0460361); Estudo Seção B - Estudo Preliminar de Engenharia e Afins (SEI nº 0460367); Estudo Seção C - Análise Financeira (SEI nº 0460368); Estudo Seção D - Estudo Ambiental (SEI nº 0460373); e Ato Justificatório (SEI nº 0467063), correspondentes ao certame licitatório para o arrendamento de área destinada à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente papel e celulose, no âmbito do porto organizado de Paranaguá, denominada PAR-01, cujo procedimento de licitação será realizado por esta Agência, contando com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BOVESPA) .

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.011, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.010149/2016-66 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 440ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar, com base no inciso XV do art. 27 da Lei nº 10.233, de 2001, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.815, de 2013, o texto do edital contido no documento SEI nº 0466544; do contrato de arrendamento (SEI nº 0466545) e seus anexos: Estudo Seção A - Estudo de Mercado (SEI nº 0460400); Estudo Seção B - Estudo Preliminar de Engenharia e Afins (SEI nº 0460406); Estudo Seção C - Análise Financeira (SEI nº 0460409); Estudo Seção D - Estudo Ambiental (SEI nº 0460428); Ilustrações da Área (SEI nº 0460396); e Ato Justificatório (SEI nº 0469726), correspondentes ao certame licitatório para o arrendamento de área destinada à movimentação e armazenagem de veículos, denominada PAR-12, localizada na poligonal do porto organizado de Paranaguá, cujo procedimento de licitação será realizado por esta Agência, contando com o suporte da empresa B3 S/A - Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BOVESPA).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.789, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Não conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa ZANIN VIAGENS E TURISMO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 091, de 23 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.126064/2011-38, resolve:

Art. 1º Não conhecer do pedido de reconsideração interposto pela empresa ZANIN VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ nº 12.252.468/0001-52.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 5.790, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita, em âmbito nacional e sem caráter de exclusividade, a COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS, ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório de que trata a Resolução ANTT nº 2.885, de 9 de setembro de 2008.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 093, de 22 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.153893/2018-60, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Habilitar, em âmbito nacional e sem caráter de exclusividade, a sociedade empresária COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS ao fornecimento do Vale-Pedágio obrigatório.

Art. 2º Determinar que todas as concessionárias e operadoras de rodovias pedagiadas adotem as providências necessárias para que, obedecidos o cronograma de implantação, o modelo e o sistema operacional apresentados pela sociedade empresária habilitada estejam plenamente implantados em todas as praças de pedágio no território nacional.

Art. 3º O presente ato não suprime a possibilidade de que outros modelos e sistemas operacionais de Vale-Pedágio Obrigatório continuem a ser utilizados em âmbito regional ou local.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 5.791, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa MANOS TURISMO E VIAGENS LTDA., e dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no voto DEB - 095, de 22 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.110570/2012-96, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa MANOS TURISMO E VIAGENS LTDA., CNPJ nº 05.358.104/0001-96, e dar-lhe provimento, determinando o retorno dos autos à Comissão para reabertura da instrução e análise do pedido de produção de prova testemunhal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 5.792, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, fundamentada no Voto DSL - 22, de março de 2018, e no que consta no Processo nº 50500.373902/2018-37, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
ARAÚJO & SILVA TRANSPORTES LTDA - ME	00.0541	28.007.347/0001-85
ARAÚJO E BORGES TURISMO LTDA	00.0542	09.269.703/0001-94
CRIS VANS TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.0543	26.893.606/0001-97
EVA TUR TRANSPORTES LTDA - ME	00.0544	05.511.956/0001-71
FLÁVIO FERREIRA DA SILVA - EIRELI	00.0545	03.929.397/0001-99
GREINER E GREINER TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	00.0546	22.235.646/0001-90
IRMÃOS PANEK LTDA - ME	00.0547	28.310.099/0001-47
IVAN TRANSPORTE E TURISMO EIRELI - ME	00.0548	28.739.394/0001-13
IVANILSON RIBEIRO DA SILVA E CIA LTDA - ME	00.0549	08.365.865/0001-63
LASTE TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - ME	00.0550	05.962.765/0001-26
LG TURISMO VIAGENS E TRANSPORTES EIRELI - ME	00.0551	27.338.958/0001-43
MASCAVANS TURISMO E TRANSPORTE LTDA - ME	00.0552	05.064.788/0001-13
SÉRGIO JOSE BOGO EIRELI	00.0553	26.385.060/0001-63
VAN EXECUTIVA TURISMO E LOCAÇÕES LTDA	00.0554	03.126.235/0001-12
WORLD TURISMO LTDA - ME	00.0555	11.500.910/0001-50
ZAPVAN LOCADORA DE VANS E ÔNIBUS LTDA - ME	00.0556	14.626.417/0001-79

RESOLUÇÃO Nº 5.793, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Revoga o Termo de Autorização para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento - TAF.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 093, de 29 de março de 2018, e no que consta no Processo nº 50500.330633/2015-71, resolve:

Art. 1º Revogar o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 42.8231 concedido à empresa I.B. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 08.175.533/0001-16.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 5.794, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela ADONAI TRANSPORTES LTDA., para, no mérito, negar-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 095, de 28 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.112394/2012-27, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto pela ADONAI TRANSPORTES LTDA. para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão constante da Resolução nº 5.467, de 19 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

RESOLUÇÃO Nº 5.795, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, VIII, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, fundamentada no Voto DSL - 097, de 28 de março de 2018, e no que consta no Processo nº 50500.411160/2018-55, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de Autorização.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá dar publicidade à Licença Operacional e autorizar o início da operação das linhas da autorizatária.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, implica na extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A autorizatária deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	TAR
EVOLUÇÃO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	26.621.050/0001-80	229
TRANSPORTADORA J. D. F. LTDA - EPP	07.241.838/0001-16	230

RESOLUÇÃO Nº 5.796, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 06 de julho de 2015, fundamentada no Voto DMV - 086, de 21 de março de 2018, e no que consta no Processo nº 50500.384846/2018-66, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros (SUPAS) deverá disponibilizar as autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AWM LOCACAO E TRANSPORTES EIRELI - EPP	00.0557	10.203.112/0001-01
BRASIL WAY TRANSPORTADORA TURISTICA LIMITADA - EPP	00.0558	02.496.910/0001-32
CAMINHOS DA SERRA TURISMO LTDA - ME	00.0559	04.400.772/0001-71
CANAL TRANSPORTE E LOCADORA LTDA - ME	00.0560	04.899.679/0001-53
CHECK - UP TRANSPORTES E LOCADORA DE VEICULOS LTDA	35.7346	56.167.935/0001-11
ELTON V. DE SOUZA TRANSPORTES EIRELI	00.0561	12.153.796/0001-00
EMPRESA ALCINO GONÇALVES COTTA LTDA	31.0541	16.863.169/0001-05
F.S TRANSPORTES & TURISMO LTDA - ME	00.0562	28.920.074/0001-65
FLAVIO PEREIRA LIMA EIRELI	00.0563	29.316.300/0001-66
IMPERIO TUR TURISMO LTDA - ME	00.0564	28.649.709/0001-31
JOAO JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS TRANSPORTES EIRELI	00.0565	10.763.017/0001-54
JOAO TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA	00.0566	14.053.877/0001-55
M. DE SOUSA E CIA LTDA - ME	00.0567	13.837.780/0001-70
MADONNA TURISMO EIRELI	00.0568	27.805.485/0001-47
MARTINS E RAIZER TRANSPORTES LTDA	00.0569	28.465.936/0001-07
NAYARA TURISMO LTDA - ME	00.0570	15.841.288/0001-02
NUHS TUR TRANSPORTES LTDA	00.0571	29.541.128/0001-44
PEDRO SALATIEL ALMEIDA DE MOURA EIRELI	43.7822	01.805.116/0001-60
PUPO DE ABREU E CIA LTDA - ME	00.0572	19.193.389/0001-67
R2M TRANSPORTES E LOCAÇÃO LTDA - ME	00.0573	13.662.419/0001-50
ROMAGNA LOCACOES DE VEICULOS LTDA	00.0574	02.225.440/0001-72
ROMAJOTUR TRANSPORTES LTDA	00.0575	29.409.480/0001-20
TRANSMAIO LTDA	00.0576	12.556.039/0001-79
TRANSPORTES TRANSPAULINA LTDA	00.0577	08.404.874/0001-16
VIPBLU TURISMO EIRELI - ME	00.0578	29.211.537/0001-82

RESOLUÇÃO Nº 5.797, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem o art. 24, V, art. 26, II e III, e arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nos termos da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, fundamentada no Voto DMV - 089, de 23 de março de 2018, e no que consta no Processo nº 50500.400028/2018-18, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS deverá disponibilizar às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º A ANTT deverá declarar a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 7º A não observância do disposto nesta Resolução implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

Razão Social	TAF	CNPJ
AB VIA CERTA TRANSPORTE & TURISMO LTDA	00.0579	04.132.184/0001-02
AIRES TUR TURISMO EIRELI - ME	00.0580	04.762.291/0001-06
ARY CABRAL VIEIRA NETO TURISMO EIRELI	00.0581	18.916.899/0001-52
AVANTE-TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	00.0582	05.847.361/0001-91
AVATUR TRANSPORTES LTDA	00.0583	29.192.201/0001-10
BINOTTI TURISMO EIRELI - ME	00.0584	14.210.345/0001-84
COMFORT LIFE TOUR LTDA	00.0598	28.781.661/0001-10
CRISTAL TURISMO EIRELI	00.0585	28.502.304/0001-76
EMERSON PRECARO BOGNIN EIRELI	00.0586	17.451.049/0001-63
EURÍPEDES TEIXEIRA DA SILVA TRANSPORTE EIRELI - ME	00.0587	07.558.102/0001-76
FRANCISCO MARTINS DA COSTA EIRELI - ME	00.0588	14.590.300/0001-82
GUZZO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI	00.0589	21.786.137/0001-93
MANOEL TUR EIRELI	00.0590	29.344.653/0001-70
MARIO GATTO TRANSPORTES EIRELI	00.0591	22.558.539/0001-01
MIL TRANSPORTES TURISMO E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	00.0592	08.828.512/0001-52
PAULO EDILBERTO COUTINHO PARTICIPAÇÕES LTDA	00.0593	05.730.396/0001-46
PROMAP FRETAMENTO E TURISMO LTDA - ME	00.0594	26.352.382/0001-06
SPEED LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA ME - ME	00.0595	03.673.143/0001-52
TOPTUR VIAGENS E TURISMO LTDA	00.0596	01.004.995/0001-21
VIEIRA & SILVA TURISMO LTDA	00.0597	29.518.416/0001-88

DELIBERAÇÃO Nº 152, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 097, de 03 de abril de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.367129/2017-99, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA para a REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA., dos mercados:

I - De: Itaberaba/BA, para: São Paulo/SP;

II - De: Jequié/BA, para: Montes Claros/MG e São Paulo/SP;

III - De: Milagres/BA, para: Montes Claros/MG e São Paulo/SP;

IV - De: Montes Claros/MG, para: São Paulo/SP;

V - De: Poções/BA, para: Montes Claros/MG e São Paulo/SP; e

VI - De: Vitória da Conquista/BA, para: Montes Claros/MG.

Art. 2º Modificar as Licenças Operacionais nº 124 da empresa EDSON AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA e n° 121 da empresa REALMAIA TURISMO E CARGAS LTDA.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 153, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 082, de 15 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.190588/2018-59, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados Barra Velha (SC) - Curitiba (PR), Cuiabá (MT) - Vilhena (RO) e Cáceres (MT) - Vilhena (RO), como seções na linha Criciúma (SC) - Porto Velho (RO), prefixo nº 16-0099-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 154, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 083, de 15 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.227835/2018-80, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA para a implantação da linha Cambará (PR) - Ourinhos (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 87 da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 155, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 086, de 15 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.662935/2017-78, delibera:

Art. 1º Alterar Licença Operacional - LOP nº 057 da empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A, para incluir o mercado Mucuri/BA - Nanuque/MG.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 157, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 090, de 22 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.154858/2018-68, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa FABBITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 33.374.141/0001-23, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT nº 3.561, de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO

Diretor-Geral

Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 158, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 092, de 23 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.371537/2017-45, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 032 da empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 14.492342/0001-80, para incluir os mercados: Aracaju/SE - Capim Grosso/BA, Aracaju/SE - Riachão do Jacuípe/BA e Lagarto/SE - Capim Grosso/BA, conforme Deliberação nº 115, de 2017 e Portaria SUPAS nº 34, de 2017, dando sequência à 1ª Etapa do Processo Seletivo Público estabelecida pela Deliberação nº 224, de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa ROTA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO

Diretor-Geral

Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 159, DE 04 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 094, de 23 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.236008/2018-87, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., autorizando o atendimento do mercado Betim (MG) - São Paulo (SP), como seção da linha Porto Seguro (BA) - São Paulo (SP), prefixo nº 05-0091-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 36 da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 160, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 087, de 21 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.608106/2017-40, delibera:

Art. 1º Autorizar a CONCESSIONÁRIA VALE S.A. - ESTRADA DE FERRO CARAJÁS - EFC a praticar, a partir do exercício seguinte ao de publicação desta Deliberação, a taxa de depreciação conforme anexo, em conformidade com a fundamentação técnica do Laudo Técnico nº 001/2017 e nos termos da Resolução ANTT nº 4.540, de 19 de dezembro de 2014, alterada pela Resolução ANTT nº 5.090, de 11 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

ANEXO

ITEM	DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL (ANOS)	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO
SUPERESTRUTURA			
01	TRILHOS	5,5	18,18%

DELIBERAÇÃO Nº 161, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 089, de 22 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.121838/2018-19, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. para a implantação da linha Foz do Iguaçu (PR) - Niterói (RJ), via Campinas, com as seções abaixo listadas:

I - De: Foz do Iguaçu/PR, Cascavel/PR, Ubiratã/PR e Campo Mourão/PR, para: São José dos Campos/SP, Taubaté/SP, Aparecida/SP, Resende/RJ, Barra Mansa/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Niterói/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Piracicaba/SP e Campinas/SP;

II - De: Medianeira/PR, para: São José dos Campos/SP, Taubaté/SP, Aparecida/SP; Resende/RJ, Barra Mansa/RJ e Nova Iguaçu/RJ;

III - De: Maringá/PR, para: São José dos Campos/SP, Taubaté/SP, Aparecida/SP, Resende/RJ, Barra Mansa/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Niterói/RJ e Rio de Janeiro/RJ;

IV - De: Londrina/PR, para: São José dos Campos/SP, Taubaté/SP, Aparecida/SP, Resende/RJ, Barra Mansa/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Rio de Janeiro/RJ;

V - De: Piracicaba/SP, para: Rio de Janeiro/RJ; e

VI - De São José dos Campos/SP, Taubaté/SP e Aparecida/SP, para: Resende/RJ, Barra Mansa/RJ, Nova Iguaçu/RJ e Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 162, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 090, de 23 de março de 2018;

CONSIDERANDO as disposições contidas nos arts. 24, VIII, 26, VII, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; nos Arts. 3º, IX e XXII, e 5º, VII, do anexo do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002; e as manifestações das áreas técnica e jurídica procedidas nos autos do Processo nº 50500.100301/2013-64, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a penalidade de multa de 450 (quatrocentos e cinquenta) URTs, por violação ao Art. 6º, inciso V da Resolução nº 2.665, de 23 de abril de 2008, nos termos da Decisão nº 011/2017/SUINF, de 27 de julho de 2017.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 4º Autorizar a SUINF, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão nº 006/2007.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 163, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 092, de 28 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.748611/2017-26, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de transferência da empresa VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. para a VERDE TRANSPORTES LTDA. dos mercados:

I - De: Barra do Garças/MT, para: Goiânia/GO, Trindade/GO, Nazário/GO, São Luís de Montes Belos/GO, Iporá/GO, Arenópolis/GO, Piranhas/GO e Bom Jardim de Goiás/GO;

II - De: Torixoréu/MT, para: Goiânia/GO, São Luís de Montes Belos/GO, Iporá/GO, Arenópolis/GO, Piranhas/GO, Bom Jardim de Goiás/GO e Baliza/GO.

Art. 2º Modificar as Licenças Operacionais nº 07 da VIAÇÃO ARAGUARINA LTDA. e n° 10 da empresa VERDE TRANSPORTES LTDA.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOPs estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 164, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 093, de 28 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.388253/2016-15, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 077 da empresa VIAÇÃO NOVO HORIZONTE LTDA., para incluir os mercados: Anápolis/GO - Tupirama/TO, Campinorte/GO - Pedro Afonso/TO, Estrela do Norte/GO - Filadélfia/TO, Eunápolis/BA - Guarará/MG, Ibirapuá/BA - Nanuque/MG, Jaraguá/GO - Pedro Afonso/TO, Jaraguá/GO - Tupirama/TO, Mara Rosa/GO - Presidente Kennedy/TO, Mosquito/TO - Peixoto de Azevedo/MT, Nanuque/MG - Itanhém/BA, Nerópolis/GO - Figueirópolis/TO, Petrolina de Goiás/GO - Fátima/TO, Rialma/GO - Filadélfia/TO, Rialma/GO - Pedro Afonso/TO, Rialma/GO - Tupirama/TO, Salgado/SE - Paripiranga/BA, Santa Tereza de Goiás/GO - Pedro Afonso/TO, Santa Tereza de Goiás/GO - Tupirama/TO, São Francisco de Goiás/GO - Talismã/TO, São Luiz do Norte/GO - Pedro Afonso/TO, São Luiz do Norte/GO - Tupirama/TO, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação nº 224, de 17 de outubro de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 165, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 094, de 28 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.092611/2018-41, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TOMICO TRANSPORTES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 88.789.656/0001-86, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT nº 3.561, de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 167, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 083, de 19 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.384083/2016-91, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 082.1 da empresa GUERINO SEISCENTO TRANSPORTES S.A. para incluir os mercados Catalão/GO - Foz do Iguaçu/PR e Catalão/GO-Londrina/PR, disponibilizados na 1ª etapa conforme Deliberação nº 224, de 17 de outubro de 2016.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 168, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 085, de 21 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.523041/2017-63, delibera:

Art. 1º Alterar, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do processo nº 5000382-24.2018.4.04.7211, a Licença Operacional - LOP nº 016, da empresa REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, para implantação da linha Santa Rosa (RS) - Curitibanos (SC), tendo os seguintes mercados como seções:

I - De: Santa Rosa (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

II - De: Santo Ângelo (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

III - De: Ijuí (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

IV - De: Carazinho (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

V - De: Passo Fundo (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

VI - De: Tapejara (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

VII - De: Sananduva (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

VIII - De: Cacique Double (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC);

IX - De: São José do Ouro (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC); e

X - De: Barracão (RS), para: Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC).

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 169, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 088, de 21 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.388263/2016-42, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 034 da empresa VIAÇÃO CENTRAL BAHIA E TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ nº 16.345.282/0001-07, para incluir os mercados Santa Tereza de Goiás/GO - Formoso do Araguaia/TO, São Luís do Curu/CE - Buriticupu/MA e Uruaçu/GO - Formoso do Araguaia/TO, conforme Deliberação nº 115, de 8 de junho de 2017, e Portaria nº 34, de 12 de junho de 2017, editada pela Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS, dando sequência à 1ª etapa estabelecida pela Deliberação nº 224, de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º Determinar à SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 170, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 091, de 23 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50515.037677/2016-47, delibera:

Art. 1º Não conhecer o Recurso Hierárquico interposto pela CONCESSIONÁRIA RUMO MALHA OESTE S.A.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO Nº 171, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 092, de 26 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.344645/2015-83, delibera:

Art. 1º Emitir, em cumprimento à Decisão Judicial nº 1008271-05.2017.4.01.3400, TRF1, a Licença Operacional - LOP nº 152 da empresa VIA ENERGIA LOG LTDA. para operar a linha judicial Natal (RN) - Santos (SP) - Prefixo 14-9024-00.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

DELIBERAÇÃO 172, DE 4 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 091, de 27 de março de 2018, e no que consta do Processo nº 50500.228508/2016-83, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do presente processo administrativo instaurado em desfavor da empresa PARATINS TRANSPORTE E TURISMO LTDA.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO DE ASSIS LOBO
Diretor-Geral
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 4 DE ABRIL DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 60 - Autorizar a readequação de acesso às margens da rodovia BR-101/SC, entre os km 181+164m ao 181-920m, Sentido Norte, no Município de Governador Celso Ramos/SC, de interesse de Locks Loteamento Novo Governador Celso Ramos Incorporações SPE Ltda. - Processo nº 50545.008515/2017-25.

Nº 61 - Autorizar a Implantação de acesso às margens da rodovia BR-101/SC, no km 211+400m, Sentido sul, no Município de Palhoça/SC, de interesse da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC. - Processo nº 50545.011037/2017-31.

Nº 62 - Autorizar a ocupação transversal da faixa de domínio para implantação de uma rede de gás, no km 198+545m, na Rodovia BR-116/RJ, no Município de Queimados-RJ, de interesse da empresa Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. - Processo nº 50505.016468/2018-41.

Nº 63 - Autorizar a implantação de rede de gás na faixa de domínio da Rodovia BR-101/SC, por meio de ocupação transversal, no km 144+195m, no Município de Itapema/SC, de interesse da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGás. - Processo nº 50545.002918/2018-41.

Nº 64 - Autorizar a implantação de rede de fibra ótica, no km 109+500m, da Rodovia BR-153/MG, no Município de Prata-MG, de interesse da GM Telecom e Informática Ltda ME. - Processo nº 50500.700364/2017-87.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PORTOS-SEP-COMPANHIA DOCAS DO PARÁ-AUTORIDADE PORTUÁRIA

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Senhores Acionistas e Conselheiros,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Companhia Docas do Pará - CDP apresenta o Relatório Anual de Administração e suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente ao Exercício de 2017, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, Lei das Estatais e Normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As informações registradas advêm das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados pela Empresa Matriz e suas Filiais, compostas pela Sede Administrativa e Unidades Portuárias de Belém, Miramar, Outeiro, Vila do Conde, Santarém, Itaituba, Altamira, Óbidos e Marabá.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas brasileiras contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas orientações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que norteiam a Legislação Societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Diretoria Executiva

RESULTADOS OPERACIONAIS

A movimentação realizada em 2017 foi da ordem de **26.547.303** toneladas, representando um acréscimo de **11,74%**, quando comparada à registrada em 2016, cujo total foi de **23.758.809** toneladas.

TABELA 1 – MOVIMENTAÇÃO ANUAL DE 2017

Ano	Movimentação Anual
2014	22.282.116
2015	23.908.931
2016	23.758.809
2017	26.547.303

Fonte: SUMEST/GEPLAM

As cargas que registraram melhor desempenho, portanto de maior representatividade no exercício 2017, foram:

I. Alumina **16,78%**
II. Milho **15,26%**
III. Bauxita **13,95%**
IV. Soja **14,23%**
V. Soda Cáustica **4,92%**

A seguir, demonstramos a participação das respectivas unidades portuárias da Companhia para a composição da movimentação total realizada no exercício em comento.

TABELA 2 – RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES POR PORTO

Porto	Representatividade	Diferença	Movimentação 2016	Movimentação 2017
Porto de Vila do Conde	56,94%	-4,19% de queda	15.776.709	15.102.584
Porto de Santarém	29,43%	61,66% de acréscimo	4.747.000	7.814.821
Terminal de Miramar	8,54%	13,28% de acréscimo	2.000.616	2.266.397
Porto de Belém	1,04%	-5,86%	292.872	275.696
Terminal de Outeiro	1,42%	291,09% de acréscimo	96.147	376.017
Porto de Itaituba	2,52%	-14,88% de queda	786.017	669.064
Porto de Altamira	0,11%	-50,84% de queda	59.383	29.193
Porto de Óbidos	0,0004%	-96,21% de queda	2635	100

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Porto de Vila do Conde

A unidade de Vila do Conde se constitui no principal porto da CDP, nesse contexto, detém representatividade de **56,94%** em relação à movimentação total da companhia. Nesse particular, as cargas vinculadas ao polo aluminífero respondem por esse desempenho.

No exercício de 2017, o Porto movimentou **15.116.014 (t)**, a qual é **4,19%** menor que a realizada em 2016, em razão da menor movimentação de alumina e bauxita, como a seguir comentado.

Invertendo a posição de crescimento dos últimos três anos, a movimentação de alumina, em 2017, foi de **4.455.592 (t), 11,06%** inferior à registrada em 2016.

A bauxita, mantendo a tendência de queda dos últimos cinco anos, registrou redução de movimentação no patamar de **14,57%**, para uma produção de **3.970.982 (t)** em 2017, contra **4.647.957 (t)** em 2016. Responde por essa redução a crescente utilização de mineroduto no transporte da carga.

O hidróxido de alumínio, com média de crescimento de aproximadamente **29%,** nos últimos três anos, atingiu em 2017, representatividade de **4,7%** do total movimentado em Vila do Conde, correspondente a **709.084 (t)**.

A movimentação de contêineres, em 2017, registrou relevante acréscimo, gerando alta de **19,80%**, totalizando **1.403.104 (t)** contra **1.171.157 (t)** em 2016.

TABELA 3 – RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE VILA DO CONDE

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	15.776.709
2017	15.116.054
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representatividade**
Alumina	32%
Bauxita	29%
Soda Caústica	8%
Óleo Combustível	5%
Hidróxido de Alumínio	4%
Outros	22%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representatividade**
Alumina	31%
Bauxita	27%
Soda Caústica	9%
Óleo Combustível	6%
Hidróxido de Alumínio	6%
Outros	21%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Porto de Santarém

O porto de Santarém, em 2017, registrou movimentação **7.814.821 (t)**, correspondendo a um aumento de **64,63%** em relação a do ano anterior, da ordem de **4.747.000 (t).** As principais cargas do porto, notadamente as relacionadas ao agronegócio, respondem pelo incremento de movimentação, majoritariamente presentes no terminal da CARGILL. Em 2017 o volume de milho cresceu **198,26%**, totalizando **3.834.578 (t).** Em relação à soja, o acréscimo foi na ordem de **15,16%,** para um montante de **3.483.500(t).** O significativo acréscimo de movimentação de grãos, principalmente o milho, se deve em decorrência da safra recorde em 2017, associada à baixa na produção, em 2016, em função de grande estiagem. Adicionalmente, investimentos do arrendatário em melhoria de infraestrutura operacional e de armazenagem, permitiram melhorar o desempenho do terminal. Em patamar inferior, porém com perspectivas favoráveis de crescimento, a movimentação de fertilizantes totalizou **306.478 (t)** em 2017, representando variação positiva, em relação a 2016, de **22,04%.**

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 4 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE SANTARÉM

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	4.747.000
2017	7.814.821
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representativade**
Milho	27%
Soja	64%
Fertilizantes/Adubo	5%
Óleo Diesel	1%
Gasolina	1%
Outros	2%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representativade**
Milho	49%
Soja	45%
Fertilizantes/Adubo	4%
Óleo Diesel	1%
Gasolina	0,1%
Outros	1%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Porto de Belém

O Porto de Belém, com sérias restrições de acesso, em 2017, movimentou **275.696 (t)**, a qual é **5,86%** inferior à registrada em 2016, da ordem de **292.872 (t).** A redução na movimentação de trigo responde por essa redução. Para 2018, espera-se que com o início das operações de offshore o porto apresente melhor desempenho.

TABELA 5 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE BELÉM

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	292.872
2017	275.696
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representatividade**
Trigo	85%
Gordura, óleos animais/vegetais	7%
Óleo Combustível	0,1%
Reatores, Máquinas e Caldeiras	0,1%
Arroz	0,1%
Outros	7,7%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representatividade**
Trigo	85%
Gordura, óleos animais/vegetais	6%
Óleo Combustível	2%
Reatores, Máquinas e Caldeiras	2%
Arroz	1%
Outros	4%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Terminal de Miramar

O Terminal de Miramar, em razão de arranjos de mercado e a partir de nova realidade logística, quando o setor privado passou atuar no transporte e distribuição de produtos do segmento, maximizou, em 2017, ganhos de movimentação, em relação a 2016, de **13,28%**, para um total movimentado de **2.266.397 (t)**. Dentro do portfólio desses produtos, óleo diesel foi a carga mais movimentada, apresentando **923.039 (t),** correspondente a **40,73 %** da movimentação anual.

TABELA 6 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE MIRAMAR

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	2.000.616
2017	2.266.397
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representativade**
Óleo Diesel	46%
Gasolina	20%
Álcool Desnaturado	0%
GLP	13%
Óleo Combustível	10%
Outros	11%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representativade**
Óleo Diesel	41%
Gasolina	20%
Álcool Desnaturado	12%
GLP	11%
Óleo Combustível	11%
Outros	5%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Porto de Itaituba

O Porto de Itaituba fechou o ano com baixa de movimentação da ordem de **15%** (**669.064 (t)** em 2017 contra **786.017 (t)** em 2016). Tratando-se unidade de transbordo de cargas com relevante papel logístico, o porto opera cargas vinculadas ao agronegócio, nesse sentido, operações de carregamento de soja (**296.742 (t)**) e de milho (**216.598 (t)**) mantêm esses grãos como as principais cargas movimentadas no Porto de Itaituba.

TABELA 7 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE ITAITUBA

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	786.017
2017	669.064
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representativade**
Soja	63%
Milho	32%
Fertilizantes	0%
Madeira	5%
Animais Vivos	0%
Outros	0%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representativade**
Soja	44%
Milho	32%
Fertilizantes	21%
Madeira	3%
Animais Vivos	0%
Outros	0%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto de Altamira

No Porto de Altamira, em decorrência da realização do cronograma da obra da Usina de Belo Monte, nos últimos quatro anos, registrou decréscimo de movimentação. Em 2017 foram movimentadas **29.193 (t)**, ocorrendo redução de **50,84%**, em relação ao ano de 2016, onde foram movimentadas **59.383 (t).**

Em relação ao granel líquido, principal carga do porto, em 2017, registrou baixa de **33,28%,** para um total movimentado de **14.534 (t),** contra **21.787 (t)**, em 2016. O óleo, também apresentou redução, porém, de **60,32%**, tendo movimentado em 2017 **9.483 (t)** contra **23.898 (t)** em 2016.

TABELA 8 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE ALTAMIRA

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	59.383
2017	29.193
Principais Cargas Movimentadas em 2016 em milhões (t)	**Representativade**
Gasolina	38%
Óleo Diesel	41%
Semi-Reboque Baú	21%
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representativade**
Gasolina	50%
Óleo Diesel	32%
Semi-Reboque Baú	18%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

Porto de Óbidos

O Porto de Óbidos, predominantemente fluvial atendendo a hinterlândia, apresenta registro de **100 (t)** no ano de 2017, cerca de **96,21%** menor do que o movimentado no ano de 2016. Ressalva-se que a carga vinculada à tipicidade deste porto não vem sendo registrada de acordo com as rotinas internas da companhia.

TABELA 9 - RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE ÓBIDOS

Ano	Movimentação em Toneladas
2016	2.461
2017	100
Principais Cargas Movimentadas em 2017 em milhões (t)	**Representativade**
Castanhas	48%
Veic.Terrestres Acessórios	9%
Reatores,Caldeiras, Máquinas	5%
Sementes e Frutos Oleaginosos	4%
Fibras, Fios, Tecidos	4%
Outros	30%

Fonte: SUMEST/GEPLAM

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO

Uma das mais importantes ações administrativas no exercício foi a implantação da Estrutura Organizacional de Transição. Com efeito, a CDP reorganizou administrativamente a estrutura organizacional a fim de possibilitar a execução dos novos fluxos de processos, produto do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP.

TABELA 10– ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE TRANSIÇÃO

DIRETORIA	GERÊNCIA	SUPERVISÃO	TESOURARIA
ÓRGÃOS SUPERIORES	AGA		
	CONSAD	GEAUDI	
	COFINS		
	DIREXE		
DIRPRE	GEGABI	SECORC	
		SECGER	
	GEGEST	SURISC	
		SUPROP	
	GEJURI	SUCONT	
		SUAREG	
		SUICON	
	GERPMA	SURPMA	
		SUPSET	
	GERGUAP	SUSBEL	
		SUSMIR	
		SUSSAN	
		SUSCON	
		SUSINT	
DIRAFI	GEADMI	SUAIPA	
		SUCOMP	
		SUSERV	
	GERHUM	SUPARH	
		SUGESC	
		SUPCAP	
	GEFINS	SUFCOP	TESCEN
		SUFCOR	
		SUCOFA	
	GETINF	SUECON	
		SUOPER	
		SUPDES	
	GECONT		
DIRGEP	GEENGE	SUPROE	
		SUGEOB	
		SUMANP	
	APOBEL	SUFBEL	TESBEL
	APOMIR	SUFMIR	
	APOOUT	SUFOUT	TESOUT
	APOCON	SUFCON	TESCON
		SUACES	
	APOSAN	SUFSAN	TESSAN
	APOALT		
	APOITA		
	APOOBI		
	GEPLAM	SUMEST	
		SUPDEP	
	GERCOC	SUPCOM	
		SUFCAR	

Fonte: GEGEST

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Essa reestruturação possibilitou também uma melhoria na gestão de muitos processos da Companhia, como a implantação de áreas específicas, como: **Gestão dos Arrendamentos:** visando melhorar a comunicação entre a CDP e seus clientes possibilitando, inclusive, a expansão de novos negócios resultando como será abordado no decorrer deste Relatório; **Planejamento de Mercado:** visando alinhar o PDZ da Companhia às necessidades do Mercado, de modo que a Companhia esteja sempre pronta para atender os seus clientes potenciais; **Gestão de Riscos:** visando à conformidade com uma série de Leis, Decretos e Instruções Normativas do Governo Federal; **Gestão de Controladoria:** visando atualizar os processos de gestão financeira a fim de garantir que as informações financeiras estejam atualizadas e adequadas ao processo decisório da Diretoria.

Gestão Administrativa

A Gerência de Administração - GEADMI é responsável pela fiscalização de vários contratos desta companhia, os quais estão listados na tabela abaixo:

TABELA 11 - RELAÇÃO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

UG/Gestão: PA

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
			Início	Fim	
2017	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização nas unidades portuárias da Companhia Docas do Pará.	**CONECTA SERVIÇOS COMÉRCIO E CONSERVAÇÃO LTDA** 05.620.382/0001-70 **CONTRATO Nº: 16/2017**	31/05/2017	30/05/2018	CO
2017	Locação de veículos 0 (zero) km, com e sem motoristas, dos tipos: sedan executivo e caminhonete cabine dupla, em dias úteis e não úteis, a serem utilizados /disponibilizados nos municípios de Belém, Barcarena e Santarém, visando o transporte de empregados, materiais, suprimentos e equipamentos de pequeno porte entre as unidades da CDP no Estado do Pará.	**DANDY LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. - EPP** 07.446.868/0001-69 **CONTRATO Nº 25/2017**	01/12/2017	30/11/2018	CO
2017	Prestação de serviços de telefonista, copeiro, garçom, recepcionista, auxiliar de almoxarifado e porteiro.	**STYLUS SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP** 13.258.951/0001-07 **CONTRATO Nº 23/2017**	11/10/2017	10/10/2018	CO
2016	Prestação de serviços na área de saúde, para o atendimento de urgência, possuindo veículo, equipamentos e pessoal habilitado a prestar os primeiros socorros em casos de acidentes e incidentes ocorridos no Terminal Petroquímico de Miramar.	**K CRISTINA SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI EPP** 20.738.945/0001-12 **CONTRATO Nº 27/2016**	29/08/2017	28/08/2018	TA Nº 01
2017	Gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos, lanchas, equipamentos operacionais e outros serviços prestados por cartão de pagamento magnético e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível.	**BRASILCARD** 03.817.702/0001-50 **CONTRATO Nº 013/2012**	13/06/2017	12/06/2018	TA Nº 08
2016	Prestação dos serviços de administração, gerenciamento e intermediação na concessão de vale-alimentação a aproximadamente 462 (quatrocentos e sessenta e dois) servidores da CDP lotados no Estado do Pará compreendendo a disponibilização individual de cartões magnéticos e respectivas ativações mensais, mediante crédito "per capita" do valor do benefício, no dia 20 (vinte) de cada mês.	**POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A.** 00.904.951/0001-95 **CONTRATO Nº 018/2016**	06/06/2017	05/06/2018	TA Nº 01

Fonte: GEADMI

CE= Contrato Emergencial

CO= Contrato Ordinário

TA= Termo Aditivo

Quanto aos Contratos sob responsabilidade desta Gerência, a execução contratual vem sendo plenamente atendida. Conforme anos anteriores, continuamos a trabalhar diretamente com a gestão de frotas da empresa BRASILCARD prestadora de serviços de abastecimentos dos veículos e maquinários desta companhia; E também com o sistema de benefícios da empresa POLICARD referente ao vale alimentação dos empregados, os quais terminamos o exercício de 2017 sem nenhuma situação problema, tais como reclamações, falha na prestação dos serviços e outros.

Gestão de Almoxarifado

A Supervisão de Materiais Almoxarifado e Compras (SUCOMP) realizou as seguintes atividades em 2017: Implantação do módulo de compras-Almoxarifado do sistema Sênior-ERP, através das seguintes providências: Exportação manual de todo o inventário do estoque registrado no Finpac (posição de 31/12/2016) para o novo sistema; Inserção das requisições eletrônicas de material registradas no Finpac nos meses de janeiro e fevereiro de 2017; Treinamento ministrado pela própria SUCOMP aos colaboradores do Almoxarifado; Resolução, através de ajuda remota, de inconsistências nos relatórios de estoque, entradas e saídas do Sênior. Questionamentos por escrito sobre a situação das boias de sinalização náutica guardadas no armazém oito que nunca foram usadas e que tiveram alguns de seus componentes retirados. Adesão à ata de registro de preços para aquisição de coletes balísticos para a Guarda Portuária. Planejamento anual de compras para a sede, portos e terminais da CDP; Fechamento mensal do estoque no módulo de compras do sistema Sênior; Cadastramento de materiais no módulo de compras no Sênior.; Conferência, recebimento e estocagem de materiais adquiridos pela CDP (Almoxarifado). *Check list* mensal quinzenal, pelo Almoxarifado, dos materiais armazenados no galpão (Almoxarifado).

Atendimento e distribuição de materiais de uso geral na CDP, tais como: água envasada, alimentos, materiais de expediente, de limpeza, elétricos, químicos e EPI.

Em parceria com a SUAIPA, a SUCOMP realizou a implantação de purificadores de água em pontos estratégicos da CDP com o intuito de diminuir gastos com água em copo e garrafão, visando implantar ações sustentáveis, visto que muitos empregados aderiram à ideia e utilizam garrafas próprias para o consumo de água, evitando assim o desperdício de copos descartáveis. Segue os locais de implantação dos purificadores: Edifício Sede (térreo, 1º e 2º andares, 3º andar-copa); Prédio do Almoxarifado; Porto de Belém (Portões 10, 17, Administração, Galpões 5, 6 e 7); Terminal de Miramar (Portaria, Administração, Salgado Filho, Refeitórios); Terminal de Outeiro - Administração.

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atendimento de diversas demandas emergenciais dos setores, tais como substituição de condicionadores de ar irrecuperáveis, itens solicitados pela Receita Federal, instalações exigidas por órgãos intervenientes. Aquisição de uma bomba de sucção e acessórios para equipar o Porto de Santarém e dessa forma expandir o leque de suas atividades, redundando em novas receitas para a CDP. Aquisição de condensadores avulsos, para aproveitar aparelhos de ar condicionado ainda em boas condições, evitando dispêndios desnecessários com aquisição de aparelhos novos. Remanejamento de mobiliário e computadores que estavam na condição de subutilizados na SUCOMP para atender demanda de outros setores, evitando aquisições desnecessárias. Fechamento do Estoque de 2017, validado pela Comissão de Inventário. Redução no valor de materiais de uso constantes no exercício de 2017, comparado com os gastos dos anos anteriores, conforme tabela a seguir.

TABELA 12 – CONSUMO DE PAPEL, ÁGUA, AÇÚCAR E CAFÉ

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			**Ano de Adesão**		**Resultados**	
Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2017	**2016**	**2015**	**2017**	**2016**	**2015**
Resma de Papel A4 Branco	350	302	310	7.536,24	5.580,00	2.668,80
Resma de Papel A4 reciclado	1.798	1.810	3.175	34.867,15	39.820,00	39.052,50
Água Mineral de 20 L	2.812	4.118	3.600	12.643,37	24.708	10.800,00
Água Mineral de cx c/48 copos	1.938	2.400	2.200	29.455,28	29.448,00	26.312,00
Açúcar	2.608	3.352	4.000	8.652,80	10.056,00	6.800,00
Café	1.005	1.400	1.680	18.613,80	17.178,00	19.488,00
			Total	**113.785,64**	**126.790,00**	**107.136,30**

Fonte: Finpac – Sênior

Gestão de Serviços Gerais

A Supervisão de Serviços Gerais – SUSERV tem atuação de maneira geral na área de serviços da Companhia, com ênfase em questões relacionadas ao Edifício Sede e Prédio anexo. Atua realizando a fiscalização dos principais serviços celebrados pela Companhia como: limpeza e conservação no âmbito de todas as unidades portuárias, fornecimento de mão de obra terceirizada, telefonia fixa, telefonia móvel, serviços em manutenção de condicionadores de ar, locação de veículos e gerenciamento dos transportes da Companhia, manutenção preventiva e corretiva do elevador, serviços de manutenção predial em geral – jardinagem; carpintaria, marcenaria, hidráulica, alvenaria e pintura. No ano de 2017, além de dar continuidade nas atividades de fiscalização dos contratos, ora mencionados foram realizadas as seguintes atividades: Elaboração do Termo de Referência e participação ativa no processo licitatório 1157/2016, que culminou na confecção dos contratos nº. 16/2017 e 21/2017, cujo objeto são os serviços de limpeza e conservação no âmbito da CDP, frisa-se à adequação da contratação nos moldes do acordão TCU nº. 1520; Elaboração do Termo de Referência e participação ativa no processo licitatório nº. 923/2016, que culminou na confecção do contrato nº. 25/2017, cujo objeto é a locação de veículos com o fornecimento de motoristas no âmbitos de todas as unidades da CDP, frisa-se à adequação da contratação nos moldes do acordão TCU nº. 1520, inclusive com a elaboração de Estudo Técnico Preliminar; Elaboração de Termo de Referência e participação ativa no processo licitatório n x, que culminou na confecção do contrato nº. 23/2017, cujo objeto é o fornecimento de diversas profissionais terceirizados que darão suporte em todas as unidades portuárias da CDP; Elaboração de Termo de Referência e participação ativa no processo licitatório nº. 3023/2016, que visa à contratação de empresa especializada nos serviços de roçagem mecânica no âmbito de todas as unidades portuárias da CDP; Elaboração de Termo de Referência e participação ativa no processo licitatório nº. 1984/2016, que visa realizar a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva em aparelhos condicionadores de ar e congêneres no âmbitos da CDP; Realização de contratações de manutenção predial, por intermédio de ASD, além de instrução de contratação de serviços de melhorias no prédio anexo.

Gestão de Patrimônio

A Supervisão de Patrimônio - SUAIPA permanece implantando ações que visam melhorar o controle de sobre os bens móveis e imóveis da companhia, detalhamento dos procedimentos de inventário, transferência, conferência e distribuição de bens móveis; trabalhando em ações junto a órgãos federais visando à regularização de imóveis que estão sob a guarda da CDP, iniciando processo de transferência de guarda definitiva, como, por exemplo, terrenos localizados na Cidade de Vila dos Cabanos; fazendo Reformas e manutenções constantes em mobiliários em geral (cadeiras, mesas, armários, etc.) e atuando também na manutenção e restauração de bens de Informática como: Nobreaks, Placa-mães, Monitores, etc. também com o intuito de atender ao usuário final e minimizar custos com aquisições. Esta gerência e suas supervisões subordinadas SUCOMP, SUSERV e SUAIPA não obteve inconformidades no exercício de 2017.

GESTÃO COMERCIAL

Principais Ações Comerciais

Através da Resolução DIRPRE nº 66/2017 de 10/02/2017, foi implantada a Estrutura de Transição da Companhia Docas do Pará, a partir de 03/2017, a qual criou a Supervisão de Promoção Comercial de Áreas Operacionais e Não Operacionais – SUPCOM que está subordinada a Gerência de Relações Comerciais e Gestão de Contratos – GERCOC. A SUPCOM/GERCOC são responsável por definir a condução de novas possibilidades de investimentos nos portos, permitindo atender aos objetivos e metas definidas, através de ofertas de espaços ociosos e da recepção de novos projetos e investidores. É responsável ainda por cuidar das relações comerciais da CDP, estabelecendo e mantendo contado com associações comerciais, federações, exportadores e importadores, armadores e investidores em geral, executando plano ou programa de marketing e outras ações que visam divulgar os portos sob jurisdição da CDP. Para atender às estratégias e planos de promoção comercial, tendo em vista os estudos de mercado e prognóstico a realizados pela área de planejamento, o setor comercial atua em duas frentes de ação: a gestão de novos negócios e a gestão de intenções comerciais. Na Gestão de Novos Negócios, a atuação visa regularizar as rotinas para recepção, avaliação e emissão de parecer quanto à viabilidade de intenções comerciais manifestadas por interessados em explorar áreas enquadradas como não operacionais, de acordo com as atividades previstas nos respectivos PDZ`s dos Portos Organizados da CDP. Por sua vez, na Gestão de Intenção Comercial, o objetivo é regulamentar as rotinas para recepção, avaliação e emissão de parecer quanto à viabilidade de intenções comerciais manifestadas por interessados em explorar áreas operacionais de acordo com as atividades previstas nos respectivos PDZ´s dos Portos Organizados da CDP. Desse modo, durante o exercício de 2017 foram protocolados, aproximadamente, 15 processos que apresentaram cartas de intenção, cujos objetivos são a expansão das atividades nos Portos, e consequentemente ampliação da atividade portuária nas regiões. Contudo, a maior dificuldade inerente à atuação e as ações Comerciais da Companhia é a falta de regulamentação adequada para o atendimento célere e transparente das oportunidades que se apresentam, pois existem excessivas condicionantes periféricas que impedem atingir o principal, isto é auferir receitas por meio dos seus ativos. Vale registrar, que a Supervisão também trata da regularização dos órgãos intervenientes que ocupam áreas nos Portos, mediante instrumento contratual, cujos requisitos são os seguintes: Interesse público caracterizado; Não onerosidade da avença; Áreas não afetas às operações portuárias; Requerimento de entidades da Administração Pública ou seus órgãos; Uso da área para o exercício de competências vinculadas às atividades portuárias.

GESTÃO FINANCEIRA

A Gerência Financeira responsável pelo planejamento e equilíbrio das Finanças da Companhia, a fim de melhorar seus resultados, através de suas supervisões, SUFCOP, SUFCOR, SUCOFA, bem como TESOURARIA, realizou as seguintes ações relevantes em 2017 conforme segue.

Gestão de Contas a Pagar e Tesouraria

Efetiva Implantação do Sistema Sênior – A partir de Fevereiro de 2017 todas as rotinas de Contas a pagar e tesouraria foram feitas pelo sistema Sênior. Dentre as principais mudanças foram: Os pagamentos gerados diretamente do sistema para o banco; As baixas de títulos automáticas, através de arquivo de retorno do banco; Conciliação bancária automática; Integração do módulo RUBI dos valores a pagar de folha e seus encargos; Aperfeiçoamento de controle das Cauções dos fornecedores MULTA TAC/MPT – Em dezembro de 2017 foi paga a última parcela do TAC/MPT que iniciou em Junho/16. O total pago em 2017 foi de **R$ 1.974.376,00,** repassado para os projetos o valor de **R$ 1.961.405,97.**

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em abril de 2017 foi paga a última (12ª) parcela da confissão de dívida da Vilhena Importação e Exportação totalizando **R$ 55.735,20;** como também a da ALUBAR Metais e Cabos em setembro do mesmo ano totalizando **R$2.660.430,06.**

Parcelamento de Multas da ANTAQ

Pedido de Parcelamento de Multas da ANTAQ, conforme tabela abaixo:

TABELA 13 – PARCELAMENTO DE MULTAS DA ANTAQ

Processo CDP	PROCESSO ANTAQ	VALOR DA MULTA	ENTRADA	Data do Pagamento da Entrada	TOTAL A PARCELAR	QUANT. DE PARCELAS	VALOR DA PARCELA
7091/2017	50305.002578/2013-77	100.000,00	30.000,00	24/10/2017	70.000,00	6	11.666,67
1594/2015	50305.003116/2011-13	100.000,00	30.000,00	31/10/2017	70.000,00	6	11.666,67
3286/2015	50305.002120/2015-80	299.250,00	10.000,00	05/12/2017	289.250,00	30	9.641,67
2403/2014	50305.000678/2013-69	377.212,50	10.000,00	05/12/2017	367.212,50	30	12.240,42

Fonte: SUCOFA/GEFINS

GESTÃO DE CONTAS A RECEBER A Supervisão de Contas a Receber e Tesouraria – SUFCOR, foi criada em 1º demarço de 2017, e tem como função principal acompanhar os recebimentos da CDP, visando o controle do processo de Contas a Receber, e possibilitando o conhecimento dos seguintes pontos: montante dos valores a receber, contas vencidas e a vencer, clientes que não pagam em dia e programação de cobranças. A Supervisão de Contas a Receber tem responsabilidade de identificar e baixar os títulos pagos através de boleto bancário, referentes aos serviços portuários das filiais: 1 – BELÉM, MIRAMAR, OUTEIRO; 3 - ALTAMIRA; 4 - ITAITUBA; e 6-VILA DO CONDE, bem como monitorar as Contas Bancárias atreladas ao CNPJ da CDP Matriz. Quanto às filiais Santarém e Óbidos o recebimento dos pagamentos é de inteira responsabilidade das respectivas Administrações. Visando tornar mais eficiente o processo de cobranças, a CDP por intermédio da Supervisão de Contas a Receber, vem realizando procedimentos contundentes perante clientes inadimplentes, conforme procedimentos listados a seguir:No exercício de 2017 foi autorizado 1 (um) Parcelamento de Dívida, com a empresa: AMAZON LOG LTDA, o qual encontra-se sob análise do Setor Jurídico.A fim de realizar controle mais acurado sobre o processo de Contas a Receber da empresa, a SUFCOR apresentou mensalmente ao Conselho Fiscal relatórios contendo as seguintes informações: Posição de devedores por clientes, valores, tempo e medidas tomadas para reaver tais valores. Valores faturados por período, discriminando o montante liquidado e o pendente.A CDP deu continuidade às medidas efetivas perante as inadimplências, com ações de rotinas diárias, tais como: identificação, emissão de carta cobrança, e, permanecendo a inadimplência, bloqueio do cliente devedor no Sistema de Controle de Administração Portuária - SCAP, protestos, e encaminhamento dos títulos protestados ao Setor Jurídico para cobrança judicial, quando necessária. Comparando o nº de ações de cobrança ocorridas em 2016 com o exercício de 2017 temos um decréscimo aproximadamente 15% na emissão de Cartas de Cobrança, 30% a maior no encaminhamento de títulos para Cartórios de Protesto, e 70% a menor em processos para o Jurídico providenciar a cobrança judicial, em função da inadimplência, conforme demonstrado na taabela a seguir:

TABELA 14 – COMPARATIVO DE COBRANÇAS

MEDIDAS DE COBRANÇA	2016	2017	%
Emissão de Cartas de Cobrança	**355**	**307**	**(-) 15,64**
Títulos Protestados	**20**	**26**	**(+) 30**
Títulos Protestados encaminhados ao jurídico.	**20**	**6**	**(-) 70**

Fonte: SUCOFA/GEFINS

Ao que se referem a melhorias e aperfeiçoamentos nos serviços do setor, várias ações foram tomadas pela Supervisão de Contas a Receber no decorrer do exercício 2017, como a implantação do ERP Sênior - módulo Contas a Receber em meados do mês de março/2017, conforme exemplificamos abaixo: Inserção de todos os recibos de adiantamento de crédito (cauções) e títulos de débito (Notas Fiscais e Notas Débito) que constavam em aberto no antigo Sistema (FINPAC), de todas as filiais da Companhia, quais sejam: 1 – BELÉM, MIRAMAR, OUTEIRO; 2 – SANTARÉM; 3 - ALTAMIRA; 4 - ITAITUBA; 5 - ÓBIDOS e 6-VILA DO CONDE. Participação na Implantação do boleto bancário, que passou a ser emitido diretamente pelo ERP Sênior, o que aperfeiçoou o processo de cobrança e recebimento da CDP (em fase de teste), pois tal processo era feito por aplicativo externo disponibilizado pelo Banco do Brasil S/A. Criação e ajustes de vários relatórios no módulo Contas a Receber, junto ao administrador do ERP, os quais atendem com maior precisão e eficiência as necessidades desta Supervisão e dos demais setores que precisam das informações oriundas da SUFCOR como por exemplo: Conselho Fiscal, Contabilidade e Auditoria.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Companhia Docas do Pará-CDP encerrou o exercício de 2017 com 481 (quatrocentos e oitenta e um) empregados, sendo distribuídos nos municípios de Belém, Barcarena, Santarém, Itaituba, Altamira e Óbidos, conforme tabela 15 a seguir:

TABELA 15 – QUANTIDADE DE EMPREGADOS POR LOTAÇÃO DA CDP

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – 2017			
Local de Trabalho	**Sexo - Mas.**	**Sexo - Fem.**	**Total**
Edifício Sede	69	74	140*
Porto de Belém	80	05	88
Terminal de Miramar	70	09	79
Terminal de Outeiro	17	02	19
Porto de Vila do Conde	79	15	94
Porto de Santarém	40	06	46
Porto de Óbidos	05	0	05
Porto de Altamira	04	0	04
Porto de Itaituba	04	02	06
Total	**368**	**113**	**481**

Fonte: GERHUM/SUGERH

* Estão incluídos os 3 Diretores e os empregados cedidos.

De acordo com a determinação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, o limite máximo do quadro de pessoal próprio da empresa foi alterado de 490 (quatrocentos e noventa) para 489 (quatrocentos e oitenta e nova) empregados, conforme Portaria nº 29, de 06/12/2017, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST, uma vez que as vagas dos empregados Anistiados, Reintegrados, Readmitidos e Admitidos Judicialmente não podem ser ocupadas, sendo extintas com a vacância.

Realizando análise da distribuição das vagas supracitadas, chegamos à seguinte tabela a seguir:

TABELA 16 – QUANTIDADE DE COLABORADORES DA CDP Fonte: GERHUM/SUGERH

A partir das informações da tabela 16, constata-se que a CDP atualmente conta com um total de 481 (quatrocentos e oitenta e um) empregados compondo a sua Força de Trabalho, tendo sua distribuição da seguinte forma: 276 (duzentos e setenta e seis) são concursados, aprovados nos Concursos Públicos de 1997, 2004, 2005, 2008 ou 2012; 202 (duzentos e dois) não concursados, que compreende os empregados admitidos antes da promulgação da Constituição Federal, de 05/10/1988, Reintegrados, Anistiados e os ocupantes de Cargos em Comissão, sem vínculo com a Administração Pública, e a Diretoria Executiva com 3 (três) Diretores, sendo 01 (um) deles empregado efetivo desta Estatal. Além das informações supracitadas, é importante destacar que, com a implantação da Estrutura Organizacional de Transição, consoante Meta de Gestão da Secretaria Nacional de Portos à Companhia, a CDP conta com 78 (setenta e oito) "Cargos Comissionados", das quais 62 (sessenta e dois) são ocupados por empregados com vínculo direto com a Entidade Administrativa, 14 (quatorze) por profissionais sem vínculo e 02 (dois) cargos estão vagos.

TABELA 17 – CARGOS COMISSIONADOS

Continua

Cargos Comissionados	
Cargos em Comissão – Quadro Efetivo	62
Cargos em Comissão – Livre Nomeação e Exoneração	14
Vagos*	02
TOTAL	**78**

Fonte: GERHUM/SUGERH

*A Gerência de Meio Ambiente e Relação Porto Cidade está sendo ocupada cumulativamente pelo Supervisor de Saúde e Segurança do Trabalho até deliberação da Companhia. Nota-se também que, a Supervisão de Instrumentos Contratos está sendo ocupada sem titular efetivo em razão vacância do cargo, bem como uma das Assessoria da Diretoria Administrativo-Financeira, ambas necessitando de posterior deliberação da Companhia. Por fim, é sempre relevante salientar a quantidade final de colaboradores nos últimos 4 (quatro) exercício financeiro, conforme tabela abaixo.

TABELA 18 – QUANTIDADE DE EMPREGADOS DA CDP NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

Ano	Quantidade de Empregados
2014	417
2015	464
2016	487
2017	481

Fonte: GERHUM/SUGERH

Processos do Sistema Gerencial ERP

Com relação aos processos de Gestão de Recursos Humanos, a Gerência de Recursos Humanos e as Supervisões vinculadas a área de RH e suas equipes, bem como as áreas parceiras de Saúde e Segurança do Trabalho, Gerência Administrativa, Administração de Porto e de Segurança Organizacional, utilizam, de forma temperada, os seguintes módulos do Sistema Gerencial ERP (*Entreprise Resource Planning*) SÊNIOR: Administração de Pessoal; Benefícios; Cargos e Salários; Controle de Ponto e Refeitório; Medicina e Segurança do Trabalho; Recrutamento e Seleção; Treinamento. Pode-se afirmar que no ano de 2017 foram realizados ajustes em alguns desses módulos, dando continuidade na execução do projeto de implantação completa do sistema Sênior. No entanto, os módulos Cargos e Salários e Recrutamento e Seleção ainda não estão implantados em sua totalidade.

Pagamento de valores retroativos de diferenças salariais

A Diretoria da Companhia, através da Gerência de Recursos Humanos, continuou realizando os pagamentos dos valores devidos aos empregados e ex-empregados de parcelas remuneratórias que tiveram seus deferimentos administrativamente quanto ao correto Enquadramento dos Guardas Portuários no nível médio, conforme Termo de Acordo para Pagamento das Parcelas Relativas ao Enquadramento da Guarda Portuária, firmado entre a Companhia Docas do Pará e Sindicato dos Guardas Portuários, com previsão de término em 01/2018. Da mesma forma, a Gerência de Recursos Humanos, em conjunto com as Supervisões de Administração de Recursos Humanos e Cadastro e Pagamento, finalizaram, em Setembro/2017, os pagamentos das parcelas de Adicional de Tempo de Serviço (ATS) do período de Abril/2009 a Março/2014, aos empregados que exerceram Cargo Comissionado e tiveram a supracitada parcela não paga no período. Esse acordo foi firmado entre a Companhia Docas do Pará e o Sindicato dos Portuários, em função do deferimento de pleito administrativo fundamentado em decisões judiciais do Tribunal Regional da Oitava Região – TRT 8º de alguns empregados. Além do processo do ATS, o Sindiporto/Sindiguapor obtiveram êxito junto à Companhia, em processo administrativo que envolviam empregados que ganham a parcela URP ou Plano Bresser, quanto à devida correção, de acordo com as decisões judiciais à época. O deferimento da correção ocorreu em Abril/2017, sendo finalizados os pagamentos das diferenças remuneratórias dos valores da URP e Plano Bresser, bem como seus reflexos para os empregados beneficiários, em 2017 e começo de 2018, tendo como referência o período de 06/2011 a 05/2016, exceto um colaborador, que suas diferenças eram a partir de Abril/2009, pois essa diferença refletia no processo administrativo do ATS.

Elaboração do Programa de Remuneração Variável Anual – PRVA dos Dirigentes 2017

A Companhia Docas do Pará, através de Comissão Específica, elaborou o Programa de Remuneração Variável Anual – PRVA dos Dirigentes 2017 em conformidade com as diretrizes do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão – MPDG, dando ênfase a gestão estratégica da Companhia e a Gestão por Resultados, previstas na Lei nº 12.815/2013, de 05 de junho de 2013, visando principalmente a prestação de serviços de qualidade e de informações de forma transparente aos *Stakeholders*.

laboração do Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados – PPLR dos Empregados

A Companhia Docas do Pará, também através de Comissão Específica, elaborou o Programa de Participação nos Lucros e/ou Resultados – PPLR dos Empregados 2017 em conformidade com as diretrizes do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão – MPDG, dando ênfase a gestão estratégica da Companhia e a Gestão por Resultados, previstas na Lei nº 12.815/2013, de 05 de junho de 2013, visando principalmente a participação efetiva dos colaboradores nos resultados de gestão.

Elaboração do Programa de Avaliação de Desempenho

A Companhia Docas do Pará, também através de Comissão Específica, iniciou a elaboração do Programa de Avaliação de Desempenho, metas e competências, tendo suas sustentações normativas a Norma de Gestão do Desempenho e os Planos Empregos/Cargos: PES e PUCS. **É importante salientar que, a Comissão já elaborou o programa, faltando definir os indicadores das metas por unidade e os indicadores por competências.** De acordo com o andamento da elaboração do programa, a partir do 2º trimestre de 2018, a CDP terá início na efetivação da avaliação de desempenho, baseada em informações: Institucionais, Unidades e Individuais. **Convocação dos Candidatos Aprovados no Concurso CDP – Edital nº 01/2012 e Desligamentos de empregados efetivos.** No exercício de 2017, a Gerência de Recursos Humanos em conjunto com a Supervisão de Administração de Recursos Humanos, deram continuidade às convocações dos classificados nos concursos CDP Edital nº 01/2012. Ao longo do ano, foram realizadas 10 (dez) admissões, sendo: 5 (cinco) Analistas Portuários, entre eles: Advogado (1), Pagamento e Benefícios (2), Gestão Financeira (1) e Engenharia Civil (1); e, 5 (cinco) Técnicos Portuários, sendo eles: Administrativo-Operacional (2) e Segurança do Trabalho (3). Verificou-se também que, houve 9 (nove) desligamentos, com as seguintes motivações: Acordo entre a Companhia e o Empregado (7), através de cláusula incluída no acordo coletivo de 2017/2019; Posse em outro cargo público (1); e Falecimento (1). **É importante frisar que, dentro dessas contratações, estão substituições e autorizações para preenchimento de vagas não ocupadas pela Companhia, somente dos empregados efetivos, sem considerar a entrada e saída dos empregados de Livre Nomeação e Exoneração, consoante** tabela a seguir:

TABELA 19 – ROTATIVIDADE DE EFETIVOS

Rotatividade (*Turnover*)		
Ano de Apuração - 2017	Ingressos	Egressos
Rotatividade	10	09

Fonte: GERHUM/SUGERH

Destacamos que as admissões e demissões estão sendo regulamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) do Tribunal de Contas da União – TCU, salvo os empregados de livre nomeação e exoneração, cuja informação não é necessária.

Elaboração e Revisão dos Instrumentos Normativos

A Gerência de Recursos Humanos em conjuntos com as Supervisões de Carreira e Riscos e Controle Interno realizaram a institucionalização dos Instrumentos Normativos de Capacitação e Treinamento, Recrutamento e Seleção e Gestão do Desempenho. Para o ano de 2018, estamos na fase de revisão do instrumento normativo de Empregos Efetivos e Cargos Comissionados e Funções de Confiança, bem como na fase de elaboração do Instrumento Normativo de Gratificação de Desempenho, normativo este que visa alinhar a gestão institucional com o desempenho dos colaboradores. Com a efetividade desses instrumentos, a gestão da área de Recursos Humanos passara a ser cada vez mais transparente, a fim de dar mais um passo de qualidade para a Companhia.

Entrevista de Desligamento

A Diretoria Administrativo-Financeira, através da Gerência de Recursos Humanos juntamente com a Supervisão de Gestão de Carreira, no ano de 2017 realizou 07

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(seis) Entrevistas de Desligamento, sendo que 01 (um) empregado era cedido, o qual não foi considerado para efeitos quantitativos dessa avaliação, por não possuir relação direta com a estrutura e ambiente da Companhia. O formulário de entrevista compõem 02 (duas) categorias, quais sejam: Ambiente de Trabalho: Relaciona-se com a visão do empregado quanto ambiente físico e subjetivo da empresa, ou seja, aborda tanto as questões práticas (ex: mobiliário adequado para a execução das funções, iluminação, manutenção de uma temperatura agradável, etc.) como o relacionamento interpessoal e clima organizacional. Relacionamento com a empresa: Diz respeito à percepção do empregado quanto à estrutura da empresa, suas rotinas e seus subsistemas de funcionamento, incluindo política salarial e pacote de benefícios. Conforme tabela 20, podemos observar que a avaliação foi considerada positiva, visto que a maioria dos conceitos atribuídos aos itens Ambiente de Trabalho e Relacionamento com a Empresa foram "BOM" e "EXCELENTE".

TABELA 20 – RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DE DESLIGAMENTO

Itens de Avaliação	Resultado Final – Média (%)
I - AMBIENTE DE TRABALHO	
Ruim	0%
Regular	18%
Bom	26%
Ótimo	26%
Excelente	30%
II - RELACIONAMENTO COM A EMPRESA	
Ruim	2%
Regular	13%
Bom	41%
Ótimo	36%
Excelente	8%

Fonte: GERHUM/SUGERH

Capacitação e Desenvolvimento

TABELA 21 – PERCENTUAL DE INVESTIMENTO POR DIRETORIA

Inscrição Inter	24,92%	90.090,88 R$
Inscrição Exter	13,93%	50.367,52 R$
Diária Interna	12,42%	44.912,00 R$
Passagem Aérea	2,64%	9.551,05 R$
Diária Externa	15,77%	57.000,00 R$
Passagem Aérea	30,32%	109.605,73 R$
Total	**100,00%**	**361.527,18 R$**

Fonte: GERHUM/SUGERH

TABELA 22 – PERCENTUAL DE INVESTIMENTO POR DIRETORIA

DIRPRE	48,31%	174.653,11 R$
DIRGEP	21,67%	78.343,24 R$
DIRAFI	30,02%	108.530,83 R$
Total	**100,00%**	**361.527,18 R$**

Fonte: GERHUM/SUGERH

Em 2017, foram capacitados 351 (trezentos e cinquenta e um) empregados por meio de 83 (oitenta e três) ações educativas (treinamentos, cursos, congressos, palestras, seminários e outros), das quais 33 (trinta e três) foram "*In Company*", 39 (trinta e nove) externos e 11 (onze) na modalidade de Ensino a Distancia (EAD). Houve casos de empregados que participaram duas ou mais vezes das ações educativas, totalizando 821 (oitocentas e vinte e uma) participações nos eventos realizados, conforme tabela 23.

TABELA 23 – PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÕES POR DIRETORIA

DIRAFI	22,29%	183
DIRGEP	43,12%	354
DIRPRE	34,59%	284
Total	**100,00%**	**821**

Fonte: GERHUM/SUGERH

Por sua vez, conforme tabela 24, foram realizados um total de 10.233:19 horas de capacitação, correspondendo 21,38 horas de treinamento por empregado.

TABELA 24 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR DIRETORIA

DIRPRE	44,70%	4574:00
DIRGEP	36,12%	3696:30
DIRAFI	19,18%	1962:49
Total	**100,00%**	**10223:19**

Fonte: GERHUM/SUGERH

Para a realização dos eventos *In Company*, a CDP contou com a parceria de diversos órgãos governamentais, como: Capitania dos Portos/PA, Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM/PA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/PA, Receita Federal/PA, Polícia Federal/PA, Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Companhia Docas do Espirito Santo –CODESA. Ressaltamos que no ano de 2017 foi realizada a atualização do nível de escolaridade dos empregados da Companhia Docas do Pará, com base nas informações repassadas através das Diretorias, resultando na atualização da escolaridade de 20 empregados, dos 353 que foram consultados. A composição da força de trabalho dos empregados desta Companhia apresenta-se conforme tabela 25.

TABELA 25 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS EMPREGADOS DA CDP

ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO	PERCENTUAL
ENSINO FUNDAMENTAL	66	13,72%
ENSINO MÉDIO	208	43,24%
ENSINO SUPERIOR	134	27,86%
ESPECIALIZAÇÃO	62	12,89%
MESTRADO	11	2,29%
TOTAL DE COLABORADORES	481	100%

Fonte: GERHUM/SUGERH

GESTÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Controle de Regulação

A Supervisão de Assuntos Regulatórios – SUAREG desenvolveu as seguintes atividades de destaque no exercício: Acompanhamento de publicações, na Imprensa Oficial, envolvendo a Companhia Docas do Pará, principalmente oriundas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Agência Nacional de Transportes Aquaviário etc. Enfrentamento das demandas processuais internas – processos administrativos e comunicações internas, mediante consultas, pareceres, manifestações, elaboração de cartas oficiais e outros expedientes. Análise dos processos administrativos envolvendo os assuntos regulatórios, tais como arrendamento, contrato de cessão de uso não onerosa, contrato de uso temporário, autorização de uso, contrato de transição, dentre outros.Apresentação de informações pertinentes à área regulatória a diversos órgãos, como, por exemplo, a Secretaria Nacional de Portos, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil etc., além de outros interessados (particulares e/ou entidades). Acompanhamento dos processos judiciais, que estão sob o patrocínio do Escritório Gallotti e Advogados Associados, através de relatório mensal encaminhado à Gerência Jurídica da Companhia Docas do Pará.

Controle de Contenciosos

O Contencioso relativo às demandas judiciais somou o quantitativo de **383** processos ativos. Entre esses, destacam-se: Desarquivamento de processos identificados no Relatório Conclusivo da CVC Contabilidade. Os valores dos referidos processos, se confirmados, perfazem **R$ 1.431.124,19** (um Milhão, quatrocentos e trinta e um ml, cento e vinte e quatro reais e dezenove centavos), sendo que esse trabalho já resgatou mais de **R$ 500.000,00** (quinhentos mil), conforme informações prestadas à Gerência Financeira; O Ministério Público do Trabalho informou nos autos da Ação

Continua

Pública nº. 0035481-71.2015.4.01.3900, referente ao naufrágio do Navio Haidar, que a partes da demanda encontram-se em fase final de negociação para firmar acordo sobre os pedidos constantes na inicial. No que se refere à Ação Penal nº. 0098844-72.2015.8.14.0008, que apura responsabilidades referentes ao naufrágio do Navio Haidar, a CDP continua sem implicação jurídica. Reconhecimento, pela Secretaria de Finanças do Município de Belém, da tese da imunidade tributária, persistindo contudo em relação às taxas de urbanização, razão pela qual foi peticionado requerendo as CDA's para fins de levantamento do débito e posterior pedido de parcelamento; Quitação da multa no valor de **R$ 2.733.750,00** (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais), referentes ao TAC 222/2005, firmado nos autos do Procedimento Preparatório nº. 000208.2003.08.000/0 do Ministério Público do Trabalho, o que foi informado ao GEGEST, através da CI nº. 35/2017, para que não haja reincidência da multa; Arquivamento do Procedimento nº. 000090.2017.08.000/9, referente à nova função de confiança de encarregado, nos termos da fundamentação que consta no Relatório do MPT.

Gestão de Contratos

A Supervisão de Instrumentos Contratuais – SUICON está contribuindo com a elaboração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, previsto na Lei 13.303/2016, o qual irá prever novos ritos, padronização de minutas, elaboração de fluxogramas e previsão de riscos das contratações;Buscou-se analisar melhor as contratações prevendo as possibilidades de realização de pregão em determinados serviços de engenharia considerados comuns. Contribuiu com a GETINF, assessorando tecnicamente aquela Gerência, visando o desenvolvimento de software para administração dos contratos.

COMUNICAÇÃO - Assessoria de comunicação- Contratos- Janeiro a julho – DZ9 Comunicação: serviços de designer gráfico e publicidade Agosto a Dezembro – Cincocinco91 Comunicação e eventos: serviços de apoio na área de eventos. Licitação para contratação de agência de publicidade e comunicação. **Planejamento -** Continuidade do Projeto de Modernização da Gestão Portuária/SNP/MTPA: Campanha 3. Ações de Comunicação Interna: Informativo "O Portuário"; Comunicados eletrônicos; Atualização do Portal CDP e artes gráficas virtuais; eventos; cartões de visitas de diretores, gerentes, assessores e supervisões; arte para produtos promocionais; fiscalização do uso da identidade visual da CDP, envio de Notas de Esclarecimento à imprensa. Ações de Utilidade Pública: Coleta Seletiva, Campanhas diversas voltadas para saúde pública, CIPA. Eventos: Dia do Portuário: Almoço para os colaboradores em Miramar no dia 28 de janeiro. Audiência Pública: Belém Porto Futuro. Projeto de Revitalização. Secretaria de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e CDP. Dia 11 de janeiro de 2017 na Associação Comercial do Pará. Aniversário dos Portos de Santarém, Itaituba e Altamira. Almoço no Restaurante Piracema, Santarém, no dia 17 de janeiro. Circuito Saúde: parceria da CDP e SEST/SENAT. Vila do Conde no dia 26 de abril. XII FIPA – Feira da Indústria do Pará: no Hangar de 3 a 6 de maio. SIPAT Belém e Dia Mundial do Meio Ambiente: Porto de Belém de 5 a 9 de junho. Projeto Coleta Seletiva nas Embarcações: ANTAQ/ CDP. Santarém de 26 a 29 de julho. Aniversário da CDP: 50 anos – 28 de agosto. 2º Reunião Técnica sobre boas práticas no transporte marítimo de animais vivos: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Secretaria Nacional de Portos (SNP), Ministério da Agricultura (MAPA) e Marinha do Brasil (MB). Grupo de trabalho sobre melhorias nos procedimentos de embarque/desembarque de animais vivos nos portos brasileiros. Belém e Vila do Conde de 29 de agosto a 1 de setembro. Círio de Nazaré: Carro dos Milagres, Círio Fluvial, Trasladação e Procissão do Círio – 4 a 8 de outubro. **Anúncios e mídias -** Diário do Pará: Anúncio Aniversário do Diário do Pará; SINDOPAR: Mídia para Anuário 2016/2017; Revista Círios: Anúncio Círio de Nazaré; Diário do Pará: Anúncio Círio de Nazaré; Diário do Pará: Mídia para o Anuário 2016/2017; Diário do Pará: Anúncio Especial Aniversário de Belém. **Campanhas -** PMGP Campanha 2 – Mobilização para Treinamento: Divulgação dos treinamentos, com releases e imagens fornecidos pela SUGESC, por meio Informativo Docas do Pará e Portal CDP. Campanha 3 – Sustentabilidade da Mudança: Foi elaborado com criação e confecção pela DZ9 Comunicação uma cartilha intitulada "Correspondentes de Comunicação" com um modelo de *Template* e orientações de como os setores da CDP podem enviar conteúdo relacionado aos processos desenvolvidos pelo Programa para que fossem devidamente divulgados pela ASSCOM. Matérias referentes ao PMGP foram divulgadas no Informativo "O Portuário" e demais processos foram postados no Portal da CDP. Campanha de Combate ao Aedes Aegypty: GERPMA/ ASSCOM. Campanha É da nossa conta!: Campanha de redução de custos voltada para os empregados da Companhia, publicada no Informativo Docas do Pará. Projeto em andamento em parceria com GEPLAN, GERTIN e GERADI.Campanha Outubro Rosa: banner eletrônico no Portal CDP. Campanha Setembro Azul: banner eletrônico no Portal CDP. Campanha Dezembro Vermelho: banner eletrônico no Portal CDP. **Interfaces-** Projeto Correspondentes de Comunicação: sistematização de rotinas de contato com os setores da Companhia, por meio da designação de correspondentes internos de comunicação e da implantação de canais de interação entre os correspondentes e a ASSCOM com intuito de divulgar os avanços e processos concluídos do PMGP. Mapa de atribuições do SIC: atualizado quinzenalmente. E-mail Global: Envio de e-mails com Comunicados solicitados por diversos setores da CDP com Avisos, Resoluções, Normas e demais assuntos de interesse dos empregados da Companhia.Atendimento à imprensa e parceiros; Assinatura do Diário do Pará; Assinatura Revista Pará +; Atualização de informações para o Anuário do Estado do Pará; Agendamento de entrevistas com os Diretores da CDP para matérias publicadas no Anuário SINDOPAR Agendamento de entrevistas e produção de Notas à Imprensa. **Agendamento de visitas externas:** Visita técnica ao Porto de Vila do Conde devido à 2º Reunião Técnica sobre boas práticas no transporte marítimo de animais vivos: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Secretaria Nacional de Portos (SNP), Ministério da Agricultura (MAPA) e Marinha do Brasil (MB) dentre outros órgãos. **Intranet e Internet -** Atualização da página Quem é Quem no Portal CDP. Atualização diária de Notícias relevantes, principalmente da área portuária. Aniversariantes do Mês: Informativo "O Portuário" **Produtos e Serviços de Comunicação -** Elaboração e execução do Plano de Comunicação Social/ 2017. O Plano de Comunicação contém 3 campanhas do PMGP, das quais 2 foram executadas e a campanha 3 iniciada no exercício 2017. Informativo O Portuário: Elaborado mensalmente pela equipe de Comunicação Interna em parceria com a Agência de design gráfico e, enviado por e-mail para todos os funcionários da Companhia (Sede, Portos e Terminais) e na versão impressa para os Portos Altamira, Óbidos e Itaituba devido a dificuldades para acessar a internet. Manual de Identidade Visual e Sinalização Interna e Externa que normatiza a produção editorial, identidade visual interna e externa abrangendo Sede, Superintendências e demais unidades do Mapa, garantindo a observância dos padrões adequados e uniformes das manifestações editoriais e visuais do Mapa. Produção de Vídeo Institucional sobre o embarque de cargas vivas no Porto de Vila do Conde.

Mídia Alternativa - Espera Telefônica. **Considerações Gerais -** A falta de mão de obra especializada e falta de equipamentos continuam sendo os principais pontos críticos da ASSCOM, mas com a contratação das Agências de Comunicação durante o ano de 2017, muito pode ser feito pela comunicação interna e externa da CDP, cumprindo assim a quase totalidade do que foi planejado em 2016.

GESTÃO DE AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos de auditoria são executados com base no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, o qual é elaborado atendendo as Instruções Normativas nºs 24/2015 e 03/2017, da Controladoria Geral da União - CGU. No exercício/2017, foi programada a elaboração de 11 (onze) atividades, sendo 08 (oito) relacionadas às ações da Companhia, 01 (um) relatório referente ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, 01 (um) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT e Reserva Técnica. O instrumento normativo que regula a atuação da Auditoria Interna se encontra disponível no portal da CDP através do link: Políticas, Normas e Procedimentos/Instrumento Normativo/IN-1201-01-Instrumento Normativo de Auditoria Interna da CDP. Consoante o Parágrafo 3º, art. 15 do Decreto n. 3.591/2000 a auditoria se encontra vinculada ao Conselho de Administração da CDP, caracterizando a sua independência para avaliar a gestão bem como a objetividade, a medida que segue as diretrizes e normas constantes do regulamento próprio aprovado pelo Colegiado (art. 35 § 1º do Estatuto Social). Quanto ao estabelecido no art. 35, I do mesmo Instrumento, compete ao órgão de Auditoria Interna executar auditagens de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial, operacional e de engenharia, sob a orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

A unidade de auditoria interna compõe-se de 1 Gerente e 4 Técnicos Portuários. A escolha do titular é feita pela alta administração, submetida à aprovação do Conselho de Administração, bem como, à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU. Na estrutura organizacional da Companhia, encontra-se sob a subordinação do Con-

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

selho de Administração.

Ao desenvolver os respectivos trabalhos, a Gerência de Auditoria elabora um relatório preliminar com as constatações e recomendações, direcionando-o à alta administração, através de Solicitação de Auditoria, para conhecimento e tratamento dos riscos detectados. No caso da ausência de respostas, torna-se conhecido que a Companhia assume aos riscos pela não implementação de tais providências.

A comunicação à alta gerência e aos conselhos de administração e fiscal, se efetiva através do relatório em sua versão final, onde constam os riscos considerados relevantes decorrentes da não implementação das recomendações anteriormente proferidas pela Gerência de Auditoria Interna. Registra-se que, visando o cumprimento da Lei das Estatais n. 13.303/2016, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto Federal n. 8.945/2016, de 27.12.2016, será criado o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Docas do Pará, como órgão auxiliar do Conselho de Administração.

Concluindo, ressalta-se a necessidade de reestruturação da unidade, adequando-a com a implantação de Supervisões aprovadas pelo Conselho de Administração e a alocação de analistas portuários, como contador, engenheiro ou advogado, etc, visando integrar o efetivo de Nível Superior da Gerência. Urge ainda, a promoção de cursos de capacitação aos técnicos portuários, considerando que o papel da auditoria consiste no fortalecimento dos processos de governança, na avaliação da gestão de riscos e controles internos. Tais ações, indubitavelmente, trarão ganhos operacionais para a entidade, visto que a atividade de auditoria interna depende muito da motivação e da qualificação de seus integrantes.

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE - Serviço de Informação ao Cidadão - SIC - O Serviço de Informação ao Cidadão da Companhia Docas do Pará (SIC/CDP) é executado com base nas exigências da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulam o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º ao art. 216 da Constituição Federal. O SIC/CDP O meio mais utilizado para solicitação do pedido foi através do sítio eletrônico (e-SIC), sendo que 27% dos pedidos de acesso foram registrados pessoalmente no espaço físico do SIC (via Balcão). Atualmente, a CDP cumpre parcialmente a publicação do rol de informações que necessariamente devem estar em Transparência Ativa, pois apesar de disponibilizar as informações, alguns setores ainda não atendem por falta de ferramenta compatível. Nesse sentido, o SIC propôs à Diretoria Executiva - DIREXE, a normatização do rol de informações (Mapa de Atribuições), no qual estabelece prazos para o envio das informações atualizadas. Neste ponto, destacamos o compromisso do SIC em manter as informações atualizadas, tendo atribuído a si esta demanda, para manter o cumprimento da LAI. Para isso, tem na sua equipe um terceirizado na área especializada em TI. As tabelas 26 a 29 resumem a Transparência Passiva da CDP e, por sua vez, as tabelas 30 e 31 resumem a Transparência Ativa. **Transparência Passiva**

TABELA 26 - QUANTIDADE DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Quantidade de Pedidos:	231	**Média mensal de pedidos:**	19,25

Fonte: SIC/Ouvidoria

TABELA 27 - SITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	231
Em tramitação no prazo	0

Fonte: SIC/Ouvidoria

TABELA 28 - FORMA DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Forma	Porcentagem
E-SIC/ Internet	73%
Balcão/Presencial	27%

Fonte: SIC/Ouvidoria

TABELA 29 - TIPOS DE PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Tipo	Quantidade
Pedidos de Documentação Pessoal	178
Pedidos de Acesso à Informação Pública	53

Fonte: SIC/Ouvidoria

Transparência Ativa

TABELA 30 - RELATÓRIO GOOGLE ANALYTICS.

Mês	Visualizações de Páginas
Janeiro	5004
Fevereiro	4995
Março	4799
Abril	4001
Maio	5061
Junho	4269
Julho	4562
Agosto	4698
Setembro	4100
Outubro	3655
Novembro	3925
Dezembro	2132

Fonte: SIC/Ouvidoria

TABELA 31 - VISUALIZAÇÕES DE PÁGINA (ANÁLISE COMPARATIVA).

Visualizações de Páginas			
Ano	**Seção de Acesso à Informação**		**Portal CDP (Total)**
2012	13.262	5,77%	229.884
2013	55.838	8,63%	646.322
2014	30.829	10,07%	306.037
2015	73.610	12,08%	571.882
2016	54.348	11,30%	480.832
2017	50.701	12.09%	419.315

Fonte: SIC/Ouvidoria

Gestão de Ouvidoria - SIC

No presente exercício, a Ouvidoria da CDP trabalhou no sentido de participar dos importantes eventos e projetos que estão intimamente relacionados à sua área de atuação, não obstante as dificuldades existentes em relação ao reduzido quadro de empregados. A Ouvidoria da CDP desenvolveu várias atividades com as demais áreas da Companhia, visando tratar de soluções conjuntas da gestão administrativa com proposições de recomendações. Em todos os casos as ações foram acatadas com tomadas de solução pelos gestores. Essa atuação só se deu a partir do mês de novembro, através do telefone 0800, uma das formas de acesso à ouvidoria, juntamente com o Sistema de Ouvidoria do Governo Federal (e-OUV), atendimento presencial, e-mail e carta.

TABELA 32 – AÇÕES DA OUVIDORIA VIA 0800

Mês	Ações
Novembro	7
Dezembro	1

Fonte: SIC/Ouvidoria

A Ouvidoria da CDP recebeu e tratou 27 manifestações no exercício de 2017, sendo que desse montante, 04 manifestações foram reencaminhadas de outros Órgãos. Após minuciosa análise de seus conteúdos, todas foram encaminhadas às áreas competentes e atendidas dentro do prazo previsto.

TABELA 33 – AÇÕES DA OUVIDORIA

Mês	Porcentagem
Janeiro	15%
Fevereiro	4%

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Março	15%
Abril	15%
Maio	7%
Junho	8%
Julho	8%
Agosto	8%
Setembro	4%
Outubro	0%
Novembro	8%
Dezembro	8%

Fonte: SIC/Ouvidoria

Todos os casos recebidos receberam tratamento adequado. Abaixo tabela com o número de manifestações.

TABELA 34 – MANIFESTAÇÃO POR MÊS

Mês	Quantidade
Janeiro	4
Fevereiro	1
Março	4
Abril	4
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	0
Novembro	2
Dezembro	2

Fonte: SIC/Ouvidoria

As manifestações recepcionadas são enquadrada em um determinado tipo, de acordo com o seu conteúdo, conforme tabela a seguir:

TABELA 35 – DEMANDAS POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO

Tipo	Quantidade
Solicitação	7
Reclamação	11
Denúncia	6
Sugestão	3

Fonte: SIC/Ouvidoria

A Ouvidoria apesar de pouco tempo de implantada (1 ano e 08 meses) , e ainda em fase de consolidação, vem cumprindo o seu papel, dentre eles, o de receber e dar os devidos encaminhamentos às manifestações dos cidadãos. Trabalhou de forma enfática, buscando melhorias em suas instalações, estruturas físicas e na institucionalização da Ouvidoria. Ademais, no final do exercício foi editado o ato de instituição da Unidade de Ouvidoria da CDP, através da Resolução DIRPRE nº 471/2017, de 20/12/2017, para atender e cumprir os dispostos da Lei 13.460/2017. Registramos ainda, um saldo positivo um ano de muitas reuniões por conta de atos normativos como a Lei 13.460/17 e o Decreto 9.094/17.

APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Processos Administrativos Disciplinares

Processo Administrativo Disciplinar 1/2017: Apurar possível descumprimento de deveres funcionais de ex-empregada desta CDP no que diz respeito às irregularidades nos pagamentos referentes ao ressarcimento pela execução dos serviços previstos no Termo de Acordo Operacional celebrado com a empresa Petrobrás, em virtude dos fatos relatados no Auto de Sindicância n° 03/2016, de 01.06.2016.

Processo Administrativo Disciplinar 2/2017: Apurar responsabilidades de empregados desta Companhia, em virtude dos fatos apurados no Auto de Sindicância n° 04/2015. **Sindicâncias - Sindicância 1/2017:** Apurar responsabilidades quanto à possível falta funcional que culminou com a sanção imposta pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE, por meio do Auto de Infração n° 210965681. **Sindicância 2/2017:** Apurar responsabilidade quanto à possível falta que culminou com a sanção imposta pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE, por meio do Auto de Infração n° 210965657. **Sindicância 3/2017:** Apurar possíveis responsabilidades sobre a aplicação de multa pecuniária imputada à CDP, por meio da ANTAQ, nos autos do processo ANTAQ n° 50305.002230/2015-41 (SEI n° 0209188), no valor de **R$ 77.647,50. Sindicância 4/2017:** Apurar possíveis responsabilidades quanto à deficiência na execução e fiscalização do Contrato n° 37/2011, celebrado entre a empresa M.I Montreal Informática Ltda, para execução de serviços de gestão eletrônica, digitalização e organização de documentos, serviços BPM/Workflow e aquisição de softwares de GED/ECM e BPM/Workflow. **Sindicância 5/2017:** Apurar responsabilidades quanto às irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria, em atendimento à determinação do CONFIS, constante no item 2.5 da Ata da sua 563ª Reunião Ordinária. **Apurações de 2016 encerradas em 2017 - Processo Administrativo Disciplinar 1/2016:** Apurar possíveis descumprimentos de deveres funcionais de empregado da Companhia Docas do Pará - CDP, previstos no regulamento de pessoal da Companhia, em virtude dos fatos relatados na CI/SSPBEL n° 129/2015, de 21.08.2015. **Sindicância 2/2016:** Apurar responsabilidades quanto às inconformidades na execução dos serviços resultantes do Termo de Acordo Operacional celebrado com a Petrobrás. **Sindicância 3/2016:** Apurar responsabilidades quanto às inconformidades na execução dos serviços resultantes do Termo de Acordo Operacional celebrado com a Petrobrás. **Sindicância 4/2016:** Apurar responsabilidades quanto ao furto de três balanças rodoviárias do Porto Organizado de Vila do Conde. **Sindicância 7/2016:** Apurar responsabilidades quanto à aquisição de equipamentos de informática sem a verificação da real necessidade desta Companhia, conforme os fatos relatados na CI/SUPSUP n° 16/2016, DE 10/08/2016.

GESTÃO AMBIENTAL E SAÚDE

A seguir apresentamos de forma resumida as principais ações e atividades desenvolvidas, no âmbito da Gestão Ambiental, no ano de 2017. Manutenção das licenças de operação de todas as Unidades Portuárias administradas pela Companhia Docas do Pará concedidas pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; Atendimento das Notificações referentes à renovação da Licença de Operação N.º 7126/2012, pertinente ao Porto de Vila do Conde; Manutenção da Licença de Operação N.º 9103/2015, referente à movimentação de cargas não perigosas e de passageiros no Porto de Santarém; Acompanhar a realização dos serviços de monitoramento de água de água bruta e água potável nas instalações do Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar, Porto de Vila do Conde e Terminal Portuário de Outeiro e monitoramento e controle ambiental de água superficial nas áreas de influência direta do Porto de Belém, Terminal Petroquímico de Miramar, Porto de Vila do Conde e Terminal Portuário de Outeiro; Atualização de informações da área ambiental e segurança do trabalho no site da CDP; Tratativas e encaminhamento da Notificação N.º 92900/GEINFRA/CINFAP/DLA/SAGRA/2016, através da qual foram autorizadas, mediante o atendimento de exigências, as operações de transbordo envolvendo soja e fertilizante a serem realizadas pela empresa HIDROVIAS no Porto de Vila do Conde; Tratativas e encaminhamento da Notificação N.º 2118 GEINFRA/CINFAP/DLA/ SAGRA/2016, através da qual a SEMAS exigiu, para continuidade da análise da demanda envolvendo as operações da empresa Bertolini no Porto de Itaituba. Tratativas e encaminhamento da Notificação N.º 92884/GEINFRA/CINFAP/DLA/ SAGRA/2016, através da qual a SEMAS estabeleceu requisitos a serem atendidos pela Companhia para que o processo de renovação da Licença de Operação do Porto de Vila do Conde possa ter continuidade; Emissão de declarações de consumo e das Taxas de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, referentes ao Porto de Belém, Porto de Santarém, Porto de Vila do Conde e Porto de Altamira; Participação em reuniões relativas à realização de novas operações para manifestações pertinentes aos requisitos ambientais a serem atendidos e avaliação de documentos e demandas apresentadas; Elaboração e encaminhamento do Relatório de Informação Ambiental Anual do Porto de Óbidos a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; Elaboração e encaminhamento do Relatório de Informação Ambiental Anual do Porto de Itaituba a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; Elaboração e encaminhamento do Relatório de Informação Ambiental Anual do

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Porto de Outeiro a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; Elaboração do Relatório de Informações Ambientais Anuais do Porto de Belém Referência 2016-2017; Elaboração do Relatório de Informações Ambientais Anuais do Porto de Santarém Referência 2016-2017; Encaminhamento de relatórios a ANVISA; Avaliação dos relatórios técnico de monitoramento de água em algumas das Unidades Portuárias administradas pela CDP, elaborado pelo IEC; Manutenção das Outorgas de Captação concedidas pela Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; Manutenção da Outorga N.º 1874/2015, pertinente ao Terminal Petroquímico de Miramar; Gestão dos prazos de licenças, outorgas e de suas respectivas condicionantes, com instrução de processos e adoção de ações visando o atendimento das exigências do órgão licenciador; Emissão de Cartas Consulta ao órgão ambiental sobre questões envolvendo licenciamento ambiental; Elaboração e encaminhamento a SEMAS dos RIAA`s (Relatório de Informação Ambiental Anual) pertinentes ao Porto de Belém, Porto de Vila do Conde, Porto de Santarém e Porto de Óbidos, Porto de Altamira, Porto de Itaituba, Terminal Petroquímico de Miramar e Terminal Portuário de Outeiro; Elaboração e encaminhamento ao IBAMA dos Relatórios anuais de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais pertinente ao Porto de Belém, Porto de Vila do Conde, Porto de Santarém e Porto de Óbidos.

Monitoramentos e Controles - Monitoramento e Controle Integrado de Pragas e Vetores - os serviços foram realizados através do Contrato N.º 54/2013 e objetivam o atendimento da legislação sanitária no que concerne a manutenção das áreas livres de criadouros de larvas de insetos, insetos adultos, outros animais transmissores ou reservatórios de doenças de importância em saúde pública e animais peçonhentos, cuja presença implique em riscos à saúde individual ou coletiva, bem como de fatores que propiciem a manutenção e reprodução destes animais. Monitoramento de Água Potável, Água Superficial e Água Bruta: os monitoramentos foram realizados através do Contrato N.º 14/2013, o qual foi celebrado entre a CDP e o Instituto Evandro Chagas, com interveniência da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia- FIDESA; Tratamento de Água – Serviços de Controle Operacional: os serviços de controle operacional, limpeza e desinfecção de sistemas fixos de abastecimento de água potável para consumo humano pertinentes a água fornecida no Porto de Belém, Terminal Portuário de Outeiro, Terminal Portuário de Miramar e Porto de Vila do Conde foram executados através dos Contratos N° 06/2012 e os do Porto de Santarém, através do Contrato N.º 13/2014.

Serviços Diversos - Limpeza e higienização de Banheiros Químicos: os serviços foram executados através do Contrato N.º 04/2017, celebrado com entre a CDP e a empresa Limpa Fossa Minhocão; Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos: os serviços de coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de resíduos gerados no Porto de Vila do Conde foram executados através do Contrato N.º 57/2013, celebrado entre a CDP e a empresa Transcidade Serviços Ambientais Eireli- EPP. Os serviços de coleta, transporte, tratamento e/ou destinação final de resíduos gerados no Porto de Belém, no Terminal Petroquímico de Miramar, na Vila de Miramar, no Terminal Portuário de Outeiro e no Edifício Sede da CDP foram executados através do Contrato N.º 58/2013, celebrado entre a CDP e a empresa Plamax Serviços e Coletora de Resíduos LTDA-ME. Acompanhamento dos serviços de supressão de 27 (vinte e sete) indivíduos florestais e poda de outros 27, corte em pequenas unidades dos vetais removidos e locação de todo o resíduo gerado na poda e na supressão em área dentro do Terminal Portuário de Outeiro;

Projetos de Educação Ambiental e de Responsabilidade Social - Projeto de Educação Ambiental e Exercício de Cidadania no Ensino Fundamental no município de Santarém - projeto executado através de parceria firmada entre CDP, Fundação Esperança e Prefeitura Municipal de Santarém, tendo como objetivo o desenvolvimento de ações que propiciem o desenvolvimento de uma postura crítica diante da conservação e preservação do meio ambiente, tendo como público alvo os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Sofia Imbiriba; Realização de reunião com a FUNDAÇÃO ESPERANÇA pertinente ao convênio 01/2016 – Projeto Educação Ambiental para Todos – PEAT – Porto de Santarém; Projeto de Educação Ambiental para Todos PEAT- Projeto executado através de parceria firmada entre CDP e a Fundação Esperança, tendo como objetivo sensibilizar a comunidade portuária quando as ações ambientalmente corretas a serem adotadas em seu cotidiano visando à melhoria da sua qualidade e a preservação do meio ambiente; Projeto de Educação Ambiental Trilhas nos Rios Cultura, Arte E Sustentabilidade na Escola em Barcarena executado através de parceria firmada entre CDP e UEPA, tendo como objetivo colaborar no processo de ensino aprendizagem dos alunos matriculados na Escola Estadual Pe. José Delgardes, promovendo uma nova realidade socioeducativa na Escola e na comunidade de Vila do Conde; Projeto de Educação Ambiental Trilhas nos Rios Cultura, Arte e Sustentabilidade na Escola em Belém executado através de parceria firmada entre CDP e UEPA, tendo como objetivo promover atividades formativas por meio da arte educação (cursos, oficinas, palestras, visitas monitoradas) no âmbito da cultura, arte, sustentabilidade, contribuindo para a formação de estudantes da Escola pública como agentes ambientais. Projeto de Educação Ambiental Educação e Sustentabilidade Ambiental na casa Escola da Pesca: O GEAM/UFPA e a companhia Docas do Pará na busca da Conservação/ Preservação dos Sistemas Aquáticos das ilhas de Belém.

Atividades/ações Diversas - Efetivação do Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – CERH, do Porto de Belém, Porto de Santarém, Porto de Vila do Conde e Porto de Altamira, com a emissão mensal das declarações de consumo e das taxas de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH, e encaminhamento mensal dos comprovantes de pagamento a SEMAS; Atendimento do Decreto Municipal N.º 83021/2015 com a efetivação do cadastro junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município do Porto de Belém; Terminal Petroquímico de Miramar; Terminal Portuário de Outeiro; Edifício Sede Belém como Grande Geradores de Resíduos Sólidos; Atendimento de notificações/ofícios/autos de infração e demais exigências/solicitações das SEMAS e dos demais órgãos atuantes ou que tenham interface com a área ambiental; Atendimento de demandas diversas das unidades portuárias; Atualização do Índice de Desempenho Ambiental da ANTAQ relativas ao Porto de Belém, Porto de Vila do Conde e ao Porto de Santarém de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução ANTAQ nº 2.650/2012; Elaboração mensal de relatórios contendo as atividades/ações relacionadas à ambiental; Elaboração de instruções normativas pertinentes ao Credenciamento de Empresas para Prestação de Serviços de Coleta de Resíduos de Embarcações; Instrução Gestão de Licenças e Renovação de Licença de Operação; Gestão de Licença de Dragagem; Gestão de Licença de Novas Cargas e Obtenção de Licença de Instalação; Tabulação e encaminhamento dos indicadores da área ambiental; Elaboração de relatórios e pareceres para atendimento de demandas da área ambiental, com a instrução de resposta a notificações, autos de infração, ofícios, processos, etc; Elaboração de termos de referência e efetivação de pesquisa de mercado visando à contratação de empresa para executar serviços inerentes à área ambiental; Acompanhamento, fiscalização e certificação de serviços sob a responsabilidade da equipe da área ambiental; Elaboração de notas técnicas sobre temáticas e demandas diversas; Participação em reuniões e efetivação de ações relativas ao Plano de Área;Participação em reunião e eventos diversos para tratar de assuntos relativos à área ambiental e apresentar ações /projetos e programas que vem sendo desenvolvidos. Participação de reunião do Comitê de Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará; Participação do Comitê Estadual da V Conferência infanto-juvenil de educação ambiental nas escolas.

Segurança do Trabalho - Atendendo as legislações relativas à Segurança do Trabalho vem desenvolvendo planos e programas com a finalidade de adequar os portos a legislação de segurança do trabalho e traçando linhas de ações para buscar a excelência da qualidade dos serviços prestados como Autoridade Portuária. Na área de Segurança do Trabalho, observa-se a existência dos seguintes planos e programa de segurança do trabalho, tais como: **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais:** cuja finalidade a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tem em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais; **Plano de Gerenciamento de Risco – PGR**: objetiva identificar, analisar e avaliar os eventuais riscos impostos ao meio ambiente, as pessoas, ao patrimônio e à comunidade circunvizinha às instalações, decorrentes das operações decorrentes das unidades portuárias.**Plano de Controle de Emergência – PCE:** tem como finalidade preservar a integridade física e a saúde humana e as populações circunvizinhas às unidades portuárias de forma a minimizar os impactos ambientais e também prevenir e/ou minimizar eventuais danos ao patrimônio público e privado, decorrentes de emergência durante as operações nas instalações. **Plano de Ajuda Mutua - PAM:** um plano de ação conjunta de emergência, necessitando de um planejamento maior e em grande escala do que aqueles possíveis de serem controlados no âmbito do PCE. **Plano de Contingência para Emergência a Saúde Pública:** Definir procedimentos para a Fase de Alerta de qualquer pandemia, estabelecendo ações, limites de atuação

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e normas de conduta técnica. **Análise Preliminar de Risco – APR:** Tem por objetivo a identificação dos riscos e impactos potenciais relacionados com as atividades portuárias, bem como apontar ações para eliminação ou controle desses riscos. **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT:** Tem como finalidade documentar os agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho e concluir se estes podem gerar insalubridade para os trabalhadores eventualmente expostos. Somente será renovado caso sejam introduzidas modificações no ambiente de trabalho. **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO:** tem como finalidade a promoção e preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores da Companhia Docas do Pará. **Comissão Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho – CIPA:** tem como finalidade a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

GESTÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

Apresentam-se as ações realizadas pela área de Engenharia e Infraestrutura, dentre elas, destacam-se contratações através de ASD, contratos, fiscalizações vigentes e encerradas, instruções de projetos/processos e renovações de contratos referentes aos serviços continuados. **Contratos e ASD's celebrados em 2017- Vigentes/2017 -** Reforma das barreiras físicas do Terminal portuário de Outeiro. **Concluídos/2017 -** Serviços emergenciais de recomposição de cobertura danificada do posto médico, localizado no Porto de Belém; Serviços de confecção de 03 (três) defensas simples de pneus e instalação no costado da cábrea "Rio Branco"; Serviços técnicos especializados para apoio às atividades da gerência de engenharia da Companhia Docas do Pará; Serviço de manutenção de nobreak de 10KVA instalado no setor de TI da CDP; Serviço de manutenção corretiva no ramal de entrada de energia elétrica do porto de elétrica do porto de Belém; Locação de estruturas para o Edifício Sede e Porto de Belém por ocasião do Círio 2017, contemplando os serviços de montagem e desmontagem de arquibancadas, além de cercas metálicas moduladas para o isolamento de áreas; Serviços de instalação de 01 (um) conjunto motobomba submersa a ser instalado no poço 3 da ETA do Porto de Belém; Serviços de reparos nas rampas das balanças na portaria do Porto de Vila do Conde; Serviços de inspeção submersas em 4 (quatro) estacas que compõe um bloco do Píer do TGL do Porto de Vila do Conde; Serviços de manutenção na rede de distribuição de energia elétrica e no sistema de iluminação externa no Porto de Altamira/CDP; Contratação de serviços de fornecimento e instalação de painéis metálicos alongados para defensas axiais cilíndricas no Terminal Petroquímico de Miramar; Instalação de telas de proteção antipássaro no armazém 09 do Porto de Belém e caixa d'água da ETA do Terminal Petroquímico de Miramar; Serviços de manutenção corretiva na bomba de elevação de 40 CV da ETA do Terminal Petroquímico de Miramar; Serviços para reestabelecimento do funcionamento das bombas do sistema de *Sumptank* do Terminal Petroquímico de Miramar; Contratação de serviços técnicos especializados para emissão de relatório técnico com elaboração de projeto de reforço/recuperação dos píeres 100 e 200 do Terminal de Miramar e suas respectivas pontes; Recuperação da Plataforma de Acostagem do píer 200 do Terminal Petroquímico de Miramar; Serviços de drenagem e reparo civil das caixas de passagem da subestação de energia com o reestabelecimento do sistema de iluminação externa do Terminal Petroquímico de Miramar; Serviços de fornecimento e instalação de postes metálicos, com substituição da iluminação do píer 100 e restabelecimento da energia elétrica no Terminal Portuário de Outeiro; Serviços de manutenção preventiva e corretiva nas balanças rodoviárias dos portos de Belém, Vila do Conde, Santarém e Terminal Portuário de Outeiro; Execução de serviços de resgate e instalação de bombas submersas dos poços da ETA do Porto de Belém, perfilagem óptica do poço da ETA do Terminal Petroquímico de Miramar e manutenção do sistema de combate a incêndio do almoxarifado (inexecução parcial). **Renovação de Contratos Referentes aos Serviços Continuados:**

Manutenção Preventiva Corretiva dos Balizadores de Sinalização Náutica de Belém e Vila do Conde; Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Grupos Geradores do Porto de Belém, Terminais Miramar e Outeiro e Porto de Vila do Conde. Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Tubovias e Válvulas do Terminal Petroquímico de Miramar; Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nas Balanças dos Portos de Belém, Vila do Conde, Santarém e Terminal Portuário de Outeiro (em processo de renovação); Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Refrigeração VRF do Terminal Hidroviário de Belém (em processo de renovação).

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais ações desenvolvidas no setor de TI foram a prorrogação e finalização de contratos, a delimitação de planos e metas e o acompanhamento dos projetos de responsabilidade da TI.

Contratos

TABELA 36 - REDUÇÃO DE QUANTITATIVOS EM CONTRATOS E EXTINÇÃO DE CONTRATOS

	Nº	SERVIÇO/ PRODUTO	EMPRESA	VALOR ANTIGO (R$)	NOVO VALOR (R$)	% REDUÇÃO
1	56/2011	Serviço de Impressão (natureza continuada)	HP do Brasil	322.283,28	290.000,00; (finalizado em Dez/2016)	10%; 100%
2	37/2011	Serviço de Gestão Documental	MI Montreal Informática	808.800,00	Extinto.	100%
3	02/2013	Fábrica de Software	Indra	886.384,20	886.384,20	0%
4	51/2011	Suporte de Catracas	Neokoros	83.758,41	83.758,41; (finalizado em Dez/2017)	0%;100%
5	35/2015	Central de Serviços	Montreal	444.600,00	400.000,00; (finalizado em Fev/2016)	10%; 100%
6	39/2015	Locação de Licença em ERP	People	157.800,00	157.800,00; (finalizado em Mai/2017)	100%
7	28/2014	Serviços de Conectividade – Link (natureza continuada)	Embratel	403.326,48	403.326,48	0%
8	26/2015	Serviços de Conectividade – Link (natureza continuada)	Oi Telemar	74.961,72	Não renovado (finalizado em Jul/2016)	100%

Fonte: GETINF/CDP

TABELA 37 - NOVAS CONTRATAÇÕES

	Nº	SERVIÇO/PRODUTO	EMPRESA	VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (R$)
1	05/2017	Suporte e Serviços Técnicos ERP Sênior	MD Sistemas	1.432.800,00

Fonte: GETINF/CDP

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Elaboração de Normas/Políticas e Adoção de Modelos de Gestão - Iniciativa para criação dos comitês CTOTI (Comitê Tático-Operacional de TI) e CGETI (Comitê de Governança e Gestão Estratégica de TI). Os mesmos foram criados pelas Resoluções DIRPRE nº 420/2017 (CGETI) e DIRPRE nº 421/2017 (CTOTI); A minuta do PDTI foi finalizada. Contudo, aguarda a apreciação de seu conteúdo pelo Comitê de Gestão Estratégica de TI (CGETI); A Norma Geral de Contratações de TI foi sobrestada, uma vez que se criou grupo de trabalho para elaboração de norma geral que abranja todos os tipos de contratações da Companhia; Finalizou-se a versão de negócio do Catálogo de Serviços de TI. Contudo, este instrumento ainda não se encontra publicado no portal de Internet da CDP, em virtude da falta de aprovação da Norma Geral de Suporte TI que ainda está em desenvolvimento; Visto a dissolução do CGTI, pela resolução DIRPRE nº 420/2017, estamos no aguardo da aprovação da minuta da Política de Impressão da CDP pelo CGETI. Adoção da Instrução Normativa IN 3803-01.00 – Instrução Normativa para o processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas da Companhia Docas do Pará – CDP. **Projetos -** Entrega do código-fonte do Sistema de Administração Portuária (SCAP): versão 3. Resta a implantação do mesmo, seguindo o Plano de Transição de Tecnologia apresentado pela fornecedora. Necessita-se de um Contrato de Apoio para dar prosseguimento na demanda. O SCAP 3 conterá diversas melhorias na solução que mais agrega valor ao negócio da CDP. Implantação do Sistema de Pesagem de Veículos Rodoviários de Carga v 3.1 no porto de Vila do Conde e no Terminal de Outeiro. Atualizações diversas do SCAP 2, com ênfase no atendimento de demandas da ANTAQ no tocante a possibilidade de informação de TUP's e ETC's, e das áreas de origem e destino, nos arquivos XML gerados e enviados ao Sistema de Desempenho Portuário - SDP da ANTAQ.

Implantação do Middleware Integrador SCAP x ERP Sênior, com fins de possibilitar a integração automática entre esses dois sistemas no tocante ao processo de faturamento de serviços prestados pela CDP aos seus clientes.

Implantação do registro e controle de acesso às áreas do fluvial do porto de Santarém e da Rua Salgado Filho no Terminal de Miramar, através do uso do SIGA e do coletor de dados.Disponibilização do Middleware de integração SCAP x Arrendatários, através do envio/recebimento de arquivos XML, o qual está em fase de homologação. Necessita-se de um Contrato de Apoio para dar prosseguimento na demanda. ERP Sênior: Gestão Empresarial e Gestão de Pessoas. Iniciada a segunda etapa de ajustes e melhorias contínuas buscando maior aderência da aplicação ao Negócio da Companhia. Criação da VPN (Rede Privada Virtual) corporativa. A criação da VPN corporativa possibilita o acesso remoto seguro aos sistemas informatizados da companhia e abrirá alternativas para o acesso dos Portos de Itaituba, Óbidos e Altamira a rede interna da CDP. Gerenciamento de rede via QoS (Qualidade de serviço). A utilização do QoS possibilitou a disponibilização de uma maior largura de banda de acesso para os sistemas corporativos, adiando assim a ampliação de velocidade dos links dedicados utilizados pela CDP. Acesso à internet com controle na camada de aplicação e de usuários de rede. Com este controle somente os usuários habilitados poderão acessar a internet via rede corporativa, além de que á a possibilidade de bloqueio de aplicações maliciosas. Reestruturação dos servidores virtuais da companhia. Esta redução propiciou a menor complexidade da infraestrutura de TI e a redução de 2 TB de espaço no sistema de armazenamento da CDP. Estudo e aquisição de servidores para a Receita Federal. Esta aquisição visou o cumprimento da norma de Alfandegamento das Unidades Portuárias e reduziu em aproximadamente 50% o custo de aquisição anteriormente instruída.

GESTÃO DE SEGURANÇA ORGÂNICA - Essa gestão tem por finalidade, policiar internamente as instalações portuárias administradas pela CDP e desenvolver outros procedimentos relativos à segurança e controle de pessoas, cargas e patrimônio nos portos administrados pela Companhia, ou sob a sua guarda. O sistema de Segurança da CDP é composto por Segurança Orgânica, Vigilância Eletrônica, Dispositivos de Detecção e Sinais de Alarme, Sistema de Comunicação, Sistema Informatizado de Cadastramento e Controle de Acesso de Pessoas Veículos e Cargas, Barreiras Físicas, Equipamentos, Normas, Procedimentos, Integração e Cooperação com Autoridades de Segurança Pública e Órgãos Intervenientes. Durante o exercício, a Guarda Portuária manteve as certificações de segurança das Unidades Portuárias de Belém, Santarém e Terminais de Miramar e Outeiro e está em processo de renovação a certificação do porto de Vila do Conde. Igualmente, as ações do setor de Segurança foram imprescindíveis para a redução de vários ilícitos nas unidades portuárias administrada pela CDP, tais como furtos, pirataria, porte ilegal de armas, tráfico de drogas, intrusão, Incêndio criminoso e outros.

Contingente - A Gerência de Segurança Orgânica da Companhia Docas do Pará encerrou o exercício de 2017 com 171 (cento e setenta e três) Integrantes efetivos na Guarda Portuária - **Certificação de Segurança Referente Ao ISPS – CODE**

As Unidades Portuárias de Belém, Santarém e Terminais de Miramar e Outeiro, as quais atendem ao Comércio Exterior estão devidamente certificadas pela CONPORTOS, o Porto de Vila do Conde está em processo de renovação de sua certificação junto a CONPORTOS, aguardando a visita de retorno da Auditoria da referida Comissão, para avaliar as ações adotadas para sanar as não conformidades apontadas na NOTIFICAÇÃO nº 013 – PA AUD/CONPORTOS. **Mecanismos de Proteção das Áreas dos Portos e Terminais Administrados Pela CDP**

Barreiras Físicas: Os muros, gradis e concertinas estão em boas condições nas unidades portuárias de Belém, Miramar e Santarém. No porto de Outeiro a cerca da frente do porto está sendo substituída por muro com concertina (contrato CDP nº 08/2017) e no porto de Vila do Conde tramita processo para revitalização das barreiras físicas daquela unidade portuária. Iluminação: A iluminação atende as exigências dos Planos de Segurança em parte. A CDP não possui atualmente contrato de manutenção preventiva e corretiva, o pessoal do quadro técnico da Companhia promove os reparos necessários. CFTV: A CDP dispõe de quatro sistemas de CFTV próprios, nos Portos de Belém, Vila do Conde, Santarém e Terminal de Miramar, todos funcionando normalmente e fornecendo imagens de alta resolução. O sistema operacional DIGIFORT foi atualizado para a versão 6.7. A empresa contratada VALLETEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA é responsável pela manutenção preventiva e corretiva no sistema de CFTV. O referido sistema de CFTV do Terminal de Outeiro é locado. Ademais a GEGUAP finalizou projeto de ampliação do CFTV integrado com sistemas de alarmes, processo este que tramita sob o nº. 2407/2017, que está em fase de elaboração de minuta de edital para futura apreciação do CONSAD. Controle de Acesso: O Controle de Acesso nas Unidades Portuárias é feito pela Guarda Portuária com registro através do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Acesso – SIGA. A coleta de dados e liberação do acesso dos pedestres e feita através de catracas com leitura biométrica e os veículos e cargas são registrados através de coletores de dados portáteis disponíveis nas unidades e em pleno funcionamento. A manutenção preventiva e corretiva é feita pelo pessoal do quadro técnico da Companhia. Detectores de Metais: A CDP possui portais detectores de metais para verificação mais eficiente durante o processo de revistas, os mesmos usados em aeroportos e presídios federais. Há detectores portáteis disponíveis na Unidade Portuária em pleno funcionamento. Sistema de Comunicação: As instalações e postos de segurança são dotados de ramais telefônicos e bases de rádio, e as equipes de segurança são dotadas de rádio comunicadores portáteis. Viaturas: As equipes de segurança das Unidades Portuárias são dotadas de viaturas e lanchas para patrulhamento terrestre e aquático, conforme a seguinte distribuição: Complexo Portuário Belém, Miramar e Outeiro – 03 veículos (gol). PVC – 01 veículo (S-10), 02 motos e 01 lancha. Porto de Santarém - 01 Veiculo (gol) e 01 lancha. Armamento: A Guarda Portuária é dotada de Pistolas Taurus Cal. 380ACP. Os Guardas são treinados e habilitados ao porte do armamento. Além do armamento letal, agentes de segurança possuem a disposição, dispositivos não letais como: Sprays de gás pimenta e cassetetes tipo tonfa. **Fiscalização de Contratos - Contrato Nº 15/2012 - Valletel Comércio e Serviços LTDA:** empresa especializada, contratada para prestar serviço na manutenção de equipamentos de vigilância eletrônica 33/67 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP Relatório de Administração - 2016 nos portos de Belém, Vila do Conde, Santarém e Terminal de Miramar. **Autorização de Serviço DIRPRE Nº 08/2017 - Radiocom Telecomunicações Comércio e Serviços LTDA:** empresa especializada, contratada para prestar serviço de locação de rádios VHF, sistema de comunicação exigido pelos planos de segurança dos portos aprovados pela CONPORTOS. **Síntese das Principais Realizações no Exercício -** Manutenção das Certificações de Segurança do ISPS – CODE nos Portos de Belém, Santarém e Terminal de Miramar. Manutenção do alfandegamento dos Portos de Belém (incluindo Terminais de Miramar e Outeiro), Porto de Vila do Conde e Porto de Santarém. Participação do Gestor da Segurança Orgânica da Companhia Docas do Pará, como membro da CESPORTOS/PA, em diversas auditorias de certificação em Instalações Portuárias privadas no estado do Pará. Elaboração do projeto integrado de CFTV – Circuito Fechado de Televisão e

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

alarmes para os Portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Terminal Portuário de Outeiro e Terminal Petroquímico de Miramar, em atendimento a exigências do ISPS – CODE e alfandegamento. Aquisição e distribuição acessórios para os Guardas Portuários. Manutenção das patrulhas náuticas com a Lancha CDP I, mantendo em zero, o número de ocorrências de ataques de piratas aos navios atracados no Terminal; Realização de exercícios e simulados visando à manutenção das Certificações de Segurança da CONPORTOS do Porto de Belém e do Terminal Petroquímico de Miramar. Habilitação de 35 (trinta e cinco) Guardas Portuário como Piloto de Embarcação Pública através do Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público, ofertado pela Marinha do Brasil. Formação de 06 (seis) Guardas Portuários como Supervisor de Segurança Portuária pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. **Projetos e Processos em Andamento -** Renovação dos Portes de Arma de Fogo dos Guardas Portuários que estarão vencendo em março/2018, através de exames psicológicos e práticos de tiro, aplicados pelo Departamento de Polícia Federal.Aquisição de coletes 46 balísticos para suprir a demanda dos últimos Guardas Portuários contratados através do Concurso Público 2012. Implantação do Sistema integrado de CFTV – Circuito Fechado de Televisão e alarmes para os Portos de Belém, Vila do Conde, Santarém, Terminal Portuário de Outeiro e Terminal Petroquímico de Miramar, em atendimento a exigências do ISPS – CODE e alfandegamento. **GESTÃO ESTRATÉGICA - Projetos e Processos -** Com a aprovação da estrutura de transição, a Gerência ficou na incumbência de dar suporte a estruturação de todas às áreas, dando continuidade aos mecanismos de controle iniciados pela consultoria. Sendo esse acompanhamento apresentado mensalmente à Diretoria Executiva da CDP por meio de reunião por videoconferência entre o comitê local e demais comitês da SNP/ MTPA, CODESP e CDRJ; A partir da estruturação organizacional por meio de fluxos, iniciou-se o controle por indicadores, cabendo essa gerência o acompanhamento dos mesmos, bem como criar mecanismos de padronização por meio de manuais visando uniformizar o entendimento quanto aos indicadores da CDP. Nesse contexto, foi aprovada por meio de deliberação DIREXE nº 73/2017 a proposta de revisão dos indicadores propostos para a Companhia; Do mesmo modo, realiza também o controle quanto ao cumprimento das Metas de Gestão, encaminhadas trimestralmente pela SNP / MTPA para CDP, de modo que os principais acompanhamentos da SUPROP estão atrelados a PMGP, indicadores e metas de gestão. **Ações de Governança -** A Lei 13.303/2016, conhecida com Lei de Responsabilidades das Empresas Estatais inova como o marco da Governança para Estatais no Brasil. Nesse contexto, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MPDG elaborou um indicador de Governança, conhecido como IG-SEST. Este indicador estabelece quatro níveis de governança com base na avaliação dos itens "Gestão, Controle e Auditoria", "Transparência das Informações" e "Conselhos, Comitês e Diretoria", visando possibilitar uma avaliação objetiva do cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais, e assim, implementar melhores práticas de mercado e melhorar o nível de excelência em governança corporativa nas empresas controladas pelo Estado. Na primeira edição, a SEST/MPDG avaliou 48 estatais, sendo apenas 8 delas certificadas com nível 1 (mais alto), e quatro no nível 2. As demais 36 estatais avaliadas alcançaram os níveis 3 e 4, conforme tabela 38. Com a Pontuação de 5.7, a CDP ficou em primeiro lugar entre as Autoridades Portuárias. Esse resultado foi alcançado devido às mudanças que a Companhia realizou em sua estrutura organizacional para se adequar aos fluxos de processo advindos do Programa de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, conforme tabela abaixo.

TABELA 38 – MÉDIA GERAL DO IG - SEST

Estatal	Nota
Média Geral	4,02
CDP	5,70
CDC	3,84
CDRJ	3,91
CODEBA	2,48
CODERN	2,53
CODESA	3,77
CODESP	4,92
BNDES	9,84
CAIXA	7,6

Fonte: SEST/MPDG

TABELA 39 – MÉDIA DAS COMPANHIAS DOCAS

Porto	Nota
Média Geral	4,02
CDP	5,70
CDC	3,84
CDRJ	3,91
CODEBA	2,48
CODERN	2,53
CODESA	3,77
CODESP	4,92

Fonte: SEST/MPDG

Comissões de Assuntos Estratégicos - A GEGEST vem Coordenando alguns comitês estratégicos para a gestão da empresa, quais sejam: **Comitê Tático-Operacional de Tecnologia da Informação – CTOTI:** o CTOTI instituído pela RESOLUÇÂO DIRPRE nº421/2017, tem como principais objetivos Auxiliar nas ações do Comitê de Governança e Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (CGETI) o qual a GEGEST também faz parte, Viabilizar o alinhamento estratégico entre o setor de TI e a alta direção da CDP, avaliar os processos de negócios e projetos do setor de TI, recomendar padrões, modelos e procedimentos técnicos e operacionais para o setor de TI, definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos vinculados ao setor de TI. **Comissão de Necessidade de Pessoal da CDP:** Comissão responsável por realizar levantamento da necessidade de pessoal, designada palas RESOLUÇÕES nº138/2016, 340/2016 e 200/2017, o foco dessa comissão é trabalhar uma demanda antiga e muito complexa na CDP, a empresa administra 08 unidades portuárias, geograficamente distantes e sem nenhum critério ou politica de dimensionamento da força de trabalho, nesse sentido a comissão iniciou trabalho voltada ao dimensionamento da mão de obra e já pontuou algumas ações inicias através da Nota Técnica 01/2018 COMISSÃO DE NECESSIDADE DE PESSOAL/CDP, o trabalho definitivo está em fase final de confecção. Comissão constituída pela RESOLUÇÂO DIRPRE nº70/2017 e nº202/2017, para elaborar e coordenar o Plano de Implantação do Sistema de Informação –SEI, iniciou seus trabalhos em agosto de 2017 e tendo como base a importância estratégica do SEI para qualquer empresa priorizou a finalização desse trabalho e em outubro de 2017 foi finalizado o Plano de Implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Comitê Portos Eficientes, constituído pela RESOLUÇÂO DIREXE nº22/2017 que tem como objetivo coordenar a implantação e acompanhamento do Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, onde uma das tarefas mais árduas é mudar algumas culturas de gestão é conscientizar a importância de todos para o sucesso administrativo e operacional da empresa e para isso a comissão vem desenvolvendo um trabalho no sentido de amadurecer a gestão por processos dentro da empresa e bons frutos já vem sendo colhidos. Fora as comissões que a GEGEST atua como coordenadora existem outras que também são de grande importância para a gestão estratégica da empresa, entre ela destacamos a Comissão de Fiscalização, que tem o papel fundamental de instituir normas e manuais de procedimentos, visando dar suporte para a CDP exercer seu papel de Autoridade Portuária, onde a GEGEST também vem colaborando.

GESTÃO PORTUÁRIA - A seguir são apresentadas de forma resumida as principais ações e atividades desenvolvidas no exercício, a saber: **Porto de Belém -** Participação em negociações e discussões para viabilizar uma linha de cabotagem entre os Portos de São Sebastião-SP/Manaus-AM/Belém- PA, tendo a primeira reunião sido realizada no mês de fevereiro de 2017 e a continuidade das tratativas ocorrido em reunião realizada, em maio de 2017, na sede da FIEPA com a participação de representantes do porto de São Sebastião, da CDP, da SIMINERAL, da ACP, da MPL, do SINDARPA, da ASPLAN e do SINDOPAR; Ações para viabilizar a operação de arroz através das instalações do Porto de Belém, tendo a primeira operação ocorrido no mês de junho de 2017; Tratativas inerentes à continuidade das operações de carregamento de Óleo de Palma através do Porto de Belém, sendo que no ano de

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2017 houve um incremento na movimentação da referida carga em comparação com o exercício anterior; Ações para viabilizar a continuidade das operações envolvendo o carregamento, através das instalações do Porto de Belém, do maquinário utilizado na construção da usina de Belo Monte, sendo que durante o ano de 2017 tivemos a realização de algumas operações envolvendo esta carga; Fomento das operações Offshore com apoio às negociações das empresas **Brasco**, **Total** e **BP** visando à consolidação de algumas demandas operacionais, cabendo mencionar que já no ano de 2017 o porto recebeu cargas de apoio as futuras operações, as quais se encontram armazenadas dentre das instalações desta unidade portuária; Homologação das informações operacionais portuárias no SCAP, com posterior envio dos arquivos XML para o Sistema de Desempenho Portuário (SDP) da ANTAQ; Operacionalização e acompanhamento do sistema Porto Sem Papel (PSP), dando as anuências de competência da Autoridade Portuária e acompanhando as anuências dos demais órgãos vinculados ao processo; Participação em comissões instituídas no âmbito da Companhia para discutir assuntos de interesse da área de gestão portuária, em especial aquelas relativas ao Porto de Belém; Tratativas junto a CORITPA/SRTE/MTE, a fim de obter a liberação para acesso às áreas interditadas, mais especificamente aquelas localizadas na faixa de cais onde estão instalados alguns guindastes. O objetivo da liberação era a execução de serviços de capinação e limpeza das áreas, tendo a ação sido concretizada em outubro de 2017; Participação nas reuniões mensais do grupo de trabalho formado pela CDP, ANTAQ, CPH e SRTE, no qual são discutidas as demandas envolvendo o Porto de Belém, com ênfase na harmonização do entendimento dos partícipes e na divulgação e compartilhamento das informações das ações desenvolvidas por cada órgão em relação a referida unidade portuária; Adoção de procedimentos e ações visando à realização de serviços de certificação, por parte do INMETRO, das balanças rodoviárias instaladas no Porto de Belém, sendo que a concretização da ação se deu no mês de dezembro de 2017; Atendimento de demandas relativas a clientes e usuários do Porto de Belém, com participação em reuniões, emissão de pareceres, acompanhamento de visitas e inspeções e adoção dos demais procedimentos e ações visando garantir a satisfação do cliente, bem como a atração de novas cargas e investimentos; Acompanhamento e fiscalização do contrato de arrendamento sob gestão desta Unidade Portuária, com adoção dos procedimentos visando garantir o cumprimento do instrumento contrato firmado com esta Companhia, Acompanhamento das movimentações dos Terminais de Uso Privativo sob gestão desta Unidade Portuária, a fim de efetivar as cobranças cabíveis; Atendimento de demandas internas com o fornecimento de dados, elaboração de relatórios e manifestação em processos que tinham como objeto questões relacionadas ao Porto de Belém; Fornecimento de suporte para obras e serviços realizados nas instalações do Porto de Belém, dentre os quais podemos destacar a readequação do Armazém 08, para atender as operações Offshore, ampliação das instalações de armazenagem da OCRIM, conclusão da obra de recuperação do cais do Armazém 11 e recuperação de instalações hidráulicas; Aquisições, contratações e acompanhamento da execução de serviços de menor complexidade envolvendo a manutenção e reparos das instalações do Porto de Belém; **Terminal de Miramar -** O presente relatório dispõe sobre o planejamento, desenvolvimento e execuções das principais atividades desenvolvidas pelo Terminal de Miramar no exercício e 2017, tais atividades tiveram impactos diretos e indiretos na eficiência administrativo/operacional do Porto. Dentre as atividades de destaque no ano de 2017, está o plano de trabalho elabora pela APOMIR (anexo) em conjunto com a SUFMIR e os empregados lotados neste Terminal, onde se elenca as principais necessidades do Porto, bem como o seu grau de prioridade, objetivos e finalidades, destacando-se os encaminhamentos feitos para tratamento das demandas. Dentro desse plano de trabalho, algumas atividades foram executadas, dentre as quais podemos citar: Adequação das defensas do píer 2, que teve como objetivo permitir que as embarcações do tipo balsas-tanques atracassem e operassem nos berços do píer 2 com segurança, dando maior dinamismo naquele de tipo de operação; Lotação de Técnico de Segurança do Trabalho, profissional de extrema importância em uma área classificada como Terminal de Miramar, Visando o desenvolvimento e monitoramento dos programas voltados à higiene e segurança do trabalho nos termos da NR-29 Adequação do Berço 103 para operação de balsas, ação que deu utilidade a este berço, antes inoperante, gerando receita para a CDP; Estudo de Batimetria realizado em conjunto com a Raízen combustível cujas informações estão sendo tratadas pelo setor de Engenharia da CDP.Implantação o controle de acesso cargas, via SCAP, na Av. Salgado Filho (está pendente a chegada dos coletores para que o controle seja feito via SCAP). **Terminal de Outeiro -** Carga de apoio (abastecimento de embarcação) teve um aumento de 3.784,42% devido este serviço não ser cobrado anteriormente, haja vista que os navios faziam suas operações no fundeio sem se preocupar de informar a autoridade portuária. Com a ajuda de um binóculo e, quando disponíveis, das câmeras de segurança, foi verificado o nome da embarcação principal e da balsa que fazia o abastecimento. Após tal entendimento, foi consultado nos sistemas SCAP e PSP para se verificar qual agência marítima estava respondendo pelo armador para entrar em contato e explicar que a utilização da área de fundeio e canal de acesso pelas embarcações em demanda ao porto e seu tráfego nas referidas instalações deverá ser solicitada à Administração do Porto via sistema de informação da autoridade portuária e concentrador de dados-PSP e quando autorizada pela Autoridade Portuária, deverá estar de acordo com o regulamento e anuência das Autoridades Marítima, Aduaneira, Sanitária e Polícia Federal; Deu-se início o movimento de manganês no terminal de Outeiro com 29.824 toneladas nos dois primeiros embarques. A previsão para 2018 é de aproximadamente 120.000T, entre balsa e navio, a serem movimentadas de apenas um cliente. Outros exportadores estão fazendo contato par trazerem o seu embarque de manganês para este Terminal; Tivemos um total de 173 embarcações durante o ano, aumento correspondente a 36,22% em relação ao ano passado, o que acarretou em um aumento na receita operacional de 24,00%. A taxa de ocupação dos berços foi a seguinte:

TABELA 40 – TAXA DE OCUPAÇÃO DE BERÇO - OUTEIRO

ÁREA	**PORCENTAGEM (%)**
Berço 101 –	30,23%;
Berço 102 –	10,55%;
Berço 201 –	4,54%;
Berço 202 –	0%;
Fundeio	16,08%

Fonte: APOOUT

Realização de supressão de 27 árvores e poda de outras 27; corte em pequenas unidades dos vegetais removidos e locação de todo resíduo gerado na poda e na supressão em área dentro do próprio Terminal Portuário devido risco de tombamento; Com vistas para o crescimento de quase 300% da movimentação deste Terminal, com operações 24h/dia, considerando que os píeres dificilmente estão ficando sem embarcação atracada, seria de boa necessidade se pensar em um turno de revezamento neste Terminal; Reforma das barreiras físicas do Terminal Portuário de Outeiro com prazo de 180 dias. Previsão de término para março de 2018.

Porto de Vila do Conde - Estamos apresentando de forma resumida, as principais ações e atividades desenvolvidas no exercício de 2017, no âmbito do Porto de Vila do Conde. **Tratativas para Renovação de Contratos de Arrendamento:**Participação do APOCON em reuniões na DIRGEP para tratativas, a fim de viabilizar a renovação do Contrato nº34/94 relativo à Operação Portuária Compartilhada celebrado, de um lado CDP – Companhia Docas do Pará, do outro lado, a Alunorte – Alumina do Norte do Brasil do S/A e a Albrás – Alumínio Brasileiro S/A;Tratativas para renovação do Contrato 14/2003, que dispõe sobre o Arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde CONVICON;**Atendimento a Notificação da ANTAQ:**Inclusão dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Turno de revezamento, iniciando em abril de 2017, atendendo a Notificação da ANTAQ nos termos do processo nº 50300.005144/2016-11; **Atendimento a Receita Federal:** Conforme Reunião com a Inspetoria da Receita Federal ocorrida em 01/09/2017, tendo como pauta o ofício 051/2017/GAB/BEL-RFB que trata sobre a questão da "Carga Pátio" para esta Unidade Portuária, onde após tratativas ficou estabelecido um local no recinto alfandegado do CONVICON uma área definida para "Carga Pátio". **Atendimento a CONPORTOS:** Adequações das instalações administrativas e operacionais do PVC, para sanar as não conformidades identificadas pela Comissão do CONPORTOS consoante NOTIFICAÇÃO Nº013-PA/AUD/CONPORTOS. **Contratos de Obras e Serviços:** Execução do Contrato 32/2016 – Pavimentação em trechos críticos das vias internas e via de entrada do Porto de Vila do Conde, que iniciou setembro de 2016 e teve seu termino em dezembro de 2017; Prestação de serviços continuados e periódicos de manutenção da sinalização viária horizontal e vertical nas unidades portuárias da Companhia Docas do Pará - Contrato 028/2016 inicio agosto de 2016 com termino em agosto de 2017; Execução de Reparo nas Rampas das Balanças na

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Portaria do Porto de Vila do Conde, conforme ASD 10/2017, que inicio em 25/05/2017 e teve seu termino em 21/09/2017; Execução do Contrato 42/2016 – Fixação e Recuperação dos escudos do Píer 100 no Porto de Vila do Conde início outubro de 2016 com termino em novembro de 2016; Execução Contrato nº 20/2017 - Prestação de serviços de Engenharia, compreendendo a manutenção preventiva e corretiva geral da subestação Receptora de 69KVx6, 72 (LN) /8,4(FV) MVA do Porto de Vila do Conde, executados pela empresa L.M. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS – Em andamento. **Incidentes ocorridos:** Colisão do Rebocador e Balsa Serra Dourada XII com um dos DLFIN do TGL (Terminal de Graneis Liquido) no dia 05/09/2017, embarcação de propriedade da empresa Transdourado, prestadora de serviços do Arrendatário Ipiranga; Incidente envolvendo o CN 2 (Carregador de Navio "alumina") de propriedade da Hydro/ Alunorte ocorrido em 12/09/2017, que ocasionou a paralização das operações de embarque de alumina no berço 102, vindo o berço a ser liberado no dia 19/09/2017, após analise do ocorrido e recuperação do equipamento da Hydro/ Alunorte; **Paralização por Manifestações Impedindo Acesso ao Porto de Vila do Conde:** Paralização com bloqueio da portaria principal no dia 09/05/2017contra a decisão judicial que suspendeu o embarque de carga viva no Porto, iniciou 07:00 tendo seu termino às 15:30, paralisando as operações de acesso terrestre, operando apenas as correias transportadoras; Paralização das atividades no TMU 1 no dia 17/06/2017 das 15:00 às 20:00 do dia 18/06/2017, devido uma reivindicação dos TPA's (Trabalhadores Portuários Avulsos) contra a Norte Operações de Terminais que efetivou a contratação de mão de obra direta realização das suas atividades operacionais, vindo a reiniciar as atividades, após a presença dos oficiais de justiça com liminar autorizando o retorno das operações. Interrupção no fornecimento de energia elétrica ao porto de Vila do Conde nos dias 11/08/2017 as 11:00hs. A interrupção no fornecimento da energia ao porto de Vila do Conde foi ocasionada por rompimento de duas fases dos cabos da linha aérea de energia do alimentador de 69KV de alimentação da subestação principal de **69 KV** do porto de Vila do conde, atingindo toda operação da área portuária, os cabos rompidos de propriedade e responsabilidade da Concessionária de energia REDE CELPA. Causando avarias no sistema elétrico do Porto. Interrupção no fornecimento de energia ao porto no dia 18/08/2017 às **20:00 horas.** Foi ocasionado pelo rompimento do cabo guia de aterramento da Linha de Transmissão de **69 KV** de responsabilidade da Rede Celpa, que provocou um curto circuito trifásico no alimentador de **69KV** e como este cabo guia de aterramento e interligado e fechado ao sistema de aterramento da subestação de 69 KV, toda descarga/corrente elevada do curto circuito veio pelo cabo de aterramento atingindo vários equipamentos e cabos elétricos de media tensão e baixa tensão do sistema elétrico do porto por serem todos aterrados. **Porto de Santarém -** A Administração do Porto de Santarém, visando aprimorar seu desempenho na gestão administrativa, bem como visando consolidar novas operações na Unidade Portuária, apresenta as principais ações realizadas no exercício de 2017, conforme relação abaixo: Nomeação de Técnicos Portuários integrantes do quadro de pessoal, lotado no Porto de Santarém, como fiscal dos arrendamentos, visando aperfeiçoar a atuação da Companhia como Autoridade fiscalizadora dos contratos correspondentes; bem como valorizando e inserindo seus empregados nas atividades fins/fundamentais da Autoridade Portuária; Participação na elaboração do Manual de Indicadores Setoriais do PMGP; Implantação do novo ERP SENIOR para os módulos de "Gestão de Ponto", "Gestão de Mercado", sendo definitivamente desativado o FINPAC na Unidade Portuária; Em julho de 2017 a Administração do Porto de Santarém participou ativamente do evento intitulado 1º Encontro da Navegação Sustentável na Amazônia, que foi realizado pela ANTAQ, em parceria com a Companhia Docas do Pará, a prefeitura e a Fundação Esperança, além disso, fez parte da primeira ação do "Projeto de Coleta Seletiva nas Embarcações de Passageiros e Cargas da Navegação Interior na Região Amazônica". "É fundamental que os resíduos sejam descartados adequadamente, impedindo a propagação de doenças e mau cheiro, além desse lixo ser matéria para reciclagem. Essa melhoria no descarte de resíduos vem com ações práticas e rotineiras como essa que a Agência está realizando em Santarém", destacou Tokarski, diretor-geral. O administrador do Porto de Santarém, Vicente Ferreira Sales, ressaltou que é fundamental que essa ação alcance toda a Região Amazônica. "Devemos acabar com a contaminação dos nossos rios. Espero que esse projeto seja um primeiro passo para manter os nossos rios limpos". O evento contou com quatro blocos, quando foram discutidos diversos temas, entre eles a sustentabilidade da navegação interior; gestão ambiental no transporte aquaviário; responsabilidade socioambiental da cidade de Santarém; boas práticas sanitárias nas embarcações; turismo sustentável; e educação ambiental. A Supervisora de Relação Porto-Cidade e Meio Ambiente da Companhia Docas do Pará (CDP), Cristiane Andrade, destacou a responsabilidade socioambiental da autoridade portuária e as ações que a CDP desenvolve com a comunidade, entre elas balé, música, caratê, leitura de histórias e educação ambiental. Em 28 de julho, realizou-se a 1ª Caminhada "Rio Limpo, Amazônia Viva", que fez parte do "Projeto de Coleta Seletiva nas Embarcações de Passageiros e Carga na Navegação Interior na Amazônica", ação que a Agência desenvolveu no município paraense. Cerca de 2500 pessoas participaram da caminhada. Para participar, os cidadãos tiveram de levar um quilo de alimento não perecível, o que dava direito a um kit, com camisa e copo sustentável (Matéria retirada do informativo da ANTAQ – Navegando a notícia – Ano VIII – nº 37 – Agosto/Setembro 2017); No dia 9 de novembro de 2017, o porto de Santarém concorreu ao Prêmio ANTAQ 2017 de Sustentabilidade Aquaviária e ficou em segundo lugar na categoria de Maior evolução anual do IDA, Desempenho Ambiental em uma cerimônia especial realizada em Brasília – DF. O evento homenageou o trabalho realizado em portos de todo o país. Para o diretor-geral da ANTAQ, Adalberto Tokarski: "O prêmio é fundamental como reconhecimento de trabalhos de excelência realizados nos setores portuários e de navegação. A questão da sustentabilidade é primordial para a Agência. Esse prêmio valoriza aqueles e aquelas que contribuem para uma logística eficiente e, acima de tudo, que vai ao encontro do meio ambiente". Tokarski lembrou, ainda, que a ANTAQ, com essa premiação, valoriza a inovação. Ele destacou também as categorias do Prêmio ANTAQ (veja abaixo). Disse que a Agência trabalha cada vez mais para um marco regulatório claro e transparente, para uma redução da burocracia, com o objetivo de atrair investimentos para o setor. Segundo o diretor da ANTAQ, Mário Povia, o prêmio é a materialização de projetos idealizados anos atrás no âmbito do Planejamento Estratégico da Agência. "A ANTAQ, valendo-se de seu protagonismo setorial, consolida neste momento a instituição do Prêmio ANTAQ, prestigiando iniciativas inovadoras, eficiência e criatividade, bem como estimulando a produção de artigos do setor aquaviário", destacou. Para o gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da ANTAQ, Marcos Maia Porto, a premiação se reveste de grande importância para o setor aquaviário, "pois dá o devido destaque para os seus aspectos positivos, como os resultados exitosos da gestão ambiental nas suas atividades, em conformidade com a legislação vigente. Além disso, impulsiona o setor com os artigos técnicos e científicos, onde são analisadas as questões mais prementes da atividade e seus desafios, finalizando com a produção de projetos e iniciativas inovadoras" (Matéria retirada do site da Companhia www.cdp.com.br); Em 2017 o Porto de Santarém teve uma atuação efetiva do Conselho de Autoridade Portuária, sempre contando com a participação de importantes autoridades convidadas e de grande importância para o conselho, bem como para o Porto e Município de Santarém, entre elas podemos citar a participação dos diretores gerais da ANTAQ o senhor Adalberto Tokarski e Mario Povia; representantes do DNIT; da Praticagem; SPU, entre outros, que enriqueceram as discussões importantes ao desenvolvimento da atividade portuária em Santarém; A Segurança Portuária em Santarém foi beneficiada com a realização do curso de piloto de embarcação pública e recepção de uma lancha, ações envidadas pela equipe de gestão da Unidade Portuária que fortaleceu consideravelmente a atuação da guarda portuária através da fiscalização pelo modal aquaviário, sendo considerado, portanto, um dos principais fatos relativos a segurança portuária em Santarém; A administração do Porto de Santarém iniciou o exercício de 2018 com seus principais certificados atualizados/válidos, conforme relação abaixo: AVCB: Certificado de Vistoria Anual Nº. 46600 (Validade – 28/11/2018), atualizou o HABITE-SE Nº. 00032J30205;ALVARÁ: Nº 0008 (Validade – 31/12/2018);LO: 9103/2015 (Validade – 27/04/2019). **Porto de Itaituba -** Terraplanagem e Implantação da Balança com capacidade de 85 Tons/margem segura pela empresa Hidrovias do Brasil, para dar inicio a Operação de Fertilizante; Visita da SEMMAS para a renovação da Licença de Operação do Porto de Itaituba, onde recebemos o apoio da SURPMA; Visita trimestral da Empresa Monã Consultoria Ambiental para realizar a coleta de água para análise; Visita da ANTAQ, que resultou numa Notificação de Correção de Irregularidade de nº 454; Manutenção constate do sistema Elétrico da área do Porto; Roçagem e limpeza em toda a área da CDP; Fomos atendidos a solicitação de iluminação do acesso de Mirituba ao Porto de Itaituba; Através de uma Parceria da Bertolini com a CDP, foi instalada uma central de ar de 9.000 BTU's na Guarita; Instalação de uma cancela na entrada no portão de

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

acesso ao Porto, para facilitar o controle e abordagem da Guarda;Implantação de placas sinalizando a proibição de pesca e caça na área Portuária;Visita técnica da GERPMA/SUPSET com a finalidade de realizar o levantamento para Elaboração do LTCAT; Visita técnica da GERPMA/SUPSET para elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco e Plano de Controle de Emergência do Porto de Itaituba; **Poro de Altamira -** O Porto de Altamira, situa-se na margem esquerda do rio Xingu, no Distrito de Belo Monte do Pontal, no município de Vitória do Xingu, PA. O acesso ao porto via terrestre se faz pela Transamazônica – BR230, no km 65, próximo a travessia da balsa de Belo Monte e, também, pelo rio Xingu, no sentido Gurupá – Altamira. A administração local é feita apenas pelo Administrador, devido as baixas atividades operacionais. No ano de 2017, por exemplo, o Porto movimentou apenas descarregamento de combustível e, ainda assim, com frequência reduzida de atracação de balsas, comparado ao período de construção da usina de Belo Monte. Em anos anteriores algumas empresas movimentaram cargas gerais no Porto, a exemplo da empresa Bertolini e Reicon. A Bertolini encerrou suas atividades em 14 de agosto último. Em 2017, as poucas empresas de cargas gerais deixaram de operar no Porto, isso aconteceu com o término da construção da hidrelétrica. Assim, somente a empresa de navegação Transdourada continua com suas atividades de descarregamento de combustível e, ainda, com menor frequência de operações. Algumas atividades que foram desenvolvidas no Porto em 2017:A reforma de toda a rede de energia elétrica do Porto. Na ocasião foram instalados refletores e mais luminárias para melhor iluminação da área portuária. A permanência definitiva dos Guardas Portuários para garantir a segurança no local; Acompanhamento trimestral do monitoramento e coleta de águas nos entornos do Porto; O curso de brigada de incêndio para equipe do Porto, inclusive, com a participação da Guarda Portuária local; Manteve-se a estrada de acesso bem limpa e trafegável;Roçagem e limpeza de toda a área da CDP. Importante ressaltar que para o Porto de Altamira as contratações de empresas e serviços, compras de equipamentos, emissão de Notas Fiscais, faturamento e pagamentos são feitos pela CDP Belém. Cabe ainda à administração local, informar no sistema SCAP os serviços. Quando necessário solicita-se à Diretoria de Gestão Portuária os serviços a serem contratados e compras de produtos. **Porto de Óbidos -** Preliminarmente, faz-se mister informar que pelo fato de continuarmos aguardando decisão sobre o repasse ou não do porto de Óbidos ao DNIT, em 2017 realizamos ,apenas, ações, no que tanque a manutenção das instalações portuárias , com o fito de atender satisfatoriamente ao usuário ,cliente, visitante e etc., mantendo-o limpo, pintado, iluminado. Entretanto, destacamos a interseção das operações portuárias no módulo SCAP, permitindo, com isso, um novo aprendizado, culminando com um melhor *feedback* entre essa unidade da CDP e a sede e, portanto, melhor compreensão em si , onde também , contamos com apoio e orientações da APOSAN e SUSSAN. Outro avanço que merece destaque, foi conseguirmos cadastrar o porto de Óbidos no portal da prefeitura de Óbidos para emissão de nota fiscal. Destaca-se, aqui, o empenho e o comprometimento do setor de Controladoria e Faturamento da CDP e este APOOBI, para logramos êxito. É certo que o sr. DIRPRE ao encaminhar a Carta DIRPRE nº 55/2017 ao sr. Amarildo Bentes de Andrade - Secretário de Governança do Município de Óbidos ,contribuiu, de forma decisiva, tendo a prefeitura acenado positivamente ao tema solicitado pelo sr. DIRPRE , conforme consta em anexo (fls.4,5, e 6). Também em 2017, estivemos no apoio a Operação Sentinela, da Polícia Federal e Ibama, Órgãos Civis Policia Militar e Conselho Tutelar quando nos foi solicitado . Outra ação positiva que deixa o porto de Óbidos em evidencia na região, com a chancela das comunidades local circunvizinhas, é o fato de termos dado total apoio ás operações da Marinha do Brasil (Capitania dos Portos de Santarém), corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Policia Militar, quando do naufrágio, em agosto, de um comboio de balsas da empresa Bertollini com um navio da *Mercosul Line*. Pelas proximidades do local do acidente, o porto de Óbidos serviu de apoio, condição "*sine qua non*" aos órgãos, o porto de Óbidos envolvidos nas operações de resgate até o início de mês de dezembro.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - APROVAÇÃO

Uma das principais ações realizadas no exercício de 2016 foi à implementação do Planejamento Estratégico da Companhia (2016-2020), aprovado através da Deliberação CONSAD. 67/2015. Com efeito, o Planejamento Estratégico, um processo gerencial, contínuo e sistemático, visa definir ações significativas que melhorem os serviços oferecidos aos usuários a médio e longo prazos, possibilitando uma administração focada em resultados, no bom atendimento e na capacidade para enfrentar novos desafios.

DECLARAÇÃO ESTRATÉGICA DA CDP-

A Empresa - A Companhia Docas do Pará – CDP é uma Sociedade de Economia Mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria Especial de Portos, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, constituída em 10.02.67 nos termos do Decreto Lei nº. 155, publicado no DOU de 13.02.1967 e aprovada pelo Decreto nº. 61.300 de 06.09.67, publicado no DOU em 11.09.1967, regendo-se pela legislação relativa às Sociedades por Ações no que lhe for aplicável, pela Lei n. 8.630 de 25.02.93 e pelo seu Estatuto Social, com prazo de duração indeterminado. Foi estabelecido o novo planejamento estratégico com a revisão das declarações de missão, visão e valores da CDP para 2020. **Missão -** Assegurar serviços portuários, ofertar infraestrutura moderna, eficiente e segura, gerar divisas com responsabilidade ambiental e buscar a satisfação de seus clientes, no complexo portuário paraense. **Valores -** A ética e a imparcialidade são valores presentes em nossa Companhia. A CDP respeita as leis e os princípios morais, cumpre sua Missão sempre dentro das diretrizes da Secretaria Nacional de Portos – SNP/MTPA, dos princípios de independência, pluralismo e espírito crítico, para que os seus clientes e usuários elaborem e destaquem suas próprias opiniões. Ética; Comprometimento; Responsabilidade socioambiental; Competitividade; Unidade; Transparência; Inovação; Respeito ao ser humano. **Visão -** Ser reconhecida como autoridade portuária de excelência até 2020 para escoamento da produção do Norte e Centro-Oeste do Brasil através da integração rodo-fluvial.

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS

A seguir serão descritos os objetivos estratégicos definidos para médio e longo prazo, a fim de nortear os resultados globais que a Companhia pretende atingir, sendo: **Atingir a Satisfação do Cliente -** Desenvolver e aplicar mecanismos para garantir a satisfação, bem como maximizar a experiência dos clientes nos portos (Arrendatários; Exportadores; Importadores; Operadores Portuários). **Prover Soluções Logísticas -** Desenvolver serviços e soluções que permitam maior celeridade na utilização dos recursos e/ou equipamentos nos portos, bem como aprimorar atuação na hinterlândia e forelândia do porto. **Expansão de Empreendimentos e Geração de Valores Visando Novos Negócios -** Criar um plano e processo para analisar a viabilidade de novos produtos, serviços ou contratos de arrendamento, estabelecendo processo de oferta, definindo portfolio, seu conteúdo e abordagem. **Manter Superávit e Crescimento Econômico-Financeiro Sustentável -** Engloba um conjunto de projetos estruturantes visando à sustentabilidade econômico financeira que permita a execução dos planos estratégicos. **Diminuir a Dependência dos Recursos Financeiros da União -** Determinar e implementar ações que aumentem as receitas operacionais e não operacionais, bem como buscar o fortalecimento na captação de recursos através de órgãos externos de fomentos. **Melhorar Nível de Serviços -** Elaborar mecanismos para garantir atendimento de prazos e qualidade necessários para a operação. **Manter Infraestrutura -** Prover condições adequadas de infraestrutura, bem como a manutenção/atualização tecnológica dos equipamentos existentes. **Expansão, Modernização e Otimização da Infraestrutura -** Desenvolver e executar projetos de expansão, modernização e otimização da infraestrutura de operação, assim como das áreas comuns s arrendatários em retroárea. **Aprimorar Plano de Comunicação -** Reestruturar área de comunicação interna/externa visando uma maior interação com as demais áreas. **Gestão de Processos de Negócio (BPM) -** Mapear e modelar todos os processos organizacionais no nível de atividades e tarefas com o objetivo de mitigar os riscos operacionais e assegurar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia. **Restruturação Tarifária -** Revisão da estrutura tarifária visando maior aderência às operações. Análise de revisão da parametrização das tarifas. Formalizar procedimentos. **Aprimorar Gestão de Contratos -** Acompanhar os compromissos dos contratos para melhorar o relacionamento institucional e assegurar o cumprimento das obrigações das partes. **Desenvolver Infraestrutura Tecnológica -** Aprimorar os sistemas informatizados e hardwares utilizados na Companhia. Mapear tecnologias e soluções (com ou sem parcerias) que alavanquem o resultado operacional de longo prazo da organização e melhorem a qualidade dos produtos e serviços prestados. **Monitorar Processos junto ao Poder Concedente e ANTAQ -** Elaborar estratégia de interlocução e de monitoramento junto ao Poder Concedente e ANTAQ. **Garantir Estrutura Organizacional Adequada -** Manter estrutura organizacional ideal suportada por uma go*Continua*

corporativa e estimar a lotação ideal real para o funcionamento eficiente da Companhia. **Programa de Qualificação e Capacitação de Empregados** - Desenvolver plano para ampliar capital intelectual e gerenciar conhecimento, visando o maior compartilhamento de informações em toda a Companhia. **Definir Papéis e Responsabilidades** - Alinhar as políticas da companhia às necessidades e demandas atuais do negócio e criação de planos de carreira. **Avaliação de Desempenho e Gestão por Resultados** - Identificação das competências essenciais dentro da companhia e criação de um processo formal, objetivo e simples para avaliação de desempenho dos profissionais, que possibilite feedbacks assertivos sobre oportunidades de melhoria na performance dos colaboradores. Revisar modelo de remuneração visando a diferenciação e promoção dos empregados baseado em resultado / desempenho. **Programa de Retenção de Empregado** - Identificar colaboradores chave para as demandas da companhia e garantir que possam se desenvolver e manter dentro da empresa, contribuindo para sua evolução e compartilhem os conhecimentos com os demais integrantes da equipe.

UNIDADE JURISDICIONADA COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2017			
Denominação completa			
Companhia Docas do Pará - CDP			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS		**31/12/2017**	**31/12/2016**
Governo	Tesouro Nacional	186.776.471,41	183.225.490,18
	50 % Governo	1.023.893.207	1.023.893.207
	Subtotal Ordinário (%)	**186.776.470,40**	**183.225.488,18**
Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS		**31/12/2017**	**31/12/2016**
Governo	Tesouro Nacional	186.776.469,39	183.225.488,17
	50% Governo	1.023.893.206	1.023.893.206
	Subtotais Preferenciais (%)	**186.776.470,40**	**183.225.488,17**
	Total	**100%**	**100%**

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A retomada do planejamento e da execução dos investimentos necessários aos portos, sob a gestão da Secretaria Nacional de Portos/MTPA, resgata a credibilidade e efetiva o papel da CDP como autoridade portuária e viabiliza o desenvolvimento econômico do país com responsabilidade social e ambiental. A adequação organizacional, conhecida na Companhia como Estrutura de Transição, possibilitou a implantação de um novo modelo de gestão, o que já vem refletindo na modernização do processo internos, na revisão dos procedimentos administrativos e gerenciais, objetivando as melhorias na eficiência da gestão e otimização de resultado.

Diretoria Executiva

PARSIFAL DE JESUS PONTES
Diretor Presidente
RAIMUNDO RODRIGUES DO ESPIRITO SANTO JUNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2017

	31/12/2017	01/01/2017 Reapresentado	31/12/2016 Publicado	01/01/2016 Reapresentado	31/12/2015 Publicado	01/01/2015 Reapresentado	31/12/2014 Publicado	01/01/2014 Reapresentado	01/01/2014 Demonstração Publicada
ATIVO	**419.625.011,75**	**415.637.622,72**	**410.472.472,69**	**423.536.683,79**	**420.114.220,94**	**434.206.255,50**	**436.107.787,90**	**438.110.133,32**	**438.110.133,32**
ATIVO CIRCULANTE	**81.945.601,08**	**65.095.642,99**	**49.255.299,32**	**64.561.744,41**	**50.464.087,92**	**83.214.612,12**	**77.183.615,10**	**117.718.049,28**	**117.718.049,28**
CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA 3.3	**17.559.541,67**	**8.498.865,90**	**8.498.865,90**	**13.786.212,43**	**13.786.212,43**	**41.169.943,18**	**41.169.943,18**	**74.496.135,01**	**74.496.135,01**
Caixa	14.474,53	6.177,79	6.177,79	16.382,26	16.382,26	9.760,23	9.760,23	112.861,72	112.861,72
Bancos Conta Movimento	360.181,36	365.863,55	365.863,55	102.384,30	102.384,30	122.003,60	122.003,60	4.822.514,23	4.822.514,23
Aplicacoes de Liquidez Imediata-Pais	17.184.885,78	8.126.824,56	8.126.824,56	13.667.445,87	13.667.445,87	41.038.179,35	41.038.179,35	69.560.759,06	69.560.759,06
CONTAS A RECEBER	38.264.398,46	33.936.485,87	33.936.485,87	30.990.808,08	30.990.808,08	26.919.737,76	26.919.737,76	32.574.916,22	32.574.916,22
. Clientes e Operações a Receber 3.29	45.400.728,34	37.334.430,17	37.334.430,17	34.287.920,96	34.287.920,96	27.031.174,21	27.031.174,21	32.862.563,60	32.862.563,60
. (-) Perdas p/Credito de Liquidacao Duvidosa	-7.136.329,88	-3.397.944,30	-3.397.944,30	-3.297.112,88	-3.297.112,88	-111.436,45	-111.436,45	-287.647,38	-287.647,38
. **.ESTOQUE**	335.966,20	388.345,63	388.345,63	321.996,17	321.996,17	572.306,51	572.306,51	920.827,95	920.827,95
. . Estoques 3.31	335.966,20	388.345,63	388.345,63	321.996,17	321.996,17	572.306,51	572.306,51	920.827,95	920.827,95
. . **TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR 3.32**	20.368.225,76	17.555.350,97	1.715.007,30	16.202.616,88	2.104.960,39	12.312.182,01	6.281.184,99	6.589.556,45	6.589.556,45
. . Imposto de Renda e Contribuição Social	2.726.304,09	1.715.007,30	1.715.007,30	2.104.960,39	2.104.960,39	6.281.184,99	6.281.184,99	6.589.556,45	6.589.556,45
. . Tributos Retidos na Fonte	525.950,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. Tributos Sobre Compras e Servicos e Recuperar	17.115.971,01	15.840.343,67	0,00	14.097.656,49	0,00	6.030.997,02	0,00	0,00	0,00
. . **DESPESAS ANTECIPADAS 3.30**	**524.538,04**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
. . . **OUTROS ATIVOS CIRCULANTE 3.30**	**4.892.930,95**	**4.716.594,62**	**4.716.594,62**	**3.260.110,85**	**3.260.110,85**	**2.240.442,66**	**2.240.442,66**	**3.136.613,65**	**3.136.613,65**
. . . . Confissão de Dívidas	0,00	2.748.285,45	2.748.285,45	397.429,55	397.429,55	395.862,99	395.862,99	715.776,86	715.776,86
. . . . Adiantamento a Empregados	2.072.337,48	1.823.811,82	1.823.811,82	2.717.563,57	2.717.563,57	1.641.648,98	1.641.648,98	1.159.294,90	1.159.294,90
. . . . Outros Valores a Receber	1.116.873,93	144.497,35	144.497,35	123.285,70	123.285,70	181.098,66	181.098,66	339.647,47	339.647,47
Termo Cooperação **STN/CDP/SIAFI**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.062,39	900.062,39
Recursos a Receber da União	0,00	0,00	0,00	21.832,03	21.832,03	21.832,03	21.832,03	21.832,03	21.832,03
. . . . Servidores Cedidos	1.703.719,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**337.679.410,67**	**350.541.979,73**	**361.217.173,37**	**358.974.939,38**	**369.650.133,02**	**350.991.643,38**	**358.924.172,80**	**320.392.084,04**	**320.392.084,04**
. **.REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**49.398.619,49**	**48.195.804,87**	**58.870.998,51**	**43.868.961,55**	**54.544.155,19**	**47.458.813,54**	**55.391.342,96**	**24.389.308,78**	**24.389.308,78**
. . Contas a Receber Mercado Nacional	0,00	118.985,70	118.985,70	118.985,70	118.985,70	10.554.270,20	10.554.270,20	118.985,70	118.985,70
. . Impostos e Contribuicoes a Recuperar 3.33	19.050.432,44	18.933.750,36	23.726.953,56	18.699.854,64	23.493.057,84	12.032.765,67	14.083.304,65	15.935.889,56	15.935.889,56
. . Depositos Judiciais 3.34	13.713.875,22	11.623.471,98	17.505.462,42	7.709.775,83	13.591.766,27	7.544.098,78	13.426.089,22	3.580.031,35	3.580.031,35
. . Despesas Antecipadas 3.35	2.697.908,83	3.403.812,42	3.403.812,42	3.224.560,97	3.224.560,97	3.048.601,48	3.048.601,48	4.568.186,63	4.568.186,63
. . Obra TMU 1 e 2 PUC - Porto STM	13.936.403,00	13.936.403,00	13.936.403,00	13.936.403,00	13.936.403,00	13.936.403,00	13.936.403,00	0,00	0,00
Adiantamentos a Unidades		3.007,27	3.007,27	3.007,27	3.007,27	3.007,27	3.007,27	9.841,40	9.841,40
Direitos a Receber		5.787,14	5.787,14	5.787,14	5.787,14	169.080,14	169.080,14	5.787,14	5.787,14
Empréstimos Compulsórios		170.587,00	170.587,00	170.587,00	170.587,00	170.587,00	170.587,00	170.587,00	170.587,00
. . . **INVESTIMENTOS**	**310.535,31**	**134.161,17**	**134.161,17**	**134.161,17**	**134.161,17**	**232.038,06**	**232.038,06**	**232.038,06**	**232.038,06**
. . . . Investimentos	1.002.363,89	134.161,17	134.161,17	134.161,17	134.161,17	232.038,06	232.038,06	232.038,06	232.038,06
. . . . (-)Perdas em Investimentos	-691.828,58								
. . . **IMOBILIZADO** 3.36	**287.889.597,22**	**302.084.976,36**	**302.084.976,36**	**314.792.697,29**	**314.792.697,29**	**303.199.082,97**	**303.199.082,97**	**295.737.563,08**	**295.737.563,08**
. . . **INTANGIVEL**	**80.658,65**	**127.037,33**	**127.037,33**	**179.119,37**	**179.119,37**	**101.708,81**	**101.708,81**	**33.174,12**	**33.174,12**

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	31/12/2016 Publicado	31/12/2015 Reapresentado	31/12/2015 Publicado	01/01/2015 Reapresentado	31/12/2014 Publicado	01/01/2014 Reapresentado	01/01/2014 Reapresentação Publicada
PASSIVO	**419.625.011,75**	**415.637.622,72**	**410.472.472,69**	**423.536.683,79**	**420.114.220,94**	**434.206.255,50**	**436.107.787,90**	**438.110.133,32**	**438.110.133,32**
. . **PASSIVO CIRCULANTE**	**39.060.472,62**	**45.493.710,43**	**44.358.129,98**	**40.504.073,28**	**40.504.073,28**	**32.788.215,20**	**32.788.215,20**	**21.514.329,03**	**21.514.329,03**
. . . Fornecedores de Bens e Serviços Nacionais 3.37	1.791.018,32	8.017.742,27	8.017.742,27	5.668.240,81	5.668.240,81	4.492.969,23	4.492.969,23	6.139.416,87	6.139.416,87
. . . **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS 3.41**	**11.287.307,75**	**8.697.082,71**	**8.697.082,71**	**4.868.251,28**	**4.868.251,28**	**4.100.083,39**	**4.100.083,39**	**2.586.859,75**	**2.586.859,75**
. . . **OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIARIAS 3.38**	**7.894.532,81**	**6.757.862,89**	**6.757.862,89**	**8.909.208,24**	**8.909.208,24**	**7.025.912,05**	**7.025.912,05**	**5.782.082,22**	**5.782.082,22**
. . . **CONTAS A PAGAR**	**377.311,00**	**2.695.832,42**	**2.695.832,42**	**5.935.540,42**	**5.935.540,42**	**983.605,56**	**983.605,56**	**2.458.576,78**	**2.458.576,78**
Dividendos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.959.211,15	1.959.211,15
Participação de Empregados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378,88	1.378,88	491.991,17	491.991,17
AFAC	0,00	0,00	0,00	5.843.615,76	5.843.615,76	869.307,48	869.307,48	0,00	0,00
. . . . Contas a Pagar	377.311,00	2.695.832,42	2.695.832,42	91.924,66	91.924,66	112.919,20	112.919,20	7.374,46	7.374,46
. . . **OUTROS CREDITOS**	**12.359.787,96**	**14.881.339,41**	**13.745.758,96**	**11.232.656,32**	**11.232.656,32**	**15.001.892,13**	**15.001.892,13**	**2.503.179,47**	**2.503.179,47**
Provisão de Salários a Pagar	0	2.518.524,45	2.518.524,45	6.099.256,33	6.099.256,33	10.302.076,38	10.302.076,38	0,00	0,00
. . . Outras Obrigacoes e Caução	468.564,17	476.459,46	476.459,46	220.982,73	220.982,73	235.910,67	235.910,67	320.262,93	320.262,93
Provisões para Contigências 3.44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. . Encargos INSS/FGTS - DC/Sindiguapor 3.43	11.891.223,79	11.886.355,50	10.750.775,05	4.912.417,26	4.912.417,26	4.463.905,08	4.463.905,08	2.182.916,54	2.182.916,54
. . . **RECEITAS ANTECIPADAS**	**5.350.514,78**	**4.443.850,73**	**4.443.850,73**	**3.890.176,21**	**3.890.176,21**	**1.183.752,84**	**1.183.752,84**	**2.044.213,94**	**2.044.213,94**
. . **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**11.833.118,81**	**14.160.840,04**	**25.097.103,21**	**17.440.180,76**	**28.376.443,93**	**21.792.470,60**	**32.728.733,77**	**36.476.844,84**	**47.413.108,01**
Provisão para Contingências 3.44	7.253.649,63	6.910.467,03	6.910.467,03	5.614.982,44	5.614.982,44	2.447.726,32	2.447.726,32	772.319,68	772.319,68
Credores por Transferências de Recursos	0,00	0,00	10.936.263,17	0,00	10.936.263,17	0,00	10.936.263,17	0,00	10.936.263,17
Parcelamento - RFB / Previdência	0,00	0,00	0,00	211.146,74	211.146,74	2.337.517,55	2.337.517,55	11.252.532,34	11.252.532,34
Obrigações Trabalhista a Pagar	0,00	0,00	0,00	2.250.026,55	2.250.026,55	8.271.297,51	8.271.297,51	17.168.379,39	17.168.379,39
Obrigações Fiscais e Previdênciarias	0,00	0,00	0,00	9.364.025,03	9.364.025,03	8.522.483,89	8.522.483,89	7.079.568,51	7.079.568,51
IRPJ / CSSL Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.445,33	213.445,33	204.044,92	204.044,92
. . . Fornecedores	2.895.296,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
. . . **CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO**	**406.118,04**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
. . **FUTURO AUMENTO DE CAPITAL 3.42**	**1.278.054,80**	**7.250.373,01**	**7.250.373,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
. . **PATRIMONIO LIQUIDO**	**368.731.420,32**	**355.983.072,25**	**341.017.239,50**	**365.592.429,75**	**351.233.703,73**	**379.625.569,70**	**370.590.838,93**	**380.118.959,45**	**369.182.696,28**
. . . **CAPITAL SOCIAL**	**373.552.940,80**	**366.450.978,35**	**366.450.978,35**	**366.450.978,35**	**366.450.978,35**	**365.581.670,87**	**365.581.670,87**	**339.936.190,85**	**339.936.190,85**
AFAC	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**25.645.480,02**	**25.645.480,02**
Reservas de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.009.168,06	5.009.168,06	3.601.025,41	3.601.025,41
Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.548.951,41	3.548.951,41	3.478.544,41	3.478.544,41
Reserva de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.344.216,65	1.344.216,65	122.481,00	122.481,00
Reserva de Incentivo Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.000,00	116.000,00	0,00	0,00
. . . **PREJUÍZOS ACUMULADOS 3.46**	**-4.821.520,48**	**-10.467.906,10**	**-25.433.738,85**	**-858.548,60**	**-15.217.274,62**	**9.034.730,77**	**0,00**	**10.936.263,17**	**0,00**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	31/12/2017	30/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014
		Reapresentado	**Publicado**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Reapresentado**	**Publicado**
	(R$)	**(R$)**	**(R$)**	**(R$)**	**(R$)**	**(R$)**	**(R$)**
RECEITAS							
RECEITA BRUTA DE SERVIÇO PORTUÁRIO	179.771.664,41	152.382.608,09	152.382.608,09	145.103.822,88	145.103.822,88	135.304.501,23	135.304.501,23
RECEITA BRUTA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA	152.362.053,30	128.233.946,12	128.233.946,12	120.998.127,47	120.998.127,47	115.810.196,45	115.810.196,45
RECEITA COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	27.409.611,11	24.148.661,97	24.148.661,97	24.105.695,41	24.105.695,41	19.494.304,78	19.494.304,78
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	27.052.221,21	21.219.682,60	18.934.721,88	20.243.234,15	18.645.824,70	18.905.763,66	17.274.894,53
Abatimento	7.537,97	0,00	0,00	0,00	0,00		
Impostos, Taxas e Contribuições Sobre Vendas e Serviços(Nota 3.47)	26.352.220,48	21.219.682,60	18.934.721,88	20.243.234,15	18.645.824,70	18.905.763,66	17.274.894,53
Cancelamento e Devoluções	692.462,76	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	152.719.443,20	131.162.925,49	133.447.886,21	124.860.588,73	126.457.998,18	116.398.737,57	118.029.606,70
CUSTOS DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS (Nota 3.48)	82.222.595,63	85.481.555,23	85.481.555,23	85.922.961,02	91.054.619,35	68.411.736,17	72.890.854,84
LUCRO BRUTO	70.496.847,57	45.681.370,26	47.966.330,98	38.937.627,71	35.403.378,83	47.987.001,40	45.138.751,86
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS (Nota 3.49)	63.829.566,64	59.511.220,42	61.796.181,14	63.104.619,01	66.450.836,66	49.389.266,11	46.442.688,81
DESPESA COM PESSOAL	38.259.408,39	28.587.234,65	30.872.195,37	24.157.614,26	27.503.831,91	24.258.557,08	27.193.970,22
SERVIÇOS DE TERCEIROS	11.032.013,04	20.042.467,98	20.042.467,98	19.448.470,38	19.448.470,38	15.819.416,27	15.819.416,27
UTILIDADES	1.051.994,19	2.410.554,95	2.410.554,95	2.378.833,13	2.378.833,13	1.922.395,45	1.922.395,45
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	542.010,94	6.961.980,89	6.961.980,89	6.048.217,43	6.048.217,43	2.822.015,97	2.822.015,97
DESPESAS GERAIS	9.205.754,50	9.649.101,10	9.649.101,10	11.121.921,22	11.121.921,22	11.804.617,21	5.922.626,77
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	-8.261.883,12	-8.261.883,12	-4.470.068,13	-4.470.068,13	-7.868.556,89	-7.868.556,89
DESPESAS PARA CREDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.738.385,58	121.763,97	121.763,97	4.419.630,72	4.419.630,72	630.821,02	630.821,02
LUCRO OPERACIONAL	6.667.280,93	-13.829.850,16	-13.829.850,16	-24.166.991,30	-31.047.457,83	-1.402.264,71	-1.303.936,95
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO (Nota 3.50)	481.747,57	2.646.321,67	2.039.214,94	1.889.638,56	703.445,62	4.319.227,82	4.071.893,48
LUCRO ANTES DO RESULTADO NAO OPERACIONAL	7.149.028,50	-11.183.528,49	-11.790.635,22	-22.277.352,74	-30.344.012,21	2.916.963,11	2.767.956,53
RESULTADOS NAO OPERACIONAL (Nota 3.51)	294.867,02	338.700,55	338.700,55	123.019,16	123.019,16	-196.467,51	-196.467,51
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	7.443.895,52	-10.844.827,94	-11.451.934,67	-22.154.333,58	-30.220.993,05	2.720.495,60	2.571.489,02
IRPJ A RECOLHER	-1.267.985,76	908.434,16	908.434,16	5.432.988,21	7.449.653,08	-2.278.982,72	-771.233,47
CSLL A RECOLHER	-529.524,14	327.036,28	327.036,28	1.818.897,97	2.544.897,32	-934.902,63	-392.112,90
LUCRO LIQUIDO DO EXERCIO	5.646.385,62	-9.609.357,50	-10.216.464,23	-14.902.447,40	-20.226.442,65	-493.389,75	1.408.142,65
Quantidade de Ações	2.047.786.413	2.047.786.413	2.047.786.413	2.047.786.413	2.047.786.413	2.047.786.413	2.047.786.413
Lucro por Ação (R$)	0,0028	-0,0047	-0,0050	-0,0073	-0,0099	-0,0002	0,0007

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ -CDP
CNPJ Nº 04.933.552/0001-03

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL			RESERVA DE LUCROS			
	Subscrito e Integralizado	Créditos para Aumento de Capital	Reservas para Investimentos	Legal	Res. Incentivo	Lucros / Prej Acumulados	TOTAL
SALDO EM 31.12.2013 (publicado)	339.936.190,85	25.645.480,02	21.139.376,58	3.478.544,41	0,00	0,00	390.199.591,86
Ajustes de Exercícios Anteriores						-10.080.632,41	(10.080.632,41)
Transferencia para Res.de Investimentos			-21.016.895,58			21.016.895,58	-
SALDO EM 01.01.2014	339.936.190,85	25.645.480,02	122.481,00	3.478.544,41	0,00	10.936.263,17	380.118.959,45
Aumento de Capital - AGO 01/04/14	25.645.480,02	-25.645.480,02					0,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						1.408.142,65	1.408.142,65
Proposta p destinação do Luc.Liquido							
Reserva legal				70.407,00		-70.407,00	-
Reserva de Incentivo Fiscal					116.000,00	-116.000,00	-
Dividendos Propostos							0,00
Transferencia p/Res.de Investimentos			1.221.735,65			-1.221.735,65	-
SALDO EM 31.12.14 - Publicado R$	365.581.670,87	0,00	1.344.216,65	3.548.951,41	116.000,00	10.936.263,17	381.527.102,10
Ajustes de Exercícios Anteriores - 2014						-1.901.532,40	(1.901.532,40)
SALDO EM 01.01.2015	365.581.670,87	0,00	1.344.216,65	3.548.951,41	116.000,00	9.034.730,77	379.625.569,70
Aumento de Capital - AGO 30/06/15	869.307,48	0,00					869.307,48
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO						-20.226.442,68	-20.226.442,68
Transf. Reservas p/ Prejuízo Acumulado							
Reserva legal				-3.548.951,41		3.548.951,41	
Reserva de Incentivo Fiscal					-116.000,00	116.000,00	
Reserva de Investimento			-1.344.216,65			1.344.216,65	
SALDO EM 31.12.15 - R$	366.450.978,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-6.182.543,85	360.268.434,50
Ajustes de Exercícios Anteriores - 2015						5.323.995,25	5.323.995,25
SALDO EM 01.01.2016	366.450.978,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-858.548,60	365.592.429,75
Aumento de Capital - AGO 02/03/16	0,00	0,00					0,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO						-10.216.464,23	-10.216.464,23
SALDO EM 31.12.16 - R$	366.450.978,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-11.075.012,83	355.375.965,52
Ajustes de Exercícios Anteriores - 2016						607.106,73	607.106,73
SALDO EM 01.01.2017	366.450.978,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.467.906,10	355.983.072,25
Aumento de Capital	7.101.962,45						7.101.962,45
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO						5.646.385,62	5.646.385,62
SALDO EM 31.12.2017	373.552.940,80	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.821.520,48	368.731.420,32

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	2017	2016 Reapresentado	2016 Publicado	2015 Reapresentado	2015 Publicado	31/12/2014 Reapresentado	2014 Publicado
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro Líquido do Exercício	**5.646.385,62**	**-9.609.357,50**	**-10.216.464,23**	**-14.902.447,43**	**-20.226.442,68**	**-493.389,75**	**1.408.142,65**
Despesas (Receitas) que não Afetam o caixa:							
Depreciação e Amortização	17.026.410,08	17.908.201,85	17.908.201,85	15.921.307,86	15.921.307,86	15.866.670,93	15.866.670,93
Impairment	-	-607.556,09	-607.556,09	1.233.912,59	1.233.912,59		
Juros Ativos	-3.060.998,39	-5.979.702,28	-3.881.904,46	-6.489.698,44	-5.048.214,83	-8.284.912,01	-7.970.887,41
Provisões	1.483.631,34	100.831,42	100.831,42	3.185.676,43	3.185.676,43	-176.210,93	-176.210,93
Juros Passivos	2.182.218,57	3.333.380,61	1.842.689,52	4.600.059,88	4.344.769,21	3.916.305,07	3.849.614,81
(Ganho)/Perda de Capital	399.336,74	5.735,35	5.735,35	-106.130,01	-106.130,01	99.282,52	99.282,52
IRPJ e CSSL	1.797.509,90	-1.235.470,44	-1.235.470,44	-7.251.886,18	-9.994.550,40	3.229.367,77	1.178.828,79
Variações no Ativo e Passivo							
Contas a Receber	-1.579.627,14	-3.046.509,21	-3.046.509,21	-7.256.746,75	-7.256.746,75	5.831.389,39	5.831.389,39
Variações de Estoque	52.379,43	-66.349,46	-66.349,46	250.310,34	250.310,34	348.521,44	348.521,44
Outros Ativos Circulantes	-21.393.467,42	-1.088.362,71	-1.088.362,71	3.156.556,41	3.156.556,41	1.204.542,45	1.204.542,45
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.676.521,12	-1.742.687,18	0,00	-8.066.659,47	0,00	-6.030.997,02	0,00
Depósitos Judiciais	3.791.587,20	-3.913.696,15	-3.913.696,15	-165.677,05	-165.677,05	-3.964.067,43	-9.846.057,87
Outros Ativos não Circulantes	118.985,70	844.155,30	844.155,30	11.007.415,22	11.007.415,22	-22.334.805,10	-22.334.805,10
Fornecedores	-6.226.723,95	2.349.501,46	2.349.501,46	1.175.271,58	1.175.271,58	-1.646.447,64	-1.646.447,64
Obrigações Trabalhistas	-2.552.049,41	4.964.411,88	3.828.831,43	768.167,89	768.167,89	1.513.223,64	1.513.223,64
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	-447.394,65	-2.151.345,35	-2.151.345,35	1.883.296,19	1.883.296,19	1.243.829,83	1.243.829,83
Receitas Antecipadas	906.664,05	553.674,52	553.674,52	2.706.423,37	2.706.423,37	-860.461,10	-860.461,10
Outras Contas do Passivo Circulante	83.887,96	5.117.010,40	5.117.010,40	-3.791.609,23	-3.791.609,23	12.113.645,11	12.113.645,11
Ajustes Decorrentes de Exercício Anteriores	14.965.832,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo não Circulante	-7.634.848,79	-10.529.713,73	-10.529.713,73	-4.352.289,84	-4.352.289,84	-14.684.374,24	-14.684.374,24
Juros Pagos	-1.684.663,33	-2.476.623,36	-985.932,27	-4.356.444,12	-4.101.153,45	-3.046.997,59	-2.980.307,33
Juros Recebidos	2.852.452,43	5.613.822,05	3.516.024,23	5.690.816,14	4.249.332,53	7.033.116,27	6.719.091,67
IRRF Aplicação Financeira	208.545,96	365.880,23	365.880,23	798.882,30	798.882,30	1.251.795,74	1.251.795,74
DISPONIBILIDADES LÍQ.GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.612.575,77	-1.290.768,39	-1.290.768,39	-4.361.492,32	-4.361.492,32	-7.870.972,65	-7.870.972,65
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS							
Aumento do Imobilizado e Intangível	-3.178.201,86	-4.546.578,14	-4.546.578,14	-28.941.815,32	-28.941.815,32	-23.496.989,67	-23.496.989,67
Investimentos	-5.787,14	-	-	97.876,89	97.876,89		
Alienação do Imobilizado	-	-	-	221.700,00	221.700,00	981,64	981,64
DISPONIBILIDADES LÍQ.GERADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-3.183.989,00	-4.546.578,14	-4.546.578,14	-28.622.238,43	-28.622.238,43	-23.496.008,03	-23.496.008,03
FLUXO DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	-1.959.211,15	-1.959.211,15
Adto de Recursos p/Futuro Aumento de Capital	632.089,00	550.000,00	550.000,00	5.600.000,00	5.600.000,00		
DISPONIBILIDADES LÍQ. GERADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**632.089,00**	**550.000,00**	**550.000,00**	**5.600.000,00**	**5.600.000,00**	**-1.959.211,15**	**-1.959.211,15**
DISPONIBILIDADES GERADAS NO EXERCÍCIO	9.060.675,77	-5.287.346,53	-5.287.346,53	-27.383.730,75	-27.383.730,75	-33.326.191,83	-33.326.191,83
DESMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES							
No Início do Exercício	8.498.865,90	13.786.212,43	13.786.212,43	41.169.943,18	41.169.943,18	74.496.135,01	74.496.135,01
No Fim do Exercício	17.559.541,67	8.498.865,90	8.498.865,90	13.786.212,43	13.786.212,43	41.169.943,18	41.169.943,18
Aumento (redução) nas Disponibilidades	**9.060.675,77**	**-5.287.346,53**	**-5.287.346,53**	**-27.383.730,75**	**-27.383.730,75**	**-33.326.191,83**	**-33.326.191,83**

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ promoveu a revisão das normas e procedimentos das entidades exploradoras de Infraestrutura Portuária, instituindo o "Sistema de Contabilidade Aplicável ao Setor Portuário – SICRASP". O referido documento contém o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	(Em R$)	(Em R$)
	31/12/2017	31/12/2016
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		
Receitas		
Faturamento Bruto	152.362.053,30	128.233.946,12
Outras Receitas Operacionais	27.409.611,11	24.148.661,97
Resultados Não Operacionais	294.867,02	216.936,58
Recuperação de Despesas	0,00	5.398.164,00
Reversão Exercicio Anteriores	3.269.959,01	4.099.189,56
	183.336.490,44	162.096.898,23
Custos e Despesas		
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	-19.082.313,68	-42.588.161,74
Custos das Mercadorias e Serviços Vendidos	-2.420.590,78	-1.460.097,28
Despesas Gerais e Administrativas	-14.878.898,05	-9.223.063,40
	-36.381.802,51	-53.271.322,42
Valor Adicionado Bruto		
Depreciação e Amortização	-17.026.410,08	-17.908.201,85
Valor Adicionado Líquido		
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	3.060.998,39	3.881.904,46
Valor Adicionado a Distribuir	132.989.276,24	94.799.278,42
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Salários, Benefícios e Encargos (exceto previdência)	82.909.217,49	76.914.196,09
	82.909.217,49	76.914.196,09
Entidades Governamentais		
Federal	21.033.327,43	13.683.723,72
Municipal	7.116.402,95	6.424.735,02
Demais Impostos e Contribuições	13.704.691,93	7.007.473,19
	41.854.422,31	27.115.931,93
Financiadores		
Despesas Financeiras	2.579.250,82	985.614,63
	2.579.250,82	985.614,63
Acionistas		
Dividendos	0,00	
Reserva Legal	0,00	
Lucros (Prejuizos) Retidos	5.646.385,62	-10.216.464,23
	5.646.385,62	-10.216.464,23
Distribução do Valor Adicionado	132.989.276,24	94.799.278,42
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis		

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Balanço Social Anual / 2017						
1 - Base de Cálculo	2017 Valor (Em reais)			2016 Valor (Em reais)		
Receita Líquida (RL)	152.719.443			133.447.886		
Resultado Operacional (RO)	6.667.281			-11.451.935		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	79.511.890			82.449.058		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.607.037,75	8,31%	4,33%	6.955.587	8,44%	5,21%
Encargos Sociais Compulsórios	10.334.011,22	13,00%	6,77%	10.249.835	12,43%	7,68%
Previdência Privada	2.730.755,51	3,43%	1,79%	2.047.379	2,48%	1,53%
Saúde	2.683.382,32	3,37%	1,76%	2.501.271	3,03%	1,87%
Segurança e Saúde no Trabalho	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	508.257,94	0,64%	0,33%	376.576	0,46%	0,28%
Cultura		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	1.596.404,01	2,01%	1,05%	812.902	0,99%	0,61%
Creches ou Auxílio-creche	128.661,43	0,16%	0,08%	75.079	0,09%	0,06%
Participação nos Lucros ou Resultados	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	2.788.100,53	3,51%	1,83%	3.037.109	3,68%	2,28%
Total - Indicadores Sociais Internos	27.376.610,71	34,43%	17,93%	26.055.740	31,60%	19,53%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Combate à Fome e Segurança Alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	26.352.220,48	395,25%	17,26%	20.908.030	-182,57%	15,67%
Total - Indicadores Sociais Externos	26.352.220,48	395,25%	17,26%	20.908.030	-182,57%	15,67%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a Produção/ Operação da Empresa	2.037.370	30,56%	1,33%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	512.089	7,68%	0,34%	249.957	-2,18%	0,19%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	2.549.459	38,24%	1,67%	249.957	-2,18%	0,19%
Quanto ao estabelecimento de "Metas Anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na Produção/ Operação e aumentar a eficácia na utilização de Recursos Naturais, a Empresa	( ) não possui metas (X) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2017			2016		
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	481			487		
Nº de Admissões durante o Período	13			33		
Nº de Empregados(as) Terceirizados(as)	91			105		
Nº de Estagiários(as)	63			33		
Nº de Empregados(as) acima de 45 anos	248			248		
Nº de Mulheres que trabalham na Empresa	113			111		
% de Cargos de Chefia ocupados por Mulheres	34,60%			41,00%		
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa	13			14		
% de Cargos de Chefia ocupados por Negros(as)	3,00%			3,00%		
Nº de Portadores(as) de Deficiência ou Necessidades Especiais	5			5		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2017			2016		
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	31,72			17,85		
Número Total de Acidentes de Trabalho	0			0		
Os Projetos Sociais e Ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho foram definidos por:	(X) Direção e Gerências	( ) Todos(as) Empregados(as)	( ) Todos(as) + Cipa	(X) Direção e Gerências	( ) Todos(as) Empregados(as)	( ) Todos(as) + Cipa
Quanto à Liberdade Sindical, ao direito de Negociação Coletiva e à Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as), a Empresa:	(X) Não se envolve	( ) Segue as Normas da OIT	( ) Incentiva e Segue a OIT	(X) Não se envolve	( ) Segue as Normas da OIT	( ) Incentiva e Segue a OIT

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Previdência Privada contempla:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
A Participação dos Lucros ou Resultados contempla:	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)	( ) Direção	( ) Direção e Gerências	(X) Todos(as) Empregados(as)
Na seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental adotados pela Empresa:	( ) Não são considerados	( ) São sugeridos	(X) São exigidos	( ) Não são considerados	( ) São sugeridos	(X) São exigidos
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário, a Empresa:	(X) Não se envolve	( ) Apóia	( ) Organiza e Incentiva	(X) Não se envolve	( ) Apóia	( ) Organiza e Incentiva
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores(as):	na Empresa	no Procon 0	na Justiça 0	na Empresa	no Procon 0	na Justiça 0
% de Reclamações e Críticas Atendidas ou Solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na Empresa 100%	no Procon 0%	na Justiça 0%
Valor Adicionado Total a Distribuir (em R$):	Em 2017..... 132.989.276,24			Em 2016..... 94.799.278,42		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31,47% Governo 62,34% Colaboradores(as) 0,0% Acionistas 1,94% Terceiros 4,25% Retido			29% Governo 81,00% Colaboradores(as) 1% Acionistas 11% Terceiros 0,00% Retido		

7 - Outras Informações

Esta Companhia não utiliza de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo,bem como não está envolvida com corrupção. Através de parcerias e convenios com a UFPA e empresas contribui para a geração de empregos indiretos.

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS M 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2017 (em reais) - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Pará - CDP é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, cuja criação foi autorizada pelo Decreto – Lei nº 155 de 10/02/1967, aprovada pelo Decreto nº 61.300 de 06/09/1967 constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada Ministério dos transportes, Portos e Aviação Civil, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, no que lhe for aplicável pela Lei nº 12.815, de 05/06/2013, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, com prazo de duração indeterminado. A CDP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos transportes, Portos e Aviação Civil, por meio da Secretaria Nacional de Portos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Pará.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Pará foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pelas Leis **nº 11.638/2007** e 11.941/2009 e nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 serão reclassificadas, parcialmente, atendendo às disposições contidas no Manual de Contas para Autoridades Portuárias da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, visando facilitar a comparabilidade com as informações do exercício de 2017. Nas demonstrações comparativas de 2016 ao balanço de abertura de 01/01/2014, bem como as DRE e Fluxo de Caixa correspondentes, foram aglutinadas as contas de acordo com a nova estrutura do Manual de Contas para Autoridades Portuárias da Antaq, tanto as colunas de "Publicado" quanto a de "Reapresentado", permitindo assim a todos que analisarem possam inferir a evolução patrimonial da Cia.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. **Apuração de Resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. **Moeda Funcional e de Apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em "Real", que é a moeda funcional da Companhia, sem arredondamento. **Caixa e Equivalente de Caixa -** Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com baixo risco de mudança de valor e de alta liquidez. **Instrumentos Financeiros -** A classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para o qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial destes instrumentos. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. **Adiantamentos, Empréstimo e Recebíveis -** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros com recebimento fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber em caixa ou equivalente de caixa. **Contas a Receber -** As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços. Estão incluídos nesta rubrica todos os serviços prestados e as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, deduzidos das perdas estimadas para seu recebimento. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes das operações da Companhia. Uma perda estimada para recebimento, ou seja, para redução do valor recuperável é estabelecida quandohá evidência objetiva de que a Companhia não irá receber todos os valores devidos, considerando, também, parecer dos advogados da empresa nos valores quando envolverem análise de processos judiciais. **Estoques -** Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição e contemplam materiais utilizados para consumo das atividades da empresa (almoxarifado). **Despesas Antecipadas -** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. **Confissões de Dívidas -** Reconhecidas pelo valor justo, no momento dos acordos, acrescidas de encargos e juros conforme previsão contratual. **Impostos Antecipados -** Correspondem aos valores acumulados de saldos negativos de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSSL; saldos credores de PIS e Cofins a serem utilizados para futuras compensações; retenções tributárias de IRPJ, CSSL, PIS e Cofins de clientes e de aplicações financeiras ainda não aproveitados. **Depósitos / Bloqueios Judiciais e Contratuais -** Representam valores de bloqueios judiciais e valores de depósitos dados em garantia em processos cíveis e trabalhistas, inclusive depósitos recursais, nos quais a Companhia é reclamada ou ré. **Imobilizado -** O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição de bens ou serviços, deduzido da depreciação acumulada e impairment. A depreciação é calculada pelo método linear, prevista para a expectativa de vida útil do bem.O ativo intangível representa direitos de uso de softwares adquiridos e/ou desenvolvidos e são amortizados de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade TG 04. **Passivo Circulante e Não Circulante -** Demonstrados por valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis. **Arrendamentos Operacionais -** A Companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional,de acordo com a NBC TG 06, na qualidade de arrendador, decorrente de aluguel pela exploração de área portuária, sendo efetuado pelos arrendatários pagamentos à Companhia em par-

celas mensais. Todos os contratos possuem cláusulas de movimentação mínima contratual (MMC), tendo essas cláusulas como parâmetro a logística de cada terminal. **Provisões, Ativos e Passivos Contingentes.** As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada ou ré de acordo com o grau de risco mensurado através de relatórios emitidos pela gerencia jurídica da Companhia. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A classificação de risco se dá em: Prováveis, para as quais são constituídas provisões na contabilidade; Possíveis, divulgadas em notas explicativas, sem que sejam provisionadas; e Remotas, cujas ações ou risco não requerem provisão ou divulgação em notas explicativas, sendo acompanhadas pela administração da Cia. **Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) – Correntes e Diferidos** Correntes – A provisão ou receita para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável ou prejuízo/base fiscal do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. O valor da contribuição social sobre o lucro foi calculado à alíquota de 9% do lucro. Diferido – São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda e contribuição social diferido está em conformidade com o disposto no CPC 32. A Cia utilizará parte do saldo do prejuízo fiscal para o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Lei nº 13.496/17.
Conciliação

IRPJ – Diferença Temporária	
Saldo Inicial	R$ 1.927.096,79
Desreconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Reversão de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.269.959,01 - IRPJ – 25% –R$ 817.489,75	- R$ 817.489,75
Reconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Constituição de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.613.141,61 - IRPJ – 25% –R$ 903.285,40	R$ 903.285,40
Saldo Final	R$ 2.012.892,44

IRPJ – Ajustes de Exercícios Anteriores	
Saldo Inicial	R$ 7.465.380,30
Crédito decorrente da recuperação de pagamento a maior de INSS, em 2014 – Base: R$ 6.030.997,02	- R$ 1.507.749,25
Crédito decorrente da recuperação de pagamento a maior de INSS, em 2015 – Base: R$ 8.066.659,47	- R$ 2.016.664,87
Saldo Final	R$ 3.940.966,18

IRPJ – Diferença Temporária – Prejuízo Fiscal	
Saldo Inicial	R$ 8.541.464,79
Saldo Final	R$ 8.541.464,79

CSLL – Diferença Temporária	
Saldo Inicial	R$ 668.554,82
Desreconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Reversão de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.269.959,01 - CSLL – 9% –R$ 294.296,31	- R$ 294.296,31
Reconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Constituição de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.613.141,61 - CSSL – 9% –R$ 325.182,74	R$ 325.182,74
Saldo Final	R$ 699.441,25

CSLL – De Ajustes de Exercícios Anteriores	
Saldo Inicial	R$ 2.687.536,92
Crédito decorrente da recuperação de pagamento a maior de INSS, em 2014 – Base: R$ 6.030.997,02	- R$ 542.789,73
Crédito decorrente da recuperação de pagamento a maior de INSS, em 2015 – Base: R$ 8.066.659,47	- R$ 725.999,35
Saldo Final	R$ 1.418.747,84

CSLL – BC Negativa	
Saldo Inicial	R$ 2.436.919,94
Saldo Final	R$ 2.436.919,94

Demonstração de IRPJ e CSLL – Resultado

CSSL - Corrente	
Base de Cálculo da CSSL - R$ 6.854.564,32 x 9% = R$ 616.910,79	R$ 616.910,79

CSSL - Diferido	
Desreconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Reversão de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.269.959,01 - CSLL – 9% –R$ 294.296,31	- R$ 294.296,31
Reconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Constituição de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.613.141,61 - CSSL – 9% –R$ 325.182,74	R$ 325.182,74
Reversão do saldo do Ajuste a Valor Presente Sindiguapor	R$ 56.500,22
Total	R$ 87.386,65

IRPJ - Corrente	
Base de Cálculo do IRPJ - R$ 6.138.906,06 IRPJ Normal – R$ 920.835,91 – Adicional – R$ 589.890,61	R$ 1.510.726,52

IRPJ - Diferido	
Desreconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Reversão de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.269.959,01 - IRPJ – 25% – R$ 817.489,75	- R$ 817.489,75
Reconhecimento de Diferença Temporária de IRPJ e CSSL – Constituição de Provisão - Base Fiscal: R$ 3.613.141,61 - IRPJ – 25% – R$ 903.285,40	R$ 903.285,40
Reversão do saldo do Ajuste a Valor Presente Sindiguapor	R$ 156.945,11
Total	R$ 242.740,76

Dividendos e Participações aos Empregados - Está previsto no Estatuto da Companhia e na legislação societária que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos, sendo que, a participação dos empregados não poderá exceder a 25% dos dividendos. Assim, a CDP, no encerramento do exercício 2017, não registra esses lançamentos em razão da compensação de saldos de prejuízo acumulado. **Férias e Encargos a Pagar -** Contemplam os valores relativos às férias apuradas de forma proporcional ao período aquisitivo, acrescidos dos encargos sociais respectivos. **Credores por transferência de Recursos -** Em decorrência do contrato de operação compartilhada com Albrás / Alunorte, em 2008, e por razão de não ter havido alterações desde 2008, foi feito estudo pela Cia para saber se esta obrigação era existente ou não. Conforme instrução (CI – Comunicação Interna / Gecont nº 122/2017); declaração interna de funcionários; Pareceres de empresas de consultoria contábil e jurídica externas; foi concluído que este valor lançado em contas a pagar no passivo era indevido. Deste modo, a Diretoria autorizou, por meio de Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva – DIREXE, a baixa deste valor. Como se trata de valor material, e com data de ajuste em fevereiro de 2009, foi feito ajuste nas elaborações das demonstrações financeiras reapresentadas a partir de 01/01/2014. **Receitas e Despesas Financeiras -** As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os rendimentos de aplicações financeiras e juros auferidos sobre as contas a receber, dívidas confessadas e saldos negativos de IRPJ e CSLL. As despesas financeiras são representadas pelos juros incorridos de outras transações financeiras, parcelamento de débitos fiscais e

Continua

atualização monetária de valores recebidos, de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e registro de valores do AVP – Ajuste a Valor Presente pela sentença judicial trabalhista, proveniente do Proc. nº RO – 573-74.2012.5.08.000 do Dissidio Coletivo 2011/2012 e realinhamento de salário a nível médiodos guardas portuários (Sindiguapor-2010/2013). **Patrimônio Líquido – Capital Social -** É representado por **2.047.786.413** ações, sem valor nominal, sendo **1.023.893.207** ações ordinárias e **1.023.893.206** ações preferenciais, no valor de **R$ 373.552.940,80.** As ações preferenciais, sem direito a voto são inconversíveis em ordinárias, porém asseguram a seus detentores prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição do dividendo obrigatório. **Patrimônio Líquido – Reservas -** O Resultado da Companhia no Exercício de 2017 foi positivo, obtendo um Lucro Líquido de **R$ 5.646.385,62.** Como o saldo reapresentado de prejuízo acumulado em 01/01/2017 era de **R$ 10.467.906,10,** o lucro foi absorvido totalmente, não havendo constituição de reservas. **Ajustes de Exercício Anteriores. -** No ano de 2017, a Cia analisou sua estrutura patrimonial e descobriu 4 (quatro) fatos que ensejaram ajustes de exercícios anteriores em razão da sua materialidade: a) Credores por transferência de Recursos - Credores por transferência de Recursos – no valor **R$ 10.936.263,17,** este valor de passivo consta no patrimônio da Cia em razão de inversão de ativo imobilizado em 2008. Verificou-se, por meio de processo interno (GI/Gecont nº 122/2017), que este valor é indevido, razão pela qual foi baixado este montante. Para atendermos a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, reapresentamos o balanço de abertura de 01/01/2014, baixando a conta "Credores por transferência de Recursos" para "Lucros ou Prejuízos Acumulados". Salientamos que estão sendo reapresentados os Balanços Patrimoniais, Fluxo de Caixa e DMPL. b) Reconhecimento de direito de crédito de contribuição previdenciária decorrente da não aplicação da desoneração da folha de pagamento nos exercícios de 2014 e 2015 - Foi reconhecido crédito decorrente da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) em contrapartida das contas de custos e despesas, resultados financeiros líquidos e na conta de impostos diferidos. Salientamos que estão sendo reapresentados os Balanços Patrimoniais, DRE, Fluxo de Caixa e DMPL. c) Reconhecimento de Perdas da conta de Depósitos Judiciais - No ano foi contratado consultoria especializada que conciliou o saldo das contas de depósitos judiciais com os valores efetivamente depositados nas contas do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Com base no relatório final, auferiu que havia diferença de **R$ 5.881.990,40**, o qual foi baixado na demonstração de 2014, uma vez que já havia diferença neste exercício. Salientamos que estão sendo reapresentados os Balanços Patrimoniais, DRE, Fluxo de Caixa e DMPL. d) Não reconhecimento em 2016 dos encargos de juros SELIC e JAM do FGTS e INSS a Recolher - No ano de 2016 não foi reconhecido na contabilidade a despesa financeira de **R$ 1.135.580,45** decorrente dos encargos de INSS e FGTS incidentes sobre a diferença paga aos funcionários de Dissídio Coletivo 2011/2012 e alinhamento salarial do Sindiguapor. Salientamos que estão sendo reapresentados os Balanços Patrimoniais, DRE, Fluxo de Caixa e DMPL.

Segue mapa com ano, valor, conta e resumo dos ajustes:

Ano	Valor R$	Conta	Histórico
2013	10.936.263,17	- Credores por transf. - Prejuízo Acumulado	Desreconhecimento do saldo do passivo não circulante – Credores por transf. Recursos
2014	7.728.556,41	- Tributos a Recuperar - Prejuízo Acumulado	Reconhecimento do crédito do INSS pago a maior mais correção pela Selic
2014	1.697.559,39	- Prejuízo Acumulado - Tributos a Recuperar	Reconhecimento do CPRB mais multa e correção pela Selic
2014	2.050.538,98	- Prejuízo Acumulado - Impostos Diferidos	Desreconhecimento de saldo de Impostos Diferidos em razão da diminuição do prejuízo fiscal
2014	5.881.990,44	- Prejuízo Acumulado - Depósitos Judiciais	Desreconhecimento de saldo de depósitos judiciais
2015	8.477.875,98	- Tributos a Recuperar - Prejuízo Acumulado	Reconhecimento do crédito do INSS pago a maior
2015	1.441.483,61	- Tributos a Recuperar - Prejuízo Acumulado	Reconhecimento da correção pela Selic do crédito pago a maior
2015	1.852.700,12	- Prejuízo Acumulado - Tributos a Recuperar	Reconhecimento do CPRB mais multa e correção pela Selic
2015	2.742.664,22	- Prejuízo Acumulado - Impostos Diferidos	Desreconhecimento de saldo de Impostos Diferidos em razão da diminuição do prejuízo fiscal
2016	1.135.580,45	- Prejuízo Acumulado - Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Reconhecimento da despesa financeira por atualização pela SELIC
2016	2.097.797,82	- Tributos a Recuperar - Prejuízo Acumulado	Reconhecimento da atualização do crédito da contribuição previdenciária paga a maior
2016	355.110,64	- Prejuízo Acumulado - Tributos a Recuperar	Reconhecimento da atualização da CPRB não recolhida

Demonstrações do Fluxo de Caixa - A CDP desenvolveu a Demonstração de Fluxo de Caixa pelo método indireto, conforme previsto no CPC 03 – NBC TG 3, partindo de um saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa no valor de **R$8.498.865,90,** tendo como variação positiva no Exercício de 2017 o montante de **R$9.060.675,77.** As variações foram geradas conforme detalhamento:

	2017	2016
Atividades Operacionais	(11.612.575,77)	(1.290.768,39)
Atividades de Investimentos	(3.183.989,00)	(4.546.578,14)
Atividades de Financiamentos	(632.089,00)	(550.000,00)

Demonstrações do Valor Adicionado - Esta demonstração evidencia a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período que é apresentada, conforme estabelecido pela legislação societária brasileira,como parte integrante de suas demonstrações contábeis e como informações suplementares as mesmas.As informações da demonstração do valor acionado tiveram como base as informações extraídas dos registros contábeis. Em sua primeira parte, representa a riqueza criada pela Companhia, sendo estas: receita bruta de vendas de serviços, outras receitas e os efeitos da provisão de créditos duvidosos, ainda pelos custos das vendas, aquisição de materiais, energia elétrica, serviços de terceiros e seus tributos (quando da aquisição) e os efeitos da depreciação e amortização e por fim pelos valores recebidos de terceiros, quais sejam: receitas financeiras e outras receitas. Em sua segunda parte esta demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições. A CDP desenvolveu a Demonstração de Valor Adicionado conforme previsto no CPC 09 – NBC TG 9, mesmo sem ter obrigação formalizada por não se tratar de companhia aberta. Fato que demonstra o compromisso com a transparência das informações. **Aplicações Financeiras -** Estão representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras. Estes saldos não excedem o seu valor de mercado ou de realização, não necessitando de ajustes de perdas. A Companhia considera que as políticas de aplicação financeira são de curto prazo e não são consideradas atividades de investimento, sendo designadas as aplicações como ativos mantidos para negociação. **Contas a Receber Líquidas(Curto e Longo Prazo) -** A composição dos saldos das Contas a Receber é:

	2017	2016
Valores a receber - Serviços Prestados	45.400.728,34	37.334.430,17
(-) Perdas Estimadas c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	- 7.136.329,88	3.397.944,30
Total- Curto Prazo	**38.264.398,46**	**33.936.485,87**
Total - Longo Prazo	**0,00**	**118.985,70**

Continua

Adiantamentos e outros ativos circulantes - No plano de contas antigo nesse grupo eram registrados valores referentes a adiantamentos com pequenos gastos, concedidos para atender pequenas despesas, além de compreender também a adiantamentos a empregados representados por empréstimo de férias, férias antecipadas, seguro de vida em grupo e benefícios sociais (vale alimentação e transporte), plano de saúde, plano odontológico (quadro 1). Porém, de acordo com o manual do plano de contas da ANTAQ esse grupo deve-se registrar despesas pagas ou devidas com antecedência, todavia, referindo-se aos períodos de competências subsequentes. Dessa forma, no grupo de adiantamento alocamos somente a despesa com seguro de vida (quadro 2) e realocamos algumas contas no grupo outros ativos circulantes (quadro 3), que deve agregar lançamentos dos demais títulos, valores e outras contas a receber, que geralmente não se originam do objeto principal da Autoridade Portuária.

Adiantamento a Empregados	2016
Adiantamento para pequenos Gastos	R$ 4.157,05
Salários	R$ 750,00
Empréstimo de férias	R$ 604.120,14
Férias Antecipadas	R$ 863.668,87
Seguro de Vida em Grupo Antecipado	R$ 139.127,04
Vale Transporte	R$ 10.473,90
Infrações e Mora	R$ 156.494,49
Outros valores a recuperar	**R$ 45.020,33**
Total	**1.823.811,82**

*quadro 1

Adiantamentos	2017
Prêmios de seguro a apropriar	R$ 524.538,04
Total	**R$ 524.538,04**

*quadro 2

Outros ativos circulantes	2017
Adiantamento para pequenos Gastos	R$ 4.157,05
Empréstimo de Férias	R$ 780.172,26
Antecipação de Férias	R$ 1.220.943,65
Insuficiência de saldo em folha	**R$ 67.064,52**
Demais valores a receber	**R$ 11.389,02**
Infrações de mora	**R$ 156.494,49**
Valores a faturar contra terceiros	**R$ 948.990,42**
Servidores cedidos a outros órgãos	**R$ 1.703.719,54**
Total	**R$ 4.892.930,95**

*quadro 3 **Partes relacionadas -** Créditos relativos aos órgãos da União referente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	2017	2016
Ministério da Ciência e Tecnologia	157.307,44	-
Ministério do Transporte -DNIT	869.356,35	233.878,74
Ministério do Planejamento	111.145,05	36.057,91
Secretaria dos Portos-SEP	95.267,87	95.267,87
Sup. Estadual da Polícia Federal- DPF	67.268,49	19.100,32
Cia Docas do Rio de Janeiro -CDRJ	28.542,42	28.542,42
União - Obra TMU 1 e 2	13.936.403,00	13.936.403,00

Estoque - Os valores registrados, pelos seus valores de custo, se referem a materiais para consumo da Companhia, assim distribuídos:

	2017	2016
Outros Materiais de Consumo	R$ 335.966,20	R$ 388.345,63

Tributo a Compensar e Recuperar - Os tributos a recuperar advêm das operações de compra de bens e contratação de serviços que têm na composição do seu preço tributos passíveis de crédito. Nesse grupo são registrados valores retidos de faturas emitidas para outras sociedades de economia mistas federais (Petrobrás) e de aplicações financeiras.

	2017	2016
IRRF- S/ aplicações financeiras	183.198,90	365.880,23
Crédito de COFINS	277.461,02	0,00
Crédito de PIS	61.824,36	
IR S/ Faturamento	283.731,46	0,00
CSLL (Petrobras)	59.020,30	0,00
ISS	0,00	1.020,94
Outros Tributos pago a maior	17.098.511,01	15.840.343,67
CSLL	721.485,99	0,00
IRPJ	1.665.532,72	0,00
Outros Tributos a Recuperar	17.460,00	17.460,00
Crédito de CSLL Lei 10.833	0,00	68.726,48
Crédito I.R Lei 10.833	0,00	329.887,74
Saldo Negativo IR 2015	0,00	399.179,29
Saldo Negativo CSLL 2015	0,00	149.080,96
EFD - COFINS	0,00	315.315,87
EFD - PIS	0,00	68.455,79
Total	**20.368.225,76**	**17.555.350,97**

Impostos e Contribuições a Recuperar - Foram constituídos, por se tratar de valores recuperáveis, de impostos e contribuições diferidos de tributos (IRPJ/CSLL) sobre as diferenças temporárias; de baixa de depósitos judiciais; de ajustes de exercícios anteriores e prejuízo fiscal conforme orientação do NBC TG 32 :

	2017	2016
IRPJ - Diferido de Diferenças Temporárias	2.012.892,44	1.927.096,79
CSLL - Diferido de Diferenças Temporárias	699.441,25	668.554,82
IRPJ - Diferido de Ajustes de Exercícios Anteriores	3.940.966,18	3.940.966,18
CSLL - Diferido de Ajustes de Exercícios Anteriores	1.418.747,84	1.418.747,84
IRPJ -Diferenças Temporárias - Prejuízo Fiscal	8.541.464,79	8.541.464,79
CSLL -Diferenças Temporárias - Base de Cálculo Negativa	2.436.919,94	2.436.919,94
Total	**19.050.432,44**	**18.933.750,36**

Depósitos / Bloqueios Judiciais – Trabalhistas e Cível / Adiantamento - Representam ativos restritos da Companhia que estão depositados e mantidos em juízo até a solução dos respectivos litígios,e se referem a processos trabalhista e cível.

	2017	2016
Depósito Judicial Trabalhista e Cível - Banco do Brasil	11.461.100,83	10.355.590,29
Depósito Recursal Trabalhista - CEF	1.932.883,64	947.990,94
Outros Recursos Judiciais -Servisan / Belém Serviços/ R & A Construções	319.890,75	319.890,75
Total	**13.713.875,22**	**11.623.471,98**

Dentre os depósitos, há bloqueio judicial cível no valor de R$ 7.305.383,36, referente ao Processo. Nº 2006.01598657 – da empresa M.N Construções Ltda. Caso a CDP venha a ser condenada neste processo, terá direito a reembolso pelo Ministério do Transporte. **Recursos a Receber da União -** Representam direitos recebíveis de saldo de convênio com as hidrovias de exercícios passados, reembolsos de despesas de salário com servidores cedidos a outros órgãos.

	2017	2016

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Convênio 001/95	453.023,78	453.023,78
Convênio 003/90	1.351.520,18	1.351.520,18
Juros /Atualização s/ saldo e glosas (AIHIMOR)	202.678,85	202.678,85
AHIMOR/AHITAR - Reembolso Custeio/Convênio	690.686,02	690.686,02
Cedidos		705.903,59
Total	**2.697.908,83**	**3.403.812,42**

Imobilizado- O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de impairment. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitida pela legislação fiscal. Está assim composto:

	Custo Histórico	*Depreciação/Amortização*		*IMPAIR-MENT*	*Valor Líquido Contábil*
		Taxa	*Valor - R$*		*2016*
IMOBILIZADO	**497.619.406,02**		**194.908.073,16**	**626.356,50**	**302.084.976,36**
BENS MÓVEIS	**29.671.983,38**		**18.753.403,23**	**-12.667,96**	**10.905.912,19**
Móveis ,Utensilios e Instalações Comerciais	8.279.533,46	10%	5.065.909,58	-11.166,09	3.202.457,79
Veículos	**220.506,63**	20%	210.352,03		10.154,60
Equipamentos , Máquinas e Instalações Industriais	**15.473.617,01**	10%	9.151.841,62		6.321.775,39
Equipamentos e Tecnologia de Informações	5.698.326,28	20%	4.325.300,00	-1.501,87	1.371.524,41
BENS IMÓVEIS	**433.612.594,33**		**176.154.669,93**	**-613.688,54**	**256.844.235,86**
Edifícios e Construções	167.957.548,04	4%	48.358.387,21	-331.843,23	119.267.317,60
Terrenos	1.328.240,27	0%	0		1.328.240,27
Edificações de Obras de Natureza Industrial	**264.326.806,02**	3,30%	127.796.282,72	-281.845,31	136.248.667,99
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	**34.334.828,31**	-	-	-	**34.334.828,31**
Imobilizações em Curso	**31.786.731,25**	0%			31.786.731,25
Obras em andamento ISPS-CODE	1.122.309,56				1.122.309,56
Termo de Coop. Téc. Marinha do Brasil	1.425.787,50	0%			1.425.787,50

	Custo Histórico	*Depreciação/Amortização*		*IMPAIR-MENT*	*Valor Líquido Contábil*
		Taxa	*Valor - R$*		*2017*
IMOBILIZADO	**501.221.310,08**		**213.331.712,86**	**0,00**	**287.889.597,22**
BENS EM OPERAÇÃO	**382.853.447,36**		**161.007.167,36**	**0,00**	**221.846.280,00**
INFRAESTRUTURA MARÍTIMA					
Dragagem - Aprofundamento	**28.727.865,66**	10%	13.919.377,11	0	14.808.488,55
Sinalização	**12.000,00**	10%	0,00	0	12.000,00
Outros - Infraestrutura Marítima	**330.194,18**	10%	98.615,43		231.578,75
INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM					
Berço e Cais	**227.609.195,18**	4%	103.937.549,44		123.671.645,74
Pontos e Plataformas de Ligação	**233.772,00**	4%	153.583,67		80.188,33
Rampa Ro RO	**6.938.248,24**	4%	1.295.139,60		5.643.108,64
Outros-Infraestrutura Acostagem	**40.705.420,30**	4%	13.961.749,18		26.743.671,12
INFRAESTRUTURA TERRESTRE					
Gates	**1.494.015,94**	4%	644.086,06		849.929,88
Estacionamento	**132.334,32**	4%	132.334,32		0,00
Vias Internas	**15.529.823,08**	10%	3.945.856,34		11.583.966,74
Linha Ferrea	**96.852,27**	4%	72.002,77		24.849,50
Outros - Infraestrutura Terrestre	**39.126.570,41**	4%	7.972.017,78		31.154.552,63
ARMAZENAGEM					
Pátios	**1.939.209,20**	4%	547.532,94		1.391.676,26
Armazéns	**2.166.919,26**	4%	1.772.220,98		394.698,28
Tancagem	**358.456,44**	4%	358.517,97		-61,53
Silo	**356.050,07**	4%	356.050,07		0,00
Outros - Armazenagem	**618.033,75**	4%	463.841,47		154.192,28
EQUIPAMENTOS					
Guindaste	**1.557.642,36**	10%	1.389.161,41		168.480,95
Tubulação	**907.760,46**	4%	845.218,72		62.541,74
Empilhadeira	**235.620,98**	10%	235.620,98		0,00
Outros - Equipamentos	**13.777.463,26**	10%	8.906.691,12		4.870.772,14
BENS -ADMINISTRAÇÃO	**80.993.487,57**		**52.324.545,50**		**28.668.942,07**
Terrenos	**1.328.240,27**	0%	0,00		1.328.240,27
Edificações e Benfeitorias	**52.580.318,30**	4%	36.575.642,39		16.004.675,91
Instalações	**12.853.391,34**	10%	5.749.137,98		7.104.253,36
Máquinas,Aparelhos e Equipamentos	**5.044.817,42**	10%	3.271.951,93		1.772.865,49
Equipamentos de Informática	**5.316.142,90**	20%	4.574.602,19		741.540,71
Sistema Aplicativo (Software)	**679.929,25**	20%	559.744,30		120.184,95
Móveis e Utensílios	**3.084.739,77**	10%	1.512.604,59		1.572.135,18
Veículos	**105.908,32**	20%	80.862,12		25.046,20
Peçase Conjunto de Reposição	**0,00**	0%	0,00		0,00
Benfeitorias em Propriedades Arrendadas	**0,00**	0%	0,00		0,00
IMPAIRMENT - BENSADMINISTRAÇÃO	**-626.356,50**	0%	0,00		-626.356,50
BENS DA UNIÃO - ADMINISTRAÇÃO	**0,00**		0,00		0,00
Instalações	**0,00**	0%	0,00		0,00
Peças e Conjunto de Reposição	**0,00**	0%	0,00		0,00
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	**38.000.731,65**		0,00		**38.000.731,65**
Obras em Andamento	**37.616.959,99**	0%	0,00		37.616.959,99
Outras Imobilizações em Andamento	**383.771,66**	0%	0,00		383.771,66

A administração da Companhia fez análise dos efeitos de depreciação, decorrentes da análise periódica do prazo de vida útil econômica remanescente dos ativos imobilizados e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação. Desta forma, permanecerão as taxas anuais previstas pela legislação tributária brasileira.

No ano de 2017 a Companhia realizou o serviço de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos, tanto pela sua venda quanto pela sua utilização, e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado, para cálculos do valor do *impairment* e vida útil residual do bem, pelo qual foi verificado que não há necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização, prevalecendo o relatório do período anterior. **Contas a Pagar -** A conta de fornecedores compreende aos saldos a pagar dos fornecedores utilizados para operações portuárias como: aquisição de peças e equipamentos, material de consumo, serviços de segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos.

	2017	**2016**
Fornecedor de Material	5.766,96	251.182,42
Fornecedor de Serviço	1.785.251,36	7.766.559,85
Total	**1.791.018,32**	**8.017.742,27**

Obrigações Fiscais e Previdênciárias - As obrigações tributárias se encontram demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço. Para melhor compreensão colocamos um novo quadro de acordo com as disposições do Manual de Contabilidade da ANTAQ.

	2016
Tributos e Contribuições	**2.519.528,34**

Continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IRRF s/ serviço	87.001,98
IRPJ Diferido	156.945,11
CSSL Diferida	56.500,22
ISS s/ serviço	78.807,12
ISS s/ faturamento	78.722,00
COFINS Retido s/ serviço	89.460,57
PIS Retido s/ serviço	19.383,14
CSSL Retido s/ serviço	29.820,18
COFINS s/ faturamento	747.200,84
PIS s/ faturamento	161.891,16
INSS retido s/ serviço	73.530,71
Parcelamento Lei 11.941/09	773.303,82
CPRB a pagar	166.961,49
IRRF /serviços a recolher	
IPTU	
Trabalhista	**4.238.334,55**
INSS a Recolher - Empregado/Patronal	1.843.285,75
INSS Autônomo	40.773,89
FGTS	648.284,82
PORTUS - Empregado/Patronal	272.436,81
IRRF a Recolher	1.433.553,28
Outros	**0,00**
Total	**6.757.862,89**

	2017
INSS empregado/empregador	996.125,40
FGTS	683.738,66
Portus Folha	266.304,01
Portus Patronal	257.541,51
IRRF Folha	1.440.586,97
IRRF Serviço a Recolher	4.503,09
COFINS S/Faturamento	1.131.911,71
PIS S/ Faturamento	245.537,81
CSLL	616.910,79
IR S/ Lucro Líquido	1.510.726,52
INSS - Retenção	63.837,42
IRRF(lei 10.833)	67.457,19
PIS (lei 10.833)	13.333,63
COFINS Retido	61.072,10
CSLL Retido	20.407,06
ISS S/ Faturamento	109.199,56
ISS Retido	59.496,05
IPTU	42.645,93
CPRB	303.197,40
Total	**7.894.532,81**

Dividendos a Pagar - Calculado pelo valor mínimo de **25%** (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, em conformidade com o Estatuto da Companhia. Foram aplicadas para o cálculo de dividendos as orientações contidas na Tabela VI do Parecer nº 438 - COPAR/SUPOF/STN/MF-DF de 16/04/2013 da Secretaria do Tesouro Nacional. Pelo prejuízo apurado, a Companhia deixou de reconhecer dividendos a pagar, por ter tido base negativa para esta obrigação:

	2017	2016
Prejuízo (Lucro) do Exercício	5.646.385,62	(10.216.464,23)
Reserva Legal (5%)	0,00	0,00
Reserva de Incentivo Fiscal	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	14.965.832,75	0,00
Absorção Prejuízo Acumulada	(20.612.218,37)	10.216.464,23
Base p/ Cálculo de Dividendos	0,00	0,00
Dividendos - Mínimo Obrigatório	0,00	0,00
Dividendos Mínimos Obrigatórios	0,00	0,00

Participação de Resultado do Exercício – PLR - A Companhia reconhece um passivo de Participação nos Resultados do Exercício com base no lucro atribuível aos acionistas. Sendo divulgado nas demonstrações de resultado, por força da NBC TG 33, como participação dos lucros. A participação dos empregados não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) dos dividendos pagos. Não foi reconhecido o valor do PLR em 2017 devido à base de cálculo zerada para distribuição de dividendos (nota 3.39). **Obrigações Trabalhistas a Pagar -** Os valores representam os registros das obrigações trabalhistas, de férias e seus respectivos encargos os quais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

	2016
Férias	7.694.724,02
Encargos de Férias	1.002.358,69
Total	**8.697.082,71**

	2017
Salários e Remunerações	580.721,42
Férias a Pagar	9.853.682,52
Rescisões a pagar	27.323,78
Outras obrigações trabalhistas	825.580,03
Total	**11.287.307,75**

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC - Recursos aportados pela União que se destinam a programas de Investimento, com a contrapartida de créditos para futuro aumento de capital. Os recursos não capitalizados sofrem a incidência de atualizações financeiras tendo como base a variação da taxa Selic, em conformidade com o Decreto nº 2.673/98. **Provisão de Encargos INSS/FGTS – DC/Sindiguapor -** Reconhecimento das multas e juros dos encargos trabalhistas decorrente da sentença judicial – Processo RO nº 573-74.2012.5.08.000 (Dissidio Coletivo 2011 a 2014) e reconhecimento das multas e juros dos encargos trabalhistas referente ao realinhamento de salário à nível médio dos guardas portuários (Sindiguapor-2010/2013). A diferença entre o ano de 2016 e 2017 se refere ao reconhecimento dos juros de mora sobre o INSS, calculados pela Selic; e das taxas de juros cobrados pela Caixa Econômica Federal para o FGTS:

	2017	2016
INSS - Multa e Juros - DC /Sindiguapor	11.434.550,99	11.460.393,40
FGTS - Multa e Juros - Sindiguapor	456.672,80	425.962,10
Total	**11.891.223,79**	**11.886.355,50**

Provisões para Contingências a Pagar - A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações (vide nota 3.15), envolvendo

Continua

questões trabalhistas e cíveis. A administração, com base nas informações de seus advogados geradas na análise das demandas judiciais pendentes quanto às ações e experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constitui provisões no montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

	2017	2016
Causas Trabalhistas (I)	2.535.375,05	2.690.467,03
Causas Cíveis (II)	4.718.274,58	4.220.000,00
Total	**7.253.649,63**	**6.910.467,03**

I - Se referem às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável pelo setor jurídico da Companhia. II -Refere-se basicamente a ações com pleito de atualização monetária e juros por pagamento com atraso e ações judiciais de indenizações. Em 31/12/2017, o montante estimado para processos judiciais trabalhistas representativos de contingência passiva possíveis foi no valor de R$ 9.344.852,00. Conforme NBC TG 25, os valores possíveis de pagamento só são informados em nota explicativa, não sendo reconhecido na contabilidade como provisão. A Companhia monitora esses valores e, se identificados como provável, é feito o respectivo registro contábil.**Patrimônio** Líquido - Os saldos das contas de Patrimônio Líquido estão informadas na DMPL. **Prejuízos Acumulados -** A Cia apurou lucro de líquido de R$ 5.646.385,62, o qual foi absorvido pelo saldo de prejuízo acumulado, conforme demonstrado na DMPL. **Impostos Incidentes sobre Vendas**

Impostos Incidentes sobre a Receita Bruta	2017	2016
ISS	7.116.402,95	6.424.735,02
PIS	2.953.582,78	2.231.137,08
Cofins	13.635.201,29	10.278.849,78
CPRB	2.647.033,46	2.284.960,72
TOTAL	**26.352.220,48**	**21.219.682,60**

Custos Operacionais

	2017	2016
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais	-57.019.299,99	-42.682.613,19
Serviços de Terceiros	-1.671.149,89	-14.717.495,76
Depreciação e Amortização	-16.484.399,14	-10.946.220,96
Utilidades, Serviços e Materiais	-7.047.746,61	-6.528.040,41
Demais Dispêndios Correntes	0,00	-1.712.935,12
Custos Reconhecidos	0,00	-8.894.249,79
Total	**82.222.595,63**	**85.481.555,23**

Neste quadro a Cia detalha a composição dos gastos necessários para a prestação dos serviços ou de arrendamento. Compõe-se basicamente dos gastos dos Portos que estão sobre a administração da Cia. Custos Reconhecidos: Devido a implantação do novo plano de contas, os valores desta conta passaram a compor o saldo da conta Custos com Pessoal, demonstrado na primeira linha do quadro acima.

Despesas Administrativas

	2017	2016
Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais.	-38.259.408,39	-28.587.234,65
Serviços de Terceiros	-11.032.013,04	-20.042.467,98
Depreciação e Amortização	-542.010,94	-6.961.980,89
Utilidades, Serviços e Materiais.	-1.051.994,19	-2.410.554,95
Despesas Gerais	-9.205.754,50	-9.649.101,10
Perdas no Recebimento de créditos	-3.738.385,58	-121.763,97

Neste quadro a Cia detalha a composição dos gastos necessários para a obtenção de receita, tais como a administração da Cia; e gastos gerais que beneficiam o porto como um todo. **Resultado Financeiro**

	2017	2016
Receitas Financeiras	**3.060.998,39**	**5.979.700,86**
Juros Ativo	76.274,39	
Rendimento de Aplicações Financeiras	866.520,77	1.959.406,57
Encargos Financeiros s/ faturamento	270.011,37	865.901,25
Outras Operações	1.848.191,86	3.154.393,04
Despesas Financeiras	**-2.083.221,16**	**- 2.476.305,72**
Juros Pagos ou Incorridos	-445.015,75	-1.709.446,30
Outras despesas Financeiras	-1.525.684,44	-251.599,98
Apropriação do AVP do Ativo	-112.520,97	-515.259,44
Resultado Financeiro Líquido	**977.777,22**	**3.503.395,14**
Variação Monetária Ativa	**0,00**	**1,42**
Variação Monetária Passiva	**-496.029,66**	**-857.074,89**
Resultado das Variações Monetárias Líquido	**-496.029,66**	**-857.073,47**
Resultado das Variações Monetárias Líquido	**481.747,57**	**2.646.321,67**

Receitas (despesas) Não Operacionais

	2017	2016
Subvenção da União	**0**	**0**
Receitas (Despesas) Não Operacionais	**294.867,02**	**-338.700,55**

Remunerações dos Administradores e Empregados As remunerações mensais (base: dezembro/2017) pagas pela Companhia aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

		2017	2016
Empregados	Maior	67.474,89	60.808,45
	Menor	1.139,24	1.916,93
Administradores	Maior	28.268,22	28.268,22
	Menor	25.441,40	25.441,40
Valor Médio		**30.580,93**	**29.108,75**

Balanço Social - A CDP faz a divulgação do Balanço Social que, também, a título de informativo complementar, demonstra a clareza de suas ações e investimentos sociais realizados a cada período, refletindo a postura de comprometimento com o meio e a sociedade onde está inserida.

PARSIFAL DE JESUS PONTES	RAIMUNDO RODRIGUES DO E. SANTO JUNIOR
Diretor Presidente	Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 124.394.442-00	CPF 616.524.742-34
MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA	MÔNICA DO SOCORRO TAVARES DOS S. RODRIGUES
Diretora Gestão Portuária	CRC - Pa 010426/O-1
CPF 625.715.088-49	CPF 595.229.762-53

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e à administração da Companhia Docas do Pará - CDP Belém - PA **Opinião com ressalva -** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Pará - CDP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Pará – CDP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva -** Recursos a Receber da União - O saldo da conta Recursos a Receber da União em 31 de dezembro de 2016 era de **R$ 13.936 mil,** a administração não re-

Continua

alizou os procedimentos aplicáveis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de redução do valor recuperável de acordo com as normas de contabilidade. Assim não foi possível estimar os efeitos, se houver, nas demonstrações financeiras da CDP em 31 de dezembro de 2017, caso tivessem sido utilizadas as estimativas mencionadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos** - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram emitidos com as seguintes ressalvas de opinião: Duplicatas e contas a Receber: O montante vencido do saldo de Duplicatas e Contas a Receber a mais de 360 dias era de **R$ 26.207** mil, o montante de provisão registrada naquela data era de **R$ 3.398** mil, segundo nossas análises esse montante não é suficiente para suportar as perdas decorrentes das inadimplências pelo não recebimento dos valores, devidamente regularizada no exercício de 2017, onde foi apresentada documentação suficiente para suportar o saldo contábil; Confissões de Dívidas: Saldo de **R$ 2.748** mil em 31 de dezembro de 2016, a administração não realizou os estudos e análises aplicáveis para o reconhecimento do risco de crédito, mensuração e divulgação de redução do valor recuperável de ativos, durante o exercício de 2017 foi disponibilizada documentação adequada; Depósitos Judiciais: O saldo de depósitos judiciais era de **R$ 17.508** mil, deste montante o valor de **R$ 11.380** mil foi comprovado mediante extrato com a composição dos valores depositados judicialmente, para os demais valores não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, foi contratada uma empresa para efetuar um trabalho específico no exercício de 2017 onde foi apresentada a devida composição e documentação suporte para validação do saldo; Imobilizado – teste do Impairment: Não foram realizados os procedimentos aplicáveis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de redução do valor recuperável de ativos registrados no Imobilizado, de acordo com a NBCTG01(R4), teste realizado em 2017; e Credores por Transferências de Recursos: Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, em razão de não termos tido acesso às informações pela administração, o saldo foi baixado em 2017. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de fevereiro de 2018. - **MACIEL AUDITORES S/S** - 2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP - **ROGER MACIEL DE OLIVEIRA** - 1CRC RS – 71.505/O-3 – S - SP- Sócio Responsável Técnico- **LUCIANO GOMES DOS SANTOS**- 1CRC RS – 59.628/O-2 – S - SP- Sócio Responsável Técnico - **CONSELHO FISCAL - PARECER SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP** no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração/2017 e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da Empresa/2017, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; é de opinião que, observado Parecer da Auditoria Externa, os referidos documentos refletem a situação financeira e patrimonial da CDP, estando, assim, em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. Belém, 02 de março de 2018. - **ANA PATRÍZIA GONÇALVES LIRA** - Presidente - CPF nº 599.524.582-15 - **DAN RAPHAEL LEVY** - Membro - CPF nº 605.015.532-15 - **ROBERTO BEIER LOBARINHAS** - Membro - CPF nº 192.750.478-39 - **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO No 11/2018 MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL AO RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP, APURADOS NO EXERCÍCIO DE 2017. - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ – CDP,** no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com a deliberação tomada na Reunião Conjunta CONSAD/CONFIS, realizada nesta data; **D E L I B E R A**: Manifestar-se favoravelmente sobre o Relatório Anual de Administração e as Contas da Empresa relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, com base nos Pareceres de Auditoria Independente e do Conselho Fiscal da CDP. Belém, 02 de março de 2018. **RODRIGO MENDES DE MENDES** - Presidente do Conselho de Administração - C.P.F/MF nº 633.824.582-68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 5 DE ABRIL DE 2018

Processo n°. 50602.000198/2018-58 - INTERESSADA: ERIKA MEDEIROS SALIM. ASSUNTO: Recurso Administrativo. DECISÃO: amparado pela orientação proferida pela Procuradoria Federal Especializada, DESPACHO nº 00417/2018/PFE-DNIT/PGF/AGU, CONHECER do presente Recurso Administrativo interposto, em razão da sua tempestividade e no mérito INDEFIRO OS PEDIDOS e mantenho o não acolhimento do relatório final da comissão e determina a Corregedoria que dê prosseguimento nas providências necessárias com vistas a constituir nova comissão processante.

HALPHER LUIGGI MONICO ROSA
Diretor-Geral
Substituto

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DESPACHO DE 9 DE MARÇO DE 2018

REFERÊNCIA Despacho DAAD/PF nº 5794910
Assunto: Segurança Privada. Recurso Administrativo.
Destino: CGCSP/DIREX/PF
Processo: 08211.000888/2018-44
Interessado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ: 00.360.305/4496-40

1. Aprovo o Parecer 5672651 - DELP/CGCSP/DIREX/PF;

2. Altere-se de ofício o Despacho nº 2.785/2017 e, consequentemente, a Portaria punitiva nº 4.129, de 16 de maio de 2017, ambos relativos ao processo punitivo nº 2017/1432, com a conversão da penalidade de interdição em multa, estipulada no valor equivalente a 20.000 (vinte mil) UFIR..

3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências decorrentes.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO
Diretor-Geral

DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.496, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17272 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAP SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 00.435.781/0002-28, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

484 (quatrocentas e oitenta e quatro) Munições calibre .380

400 (quatrocentas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.504, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13382 - DPF/URA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TÁTICO BRASIL SECURITY CEN. DE FORMAÇÃO E APER. EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 13.559.243/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 536/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.511, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16850 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDRIELLO S/A INDUSTRIA E COMERCIO., CNPJ nº 61.508.727/0001-79 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.532, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2827 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROEVI PROTECAO ESPECIAL DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 58.005.513/0010-66, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 586/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.542, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8903 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EQUIP SEG INTELIGENCIA EM SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.039.434/0001-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 562/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.570, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75414 - DPF/BRA/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIOCESE DE BOM JESUS DA LAPA, CNPJ nº 13.713.615/0001-07 para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 585/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.763, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17424 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEKSID DO BRASIL, CNPJ nº 16.694.812/0001-14 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 632/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.764, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17661 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO DO PARKSHOPPING, CNPJ nº 00.719.294/0001-06 para atuar no Distrito Federal.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO - SUBSTITUTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.774, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19182 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROVIG FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA, CNPJ nº 57.276.206/0001-66, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

40000 (quarenta mil) Munições calibre 12

62138 (sessenta e duas mil e cento e trinta e oito) Espoletas calibre .380

12000 (doze mil) Gramas de pólvora

61138 (sessenta e um mil e cento e trinta e oito) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.862, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4264 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REINFORCE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 09.814.232/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 673/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.868, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14671 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JOB VIGILANCIA PATRIMONIAL, CNPJ nº 09.209.810/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 538/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.870, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17378 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 05.457.677/0006-81, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

108 (cento e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.871, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17449 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa D P WORLD INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA, CNPJ nº 84.453.224/0001-49, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

15 (quinze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.872, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17899 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ALBUQUERQUE E BRUSCHI SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.103.811/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Alagoas, com Certificado de Segurança nº 643/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.881, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21490 - DPF/JNE/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO EDIFICIO CARIRI SHOPPING CENTER, CNPJ nº 03.575.205/0001-93 para atuar no Ceará.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.885, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21738 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMPAT- EMPRESA ALAGOANA DE TERMINAIS LTDA., CNPJ nº 35.270.750/0001-68 para atuar em Alagoas.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.895, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22046 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MALHAS MENEGOTTI INDUSTRIA TEXTIL LTDA, CNPJ nº 10.474.553/0001-30 para atuar em Santa Catarina.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.897, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22142 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DUNBAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA - EIRELI, CNPJ nº 13.649.411/0001-54, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

25 (vinte e cinco) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.904, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2711 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 92.653.666/0003-29, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 444/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.910, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8361 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INTELIGENCIA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 11.808.559/0001-69, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 665/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.914, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10567 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 687/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.916, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16259 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JMAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI ME, CNPJ nº 09.420.322/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 709/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.939, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4696 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JAVA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.394.369/0001-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 706/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.941, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6647 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LAS SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 13.050.015/0001-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 701/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.943, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11040 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVE SUL VIGILANCIA E ESCOLTA ARMADA LTDA, CNPJ nº 05.329.654/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 742/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.945, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11176 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CK SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 17.049.660/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 513/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.946, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11618 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ED3 VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.543.258/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 681/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.948, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13489 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LUMAR SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 59.646.950/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 609/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.949, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14359 - DPF/ARU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AVILA SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI-EPP, CNPJ nº 21.250.347/0001-62, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente VH-VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL-EIRELI-EPP, CNPJ nº 21.737.152/0001-41:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.953, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15496 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SELTEC VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 92.653.666/0001-67, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 719/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.954, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15813 - DPF/SNM/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROESTE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 27.509.654/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 654/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.955, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15882 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ORDENANÇA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 23.011.179/0001-88, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 547/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.961, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18608 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização à empresa UNIFORT SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.989.765/0001-45, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Da empresa cedente TOP VIP SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 10.553.257/0001-24:

1 (uma) Pistola calibre .380

2 (duas) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380

100 (cem) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.966, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20474 - DPF/NRI/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALCANCY CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇAS, CNPJ nº 07.028.291/0001-75, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

116 (cento e dezesseis) Munições calibre .380

888 (oitocentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

84 (oitenta e quatro) Munições calibre 38

120000 (cento e vinte mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre 38

24000 (vinte e quatro mil) Gramas de pólvora

114088 (cento e quatorze mil e oitenta e oito) Projéteis calibre 38

2144 (duas mil e cento e quarenta e quatro) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Estojos calibre .380

2144 (dois mil e cento e quarenta e quatro) Projéteis calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 3.564, DE 10 DE JULHO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19167 - DPF/NVI/MS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MG SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 09.137.717/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 823/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 1.127, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7015/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 5.000 (cinco mil) UFIR a STV - SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 88.191.069/0011-62, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 171, inciso VIII PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §3º PORT.N° 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/47683.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

Fica o autuado notificado a realizar o pagamento da multa em até 30 (trinta) dias, sob pena de incidência de multa e juros de mora. A expedição da Guia de Recolhimento da União - GRU deverá ser feita através do sistema GESP.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.135, DE 8 DE MARÇO DE 2018

O COCOORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.001604/2017-40-DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 103, de 05/03/2003, à empresa PONTESEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF nº 03.342.535/0001-39, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORES NETTO

PORTARIA Nº 34.136, DE 08 DE MARÇO DE 2018

O COCOORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08385.009362/2017-57 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 1226 de 04/04/2016, à empresa SK CENTRO DE TREINAMENTOS LTDA-ME., CNPJ/MF nº 15.136.084/0001-62, localizada no Estado do Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.137, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COCOORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08285.002166/2018-61-DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio da Portaria nº 2210 de 11 de junho de 2015, à empresa CONUS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ/MF nº 08.842.823/0001-76, localizada no Estado do ESPÍRITO SANTO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 34.141, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.003557/2018-50-DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa PORTAL DE VIGILANCIA INTEGRADA LTDA, CNPJ/MF nº 03.809.782/0001-00, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SG/MPF nº 125, de 5 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de março de 2018, Seção 1, fl. 83, referente à aplicação da penalidade administrativa à pessoa jurídica F. Neto Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 41.075.623/0001-00, onde se lê: "penalidade administrativa de impedimento de licitar com a União, e o consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 3 (três) meses, ...", leia-se: "penalidade de advertência, nos termos do art. 87 - I da Lei nº 8.666/1993...".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 6, DE 3 DE ABRIL DE 2018

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para investigar as causas da morte do bovídeo Adax nas dependências do Zoológico de Brasília.

A Quarta Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural - 4ª PRODEMA, através do infrafirmado Promotor em substituição nesta unidade, no uso das atribuições que lhe são outorgadas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 7º, inciso I, fine, da Lei Complementar nº 75/1993 e com o art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85;

Considerando que esta Promotoria tomara conhecimento por intermédio da imprensa, em especial por matéria veiculada pelo Correio Braziliense, seção cidades, de 30.03.2018, em formato eletrônico, intitulada Adax do Zoológico de Brasília morre durante tentativa de manejo: O bovídeo ficou preso em um dos portões e veterinários tentaram salvá-los por 16 horas seguidas;

Considerando que, de conformidade com a matéria, o óbito do animal mencionado se circunstanciara de conformidade com a seguinte narrativa:

De acordo com informações do Zoo, o animal "amanheceu com uma luxação no membro posterior esquerdo". Para cuidar do ferimento, tratadores precisavam levá-lo para uma área com menos espaço, " a fim de reduzir os movimentos e assim prover condições para uma pronta recuperação." Foi no momento desse translado que o bicho se prendeu a um dos portões. Os veterinários foram chamados e trabalharam com o animal até as 8h30 de ontem. "O laudo de necropsia está sendo concluído e irá compor o prontuário oficial", informou a instituição.

Considerando tratar-se do terceiro óbito de animal naquele Zoológico apenas nos três primeiros meses do ano de 2018, uma vez que, em 07.01.2018, registrou-se a morte por envenenamento de um elefante conhecido por "Babu" e, em 24.03.2018, a morte por necrose no cólon de uma girafa apelidada por "Yvelise";

Considerando que o Zoológico de Brasília fora instituído por lei Distrital nº 1.813, de 30.12.1997 como entidade de direito público, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, na denominação de Fundação Pólo Ecológico de Brasília (art. 1º) e

que detém, dentre outras finalidades: assegurar o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro, bem como da fauna visitante, proporcionando-lhes conforto e cuidado adequado (art. 4, inciso IV);

Considerando que o Decreto Distrital nº 27.591, de 01.01.2007, que reestruturou a Administração Pública do Distrito Federal, manteve a Fundação citada, dando-lhe o nome de Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB (art. 6º, inciso VI);

Considerando que a instrução normativa nº 39, de 15.04.2009 do diretor-presidente da FJZB publicara o Regimento interno da Fundação em referência, que traz normas claras quanto à regularidade e aperfeiçoamento dos serviços (Art. 9º, inciso III); comunicação, controle e apuração de irregularidades (art. 27, inciso III), além do manejo, transferência, monitoramento de recintos e auxílio ao setor veterinário de mamíferos (art. 57, inciso I, III e IV) e o desenvolvimento de atividades relacionadas ao atendimento, encaminhamento e acompanhamento clínico e cirúrgico dos animais (art. 61);

Considerando que a Lei Federal nº 7.173 de 14.12.1983 determina que:

Art. 7º- As dimensões dos jardins zoológicos e as respectivas instalações deverão atender aos requisitos mínimos de habitabilidade, sanidade e segurança de cada espécie, atendendo às necessidades ecológicas, ao mesmo tempo garantindo a continuidade do manejo e do tratamento indispensáveis à proteção e conforto do público visitante.

Considerando que a possível inobservância das normas jurídicas, a provável negligência no trato, atendimento, transferência de recintos e monitoramento dos animais que vieram a óbito nos primeiros meses do ano de 2018 na FJZB podem decorrer de negligência , imprudência e imperícia dos agentes públicos responsáveis pela gestão e execução das finalidades da fundação em exame; vindo, eventualmente a caracterizar ilícito administrativo, civil e criminal;

Considerando que já se acha em curso: na Delegacia Especial do Meio Ambiente do Distrito Federal investigação que apura o óbito do elefante "Babu", ocorrência nº 4/2018; na Vara de Meio Ambiente Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal a Ação Popular de autos nº 0701295-78.2018.8.07.0018 e nesta PRODEMA procedimento de autos nº 08190.017128/18-27 para acompanhar o caso da morte da girafa Yvelise;

Considerando a necessidade de se apurar o recente caso do óbito do Adax em 29.03.2018; além de se investigar a regularidade da gestão e execução da política pública de proteção e cuidado de animais silvestres em cativeiro ou semi-cativeiro, em especial os que se acham sob a responsabilidade da FJZB;

Considerando que incube ao Ministério Público a defesa do Meio Ambiente, a teor do art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 5º, inciso III, alínea "d", c/c o art. 6º, inciso VII, "b" ambos da Lei Complementar nº 75/1.993;

Resolve instaurar o devido INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

determinando, inicialmente, as seguintes providências:

1. autue-se, registre-se esta portaria e os documentos que a lastreiam e publique-se na imprensa oficial;

2. Solicite-se ao Conselho Federal de Medicina Veterinária em 15 dias, a indicação de um ou mais profissionais para acompanhar e auxiliar tecnicamente esta Promotoria no exame dos casos de óbito dos animais citados nesta peça; tendo em vista a oferta para contribuir com os desígnios de proteção do Meio Ambiente, a que se destinam as Promotorias de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Ofício Circular 09/2018/CFMV-PR).

3. Requisite-se do Senhor Secretário de Meio Ambiente, no prazo de 15 dias, para que especifique as providências adotadas na FJZB desde o início e 2018;

4. Requisite-se do diretor-presidente da FJZB, no prazo de 15 dias, que:

4.1. remeta a esta Prodema cópia dos prontuários oficiais e laudos de necrópsia dos animais: Babu, Yvelise e o Adax, que vieram a óbito em 07.01.2018 , 24/03/2018 e 29/03/2018 respectivamente;

4.2. forneça os nomes, matrículas e funções de todo os profissionais responsáveis pela alimentação, tratamento, cuidados médicos, transferências a outros recintos ou que se ocuparam de alguma forma dos animais mencionados;

4.3. esclareça as providências administrativas desencadeadas, o número e cópia eletrônica dos respectivos procedimentos acaso existentes e versando sobre os três episódios de óbitos ocorridos no ano de 2018;

5. Requisite-se da titular da Delegacia Especial de Meio Ambiente (DEMA) a abertura de Inquérito Policial para apurar óbito do Adax no jardim Zoológico de Brasília em 29.03.2018.

6. Dê-se conhecimento à 3ª Câmara e Coordenação e Revisão da Ordem Cível da instauração deste procedimento.

ROBERTO CARLOS BATISTA
Promotor de Justiça

Tribunal de Contas da União

2ª CÂMARA

ATA Nº 10, DE 3 DE ABRIL DE 2018
(Sessão Ordinária da Segunda Câmara)

Presidente: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Ministro Augusto Nardes, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença do Ministro Aroldo Cedraz e dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro José Múcio Monteiro) e André Luís de Carvalho (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausentes o Ministro José Múcio Monteiro e a Ministra Ana Arraes, em férias, e o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por estar substituindo ministro integrante da Primeira Câmara.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 9 referente à Sessão Ordinária realizada em 27 de março de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.995/2018-9, TC-003.707/2018-0, TC-003.711/2018-8, TC-004.016/2018-1, TC-005.937/2018-3, TC-005.961/2018-1, TC-006.018/2018-1, TC-006.023/2018-5, TC-006.025/2018-8, TC-006.029/2018-3, TC-006.033/2018-0, TC-006.062/2018-0, TC-006.379/2018-4, TC-006.968/2018-0, TC-008.052/2018-2, TC-008.069/2018-2, TC-008.109/2018-4, TC-008.769/2018-4, TC-008.771/2018-9, TC-008.784/2018-3, TC-008.869/2018-9, TC-008.872/2018-0, TC-008.875/2018-9, TC-008.879/2018-4, TC-008.886/2018-0, TC-008.887/2018-7, TC-008.901/2018-0, TC-008.918/2018-0, TC-008.924/2018-0, TC-008.931/2018-6, TC-009.031/2018-9, TC-009.035/2018-4, TC-009.040/2018-8, TC-009.062/2018-1, TC-009.554/2018-1, TC-009.559/2018-3, TC-009.685/2018-9, TC-009.726/2018-7, TC-016.284/2017-8, TC-017.248/2016-7 e TC-028.193/2017-2, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

TC-033.248/2015-0 e TC-034.206/2016-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-014.898/2010-1, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. João da Costa Mendonça - OAB/TO Nº 1.128, não compareceu para apresentar sustentação oral em nome de Paulo Elcídio Chaves Nogueira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1895 a 2009:

RELAÇÃO Nº 9/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1895/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.952/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Simplicio Sobral Gomes (019.096.224-00); Lana Cristina dos Santos Xavier (105.566.642-72); Mercês Maria Bastos Pires (119.412.271-04); Nazareno Jesus Ferreira Magalhães (004.031.992-04); Odília Bezerra de Queiroz (103.256.384-20); Raimundo Pereira de Lima (026.654.683-87)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1896/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.009/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Anamar Lucia Brancher (306.053.699-68); Antonio Laurentino Junior (246.602.059-91); Edalmira Jordelina Marcelino (067.180.199-68); Elio Miguel Mattiello (003.510.839-87); Iraze Clayton Metzker (030.033.889-91); Luci Maria Sant'ana (376.072.279-20); Mercedes Machado (475.770.459-34); Valdemiro Wosniak (246.607.529-68); Walter Pires (009.848.849-04); Wolney Carlos Loeff (292.277.809-63)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1897/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Francisco Helio de Sena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.995/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Helio de Sena (004.808.863-34).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1898/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.054/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Abel Donino de Brito Lira (017.334.515-87); Ednilce Pinto Ferreira (651.395.265-49).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1899/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria de Maria Elisa Sypniewski, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.060/2018-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Elisa Sypniewski (657.911.429-00).
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1900/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados

abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.064/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adalberto Alves da Silva (310.720.468-49); Sergio Simão Matuck (252.091.328-20).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1901/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.326/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Furtado Leite Filho (153.523.661-20); Maria de Fátima Aroucha Rabelo (098.725.403-06); Maria de Fátima Japhar Moreno (074.878.273-72); Nicias Gomes Furtado Leite (104.015.393-34); Raimunda Áurea da Costa Mota (485.045.051-20); Raimundo dos Prazeres Nascimento (075.322.373-20).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1902/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.352/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Naiza Bizerra de Sousa (247.547.141-72); Vera Nise de Oliveira Sobrinho (295.973.661-34).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1903/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Sheila de Souza Coelho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.362/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sheila de Souza Coelho (274.440.822-00).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1904/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.396/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alcides Barreira Costa (051.807.083-20); Francisco Batista Rodrigues (059.195.413-34); Leni Bezerra de Almeida (122.341.923-15).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1905/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.406/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Cleonice Silva Porto (628.824.907-63); Maria Denice de Oliveira Silva (144.223.365-68).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1906/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.024/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Silva Vargas (741.130.460-34); Cassiano Moreira de Bitencourt (032.465.140-62); Eline Ramos de Souza (005.111.440-24); Fabiano Cichelero (004.843.110-93); Jefferson de Freitas (003.911.220-96); Karine Krug de Lima (006.574.160-96); Paulo Henrique Prates da Silva (736.757.500-78); Priscila do Carmo Medeiros (830.147.640-00); Rafael Dias (828.042.140-87); Shirla de Andrade Leivas (950.575.100-10)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1907/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.269/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Humberto Claudio Rodrigues Mathias Netto (768.938.557-53); Humberto Ferreira dos Santos (010.958.797-90); Humberto Viana da Silva (214.780.827-04); Humberto da Cruz Cardoso (685.966.507-68); Humberto da Silva (400.005.757-04); Humberto de Andrade Teixeira (818.603.077-87); Iacir Ferreira de Sa Junior (005.590.577-33); Iara de Oliveira Silva (555.884.337-34); Idanilce Aparecida Torres (827.728.007-68); Idenir Alves Vieira (158.190.197-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1908/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.274/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Isabeth Regina Thompson Cavalcante (006.660.187-82); Isac Alves de Lima (801.107.467-91); Isac Mauricio Moreira (906.840.957-34); Isael Oliveira dos Santos (686.613.987-20); Isamar Maximiano Rocha Fraga (874.973.957-34); Isaneth Cristina Thompson Cavalcante (020.769.207-65); Isaura do Espirito Santo Pinto (682.704.377-00); Isis Oliveira da Cruz (439.160.407-82); Isis Pontes Khecheh (682.991.097-87); Ismael da Silva Eduardo (993.252.687-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1909/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.286/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jaobert Correia Pereira Junior (006.634.207-41); Jaqueline Moraes de Souza (033.465.167-09); Jaqueline Ribeiro Sant Anna (823.822.397-00); Jaqueline Seda Teixeira (825.977.317-15); Jarbas Evangelista Sousa Fernandes (001.896.437-06); Jarbas Santos do Rego (012.812.507-16); Jarbas Thomaz da Cruz (309.374.697-34); Jasiel Fernardes (935.256.057-49); Jataniel Fernandes de Araujo (631.979.957-91); Jayme Borges da Silva Junior (017.441.237-13)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1910/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.296/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joaquim Jose Machado Neto (860.453.507-15); Joaquim Jose Vicente Rodrigues (984.636.677-91); Joaquim Salvador Natividade (535.837.957-68); Jocelina de Almeida Rangel (477.269.897-34); Jocelito Pereira Soares (812.529.437-68); Jocelyna Martins de Aguiar Almeida (535.082.977-72); Jocenir Rodrigues de Medeiros (718.167.207-04); Jociara Silva de Oliveira Luciano (023.177.217-30); Jocimar de Oliveira Rosa (004.000.187-30); Jocimar dos Santos Muniz (007.170.677-18)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1911/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.301/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jonilson Jose da Silva (012.647.527-09); Jorcelei de Oliveira Ferreira (068.840.538-01); Jordeci Morais do Amaral (794.668.937-34); Jorge Adriani Pennutt Pina (982.222.367-68); Jorge Adriano Costa Pedroza (910.449.877-15); Jorge Alberto Natividade (410.262.927-00); Jorge Alex de Mello Goncalves (000.681.187-67); Jorge Alexandre da Silva (009.346.397-95); Jorge Allan Teles Silva (032.205.537-70); Jorge Andre Moraes de Mello (038.642.317-28)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1912/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.307/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Luiz Dasilva (584.282.087-00); Jorge Luiz Ferreira Campos (551.819.027-15); Jorge Luiz Ferreira da Cruz (676.008.247-87); Jorge Luiz Fonseca (522.599.947-68); Jorge Luiz de Albuquerque Silva (869.724.487-00); Jorge Luiz de Almeida (685.466.537-04); Jorge Luiz de Alvarenga (842.180.107-49); Jorge Luiz de Jesus (670.264.437-04); Jorge Luiz dos Santos Souza (826.475.267-53); Jorge Luiz dos Santos da Silva (531.839.087-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1913/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.310/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jorge Pereira da Silva (737.537.007-97); Jorge Pereira de Miranda (793.126.677-34); Jorge Pereira de Oliveira (014.321.277-05); Jorge Ramos da Silva (492.396.277-15); Jorge Ribeiro Mendes (454.371.227-72); Jorge Ricardo Correa de Oliveira (004.555.677-60); Jorge Roberto Andrade de Oliveira (643.670.617-87); Jorge Roberto da Silva (536.452.197-49); Jorge Roberto de Sa Santos (708.251.497-20); Jorge Rodrigues Chaves (003.025.237-74)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1914/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.315/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Augusto de Mattos (809.542.007-72); Jose Bruno dos Santos (668.964.017-53); Jose Caetano de Lima (334.620.467-72); Jose Caldas dos Santos (369.239.237-00); Jose Carlos Andrade (927.331.317-53); Jose Carlos Andrade Coutinho (592.606.297-72); Jose Carlos Avellar (919.297.847-91); Jose Carlos Barcia Barcala (928.738.127-53); Jose Carlos Capibaribe da Silva (391.482.897-87); Jose Carlos Cardoso da Rocha (582.759.757-00)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1915/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.321/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Edmilson da Silva (004.519.277-45); Jose Eli de Freitas (552.287.557-72); Jose Eloy Gomes de Almeida (863.454.357-91); Jose Ernando da Silva (028.614.728-98); Jose Ernei Costa da Silva (002.691.957-50); Jose de Fatima de Menezes Cibillo (397.710.247-87); Jose de Oliveira Ferreira (005.782.717-61); Jose de Oliveira Mattos Filho (479.224.357-20); Jose de Paula (595.769.017-15); Jose do Couto Moreira Junior (021.920.117-09)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1916/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.324/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Jorge Rodrigues da Silva (352.048.697-00); Jose Jorge Siqueira de Souza (571.447.107-53); Jose Jorge de Souza Conceicao (029.368.587-80); Jose Ladislau Motta (674.002.307-78); Jose Levi Tavares de Campos (945.509.057-00); Jose Lino da Silva Filho (719.093.387-53); Jose Luiz Esteves Ventura (673.412.337-53); Jose Luiz de Castilho Sa (832.590.077-68); Jose Luiz do Nascimento Cardoso (777.921.227-00); Jose Luiz dos Santos Alves (834.809.947-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1917/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.329/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Ricardo Gomes da Silva (991.256.687-49); Jose Ricardo Marques Rodrigues (012.889.747-36); Jose Ricardo Nascimento dos Santos (912.696.017-68); Jose Ricardo dos Santos (004.735.667-70); Jose Ricardo dos Santos (795.546.367-68); Jose Ricardo dos Santos (885.596.537-91); Jose Roberto Andre Rodrigues (896.965.817-34); Jose Roberto Branquinho (518.484.497-04); Jose Roberto Coelho de Sant Anna (602.610.057-15); Jose Roberto da Silva Barros (785.534.077-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1918/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.332/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jose Wilson Bezerra de Morais (410.835.477-04); Jose Wilson da Silva Lopes (784.081.137-04); Josefa Francisco Alves (438.447.077-00); Joseli do Espirito Santo Pessanha (670.436.907-49); Joselma Cardozo Segundo (001.180.307-01); Josemar Carneiro de Paiva (329.540.697-91); Josemar Goes da Costa (810.195.727-87); Josemar Santos de Oliveira (008.421.637-94); Josemari de Souza Santos (855.767.007-91); Josette de Queiroz Barreto (815.524.407-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1919/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.337/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juciara Delfim Penna (839.651.147-00); Juliana Celestino de Santana (036.339.237-80); Juliana Ramalho dos Santos (972.186.857-49); Julio Carneiro Gomes (625.296.177-91); Julio Cesar Alves Silva (003.373.457-75); Julio Cesar Campos (010.911.677-10); Julio Cesar Cortinovis (892.525.517-00); Julio Cesar da Costa Campos (942.463.437-49); Julio Cesar da Silva (011.439.927-17); Julio Cesar da Silva Alves (806.160.037-49)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1920/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.341/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Katia Regina Pereira da Silva (765.752.417-00); Katia Regina Santos Gomes de Almeida (032.567.707-70); Katia Regina Silva de Souza (019.165.627-52); Katia Rios da Nobrega (716.223.657-04); Katia Simone de Moura Godois (037.916.337-32); Kelly Cristina Soares Graudo (033.510.267-06); Kelly Regina Candido Ramos (011.021.077-86); Kleber Luiz Gomes (519.042.767-68); Kleber dos Santos Guimaraes (986.483.497-53); Lacimar Guimaraes (872.101.007-25)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1921/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.345/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leni Porto da Silva Miranda (023.192.487-90); Leni de Almeida da Costa (800.254.807-82); Lenicio Leandro Rubin (944.486.807-97); Lenilson Silveira de Souza (273.968.867-91); Lenir Palheiro (492.393.767-04); Lenira Moraes de Oliveira (937.443.587-04); Leny dos Santos Goncalves (009.069.747-20); Leonardo Costa Lubanco (026.952.457-69); Leonardo da Rocha Modesto (037.361.177-36); Leonardo de Freitas Vieira (022.396.037-39)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1922/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-004.350/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lucia Helena Miranda Faustino (709.405.507-25); Lucia Helena Rodrigues de Sousa (825.423.097-87); Lucia Helena Silva (800.292.307-30); Lucia Helena Zanela do Nascimento (535.721.907-97); Lucia Helena de Sousa (409.500.507-68); Lucia Maria Bessa Beirao Santos (407.478.837-34); Lucia Regina de Souza Baihense (540.712.837-34); Lucia Santa Rita da Silva (590.339.917-72); Lucia Solange Henrique (941.236.327-34); Luciana dos Santos (650.644.887-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1923/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.356/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luis Carlos Delacorte (003.925.017-24); Luis Carlos Ferreira (013.298.087-89); Luis Carlos Gomes (824.073.477-49); Luis Carlos Guimaraes Siqueira (911.545.107-00); Luis Carlos Machado (655.606.127-15); Luis Carlos Pedro Barbosa (359.849.457-20); Luis Carlos Ramalho (908.238.347-00); Luis Carlos Ribeiro Carneiro (373.898.827-00); Luis Carlos da Silva Souza (941.880.507-30); Luis Carlos de Lima Mauricio (808.999.197-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1924/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.365/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Claudio Ferreira Xavier (931.398.297-87); Luiz Claudio Ferreira da Silva (010.100.017-01); Luiz Claudio Ferreira da Silva (522.707.697-91); Luiz Claudio Goncalves da Silva (767.177.047-72); Luiz Claudio Lima (523.243.547-72); Luiz Claudio Pimentel Lima (010.958.067-26); Luiz Claudio Ribeiro (722.428.337-15); Luiz Claudio da Conceicao Luz (668.910.197-53); Luiz Claudio de Carvalho (004.573.997-83); Luiz Claudio dos Santos (016.441.557-29)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1925/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.369/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luiz Guilherme Duarte Baptista (000.058.687-00); Luiz Gustavo da Silva (011.100.907-30); Luiz Henrique Figueiredo da Silva (799.474.337-49); Luiz Henrique Machado dos Santos (022.258.667-24); Luiz Henrique Monteiro (532.592.387-00); Luiz Henrique Pereira Mendes (959.988.107-91); Luiz Henrique Pontes de Oliveira (752.515.077-04); Luiz Henrique de Souza e Silva (907.438.657-15); Luiz Marcelo da Conceicao (030.563.837-81); Luiz Matos Ribeiro (409.586.557-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1926/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.376/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelino Ferreira Leao (870.009.207-00); Marcelino Francisco Ferreira (591.256.917-91); Marcello Bahouth de Oliveira (023.487.737-59); Marcello Viellas Lima (006.590.507-57); Marcellus Marques Assed (030.566.157-47); Marcelo Ademar Batista de Oliveira (016.652.137-01); Marcelo Agenor de Sousa (686.577.737-91); Marcelo Amendola da Silva (882.486.407-44); Marcelo Andrade (033.709.717-80); Marcelo Antunes Machado (973.249.657-68)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1927/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.383/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Pimenta Rios (028.106.937-90); Marcelo Ramalho Goncalves (009.269.107-28); Marcelo Reginaldo Bastos (705.359.657-53); Marcelo Ribeiro Goncalves (935.652.167-00); Marcelo Rocha de Arruda (027.422.957-98); Marcelo Rodrigues de Castro (037.349.537-40); Marcelo Sa Lima (012.761.687-05); Marcelo Santana Lima (029.831.137-28); Marcelo Santos da Silva (030.659.067-08); Marcelo Serpa Galvao (003.459.137-01)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1928/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.384/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Silva de Almeida (011.570.247-42); Marcelo Simoes da Silva (010.581.457-11); Marcelo Teixeira (021.705.357-21); Marcelo Viana Eugenio (004.117.697-90); Marcelo Vieira Martins (014.957.547-58); Marcelo Vieira da Silva (022.066.527-30); Marcia Albino Lima (687.926.037-34); Marcia Antonia Modesto (023.906.317-11); Marcia Barros da Costa (942.640.237-34); Marcia Cristina Jeronimo da Silva (006.910.287-29)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1929/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.389/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcio Fernandes Lopes (887.368.227-87); Marcio Fernandes de Almada (551.993.997-72); Marcio Fernando Lopes Lemos (720.874.207-34); Marcio Ferrari Pereira (871.412.307-00); Marcio Ferreira da Cunha (805.797.367-68); Marcio Gomes Rosa (004.834.897-00); Marcio Gomes de Souza (650.399.637-34); Marcio Henrique Costa (546.510.937-87); Marcio Jose de Oliveira Sampaio (919.286.137-72); Marcio dos Santos Silva (032.659.177-03)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1930/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.395/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Aparecida Gomes Pinheiro (021.893.237-54); Maria Aparecida Goncalves (893.454.607-72); Maria Aparecida Inacio Bahia Dias (729.856.407-25); Maria Aparecida Machado da Rocha (837.297.207-91); Maria Aparecida Rodrigues da Silva (922.954.527-91); Maria Aparecida de Sousa (582.096.707-00); Maria Augusta de Almeida dos Santos (844.418.447-00); Maria Auxiliadora Rocha Silva (966.289.877-87); Maria Candida dos Santos Ferreira (801.069.607-25); Maria Cecilia do Nascimento Moraes (502.541.387-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1931/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.401/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Divina Alves dos Santos (395.734.197-34); Maria Eliane Pereira da Silva (404.349.076-34); Maria Elizabeth Marques das Neves (462.560.917-87); Maria Emilia de Aguiar Santos (580.972.017-04); Maria de Fatima Ribeiro de Souza Leandro (001.992.487-96); Maria de Fatima Torres de Moura (393.172.777-72); Maria de Nazare Alves (084.381.612-00); Maria de Nazare Thompson Cavalcante (181.849.102-82); Maria de Nazare de Souza Rocha (681.503.267-15); Maria do Parto Galvao de Souza (039.599.957-09)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1932/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.404/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Jose Xavier Santos (960.666.607-72); Maria Julia da Silva Martins (534.194.807-68); Maria Ladjane Gouveia (834.393.587-04); Maria Lea de Oliveira Feitosa (006.618.327-83); Maria Leonor dos Santos (370.258.997-04); Maria Lucia Carneiro do Rosario (795.902.337-91); Maria Lucia Guilherme de Almeida (987.594.857-87); Maria Lucia Ribeiro de Sousa (182.754.437-68); Maria Lucia de Oliveira Padua (032.008.117-65); Maria Luisa de Azevedo Cerqueira (016.041.297-86)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1933/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.410/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mario Angelo Goncalves de Oliveira (607.642.607-15); Mario Cezar Ferreira Braga (915.585.497-49); Mario Coelho (882.506.367-91); Mario Jorge Carvalho de Paiva (014.984.177-95); Mario Jorge dos Santos (592.875.787-53); Mario Jorge dos Santos Miccas (923.027.187-04); Mario Jose Barboza Neto (523.409.707-25); Mario Jose de Almeida Paiva (017.870.247-17); Mario de Azevedo Bastos (777.837.947-34); Mario de Santana Gouveia de Lima (829.598.037-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1934/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.413/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Marlesson Jose Borges (019.709.197-01); Marlete Pacheco Reis Alves (009.394.547-77); Marli Abreu Ramos (805.299.097-15); Marli das Gracas Valentim (023.237.857-61); Marli de Franca Brito (377.359.937-49); Marli de Jesus (004.130.047-59); Marlice Backer Gomes (908.573.057-00); Marlon Bianco Martinez Pais (019.507.947-76); Marlos Sergio Cardoso Santos (801.056.707-82); Marlos de Castro Castilho (968.465.507-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1935/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.418/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Mauro Cesar Nogueira da Silveira (010.317.337-44); Mauro Cesar Siqueira da Silva (004.691.567-24); Mauro Fernandes Gracioli (341.968.387-15); Mauro Gualter Machado (853.704.107-63); Mauro da Silva Bastos (016.297.617-88); Mauro da Silva Caetano (934.423.437-04); Mauro de Almeida (731.106.637-91); Mauro de Melo e Silva (009.182.387-06); Mauro de Oliveira Marins (021.675.607-37); Mauro de Souza Nascimento (447.201.907-82)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1936/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.424/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Moises Lameira Ferreira da Silva (917.479.027-72); Moises Pimenta dos Santos (916.904.807-00); Moises Quintino Ferreira (019.654.007-01); Moises Soares de Oliveira (033.497.357-03); Monica Cardoso da Silva (019.337.947-39); Monica Coelho da Hora (792.110.387-15); Monica Cristina Neves Machado Lopes (015.923.967-20); Monica Cristina Oliveira Coutinho (013.118.487-38); Monica Cussa Peixoto (668.399.717-91); Monica de Oliveira Salles (942.924.507-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1937/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.427/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Neide Paula da Silva (035.577.547-66); Neilson Peck Laranjeiras (004.598.177-95); Neiva Morais Pacheco (002.015.167-56); Neivaldo de Azevedo Rodrigues (393.196.797-20); Neivaldo de Oliveira Larsen (567.500.997-34); Neivan Atilio Santos (893.356.607-44); Nelio Fernando Nunes Rodrigues (322.689.637-72); Nelio Jose da Silva (832.751.697-34); Nelio Jose de Oliveira Filho (519.494.237-00); Nelio dos Santos Bomfim (870.020.197-91)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1938/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.434/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Niltomar Silva (386.485.637-04); Nilton Antonio da Silva (307.983.107-15); Nilton Araujo (373.906.787-04); Nilton Barcelos da Silva (015.994.177-66); Nilton Batista de Araujo (344.414.178-53); Nilton Peixoto de Carvalho (378.000.947-15); Nilton Pereira de Andrade (844.816.687-68); Nilton Ricardo Vieira da Costa (037.142.137-32); Nilton Rodrigues de Souza (542.461.567-87); Nilton Soares do Nascimento (738.924.597-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1939/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.438/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Oldenir Peixoto de Souza (482.663.967-87); Oldicea Nobre de Oliveira (341.257.527-53); Olenilde Pinto Ribeiro (814.429.717-20); Olga Georgios Evangelinelis (873.883.597-53); Olga Magalhaes de Melo (035.920.847-98); Olinda Felicio da Silva (646.137.397-72); Olivan Reina Manhaes (472.979.217-34); Oliverio da Silva (539.185.927-15); Olivia dos Santos de Oliveira (842.996.907-10); Olvinda Teresa Oliveira da Encarnacao (299.381.637-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1940/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.444/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Patricia Pereira Cesario (047.458.027-06); Patricia Souza da Nobrega (030.202.837-44); Patricia Valeria Barbosa (493.201.491-00); Patricia do Espirito Santo Nascimento (016.121.137-29); Patricia do Nascimento (010.815.747-47); Paulo Acyr Araujo da Silva (458.339.907-34); Paulo Alberto Ferrari (548.898.987-00); Paulo Andrada (125.792.389-72); Paulo Augusto Ramos (006.569.037-08); Paulo Barbosa da Silva (848.725.007-68)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1941/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.446/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Cesar Ferreira de Souza (815.090.577-49); Paulo Cesar Laurindo de Oliveira (285.304.627-34); Paulo Cesar Machado de Barros Martins (728.045.727-49); Paulo Cesar Mendes Ribeiro (906.812.407-25); Paulo Cesar Moreira Medeiros (847.172.117-15); Paulo Cesar Moreira Pinto (668.593.367-49); Paulo Cesar Nalin (878.747.337-20); Paulo Cesar Pereira Barbosa (980.622.127-34); Paulo Cesar Pessoa Nunes (912.895.997-34); Paulo Cesar Pires Duarte (919.694.767-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1942/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.452/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Roberto Einert Gil (923.632.617-04); Paulo Roberto da Silva Jaco (877.131.287-00); Paulo Roberto da Silva Soares (026.360.437-30); Paulo Roberto de Aguiar (361.808.077-87); Paulo Roberto de Albuquerque (617.853.697-68); Paulo Roberto de Carvalho (547.910.577-91); Paulo Roberto de Oliveira Albertini (753.619.067-00); Paulo Roberto de Souza (643.357.557-91); Paulo Roberto de Souza Neiva (746.536.107-97); Paulo Roberto do Rosario (738.985.627-00)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1943/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-004.459/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pericles Moreira da Silva (962.351.017-91); Peter Quinta dos Santos (014.440.977-17); Petronio Valviesse da Motta (514.586.917-72); Pierre Goncalves Pimenta (033.770.657-33); Pierri Bocard da Veiga (022.207.347-06); Placido Emilio Moreira Neto (869.574.907-00); Placido da Costa Drumond (012.910.117-65); Rafael Landeira Mota (012.879.707-02); Rafael Lourenco de Souza (336.547.007-72); Rafael dos Santos Garcia (006.858.807-02)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1944/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.462/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Regina Lucia Souza da Conceicao (788.222.467-72); Regina Maria Ramos Ferreira (924.959.827-00); Reginaldo Albuquerque da Silva (024.032.567-22); Reginaldo Alves da Silva (006.883.977-43); Reginaldo Artur da Silva (492.595.047-91); Reginaldo Borges Saldanha (003.075.477-10); Reginaldo Calassara (765.589.597-04); Reginaldo Correa Pires (892.445.837-04); Reginaldo da Silva Saldanha (015.928.517-89); Reginaldo de Oliveira Guimaraes (021.709.457-09)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1945/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.466/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Antunes Estrela (017.855.807-95); Renato Campos de Souza (010.148.447-03); Renato Carvalho Guimaraes Natal (019.278.447-11); Renato Carvalho de Andrade (010.901.217-84); Renato Castro de Almeida (021.559.877-65); Renato Damiao Ferreira (861.024.357-53); Renato da Conceicao Soares (008.723.457-26); Renato da Silva Caldas (894.403.077-49); Renato da Silva Filho (663.283.737-91); Renato das Neves Guimaraes (016.021.757-13)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1946/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.472/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo Ribeiro Vianna (670.208.367-04); Ricardo Sebastiao Barbosa (846.805.557-34); Ricardo Soares (011.912.007-01); Ricardo Teixeira Henrique (006.185.747-51); Ricardo Ventura Machado (786.433.507-10); Rinaldo Silva de Souza (970.923.207-04); Rita da Conceicao Carvalho de Paiva (023.323.187-04); Rita de Cacia Melo Pecanha (500.933.987-00); Rita de Cassia Carvalho da Silva (036.712.627-37); Rita de Cassia da Costa Motta (477.788.737-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1947/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.476/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roberto Dantas da Nobrega (627.793.207-10); Roberto Farias Pacheco (010.431.267-08); Roberto Felipe Santiago Junior (963.732.457-72); Roberto Ferreira de Moraes (640.209.757-87); Roberto da Silva Pena (934.353.637-20); Roberto de Castilho Sa (606.242.307-59); Roberto de Souza Cruz (771.322.707-53); Roberto de Souza Pinto (769.275.477-20); Roberto dos Santos Machado (332.221.937-20); Roberto dos Santos de Jesus (016.505.127-24)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1948/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.481/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Robson Eugenio Diegues Gomes (869.718.597-15); Robson Francisco Jordino (786.963.997-49); Robson Gomes dos Santos (014.613.027-81); Robson Goncalves Fernandes (006.933.427-73); Robson Jorge dos Santos (854.506.007-63); Robson Knopp (404.536.777-20); Robson Luis Silva Araujo (001.570.707-51); Robson Luis Viana da Fonseca (030.645.257-00); Robson Marinho Espinola (848.334.247-20); Robson do Souto Baptista (014.643.987-20)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1949/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.488/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Roiorbison Freitas Pinheiro (681.266.977-68); Rolan Augusto de Lima (851.972.897-91); Romero do Nascimento (809.519.537-53); Romeu Martins de Oliveira (821.596.457-53); Romilda Lacerda de Castro da Silveira (412.200.567-15); Romildo D Avila Ferreira (635.952.817-72); Romildo Marques da Silva (593.509.037-68); Romir David Domiciano Garcia (606.306.987-91); Romualdo Antonio de Sa Viana (774.596.447-49); Ronald de Figueiredo Rodrigues (003.844.527-10)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1950/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.491/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ronaldo Fernandes Pimenta (013.109.047-07); Ronaldo Francisco Goncalves (393.217.977-34); Ronaldo Freitas Siqueira Filho (863.136.907-10); Ronaldo Gomes Trindade (006.892.287-67); Ronaldo Henrique da Silva (882.264.767-04); Ronaldo Marculino dos Santos (023.794.717-03); Ronaldo Monteiro de Melo (400.102.107-25); Ronaldo Rodrigues de Freitas (000.090.037-03); Ronaldo Vieira Rocha (009.240.557-66); Ronei de Souza Guimaraes (861.206.897-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1951/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.499/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ruben Jose Santos de Araujo (611.007.907-30); Rubens Fernandes Lacana (848.269.167-87); Rubens Fernandes da Silva (844.198.657-68); Rubens Rosa Martellote (881.880.437-53); Rui Ascar de Abreu Rangel (248.283.437-68); Rui Celio Nascimento de Oliveira (744.364.067-68); Rui Marques Soares Filho (493.028.337-04); Rui Siqueira Ferramenta (424.072.497-04); Rute Luiz Angelo (524.522.127-68); Ruver da Costa de Melo (900.011.927-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1952/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.501/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Samuel Felisnerio de Souza Filho (739.238.507-00); Samuel Soares Barbosa (741.438.247-87); Sandoval Soares de Melo (786.278.697-15); Sandra Aparecida Neves Goncalves da Silva (927.369.047-53); Sandra Barbara de Souza (426.181.427-72); Sandra Barboza do Nascimento (009.488.957-05); Sandra Cardoso Sa (723.785.577-87); Sandra Carvalho de Matos (681.290.507-06); Sandra da Silva Alves (796.993.327-00); Sandra da Silva Chaves (365.926.097-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1953/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.509/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Selmi Dias Santana (022.847.688-73); Sergio Albuquerque de Andrade (898.667.627-34); Sergio Andrade dos Anjos (649.981.187-49); Sergio Andre Macedo Rosa (979.891.427-91); Sergio Assis da Costa (421.041.146-91); Sergio Avelino da Silva (837.295.347-34); Sergio Barbosa da Silva Lima (012.587.387-59); Sergio Belem Silva (006.374.617-46); Sergio da Silva Campos (027.398.987-11); Sergio da Silva Gonzaga (871.431.277-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1954/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.513/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sergio Luis Costa dos Reis (011.155.727-50); Sergio Luis Ferreira de Souza (009.403.977-14); Sergio Luis Frinhani (798.984.757-49); Sergio Luis de Souza (010.916.527-67); Sergio Luiz Alves Ramalho (991.652.447-53); Sergio Luiz Bonacio da Silva (705.480.307-82); Sergio Luiz Braga da Costa (912.663.277-20); Sergio Luiz da Silva (011.329.377-10); Sergio Luiz da Silva Ventura (021.710.607-27); Sergio Luiz de Oliveira Peixoto (880.273.417-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1955/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.519/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Shirlei Marques da Silva Cerqueira (003.397.977-46); Shirley Abreu Oliva da Costa (787.314.617-00); Shirley Mara Honorio Duarte (979.986.727-49); Shirley Rosana Mello da Silva (552.078.207-53); Sidiclei Andrieta da Costa (022.036.637-31); Sidinea dos Santos (036.951.177-88); Sidivaldo Cabral de Souza (734.468.077-72); Sidnei Campos Fernandes (815.309.517-04); Sidnei Cesar Meneses Silva (504.837.657-91); Sidnei da Silva Teles (298.461.107-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1956/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.522/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Silvana Cirlei da Silva (946.971.757-00); Silvana Jorge de Souza (015.011.747-70); Silvana da Rocha Goncalves Marchini (964.529.277-87); Silvani Batista de Carvalho Soares (891.425.867-04); Silvanide Ribeiro de Jesus Martins (018.977.227-10); Silvano de Oliveira (853.244.007-00); Silvany Mckinley dos Santos Ferreira (623.561.515-91); Silvia Borges (474.425.903-06); Silvia Fagundes da Silva (954.809.607-25); Silvia Teresa do Amaral Chaves (912.049.687-72)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1957/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.530/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sylvio Constantino da Rocha (376.084.527-49); Sylvio Sergio da Silva Tavares (753.091.737-49); Tadeu Conceicao de Oliveira (944.609.307-49); Tadeu Paraguassu Amancio da Silva (006.630.637-01); Tania Barbara de Jesus Ramos (744.929.937-20); Tania Ferreira Hermogenes (943.500.357-53); Tania Jacira do Nascimento (689.334.527-53); Tania Maria Andrade (635.465.157-49); Tania da Costa Velho (874.387.207-72); Tania de Paula Lourenço (686.137.417-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1958/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.535/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vagner Ruiz (868.804.547-04); Valberto Jose Ferreira (602.625.837-04); Valceir Alves dos Santos (012.778.917-02); Valceir Fernandes Lopes (037.255.867-48); Valcenir dos Santos Nascimento (730.973.817-91); Valcir Goncalves (573.703.117-91); Valcira Couto da Silva de Azevedo (925.079.997-72); Valcyr Mendes dos Prazeres (002.197.787-95); Valdair de Souza Coelho (440.123.657-20); Valdeci Braz (014.594.607-07)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1959/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.539/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valeria Rozana Batista Costa (009.260.057-31); Valeria Souza Firmino (737.549.517-34); Valeria Teixeira Crestani Carvalho (875.748.027-34); Valmir Alves Dionisio (921.045.927-04); Valmir Batista Junior (749.437.747-68); Valmir da Conceicao Pasco (490.650.177-04); Valmir da Silva Maia (788.493.737-91); Valmir de Azevedo Rosa (004.595.987-08); Valmir do Nascimento Flores Filho (950.405.107-30); Valmir dos Santos Longo (833.933.587-15)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1960/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.554/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Walter Correa de Miranda (582.701.407-91); Walter Damiao Batista (832.547.577-34); Walter Elias Pereira (886.727.357-49); Walter Ferreira Sobrinho (272.344.017-68); Walter Inacio Berto (993.354.177-34); Walter Luis Costa (330.144.427-04); Walter Marins de Azevedo Machado (717.792.997-53); Walter Nunes Soares (876.257.337-34); Walter de Carvalho Lucas (596.988.377-87); Walter dos Santos Amaral (601.114.107-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1961/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.557/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Washington Luiz dos Santos Ambrosio (032.497.307-18); Washington Osmundo Franca Leao (017.913.877-48); Weber Vitalino da Silva (011.752.177-94); Weder Brandao (981.337.057-20); Welberson Ferraz de Abreu (993.694.437-20); Welington Santos Oliveira (805.921.557-49); Welington Teixeira de Azeredo (826.745.317-20); Wellington Luis da Silva Elino (020.691.517-94); Wellington Luiz de Oliveira de Souza (007.283.317-30); Wellington da Silveira Lisboa (807.430.647-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1962/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.146/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrea da Silva Dantas (090.761.697-64); Andrea de Mesquita Hartke (048.416.399-00); Anita Vianna Sousa (507.226.207-30); Arina Fonseca (095.409.777-70); Bernardo Cacciari Peryassu (080.348.067-90); Bruno Bohme (079.222.177-06); Bruno de Oliveira Almeida (079.662.287-62); Caren Tatiane Santos Denaldi (706.637.420-72); Carla Gregorio Goncalves (102.257.437-01); Cecilia Braz Arcanjo (003.100.613-26); Celia Maria Lisboa de Azevedo (315.002.697-00); Cesar Alves Gomes de Araujo (501.668.833-87); Claudia Pereira da Silva (005.567.151-95); Claudio de Jesus Valença (084.635.327-05); Cristiane Moreira de Souza (068.439.947-41); Cristiane Regina Goulart de Oliveira (076.240.657-70); Danielle Dias Correia da Silva (105.752.047-02); Darwin Aimore da Silva Prado (044.439.487-75); Debora Montanez Rocha (791.103.121-53); Delciene Aparecida Oliveira Pereira (039.965.296-51)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1963/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de admissão de pessoal de Ingrid Erica Pereira Arcuri, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.233/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Ingrid Erica Pereira Arcuri (074.232.067-76).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Câncer.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1964/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.510/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andréia Fortini Guimarães (025.878.467-90); Angelica Varela Rondon (085.493.477-44); Angelica de Almeida Gil de Castro (825.188.237-00); Antonina de Oliveira

(951.840.407-06); Antonio Henrique Magalhães Plischke (082.420.247-31)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1965/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.514/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Cristina da Costa Caetano (033.181.057-32); Carla Machado do Nascimento (077.620.827-60); Carla Mara Silva de Santana (652.059.015-00); Carla Mara Silva de Santana (652.059.015-00); Carla Moreira Vommaro Mendes (070.694.707-03)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1966/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.519/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cristiane Martins Gomes (092.781.397-18); Cristiane Rodrigues da Silva (091.641.647-05); Cristiane da Silva Bueno (037.927.097-83); Cristina Vanni Ribeiro (084.639.537-19); Cristiny Marangon Cerqueira (035.489.827-27)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1967/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.524/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Elaine Fragoso Pires Pimentel (088.179.837-13); Elaine Oguro Knofel (095.019.477-85); Elaine de Oliveira Xavier Salles (744.016.537-34); Eleonorora Carvalho Coelho de Sá (834.138.397-72); Eliane Fortuna do Nascimento (722.195.807-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1968/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.538/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Lidia Pacheco de Carvalho (536.735.817-91); Lilian Rodrigues Costa da Silva (025.537.057-19); Lilian Teresa Wanderley de Souza Campos (504.989.917-68); Liliane Soares de Almeida Gillo (054.844.277-03); Livia Ferreira Cesar (086.716.607-02)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1969/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.544/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marcelo Goncalves Fernandez (041.245.527-77); Marcelo Pereira da Silva (075.463.777-81); Marcelo Ribeiro Ferreira (014.627.557-80); Marcelo Ruiz Santiago (874.309.757-04); Marcelo Sepeda Martins (014.031.837-24)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1970/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.549/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Maria Alice Cardoso Carvalho Coutinho (106.138.527-29); Maria Aparecida Marques Silva (083.448.427-78); Maria Beatriz Costa Silva (035.994.527-92); Maria Christina da Silva Pimentel (518.168.817-91); Maria Ciete dos Reis Amora Ramos (018.354.077-81)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1971/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.555/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Monica Guerra de Almeida (008.858.877-78); Monica Lourenco da Silva (922.578.287-04); Monica Regina Oliveira dos Santos (033.643.017-51); Monica Vieira da Silva Vilella (018.323.817-65); Monica da Gloria Furtado de Lima (074.299.557-70)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1972/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.563/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raphael Serra Cruz (092.820.037-01); Raquel Martins de Souza Rodrigues de Almeida (083.080.517-66); Raquel Nascimento Ghidini Stanziola (085.126.117-58); Raquel Pereira Lavoura (019.152.627-47); Regina Alves de Mello Gomes (477.575.747-49)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1973/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.567/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ricardo César Simões Chaves (321.768.302-10); Ricardo Eduardo de Almeida Mendonça (757.798.707-72); Ricardo Junio Garcia (933.896.716-68); Ricardo Pecoraro Raposo (036.880.067-98); Ricardo Reiniger Olivero (092.726.507-98)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1974/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.573/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rogerio Telles de Freitas (777.586.257-20); Ronaldo Chagas da Silva (023.350.027-83); Rosana Ribeiro Costa de Carvalho (076.378.097-90); Rosane Ataide Macedo (398.729.555-49); Rosane Costa Soares (025.722.317-78)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1975/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.872/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre de Almeida Cunha (707.431.420-04); Daiane Tigik (807.575.960-53); Elisandra Rocha de Almeida (006.560.500-47); Gloria Regina de Oliveira Castro (261.832.420-04); Julcimar Fernando Vieira (997.516.740-34); Luciana dos Anjos Soares (779.712.640-20); Marcelo Messa dos Santos (002.712.190-92); Maria Luisa Pereira de Oliveira (508.084.000-53); Marines de Souza (952.870.270-87); Marisa Ines Pulz (433.408.570-91)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1976/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Processo TC-007.987/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Abadie de Jesus Souza (831.328.560-53); Edia Rigo (568.335.040-91); Ivan Lopes Braga (837.064.610-72); Karen Ferreira dos Santos (006.780.520-50); Leda Maria Pedroso da Silva Lukacheski (024.433.270-35); Luciane Rosa Pereira (003.382.480-05); Luma Maiara Ruschel (022.044.270-39); Mara Lucia Silva Rosa (785.048.720-68); Paula Netto de Souza (985.476.400-10); Yannick Borges Castagna (026.004.730-92)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1977/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.994/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Protas Silveira (000.322.570-40); Angela Ferreira Leite (004.142.850-18); Jefferson de Quadros Diniz (892.191.390-49); Joao Freire Oliveira Rodrigues (966.290.700-97); Karen Silva de Oliveira (001.008.690-09); Loide da Silva Viana (606.314.570-20); Tiago Nonnemacher (823.009.170-68); Tiany Vanessa Montanari Vidal (013.886.910-35); Viviane Rosar (089.363.097-73); Yander Francisco Pohlmann (028.626.020-43)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1978/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.000/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cleonir dos Santos (901.379.300-20); Daniele Canhada Crespo (024.267.580-82); Debora Maria Garibaldi Costa (931.400.020-68); Edviges Maria Perassoli Cardoso (173.278.300-49); Juliano da Silva Lopes (025.039.140-63); Priscilla Vieira de Souza (008.081.590-11); Renata Schvartzman (007.028.470-97); Renata da Silveira Santana (000.085.180-92); Rubem Domingos Colossi Sanches (806.529.050-72); Sandra Maria Gamarra Sader (628.592.930-00)

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.a.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1979/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.462/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Angelica Garcia dos Santos (867.173.755-15); Augusto Pinto Sotero Neto (087.156.105-00); Beatriz Oliveira dos Santos (187.054.805-15); Eliete Amorim Oliveira Barberino (421.142.925-68); Gustavo Lopes Paim (055.612.965-23); Karla Simony Chaves Lopes (108.466.028-81); Luiz Silva Pitangueira (084.912.085-34); Maria Isabel Silva de Jesus (152.295.485-68); Maria Nice Oliveira Sousa (389.437.355-53); Maria Regina Mota da Conceição (093.900.575-15); Philip Cedraz de Melo Paim (042.189.205-67)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1980/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.813/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amélia Lobo (036.870.821-72); Jaquelino Macedo Silva (736.042.911-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1981/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.831/2018-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Denize Jesus Pereira (609.814.513-06); Doralice Jesus Pereira (013.567.883-86); Joana Batista Barbosa Lima (468.088.413-49).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1982/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, e 260, § 5º, do Regimento interno do TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos de concessão de pensão civil dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.910/2018-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisco Carlos Vieira da Silva (121.126.403-30); Jose Elyoni de Patrício Ribeiro (000.032.983-53); Maria Bezerra Lima (016.351.663-49); Maria da Conceição Leonardo Silva (440.835.053-20); Maria de Souza Lima (070.648.533-53).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1983/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Tânia Maria Gonçalves Nunes Moreira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.423/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Tânia Maria Gonçalves Nunes Moreira (587.241.686-53).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1984/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Maria Lucia Cobucci, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.454/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Lucia Cobucci (320.129.186-20)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1985/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que houve equívoco no cálculo realizado pela Chefia da Divisão de Convênios do Fundo Nacional de Saúde no Rio de Janeiro (DICON/RJ) (peça 29, p. 2-3), uma vez que foi inserida a data de 29/4/2017 como a do pagamento de R$ 8.285,44;

Considerando que a data correta para fins de cálculo deveria ser 20/4/2016 (peça 32);

Considerando que foi identificada diferença entre o montante recolhido pelo responsável em 21/11/2017 (R$ 19.840,43) e o total devido do débito atualizado monetariamente e acrescido de juros (R$ 19.456,34), no valor de R$ 384,09 (trezentos e oitenta e quatro reais e nove centavos);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução-TCU 155/2002, em expedir quitação ao Sr. Carlos Moraes Costa (CPF 425.853.767-53), ante o recolhimento integral do débito que lhe foi imputado por meio do Acórdão 5146/2012-2ª Câmara, promovendo-se em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

Quitação relativa ao subitem 23.1 da Instrução da então 4ª Secretaria de Controle Externo do TCU, atual Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude) (peça 9), que acompanhou o Acórdão 5.146/2012-TCU, proferido pela Segunda Câmara, em Sessão de 24 de julho de 2012, conforme Relação 20/2012, Ata 25/2012 (peça 13).

Valor original do débito: R$ 8.285,44 Data de origem do débito: 8/2/2006

Valor recolhido: R$ 19.840,43 Data do recolhimento: 21/11/2017

1. Processo TC-015.806/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Carlos Moraes Costa (425.853.767-53)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Japeri - RJ

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência ao Fundo Nacional de Saúde que foi identificada diferença entre o montante recolhido pelo responsável em 21/11/2017 (R$ 19.840,43) e o total devido do débito atualizado monetariamente e acrescido de juros (R$ 19.456,34), no valor de R$ 384,09 (trezentos e oitenta e quatro reais e nove centavos);

1.7.2. Informar ao Sr. Carlos Moraes Costa (CPF 425.853.767-53) sobre a possibilidade de obter ressarcimento, junto ao Fundo Nacional de Saúde, do valor de R$ 384,09 (trezentos e oitenta e quatro reais e nove centavos) recolhido a maior.

ACÓRDÃO Nº 1986/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em considerar cumprido do subitem 1.7.1. do Acórdão 2725/2017-TCU-2ª Câmara, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-006.325/2016-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (26.989.715/0002-93)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Comunicar, à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e às Sras. Marisa Isar, Promotora de Justiça de Defesa da Saúde do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora do Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC/DF), que foi confirmado o cumprimento da deliberação constante no item anterior, consoante o art. 4º, inciso I, da Portaria-Segecex 27/2009;

1.7.2. Encerrar e arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU e do art. 5º, inciso I, da Portaria-Segecex 27/2009.

RELAÇÃO Nº 7/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1987/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.014/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Helena Ribeiro Gomes (179.919.601-10); Maria da Glória Braga Horta (066.700.831-49); Marusia Queiroz Cabral (066.838.781-53)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1988/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.376/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sergio Marcio Soares Rodrigues (275.698.027-72)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1989/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de revisão de ofício do ato de concessão de aposentadoria a Miguel Arcanjo de Sousa (CPF 008.632.701-15), ex-servidor da Câmara dos Deputados, cujo exame foi considerado prejudicado por perda de objeto pelo Acórdão 6.895/2010 - TCU - 2ª Câmara (Ata 40/2010, Sessão de 23/11/2010), com fundamento no artigo 7º da Resolução TCU 206/2007.

Notificada da deliberação acima mencionada, a Câmara dos Deputados encaminhou informação (Ofício 25/2010/SECIN - peça 3, pg. 72) e documentos (peça 7) que atestam a regularidade do ato de concessão em favor do Sr. Miguel Arcanjo de Sousa, bem como a não ocorrência da condição prevista no artigo 7º, inciso I, da Resolução TCU 206/2007, em relação ao interessado.

Considerando que a existência de outros atos de concessão, cujo exame de mérito foi considerado prejudicado naquela mesma oportunidade;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

a) rever de ofício o Acórdão 6.895/2010 - TCU - 2ª Câmara, para considerar legal o ato de concessão aposentadoria a Miguel Arcanjo de Sousa (CPF 008.632.701-15), ex-servidor da Câmara dos Deputados;

b) dar ciência da presente deliberação à unidade jurisdicionada e ao interessado;

c) arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

1. Processo TC-026.576/2010-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alayde Ramos de Lucena (000.354.831-72); Alda de Freitas Coutinho (004.845.391-91); Carmen Vergára (033.085.531-04); Cheslaine Francisconi (158.887.039-15); Cheslaine Francisconi (158.887.039-15); Dina Castelo Branco Ferreira (003.130.681-00); Dina Castelo Branco Ferreira (003.130.681-00); Edda Julia Fattini (000.392.841-15); Edda Julia Fattini (000.392.841-15); Elízia Cruz Cavalcante (012.271.221-87); Elízia Cruz Cavalcante (012.271.221-87); Geraldo Poubel Faria (003.289.951-34); Geraldo Poubel Faria (003.289.951-34); Ina Roland Araujo (000.793.591-91); Ina Roland Araujo (000.793.591-91); Jair Abrantes (000.131.881-00); Jairo Therezinho Leal Vianna (000.555.731-34); João Felisberto Silva (001.643.051-49); João Felisberto Silva (001.643.051-49); João Felisberto Silva (001.643.051-49); João Felisberto Silva (001.643.051-49); Laís Chaves Novaes (000.469.731-68); Lília Cambraia Vidal (089.457.721-20); Lília Cambraia Vidal (089.457.721-20); Maria Dulce de Mello e Cunha de Souza Guedes (000.564.801-72); Maria Fernandes Brito (145.769.611-87); Maria Goretti Damasceno Amorim (145.785.571-20); Maria de Lourdes Dantas (068.373.521-72); Maria de Lourdes Dantas (068.373.521-72); Maria de Lourdes Dantas (068.373.521-72); Mariá Alves Magalhães (185.055.701-20); Miguel Arcanjo de Sousa (008.632.701-15); Miguel Arcanjo de Sousa (008.632.701-15); Mirian Santos Azevedo (000.422.341-15); Mirian Santos Azevedo (000.422.341-15); Mirian dos Reis Coelho Resende (003.140.721-87); Nilo Sérvio Marques de Freitas (001.533.621-20); Raimundo Alves da Silva (076.352.571-53); Regina Esther Werneck de Souza e Silva (000.247.831-53); Regina Esther Werneck de Souza e Silva (000.247.831-53)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1990/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.208/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Humberto de Moura Ramos (104.482.486-70)

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1991/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-006.234/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acua Sol Ewald Martins (466.508.838-16); Alvaro Veras Castro Melo (042.326.953-46); Clever Prados Fonseca (880.199.776-00); Danilo Barbosa Sodre da Mota (000.665.421-54); Elielson dos Santos Pereira (014.355.784-06); Eneias Christiano Ceneviva Eler (339.307.818-67); Joaquim Cabral da Costa Neto (074.861.794-90); Moyses Lacerda Agapito (000.288.741-02)

1.2. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1992/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.402/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ademilson Cimas de Oliveira (908.185.555-72); Alison Queiroz de Souza Torres (012.204.914-46); Edson Cleber Machado (021.648.049-37); Francisco Caninde da Silva (789.262.541-00); Jose Carlos de Oliveira Filho (291.408.488-92); Leandro Tabisz (093.066.209-18); Oneide Silveira da Silva (574.063.910-72); Thiago Augusto Sielski Marquardt (066.814.909-48)

1.2. Órgão/Entidade: Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1993/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.065/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Teixeira de Sousa (864.422.282-15); Marcio Aurelio dos Santos Alencar (441.442.022-91)

1.2. Órgão/Entidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1994/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.086/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Barbara Alves Soares (021.843.691-28); Bruna Indelicato Zac (074.293.696-18); Bruno de Oliveira Sa (131.125.007-76); Carolina Ferreira Cavalcanti (007.984.804-40); Gabriela de Rezende Ramos Barros (023.576.701-85); Guilherme Braga Castro (023.764.701-02); Igro Maia de Souza (005.412.861-70); Marcus Mota Moreira Lopes (004.359.891-97); Ricardo Albuquerque Assuncao (838.285.911-91); Tiago Masson Nossig (363.253.798-45)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1995/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.086/2017-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Erika Mantovani de Paiva Conti (007.105.846-01); Estevane Carvalho Oliveira (006.153.931-79); Fabiana Castro Paranhos (037.163.861-54); Fabiola Sousa Melo (020.119.311-69); Felicia Bueno Datria Rodrigues (004.690.160-43); Flavio Andrade de Sa (082.771.634-60); Francielle Stephanie Pereira de Morais (037.234.061-06); Gabriel Jose Reis Nunes (004.886.771-30); Gabriela Dellacasa Stuckert (011.200.731-70); Gabriela Denser Gulart (696.830.341-87)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1996/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; 39, inciso II, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de concessão referente ao interessado identificado no item 1.1., de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.918/2018-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Elcy Dorothy Bernhard (527.725.600-82); Elcy Dorothy Bernhard (527.725.600-82)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 1997/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.037/2018-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Rosangela Paulo dos Santos Eireli - EPP.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio Largo - AL.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1998/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de pedido de reexame interposto pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS contra o Acórdão 7.675/2017 - TCU - 2ª Câmara, que considerou prejudicada a representação adiante relacionada, tendo por objeto supostas irregularidades ocorridas na gestão de recursos repassados pelo FNS/MS ao de Sertânia/PE.

Considerando que não se verifica na deliberação recorrida qualquer prejuízo causado diretamente pelo Tribunal ao recorrente, a ensejar seu interesse recursal, visto que as determinações constantes do subitem 1.6 do Acórdão 7.675/2017 - TCU - 2ª Câmara limitaram-se a dar conhecimento ao FNS do conteúdo dos autos, por meio de envio de cópia do processo, para que aquele órgão adote as medidas que entender apropriadas;

Considerando a proposta da Serur, pelo não conhecimento do recurso, por ausência de legitimidade e de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 285 e 286, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer do pedido de reexame a seguir relacionado, e em determinar o arquivamento do processo, após enviar ao recorrente cópia desta deliberação, bem como do exame de admissibilidade constante da peça 16 dos autos.

1. Processo TC-016.320/2017-4 (PEDIDO DE REEXAME EM REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS.

1.2. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS.

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sertânia - PE.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Augusto Nardes.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1999/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em autorizar a prorrogação de prazo solicitada pelo Ministério da Integração Nacional (peça 24), por mais 90 (noventa) dias, para atendimento do Ofício 0503/2017-TCU/Secex-RS, emitido em cumprimento às determinações constantes do Acórdão 5041/2017 - TCU - Segunda Câmara, contados na forma do artigo 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-018.166/2016-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Governo do Estado do Rio Grande do Sul (87.934.675/0001-96)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (89.550.032/0001-74)

1.3. Órgão/Entidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério da Integração Nacional (vinculador)

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 10/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2000/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.888/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alceu Rigoni (CPF 286.021.889-00); Estela Regina Komniski Siman (CPF 427.317.719-68); Luci Pereira do Couto (CPF 395.852.209-20); Maria José de Cristo Bakaus (CPF 243.323.139-68); Teresinha Techy Garrett (CPF 352.696.509-91); Tereza Barby (CPF 726.539.659-68) e Vilma Simionato Duarte de Oliveira (CPF 597.451.859-49).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ponta Grossa - PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2001/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.951/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Thiago da Silva Sobrinho (CPF 048.155.858-65) e Paulo Thiago da Silva Sobrinho (CPF 048.155.858-65).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Blumenau - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2002/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.068/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elza Geruza Barros Leal (CPF 440.090.543-87).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Teresina - PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2003/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.310/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Neiva Luiza Barbosa (CPF 444.010.949-72).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2004/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.317/2018-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose de Sousa Lima (CPF 115.024.013-04)+

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Fortaleza - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2005/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.338/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Symone Aparecida Gervasio (CPF 031.592.678-30).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Uberlândia - MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2006/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações da legalidade, para fins de registro, dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, diante da cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.847/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cecilia Romana Pierini (CPF 164.826.008-08) e Maria Ines Selmi (CPF 330.209.148-68).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campinas - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2007/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.416/2018-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Antonia Castello Branco Carvalho (CPF 428.621.673-04).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Teresina - PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2008/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.431/2018-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Irene Teresa Barassa dos Santos (CPF 029.690.878-98).

1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Jundiaí - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2009/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. João Paulo Lima e Silva, como ex-prefeito de Recife - PE (gestão: 2005 a 2008), diante da não comprovação dos dispêndios no Piso de Transição de Média Complexidade com os recursos repassados ao aludido município, sob a modalidade fundo a fundo, no âmbito dos programas de Proteção Social Básica - PSB e de Proteção Social Especial - PSE junto ao Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS dentro do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no exercício de 2008;

Considerando que a execução das atividades relativas ao referido Piso de Transição de Média Complexidade, nas ações referentes à pessoa portadora de deficiência, dava-se por meio de convênios com entidades prestadoras de serviços pertinentes aos objetivos da ação governamental (atendimentos à pessoa portadora de deficiência);

Considerando que a análise das contas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, para cada entidade conveniada, não teria contestado a execução dos serviços, em si, nem, tampouco, a expertise das entidades conveniadas e o público atendido, além de relatar que a fonte dos recursos para os pagamentos às entidades corresponderia ao Fundo Municipal ou ao Fundo Nacional de Assistência Social;

Considerando que a integralidade dos dispêndios no Piso de Transição de Média Complexidade, sob o valor de R$ 1.964.309,60, foi impugnada pelo FNAS em face da carência de informações nas descrições dos documentos probatórios, tendendo a caracterizar a ausência de nexo de causalidade;

Considerando que o aludido município teria enviado a documentação constituída por documentos fiscais, tendo a análise do próprio FNAS anotado que essa documentação corresponderia a dispendidos sob o valor de R$ 2.001.438,26 com as fontes pagadoras pelo Fundo Municipal ou pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

Considerando que, dentro dessa quantia, teriam sido ressalvados os valores gastos na Escola Especial Ulisses Pernambucano (R$ 33.093,40), em decorrência da impossibilidade de verificação do aludido nexo causal, já que as ações executadas nessa escola teriam natureza inerente a duas secretarias (secretaria de Educação e secretaria de Assistência Social), restando comprovados, contudo, os dispêndios sob o valor de R$ 1.968.344,86;

Considerando, por essa linha, que o FNAS relatou terem sido apresentados os documentos comprobatórios para a quantia de R$ 1.968.344,86, estando esse valor em patamar superior ao referido montante de R$ 1.964.309,60 (originalmente questionado nesta TCE), de sorte que não subsistiriam os indícios de dano ao erário em relação aos valores remanescentes;

Considerando que, diante dos elementos até aqui obtidos nestes autos e da própria análise realizada pelo FNAS (com a constatação da existência de notas fiscais, de relatórios de atendimento e de relação de usuários), o recurso federal teria sido aplicado na finalidade do correspondente programa governamental, afastando os indícios de dano ao erário no presente momento;

Considerando, pelo exposto, que, nos termos do art. 212 do RITCU, a presente TCE deve ser arquivada, sem o julgamento de mérito, por não mais subsistirem os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando, enfim, que estão nesse sentido os pareceres do Ministério Público junto ao TCU e da unidade técnica;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso I, alínea "b", e 212 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em arquivar os presentes autos, sem o julgamento de mérito, em face da ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de fazer a determinação abaixo indicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.572/2016-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: João Paulo Lima e Silva (CPF 079.931.374-20).

1.2. Entidade: Município de Recife - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar que a Secex-PI envie a cópia do presente Acórdão, acompanhado do parecer da unidade técnica, ao responsável e ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 2010 a 2029, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2010/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.055/2016-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Responsáveis: Construtora Aurorense Ltda - ME (00.139.895/0001-40); Suzana Maria Rabelo Pereira Forte (622.843.474-87).

4. Órgão/Entidade: Município de Belém do Brejo do Cruz - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (14.233 OAB/PB) e Alysson Cássio Barbosa da Silva (14.233/OAB-PB), representando Suzana Maria Rabelo Pereira Forte.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra a ex-Prefeita Municipal de Belém do Brejo do Cruz-PB, Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte (gestão 2005-2008), em razão da impugnação parcial das despesas, decorrente da execução parcial do objeto do Convênio 663/2005, celebrado em 19/12/2005, tendo por objeto a execução de 69 melhorias sanitárias domiciliares (MSD) no Município de Belém do Brejo do Cruz-PB;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c" e § 2º; 19, caput; 23, inciso III; 12, § 3º; e 57 da Lei 8.443/92, em:

9.1. considerar revel a empresa Construtora Aurorense Ltda. - ME;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte e da Construtora Aurorense Ltda. - ME;

9.3. condenar a Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte ao ressarcimento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data do Débito	Valor Original (R$)
24/10/2007	6.090,00

9.4. condenar, em solidariedade, a Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte e a Construtora Aurorense Ltda. - ME ao ressarcimento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data do Débito	Valor Original (R$)
24/10/2007	7.462,06
5/11/2007	6.000,00
19/12/2007	2.500,00
28/3/2008	18.000,00
28/3/2008	10.000,00
30/12/2008	8.789,94

9.5. aplicar à Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 11.000,00 (onze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar à empresa Construtora Aurorense Ltda. - ME a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 10,000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.7.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2010-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2011/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.606/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso (00.375.972/0016-47).

3.2. Responsáveis: Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (03.769.445/0001-29); Felix Valenzuela Cervera (118.120.366-04); Rômulo Elias Quedi (05.059.528/0001-50).

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso (Incra/SR/13), em razão da execução parcial do objeto pactuado no Convênio 33/2004, celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (Ansa), cujo objetivo era a execução de serviços de assistência técnica, social e ambiental em projetos de assentamento de 3.312 famílias;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c", e § 2º; 19, caput; 23, inciso III; 12, § 3º; e 57 da Lei 8.443/92, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Associação de Educação e Assistência Nossa Senhora da Assunção (Ansa) e pelo Sr. Félix Valenzuela Cervera;

9.2. considerar revel a empresa Rômulo Elias Quedi - ME;

9.3. julgar irregulares as contas da Associação de Educação e Assistência Nossa Senhora da Assunção (Ansa) e do Sr. Félix Valenzuela Cervera;

9.4. condenar, em solidariedade, a Associação de Educação e Assistência Nossa Senhora da Assunção (Ansa), a empresa Rômulo Elias Quedi - ME e o Sr. Félix Valenzuela Cervera ao ressarcimento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforme Agrária - Incra, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor;

Origem	Valor do Débito (R$)	Data da Ocorrência
Execução parcial do objeto referente à 1ª parcela	96.784,04	20/04/2005
Execução parcial do objeto referente à 2ª parcela	125.779,93	25/10/2005
Execução parcial do objeto referente à 2ª parcela (complementação)	67.788,15	02/01/2006
Execução parcial do objeto referente à 3ª parcela	193.568,09	20/02/2006
Execução parcial do objeto referente à 4ª e 5ª parcelas	79.545,40	22/01/2007

9.5. aplicar, individualmente, à Associação de Educação e Assistência Nossa Senhora da Assunção (Ansa), à empresa Rômulo Elias Quedi - ME e ao Sr. Félix Valenzuela Cervera a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia o efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo ora fixado, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.6.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.6.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso, para ajuizamento das ações que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2011-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2012/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 010.556/2014-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Emanuel Clementino Grangeiro (788.766.134-04), ex-prefeito.

4. Órgão/Entidade: Município de Grangeiro-CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Recurso de Reconsideração interposto por Emanuel Clementino Grangeiro, ex-prefeito do município de Grangeiro-CE contra o Acórdão 5.223/2016-2ª Câmara, por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares, com imputação de débito solidário com a empresa Êxodo Construtora Ltda. e aplicação de multa, em face da não aprovação da prestação de contas do Convênio 26/2009, tendo como objeto a recuperação do Açude Urtiga, no Projeto de Assentamento Serra Verde, com repasses federais totalizando o montante de R$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do Regimento Interno/TCU, conhecer do Recurso de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência do presente acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2012-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2013/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.013/2012-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Construnor Construções do Nordeste Ltda. (13.690.292/0001-83); Orlando de Oliveira Filho (152.130.305-30); Prefeitura Municipal de Buerarema - BA (13.721.188/0001-09).

3.3. Recorrente: Orlando de Oliveira Filho (152.130.305-30).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Buerarema - BA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).

8. Representação legal:

8.1. Álvaro Luiz Ferreira Santos (9465/OAB-BA) e outros, representando Orlando de Oliveira Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto por Orlando Oliveira Filho, ex-Prefeito de Buerarema-BA (gestão 2001-2004), contra o Acórdão 5.683/2015-TCU-2ª Câmara, que, em sede de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), julgou irregulares suas contas e o condenou, solidariamente com a empresa Construnor - Construções do Nordeste Ltda., ao pagamento do débito apurado nos autos, além de aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), diante da inexecução parcial do objeto do Convênio 3260/2001, que previa a construção de sistema de esgotamento sanitário e estação de tratamento, com 65 (sessenta e cinco) ligações domiciliares, no Município de Buerarema-BA;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Orlando Oliveira Filho para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2013-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2014/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 013.642/2015-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social.

3.2. Responsáveis: Sra. Sara Maria Francisca Medeiros Cabral (CPF 602.173.084-49), e Sr. Severino Ramos Guedes (CPF 312.908.504-10).

4. Entidade: Município de Bayeux - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex-PB).

8. Representação legal:

8.1. Defensoria Pública da União, Frederico Rodrigues Viana de Lima e outros, representando o Sr. Severino Ramos Guedes;

8.2. Rodrigo de Sá Queiroga (16.625/OAB-DF), Arielle Silva Vieira (OAB/DF 34.431) e outros, representando a Prefeitura Municipal de Bayeux - PB.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos transferidos por meio do Convênio 1510/2003 (Siafi 504347), no valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), celebrado entre o então Ministério da Assistência Social e o Município de Bayeux-PB, tendo por objeto a assistência financeira para atender ações sociais e comunitárias, conforme o Plano de Trabalho, com vigência estipulada para o período de 24/12/2003 a 2/7/2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas b e c; 19, caput; e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar revéis a Sra. Sara Maria Francisca Medeiros, ex-Prefeita do Município de Bayeux/PB, e o Sr. Severino Ramos Guedes, proprietário da empresa Severino Ramos Guedes Material para Escritório (CNPJ 04.011.704/0001-10), nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Sara Maria Francisca Medeiros e do Sr. Severino Ramos Guedes e condená-los, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 77.370,03 (setenta e sete mil trezentos e setenta reais e três centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da respectiva notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento do valor aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), devidamente atualizado e acrescido dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 19/10/2004, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2014-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2015/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.102/2015-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)

3.2. Responsáveis: Eduardo Teixeira Soares Lima (501.828.973-20); Francisco Alexandre Barros Filho (107.998.423-20); Proserma Projetos e Manutenção Ltda. (02.059.978/0001-54)

3.3. Recorrente: Proserma Projetos e Manutenção Ltda. (02.059.978/0001-54).

4. Órgão/Entidade: Município de Umari - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: Marcius Tarcísio Sales OAB/CE 25.243.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Proserma - Projetos, Serviços e Manutenção Ltda. - EPP contra o Acórdão 8.608/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou Tomada de Contas Especial instaurada em razão de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos do Convênio 281/2005 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Município de Umari-CE para a implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto por Proserma - Projetos, Serviços e Manutenção Ltda. - EPP para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. alertar à Prefeitura e à Câmara Municipal de Umari-CE que o Tribunal de Contas da União considerou, em razão do grau de execução do sistema de esgotamento sanitário, obra custeada com recursos do Convênio 281/2005 (Siafi 55.621), que a parte executada foi incorporada ao patrimônio da coletividade e que caso o sistema não entre em operação o município poderá ser responsabilizado e obrigado a devolver importância correspondente ao valor integral despendido nas obras, bem como responsabilizado o atual gestor em caso de injustificada inércia na adoção das medidas para colocar em operação o sistema de esgotamento sanitário;

9.3. recomendar à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que monitore e busque junto ao Município de Umari-CE alternativas para a conclusão do sistema de esgotamento sanitário, informando ao Tribunal os resultados obtidos;

9.4. dar ciência desta decisão à recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Ceará e aos órgãos/entidades interessados;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2015-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2016/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 014.898/2010-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto I: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurp-PA (03.137.985/0001-90); Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará (26.989.350/0005-40)

3.2. Responsáveis: Atlantis (00.824.287/0001-47); ECCIR Empresa de Construções Civis e Rodoviárias Sa (04.896.890/0001-12); Geoserv Serv. de Geotec. e Constr. Ltda. (02.904.092/0001-60); Laje Construções Ltda. (07.887.094/0001-01); Luiz Pires Maia Junior (15.755.986/0001-87); Paulo Elcidio Chaves Nogueira (017.503.212-20)

3.3. Recorrentes: Geoserv Serv. de Geotec. e Constr. Ltda. (02.904.092/0001-60); Laje Construções Ltda. (07.887.094/0001-01); Luiz Pires Maia Junior (15.755.986/0001-87); Paulo Elcidio Chaves Nogueira (017.503.212-20); ECCIR Empresa de Construções Civis e Rodoviárias Sa (04.896.890/0001-12).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Representação legal:

8.1. Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO) e outros, representando Paulo Elcídio Chaves Nogueira;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.2. Chedid Georges Abdulmassih - OAB/PA 9.678, Georges Chedid Abdulmassih Júnior - OAB/PA 8.008, Marilia Gabriela de Fátima do Amaral Machado - OAB/PA 13.117, Michele da Silva Magalhães - OAB/PA 15.043, Moreno Távora - OAB/PA 14.417, Priscila da Paz Nascimento - OAB/PA 14.644, Taís Rodrigues Becker - OAB/PA 13.758 e Vanessa Neris Brasil Monteiro - OAB/PA 13.300 (peça 2, p. 169) e Rodrigo Oliveira da Costa - Crea-GO 8421/D (peça 46, p. 28-29).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Paulo Elcídio Cleves Nogueira, ex-Secretário Executivo de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará (Sedurb-PA), ECCIR - Empresa de Construções Civis e Rodoviárias S.A., Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda., Laje Construções Ltda. e Luiz Maia Construções Ltda., contra o Acórdão 10.957/2011-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator:

9.1. conhecer dos recursos e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta decisão aos recorrentes e aos demais interessados;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2016-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2017/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 016.402/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81); Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (02.600.963/0001-51).

3.2. Responsáveis: Fernando Silva Fernandes (000.128.841-54); José da Silva Faleiro (624.553.891-20); Rosita Damásio de Morais (530.300.441-49); Rubens Fernando Mendes de Campos (268.305.401-78).

3.3. Recorrentes: Fernando Silva Fernandes (000.128.841-54); José da Silva Faleiro (624.553.891-20); Rosita Damásio de Morais (530.300.441-49); Rubens Fernando Mendes de Campos (268.305.401-78).

4. Órgão/Entidade: Município de Silvânia - GO.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex-GO).

8. Representação legal:

8.1. Rubens Fernando Mendes de Campos (8.198/OAB-GO) e outros, representando Fernando Silva Fernandes, Rosita Damásio de Morais e José da Silva Faleiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos por José da Silva Faleiro, Rosita Damásio de Morais, Rubens Fernando Mendes de Campos e Fernando Silva Fernandes contra o Acórdão 2.883/2017 - TCU - 2ª Câmara, que apreciou Representação sobre irregularidades no edital da Tomada de Preços 12/2014, promovida pela prefeitura municipal de Silvânia-GO, cujo objeto era a contratação de empresa para construção de uma quadra coberta com vestiário, medindo 25,8 m x 38 m, na escola municipal José Eduardo Mendonça, localizada na zona rural do citado município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Segunda Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer do recurso interposto por Rubens Fernando Mendes de Campos ante sua intempestividade e ausência de elemento novo;

9.2. conhecer do recurso interposto por José da Silva Faleiro, Rosita Damásio de Morais, e Fernando Silva Fernandes para, no mérito, negar-lhes provimento e manter em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, ao Município de Silvânia-GO, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e aos recorrentes e demais interessados.

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2017-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2018/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.407/2013-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Joni Silva Correia Junior (978.890.839-04); Luciano Ducci (207.323.760-68); Luiz Claudio Romanelli (277.925.289-87); Paulo Afonso Bracarense Costa (255.419.949-34); Paulo Cesar Rossi (658.663.809-78).

4. Órgãos/Entidades: Governo do Estado do Paraná; Prefeitura Municipal de Curitiba / Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego - SMTE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

8. Representação legal: Marlus Heriberto Arns de Oliveira - OAB/PR 1922.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada na Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Governo do Estado do Paraná - SETS/PR e na Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba - SMTE, com o objetivo de verificar a regularidade da execução das ações relacionadas à orientação profissional, intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional de trabalhadores, custeadas com recursos federais transferidos por meio da celebração de diversos convênios com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Joni Silva Correia Junior, Luciano Ducci, Luiz Claudio Romanelli, Paulo Afonso Bracarense Costa e Paulo Cesar Rossi;

9.2. aplicar aos responsáveis as multas individuais nos valores indicados, prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das respectivas notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno-TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Multa R$
Joni Silva Correa Junior	12.000,00 (doze mil reais)
Luciano Ducci	3.000,00 (três mil reais)
Luiz Cláudio Romanelli	6.000,00 (seis mil reais)
Paulo Afonso Bracarense Costa	12.000,00 (doze mil reais)
Paulo Cesar Rossi	3.000,00 (três mil reais)

9.3. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.3.1. o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado por qualquer dos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma delas os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo ao vencimento antecipado do saldo devedor em caso de não comprovação do recolhimento de qualquer parcela, conforme prevê o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. dar ciência à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE das ocorrências constatadas abaixo, para medidas cabíveis na sua esfera de responsabilidade, uma vez que as prestações de contas referentes aos convênios citados ainda não foram concluídas, a fim de que possam verificar na análise das referidas prestações de contas se foram sanadas, adotando, se for o caso, as providências necessárias à impugnação e à consequente devolução dos valores pagos a maior:

9.4.1. falhas nos registros de controles e na utilização dos veículos adquiridos com recursos do Convênio MTE 55/2006 - Siafi 558740;

9.4.2. pagamento indevido com recursos federais do Convênio MTE 55/2006 - Siafi 558740 de despesas referentes às Notas Fiscais 8582, de 26/11/2012, e 8723, de 5/12/2012, no valor total de R$ 120.000,00 (2 x R$ 60.000,00), à empresa Nossa Serviços Temporários e Gestão de Pessoas Ltda., no Contrato 198/2008;

9.4.3. inclusão indevida nas prestações de contas do Convênio 55/2006 - Siafi 558740 de pagamentos realizados à empresa Nossa Serviços Temporários e Gestão de Pessoas Ltda., como contrapartida estadual, de serviços sem relação com o objeto conveniado, de R$ 285.630,64, referente à Nota Fiscal 9786, de 26/03/2009, e de R$ 764.156,04 (R$ 2.140.321,80, valor constante na prestação de contas, menos R$ 1.376.165,76, ref. ao pagamento de pessoal do Estado);

9.4.5. sobrepreço no Contrato 19938/2011, firmado em 4/11/2011, entre a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba/PR e a Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, CNPJ 84.684.182/0003-19, com recursos oriundos dos Convênios MTE/SPPE/CODEFAT 79/2008 - PMC, Siconv 702606;

9.4.6. sobrepreço no Contrato 20886/2012, celebrado em 27/12/2012, entre a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba/PR e o Instituto de Desenvolvimento de Qualidade de Vida e Envelhecimento Ativo - IDQVE, CNPJ 08.676.622/0001-46, com recursos oriundos do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 056/2012 - PMC, Siconv 775358;

9.4.7. utilização indevida do instrumento de convênio em vez de contrato, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba - PMC e a Sociedade Civil de Desenvolvimento Humano e Socioeconômico do Brasil - SODHEBRAS, em 11/06/2010, com recursos do convênio MTE/SPPE/CODEFAT 079/2008, Siconv 702606/2008, fugindo assim da obrigatoriedade do procedimento licitatório;

9.4.8. restrição à competitividade devido ao direcionamento da contratação para entidades sem fins lucrativos, realizada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba/PR - SMTE/Curitiba, por meio do Chamamento Público 002/2011-SMTE/Curitiba/PR, que tinha por objeto a contratação de entidade para prestar serviços de apoio operacional e de atendimento ao trabalhador nos postos do Sistema Nacional de Emprego - SINE, dando origem ao Contrato 19938/2011, celebrado com a Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC, com recursos do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 79/2008 - Siconv 702606;

9.4.9. restrição à competitividade devido ao direcionamento da contratação para entidades sem fins lucrativos, Pregão Presencial 582/2012- SMAD realizado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba/PR - SMTE/Curitiba, que tinha por objeto a contratação de serviços de mão de obra terceirizada para atendimento ao público nas Agências do Trabalhador, dando origem ao Contrato 20.886/2012, celebrado com o Instituto de Desenvolvimento de Qualidade de Vida e Envelhecimento Ativo - IDVE;

9.5. determinar à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE que, no prazo de até 90 (noventa) dias, comunique a esta Corte o resultado das análises das prestações de contas (ou a situação atual) dos Convênios abaixo, celebrados entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e a:

9.5.1. Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba/PR:

- Convênio MTE 79/2008 (Siconv 702606) - Vigência 30/12/2008 a 16/12/2012
- Convênio MTE 33/2012 (Siconv 775257) - Vigência 28/12/2012 a 01/12/2017
- Convênio MTE 56/2012 (Siconv 775358) - Vigência 28/12/2012 a 01/12/2017

9.5.2. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Estado do Paraná:

- Convênio MTE 55/2006 (SIAFI 558740) - Vigência 26/05/2006 a 31/12/2012
- Convênio MTE 52/2012 (Siconv 775354) - Vigência 31/12/2012 a 04/12/2017
- Convênio MTE 86/2012 (Siconv 776004) - Vigência 28/12/2012 a 01/12/2017

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão e do Relatório e o Voto que o fundamentam, bem como do Relatório de Auditoria, peça 56, para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE, para a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Estado do Paraná e para a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego em Curitiba - SMTE/Curitiba.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2018-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2019/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.265/2011-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Obras contra as Secas (CNPJ 00.043.711/0001-43).

3.2. Responsáveis: Albert Brasil Gradvohl (CPF 081.750.123-15); Cristina Gaião Peleteiro (CPF 188.604.515-15); Douglas Augusto Pinto Junior (CPF 061.614.303-63); Elias Fernandes Neto (CPF 019.792.054-34); Francisco Evaldo Braz Azevedo (CPF 090.456.783-49); Francisco Rennys Aguiar Frota (CPF 800.105.633-34); Jose Berlan Silva Cabral (CPF 120.631.343-91); João Fernandes Fontenelle (CPF 110.001.557-49).

3.3. Recorrente: Elias Fernandes Neto (CPF 019.792.054-34).

4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr, Elias Fernandes Neto, ex-Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), contra o Acórdão 10.413/2016 -TCU- 2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas e imputou-lhe multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e 285, § 2º do Regimento Interno-TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Elias Fernandes Neto, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 10.413/2016 -TCU- 2ª Câmara;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e aos demais interessados.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2019-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2020/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.405/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsável: Jurandy Araújo da Silva (CPF 788.741.654-04).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Vista Serrana - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima e Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin (manifestação oral).

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo do Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Jurandy Araújo da Silva, prefeito do Município de Vista Serrana-PB nas gestões 2009-2012 e 2013-2016, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 737995/2010, que tinha por objeto o apoio ao evento "Festejos Juninos - Festa dos Redeiros", no valor total de R$ 105.000.00 (cento e cinco mil reais), sendo R$ 100.000,00 (cem mil reais) à conta do concedente e R$ 5.000,00 (cinco mil reais) referentes à contrapartida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I; 209, inciso I; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel o Sr. Jurandy Araújo da Silva, de acordo com o art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Jurandy Araújo da Silva, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, antecipadamente, caso seja requerido, o pagamento da dívida decorrente em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.5 encaminhar cópia da deliberação ao Ministério do Turismo, bem como ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2020-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2021/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 034.456/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Beatriz Iraí Stock (380.400.260-91).

3.2. Recorrente: Superior Tribunal Militar (00.497.560/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Superior Tribunal Militar contra o Acórdão 2000/2017-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Beatriz Iraí Stock, negando-lhe registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 285 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Superior Tribunal Militar e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento desta deliberação ao recorrente e à interessada.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2021-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2022/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.763/2016-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Paulo Romero Pereira da Silva (CPF: 501.264.904-49).

4. Entidade: Município de Tamandaré - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do então Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor do Sr. Paulo Roberto Pereira da Silva, ex-prefeito de Tamandaré - PE (gestão: 2005-2008), diante da parcial impugnação dos dispêndios com os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sob o montante de R$ 359.773,25 durante o exercício de 2008, na modalidade fundo a fundo, para a aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e de Proteção Social Especial (PSE);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar que a unidade técnica promova o arquivamento do presente processo sem o julgamento do mérito e sem cancelamento do débito sob a responsabilidade do Sr. Paulo Romero Pereira da Silva, em solidariedade com a Emanoel José de Souza - ME (atualmente C&C Alimentos Ltda. - EPP), pelos valores e datas abaixo indicados, a cujo pagamento em favor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) continuarão obrigados os referidos devedores para que lhes possa ser dada a devida quitação, nos termos do art. 93 da Lei n.º 8.443, de 1992, dos arts. 169, VI, e 213 do RITCU, e dos arts. 6º, I, e § 3.º, I, e 19, caput, da IN TCU n.º 71, de 2012, com a alteração pela IN TCU n.º 76, de 2016:

Débito (R$)	Data
2.749,00	1/7/2008
3.371,48	1/7/2008
1,50	1/7/2008
2.414,11	5/9/2008
2.442,98	14/10/2008
906,24	14/10/2008
4.823,37	14/10/2008
457,22	14/10/2008
2.910,06	14/10/2008
8.336,48	14/10/2008
4.044,21	11/11/2008
3.125,41	11/11/2008
717,27	11/11/2008
2.362,86	11/12/2008
4.304,58	11/12/2008
545,10	11/12/2008

9.2. determinar que a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social dê cumprimento às medidas previstas nos arts. 15 e 16, parágrafo único, da IN TCU n.º 71, de 2012, com a alteração pela IN TCU n.º 76, de 2016, no que concerne ao débito sob a responsabilidade solidária do Sr. Paulo Romero Pereira da Silva, em solidariedade com a Emanoel José de Souza - ME (atualmente C&C Alimentos Ltda. - EPP), condicionando a inscrição da referida empresa, no Cadin, ao insucesso na continuidade das apurações internas para a correspondente cobrança da dívida, além dos demais procedimentos pertinentes, sem prejuízo de assegurar o prévio exercício do contraditório e da ampla defesa à referida empresa, nos termos do art. 2.º, I e §§ 2.º, 3.º e 7.º, da Lei n.º 10.522, de 2002.

9.3. determinar que a unidade técnica dê ciência desta deliberação ao Sr. Paulo Romero Pereira da Silva e à empresa Emanoel José de Souza - ME (atualmente C&C Alimentos Ltda. - EPP).

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2022-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2023/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.506/2016-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ronald Correa da Silva (CPF: 15.918.511-49).

4. Entidade: Município de Araguatins - TO.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal: Antônio Carlos Cardoso Pontes (RG 1540605 SSP/GO).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Tocantins (Funasa/SR-TO) em desfavor do Sr. Ronald Correa da Silva, ex-prefeito de Araguatins - TO (gestão: 2001-2004), diante da execução apenas parcial do Convênio 1.113/2000 celebrado para a execução do sistema de abastecimento de água no aludido município sob o valor total de R$ 361.507,40;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Ronald Correa da Silva, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", 19, caput, e 23, III, da Lei 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, I, 209, I e III, 210 e 214, III, "a", do RITCU, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, os valores já eventualmente ressarcidos:

Data da Ocorrência:	Valor original (em R$):
6/5/2002	360,00
6/6/2002	180.000,00
Total	180.360,00

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento da dívida constante deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida constante deste Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendida a notificação; e

9.4. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Tocantins, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2023-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2024/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 030.650/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Domingos Pereira Coelho (CPF: 017.767.701-53)

4. Entidade: Município de Formoso do Araguaia - TO

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal:

8.1. Fernando Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.530) e Marcelo Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.901), representando Domingos Pereira Coelho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em desfavor do Sr. Domingos Pereira Coelho, ex-prefeito de Formoso do Araguaia - TO (gestão: 1997-2000), diante da impugnação dos dispêndios com os recursos federais aportados ao Convênio 457/97 e ao Convênio 457/97 177/99, tendo os aludidos ajustes sido celebrados, respectivamente, sob os montantes de R$ 1.320.651,70 e de R$ 1.956.452,44 para a implantação e a continuidade do Projeto Jaburu destinado ao assentamento de 136 famílias na região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Domingos Pereira Coelho, nos termos dos arts. 1º, 16, III, "b", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443, de 1992, e dos arts. 1º, I, 209, I e II, e 210, § 2º, do RITCU, sem lhe aplicar, contudo, a subsequente multa prevista no art. 58, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, em face da prescrição da pretensão punitiva do TCU suscitada pelo Acórdão 1.441/2016-Plenário; e

9.2. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao responsável.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2024-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência) e Aroldo Cedraz.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2025/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 007.523/2008-0.

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes Enilson Simões de Moura (CPF 133.447.906-25) e Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata (02.077.209-89).

4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. unidade técnica: não atuou.

8. Representação Legal: Ana Cláudia Machado (OAB/DF 27.034), Anderson Fonseca Machado (OAB/DF 15.731), Luiz Antônio Muniz Machado (OAB/DF 750-A, OAB/RJ 024.281, OAB/MA 7.736-A e OAB/SP 214.046), Leandro Fonseca Vianna (OAB/RJ 150.216), Nilton Stachissini (OAB/SP 79.671), Renato Lazzarini (OAB/SP 151.439), Sérgio Lazzarini (OAB/SP 18.614) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos ao Acórdão 3.578/2017-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas da Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata (SDS) e dos Srs. Enilson Simões de Moura e Antônio Sérgio Torquato, condenando-os, solidariamente, ao pagamento do débito apurado nos autos e da multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2025-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2026/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.002/2016-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Representante/Responsáveis:

3.1. Representante: Igor Pereira Chayb (OAB/CE 24.205 e CPF 017.896.323-23)

3.2. Responsáveis: Bruna Santana Seabra (CPF 024.982.763-86) e Joaquim Florêncio de Souza Nunes (CPF 162.913.876-20).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Conab no Estado do Ceará (Conab/CE).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

8. Representação legal: Daniel Ivo Odon (OAB/DF 18.163) e outros, representando o Sr. Lineu Olímpio de Souza (CPF 242.715.001-00); e Felipe Lourenço Mello Silva (OAB/CE 24.387), representando o Sr. Joaquim Florêncio de Souza Nunes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação relacionada a irregularidades na Concorrência 1/2016, conduzida pela Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no Estado do Ceará (Conab/CE)

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU:

9.1. conhecer da presente representação, acolher as razões de justificativa apresentadas por Bruna Santana Seabra e Joaquim Florêncio de Souza Nunes e arquivar os autos, por medida de economia processual e racionalidade administrativa; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Companhia Nacional de Abastecimento (Sede e Superintendência Regional no Estado do Ceará).

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2026-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2027/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.343/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Hosana Santos de Oliveira (110.643.074-34); Hosana Santos de Oliveira (110.643.074-34); Iraci da Silva Paiva (126.819.464-68) e João Paiva de Figueiredo Sobrinho (110.243.134-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam as aposentadorias de Hosana Santos de Oliveira (110.643.074-34); Iraci da Silva Paiva (126.819.464-68) e João Paiva de Figueiredo Sobrinho (110.243.134-68).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais e ordenar o registro dos atos iniciais de aposentadoria de Hosana Santos de Oliveira (110.643.074-34) e João Paiva de Figueiredo Sobrinho (110.243.134-68);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data de ciência pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba desta deliberação, com fundamento no Enunciado de Súmula 106 da jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba que:

9.3.1 exclua da estrutura de proventos dos interessados elencados no subitem 9.1 a parcela relativa à irregularidade apontada, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, do RI TCU, 8º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

9.3.2. informe aos interessados o teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da data de ciência pelos interessados, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.4. considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de alteração de proventos de Hosana Santos de Oliveira (peça 11);

9.5. excluir, por duplicidade, o ato de peça 2 em favor de Iraci da Silva Paiva;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba e aos interessados.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2027-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2028/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.936/2017-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Eduardo Coelho Maia (153.829.237-87); Francisco Luciano Bandeira Barros (002.974.374-53); Glycia Veiga Lamartine (074.217.454-91).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de aposentadorias de ex-servidores vinculados ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, e art. 260 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais e autorizar os respectivos registros dos atos de aposentadoria dos ex-servidores Eduardo Coelho Maia, Francisco Luciano Bandeira Barros e Glycia Veiga Lamartine;

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte que, nos termos do art. 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, com a redação dada pela Resolução TCU 237/2010:

9.2.1. promova a absorção da parcela DPNI paga aos interessados Francisco Luciano Bandeira Barros, Eduardo Coelho Maia e Glycia Veiga Lamartine, conforme disciplina a Lei 11.355/2006, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.2.2. informe aos interessados o inteiro teor deste acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta deliberação, comprovantes das datas que os inativos tomaram conhecimento, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, alertando-os de que o não provimento de eventuais recursos não os exime da devolução de valores indevidamente recebidos após a ciência do presente acórdão;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2028-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2029/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 032.358/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessado/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

3.2. Responsáveis: Alpha Construcoes e Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Me (05.794.442/0001-70); Roberval Rodrigues da Silva (046.832.002-44); Wuppsichlander de Lima Carvalho (239.320.232-34)

3.3. Recorrentes: Wuppsichlander de Lima Carvalho (239.320.232-34); Roberval Rodrigues da Silva (046.832.002-44); Alpha Construcoes e Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Me (05.794.442/0001-70).

4. Unidade jurisdicionada: Município de Coari/AM.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos pelo espólio de Roberval Rodrigues da Silva, ex-prefeito do município de Coari/AM, gestão 1997/2000, por intermédio de Edith Araújo da Silva; por Wuppsichlander de Lima Carvalho, engenheiro fiscal da prefeitura; e pela empresa Alpha Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.-ME, CNPJ 05.794.442/0001-70, contra o Acórdão 9.776/2016-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, dar-lhes provimento para:

9.1.1. excluir da relação processual a empresa Alpha Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CNPJ 05.794.442/0001-70), registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás e com sede em Formosa/GO, tornando insubsistentes os subitens do Acórdão 9776/2016-TCU-Plenário relativamente à referida pessoa jurídica (subitens 9.1. e 9.2);

9.1.2. acolher a preliminar de prejuízo insanável à ampla defesa e ao contraditório de todos os responsáveis, em razão do longo decurso de tempo desde a ocorrência dos fatos (1999 e 2000) até seu chamamento para responderem pelo suposto débito objeto desta tomada de contas especial (2015), bem como falta de explicitação adequada dos critérios especificamente utilizados pela fiscalização da CGU para sustentar o débito por ela esboçado em 2007, de modo a tornar insubsistente o Acórdão 9776/2016-TCU-2ª Câmara (CF/1988, art. 5º, LIV e LV c/c Regimento Interno/TCU, art. 212);

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao interessado;

9.3. encaminhar cópia desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, ao Ministério Público do Estado do Amazonas e à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas, a fim de atualizá-los quanto ao desfecho das questões versadas nestes autos;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 10/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/4/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2029-10/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Aroldo Cedraz, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Augusto Nardes.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 23 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 4 de abril de 2018.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
na Presidência

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Ordinária de Primeira Câmara, de 10/04/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.438/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Delfina Coelho Abrantes; Efigenia de Lana; Erli Vieira da Silva; Eunice Moreira da Silva Santos; Marcia Divina Aparecida Fonseca Apolinário; Maria Eugenia Cruz; Maria Severo Gonçalves; Maria da Conceição Correia Brandão; Maria das Graças Sales; Vania Lima Vianna Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

003.655/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amara de Santana Lourenço; Joana Gabriel Barbosa de Araújo; Jovelina Cosmo do Nascimwnto; Pedro José Lourenço; Severina Cavalcanti Alves; Terezinha de Jesus da Costa Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

003.829/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nathalia de Almeida Leite da Silva; Renato Pereira Ribeiro; Renato dos Santos da Costa; Roberta Pereira Niquini; Rodolfo Goetze Fiorot
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

003.832/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Marcos Pinho da Silva; Antonio Airton Freitas Filho; Antonio Vagner Almeida Olavo; Ariane Batista Maquine; Arthur Antunes de Souza Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.837/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Julyanne Pires Roldão; Junout Martins Louzada Neto; Karla de Jesus; Lana de Lourdes Aguiar Lima; Liliane Sena Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.841/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sideny Pereira de Paula; Spartaco Astolfi Filho; Wenderson Gomes dos Santos; Wilson de Souza Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.843/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Solange Regina Cromianski; Wollner Materko
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

003.847/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcelo Ferraz Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

003.848/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Aquino Silveira Junior; Ana Cláudia Barbosa de Lima; Anderson Monteiro Amaral; Aureliana Lopes de Lacerda Tavares; Danielle Silva Simões Borgiani
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

003.849/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Delaine Cavalcanti Santana de Melo; Dijanah Cota Machado; Edson Hilan Gomes de Lucena; Gabriel Moura Peters; Guilherme Ranoya Seixas Lins
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

003.917/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto Nico; Maria José Rocha dos Reis Marques; Maria Lúcia Vieira; Viviane Rossi Marajó Gerolin
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

003.922/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Elza Pereira; Maria Paula Franssinete Maia Jacquiminut; Nivaldo Moraes Rabelo; Norma Mirian Azevedo Nascimento; Raimundo Monteiro de Medeiros; Sara Santos da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.935/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ademir Alves; Antonio Arnaldo Dias; Antonio Carlos Teixeira; Antonio Raphael Teixeira Filho; Ciro Gravino de Oliveira; Edelcio Olimpio da Costa; Eloa Ferreira Alves Maffia; Fabio Feliciano Cardoso; Fernando Antonio de Freitas; Francisco José Alves Pena
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

003.972/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Marta Helena Apelfeler Rosário; Nelson Reis de Freitas; Rosali da Victoria Ribeiro Silva; Rosânia Antônia Santos Oliveira Lima; Soyara de Fátima Lopes Madeira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

003.975/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Lucia Camara Almeida; Celia Maria Chagas de Abreu; Edson Alberto Barbosa; Maria Aparecida Nascimento; Maria Cecilia Souza Santos; Maria José dos Reis; Maria Julieta Ventura Carvalho de Araujo; Maria da Assunção Calderano; Mirian Bartels; Roberto Sudario Barroca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

003.979/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ana Cristina Oliveira Braga; Eliana Maria dos Santos; Francisca da Luz Amaral; Gracilea Soares de Assunção; Ivanilde Pinheiro da Silva; João Bosco Peixoto; Manoel Romualdo de Souza Carneiro; Maria de Fatima de Souza Veiga; Maria de Jesus Nogueira da Silva; Maria do Socorro Cruz Pother
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

004.058/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Pinto Matias; Claudia Mota Estabel; Dante Vinicius Eloy Barbosa; Joaquim de Paula Ribeiro; José Carlos da Silva Cardozo; Juliana do Amaral Martins Grimmler; Patricia Fumiko Imai; Talita dos Santos Gonçalves; Vinicius Heidtmann Ávila
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande
Representação legal: não há

005.876/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carolina Lea Valladão Cardoso de Castro; Edileusa Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

005.896/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Rocha de Souza; Roberto José Haemmerle
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

005.905/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ernesto Kauffman; Maria do Carmo de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

005.908/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzira Vargas D'Almeida; Heli Rosa Czernay
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

005.944/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Flávio Roberto Porcellis Dias; Moacyr Aristeu Molinari Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

005.981/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luiz Francisco Peixoto de Villanova
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - MEC
Representação legal: não há

005.993/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eumario Santos Sousa Chinelis; Sonia Maria Anastacio
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

006.049/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gema Sucupira Domingos; Joel Robert Georges Marcel Pellerin
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.085/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Oliveira Diogenes Bessa; Natalie Argolo Pereira Ponte; Nathalia Costa Gonzaga Saraiva; Nayara Gomes Pinto; Nayrana Soares do Carmo Reis; Neftali de Macedo Junior; Neilza Vilela de Carvalho; Neiva Teresinha Possatti Paganotto; Nereida Ferraz Vieira do Prado; Nilson dos Santos; Nilton Ferreira de Araujo; Nívea Caroline Oliveira Macedo; Noelene Miranda Brito Lima; Nubia Donatti de Freitas; Nubia Maria Silva Araujo Moraes; Olinda Soares da Silva; Oreste Ângelo Ferra Neto; Osdemar de Cassoli Maranho; Oseias Carvalho Rodrigues; Pablo Diniz Rezende
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.086/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Gustavo Ribeiro Furtado; Pamela de Luna Lemos; Pamella Araujo Silva; Paola Cole Brugnera; Patricia Andrada Rodrigues Pimenta; Patricia Barbosa Araujo; Patricia Barbosa Ferrari; Patricia Cassini; Patricia Maria Carvalho Assunção; Patricia da Silva Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.142/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diogo da Hora Elias; Felipe da Cunha Rodrigues; Gabrielle Pessanha Barroso; Gerson Gabriel Marques de Souza; Juliana Cilento da Silva; Karina Barbosa Cancella; Luciene de Sousa Conceição de Moura Pinto; Mário Henrique dos Santos Bello; Mauro Domingues Maia Junior; Miguel Miranda Duarte; Monique Aguiar Norkus; Pedro Raimundo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.160/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abiezer Ridzel Rodrigues Nunes; Ademir Alves Aguiar; Agamenon Lima do Vale; Alan Henrique Ferreira Silva; Albanir Faleiros Machado Neto; Alessandro Magno Damasceno Belisário; Alessandro Rodrigues Barbosa; Alexandre Rodrigues de Melo; Aline Souza Rocha; Aline de Fátima Sales Silva; Amanda Oliveira Magalhães; Ambrosina Suely de Carvalho; Ana Carulina Rodrigues de Oliveira; Ana Cláudia de Lima Silva; Ana Flávia Souza Miranda; Anderson Afonso Silva; Andiara Pereira dos Santos; André Augusto Nóbrega Dantas; André Luiz da Silva; André de Melo Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.164/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hebert Marques Silva; Higor Rudycelli da Silva; Igor Maciel Resende de Oliveira; Igor Santos Peretta; Ivo Regazi Filho; Jalles Lúcio de Andrade Júnior; Janaína Pires Barbosa; Janaína da Conceição Braga Silva; Jane Batista Fernandes; Jaquelinne Pires Vital da Costa; João Henrique Correa Cardoso; Jocemar Ferreira Garcia; Joelias Silva Pinto Junior; Joema Rodrigues Cardoso Santos; Jorge Paulo José de Souza; José Paulo Teixeira; José Roberto Peters; Joseany Rodrigues Cruz; João Lourenço Borges Neto; Ítalo Lacerda Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.170/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Henrique do Espírito Santo Nestor; Pedro Henrique Franco Moraes; Pedro Henrique Garcia Gomes; Queren de Rezende Dias; Rafaela Borges de Almeida Pacheco; Raíssa Faria de Araujo; Raulison Alves Resende; Reginaldo Alves de Andrade; Ricardo da Silva Santos; Roberto Pimentel de Sousa Junior; Robson de Oliveira Caldas; Rodrigo Carvalho da Mata; Rodrigo Mendonça de Carvalho; Rodrigo Silva Santana; Rosemônica Aprígio Costa Borges; Rúbia Nara Silva Martins; Sarah Pereira Soares; Sílvia Aimi; Sílvio Braz de Sousa; Simei Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.174/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Luiz Alves Soares; Álvaro Palmeira Montenegro; Diniane Baruffi; Eduarda Medran Rangel; Luciano de Lazari; Simone Pereira Ferreira; Tatiane Medeiros Souza; Viviane Camejo Pereira; William Silveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

006.175/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Andrade de Carvalho; Samira Pereira Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Representação legal: não há

006.177/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Afra de Medeiros Soares; Alfredo Henrique Oliveira Marques; Alice Costa de Oliveira; Ana Clarissa Bezerra Galvão de Araújo; Ana Eliza Trajano Soares; Antonio Peterson Nogueira do Vale; Antonio Salema de Medeiros Galvão Filho; Antonio Wagner de Lima; Arthur Henrique Garcia Rego; Augusto Cesar Pereira da Silva Montalvão; Blênio Marcos de Lima; Bruna Patrícia da Silva Braga; Bruno de Paula Barbosa; Christine Meyrelles Felipe da Fonseca; Débora Loane do Amaral e Souza; Déborah Reis do Nascimento Silva; Elionai Moura Cordeiro; Felipe Alves Paulo Cavalcanti; Flávia Cavalcante Monteiro Melo; Flávia Elizabeth de Oliveira Gomes; Flávia Elizabeth de Oliveira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.179/2018-5
Interessados: Liane Ferreira da Trindade Mariz; Luiz Antonio da Silva dos Santos; Luiz Guedes Caldeira; Maria Aparecida de Almeida Rego; Marian dos Santos Rodrigues; Martinho Hermeson de Matos Furtado; Mayra Elisa Araújo de Souza Batista; Paulo Henrique de Araujo; Poincyana Sonaly Bessa de Holanda; Priscila Borges de Morais; Pâmela Martins; Raoni Gomes de Sousa; Renato Martins Lima de Oliveira; Ricardo Luiz Machado; Ronnison Reges Vidal; Ruxley Bernardino dos Santos; Savana Barbosa de Brito Lelis Villar; Severino Domingos da Silva Junior; Tainá Jesus Medeiros; Thiago Gonçalves das Neves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.184/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Franklene Pereira de Melo Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

006.194/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helder Ronan de Souza Mourão; Hélio Daniel Beltrão dos Anjos; João Paulo Dantas da Costa; Renato Oliveira Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

006.195/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Jardim Castro Rocha dos Reis; Gláucio Fernando Barros Cunha; Wallace Bezerra Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

006.202/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Giovanna Camparis Lessi; Larissa Horta Esper
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

006.211/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Terra Brito de Jesus; Antonio Ângelo Menezes Barreto; Daniela Queiroz Campos; Helder Freitas do Bomfim; Hellen Freitas Fonseca; Kyane Bomfim Santos; Luciana Mascarenhas Dantas; Pablo Tarceu Nunes de Melo; Robespierre Dantas da Rocha Pita; Vítor Passos Rios
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.213/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Danielly Bart do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.216/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Fabris Colodete; Mayara Morena Del Cambre Amaral Weller; Rodrigo Martins de Siqueira Barbosa; Sabrina Garcia Broetto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.219/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Débora Karyna dos Santos Araújo Bernardino da Silva; Gustavo Henrique Costa Souza; Ivson Bezerra da Silva; Jeremias Batista Santos; José Jefferson da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

006.220/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton Minchoni; Albanyra dos Santos Souza; Alexandre Faustino Leite; Andrea Tayse de Lima Gomes; Antônia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira; Artemisa de Andrade e Santos; Camila Maria Bastos Machado de Resende; Camila Nascimento da Silva; Carla da Costa Fernandes; David Lucas Gomes Leite; Débora Sarah Dantas da Silva; Edivan do Nascimento; Emerson Franklin Bezerra Medeiros; Enéas Albuquerque Silva; Fernando de Paiva Ferreira Junior; Flávio Fernandes da Silva; George Oliveira de Araujo Azevedo; Gracimary Alves Teixeira; Hellyda de Souza Bezerra; Ivanielly Deyse de Paiva Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.225/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mônica Chagas da Costa; Muriel Primon de Barros; Oriana Holsbach Hadler; Paola Felts de Gonçalves Amaro; Roberta Bertoletti; Rosária Lanziotti Moraes; Sabrina Moura de Araujo; Tadeu Knewitz Zubaran; Thayner Gomes de Bona; Welden Panziera; Weslei Monteiro Ambros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.226/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Délio Mendes da Fonseca e Silva Filho; Jean Tenório Menezes; Jose Rodrigo Santos Silva; Luiz Vítor Oliveira Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

006.230/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jovani Zalamena; Laís Elena Vieira; Laise Ribas Bastos; Leonardo Rossi Bianconi; Leticia Korb da Silva; Lidiomar José Mascarello; Luana Toralles Carbonari; Luigi Carvalho Greco; Luiz Caian Stolf; Luiz Fernando Gil; Maeve Rocha Diehl; Maria Jaqueline Dias dos Santos; Marisa Hartwig; Marta Adriana da Silva Cristiano; Martin Augusto Gagliotti Vigil; Mauro Eduardo Benedet; Milton Procopio de Borba; Natasha Oliveira Mota; Nathalia Darminia Aceval Arriola; Rafael Monteiro Veras
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.231/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roddy Alexander Romero Antayhua; Rubinei Dorneles Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.235/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Glete Fabiana Vale
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

006.239/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Verônica Ramalho Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

006.244/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cátia Gerina Zuge Lamb
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

006.248/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ellen Kenia Fraga Coelho; Marinete dos Reis Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.257/2018-6
Interessados: Alan Santos de Albuquerque; Carla Reis Dias; Delana de Souza Canto; Gizele Melo Uchoa; Harllesson Galucio de Almeida; Hellenn Thallyta Alves e Mendes; Neysid Matos Castelo Branco; Patrícia Rossi dos Reis; Ricardo Lima da Silva; Robson Freitas da Silva; Salomão Amazonas Barros; Sara dos Santos Medrado; Sheila Sicsu Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

006.260/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrey Ribeiro de Oliveira; Francisca Josseany da Silva Campos Gomes; Mauro Francisco Andrade Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

006.264/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Cimara da Silva Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

006.269/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Luciana Cristina Laureth de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.275/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Enrique Vieira de Souza; Marcelo Magalhães Andrade; Paloma de Castro Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.276/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ericler Oliveira Gutierrez Ouedraogo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.314/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roberto Adão
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

006.439/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dirce Pereira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.449/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Mary da Conceição Andrade de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.451/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Helena Dutra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.463/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elenice Francisco da Silva; Flávio Luz Garcia Pires; Gezreel Pereira de Oliveira; Kallie Sati Asano Saiki da Silva; Luiz Felipe de Campos Lobato
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.465/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Marilene da Silva; Marjorie Cristine Mota Fassanaro Machado; Michele Dias Sacerdote; Micheli Vieira Della Giustina; Milena Aparecida Dionizio Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.469/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Juliana Damaris da Silva Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Representação legal: não há

006.470/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Izabel Cristina da Rosa Gomes dos Santos; Mailane Junkes Raizer da Cruz; Marcos Juvêncio de Moraes; Melissa Probst
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

006.471/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Caroline Lengert; Giovana Bianca Darolt Hillesheim; Tatiane Cazarotto Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.473/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Zanetti; Marielle Rezende de Andrade; Rosane Marçal da Silva; Yadyr Augusto Figueiredo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.475/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Samuel Alves de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.476/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lucila Ribeiro Dantas Fagundes Leite; Maria Aparecida Angelina Souza; Odacyr Roberth Moura da Silva; Rafael Carlos dos Santos; Weverthon Lobo de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.486/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Dayana Ruth Bola Oliveira; Maria Luz Mejias Herrera; Marília Bortoluzzi Severo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Representação legal: não há

006.492/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago de Paula Machado Bazzo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.496/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Cabral de Castro; Luciana Lima da Mota; Luiz Felipe Andrade Silva; Marcelo Melamed Izar; Marcelo de Souza Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

006.590/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Ricardo Von Ehnert; Andrea Silvestre da Silva; Bruno da Silva Cunha; Danielle Cristina Oliveira Ferreira; Elaine Maria de Melo Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

006.606/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Miguel Moreira da Fonseca; Poliane Vieira Nogueira; Polliana Candida Oliveira Martins; Raclene Ataide de Faria; Rafael Peixoto de Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.613/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jaqueline Gomes de Jesus; Jean Michel da Silva Pereira; Jefferson Adriano Neves; João Vitor de Sá Hauck; Joice Trigo da Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.622/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: William Zaccaro Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.623/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carla Karinne Santana Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

008.068/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christiane Kelley Guimarães Carvalho; Fernanda Azevedo Silva; Fernanda de Almeida Maia; Filipe Nóbrega de Paiva; Flávio de Araujo Crisóstomo Martins; Karla Martins; Luciane Wickert da Silveira; Raquel Tabosa Damasceno Pontes; Roxana Knobel
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

008.774/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mussio Piraja Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Oeste da Bahia
Representação legal: não há

008.794/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Taruska Ventorini Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

008.868/2017-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mara Joceli Soares Araújo; Olivier Jean François Bonnet; Paulo Henrique da Rosa Gonzales; Rosana da Rosa Portella Tondolo; Rubia Flores Romani
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

008.947/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Mariza Leite; Alex Bruno Oliveira Silva; Amanda Dutra Sanabria; Ana Izabel Duarte Lima Neves; Aurya Dayanny Dias dos Santos; Bruno Vieira Venceslau; Elisana da Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

008.953/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Loren Furtado Arantes Reis Coelho; Marcelo Luiz Peixoto; Maria de Fátima Ferreira Nunes Coelho; Pedro Falci Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

008.978/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Freitas da Silva; Allann Breno de Sales Pereira; André Guerreiro da Motta; Dieimys Santos Ribeiro; Emerson Pessanha de Almeida; Fagner Luiz Campos Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

008.983/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Débora Vasques Rocha; Denise Janson Ferreira; Douglas Sampaio dos Santos; Duala Pessoa do Rosário; Fábio Carlos Macedo; Fábio José da Silva Bento; Fabrício Pinheiro Lima; Felipe Ribeiro Pires; Felipe Valente Mesquita; Fernanda Gomes dos Santos; Fernanda Guimarães Silva Ribeiro; Fernanda Sá Freire Lefevre; Gabriel Braga Rodrigues da Silva; Giano Santos Viana; Gilberto Denis de Jesus Martins; Gisele dos Santos Valido; Gláucio Gomes Frade; Hélio Alves Gonçalves; Heloíza Vieira de Souza Lopes; Iago Santos Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

008.989/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Henrique Aparecido Damaso de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

009.000/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rayanne Cristina do Espírito Santo; Suellen Patrícia Borges Amorim; Susi dos Santos de Morais; Tiago Barbosa dos Santos; Valdir Julião de Magalhães; Wesley Luz do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

009.002/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camilla Ferreira Gomes; Edmundo Eduardo Valdes Cerda; Hirla Costa Silva Fukushima; Ivan Damasco Menzori; Janaína Fiochi Beatrice; Laís Conservan Nogueira; Maiara Fernanda Peres; Mariana Gois; Meliza Cristina da Silva; Raquel Stucchi Boschi; Regilene Vieira Inácio; Rodrigo Vecchio Fornari
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos
Representação legal: não há

009.048/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francielly Adão Nascimento; Ivone Fiorin; Kamila dos Santos; Lívia Carvalho Santos; Luan Rafael Emerick Silva; Matheus Barbosa de Oliveira e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

009.051/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Ambrósio Lisboa; Alggeri Hendrick Rodrigues; Ana Carolina Arnez dos Santos; Anderson Fernandes Luiz; Anderson Wilfried Dombusch; Andreia Carmo de Queiroz; Artur Battisti Neto; Bárbara Beirão Tonolli; Bárbara Zardo Nardi; Bernardo Della Giustina; Bianca Ferreira Hernandez; Bárbara Junckes; Caio Corrêa Costa; Camila Collato; Carlos Alberto do Espírito Santo Junior; Carlos Eduardo Mezzaroba Eckl; Carolina do Carmo Silveira; Caroline Renata Delle Finati; Cássio Vinícius Araujo Sposito; Cheryl Maureen Daehn
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

009.065/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Evangelista de Oliveira de Paula; André Luís Conde Watanabe; Cristina Gama Matos Pereira; Edeane Rodrigues Cunha; Elaine Kelly Nery Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

009.071/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosenelle Oliveira Araujo Benício; Rosi Muller; Rosimara Eva Ferreira Almeida Camelo; Roze Lorraine Saldanha; Sabrina Marcello Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

009.073/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Tarsila Barros Sacramento; Tassykelle Sousa Correa da Rocha; Tatiana Strava Correa; Tatiana Vidon de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

009.080/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Tedesco; Adriano Braga Barreto; Alessandra Smaniotto; Alexandre Adriano dos Santos Lima; Anderson de Oliveira Fraga
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

009.084/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Haag; Jefferson Morais Gautério; Jennifer Aparecida Schnitzer Ribeiro; Jonatas Campos Martins; Juliano Rodrigues Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

009.092/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brunno Elias Ferreira; Caroline Foscaches de Oliveira Quevedo; Daniel Marcolino Claudino de Sousa; Deivid de Almeida Padilha da Silva; Diego Alves da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

009.097/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ansselmo Ferreira dos Santos; Carlos Rafael Dias; Eunice Cláudia Schlick Souza; Fernando João Bispo Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

009.099/2018-2
Natureza: Atos de Admissão

Interessados: Gecilene Aparecida Silva dos Santos; Helaine do Amaral Motta; Lucas dos Reis Rocha; Natália Oliveira Lira da Silva; Otávio Favoretti do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

009.106/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Evaldo de Lira Azevedo; Felipe Alves de Brito Oliveira; Felipe Eugênio Vinhal; Fernando Hugo Martins da Silva; Fernando Wellysson de Alencar Sobreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

009.110/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Luís Sampaio Olímpio; João Paulo Bandeira de Souza; Jonathas Iohanathan Felipe de Oliveira; José Aureliano Arruda Ximenes de Lima; Jucélia de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

009.119/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Solange Almeida Santos; Suzana Zehetmeyer Treichel; Talisson Davi Noberto Xavier; Tarcisio José Domingos Coutinho; Tatiane Vieira Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

009.123/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josenice Silva dos Santos; Nayjara Carvalho Gualberto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

009.135/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Layla Rezende Oliveira; Luciana Maria dos Santos Azevedo; Marcos Felipe Loureiro Arnaud; Romulo Rafael Ribeiro Paura; Rony Henrique Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

009.139/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Viviane Ribeiro Paes; Wedell dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

009.145/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisa de Cássia Silva Rodrigues; Enrique Vieira Mattos; Fabricio Vieira de Andrade; Fadul Ferrari Rodor; Fábio da Silva Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

009.146/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe de Sousa Silva; Flávia Cristina Barbosa; Geovane Luciano dos Reis; Giovani Bernardes Vítor; Guilherme Ferreira Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

009.149/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Morais Ferreira; Alexandre Budu; Ana Carolina Anauate Pereira; Anderson Kazuo Nakano; Andrea Cruz de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

009.150/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aramis Luis Silva; Carla Osmo; Danielle Maass; Diego Eugenio Roquette Godoy Almeida; Eduardo Dellosso Penteado
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

009.153/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kelly Cristina Jorge Sakamoto; Leandro Key Higuchi Yanaze; Leonardo Henrique Cunha Ferraro; Magaly Marques Pulhez; Marcelo Lachat
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

009.154/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Louver Mendes; Rebecca Silveira Santos Barbosa Dantas; Roberto Rudge de Moraes Barros; Rodrigo Regacini; Rudolf Krawczenko Feitoza de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

009.157/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aline Maria Cavalcante Gurgel
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

009.160/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Silva da Silva; Alessandra Buss Tessaro; Alexandre da Silva Telechi; Camila Quevedo Oppelt; Caroline Klazer Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
Representação legal: não há

009.164/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nairana Hoffmann Sedrez; Patrícia Teixeira Davet; Rafael Barbosa da Silva; Roberta Acorsi; Roberto Kaue Cavalcante Magalhães
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense
Representação legal: não há

009.168/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josefa Virgínia da Silva Souza; Juleimar Soares Coelho de Amorim; Julio Cesar Gama Dias da Silva; Larissa Zanetti Antas; Letícia Coli Louvisse de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

009.174/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Silva Santos; Alisson dos Reis Canto; Carlos Augusto Gomes; Danilo Cardoso Rodrigues Luiz; Danilo José Ferreira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

009.176/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gesse Marques Junior; Heiton Curto Gomes; Ingrid Marçal; Ivan Miletovic Mozol; Jean Carlos da Silva Roveri
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

009.177/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Cássio Gimenez; Karla Barbosa de Freitas Spatti; Karla Paulino Tonus; Karla Renata Pereira Pires; Lea Yamaguchi Dobbert
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

009.182/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Motta Rego; Thonson Ferreira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Representação legal: não há

009.188/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvana Barbosa Pinto; Simone de Nazaré Melo Ramos; Vanessa Silva Monteiro Lameira; Vanuza Mesquita Sangama; Vênus Maely Garcia de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

009.189/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Warllison de Souza Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

009.192/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Livia Arruda de Melo Silva; Maria Alves Fontenele; Patrick Rademaker Burke; Pierre Adriano Moreno Neves; Raibel de Jesus Arias Cantillo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

009.195/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberto Aguiar dos Santos; Rodrigo Aranda; Rogério Roque Rubert; Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira; Rúbia Helena Naspolini Coelho Yatsugafu
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

009.196/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Samir Chaar El Husny Filho; Sebastião Dornellas Luque; Solange Maria de Barros; Tatiana Bering; Tatiane Santana de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

009.570/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ricardo Leitzke; Richele Teixeira de Lima; Rita de Cassia Niepsui; Rita de Nazaré Silva Alves; Robejania Alves dos Santos; Roberta Gomes Dias Alves; Roberta Lacerda Almeida de Miranda Dantas; Roberta Teixeira Tallarico; Rosana Kelly da Silva Medeiros; Rosana Menezes Falcão; Rosangela Aparecida dos Santos; Rosany Larissa Brito de Oliveira; Rosinaldo Silva Ferreira; Rosino Caetano Ferreira Filho; Rozana Guarim; Rozangela Rodrigues Cruz; Rozellams Francisca Caetano Veras Varela; Rute Maria Araujo Cavalcante; Ruth Bethsabel de Miranda Ferreira; Ruze Claudia Freitas Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

009.575/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea de Lima Ferreira Novais; Bruno Nazareno Prazeres de Miranda; Elielso Barbosa Tavares; Erico Raimundo Pereira de Novais; Fernando Alves Miranda; Genivaldo Maciel Julio; Gesiel de Sousa Mota; Ismar Borges de Lima; Priscila Alessandra da Silva; Savio Serrão de Almeida; Tulio Cristiano Soares de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

009.580/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Leticia Alves de Andrade; André Luiz Moura Siqueira; André Chagas de Sousa; Angela Helena Silva Mendes; Antonia Regeane Ferreira Alencar; Antonio Jadson Gomes Vieira; Ciro Ferreira de Carvalho Junior; Cleyovane Lemos Ribeiro; Derivalda Cavalcante da Silva; Edimilson Gomes Ribeiro; Edivan Sampaio Mendes; Egberto Costa de Alcântara; Florisval Protásio da Silva Filho; Jacqueline Araujo Castro; Julia Ferreira Brito; Keoma Dias Pires Cangussu; Marcia Helena Padilha; Milene Lopes dos Santos Queta; Moisés Ribeiro da Silva Neto; Nívea Oliveira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

009.584/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Coelho Figueiredo; Joel Pereira Munhoz Junior; Mariana Purcote Fontoura; Mariza Veiga Senk; Sabrina Karim Silva; Stella Siqueira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

009.590/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Hilda Maria Andrade da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

009.595/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Samanta Mesquita de Holanda
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

009.601/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel de Almeida Thiengo; Fernanda Correa Magalhães; Gabriela Vanini; Giovanna Rodrigues Cabral; Leonardo de Carvalho Vidal; Luciana Fiuza de Castro; Natalia Rebiere; Penellope Ramos Muylaert; Priscila Maia Pereira; Priscilla Kelly de Oliveira; Rubens Moreira de Almeida; Susana Alves Fernandes; Veronica Gabriela Benavide; Virna Mac Cord Catao
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

009.753/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: José Mário da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

009.756/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ireni Moraes Bitencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Maria
Representação legal: não há

009.998/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Luíza Monassa Pereira Tenenbaum da Silva; Luíza Sales Rangel
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

010.156/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maira Macário de Assis; Ruan Carlos Albergaria D'Ávila
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

016.643/2010-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Flora Maria de Mattos Fernandes; Laura Gonçalves dos Santos; Leda Maria Guimarães Cavalcanti;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interessados: Adelina Beserra da Silva; Joselita Gonçalves de Almeida; Marina Gonçalves de Almeida; Maristela Gonçalves de Almeida; Salomão Gonçalves de Almeida; Vanderley Gonçalves de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

016.874/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Companhia de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes); Francisco Canindé Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento à Cultura
Representação legal: não há

031.071/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Amilton Nogueira de Vasconcelos; Arnaldo Pinheiro Silva; Francisco Wagner de Oliveira Lopes; Itamar de Souza Lima; José Emidio Ferreira Cabral; Luiz Claudio Pereira; Moacir da Silva Caldas; Raimundo Vanderley Fidelis Sombra
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

004.322/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Jacaraú/PB
Representação legal: não há

005.726/2017-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Corrente/PI e Fundo Nacional de Saúde
Responsável: Luiz Ferreira Alexandre Neto
Representação legal: não há

018.731/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Fundação Hospitalar de Saúde e Ministério da Saúde
Responsáveis: Alcides Nascimento de Oliveira; Clélia Alves Santos; Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde; Jorge Abou Nabhan; Josenilda Cordeiro Bahia Pinha; e Wagner Luiz Marques
Representação legal: Thaysa Andressa Rissato Borges Pitoni (78.773/OAB-PR) e outros, representando Fundação Hospitalar Intermunicipal de Saúde

033.804/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Iguaçu/RJ
Responsáveis: Luiz Lindbergh Farias Filho; Município de Nova Iguaçu/RJ; Sheila Chaves Gama de Souza
Representação legal: Paulo Henrique Teles Fagundes (72.474/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Lindbergh Farias Filho; Ernesto Baccherini, representando Sheila Chaves Gama de Souza

Ministro BRUNO DANTAS

001.103/2015-6
Natureza: Representação
Representado: Ministério da Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

001.355/2013-9
Natureza: Aposentadoria (Pedido de Reexame)
Recorrente: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Interessado: Joao Batista Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

002.405/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Audrey Magalhães Advogados Associados
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ
Representação legal: Audrey Martins Magalhães Fortes (OAB/PI 1829) e outros, representando Audrey Magalhães, Ferraz e Sousa Advogados

004.344/2017-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nova Russas - CE
Responsável: Antonio Mauricio Melo
Representação legal: não há

005.821/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jailson Vieira Peniche; Maria da Silva Peniche
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados do Pará e Amapá - Dnit/MT
Representação legal: não há

006.008/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Geraldo Ferreira de Sá; Irlene Barbosa Monteiro de Oliveira; José Carlos Aureliano
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

006.011/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ronaldo Louzada; Sonia Maria de Attayde Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

006.409/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Enalva Viana Ody; Maria Aparecida Santos; Maria Ferreira Lima; Maria Iramir Fonteles; Stael Rickli Sgarbossa; Zilda Helena Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

006.414/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Beatriz Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

006.723/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Antezana Rocha; Ricardo Magno Barbosa Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Representação legal: não há

008.791/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tamirys Vieira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

008.911/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jhony Martins Lucas de Oliveira; Jonathan Domingos de Lima; Jose Expedito Brandao Filho; Joselaine de Almeida Branchini; João Procópio do Rego Neto; João Victor Diniz Ferreira; Juliana Pires Penna e Naves; Karla Kelma Bastos Santa Rosa do Carmo; Kássio Rodrigues Alves; Larissa Silva Gomes; Laurindo Sergio Filho; Leandro Paiva de Oliveira; Leandro de Sousa Silva; Leilane Macambira Normando Pinheiro; Leopoldo Faiad da Cunha; Lilian Morais de Oliveira; Livia Ribeiro de Oliveira; Luis Otávio Marques Fernandes; Luiz Antonio Cavalcante Martins; Luiz Carlos Alexandrino Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

008.913/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Freisleben Lacerda; Sheila Giovana Morais Rocha; Sylvia Cotias Vasconcellos; Thais Rosy da Silva Mendes; Thaís Maria de Andrade Villela; Thertison Teixeira de Oliveira; Thiago Mendes Ferreira; Thábata Moreno Grosso Fleury; Victor Colonese Moreira da Costa; Yuri Faria Pontual de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

008.952/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elber Lopes da Silva Junior; Luana Lamounier Girard; Simone Suganuma Guilhon; Thais Pinto Leal de Carvalho; Igor Manuel Moreira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

008.960/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Pelochs Barbino; Roberto Jesus de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

009.550/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eberton Souza Rocha; Guilherme Assunção Fagundes; Ketulin Angelica Mendes dos Santos; Lucas Guimarães Grisolia; Lucia Cristina Tomedi Ortiz; Marcelo Silveira de Faria; Maria Clara Teixeira de Assis; Pedro Henrique Soares; Raquel Almeida de Oliveira; Romulo Sofocles de Almeida; Ronaldo Alves da Silva; Victor Reis de Abreu Cavalcanti
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Representação legal: não há

009.651/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Soares de Souza; Pedro Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Representação legal: não há

009.654/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Lucia Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Informática do Senado Federal
Representação legal: não há

024.322/2017-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Carolina Joana Gianluppi Tassotti
Órgão/Entidade/Unidade: DNER - 10º Distrito/RS
Representação legal: não há

025.510/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba - SP
Responsáveis: João Antonio Salgado Ribeiro; Verdurama Comércio Atacadista de Alimentos Ltda
Representação legal: não há

028.011/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Iepê - SP
Responsáveis: Francisco Célio de Mello; Prefeitura Municipal de Iepê - SP
Representação legal: Iris Fernanda Melquiades Goncalves (OAB/SP 265.187) e outros, representando Prefeitura Municipal de Iepê - SP

028.577/2016-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

001.718/2013-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Teodomiro da Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Representação legal: não há

002.423/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Penedo/AL
Responsável: Marcius Beltrão Siqueira
Representação legal: Bruno Mendes (OAB/DF 44.498)

003.515/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Albertidan Ferreira Melo; Alex Ferreira de Oliveira; Ivone Maria de Souza; Patricia Ramos Pedrosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

003.552/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Rosilda Loyo Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

003.604/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Luiza Vieira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

003.716/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleber Franco Madureira e Silva; Cloris Rabelo Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

003.739/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Martins Farias; Alexandre Oliveira da Cunha; Alexandrino Bezerra; Alexsandro Claudino; Algenir Aguiar de Mira; Aline Barros Mendonca; Aline Cristina de Souza Morais; Aline Flach Von Dentz; Aline Silvia Dias; Aline Teleginski
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.742/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Amanda Santana Dias do Nascimento; Amanda Yukie Morota Polidorio; Ana Angelica da Silva Patricio; Ana Beatriz Marques de Andrade; Ana Carla dos Reis; Ana Carolina da Silva Goncalves; Ana Cecilia Azevedo Guimaraes; Ana Claudia Lima da Conceicao; Ana Cristina da Silva Oliveira; Ana Lucia da Costa Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.744/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Souza Correia; Andre Campos Alves; Andre Campos Maia; Andre Felipe Santiago Cavalcanti; Andre Luis dos Santos Cansado; Andre Luiz Barreto Mello; Andre Luiz Bueno Luiz; Andre Luiz Santos da Silva; Andre Luiz Scharam; André Luiz de Souza Gonçalvez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.746/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Angela Caminha Tutis; Angelica Maffioletti; Angelita Silva Domingues; Anna Karina Santos da Mota; Anne Caroline Gercina Carvalho Dantas; Antonia Eliane Gomes; Antonia Ivone Farias Silva; Karen Saldanha Costa Taveira; Kayc Avnner Caetano Silva; Leandro Ribas de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.751/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcilia Carvalho Kinzo; Marcio Carvalho Almeida; Marcio Costa Fratane de Andrade; Marcio Fagner Fernandes Torres; Marcio Henning Feliciano de Carvalho; Marcio Reis Lopes; Marcio Santos dos Anjos; Marcio de Castilho Cabral; Marcio dos Santos Vettorazzi; Marco Antonio de Jesus Alves

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.752/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Aurelio Francisco Barbosa; Marco Aurelio Sganzerla; Marcos Almeida Cypriano; Marcos Alves dos Reis; Marcos Antonio Angelino de Oliveira; Marcos Antonio Cardoso Filho; Marcos Antonio Fernandes Macedo; Marcos Correia Pereira; Marcos Diniz Santos; Marcos de Souza Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.753/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Fernandes da Silva; Marcos Filipe Goncalves Borges; Marcos Henrique Pontes Assis; Marcos Leao Silva dos Santos; Marcos Mollo Mesquita; Marcos Penna Firme de Melo; Marcos Roberto dos Santos Alves; Marcos Vilela Garcia; Marcos Vinicius Albuquerque da Silva; Marcos Vinicius da Silva Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

003.754/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Vinicius de Lima Silva; Marcos Vinicius de Sillis Bilo; Marcos Welber Freitas dos Santos; Marcus Vinicius Ferreira dos Santos; Marcus Vinicius Leal Silva; Marcus Vinicius Paulino de Oliveira; Margot Balthazar da Nobrega; Maria Aparecida da Silva; Maria Carolina Povoas de Lima; Maria Clara Novais Bernardes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

005.805/2018-0
Natureza: Reforma
Interessado: Francisco Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

005.928/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Georgina Wolfer
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos
Representação legal: não há

005.999/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gilson Jose de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

006.004/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ubiracy José Aprigio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

006.071/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marco Aurélio de Alencar Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

006.191/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Nogueira Cordeiro; Andre Camargo Pereira Conte; Antonio Carlos Silva; Antonio Edney do Nascimento Lima; Antonio Gustavo da Silva Maximo; Antonio Matheus Pinto da Silva; Antonio Rafael Machado Rodrigues; Antonio Welison Costa da Cruz; Antonio do Espirito Santo Barros; Atilla Henrique de Oliveira Barbosa; Augusto Mota Palheiros; Aurelino Cardoso dos Santos; Ayana Kissi Meira de Medeiros; Beatriz Pereira Barbosa; Ben Hur Yarzon Pinheiro; Ben Jhonson Pereira Vilaca; Benedita Modesto dos Santos; Bianca Heinzen; Braulio Fernandes Gerhardt; Bruna Oliveira Marques Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.192/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Ortega Cesario; Bruno Jose Tomas; Bruno Pedroso Oliveira; Bruno Ribeiro da Silva Andrade; Bruno Teixeira Viana; Bruno Vieira Odrzywolek; Caio Rodrigo Bicudo de Souza; Caio Tadeu Xavier de Amorim Amaral; Caio Tadeu de Moraes; Calebe Herdy Malafaia; Camila Batista Daniel; Camila dos Santos de Campos; Camile Lima Soares; Camilia Oliveira de Araujo; Carina Alves de Oliveira; Carine Sulzbacher; Carlos Antonio Lacerda; Carlos Clayton Pereira Santos; Carlos Leonardo da Silva Santos; Carolina das Neves Francisco Lopez
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.193/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline de Souza Bentes; Cassia Nogueira Dias Vidal; Cecilia Frutuoso de Araujo; Claudemir Acosta Salinas; Edenilson Marques Ferreira; Edilson Evangelista dos Santos; Eliezer Carneiro da Silva; Elistenio Gomes Damasceno; Fabiane Barbosa de Jesus Bezerra; Fabio Daniel Soave; Francisco Wagner Albino de Souza; Gabriel Roballo dos Anjos Santos; Glaucem San Martins Pinto; Guilherme Vieira Portela; Jose Henrique de Faria Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.296/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Rodrigues da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

006.350/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Afonso de Ligorio Silva; Irene Dias de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Escola Nacional de Administração Pública
Representação legal: não há

006.373/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Deusarina Ferreira Gomes; Jener Barreto Queiróz; Joaquim Paulino; Maria Tereza Mendes de Brito; Maria de Jesus Silva da Costa; Raimunda Almeida do Nascimento; Suely Ribeiro Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

006.802/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Maria Araujo e Araujo; Ana Roberta Torchia de Oliveira; Anderson Gomes Assuncao; Anderson Pinto Barreto; Andre da Silva Simoes; Andressa Stefanie da Silva; Angela Emi Miyashita Evangelista; Antonihone Camelo Dantas; Antonio Austrogesilo Gonçalves da Silva; Antonio Barboza da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.803/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Crisotonio Lopes Neto; Antonio Eunicio Galvão Júnior; Antonio Filipe Ferreira Alves; Antonio Marcos Kerber; Antonio Osmar de Medeiros Junior; Antonio Queiroz da Silva Filho; Antonio Souza Nunes de Farias; Aparecida Conceicao Macedo Oliveira; Arliane Gloria dos Santos; Arlison Andre Soares da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.804/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arnaldo Mira dos Santos; Arthur Duarte Gebrin; Arthur Filipe Palha; Arthur Walter da Silva; Artur de Alencar Lima; Arua Gabriel Barros Costa; Ary Machado Fontes Junior; Assirio Laurindo de Andrade; Athawan Oliveira Moura; Audecilene Bezerra Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.805/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Henrique Dias; Augusto Sampaio Barreto; Augusto Silva Feitosa; Aurea Alves Ferreira; Aurinete Franca de Souza; Avelino Braz de Oliveira Junior; Aylla Stephanne da Costa Costa; Barbara Helena da Trindade; Barbara Linares Pereira de Carvalho; Barbara Regina Sbompato de Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.807/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brauliomar de Jesus Baia Mota; Brena Thais Morais de Oliveira; Breno Dias Nunes da Costa; Breno de Faria Tomazi; Bruna Catarina Menezes de Sousa; Bruna Ferreira da Silva; Bruna Flavio Delgado; Bruna Macedo Sussuarana; Bruna Maria Silva da Costa; Bruna Pires de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.808/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Therly Ferreira Cunha; Bruna Veras de Moura; Bruno Andrade Ribeiro; Bruno Augusto da Cruz; Bruno Dal Medico Hirsch; Bruno Gomes Fonte Boa; Bruno Goncalves Cabral; Bruno Henrique Bezerra de Freitas; Bruno Lucas de Paula; Bruno de Sousa e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.809/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Magalhaes Boa; Bruno Manini; Bruno Moura de Azevedo; Bruno Noriyuki Abe Ogura; Bruno Nunes; Bruno Parizotto Juliani; Bruno Sousa Guimaraes; Brynner Barbosa de Brito; Caio Barbosa Garcia; Caio Henrique de Oliveira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.810/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caique Gaia da Trindade; Caique Melo de Oliveira; Cairo Eduardo Carvalho Barreto; Caissa Chavarry Penna; Camila Baldoni; Camila Candido da Silva Tesch; Camila Faria Rodolpho; Camila Fernandes de Oliveira; Camila Marcelino Gabriel; Camila de Abreu Gir
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.811/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Oliveira Santos; Camila Sandy Cunha Quadros; Camilo Saueressig de Andrade; Candida Andreia de Oliveira Teixeira; Carina Barbosa Goulart; Carla Aldrighi Gomes; Carla Alves Pereira; Carla Cristiane de Araujo Santana; Carla Cristina Luna da Silva; Carla Mirela Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.812/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Patricia Carvalho da Silva; Carla Pauline Leite Dias; Carlos Augusto Dias Silva; Carlos Cesar Passarelli; Carlos Eduardo Alves da Rocha; Carlos Eduardo Cagna; Carlos Eduardo Carmo do Nascimento; Carlos Eduardo Carneiro; Carlos Eduardo Fernandes; Carlos Eduardo dos Santos Lindoso
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.814/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Rekowsky Lopes; Carolina Souza Stegel; Carolina de Medeiros Queiroz; Caroline Camilo dos Santos; Caroline Candida Araujo Miranda; Caroline Silva Rezende de Moraes; Casluym Farias de Oliveira; Cassio Albernoz Fonseca; Cassio Danillo Araujo; Cassio Lopes Leao
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.815/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Catarine Maria Melo da Silva; Catricia da Silva Correia; Celia Regina de Araujo; Celio Caetano Morais; Celio de Souza Sacco Junior; Cesar Lancas Parizze; Christian Oliveira Magalhaes; Cibelle Araujo de Magalhaes; Cicero Renan Pinheiro Bezerra Borges; Cinthia Figueira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.816/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cintia Maria Silva dos Santos; Cintia Maria Vasconcelos de Assis; Cintia Silva Beauvalet Mostardeiro; Clara Iame Ferreira Crivel; Clenilda Matos Lima; Clenilson Miranda de Sousa; Cristiane Soares Nascimento de Oliveira; Daiane Alcantara Figueiredo; Daniele Soares de Souza; Danieli Alika Hashizume
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.817/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Alves Evaristo; Danilo Athus Fonseca Franca; Danilo Gabriel Malaquias Silva; Danilo de Souza Negrao; Dannilo Silva Chaves; David Aparecido de Souza; David Neves Almeida de Almeida; Dayane Dantas Barbosa; Denis Bernardino Luiz; Diego Aparecido Silva de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.818/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dilney Nogueira Netto; Edna Fernandes Feitosa; Eduardo Bayer Knopman; Elanha Alves de Melo; Elen Fabiane Monteiro de Amorim; Eliezer Holweg; Ellen Beatriz de Pina Rodrigues Santana; Emilio dos Santos Moralles Badia; Emily Raisa Perdigao Ferreira; Enielson Custodio de Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.819/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erick Alan de Melo Cruz; Erivanio Douglas da Costa Vieira; Ermeson Gomes da Silva; Ernandes Santos Xavier; Ewerton Albuquerque de Sousa; Fabio Costa Sampaio Junior; Fabio Leandro Alves dos Santos; Fabio Lopes da Costa Junior; Felipe Abrahim Ramalho Xaud; Felipe Carvalho Melo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.821/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Alexandre Souza Nunes; Francieli Aparecida Vieira; Francielton Mendonca dos Santos; Francisco Luidi Mota Marques de Pinho; Francisco Luiz Pereira Ferreira; Francisco de Paula Marinho dos Santos; Franks Riccele Silva Boeira; Franthesccolly Miguel Silva; Gabriel Amancio de Souza Tozetti; Gabriel da Silva Veras
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.822/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Franca Moreira; Gabriel Hirata de Lima; Gabriel Sena de Lira; Gabriela Batista da Silva Feitosa; Gabrieli Leusin; Geovani Moia Henriques; Gislaine Aparecida da Silva; Givaldo Henrique Gomes dos Santos; Glauber Vinicius Santos Lima; Glaydson Mota Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.823/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme de Aquino Guedes; Gustavo Sergio Soares do Amaral; Hamilton Bastos Pereira Junior; Harison Junior dos Santos Ferraz; Helez Davi Bezerra e Rocha; Heliwelton do Amaral Clemente; Henrique Pereira Damasceno; Julia Santos Alencar; Laryssa Cristiny Nascimento Moraes; Lucas Lemes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

006.866/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Helena dos Santos Nazareth; Amanda Soares de Gusmão Teixeira; Aristoteles Duarte Ribeiro; Bibiana Vieira Cassol; Braitner Marques Mendees; Caio Lustosa Mascarenhas Sobrinho; Camila Guimarães; Catia Costamilan; Cristiane da Costa Veiga; Cyrius Gennyson Pinto de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

006.868/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliano Martins Brito; Mariana Lívio Cavalcante Cabrita; Miguel Sávio Ávila da Rocha; Nelson de Freitas Pereira; Rejane Lopes da Silva; Romulo Nobuyuki Yokokura; Rosangela Ellwanger Soares; Vantuir de Fátima Torres; Vera Beatriz Alvarez Dornelles
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

006.870/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mario Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

006.987/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline Santos Antunes Maciel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

006.989/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Daniella Beatriz Flores; Thaisa Mayra de Paula Botelho; Thayse Duarte Varela Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.098/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Boanerges Felix da Silva; Elinete da Costa Lopes; Jose Maria Costa de Oliveira; Lucas Claudivan Maciel Vargas; Lucas Vinicius Sanches; Paulo Roberto Sousa Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

008.102/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Oliveira Jimenez; Fabio Henrique Ribeiro dos Santos; Flavio Marcel Santos Chagas; Helida Cassia da Costa Sodre; Jefferson Pinheiro Silva; Leandro Carvalho Martins Sales; Marcela Pires de Almeida Barreto; Pablo Bonetti Hallak; Raissa Muniz Flores Santos; Robson Santana dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.103/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Karulina Alves Ferreira; Carlos David Barros Machado; Carolina Henkels Rosa; Elisangela Marques da Silva; Erika Fernanda Balbi Cruz Araujo; Jaime de Jesus Souza dos Santos; Luis Fernando Dutra Diniz; Marcos Andre da Costa Cavalcante; Raquel Vasconcelos Maia; Renata Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.105/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Ferreira das Neves de Brito; Andre Alisson Leal Teixeira; Cristina Machado Borges Leal; Danielle Bernardes Pacheco; Danilo Barbosa Sodre da Mota; Eurilene Miguel de Jesus Manso; Leda Maria Campos Siqueira; Mariana Sapata Gonzalez; Tiago Dias Maia; Wilson de Carvalho Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.107/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Veloso Barbosa; Jorge Luis Lopes Manzur; Leandro Jose de Oliveira; Luiz Fernando Guimaraes de Almeida; Mariana Rocha Rubini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.790/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Joao Marcos de Souza Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.889/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luis Ruschel Finger; Antonio Carlos Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Trabalho
Representação legal: não há

008.891/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Lima de Oliveira Dias; Cristina Silveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.894/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Lia Kunzler de Souza Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.895/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Andre Bispo Zeferino de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.896/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Janaelson Alves Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

008.938/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Teixeira Gaia; Sergio William Rodrigues dos Santos; Solano da Cruz Santos; Talitha Bensiman Ciampi; Thaisa Fernanda da Costa Brandao de Souza; Thiago Coelho Verçosa de Medeiros Raposo; Thiago Jose Ferreira da Silva; Veronica Aparecida das Chagas Marques Oliveira; Wanderson Klayton Carvalho Farias; Wilsimara Maciel Rocha; Yuiti Oki Niyama
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

008.992/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz Marques da Silva; Andre de Azevedo; Andreia Venturini; Andressa Alves Machado da Silva; Andressa Marques da Silva; Andressa Tiemi Muniz; Andrey da Silva Goncalves; Angela Yurie Sakazaki; Anna Carolina Lacerda Costa; Antonia Maria Alves Lima; Antonio Alves Noronha Neto; Antonio Bruno Sales Dias; Antonio Luiz Nogueira Oliveira; Antonio Vinicius Lopes de Oliveira; Arthur de Mello Cardoso; Barbara Moreira Ghisi; Barbara da Pureza Oliveira; Bruna Alves Barreto; Bruna Graziele da Silva Ferreira; Bruno da Silva Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

008.994/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Everton Souza Ramos; Fabiane Bianchi; Fabricio Farley Flor de Assis; Felipe de Melo Sousa; Fernanda Lopes do Nascimento; Flavia Regina Andrade dos Santos Lameira; Franciellen Teixeira Batista Carnim; Franklin Mendes Lima; Gleison Garcia dos Santos Cruz; Gracielle Miranda de Andrade; Heriko Jose Pirassol Neves; Hernandes Moraes de Abreu; Hugo Azevedo de Lira; Igor Miranda Cordeiro; Illana Karoline Crispiniano dos Santos Belo; Ines Aquino; Ithalo Joner de Oliveira Kuhn; Ivany Jovino dos Santos; Jacqueline Pereira Cursino Alves; Jaider Macedo Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

008.995/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janicleia da Silva Ferreira de Alcantara; Jefferson dos Santos Ribeiro; Jessica Maria de Brito Bezerra; Jessica Maria de Mendonca Silva; Jessica Santos Schurmann; Jessica Taiane Rocha Pinheiro; Jhonatan Weverson Silva Santos; Joao Carlos Martins; Joao Lucas Alencar da Silva; Joao Mario Rocha Macedo; Joao Pedro Araujo Braga; Joao Victor Vital de Souza; Joelma Patricia da Silva Pinto; Jonathan Diogo Martin; Jonathan Juvencio de Souza; Jose Augusto Barbosa Junior; Jose Cordeiro Neto; Jose Diego de Melo Menezes; Jose Fernando Cordeiro Guimaraes; Jose Lopes Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

008.997/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Ferreira Queiroz; Leticia da Silva Santos; Lorena da Silva Fiorotti; Louise Bassoli; Luan Vera Ornelas; Lucas Araujo de Castro; Lucas Silveira Squariz; Lucas Symon Mendes de Souza; Lucas da Silva Ricardo; Luciano Cardoso Cruz; Lucielio Fernandes de Almeida; Luis Antonio da Silva Filho; Luis Silva Monteiro; Luiz Alberto Miranda Ferreira; Luiz Eduardo Meira; Luiz Fernando Gadelha Moura; Luiz Gustavo Bezerra Santos; Luiz Gustavo da Silva Vaz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

009.008/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Henrique Lopes Pereira; Yara Yasem Guimaraes Metzker
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

009.057/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Cardoso da Meda; Laila Milena Teles Martins; Mariana Pickcius Celant; Richarle Ronei Costa Alleyen
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

009.060/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andrea Gomes Stelet; Thaciana Guimaraes de Oliveira Cerqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

009.492/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aureni Barros Correia; Edison Ferreira Lins
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

009.537/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Rangel Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Roraima
Representação legal: não há

009.563/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Sergio de Carvalho Trombini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Cidades
Representação legal: não há

009.605/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldo Silva Diniz; Alex Fraga Severo; Aline do Monte Spinosa; Allisse Palmeira Cruz Lisboa; Altobelly Mattos Gomes Miranda; Ana Claudia de Oliveira; Andre Luis Gomes; Andre Luis Porciuncula Figueiredo Camargo; Aniele Renata Gomes Ferreira; Erik Almeida de Souza; Heriton Kevin do Nascimento Silva; Hilton Carlos Oliveira Fernandes; Jessica Fernandes da Silva; Jose Salomao Amoury Neto; Kellen Cristina Marcondes; Leandro Lemes de Oliveira; Leno da Cunha Barros; Leonardo Vellasco Soares; Leticia Maria Breguedo de Luna
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

009.645/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nelson Tolipan
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

009.681/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zildekias Alves de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
Representação legal: não há

009.697/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Edinaldo de Holanda Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

009.708/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Horácio Teixeira Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

009.710/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Severina Wanderley de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Órgãos Extintos e de Gestão de Folha de Pagamento
Representação legal: não há

010.004/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Claudio Goes de Sousa; Ariston Pereira Rego Michalski; Augusto Cesar Mota Albuquerque; Aurelio Rodrigues Tavares; Bruno Silva Pereira; Carlos Adriano Stein Costa; Carlos Eduardo Carneiro Castro; Carlos Otavio Rodrigues dos Santos; Carlos Vitor Cavalcante Tavares; Carmem Joice de Medeiros Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

010.012/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiana Gomes da Silva; Felipe Saulo Rodrigues de Souza Catojo; Filipe Fernandes Fava; Gabriel Andrade de Almeida; George Soares de Oliveira; Germana Gladys Marques de Almeida; Greice Maria Mansini dos Santos; Guilherme Bevilaqua Pedreira de Freitas Medeiros; Helena Godoy Brito; Jacson Gluzezak; Joao Carlos Lemgruber Junior; Jose Roberto Goncalves de Rezende Flho; Julio Cesar Kiyuna Higa; Leonardo Carnaval Furtado; Luana Lobo dos Santos; Luciana Rabelo de Carvalho Parente; Lucio Thadeu Coelho de Moura; Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos; Marcelo Matos Andrade Pires; Marcos Antonio de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.014/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: William Raphael Bispo Cunha; Willian Rocha Bicalho; Yvve Priscilla Gatto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.141/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Edivaldo Rodrigues Miranda; Antonio Maria de Oliveira; Antonio Nilson de Oliveira Filho; Antonio Samuel Olinda Fernandes; Ariadne Pereira da Silva; Arthur de Paula Estivallet; Artur Augusto Rocha Coelho; Breno Dalcolmo de Almeida Leao; Brhenda Rodrigues Nascimento; Bruce Itallo do Nascimento e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

010.161/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Beatriz Pierri; Belize Obes de Melo de Andrade; Bruna Suelem Costa Oliveira; Bruna de Oliveira Guedes; Bruno Macchioni Pereira; Bruno Santos Silva; Bruno Soares de Sousa Silva; Caio Muniz Aslan Ribeiro; Camila Cristina Ribeiro Silvestre; Camila da Silveira Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.163/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cinara Faria Ferreira; Civio Couto de Oliveira; Clara Maria Guimaraes Marinho Pereira; Clarissa Netto Vilela Abritta; Claudia Regina Mascarenhas Magalhaes; Claudiana Soares Brito; Clayton Rodrigues da Silva; Cleber Rodrigues Oliveira; Daniel Araujo Sobrinho; Daniel de Figueiredo Bandarrinha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.165/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Fernandes Marques Freitas; Diego Victor Alves de Souza Melo; Diogo Guimaraes dos Santos; Djinne da Silva Reagan; Douglas Andrade da Silva; Douglas Gomes Ferreira; Drielle de Oliveira Rodrigues Porto; Eder Guedes Freitas; Edilberto Hermes de Aguiar; Edimilson Torres de Oliveira Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.171/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heleno José da Silva Júnior; Henrique Benassi de Oliveira; Henrique Chaves Faria Carvalho; Henrique dos Reis Fernandes Tavares; Higor Leandro de Queiroz; Hugo Leonardo Trindade Soares; Hugo Torres do Val; Icaro Azevedo da Silva; Igor Barros Pinho; Illana Pinheiro Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.173/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jakqueline Elizabeth Stephanie de Oliveira Bispo; Jefferson Rafael Silva; Jessica Carvalho Vianna Có; Joao Rodrigues Pinto Filho; Jordana Garcia Evangelista; Jose Claudio Guedes das Neves; Jose Raimundo Castro Veras Junior; José Felipe Pereira Ambrosio; Juliana Arruda Campos Gomes; Juliana Dias Viana Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.175/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Ferreira Silva; Leonardo David da Silva Luiz; Leonardo Gomes Miranda; Leonardo Goncalves de Macedo Gama; Leonardo Vasconcelos de Abreu Ruszczyk; Leonardo Vivas Cunha; Leonel Cerqueira Santos; Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro; Leticia Maia Gonçalves; Leticia Teixeira Teofilo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.178/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Malaki Maria Dantas Bassila; Manuela de Azevedo Bezerra Vitor Ramos; Marcela Coelho Monteiro; Marcelo Augusto Prudente Lima; Marcelo Cesar Piovesana Junior; Marcelo de Aguiar Duarte Filho; Marcia Mendonça Cardador; Marco Aurelio Rodrigues Braga; Marco Aurelio da Silva; Marcos Augusto de Castro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.182/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Alexandre da Rocha Dias; Pedro Bellini Resstel; Pedro Emilio Pereira Teodoro; Pedro Henrique Chagas Freitas; Pedro Koenigkan Vieira Machado; Pedro Paulo Bartholo Ghiraldini; Pedro de Medeiros; Pedro de Oliveira Andrade; Phablo Lucas Pettersen Pereira; Priscila Andressa Correa Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.183/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Priscilla Belle Oliveira Pinto; Rafael Luiz Azevedo Almeida; Rafael Matias de Oliveira; Rafael Veloso Mizuno; Rafael da Silva Ximenes; Rafael de Castro Neves Santos; Raiane Ferreira Barbosa; Raquel Santos Moura Gonçalves de Oliveira; Raul Ricardo Costa Azevedo; Rebeca Guerreiro Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.184/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regina Vignatti; Reginaldo Jardim de Freitas; Renata Lyra Revoredo de Oliveira; Renato de Lima; Rene Estevan Deckers; Reuel Barbosa Morais da Costa; Ricardo Alexandrino Rodriguez; Ricardo Furieri Bastianello; Rochana Argenta Betto Barreto; Rodrigo Borges Marquez
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.186/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rubia Piassi Dalvi Meriguete; Sandro Leite Furtado; Saulo Bernardino Santana Correia; Shayna Kallyane Pinto dos Santos Silva; Soleni Guimaraes Alves; Stefani Contini Martinelli Pereira; Stefano Babinski Neto; Stefano Mozart Pontes Canedo de Souza; Stephanie Pereira Cesar; Sueli Freitas Chamarelli
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

010.189/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wagneide Rodrigues; Waldyr de Oliveira Neto; Walmir Lima Costa Junior; Wellington Araujo Palmeira; Welton Batista de Barros; Willi Jhon Santos Alves; Yago Rodrigo Freitas Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

012.827/2007-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ayrton Chaves Pinheiro Lopes; Gabrielle Araújo Lima Colares; Gregory Araujo Lima Albuquerque; Maria Elizabeth Coelho; Maria Jose Colares Lima; Maria Marly de Araujo Barros; Natalina Correa da Silva; Raimunda dos Santos; Santana de Fontes Lopes; Sheila Costa de Albuquerque; Shirleny Pinheiro Lopes; Shirley Pinheiro Lopes; Sidney Pinheiro Lopes; Sidronis Pinheiro Lopes; Sirley Pinheiro Lopes; Thereza Linhares Moreira; Yuri Gabriel Araújo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

018.216/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maurício Quintella Malta Lessa
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação do Estado de Alagoas
Representação legal: Fábio Costa de Almeida Ferrario (OAB/AL 3.683)

020.571/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Estevão Silva de Albuquerque; Jamal Mohamed Salem; Jose Eduardo Cury; Mario Justiniano de Souza Filho; Neide Augusta Batista Quinteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS
Representação legal: não há

022.607/2013-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Egidio Figueiroa Neto; Egidio Lopes da Silva; Einstein Clementino Teixeira da Silva; Elias Rodrigues de Oliveira; Emerson Meneses Pires de Moura; Emidio Vasconcelos Monteiro; Esidio Antonio Bolis; Eudes Sousa Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: Carmen Rachel Dantas Mayer (OAB/PB 8.432)

025.746/2016-2
Natureza: Representação
Representante: José Roberto Coelho Mendes Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Estado de Rondônia
Representação legal: não há

030.345/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Município de Pedra Branca do Amapari/AP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari - AP
Representação legal: Rosiclei Mendonça Ferreira (OAB/AP 1.732)

032.876/2017-3
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Alexandre de Gusmão
Responsáveis: Carlos Alberto Simas Magalhães; Carlos Marcio Bicalho Cozendey; Fernando José Marroni de Abreu; Fernando Simas Magalhaes; Jose Alfredo Graça Lima; Jose Antonio Marcondes de Carvalho; Jose Serra; Julio Glinternick Bitelli; Marcia Martins Alves; Marcos Bezerra Abbott Galvão; Maria Luiza Ribeiro Viotti; Maria Theresa Lazaro; Mauricio Carvalho Lyrio; Mauro Luiz Iecker Vieira; Paulo Estivallet de Mesquita; Santiago Irazabal Mourao; Sergio Eduardo Moreira Lima; Sergio Luiz Canaes; Sérgio França Danese
Representação legal: não há

033.325/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helena Aguilheira Barbosa; Helena Fernandes Santos; Heleno Estrela da Silva Junior; Helio Carvalho de Andrade; Hellany Regia Sales; Hellon Araujo Feitosa; Heloara Pimentel de Medeiros; Henrique Acosta Salcedo; Henrique Antonio Silva; Henrique Braz Figueiredo da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Representação legal: não há

033.774/2011-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Luciano Santos Silva; Maria José Alves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tabatinga/AM
Responsáveis: Dalilo Martins Cuesta; Edson Lainetti; Geraldino Santos de Moraes; Joel Santos de Lima; Luciano Santos Silva; Maria José Alves da Silva; Raimundo Walmir Oliveira de Lima; Telmo Pereira de Oliveira
Representação legal: Jéssica Silva de Souza (OAB/AM 10.659); Amanda Gouveia Moura (OAB/AM 7.222); Walcimar de Souza Oliveira (OAB/AM 2.469); Ademar Lins Vitório Filho (OAB/AM 5.269)

035.499/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura de Pedra Branca do Amapari/AP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedra Branca do Amapari/AP
Representação legal: não há

041.816/2012-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Sarah Veloso Tiburcio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

005.213/2018-5
Natureza: Representação
Representante: Tânia Maria Lemos Mouco, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

005.885/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Magnólia de Sá Moraes; Nilza Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

009.030/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leopoldo Augusto Melo Montenegro Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

009.746/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Georgina Carvalho Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

016.255/2013-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Areia Branca - SE
Responsável: Agripino Andelino Santos
Representação legal: Anajara Carvalho Rabelo Daud (4286/OAB-SE) e outros, representando Agripino Andelino Santos

019.638/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Responsáveis: Celso Ricardo Ludwig; Cooperhaf Sede
Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB-DF 12250) e outros, representando Celso Ricardo Ludwig e Cooperhaf Sede

019.640/2011-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Celso Ricardo Ludwig; Cooperhaf Sede
Representação legal: Geferson Luís Chetsco (45.333/OAB-PR) e outros, representando Celso Ricardo Ludwig e Cooperhaf Sede

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.857/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria de Lourdes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

005.921/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Erivania dos Santos Dantas; Iraci Pedro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

006.020/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Pedro Emiliano de Souza; Pedro Rocha de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
Representação legal: não há

007.087/2018-7
Natureza: Representação
Representante: Jupiter Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vilhena/RO
Representação legal: não há

008.504/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Guaraci Fratine Campos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

009.330/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ivanilza Jesus Souza de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Representação legal: não há

009.407/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edgar Santos Filho; Egberto de Menezes Pedroso; Francisco Carlos Brito Aleluia; Jose Raimundo Freitas Nascimento; Rildo Wellington Alves Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
Representação legal: não há

009.488/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco de Assis Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

009.839/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Maria Salete da Silva Nascimento; Maria do Carmo da Silva Oliveira; Marlene Rocha de Morais; Marta de Oliveira Carvalho; Tereza de Sousa Oliveira; Zuila Soares dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

009.874/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli ME
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

012.597/2009-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Espólio de Pedro Mariano; Joaquim Ferreira Campos; Nery Pereira Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Maria da Vitória/BA
Representação legal: não há

026.498/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Alto Paraíso/RO
Representação legal: não há

027.191/2017-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Responsáveis: Antonio Carlos Buzatto; Helton Yomura; Paulo Eduardo Rodrigues Pinheiro; Robson Campos Leite; Silvana Pereira dos Santos
Representação legal: não há

029.678/2017-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Responsáveis: Arquivaldo Bites Leao Leite; Degmar Jacinto Pereira; Sebastiana de Oliveira Batista
Representação legal: não há

029.680/2017-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2016
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Goiás
Responsáveis: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza; Valeria Mendes da Silva
Representação legal: não há

034.407/2016-2
Natureza: Representação
Representante: Procuradoria Regional do Trabalho - 14ª Região/RO - MPT/MPU
Órgão/Entidade/Unidade: Sindicato dos Estivadores do Estado de Rondônia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

012.687/2016-2
Pedido de reexame em aposentadoria. Julgamento anterior pela ilegalidade e com determinação para devolução de valores indevidamente recebidos a título de quintos. Enunciado 106. Exame.
Recorrente: Lecir Manoel da Luz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: Lecir Manoel da Luz (OAB/DF 1.671); e Teresa Campelo Bezerra (OAB/DF 3.037)
Interessado em sustentação oral:
- Teresa Campelo Bezerra (OAB/DF 3.037), em nome de Lecir Manoel da Luz

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.271/2015-6
Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Arilton Dantas dos Santos contra o Acórdão 367/2017-1ª Câmara.
Responsável: Arilton Dantas dos Santos
Recorrente: Arilton Dantas dos Santos
Órgão s /Entidade s /Unidade s : Município de Tucano/BA e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Representação legal: não há

001.341/2015-4
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os em débito solidário e aplicou-lhes multa em razão de irregularidades em convênio firmado com o objetivo de fortalecer a produção associada de artesanato do município de Guanambi/BA.
Recorrentes: Instituto Cultural e Educacional do Paraguacu-INCEP; Mabel de Bonis Almeida Simões
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado da Bahia
Interessado: Ministério do Turismo
Responsáveis: Instituto Cultural e Educacional do Paraguacu-INCEP; Mabel de Bonis Almeida Simões
Representação legal: Joao Felipe de Oliveira Brito Blom (44.038/OAB-DF) e outros, representando Instituto Cultural e Educacional do Paraguacu-INCEP e Mabel de Bonis Almeida Simões; Dario Calais Gonçalves, representando Inacio Bento de Loyola Alencastro

002.762/2015-3
Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do recorrente irregulares e o condenou ao pagamento do débito apurado, em razão de impugnação total de despesas realizadas com os recursos do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - Peja, no exercício de 2004.
Recorrente: Antônio Ataíde Matos de Pinho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cachoeira Grande/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Antônio Ataíde Matos de Pinho
Representação legal: Antino Correa Noleto Junior (8.130/OAB-MA), Sâmara Santos Noleto (12.996/OAB-MA) e outros, representando Antônio Ataíde Matos de Pinho

010.129/2012-0
Aposentadoria. Pedido de Reexame. Quintos Judiciais. Forma de cálculo.
Recorrentes: Antônio Roberto Brígido de Moura; Francisco Leodegário Gomes; Isaura Amélia de Souza Rosado Maia; José Célio Holanda; Maria Amélia de Souza Rocha; Maria Zélia de Souza Queiróz; Sônia Maria Barbosa de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: Vinicius Victor Lima de Carvalho (OAB/RN 3.074)

033.220/2017-4
Aposentadoria. Auditor fiscal do trabalho. Inclusão, nos proventos de aposentadoria, do bônus de eficiência. Ausência de contribuição previdenciária.
Interessados: Alzira Maria Souza Bacelar; Carlos Alberto Rodrigues Borges; Jaqueline Borges; Maria Clara Pires Venga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

034.468/2017-0
Aposentadoria. Auditor fiscal do trabalho. Inclusão, nos proventos de aposentadoria, do bônus de eficiência. Ausência de contribuição previdenciária.
Interessado: Ana Beatriz Pires de Castro Gradvohl
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
Representação legal: não há

034.474/2017-0
Aposentadoria. Auditor fiscal do trabalho. Inclusão, nos proventos de aposentadoria, do bônus de eficiência. Ausência de contribuição previdenciária.
Interessado: Miguel Coifman Branchtein
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

002.962/2006-0
Expediente apresentado por Paulo Francisco da Silva, ex-prefeito do município de Bonfim/RR, contra Acórdão por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, aplicou-lhe débito e multa, bem como contra o Acórdão que julgou improcedente o recurso de reconsideração interposto.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Bonfim/RR
Responsável: Paulo Francisco da Silva
Interessados: Fundação Nacional do Índio; Prefeitura Municipal de Bonfim/RR; e Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: Clóvis Melo de Araújo (OAB/RR 647), representando Paulo Francisco da Silva

005.541/2016-6
Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em razão da impugnação de despesas realizadas à conta do Convênio Incra/CRT/DF 59.400/2005 (Siafi 544942).
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Responsáveis: Caetano de Carli Viana Costa; Cepatec - Centro de Formação e Pesquisa Contestado; Edilson Pereira dos Santos; e Gislei Siqueira Knierim
Representação legal: Diego de Barros Dutra (OAB/DF 43.146) e outros, representando Caetano de Carli Viana Costa; Edemir Henrique Batista (OAB/DF 45.554) e outros, representando Gislei Siqueira Knierim

005.851/2015-7
Representação formulada pela Secex/MS a respeito de supostas irregularidades verificadas em concorrência do Núcleo de Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e no contrato dela decorrente, que teve por objeto a realização de obra para ampliação de unidade de atenção especial em saúde.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Aderson de Almeida; Jacob Alpires Silva; José Carlos Dorsa Vieira Pontes; Magno da Fonseca Cação; Sandra Maria do Valle Leone de Oliveira
Representação legal: Fabrizio Tadeu Severo do Santos (OAB/MS 7.498), representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes

009.201/2015-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em desfavor de José Gilberto Saggioro, ex-prefeito de Itapuí/SP, Nilvana Guarnieri Fracarolo, ex-secretária municipal de higiene e saúde, e César Augusto Thomazi, ex-diretor municipal de higiene e saúde, em razão da impugnação parcial de despesas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

realizadas com recursos repassados fundo a fundo, referentes ao componente da Atenção Básica de Saúde nos exercícios de 2005 a 2007.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itapuí/SP
Responsáveis: Fenix do Brasil Saúde - Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde; José Gilberto Saggioro; Maria Luiza das Graças Nunes
Representação legal: não há

018.197/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde em razão do não encaminhamento de documentação exigida para a prestação de contas de convênio celebrado com o Município de Pariquera-Açu (SP).
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pariquera-Açu-SP
Responsável: Orlando Milan
Representação legal: Caio Cesar Freitas Ribeiro (OAB/SP 93.364)

Ministro VITAL DO RÊGO

012.366/2017-0
Tomada de contas especial em virtude da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais configurada por omissão no dever de prestar contas do projeto intitulado Tributo a Godofredo Guedes - (Pronac 07-4540).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsável: Gabriel de Freitas Guedes
Representação legal: não há

015.239/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos por meio do Convênio 34/2009 (Siafi 705077/2009), celebrado junto ao Município de Santo Antônio - RN
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santo Antônio - RN
Responsável: Gilson Geraldo de Oliveira
Representação legal: não há

017.839/2017-3
Pedidos de Reexame interpostos contra decisão desta Corte de Contas que considerou ilegais os atos de aposentadoria emitidos em favor dos recorrentes. Análise das razões de recurso.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Interessados: Marcelo Walsh Goncalves dos Santos; Maria das Graças Santos Oliveira; Sebastião Rosa do Nascimento
Representação legal: não há

018.077/2016-1
Pedido de reexame interposto contra decisão desta Corte de Contas que considerou ilegal o ato de pensão civil instituído em favor da recorrente. Apreciação para fins de registro.
Recorrente: Ivaneide Almeida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação : Araceli Alves Rodrigues (OAB/DF 26.720) e outros

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

016.873/2015-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão de desvio de finalidade na aplicação dos recursos de convênio.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Conde/BA
Responsáveis: Paulo Almeida de Oliveira; Prefeitura Municipal de Conde/BA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

028.613/2014-7
Tomada de contas especial instaurada em razão da não apresentação da prestação de contas atinente aos recursos repassados município. Manutenção dos recursos na conta-corrente específica, sem a aplicação no objeto pactuado.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tarauacá/AC
Responsável: Erisvando Torquato do Nascimento
Representação legal: não há

031.992/2015-3
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão de impugnação parcial das despesas de convênio firmado com a Empresa de Turismo da Bahia S.A. (Bahiatursa), que tinha por objeto o apoio ao projeto "Lançamento do São João da Bahia na cidade de São Paulo".
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia
Responsáveis: Empresa de Turismo da Bahia S.A - Bahiatursa em Liquidação; Emília Maria Salvador Silva; Fernando César Ferrero; Rosana Decat França; Weslen Sandro Moreira Santos; Zitomir Souza de Jesus
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

021.064/2017-2
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Angical/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Angical/BA
Responsável: Gilson Bezerra de Souza
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: não há

027.699/2017-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Ibicoara/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibicoara/BA
Responsável: Sandra Regina Gomes Vidal
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: não há

Em 5 de abril de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Primeira Câmara

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Segunda Câmara, de 10/04/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

005.718/2010-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Diniz Lopes dos Santos; Eliene de Paula Pinto; Jairo Altair Georgetti; José Roberto Trombini Novo; Marcio Chaves Pires; Oswaldo Dias; Prefeitura Municipal de Mauá/SP; Vilma Maria dos Santos
Recorrente: Município de Mauá/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mauá/SP
Representação legal: Flavia de Aguiar Pietri Vicente (OAB/SP 332.408) e outros, representando o Município de Mauá - SP; Ivan Antonio Barbosa (OAB/SP 163443), representando Marcio Chaves Pires; Ana Paula Ribeiro Barbosa (OAB/SP 146553), representando Oswaldo Dias; Lincoln Kazuo Koyama (OAB/SP 181473) e outros, representando Jairo Altair Georgetti

005.811/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Elisa Mendes Duarte; Geni Rufini de Souza; Maria Auxiliadora Brito Melo; Maria Ondina Bomfim Lopes; Zilda Calado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

005.830/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Vilma Rosa dos Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Goiás
Representação legal: não há

005.850/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlito Alves Guimarães; Josefa Barros de Sousa; Luciano Barros de Sousa; Maria de Fatima Barros de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Representação legal: não há

005.913/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Willian Esteves Francisco
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.916/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dalila Coutinho Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

005.926/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Leandro Monteiro de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Acre
Representação legal: não há

005.934/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Bezerra de Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenadoria Estadual do Dnocs no Piauí
Representação legal: não há

005.939/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Rufino da Silva; Jose Hermenegildo Ribeiro Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Primatas
Representação legal: não há

005.994/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Helio de Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

006.055/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Creuza Estites
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.063/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cezar Ramon Duprat; Helena Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.065/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ivo Vieira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

006.150/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro Lucas Fontenele Cavalcanti; Leonardo Jose de Mendonca Araujo; Luciana Fernandes Franco Meirelles; Luciano do Rego Silva; Luis Claudio da Silva dos Anjos; Luis Eduardo Carvalho Leitao; Luisa Carvalho Bittencourt; Luiz Fernando Lemos Carvalho; Luzia Arias Martinez; Marcela Lima de Santana; Marcio Theo Cohen; Marco Antonio Evers de Oliveira; Marcos Vinicius de Oliveira Rabelo; Maria Aparecida Barbosa; Maria Estela de Souza Oliveira; Mariana Carvalho de Sousa; Mariana Constança de Araujo Soares; Mariana Lopes da Silva; Mariana Moraes Pereira das Neves; Mario Nogueira Israel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.207/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jose Manoel da Silva Gomes Martinho
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal de Bonsucesso
Representação legal: não há

006.398/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Lucia Penha de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

006.401/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ivan Tadeu Petry; Jacqueline Ribas da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

006.444/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Isabel Oliveira de Andrade Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

006.483/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rodrigo Marques dos Santos Laia Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

006.505/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Alinie da Silva Pichone; Amanda Sarkis Moor Santos Xavier; Ana Carla Sydronio de Souza; Ana Carolina Abdon Guimarães; Ana Paula da Gama Nobrega Rebello
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.507/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Ana Maria Diniz Leite; Ana Nely Rocha de Freitas; Ana Paula Ferreira de Castro; Ana Paula Nascimento de Jesus; Ana Paula Rodrigues Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.508/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Costa Leite; Andre Guilherme Lagreca da Costa Cavalcanti; Andre Luis Paulos de Sá; Andrea Rocha Ferreira; André Perin Shecaira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.518/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Silva Santos; Claudio Coletti Junior; Claudio Peixoto Gomes; Cleide Teles da Silva; Cristiane Bastos Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.522/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielle Vargas Silva Baltazar; Danielly Madruga de Melo Lucena; Dario Pesce de Castro; Debora Cristina Vieira dos Santos; Debora dos Santos Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.525/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eloa Oliveira Nunes; Emir Guimaraes de Oliveira Silva; Erik de Alvarenga Salem Sugui; Evelyn de Abreu Oliveira Faccini; Fabíola Pereira Borba
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.530/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Irece Maria da Silva; Irene dos Reis Ferreira da Silva; Isabela Cristina Nunes da Silva; Isabela de Figueiredo Peryassu; Janaina Cabral da Conceicao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.537/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leonard Coelho Rossi; Leonardo da Silva Sena; Leticia Nunes Marconi; Leticia de Barcellos Lima; Liana Pires dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.541/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Pereira da Silva; Luciana Porto de Oliveira; Luciene da Conceição Ferreira; Lucimara Haypas Olvera; Ludmila Godoy dos Santos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.547/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Paulo Brandao de Oliveira; Marcos Vinicius Fernandes; Marcos Vinicius Monteiro Afonso; Marcos de Castro Moreirão; Marcus Mello de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.553/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Marli da Costa Nunes; Marta Guimaraes da Rocha de Oliveira; Marta da Silva Pereira de Paula; Mary Helen Gay Senna de Souza; Michele da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.554/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michele da Silva Genuino; Michelle Florencio dos Santos; Michelle Neves Goncalves; Mirla Ferreira de Souza Alves; Monalisa Suian Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.559/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Patricia Valeria da Silva e Silva; Patricia Veloso Figueira; Paula Baptista Goncalves Candida; Paula Bittencourt Gomes; Paula Cristina Pereira Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.571/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson dos Santos Cruz; Rodrigo Araujo Góes dos Santos; Rodrigo Cutrim Gaudio; Rodrigo Lucas do Valle; Rodrigo Mazzarone Gomes de Sa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.575/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Rosiane de Andrade Lima; Rute de Oliveira Bezerra; Sandra Maria de Mesquita Lourenco; Sandra Regina Santos de Jesus; Sandra Regina da Silva Lemelle
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.576/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Saulo da Cruz Monteiro; Selene Alvares de Oliveira; Shisleide Pereira Dantas; Sidney Pacheco de Souza; Silvania Oliveira de Carvalho Mondego
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.743/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Soares de Jesus; Aleine Leite Santos Correia; Alessandra Augusta dos Santos Silva; Alessandra Renalle Almeida Amado; Alessandro Moretti Silva; Alex Sandro Moraes Silva; Alexander Pereira da Fonseca; Alexandra Cristina de Almeida; Alexandra Miranda Ribeiro; Alexandre dos Santos Terra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.750/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Claudia Dias Geraldes; Claudia Eleonora Torres Affonso; Claudia Oliveira Pinheiro; Claudia Regina Martins do Nascimento; Claudio de Paula; Cleane Saraiva Tavares; Cristiane Azevedo de Oliveira; Cristiane Maria Santos Leite; Cristina Lane Ribeiro Dantas; Cristine Barroso Caldas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.755/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Franklin Martins Barbosa; Gabriela Paz Hidalgo; Gerson Marques Pires de Saboia; Geyson da Silva Lago; Gilmara Abreu da Silva Cavalcante; Gregorio Bittencourt Ferreira Santos; Guilherme Aurelio da Silva Arantes; Gustavo Hoff; Herison Perdigão Lucas da Costa; Ibelza Maria da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.761/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcia Aparecida de Oliveira Marques; Marcia Azevedo Pereira; Marcio Augusto de Lima; Marcio Neves Nolasco; Marcio de Souza Sergio Dantas; Marcio dos Santos Fortes; Marco Antonio dos Santos Quaglioz; Marco Luis Pereira; Marcos Roberto dos Santos; Marcus Vinicius Barbosa Peixinho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.766/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Ludmila de Mello Lima; Patricia Mendes de Souza; Patricia Monteiro Cruz; Patricia Ulisses de Carvalho; Paula Regina Dunguel Nunes; Paulo Henrique Oliveira Weiss de Carvalho; Paulo Jose Macedo Brito; Paulo Lourenço da Silva; Pedro Gomes Caetano; Pedro Guilherme Santos Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.770/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sabrina dos Santos Lages; Sandra Silveria Ramos; Sandra de Araujo Martins; Sheila Correa Cardoso; Sidney Richardson de Araujo Costa Roriz; Silmara Ribeiro dos Santos; Silvia Carla Lins e Barros; Silvio Chaves Alves; Silvio Mendes Evaristo; Simone Costa Guadagnin
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.986/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Isabel Cristina Oliveira da Cruz; Rita de Cassia da Silva Medeiros; Rose Maura Machado da Costa; Simone Freire da Rosa; Simone Pires de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

007.742/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Roberto Pimentel Macedo; Franciely Veiga Ferreira; Isadora Cambraia Pereira; Josie Adriane Teixeira; Nara Aparecida Machado Antunes; Shirlei Fagundes Benitez Coelho; Shirlei Moraes Fernandes; Silvia Pauli; Simone Goncalves; Valeria Rosangela Mazuim Klatte
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

007.747/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberto Treiguer; Ana Luiza Tainski de Azevedo; Andrea Guedes Mendes; Carolina Sander Reiser; Claudia Luisa Bittencourt de Souza; Ismael Borges Moraes; Juliana dos Santos Casarolli; Rafael Vergani; Rochele Silveira Souza Goncalves; Thassia Negri
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

008.006/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cheila Borges Pires; Daniele Tavares Marin; Fernanda Picetti dos Santos; Gislaine Bonato Guerra; Marta Elisabete Flach; Regina Anderson; Vitor Schneider Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

008.603/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Joselina de Miranda Ribeiro; Maria Elisa Silva Lobato; Maria Francisca Cunha dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

008.607/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Divina dos Santos Soares; Getulio Sessim; Zeny Pessoa de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

008.973/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janine Giubrti Coutinho; Lainah Reis Arruda; Marcilio Marquesini Ferrari; Tiago Augusto de Alegria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

009.128/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Carolina Bergamaschi Zilio
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

009.141/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luzinete Lima Custodio da Silva; Marcus Vinicius da Silva; Maria Cristina Albuquerque Silva; Rachel dos Santos Marques; Thais Braga Pereira Schiatti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

009.289/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Virginia Mendes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

009.464/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Délvia Maria Brandão Nobre
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

009.468/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jonacy Carlos Pancieri
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Espírito Santo
Representação legal: não há

009.470/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria da Gloria Lopes da Silva; Maria da Penha Cutrim Milen; Marilene de Jesus Barros Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

009.474/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Nivaldo Gonçalves; Rosa Maria Antunes Teixeira de Moraes; Zeomil Ferreira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

009.481/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Cristina Pinto Avila dos Santos; Maria Celia Resende Djahjah; Maria Luiza Mendonça dos Santos; Rosimere de Oliveira Fernandes; Tania Rodrigues Silva; Tânia Mary Coutinho de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

009.546/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Guilherme de Oliveira Doetzer
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

009.644/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Antonio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas
Representação legal: não há

009.699/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedito Fernandes Brilhante
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

009.704/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Angrla Maria do Nascimento Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

009.705/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Wolney Valente
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Tocantins
Representação legal: não há

009.712/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Eulina Fontes Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

009.721/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Marilza Pereira Maria
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Nacional de Primatas
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

009.732/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Sebastiana Gonçalves da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Dnocs - João Pessoa/PB - MI
Representação legal: não há

009.758/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Gleice Kelli dos Santos Almeida; Jahyra Sampaio Milhor de Brito; Maria Rita Fernandes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

009.761/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Tereza Ribeiro Pacheco; Mario Marques Henrique Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

009.762/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Breno Fernandes Madureira Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

009.835/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Zilda de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

006.254/2013-6
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Embarga nte: Guilherme Cruz de Souza Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Petrolina/PE
Representação legal: Rodrigo Rangel Maranhão (OAB/PE 22372)

006.375/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Roberto da Silva; Cesar Ramos Filho; Dewson Paulo Palmeira; Dulce Aparecida de Carvalho; Elizabeth Amaral Bastos; Elza Nunes Gouveia; Marcos Alexandre Maia Pinto; Miriam Tavares; Noeli Gomes Ruffo Tercero; Rubens Vicente da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

006.841/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Silva Moura; Carolina Santiago de Assis; Ciro Correia Rebelo Filho; Fabio Nuno Marques da Vinha; Laura Rodrigues Alves Soares; Rafael Andrade da Cruz; Vitor Monteiro Pessôa; Warley Gomes dos Santos; Yasminne Marie Lobo Alves Sodré
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

007.400/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Gonçalves Lisboa; Ivan Santos Pereira; Jean Michel Pomagerski; Joice Vargas de Lima; Marcio Jose da Silva e Souza; Marcos Cordeiro da Silva; Muriel de Freitas Reis de Oliveira; Rayanna Elaine Vieira Alves Silva; Reginaldo Santana de Andrade; Robson Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A.
Representação legal: não há

007.959/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adoniram Pereira Ramos; Andrea Djanira Santos de Paula; Erika de Quevedo; Laura Uacila de Oliveira e Sousa; Leandro Batista Abdalla; Luana Carvalho Valadares; Paulo Felype do Nascimento Silva; Tacio Neves Frota Souza; Thayssa Natasha Oliveira Kutchenski
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.088/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deborah Cantoia Luiz Tuma; Jessica Elisa Dotta Pinto; Luciano de Carvalho Villa; Moyses Lacerda Agapito; Yuri da Rocha de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

008.877/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Jaroseski; Alex de Almeida; Breno Avelino Machado; Carlos Eduardo Fortuna; Fabricio Regis Hoff; Leonardo da Costa Pires; Maximiliano Mendes Bueno; Rodolfo Almeida Sacoman; Vitor Jose Roza da Silva; Vladmir Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A
Representação legal: não há

008.882/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Franciele de Oliveira Silva; Dayne Sanmya Fonseca Almeida; Drielly Silva Souza; Elbiane de Almeida Lima; Fernanda Prudencio de Moura Sobrinho; Marcelo Neves Vidal; Natalia Caroline Silveira Corgozinho Costa; Renato Pereira Goncalves; Rogerio Maia Mendes; Rosana Silva Faria Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT
Representação legal: não há

009.619/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Djane Maria Soares Fontan; Dyanshirley Lessa da Rocha; Edenilson Vicente dos Santos; Edmilson dos Santos Silva; Edsamy Dantas da Silva; Edson Tenorio do Nascimento; Edson dos Santos; Ernesto Herculano de Albuquerque; Esron Pinho; Fabiano Coutinho Malheiros; Fabricio Paulo de Barros; Fabrizio Malta Oliveira; Flavio da Silva Forte; Francirley Paz da Silva; Francois Barbosa dos Santos; Gabriel Arcanjo Mello de Oliveira; Glemerson Guimaraes Souza; Isaac Alexandre de Melo; Jenifer Lais de Oliveira Leao; Johanna de Melo Santos Rodas
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Energética de Alagoas
Representação legal: não há

009.624/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Morgade Fernandes; Jose Luiz Bomfim Braga; Juliana Pinto Pimentel; Luiz Henrique da Cunha Filho; Tiago de Avila Acquaviva
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

009.640/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janaina Duarte Rodrigues; Jhonatan Villela de Araujo; Marilia Melo de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

028.866/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Elementus Soluções Ambientais Eirele EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62929) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.377/2014-7
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Pelotas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pelotas/RS
Representação legal: não há

001.995/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alba Costa Leal; Antônio Ernesto Blois Castro; Flávio Luiz Sieburger Costa; Ioneide Godoi Petroni; Jorge Luiz Carrão; Maria Eleoni Gomes Soares; Paulo Dirceu Oliveira Prestes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.097/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heloísa Azevedo de Barros; Hugo Andrey Marinho Paixão; Isabela de Paula Dias; Jhonathas David Torres da Silva; Juliana de Oliveira Martins; Julliano Edwards Borba; Luciana Vaz do Vale; Lucianna Cristina Oliveira de Albuquerque; Marina Ferreira Pereira; Matheus Felipe de Quadros Pilar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

003.135/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natália Francisca Gomes dos Santos; Nila Gouveia da Mota Martins; Paulo Felipe Mendes de Sousa; Paulo Ricardo de Oliveira; Paulo Vinício Neves de Alencar; Rafael Alves da Silva; Raul de Freitas Cruz; Rodrigo Gotardo Nascimento Lima; Thyago Dutra Lisboa; Vinícius Machado Galdino
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: não há

003.707/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Arruda Marchese; Danielle Aparecida Ferreira de Sousa Lima; Danielle Salgado Dantas; Danilo de Lima Capobianco; Davi Gonçalves Pereira; David José Galli Filho; Débora Ariana Brambilla; Débora Jacqueline Pereira dos Reis; Denys Eduardo Jesus Magalhães; Diego César Santana Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

003.711/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Souza de Loyola e Silva; Felipe Viana Mendes; Fernanda Alves Noia; Fernanda Basso; Fernanda Correia de Castro; Fernanda Leal Couto; Fernanda Soalheiro Gonçalves; Fernando Souto Seixas; Flávia Cristina Maestu; Flávia de Melo Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

003.778/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Cordeiro Bocchini; Filipe Siqueira Vieira; Maycon Vicente Inácio; Wanderly Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
Representação legal: não há

003.783/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: João Wellington Leite Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

003.788/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiane Lamounier Baptista Chagas; Eduardo Wolff Rodrigues; Geovani Costa Bezerra; José Pereira Filho; Kennedy Santos Braga; Liv Lessa Lima de Holanda; Talita Lima da Cruz; Tamyres Gouveia Gomes; Vinícius de Brito Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 5ª Região/PE
Representação legal: não há

004.016/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Pellicer Martins; Fernanda Prudêncio de Moura Sobrinho; Fernanda Ribeiro Pinto; Francisco Thiago Pinheiro Leitão; Gabriel Peixoto Dourado; Gabriela Lima de Oliveira; Guilherme Batista de Paula; Hallisson Costa Glória
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

005.658/2018-7
Natureza: Representação
Representante: José Ricardo de Antoni
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

005.837/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria de Lourdes Campos Viana; Maria de Lourdes Campos Viana; Nize Helena de Avelar Fonseca e Lemos; Rita Alves de Oliveira Albergaria; Zilda Lucas Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.841/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Américo Monteiro de Siqueira; Iris Lodeiro Chaguri; Maria José Vaz Cavalcanti; Yacy de Oliveira Silva; Yeda Brandao Nogueira de Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

005.895/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Jorgete Francisco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

005.937/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Emilio Passos Carvalho Quintas; Lenivaldo Gaia do Nascimento; Maria Valdete Alves Pereira; Marlene Altomare dos Reis; Yara Pereira de Carvalho Salek
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

005.960/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Cleto Lopes de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Representação legal: não há

005.961/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sérgio Pfutze Rodrigues e Yun Suk Han
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.015/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Julita Bohrer Pitrez
Órgão/Entidade/ Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há.

006.018/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Leila Guarçoni Paiva Gonçalves Ribeiro e Sérgio Cabral Gaio
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

006.019/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Laura Bitencourt Damico
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.022/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Odany Moreira
Órgão/Entidade/ Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Representação legal: não há.

006.023/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Juraci Lopes de Queiroz; Maria Luzia Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

006.025/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gelson Antônio Sapia e Maria Zulmira Queiroz de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

006.029/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Dias da Silva Pedroza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

006.030/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eleida Rodrigues Moreira e Henrique Jacob Wainer
Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há.

006.033/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geovani Hipólito Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

006.062/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Cozzi Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.240/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Igor Magno Costa de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

006.273/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natasha Rocha Nogueira de Sá e Rodrigo Góes de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

006.328/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Aparecida Santos Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
Representação legal: não há

006.330/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Eliana Aparecida Cortezi de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.379/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Zaira Gouveia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

006.426/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria do Perpetuo Socorro Freire Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

006.892/2018-3
Natureza: Representação
Representante: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Mato Grosso
Representação legal: Henrique Lopes do Nascimento

006.968/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Dutra Dadalto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

006.973/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Buarque de Oliveira Vogas; Andrea Correa de Paula; Dimas Soares dos Reis Neto; Eduardo de Souza Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

006.978/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Laura Sousa e Custodio; Caroline Cavalcante Maia Gomes; Ismael Humberto de Santana Clemente; Leandro de Paiva Lopes Silva; Lorrayne Alves Moreira Loureiro; Maria Regina Bruning Gomes de Matos; Matheus Galdino Fontes; Nathalia da Rosa Pires; Thais Andrade Fernandes; Thyairo dos Anjos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

007.390/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adryano Weslley de Oliveira Lopes; Bergson Rodrigues do Nascimento; Janderson Bernardo Lima; Joao Augusto de Siqueira Ferreira; Klerbeth de Meneses; Mario Raimundo Dpaula Rodrigues dos Santos Netto; Moises Lima Alves; Pedro Henrique Andrade Brauna; Pedro Itan de Lima Filho; Sergio Antônio Costa de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Representação legal: não há

007.417/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kleyton Gonçalves e Oliveira; Ladislau Linheira Junior; Laura Rachel de Oliveira Lins da Hora; Laura Rego de Lima; Leandro Soares Moreira; Leandro Teixeira Souza; Leandro Toledo da Silva; Leandro Vilaça Martins; Leandro dos Santos; Lender Goldstein Miranda Basílio
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.419/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lilian Santiago Leite; Liliane de Souza Peron Sales; Lindenberg de Araujo Baião; Lívia Pereira Dutra; Lorena Coelho Barreto; Luan de Sousa Buzato; Luana Trevenzoli Louback; Lucas Briganti; Lucas Guilherme Cavallari; Lucia Ferreira Barbanti
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.420/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Lima de Oliveira Santos; Lucas Vieira Portela; Lucas de Paula Cândido; Luciana Gamarra Guimarães; Luciana Rodrigues Gouveia; Luciana de Araújo Costa; Luciana de Toledo Silva; Luciano Chaves Pucci; Luciano de Mattos; Lucila Degasperi Colichio
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.424/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Fernando de Oliveira Correia; Magno de Oliveira Barbosa; Maira Matsue Shimizu de Sousa; Manoel Isaque Dias Nogueira; Marcel Arthur Borges; Marcela Ferreira dos Santos; Marcelo Alves Reis; Marcelo Barros Binotto; Marcelo Czecoski Brandi; Marcelo Estanislau de Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.426/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marco Aurélio Vieira de Souza; Marco Tulio Almeida de Melo; Marcos Etiene Bomfim; Marcos Vinicius Heck Franke; Marcus Vinicius Silva de Oliveira Cruz; Maria Fernanda Aparecida Rangel Piniano; Maria Ligia Bolanho Lopes; Maria Lúcia Macedo; Maria Stella Vidigal Barbosa de Almeida Costa; Maria Yolanda Oliveira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.427/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Grecco Garcia; Mariana Guimarães Ribeiro dos Santos; Mariana Martins de Faria; Mariana Ribeiro Vieira Martinez; Mariana Soares de Assis; Marilucia Oliveira Silva; Marleo Araújo Marques; Mateus Azevedo Pansani; Matheus Fernandes Van Dender; Matheus Martins Rolim
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.428/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Matheus Tavares Barros; Maurício José Vicente Pereira; Maurício Junior Borges de Souza; Maxmiliano Huve Goethel; Mayra Terto Zafra; Michele dos Santos de Oliveira; Milena Rodrigues Fiorindo; Milton Martins Carreira; Mirela Pires Gomes; Mirella Yonezawa
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.431/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patrícia Alves de Souza; Patrícia Fernandes Benedet; Patrícia Ferrarini; Patrícia Figueiredo Haddad; Patrícia Silva Cavalcante; Patrícia de Andrade Cabral; Patrick Alves Amorim; Paula Nascimento da Silva; Paulo Augusto Pereira Filho; Paulo César Costa Pelegrino
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.433/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Phabulo de Vasconcelos Bertunes; Phelipe Diniz Guimarães; Phlavio Augusto Freitas Araújo; Plinio Leite Lemes da Silva; Priscila Hungaro Davies; Priscila Kesley Oliveira Santana; Priscila Maria Santiago de Moura Lasch; Priscila Resende Bitencourt; Rachel Ferreira Moreira; Rafael Conteratto
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.434/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Furtado de Sousa; Rafael Korbes Zonin; Rafael Lourenço Rosa; Rafael Macedo Guimarães; Rafael Tavares Sobreiro; Rafaela Dalila Lima Rocha de Oliveira; Rafaela Mota Gomes; Rafaella Pereira Gobbi; Raphael Armando Branco Felix da Silva; Raphael Souza Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.435/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel Betânia Menezes; Raquel Consteila Ribeiro; Raquel Ferreira de Sousa; Raul Edgar Borges das Neves; Rayssa Soares Mendes; Regiane Aparecida de Andrade Silva; Regiane Maues Pinheiro; Regiane Pereira da Silva Santos; Renan Henrique Lourenço; Renan Mozer da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.438/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberto Jung Maduell; Robson Micael Ramos; Robson Silva; Rodolfo Antônio da Silva; Rodolpho Souza Santos; Rodrigo Fukuhara Souza; Rodrigo Junior de Oliveira; Rodrigo Santos Neves; Rodrigo dos Santos Seles; Roger Farias Mercado
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.439/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Romário Teixeira Oliveira; Romulo Santos Muniz; Romulo Sobral Barbosa; Ronaldo Amaral Cardoso; Ronaldo Milhomem Macedo; Ronaldo dos Santos Carneiro Reis; Roney Alves de Freitas; Ronie Anderson de Sales Balhe; Rosangela Gonçalves de Lima; Rosangela Poersch Veit
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.440/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ruam Arievilo Moreira; Rubens Oliveira Lobo; Rubens Teixeira Nogueira Junior; Sabrina Waideman; Salesio de Souza Dourado; Samantha Lais Andrade Santana Pinheiro; Samuel Filipe de Oliveira; Samuel Luiz Guimarães Garofalo Araújo; Sandra Mara Ruocco Lizarelli; Sandro Aparecido Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.441/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sarah Caroline Didone; Saulo de Oliveira Sebastiao; Savius Carvalho Pereira; Sergio Paradela; Shariel Ariadne Manhaes da Silva; Sidney Siqueira; Silane da Silva Lisboa; Silmara Pereira Rolao; Sueli de Oliveira Brito; Taiane do Amarante Manganeli
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.443/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thaiza Gonçalves Lima Pessini; Thales José Fontenelli Maffra Soares; Thiago Balbino da Costa Lima; Thiago Lopes de Paula; Tiago Camatti; Tulyo Kaios do Nascimento; Ulisses Alexandre Prezoto; Vagner Alves Faria; Vagner Magalhães Alves e Silva; Valdir Lopes da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.445/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinícius Gomes de Almeida; Vinícius Leony de Oliveira; Vinícius Lima Martins; Vitor Rossi Victor; Vitor Silva Santana Santos; Vivian Paiva Mena; Viviane Wandalsen; Warlley Felipe Ferreira Costa; Wellington Carlos Mendes Junior; Wellington Mateus da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.446/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Welton Sousa Gouveia; Wesley Constâncio de Souza; Weslley de Jesus Santos; William Henrique da Silva Gomes; Willian Kumayama Morioka; Wolney Gargitter Caetano; Yago Loran Santos Farina; Yasmim Leal Medice; Ygor Yamamura Oguido; Yuri Moreno Madera
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.564/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filippe André Guedes de Carvalho; Francisco Diego Cardoso de Oliveira; Igor Jeisper Barbosa da Silva; Matheus Gurgel Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.739/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agda Maria dos Santos Costa; Alexia Anjos de Barros; Alisson Santos Rocha; Damião Pires de Sa; Elias Azeredo e Silva; Erico Eduardo Alves Pereira Costa; Luiz Felipe Oliveira Carvalho; Maxwell Silva Nascimento; Moacir Rafael Alves de Santana Filho; Pedro Maycon Leal Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.740/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ian Nicolas Caballero Cuellar; João Marcos Borges dos Santos Alexandre; Josinilton Bezerra de Sousa; Laíse Coelho Montanha de Castro; Marianne Coelho Dantas; Priscila Rodrigues Silva; Rafael Alves de Sousa; Rafael Rodrigues Cavalcante; Renan Benicio de Barros; Thais Mendes Lima Marcula
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

007.749/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Sakamoto Morgato; Diego Alves Guimarães de Oliveira; Elielton Chaves Frazao; Leonardo Belato dos Santos; Márcio Junio Lima Barreto Pereira; Paulo Victor Araújo de Carvalho; Pedro Brito Santos; Sandro Atahualpa Guedes Silva; Wanderson José Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Banco da Amazônia S.A.
Representação legal: não há

008.015/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Xavier Lima; Dario de Figueiredo Valente; Marcelle Silvia Pinto; Sílvio Fernando de Carvalho Brasil; Valéria Braga Santiago de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
Representação legal: não há

008.041/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diana Pereira Bezerra; Wallas Eccard Salgado da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Representação legal: não há

008.046/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adailson Cecílio Madeira; Fátima Lourdes Burille Schneider; Michele Kedina Cardoso Bandeira; Rafael Marcon Pinto; Talita Maria de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Representação legal: não há

008.049/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriane Dias Barbosa; Bruno Cezar Verga Brumatti; Camila da Silva Sandim; Deborah Santos Congro Bastos; Edwilson Borges de Almeida; Erika Harumi Kanezaki; Glenda Rodrigues de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.052/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Reis Fernandes; Carolina Sanches Valerini; Deborah Thais Lapini; Eliane de Farias Martinez; Guilherme Guerra Murat; Hellen Laís de Sá Araújo Zaloncini; João Donato da Cunha Ferreira; Joelma Vitorino Ferreira; Monique Camila Basso; Rogério Vaz Valério
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.057/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jéssica Moraes dos Santos da Costa; Nathan Aceti David Silva; Rosane Silva Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

008.066/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Jean Pinheiro; Jéssica Ramos Nepomuceno; Leonardo Suruagy Motta Lobato Tenório; Miller Felix de Souza; Pedro Anderson Sampaio de Almeida; Roseane Fuga; Silas Santos Oliveira; Thais Virginia da Rocha Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR
Representação legal: não há

008.069/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cacana Maloz; Henrique Guebur Araújo; Juliana García Alves; Letícia Almeida de La Rue; Luís Antônio da Silva Junior; Marcus de Freitas Gregório; Maria Valeria Grazziotin Dutra; Mateus Balbinot; Roges Luiz Zanellato; Thiago Alves Duarte Faerman Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

008.072/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcos Machado da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
Representação legal: não há

008.075/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ludmila Pires Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Pará
Representação legal: não há

008.083/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexssander Saraiva Martins; Ana Cristina Teixeira Cyrino Santos; Anderson Luís Alves da Silva; Cláudia Maria Almeida de Jesus; Raquel Fernandes Carlos; Yasmin Camille Silva Mesquita; Yuri Alisson Carraro Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Representação legal: não há

008.090/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Henrique Silveira da Rosa; Vanessa Harumy Soken
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

008.097/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Renato Carvalho Nobre D`Alcântara
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

008.109/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Castro Luz Buzato; André Luís Tomadao; Antônio Delfino Pereira Junior; Caroline Gomes de Mello; Fernando André Silva; Jessyca Matthes do Nascimento; José Gustavo Martins Tosta; Marcelly Mancilha Guedes Bacci; Michelle Aparecida Pereira; Osvaldo Antônio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

008.769/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréia Aparecida Trevisan Molina; Daniela Montiel Silvera Ferreira; Guilherme Araújo Freire; Guilherme Mombelli Rodrigues de Oliveira; Isaac Matheus Olivatto; Juliana Pereira; Karla Ticianel Jardim; Maura Marcolino; Rafael Rema de Oliveira; Rubens de Mello Gabarron
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.770/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandra Andrade; Emille de Oliveira Monfardine; Felipe Guilherme Reginato; Heloisa Pestana Glasser; Marney Zocante; Pedro Henrique Lins Gryschek; Ricardo Assunção de Farias; Tiago Borges de Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.771/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Blanco Wojtowicz; Rafael Minervino Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.773/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Felipe Alves Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

008.783/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Uesglei Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

008.784/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nathalia Ribeiro Fagundes; Pedro Henrique Silva dos Santos Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

008.869/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brandon de Almeida; Bruno Yuity Shimabukuro; Cauã Vieira da Silva; Clezio Alves de Oliveira Junior; Dayana Rosa dos Santos; Jaqueline de Almeida Oliveira; Jawad Mustafa; Larissa Venâncio Calil; Maikon Rudne Ribeiro; Odelita Salles Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.871/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Barbosa Stamm; Cristiano do Carmo Harasymowicz de Almeida Taguatinga; Dinamene Nascimento Nunes; Socrates Leão Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.872/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Vianna de Castro; Paulo Henrique Caetano Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

008.875/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ângela Maria de Souza Vieira; Jonas Ferreira Ângelo de Deus; Lívia Zucatelli Salvador
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

008.879/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maira de Souza Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

008.885/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jurandir Carvalho Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Representação legal: não há

008.886/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Constance Matos Araújo Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

008.887/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Bruno Soares Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

008.890/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Westley Batista de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES
Representação legal: não há

008.901/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda de Almeida Gomes; Antônio Demétrio de Morais Rodrigues; Euclides Felipe da Silva Neto; Priscilla Dayane Santos; Tiago Silva Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Representação legal: não há

008.916/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Ribeiro Maracajá; Bruno Franca Sobreira; Bruno Furlan; Bruno Henrique Mascarenhas Nebias; Bruno Lima Previtera de Andrade; Bruno Orsi Teixeira; Bruno Portella dos Santos; Camila Lorenci Mallmann; Carla Aita Hopner; Carla Maria Pigozzi Zanetti; Carla Regina O. Caldeira de Andrada; Carlos André Coutinho Espindola; Carlos Augusto Peixoto Reis; Carlos Cortes Vieira Lopes; Carlos Eduardo dos Santos Silva; Carlos Sampaio de Oliveira; Carolina Arbex Bersi; Carolina Dolabela de Lima e Vasconcelos; Caroline Carvalho Batista; Catiucia Muller
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.918/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elmarene Monteiro Alves de Andrade; Emanuella Regina Mendes dos Santos; Emmirelly Kalliny Silva de Araujo; Erica Dias Argolo; Erica Soares Gusmão; Erica Yokota Martinez; Eucilene Mendes Duarte Rangel; Euripedes de Oliveira Emiliano; Everton Sampaio de Menezes; Fabiana Brolo; Fabiana dos Santos Barros; Fabiane Mendes Ferreira; Fabiano Bastos Carvalho; Fabio Vargas de Andrade; Felipe Cruz Cartaxo da Costa; Felipe Han da Costa; Fernanda Ferreira Costa Carvalho; Fernanda Ferreira Galone Andolphi; Fernanda dos Santos Ramires; Flavia Barbosa Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.920/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Hilder Henrique Cavalcante Maciel; Huesclei Rideque Silva Rangel; Hugo Barbosa Teixeira; Hugo Cabral Victorio; Icaro Liebert Correia Barros; Idalicio Lisboa de Oliveira; Illana Dias Pinheiro; Iracema Izabel Cosme da Silva; Isabela Vieira Borba; Isabella Maria Pereira Goncalves; Ivanete Cardoso Sobrinho; Jaciele Neves Ferreira; Jaqueline Del Vale da Silva Buso; Jersica Oliveira Sousa; Jéssica Valério Moraes; João Carlos Assunção Marques; João Henrique Pereira de Oliveira; Joel da Silva Batista; José Eduardo Paloni Varanda; José Medeiros dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.923/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Carlos da Silva Filho; Luiz Carlos de Bastos Filho; Luiz Emmanuel Góis de Araújo; Luiz Henrique Nunes Fabiano de Almeida; Luiza Batista de Assumpcao; Luiza Eunice Barbosa Gode de Vasconcelos; Magnus Ricardo de Góis; Maicon Batista Novais; Maicon Cellarius; Maira Borges Pinheiro; Maira Martins Almeida da Silva; Maita Doria Cohen; Manuella Beatriz Santos Vieira; Marcel Yugo Mimura; Marcela Michel Stefanello; Marcelo Henrique Silva Lima; Marcelo Pinheiro Machado; Marcelo Yukio Lopes Kurita; Marcelo da Silva Roberto; Márcio Bastos de Melo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.924/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marconi Lins de Albuquerque Lafayette Araújo; Marcos André Soares Farias; Marcos Carneiro da Cunha; Marcos de Jesus Medeiros; Marcus Vinícius Duarte Malta; Margareth da Silva Ferreira; Maria Aparecida Cunha; Maria Cristina Correa Mancini; Maria Cristina de Oliveira Ximenez; Maria Inez de Godoy Pelozo; Maria Verônica Souza Nogueira; Mariana Alves Pontes; Mariana Bezerra Nobrega; Mariana Neves da Silveira; Mariana Parizotto Almeida; Mariana Ratzka da Silva; Mariana Soares Abreu; Marina Sponchiado Miura; Marisa Damato Cancio; Mateus de Castro Catão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.930/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosana Vanessa de Assis; Roselaine Moreira Alves; Rozimery Cavalcante da Fonseca Roma; Rubens Quaresma Santos; Sabrina Martins Magno Santos; Sabrina dos Santos Velasques; Samilla Ribeiro de Souza; Samira Salvalagio de Carvalho; Sandra Regina Carvalho Matias; Saulo Paulo de Tarso Sena Lima; Sheila Tavares Tallon; Shirley Lucio de Sousa; Silvana Bezerra de Castro; Silvia Helena Tosta; Silvia Kelli Pontes; Simone Alves do Nascimento; Simone Contin; Simone Miyuki Massukado; Sirlaine Lage Bonifacio Marcucci Pracucho; Sirlei Schardosim Vigolo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.931/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sonia Aparecida Biazotto; Soraia Pina Vasconcelos; Soraia Villanova Loretto; Stella Regina Rissi; Suellen Carol da Costa Sousa Moreno; Suiane de Souza Silva Godoi; Tainara Pinheiro Magalhães; Tais Barros de Franca; Talitha Yukiko Ikegami; Tarcísio de Lima Oliveira; Tarik Ferreira El Harim; Tarso Wayhs Tech; Tathiana Capeto dos Santos; Tatiana Inagaki Takahashi; Tayma Batista Rodriguez; Taíza Irene de Haro; Tedea de Abreu Teixeira; Thais Leite Cunha; Thais Santos de Oliveira; Thais Scattolini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.933/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Washington Patrick Barros Matos; Welder dos Santos Dias; Yana de Moraes Pereira; Yuri Excalibur de Araújo Pereira; Ywanoska Cavalcanti Lisboa; Zaira Paiva Machado Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.031/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Rodrigues da Silva; Diogo Junio Barbosa Sousa; Jorge de Oliveira Noronha; Laís Mikeline Crisostomo; Maria Neblina Orrico Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

009.035/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Daiane do Carmo Mateus
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe
Representação legal: não há

009.038/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Icaro Di Carlo Meneguini Scaglia
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Representação legal: não há

009.040/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wadler Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

009.041/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Santos de Andrade Pizzol
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

009.042/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Lopes de Oliveira; Eliete Santos de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

009.045/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Felipe Falci Franco
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

009.062/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anderson Martins Mirabile
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Representação legal: não há

009.195/2015-7
Natureza: Mera Petição
Recorrente: Mellina Torres Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Piranhas/AL
Representação legal: Carlos Guido Ferrário Lôbo Neto (OAB/AL 12.922) e outros

009.347/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jefferson Dantas Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

009.431/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Petrônio Correia Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Representação legal: não há

009.438/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rene Bernardino Vargas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

009.551/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Luis de Almeida Silva; Alan Kardec Lobato Sardinha de Melo; Alina Maria Pinho Maia; Ângela Eika Pimentel Amado; Beatriz Matos Pessoa; Bruno Terra da Silva; Cinthia Mariane Wochnik; Cleiton Alves Camargo; Cristiano dos Santos Rhoden; Cristina Harue Saito; Danielle de Lima Barbosa; Danilo Silva Moreira; Dayanny de Oliveira Lobato; Eduardo da Costa Oliveira; Elissonia de Rezende Potin; Ellen de Oliveira Albuquerque; Eneias dos Santos Coelho; Fabiana Alves Brito Granemann; Felipe Lemons Moreira; Felipe Pereira Niquini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.554/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva; Júlia Cantanhede Flores; Juliana Carvalho de Oliveira Cei; Júlio Cesar Santos; Júlio Maria do Carmo Neto; Kamilla Matias da Silva; Kenio Nery Alves do Espírito Santo Gomes; Laís Bezerra André; Laís Durval Leite; Laís de Araújo Primo; Larissa Oliveira Carmo; Lediane Saraiva Santos; Lenita de Almeida Nóbrega Carvalho; Leonardo Andrade Lima Vidal de Araújo; Liana Antero de Melo; Lígia Francisco de Deus; Liliane da Silva Machado; Lívia de Mesquita Mentz; Lorena Laís Abner de Lima; Luana Queiroz Focetola
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.556/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Melina Frantz Becker; Michael Douglas Ponciano Borges; Michelle de Oliveira Teixeira Martins; Milena Gadelha Carvalho; Monalisa Silva do Nascimento; Murilo de Souza Martins; Naiara Santos da Cunha; Nasle Dogan; Natanne Lira de Morais; Nathalia Galli de Bortoli; Neuza Ribeiro Paiva; Ney Gustavo Paes de Andrade; Núbia Araújo Silva; Nuria Carine Borges Freire Rios; Patrícia Maria Carvalho; Patrícia Yassumoto Hirata; Paula Larissa Brasileiro de Morais; Paula Leopoldina Cajaseiras Mourão; Paula Maria Linhares Paiva; Paulo Henrique Neiva da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.558/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raquel da Silva Lima; Raquel do Vale Almeida; Raul Pereira Lisboa; Rejane Maria Rodrigues Neves; Renata Bomfim Martins; Renata Caroline Leão da Cruz; Renato Amaral Ribeiro; Renato Soares Peres Ferreira; Renato do Rego Valença; Roberta Câmara Ferro Ribeiro de Gusmão; Rodrigo Lopes; Rodrigo Netto de Araújo; Rodrigo Pinheiro Nobre; Rodrigo Vasconcellos Pinto; Rodrigo dos Santos Alves; Rogério Ferreira Vieira; Rone Ferreira; Rosana Ribeiro Lima; Rosimary Ferreira Lima; Sady Heyse da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.559/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro; Sérgio Paulo da Silva; Sheila Nobre Ferreira; Silas Santos Oliveira; Silton Luís de Oliveira; Sophia Nóbrega Câmara Lima; Stefan Espirito Santo Hartmann; Stenio de Oliveira Neto; Sue Ellen Karla Souza Brandão; Talita Barbosa de Carvalho; Talita Gualberto Ribeiro; Talita Lonelli de Lima Costa; Talita Rebouças de Freitas; Talles Mendonça de Lima Paiva; Tatiane Caroto Cano; Tereza Cristina Sales Silva; Thais Alves de Souza; Thalita Cristina Rodrigues Neves; Thallys Gomes de Sousa da Silva; Thaysa Abruceze dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.685/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dário Martins de Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

009.686/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Anésia Nogueira Serra
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

009.726/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raimundo Nonato Santana Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

009.729/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Ofélia Tavares Hardman
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

009.829/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Helena de Paiva Correa; Vanilda de Fátima Antoneli Lima; Wilmar Cardoso da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

009.846/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Elia Torres Simões
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

016.284/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit na Paraíba
Representação legal: não há

017.248/2016-7
Natureza: Embargos de Declaração (Aposentadoria)
Embarga nte: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Interessado: Oscar Zandavalli Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

023.351/2008-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cristiane Moraes de Oliveira; Cristina Moraes de Oliveira; Delzuita de Oliveira; Felipe dos Santos Cordeiro; Laurinda Angélica Capalupo; Lindomar Barbosa Simfrório; Maria Aparecida Soares Simfrório; Maria José de Araújo Roças; Maria Moraes dos Santos; Marli Barbosa Simfrório; Sheila Soares Simfrório; Terezinha Barbosa de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

028.193/2017-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cantídia Maria Poli
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

033.480/2017-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria de Fatima Paulo Teles; Valmira Siqueira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Pará
Representação legal: não há

033.542/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Marisa Ribeiro Guimarães da Silva; Shirley Rose Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.684/2017-1
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Palmares/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmares/PE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

002.009/2018-8
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Adelaide Carolina Corrêa Wildt Pereira; Carmen S. da G. de C. Lucas; Dalva Pereira Salles; Geny Teixeira de Amorim; Maria da Conceição D. da Cunha; Maria de Lourdes Barbosa Lima de Breyne; Neli Mamede Elias Pereira; Noemia dos Santos Welte; Sheila Maria Campos Pereira; Teresa Martins de Moraes; Vaste Gomes da Silva; Waldette Cury de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

002.014/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Hélio Serejo; João Damasceno Brandão Filho; Luis Afonso dos Santos; Luiz Afonso dos Santos; Marcelo Vidal dos Santos; Wanderlei Luiz de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE
Representação legal: não há

002.015/2018-8
Natureza: Reforma
Interessados: Omar Carreon Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.020/2018-1
Natureza: Reforma
Interessados: Albino de Melo Ferreira; Carlos Alberto Ponce Knese
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

002.027/2018-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Agnes Alves Passebon
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.029/2018-9
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessada: Izaura Dias Evangelista da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.502/2018-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Afra Pessoa de Almeida; Jose Crispim de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.685/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Ely Almerinda Bernardes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.767/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Heloisa Helena Simas de Lemos; Lucia Helena de Lemos Serta; Maria das Graças Gomes de Lemos
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.815/2018-4
Natureza: Representação
Representante: J. F. Construções e Serviços Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT
Representação legal: não há

002.837/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano Escoto Pires; Marilia Reginato Gabriel; Paulo Eduardo Macedo Caruso; Tairo Sartori da Silva; Valentina Morel Correa Rodriguez
Órgão/Entidade/Unidade: Quinto Comando Aéreo Regional - V Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.840/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Lima Ferreira; Flavia Moreno Santos; Gabriel Amaral Mendes Ferreira; Gabriel Antonio Macedo Ferreira; Gabriel dos Santos Winz; Kelly de Souza Duque; Larissa Vidaurre de Aguiar; Vitorio Emmanuel Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.844/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Martins; Elisa Jacinto Fernandes; Felipe Paim Vasconcelos; Marcos Vinicius Valiati dos Santos da Luz; Suzana Guimaraes de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil
Representação legal: não há

002.848/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luis Sobral Junior; Matheus Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 4º Batalhão de Polícia do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.854/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Bovolini Goulart; Gabriel Teixeira Vetorazi Gusson; Gustavo Cantanhede de Sousa; Leonardo de Matos Felippetti Mariano; Mariana Felicio Duarte; Matheus Luiz de Lima; Rafael Rodrigues Delgado; Valnei Ferri Rosa da Silva; Vanessa Rodrigues Alves; Vitoria Bezerra Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.860/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Merize Cardoso; Guilherme Fontes de Almeida; Henrique Pereira Alves; Lucas Andrade de Oliveira Barcelar; Lucas William Bentz Ferreira; Luis Henrique Ferreira Gabriel; Maria Cecilia da Silva Vieira; Marllus Villar Guimaraes; Rodrigo Nogueira Barbosa; Valdemir Pereira Soares Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.863/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Cesar Lima Montanhal; Caio Peixoto Gaspar Ribeiro; Emanuel Santos de Aguiar; Felipe da Silva de Oliveira; Hariel da Silveira Apestegui; Italo Alfredo Rodrigues Alencar Junior; Joao Carlos da Silva Freire; Matheus Barbosa Resende; Rafael Ademilton do Rego Costa Lemos; Renata Alves de Lima Capri
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.865/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Fernandes Barbosa de Oliveira; Alvaro Pereira Duarte; Bruno Morais Cunha da Silva; Caio Martins Fontes de Castello Branco; Gabriel Souza Alvarenga; Kelvin Itamil da Costa; Leonardo Lima Duarte; Luiz Augusto Manzato; Matheus de Andrade Guerra; Vitor Hugo Ribeiro Villela
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.869/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Teixeira Araujo; Caio Moura Ribeiro; David Allan Chagas dos Santos; Dreick Vilaca Guimaraes; Guilherme Alves da Cruz; Joao Victor Leite Marcelino; Jonathan Goncalves Lima; Kylle Augusto Cunha Ferreira; Pedro Henrique de Souza Bernardes; Taylor da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.870/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Silva Portilho Bentes; Augusto Batista Rios; Isaac Francisco Gomes dos Santos; Joao Otavio Pires da Fonseca; Lucas Lira Ferreira de Jesus; Lucas de Almeida Olimpio; Luiz Felipe Basso Bonazza; Matheus Ziembowicz Souza; Matheus dos Santos Miranda; Nickolas Konig
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.875/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel de Oliveira Felix Freitas; Joao Vitor Dutra Menezes; Lucas Matheus Lima Gripa; Mateus Pinheiro Ramos; Matheus Antonio Seger da Silva; Paulo Cid Costa Junior; Pedro Henrique Palermo Rodrigues; Samir Martins de Souza Junior; Sidney Peixoto Azevedo; Victor Haramoto
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.876/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Lima de Souza; Gabriel Edson de Abreu Bandeira; Gabriel Gustavo Camargo de Souza; Gustavo Luiz Rosseto de Matos; Ian Xisto Diniz; Leonardo Vinicius Custodio; Matheus de Lima Maya Garcia; Rodrigo Murilo da Silva; Vitor Humberto Zimmer Soares; Wallace Alexandre Buequer Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.879/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alaor Guimaraes Netto; Daniel Correa Simoes; Davi Agnelo de Araujo Filho; Dhenyell Victor Batista Caldas; Dioni Placido Friedrich; Gerson Foizer Filho; Joao Pedro Lyra de Oliveira Costa; Lucas Jose Gayo Vasconcelos; Marcus Vinicius Mendonca de Moraes; Tatiana Regina de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.882/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Eduardo Sales Feliciano Rodrigues; Amanda Falcão Almeida; Artur Vandehelsen Oliveira de Figueiredo; Cassia Eduarda Amaro; Filipe Takakura Mendonca; Gabriel dos Santos Barbosa; Guilherme Andre Nunes e Souza; Huggo Jose Silverio Mendonca; Leonardo Mattos Kleinibing; Marco Antonio Barbosa de Abreu Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.886/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Brondani Ribeiro; Gabriel Lacerda Carius Pereira; Gabriel Oliveira de Araujo; Gustavo Lopes Toste Parreira; Joao Vitor da Silva Garcia; Jonatas Vieira Guimaraes; Thiago Vieira Campelo; Valquiria Leticia Gomes de Mesquita; Weslei Coutinho de Mesquita Freitas; Yuri de Oliveira Duque
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.887/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Enio Gurgel de Vasconcelos; Guilherme Perossio Schau; Igor Pires Ferreira da Rocha; Leonardo Alexandre Ferraz; Leonardo Vieira Franca Moss; Luis Felipe Costa Barros; Mateus Oliveira de Andrade; Renata Lima Campos; Rodrigo Barbosa Sena; William Fernandes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.897/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Alves de Araujo Filho; Aurina Layse Ribeiro Carvalho; Benilda Lucia Nery Guerreiro de Lima; Henrique Lacet Silva Souza; Jean Carlos Lima Campos; Jeronimo Cardoso Nunes; Liduina Maria Moreira dos Santos; Luciano Carvalho do Carmo; Ronaldo Vinagre Machado; Vanessa Keli Rodrigues de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Primeiro Comando Aéreo Regional - I Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.898/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ulysses Teixeira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Primeiro Comando Aéreo Regional - I Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.901/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Habib Paes; Ana Claudia Guimaraes; Andre Aureliano Moreira Damasceno; Camilla Resende Bonin; Carolina Dacier Lobato Martins Ferreira; Carolina Gomes de Britto Senra; Deborah Goldwasser; Elizabete Romano Marins da Silva; Fatima Pinotti Tamburini; Fernanda Carlos Pinto Wajnberg
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.904/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nathalia de Almeida Freire; Raquel Werczler Queiroz de Castro; Renata Bacelar Cantanhede de Sa; Roberta Carpes Imperial; Samira Morais Leal da Cruz; Susy dos Santos Vieira Valente; Thallita Rosa Nogueira Simão Bibiano; Vanessa Bianco
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.910/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clara Reis Prata Baldansa; Daniel Martins de Carvalho; Edgard Guitton Renaud Baptista de Oliveira; Edson Catao do Prado Neves; Erick Bezerra de Carvalho; Evandro de Oliveira Siervi Manso; Fellipe Moreira Egito; Fernando Antonio Amorim Filho; Flavio Meireles Moura Pessoa; Francisco Amauri Santos Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.915/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Fontenele Brilhante; Rodrigo Moraes Goes Telles; Samuel Levi dos Santos Chaves; Sarah Machado Veldhuis; Sergio Gabriel dos Santos Dias; Thayna dos Santos Maia; Vinicius Saraiva Campos; Wesley Rodrigues Machado; Ygor Pereira de Lima; Yuri Quintans Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

002.922/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Suzany de Alcantara Sacramento Silva; Taiany Mara de Lima Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.923/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Maycon dos Santos Rodrigues; Alexander Ribeiro do Nascimento; Alexandre Magno de Sousa Melo; Alexandre Quintino Brindeiro Junior; Allan Alcantara Barbosa; Amauri Barbosa de Miranda Silva; Arthur Nunes Guilhem; Bruno Gabriel Lima Cittadino; Caio Miranda de Oliveira; Caio Rodrigues da Silva Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.925/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo dos Santos Souza; Eliseu de Lima Sobral; Erick Bruno Barros Souza; Erick Clayton Alves Costa; Felipe de Oliveira Toledo; Filipe Rodrigues de Lima; Francisco Henrique Ferreira da Silva; Gabriel Eduardo Resende Gomes; Gabriel Elias Netto; Gabriel de Vasconcelos Ribeiro Mota
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.932/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rychard Lima de Freitas; Saulo Santana da Silva; Thadeu Cezar Marques; Thallis Nascimento de Sa Carvalho; Thiago de Jesus Leal; Tiago Pavani Nery; Washington Junior Gomes Madeira; Wesley Gomes Santos; Wesley de Azevedo Barbosa; Yuri Furtado Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.934/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Santana Machado; Cauan Veriato Couto; Daniel Rosa de Oliveira; Daniel Solano de Souza Junior; Deyvid Dener Ismael da Cruz; Edjohnson da Silva Ribeiro; Eduardo Vieira Goncalves; Felipe Inocencio Martins; Guilherme dos Santos Netto; Henrique Pogozelski
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.938/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Rodrigues Balthar Silva; Dayvid Gomes de Souza; Eduardo Nogueira Alexandre; Felipe Froguel Rosa; Felipe da Cunha Pinto; Giovane Matos Andrade Cunha; Luiz Carlos de Araujo Virgilio; Marcos Henrick Gregorio; Mateus Sarmento Coelho; Ordazan Duarte Peixoto Reis Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.945/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luana Evelin Teixeira Marques; Luana Francisca Barbosa Santos; Lucas Marcel Batista da Silva; Maisa Pinto Leal; Marcella de Souza Gomes Serra; Mariana Moura Cavalcante dos Santos; Marlon Geraldo Moreira Deluchi; Matheus Aquino de Souza; Pamela Silva de Meneses Santana; Paula Martins de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.951/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Gomes da Silva; Iago Siqueira Matheus; Igor Gabriel Klaus Brondani; Julia de Mello Avila; Laura Pitassi Bard Schumacker; Leonardo Moreira Pavão; Matheus Henrique Bittencourt Pimpão; Matheus Pereira Ribeiro; Pedro Henrique de Souza Pereira; Rodrigo Lorival Nogueira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.975/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alcides Oliveira de Melo; Ana Carolina Aparecida Marques Soarez; Bruna de Alencar Custodio Lupoli; Brunna Moreira de Farias Pereira; Camila Nazareth Pinto; Emily de Carvalho Pinto; Jose Francisco Silva Costa Junior; Juliana Aparecida Dias da Cunha Oliveira; Luiz Gustavo Antonio de Souza; Thomas Matiolli Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.980/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dionathan Luciano Vaz; Eduardo Albuquerque Araujo; Eduardo Pedroso da Fontoura; Estevan Henrich de Melo; Felipe Freitas de Lima; Felipe Vasconcelos Cavalcante; Felipe Virgilio dos Reis; Francisco Renan da Silva Frota; Francisco Victor Moura Ferreira; Francisco Ygor Feitosa Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.987/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Gomes Blard; Awdrey Junior Ribeiro; Carlos Augusto da Silva Bernardes; Christian Gray Rangel Santos; Davi de Almeida Silva; Eros Henrique dos Santos Parrela; Fabricio Vieira Barbosa; Gabriel Gomes de Oliveira; Gabriel Santos Cunha; Gabriel do Nascimento Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.991/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Bichoff; Ana Clara Pereira; Ana Kerollen Silva Alves Garcia; Andrielle Farias de Siqueira; Bianca Correa de Oliveira; Camila Aparecida da Silva; Cinthia da Silva Goncalves; Daiane Camargo de Almeida; Fernanda Cardoso de Sousa; Thamyris Chrystine de Souza da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.996/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denner Tadeu Ferreira Assis de Oliveira; Douglas Jose de Castro; Duek Rodrigues Matos; Eduardo de Araujo Fragoso; Filipe Preuss Frangelli; Flavio Mesquita Rodrigues; Gabriel Azevedo Braz; Gabriel Lucena da Conceicao; Guilherme Fernandes Clemente; Guilherme da Cruz Vance Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

003.003/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Derlan da Silva Vieira Chumbinho; Jefferson de Oliveira Tomaz; Leonardo Oliveira de Borba; Lucas Severo da Silva; Valdeci Andrade dos Santos Junior; Vinicius Lasnor Antonio; Vinicius Pereira de Lima; Yuri Rosa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

003.006/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Frank Brunno Pedrosa Pestana; Gabriel da Silva Braga; Gabriel de Lima Cardoso; Guilherme Gumercindo Andrade Moura; Igor Aguiar Macchioli; Igor Felipe Ramos da Silva; Joao Luiz Mello Peixoto Junior; Joao Marcelo Perez Lopes; Joao Paulo Cordeiro Abreu de Miranda; Lazaro Borges da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

003.009/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michel Matias Machado; Naelson de Sousa Pereira; Pablo Cavalcante de Oliveira; Patrick de Oliveira Damasio; Patrick de Oliveira Machado; Paulo Henrique Gouveia do Nascimento; Pedro Augusto Gallote Leao; Pericles Penoel Telles Arruda; Rafael Cesar Alves de Moraes Fernandes; Rafael de Paula Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

003.036/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Zeponi Fernandes de Mello; Bruno Victor Rocha Fernandes; Camila Bianca Moreira; Carolina Andreia Mello da Frota Rosales; Carolina da Silva de Sousa; Carollina Teixeira de Souza; Douglas Henrique da Silva Rosa; Luiz Gustavo de Paula; Nicolas Antonio Moreira Moura; Paulo da Silva Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

003.042/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Diego Alves Machado; Gabriel Pereira da Silva Neto; Marco Antonio Dias de Moura; Paulo Cesar Rezende da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

003.117/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Rodrigues da Mata; Gabriel Carvalho Teixeira de Oliveira; Igor Daniel de Almeida Aleixo; Isabella Almeida Bernardes; Lucas Juan Viol de Medeiros; Lucas Leonel de Souza Assis Mairink; Luis Bertolino Neto; Matheus Coelho Salomão; Natalia Marques Vieira Rosa; William Marques da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

003.122/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filipe Augusto Pavesi; Frederico Oliveira Minarrini Batista; Joao Victor de Souza Lopes; Matheus Fernandes Celestino; Pedro Paris Freitas de Oliveira; Rafael Freitas Costa; Raphael Brandao Ferreira Cunha; Ricardo Augusto de Oliveira; Rodrigo Martins Souza dos Passos; Vitor Emanuel Abdo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

003.127/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Bruno da Cunha Germano
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

003.443/2018-3
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Rosanna Barcia Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.444/2018-0
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Ana Maria Ladislau de Matos; Cecilia Maria Ladislau de Matos; Elizabeth Maria Ladislau de Matos; Janete Mary Ladislau de Matos; Laura Maria Ladislau de Matos; Lizete Maria de Matos de Figueiredo; Marcia Maria Ladislau de Matos; Mary John Ladislau de Matos; Rosemary de Matos Góes
Órgão/Entidade/Unidade: Oitava Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.529/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Heidenia Correia Peroba da Luz; Noel Lopes Burgos
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.531/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Gercina Rodrigues da Silva; Maria Horácio Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.533/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Dilsan Rodrigues Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

003.557/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alcileia Gomes da Silva Xavier; Carmelinda Soares da Silva; Silvia Maria de Lima Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.561/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Iolanda Santos de Oliveira; Maria Apparecida Alves Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.565/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Alice da Silva Fonseca; Bernadete de Oliveira Batista; Francisca Ferreira Roque; Maristela Ferreira de Paiva; Solange dos Santos Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

003.591/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Jacimar Braz Lima; Madalena Ferreira Rodrigues; Marlene Pinheiro da Silva; Odaleia Clementina da Silva; Ormezinda Maria Delgado
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

003.687/2018-0
Natureza: Representação
Representante: J. A. V Ananias - Fênix Comércio e Serviços
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio Belém - MD/CA
Representação legal: Alessandra Rodrigues Fonseca de Castro

004.163/2018-4
Natureza: Reforma
Interessados: Flordoaldo Bones dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

004.234/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Maria Aparecida Ramos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.612/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joao Vitor Miranda Queiroz; Joao Vitor de Araujo Quintanilha; Jocsa Lima Moreira; Jonathan Matheus de Oliveira Costa; Jonathan Merces Silva; Jonathan Sampaio Goulart; Josamir

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lopes da Silva Junior; Jose Victor Goncalves da Silva; Jose Washington Honorato Barreto; Josue Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.620/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Richardson Kaio Lopes da Silva; Ronny Rezende Regosino; Rubens Carvalho Silva Oliveira; Skollymowskyv Stoppovgskyv de Alcantara; Thalles Roberto Paula da Silva; Thauam Cardoso Santana; Thiago Augusto Ventura da Silva; Thiago Dutra Menezes; Thiago Mendonca da Silva; Thiago da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.623/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Fernando Christino da Rosa; Antoniel Costa da Silva; Daniel Nascimento dos Santos; Ermerson Lucas Bezerra da Silva; Nata Sousa da Conceicao; Vitor Hugo Caetano dos Reis; William Silva Santos; Willian da Silva Borges; Yago dos Santos Barcellos; Yuri Cunha dos Santos Baldas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.627/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Aguilar de Mattos; Douglas Rocha dos Santos Abreu; Matheus de Oliveira Ribeiro; Phellipe Duarte Pisco de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.634/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Henrique Fernandes de Almeida; Rafael Calassara Thiengo; Rafaela Pereira Silva; Raissa Cristina de Amorim Batista; Raquel Raiz Silva de Melo; Rhayane Passos Carvalho; Rhuan Cesar de Goiz Lopes; Rodrigo Cardoso de Araujo; Samuel Damasceno da Costa; Vania Batista Reis dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.640/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alana de Faria Moura; Danielle Flower de Araujo Sousa Lima; Erika Fernandes Maia Brasil; Vanderneide Costa de Oliveira; Vitor Pereira de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.646/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson da Silva Ribeiro; Bruno Nery David; Daniel Alves Albuquerque; Eduardo Soares Nogueira; Igor Natan Lira Alvarenga; Joao Victor Goncalves Aragao; Lucas Gomes da Silva; Nathan Santos Cavalcante Amaral; Rodrigo Pereira Lima; Vitor Carvalho Conde
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.648/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Victor Souza Travessa; David Everton Sobreira de Lima; Dhaniel Carlos Nunes Goncalves; Erick de Franca Rodrigues; Jeferson Feitoza de Brito; Kenedi Aguilar Pereira da Silva; Lucas Tavares Amaro de Araujo; Rivelton Silva de Moraes; Sebastiao Ferreira Correa; Vitor da Silva Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.651/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eric Ferreira Pereira; Fabio Conrado Ribeiro; Filipi Soares Mafra de Oliveira; Gabriel de Souza Nascimento; Ian Aguiar de Sousa; Italo Fernando dos Santos Wenderroschy; Leonardo Goncalves Avelar; Lucas Guimaraes Correa; Lucas da Silva Maranhao; Matheus Goncalves de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.655/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Barbosa; Mayara Radi Ismail Jaber; Paulo Henrique de Almeida Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.656/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Eduardo de Oliveira Correa; Fabio Costa Rodrigues Junior; Felipe Fonteles Rabelo; Gabriel de Souza Oliveira; Leandro Nascimento Augusto; Lucas Pereira da Silva; Marcos Vinicius Bento Ferreira; Matheus Aureliano Lima da Costa; Pablo Araujo Correia Lima; Rafael Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.658/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan de Moura Lima; Douglas Vinicius Sa de Siqueira; Enoc de Oliveira Maia Filho; Hiago Lorran Castro de Abreu; Jonas da Silva Monteiro; Lucas Fernando de Souza Pinheiro; Marlon Mauro Santos de Carvalho; Talisson Luciano dos Santos da Silva; Thiago Carvalho de Almeida; Wendel Vitorio Soares Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.662/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emanuelle Peixoto Nunes; Everton de Araujo Medeiros; Fernanda Martins Feijo Pinheiro; Gabriel Cunha Campos da Rocha; Glauber Maciel do Nascimento; Iago Canabarra Martinez Gomes; Lawine Nogueira de Paiva; Lebruni Souza Oliveira; Leticia Lopes Guimaraes; Luiza Maria Ferreira Rosa de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.665/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almir Felipe Silva de Magalhaes; Arthur Reis da Costa; Arthur Trindade de Oliveira; Daniel Roberto Lopes de Souza; Fred Ribeiro Gomes; Manoel Vitor Cunha Mendes; Michel Gomes da Silva; Ruan Peterson da Silva Freitas; Vinicius Caique Santos Macedo; Yan Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.668/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana da Silva Santiago Maia; Alex Vidal de Castro; Amaralina Araujo Rodrigues; Ana Beatriz Carrao Martins Grimaldi; Ana Paula Gomes Oliveira Goncalves Barbosa; Andre Luiz Meirelles Coelho; Andre Luiz Posada Restier; Andreia Conceicao dos Santos; Aretha Felix Thomaz da Silva; Augusto Junior da Silva Inacio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.671/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano da Silva Portal; Danilo Vasconcelos da Silva; Denys Leo Oliveira Silva; Douglas Henrique da Silva e Silva Junior; Jean Claudio Ribeiro de Souza; Jonathan Luis Neves de Miranda; Jose Aleilson da Silva Pereira; Matheus Rodrigues Bravo; Rafael Braga da Silva; Victor Gutierrez Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.673/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Soares Alvim; Carina de Souza Pires; Celso Ricardo Aro; Chirlene Santos Souza Moreira; Christiano Barbosa da Silva; Cintia dos Santos Rangel Silva; Cristiane Vieira Correa; Daniele Cristina Jacovetti; Daniele Gabriel Costa; Danielle Loiola Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.676/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Maciel Ferreira; Caio Paiva da Costa; Cassiano Ricardo Vargas de Almeida; Douglas Alves Pereira Calixto da Silva; Gustavo Pereira da Silva; Jean Felipe Ferreira do Nascimento; Joao Vitor Sant Anna Machado; Marcio Vinicius Silva Alves; Renan Moreira de Souza; Ruan Henrique Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.681/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Airton Brasil Martins Filho; Carlos Humberto da Silva Junior; Erik Johnson Maciel Alves; Fabricio da Silva; Igor Silvestri Marques da Silva; Isaque Salermo; Lucas Franca Gomes; Luis Henrique Oliveira Viana; Richard Souza Rezende; Ronaldo Miguel Barboza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.682/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Keila Suellen de Moura Nunes Vide; Leandro Marques Braga; Leonardo Lara de Carvalho; Luana Lucia Ribeiro Martins; Luciana de Jesus Affonso; Mabel Carneiro Fraga Simoes; Marcelo Baldanza Ribeiro; Marcelo Inacio Abrantes; Marcia Alessandra Moreira da Fraga Pinheiro; Maria Fernanda de Lima Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.683/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Corais Lino Soares; Elizeu Correa Macedo; Gabriel Pereira dos Santos; Gabriel Pina da Silva; Igor Garcia Vieira; Joao Pedro Arguelles Ferreira; Lohan Ramos de Sousa; Lucas Ribeiro Magalhaes; Thiago Christian Arnoud da Costa; Victhor Henrique da Silva Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.687/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geisson Clemente Salvador; Iago Pierre dos Santos Carvalho; Jose Henrique Santos de Araujo; Leonardo Pereira Schmidt de Vasconcelos; Leonardo Torres da Silva; Lucas Reis da Silva; Lumar Matheus de Lima Louro; Mauricio Alves da Silva Pinto; Paulo Ricardo Nunes de Lima; Wellerson Luiz Alves da Silva e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.691/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arian Jose Rodrigues Assuncao; Breno Adally Vieira Ribeiro; David Lima de Sousa Junior; Leonardo Blois Barbosa; Lucas da Silva Matos; Mateus Araujo de Morais; Matheus Cardoso Aranha; Philip Meirelles Barros; Rafael Fernandes Nascimento; Tiago Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.695/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno Luis de Oliveira Sant Anna; Bruno Chagas do Nascimento; Erick Luiz Bocafoli Zanon; Gabriel de Oliveira dos Santos; Kaio Henrique da Costa; Ramon Damascena Pragana; Renan Neves de Oliveira; Vinicius Correa do Nascimento; Wellerson Wilson dos Santos Duarte; Yuri Roger Antao Augusto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.697/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Lima de Oliveira; Alex Fernando Lima de Alencar Junior; Igor Souza do Nascimento; Lucas Silveira da Silva Mendes; Maike Coelho da Rosa; Marcos Aurelio da Cunha Leite Junior; Marcos Vinicius Bogea da Silva; Samuel David Xavier de Sena; Victor Hugo Luna Peixoto Fortuna Esteves; Vinicius Oliveira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.702/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clebson Rodrigo Martins Monteiro; George Stefano Albuquerque Pinheiro; Lucas Ferreira Vieira; Lucas Moreira da Serra; Marcelo Vieira Pereira; Marcos Felipe da Silva; Marcos Paulo Vieira Garcias; Rodrigo Rodrigues Ney; Weslley Pek da Silva Santos; William Costa Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.708/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Tavares de Almeida Rosa; Danilo Vitorino da Silva; Edson Januario Rosa Junior; Evangelista Isaias Pereira Silva; Gabriel Menezes Pereira; Jose Eddson Carlos Moreira; Jose Matheus Rolim de Souza; Joseph Nathan Costa de Souza; Luiz Henrique Souza de Brito; Richard Sales de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.713/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: David Willamis Patricio Araujo; Gabriel de Medeiros Silva; Gian Luccas Sanchez da Silva; Italo Ribeiro Goncalves; Johnny Silva da Costa; Jose Wesley Ferreira Leao; Jose de Souza Gavinho Junior; Matheus Magalhaes Pereira; Rafael Regis Santos Barros; Thiago Gomes da Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.718/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Souza Cravo; Alexsandro Henrique Gomes dos Santos; Gabriel Alves de Araujo; Jacqueson Goncalves Teixeira; Lucas Luiz de Oliveira; Marcos da Silva Costa Junior; Marlos Matheus de Jesus Correa; Pedro Henrique de Sousa Ribeiro; Reinaldo de Brito Ferreira Junior; Yago Burgelli Mandu
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.724/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patrick Batista Cavalcante do Nascimento; Paulo Sergio de Oliveira Forte Junior; Pedro Antonio Ferreira Mendes; Pedro Ciriaco Duarte; Pedro Ivo Rodrigues Pinto; Rafael Sobral Franco; Raphael Rodrigues Peralta
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.728/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arnold Felix Pereira; Bruno Felipe de Castro Alves; Cleber Goncalves da Silva Junior; Daniel Guilherme Oliveira Cavalcanti da Silva; Daniel Oliveira Feijo de Lima; Daniel Yamanaka de Abreu Silva; Davyd Paulo Santos Rocha; Diogo Silva Castro; Eduardo Victor de Lima Moura; Eduardo Vila Nova Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.735/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Dandara Cardoso Silva de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.737/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Henrique dos Santos Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.758/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Conceicao de Souza; Carlos Henrique Ferreira Oliveira; Denis Lucas Farias Ferreira; Fabio Welker Catallani Ferreira; Frederico Venturi Lopes Rey; Gabriel Dias Pennafirme Ferreira; Gabriel Nunes da Silva; Geilson de Azevedo Lopes; Lucas de Castro Constante; Samuel dos Santos Campos Esteves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.765/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Henrique Coube Junior; Daniel Rodrigues Alves; Elyson Jonathan Amorim de Farias; Israel Santana Arantes; Joao Vitor Costa Barreto; Lucas Eduardo Monteiro de Souza; Lucas Roberto Santos de Lima; Luis Paulo Knauf Alves; Luiz Rodrigo Rezende Felix Tiburcio; Yago Alves Ribeiro Conceicao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.767/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Pedro Moreira Alves; Cassiano Leal de Almeida; Gabriel de Almeida Ramos; Gabriel dos Santos Muniz Ribeiro; Leonardo Pereira dos Santos; Lucas da Silva Moutinho; Pedro Henrique de Miranda Lopes; Renan Figueiredo Costa de Oliveira; Rodolfo Guzon Dresch Bandeira; Victor Hugo Oliveira da Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.774/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Caroline Mapurunga Aoqui
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.778/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel de Oliveira Helbourn; Eduardo Vianna Dias; Igor Rodrigues Pereira; Lucas Estrella de Souza; Lucas Luzorio da Silva Barcellos; Luiz Phellipe Ferreira da Costa Coelho; Natanael Baessa Faria Neto; Richardson Campista da Silva; Thiago Gonzaga de Oliveira de Souza; Vinicius Luiz da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.781/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Antonio de Souza da Silva; Denis Cesar Sirena Machado; Jhordy Santana de Lima; Leonardo de Oliveira Machado; Lucas Pogian do Nascimento; Matheus Alves Moraes de Abreu; Matheus Martins de Luca; Matheus Trindade Schausse Pires; Vitor Batista de Oliveira; Wallace Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.786/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Daneliu Ficagna Tavares; Desiree Luize Brito dos Santos; Felipe dos Santos Maracci; Gabriel Rohen de Azevedo Antunes; Lucca Valren Martins da Silva; Luis Felipe Palmieri de Lacerda; Mariana Guimaraes Alves da Silva; Matheus Fernandes Rios Garcia; Milla Avila Insaurriaga Fernandes; Rafaelle Torres Pereira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.791/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel do Nascimento Agnelo; Feliciano Jose de Oliveira Lucas; Icaro Pereira de Campos; Jhonatan do Nascimento Ferreira; Joao Victor Araujo Pereira; Leonardo das Chagas Vieira; Luis Marcelo Mattos de Freitas dos Santos; Marcos Vinicios da Silva Santos; Marlon Malheiros Fernandes; Pedro Vicente Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.797/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Helena Bezerra Martins; Barbara Almeida da Silva; Bruna Faccio de Conto; Caroline de Almeida Monte; Ighor de Barros Rezende; Leticia Possamai Leite Oliveira; Marina Duarte de Paula Abreu; Paula Mascarenhas Ferraz; Pedro Alberto Livino da Silva; Raquel Fortunato Conrado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.800/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio de Oliveira Lima; Cristiano da Silva Fonseca; Gabriel dos Santos Freires; Gustavo Freire da Silva; Israel Sant Anna de Oliveira; Joao Vitor de Mesquita Pereira; Lucas de Carvalho Machado Neiva; Luiz Jeronimo de Souza Junior; Mateus da Silva de Araujo; Raphael Villet Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.803/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Artur Santos de Oliveira; Gabriel Leal Goncalves; Giovane Pessoa Ribeiro; Gustavo Peres Aguiar; Igor Marinho do Carmo; Igor da Silva Ribeiro; Matheus Barcellos da Rocha; Neif Pereira Mendes; Rodrigo de Souza Martins; Wagner Cabral dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.811/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas da Silva Ibraim; Felipe Tomaz de Lima Fernandes; Gabriel Moreira Roosevelt de Paula; Jhonathan Oliveira Gusmao; Lucas Oliveira Gonzalez de Nunes; Marcos Medeiros Bahiense; Mateus Macedo Silva; Matheus Nascimento da Costa; Nykolas Puga de Moura; Thiago dos Reis Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.817/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Filipe Amorim da Silva; Filipe Rosado de Oliveira; Gabriel Ferreira Canabarra; Guilherme Costa de Oliveira; Ibrahim Ali Sleman Junior; Jorge Renato Felipe Correia; Julio Cesar Nogueira Colares; Pedro Henrique Costa Rocha; Raquel Pessoa dos Santos; Thais dos Santos Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.822/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Rodrigues do Nascimento; Everton Tozzo; Gustavo Emilio de Gois; Jasar Reis Graca; Lauro Antonio Drehmer Pilatti; Luiz Gustavo Pinto Souza; Luma Goncalves Madureira; Marcela Arraes de Alencar Martins; Princia Pimenta Braga; Roberta Alves Montes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.826/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexsander Mello da Silva; Gabriel Richard dos Santos Bitencourt; Hugo Ismerio Franca; Luger Goncalves Loback Siqueira; Luiz Felipe Santos Guilherme; Marcos Antonio Sarmento Pinheiro; Thiago Pereira Caxias; Victor Araujo dos Santos; Weskley Silva Almeida; Yuri Franca Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.830/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Magno de Oliveira; Fernando Silva Kohl de Oliveira; Samuel Santos de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.835/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner Samuel Vargas Coelho; Adriano Menna Alves; Albert Franco da Rosa; Alessandro Oliveira Ames; Alisson Derzette Hilario; Alisson Gustavo Oliveira Goulart; Andriel Bittencourt Trindade; Brian Mikael Wolf de Vargas; Carlos Giovanni Faria Giammattey de Almeida Junior; Cayo Alexandre Thomaz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.839/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Ferraz Teixeira; Gabriel Oldani Bibiano; Gabriel Sodre dos Santos; Gean Felipe Gusmao Vanzan; Gerson Gasparetto; Giovanni Malfatti Bom; Gregory da Cunha Monteiro; Guilherme Guimaraes Soares Junior; Guilherme Pereira Anchieta; Humberto Dias de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.846/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberto Gustavo Rocha dos Santos; Samuel Goularte da Silva; Thiago Antunes Garcia; Tiago Roberto Justen; Vanderson Rodrigues Guedes; Victhor de Carvalho Oliveira Melo; Victor Russo Teodoro da Silva; Wellington das Neves dos Santos; Wendell Giovane Soares Menezes; Willian Cortes Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.850/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alfredo Jose Lourenco Fernandes Pinto; Andre Luis Santos da Silva; Antonio Winicius Rocha Martins; Artur Joao de Oliveira Azevedo; Douglas de Mello Oliveira; Fabio Henrique de Araujo Lourenco Barbosa; Joao Bosco Honorato Filho; Kelvin Alessandro de Oliveira Souza; Lucas Dorea da Silva Santos; Lucas Miguel de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.853/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Nogueira da Silva Chaves; Daniel Elias da Silva; Guilherme da Silva Filgueira; Jhonathan Matheus Soares dos Santos; Leonardo da Silva Garcia; Marco Antonio da Cunha Alves; Paulo Gabriel Santos Rosa; Renan Judice Oliveira; Sidney Eduardo Coelho Couto Lima; Vinicius Salgado de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.858/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Farias Santos; Antonio Augusto Ribeiro da Costa; Athos Lopes Athaydes; Breno Caetano da Silva; Bruno Guilherme Reis Nascimento; Caique Miranda Lima; Davi Macedo Fagundes; Matheus Serra da Silveira; Paulo Henrique Andrade Lima; Pedro Felipe dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.868/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro Henrique Cardoso Brandao
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.880/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Wilson da Silva Fideles; Danielle Tiburcio Santos; Dayane Calixto Cavalcante; Fabio Ribeiro Queiroz; Igor de Moura Negrao; Marcos Jose Stinghel Vieira; Michelle Azevedo Pereira da Silva; Stefania Maria Bernardi Possamai
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.884/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Jardim Rodrigues; Luiz Henrique Gomes Monteiro; Marco Paulo Giorgio Loureiro; Vinicius Novais de Faria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.894/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Homero Antonio da Silva Junior; Raphael Machado Quintana; Vinicius Andrade Pires; Vinicius Leite Fossari; Weslley de Jesus Marins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.901/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Luiz de Franca Neto; Gladysson Magalhaes Terribille; Guilherme Castro Bunn; Gustavo Antonio Guimaraes Silva; Gustavo Wollenhaupt Ribeiro; Harley Aguiar Santos de Souza; Heitor Sipriano de Assis; Hendrick Augusto Dias Souza; Hugo Napoleao Bezerra Aragao; Isa Grasiela Mendes de Azevedo Benedicto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.917/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia de Siqueira Pereira Raymundo; Riceli Soares da Silva; Vanessa da Silva Castrillon; Victor Hugo Manuci da Nobrega; Vinicius Martins Pinto; Williane do Nascimento Beserra; Wynnye Fernanda da Rocha Pinto; Yago Alves da Silva; Yago Araujo Porto Magalhaes; Yuri Schenfert dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.944/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jamelle Santos da Costa; Jarciel de Oliveira Pereira; Jonathan Ruben Santos da Costa; Josue Guedes Siqueira; Leandreson de Queiroz Silva; Lucas Praca; Lucas Ricardo do Nascimento; Pedro Henrique Costa Leite; Pedro Tarsys Santos de Souza; Rafael Oliveira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.954/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Henrique Andrade da Silva; Fabio Miranda Baia; Gabriel da Conceicao Rocha; Gabriel de Jesus de Araujo Souza; Glaucivan da Silva de Moraes; Igor Carvalho de Araujo; Jhonata Silva Lobato; Mateus Leiroz Daminelli; Rauciney Peres Chagas; Vinicius Matheus Freitas Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.958/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diego Hernan Moquisay Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.963/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Luis dos Santos Silva Anjos; Camila Rosa Leal Domingos da Silva; Caroline Maria de Sousa; Diego Teixeira Braga; Fabricia de Sousa Bandeira; Karoliny Chagas de Souza; Lucas Nogueira Guimaraes; Luis Eduardo Silva Vasconcelos; Mateus de Oliveira Borre; Nathalia Gomes Egeli Rego
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.970/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Vitor Guedes da Silva; Douglas Gomes dos Santos; Ewerton Monteiro da Paixao; Gabriel dos Santos Vieira; Gustavo Fortunato Coitinho; Jorge Luiz Leite Ribeiro; Luis Rodrigues Pereira; Thiago Favacho Gatti Cavalcanti; Wallace Silva Queiroz; Yuri Neto Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.974/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Patricio de Oliveira Pinto; Carlo Jones Santos de Jesus; Diogo Vasconcelos Candido; Gleicilene Agnes Simas do Nascimento; Gustavo Nascimento Barros; Kaique dos Santos Borges; Leticia Maurity Moreira; Lorena da Cruz Santos; Reginaldo Diamante Pereira; Rodrigo Ramalho Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.037/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Magno da Silva; Gustavo Pedro da Silva Santos; Jonilson Silva Pereira dos Santos; Lucas Alves da Costa; Lucas Antonio Ferreira de Almeida; Lucas Fabricio Ramos da Silva; Lucas Gabriel Crespo de Almeida; Lucas Nunes Rodrigues Moreira; Matheus Fernandes Lopes; Maycon Augusto da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.039/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano Ferreira de Carvalho; Emanuel Santos Boaventura; Janssen Soares de Souza Oliveira; Lucas Siqueira Lourenco; Manoel Carlos Lopes Pires; Matheus Rodrigo Rosa dos Santos; Matheus de Lima Torres Velloso; Matheus do Nascimento Silva; Sergio Luiz Oliveira da Costa Junior; Thiago Pimentel Alves Flores
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.054/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Alberto Martins Vieira; Carlos Rodrigues Junior; Francisco de Assis dos Santos; Helcius Fernando Botelho de Souza; Mauricio Gomes Martins; Paulo Cesar Rodrigues; Rodrigo Chagas de Oliveira Souza; Tiago de Melo Bitencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

008.150/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Breno Luiz Ventura de Cerqueira; Bruno Alexsander de Carvalho; Bruno Marcal Pequeno de Lima; Caique Gabriel Araujo de Souza; Carlos Eduardo Ignacio dos Santos; Carlos Gustavo do Nascimento; Cassiano Felipe Calsavara Gomes; Daniel Alves Moreira; Daniel da Silva Cezario; Romulo Marques Coutinho de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

011.295/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: João Bosco Pinto Saraiva; Niágara Locação e Serviços de Limpeza Ltda. - ME; Silvana Furtado de Figueiredo Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Baturité/CE
Representação legal: Renata Albuquerque Rebouças (10153/OAB-CE) e outros, representando Niágara Locação e Serviços de Limpeza Ltda. - ME; Jose Moreira Lima Junior (6986/OAB-CE), representando Silvana Furtado de Figueiredo Vasconcelos; Baltazar Pereira da Silva Junior (20829/OAB-CE), representando João Bosco Pinto Saraiva

022.383/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Representação legal: não há

025.090/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliano Fidélis; Lincoln Garcia Silva; Marcos Cesar Kaupert; Marlos Francisco Barbosa de Paula; Paulo Pereira Cáceres; Priscila Moscovici Melo Afonso; Priscila Soares de Almeirda
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

029.345/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Edenilda Lopes de Oliveira Sousa; José Maria de Almeida Sousa; WM Construções Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira/CE
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/OAB-DF) e outros, representando Edenilda Lopes de Oliveira Sousa; Jose Marcio Pinheiro Landim, representando Wm Construções Ltda

031.618/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Gilda Siqueira Braga dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.716/2017-2
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Edila Dreyer Guedes dos Santos; Elda Maria Magalhaes Trajano; Gelaci Saraiva Colbeich; Maria Edna Magalhaes Trajano; Maria Eldair Magalhaes Trajano
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

032.932/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Debora Cristiane da Silva Aurelio; Fabio Joazeiro Borralho
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CE
Representação legal: não há

033.294/2017-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carlos Anderson Silva de Medeiros; Daniel Pereira; Douglas Vieira Freitas; Eder Rodrigues Alves da Silva; Elielson dos Santos; Elisson Hora Nepomuceno Melo; Fausto Alencar de Castro Neto; Flavio Danillo Gomes Santos; Flavio Moreira de Oliveira; Francisco Elmo Vitor da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

033.297/2017-7
Interessados: Lucas Teotônio Pereira; Manuel Lucas Sousa Silva; Marcelo Cavalcante de Souza; Marcio Gomes; Marcio Lessy Rodrigues Canuto; Marcos Vinicius Soares Silva; Moisés Vinicius Nazareth Oliveira dos Santos; Paulo Nielson de Sousa e Silva; Pedro Augusto Ramos Santos; Ranan Correa Faria
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

033.626/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Augusta Brito de Paula; Simão Pedro Brito; Tassia de Paula Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Graça/CE
Representação legal: não há

035.291/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros

035.303/2017-4
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20.189) e outros

035.304/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Belém de Maria/PE
Representação legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB/PE 20189) e outros

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.226/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Recursolândia/TO
Responsáveis: Antônio Tavares de Sales e Francisco Alves da Silva
Representação legal: não há

001.283/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elenir de Moraes Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria/RS
Representação legal: não há

001.286/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Jorgina Cândido de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Curitiba/PR
Representação legal: não há

001.288/2018-0
Interessados: Carmen Lucia Pinto do Amaral; Divino Francisco Felizardo e Marcia Virginia Nasiasene Lins Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em João Pessoa/PB
Representação legal: não há

001.301/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria de Fatima Gonçalves Albernaz e Martha Maria Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belo Horizonte/MG
Representação legal: não há

001.303/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Virginia Gonçalves Cerqueira e Soraya Simão Latini
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Barbacena/MG
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001.307/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Carmem Lucia de Amorim Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Contagem/MG
Representação legal: não há

001.608/2016-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social
Responsáveis: Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social e Marluce Cabral Pinheiro
Representação legal: Pamela Regina Ramos de Carvalho (OAB/PE 28.247) e outros, representando Associação Nacional de Desenvolvimento Humano e Social

003.253/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Macaparana/PE
Responsáveis: JO Produções Eventos e Publicidade Ltda. e Maviael Francisco de Morais Cavalcanti Filho
Representação legal: não há

003.920/2017-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte
Responsáveis: Clube Palmares de Volta Redonda-RJ e João Estanislau Laureano
Representação legal: não há

005.844/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Helder Barros Cardoso Netto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São José dos Campos/SP
Representação legal: não há

005.945/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ferdinand de Jesus da Cunha Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Teresina/PI
Representação legal: não há

005.950/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Carlos Ricardo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Blumenau/SC
Representação legal: não há

005.956/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Ana Maria de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campina Grande/PB
Representação legal: não há

005.965/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neusa de Barros do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em S.J. dos Campos - SP
Representação legal: não há

005.967/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Helcio Silvestre Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Duque de Caxias/RJ
Representação legal: não há

006.069/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto dos Santos e Jonatas James da Silva Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Natal/RN
Representação legal: não há

006.270/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Maria Aguiar de Lima; Fernando Alicio de Souza Oliveira; Maria Urania da Silva Costa e Rafael Izidorio do Espirito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Representação legal: não há

006.319/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvagno Aparecido Boaventura da Silva Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maringá/PR
Representação legal: não há

006.323/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Inácia Torres de Lucena
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campina Grande/PB
Representação legal: não há

006.417/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Carlos de Castro e Marineide Amaral da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém - PA
Representação legal: não há

006.429/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Teresa Cardoso Dusi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Bernardo do Campo - SP
Representação legal: não há

008.379/2017-3
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Cultura
Representação legal: não há

008.555/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nicola Hugo Prizmic
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Norte
Representação legal: não há

008.559/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Davi da Silva Figueira
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém/PA
Representação legal: não há

008.563/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Nelson Righi de Oliveira e Vilnei Silvio Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Santa Maria/RS
Representação legal: não há

008.568/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Fernando Manuel Mendes de Mendonça e Omar Elias Sakalem
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Marília/SP
Representação legal: não há

008.575/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aurélio Antônio Miotto, Ilso Peres Dal Ri e Zoroastro Cervini Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo - Centro
Representação legal: não há

008.579/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Eduardo Luiz de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Governador Valadares/MG
Representação legal: não há

008.611/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose Humberto Martins da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Natal/RN
Representação legal: não há

008.810/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Soma/SC Produtos Hospitalar Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lages/SC
Representação legal: Gilson Luis Dal Mas e outros, representando Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.

009.337/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Galileu Temístocles Figuerôa; Ilma Paiva Dal Santo e Maria Helena de Oliveira Vaz
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ponta Grossa/PR
Representação legal: não há

009.340/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Joaquim da Silva Pereira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Campina Grande/PB
Representação legal: não há

009.354/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Claudia de Faria Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Sorocaba/SP
Representação legal: não há

009.653/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Roberto Melo Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Joinville - SC
Representação legal: não há

009.658/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eduíno Carlos Barboza; João Roza do Amaral; Rubem Dario Lopes Garcia e Wilson Friedrich
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Porto Alegre/RS
Representação legal: não há

009.713/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Carolina de Lourdes Cordeiro e Therezinha Valin de Andrade
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em São Paulo-Norte/SP
Representação legal: não há

009.788/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Márcia Midori Kiota Matsumoto
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Joinville - SC
Representação legal: não há

009.843/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Gleidson Dias de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Belém/PA
Representação legal: não há

010.006/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aldeci Sant 'ana da Silva; Alex Vidal de Santana; Carlos Rafael Nascimento da Silva e Catiuscia Dantas da Silva Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.017/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Rondon Mattana; Andre Yokowo dos Santos; Anielle Paz Costa; Ariana Frances Carvalho de Souza; Barbara Pereira dos Cravos; Bruno Bueno Pinto da Cunha; Bruno Cabral França; Bruno Gondim Barbosa Duarte; Caio Pompeia Ribeiro Neto e Camila Batista Marins Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.018/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Salvador Cipriano; Carla Gisele dos Santos Mota; Carlos Alex Sandro Barbosa; Carolina Gonçalves Pinheiro; Carolina Sayao Lobato Coppetti; Carolina de Souza Leal; Cecilia Lindgren Barros; Claudio Emanuel Machado Lage de Melo; Daniel Machado Schenkel e Daniel Martins de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.021/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Jardim Ribeiro Lins; Fernando Vicente Alves Belarmino de Macedo; Flavia Azevedo Leite Silva; Francisco Coullanges Xavier; Gediel Ribeiro de Araújo Junior; Glaucia Alice Coelho de Souza; Gustavo Andre Bacellar Tavares de Sousa; Gustavo Vellozo Barreira; Helena Sales Menezes e Hélio Monteiro Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.023/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ricardo Alves; Julia Simoes Zamboni; Juliana Borim Milanezzi; Juliana Carvalho de Oliveira Cei; Juliana França Varella; Juliana Picoli Agatte; Juliana dos Santos de Almeida Sampaio; Lais Maranhao Santos Mendonça; Lavinia Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos e Lilian de Ascenção Guedes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.026/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Natalia Giovanna Marson; Natália Cerqueira de Sousa; Natália Maria Leitão de Melo; Nayara Frutuoso Furtado; Paula Pompeu Fiuza Lima; Paula Rincon Afonso Costa; Paulo Eugenio Clemente Junior; Pedro Flach Romani; Pedro Henrique Monteiro Ribeiro Ferreira e Pedro Henrique de Oliveira Ramiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.028/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renata Alves da Costa Pedrosa; Renata Cardoso Furtado; Renata Menezes Fernandes; Ricardo Rodrigues Dutra; Ricardo de Oliveira Nemetala; Rita Dicacia Felipe Camara; Rivia Helena de Araujo; Roberta Freitas Lemos; Roberta Pelella Melega Cortizo e Rodrigo Morais Lima Delgado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

010.030/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wagner Ferreira Moraes e Yara da Silva Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Social
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

010.146/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Teixeira; Ana Claudia França de Freitas; Ana Claudia Targino de Vasconcelos; Ana Iris Ferreira; Ana Maria Felix Passos; Ana Paula Mastrazzi; Ana Paula Mendes Melo; Andre Felipe dos Santos Cerqueira; Andre Moreira Rafael e André Moura Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.147/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Rocha de Oliveira; Andrea Cristina Rosseti Maioli; Andreia Soares Vaz; Andrelina Leite Cruvinel Ferreira; Andresa Rachi Agelune; Andressa Rodrigues Borges Hirano; Andrezza Ozorio Oliveira; Angelo Flaviano Gonçalves Lisboa; Anny Karllenny de Almeida Porto e Antonia Gleiciane de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.149/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Benigenia de Sousa Vieira; Bethania Felix Martins; Betânia Mendes Ferri; Bianca de Oliveira Carmello; Bleider Roger dos Santos; Bruna Luiza dos Santos; Bruna Marcuzzo; Bruna Marques Paz; Bruna Muller e Bruna Rodrigues do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.151/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caique de Jesus Silva; Camila Brasil Uchoa de Albuquerque; Camila Nakano de Toledo; Carlo Saraceni dos Santos Dantas; Carlos Alberto Leite; Carlos Henrique Vieira Anastacio; Carlos Valerio Soares Brito; Carolina Magda Oliveira Ferreira da Costa; Carter Carlos Oliveira do Nascimento e Catiane da Silva Pinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.155/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiane Cristine Ribeiro da Silva; Daillon Cardoso Pereira; Daniel Carvalho Ribeiro; Daniel Fernandes Valencia; Daniel Guilherme Afonso; Daniele Cristine Schincariol; Danila Caetano de Souza; Danilo Matos de Araújo Damasceno e Dayane Cristina de Souza Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

010.615/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luís Souza da Silva; Antônio Carlos Nader; Carlos Mouawad El Khouri; Cassio Rodolfo Menezes Silva; Celide Maria Mendes; Edmar Batista da Costa; Elizabeth Fleming Fonseca Barbosa; Emília Maria Guimaraes Cova Salinas e Erica Luciana Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: não há

031.467/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Goiana/PE
Representação legal: não há

033.473/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Gilberto Piedade Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Maringá - PR
Representação legal: não há

033.475/2017-2
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Zuleima Martins dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Ponta Grossa - PR
Representação legal: não há

033.486/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Valeria Moreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Divinópolis - MG
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AROLDO CEDRAZ

002.106/2015-9
TCE. Convênio Siconv 721102/2009 firmado entre o Ministério do Turismo e o Município de Barra do Ribeiro/RS, tendo por objeto o apoio à realização do "1º Natal Barra e Luz", no período de 11/12/2009 a 24/5/2010.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Barra do Ribeiro/RS
Responsáveis: Walter Dahse Naibert e herdeiros Claudia Regina Inocente Naibert, Jorge Luiz Inocente Naibert, Alessandro Inocente Naibert, Leandro Inocente Naibert
Representação legal: não há

003.092/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Cultura em desfavor da Alternativa Consultoria em Educação, Cultura e Comunicação Social Ltda. e da sócia majoritária, Erika Antoinette Wilhelmine Coester Kramer, em vista da não execução do projeto "Construção de um Paradigma Cultural - A Cultura como Fundamento e Destino da Publicidade" (Pronac 2-2537), quanto aos recursos captados de dois patrocinadores, no valor de R$ 85.000,00.
Interessado: Ministério da Cultura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura
Responsáveis: Alternativa Consultoria em Educação Cultura e Comunicação Social Ltda. - Me; Erika Antoinette Wilhelmine Coester Kramer
Representação legal: Thaís Schramm Werutsky (58746/OAB-RS) e outros, representando Alternativa Consultoria em Educacao Cultura e Comunicacao Social Ltda. - ME e Erika Antoinette Wilhelmine Coester Kramer

003.198/2013-8
Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em razão da omissão no dever de prestar contas relativas ao convênio 700097/2008, firmado com a Associação Fomento Social Planejamento e Gestão de Projetos (ASFOS), cujo objeto era implantar a metodologia do Programa de Ações Integradas e Referência de Enfrentamento a Violência Sexual (PAIR) no Distrito Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Direitos Humanos
Responsáveis: Associação Fomento Social e Planejamento e Gestão de Projetos; Liliana Patricia Lemus Sepulveda Pereira
Representação legal: Maria Lemus Pereira Ribeiro (OAB/DF 37.034), representando Associação Fomento Social e Planejamento e Gestão de Projetos e Liliana Patricia Lemus Sepulveda Pereira

011.556/2016-1
TCE. Município de Sossêgo-PB - Omissão das contas dos Programas de Proteção Social Básica e Especial - PSB/PSE 2008 - Fundo Nacional de Assistência Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sossêgo/PB
Responsáveis: Juraci Pedro Gomes, ex-prefeito (Gestão 2001-2008) e Carlos Antônio Alves da Silva, ex-prefeito (Gestão 2009-2016)
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663), Edward Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 10.827), Bruno Lopes de Araújo (OAB/PB 7.588A), Rafael Santiago Alves (OAB/PB 15.975), Danilo Sarmento Rocha Medeiros (OAB/PB 17.586), Arthur Martins Marques Navarro (OAB/PB 19.341), Arthur Sarmento Sales (OAB/PB 18.081), Romero Sá Sarmento Dantas de Abrantes OAB/PB 21.289) José Edísio Simões Souto (OAB/PB 5.405), Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto (OAB/PB 14.916), Eduardo Henrique Farias da Costa, Brasileiro (OAB/PB 12.719), Felipe de Brito Lira Souto (OAB/PB 13.339) e Rachel Nunes de Carvalho Farias (OAB/PB 15.972).

024.492/2010-8
Embargos de Declaração opostos pela Sra. Darcy Silva Pereira dos Santos, contra o Acórdão 10.129/2017 - TCU - 2ª Câmara, que considerou ilegal o seu ato de pensão civil instituído pelo ex-servidor João Pereira dos Santos, negando-lhe o respectivo registro.
Embarga nte: Darcy Silva Pereira dos Santos
Interessadas: Darcy Silva Pereira dos Santos e Maria Galdino Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Representante legal: Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095)

028.893/2014-0
Recurso de reconsideração interposto por Francisco Ilton Cambé Barrozo, ex-prefeito municipal de Guaramiranga/CE, contra o Acórdão 1472/2016-TCU-2.ª Câmara que, em sede de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde no Estado do Ceará - Funasa/CE, julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e aplicando-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), em razão da execução parcial do Convênio 2870/2005 cujo objetivo era a construção de 144 módulos sanitários.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Guaramiranga-CE
Responsável: Francisco Ilton Cambé Barrozo
Representação legal: não há

030.625/2014-9
Recurso de reconsideração interposto por Ivon Rates da Silva, ex-prefeito do Município de Envira/AM, contra o Acórdão 8.371/2016 - 2ª Câmara, o qual, em sede de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas, julgou irregulares suas contas e o condenou ao pagamento do débito apurado e da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) diante da não aprovação da prestação de contas do Convênio 2088/2005, cujo objeto consistia na construção de um sistema de melhorias sanitárias domiciliares.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Envira/AM
Responsável: Ivon Rates da Silva
Representação legal: Silvana Grijó Gurgel Costa Rego (OAB/AM 6767) e outros, representando Ivon Rates da Silva

030.628/2014-8
Recurso de reconsideração interposto por Ivon Rates da Silva, ex-prefeito do Município de Envira/AM (gestão: 2005-2008), contra o Acórdão 8.964/2016 - 2ª Câmara, o qual, em sede de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenadoria Regional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe a multa prevista no art. 58, III, da Lei 8.443/92, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), diante da impugnação de despesas do Convênio 1.790/2006 celebrado entre a Funasa e a referida municipalidade para a execução do Programa de Melhorias Sanitárias Domiciliares, com a construção de 61 módulos no município.
Interessada: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Envira - AM
Recorrente: Ivon Rates da Silva
Representação legal: Sérgio Augusto Costa da Silva (6583/OAB-AM) e outros, representando Ivon Rates da Silva

030.706/2015-7
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Francisco de Andrade Carreiro, ex-prefeito municipal de São Bentinho/PB, em razão da inexecução parcial do Convênio 2056/2005 firmado com aquela municipalidade, destinada a construção de dezesseis sistemas de abastecimento de água, sendo R$ 300.000,00 oriundos de recursos federais e R$ 30.000,00 a título de contrapartida municipal.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Bentinho - PB
Responsáveis: Francisco Andrade Carreiro; Visão Construções Comercio e Empreendimentos Ltda. - Me
Representação legal: não há

032.121/2013-0
Recurso de reconsideração interposto por Jazy Guedes Silva, ex-prefeito do município de Frei Gaspar/MG contra o Acórdão 4682/2015 - TCU - 2ª Câmara
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Frei Gaspar - MG; Fundação Nacional de Saúde
Recorrente: Jazy Guedes Silva
Representação legal: Edilberto Castro Araújo (31.544/OAB-MG), Adriana de Fátima Gomes Pinto (160.131/OAB-MG), Cynthia Amaro Mamede Madureira (137.705/OAB-MG), Grasiele Froede (98.727/OAB-MG) e Vanessa Schultz Jardim (100.894/OAB-MG), representando Jazy Guedes Silva

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

000.706/2014-0
Recurso de reconsideração interposto por Luis Alfredo Amin Fernandes contra o Acórdão 10.923/2016 - 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do recorrente.
Recorrente: Luis Alfredo Amin Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Viseu/PA
Representação legal: Leandro Athayde Fernandes (20855/OAB-PA)

003.356/2016-7
Pauta explicativa: Tomada de contas especial referente à omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados em 2012 para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA
Responsável: Vagner Santos Curi
Representação legal: não há

003.959/2017-1
Aposentadoria concedida com o cômputo de período de exercício da advocacia sem o recolhimento das contribuições previdenciárias e de solicitador acadêmico.
Interessado: Carlos Olavo Pacheco de Medeiros
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

005.820/2015-4
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em decorrência de omissão na prestação de contas e da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio MMA/FNMA 124/2004, celebrado com a Comunidade Rural de Tamatateua (CRT), que tinha por objeto "elaborar um plano de gestão comunitário, participativo, para o uso dos recursos pesqueiros visando diminuir o esforço sobre os recursos explorados intensamente e propor alternativa de renda para a comunidade de Tamatateua".
Responsáveis: Comunidade Rural de Tamatateua, Profírio Felício da Silva e Marinaldo Ambrósio da Silva Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente
Representação legal: não há

012.389/2016-1
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da ausência de prestação de contas final bem como de irregularidades na execução física do Termo de Compromisso 0139/2011, celebrado com o município de Chaves/PA.
Responsáveis: Benjamim Ribeiro de Almeida Neto e JR Construção, Serviços e Comercio Ltda - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Chaves/PA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

013.356/2013-5
Recurso de reconsideração interposto contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente em face de omissão no dever de prestar contas do Convênio 12/2006, celebrado entre o município de Pirapemas/MA e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que tinha por objeto a construção de sistemas de abastecimento de água nas localidades de Farinha Seca e Bagaceira.
Recorrente: Eliseu Barroso de Carvalho Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pirapemas/MA
Advogada constituída nos autos: Renata Cristina Azevedo Coqueiro Carvalho (OAB/MA 12.257-A)

016.706/2014-5
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério das Cidades contra a coordenadora-geral da Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança, por irregularidades na execução do Convênio 8/2004, destinado à elaboração de Plano Integrado de Resíduos Sólidos para capacitação, profissionalização e formação de catadores da região do município de Júlio de Castilhos/RS.
Responsáveis: Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança Ltda. e Lourdes Maria Staudt Dill
Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança Ltda. (Cooesperança)
Representação legal: Francisco de Souza Lopes (OAB/DF 19.304), Miyeko Chayamite (OAB/DF 24.326) e outros

018.838/2016-2
Tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em desfavor de Djalma Guttemberg Siqueira Brêda, ex-prefeito de Piaçabuçu/AL, em razão de omissão no dever de prestar contas e não comprovação da boa e regular aplicação quanto aos recursos repassados ao município por força do Convênio 538/2005.
Responsável: Djalma Guttemberg Siqueira Brêda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Piaçabuçu/AL
Representação legal: Fabiano de Amorim Jatobá (OAB/AL 5675)

020.784/2017-1
Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades relacionadas ao Contrato de Repasse 0179424-84, firmado entre o município de Fagundes/PB e o Ministério do Turismo, por intermédio da Caixa Econômica Federal, para construção de um portal turístico na entrada da cidade.
Responsáveis: Gilberto Muniz Dantas, JW Construções Ltda. e William Pereira de Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fagundes/PB
Representação legal: não há

022.314/2010-5
Ato de alteração de aposentadoria, com averbação de períodos de atividade rural, sem comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias.
Interessadas: Elizabeth Pereira da Silva e Raimunda Florentino de Oliveira Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho
Representação legal: não há

023.536/2017-9
Atos de alteração de aposentadoria, publicados após 25/10/2001, para inclusão nos proventos de vantagem de opção sem o preenchimento dos requisitos legais.
Interessado: José Albery Ramos Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

027.734/2014-5
Tomada de contas especial atinente aos recursos do Convênio EP833/2004 (Siafi 533199), que teve por objeto execução de sistema de esgotamento sanitário, conforme plano de trabalho aprovado.
Responsáveis: Alexandre Braga Pegado; Marcos Tadeu Silva; e América Construções e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição/PB
Representação legal: não há

030.178/2013-4
Recurso de reconsideração interposto por Carla Maria Martins Ferraz Alves contra o Acórdão 3.294/2017 - 2ª Câmara, que imputou débito e multa a Carlos Galiza Alves em decorrência de irregularidades na gestão dos recursos federais do SUS no âmbito do Programa de Atendimento Assistencial Básico - PAB, durante os exercícios de 2005 e 2007.
Recorrente: Carla Maria Martins Ferraz Alves (inventariante de Carlos Galiza Alves)
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Palmeirais/PI
Representação legal: Jessica Aguiar Nogueira (13.380/OAB-PI), Genésio da Costa Nunes (5.304/OAB-PI) e Julianna Maria Carvalho Vasconcelos (4.416/OAB-PI)

032.220/2013-8
Embargos de declaração opostos ao Acórdão 929/2018 - 2ª Câmara.
Embargante: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Desenvolvimento Sustentável
Representação legal: Letícia Oliveira da Cunha (OAB/RS 29.022)

033.058/2015-6
Tomada de contas especial referente à omissão no dever de prestar contas de convênio com o FNDE para o desenvolvimento de ações educativas complementares ao ensino escolar.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Estudos Amazônicos
Responsáveis: Instituto de Estudos Amazônicos; José Alberto de Figueiredo Melo
Representação legal : não há

034.983/2014-7
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão de irregularidades na execução física e financeira dos recursos repassados à Fundação Cultural Museu Étnico do Nordeste (Funet) por força do Convênio 1589/2008 (Siconv 702351), que teve por objeto o apoio à realização do projeto intitulado "Final de Ano em Gado Bravo".
Responsáveis: Fundação Cultural Museu Étnico do Nordeste; Bruno Barbosa de Melo; Miguel Rodrigues Albuquerque Dantas; Francinildo Ferreira dos Santos - ME; Centauros Produções e Eventos Ltda. - ME; Maria José de Albuquerque Santos - ME; e Sheila Promoções, Eventos e Serviços Eireli - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Cultural Museu Étnico do Nordeste/PB
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.551/2015-5
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em razão da impugnação de parte das despesas efetuadas com recursos repassados em 2005 à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e da impugnação da totalidade das despesas atinentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola no exercício de 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Envira/AM
Responsáveis: Ivon Rates da Silva e Município de Envira/AM
Representação l egal: Jocione dos Santos Souza, OAB/AM 6.901 e Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo, OAB/AM 6.767

003.675/2015-7
Tomada de Contas Especial em face de irregularidades na prestação de contas dos recursos repassados ao município, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Francisco do Piauí/PI
Responsável: Raimunda Soares de Carvalho
Representação legal : Raquel Leila Vieira Lima (OAB/PI 234-A) e outros.

011.480/2015-7
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde - SUS transferidos a município para aplicação no âmbito do Programa Saúde Família - PSF.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nazaré do Piauí/PI
Responsáveis: Iuri de Reis Feitosa e Município de Nazaré do Piauí/PI
Representação legal: Julio Cesar da Silva Ferreira (OAB/PI 11.388); Everardo Oliveira Nunes de Barros (OAB/PI 2.789); Flávio Henrique Andrade Correia Lima (OAB/PI 3.273); Alysson Wilson Campelo de Sousa (OAB/PI 14.634)

017.023/2014-9
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em razão da impugnação total das despesas do Convênio 719.501/2009, cujo objeto consistia no apoio à realização do Projeto intitulado "Cabo Arte e Cultura", no Município de Cabo de Santo Agostinho/PE.
Órgão/Entidade/Unidade: Organização Trajetória Mundial
Responsáveis: Ademir de Brito Oliveira, Organização Trajetória Mundial, e Hipnos Companhia das Artes
Representação legal: não há

019.207/2009-0
Autos em que se analisa o ato de alteração de pensão militar instituída em benefício dos interessados supracitados.
Interessados: Daniella Hobuss Osorio Rodrigues; Isadora Vijalva Rodrigues; Lidia Pereira Sergio; Lorenzo de Mattos Rodrigues; Lucas de Farias Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: 9ª Região Militar/Comando do Exército
Representação legal : não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

005.019/2016-8
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do ex-prefeito do Município de Ibirajuba/PE, Sr. Pedro Evangelista de Arandas (gestão: 2005-2008), por irregularidade na execução financeira dos recursos repassados ao aludido ente federado por força do Convênio nº 127/2008 (Siafi 625913/2008), para a realização da "Festa de Santo Izídio".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ibirajuba/PE
Responsável: Pedro Evangelista de Arandas
Representação legal: não há

007.739/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, em desfavor dos Srs. Severino Eudson Catão Ferreira e Sr. José Renato Sarmento de Melo, como ex-prefeitos do município de Palmeirina - PE, (gestões 2005-2008 e 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante do não atingimento dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 196.620-29/2006
Órgão/Entidade /Unidade : Município de Palmeirina/PE
Responsáveis: José Renato Sarmento de Melo e Severino Eudson Catão Ferreira
Representação legal: não há

007.945/2015-9
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Arquimedes Guedes Valença e Jonas Camelo de Almeida Neto, ex-prefeitos de Buíque (gestões: 2005-2008; e 2009-2012 e 2013-2016, respectivamente), diante da não consecução dos objetivos pactuados no Contrato de Repasse 187.007-04/2005 (Siafi 546463), celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério do Turismo, e o aludido município, no valor total de R$ 1.206.107,07, para a construção e urbanização do portal de entrada da cidade, arborização de avenidas na cidade e construção de receptivo turístico, estacionamento, recuperação praças Catimbau e Guanumbi, tendo a vigência do ajuste alcançado o período de 30/12/2005 a 30/8/2013.
Órgão/Entidade/Unidade : Município de Buíque/PE
Responsável: Jonas Camelo de Almeida Neto
Representação legal: não há

009.428/2016-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS) em desfavor de Carlinho Furlan, ex-prefeito de Sampaio/TO, diante da total impugnação dos dispêndios inerentes ao Convênio 2.113/2001 destinado à "execução de Sistema de Esgotamento Sanitário", sob o valor total de R$ 1.275.927,29.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sampaio/TO
Responsável: Carlinho Furlan
Representação legal: Dayana da Silva Alves de Assis (OAB/TO 6.738)

010.656/2017-0
Aposentadorias deferidas pela Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Chapecó - SC.
Interessadas: Divete Otacira Dai Prai Vazatta, Ida Maria Zanette e Iria Lermenn
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó/SC
Representação legal: Luís Fernando Silva (OAB/SC 9.582)

018.535/2015-1
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Institucional (IBDI) e de seu presidente, Sr. Marcos Jatobá e Silva, em razão da não consecução dos objetivos do Convênio nº 733968/2010, que teve por objetivo incentivar o turismo mediante o apoio à implementação do projeto "Ações de Promoção Turísticas do Município de Tamandaré - PE", com valor previsto de R$ 525.000,00 e vigência estipulada de 14/5/2010 a 11/6/2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Pernambuco
Responsáveis: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Institucional e Marcos Jatobá e Silva
Representação legal : Paulo Alexandre Silva (OAB/DF 40.999) e outro, representando Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Institucional e Marcos Jatobá e Silva

024.364/2016-9
Tomada de Contas Especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário em desfavor do Sr. Valdecírio de Oliveira Cavalcanti, ex-prefeito do Município de Macaparana - PE (gestões: 1997-2000 e 2001-2004), em razão da impugnação parcial das despesas realizadas nos exercícios de 1999 e 2000 com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, no montante de R$ 279.600,00, para aplicação no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
Órgão/ Entidade /Unidade : Município de Macaparana/PE.
Responsável: Valdecírio de Oliveira Cavalcanti.
Representação legal: não há.

027.923/2010-0
Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Gilberto Rodrigues do Nascimento, em face do Acórdão 8.481/2017 - TCU - 2ª Câmara, que o considerou revel, julgando suas contas irregulares e aplicando-lhe multa individual, no valor de R$ 20.000,00.
Embargante: Gilberto Rodrigues do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico Xingó
Representação legal: Márcio José Alves de Souza (OAB/PE 5.786) e outros, representando Gilberto Rodrigues do Nascimento

031.839/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - Mtur, em desfavor do Sr. Eudo de Magalhães Lyra, ex-prefeito do município de Joaquim Nabuco- PE (gestão 2005-2008), diante da não aprovação da prestação de contas relativa aos recursos oriundos do Convênio 337/2006
Órgão/Entidade /Unidade : Município de Joaquim Nabuco/PE
Responsáveis: Eudo de Magalhaes Lyra e Associação Musical 10 de Agosto
Representação legal: não há

033.248/2015-0
Representação autuada a partir de expediente enviado pelo ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) sobre possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse no 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691) e do Contrato de Repasse no 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), tendo os aludidos ajustes sido celebrados entre a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o Estado do Tocantins para a construção de 884 moradias, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC.
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
Órgãos /Entidade s /Unidade s : Governo do Estado de Tocantins e Caixa Econômica Federal
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.771/2015-4
Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor dos Srs. Antônio João Dourado (gestão: 2009-1º/4/2012), Juvenal Inácio da Silva (gestão: 2/4/2012-31/12/2012) e Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro (gestões: 2013-2016 e 2017-2020), prefeitos do Município de Lajedo - PE, diante da não execução do objeto do Contrato de Repasse 229.767-05/2007 (Siafi 604600), celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o aludido município, no valor total de R$ 696.570,09, para a "pavimentação em paralelepípedo granítico em diversos logradouros", tendo a vigência do ajuste ficado estipulada para o período de 5/10/2009 a 30/12/2013.
Órgão/Entidade/Unidade : Município de Lajedo/PE.
Responsáveis: Antônio João Dourado; Juvenal Inácio da Silva; Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro.
Representação legal: Gabriel Barbosa Rocha (OAB/DF 15.808E) e outro, representando Rossine Blesmany dos Santos Cordeiro.
034.206/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Defesa, em desfavor do Sr. Raryson Pedrosa Nakayama, ex-prefeito do município de Iracema - RR (gestão 2009 - 2016), diante da inexecução parcial do Convênio 367/PCN/2011
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/RR
Responsáveis: Cirqueira e Alves Ltda-me e Raryson Pedrosa Nakayama
Representação legal: Bruno Ayres de A. Rocha (OAB/RR 621), representando Cirqueira e Alves Ltda.- ME

Em 5 de abril de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário da Segunda Câmara

Defensoria Pública da União

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 143, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução nº 132, de 10 de novembro de 2016.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 80/1994;
CONSIDERANDO a importância do aprimoramento da gestão de recursos humanos no âmbito da Defensoria Pública da União;
CONSIDERANDO que é possível a cessão de servidor em estágio probatório para o exercício de atividades de assessoria, direção e chefia;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 39, §2º e 136, ambos da Lei Complementar nº 80/1994 c/c art. 20 da Lei nº 8112/90; resolve:
Art. 1º - O Art. 3º, §1º e §3º da Resolução nº 132, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 3º (...)
§ 1º. A designação de membro não estável na Carreira, que terá a duração máxima de dois anos, não acarretará a suspensão do estágio probatório durante o período da designação.
(....)
§3º O membro cedido para outro órgão não terá suspenso o estágio probatório, desde que exerça atividade eminentemente jurídica e relacionada com as finalidades institucionais da Defensoria Pública da União, observando-se, no que couber, o disposto no art. 20, §3º da Lei nº 8112/90
Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data da publicação.

CARLOS EDUARDO BARBOSA PAZ
Presidente do Conselho

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATO Nº 1, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abertura de prazo para recebimento de sugestões aos projetos de consolidação.

Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, fica aberto o prazo de 30 dias, a contar da publicação deste ato, para oferecimento de sugestões ao Projeto de Lei de Consolidação (PL) nº 6.592/2016, do Senhor Miro Teixeira, que "consolida no Código Penal a legislação relativa à matéria penal". A íntegra do referido projeto encontra-se disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/. As sugestões poderão ser encaminhadas ao Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900, observando as regras a seguir:
PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES AO PROJETO DE LEI DE CONSOLIDAÇÃO
Em conformidade ao § 2º do artigo 212 do RICD, fica fixado o procedimento de apresentação de sugestões ao projeto de lei de consolidação:
1.O Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (GTCL), após recebido o projeto de lei de consolidação, providenciará a publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial da Câmara dos Deputados e de sua ementa no Diário Oficial da União, cuja íntegra estará disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/.
2.Após publicado, estará aberto o prazo de 30 dias para apresentação de sugestões, vedadas alterações de mérito;
3.Terá legitimidade para apresentação de sugestões a Projeto de Lei de Consolidação:
I - a Mesa Diretora, qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados;
II - pessoa física ou jurídica;
4.Poderá ser utilizado formulário próprio para apresentação de sugestões disponibilizado na página do GTCL através do link: www.camara.leg.br/consolidacao;
5.Os interessados poderão enviar as sugestões ao GTCL via postal, por escrito, em papel impresso, digitado ou manuscrito, com firma reconhecida;
6.As sugestões deverão mencionar o projeto de lei de consolidação a que se referem, indicar de forma concisa e clara o conteúdo da sugestão, especificando a parte, livro, título, capítulo, seção, subseção ou dispositivo do Projeto de Lei de Consolidação que deverá ser modificado; e expor na justificativa as razões pelas quais a sugestão deverá ser analisada e incorporada ao projeto;
7.As sugestões que atenderem aos requisitos formais serão devidamente numeradas, incorporadas ao processo e despachadas ao relator da matéria para análise; e
8.O GTCL está situado no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900.

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara

ATO Nº 2, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abertura de prazo para recebimento de sugestões aos projetos de consolidação.

Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, fica aberto o prazo de 30 dias, a contar da publicação deste ato, para oferecimento de sugestões ao Projeto de Lei de Consolidação (PL) nº 6.593/2016, do Senhor Miro Teixeira, que "consolida no Código de Processo Penal a legislação relativa à matéria processual penal". A íntegra do referido projeto encontra-se disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/. As sugestões poderão ser encaminhadas ao Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900, observando as regras a seguir:
PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES AO PROJETO DE LEI DE CONSOLIDAÇÃO
Em conformidade ao § 2º do artigo 212 do RICD, fica fixado o procedimento de apresentação de sugestões ao projeto de lei de consolidação:
1.O Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (GTCL), após recebido o projeto de lei de consolidação, providenciará a publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial da Câmara dos Deputados e de sua ementa no Diário Oficial da União, cuja íntegra estará disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/.
2.Após publicado, estará aberto o prazo de 30 dias para apresentação de sugestões, vedadas alterações de mérito;
3.Terá legitimidade para apresentação de sugestões a Projeto de Lei de Consolidação:
I - a Mesa Diretora, qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados;
II - pessoa física ou jurídica;
4.Poderá ser utilizado formulário próprio para apresentação de sugestões disponibilizado na página do GTCL através do link: www.camara.leg.br/consolidacao;
5.Os interessados poderão enviar as sugestões ao GTCL via postal, por escrito, em papel impresso, digitado ou manuscrito, com firma reconhecida;
6.As sugestões deverão mencionar o projeto de lei de consolidação a que se referem, indicar de forma concisa e clara o conteúdo da sugestão, especificando a parte, livro, título, capítulo, seção, subseção ou dispositivo do Projeto de Lei de Consolidação que deverá ser modificado; e expor na justificativa as razões pelas quais a sugestão deverá ser analisada e incorporada ao projeto;
7.As sugestões que atenderem aos requisitos formais serão devidamente numeradas, incorporadas ao processo e despachadas ao relator da matéria para análise; e
8.O GTCL está situado no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900.

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara

ATO Nº 3, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abertura de prazo para recebimento de sugestões aos projetos de consolidação.

Nos termos do artigo 212, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, fica aberto o prazo de 30 dias, a contar da publicação deste ato, para oferecimento de sugestões ao Projeto de Lei de Consolidação (PL) nº 7.410/2017, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que "consolida a legislação do Sistema Financeiro Nacional, em cumprimento aos artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998". A íntegra do referido projeto encontra-se disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/. As sugestões poderão ser encaminhadas ao Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis, Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900, observando as regras a seguir:
PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES AO PROJETO DE LEI DE CONSOLIDAÇÃO
Em conformidade ao § 2º do artigo 212 do RICD, fica fixado o procedimento de apresentação de sugestões ao projeto de lei de consolidação:
1.O Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (GTCL), após recebido o projeto de lei de consolidação, providenciará a publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial da Câmara dos Deputados e de sua ementa no Diário Oficial da União, cuja íntegra estará disponível no endereço eletrônico www.camara.leg.br/.
2.Após publicado, estará aberto o prazo de 30 dias para apresentação de sugestões, vedadas alterações de mérito;
3.Terá legitimidade para apresentação de sugestões a Projeto de Lei de Consolidação:
I - a Mesa Diretora, qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados;
II - pessoa física ou jurídica;
4.Poderá ser utilizado formulário próprio para apresentação de sugestões disponibilizado na página do GTCL através do link: www.camara.leg.br/consolidacao;
5.Os interessados poderão enviar as sugestões ao GTCL via postal, por escrito, em papel impresso, digitado ou manuscrito, com firma reconhecida;
6.As sugestões deverão mencionar o projeto de lei de consolidação a que se referem, indicar de forma concisa e clara o conteúdo da sugestão, especificando a parte, livro, título, capítulo, seção, subseção ou dispositivo do Projeto de Lei de Consolidação que deverá ser modificado; e expor na justificativa as razões pelas quais a sugestão deverá ser analisada e incorporada ao projeto;
7.As sugestões que atenderem aos requisitos formais serão devidamente numeradas, incorporadas ao processo e despachadas ao relator da matéria para análise; e
8.O GTCL está situado no Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Anexo I, sala 2109. Brasília - DF - CEP 70160-900.

RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 21, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.028229/2017-17, como com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 3º, inciso I, do ADG nº 24/2017, no Item16.3 do Edital do Pregão Eletrônico nº 132/2017, considerando o disposto no art. 2º, Parágrafo único, inciso VI, da Lei 9.784/1999, aplica à empresa DISTRIBUIDORA CECADI LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.419.772/0001-01, com endereço na Avenida Assis Brasil, nº 3532, sala 1013, Jardim Lindoia, Porto Alegre/RS, CEP 91.010-003, penalidade de MULTA no valor de R$ 3.887,87 (três mil, oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 15 (quinze) dias no âmbito da UNIÃO, por deixar de entregar documentação exigida para o certame, em descumprimento ao que estabelecem o item 11.3 e subitem 11.3.1 do edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 331, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Reabre crédito especial em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, aberto pela Lei nº 13.542, 19 de dezembro de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, no art. 50 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, na Lei nº 13.542, de 19 de dezembro de 2017, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2018.00.000003074-4, resolve:

Art. 1º Fica reaberto crédito especial em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, pelo saldo apurado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO I — *Reabertura de Crédito Especial*
PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							150.000
		Projetos							
02 122	0570 15HN	Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas no Município de Rio Branco							150.000
02 122	0570 15HN 0166	Ampliação de Imóvel para Armazenamento de Urnas no Município de Rio Branco - No Município de Rio Branco - AC							150.000
			F	4	2	90	0	300	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II — *Reabertura de Crédito Especial*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							150.000
		Atividades							
02 122	0570 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral							150.000
02 122	0570 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre							150.000
			F	3	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 110, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de advertência à empresa Basis Tecnologia da Informação S/A.

O SECRETÁRIO-GERAL, RESPONDENDO PELA DIRETORIA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, com fulcro no art. 1º da Portaria n. CJF-POR-2015/00325, de 10 de agosto de 2015, usando das atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso XI, da Portaria n. CJF-POR-2015/00297, de 23 de julho de 2015, e considerando o que consta do Processo n. CJF-ADM-2015/00191, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência à empresa Basis Tecnologia da Informação S/A, inscrita no CNPJ n. 11.777.162/0001-57, com fundamento no § 2º da Cláusula VIII - Acordo de Nível de Serviço, c/c o § 1º da Cláusula XIV - Penalidades - do Contrato n. 26/2014 - CJF, e no art. 87, inciso I, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, em virtude do atraso de 37 (trinta e sete) dias úteis na conclusão da demanda n. 3859, relacionada ao Sistema de Alvará Eletrônico - SAE.

CLEBERSON JOSÉ ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 73, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 8ª, 9ª, 12ª, 18ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 10.520.794,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018) c/c o art. 4º, caput, inciso III, alínea "d", item "1" da Lei n.º 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2018), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 487, de 15 de fevereiro de 2018, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 22 de fevereiro de 2018, resolve::

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª, 8ª, 9ª, 12ª, 18ª, 21ª, 23ª e 24ª Região, crédito suplementar, tipo 403d com compensação, no valor global de R$ 10.520.794,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.720.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.720.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							5.720.000
			F	4	2	90	0	181	5.720.000
TOTAL - FISCAL									5.720.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.720.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.100.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.100.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							1.100.000
			F	4	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							88.131
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							88.131
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							88.131
			F	4	2	90	0	100	88.131
TOTAL - FISCAL									88.131
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									88.131

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							56.967
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							56.967

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							56.967
			F	4	2	90	0	100	56.967
TOTAL - FISCAL									56.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.967

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							224.400
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							224.400
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							224.400
			F	3	2	90	0	100	224.400
TOTAL - FISCAL									224.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									224.400

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.621.296
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.621.296
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							1.621.296
			F	4	2	90	0	100	159.300
			F	4	2	90	0	181	1.461.996
TOTAL - FISCAL									1.621.296
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.621.296

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							450.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							450.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							450.000
			F	4	2	90	0	127	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.260.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.260.000
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.260.000
			F	4	2	90	0	100	759.835
			F	4	2	90	0	181	500.165
TOTAL - FISCAL									1.260.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.260.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							5.720.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							5.720.000
02 122	0571 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo							5.720.000
			F	3	2	90	0	181	5.720.000
TOTAL - FISCAL									5.720.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.720.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.100.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.100.000
02 122	0571 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							1.100.000
			F	3	2	90	0	100	1.100.000
TOTAL - FISCAL									1.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.100.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							88.131
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							88.131
02 122	0571 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná							88.131
			F	3	2	90	0	100	88.131
TOTAL - FISCAL									88.131
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									88.131

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							56.967
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							56.967
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							56.967
			F	3	2	90	0	100	56.967
TOTAL - FISCAL									56.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									56.967

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							224.400
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							224.400
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							224.400
			F	4	2	90	0	100	224.400
TOTAL - FISCAL									224.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									224.400

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.621.296
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.621.296
02 122	0571 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte							1.621.296
			F	3	2	90	0	100	159.300
			F	3	2	90	0	181	1.461.996
TOTAL - FISCAL									1.621.296
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.621.296

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							450.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							450.000
02 122	0571 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso							450.000
			F	3	2	90	0	127	450.000
TOTAL - FISCAL									450.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									450.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.260.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.260.000
02 122	0571 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.260.000
			F	3	2	90	0	100	759.835
			F	3	2	90	0	181	500.165
TOTAL - FISCAL									1.260.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.260.000

ATO Nº 74, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 586.767,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens 2 da Lei n.º 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2018), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 487, de 15 de fevereiro de 2018, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 22 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, crédito suplementar, tipo 402a com compensação, no valor global de R$ 586.767,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							484.091
		Atividades							
02 331	0571 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							484.091
02 331	0571 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro							484.091
			F	3	1	90	0	100	484.091

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							102.676
		Operações Especiais							
28 846	0909 0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais							102.676
28 846	0909 0536 0033	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - No Estado do Rio de Janeiro							102.676
			S	3	1	90	0	100	102.676
TOTAL - FISCAL									484.091
TOTAL - SEGURIDADE									102.676
TOTAL - GERAL									586.767

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							586.767
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							586.767
02 122	0571 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							586.767
			F	3	2	90	0	100	586.767
TOTAL - FISCAL									586.767
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									586.767

ATO Nº 75, DE 5 DE ABRIL DE 2018

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 10ª, 12ª, 18ª e 19ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 2.985.600,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, Inciso II da Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018) c/c o art. 4º, §3º da Lei n.º 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2018), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 487, de 15 de janeiro de 2018, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 4, de 22 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 10ª, 12ª, 18ª e 19ª Região, crédito suplementar, tipo 407 com compensação, no valor global de R$ 2.985.600,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							210.000
		Projetos							
02 122	0571 14WP	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS							210.000
02 122	0571 14WP 5176	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Vacaria - RS - No Município de Vacaria - RS							210.000
			F	4	2	90	0	181	210.000
TOTAL - FISCAL									210.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.150.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.150.000
02 122	0571 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO							1.150.000
			F	3	2	90	0	181	690.000
			F	4	2	90	0	181	460.000
TOTAL - FISCAL									1.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.150.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							50.000
		Atividades							
02 131	0571 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							50.000
02 131	0571 2549 0042	Comunicação e Divulgação Institucional - No Estado de Santa Catarina							50.000
			F	4	2	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							75.600
		Atividades							
02 122	0571 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							75.600
02 122	0571 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás							75.600
			F	3	2	90	0	100	75.600
TOTAL - FISCAL									75.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.600

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.500.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							1.500.000
02 122	0571 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas							1.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							210.000
		Projetos							
02 122	0571 152O	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS							210.000
02 122	0571 152O 4728	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande - RS - No Município de Arroio Grande - RS							210.000
			F	4	2	90	0	181	210.000
TOTAL - FISCAL									210.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									210.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.150.000
		Projetos							
02 122	0571 15IA	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília							1.000.000
02 122	0571 15IA 5664	Reforma do Prédio de Apoio para Instalação do Centro de Treinamento da Escola Judicial em Brasília - Em Brasília - DF							1.000.000
			F	4	2	90	0	181	1.000.000
02 122	0571 15IB	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF							150.000
02 122	0571 15IB 0053	Construção de Depósito Judicial e de Material em Sobradinho - DF - No Distrito Federal							150.000
			F	4	2	90	0	181	150.000
TOTAL - FISCAL									1.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.150.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							50.000
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							50.000
02 122	0571 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina							50.000
			F	4	2	90	0	100	50.000
TOTAL - FISCAL									50.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							75.600
		Atividades							
02 122	0571 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho							75.600
02 122	0571 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás							75.600
			F	4	2	90	0	100	75.600
TOTAL - FISCAL									75.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									75.600

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.500.000
		Projetos							
02 122	0571 1N02	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL							1.500.000
02 122	0571 1N02 1795	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL - No Município de Maceió - AL							1.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 523, DE 23 DE MARÇO DE 2018

"Dispõe sobre a transferência dos conselheiros Regionais da 5ª e 6ª Regiões, que irão compor os Conselhos Regionais da 9 e 5ª Regiões, respectivamente."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso das atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, Decreto Lei nº 87.218, de 31 de maio de 1982, e seu Regimento Interno; Considerando o Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; Considerando a Resolução CFFa nº 518/2017, que criou o Conselho Regional de Fonoaudiologia da 9ª Região; Considerando a Resolução CFFa nº 519/2017, que define as novas jurisdições dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, em especial dos CRFa's 5ª, 6ª e 9ª Regiões; Considerando a decisão da diretoria, durante a 336ª reunião da diretoria, realizada no dia 22 de março de 2018, ad referendum do Plenário, resolve:

Art. 1º Os Conselheiros Regionais que integram o atual Plenário do CRFa 6ª Região, cuja representatividade é oriunda dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, serão transferidos dos respectivos cargos para composição dos cargos de novos conselheiros Regionais do CRFa 5ª Região.

Art. 2º Os conselheiros Regionais que integram o atual Plenário do CRFa 5ª Região, cuja representatividade é oriunda dos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Roraima e Rondônia, serão transferidos dos respectivos cargos, para composição dos cargos da Comissão Especial Administrativa que administrará o CRFa 9ª Região, no seu primeiro ano de funcionamento.

Art. 3º O ato de transferência para os Regionais de destino, preconizados nos artigos 1º e 2º, deverá ser realizado por meio de portaria administrativa dos Regionais cedentes.

Art. 4º É vedado ao conselheiro regional exercer simultaneamente a mesma função em outro Conselho Regional.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário. Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THELMA COSTA
Presidente do Conselho

MARCIA REGINA TELES
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO Nº 524, DE 23 DE MARÇO DE 2018

"Dispõe sobre registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, e dá outras providências."

O Conselho Federal de Fonoaudiologia - CFFa, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.965/1981, o Decreto nº 87.218/1982 e o Regimento Interno; Considerando o direito à cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana, previstos no Art. 1º, incisos I e III da Constituição Federal de 1988; Considerando o direito a igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, previsto no Art. 5º da Constituição Federal de 1988; Considerando a Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências; Considerando a Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, que dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional; Considerando o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; Considerando a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN); Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências; Considerando o Código de Ética da Fonoaudiologia; Considerando o decidido pelo Plenário do CFFa na 4ª reunião da 158ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2018; resolve:

Art.1º Estabelecer normas com o fim de regulamentar o registro profissional no âmbito dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. PARTE I - DO REGISTRO PROFISSIONAL PRINCIPAL.

Art. 2º O registro profissional principal habilita ao exercício permanente da atividade na jurisdição do Conselho Regional do fonoaudiólogo, bem como ao exercício eventual ou transitório da atividade em qualquer parte do território nacional.

Art. 3º Fica assegurado aos profissionais de qualquer identidade de gênero, nos termos desta resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na Cédula de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia.

Art. 4º O registro profissional principal deverá ser solicitado pessoalmente, via correio ou pela internet, pelo fonoaudiólogo.

Art. 5º A solicitação do registro profissional principal será protocolada no Conselho Regional de Fonoaudiologia e será constituída, obrigatoriamente, da seguinte documentação: a) requerimento de registro de pessoa física e termo de ciência fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchidos, sem rasuras e assinados, conforme documento de identidade; b) 3 (três) fotografias 3x4 cm iguais, recentes com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia autenticada do diploma expedido por curso superior de Fonoaudiologia autorizado e reconhecido pelo MEC, preferencialmente, ou, cópia autenticada de certidão, certificado ou declaração de colação de grau do curso de Fonoaudiologia; d) cópia autenticada da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação, com foto; e) cópia autenticada do CPF; f) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome; g) cópia autenticada do certificado de reservista; h) certidão de regularidade eleitoral fornecida pela Justiça Eleitoral. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "c" à "h" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 2º No caso em que o profissional desejar que o nome social conste na cédula e carteira profissionais, deverá realizar a solicitação por escrito, dirigida ao presidente do conselho Regional de Fonoaudiologia. § 3º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá prazo de até 30 trinta dias úteis para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento e devolução dos documentos.

Art. 6º O Conselho Regional de Fonoaudiologia, para deferir um requerimento de registro profissional do fonoaudiólogo, deverá pesquisar junto aos demais Conselhos Regionais de Fonoaudiologia se o requerente já possui registro. Parágrafo único. O deferimento do registro profissional só será concedido após o requerente apresentar os comprovantes de pagamento de taxa de inscrição, anuidade e taxa de emissão de documentos ou confirmação do pagamento através dos retornos bancários.

Art. 7º A primeira anuidade do registro profissional principal será proporcional em duodécimos para o exercício e poderá ser dividida em até 5 (cinco) parcelas, desde que nenhuma parcela tenha vencimento após dezembro do ano-exercício.

Art. 8º Após a entrega da documentação completa e a quitação das taxas e anuidade do exercício vigente, será concedido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a Carteira Profissional de Fonoaudiólogo e a Cédula de Identidade Profissional com o respectivo número de registro. § 1º O número de registro profissional principal, que será apostado na Cédula de Identidade Profissional e Carteira Profissional, deverá ser precedido da sigla CRFa, espaço, seguido do número da região, hífen (-), seguido do número. Exemplo: CRFa 2-1111. § 2º O fonoaudiólogo deve identificar o seu registro de inscrição conforme previsto no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 9º A Cédula de Identidade Profissional e a Carteira Profissional de Fonoaudiólogo serão entregues ao profissional pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, que deverá firmar sua assinatura e impressão digital. Parágrafo único. A Cédula de Identidade Profissional e a Carteira Profissional de Fonoaudiólogo poderão ser emitidas com as imagens digitalizadas da foto, da digital e da assinatura do fonoaudiólogo, as quais serão captadas do requerimento de registro. PARTE II - DO REGISTRO PROFISSIONAL SECUNDÁRIO -

Art. 10. Considera-se registro profissional secundário aquele outorgado ao profissional que exercer suas atividades na jurisdição de outro Conselho Regional de Fonoaudiologia, além daquele a que se encontre vinculado pelo registro profissional principal.

Art. 11. O exercício profissional considerado não eventual, seja ele simultâneo, temporário ou definitivo, em jurisdição distinta do Conselho Regional de origem, implica a obrigatoriedade, por parte do profissional, em requerer o registro secundário em cada Conselho Regional de Fonoaudiologia da jurisdição em que pretende atuar. § 1º Entendem-se como não eventuais as atividades desempenhadas pelo fonoaudiólogo, por período superior a 30 (trinta) dias por ano. § 2º O fonoaudiólogo deverá requerer, em até 7 (sete) dias úteis, após decorrido o prazo estabelecido no parágrafo 1º, o registro profissional secundário ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. § 3º O Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem será responsável pelo encaminhamento do processo do profissional ao Conselho Regional de Fonoaudiologia no qual irá requerer o registro secundário.

Art. 12. O detentor de registro profissional secundário tem os mesmos direitos e deveres daquele que detém registro profissional principal, observadas as restrições do Regulamento Eleitoral.

Art. 13. O registro profissional secundário será requerido pelo fonoaudiólogo ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem pessoalmente, via correio ou pela internet, e será constituído, obrigatoriamente, da seguinte documentação: a) requerimento de registro profissional secundário fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado, conforme o documento de identidade, dirigido ao presidente; b) carteira profissional de fonoaudiólogo original, para devidas anotações; c) 2 (duas) fotografias 3x4 cm iguais, recentes, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; d) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome; e) cópia autenticada da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial de identificação, com foto. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "d" e "e" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 2º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado de que terá prazo de até 30 (trinta) dias para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento e devolução dos documentos. § 3º No caso de perda ou furto/roubo da carteira profissional, o fonoaudiólogo deverá requerer a 2ª via do documento ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem, para que este realize as anotações necessárias.

Art. 14. Recebidos os documentos descritos no art. 13, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis para remetê-los ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, no qual o profissional pretende atuar, acompanhados das cópias do processo e da certidão de regularidade financeira do requerente. § 1º O registro profissional secundário somente será efetivado após a apresentação da cópia do comprovante de pagamento das taxas e das anuidades correspondentes, emitidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, no qual o profissional pretende atuar. § 2º No caso de dívida negociada com pagamento regular na região de origem, o fonoaudiólogo poderá obter o registro profissional secundário, devendo constar essa situação na certidão citada no caput deste artigo.

Art. 15. O registro profissional secundário obriga o profissional ao pagamento das taxas, emolumentos e anuidade ao Conselho Regional de Fonoaudiologia no qual o registro foi deferido, de acordo com o disposto em resolução específica.

Art. 16. Concedido o registro secundário, o Conselho Regional de Fonoaudiologia da nova jurisdição providenciará a devida anotação na carteira profissional e emitirá nova cédula de identidade com a identificação de registro profissional secundário. § 1º O número de inscrição do registro profissional secundário permanecerá o mesmo do registro profissional principal. § 2º O número de inscrição do registro profissional secundário será aposto na carteira profissional e na nova cédula de identidade profissional, com a sigla CRFa, espaço, região do Conselho Regional de Fonoaudiologia do registro profissional principal, barra, número da região em que pretende atuar, hífen (-), número do registro. Exemplo: Registro profissional Principal: CRFa 2-1111. Registro profissional Secundário: CRFa 2/4-1111. § 3º O fonoaudiólogo deve identificar seu registro de inscrição, conforme previsto no parágrafo 2º deste artigo. § 4º O não pagamento da taxa implicará indeferimento do requerimento e devolução do processo ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. § 5º A cédula de identidade profissional e a carteira profissional de fonoaudiólogo poderão ser emitidas com as imagens digitalizadas da foto, da digital e da assinatura do fonoaudiólogo, as quais serão captadas do requerimento de registro.

Art. 17. O registro profissional secundário terá validade até o momento em que o profissional solicitar a baixa deste. Parágrafo único. O prazo de validade para a revalidação da cédula de identidade profissional, referente ao registro profissional secundário, segue o previsto nesta resolução. PARTE III - TRANSFERÊNCIA DE REGISTRO - MUDANÇA DE JURISDIÇÃO

Art. 18. O fonoaudiólogo deverá requerer a transferência imediata de seu registro quando ocorrer mudança no endereço da atividade profissional para jurisdição de outro Conselho Regional.

Art. 19. Não será permitida a concessão de transferência do registro profissional secundário. § 1º O fonoaudiólogo que decidir atuar em outra região deverá pedir novo registro secundário. § 2º O fonoaudiólogo que decidir não mais atuar na região em que tiver registro secundário deverá pedir a baixa deste.

Art. 20. A transferência de registro por alteração de endereço profissional para outra jurisdição será requerida ao Conselho Regional de Fonoaudiologia precedente, pelo fonoaudiólogo, pessoalmente, via correio ou pela internet, por meio da apresentação obrigatória da seguinte documentação: a) requerimento de transferência por alteração de endereço profissional para outra jurisdição, fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado conforme documento de identidade, dirigido ao Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem; b) cédula de identidade profissional original; c) 2 (duas) fotografias 3x4 cm iguais, recentes, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; d) carteira profissional de fonoaudiólogo original; e) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome; f) cópia autenticada da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial de identificação, com foto. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "e" e "f" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 2º No caso de perda ou furto/roubo da carteira profissional, o fonoaudiólogo deverá requerer a 2ª via do documento ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem, para que este realize as anotações necessárias. § 3º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e, informado de que terá prazo de até 30 (trinta) dias para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento e devolução dos documentos.

Art. 21. Recebidos os documentos descritos no art. 20, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para remetê-los ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, acompanhados do processo e da certidão de regularidade financeira do requerente. § 1º A transferência de registro profissional por alteração de endereço para outra jurisdição somente será efetivada após a apresentação da cópia do comprovante

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de pagamento das taxas correspondentes emitidas pelo Conselho Regional de destino, responsável pela efetivação do referido processo. § 2º A transferência somente será realizada em caso de dívida negociada, com pagamento ou parcelamento regular no Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem, devendo constar essa situação na certidão de regularidade financeira do requerente citada no caput deste artigo. § 3º Caso o profissional não efetue o pagamento total do débito negociado ou parcelado, após a transferência, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem solicitará ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino os dados cadastrais do profissional inadimplente para as providências necessárias, com o intuito de sanar a dívida. § 4º Na ocorrência da hipótese prevista no § 3º deste artigo, o Conselho Regional Fonoaudiologia de origem deverá oficiar o profissional inadimplente, sobre sua dívida negociada ou parcelada não quitada, bem como adverti-lo sobre a possibilidade de instaurar processo administrativo simplificado, extrajudicial e judicial, para cobrança do débito.

Art. 22. Quando ocorrer transferência de registro por alteração de endereço para outra jurisdição, a anuidade do ano em vigência deverá ser recolhida obedecendo-se os seguintes critérios: a) caso a transferência seja requerida após o pagamento total da anuidade do ano em vigência, o montante permanecerá no Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. b) caso o fonoaudiólogo não tenha feito nenhum pagamento ao Conselho de origem, mas se encontrar dentro do prazo legal, o montante deverá ser recolhido ao Conselho Regional de destino. c) caso a transferência ocorra durante o parcelamento da anuidade total do ano em vigência, o valor já pago permanecerá no Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem e as demais parcelas serão recolhidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino. d) caso o profissional solicite a transferência de registro durante a vigência de parcelamento da anuidade, as parcelas a vencer deverão ser pagas ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino. e) caso o profissional tenha realizado o pagamento integral da anuidade e solicite a transferência de registro, o valor pago a ser encaminhado ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, deverá respeitar a proporcionalidade dos meses subsequentes.

Art. 23. Concedida a transferência de registro por alteração de endereço para outra jurisdição, o Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino providenciará a devida anotação na carteira profissional de fonoaudiólogo e emitirá nova cédula de identidade profissional. § 1º O número de registro do fonoaudiólogo transferido será apostado na carteira profissional e na nova cédula de identidade profissional, com a sigla CRFa, espaço, número da nova jurisdição, acrescida do hífen (-), número do registro profissional, acrescido do hífen (-) seguido do número do Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. Exemplo: CRFa 4-1111-2. § 2º O fonoaudiólogo deve identificar seu registro de inscrição, conforme previsto no parágrafo 1º deste artigo. § 3º No caso de o profissional retornar a seu endereço profissional precedente, será restituída sua cédula de identidade profissional original, sendo recolhida a cédula remanescente e anexada ao processo.

Art. 24. Quando ocorrer mudança no endereço da atividade principal do profissional para outra unidade federativa na mesma jurisdição, o fonoaudiólogo deverá comunicar essa alteração ao Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Art. 25. No caso de criação de novo Conselho Regional de Fonoaudiologia com a finalidade de instituir nova jurisdição, o profissional transferido compulsoriamente para a região recém-criada deverá regularizar-se no prazo máximo de 6 (seis) meses, sob pena de responder às determinações legais vigentes. § 1º O profissional que regularizar-se no prazo previsto no caput deste artigo terá sua numeração de registro profissional preservada e mantida e não incorrerá no pagamento de taxas ou emolumentos referentes à emissão de novos documentos. § 2º O profissional transferido compulsoriamente entre Conselhos Regionais de Fonoaudiologia deverá regularizar seu registro profissional no Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino, pessoalmente, via correio ou pela internet, sendo instruído, obrigatoriamente, pela seguinte documentação: a) requerimento com a finalidade de regularizar registro profissional por transferência compulsória entre Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, fornecido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia recém-criado, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado como no documento de identidade, dirigido ao presidente; b) cédula de identidade profissional original; c) 2 (duas) fotografias iguais, 3x4 cm, recentes, com fundo branco, sem data, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão fonoaudiológica; d) carteira profissional de fonoaudiólogo original para as devidas anotações; e) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome; f) cópia autenticada da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial de identificação, com foto. § 3º Os documentos aludidos nas alíneas "e" e "f" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia recém-criado, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 4º No caso de perda ou furto/roubo da carteira profissional, o fonoaudiólogo deverá requerer a 2ª via do documento ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem, para que este realize as anotações necessárias. § 5º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá prazo de até 30 (trinta) dias para sanar a pendência, sob pena de indeferimento do requerimento e devolução dos documentos. § 6º O número de registro do fonoaudiólogo transferido compulsoriamente, preservado e mantido, será apostado na carteira profissional do fonoaudiólogo e na nova cédula de identidade profissional, com a sigla CRFa, espaço, número da nova jurisdição, acrescida do hífen (-), número do registro profissional, acrescido do hífen (-) seguido do número do Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. Exemplo: CRFa 9-1111-2. § 7º O fonoaudiólogo deve identificar seu registro de inscrição, conforme previsto no parágrafo 6º deste artigo. § 8º O fonoaudiólogo que não regularizar sua transferência compulsória de região, no prazo previsto no caput deste artigo, incorrerá em infração disciplinar, estando este sujeito à aplicação de sanções previstas na Lei nº 6.965/1981 e normas vigentes, e deverá arcar com a taxa para emissão da nova cédula de identidade profissional. PARTE IV - DA BAIXA DO REGISTRO PROFISSIONAL PRINCIPAL OU SECUNDÁRIO E DA REINTEGRAÇÃO PROFISSIONAL.

Art. 26. A baixa de registro será concedida no caso de interrupção do exercício profissional, quando requerida pelo fonoaudiólogo.

Art. 27. A baixa do registro deverá ser requerida ao(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia em que tiver registro profissional, pessoalmente, via correio ou por meio de requerimento via internet, pelo fonoaudiólogo, sendo instruída, obrigatoriamente, pela seguinte documentação: a) requerimento de baixa de registro, fornecido pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado conforme documento de identidade, dirigido aos presidentes dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia; b) cédula de identidade profissional original; c) cópia do boletim de ocorrência, devendo constar a informação de extravio, furto ou roubo do documento do Conselho (carteira e/ou cédula profissional). § 1º O formulário de requerimento de baixa de registro profissional poderá, ainda, ser preenchido e assinado por procurador, desde que devidamente constituído por procuração assinada pelo profissional. § 2º Em caso de falecimento do profissional, o processo para concessão da baixa do registro será promovido por solicitação de qualquer pessoa, instruída com a certidão de óbito. § 3º O documento aludido no § 2º poderá ser apresentado pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópia simples acompanhada do original para autenticação.

Art. 28. É condição para efetivação da baixa a inexistência de processos éticos e administrativos que tramitem em nome do requerente, exceto nos casos de falecimento do profissional.

Art. 29. Concedida a baixa, far-se-á a devida anotação na carteira profissional de fonoaudiólogo retendo-se a mesma, bem como a cédula de identidade profissional. Parágrafo único. No caso de baixa de registro profissional secundário será devolvida a carteira profissional com a devida anotação.

Art. 30. Concedida a baixa do registro profissional, o fonoaudiólogo não poderá exercer a profissão, sujeitando-se às sanções previstas nas normas vigentes que regulam a matéria.

Art. 31. Durante o período de vigência da baixa, nenhuma anuidade ou taxa será gerada ao profissional pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia sendo cobrados somente os parcelamentos e outros débitos anteriores. Parágrafo único. Nos casos em que o pedido de baixa ocorrer até o dia 31 de maio do ano em vigor a anuidade será cobrada de forma proporcional e, após essa data, de forma integral, nos termos das normas vigentes que regulam a matéria.

Art. 32. Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia deverão dar publicidade aos nomes dos profissionais que estão em baixa de registro em seus meios de divulgação oficiais.

Art. 33. Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia poderão, a qualquer momento, desde que constatadas pendências financeiras, proceder à cobrança amigável, extrajudicial ou judicial aos profissionais em baixa de registro profissional.

Art. 34. O profissional poderá solicitar sua reintegração, a qualquer tempo, no(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia, que concedeu(ram) a baixa do registro profissional. Parágrafo único. Na reintegração, o fonoaudiólogo terá o número anterior de seu registro mantido.

Art. 35. A reintegração do registro profissional deverá ser requerida ao(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia em que tiver solicitado a(s) baixa(s), pessoalmente, via correio ou pela internet, pelo fonoaudiólogo, sendo instruída, obrigatoriamente, pela seguinte documentação: a) requerimento de reintegração de registro, fornecido pelo(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia, devidamente preenchido, sem rasuras e assinado conforme documento de identidade, dirigido ao(s) Presidente(s) do(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia; b) cópia do comprovante de pagamento da anuidade vigente e das taxas correspondentes; c) carteira profissional de fonoaudiólogo, no caso de reintegração de registro secundário. § 1º Findo o prazo de validade da cédula de identidade profissional durante o período de baixa, o fonoaudiólogo, ao reintegrar-se, terá o número de seu registro mantido, sendo necessária apenas a revalidação da cédula. § 2º O profissional que possuir débitos anteriores à solicitação da baixa, ao requerer a reintegração, deverá quitá-los.

Art. 36. A anuidade, a ser cobrada quando do requerimento de reintegração de registro, será calculada com base na data da aprovação do requerimento sobre o valor correspondente a tantos duodécimos quantos forem os meses até o final do ano em exercício.

Art. 37. Concedida a reintegração do registro ao profissional, o(s) Conselho(s) Regional(is) de Fonoaudiologia deverá(ão), após proceder as anotações, entregar a cédula de identidade profissional e a carteira profissional de fonoaudiólogo.

Art. 38. O profissional com registro em baixa, e em situação financeira regular, que pretende retomar suas atividades, em jurisdição diversa do Regional de origem, poderá, concomitantemente, requerer a reintegração e a transferência de registro por alteração de endereço profissional, junto ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem. Parágrafo único. O Conselho Regional de Fonoaudiologia de origem deverá, no prazo máximo de 15 dias, concluir a reintegração e enviar o processo ao Conselho Regional de Fonoaudiologia de destino instruído dos documentos elencados no Art. 20 da presente Resolução. PARTE V - DA REVALIDAÇÃO DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL.

Art. 39. A cédula de identidade profissional terá o prazo de validade de 5 (cinco) anos, devendo ser renovada por igual período, consecutivamente.

Art. 40. A revalidação da cédula de identidade profissional é condição de legitimidade do exercício da profissão e é obrigatória a todos os profissionais inscritos nos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, sob pena de responder às determinações legais vigentes.

Art. 41. A revalidação da cédula de identidade profissional deverá ser realizada por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional de Fonoaudiologia, pessoalmente, via correio ou pela internet, pelo fonoaudiólogo, acompanhada, obrigatoriamente, da seguinte documentação: a) requerimento de revalidação da cédula de identidade profissional devidamente preenchido sem rasuras e assinado como no documento de identificação; b) 1 (uma) fotografia 3x4cm, recente, com fundo branco, sem data, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) comprovante de pagamento da taxa correspondente; d) cédula de identidade profissional original; e) carteira profissional de fonoaudiólogo original para as devidas anotações; f) cópia autenticada da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial de identificação, com foto; g) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome; h) cópia do boletim de ocorrência em caso de perda, extravio ou furto da carteira e/ou cédula profissional. § 1º O Conselho Regional de Fonoaudiologia, com a finalidade de manter atualizados os dados cadastrais e profissionais do fonoaudiólogo, poderá requerer, a qualquer momento, os documentos elencados nas alíneas do presente artigo. § 2º Os documentos aludidos nas alíneas "e" e "f" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 3º Havendo pendência na documentação, o profissional será comunicado e informado de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para sanar a pendência, sob pena de instauração de procedimento administrativo simplificado. PARTE VI - SEGUNDA VIA DOS DOCUMENTOS DE IDENTIDADE PROFISSIONAL.

Art. 43. O profissional deverá requerer segunda via de documentos de identidade profissional do fonoaudiólogo, no caso de extravio, furto, roubo, inutilização dos originais, alteração do nome ou inclusão do nome social. Art. 44. A solicitação da segunda via dos documentos de identidade profissional do fonoaudiólogo deverá ser realizada por meio de requerimento dirigido ao Conselho Regional de Fonoaudiologia, pessoalmente, via correio ou pela internet, pelo fonoaudiólogo, acompanhada, obrigatoriamente, da seguinte documentação: a) requerimento, indicando o motivo da necessidade da emissão da segunda via, devidamente preenchido sem rasuras e assinado como no documento de identificação; b) 1 (uma) foto 3x4 cm, recente, com fundo branco, sem data, sem borda, sem marcas, sem óculos de sol ou grau, sem chapéu ou adereços que dificultem a identificação do profissional, bem como camisa regata, decotes ou trajes não condizentes com a dignidade da profissão; c) cópia autenticada da cédula de identidade (RG) ou outro documento oficial, com foto; d) cópia do boletim de ocorrência, em caso de extravio, furto, ou roubo dos documentos de identidade profissional; e) cópia autenticada da certidão de casamento, divórcio, separação ou averbação de alteração de nome ou inclusão do nome social; e f) comprovante de pagamento da taxa respectiva e quitação dos débitos, caso existam. § 1º Os documentos aludidos nas alíneas "c", "d" e "e" poderão ser apresentados pessoalmente na sede ou delegacia do Conselho Regional de Fonoaudiologia, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação. § 2º Na hipótese de emissão de segunda via de cédula de identidade profissional, em caso de alteração de nome, deverá o profissional realizar a devolução da cédula de identidade profissional e entregar a carteira profissional para as devidas anotações. § 3º A segunda via da cédula de identidade profissional deverá conter a data de vencimento, a partir da emissão, observado o prazo de 5 (cinco) anos para a revalidação. PARTE V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 45. É condição obrigatória para o fonoaudiólogo exercer suas atividades profissionais, portar a cédula de identidade profissional ou a carteira profissional emitida pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia de sua jurisdição.

Art. 46. Fica assegurado aos profissionais, nos termos desta resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na cédula de identidade profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Parágrafo único. No caso em que o profissional desejar que o nome social conste na cédula e carteira profissionais, deverá realizar a solicitação por escrito, dirigida ao presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia.

Art. 47. Os trâmites de que trata esta resolução deverão ser atendidos pelo Plenário do Conselho Regional, podendo ser realizados ad referendum, nos prazos referidos a contar da entrega completa da documentação em conformidade com o exigido. Parágrafo único. Os trâmites de inscrição e transferência de um Conselho Regional de Fonoaudiologia para outro deverão ser atendidos com prioridade. Art. 48. São válidas em todo o território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, a carteira profissional de fonoaudiólogo e a cédula de identidade profissional emitidas pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia, nos termos da Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 49. Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Regional de Fonoaudiologia e encaminhados ex-officio, em grau de recurso, ao Plenário do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Art. 50. Revogar as disposições em contrário, em especial a Resolução CFFa nº 494/2016.

Art. 51. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THELMA COSTA
Presidente do Conselho

MARCIA REGINA TELES
Diretora Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 13301/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 2322/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelante/denunciantes, negando provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados, reformando, por maioria, a decisão do Conselho de origem, que aplicou aos apelantes/denunciados a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, agravando para "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "b" do artigo 22 do mesmo dispositivo legal, por unanimidade por infração aos artigos 18, 19 e 67 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de fevereiro de 2018. (data do julgamento) DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Presidente da Sessão; LEONARDO SÉRVIO LUZ, Relator.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO AMAZONAS

ATA DA 203ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2018, às 8h25min, nesta cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, reuniram-se em plenário conforme o art. 25 do Regimento Interno os conselho do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - COREN/AM situado na Av. André Araújo, nº 619, Aleixo, Manaus-AM - CEP 69060-000, com a presença do Presidente do Conselho Regional, Dr. Sandro André da Silva Pinto, da Secretária-geral Dra. Cleise Maria de Goes Martins,Conselheiro Efetivo Dr. Charles Ferreira de Oliveira, Conselheira Efetiva Dra. Valdelize Elvas Pinheiro, da Conselheira tesoureira Sra. Andréia Pedroso da Silva, da Conselheira efetiva Sra. Miriam Santos da Silva Lopes, e da Conselheira efetiva Sandra Alex Façanha dos Santos, e como convidadas as conselheiras: Dra. Rosinete Lourenço Gerônimo e Dra. Suelen Oliveira Couto. Presidente iniciou citando o Código eleitoral e o Regimento Interno do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas. Foi homologado o pedido de renúncia da Dra. Valdelize Elvas Pinheiro, o qual foi protocolizado na 477ª Reunião Ordinária de Plenário, para assumir como Conselheira Federal, neste momento a Conselheira deixa o plenário do Coren-AM. Colocado em apreciação o nome da Dra. Rosinete Lourenço Gerônimo, Conselheira Suplente, para assumir a vaga como Conselheira Efetiva do Quadro I, na vacância da Dra. Valdelize Elvas Pinheiro e após ser aprovado por unanimidade pelo plenário, o Presidente do Conselheiro Regional de Enfermagem do Amazonas Dr. Sandro André da Silva Pinto deu posse como Conselheira Efetiva a Dra. Rosinete Lourenço Gerônimo. O Presidente deu por encerrado a reunião falando que em uma próxima reunião será colocado em apreciação o nome de um enfermeiro para ocupar a vaga como Conselheiro Suplente do Quadro I. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a 203ª Reunião Extraordinária de Plenária pelo que eu, Cleise Maria de Goes Martins, Secretária-geral do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas - COREN-AM, lavro a presente Ata, que lida e achada conforme foi aprovada e vai assinada. Manaus, 20 de fevereiro de 2018

SANDRO ANDRÉ DA SILVA PINTO
Presidente do Conselho

CHARLES FERREIRA DE OLIVEIRA
Conselheiro

MIRIAM SANTOS DA SILVA LOPES
Conselheiro

ANDRÉIA PEDROSO DA SILVA
Tesoureira

VALDELIZE ELVAS PINHEIRO
Conselheiro

ROSINETE LOURENCO GERÔNIMO
Conselheira

SANDRA ALEX FAÇANHA DOS SANTOS
Conselheira

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO Nº 345, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Decide pelas penalidades de censura e multa de dez anuidades para o enfermeiro Klessio Alves Pery.

A Presidente do COREN/RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/73, em conjunto com os membros desta autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais: Considerando a Resolução COFEN Nº 370/2010, publicada no DOU de 04/11/2010 - seção 1 - paginas de 185 à 189; Considerando o Julgamento do Processo Ético COREN/RJ nº 013/16 em face do senhor Klessio Alves Pery - COREN/RJ nº 374098- ENF na 258ª Reunião Extraordinária de Plenária; Considerando o Parecer nº 018/18, exarado pela conselheira relatora enfermeira Wilma Gonçalves do Nascimento, decidem:

Art. 1º - Pela aplicação das penalidades de censura e multa de dez anuidades para o enfermeiro Klessio Alves Pery, ante à infração cometida prevista na Resolução nº 311/2007, aos artigos 7º, 9º, 12, 48, 49, 51 e 52. do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Art. 2º - Desta Decisão caberá recurso para o Conselho Federal de Enfermagem, COFEN, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
Primeiro Secretário

DECISÃO Nº 346, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Decide pelas penalidades de advertência verbal, censura e multa de duas anuidades para a técnica de enfermagem Renata Pereira Rita.

A Presidente do COREN/RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/73, em conjunto com os membros desta autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais: Considerando a Resolução COFEN Nº 370/2010, publicada no DOU de 04/11/2010 - seção 1 - paginas de 185 à 189; Considerando o Julgamento do Processo Ético COREN/RJ nº 049/16 em face da, senhora Renata Pereira Rita - COREN/RJ nº 699610-TE na 258ª Reunião Extraordinária de Plenária; Considerando o Parecer nº 019/18, exarado pela conselheira relatora técnica de enfermagem Aisar Santana Matos. Decidem:

Art. 1º - Pela aplicação das penalidades de: advertência verbal e censura para a técnica de enfermagem Renata Pereira Rita, ante à infração cometida prevista na Resolução nº 311/2007, aos artigos 5º, 9º, 48 e 109 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Art. 2º - Desta Decisão caberá recurso para o Conselho Federal de Enfermagem, COFEN, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação.

ANA LUCIA TELLES FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
Primeiro Secretário

DECISÃO Nº 347, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Decide pela absolvição da enfermeira Katiane Mascarenhas Barrios, e pela aplicação das penalidades de advertência verbal e multa de uma anuidade para a técnica de enfermagem Eliane Aparecida Ferreira de Oliveira.

A Presidente do COREN/RJ, Órgão Fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº 5.905/73, em conjunto com os membros desta autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais: Considerando a Resolução COFEN Nº 370/2010, publicada no DOU de 04/11/2010 - seção 1 - paginas de 185 à 189; Considerando o Julgamento do Processo Ético COREN/RJ nº 017/16 em face da, senhoras: Katiane Mascarenhas Barrios - COREN/RJ nº 168067-ENF e Eliane Aparecida Ferreira de Oliveira - COREN/RJ nº 974241-TE na 258ª Reunião Extraordinária de Plenária; Considerando o Parecer nº 017/18, exarado pela conselheira relatora enfermeira Olguimar Cruz dos Santos, decidem:

Art. 1º - Pela absolvição da enfermeira Katiane Mascarenhas Barrios, por total ausência de provas, constantes no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, e pela aplicação das penalidades de advertência verbal e multa de uma anuidade para a técnica de enfermagem Eliane Aparecida Ferreira de Oliveira, ante à infração cometida prevista na Resolução nº 311/2007, aos artigos 5º, 12 e 30 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Art. 2º - Desta Decisão caberá recurso para o Conselho Federal de Enfermagem, COFEN, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da publicação.

ANA LUCIA TELLES DA FONSECA
Presidente do Conselho

GLAUBER JOSÉ DE OLIVEIRA AMANCIO
Primeiro Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 47, DE 5 DE ABRIL DE 2018

PROCESSOS Nºs: 1535/2016, 1319/2016, 224/2016, 223/2016, 299/2016, 228/2016, 323/2016. Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (DVPP), (RTRS), (RLBP), (NBSJE), (ACOM), (LORL), (MSS), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 2018.
MARISA BACELLAR
Secretária Especial dos Processos Éticos e Administrativos Disciplinares

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera a Resolução CRMV/RN nº 007/2017 e dá outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - CRMV/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.517/68, regulamentada pelo Decreto nº 64.704/69, observando ao disposto na Resolução CFMV nº 591/1992 em seus arts. 4º, "r" e 11, "a", "g" e "i", bem como, em atenção a Resolução CFMV nº 1204/2018. Considerando a necessidade de ajustes nas funções desenvolvidas pelo CRMV/RN; Considerando a deliberação do plenário para expedição de nova resolução que cria e modifica os cargos em comissão do CRMV/RN, tudo estabelecido na 260ª Reunião Plenária Ordinária, realizada em 06 de fevereiro de 2018. resolve:

Art. 1º - Alterar a Resolução CRMV/RN nº 007/2017, mediante a alteração do art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º - Ficam instituídos, no âmbito do CRMV/RN, os seguintes cargos de provimento em comissão: I - 02 (dois) Assessores da Presidência; II - 01 (um) Assessor Jurídico; III - 01 (um) Assessor Contábil; IV - 01 (um) Assessor de Comunicação; V - 01 (um) Assessor Administrativo nível 1; VI - 01 (um) Assessor Administrativo nível 2; VII - 01 (um) Assessor Administrativo nível 3; VIII - 01 (um) Assessor Administrativo nível 4; IX - 01 (um) Assessor de Tecnologia da Informação." Art. 2º - As nomeações se darão por portarias, sendo consideradas de livre escolha, designação e dispensa. Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário, indo à publicação.

WIRTON PEIXOTO COSTA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 55, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro - CRMV-RJ, no uso das atribuições legais e regimentais; Considerando a necessidade de revisão e reformulação do Plano de Cargos do CRMV-RJ conforme estudos e trabalhos realizados; Considerando o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho (Resolução nº 104, de 7/12/2000) quanto à desnecessidade de os quadros de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional serem levados à homologação do Ministério do Trabalho; Considerando a aprovação da Reforma Trabalhista por meio da Lei nº 13.647, de 13 de julho de 2017; Considerando a deliberação do Plenário do CRMV-RJ em sua III Sessão Plenária Ordinária, realizada em 04/12/2017; resolve:

Art. 1º. Aprovar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro, que é parte integrante desta Resolução e que se encontra arquivado e disponível para consulta no Portal do CRMV-RJ (www.crmvrj.org.br). Art. 2º. O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração ora aprovado entrará em vigor imediatamente após a sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos financeiros somente após a homologação das adesões dos empregados do CRMV-RJ. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U. e revoga as disposições em contrário.

ROMULO CEZAR SPINELLI RIBEIRO DE MIRANDA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018040600278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.